

60.

REVISTA  
DO  
INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO  
BRASILEIRO

Fundado no Rio de Janeiro em 1838

VOLUME 166

(2º DE 1932)

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

DIRECTOR

*Dr. B. F. Ramiz Galvão*







*1/2 Livro Original*  
*2562*

A MARINHA D'OUTRORA

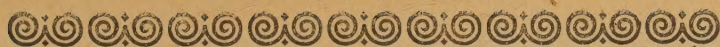
(SUBSIDIOS PARA A HISTÓRIA)

PELO

VISCONDE DE OURO PRETO







A *Marinha d'outrora*, primoroso trabalho do eminente e saudoso visconde de Ouro-Preto, foi publicado em 1894 e tem hoje exgotada a sua 1ª e unica edição. Seu alto valor, como documento historico, da lavra do benemerito ministro da Marinha do gabinete de 3 de Agosto de 1866, que tanto se distinguiu na administração e no preparo das nossas forças navaes, quando tiveram papel relevante na tremenda guerra, a que nos moveu o ditador paraguaio Solano Lopez, — esse alto valor reclamava a sua publicação na nossa *Revista*. E' este o dever civico que cumprimos, em homenagem ao autor, e como obra de patriotismo.

*Dr. B. F. Ramiz Galvão.*

Director da *Revista*.









## AOS LEITORES

O que adiante vae escripto refere-se a uma das epochas mais angustiosas e mais brillhantes da Historia patria — á da luta ingente, que sustentamos contra o Paraguay, no correr dos annos de 1864 a 1870.

Coube-me, ainda bem moço, occupar posição eminente na direcção dos negocios publicos, n'esse periodo de altos commettimentos e sacrificios enormes, que revelaram ao mundo a pujança dos recursos materiaes do Brasil, o valor, a abnegação e a tenacidade de seus soldados e marinheiros.

Em falta de outro merecimento, pois, as informações contidas no volume revestem, — é licito dizel-o, — cunho official e poderão auxiliar o futuro historiador da maior guerra ferida na America do Sul e cujo resultado foi a redempção de um povo tão infeliz quanto destemido, que as armas do Imperio, alliadas ás da Confederação Argentina e da Republica Oriental do Uruguay, libertaram do sanguinario despotismo de cruel tyranno.

Se me não foi dado, então, prestar serviços que satisfizessem o meu civismo, quero ao menos contribuir para salvar do olvido factos, que honram e glorificam muitos dos meus compatriotas, victimas, não raro, de apreciações injustas, inspiradas pelas paixões de momento.

Por outro lado, eu divirjo do epico italiano, que não conhecia dor mais funda do que recordar, na desgraça, antigas felicidades.

Sinto consolação e conforto em avivar a lembrança dos actos grandiosos, que praticou outr'ora o meu paiz, hoje oppresso e desprestigiado. E aproveitem essas reminiscencias aos mais interessados, isto é, á nobre classe da marinha, induzindo-a a comparar a situação em que se encontra com a daquella quadra e a eliminar as cousas determinativas de uma decadencia, que se manifesta e se concretiza nas seguintes lamentaveis occorrencias:

Exclusão forçada dos quadros activos do corpo da armada de não poucos officiaes, que se recommendavam por serviços relevantes;

Abandono d'esse mesmo quadro por muitos outros, aliás em pleno vigor physico e intellectual, desgostosos ou descrentes;

Sorte mais dura reservada a alguns: — a prisão, o exilio, a nota degradante da deserção;

Inefficacia das proprias immunidades parlamentares, consagradas no pacto federal, para protegel-os contra semelhantes violencias a que o Congresso assiste indifferente, sem coragem para lavrar siquer um protesto em defesa de seus membros;

Esboroarem-se, ao choque de balas brasileiras, fortalezas construidas para defenderem a capital de aggressões externas; serem metidos a pique ou gravemente avariados, pelas baterias do exercito, potentes navios, adquiridos com avultados dispendios, tripulados e providos com as maiores difficuldades, inutilizando-se d'ess'arte elementos preciosos, necessarios talvez em breve tempo para desaffrontar a soberania ou manter a integridade nacional;

Decretar-se o rebaixamento de vasos de guerra, que hasteavam a bandeira da patria e cujas amuradas só abrigavam filhos da mesma terra, que a estreme-



cem, á cafila de piratas, bandidos do mar, página a enlutar para sempre os annaes da marinha de guerra;

E, peor que tudo isso, mais damnoso e funesto, por que seu influxo delecterio perdurará longos annos, a quebra da união, da harmonia e da confiança reciprocas, que existem entre o exercito e a armada, o desaparecimento da fraternidade n'esta propria corporação, agora dividida em grupos que se odeiam e se hostilizam!

D'onde se originaram tantos infortunios ?

Do erro gravissimo de se esquecerem as forças arregimentadas da sua alta missão, para virem á praça publica proclamar a queda das instituições vigentes, invocando com encarneio o nome da nação sorprehendida e assumindo seus membros cargos e misteres, que não estavam habilitados a desempenhar.

Ha leis moraes perfeitamente analogas ás que regem o mundo material.

Quando as grandes massas, que giram no espaço, descambam da orbita natural, rolam ás tontas, até que se chocando se despedaçam mutuamente. Aos fragmentos do nucleo commum fatalmente aguarda igual destino. Phenomeno identico se opera nas organizações politicas e sociaes, roto o equilibrio das partes componentes.

Era inevitavel, mais tarde ou mais cedo, o embate entre o exercito e a armada e de cada um d'elles entre si, desde que se desviaram da sua legitima esphera de acção. Estamos infelizmente presenciando a luta, que se trava entre as duas corporações e no proprio seio da segunda.

Não se demorará muito a reproducção do mesmo triste espectaculo no exercito, se não arripiar carreira. Eu o annunciei em documento solenne, no momento em que se inebriavam todos nos fugaces jubilos de facil e recente triumpho; e do retiro a quem acolhi com a consciencia em socego, por que procurei cum-

prir o meu dever, contemplo, pungido da maior magoa, a prompta realização do vaticínio (1).

Quantos, dos victoriosos a 15 de Novembro, não foram victimas já das tempestades que desencadearam? Quantas illusões desfeitas e tardios arrependimentos!

Ha por ahi alguem, ainda dos que mais rapidamente ascenderam em postos e fortuna, que no fóro interno possa isemtpar-se desta reflexão desanimadora — perdi as garantias que no regimen decahido me tranquilizavam? Cogitaram algum dia officiaes do exercito ou da armada da possibilidade de se verem recolhidos aos ergastulos da Casa de Correção, destinados aos mais vis facinoras?

Ao coração presago me assaltam receios de eventualidades, porventura mais afflictivas e acabrunhadoras, das quaes preserve Deus o Brasil.

Dos tragicos successos, que têm por theatro a bahia do Rio de Janeiro e as campinas do sul, seja qual for o exito final, destaca-se uma lição, que cumpre não desprezar em bem do paiz. Ambos os contendores não têm podido tirar dos instrumentos de guerra, de que dispõem, as vantagens que taes machinismos proporcionavam. D'esses acontecimentos desgraçados são espectadores todos os povos cultos. Entre os que de mais perto os consideram e registram não alentarão esses factos ambições sopitadas, não estimularão rivalidades antigas e disfarçadas, que de um momento para outro façam explosão? Oxalá me illuda!

Estou convencido de que saberão todos pelejar e morrer, com denodo igual ao com que reciprocamente se trucidam, no momento em que seja preciso repellir o inimigo extrangeiro. Que desastres, porém, não po-

---

(1) Vide Manifesto que da ilha de Tenerife dirigi aos meus concidadãos, em 9 de Dezembro de 1889.



deremos soffrer no futuro, se as classes militares, ao envez de se habilitarem na profissão, que de dia em dia se torna mais difficil, á medida que se aperfeçoam as armas modernas, se contentarem com o que a carreira tem de apparatuso, distrahindo-se em pleitear eleições, legislar, governar estados e municipalidades, gerir estradas de ferro puramente commerciaes, administrar companhias anonymas, immiscuir-se, emfim, em todos os serviços da administração publica, exceptuadas apenas as funcções ecclesiasticas ?

Que humilhações não nos estarão reservadas, se as duas forças regulares do paiz se acharem divididas pelo antagonismo que as separa, pelo sangue reciprocamente derramado, enfraquecidas, demais d'isso, pela indisciplina, que desata todos os laços da subordinação e do respeito ?

Compenctrem-se as classes armadas de uma verdade: seu peor, senão unico inimigo é o — **Militarismo**. Voracidade mais insaciavel que a do Saturno da fabula, pois a si proprio não poupa, o militarismo levanta e derruba caudilhos, creia e depõe dictadores, no meio de agitações constantes, de desordens perenes, que se succedem ininterruptamente, como as nuvens do céu e as vagas dos mares procellosos; mas nem ao menos constitue exercitos aguerridos e esquadras formidaveis; dissolve-se e anniquila-o e, cavando, com a sua, a ruina das nações mais prosperas.

Agua Virtuosas do Lambary (Minas-Geraes),  
Outubro a Dezembro de 1893.

Ouro Preto.







# I

*Antecedentes da guerra. Relações internacionaes do Brasil com o Estado oriental. Situação intolleravel dos brasileiros ali residentes. Missão Saraiva. Ultimatum e represalias. Reconhecimento do general Flores como belligerante e sua alliança com o Imperio. Tomada de Paysandú e sitio de Montevideo. Convenção de paz de 20 de Fevereiro de 1865.*

A politica brasileira, nas relações internacionaes com a Republica Oriental do Uruguay, sempre se caracterizou por notavel desinteresse e efficaz protecção nos lances mais difficeis d'aquelle Estado. Na convenção preliminar de paz, que terminou a guerra denominada da Cisplatina, o Brasil se obrigou a defender a nova nacionalidade contra aggressões externas, mantendo illesos sua soberania e territorio. (1)

Em 1851, succumbiria a Republica na porfiada luta travada com o general Oribe, francamente apoiado pelo dictador de Buenos-Ayres, dom João Manuel de Rozas, que nunca desistira do proposito de submettel-a ao dominio argentino, se as armas imperiaes não tivessem determinado a quêda do tyranno, vencido nas memoraveis jornadas de Tonelera e Monte Caseros. A profunda impressão do grave perigo, recentemente removido, e quiçá o reconhecimento pelo incalculavel beneficio confessado, assim como a occupação de uma parte do paiz por tropas do Imperio, a este offereciam seguramente ensejo azado, que nenhuma outra potencia perderia, de liquidar todas as questões em que era interessado, perante o governo oriental.

---

(1) Convenção de 27 de Agosto de 1828.



O exercito brasileiro, porém, repassou a fronteira, logo que constou a fuga de Rozas e a solução de taes negocios continuou entregue á acção livre e desassombrada dos lentos ajustes diplomaticos. Dos cinco tratados que posteriormente se celebraram — alliança, limites, commercio e navegação, extradição de criminosos e desertores e de subsidios á Republica, — religiosamente cumpridos pelo Brasil, só o de limites recebeu execução leal por parte dos nossos vizinhos. Proseguimos a dar provas de longanimidade.

Volvidos dous annos, foi o auxilio do Brasil que poupou á Republica as maiores calamidades. Dilacerada por dissensões intestinas, que se iniciaram n'um conflicto entre batalhões de linha e a guarda nacional, nas ruas de Montevideo — a nova Troya — as condições do paiz tornaram-se gravissimas. O presidente Giró e os homens mais notaveis do partido blanco em que se apoiava, impotentes diante do governo revolucionario que se organizara, a titulo de provisorio (os generaes Lavalleya e Rivera e o coronel Venancio Flores), deveram a salvação ao asylo, que lhes proporcionaram a legação e os navios de guerra do Imperio.

O proprio governo provisorio baquearia, sem o auxilio moral recebido do Brasil, que, acudindo a instantes e geraes solicitações, se declarara resolvido a intervir, para assegurar a existencia da Republica, os direitos de todos os seus habitantes, a paz e o estabelecimento de administração regular (2). Reconhecido pelo gabinete de São Christovão, requisitou elle immediatamente a presença de forças brasileiras, meio unico, dizia, e com razão, de firmar-se a estabilidade das instituições. Por seu lado, os blancos, então decahidos, associando-se ao pedido de intervenção armada, declaravam ser esta indispensavel, não só para lhes dar garantias sociaes e poderem entrar no gozo dos direitos politicos de que estavam privados, senão para livrar o paiz da anarchia. (3)

Uma divisão de 4.000 brasileiros aquartellou em Montevideo, para o fim de fazer respeitar as leis e as autoridades constituídas. E tanta foi a generosidade do Imperio, que estipulando os tractados vigentes correrem em casos taes as despesas por conta da Republica, não duvidou desistir da contribuição, alliviando o thesouro oriental desse encargo. (4)

---

(2) Circular do governo brasileiro ao corpo diplomatico acreditado no Rio de Janeiro, em 19 de Janeiro de 1854.

(3) *La politica brasilera en el Rio de La Plata, Buenos-Ayres, 1864*, pags. 33 a 38.

(4) Convenção de 5 de Agosto de 1854, art. 5.

Quasi dois annos permaneceu ali divisão auxiliadora, modelo sempre de disciplina e moralidade, penhor para todos de segurança e tranquillidade nunca experimentada. Quando, por deliberação exclusiva do governo brasileiro, julgou-se desnecessaria a presença d'aquella tropa e ordenou-se a retirada, deu o oriental prova irrecusavel do correcto procedimento que ella tivera, assim se exprimindo: “— em vista das exactas e ponderosas considerações que determinaram a resolução imperial, julga o governo que só lhe resta cumprir o dever de manifestar á S. Ex. o Sr. Visconde de Abaeté, que adhere á sua deliberação, que é a mais completa prova do elevado desinteresse que preside á politica do governo imperial em suas relações ccom a Republica. Esse dever não ficaria satisfeito de maneira condigna á honra da Republica e ao que exigem a justiça mais notoria e os sentimentos nobres e generosos que formam a physionomia proeminente do character nacional, se, ao convir na execução da referida determinação, não reconhecesse a disciplina, moderação e moralidade, que a divisão imperial nunca desmentiu durante sua larga permanencia no territorio oriental, do que cada um de seus habitantes dará sempre testemunho, sem que outra cousa faça mais do que pagar — *un tributo de innegable justicia y de merecida admiración por tan relevantes virtudes.*” (5)

Pouco durou a paz interna. A approximação das eleições geraes de 1857 exaltou os animos, originando-se d'ahi novas commoções. Dessa feita a revolução, por assim dier, partiu do alto. O governo, conspirando contra o partido colorado, que se preparava para disputar-lhe a victoria das urnas, deu um golpe de estado, encerrando dictatorialmente a camara dos deputados. Em seguida, prohibiu a reunião do principal club eleitoral de Montevidéo, amordaçou a imprensa, desterrou sem processo, nem julgamento, numerosos adversarios, e venceu a eleição á custa da compressão do voto na maior parte dos departamentos, annullando o escrutinio n'aquelles em que nem a violencia material lhe podera assegurar a maioria.

A opposição appellou para as armas; a situação desenhoun-se de novo angustiosa e foi ao governo brasileiro, que ainda uma vez se soccorreu o oriental: — “a simples prolongação da revolta, escrevia o seu representante no Rio de

---

(5) Obra citada — *La política brasileira en el Rio de La Plata.*



Janeiro, *prosta o Estado Oriental e o prostando põe no mais grave perigo a sua independencia*. Se ella tomar corpo, reproduzir-se-á a deploravel situação a que se poz termo em 1851 e reproduzir-se-á inevitavelmente tanto para nós outros como para o Brasil. *E' da maior urgencia que se augmentem as forças imperiaes em Montevidéo*". (6)

Emquanto o enviado oriental aqui formulava tão vehementes requisições, seu chefe, em Montevidéo, o ministro das Relações Exteriores, se dirigia ao Encarregado de Negocios do Brasil, solicitando que enviasse um vaso de guerra ao porto da Colonia e estabelecesse, com outros navios, cruzeiro na costa uruguayana, para evitar qualquer invasão ou desembarque de tropas, armas ou petrechos de guerra, em auxilio dos rebeldes. (7)

E, circumstancia curiosa, julgando-se talvez exercer decisiva pressão sobre o gabinete de São Christovão, insinuava-se officialmente, que os rebeldes eram favorecidos pelas autoridades argentinas, influenciadas sempre pelo pensamento occulto da absorpção da Republica!

Conscio de quando havia de exaggeração em taes temores, pois que a independencia oriental não estava ameaçada, entendeu o Brasil não se prestar ao pedido de segunda intervenção: mas, averiguado que o governo oriental se achava sem recursos e na impossibilidade de effectuar operações de credito para occorrer aos gastos publicos, não duvidou accudir-lhe uma vez mais, concedendo-lhe um emprestimo de dinheiro, o que, aliás, mui raro soem faer os melhores vizinhos.

Com as sommas assim obtidas e o concurso material do general Urquiza, então presidente da Confederação Argentina (aquelle mesmo de cujas vistas ambiciosas parecia suspeitar-se!), poudo o governo uruguayo abafar a revolta. Infelizmente manchou o triumpho, mandando trucidar em Quinteros cerca de 300 homens, entre os quaes chefes dos mais distinctos, a despeito de uma capitulação, que pelo menos devia preservar-lhes a vida!

Tão horroroso attentado e outras violencias inauditas compelliram os colorados a emigrar em massa e afinal, exgotados todos os recursos conciliatórios, levaram o caval-

---

(6) Notas dirigidas por dom Andrés Lamas ao Ministro dos Estrangeiros do Brasil em 11 e 16 de Janeiro de 1858.

(7) Nota dirigida pelo ministro das relações exteriores, dom Antonio de las Carreras, ao ministro brasileiro em 20 de Janeiro de 1858.

leiroso general dom Venancio Flores a empunhar as armas, em defesa de seus partidarios, invadindo o Estado, em Abril de 1863.

Dados estes precedentes, que ligeiramente recordamos, era de esperar que o governo oriental, qualquer que fosse a sua côr politica, procurasse corresponder á nobreza do procedimento da nação limitrophe e amiga, respeitando ao menos as convenções existentes e tratando os seus nacionaes, residentes na republica, em pé de egualdade com os demais estrangeiros.

Vejamos, porém, como comprehendia elle deveres tão vulgares de toda nação civilizada.

Numerosissimos brasileiros, assim como diversos subditos de outras nações, haviam sido prejudicados, em consequencia das guerras civis, em que se debatera o paiz, desde sua emancipação, e o governo reconheceu a obrigação de indemnizal-os depois de convenientemente comprovadas e liquidadas as respectivas reclamações.

Uma parte das dividas dessa origem liquidou-se, recebendo os interessados apolices, cuja amortização e juros seriam pagos em determinados prazos, mas que jamais o foram, resultando d'ahi que se depreciaram ao ponto de serem negociadas, mediante 90 % de rebate. Aproveitando-se d'essa baixa, devido á propria impontualidade, conseguiu o governo, graças á codjuvação de um bom brasileiro, realizar uma operação, por meio da qual converteu e amortizou essa divida, com insignificante dispendio.

Outra parte das reclamações não fôra liquidada nem convertida, e segundo ajustes de que depois nos occuparemos, seria submettida ao conhecimento e decisão final de uma commissão mixta.

Entretanto, predispunham-se cutros meios para ainda mais reduzidas as indemnizações solemnes garantidas.

Lei ulteriormente promulgada estabelecera os tramites da liquidação e impuzera prescripção ás reclamações, que em tempo não fossem processadas, conforme as suas normas. Por essa mesma lei o governo era obrigado a nomear para *cada departamento* um agente fiscal, perante quem corresse o processo. Foram designados apenas tres — *para toda a republica*, tendo um delles, jurisdicção sobre os departamentos de Paysandú, Salto e Tacuarembó, exactamente onde residiam em sua quasi totalidade os reclamantes brasileiros. Esse agente unico esteve em exercicio somente cinco mezes, retirando-se pouco antes de terminar o prazo para a dita prescripção. O



successor nomeado recusou tomar conhecimento das reclamações, atrasadas pela ausencia daquelle a quem substituiria, allegando já não serem validas, exactamente por aquelle motivo. (8)

Não passavam taes factos despercebidos para o governo brasileiro, bem compenetrado do dever que lhe incumbia de proteger a fortuna de seus compatriotas contra estas verdadeiras espoliações. Todavia confiava em que justiça, afinal, seria feita a todos os interessados pela commissão mixta, a que alludimos, tanto mais quanto a organização d'esse tribunal fôra pactuada em condições especialissimas, que importa assinalar.

Por exigencia dos governos francez e inglez, conviera o oriental em que as reclamações dos subditos das respectivas nações, originadas dos mesmos factos que a dos brasileiros, isto é, de prejuizos soffridos durante as luctas intestinas, fossem apreciadas e julgadas por uma commissão mixta, para esse fim nomeada.

No decurso das negociações de que resultou tal accordo, o enviado oriental no Rio de Janeiro dirigiu, por ordem do seu governo, ao ministro dos estrangeiros uma nota em que declarava: "o governo da republica tem na maior consideração a *generosidade com que S. M. O Imperador se ha conduzido nas suas reclamações pecuniarias e conta com a continuação d'esse nobre proceder.* Ao reconhecer que o governo imperial, respeitando as difficuldades em que se hão encontrado e ainda se encontram as rendas da republica, *adiou as reclamações com que podia aggravar-as*, implicitamente reconheceu tambem que o facto lhe impõe, como *dever de honra*, prestar com a maior solicitude a mais desvelada attenção aos creditos dos subditos brasileiros. Em consequencia, o ministro oriental tem a honra de anticipar-se a assegurar a S. Ex., o Sr. Paranhos, que se o governo da republica concluir qualquer ajuste diplomatico sobre reclamações pecuniarias, actualmente pendentes de outros governos estrangeiros, *offerecerá desde logo ás reclamações brasileiras as condições mais favoraveis*, que porventura faça aos creditos ou reclamações de igual natureza dos subditos de outra qualquer nação. O governo da republica considerará esse acto *como cumprimento de um rigoroso dever.*" (9)

---

(8) Nota de leggação imperial ao ministro das relações exteriores, em 25 de Junho de 1861.

(9) Nota de dom André Lamas, ministro oriental, de 18 de Abril de 1857.

Acceito o espontaneo offercimento, foi ainda confirmado em uma nota do ministro das relações exteriores. (10)

Pois bem; ao passo que funcionava já o tribunal, que haveria de julgar as reclamações inglezas e francezas, compromisso identico, de *motu proprio* e formalmente contrahido para com o Brasil, era rejeitado pelo senado oriental, eleito sob os auspícios do governo e mera chancellaria de todas as suas resoluções! Por sua parte, o ministro das relações exteriores fazia constar que o presidente da Republica estava irrevogavelmente resolvido a não prestar-se ás novas combinações sobre *prejuizos de guerra, qualquer que fossem as circumstancias que sobreviessem.*" (11)

Não ficaram ahí a protervia e deslealdade contra o Brasil, para quem se appellava nos momentos de afflicção, e cuja grandeza de sentimentos se enaltecia, quando era mister pedir-lhe sacrificios de sangue ou de cabedaes.

Na convenção de subsidios, a republica oriental hypothecara o exacto e pontual pagamento das sommas que o Brasil lhe emprestasse e effectivamente emprestou, todas as rendas do estado, todas as contribuições directas e indirectas e especialmente os direitos das alfandegas (12). Essa convenção tinha a data de 12 de Outubro de 1851 e vedava á republica sujeitar quaesquer rendas suas a outras dividas, sem resalvar a preferencia adquirida pelo Brasil, estar quite com elle, ou obter sua annuencia.

Sem embargo de tão terminantes e sagradas estipulações, não trepidou em transgredil-as o governo uruguayol!

Como se procrastinassem e por ultimo fossem suspensas as negociações relativas ás reclamações franco-britanicas, por deliberação do mesmo governo, os representantes da França e da Inglaterra intimaram ao Uruguay um *ultimatum*, para que a commissão mixta se reunisse a fim de fixar em quatro milhões de pesos a totalidade a pagar dentro de cinco annos e mais os juros, ficando tudo garantido pelas rendas geraes da republica, deduzida mensalmente a respectiva quota do producto das alfandegas. Estas condições deveriam ser acceitas ou rejeitadas em prazo fixo, sob pena de

---

(10) Idem do ministro das relações exteriores, de 21 de Outubro de 1857.

(11) Citada nota da legação imperial, de 25 de Junho de 1861.

(12) Art. 1º.



adoptarem os dois governos as medidas que julgassem convenientes á satisfação dos seus interesses. (13)

Submettendo-se ás condições que assim lhe eram impostas, o governo oriental deu em garantia dos quatro milhões de posse uma das principaes rendas do estado, a do papel sellado, destinada, havia 12 annos, á solução da divida brasileira, sem alludir sequer ao direito de prelação solennemente conferido ao Imperio! Nas relações de individuo a individuo, em todos os povos policiados, facto d'esta ordem constituiria crime infamante, punido com a maior severidade. Por honra da nobilissima e infeliz nação, moralmente irresponsavel pelos desmandos de seus governantes, é justo accrescentar: — os orientaes honestos condemnaram, indignados, o modo indecoroso como se desempenhava o que se proclamara — *dever de honra*.

Contra a postergação de seus direitos inauferiveis protestou o Imperio, com a communicação de que empregaria os meios necessarios para fazel-os effectivos. A esse protêsto respondeu o governo oriental que — suas demasiadas preocupações não lhe tinham permittido nem permittiam prestar ao assumpto a merecida attenção, mas esperava que a discussão sobre elle, entabolada, daria resultados conciliatorios dos legitimos direitos do Imperio, com os compromissos contrahidos pela nação uruguaya. (14)

Effectivamente veio ao Rio de Janeiro um emissario especial, encarregado de dar explicações e de tratar da questão. Não tendo sido acceitas as suas propostas, ficou subsistindo em pleno vigor o protesto do Brasil. (15)

A estes sucessos em si sufficientes para justificar mudança completa na attitude do Imperio, em relação áquelle estado, vinha juntar-se a sorte intoleravel dos nacionaes brasileiros, residentes na republica, victimas constantes de violencias e attentados, sempre impunes, não obstante os esforços dos agentes diplomaticos ali acreditados. Só a partir do anno de 1852 tinham sido commettidos contra subditos do Brasil nada menos de 63 homicidios, sequestros, roubos e outros attentados, alguns revestidos de circumstancias hor-

---

(13) Nota conjuncta dos ministros francez e inglez — M. Mali-lefer e W. Lattson, de 22 de Fevereiro de 1862.

(14) Nota do ministerio das relações exteriores, de 15 de Setembro de 1862.

(15) Relatoria do ministerio de estrangeiros, 1863.

rorosas, serie de factos fóra do cummum, reveladores de proposital systematica perseguição por parte das proprias autoridades, não raro autores ou co-reos em taes crimes.

Denunciados na tribuna da camara dos deputados, sessão de 5 de Abril de 1864, causaram taes successos no paiz, que por assim dizer não os conhecia, a mais profunda e dolorosa impressão.

Por esse tempo aqui se achava o brigadeiro honorario do exercito Antonio de Souza Netto, riograndense domiciliado na Republica, que expressamente viera solicitar, em nome de 40.000 compatriotas que lá viviam, a protecção a que tinham direito, contra os males que soffriam, recrudescidos depois da revolta do general Flores, chefe do partido colorado, para o fim de derrubar o governo dos blancos, presidido por Aguirre.

Não houve em todo o Brasil opinião discorde. A indignação foi geral; a tribuna e imprensa unanimes clamaram pelas mais energicas e decisivas medidas, que nenhum governo digno d'esse nome deixaria de adoptar, diante de tão anormal e odioso estado de cousas.

Inspirando-se no sentimento publico e compartilhando seus nobilissimos estimulos, o gabinete de São Christovão, a cuja frente se achava o illustre Zacharias de Góes e Vasconcellos, resolveu enviar ao Estado Oriental uma missão extraordinaria, para obter reparação de tamanhos aggravos. D'esse encargo incumbiu-se o conselheiro José Antonio Saraiva, que deveria reclamar:

1°. O castigo, senão de todos, ao menos dos criminosos conhecidos, que gosavam de liberdade e segurança, alguns exercendo mesmo empregos civis e occupando, outros, postos no exercito da republica;

2°. Immediata destituição e responsabilidade dos agentes de policia, que haviam abusado da autoridade de que estavam revestidos;

3°. Indemnização das propriedades extorquidas a brasileiros;

4°. Liberdade de todos os subditos do imperio, constrangidos ao serviço de armas;

5°. Efectividade, em prol dos brasileiros, das garantias promettidas pelas leis da republica a todos os habitantes do respectivo territorio;

6°. Fiel desempenho dos compromissos existentes entre o Brasil e a república no sentido de serem attendidos os certificados de nacionalidade, subscriptos pelos funcionarios competentes;

7°. Respeito ás attribuições e regalias dos agentes consulares. (16)

Prescindindo, assim, das questões pecuniarias, com o que dava uma prova mais de sua generosidade, dirigia o Imperio o ultimo appello amigavel ao governo oriental para chamal-o á razão, á justiça e ao dever sagrado, que obriga todas as nações cultas a salvaguardarem a liberdade, os bens e a vida dos estrangeiros que procuram o paiz, confiando na execução das leis e na integridade dos depositarios do poder publico. A resposta do governo uruguayo consistiu em longa e acerba recriminação, reproduzindo as apaixonadas accusações da imprensa do partido que representava, imputando ao Brasil á Confederação Argentina a responsabilidade da guerra civil, que conflagrava a república.

O ministro de Relações Exteriores, Herrera, sem manifestas sequer a intenção de suavizar a sorte dos subditos brasileiros, poupando-lhes novas violencias, formalmente os accusou de auxiliarem a rebellião do general Flores, terminando por declarar da maneira mais peremptoria — *não ser aquelle o momento de satisfazer certo genero de solicitações*, porque importaria isso a immolação dos principios de ordem e autoridade, que em nome de seu governo *protestava salvar ou com elles perder-se*. (17)

Segundo as instrucções recebidas, o conselheiro Saraiva devia formular logo um *ultimatum*; attendendo, porém á gravidade do facto, contentou-se de insistir no conteudo da primeira nota, pedindo novas ordens ao gabinete imperial. (18)

E, para, a um tempo, ainda mais corroborar as rectas intenções do Brasil e facilitar o exito de sua missão, empregou altos esforços, auxiliando os ministros da Inglaterra, Thornton, e da Republica Argentina, Rufino de Elizalde, a fim de restabelecer a paz na familia oriental, mediante accordo honroso entre o governo *blanco* e o general Flores, chefe da revolução.

A' ultima hora burlaram-se as negociações entabuladas com esse intuito, rompendo o governo oriental os ajustes quasi

---

(16) Relatório do Ministerio de Estrangeiros de 1865. Nota do conselheiro Saraiva, de 18 de Maio de 1864.

(17) Nota de Herrera, datada de 24 de Maio de 1864.

(18) Nota do conselheiro Saraiva, de 4 de Junho.



concluidos. E' que a intolerancia e orgulho dos homens que o compunham recrudesceram com a esperança de que viria em seu auxilio o dictador do Paraguay, Francisco Solano Lopez, graças ás manobras desleaes dos agentes que tinham em Assumpção.

Desvanecida a esperança de alcançar, sem meios energicos, a satisfação amigavel das justas exigencias do Imperio e executando as ordens expedidas do Rio de Janeiro, o enviado brasileiro notificou o seguinte *ultimatum*:

"Se dentro do prazo improrogavel de 6 dias não houvesse o governo oriental attendido ás reclamações feitas, as forças do exercito estacionadas na fronteira receberiam ordens para proceder a represalias, sempre que qualquer subdito brasileiro soffresse violencias. A esquadra imperial, surta nas aguas da republica, operaria nessa conformidade." (19)

O governo oriental devolveu o *ultimatum*, qualificando-o de *inaccreditavel e improprio para permanecer nos archivos nacionaes*. (20)

As forças de terra e mar tornaram effectiva a communição do enviado brasileiro. Seguiram-se, successivamente, a immobilização do vapor uruguayo *General Artigas* e a caçada por um navio da esquadra imperial ao *Villa del Salto*, cuja guarnição o incendiou; a invasão do territorio da republica, o desalojamento da guarnição da villa de Mello e sua occupação por tropas brasileiras; o accordo de Santa Lucia, entre o almirante Tamandaré e o general Flores, assim reconhecido belligerante; as operações em commum com esse general; o bloqueio dos portos de Paysandú e Salto; a capitulação desta praça; o bombardeamento e tomada da primeira, após renhido e sangrento combate.

Estes actos coercivos, assim como o bloqueio e sitio da capital, exacerbaram o governo de Montevideo, que reagiu, mandando invadir e saquear a nossa fronteira do Jaguarão pelas hordas de Apparicio e Muñoz, queimar na praça publica os autographos dos tratados com o Imperio e arrastar pelas ruas a bandeira brasileira, pisada aos pés de enfurecidos energumenos. As represalias, como era facil de prever-se, converteram-se logo em verdadeiro estado de guerra, que felizmente terminou com o convenio de 20 de Fevereiro de 1865, firmado pelo conselheiro José Maria da Silva Paranhos, depois

---

(19) Nota de 4 de Agosto.

(20) Nota de Herrera de 9 d'essé mez.

Visconde do Rio Branco, e successor do conselheiro Saraiva na missão especial, em cujo desempenho soube manter illesos os altos interesses e os inconcussos direitos da patria, que tanto honrou e tão desveladamente serviu nas conjuncturas mais difficeis e melindrosas.

Anteriormente ao convenio, que abriu as portas de Montevideo ao general Flores, se havia este espontaneamente compromettido a attender com rigorosa justiça e inteira lealdade ás reclamações que determinaram o *ultimatum* de 4 de Agosto, apenas se libertasse a republica da facção que a opprimia e pudessem taes reparações ser ordenadas por elle, ou por quem o substituísse no mando supremo.

Contrahira ainda o empenho de honra de fazer punir com toda a severidade das leis os autores e cumplices notórios de delictos commettidos em damno dos subditos brasileiros, de suspender dos seus cargos e submetter a julgamento quaesquer funcionarios civis ou militares, contra os quaes se colhessem prova de crimes identicos, de libertar e indemnizar os nossos concidadãos coagidos a prestar serviços, observando fielmente as convenções existentes entre os dous paizes, celebrando as que fossem necessarias para reatar as relações de boa vizinhança, prestando ao Imperio toda a cooperação ao seu alcance e, finalmente, considerando como dever de honra a sua alliança na guerra perfeitamente provocada pelo governo paraguayo, que com a maior ousadia, e nenhuma justificação, pretendia ingerir-se nas questões internas da Republica. (21)

Estes compromissos acceitos pelo enviado brasileiro (22) receberam solenne ratificação no convenio de 20 de Fevereiro, e em notas do presidente resignatario (23) bem como do general Flores, já investido por aquelle accordo do character de governador provisorio.

Num protocollo reservado e addicional ao do convenio ficou ajustado, entre o emissario imperial, o general Flores e o representante do presidente Villalba que, além duma salva dada, em nome da nação oriental á bandeira brasileira, arvorada no forte principal de Montevideo, segundo os estylos (24) dos povos cultos, seriam compellidos a sahir do terri-

---

(21) Nota do general Flores ao enviado brasileiro, em 28 de Janeiro de 1865.

(22) Resposta do Visconde do Rio Branco, de 31 desse mez.

(23) Nota expedida ao plenipotenciario brasileiro, em 20 de Fevereiro, por dom Thomaz Villalba, successor interino de Aguirre, ao terminar este o praso presidencial.

(24) Idem de dom Venancio Flores, de 21 do dito mez.

torio da Republica os individuos que insultaram a mesma bandeira, nas vespervas da negociação da paz, no caso em que voluntariamente se não expatriassem. Foi officialmente eliminado do registo publico o acto do governo anterior, que annullara e cancellara os tratados com o Imperio, consummidos em *auto de fé*.

Assim, as questões que levaram o Brasil a empunhar armas contra a Republica Oriental, tiveram a solução mais honrosa e satisfactoria, que se pudera desejar. As paixões do tempo contribuíram para que nem todos apreciassem com acerto aquelle desenlace, que, aliás, a maioria do paiz acceitou e applaudiu com intenso jubilo. A severidade e imparcialidade da historia reconhecerão, no modo como foi encaminhado e obtido o convenio de 20 de Fevereiro de 1865, um dos documentos mais significativos da previdencia, sabedoria e patriotismo da diplomacia brasileira, fazendo justiça ao illustrado negociador, Visconde do Rio Branco.







## II

*O dictador do Paraguay offerece sua mediação na questão do Brasil com o Estado Oriental. Não accêita. Protesto paraguayo de 30 de Agosto de 1864. Rompimento de relações. Apresamento do vapor "Marquez de Olinda" e detenção do presidente da provincia de Matto Grosso. Invasão desta provincia. Ataque do forte de Coimbra. Declaração de guerra.*

Desde o inicio do seu governo, tratara o marechal Francisco Solano Lopez, presidente da Republica do Paraguay, de organizar com especial cuidado as forças militares, elevando-as a proporções superiores ás dos demais Estados Sul-Americanos e aos recursos do proprio paiz, cujos destinos regia discricionaria e dictatorialmente. (1)

Estes aprestos bellicos, relativamente fôrmidaveis, não podiam ter outro intuito senão augmentar o poderio do autocrata, não no Paraguay, que lhe obedecia cegamente, mas em detrimento dos povos visinhos. Nenhum facto ou do-

---

(1) A investidura do marechal Lopez no governo supremo foi genuinamente *democratica*, no sentido que ao qualificativo dá a historia das Republicas Sul-Americanas: — proveio duma clausula do testamento paterno.

Carlos Lopez, tambem dictador, designou-o para succeder-lhe até que o congresso elegeisse definitivamente o presidente da republica. E' bem de ver-se como foi eleito e com que liberdade se manifestou essa assembléa. Dous unicos membros se pronunciaram contra a escolha de Solano, pelo que foram perseguidos e presos. Mais tarde um delles, o celebre padre Maez, obteve ser perdoado e foi um dos mais docéis instrumentos de tyranno. Não são raros casos destes nas ditas republicas: — sahir do ministerio e entrar para a cadeia, voltar a ser admittido á priverança daquelle mesmo que a decretou, etc. etc... No regimen da *fraternidade* não cabem resentimentos.

cumento conhecido, porém, autorizava suppor que taes preparativos se destinassem a uma guerra contra o Brasil, pois que as relações do Imperio com a Republica eram então pacificas e amigas. Tudo fazia crer que tinham por objectivo a Confederação Argentina, talvez com o fim de conquistar Lopez a provincia de Corrientes. (2)

Como quer que fosse, a verdade é que logo apoz a primeira troca de notas do ministro Saraiva com o governo oriental, poudese prever que alguma complicação advira do lado do Paraguay, para os negocios que o plenipotenciario brasileiro estava incumbido de resolver. De facto, em data de 17 de Junho de 1864, o ministro das relações exteriores em Assumpção, José Borges, dirigiu-se ao governo imperial offerecendo a mediação paraguaya no ajuste dessa pendencia, o que ao mesmo tempo notificou ao chefe da missão brasileira em Montevideo.

Não a acceitou o gabinete de São Christovão, exactamente pela razão que allegara o conselheiro Saraiva, quando em resposta á notificação se mostrara convencido de que assim procederia o mesmo gabinete, isto é, havendo esperança de que as questões com o Estado Oriental chegassem á solução amigavel, carecia de objecto a mediação de Solano Lopez. (3) Effectivamente, até então parecia que seriam bem succedidos os esforços combinados dos ministros brasileiros, argentino e inglez, em prol da pacificação da republica, o que traria a satisfação prompta das reclamações do Imperio. (4)

Offendido, porém pela repulsa, confiante nos recursos que accumulava e arrastado pelos manejos do ministro uruguayo, Vasquez Sagastume, e do seu compatriota Antonio de Las Carréras, (5) o marechal presidente, ao saber do *ulti-*

---

(2) *Barão do Rio Branco*, annotações ao livro de Schneider: — *Guerra da Triplíce Aliança*.

(3) Nota de 30 de Agosto.

(3) Nota do conselheiro Saraiva ao ministro Berges — 24 de Junho.

(4) A mediação paraguaya foi offerecida a 17 de Junho e só a 7 de Julho romperam-se as negociações pela paz interna da republica.

(5) Membros exaltados da facção *blanca*, flegadal inimiga do Brasil, estes dous orientaes procuraram convencer a Lopez de que a attitudem assumida pelo Brasil era o inicio de execução de uma politica de absorpção e conquista, em accordo secreto com a Confederação Argentina, que ameaçava o proprio Paraguay. Lisongeando o orgulho do dictador o seduziram com a perspectiva da gloria e importancia que adquiriria, oppondo-se a essa politica. Mais tarde, reconheceu Lopez o erro em que cahira e vingou-se cruelmente de Antonio de Las Carréras, mandando fuzilar-o depois de lhe serem infligidos



*matum* de 4 de Agosto, enviou á legação imperial uma nota protesto, annunciando que o governo paraguay não podia ver com indiferença e *menos consentir* que em execução daquella comminatoria as forças brasileiras, navaes ou terrestres occupassem parte do territorio oriental, temporaria ou permanentemente, visto considerar tal procedimento attentatorio do equilibrio dos Estados do Prata, que interessava ao Paraguay como garantia de sua segurança e prosperidade. (6)

Não se demorou resposta condigna do ministro brasileiro, que, assignalando as rectas intenções do gabinete de São Christovão e os valiosos fundamentos da attitude, que assumira, concluiu ponderando que — de certo nenhuma consideração o deteria no proposito de recorrer aos meios coercitivos, autorisados pelo direito das gentes, para conseguir o que não pudera obter dos suasorios, isto é, que se fizesse justiça ás suas reclamações. (7)

Accusando o recebimento desta resposta, o ministro Berges corroborou o protesto, accrescentando que seu governo teria o pezar de *tornal-o effectivo*, sempre que os factos viessem comprovar a convicção manifestada pelo ministro do Brasil de que nenhuma consideração demoveria o Imperio de empregar meios compusorios, se os julgasse necessarios. (8)

O governo imperial approvou o procedimento do seu delegado, recommendando-lhe que nesse terreno se mantivesse com toda energia.

Era inadmissivel realmente que, arvorando-se arbitro entre o Brasil e a republica Oriental, pretendesse o Paraguay coarctar, por uma intimação ameaçadora, o legitimo exercicio da soberania do Imperio, num conflicto a que este fôra arrastado e ao qual era de todo extranho aquelle Estado!

Ao ter noticias das represalias praticadas contra o vapor *Villa del Salto*, novamente se dirigio Berges á legação bra-

terreveis torturas. Vasquez Sagastume logrou evitar sorte identica, deixando o Paraguay logo que cahio o governo de Aguirre, em Montevideo. Volvidos alguns annos foi acreditado como ministro da Republica Oriental na corte do Rio de Janeiro, onde não perdia ensejo de mostrar-se arrependido das antigas prevenções contra o Brasil, declarando-se seu amigo dedicado e profundo admirador de suas instituições e homens de Estado.

(6) Nota de 30 de Agosto.

(7) Nota do ministro Vianna de Lima — 1º de Setembro.

(8) Nota de Berges — 3 de Setembro.

sileira, dizendo-se profundamente impressionado e confirmando as anteriores declarações. (9)

Occupada a Villa de Mello por forças brasileiras, resolveu o governo paraguay o romper relações com o Brasil e prohibir a navegação das aguas da republica pela sua bandeira de guerra ou mercante. (10)

Ao mesmo tempo, o paquete brasileiro *Marquez de Olinda*, que seguia viagem para Matto Grosso, levando a bordo o presidente nomeado para aquella provincia, coronel Frederico Carneiro de Campos, era alcançado pelo vapor de guerra *Tacuary*, que o obrigou a regressar ao porto de Assumpção, onde ficou sob suas baterias e guarda de escaleres armados.

O ministro brasileiro, que informado do facto, antes de receber a communicação do rompimento de relações, contra elle reclamara, immediatamente protestou por perdas e damnos e exigio passaportes para toda a legação, afim de retirar-se no mesmo paquete, que não podia ser apresado em plena paz. (11)

Foram entregues os passaportes, mas considerado o *Marquez de Olinda* boa presa e encorporado á esquadra paraguaya. Não havendo então no porto nenhum vaso de guerra estrangeiro, via-se a legação brasileira na impossibilidade de ausentar-se, porque um decreto do governo prohibira a sahida das embarcações mercantes. E' de suppor que o dictador premeditasse um attentado mais: reter a legação em refem e como prisioneira de guerra, sorte que coube a toda a tripulação e passageiros do paquete apresado, cuja carga foi confiscada! Só em fins de Dezembro, por intervenção do ministro norte-americano Washburn, obtiveram os representantes do Brasil passagem num dos vapores da Republica, que os transportou a Buenos-Ayres. (12)

Exactamente nessa data (29 de Dezembro) a pequena guarnição do forte de Coimbra, (13) na provincia de Matto Grosso, depois de dous dias de heroica resistencia e exgotadas

(9) Nota de Berges — 14 de Setembro.

(10) Idem de 12 de Novembro.

(11) Notas do ministro brasileiro de 13 e 14 de Novembro.

(12) Extracto de um officio do mesmo ministro datado de Buenos Ayres. Relatorio do Ministerio de Estrangeiros de 1865.

(13) Os defensores do forte de Coimbra eram, ao todo, 155 homens, officiaes e praças, incluindo paisanos e 10 indios auxiliares. O pequeno vapor Anhambahy, que efficazmente auxillou a defesa, como depois se verá, contava apenas duas boccas de fogo e 34 homens de guarnição.

as munições, era obrigada a evacual-o, diante de uma esquadra paraguaya.

Nos fastos militares mais gloriosos não ha exemplo de bravura superior á desse punhado de valentes, repellindo mais de uma vez os assaltos do inimigo, que inesperadamente os accommetteu com 13 navios, 51 canhões e mais de 4.000 homens, destinados a se apoderarem daquelle e outros pontos fluviaes da provincia. Esta expedição deveria seguir até Cuyabá, para igualmente tomal-a, de combinação com outra, que marchando por terra se assenhorearia previamente das colonias de Dourados, Miranda e Niaoc e da villa de Miranda, cahindo depois sobre a capital.

Ainda que os clamorosos attentados assim praticados pelo marechal Lopez, contra um paquete mercante e uma região indefesa, e a ousada pretensão de embarçar o Brasil, no exercicio de seus incontestaveis direitos, justificassem a energia com que o Imperio, accetando a declaração da guerra tão descommunalmente arremessada, deliberou não desistir da lucta antes de exterminar o poder do cavilloso aggressor, a perfidia do gratuito inimigo e a legitimidade da severa repressão, que lhe foi infligida, mais se accentuam em vista dos antecedentes havidos entre as duas nacionalidades.

O visconde do Rio Branco, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brasil no Prata, os expoz magistralmente no manifesto de guerra, que por ordem do gabinete de São Christovão dirigio a todas as nações civilizadas (14) e aqui resumiremos.

Sequestrada ao commercio dos demais povos e ameaçada em sua existencia de estado independente, pelo dictador de Buenos-Ayres, Dom João Manoel de Rozas, a Republicca do Paraguay deveu o reconhecimento de sua soberania aos bons officios e esforços do Imperio, como podiam dar testemunho todas as potencias europeas e confessou o proprio governo de Assumpção.

Alliando-se em 1852 á Republica Oriental do Uruguay e a uma parte da Confederação Argentina contra os dous inimigos communs, naquelle despota e seu logar — tenente. o general Oribe, o Brazil convidou o Paraguay a cooperar acti-

---

(14) Circular do conselheiro J. M. da Silva Paranhos (*Visconde do Rio Branco*) dirigida ao corpo diplomatico em 27 de Janeiro de 1865.



vamente nessa colligação com o unico interesse de melhor garantir posteriormente o reconhecimento do seu governo pela nação argentina.

A despeito de compromissos formaes anteriormente contrahidos, o Paraguay declinou de quaesquer onus, prestando aos alliados um concurso puramente moral, mas reservando-se o direito de participar dos beneficios resultantes do triumpho, como effectivamente aconteceu. Abertos os afluentes do Rio da Prata á navegação de todo o mudo, tratou a Republica de utilizar-se dessa concessão, conservando todavia fechadas as aguas do Alto Paraná a todas as bandeiras, mesmo á do Brazil, com postergação dos bons principios e de estipulações consagradas no tratado de 25 de Dezembro de 1850. Dess'arte ficava a provincia de Matto Grosso privada de navegação exterior.

Tão injusto quanto irritante procedimento quasi provocou uma guerra com o Imperio; evitou-a, porém, a moderação do seu governo. Em 1856 celebraram-se no Rio de Janeiro duas convenções que conjuraram o conflicto. Uma adiava a questão de limites, a respeito da qual já o governo paraguay não accetava as condições, que elle proprio propuzera; outra assegurava á bandeira brasileira o livre transito pela via commum (Alto Paraná), mas com restricções a que o Imperio accedeu por amor da paz. Pelas aguas da Republica só poderiam transitar dous navios de guerra brasileiros!

Esse mesmo accordo foi praticamente annullado pela regulamentação fiscal paraguaya, tão exigente e minuciosa, que tornava impossivel todo o commercio externo para a provincia de Matto Grosso.

A nova provocação indignou o governo e o povo do Brasil; segunda vez a guerra esteve imminente mas a prudência do gabinete imperial conseguiu prescindir decorosamente desse recurso extremo. Assignou-se a convenção fluvial de 20 de Fevereiro de 1858, que para o Paraguay foi apenas tregua, a cuja sombra preparou-se, com toda a cautella, decidido a rompê-la, quando lhe conviesse.

Conscio do seu bom direito, nunca o Brasil vio nos excessivos armamentos do Paraguay senão o resultado de uma politica meticulosa e esperava que o tempo e as benevolas intenções, sempre manifestadas de sua parte, chamassem por fim aquelle governo despotico aos dictames da razão e da justiça.

Surgio, entremettes, a questão uruguaya e com espanto geral apresenta-se o marechal Lopez como paladino da independencia da Republica Oriental, que o Brasil não combatia e já defendera contra Rozas, sem a coadjuvação a que o Paraguay se obrigára e á qual deslealmente faltou! A simples duvida do governo paraguay sobre os intuitos do Brasil era já offensa immerecida; mas elle foi mais longe; pretendeu intervir num pleito a que era totalmente alheio, erigindo-se em julgador supremo entre os contendores; dirigio ao Imperio uma nota ameaçadora, e como este lhe desse resposta adequada, porém attenciosa, e proseguisse no indeclinavel e nobre empenho de proteger as pessoas e propriedades de seus subditos, capturou insidiosamente um paquete, apropriou-se das mercadorias e valores que conduzia, submettendo á rigorosa prisão os pacificos passageiros, entre os quaes um alto funcionario; sem prévia declaração de guerra invidio e occupou uma provincia inerme e contando com as vantagens da surpresa cometteu as maiores devastações e atrocidades.

“A vista de tantos e taes actos de provocação — rematava o manifesto, — a responsabilidade da guerra sobrevida entre o Brasil e a Republica do Paraguay pesará exclusivamente sobre o governo de Assumpção. O governo de Sua Magestade repellirá pela força o seu aggressor, mas, resalvando com a dignidade do Imperio os seus legitimos direitos, *não confundirá a nação paraguaya com o governo que assim a expõe aos azares de uma guerra injusta*, e saberá manter-se como belligerante dentro dos limites que lhe marcam a sua propria civilização e os seus compromissos internacionaes.”

O ministro das relações exteriores da Republica Argentino e os representantes da França, Inglaterra, Hespanha, Perú e Bolivia accusaram o recebimento da circular, lamentando a guerra declarada.

Eis como e porque motivo (15) rompeu a tremenda lucta, cujo exito feliz para o Brasil foi devido á energia de seu esforço e acrysolado patriotismo.

Rememoral-os, na parte concernente ao augmento dos meios de acção, especialmente com referencia á marinha de

---

(15) Absolutamente destituída de fundamento a versão de que Lopez se despeitara com S. M. o Sr. dom Pedro II por lhe haver este recusado a mão de uma filha. Nunca formulou o dictador semelhante pretensão e nem é crível que ousasse alimental-a, relativamente a uma familia tão respeitavel por sua severa moralidade, como a imperial do Brasil, sendo notorios os desregramentos da vida privada de Lopez, tanto na Europa como no Paraguay.

guerra, destacar dentre a successão dos acontecimentos da rude campanha em que figurou essa importante corporação, assignalando em resumidos mas fieis quadros os principaes serviços que tanto a nobilitaram, é o assumpto de que nos vamos occupar, no declarado proposito de colligir subsidios para a historia.







### III

*Desarmamentos do Brasil ao ser provocado á guerra.  
Força do exercito imperial comparada com a do  
paraguay. Condições em que se achava a es-  
quadra brasileira. Impossibilidade da maior parte  
dos navios para operarem no theatro da lucta.  
Marinha de guerra do Paraguay.*

Posto se encontrasse em pleno estado de guerra com a Republica Oriental, o Brasil estava, por assim dizer, desarmado, quando o dictador do Paraguay lhe arremessou o afrontoso cartel de desafio.

Sufficientes para levarem de vencida o inimigo que na occasião combatia, os recursos bellicos do Imperio não eram contra o novo adversario, que arrogantemente se apresentara a tolher-lhe o passo, com a audacia inspirada pela superioridade das forças antecipadamente organisadas e dispostas, de accôrdo com seus planos de predominio na região do Prata.

A despeito do patriotico movimento da opinião, que concitara o governo a cuidar mais seriamente, do que até então fizera, dos aprestos militares que não despreza nenhum povo prudente; sem embargo da nobilissima reacção do espirito publico, determinada por violencias recentes de alguns navios inglezes, que, obedecendo ás ordens tresloucadas do ministri Christie, violaram a soberania nacional em nossas aguas territoriaes, executando injustas represalias por suppostos agravos, cuja inexistencia depois reconheceu o proprio governo britannico, dando condignas satisfações; apesar desses precedentes, que nos deviam pôr de sobreaviso, recahiramos na antiga inercia e voltamos ao habitual desleixo no tocante ao exercito e á armada.

Passado o momento agudo do celebre conflicto inglez ninguem mais cogitou de preparar o paiz para a contingencia de uma guerra, chegando o fatal desprendimento ao ponto de que um official do proprio exercito, o coronel Carneiro de Campos, presidente nomeado para Matto Grosso e por notavel coincidencia a primeira victima de tamanho erro, oppoz-se na Camara dos Deputados a pequeno augmento nos quadros da primeira linha (I) commungando talvez nas mesmas idéas de outro representante da nação, que naquella recinto não duvidou declarar, que daria graças á Providencia se visse arder o ultimo navio da esquadra brasileira! (2)

Conhecia perfeitamente Lopes a fraqueza de nossos elementos militares e nem se arreceiava dos que pudessem proporcionar o pundonor nacional, revoltado pela offensa á integridade e dignidade da patria, por lhe não ser tambem extranha a difficuldade extrema de prompta mobilização e concentração de tropas, n'um paiz vasto como o Brasil e, naquella epocha, desprovido de rapidos e commodos meios de communicação e transporte. Dispondo de numerozo e disciplinado exercito e esquadra poderosa, para o theatro em que devia operar, obedientes ambos até o fanatismo, repletos os arsenaes e depositos de enormes quantidades de petrechos, preparado para fabrical-os no proprio paiz, seguro da submissão do povo que regia, acreditou o dictador que tudo dependeria dos primeiros embates, nos quaes não podiam ser duvidosos os triumphos do precavido que resolvera atacar de surpresa, sobre o adversario tranquillo e confiante na correção de seus actos, na lealdade de sua politica e na justiça da causa que defendia.

Não contava, porém, com a energia e tenacidade dos brasileiros, sempre que compenetrados de seus direitos se resolvem a sustental-os.

A illusão que nutria Lopez é ordinariamente o erro de todos os tyranos. Consideram como prova de debilidade ou covardia a cordura e a quietação dos povos, que não raro apenas exprimem indifferentismo para com o que farão desaparecer n'um momento, se o quizerem. Não advertem

---

(1) Sessão da Camara dos Deputados de 18 de Março de 1864.

(2) Sessão da Camara dos Deputados de 8 de Junho de 1864.

aquelles a quem as grandezas do mando fascinam que as mais vigorosas resistencias e as sublevações mais temerosas são as dos animos pacificos e ordeiros, quando a paciencia se lhes exgota e a diurnidade, a violencia da oppressão, ou a ousadia do attentado lhes despertam as coleras.

Todo poder que se exceder e abusar está fatalmente condemnado; só a justiça e o direito prevalecem atravez do tempo e dos obstaculos, que se lhes opponham por maiores que elles sejam. Foi o que succedeu ao marechal presidente do Paraguay, suppondo-se invencivel.

As forças de terra, regularmente constituídas, que poderia o Imperio enviar logo ao encontro das hostes inimigas, eram pouco numerosas, pois não excediam do pequeno exercito que sitiava Paysandú e dos corpos que, na fronteira, ou já em marcha para o Estado Oriental, tinham por objectivo Montevideo. Para o cerco desta praça, decorrido mais de um mez, só se apresentaram em linha 8.116 homens de todas as armas (1) e igual numero, no maximo, estaria arregimentado nas provincias.

Entretanto Lopez, segundo affirmam testemunhas presencias, contava com 80 a 100.000 soldados robustos e aguerridos. (4)

Possuia, é certo, o Brasil uma esquadra de 42 navios, sendo de vela 13 e 29 a vapor, montando 239 bocas de fogo, guarnecidos por 602 officiaes das diversas classes e 2.787 praças de pret, não fallando em 4 outros barcos desarmados, incapazes de serviço, sem custosos reparos.

(3) *Visconde do Rio Branco*. A convenção de 20 de Fevereiro, demonstrada á luz dos debates do Senado e dos successos de Uruguayana.

(4) *Masterman*, cirurgião militar ao serviço de Lopez, na sua obra *Seven Eventful Years in Paraguay*, dá ao exercito paraguayo 100.000 homens no começo da guerra e *Gould*, encarregado de negocios britannicos, confirma o calculo de *Masterman*; porém *Thompson* o avalla em 80.000 homens — (*Paraguayan War*) exactamente como o general Resquin, chefe do estado maior paraguayo. Veja-se a esse respeito a nota do Barão do Rio Branco á pag. 87 da citada obra de *Schneider*. Segundo *Antonio Zinny* já em Março de 1864 *Lopes* tinha, exercitando-se em Cerro Leon 30.000 homens, 17.000 em Encarnacion, 10.000 em Humaytá 4.000 em Assumpção e 3.000 em Concepcion (*Historia de los Gobernantes del Paraguay*).



Mas, além de que parte dessa força se achava distribuída pelos districtos navaes, ou empregada em commissões, que não podiam ser preteridas, e outra era impropria pelo calado dos navios para uma guerra fluvial, o poder offensivo e defensivo do seu conjunto bem se avaliará, pelo que a tal respeito disse o ministro da marinha Araujo Brusque: "O material de que actualmente dispomos, quer em qualidade, quer em quantidade, está muito longe de satisfazer as necessidades do serviço a que é destinado, e mais ainda ás condições da tactica moderna. *Carecemos de renovar a nossa esquadra*, introduzindo na sua composição alguns navios de primeira ordem, capazes de pôr-nos ao abrigo de repentinos assaltos, que se possam dirigir contra a soberania nacional." (5)

Não obstante, e graças ás medidas energicas do governo. ao ter noticia da invasão de Matto-Grosso, — no começo do anno de 1865, força naval do Imperio eleva-se a 45 navios armados, dos quaes 33 a vapor e 12 de vela, com 609 officiaes e 3.627 praças, e activamente tratava-se da construcção e acquisição de encouraçados e transportes. (6)

Desta força achavam-se já no theatro da lucta os seguintes vasos:

Na flotilha de Matto-Grosso:

Anhambaby — 40 cavallos, 34 homens de guarnição, 2 bocças de fogo.

Cuyabá — 40 cavallos, 31 homens de guarnição, sem artilharia.

Corumbá — 24 cavallos, 28 homens de guarnição.

Alpha — 16 cavallos, 24 homens de guarnição.

Jaurú — 12 cavallos, 19 homens de guarnição.

Paraná — 40 homens de guarnição, desarmado e em concerto.

Total — 5 pequenos vapores em estado de navegar, mas que não podiam ser considerados navios de guerra, e sim simplicies lanchas a vapor (7) com 172 cavallos, 136 homens e 2 canhões.

---

(5) Relatório apresentado na Secção legislativa de 1864 pelo ministro da marinha.

(6) Idem de 1865.

## No Rio da Prata:

## Vapores de rodas e a helice:

Nietheroy. . . . .	368	praças	28	canhões.
Recife . . . . .	188	"	6	"
Amazonas. . . . .	186	"	6	"
Paraense. . . . .	158	"	4	"
Belmonte. . . . .	143	"	3	"
Jequitinhonha. . . . .	138	"	8	"
Beberibe . . . . .	132	"	7	"
Parnahyba. . . . .	132	"	5	"
Itajahy. . . . .	117	"	2	"
Ipiranga. . . . .	105	"	6	"
Araguay. . . . .	111	"	6	"
Araguary . . . . .	102	"	2	"
Iguatemy. . . . .	102	"	2	"
Mearim. . . . .	101	"	6	"
Ivahy. . . . .	100	"	6	"
Maracanã. . . . .	66	"	1	"
Taquary. . . . .	46	"	2	"

## Transporte a vela:

Peperi-Assú. . . . .	40	"	1	"
Iguassú . . . . .	49	"	1	"
	<hr/>		<hr/>	
	2384		102	(8)

A esta esquadra podia Lopez oppôr a sua, que, segundo as melhores informações, era assim constituida: vapores — *Tacuary, Paraguay, Igurey, Marquez de Olinda, Iporá, Jejuy,*

(7) *Barão do Rio Branco*. not. á pag. 104 da obra citada, e Rel. do Ministerio da Marinha 1864 e 1865.

(8) Este quadro resulta da confrontação do de n. 14 do relatório de 1864 com o do n. 15 annexo ao de 1865. Quanto ao armamento dos transportes Peperi-Assú e Iguassú, que não consta desses documentos, guiei-me por Burton, *The Battle Field of Paraguay*. fl. 345, corregindo o visível engano que ahí ha, dando-se ao Iguassú 4 pegas de artilharia. A differença que se nota entre as guarnições deste quadro e as que enumera o *Barão do Rio Branco* no Appenso n. 33, I vol. da obra citada, vem de que o illustrado commendador tomou o estado *completo* das tripulações e eu me cingi ao *effectivo* que tinham os navios.

*Rio Blanco, Rio Apa, Pirabébé, Iberá, Rio Mbotetey, Salto de Guayra, Paraná, Olympo, Pirá-Guirá, Argentina, Flyng-Fish e Pulasky*; navios de vela: escunas *Independencia* e *Aquidaban*; patachos: *Rosario, General Lopez* e *Paraguay*; lanchões: *Humaytá, Cerro Leon* e *Coimbra*.

Além destes navios e varias chatas que possuia, Lopez capturou e incorporou ás suas forças, logo depois do rompimento de hostilidades, os vapores *Anhambahy* e *Ipanema*, brasileiros, 25 de Mayo, *Guauguay* e *Salto Oriental*, argentinos; total — 23 vapores, 5 navios de vela e 3 lanchões, não incluídas ás chatas, que não podiam ser menos de 12, attento o numero das que foram tomadas e destruídas em Riachuelo e Itapirú. (9)

Não ha noticia completa da artilharia que armava estes navios, mas está verificado que todos a tinham, sendo que a das chatas era de calibre 68 a 80. E como só os 8 vapores e 6 chatas que combateram em Riachuelo dispunham de 17 bocas de fogo, o *Rio Branco* de 5, e as duas escunas de 8, o patacho *Rosario* de 2 e cada lanchão de 1, admittindo que os 14 vapores restantes só montassem 2' cada um e addiccionando as de mais de 6 chatas, resulta que no minimo a frota paraguaya era servida por 99 canhões.

A pequena superioridade numerica da artilharia brasileira (102) desaparecia, descontadas as 28 peças da *Nictheroy* que calando 18 pés não podia navegagr os rios *Paraná* e *Paraguay*, cujas aguas seriam o theatro provavel dos recontros com o inimigo. Contra os 99 canhões dos vasos paraguayos, que facilmente poderiam concentrar-se n'um ponto dado, auxiliados por baterias assestadas em terra, não teriamos a oppor mais de 74.

---

(9) *Barão do Rio Branco*, pag. 140 da obra citada. Corrijo assim, inspirando-me nesta fonte de mais seguras informações, a enumeração que fiz daesquadra paraguaya no meu oppusculo *A esquadra e a Opposição Parlamentar*.

O contra-almirante I. J. da Fonseca no livro sobre a Batalha do Riachuelo menciona mais um vapor denominado *Rangel*, como pertencente á esquadra paraguaya. Não tenho desse navio outra noticia e bem pôde ser que fosse algum dos já indicados, ao qual se mudasse o nome.







## IV

*O material flutuante da marinha ao terminar a guerra. Como elle se constituiu. O Arsenal do Rio de Janeiro, seu director e auxiliar. Extraordinaria rapidez das construcções. As officinas particulares. Navios construidos ou adquiridos na Europa e no paiz. Reforços recebidos pela esquadra em operações. Só ha progresso nas despezas.*

Na ultima phase da guerra e apesar de se terem perdido no decurso della 5 navios—o *Anhambay*, na invasão de Matto Grosso, o *Jequitinhonha*, encalhado sob as baterias de Riachuelo e depois destruido, o encouraçado *Rio de Janeiro*, que se submergiu em consequencia da explosão de torpedos na tomada de Curuzú, e os transportes *Oyapock*, que naufragou nas praias de Santa Rosa, á entrada do Rio da Prata, e *S. Francisco*, devorado pelas chammas no porto de Buenos Ayres, a marinha de guerra brasileira contava 94 vasos, dos quaes 16 encouraçados, 48 fragatas, corvetas, canhoneiras e transportes de madeira, 12 lanchões de ferro, todos a vapor; 6 navios de véla, 7 pontões depositos e 5 chatas armadas. Tripolavam esta esquadra 6.474 homens, entre officiaes e praças de pret, e sua artilharia era de 237 boccas de fogo, predominando nesse armamento os canhões raiados de Withwort de 150, 120 e 70 e os de alma lica á Paixhans de 68 a 32.

A força nominal dos vapores era de 6,122 cavallos.

A esse tempo achavam-se escalados desde Montevideo até Cuyabá 9 encouraçados, 6 monitores, 1 fragata, 5 corvetas e 23 canhoneiras a vapor, de madeira, 2 bombardeiras, 7 pontões e 7 transportes guarnecidos por 4.825 homens e 124 canhões. (10)

---

(10) Relatorio do Ministerio da Marinha de 1868 e 1869.

Em 3 annos, foi preparada a maior e melhor parte de tão poderosos elementos de guerra. A contar de 1868 não se alistou mais um marinheiro siquer, não se construiu, nem se comprou, um só navio, limitando-se o trabalho, ainda assim importantes, dos arsenaes á reparação dos estragos da lucta.

Honra a administração do Imperio esse periodo e manda a justica que aqui mencionemos os nomes do chefe de divisão Jesuino Lamego Costa (depois vice-almirante, barão da Laguna e senador) (11), dos capitães tenentes Level e Brannonnôt e do capitão de fragata Henrique Baptista, aquelle inspector do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e estes chefes das officinas de construcções navaes, de machinas e do laboratorio pyrotechnico, que, verdadeiros Titans do trabalho, mais contribuíram para os grandes resultados obtidos. Zelo, dedicação patriótica, habilitações profissionaes difficilmente se encontram reunidos, no gráo em que os manifestaram tão distinctos funcçionarios. E convem advertir que em 1865 o Arsenal da Côrte, como se denominava, exactamente o melhor dos que possuia o Imperio, longe estava de poder attender ás necessidades do serviço, mesmo em epocas normaes. Fal-tavam-lhe espaço e muitos dos meios mechanicos adoptados pela industria moderna, que simplificam a mão de obra, economisam material e tempo. (12)

Não fôra o esforço extremo com que, desde os chefes do serviço até o menos graduado operario, porfiavam todos no

---

(11) Em lembrança deste prestimoso auxiliar, e annos depois companheiro no Senado, citarei um incidente que a muitos parecerá sem importancia, mas que dá a medida de seu zelo no cumprimento do dever.

Resolvida pelos motivos que depois ver-se-ão a construcção de uma entrada de ferro no Chaco, ordenei que dentro de 3 dias se preparassem no Arsenal de Marinha os milhares de dormentes precisos, que embarcariam no immediato, para o que autorizei aumento de salario, de horas de serviço e engajamento de operarios civis, que se revezassem, dia e noite, com os arregimentados. Na segunda noite, quiz verificar como se executavam taes ordens e inesperadamente apresentei-me ás 2 horas da madrugada, na ilha das Cobras. (

Por entre as turmas de trabalhadores divisei a imponente figura do chefe Lamego, que os fiscalizava e animava. Não me apanham, disse-me ao ponderar-lhe que assim prejudicava a saude. Ali permaneceu emquanto não via prompta o que chamava a minha *mas-sante encomenda*. E era conselheiro de guerra, official general, de avançada idade, enfermo, tinha sob as suas ordens um vice-inspector, ajudante e outros subalternos em quem podia descansar.

(12) Relatorios do Ministerio da Marinha de 1864 e 1865.

desagravo da honra nacional (13) seguramente não se poderia contar de 31 de Janeiro de 1865 até 8 de Maio de 1868, não só levar a effeito importantes reparações nos cascos, machinas, e accessorios dos navios existentes e a conclusão de construcções já encetadas, senão tambem começar e terminar as de 3 encouraçados, 5 monitores e 2 bombardeiras, lançar as quilhas e adiantar a execução de mais 1 corveta encouraçada e de 1 rebocador. Um dos encouraçados cahio ao mar em menos de 4 mezes, as bombardeiras fluctuaram em pouco mais de 3 e um dos monitores ao cabo de 5 mezes e alguns dias.

---

(13) Destacaram do Arsenal da Bahia para o do Rio de Janeiro 200 operarios que prestaram bons serviços.



Eis aqui as datas precisas:

NOME DOS NAVIOS	ENTRADA PARA O ESTALEIRO	LANÇAMENTO AO MAR
<b>Vapor:</b>		
Taquary . . . . .	3 de Novembro de 1862.	30 de Janeiro de 1865.
<b>Encouraçados:</b>		
Tamandaré . . . . .	31 de Janeiro de 1865.	23 de Junho de 1865
Barroso . . . . .	21 de Fevereiro de 1865	4 de Novembro de 1865.
Rio de Janeiro . . . .	26 de Junho de 1865..	17 de Fevereiro de 1866.
<b>Bombardeiras:</b>		
Pedro Affonso . . . .	20 de Novembro de 1865	17 de Março de 1866.
Forte de Coimbra . . .	20 de Novembro de 1865	17 de Março de 1866.
<b>Corveta:</b>		
Vital de Oliveira . . .	14 de Março de 1863 .	21 de Março de 1867.
<b>Monitores:</b>		
Pará . . . . .	8 de Dezembro de 1866.	21 de Maio de 1867.
Rio Grande . . . . .	8 de Dezembro de 1866.	17 de Agosto de 1867.
Alagôas . . . . .	8 de Dezembro de 1866.	30 de Outubro de 1867.
Piauhý . . . . .	8 de Dezembro de 1866.	8 de Janeiro de 1868.
Ceará . . . . .	8 de Dezembro de 1866.	26 de Março de 1868
Santa Catharina . . .	22 de Março de 1867.	6 de Março de 1868.
<b>Corveta encouraçada:</b>		
Sete de Setembro . . .	8 de Janeiro de 1868 .	.....
<b>Rebocador:</b>		
Lamego . . . . .	8 de Janeiro de 1868 .	..... (14)

(14) Relatório de 1868, quadro junto ao annexo intitulado *Construções Antigas*.

Para dar vazão a tantas obras procurou o governo o concurso de officinas particulares, que tambem com louvavel empenho secundaram seus intuitos, distinguindo-se as da Ponta da Areia e de John Maylor & Cia.; mandou vir do estrangeiro machinismo e ferramentas para fabricação de chapas de couraça e sua adaptação ao costado dos navios, martinetes a vapor, prensas hydraulicas, serras, etc. (15), annexou ao Arsenal do Rio de Janeiro parte da ilha das Cobras, ahi creou officinas e depositos, transferiu o laboratorio pyrotechnico para a Armação (16), augmentando-o de modo a nada carecermos importar (17) e adquiriu a ilha das Enxadas com grandes armazens e edificios.

Inexcedivel embora a actividade desenvolvida nestes aprestos, não poderíamos acudir a todas as eventualidades da guerra, com a urgencia precisa, se tudo esperassemos dos estabelecimentos nacionaes, ou das aquisições realizadas no paiz. Os mercados europeus offereciam facilidades, que o governo não se descurou de aproveitar, já para premunir-se de prompto de fortes encouraçados, como era de mister n'uma guerra em rios estreitos e de margens fortificadas, já para obter navios de transporte, dispensando assim, com redução notavel da despeza, os elevados fretamentos, que sobrecarregavam os cofres publicos, na condução até o theatro da guerra dos numerosos batalhões de voluntarios, que em todas as provincias se organizavam, dos contingentes do exercito e da marinha incessantemente expedidos e dos abastecimentos necessarios ás forças em campanha. D'outra sorte não poderia a esquadra receber, desde Abril de 1865 até 6 de Maio de 1868, o reforço de 21 navios para combate e transportes.

Os navios construidos ou adquiridos no Brasil, foram:

Canhoneiras: *Henrique Martins e Greenalgh.*

Bombardeiras: *Pedro Affonso e Forte de Coimbra.*

Encouraçados: *Tamandaré, Barroso e Rio de Janeiro.* (19)

(15) Na administração do conselheiro Pinto Lima e na minha.

(16) Administração do conselheiro Silveira Lobo.

(17) Na minha administração.

(18) Custou a ilha com todos os seus edificios 1.450:000\$000.

(19) Na administração do conselheiro Pinto Lima.

Monitores: *Pará, Piauí, Ceará, Alagoas, Santa Catharina* e *Rio Grande do Sul*. (20)

Transportes: *S. Francisco* (antigo *Cotopaxi*) Princeza de Joinville, *Apa, Marcilio Dias* (21) *Silveira, Bonifacio*, (antigo *Lusitania*) e *Pirajá*. (22)

Construídos ou adquiridos na Europa:

Encouraçados: *Herval* (antigo *Meduza*), *Mariz e Barros* (antigo *Trion*), *Bahia* (antigo *Minerva*), *Lima Barros* (antigo *Bellona*), *Silvado* (antigo *Nemesis*), *Colombo* e *Cabral*. (23)

Transportes: *Leopoldina* e *Isabel* (24), *Werneck* (antigo *Orellana*), e *Vassimon* (antigo *Paulo Affonso*). (25)

Outras embarcações de menor importancia foram compradas ou fretadas no Rio da Prata, quer directamente por ordem do governo, quer sob a approvação deste, por iniciativa do commandante em chefe, para servirem de hospitaes e depositos e facilitarem as communicações da esquadra. Taes foram:

Hospital de Sangue — *Onze de Junho*; Pontões: *Guilhermina, Angelica, Dom Luiz, Quickstep, Elisa, Duvidosa, Arroyo Negro* e as lanchas a vapor *João das Botas* (26), *Bonifacio, Pimentel, Couto, Jansen Müller, Vassimon, Fiuza, Jejuy, Netto de Mendonça, Inhauma, Tebicuary, Pirebebuy, Manduvirá*, e as ns. 1, 2, 3 e 4; Correios, *Lindoya, Voluntarios da Patria* e *General Osorio*.

(20) Na minha administração.

(21) Administração Pinto Lima.

(22) Minha administração.

(23) Administração Pinto Lima.

(24) Idem. Alguns dos encouraçados, sinão todos, excepto o *Colombo* e o *Cabral*, construíam-se por conta de Lopez. Os constructores, porém, resolveram rescindir os respectivos contractos, porque em consequencia do bloqueio feito pela nossa esquadra, não pôde o dictador effectuar os pagamentos nos prazos ajustados. Se houveramos perdido a batalha de Riachuelo e recebesse o inimigo aquellas machinas de guerra, outro seria talvez o exito da campanha.

(25) Minha administração.

(26) Assim chamada em lembrança dos distinctos serviços, que prestou na guerra da Independencia o capitão de mar e guerra *João Francisco Oliveira Bóas* a quem puzeram tal alcunha.

Algumas das denominações dadas a estes novos navios destinavam-se a honrar os officiaes e praças que mais se iam distinguindo em campanha, sendo que infelizmente apenas tres desses bravos tiveram sciencia da homenagem, que assim lhes prestava a patria: o vice-almirante Tamandaré, o chefe de divisão Barroso e o general Osorio, depois barão, visconde e marquez do Herval.

Para melhor assegurar a defesa da provincia do Rio Grande do Sul, que de subito poderia ser invadida, occorrendo qualquer complicação nos negocios da Republica Oriental, como quasi se realizou por occasião do assassinato do nosso leal alliado, o general Venancio Flores, resolveu o governo mandar construir em França quatro canhoneiras de ferro de pequeno calado, proprias para a navegação dos rios e lagos daquella parte do Imperio. São as que receberam os nomes de *Henrique Dias*, *Felippe Camarão*, *Vidal de Negreiros* e *Fernandes Vieira*, os heróes pernambucanos da guerra contra os holandezes. (27)

Momento houve em que pareceu provavel um rompimento com o Perú, pelos motivos que adiante exporemos. Cumpria que o Brasil se acautelasse contra essa emergencia, provendo de modo a impedir qualquer invasão pela fronteira do Amazonas.

Naquella extensa região, cortada de rios, o elemento principal de defesa consistirá sempre na mobilidade das forças, que tenham de operar, e, portanto, em transportes fluviaes, que rapidamente as conduzam de um ponto para outro da linha divisoria, impossivel de ser toda guarnecida.

A essa necessidade attendeu o governo, mandando construir 10 lanchões de ferro, movidos a vapor, artilhados e com capacidade para receber cada um 100 praças e os respectivos municiamentos. (28)

Eis, em resumo, quanto se fez pela repartição da marinha para augementar o material da armada, collocando-a em condições de sustentar o pavilhão nacional na guerra a que fôra o Imperio compellido e nas complicações que d'ahi viessem. O confronto dessa época com a actualidade não

---

(27) Minha administração.

(28) Minha administração.



Para os hospitaes ou enfermarias de terra, montados pelo Ministerio da Marinha, entraram no mesmo periodo acima 15.259, obtiveram alta 10.929, morreram 1.158 e 3.172 tiveram o destino já indicado — volta á patria. De Fevereiro a Dezembro de 1869, tanto nos navios como nos hospitaes, trataram-se 4.112 enfermos — ou feridos: restabeleceram-se 3.466, ficando-se apenas 65. (2) Cumpre advertir que estes algarismos comprehendem não só o pessoal da marinha, senão tambem praças do exercito e prisioneiros paraguayos, indistinctamente recolhidos a bordo ou nos estabelecimentos, de terra, conforme as necessidades da occasião.

Funcionaram durante a campanha tres hospitaes: o 1º, de sangue, a bordo do vapor *Onze de Junho*, onde se conservou sempre; o 2º em Buenos-Aires e o 3º em Corrientes. A medida que os navios subiam o rio Paraguay, era o estabelecimento transferido para o logar mais proximo. Assim o de Corrientes passou-se para Humaitá e dahi para Assumpção. Organisaram-se tambem enfermarias no Cerrito e no Chaco (3)

Insano foi o trabalho que pesou sobre o corpo de saude e para avalial-o basta ponderar que, além das enfermidades e padecimentos communs em todas as guerras, teve elle de debellar varias epidemias, como as do sarampão e da variola, do escorbuto, da dysenteria e diarrhéas, da febre typhoyde e do cholera, sendo que este, depois de assolar a esquadra, durante 32 dias, fazendo centenares de victimas, tornou-se endemico. Houve semanas e mezes em que, noite e dia, não tiveram os cirurgiões da marinha um momento de descanso, tal o extraordinario numero de infelizes, que reclamavam urgentes cuidads, sempre prestados com dedicacão e proficiencia. Só nas enfermarias dos nove navios do chefe Barroso, na vespera da batalha do Riachuelo, existiam 200 praças.

Nestes serviços modestos, porém penosos, nobilissimos e humanitarios, em que o medico tantas vezes expõe a propria vida, distinguiram-se os drs. Propicio, Damazio, Daltro, Garcia de Mendonça, Adrião Chaves, Horacio Cezar (4) Vil-

---

(2) Quadros annexos á *Historia Medico Cirurgica da Esquadra Brasileira*, pelo dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier de Azevedo.

(3) Cit. Relat. de 1869.

(4) Pertencia ao corpo de saude da armada, mas esteve ao serviço do exercito.

convence que tenhamos progredido, salvo na despeza. Durante a guerra despendeu-se pelo Ministerio da Marinha,

nos

Exercicios de 1864 — 1865. . . . .	13.317:543\$087
" " 1865 — 1866. . . . .	19.928:421\$228
" " 1866 — 1867. . . . .	17.588:476\$118
" " 1867 — 1868. . . . .	23.854:594\$578
" " 1868 — 1869. . . . .	18.040:709\$113
" " 1869 — 1870. . . . .	16.952:738\$238

Nos ultimos annos da administração Imperial a despeza desse Ministerio foi:

1888. . . . .	11.824:000\$000
1889 (dois mezes de dictadura militar, inclusive). . . . .	12.437:000\$000

Sob a Republica:

1890. . . . .	15.436:000\$000
1891. . . . .	17.310:000\$000
1892. . . . .	21.599:000\$000

Muito maior deve ter sido a despeza de 1893. (20)

---

(29) Effectivamente assim aconteceu: no momento de entrar esta folha para o prelo; tenho presente o relatorio do S. Felisbello Freire, ministro da Fazenda —, de cuja tabella n. 2 consta que a marinha absorveu em 1893 — 23.519:000\$000, — quasi o dobro do que se gastou em 1889.

E ainda não estão liquidadas todas as contas.

No corrente anno de 1894, a despeza assumirá proporções gigantesca.





## V

*O corpo de officiaes da armada. Desfalque do quadro. Providencias tomadas para preencher-o. Nobre procedimento dos guardas-marinha e aspirantes. O quadro extraordinario. Inconvenientes e perigos das promoções rapidas e meios de attenual-os.*

Muito maiores difficuldades do que o reparo e aquisição do material flutuante antolhavam-se ao governo, para supprir a esquadra de tripulações sufficientes ás necessidades da guerra. Navios e seus pertences compram-se ou se constróem de prompto, como os factos demonstraram; bons marinheiros não se adquirem e menos se formam em pouco tempo, senão educando-os cuidadosamente nas fainas da laboriosa e arriscada profissão.

Nem quanto a officialidade, nem no tocante ás praças de pret das diversas classes, offereciam os corpos de marinha pessoal correspondente ao maior numero de navios que era preciso armar, na lucta em que se achava o paiz empenhado. No de officiaes da armada, que em seu estado completo deveria contar 1 almirante, 2 vice-almirantes, 4 chefes de esquadra, 8 de divisão, 16 capitães de mar e guerra, 30 capitães de fragata, 60 capitães-tenentes, 160 primeiros tenentes e 240 segundos tenentes, faltavam 210 officiaes desta ultima classe e achavam-se vagos o primeiro posto e um de vice-almirante.

Estas duas vagas facilmente seriam preenchidas, mas convinha deixal-as em aberto para futura recompensa dos officiaes que mais se distinguissem, embora já os houvesse dignos da promoção. Com referencia aos segundos tenentes, tão necessarios a bordo para folga na escala do serviço,



grande embarço oppunha-se ao provimento do quadro. Existindo então 24 guardas-marinha, não se tendo apurado em 1866 mais que 16, todos ou quasi todos sem os dois annos de embarque, a viagem de instrucção e o exame pratico, requeridos para serem elevados áquella patente, e nem se podendo esperar proximo augmento do respectivo pessoal, visto não apresentar a companhia de aspirantes mais de 73 praças, nomeou o governo alguns officiaes de nautica, ou pilotos, segundos tenentes de commissão, occorrendo assim a tamanho desfalque daquelles officiaes subalternos. As escolhas presidio o maior escrupulo e em boa hora se fizeram, porque em geral os nomeados não se mostraram inferiores no zelo pela causa nacional, no valor e habilitações technicas aos seus camaradas do quadro, oriundos da Escola de Marinha (1).

Em 1867, autorizou o Poder Legislativo que durante a guerra fossem os guardas-marinha dispensados da viagem de instrucção para serem promovidos, uma vez que satisfizessem o exame pratico e tivessem 2 annos de embarque ou 1 de campanha; (2) pois releva assignalar, em honra dos briosos moços, todos os guardas-marinha serviram na esquadra em operações e não poucos aspirantes solicitaram e obtiveram permissão, para compartirem eguaes labores. Grenhalg, Lima Barros e outros, que immortalisaram seus nomes, morrendo gloriosamente na defesa da patria, mostraram como se pode ser heróe em verdes annos.

Praças arregimentadas, achavam-se os aspirantes sob a acção immediata do governo, que todavia só deferio áquellas sollicitações, quando autorisadas pelos paes ou tutores desses menores, que bem podiam obedecer simplesmente a um movimento de enthusismo irreflectido. Foram elles collocados sob a immediata protecção do commandante da esquadra, a quem se recommendou que jamais os empregasse em serviços perigosos.

E tratava-se de uma guerra externa, não de luta intestina, da qual, ao contrario de lamentavel facto recente, cumpria arredar a mocidade, esperanza do futuro, para que as novas gerações não se imbuam de outros sentimentos, que não sejam os de solidariedade e confraternisação nacional. Mais ainda: aquelles nobilissimos mancebos não

---

(1) Relatorio de 1865 e 1866.

(2) Lei n. 1523 de 28 de Setembro de 1867.

ousaram abandonar, por exclusiva deliberação propria, a séde dos estudos, obrigando seus paes a virem arrancal-os dos quartéis e fortalezas, onde inutilmente se expunham a uma morte ingloria, e isto n'um tempo em que se consagra como formula official o moto — *salût et fraternité*, traduzido por — *saude e fraternidade!*

Na maior parte, os navios da esquadra, na primeira phase da guerra, eram commandados por primeiros tenentes, que em actos repetidos de bravura haviam feito jús á recompensa de mór valia para militares — o adiantamento na carreira. Via-se, porém, o governo na impossibilidade de conferil-a a muitos dos que assim sobresahiram, occupados como estavam os postos superiores por officiaes de avancada idade, já incapazes do serviço de guerra, alguns pelo peso dos annos, ou de molestias, outros pela diuturna permanencia em commissões de terra, perdidos por essa causa os habitos da vida do mar.

Destituído de meios para obrigar-os á reforma, o ministro da marinha lançou mão das medidas indirectas ao seu alcance, afim de abrir vagas em que fossem contemplados os que arriscavam diariamente a vida e supportavam com a maior constancia toda a sorte de sacrificios, em frente ao inimigo. Algum resultado produziram taes providencias; sendo que, não poucas vezes, foi acolhido, por antigos e bons servidores, o simples e confidencial appello do governo ao seu desinteresse e espirito de classe, em favor dos que afrontavam a morte, enquanto tranquillamente usufruiam elles os proventos de empregos sedentarios. Varios pedidos de reforma não tiveram outra determinante.

Não bastava isso, entretanto, e em 1867 conseguiu o poder executivo que as Camaras legislativas o autorisassem a exceder o quadro dos officiaes do corpo da armada, nomeando mais 1 almirante, 1 vice-almirante, 1 chefe de esquadra, 2 chefes de divisão, 3 capitães de mar e guerra, 6 capitães de fragata e 12 capitães tenentes, dadas as condições expressas no art. 6º da lei de 28 de Julho de 1865 (1). Preenchidos estes postos, nenhuma promoção se faria até que o respectivo quadro ficasse reduzido ás anteriores proporções (3).

---

(3) Citada lei n. 1523. As condições da lei de 1865 eram que as promoções se fizessem, por actos de bravura, ou serviços extraordinarios, constantes da ordem do dia do commandante em chefe.

Quão mudados os tempos! Naquella quadra, honrosa para o Brasil, a impossibilidade de promover a quem merecia era séria preocupação do governo, que os poderes publicos acuradamente procuravam remover, conciliando o interesse da classe com a conveniencia do Estado. Hoje, motivo deve ser de graves cogitações para os depositarios da autoridade, a situação inversa em que se encontram, e que é também origem de graves inconvenientes e perdas irreparaveis. Uma syndicancia rigorosa dos factos, qual soem estabelecer as nações adiantadas, talvez denuncie como causa efficiente dos desastres, ultimamente occorridos na marinha, a ascenção, que chamaremos acelerada, aos postos e commandos superiores.

Incontestavelmente fulguram mais os bordados de uma farda de general e os multiplos galões dos altos postos se ostentam com mais garbo, quando não encaneceram ainda aquelles que os revestem; mas muitas desgraças ter-se-iam evitado, não poucos vexames poupar-se-iam, se não nos esquecessemos de que o estagio militar é condição indispensavel para o bom desempenho de arduos deveres, pois para saber mandar é preciso ter aprendido a obedecer.

Justos foram, sem duvida, os intuitos do governo, promovendo a adopção do quadro extraordinario e do Poder legislativo autorisando-o. A rapida elevação de jovens officiaes era retribuição merecida de serviços fóra do commum. Havia, porém, nisso um perigo, que posteriormente devia ser attenuado. Daquella inversão ás regras ordinarias da promoção, como hoje da reforma chamada *compulsoria*, decretada por acto dictatorial, resultou e acontece que officiaes inexperientes se vissem e se vejam collocados em posições nas quaes nem a coragem, nem a illustração bastam para que se revelem bons marinheiros, faltando-lhes os requisitos que só se adquirem na longa pratica da vida do mar, lutando com os ventos e as ondas.

As transformações porque têm passado os navios augmentaram sua efficacia como machinas de guerra, em prejuizo das qualidades nauticas, difficultando, portanto, a missão do homem do mar, ao passo que facilitaram a do combatente. Na actualidade mais do que nunca importa que o commando e funcções auxiliares a bordo sejam entregues a traquejados navegadores, a bons officiaes de catavento.

E elles se formarão em viagens longinquas no exterior, em constantes cruzeiros na costa do paiz, já em navios soltos, já em divisões ou esquadras de evolução, guiados por chefes habéis, que os conservem em frequentes exercicios, em rigoroso pé de guerra e disciplina, escolhendo-se para isso as monções favoraveis e vasos adequados aos mares que hajam de sulcar (4).

Infelizmente, concluida a guerra não se cuidou disso, ao menos tanto quanto convinha e nem sob as novas instituições ganhou a instrucção technica do corpo de officiaes da armada.

Exige a alta importancia do assumpto, que o explane-mos mais de espaço.

A situação normal da marinha de guerra n'um paiz como o Brasil, cuja costa maritima tem o desenvolvimento de 6,600 kilometros e conta, no interior, tamanho numero de rios e lagoas navegaveis devera ser de constante movimento. A natureza o indica e o reclamam tanto o interesse da competencia da officialidade, como as conveniencias economicas e as de segurança e defesa do territorio. Entretanto, a situação de nossa força naval é a da inercia e da estabilidade!

Por via de regra os navios permanecem fundeados nos ancoradouros, em detrimento da educação profissional, da disciplina e do proprio material, que se estraga inutilmente.

Uma viagem de estudos, um cruzeiro de aturada duração são acontecimentos excepcionaes e mesmo assim seguindo sempre rôtas conhecidas e isemptas de difficuldades.

No immenso littoral, que se desdobra desde o Oyapok até o Chuy, abrem-se numerosissimos portos, enseadas, abrigos e a foz de multiplos e caudalosos rios, que por suas extensas ramificações poêm o Atlantico em comunicação com os pontos mais remotos do centro; muitos delles accessiveis aos mais alterosos vasos da esquadra, todos navegaveis pelos de menor calado. Pois bem; a maior parte dessas bahias e grandes arterias fluviaes são tão desconhecidas para os nossos officiaes de marinha, como eram de 1865 a 1870 os rios Alto Paraná, o Tebicuary, Manduvirá, Jejuy e outros, em que pela primeira vez entraram, prumo na mão,

---

(4) Já no relatorio de 1869 abundava nestas idéas o illustre ministro que o firmou, o Barão de Cotegipe.



apróando para o ignoto, sob a metralha e fuzilaria do inimigo, occulto nas margens nunca por elles devassadas.

O official consummado, diz uma autoridade no assumpto, será o piloto de todos os portos do mundo. Não o são nem das aguas territoriaes da patria os officiaes brasileiros! Na vasta e profunda bahia do Rio de Janeiro inopinadamente encaham!

Hoje, mais que nunca, accrescentou o mesmo escriptor, é necessario que o official de marinha tenha perfeito conhecimento theorico e pratico de todas as regiões nauticas do globo. Uma hora perdida póde decidir do triumpho ou do revez. Ainda durante a noite e debaixo de cerração *nada* justificará um momento de hesitação na entrada de qualquer porto, a fim de evitar, por exemplo, inimigo superior em numero; nada desculpará falsa manobra proveniente da ignorancia dos logares, da insciencia dos perigos ou vantagens, que offereça a respectiva navegação (5).

E, todavia, em tão triste contingencia ver-se-iam fatalmente os officiaes da armada, se houvessemos de sustentar uma luta nas aguas do Brasil, fóra dos portos principaes, que elles tenham frequentado. Os reconhecimentos e explorações, o levantamento de plantas, principalmente do litoral e grandes rios do paiz, em uma palavra — a *circulação*, tal é uma das primeiras necessidades da marinha de guerra.

Circulassem os navios em vez de apodrecerem ou serem corroídos pelo guzano nos portos, e teriamos, pelo menos, concluido o magnifico trabalho, que nas costas do norte tão brilhantemente executou o finado capitão de fragata Vital de Oliveira e que, ha mais de 30 annos, não encontrou continuador; estivessem em constante movimento e haveriamos achado a verdadeira solução do grande problema das communicações internas, aproveitados para isso os magestosos rios, que sulcam a nossa terra em todas as direcções.

Consideraveis riquezas se descobririam, immensos recursos se utilisariam, innumerous perigos a prevenir, e que de futuro podem influir nos destinos da patria, estariam já reconhecidos, sem fallar nas habilitações theoricas e practicas, no vigor physico, na confiança em si mesmos, que assim adquiririam chefes e guarnições.

---

(5) G. Charmes, La Reforme de la Marine.

Oxalá possamos applaudir o governo, que o comprehenda e execute, prestando á classe inestimavel serviço!

Uma das altas patentes da armada, que recentemente dirigiu seus destinos, affirma, em documentos official, faltarem ao pessoal superior de nossa marinha de guerra (*sic*) — a dedicação e elevação de animo precisos para que possa contrahir as qualidades moraes, que exornam o verdadeiro militar, situação deploravel que esse official general attribue a quatro causas — a inacção em que vive a classe, injustiças na apreciação do merecimento de seus membros, ficando por isso sem galardão serviços relevantes, inferioridade dos vencimentos, que percebem os officiaes embarcados, relativamente aos que têm emprego em terra e aos dos corpos annexos e... (quem o crêra!) *jogatina na bolsa* (6).

Ha demasiada severidade nestes conceitos e nem nos parece que o abatimento dos officiaes da armada, incontestavel sem duvida, mas não tão profundo como o assignala o illustre contra-almirante, seja devido ás tres ultimas causas mencionadas, duas das quaes, sobretudo a ultima, se existe, não têm seguramente, cumpre dizel-o em honra da corporação, a generalidade que lhes attribue.

Quaesquer, porém, que sejam os motivos de que se originem o desgosto e desanimo de classe tão digna e esperancosa, urge removel-os.

Não serão demasiados todo o esforço e cuidado que se empreguem na instrucção especulativa e pratica dos officiaes de marinha. A tactica naval, observa o almirante Aube (7), foi outr'ora uma sciencia baseada em determinados principios; mas na actualidade a energia, a audacia, o sangue frio e as qualidades moraes do commandante, e de seus auxiliares assegurarão a victoria, a despeito das mais sabias combinações da tactica, pois já não ha regras fixas.

Desde que com a introdução do vapor nos navios da guerra, pondera ainda Charnes, para executar as mais difficeis manobras, já não se depende da brisa, ou, na phrase consagrada, já não se precisa contar com a *vantagem de barlavento*, ninguem póde dizer qual será a melhor linha de batalha a apresentar ao inimigo. Não se encontram duas obras de tactica naval accordes sobre a ordem em que

---

(6) Contra-almirante Custodio de Mello. Relatorio da Marinha de 1892, pag. 15.

(7) *L'Avenir de la Marine Française*.

uma esquadra deve marchar de encontro a outra, ou receber-lhe o choque. Uns preconizam a linha de fila, outros a de frente e terceiros a de escarpa; os mais sinceros e discretos confessam ignorancia a respeito. Qualquer que seja a estrategia anteriormente assentada, toda a luta entre esquadras, apoz o primeiro momento, degenerará em recontros parciaes, em que cada navio se arremessará sobre outro inimigo, procurando mettel-o a pique. Como os combates dos heróes de Homero, sem laço apparente entre si, o conjuncto desses prelios singulares, formará a batalha, cujo exito será devido antes ao merito dos chefes, do que á superioridade das armas.

A guerra moderna tem exigencias com vezes mais terribes que as dos tempos idos. Quando se navegava a vela, não eram muito de temer-se as surpresas. Não se podia ser attingido, senão reinando determinados ventos; sabia-se, portanto, que, occupando certa posição, se estava em segurança. Os navios se avistavam de longe e os adversarios mediam-se com os olhos antes de entrarem em luta. As vigalias eram menos prolongadas, mais isemptas de apreensões, menos difficeis. Hoje tudo mudou. Uma esquadra de bloqueio ou de cruzeiro não tem momento de repouso; vê-se incessantemente ameaçada e se não se guardar com a maior cautela está sempre em riscos de ser atacada inesperadamente. De dia ou á noite, sob qualquer tempo, ancorada ou em pleno mar, póde ser fulminada por um inimigo quasi invisivel (8).

E' preciso, pois, conclue o escriptor, augmentar o numero de officiaes encarregados do commando e da vigilancia do navio, e, sobretudo, acrescentaremos nós — é preciso prover de modo que esse pessoal dirigente, pela theoria e pela pratica, esteja na altura de tão pesados deveres, que por isso mesmo que são difficeis e agros tanto nobilitam a profissão.

Por ultimo, cumpre que os proprios officiaes se compenetrem de que — se houve notaveis ministros da marinha, que jamais cartearam milhas, ou fizeram quarto a bordo, como Richelieu e Colbert, em França, Martinho de Mello, na antiga metropole, e Salyador Maciel, entre nós, não menciona a historia um só abalisado politico, *homem do mar*.

---

(8) G. Charnes, obr. cit.



## VI

*Corpos de saude, de machinistas e de fazenda. — Repartição Fiscal e Pagadorias de marinha no Rio da Prata*

O quadro de cirurgiões e pharmaceuticos da marinha, fixado em lei, mesmo completo não seria sufficiente para o serviço em tempo de guerra. Deveria contar em 1865 um cirurgião mór, dous de esquadra, seis de divisão, 20 primeiros cirurgiões, 40 segundos, tres primeiros pharmaceuticos e sete segundos, ao todo 79 officiaes de saude; mas muitas vagas estavam por preencher. (1)

Não poupou o governo sacrificios para suppril-as e augmentar o numero de facultativas, que soccorressem os bravos marinheiros não só nos accidentes dos combates, como nas enfermidas e graves epidemias de que foram victimas.

Nada menos de 33 profissionaes civis se contractaram, mediante avultados honorarios, e assim se poudes montar as enfermarias de bordo e crear hospitaes no theatro da luta.

A solicitude da administração, o zelo e devotamento do Corpo de saude obtiveram os mais felizes resultados. Os hospitaes de sangue ou sedentarios eram modelos de ordem, asseio e economia, nada deixando a desejar a estatistica de clinica medica e cirurgica, que honrou os praticos brasileiros. Effectivamente, os mappas officiaes apresentam algarismos fora de toda a proporção com os mais consoladores de outras campanhas, em qualquer parte do mundo. Nos annos de 1865 a 1868 e no mez de Janeiro de 1869, as enfermarias de bordo receberam, doentes ou feridos, 20.620 praças, das quaes sahiram curadas 16.941 e falleceram apenas 736. Dos 2.943 que completam o numero das entradas a maior parte regressou ao Brasil, continuando os demais em tratamento.

---

(1) Relatorio da Marinha, 1869, quadro n. 4.



Para os hospitaes ou enfermarias de terra, montados pelo Ministerio da Marinha, entraram no mesmo periodo acima de 15.259, obtiveram alta 10.929 morreram 1.158 e 3.172 tiveram o destino já indicado — volta á patria. De Fevereiro a Dezembro de 1869, tanto nos navios como nos hospitaes, trataram-se 4.112 enfermos — ou feridos: restabeleceram-se 3.466, finando-se apenas 65. (2) Cumpre advertir que estes algarismos comprehendem não só o pessoal da marinha, senão tambem praças do exercito e prisioneiros paraguayos, indistinctamente recolhidos a bordo ou nos estabelecimentos, de terra, conforme as necessidades da occasião.

Funcionaram durante a campanha tres hospitaes: o 1º, de sangue, a bordo do vapor *Onze de Junho*, onde se conservou sempre: o 2º em Buenos-Aires e o 3º em Corrientes. A' medida que os navios subiam o rio Paraguay, era o estabelecimento transferido para o logar mais proximo. Assim o de Corrientes passou-se para Humaitá e dahi para Assumpção. Organisaram-se tambem enfermarias no Cerrito e no Chaco (3).

Insano foi o trabalho que pesou sobre o corpo de saude e para avalial-o basta ponderar que, além das enfermarias e padecimentos communs em todas as guerras, teve elle de debellar varias epidemias, como as do sarampão e da variola, do escorbuto, da sysenteria e diarrhéas, da febre typhoide e do cholera, sendo que este, depois de assolar a esquadra, durante 32 dias, fazendo centenares de victimas, tornou-se endemico. Houve semanas e mezes em que, noite e dia, não tiveram os cirurgiões da marinha um momento de descanso, tal o extraordinario numero de infelizes, que reclamavam urgentes cuidados, sempre prestados com dedicação e proficiencia. Só nas enfermarias dos nove navios do chefe Barroso, na vespera da batalha do Riachuelo, existiam 200 praças.

Nestes serviços modestos, porém penosos, nobilissimos e humanitarios, em que o medico tantas vezes expõe a propria vida, distinguiram-se os drs. Propicio, Damazio, Daltro, Garcia de Mendonça, Adrião Chaves, Horacio Cezar (4) Vil-

---

(2) Quadros annexos á *Historia Medica Cirurgica da Esquadra Brasileira*, pelo dr. Carlos Francisco dos Santos Xavier de Azevedo.

(3) Cit. Relat. de 1869.

(4) Pertencia ao corpo de saude da armada, mas esteve ao serviço do exercito.

laboim, Bento de Carvalho, Castro Rabello, Joaquim Bettamio, Caetano da Costa, Caminhoá, Ribeiro de Almeida, Carlos Frederico, director geral desde a campanha da republica oriental (5) Thomaz Antunes, criador do hospital de Corrientes, Carneiro da Rocha, que, desgostoso, pensa em deixar a carreira, e outros. Entre os facultativos civis contractados salientaram-se Pereira Guimarães, actual cirugião-mór, perseguido como rebelde, Almeida Campos, Paula Tavares, Antenor Guimarães e Autran, victima este mais tarde de molestia adquirida naquelle inhospito clima e nos labores incessantes da profissão. Falleceram durante a guerra, ou de enfermidade nella contrahidas, os drs. Paranapuza, Manoel Ignacio Lisboa, Claudio da Silva e Castro Rabello.

A carencia de nacionaes habilitados com os conhecimentos exigidos para a admissão no corpo de machinistas, a morosidade e multiplas diligencias de que dependia a naturalização de estrangeiros, já amestrados por langa pratica e familiarizados com o serviço, que no mesmo quadro se propunham entrar, não permittiram que o respectivo corpo se completasse durante a campanha, o que se remediou com o engajamento de extranumerarios.

Teve, entretanto, a esquadra, pessoal que bem desempenhou os encargos da especialidade, tão importante e melindroso que na competente opinião do vice-almirante Krantz, é mais perigoso um mau mechanico no seu posto do que um pessimo official de quarto no passadiço. Pode o commandante inspecionar o serviço deste e corrigir-lhe os erros, mas na maior parte dos casos somente se aperceberá das faltas do machinista, quando já seja tarde para reparal-as.

Neste particular, como em outros, vamos em regresso; o actual Corpo de machinistas da marinha é inferior ao que ella possuuiu no tempo da guerra.

Um dos ultimos ministros da repartição externou a seu respeito estes desanimadores conceitos: — não está na altura da difficil tarefa que hoje incumbe a estes profissionaes na marinha de guerra, pois lhes fallece sufficiente instrucção: é tal a rasão por que as machinas dos navios depressa se estragam, passando por constantes reparações. Pode dizer-se que os nossos machinistas navaes não têm escola, visto não merecer tal nome a existente, onde quasi nada

---

(5) Estes dous distinctos medicos escreveram, o 1º, hoje barão de Ribeiro de Almeida, interessante trabalho sobre a hygiene dos encouraçados, e o 2º a obra já mencionada, digna de consulta.

se ensina, sendo que alguns ha que nem mesmo sabem esse quasi nada. Os que veem da marinha mercante, para ella entraram mediante exame incompleto e irregular, feito muitas vezes em logar onde os examinadores, em geral, menos sabem que os examinandos." (6)

E, no entanto, o corpo de machinistas da armada foi largamente contemplado na distribuição de favores que ás classes militares trouxe a mudança de instituições; hoje conta já capitães de mar e guerra e capitães de fragata, quando n'outros tempos contentavam-se seus membros com postos mais modestos e menores vencimentos.

Verdade é que notavel homem do mar sentia-se tomado de medo, quando descendo ao compartimento das machinas e contemplando os poderosos órgãos de que está dependente a segurança do navio, via tamanha responsabilidade confiada a officiaes subalternos (7); mas nem assim justifica-se a elevação de honras e proventos, exactamente na occasião em que baixou o nivel dos conhecimentos profissionaes.

Não pode haver situação mais deploravel e perigosa do que a denunciada no ultimo relatorio da marinha. Cumpre remedial-a: da boa direcção das machinas pode depender não só o ganho de uma batalha, mas a honra do pavilhão. (8)

Na classe de officiaes de fazenda, composta de commissarios e escrivães de tres cathogorias e fieis de duas, poucas vagas se abriam. Foram facilmente preenchidas e até excedido o numero regulamentar, por engajados, em commissão, contratados á proporção que se armavam novos navios. De 209, que eram os officiaes de fazenda no principio da campanha, ascenderam a 270 em 1869. (9)

Este corpo soffreu radical transformação, que as conveniencias do serviço ha longo tempo reclamavam. Ao ser instituido, segundo o typo adoptado na antiga metropole, fôra admittido no quadro pessoal, na maxima parte, sem habilitações indispensaveis para o desempenho de deveres importantes, que tanto podiam influir no desenvolvimento ou atrazo da marinha, zelando ou malbaratando os valiosos artigos collocados sob sua responsabilidade (10) A reorga-

---

(6) Contra-almirante Custodio de Mello, Relatorio citado, paginas 20 e 21.

(7) Almirante Boelt Willaumetz, cit. por G. Charmes.

(8) Vice-almirante Paris.

(9) Relatorio da Marinha do anno de 1869.

(10) Idem.

nisação por que passou em 1857 não obviou aos graves inconvenientes d'ahi originados. A escripturação, além de complicada e difficil, exigia um pessoal numeroso, defeitos estes que mais se fizeram sentir no decurso da guerra. Não sendo possível em circumstancias urgentes observar aquella escripturação, as contas dos responsaveis apresentavam irregularidades extraordinarias e os alcances passaram a ser facto commum. Para isso contribuia a confusão dos inventarios, que nem sempre permittiam distinguir até onde chegavam as exigencias imperiosas do serviço, em frente do inimigo, e onde começavam os abusos, a fraude e a prevaricação. (11)

Depois de acurados estudos, realizaram-se duas reformas: a do serviço de fazenda nos corpos de marinha e respectiva escripturação (12) e a do proprio corpo incumbido de desempenhar taes serviços. (13)

Por essa occasião deu-se-lhe um chefe, com a patente de capitão de mar e guerra, recahindo a nomeação no honesto, intelligente e laborioso funcionario da Contadoria de Marinha, Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, um dos melhores auxiliares do governo nos estudos e trabalhos que precederam a reforma. Se motivos ponderosos aconselhavam a designação de um fiscal para cada classe da marinha, com maioria de razão deveria tel-o o corpo de fazenda, para que cessassem os não justificados alcances e numerosos abusos, que pediam correctivo. E o receberam conseguindo-se, demais, redução na despesa com o pessoal.

A affinidade do assumpto leva-nos a mencionar aqui outra importante medida. Na conformidade das disposições então vigentes, as despesas da esquadra em operações no Paraguay eram feitas por ordem do commandante em chefe, e sua escripturação estava a cargo do escrivão geral, auxiliado pelo do navio capitanea. A experiencia veio accentuar os defeitos desta organização.

Incumbido assim do serviço militar, como da administração da fazenda, via-se o commandante em chefe obrigado a dividir a attenção entre os cuidados da guerra e questões de natureza inteiramente diversa, que se complicavam, á proporção que a esquadra se afastava do centro dos contratos, encommendas e supprimentos a realizar. Para re-

---

(11) Idem.

(12) Decreto n. 4.111 de 29 de Fevereiro de 1868.

(13) Decreto n. 4.173 de 6 de Maio de 1868.



solver tamanha multiplicidade de negocios tinha necessariamente aquelle funcionario de delegar em subordinados e á gentes muitas vezes sem competencia e sem responsabilidade legal, o desempenho de deveres que lhe era materialmente impossivel cumprir. "Na urgencia do momento, diziamos no relatorio de 1868, quer para obter os fundos necessarios á satisfacção das despesas do pessoal e do material, quer para conseguir os fornecimentos indispensaveis aos navios da força naval sob seu commando, recorria o commandante em chefe da esquadra, indistinctamente, já ao official seu delegado em Buenos-Aires, já ás autoridades consulares e residentes diplomaticos do Imperio naquella capital e na de Montevidéo.

"Em taes circumstancias não era impossivel que avultadas sommas se dispendessem, sem que ao seu emprego presidissem a economia e fiscalizacção que fora para desejar, não porque faltassem zelo e probidade aos funcionarios por cujas mãos corriam, mas porque a multiplicidade dos agentes destruia a unidade da acção, fraccionava a responsabilidade, unicas bases de um bom systema fiscal.

«Para dar andamento a esse ramo de serviço estacionava, é verdade, na primeira daquellas capitães, um dos secretarios do almirante, official intelligente, e mui dedicado no cumprimento de suas obrigações, mas desacompanhado dos auxiliares necessarios, sem attribuições claras e definidas em lei, tendo unicamente sob suas ordens dous officiaes de fazenda para todo o trabalho da escripturação de tão variadas e importantes operações, quaes as que lhe estavam commettidas.

"A consequencia necessaria de semelhante systema foi atrazar a escripturação de modo que, em Outubro do anno passado, apenas se tinha conhecimento no ministerio a meu cargo da despesa da esquadra, realizada no Rio da Prata até Junho de 1865.

"Ainda mais: na completa ignorancia da situação economica das forças em operações, das suas necessidades, dos recursos creados para abastecer-as do combustivel, munições de guerra, sobressalentes e virtualhas de que, por ventura, carecessem, mal podia o ministerio da marinha tomar providencias no sentido da acautelar as faltas presumiveis, vendo-se assim obrigado a proceder por tentativas nas remessas de material que effectuava.

"Tal era o estado de cousas que me propuz melhorar, logo que tomei conta do ministerio da marinha.

"Na escolha das providencias não havia a hesitar: o remedio era indicado pela propria natureza do mal.

"Reunir em um centro unico todo o serviço de fiscalização da despesa, aquisição e fornecimento do material e pagamentos á esquadra em operações contra o Paraguay; alliviar o commandante em chefe dos cuidados relativos a taes assumptos, pareceu ao governo o alvitre mais capaz de produzir maior regularidade e methodo no serviço de que se trata, e, consequentemente, melhores garantias á economia dos dinheiros publicos."

Nestas vistas foi creada em Buenos Aires e depois transferida para Montevidéo a Repartição Fiscal e Pagadoria de Marinha (14). A ella ficaram subordinadas todas as estações de fazenda, depositos de material, agencias e pagadorias, existentes ou que de futuro se creassem para o serviço da esquadra, incumbindo-lhe o pagamento e fiscalização das despesas, supprimentos de fundos, aquisição e remessa de provisões e abastecimentos para os navios, hospitaes e quaesquer outros estabelecimentos da marinha, nos rios da Prata e Paraguay.

Foi de immensa vantagem esta providencia. O serviço immediatamente melhorou, a escripturação, em grande atrazo, logo ficou em dia, e o governo poude receber no principio de cada mez o balancete da despesa do anterior. Habilitado assim a calcular de antemão os gastos mensaes, facil tornou-se-lhe remetter os fundos necessarios, abandonando-se o systema anteriormente seguido de supprir de numerario a pagadoria da esquadra, por meio de contratos com casas bancarias, ou de saques sobre o Thesouro Nacional, negociados nas praças do Rio da Prata, as mais das vezes em condições onerosissimas, impostas pelos capitalistas, a quem se recorria no apuro da necessidade e que, aproveitando-se dessa circumstancia, elevavam suas pretensões de lucro.

Mais tarde deu-se a esta repartição um adjunto militar, especialmente incumbido de prover sobre a pronta carga e descarga dos transportes, fornecimentos de carvão, sobressalentes e viveres, fabrico dos navios que delle carecessem, immediata expedição dos officiaes e praças, que voltassem

---

(14) Decretos ns. 3.710, de 6 de Outubro de 1866, e 3.773, de 5 de Janeiro de 1867.

ao Brasil ou se dirigissem á esquadra. tratamento de enfermos ou feridos, etc. (15)

Installada pelo contador do Thesouro Nacional Miguel Archanjo Galvão, depois substituido dignamente por Sobreira de Mello, não teve o governo senão motivos para applaudir a escolha do seu pessoal, em que se distinguiram, além desses chefes, os ajudantes Nascentes Pinto, Deschamps, Silva Lopes e Apparicio, o escrevente Americo dos Reis e o adjunto militar, capitão-tenente Bittencourt Cotrim.



## VII

*Corpo de imperiaes marinheiros e batalhão naval. Premios para engajamento. Libertos alistados. Procedimento dessa classe. Censuras que provocou a medida. Necessidade de transformação do batalhão naval. Companhias de aprendizes marinheiros.*

As praças de pret da armada distribuiam-se, como ainda agora, pela marinhagem, batalhão naval e corpo de imperiaes marinheiros, modernamente denominados *marinheiros nacionaes*. Qualificativo este, sem duvida, muito mais elevado e que esperamos não quebrará as gloriosas tradições firmadas sob o primeiro, tão ennobrecido em nossa historia.

Um dos maiores obstaculos a vencer-se era o preenchimento dos numerosos claros existentes nesses corpos, elevando-se os seus *effectivos* como reclamavam as necessidades da guerra. "Parecem inexplicaveis, dizia notavel ex-ministro (1), as serias difficuldades com que luta o Brasil, para obter o limitado pessoal de que precisam as tripulações da sua esquadra, embora faça extraordinarios sacrificios, quando se attende a que possui immenso littoral habitado e um sem numero de portos, e se vê, na costa do Norte, desde Alagoas até o Ceará, afastarem-se os nossos pescadores em frageis jangadas pelo Oceano ate perderem a terra de vista, ou em esguias canôas, como na Bahia, lutarem com frescas brisas, e sahirem para fora do porto, equilibrando-se com o proprio peso para não sossobrem. Esses mesmos homens são os que se dedicam á pesca da baleia, ardua e atrevida, e que passam a maior parte do tempo embarcados nas garo-

---

(1) O barão de Cotegipe.



peiras, que percorrem o parcel dos Abrolhos, adquirindo assim os habitos da vida do mar, que constituem o perfeito marinheiro. Temos, portanto, escola e homens do mar feitos; mas, apesar disso, falta-nos marinhagem."

Aos bravos lutadores das ondas, a que alludiu, pudera o illustre estadista accrescentar os ageis e destemidos caboclos do Pará e Amazonas, os possantes e corajosos embarcadiços do Jequitinhonha e São Francisco, em Minas, que ousadamente cortam as aguas dos alterosos rios das tres provincias, a espaços encachoeirados e precipites, muitas vezes encapellados por horriveis temporaes.

Mas o facto que assignalava, e mais se accentuou por occasião da guerra, era e é devido a causas conhecidas, algumas das quaes elle proprio indicou. A nossa população identifica-se completamente com o lugar em que fixou residencia, ou creou familia; explora os rios e mares adjacentes sem temor, nas mais fracas embarcações, tendo certeza de que se não aparta daquella faixa do littoral senão por pouco tempo, quando não unicamente durante o dia. Esse apego ao lar e á familia não impedia, é certo, que á voz da patria offendida, se alistassem dezenas de milhares de voluntarios nas fileiras do exercito.

E' que em terra presta serviços e combate intrepidamente todo o homem de brio; no mar só podem fazel-o os que da natureza receberam, ou pela educação e habitos adquiriram, certas predisposições e qualidades.

O marinheiro que desembarca peleja como o melhor soldado: o mais aguerrido veterano fraqueiará a bordo; pois lhe falta pelo menos a firmeza dos movimentos. No mar são mais rudes os trabalhos, mais duras as provações, maiores os perigos.

Accresce que á vastidão das costas não corresponde a densidade da população, sobre tudo nas classes affeitas á vida do mar. O censo do Imperio não accusava mais de 25.000 individuos, occupados nas profissões maritimas, e ainda duplicando ou triplicando-os, para corrigir os erros do incompleto recenseamento, é extraordinaria a desproporção do limitadissimo numero para com a população de todo o paiz, de cujas diversas camadas provieram os voluntarios do exercito.

Não eram de estranhar, portanto, os grandes embarços com que teve de arcar o governo para completar as guarnições da esquadra, em pouco tempo augmentada de tantos navios, mas que conseguiram superar incessantes esforços.

No corpo de imperiaes marinheiros, o mais abundante viveiro das nossas guarnições, e em sua maxima parte constituido por pessoal educado profissionalmente, militavam, em 1865, apenas 1.929 praças, quando devia contar 2.496, mesmo antes de elevadas as suas 16 companhias a 24 e mais tarde a 30.

As 11 companhias de aprendizes marinheiros (posteriormente 12), destinadas a fornecer-lhe os contingentes preciosos para mantença do quadro effectivo, igualmente desfalcadas (734 menores, faltando 1.017) não podiam ministrarlos. (2)

Na carencia já notada de voluntarios, que só em numero insignificante se apresentavam, não possuindo o paiz, para assim dizer, marinha mercante de longo curso, decadente a de cabotagem e pouco produzindo o recrutamento, deliberou o governo conceder aos que se alistassem premios successivamente augmentados, na razão do tempo ou classe dos engagements.

De 100\$ a 150\$ passou a pagar 400\$ (3) e assim preencheu e augmentou o corpo de imperiaes marinheiros, que sempre se distinguio como inexcedivel modelo de pericia, valor e disciplina. Para supprimento do Batalhão Naval adoptaram-se, com igual resultado, providencias identicas, sendo que o respectivo alistamento por seis annos era retribuido com o premio de 900\$000, pagos em tres prestações, e libertaram-se escravos para assentarem praça.

Foram 2.702 os homens assim arrancados ao captiveiro pelo ministerio da marinha. Não pequeno numero transferio-se para o exercito, os demais engajaram-se no Batalhão Naval e alguns no corpo de Imperiaes Marinheiros e na marinhagem.

De toda essa gente apenas 13 praças, no decurso da guerra, o que não só a abona, senão prova, que soube agradecer o beneficio da redempção, procedimento digno de louvor e que ella confirmou nos combates, defenderam com denodo a patria, que haviam adquirido.

O alistamento de libertos motivou acres censuras por parte da opposição na Camara dos Deputados. O governo, porém, refutou-as victoriosamente, tanto no terreno dos principios, ante os quaes só merecia applausos o acto, que redu-

---

(2) Relatorio do Ministerio da Marinha, 1865.

(3) Circular de 30 de Maio de 1865; Aviso de 17 de Agosto de 1867; circular de 8 de Outubro de 1867.

zindo o numero de infelizes, privados do supremo bem, — a posse de si mesmo, — ao mesmo tempo proporcionava ao paiz novos campeões, como no dos precedentes historicos, pois que de igual recurso se utilizaram, em varias epocas, nações antigas e modernas, que se viram na necessidade de augmentar rapidamente suas forças militares.

“Será por ventura indecoroso, perguntavamos aos membros daquela opposição, que se denominavam *liberaes historicos*, procurar na classe dos libertos alguns defensores para a causa que pleiteamos? Será indecoroso esse meio empregado pelo governo para apurar soldados e marinheiros?

“Sim, é; respondem os nobres deputados. Vejamos o que por sua vez respondeu a historia, essa grande mestra da vida. Abramol-a. O que nos diz ella a respeito desse expediente, hoje condemnado pelos que á *historia* pedem seus titulos de nobreza?

Dê-nos que na patria illustre do Licurgo, na estoica e orgulhosa Sparta, o homem livre não se julgava desairado por combater ao lado do seu escravo. Na memoravel batalha de Platea os ilotes formavam a infantaria ligeira.

“Diz-nos que, na epocha mais heroica de Roma, no fim da guerra dos Samnites, quando a republica se vio ameaçada pela alliança dos povos italianos, 8.000 escravos foram comprados para se alistarem no exercito. O proprio Mario não duvidou recorrer ao braço escravo na luta contra a Bithinia.

“Diz-nos mais a historia que na idade média, quando os Gôdos invadiram a peninsula iberica, seus exercitos contavam grande numero de escravos. Milhares de escravos, contavam tambem esses exercitos de Cruzados, que se iam a libertar o Santo-Sepulcro...

“(Ha alguns apartes.)

“E’ um engano de V. Ex. se da idade media passarmos para a historia moderna, encontraremos grande numero de exemplares.

“E’ assim que na Polonia, essa terra classica do patriotismo, onde a nobreza conservava ciosa a sua prerogativa de pegar em armas, o grande rei Sobieski armou escravos (porque verdadeiros escravos eram alli os camponeses) para repellir a invasão dos Turcos.

“E’ assim que na Russia o exercito era quasi exclusivamente composto de camponeses, que até a recente emancipação de Alexandre II nada mais eram do que escravos.

“Deixando o velho pelo novo mundo, o que vemos nós, senhores?

“Vemos, na guerra da independencia das colonias hespanholas, monarchistas e republicanos emanciparem escravos

para recrutar-los. Vemõs esse recurso empregado principalmente em Venezuela e Nova Granada, onde a escravatura era mais numerosa. Vemol-o tambem empregado em Montevidéo e Buenos-Aires; vemol-o nessa guerra colossal, que com assombro do mundo ensanguentou a União Americana; e, finalmente, vemol-o em nosso proprio paiz, durante o dominio hollandez, mais tarde na guerra da independencia nacional, e ainda depois, em varias épocas.

“Ora, senhores, todos estes precedentes, este concurso de tantos povos, em tempos tão diversos, em favor da mesma idéa, todos esses factos que citei não são protestos vivos contra a qualificação de indecoroso, que a illustre opposição dá a esse recurso aproveitado pelo governo?”

“E demais, Sr. presidente, eu não sei que os libertos possam legalmente ser excluidos de outras funcções além daquellas, que expressamente foram reservadas para os que nascem de ventre livre, para os ingenuos. Entre essas funcções não está, certamente, a carreira das armas e não pôde ser indecoroso aquillo que a lei permite.

“Não tem o liberto, pelas nossas leis, o direito de voto, não pôde elle fazer parte das camaras municipaes? Sem duvida alguma; mas se julgais indecoroso o facto de confiar ao liberto uma arma, se julgais humilhante para o paiz recebê-lo nas fileiras do exercito ou da armada, o que dizeis dessas prerogativas constitucionaes? Pois é indecoroso servir ao paiz como soldado e não é indecoroso concorrer com o voto para o governo do mesmo paiz?!

Para serem coherentes, os nobres deputados deviam pronunciar-se tambem contra o direito de voto concedido ao liberto, contra sua elegibilidade para o cargo de vereador, deviam em summa exclui-lo do exercicio de quaesquer funcções publicas.

“Por que não o fazem? Entretanto, isso nada mais seria do que a consequencia logica, o natural corollario, dos principios que teem sustentado. (4)

Aos exemplos recordamos então, teriamos ajuntado, se fosse já conhecido o dô proprio inimigo, que combatiamos. O marechal Solano Lopez alistou milhares de escravos, quando reorganizou o exercito, dizimado pela derrota de Tuyuty, em 24 de Maio de 1866. (5)

---

(4) Discurso que proferi na sessão da Camara dos Deputados de 4 de Julho de 1868.

(5) A escravidão só foi extincta no Paraguay por acto do governo provisório (triumvirato Rivaróla, Loisaga e Bedoya), e graças á intervenção do general brasileiro, principe Conde d’Eu.



Tambem a esse tempo accusou-se o governo por ter mandado abrir praça no exercito a alguns sentenciados, depois de releval-os do resto da pena, que cumpriam no presidio de Fernando de Noronha.

Na escolha dos que obtiveram graça, procedeu-se com a maior cautela. Uma commissão composta de um militar e dous juristas esteve na ilha, syndicando do comportamento dos detidos, para organizar a relação dos que parecessem regenerados.

Dentre 700 que indicou, apuraram-se, examinados os respectivos processos, somente 200, muitos delles antigos soldados, incursos em deserção e todos tendo já cumprido a maior parte da sentença. (6)

Ainda esta providencia se autorizavã com antecedentes memoraveis, nossos e alheios, em cujo numero figuravam a propria guerra da independencia nacional e a luta dos Argentinos pela sua. Após o insuccesso de Curupaity era preciso enviar de prompto fortes contingentes ao exercito em operações; e indefensavel seria o governo se desprezasse recurso tão perfeitamente legitimo. Para procederem as arguições então feitas, seria mister admittir como impossivel, em Fernando de Noronha, o que jamais o foi em parte alguma do mundo, — a rehabilitação moral do delinquente, pelo trabalho e pelo soffrimento. A asserção de que a farda do soldado substituiu a blusa do calceta era banal e antagonica ás ideas liberaes, de que se diziam mantenedores aquelles mesmos que a formulavam. Os brasileiros que naquella occasião entraram para as fileiras do exercito, já não eram criminosos, mas arrependidos. O indulto imperial importava o reconhecimento de estar satisfeita a justiça social. E satisfeita esta, quem poderia pedir-lhe contas da extincta culpa? Que obstaculo se oppunha a que abraçassem qualquer profissão honesta? Era-lhes, accaso, vedado seguir a carreira das armas? Nada havia, pois, de reprehensivel no acto do governo, influindo para que a preferissem. Ao contrario, se alguma cousa pudesse ainda mais nobilitar um acto de justiça, o governo praticou-a, facultando aos que se tinham reconciliado com a sociedade, pela expiação das faltas commettidas, o meio seguro de conseguirem, além do esquecimento desses erros, a estima e consideração de seus concidadãos, elevando-se aos seus olhos por feitos de patriotismo e valor. Estas consi-

---

(6) Discurso do Ministro da Justiça, Martim Francisco, na sessão da Camara dos Deputados de 19 de Junho de 1867.

derações, também por nós produzidas na tribuna, não sofreram replica. (7)

Os resultados destes esforços condensam-se nos seguintes algarismos: ao terminar a guerra do Uruguay, por effeito do convenio de 20 de Fevereiro de 1865, existiam na esquadra em operações no Rio da Prata e que deviam passar ao Paraguay:

Officiaes de todas as classes de embarque 298, praças de pret 2.031, total 2.391. (8)

A contar daquella data até 10 de Abril de 1867, seguiram, quer nas guarnições dos navios, que reforçaram a mesma esquadra, quer em diversos contingentes, officiaes 551, praças de pret 2.367, total 3.188. (9)

De Abril de 1867 a Abril de 1868, officiaes 20, praças de pret 2.358, total 2.378. (10)

De Abril de 1868 a Abril de 1869, officiaes 117, praças de pret 1.063, total 1.180. (11)

Total das forças de marinha enviadas antes e depois do convenio 9.137.

Até 31 de Março de 1870 perdemos, por mortes em combate, ferimentos, explosões de torpedos, 52 officiaes e 208 praças de pret; e de molestias em campanha 121 officiaes e 1.450 praças, ao todo — 1.831 homens. (12)

Nessa mesma data, passados cinco annos de luta, os navios ainda existentes nos rios Paraguay e São Lourenço, eram 39 com a guarnição de 2.413 homens; e toda a força naval activa do Imperio constava de 77 navios, 266 canhões e 5.955 officiaes e praças.

Confrontados os algarismos, ha uma differença de 1.351 homens que representam os que se retiraram do serviço, os extraviados, aliás em pequeno numero, e os que morreram no paiz, por enfermidades ou accidentes alheios á guerra.

(7) Discurso meu na sessão da Camara dos Deputados de 5 de Junho de 1868.

(8) Relatorio de 1865.

(9) Relatorio de 1867, quadro n. 9.

(10) Relatorio de 1868, quadro n. 19.

(11) Relatorio de 1869, quadro n. 19.

(12) Relatorio de 1870, deduzidos do respectivo quadro o numero de mortos que á esquadra attribue o Barão do Rio Branco na campanha de Uruguay em not. a pag. 71 da obra citada.

O Corpo de Imperiaes Marinheiros de Matto-Grosso, que em 1866 contava 99 praças (13), occorreu ás perdas soffridas, durante a invasão, com os individuos que se alistaram na mesma provincia e em 1869 achava-se reduzido a 88 homens. (14)

A lição dos factos em todo o decurso da guerra veio tornar patentes erros de administração, que convinha remediar para prevenir futuros dissabores. Houvesse o Corpo de Imperiaes Marinheiros de Matto-Grosso merecido mais attenção e tão facil presa não teria sido do inimigo uma grande parte daquella remota provincia. O pequeno, fraquissimo e mal armado vapor *Anhambaty* poude fazer frente, durante dous dias, á esquadilha paraguaya, e mais tarde o *Antonio João*, ainda menor, alcançou brilhante triumpho no combate do Alegre. E' intuitivo, pois, que maior lustre adquiririam as armas do Imperio se aquelle corpo fosse mais numeroso e dispuzesse de outros recursos materiaes.

Sem embargo da dura experiencia, a situação a esse respeito não mudou. A fronteira de Matto-Grosso continua ao desamparo e se tão cedo, ao menos, não ha receiar nova investida do Paraguay, debilitado pela guerra, igual segurança não podemos ter relativamente a outra potencia ribeirinha, os nossos trafegos vizinhos da confederação argentina. Hoje mais que nunca elles conhecem a fraqueza militar do Brasil, posto viva sob o jugo da espada. Acautelem-se, por tanto, os que dominam, exercendo o mando supremo sem limites, para que inesperadamente não vejam, com a occupação de uma parte do territorio nacional, augmentada a enorme somma de responsabilidades tremendas, que já os sobrecarrega e da qual severissimas contas tomará a historia.

Outra necessidade que a guerra assignalou foi a de alargar-se o quadro do Corpo de Imperiaes Marinheiros e augmentar-se o numero e o effectivo das companhias de aprendizes, natural e util complemento do mesmo corpo. Desse modo seriam attenuadas as difficuldades da aquisição de tripulações a que em principio alludimos.

Lei quasi invariavel determina, desde a criação do corpo, o contingente necessario annualmente para se conservar sempre em estado completo: oscilla a relação entre 1/4 e 1/5 da força total. Fixado, como se acha, o respectivo quadro em 4.012 praças, na verdade indispensaveis, attento o nu-

---

(13) Relatorio de 1865, quadro n. 9.

(14) Relatorio de 1869.

mero de navios que possuímos, segue-se que deve receber todos os annos 800 a 1.000 praças, sob pena de se ir reduzindo o effectivo progressivamente.

Como, porém, conseguil-o, desde que a Constituição Federal expressamente determina que as tripulações se formem só com o pessoal da marinha mercante, que está em via de organização, das escolas de aprendizes, ora não excedentes de 10, contando apenas 774 alumnos (15) e do voluntariado *gratuito*, o que é simplesmente irrisorio?

Salvo estabelecendo-se por lei o recrutamento (que aliás já abusivamente se pratica), não ha outro meio senão multiplicar as escolas ou companhias de aprendizes e o numero de menores, que possam receber. E não ha difficuldade nisso para quem conhece o paiz. Nas grandes cidades como nas mais insignificantes povoações, abundam menores desvalidos ou orphãos, sem protecção, entregues á ociosidade e ao vicio, fatalmente condemnados a terminar seus dias nas prisões e hospitaes. Pode-se computar em centenas de milhares os pequenos desamparados. Cumpram seu dever os magistrados a quem incumbe velar por esses infelizes; compenetrem-se de que, além do dever, exercerão acto meritorio e prestarão serviço inestimavel ao interesse geral, arrancando-os a uma sorte lastimosa e encaminhando-os a estabelecimentos, que proporcionam agasalho, alimentação, ensino e habilitam para uma profissão de honra e mais tarde lucrativa; procedam assim e em pouco tempo ficarão cheios aquelles unicos bons viveiros do Corpo de marinheiros nacionaes, que deve ser tambem, senão o unico, pelo menos o principal suppridor das guarnições dos vasos de guerra.

Não faltam ao governo recursos, nem estímulos com que desperte as autoridades locais e as chame a contribuir para objecto de tanta monta, com a efficaz cooperação de seus esforços no sentido exposto. Durante a guerra foram co-eadas de feliz exito as diligencias empregadas com igual intuito, imprescindiveis hoje que o Corpo de marinheiros nacionaes deve resentir-se de consideravel desfalque. Segundo o relatorio mais recente (16) em suas fileiras havia apenas 2.958 praças, inclusive enfermos, sentenciados e presos, faltando, portanto, 1.054 para seu complemento. Quantos res-

---

(15) *Contr'almirante Custodio de Mello*, relatorio do ministerio da marinha.

(16) *Contr'almirante Custodio de Mello*, relatorio do ministerio da marinha já citado.



tarão presentemente? Fallecem dados para computal-o. A luta lamentavel, iniciada em Setembro do corrente anno, e cujo termo se não pode prever, ceifou e ceifará muitas vidas preciosas.

Precisar qual tenha sido ou será o prejuizo, ninguem pode fazel-o, desde que sob as novas instituições occulta-se ao paiz o que mais lhe interessa conhecer. A pretexto de impedir-se a propagação de boatos alarmantes, pune-se qual grave crime divulgar-se a verdade. Como nos sombrios tempos do conselho dos dez em Veneza, mata-se e morre-se em segredo, — tenebrosa aggravação de despotismo!

Em face dos ultimos e desgraçados successos não é infundado o receio de que esteja desorganizada a mais bella instituição da marinha brasileira, de iniciativa exclusivamente nacional, não inferior ás melhores do estrangeiro, e de que longos annos hão de decorrer, até que ella volte a ser o que já foi, com tanto lustre da nossa bandeira.

A transformação do Batalhão naval em corpo de artilharia de marinha foi tambem providencia cuja utilidade a guerra accentuou.

Creou-se o Batalhão naval, com o duplo fim de melhor garantir-se a disciplina e policia de bordo e para effectuar desembarques, tomar e guarnecer fortalezas.

Taes as razões com que se explica a sua instituição.

Entretanto, mesmo completo e excedido o respectivo quadro, não teve elle ensejo de justificar-as. Deu constantes provas de subordinação e valor, mas não realizou nenhum desembarque, nenhuma fortaleza conquistou ou guarneceu.

Entendeu-se que seria arriscado compor-se toda a tripulação dos navios de praças pertencentes a um só corpo, unidas e solidarias pela *camaradagem*, que naturalmente se estabelece entre os membros da mesma collectividade militar, usando as mesmas armas e vivendo na communidade do mesmo aquartelamento.

A policia e disciplina de bordo dos navios da esquadra foram sempre inexcediveis nos cinco annos de campanha, sem que os commandantes tivessem necessidade de apoiar-se nos imperiaes marinheiros para chamar á ordem o batalhão naval, ou neste para conter os imperiaes. Porfiavam ambos em obediencia e morigeração.

Admitta-se, porém, que sem correr o risco de provocar o mal, que se tenta evitar, por um contraste odioso, ou pelo influxo de rivalidades, que frequentemente se originam entre corpos arregimentados, de indole e denominação diversas;

admitta-se, dizemos, que convenha a coexistencia no mesmo navio de praças de proveniencia e destino differentes, para prevenir, ou quando seja mister, suffocar tumultos e sublevações. Essa conveniencia será perfeitamente consultada, e, demais, occorrer-se-ha a uma das maiores deficiencias da marinha de guerra, convertendo-se o Batalhão naval, de fuzileiros que é, em corpo de artilharia de marinha.

O marinheiro nacional maneja com igual valentia e habilidade o canhão, ou a clavina, o sabre ou a machadinha de abordagem; mas para que a primeira e formidavel arma produza todos os terriveis effeitos de que é capaz, indispensavel se torna que a sirvam artilheiros proficientes, o que reclama aturado tirocinio, exercicio constante, que aquellas praças não podem ter, encarregadas como são de todas as manobras e serviços nauticos. Em geral não se póde ser excellent marinheiro e artilheiro consummado; em todas as esquadras do mundo não se contam muitos *leões do mar*, como o legendario grumete Marcilio Dias, destro em todas as fainas, na bravura sem rival.

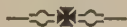
A marinha brasileira carece de bons artilheiros. Não registra a historia naval bombardeios mais nutridos e prolongados que os de Curupaity e Humaytá. O perimetro das fortalezas, affirmam testemunhas oculares, ficaram calçados de balas e bombas em estilhaços; e todavia os estragos não corresponderam á enormidade da polvora e projectis consumidos.

Esta desproporção ainda agora se revela nos tristes successos, que o paiz está presenciando.

O restabelecimento da artilharia de marinha é medida de que não podemos prescindir, se quizermos collocar a armada em condições de bem desempenhar sua missão. A creação de algumas companhias de artilheiros no Batalhão naval será mero paliativo; faz-se precisa radical transformação.

Quando a marinha houver de effectuar desembarques, ou assaltar fortalezas, recorrerá a destacamentos do exercito.

Esse não é o seu fim principal, para cuja realização depende de marinagem e artilheiros adestrados. Se em todas as profissões a *especialidade* é condição de pericia, não pode deixar de o ser na rude e laboriosa vida do mar.







## VIII

*O arsenal do Cerrito. Linha de transportes entre a Córte e a esquadra em operações. A estrada de ferro Affonso Celso no Chaco. Plano de organização de uma nova esquadra. Começo de execução em 1877.*

Não se occupou o governo exclusivamente de prover a esquadra do pessoal e material exigidos pela guerra, tarefa aliás ingente num paiz como o Brasil, de receita escassa, sem habitos militares e cujos mercados e industrias não offereciam a immensa quantidade e variedade de objectos necessarios naquella emergencia.

Attendeu com zelo a tudo quanto cumpria crear, dirigir ou fiscalizar para melhoramento da marinha e seus diversos serviços. Algumas dessas providencias não devem ficar em olvido.

Tendo os navios brasileiros de combater contra uma esquadra relativamente poderosa, fortalezas e baterias em rios tortuosos e estreitos, necessariamente soffreriam consideraveis estragos, affrontando o fogo de canhões a curtissima distancia. Para reparal-os não se podia recorrer aos portos do Rio da Prata, onde faltavam officinas sufficientemente montadas. Recolherem-se ao Rio de Janeiro, por demais demoraria os concertos, accrescendo que conforme as deteriorações recebidas, nem sempre lhes seria permitido fazel-o, sulcando mares agitados e tempestuosos como são os do sul.

Indispensavel era, portanto, que no proprio theatro da lucta encontrassem os meios precisos para os fabricos ou concertos de que carecessem e para se munirem dos sobressalentes que lhes faltassem. Com esse fim, estabeleceu o governo importante arsenal de construcções navaes na ilha do



Cerrito, nas proximidades da confluencia do Paraná com o Paraguay, exactamente onde funcionara durante algum tempo o hospital, a que já alludimos. O arsenal do Cerrito prestou serviços inestimaveis e de justiça é mencionar os nomes dos seus habillissimos chefes, capitão-tenente honorario José Maria da Conceição Junior e 1º tenente honorario Antonio Luiz Bastos dos Reis. Mais tarde, e sob a direcção do distincto capitão de fragata Henrique Baptista, annexou-se-lhe um laboratorio pyrotechnico, não menos indispensavel e vantajoso em tão prolongada guerra. (1)

Numerosos vasos de vela ou a vapor, pertencentes uns ao Estado e outros fretados partiam constantemente do Rio de Janeiro para o ancoradouro da esquadra e *vice-versa*, de modo que eram frequentes as communicações entre a séde do governo e os que a tamanha distancia se batiam pela causa nacional. Cumpria, porém, tornal-as periodicas, em dias certos e determinados, para maior regularidade e facilidade dos fornecimentos. Assim se fez, estabelecendo-se uma linha de transportes quinzenal, zarpando simultaneamente os vapores da esquadra para a capital e desta para o logar em que se achasse o navio almirante, nos dias 15 e 30 de cada mez (2), de modo que cada vapor se demoraria nos dous pontos terminaes alguns dias, durante os quaes poderia receber os reparos de que precisasse, a carga e passageiros que devesse conduzir.

Estes vapores eram: o *Isabel*, *Vassimon*, *Apa* e *Marcilio Dias*; tinham escala em Corrientes para entrega da correspondencia, sem fundearem, e em Montevidéo, onde se demoravam o tempo necessario para tomar carvão, não tocando em nenhum outro porto, senão em caso de força maior, que os respectivos commandantes deveriam justificar perante a autoridade competente, logo que chegassem ao seu destino. Ficavam de reserva o *Leopoldina*, para substituir qualquer falta e empregar-se no reboque dos navios de vela, que transportavam generos, e o *Werneck* para trazer á corte despachos urgentes, quando fosse preciso. Este serviço, que até o fim da guerra desempenhou-se com a maior pontualidade, sem

---

(1) O laboratorio pyrotechnico do Cerrito foi montado e começou a funcionar em 29 dias, durante os quaes o capitão de fragata Baptista prestou outros relevantes serviços. (Ordem do dia do vice-almirante J. J. Ignacio, n.º 44, de 29 de Março de 1867.)

(2) Aviso de 4 de Outubro de 1867.

que se desse jamais o menor transtorno, foi de incalculáveis vantagens. Reduziu-se grandemente a despesa dos fretamentos; a esquadra achou-se sempre perfeitamente abastecida; as noticias eram frequentes, as communicações seguras.

Graças a elle e ao cuidado da administração, por vezes o ministro da marinha, a quem o commandante em chefe da esquadra escrevia diariamente, teve cartas em que este lhe dizia: “— o meu pedido de *taes* objectos, que V. Ex. receberá pelo vapor de *tantos*, cruzou no mar com o que me trazia esse fornecimento”, ou então: “— parece que ahí se adivinha o que preciso, ou vou reclamar, porque dispunha-me a fazel-o quando aqui ancorou o transporte trazendo essas provisões.” Os gabinetes de ministros desse tempo não eram tendas de repouso, senão officinas de trabalho activo e consciencioso.

Forçadas a fortaleza e estacada de Curupaity por uma divisão de encouraçados, ao mando immediato do vice-almirante, visconde de Inhaúma, viram-se estes navios separados da base de operações da esquadra e dos vasos de madeira e transportes, ancorados abaixo da mesma fortaleza. Emquanto não se conseguisse tomal-a, era mister que os fornecimentos para os encouraçados fossem conduzidos pelos tremedaes quasi intransitaveis do Chaco, na margem direita, e com enormes difficuldades, por isso que o inimigo dominava em toda a margem opposta.

Assegurar *taes* supprimentos era questão da maior importancia, porque os encouraçados, exgotadas as provisões de guerra e de bocca que levaram, seriam forçados a retirar-se do ponto avançado a que haviam chegado, correndo segunda vez quasi os mesmos perigos da subida. Estariam tambem arriscados, verificada aquella hypothese, a serem apprehendidos em alguma abordagem, para a qual, na posição em que se achavam, poderia Lopez empregar não só todas as suas forças navaes, como grande parte do exercito. Para conseguir tal resultado não duvidaria o dictador sacrificar milhares de vidas.

Ao ser informado da situação, não hesitou o governo um momento. A superficie plana do Chaco prestava-se a receber uma linha ferrea, cuja maior difficuldade consistiria na consolidação do terreno, por meio de estivamentos, o que se alcançaria em maior ou menor prazo, na proporção do material accumulado e dos operarios reunidos. Do pensamento passou-se immediatamente á execução e em pouco tempo começou a funcionar o *tramway* e a serem os navios abaste-

cidos regularmente. Os objectos mais pesados, peças de artilharia, lanchas, balas de grosso calibre e outros de imprescindível necessidade, como carvão e viveres, chegavam a seu destino com rapidez e bem acondicionados, o que era impossível enquanto o transporte se fizesse em costas de animaes. Poude assim a divisão manter-se no seu posto, collocando Curupaity entre dous fogos e abrindo bombardeio sobre Humaytá, prompta para, no momento azado, forçar tambem esse formidavel baluarte do inimigo. (3)

Neste serviço, que tanto auxiliou a esquadra, distinguiram-se os capitães de mar e guerra Eliziario dos Santos e Torres e Alvim, o 1º tenente Paula Mascarenhas e os chefes do arsenal do Cerrito já mencionados, primeiros tenentes Conceição e Brito.

A estrada que o vice-almirante denominou — *Affonso Celso* — partindo do porto Palmar, á foz do Quiá, ancoradouro dos navios de madeira, seguia o curso desse riacho até o ponto da mesma denominação e dahi procurava o porto Eliziario, onde se achavam os encouraçados. Em começo, a tracção se operava por meio de animaes, mais tarde substituida pelo vapor, apressadamente construindo-se para esse fim, no arsenal do Cerrito, uma locomotiva, com algumas peças do machinismo do transporte *Izabel*. (4)

No anno de 1850 (5) decretou-se um plano de reorganização da marinha de guerra, que figurou apenas na collecção das leis, não tendo sido nunca executado. Erro deploravel; uma esquadra regular somente se consegue lenta e laboriosamente. A conveniencia ou velleidade de momento fazia indifferentemente assentar no estaleiro a quilha de um navio, e indicava-lhe a classe, as dimensões, armamento e mais condições nauticas e bellicas. Do mesmo modo, se preferia ou era mister adquiril-o já prompto, tomava-se não o que pu-

---

(3) Victorino de Barros, no seu livro *O Almirante Visconde da Inhauma* attribue a iniciativa da construcção d'essa estrada áquelle illustre commandante em chefe da esquadra. E' engano; a iniciativa pertenceu ao governo imperial, como se pode verificar, entre outros documentos, do officio confidencial de 5 de Outubro de 1867, dirigido pelo ministro da marinha ao conselheiro Carvalho Borges, representante do Brasil em Buenos-Aires.

(4) Relatório e plano apresentados pelo 1º tenente Argollo Ferrão, annexos ao relatório da marinha de 1868.

(5) Decreto n.º 667, de 26 de Janeiro de 1850.

desse satisfazer o fim proposto, mas sim o que mais se aproximasse, o que houvesse de *menos mau*.

Quando pareceu imminente um conflicto com o Paraguay, no tempo do presidente Carlos Lopez, mandou-se apressadamente construir na Europa as canhoneiras, que mais tarde tanta gloria conquistaram no Riachuelo.

As violencias do cruzeiro britannico, na questão Christie, e a impossibilidade em que se vio o Imperio de reagir pela força, por falta de material efficiente, determinaram o fabrico do nosso primeiro encouraçados, a corveta *Brasil*. (6) Aprezado o *Marquez de Olinda* e invadida a provincia de Matto Grosso, isto é, já em pleno estado de guerra, tratamos de construir ou comprar os demais navios, que era preciso armar para o nosso justo desaggravo. Constituímos, assim, em poucos mezes, uma esquadra numerosa, sufficiente para as eventualidades da occasião, mas impropria para depois desempenhar cabalmente todos os encargos inherentes á missão de uma força naval, e que não correspondia ás grandes sommas despendidas. Houvessemos sido mais previdentes, e possuiríamos melhores navios, despendendo menos dinheiro, e estaríamos preparados para castigar immediatamente a ousadia da aggressão. Mas, navios construidos ou adquiridos sem plano assentado, fixando-lhes o numero, o typo e a força, por forma que não só consultem as conveniencias da occasião, senão também acautelem emergencias futuras, sejam adequados ás nossas circumstancias especiaes, não podem formar esquadra regular.

Em 1867 entendeu a administração reparar o erro commettido e evitar a reproducção de tão graves inconvenientes. O plano de 1850 já não podia servir, attentos os progressos e innovações realizados e introduzidos nas machinas de guerra. Nomeou-se então uma commissão de profissionaes para estudar e formular outro, que, methodicamente, seguido na acquisição e construcção de novos navios, dotasse em pouco tempo o paiz com um bom material fluctuante de marinha de guerra.

A commissão, composta do inspector do arsenal do Rio de Janeiro, chefe de esquadra Lamego Costa, dos chefes das officinas de construcções navaes e machinas, capitães-te-

---

(6) Contractada em 5 de Janeiro de 1864, seguiu para a esquadra em operações no Paraguay aos 4 de Setembro de 1865.



nentes Level e Braconnôt, do director d'artilharia, capitão de fragata Henrique Baptista, do director da secretaria de Estado, Mello e Andrade, e dos capitães-tenentes Sabino Pessoa e Euzebio Antunes, deveria indicar o numero dos vasos movidos a vapor, encouraçados ou não, de madeira ou ferro, que cumpriria ter, das seguintes classes:

*Navios de combate:*

1ª. De grande velocidade e qualidades proprias para navegação no oceano;

2ª. De velocidade media para cruzeiro nas costas e navegação dos grandes rios;

3ª. De pequena velocidade e condições especiaes para navegação de rios de pouca profundidade, sua defeza e dos portos.

*Navios de transporte:*

4ª. De dimensões apropriadas aos diversos serviços em que podem ser empregados. (7)

Depois de maduro estudo, apresentou a commissão o seu trabalho, propondo para a:

1ª Categoria — uma fragata encouraçada, quatro corvetas encouraçadas e quatro sem couraça;

2ª Categoria — seis canhoneiras de 1ª classe encouraçadas e seis sem couraça;

3ª Categoria — 16 canhoneiras de 2ª classe encouraçadas;

8 canhoneiras de 2ª classe sem couraça;

16 transportes a rodas, fluviaes;

Baterias fluctuantes;

4ª Categoria — quatro transportes a roda e 36 lanchas a helice.

O respectivo projecto indicava a marcha minima, o calado maximo, a capacidade para combustivel, a espessura da couraça e as boccas de fogo que devia conter cada navio. Em lucido relatorio justificativo do plano, fazia a commissão as seguintes observações:

“A fragata encouraçada do typo indicado na opinião, por certo competente, dos directores do serviço technico, imporá

---

(7) Aviso n. 287, de 25 de Outubro de 1868.

respeito a qualquer potencia maritima; porque, ella somente, pode lutar com uma esquadra. Como a sua construção deve ser demorada, as despesas tornam-se menos sensiveis; porque serão repartidas por dous ou mais exercicios, e com pequeno pagamento nos orçamentos normaes ou de paz se satisfará esta necessidade.

“Aquella poderosa machina de guerra, e as corvetas de 1ª categoria comporão a verdadeira esquadra de combate, no oceano, e serão a garantia real de nossas costas e portos; pondo-os ao abrigo de um insulto, ou de um golpe de mão.

“As corvetas não encouraçadas da mesma categoria, importantes machinas de guerra auxiliares, quer pela sua grande velocidade, quer por sua artilharia, de grosso calibre, serão empregados com vantagem na protecção da marinha mercante, e nos cruzeiros pelo littoral, convertendo-se em tempo de paz em outras tantas escolas de instrucção pratica, quer para os nossos jovens officiaes, quer para a marinagem.

Os Estados Unidos e a Inglaterra constroem actualmente varios navios desta classe, tendo nelles muita confiança.

“A 2ª categoria compõe-se de seis canhoneiras encouraçadas de 1ª classe, e de seis ditas não revestidas de armadura.

“O calado inferior destes navios, sua marcha regular e artilharia permittem-lhe funcionar efficaçmente em nossas costas, e nos rios que tem sido até hoje o principal theatro de nossas operações navaes. Sendo de menos custo, constituem entretanto, um complemento necessario para a nossa força naval.

“Na marinha de guerra tudo se encadeia, e para que a sua acção seja completa é preciso que, á sombra do grande vaso, se acolham as pequenas embarcações a que todas as aguas sejam accessiveis. De outra forma haveria sempre uma zona maritima ou fluvial impune; porque a guerra não poderia ser levada a ella com efficacia.

“Dahi nasceu a necessidade dos typos adoptados na 3ª e 4ª categorias, que formam o que pode haver de mais força para uma esquadra fluvial, com seus meios de ataque, de defeza, e de mobilidade; podendo afoutamente os navios desta classe internar-se nos rios, sempre que estiverem apoiados em uma esquadra exterior, que sirva de base a suas operações, e em um exercito que occupe uma das margens, e lhe garanta a subsistencia.

“A gloriosa e brilhante passagem de Humaytá, no dia 19 de Fevereiro ultimo, provou exhuberantemente que era bem

fundada a confiança que V. Ex. e a commissão nelles depositaram.

“Em tempo de paz serão outros tantos elementos de boa policia para os nossos grandes rios, abertos recentemente á navegação de todo o mundo, e concorrerão para garantir a ordem nos desertos sertões que elles banham, e para inspirar confiança á população adventicia, que for para alli attrahida pela perspectiva de um seguro e prospero futuro.

Só a importancia deste serviço basta para justificar a despesa que se tem de fazer com tão util creação.

“As baterias fluctuantes adicionadas á 3ª categoria são fortalezas moveis de grande utilidade para defeza de nossos portos. Não sendo possivel erguer em cada um delles baluartes fixos encouraçados, pela enorme despesa que se teria de fazer, aquellas baterias os substituirão convenientemente, apresentando-se nos pontos ameaçados.

“Nos navios de 4ª categoria se encontram alguns grandes transportes, proprios para conducção de uma força respeitavel a qualquer lugar onde seja precisa a sua presença. A despesa extraordinaria feita na guerra actual com a verba de fretamento de vapores para o transporte de nossas tropas, e em geral as insufficientes accomodações delles para semelhante serviço, indicam a conveniencia de se preparar quanto antes embarcações proprias, com as quaes se reduzirá aquella despesa em identica situação, e se pouparão muitos soffrimentos aos nossos soldados.

“Construidos assim todos os navios de guerra sob um plano definido, e de accordo aos typos ou modelos adoptados, torna-se facil tambem a reparação e substituição de peças importantes de suas machinas, cascos, mastreação e velame, que podem ser preparadas em nossos arsenaes com precedencia, e á vista da duração provavel das que se acham em uso em circumstancias ordinarias, resultando deste facto economia de tempo e de dinheiro, a par de maior perfeição no trabalho.” (8)

Este plano foi aprovado (9) e começou o governo a pol-o em execução, mandando construir na Inglaterra a fragata *Independencia*, mal agoirada desde o lançamento ao mar e posteriormente vendida ao governo daquelle paiz. Depois, ficou o projecto em esquecimento. Entretanto, com as mo-

---

(8) Anexo ao Relatorio do Ministerio da Marinha de 1868.

(9) Decreto n. 4.182 de 13 de Maio de 1868.

dificações que os progressos da construcção naval foram aconselhando podia ainda hoje ser adoptado satisfazendo ás necessidades do serviço e ás justas aspirações do paiz, que outra cousa não deseja, senão que a sua honra, integridade e gloria sejam sempre mantidas e incolumes.

Mas, a triste verdade é esta: mudaram-se os uniformes da officialidade hoje mais vistosos, substituíram-se por outras mais imponentes as denominações de alguns postos, temos a reforma compulsoria é quanto ao material... é hoje inferior ao que atropelladamente armamos para a guerra do Paraguay.









## IX

*Escola de Marinha. Collegio Naval. Um projecto desastroso.*

Entre as providencias adoptadas pelo governo, tendo em vista, não as necessidades immediatas da guerra, mas o futuro da marinha, no intuito de melhorar suas condições, figura a transferencia da respectiva escola para bordo da fragata *Constituição*, convenientemente reparada e apparelhada para o novo destino.

Desde muitos annos funcionava a escola em terra (1) no centro do bulicio e distracções da capital, erro prejudicialissimo tanto á disciplina, como á applicação dos alumnos. Para alli passara, quando a antiga nau *Pedro I*, em que se alijava, se tornou imprestavel, ameaçando sossobrar.

Semelhante collocação, condemnada pelo simples bom senso, era uma das causas do pequeno contingente com que a escola contribuia, em cada anno, para a renovação e preenchimento do corpo de officiaes da armada, do qual deveria ser o unico viveiro.

No quinquenio anterior á mudança para a fragata, apenas se apurara insignificante numero de guardas-marinha, a saber: em 1863, 14; em 1864, 9; em 1865, 13; em 1866, 18; em 1867, 24; notando-se que, nos dois ultimos annos, os servicos que alguns aspirantes prestaram em campanha influiram para certa indulgencia nos exames. A média annual de 15 alumnos, habilitados para ascenderem depois ao posto

---

(1) No edificio em que actualmente se encontra o Lyceu Litterario Portuguez, ao largo da Prainha.

de segundos tenentes, ficava muitissimo aquem do indispensavel para supprimento da respectiva classe, composta de 240 officiaes.

Dahi provinham grandes inconvenientes. Além de não ser possivel fazer-se regularmente o serviço de bordo com tão poucos officiaes subalternos, era forçoso para attender-se em parte a tamanha falta admittir-se no corpo da armada pilotos da marinha mercante, sem as precisas habilitações profissionaes. Accrescia a grande despesa em que importava a educação daquelles jovens; cada turma de 15 guardas-marinha custava ao Estado nada menos de 372:000\$, não incluidos os gastos de viagem de instrucção, no 4º anno do curso.

A transferencia da Escola para um navio, onde os aspirantes não só poderiam dedicar-se com maior afinco aos estudos como adquirir mais facilmente os habitos e a disciplina da vida maritima, removia uma das causas do mal apontado.

"São tão importantes, dizia o respectivo commandante, (2) consultado a respeito, e dignas de tanta consideração as vantagens, que resultarão da transferencia da Escola de marinha para bordo, *não só a bem do aproveitamento dos alumnos, como da disciplina e moralidade do estabelecimento*, que muito é para desejar que, quanto antes, seja posta em execução a idéa de V. Ex. de mudar a mesma escola para a fragata *Constituição*.

"Tirar a Escola da marinha do pessimo local e edificio em que está funcionando, transferindo-a para bordo, *importa dar á marinha imperial turmos de guardas-marinha que estejam mais em relação com o numero de alumnos que se matriculam annualmente no 1º anno do curso naval*, pois que, isolados os aspirantes de tudo quanto actualmente os distrae e desvia de seus estudos e exercicios escolares, maior será sem duvida sua applicação, é portanto menor o numero dos reprovados no referido 1º anno.

"Esta circumstancia faz diminuir as avultadas quantias dispendidas inutilmente pelo Estado com os alumnos eliminados annualmente na epoca dos exames, em consequencia da falta de séria applicação ao estudo das doutrinas do curso; resultando dahi que o gasto médio feito com cada aspirante que completar o curso será menor do que actual-

---

(2) O então chefe de divisão Francisco Pereira Pinto, depois Vice-almirante barão de Ivinhema.

mente; cumprindo ainda accrescentar que existem tambem despesas fixas independentes de qualquer numero de alumnos matriculados; e que igualmente serão menos sensiveis á proporção que o aproveitamento dos-alumnos fôr maior.”

Poz o governo immediatamente em pratica a ideia, expedindo novo regulamento adequado á mudança (3).

Offerecia a fragata espaço sufficiente para receber 80 alumnos em beliches corridos nas cobertas e para rancho da tripulação indispensavel. Os officiaes alojaram-se na praça d'armas, como era necessario para policia dos dormitorios. No convez ficaram as aulas dos 3 annos e refeitório, com capacidade para 90 pessoas. Na camara, os aposentos do commandante, a secretaria e a bibliotheca. Os gabinetes de physica e chimica installaram-se no camarim da tolda, convenientemente alargado. As demais dependencias accommodaram-se bem em outros compartimentos.

As obras que se fizeram não foram dispendiosas: recorreu-se o calafeto á popa e realizaram-se pequenos reparos nas amuradas entre o convez e a tolda. Aos mastros reaes, que estavam podres, substituiu o arvoredado da corveta *Berenice*, perfeitamente são e mais apropriado, por suas menores dimensões, para exercicios e trabalhos de apparelho.

Houve quem vaticinasse que o navio não poderia servir nem cinco annos, indo ao fundo ántes desse praso. Falhou o agoiro; na *Constituição* permaneceu a escola, com grande proveito dos estudos, por mais do duplo desse tempo.

Para o mal que se procurava evitar contribuia poderosamente outra causa, que não podia ser tão de prompto removida: a superabundancia de estudos fixados pelo regulamento organico, exigencia de materias difficeis e em grande parte dispensaveis na preparação de bons officiaes de marinha.

Preoccupou-se tambem o governo dessa reforma, para a qual pediu ao corpo legislativo a competente autorização e mandou preparar a reorganização do plano de ensino, de modo a simplificar-o e tornal-o mais pratico. Exaetamente porque a profissão militar maritima reclama muitos e variados conhecimentos, é mister eliminar do respectivo curso tudo o que não seja essencialmente util e tenha apenas merecimento escolastico.

---

(3) Aviso de 26 de Outubro de 1867.



Mais tarde, e sobre os trabalhos effectuados nessa epocha, operou-se a reforma, separando-se o curso primario do superior e creando-se o *Collegio Naval* (4), em que se educassem os futuros discipulos da Escola, estabelecimento aquelle que subsistiu até 1886, fundindo-se então com ella que passou a denominar-se *Escola Naval* (5).

Por nova reforma passou esta tres annos depois (6) mas infelizmente nem duma, nem doutra feita, tratou-se de reorganizar-a, segundo o verdadeiro typo de uma boa escola de marinha: continuaram os programmas do ensino sobre-carregados de materias senão inúteis, pelo menos desnecessarias, em prejuizo de outras a que se não deu o preciso desenvolvimento; a theoria sobrepujou a pratica. Dahi proveiu não augmentarem sensivelmente os contingentes annuaes, fornecidos pela Escola Naval para supprimento dos quadros de officiaes subalternos.

Todavia, sob a direcção de um chefe competentissimo, ia tão importante estabelecimento entrando em phase promissora de excellentes resultados, quando a revolta de uma parte da esquadra veio infelizmente interromper o curso de seus trabalhos.

E o que ainda é mais lamentavel, — parece condemnada a desaparecer!

Na faina de destruir-se tudo quanto legou o antigo regime e, em parte, tambem por influxo da desconfiança, que actualmente inspira ao governo a marinha de guerra, cogita-se da suppressão da Escola Naval e pretende-se que promiscuamente se eduquem, nos mesmos estabelecimentos, recebendo identico ensino profissional, tanto os jovens que se destinem ao exercito, como os que se votem á carreira maritima.

Segundo as novas theorias, as forças militares do paiz constituirão uma só classe, da qual sahirá indistinctamente, conforme exigirem as necessidades do momento, o grumete ou o infante, o timoneiro ou o cabo de esquadra, o official de quarto ou o alferes de companhia, o immediato de um navio ou o fiscal de um batalhão, o commandante de um

---

(4) Decreto n. 4.679 de 17 de Janeiro de 1871.

(5) Decreto n. 9.611 de 26 de Junho de 1886.

(6) Lei n. 3.394 de 24 de Novembro de 1888 e decreto n. 10.201 de 9 de Março de 1889.

encouraçado, ou o coronel de um regimento de cavallaria! Nada pôde haver de mais absurdo.

Na infancia da marinha, antes da descoberta da bussola, quando as galeras eram movidas a remos e uma unica véla triangular, nos tempos idos dos seculos XIII e XIV, comprehende-se que os poderes publicos não se preocupassem de adestrar pessoal especialmente incumbido de dirigir e defender os navios de guerra. A navegação se fazia ao longo das costas, sem perdel-as de vista; as embarcações de commercio, apresadas ou fretadas na occasião, rapidamente se transformavam em navios de combate.

Em verdade, do que precisavam para affrontar o inimigo?

Ao longe, das arbaletas; para as lutas de abordagem, corpo a corpo, das espadas e lanças, dos capacetes e couraças, isto é, das armas ordinariamente usadas nos exercitos da terra. Ajuntassem-se a isto algumas foices para cortar a cordoalha, grosseiras machinas que arremessassem pedras, béstas, balistas, catapultas, vasos cheios de materias inflammaveis, de pregos acerados, de cal viva, etc., (7) perfeitamente manejaveis por qualquer homem de pulso e constituida estava uma esquadra formidavel.

Hoje, porém, attentos os progressos da construcção naval, da metallurgica, da balistica, da electricidade, toda a nação ciosa de seus interesses e de seus brios, sob pena de vel-os sacrificados num momento, deve ter especial cuidado na organização da marinha, quer quanto á escolha do material, quer, sobretudo, no preparo daquelles a quem o confiará. O maior genio militar do seculo, Napoleão I, resignava-se a educar *sobre as ondas* a officialidade da sua marinha, por que não podia fazel-o *dentre dellas*. "Uma escola de marinha em terra, dizia ao ministro Decrés, seria cousa tão ridicula, como uma escola de cavallaria a bordo de um navio".

A diversidade dos elementos, em que os soldados e marinheiros são chamados a agir, claramente indica que o ensinamento theorico e pratico das duas classes não pode ser identico. No mar devem aprender os que algum dia terão de sulcal-o, domando os ventos e as vagas, como em terra os que ahi hão de arrostar outros perigos e fadigas. Formar, mediante um systema unico, bons officiaes de terra e bons officiaes de marinha, é utopia, que toca as raias da insanía.

Se o mais consummado commandante de infantaria difficilmente saberá dirigir uma bateria de canhões, como esperar que guapo chefe de lanceiros seja, simultaneamente, perito official de catavento, e que todos se revesem com igual proficiencia?

Ha, sem duvida, conhecimentos tão necessarios a uma classe como a outra; alguns, porém, imprescindiveis á marinha não o são para o exercito e vice-versa: a castrameação e a nautica, por exemplo, e como estas materias tambem a astronomia, a hydrographia, as linguas vivas, a construcção de estradas estrategicas, a erecção de telegraphos, etc... Com o aperfeiçoamento das sciencias e armas modernas, não ha talento superior que possa convenientemente habilitar-se em tudo, já não diremos que seja util, mas necessario ao militar. Se não houver especialistas, nivelar-se-hão todos na mais trivial superficialidade.

“Querer fazer, observa um escriptor distincto, de um capitão de navio, successivamente, bom commandante no mar, director de artilharia, ou chefe de construcções navaes, é evidentemente *uma empreza insensata*. Attrahir para a marinha, pela perspectiva de carreiras diversas, uma mocidade escolhida, assegurar-lhe instrucção solida, varia, mas ao mesmo tempo encaminhada *às cousas do mar*, dar-lhe depois, nos primeiros annos da vida, a tempera vigorosa, que só se adquire no meio dos perigos e fadigas da navegação e, em seguida, quando as aptidões se pronunciarem, ministrar a cada um a direcção especial de que não deverá affastar-se até o fim da carreira; tal é — a verdade em materia de organização maritima” (8).

Os exercitos da França faziam-se temer de toda a Europa, conquistando brilhantes triumphos, não tanto pelo valor dos soldados ou superioridade do armamento, como pela capacidade profissional dos officiaes e chefes que os commandavam, emquanto a marinha da mesma nacionalidade não podia competir nem com a batava, nem com a britannica. Dous grandes ministros tentaram levantar-a desse abatimento ao maior esplendor — Richelieu e Colbert, este principalmente. Pois bem, nenhum delles lembrou-se de entregal-a ás melhores espadas do aguerrido exercito; o primeiro foi buscar a sua officialidade na marinha mercante, ou na dos cavaleiros da Ordem de Malta; Colbert, visando

---

(8) M. Gurgeaud — La Marine de Guerre.

o futuro, adoptou medida mais acertada com a criação das companhias de guardas-marinha de Brest, Rochefort e Toulon, verdadeiras escolas navaes.

Assim reconstituída, a marinha franceza deu á nação dias de gloria, mas não pôde evitar um grande revez, em South-would, no dia em que recebeu por chefe antigo e famoso tenente-general dos exercitos de terra, Jean d'Estrés, sem nenhuma experiencia do novo posto, em que imprudentemente fôra collocado. Apesar de ter sob suas ordens valentes marinheiros como Duquesne e Martel, cujos conselhos desprezou, o tenente-general foi batido pelo illustre almirante Ruyter, que apenas dispunha de 53 navios, contra 88 (9).

O moderno imperio da Allemanha conseguiu organizar em poucos annos uma marinha de guerra respeitavel. Nenhum estado europeu dispunha de melhores escolas militares, em nenhum a instrucção militar chegou a maior desenvolvimento e perfeição. Entretanto, ninguem se lembrou alli de educar em taes estabelecimentos os futuros officiaes de marinha; ao contrario, tratou-se de montar com especial cuidado a magnifica escola naval de Kiell.

A suppressão da que possuimos e das demais instituições de ensino technico maritimo, será o anniquilamento da armada brasileira. Nem se allegue que, mesmo entre nós, Garibaldi mostrou-se emprehendedor e bravo. tanto em terra, como sobre as aguas, ou que o actual vice-presidente da Republica, simples 1º tenente de artilharia, commandou com distincção um pequeno vapor, no rio Uruguay, ao tempo da invasão paraguayana. O celebre italiano, com toda a sua audacia, jamais conseguiu outros successos, além dos de surpresa, ou emboscada, e nunca pôde resistir ás forças regulares de marinha com as quaes combateu.

O cruzeiro que o 1º tenente Floriano Peixoto exerceu no citado rio, impedindo que os inimigos se communicassem de margem a margem, revelou actividade e bravura, mas não pôde ser elevado á categoria de feito naval. Melhores paginas conta a sua fé de officio.

A infelicissima idéa da fusão das escolas militares, terrestre e maritima, está condemnada já pela nossa propria experiencia. Em 1832 o governo da Regencia, reformando a

---

(9) Esta batalha, ferida a 1 de Julho de 1672, tambem se denominou de *Sole-Bay*. Os francezes tinham por alliados 59 navios inglezes, sob o commando do Duque de York, sem estudos, nem pratica de cousas maritimas.



então denominada Academia Militar da Côrte, nella incorporou a de Guardas Marinha da Armada Nacional. (10) Pouco mais de um anno depois desfez-se o acto, (11) separando-se as duas Academias, *por mostrar a experiencia*, declarou o ministro respectivo, que a reforma *não correspondera aos fins a que se propuzera o governo de poderem os officiaes, tanto do exercito, como da armada nacional, conseguir no mesmo estabelecimento aquelle grau de instrucção, onde os habilite ao desempenho das commissões e operações militares, que lhes fôrem incumbidas.* (12)

Comprehende-se que se destrua o que existe para fazer-se cousa melhor; mas destruir para restabelecer-se que a experiencia propria e alheia já mostraram ser imprestavel, é o cumulo do absurdo!

Tambem no afan de apagar os vestigios do passado, a primeira republica franceza desorganizou, por meio de innovações irreflectidas, a brilhante marinha que recebera dos governos antecessores. Os resultados traduziram-se nos grandes desastres que soffreu a França, no mar, a despeito dos colossaes esforços de Napoleão I. Imitem-na embora na pueril preocupação de substituir os antigos nomes dos navios, — recordações de serviços, datas, ou acontecimentos importantes, por outros que apenas exprimiam as paixões dominantes e por vezes mentiam á verdade historica: (13) mas não se anniquile, antes conserve-se, melhorando-o, aquillo que é fructo de longos annos de estudos e trabalhos, inspirados no desejo de bem servir e acertar.

Lembrem-se os que têm a responsabilidade do poder de uma verdade: "o que sobretudo dá cohesão e força á marinha de guerra é, na phrase de um almirante illustre, (14) *a dedicação reciproca entre officiaes e a gente de bordo*, — sen-

(10) Decreto de 9 de Março de 1832.

(11) Decreto de 22 de Outubro de 1833.

(12) Citado decreto de 22 de Outubro de 1833.

(13) Para *sansculotar* os navios, segundo a expressão da época, começou-se por tirar-lhes os antigos nomes, lembranças do regimen detestado, rebaptizando-os á moda do dia. Foi assim que um denominou-se *Revolução*, outros *Povos Soberano*, *Tricolor*, *Direitos do Povo*, *Jacobino*, *Cá ira* etc. Houve tambem um *Marat*. (Maurice Loir, obr. cit.)

(14) *Amiral baron de la Roncière Le Noury* — *Le Siège de Paris*, cit. pelo precedente escriptor.

timento que só nasce, se desenvolve e avigora na diuturna convivencia de um meio limitado e á parte. O espirito de classe, que é por sua vez condição de força, de prestigio e de successo, não existe nas grandes aggremações; só actua em ambitos circumscriptos, onde aspirações, modo de vida e destino sejam communs. Se o Brasil deseja possuir exercito e esquadra, que o defendam efficazmente, que se auxiliem mutua e poderosamente, que confraternizem nos momentos supremos e não se deixem contaminar de fataes rivalidades, cumpre dar-lhes educação, carreira e missão differentes.





## X

*Escola pratica de artilharia para officiaes de marinha.  
Composição dos Estados Maiores, suas attribuições e deveres. Reforma de diversos serviços.  
Outras medidas regulamentares. Pensões e distincções honorificas.*

Um das faltas mais sensiveis na marinha de guerra era uma escola pratica de artilharia para instrucção dos officiaes. Não bastam conhecimentos teoricos para que o artilheiro possa bem manejar arma tão possante e decisiva, na diversidade dos casos em que forças navaes são chamadas a operar. Deve o artilheiro conhecer por experiencia propria os effeitos das cargas e sua variação, as leis da acção da polvora nas peças de differentes calibres e dimensões, conforme as distancias e a resistencia do objectivo, o uso dos projectis na multiplicidade de suas especies, balas, bombas, granadas, lanternetas, etc., fabricação respectiva, assim como a dos foguetes, estopins, cartuchos, e espoletas; habilitações estas que só se adquirem pelo estudo e observação proprios, pela pratica em summa.

Para as praças do Corpo de imperiaes marinheiros e do Batalhão naval existia uma escola *pratica*, apenas no nome, porque nunca dispoz de uma linha de tiro. (1)

De tão anormal estado de cousas resultavam duas grandes desvantagens: por um lado, officiaes e praças da marinha chegaram a entrar em campanha e até aquelles a commandar navios em frente do inimigo, sem jamais terem disparado um canhão; por outro lado, a falta de tirocinio levava-os a ence-

---

(1) Decreto n. 2.790, de 1 de maio de 1861.



tarem o indispensavel estudo, exactamente no momento de recorrerem á efficacia do formidavel engenho de guerra!

Sobre proposta do governo, autorizou o poder legislativo a creação da Escola em 1867. (2) Para leval-a á effeito no meou-se uma comissão, presidida pelo capitão de fragata Henrique Baptista, e de que eram membros os capitães-tenentes Canto e Teive e Lima Campos, á qual se incumbio a organização dos trabalhos preparatorios, que servissem de base ao respectivo regulamento. Foi tambem ouvido o marechal de exercito, Conde d'Eu, commandante geral de artilharia, que offereceu importante parecer. (3)

Não se demorou a comissão em satisfazer o encargo, apresentando bem elaborado relatorio. Substituido, porém, o ministro que a concebera, a idéa de tão util instituição cahiu em olvido. Só 15 annos depois foi levada a effeito, mas por forma tal, que a Escola Pratica de Artilharia, para officiaes do corpo da armada, nunca foi bem acceita pela corporação. (4)

Não estavam estabelecidas regras fixas para a composição dos estados-maiores, dos commandantes em chefe e commandantes das esquadras e divisões navaes, marcando o numero, gradação, emprego e vencimentos dos respectivos officiaes. Formavam-se os estados-maiores a arbitrio dos commandantes e conforme a condescendencia do ministro. Um decreto do poder executivo prescreveu taes regras. (5)

O Estado-maior de um official commandante em chefe de esquadra, ou força naval, composta de duas ou mais divisões, deveria conter:

*Em operações de guerra* — um chefe de estado-maior official general ou capitão de mar e guerra;

Um Secretario, official superior ou subalterno;

Tres ajudantes de ordens, officiaes subalternos.

*Em serviço especial fora do Imperio* — um chefe de estado-maior, capitão de mar e guerra ou de fragata;

Um Secretario, official subalterno;

Um ajudante de ordens, tambem subalterno.

O official general, ou capitão de mar e guerra commandando divisão naval, empregada isoladamente em operações,

---

(2) Lei n. 1.523 de 28 de Setembro de 1867.

(3) Annexo ao Relatorio da Marinha de 1868.

(4) Decreto n. 8.737 de 18 de Novembro de 1882.

(5) Decreto n. 8.759, de 29 de Dezembro de 1866.

ou em serviço especial fora do Imperio, seria auxiliado por um estado-maior, composto como o precedente. O commandante das divisões, que fizessem parte de uma esquadra, ou força naval, teriam um secretario e ajudante de ordens. Os chefes dos estados maiores das esquadras perceberiam os vencimentos e vantagens correspondentes ás suas patentes, commandando divisão e os das divisões aquelles que coubessem ao commandante do maior navio da mesma divisão. Os secretarios e ajudantes de ordens venceriam como commandantes do menor navio da força em que servissem. Seria de nomeação do ministro, sob proposta do respectivo commandante, o pessoal dos estados-maiores.

Outra lacuna igualmente sensivel foi preenchida: a delimitação das attribuições e deveres dos chefes do estado-maior. (6)

Muitas outras proficuas providencias adoptaram-se nesta época. Assim, reorganizou-se a Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha (7); a Contadoria (8); o Conselho Naval, dando-se a este regimento interno (9); estabeleceram-se regras para contractos de obras do ministerio (10); para retribuição do trabalho dos operarios nos arsenaes, além das horas ordinarias (11); para abono de ajuda de custo e pagamento de passagens aos officiaes do corpo de armada e classes annexas, quando em serviço viajassem por terra (12); marcando os casos em que os navios mixtos pudessem ou devessem usar das machinas (13); e por ultimo acautelando a conservação dos navios desarmados (14).

Regulamentou-se: o concurso para os logares de alumnos pensionistas do Hospital de Marinha do Rio de Janeiro (15), assim como o serviço medico e cirurgico do mesmo estabelecimento (16). Proveu-se acerca dos exames para obtenção de carta de piloto (17); creou-se logar de pratico-mór da ar-

---

(6) Decreto n. 3.798 de 9 de Fevereiro de 1867.

(7) Decreto n. 4.174 de 6 de Maio de 1868.

(8) Decreto n. 4.244 de 20 de Junho de 1868.

(9) Aviso de 30 de Dezembro de 1867.

(10) Decreto n. 3.858 de 8 de Maio de 1867.

(11) Aviso de 18 de Outubro de 1867.

(12) Decreto n. 4.013 de 9 de Novembro de 1867.

(13) Aviso de 14 de Novembro de 1868.

(14) Decreto n. 4.045 de 19 de Dezembro de 1867.

(15) Decreto n. 3.722 de 24 de Outubro de 1866.

(16) Aviso de 27 de Fevereiro de 1868.

(17) Aviso de 17 de Agosto de 1866.

mada, e lançaram-se as bases para uma escola de praticagem dos rios nacionaes e dos estados visinhos (18); regulou-se esse serviço não só nos navios de guerra, que navegassem no Rio da Prata e seus affluentes (19), como em todos, de guerra ou mercantes, que cursassem o Amazonas, seus tributarios e canaes (20).

Declarou-se a competencia do fôro militar, para conhecer dos crimes praticados fora dos quarteis por praças do exercito ou da armada contra seus camaradas (21); fixou-se a penalidade a que ficavam sujeitas as praças de marinha em tempo de guerra (22), as das companhias de artifices militares, por faltas e delictos (23), e as do Batalhão Naval, por crime de deserção (24).

Por fim, releva assignalar a instituição de um Museu no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, para ahi serem arrecadados todos os objectos cuja conservação interessasse á armada nacional (25); e o acto mandando organizar o *Diccionario Maritimo Brasileiro* (26).

Por outro lado, não poucas pensões concedeu o governo a officiaes do corpo da armada, que se distinguiram na guerra, ou a suas viúvas, filhos e irmãs, assim como ás praças de pret, que se invalidaram, sem que isso as prejudicasse no direito de serem recolhidas aos quarteis dos respectivos corpos, com todas as vantagens, em quanto se não creasse um asylo apropriado. Desse modo não deixaram os poderes publicos de pôr ao abrigo de necessidades os bravos, que se assignalavam entre seus camaradas por serviços de alta valia, e nem desampararam suas familias.

Este facto, porém, veio salientar uma lacuna da legislação de marinha.

(18) Aviso de 14 de Setembro de 1868. Recahiu a nomeação no bravo Fernando Ethcbarne, já então capitão-tenente.

(19) Citado aviso de 14 de Setembro.

(20) Idem de 22 de Abril de 1868.

(21) Idem de 27 de Março de 1867, sobre consulta da Secção de Justiça do Conselho de Estado.

(22) Idem de 11 de Setembro de 1866 sobre consulta do Conselho Supremo Militar.

(23) Decreto n. 3.813 de 16 de Março de 1867.

(24) Idem n. 4.110 de 29 de Fevereiro de 1868.

(25) Idem n. 4.116 de 14 de Março de 1868.

(26) Aviso de 19 de Junho de 1868. Este serviço foi incumbido a uma comissão presidida pelo chefe de esquadra Barão de Angra. O *Diccionario* publicou-se no anno de 1877.

O auxilio pecuniario, em casos taes, deve ser garantido e regulado pela lei, e não depender da liberalidade do governo. Constituido como um direito elle se enobrece e tranquiliza o official quanto á sorte dos entes que lhe são mais caros, se for victima de alguma eventualidade de guerra, o que contribuirá para que afrente os perigos com maior arrôjo. É indispensavel que, a exemplo de outras nações, se adoptem tabellas, prevenindo as hypotheses possiveis, e fixando o subsidio a que tenham direito os que perderem seu natural protector, em serviço da patria (27).

Tambem não foi parco o governo na concessão de distincções honorificas. Além dos titulos nobiliarchicos e condecorações já em uso no Imperio distribuidos com largueza por todo o pessoal da marinha, decretaram-se medalhas especiaes, para commemorar e recompensar certos serviços de ordem mais elevada, a saber:

A medalha do cerco e rendição de Uruguayana, extensiva ás guarnições dos navios da esquadra, que alli operaram (28);

A do Riachuelo para os officiaes e praças que se distinguiram nessa batalha (29);

A da bravura militar, extensiva igualmente ás praças da armada (30);

A do merito militar; (31);

A do forte de Coimbra (32);

A da passagem de Humaytá (33).

Nem só isso: determinou-se que a bordo do vapor *Amazonas*, dos encouraçados *Barroso*, *Tamandaré* e *Bahia* dos monitores *Alagoas*, *Pará* e *Rio Grande* se içasse no mastro de prôa a fita da ordem do Cruzeiro, que nunca se arriaria, ainda quando se houvesse de hastear outra bandeira ou distinctivo do chefe, e que no centro da roda do leme se fixasse a insignia de official da mesma ordem, como recordação dos serviços

(27) Vide Relatorio de 1869.

(28) Decreto n. 3.488 de 28 de Junho de 1865.

(29) Idem n. 3.529 de 18 de Novembro de 1865.

(30) Idem n. 3.854 de 10 de Maio de 1867.

(31) Decreto n. 4.131 de 28 de Março de 1868.

(32) Idem n. 4.158 de 24 de Abril de 1868.

(33) Idem n. 4.118 de 14 de Março de 1868.



prestados por esses navios, nos dous maiores feitos da campanha (34).

Os poderes publicos jamais regatearam recompensas, antes foram prodigos em cumular a força armada de honras e mercês — munificencia essa de que aliás por vezes se originam graves perigos (35).

---

(34) Idem n. 4.117 de 14 de Março de 1868.

(35) Vide o annexo n. 1, onde estão mencionadas as promoções, condecorações e mercês pecuniarias concedidas aos officiaes que tomaram parte na campanha.



## Xi

*Meios financeiros com que se fez face ás despesas da guerra. Custo desta. Progreso do paiz*

Um dos factos de que mais legitimamente se pode orgulhar o Brasil é o de ter acudido aos enormes sacrificios de sangue e dinheiro, a que o obrigou a inesperada e selvagem aggressão do marechal Lopez, sem lançar mão do alistamento de estrangeiros e sem recorrer a empréstimos dessa origem, senão para somma relativamente insignificante, ao passo que satisfazia todos os seus anteriores compromissos com rigorosa pontualidade.

Salvo, na Marinha, os praticos da navegação dos rios, já de annos ao serviço do Imperio, alguns machinistas dos navios a vapor e poucos pilotos, commissionados officiaes subalternos, para preenchimento das lotações dos vasos novos, organizadas ás pressas; de parte, no Exercito, duas ou tres centenas de individuos de outras nacionalidades, voluntariamente engajados como praças de pret e um ou outro official, tambem subalterno, eram brasileiros os 100.000 homens, que se armaram para desafronta dos brios nacionaes. A metade desses bravos perdeu a vida nos combates, em consequencia de ferimentos, ou de molestias contrahidas na rude campanha.

Nobilissima e sympathica era sem duvida a causa do Brasil; mercenarios, porém, jamais a sustentariam com a resignação, tenacidade e enthusiasmo de que deram provas em cinco annos as nossas forças de terra e mar.

A despesa total do Imperio não attingia, antes da guerra, a 57.000:000\$. Entretanto, logo em 1864 e 1865 despenderam-se 83.000:000\$ por motivo da questão oriental, quantia essa que duplicou e quasi triplicou em cada um dos annos

subsequentes, utilizando-se o governo do seu credito externo para levantar em Londres só 44.444:000\$, que tanto produziu um emprestimo de 5.000.000 £, lançado em Setembro, e mais tarde, em 1871, 26.521:000\$, feita já a paz, para liquidação dos ultimos dispendios.

Tudo mais forneceu o proprio paiz, supportando sem a menor relutancia a criação de impostos e a aggravação dos existentes, acceitando com a maior confiança avultadas emissões de papel moeda, collocando larga parte de suas economias nos titulos de divida interna, fundada e fluctuante, e contribuindo com donativos e subscrições, para as quaes colectaram-se todas as classes e funcionarios, desde os mais altos até os das mais modestas categorias, seguindo o exemplo magnanimo do chefe do Estado, sempre o primeiro na abnegação e no culto da causa publica. (1)

Tanto mais admiravel mostrou-se a emulação patriotica em accudir ás urgencias do Thesouro, quanto esse magnifico movimento da opinião nacional se iniciou sob a pressão da mais intensa e grave crise commercial, que o Brasil até então soffrera.

Exactamente quando, desattendido pelo governo uruguayo o *ultimatum* Saraiva e começadas as represalias, o dictador do Paraguay arrogantemente nos ameaçava de intervir na lucta, cujas proporções assim inesperadamente se revelavam mais vastas e mais perigosas, a praça do Rio de Janeiro via alluirem-se os estabelecimentos bancarios, que mais solidos pareciam, arrastando á ruina innumeradas familias, que na vespera se consideravam ricas e reduzindo á miseria milhares de operarios, absolvidos na voragem os pobres peculios a custo accumulados!

Desde 10 a 25 de Setembro de 1864, e principalmente nos primeiros desses dias, a capital foi theatro de scenas de pavor e desespero, semelhantes ás que tristemente assignallaram a terrivel *Sexta-feira negra*, de dolorosa recordação nos annaes inglezes. A suspensão de pagamentos dos ban-

---

(1) Ao presidente do conselho, ministro da fazenda, dirigiu Sua Magestade o Imperador a seguinte carta:

"Sr. Zacharias — Como auxilio ao seu desejo de reduzir a despesa publica, apresso-me em declarar-lhe, que de 10 de Março em diante pôde o Thesouro nacional descontar mensalmente a quarta parte da minha dotação. Não me foi, nem me é dado, cumprir antes este dever attentas as urgencias do Estado, porque empenhos imprescind-

queiros A. J. Alves Souto & C. determinou o alarma, que em poucas horas se communicou a todos os bairros. Ondas de povo precipitaram-se sobre todos os bancos, reclamando em altos brados e no maior atropelo a retirada das quantias nelles depositadas.

Mais quatro estabelecimentos, que até o dia 14 haviam resistido á corrida, igualmente sossobraram; o terror cresceu, sendo necessaria a intervenção da força publica, a fim de impedir a invasão dessas e outras casas, que só evitaram a fallencia, graças ás medidas de excepção adoptadas pelo governo.

Suspendeu-se a execução da lei commercial, prorogou-se o vencimento de letras, notas promissórias e outros titulos, assim como os respectivos recursos e prescripções, adoptaram-se novos processos na fallencia dos bancos, moratorias e concordatas e negociantes não matriculados; autorizou-se o Banco do Brasil a elevar a emissão de suas notas ao triplo do fundo de garantia e deu-se a esse papel curso forçado.

Como era de esperar-se, o que para alguns foi verdadeiro desastre a outros offereceu ensejo de especulação e fraude.

Concordatas prejudicialissimas foram propostas e acceitas, pelo receio de perdas mais avultadas. A 117 subio o numero das firmas que falliram e assim se liquidaram, não excedendo de 30 %, o maximo dividendo distribuido aos credores, após dilatado prazo, e havendo-os até 50%! A crise repercutio nas provincias, com especialidade nas praças de Santos, Bahia e Pernambuco. Avalia-se em 100.000:000\$, pelo menos, o prejuizo das victimas da catastrophe.

Em condições tão desanimadoras, incerto o exito da attitude que assumiramos no Rio da Prata, surgindo mais temerosa complicação do lado do Paraguay, homens de tempera menos rija, ou menos confiantes no civismo e dignidade de seus concidadãos, do que os estadistas, que constituíam o gabinete de São Chritovão, seguramente hesitariam ante a perspectiva dos enormes dispendios, que exigiria a manutenção da politica internacional, que haviam adoptado. Mas, o Go-

divéis de minha casa me têm vedado e vedarão até esse tempo — *D. Pedro II.* — 3 de Setembro de 1867.”

Criando-se posteriormente o imposto de 3 % sobre os vencimentos dos empregados publicos, Sua Magestade que, segundo a lettra expressa da lei e seu sentido, não estava sujeito a esse onus ordenou, que além da quarta parte assim cedida se descontasse aquella porcentagem de sua dotação. (*Annaes da Camara dos Deputados, sessões de 4 de Setembro de 1867 e 16 de Maio de 1868*).



verno imperial não hesitou em fazel-o e ainda bem para honra do Brasil! A nação nobremente correspondeu a essa resolução, unica compativel com o seu pundonor. Os que hoje a acoimam de precipitada e imprudente, attribuindo-a a interesses partidarios, que então não prevaleciam, ou tentam explical-a como egoistica concepção dymnastica, desconhecem inteiramente a natureza e marcha dos acontecimentos. Acreditamol-o, por não ser licito suppor, que lhes falte nitida comprehensão do que seja susceptibilidade nacional e verdadeiro patriotismo, nem que julguem prestar serviços ás novas instituições, mentindo á historia e calumniando os decahidos.

Além das sobras que o augmento natural da receita deixou relativamente ás despesas ordinarias da administração, ou de character reproductivo, aliás não reduzidas, antes criteriosamente reforçadas no intuito de auxiliar o desenvolvimento da riqueza publica, além dos subsidios provenientes de donativos de particulares e funcionarios, a que já alludimos, os meios de que se servio o Governo foram: emissão da apolices da divida interna fundada, de juro 6 %, a contar do exercicio de 1864 — 65 até o anno de 1872, em que se ultimou a liquidação — 142.807:524\$; papel moeda 113.214:316\$991; emprestimo nacional de 1868, 27.000:000\$; emprestimos externos de 1865 e 1871, 70.787:799\$420; emprestimo particular 889:348\$799; moeda de nickel 1.246:467\$700; excesso de renda resultante da criação ou aggravação de impostos — 99.409:123\$347. (2)

Na emissão de apolices e nos emprestimos realizados soffreu o Thesouro prejuizos, como era inevitavel: assim é que a differença do valor real para o nominal e a antecipação de entradas do externo de 1865, foi de 17.632:831\$904; no de 1871, 4.230:253\$518; no interno de 1868, 3.000:000\$ e nas apolices da divida interna de 26.249:976\$000 — total 51.113:061\$422. (3)

A despesa total da guerra, conforme a liquidação feita no Thesouro Nacional, ascendeu a 613.183:262\$695, quantia que com os respectivos juros deverá pagar a Republica do Paraguay, e não comprehende a indemnização a que tem di-

---

(2) Vide Relatorio da Fazenda, pag. 30 e tabellas 12, 13, 14 e 15 do anno de 1877.

(3) Idem.

reito os subditos brasileiros, prejudicados pelos actos de depredação e violencia de que foram victimas. (4)

Os sacrificios foram grandes; mas grato é rememorar que se elles não permittiram que o paiz tivesse o progresso material com que poderia contar, todavia não influíram para que sequer ficasse estacionario.

Diversos serviços publicos importantes, como estradas de ferro, telegraphos electricos, colonização, navegação, etc., tiveram notavel desenvolvimento. O commercio de importação e exportação sempre se realizou em escala ascendente: a media annual da importação e exportação, que no quinquenio anterior á guerra 1859 — 1864, foi (valor official) de 236.000:000\$, subiu durante ella (1864 — 1869) á 314.000:000\$000.

A receita publica por seu lado assim cresceu:

1864 — 1865. . . . .	56.905:000\$000
1865 — 1866. . . . .	58.525:000\$000
1866 — 1867. . . . .	64.776:000\$000
1867 — 1868. . . . .	71.200:000\$000
1868 — 1869. . . . .	87.542:000\$000
1869 — 1870. . . . .	94.847:000\$000
1870 — 1871. . . . .	95.885:000\$000.

O cambio que em 1865 oscilava entre 25 e 27 baixou á 22 e 23 e nesse nivel se manteve até 1868, anno em que decahiu rapidamente até 14, momentaneamente, reerguendo-se logo a 17 e 19 até a terminação da lucta, época em que readquiriu as taxas de 22 e 23.

Quem poderia acreditar que actualmente vel-o-iamos reduzido a pouco mais de nove!

Está sem duvida, fadado a altos destinos o povo que assim deu provas de tamanha vitalidade, justamente quando se deveria suppol-o exaustado, depois de tantos sacrificios. A desgraçada situação em que ora se encontra não é mais do que um accidente, que não pode ter longa duração. O ambiente politico do Brasil não pode ser a antithese da sua atmosphaera physica, de ordinario tão bella e serena, só ex-

---

(4) Idem.

cepcionalmente perturbada por cerrações ou temporaes, que logo se dissipam. Encastoadá num céo quasi sempre sem nuvens, a formosa constellação do *Cruzeiro do Sul* é o symbolo de redempção. Si nol-a deveram tres povos do nosso continente, porque não tornaremos a ser livres? Para não o conseguirmos será mister que falhem as unicas leis nunca violadas impunemente, — as da justiça sempiterna!





## XII

*Primeiro recontro da marinha com o inimigo. Brilhante resistencia do pequeno vapor "Anham-bahy" em Coimbra. Seu apresamento. Bloqueio dos portos do Paraguay. Lopez aggride tambem a Confederação Argentina. Tratado da Triplice Alliança. Os novos alliados retomam Corrientes.*

Recordemos agora, em narrativa succinta, a parte que tomou a Marinha na guerra a que foi o Brasil tão ousadamente provocado.

Os primeiros récontros entre forças navaes do Imperio e os paraguayos deram-se nos dias 27 e 28 de dezembro de 1864, ao ser invadida a provincia de Matto-Grosso e atacado o forte de Coimbra, como já ligeiramente referimos. (1)

Achavam-se naquelle ponto os pequenos vapores *Anham-bahy*, de 40 cavallos, 34 homens de guarnição, na quasi totalidade menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros, duas peças de artilharia, calibre 32, *Jaurú*, de 12 cavallos, tripulado por 16 homens, sem artilharia. Partindo este navio, por ordem do tenente-coronel Porto Carrero, commandante do forte, para levar a Corumbá a noticia da invasão, ficou só o primeiro em presença da esquadilha adversa, composta de oito vapores, duas escunas, um patacho e dois lanchões, montando 51 peças e com as guarnições reforçadas por tropas do exercito. (2)

Era o *Anhambahy* commandado pelo 1º tenente Balduino José Ferreira de Aguiar, que, sem se intimidar com a enorme

---

(1) Vide capítulo II.

(2) Os vasos que compunham esta esquadilha vêm mencionados na nota do *Barão do Rio Branco* á pag. 106, 1º v. da obr. cit.



superioridade dos inimigos, resolutamente lhes fez frente, durante aquellos dous dias. Logo ás 10 horas da manhã de 27, quando recebia a activa recusa de render-se, opposta pelo tenente-coronel Porto-Carrero á intimação do chefe paraguayo, começou este a mover-se; dissipado o nevoeiro que encobria a esquadilha, ancorada abaixo do forte, abriu a canhoneira fogo sobre as columnas, que procuravam desembarcar e não o cessou até 7½ da noite. Contra ella assestaram os paraguayos todos os canhões de bordo, a cujos disparos vieram juntar-se os de uma bateria, que estabeleceram na margem fronteira a Coimbra. Em combate tão desigual não desanimaram o intrepido Balduino e seus valentes marinheiros um só momento. Ora avançando, ora recuando, incessantemente atirou a fragil embarcação, tanto sobre os navios paraguayos, como sobre as tropas desembarcadas, conseguindo embargar o passo a um batalhão, que marchando pela fralda da montanha, tentou assaltar o forte. Seu efficacissimo concurso, confessado pelo commandante inimigo, o então coronel Vicente Barrios, em parte official (3), contribuiu poderosamente para a brilhante repulsa que mais de uma vez ali experimentou o audaz aggressor. Impericia deste, ou felicidade inaudita, nenhum damno soffreu o denodado *Anhambaky*.

No dia seguinte (28) reproduziram-se as mesmas peripécias e deliberada á noite, em junta de guerra, a evacuação do forte, por falta de cartuchame para a infantaria, seus des-

---

(3) *Barão do Rio Branco*, nota á pag. 115, Obr. cit. Em sua parte official de 30 de Dezembro de 1864, assim se exprimiu o tenente-coronel Porto-Carrero (depois general e barão do Forte de Coimbra): "cumpro um dever, declarando que o vapor de guerra *Anhambaky*, ao mando do 1º tenente Balduino José Ferreira de Aguiar, começou a desempenhar o mais brilhante papel e effectivamente desempenhou durante os dous dias do ataque, fazendo-se até ousado muitas vezes, approximando-se a umas e outras baterias, que batiam o forte, jogando habilmente com seus dous canhões de 32 e mesmo embaraçando por muitas vezes o passo ao inimigo, que se dirigira á retaguarda do forte pela fralda da montanha".

Vem ao caso recordar que em 16 de Setembro de 1801 o governador do Paraguay D. Lazaro de la Ribera, á frente de 600 homens accommetteu o forte de Coimbra, defendido pelo tenente-coronel Ricardo Franco d'Almeida, que commandava 40 praças. Intimado para render-se, respondeu Franco que em todos os tempos a desigualdade das forças havia sido estímulo, que animava os portuguezes e que defenderia o forte até repellir o inimigo, ou sepultar-se debaixo de suas ruínas. Combateu valentemente durante os dias 16, 20 e na tarde de 24. Retirou-se o inimigo a 25.

(*Varnhagen*, Historia do Brasil, Tom. 2º. Secção XLVIII).

temidos defensores foram, sem que os paraguayos se apercebessem, transportados pelo pequeno navio rio acima. Estava, porém, escripto que caro pagaria tantas façanhas. Tendo desembarcado em Albuquerque parte da guarnição de Coimbra, seguiu o *Anhambahy* para Corumbá conjunctamente com outra canhoneira desta mesma denominação e o *Jaurú*, os quaes descendo com o chefe da esquadilha da provincia, capitão de fragata Castro Menezes, a trazer algum reforço, o encontraram pouco além do forte e mudaram de rumo. Naquelle porto (Corumbá) ficou o resto da gente que levava.

Julgando inutil o commandante das armas da provincia tentar a defesa de Corumbá em vista da desproporção de forças, resolveu abandonar a cidade, embarcando a tropa no *Anhambahy*, no *Jaurú* e na escuna *Jacobim*. Os retirantes tomaram terra no Sará. Proseguiram o segundo destes navios e o *Corumbá* para a capital e o *Anhambahy*, então ao mando do 1º piloto José Israel Alves Guimarães, voltando a dar reboque á escuna, que se atrazara em caminho, avistou, na altura de Mangabal, tres vapores paraguayos, dois dos quaes, o *Rio Apa* e o *Iporá*, lhe deram caça. Não os podia inutilizar ou deter com o fogo do rodizio de popa, unico aproveitavel no momento e que se desmontara após alguns tiros; tão pouco podia ganhar-lhe avanço na carreira, pela sua marcha já de si inferior e demais embaraçada pelo abalo do machinismo, devido aos combates que sustentara: o recuo das peças, a trepidação determinada pelos disparos haviam prejudicado o apparelho motor.

Se ao menos guardasse sempre a mesma distancia, estaria salvo, entrando adiante em aguas, a que não chegariam os vasos inimigos de grande calado. Recurso impossivel, porque estes dispunham de muito maior velocidade; era portanto o *Anhambahy* um navio perdido.

De feito, em poucas horas, ás 2 ½ da tarde de 6 de Janeiro de 1865, o alcançou o *Iporá*, que numa das voltas mais estreitas do rio São Lourenço conseguiu abordoal-o.

Ao choque do adversario e impellido pela correnteza o *Anhambahy* encostou á barranca, o que permittiu salvar-se, saltando em terra, uma parte da tripulação. O resto foi morto, ao cabo de energica mas curta resistencia contra a massa dos assaltantes. Entre os que succumbiram achavam-se o piloto commandante Israel Guimarães, o commissario Fiuza e o medico dr. Albuquerque. O commandante da esquadilha, Castro Menezes, que ia a bordo e logrou escapar com a vida,

poude reunir no Bananal e conduzir á capital 10 praças da denodada e infeliz guarnição (4).

Confessaram os paraguayos a morte de um official do *Iporá*, 2º tenente da marinha Gregorio Benitez, pretendendo ter sido essa a sua unica perda. (5)

Referem testemunhas presenciasaes, que ao regressar a Assumpção, aquelle navio expoz, como tropheos gloriosos, aos olhos da multidão ignára e tripudiante, as orelhas decepadas aos cadaveres dos vencidos, enfiadas n'uma corda. O *Semario*, folha official, contestou a repugnante versão, naturalmente com veracidade igual á com que converteu sempre em triumphos as mais crueis derrotas do dictador.

Terminadas as nossas questões na Republica Oriental do Uruguay, empossado do governo o nosso alliado, general Venancio Flores, e concluidos os necessarios preparativos, poude o vice-almirante Visconde de Tamandaré, commandante em chefe da esquadra, fazer seguir a primeira expedição contra o despota, que nos accommettera á falsa fé.

A 5 de Abril zarpou de Buenos Aires uma divisão composta da corveta *Jequitinhonha* e das canhoneiras *Araguary*, *Iguatemy* e *Ipiranga* sob o commando do capitão de mar e guerra Secundino de Gomensoro, para o fim de bloquear e hostilizar os portos e o littoral do Paraguay. Navegou

(4) Mandou o governo submettel-o a conselho mas foi absolvido. Aviso do ministerio da Marinha ao Encarregado do Quartel-General de 28 de Março de 1805.

Vide sobre estes acontecimentos:—Officio do commandante da flotilha de 26 de Janeiro do mesmo anno, dirigido ao Quartel-General; *Barão do Rio Branco*, nota á pag. 119, obr. cit.; *Pereira da Costa*, Historia da guerra contra as Republicas do Uruguay e Paraguay, Vol. 1º pags. 245 e seguintes.

(5) No livro de Moutinho sobre a provincia de Matto Grosso, pag. 296, lê-se o seguinte officio de Vicente Barrios, datado de Corumbá, a 10 de Janeiro de 1865; "Na tarde de 8 aqui chegou de volta o *Iporá*, trazendo a noticia do encontro do vapor inimigo *Anhambahy*, que sendo avistado na embocadura do S. Lourenço, foi perseguido rio acima na sua precipitada fuga pelo *Iporá*, sendo mais lenta a marcha do *Rio Apa*. Nesta perseguição e durante 6 leguas o *Anhambahy* fez um fogo vivo sobre o *Iporá*, que sem responder procurou dar-lhe caça, como effectivamente deu, tomando-o por abordagem com a sua tripulação e poucos infantés, ao mando do alferes Pedro Garay. O ultimo tiro que deu o *Anhambahy* antes da abordagem matou o 2º tenente de marinha cidadão Gregorio Benitez, que guardava bem o seu posto, sendo esta a unica perda que tivemos. A maior parte da tripulação do *Anhambahy* foi morta, atirando-se ao rio, donde se salvaram alguns, fazendo-se 7 prisioneiros, entre os quaes se acha o immediato.

a divisão lentamente pela conveniencia de aguardar a junção de outros vasos, que deveriam reforçar-a. Não só o boloqueio não se poderia estabelecer efficazmente com tão pequeno numero de navios, senão seria imperdoavel imprudencia expol-os aos ataques de todas as forças de Lopez, nas suas aguas territoriaes.

Entretanto, graves e importantes successos se desenrolavam entre a Confederação Argentina e o Paraguay.

Solicitara Lopez do governo argentino permissão para a passagem de suas tropas pela provincia de Corrientes, com destino ao Rio Grande do Sul, exigindo prompta resposta. Foi-lhe recusada, respeitando assim a Confederação seus deveres de neutralidade.

A tão correcto procedimento, respondeu Lopez, irritado pela negativa e pelas censuras da imprensa argentina, ao ser conhecida a inadmissivel exigencia, apoderando-se do vapor mercante argentino *Salto*, enviando uma esquadilha ao porto de Corrientes, que alli se apoderou de sorpresa e á viva força dos de guerra *Gualedguay* e *Vinte e Cinco de Maio* e bombardeou a cidade, mandando invadir a provincia por numeroso exercito sob o commando do general Robles.

A indignação que taes acontecimentos produziram em Buenos Aires em toda a Republica foi terrivel e profunda. A nação inteira ergueu-se para reclamar o castigo de tão audazes attentados; a opinião nacional manifestou-se logo ardentemente pela guerra contra o Paraguay. Foi diante da exaltação popular e arrastado por ella que o presidente d. Bartolomé Mitre proferiu as memoraveis palavras "*dentro de 24 horas estaremos en los cuartelles, dentro de quinze dias en campana y a los tres mezes en Assuncion!*" Infelizmente os factos logo vieram demonstrar, que tão solemne protesto, inspirado aliás por sentimentos nobilissimos e patrioticos, resentiu-se da arrogancia caracteristica dos povos visinhos do Prata.

Os argentinos auxiliaram-nos valentemente na guerra, mas muitissimo longe ficaram daquelle bravata, que o illustre general Mitre estimaria não ter proferido.

A identidade da injuria e violencias soffridas, posto mais avultado fosse o quinhão do Brasil, o interesse de aproveitar os recursos immensamente superiores, que o Imperio podcria ministrar para infligir-se severa punição ao aggressor, sobrepujando a má vontade, que sempre nos votaram os argentinos, trouxeram como natural consequencia o accordo das duas nacionalidades para commum desaggravo. Dahi originou-se



o *Tratado da Triplice Aliança*, em virtude do qual o Imperio do Brasil, a Confederação Argentina e a Republica Oriental do Uruguay se obrigaram a não depor as armas enquanto não derribassem o governo de Lopez e não obtivessem reparação condigna, respeitadas, porém, a independencia, soberania e integridade territorial do Paraguay.

Os alliados se compromettiam a prestar-se mutuamente todos os auxilios ou elementos de guerra de que dispuzessem, donde proveio que o maior peso dos sacrificios recahiu sobre o Brasil.

Ficou estipulado, entre outras clausulas, que devendo as operações começar no territorio argentino, ou na parte do paraguay limitrophe com aquelle, pertenceria o commando em chefe dos exercitos alliados ao presidente da republica e general em chefe do seu exercito, brigadeiro general dom Bartolomé Mitre, resalvando-se o principio de reciprocidade nesse alto posto no caso de se transferirem as ditas operações para o territorio brasileiro ou oriental. As forças maritimas dos alliados ficariam sob a immediata direcção do vice-almirante Visconde de Tamandaré, commandante em chefe da esquadra imperial. Era, portanto, o commando da esquadra independente do dos exercitos alliados, o que depois se modificou, como se verá. O Governo oriental nunca poudes armar um navio e o da Confederação Argentina apenas a canhoneira *Guardia Nacional*, que ás ordens do chefe *Muratori* entrou em um combate. Este nosso alliado, porém, concorreu com alguns transportes no começo da campanha.

Desarmada como se achava e accommettida inesperadamente, do mesmo modo que o Brasil, não poudes a Confederação oppôr á invasão paraguaya forças correspondentes. O governador de Corrientes, Lagrana, reuniu alguns batalhões de milicias da provincia, sob o mando do general Caceres, cerca de 5.000 homens, aos quaes se reuniram 1.200 de tropa regular, sob o do general Wencesláu Paunero. Compellidas a avançarem, ou recuarem, conforme as evoluções do inimigo, muito superior em numero, estas tropas dependiam para sua mobilidade do transporte, que lhes proporcionasse a divisão naval brasileira, que, como dissemos, ia vagarosamente subindo o Paraná, e reforçada com quatro canhoneiras mais, chegara ao Rosario no dia 1 de Abril e á Bella Vista em 2 de Maio. Neste ponto recebeu ella a bordo a columna do general Paunero e a conduziu, 14 legoas abaixo, ao Rincon de Soto, por que o exercito paraguay, já então com o effectivo de 18.000

praças, depois de occupar Corrientes, continuando a marcha, levava suas avançadas até á referida povoação de Bella Vista.

A 20 de Maio, em Goya, assumiu o chefe de divisão Francisco Manoel Barroso da Silva (depois vice-almirante Barão de Amazonas) o commando da força bloqueadora, que fora ainda augmentada e contava, além dos quatro navios de Gomensoro, o *Amazonas*, *Belmonte*, *Mearim*, *Ivahy*, *Itajahy*, *Parnahyba*, *Beberibe*, todos a vapor, e o brigue *Pepiriguassú*, reforçadas as guarnições por uma brigada de infantaria brasileira, commandada pelo coronel Bruce.

Com o chefe Barroso combinou Paunero um golpe de mão sobre a cidade de Corrientes, aproveitando-se da ausencia do grosso do exercito paraguay, que tivera ordem de occupar toda a provincia e invadir a de Entre Rios.

Effectivamente, ao romper do dia 25 de Maio, em oito vapores da esquadilha e nos dois transportes argentinos *Pampero* e *Pavon* e outros á vela, embarcaram Paunero e uma columna de 2.000 homens de infantaria e artilharia, que ás 11 horas da manhã se achavam naquelle porto, defendido pelo major Martinez a frente de 1.600 a 2.000 praças. Realizado o desembarque, foi tomada a cidade depois de vivo combate, para cujo feliz exito muito concorreram a artilharia de bordo, especialmente a das canhoneiras *Itajahy*, *Mearim* e *Araguary* e a intrepidez da infantaria brasileira. Nesse recontro distinguiram-se os officiaes do exercito, 1º tenente Tiburcio (depois general) e o capitão Pedro Affonso, que dias depois gloriosamente succumbia em Riachuelo. Martinez abandonou a cidade (6). Perderam os Paraguayos, segundo a participação do chefe, 203 homens, mortos e feridos. O contingente do exercito brasileiro teve um soldado morto, um official, o tenente Herculano Magalhães e sete praças feridos. A marinha contou igualmente sete homens assim offendidos (7).

Não podendo os argentinos conservar a posição reconquistada, porque de ume momento para outro seriam esma-

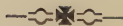
---

(6) Pagou-o com a vida, sendo fuzillado pouco depois no Passo da Patria, por ordem de Lopez.

(7) *Barão do Rio Branco*, Obr. cit. Na sua parte official o general Paunero, depois de elogiar o procedimento do contingente do exercito brasileiro e especialmente do 1º tenente Tiburcio de Souza, assim se exprimiu "la escuadra brasilera, al mando del general Barroso, que tantos servicios tiene ya prestado al ejercito, auxilió tambien de una manera muy importante, dirigiendo certeros disparos sobre el cuartel que occupaba el inimigo (Not. cit. 1º vol. pag. 157).

gados pelo exercito de Robles, o ataque de Corrientes teve por objectivo obrigar o inimigo a não proseguir na invasão e retroceder, para não ficar cortada a sua base de operações. E, de feito, Robles voltou sobre a cidade e a columna expedicionaria, reembarcando, retirou-se para o Rincon de Soto. Os navios brasileiros ficaram ancorados pouco abaixo do Riachuelo.

Recebendo em Assumpção a noticia da tomada de Corrientes, Lopez, profundamente despeitado, resolveu mandar atacar a esquadilha brasileira onde se encontrasse. Com esse intuito partiu de Assumpção para Humaytá e dali expediu as ordens, que determinaram um dos lances mais importantes da memoravel guerra. Confiando no astucioso plano que concebera, o dictador tinha como certa a victoria. Decretara, porém, o destino o contrario e que não mais regressaria o ambicioso despota á sua capital, que havia deixado com solemnidade verdadeiramente regia!





## XIII

### *A batalha de Riachuelo* (1)

#### I

Invadida e assolada a provincia de Matto-Grosso pelas hostes de Barros e Resquim, occupada a de Corrientes pelo numeroso e disciplinado exercito de Robles, e ameaçada a do Rio Grande do Sul pelas columnas de Estigarribia e Duarte, — bem critica e temerosa era, em Junho de 1865, a posição da triplice alliança contra o Paraguay.

Só a fé robustissima nos destinos da civilização e da liberdade, só a esperança dos prodigios, que soem realizar os brios de povos offendidos em sua honra e pundonor, podiam, nesses dias de angustia, pôr em duvida o triumpho completo do marechal Lopez.

Accommettidas de sorpresa, as nações alliadas apressadamente reuniam, organizavam e trasportavam a enormes distancias os recursos, que o inexcédível patriotismo de seus filhos improvisava, para resistir ao immenso poder militar, que se creara e desenvolvera no Paraguay, durante 10 annos de incessantes e laboriosos cuidados.

---

(1) Não é inédito este capitulo. Por volta dos annos de 1876-77 escrevi-o, a pedido de um amigo, para fazer parte da collecção, que começou a ser publicada, sob o titulo *Quadros Historicos da Guerra do Paraguay*. Varios jornaes o têm reproduzido nos anniversarios da memoravel batalha. Aqui o incluo, corrigindo os erros das numerosas transcripções. A differença das datas explica a do estylo, assim como as referencias a factos já expostos e a outros de que adiante se trata.



A' superioridade de suas forças, compostas de 80.000 soldados perfeitamente adestrados, cerca de 500 peças de artilharia e uma esquadra que, além dos navios de vela, contava 23 vapores apropriados aos rios em que tinham de operar, á escolha da oportunidade para a aggressão e ao desarmamento dos alliados, reunia o marechal Solano Lopez, como outros tantos elementos que lhe deviam assegurar a victoria, o perfeito conhecimento do terreno em que ia travar-se a lucta, a obediência passiva, a abnegação e fanatismo nunca vistos de uma nação de que dispunha como arbitro supremo, e a trahição que só aguardava momento azado para manifestar-se no proprio seio dos alliados.

Houvessem as armas paraguayas alcançado a menor vantagem em territorio correntino, e esse seria o signal de defeções muito mais graves que as vergonhosas debandadas de Basualdo e de Toledo. (2)

Os federaes de Entre-Rios e os blancos de Montevidéo converter-se-iam em guardas avançadas dos exercitos de Corrientes e do Uruguay, que encerrariam em circulo de ferro e de fogo, impossivel de romper-se, os 6.200 homens mal armados de Paunero e Caceres e os 12.000 recrutas de Mitre e Osorio, reunidos na Concordia, unicas forças arregimentadas que contava nessa época a triplice alliança.

E assim como no seculo IV, os barbaros do norte invadiram a Europa, derrubaram estados florescentes e fundaram um poderoso imperio, assim tambem a raça guarany, forte por sua submissão e valor, derramando-se, qual irresistivel avalanche, pelas planicies da America do Sul, ergueria ás margens do Rio da Prata, com os despojos de tres nações civilizadas, o throno almejado pelo moderno Attila, a quem ella cegamente obedecia e por quem heroicamente se sacrificou!

Só uma cousa faltava para completa realização do ousado plano concebido pelo despota de Assumpção.

---

(2) Por occasião de celebrar-se o Tratado da Triplice Alliança, o general Urquiza, que se achava em Buenos-Aires, mostrando-se revoltado contra a aggressão paraguaya, offereceu ao general Mitre seus serviços pessoais e os recursos militares da provincia de Entre-Rios, da qual era o governador.

Foi-lhe, por isso, conflado o commando das cavallarias argentinas, que deviam constituir as avançadas dos exercitos alliados. Essa força, que attingiu a 10.000 homens, debandou-se em Basualdo e Toledo, não faltando quem visse nesse facto a primeira manifestação de um plano traiçoeiro, que a victoria de Riachuelo inutilizou.

Era a livre navegação do rio que interceptavam duas divisões da esquadra brasileira.

Dominando as aguas do Paraná, Lopez receberia os ultimos recursos que aguardava da America do Norte e da Europa, sua esquadra levaria em poucos dias a Buenos-Aires, a Montevideo ou ao Rio Grande, os exercitos de Robles e Estigarribia, e desde logo quasi impossivel seria evitar o aniquilamento da alliança e o predominio do elemento barbaro no continente sul-americano.

No rio, portanto, se tinha de jogar a partida suprema, alli se devia decidir da sorte de toda a campanha.

Bem o comprehendeu o dictador do Paraguay e com a astucia, propria da raça indigena de que descendia, tudo dispoz e preparou, para assegurar-se do successo, que dess'arte se lhe antolhava infallivel.

## II

Alvorecera brilhante o dia 11 de Junho de 1865, domingo da Santissima Trindade.

Duas leguas abaixo da cidade de Corrientes, na extensa curva que faz o rio Paraná, entre a ponta daquelle nome e a de Santa Catalina, ao sul, viam-se em linha de combate, mas com os ferros no fundo e fogos abafados, nove canhoneiras a vapor, em cujos penóes tremulava a bandeira brasileira.

Eram a segunda e terceira divisões da esquadra, que, depois de juntar ás glorias de Toneleiro, as de Paysandú e Corrientes, bloqueavam, sob as ordens do capitão de mar e guerra Barroso da Silva, o littoral occupado pelo inimigo.

Testa de columna a *Belmonte*, do commando de Abreu, e fechando a retaguarda a *Araguary*, de Hoonholtz, no centro arvorara a insignia do chefe o *Amazonas*, commandado por Brito. Occupavam os intervallos a *Mearim*, commandante Elizario Barbosa, a *Beberibe*, commandante Bonifacio, a *Ipyranga*, commandante Alvaro e a *Jequitinhonha*, commandante Pinto, içando a flamula do chefe Gomensoro, a *Parnahyba*, commandante Garcindo, e por ultimo a *Iguatemy*, commandante Coimbra.

O céo irradiava cores esplendidas e as aguas do rio, correndo rapidamente em uma largura de trezentas braças, por entre as ilhas de Palomero e bancos adjacentes, faziam

luzir nos estreitos e tortuosos canaes palhetas de ouro e prata, que iam quebrar-se em franjas de alva espuma, duas leguas além, na ponta de Santa Catalina.

Na margem esquerda, coberta de basto e corpulento arvoredado, projectavam-se ainda algumas sombras, em formoso contraste com a da direita, onde a natureza virgem do Chaco ostentava todos os esplendores de sua selvagem belleza á luz do astro nascente.

Si o olhar experimentado do nauta pudessè, aos primeiros alhores da manhã, descortinar por entre as arvores gigantescas e emmaranhadas silvas da margem correntina, o que se alli passava, não reinaria tanta calma nos descuidosos vasos, e prompto soaria em todos elles o toque de alarma, porque um grande perigo os ameaçava!

E' que, ao longo do littoral, na parte baixa da curva em que vem desaguar o Riachuelo, desdobrava-se extensa fila de abarracamentos, erguidos no silencio e escuridão da noite.

Dois mil infantes inimigos, cosendo-se com a terra, e tendo ao lado as mortíferas armas, espreitavam o combinado ensejo para atirarem certos sobre uma preza, que reputavam segura, por estar desprevenida.

Mais longe, no extremo da ponta, sobre as desigualdades do terreno e mascaradas pela matta, collocara o coronel Bruguez formidaveis baterias de foguetes a congreve e 22 canhões, cujas pontarias firmava sobre todos os estreitos passos, que deveriam descer e subir, transpor e cruzar as canhoneiras brasileiras, afim de destrui-las com seus fogos.

Tudo fora planejado pela sagaz perfidia do guarany, que não confiava só da superioridade numerica das forças o exito dos combates, senão principalmente dos embustes imprevistos e dos lances de surpresa.

A sorte dos navios brasileiros, porém, estava bem protegida pela santidade da causa que defendiam, e indomavel coragem de seus imperterritos tripulantes.

Concluida a faina da baldeação, parte das guarnições vogara para a terra em busca de lenha com que supprir a escassez de carvão, e o resto descansava, á excepção das vigias que estavam alerta nos cestos de gavea e dos homens necesarios á guarda da tolda.

Os sinos de bordo soaram nove horas da manhã.

Repentinamente, por sobre a ponta de Corrientes, a enfrentar com a ilha de Mera, levantou-se ligeira nuvem de fumo, e após essa, outra e mais outras, e quasi ao mesmo tempo ouviu-se cahir do tope de vante este grito: — *Navio á*

*proa ! e logo este outro: — Esquadra inimiga á vista !* Içou de prompto a *Mearim* o correspondente signal.

Rufam os tambores e trillam os apitos em todos os navios das divisões; o *Amazonas* desfralda aos ventos e terrifico signal — *Preparar para combate!*

Um estremecimento electrico corre pelas veias dos valentes officiaes, marinheiros e soldados; todos acodem pressurosos e contentes aos seus postos, porque é finalmente chegado o momento de dar um dia de gloria á patria querida, e de infligir o primeiro castigo pelas atrocidades commettidas em Matto-Grosso contra populações inermes, delicadas mulheres e innocentes crianças!

Já os fogos estão despertos, já as amarras são largadas sobre boias, as peças e rodizios acham-se em bateria, abrem-se os paíões, as balas e as metralhas empilham-se no convez, as gaveas guarnecem-se de atiradores e os contingentes do exercito enfileiram-se nas bordas. Pairando sobre as pás e de morrões accesos, só esperam os navios o signal de fogo !

Metade das guarnições e os melhores praticos acham-se em terra.

Não importa ! Recolher-se-ão aos primeiros estrondos do combate, e o entusiasmo duplicará as forças dos que ficaram.

O inimigo desce com grande velocidade; ajuda-o a correnteza do rio: dentro de 15 minutos enfrentar-se-á com as divisões. Eil-o!

### III

Junto á ilha de Mera avistam-se oito vapores rebocando seis chalanas razas, a nivelarem-se com as aguas, offerecendo como unico alvo a extremidade de grosso canhão 68 a 80. Flammejam-lhe nos topes as tres cores da republica; trazem os bojos pejados de gente e larga facha encarnada divisa-se-lhes por sobre as bordas. São os homens destinados á abordagem, que revestem, como em dia de festa, seu rubro uniforme de gala.

Formam estes um batalhão inteiro, o 6° de infantaria de marinha, o mais aguerrido do exercito paraguay, e cujas façanhas em Matto-Grosso corriam de bocca em bocca nas ruas de Assumpção.

Possantes e herculeos, foram designados na vespera em Humaytá, pelo proprio dictador, que os armou de machados e sabres. Dirigira-lhes uma allocução ao embarcarem, recom-



mendando que não matassem todos os prisioneiros, como promettiam, levando-lhe vivos alguns.

Rompia a marcha o *Paraguay*, commandado pelo capitão Alonso, seguindo-lhe as aguas o *Igurey* commandante Cabral, o *Iporá*, commandante Ortiz, o *Salto*, commandante Alcaraz, o *Pirabebé*, commandante Pereira e o *Jejuy*, commandante Aniceto Lopes.

Tambem alli vinha, sob o commando de Robles (3), o *Marquez de Olinda*, armado em guerra, depois de apresado pelo *Taquary*, navio capitanea, que fechava a linha. Nelle arvorava sua insignia de commando o velho chefe Meza, tendo como capitão de bandeira o capitão de fragata Martinez.

A esquadra paraguaya largou de Humaytá á meia noite, e, segundo as instrucções do dictador antes de amanhecer devia passar ao largo dos brasileiros, aproar depois aguas acima, prolongar-se cada navio com um dos vasos inimigos, descarregar-lhe toda a artilharia e saltar á abordagem. Os atiradores e a bateria de terra deviam protegê-los e apoiá-los, nas peripecias do combate, se nesse primeiro arremesso não conseguissem apresar os navios brasileiros.

Em marcha, porém, desarranjou-se a machina do *Iporá* (4), que tambem fazia parte da expedição, dando causa as tentativas feitas para reparar esse sinistro, que já dia claro entestassem os paraguayos com os navios de Barroso.

Logo trocaram entre si as duas esquadras as *devidas continencias*; ao cruzarem-se, despejaram-se reciprocamente nutridas bandas de artilharia, *chovendo de parte a parte balas e metralhas: era uma chuva de respeito!* (5)

Apenas dobraram a ilha de Palomera, os navios para-

(3) Não se confunda este official de marinha com o general do mesmo nome, que invadiu Corrientes.

(4) O contra-almirante Ignacio Ferreira, no seu estudo sobre a batalha de Riachuelo, include, como já disse na flotilha paraguaya mais um vapor o *Rangel*, do qual não encontro noticia nos documentos conhecidos. Segundo o mesmo escriptor, que examinou com cuidado a questão, os navios paraguayos traziam duas peças de calibre 80. 11 de 68, 20 de 32 e 11 de 18, com as tripulações dobradas e fortes contingentes do exercito, na totalidade de 3.000 praças. Guarnição igual parece attribuir essa autoridade á bateria de Bruguez, que contava 22 canhões, de modo que a esquadilha brasileira teve de fazer frente a cerca de 6.000 homens e 68 canhões, dispondo apenas de 59 bocas de fogo e 2.461 praças, inclusive enfermos e ausentes. Affirma ainda o contra-almirante, ignoro com que fundamento, ter sido o *Río Blanco* e não o *Iporá* que se desarranjou em caminho.

(5) As palavras griphadas são da parte official de Barroso.

guayos approaram contra a corrente, como se pretendessem executar o plano de abordagem; mas parando em meio caminho cahiram a ré e de novo seguiram aguas abaixo, accossados pelo vigoroso fogo dos rodizios de popa de seus adversarios.

Onde iriam? Desanimados pela resistencia, ou já desbaratados pelas perdas e avarias, tentariam acaso fugir, procurando os canaes, d'agua escassos, inacessiveis aos navios brasileiros, todos de grande calado?

Iriam aguardar o combate em lugar préviamente escolhido, onde tivessem sobre os inimigos que forçosamente haviam de encalhar, a vantagem das manobras e movimentos livres?

Tal foi o problema que rapidamente se formulou no pensamento do denodado chefe Barroso, que, sem hesitar, resolveu ir-lhes ao encontro. Deixando a *Parnahyba*, onde desfaldára a sua insignia na primeira phase do combate, regressou ao *Amazonas*, que já então havia recebido o pratico, e fez aos seus commandados os seguintes signaes: *Bater o inimigo que estiver mais proximo: — O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever.*

Reproduzindo as palavras de Nelson, antes da batalha de Trafalgar, o chefe brasileiro não lhe ficou somenos no arrojo com que affrontou a morte, sendo, como elle, o primeiro a dar o exemplo do que exigia dos seus subordinados.

Nelson entrou em fogo, adornado com todas as suas condecorações, offerecendo-se assim como alvo aos tiros do inimigo.

Debalde seus officiaes lhe representaram, que a posição de almirante em chefe lhe impunha o dever de não se expor com tanto ardimento. Alli ficou até cahir mortalmente ferido.

Tambem Barroso, de pé sobre a caixa das rodas, ondeando-lhe ao vento a comprida e alva barba, apresentava sua imponente e marcial figura como ponto de mira aos milhares de projectis, que lhe choviam em torno como granizo.

Tendo ao lado o intrepido Brito e o habilissimo pratico Gustavino, só desceu do posto arriscado quando já não havia inimigos e debellar.

Como o heroe da *Victory*, podia tambem repetir ao terminar a batalha:

— *Graças a Deus cumpri o meu dever!*

## IV

*Esperava e não fugia* o inimigo, collocado em linha de batalha. (6) Sob a protecção da artilharia e fuzilaria de terra, estava elle ao abrigo de qualquer tentativa de abordagem, e, para maior segurança, amarrara as chatas com espias, conservando-se os vapores sobre rodas, cosidos com a barranca.

A escolha da posição fora verdadeiramente inspirada! O canal tortuoso, em que os navios brasileiros tinham de manobrar, tão estreito era, que ao lado da ilha a oscilação das aguas, causada pela passagem dos vapores, desmoronava a terra da margem.

Ao fazerem a travessia em frente do Riachuelo os brasileiros eram obrigados a passar tão rente á alterosa barranca, em que Bruguez assestara suas baterias, que até pedras arrojavam sobre o convéz os soldados paraguayos, cautelosamente agachados dentro das vallas em que se occultava a infantaria.

Onde quer, porém, que se refugiassem resolvera Barroso ir procural-os e nenhum obstaculo fal-o-ia recuar.

Ao signal do navio-chefe as divisões seguindo nas aguas da *Belmonte* (testa da columna e a primeira a inverter a linha de frente), manobraram para descer o rio até haver largura em que pudessem dar a volta, prolongar-se com o inimigo e batel-o.

Não permittiam a differença de calado e comprimento dos navios brasileiros, que elles fizessem rotação no mesmo lugar, sendo-lhes preciso distanciareem-se grandemente até encontrar espaço.

O *Amazonas* teve de percorrer uma larga distancia, chegando a perder de vista o resto da esquadra, em consequencia das sinuosidade do canal. Dahi resultava para os paraguayos mais uma vantagem importante, qual a de facilmente poderem cortar a linha brasileira, o que effectuaram.

Atravessou a *Belmonte* o arriscado passo e fel-o com toda a galhardia, supportando, ella só, todo o fogo da esquadra inimiga, dos atiradores e das baterias de terra, que então se desmascararam.

Virando aguas abaixo encalhou o *Jequitinhonha* em um banco de areia, que separa dois canaes estreitos, justamente em frente á artilharia de Bruguez. Fez a tripulação esforços

---

(6) Palavras de Barroso em sua parte official.

sobrehumanos para safar a corveta, recebendo a tiro de pistola o mortifero fogo do inimigo. Não o conseguiu: travou-se então lucta desesperada, desigual, entre as baterias, tres navios paraguayos, que tentaram abordal-a, e a canhoneira immovel !

Rareia a tripulação dizimada pela metralha, mas conserva-se heroicamente sobre o convéz despejando com suas oito peças violento fogo contra os de terra, que a fulminam, e repellindo a abordagem com o maior denodo.

Tombam as vergas e mastros; o tubo do vapor deixa sahir a fumaça, que se escapa em borbotões pelos buracos que o crivam; a prôa, as amuradas, os escaleres voam em estilhaços, convertendo-se em outros tantos projectis contr'a a propria guarnição.

Nem assim deixa ella seu posto de honra e somente cessa de atirar, ao cahir da noite, depois de calados os fogos do inimigo. Alli encontra morte gloriosa o esperançoso guarda-marinha Lima Barros; mais 17 cadaveres, entre os quaes o pratico André Motta, e grande numero de feridos enchem o tombadilho. E' contuso o chefe Gomensoro, recebendo a seu lado gloriosos ferimentos Freitas, Lacerda e Castro Silva, seus officiaes.

Repetindo contra varios navios a tentativa de abordagem, expressamente ordenada por Lopez, os paraguayos afinal conseguem dal-a á *Parnahyba*, que descia.

Cercam-na o *Paraguay*, o *Taquary* e o *Salto*. E' o primeiro repellido á metralha, mas os outros encostam-se a bom-bordo e estibordo. A valente guarnição dirigida por Gareindo e enthusiasmada pelos heroicos exemplos do immediato Firmino Chaves, e dos officiaes do exercito Pedro Affonso Ferreira e Maia, oppõe, aos assaltantes, invencivel resistencia.

Mas accomette-a tambem pela pôpa o *Marquez de Olinda*, que lhe despeja dentro numeroso golpe de gente de aspecto feroz armada de sabres, machadinhas e revolvers.

Trava-se corpo a corpo medonho combate, ou antes horrorosa carnificiã, no meio da qual os denodados officiaes, negros de fumo e cobertos de sangue, erguem-se como vultos homericos, com a espada em punho. Greenhalgh, inda criança, prostra com um tiro o official que ousa intimal-o a arrear a bandeira, mas perece por sua vez aos golpes da horda que o cerca. Pedro Affonso e Maia conquistam immorredoura gloria para o exercito, que representam, batendo-se a ferro frio e succumbindo depois de completamente mutilados.



Maia, tendo já decepada a mão direita, apanha a espada com a que lhe restava e faz frente ao inimigo.

Marcilio Dias, simples marinheiro, eternizar seu nome pelejando a sabre com quatro paraguayos, dois dos quaes rolam a seus pés: vacilla e cahe crivado de feridas, exangue e moribundo, aos feroz botes dos outros dois.

Escorrega-se no sangue, tropeça-se sobre cadaveres, mas a lucta continua ardentemente accesa; já o inimigo é senhor do convéz, desde a pôpa até o mastro grande, apoderou-se do leme e amainou o pavilhão!

A guarnição dizimada retira-se para a prôa e entrincheira-se atraz das peças, continuando a resistir.

Durava essa pugna suprema uma hora e os brasileiros teriam de succumbir ao numero, porque officiaes e soldados tombavam uns após outros, quando o navio chefe, a *Mearim* e a *Belmonte*, apercebendo-se do que occorria, approaram cada um por seu lado para esse grupo tremendo de quatro navios, que se enviam reciprocamente a morte.

Comprehendendo os abordantes o perigo, que os ameaça, largam o costado da *Parahyba*, abandonando os que combatiam no convéz. Estes hesitam, ao passo que os brasileiros, cobrando maior denodo, carregam, indo á frente o immediato Chaves, e os que não se precipitam no rio são traspassados a bayoneta.

Os restos da destemida guarnição atroam os ares com os gritos de victoria.

A *Parnahyba* está salva, e de novo tremula, em sua popa, a nobre bandeira, um momento abatida !

Entretanto, todos os demais navios tinham vindo occupar seu posto na linha de batalha, que se tornara geral e cruelmente se feria.

E' quasi impossivel descrever o sublime horror desse prelio infernal, concentrado em poucas braças de espaço e no qual cerca de sete mil homens procuravam desapiedadamente exterminar-se!

Os tiros das peças de artilharia, o estourar dos foguetes a congrêve e o crepitar da fuzilaria succediam-se de parte a parte com rapidez tal, que seu ininterrompido estrondear, immensamente augmentado pelos échos do rio, resôava á população aterrada de Corrientes, e mais longe á anciosa guarnição de Humaytá, como ribombar incessante de medonha trovoadas. Estremecia o solo a leguas de distancia, e nas agrestes planuras corriam, eriçados os pellos, milhares de animaes a esconder-se assustados na escuridão das selvas.

O proprio ardil de que os paraguayos se serviram, mascarando as baterias com a matta, foi-lhes fatal.

Não perdiam os navios brasileiros um tiro. As balas despedidas da esquadra levavam de rojo corpulentas arvores, que eram outras tantas monstruosas palanquetas a desmontar canhões, esmagar artilheiros e abrir claros enormes nas filas dos atiradores, collocados á retaguarda.

A *Mearim*, ao mando do bravo Elisiario Barbosa, postada a cincoenta braças da esquadra, e baterias inimigas, arremessa-lhes cerradas descargas de artilharia e fuzilaria, repelle abordagens e só abandona o posto, quando vóa em soccorro da *Parnahyba* ou da *Belmonte*, prestes a sossobrar. Em seu tombadilho recebe nobremente a morte o guarda-marinha Torreão.

Depois de aguentar, ella só, a furia do inimigo, a *Belmonte* vê-se presa de incendio ateado por uma explosão. Pelos 37 rombos que tem nos costados, penetra a agua e apaga as chammas, mas d'ahi mesmo lhe vem maior perigo. As bombas e baldes não conseguem esgotal-a, o liquido elemento sobe rapidamente, alaga dois pés acima da coberta, a prôa mergulha... Só então o intrepido Abreu, que apezar de ferido, conserva-se no passadiço, trata de encalhal-a como unico meio de salvação e immediatamente cuida de tapar-lhe os rombos, para voltar ao combate.

Cahem a seu lado, morto o 2º tenente Teixeira Pinto e ferido o pratico Pozzo.

Na *Beberibe*, o commandante Bonifacio comporta-se com toda a bravura, expondo denodadamente a vida preciosa, que dias depois devia ser sacrificada na passagem de Mercedes; na *Iguatemy*, o imperturbavel Coimbra é conduzido em braços para a camara, o immediato Pimentel que o substitue no passadiço perde cinco minutos depois a cabeça, levada por uma bala; assume então o commando o joven Gomes dos Santos, executando com denodo as instrucções que lhe envia o prostrado commandante.

Esse navio collocara-se ao lado do *Jequitinhonha* para defendel-o, e ahi supportou com elle todo o fogo das baterias e da esquadra paraguayas, que se encarniçavam contra a desmantellada canhoneira. Na *Ypiranga*, o denodado Alvaro, gravemente enfermo, rivaliza em arrojo e sangue frio com os mais valentes, e consegue metter no fundo uma chata.

Hoonholtz, admiravel de entusiasmo e bravura revela, na *Araguary*, qualidades de commando, raras em tão poucos annos.

Elle bate-se com vivacidade extrema e ao mesmo tempo que procura causar o maior prejuizo ao inimigo, e cortar-lhe a retirada, socorre por suas proprias mãos atirando-lhes cabos, algumas praças que se debatiam contra a correnteza.

Entre o banco e a bateria, no mais estreito passo, cercam-no os tres vapores que tinham abordado a *Parnahyba*. O *Taquary* aproxima-se 10 braças, mas recúa, recebendo á queima-buxa os disparos dos tres rodizios da canhoneira, simultaneamente carregada á metralha e bala.

Os paraguayos por sua parte, pelejam com uma coragem inexcédível. Não é só o desprezo da morte que ostentam, sinão o desejo de conseguil-a como heroes.

Com uma tenacidade cega arremessam-se á abordagem de quantos navios se avisinham nas diversas peripecias do combate, e as successivas derrotas que experimentam, as perdas enormes, parece que mais lhes redobram o furor, mais lhes excitam a selvagem bravura.

Suas chatas, atirando ao lume d'agua com os grossos canhões que montavam, despedaçam os flancos dos navios brasileiros, ameaçando submergil-os de instante a instante. A artilharia e fuzilaria da margem tambem arrojam sobre elles milhares de bombas, balas e metralhas.

A batalha tocou ao seu auge, e é talvez ainda duvidoso o exito de tão mortifera contenda, quando na mente do velho Barroso surge a tremenda concepção, que vai pôr glorioso termo á porfiada luta.

Depois de inquerir o commandante Brito sobre a força do navio e o pratico sobre a profundidade do canal, transmite a ordem que mais tarde, reproduzida por Teghetoff em Lissa, deu aos Austriacos tão celebre victoria. Deixemos que elle proprio descreva, rapidamente, como cumprimento de um dever commum, em linguagem simples e modesta, esse feito memorando:

"Subi e minha resolução foi acabar de uma vez toda a esquadra paraguaya, o que teria conseguido se os quatro vapores (inimigos), que estavam para cima, não tivessem fugido.

"Puz á prôa sobre o 1º, e o esmigalhei, ficando completamente inutilisado, com agua aberta e indo pouco depois á pique.

"Segui a mesma manobra com o 2º, que era o *Marquez de Olinda*, inutilizei-o, depois ao 3º, que era o *Salto*, o qual ficou no mesmo estado. Os quatro restantes, vendo a manobra que eu praticava e que dispunha a fazer-lhes o mesmo, trataram de fugir rio acima.

"Depois de destruir o terceiro vapor, puz a prôa em uma das canhoneiras fluctuantes, a qual com o choque e um tiro foi ao fundo. Exmo. Sr. almirante, todas estas manobras eram feitas sob o fogo mais vivo, quer dos navios e chatas, quer da artilharia de terra e mosquetaria de mil espingardas. A minha intenção era destruir por esta forma toda a esquadra paraguayana, antes que descesse ou subisse, porque necessariamente, mais tardo ou mais cedo, tínhamos de encalhar, por ser naquella localidade muito estreito o canal.

Concluida esta faina, tratei de tomar as chatas que ao aproximar-me dellas eram abandonadas, saltando as guardiões ao rio e nadando para terra, que ficava proxima."

Custou-nos tão assignalado triumpho 104 mortos, 123 feridos e 20 extraviados, além de avarias importantes em quasi todos os navios. (7)

Os paraguayos perderam para mais de 1.000 homens, quatro vapores e seis baterias fluctuantes. (8)

(7) Barão do Rio Branco, nota. á obra cit.

(8) O contra-almirante Ignacio Fonseca dá maior perda aos combatentes, a saber: brasileiros mortos, feridos e contusos 244, assim distribuidos: no *Amazonas* 33, no *Araguary* 6, no *Beberibe* 22, *Belmonte* 31, *Iguatemy* 6, *Jequitinonha* 50, *Mearim* 10, *Parnahyba* 80, *Ipiranga* 6.

Quanto á dos paraguayos, cerca de 1.500 mortos, feridos e prisioneiros na esquadilha e 1.750 nas baterias e acampamento de Bruguez.

Não conheço os documentos em que colheu taes algarismos.

A *Revista dos Dois Mundos* de 15 de Setembro de 1866, no artigo — *La guerre du Paraguay*, (pag. 203) julgando *impossivel*, que um navio de *madeira*, como era o *Amazonas*, pudesse praticar a façanha que realizou no immortal dia 11 de Junho, convertendo-se em formidavel ariete, transformou-o em encouraçado (!). Eis o que ahi se lê, a tal respeito!... "A inferioridade de suas forças navaes inspirou ao marechal Lopez a engenhosa idéa de estabelecer sobre a costa 26 peças de artilharia, dispostas em baterias volantes, que cobriam com seus fogos os navios brasileiros." O combate foi longo e encarniçado. Os paraguayos, que se *batiam pela primeira vez*, mostraram excessiva bravura."

"O triumpho dos brasileiros foi devido principalmente ao commandante Barroso, que *aproveitando-se da superioridade de evoluções do navio encouraçado* (!) em que se achava, e concebendo uma manobra, praticada depois com igual successo pelo almirante austriaco Tegtthoff, em Lissa, lançou-se á toda a força sobre a esquadra paraguayana."

Ainda bem que não roubaram á marinha brasileira a gloria de ter sido concebida e primeiro executada, por um dos seus mais illustres officiaes, essa arrojada manobra, que deu aos austriacos a celebre victoria, tanta admiração causou em toda a Europa, e fez completa revolução na tactica naval!



## V

A batalha de Riachuelo, considerada debaixo do ponto de vista exclusivamente militar, foi um dos maiores feitos navaes de que reza a historia. Ella assignalou uma época notavel nos annaes da marinha, innovando audaciosamente a tactica até então conhecida. Só em combates parciaes, se tinha apreciado o proveito a tirar do vapor, jamais experimentado nas grandes luctas de esquadra contra esquadra.

Ao Brasil coube a gloria de resolver esse problema, mostrando o genio militar do chefe Barroso que um simples navio de madeira de rodas e calado improprios para o theatro de suas evoluções, podia ser empregado como irresistivel ariete. A apreciação insuspeita das grandes nações maritimas ainda realça os louros colhidos pelo Imperio, no memoravel dia 11 de Junho de 1865.

A esquadra brasileira, disse o *Moniteur Universal*, mostrou quanto pode a bravura alliada á sciencia e á disciplina, e o modo por que manobraram as canhoneiras collocou a esquadra do Brasil e sua officialidade á par das marinhas europeas.

"O Brasil, proclamou o *Morning Herald*, justificou a sua pretensão a ser considerado a primeira nação da America do Sul e o direito de ser de futuro inscripto entre as grandes potencias da Europa."

Riachuelo foi um facto culminante na guerra provocada pelo dictador do Paraguay. A victoria que alli ganhou o Brasil, graças á inexcedivel bravura de seus marinheiros e á pericia do denodado commandante, influiu decididamente na sorte de toda a campanha. Por um lado, Robles desistiu da invasão de Entre Rios, onde iria encontrar o efficaz auxilio dos federaes, e suspendeu sua marcha até então triumphante.

Por outro, Estigarribia achou-se compromettido e isolado ás margens do Uruguay, impossibilitado de receber soccorros, não pôde mipedir nem o aniquilamento de uma parte do exercito em Jatahy, nem a rendição do resto em Uruguayana. Desde logo o marechal Lopez comprehendeu que não lhe restava outro recurso senão a guerra defensiva nos tremedae e invias serras do seu desgraçado paiz.

Debalde tentou illudir a opinião do mundo civilizado, qualificando de vergonhosas trahições a rendição de Estigarribia e a repentina immobildade de Robles. Este, talvez o mais habil de seus instrumentos, foi preso e mais tarde fu-

zilhado, com o unico fim de apparentar-se a pretendida traição.

A historia attestará que assim como era impossivel a Estigarribia manter-se em presença das forças que lhe oppuzeram os alliados, tambem o exercito de Corrientes não podia proseguir depois do desbarato da esquadra paraguaya, que tornou summamente difficeis suas communicações com o territorio da Republica, base das operações.

E disso é prova irrecusavel o movimento de retirada, que foi gradualmente executando o general Barrios, successor de Robles no commando, até que em Novembro de 1865 suas ultimas columnas repassaram o Paraná. Assim, desassombradas dos invasores e desanimados seus inimigos internos, as nações alliadas puderam preparar com segurança os elementos necessarios para continuar na lucta de honra, cujos ultimos clarões lampejaram sobre as remotas e solitarias aguas do *Aquidaban*.

E justo motivo de orgulho nacional deve ser a recordação de que alli, como em *Riachuelo*, a bandeira brasileira achou-se só diante do inimigo.







## XIV

*Transposição á viva força das barrancas fortificadas de Mercedes e Cuevas*

Profunda e amarga a decepção do marechal Lopez com o desastre da sua esquadra em Riachuelo !

Tão segura contava a victoria, que mandara fornecer aos navios cabos de reboque para trazerem os vasos brasileiros de que se apoderassem.

Partindo, na tarde de 8 de Junho, de Assumpção, acompanhado de luzido estado-maior e de oito vapores que conduziam 5.000 soldados de linha, com destino a Humaytá, afim de dirigir de perto as operações, (1) o dictador annunciara proximo e esplendido triumpho á população que accorrera ás praias e alturas adjacentes, saudando-o, em despedida, com calorosas acclamações, a que se juntavam os *hurrahs* das marinhas formadas nas vergas, os sons do hymno nacional e as salvas de artilharia.

Ainda no dia 11, illudido por um telegramma enviado de Corrientes, no começo da batalha, acreditou tel-a ganho e expediu ordens para que se solemnizasse o grato successo, com pomposas illuminações e baile, cujos preparativos mandou suspender ao cahir da noite, hora em que recebeu outro despacho do ministro Berges, communicando-lhe a triste verdade. (2) A noticia conservou-se em segredo, suppondo a guarnição da fortaleza, que determinara a contra ordem dos festejos a falta de confirmação do primeiro aviso, ou a insciencia dos pormenores.

---

(1) J. Silvano Godoy, *Monographias Historicas*.

(2) Masterman, *Seven Eventful Years in Paraguay*.



Só na manhã seguinte, sombria e humida, soube-se do que se passara, quando do alto das baterias onde grupos numerosos, debruçados sobre as cortinas, procuravam de-vassar, por entre a cerração o que vinha além, rio acima, se avistaram quatro embarcações apenas, approximando-se lentamente e pouco a pouco mostrando despedaçados os mastros, destruidos os bordos, os cascos perfurados ! Ao encostarem-se os destroçados vapores á ponte de desembarque, refere testemunha presencial, toda aquella multidão, vendo que se tiravam de bordo mortos e moribundos, dispersou-se silenciosa e cabisbaixa. Era que cada qual receiava se lhe attribuisse, depois, a divulgação do lugubre acontecimento, crime grave punido de morte pelo implacavel marechal ! (3)

Ao velho chefe Meza, que voltara gravemente ferido, mandou Lopez prevenir — unico conforto prestado ao infeliz — de que se escapasse seria fusilado por cobarde. Morreu no dia immediato. (4)

Como dissemos no capitulo anterior, a corveta *Jequitinhonha*, logo ao se travar a batalha, e ao executar a ordem do chefe Barrozo de approximar-se quanto possivel das baterias de terra, afim de canhoneal-as, encalhou, recebendo a tiro de pistola o fogo da artilharia e fuzilaria inimigas, não só durante o combate, mas depois de terminado, até o pôr do sol.

Debalde tentaram salvar-a a *Iguatemy* e a *Ipiranga*, encalhando tambem esta. Não foram melhor succedidos os esforços da *Araguary*, que ao anoitecer veio collocar-se de protecção a esse grupo de navios, nem da *Mearim*, que no dia 12 os auxiliou.

Com immensa difficuldade e constantemente hostilizados pelos paraguayos, acastellados na margem e a quem energeticamente respondiam os navios, só na manhã de 13 conseguiu-se desembaraçar a *Ipiranga*. Ainda todo esse dia consumiu-se em sustentar o fogo contra as baterias e em tentativas para safar a *Jequitinhonha*. Reconhecida a impossibilidade de fazel-o e achando-se a corveta completamente deteriorada, quer pelas grandes avarias recebidas na batalha, quer pelas maiores que soffrera nos dous dias subsequentes, durante os quaes era incessantemente varrida de popa a prôa pela artilharia inimiga, e por fórma a não ser praticavel o encravamento das peças, resolveu Barroso abandonal-a,

---

(3) Masterman, *obr. cit.*

(4) *Idem.*

depois de novas e infructíferas diligências da *Araguary*, na manhã de 14.

Não desanimaram os paraguayos de obter vantagens sobre a esquadra, apesar da derrota de 11 e das perdas, que lhes infligiram os navios, por ocasião dos trabalhos e esforços, a que vimos de referir-nos. Baixavam as águas do Paraná e a esquadra forçosamente teria de descer mais tarde ou mais cedo, para não ficar sem recursos e, por causa do calado dos navios, exposta á contingência da immobillidade entre as duas margens, occupadas pelos adversarios. A previsão deste movimento, facillima para quem conhecesse a localidade e os phenomenos peculiares ao rio, suggeriu a Robles outro plano com o fim de tirar almejada desforra.

Aquem do Riachuelo, nas visinhanças da barra do Empedrado, ergue-se a barranca denominada Mercedes, dominado, jusante e montante, largo trecho do Paraná e a cavalleiro do canal navegavel, ahi estreito.

Para esse ponto fez o general marchar forças de artilharia e infantaria e, occulta pela selva, estabeleceu extensa bateria, apoiada em dilatada linha de atiradores, aguardando pacientemente a presa que reputava infallivel.

Sob essa barranca, arrastado pela correnteza das águas, viera esbarrar o *Marquez de Olinda*, a meio submergido, no dia 11, pela tremenda manobra do *Amazonas*. Providencialmente no dia 17 ordenou Barroso que a *Araguary* descesse a incendiar o desmantelado casco. No cumprimento dessa missão, que desempenhou, desmontando primeiro as peças da machina e ateando depois o fogo, apercebera-se o commandante, 1º tenente Hoonoltz, do novo ardil; mas sem dar a menor demonstração, concluido o serviço, recolheu-se á esquadra e o participou ao chefe. Promptas eram as resoluções de Barroso. Na manhã do dia immediato os navios brasileiros transpunham a toda a força o arriscado passo, contestando galhardamente as cerradas descargas de 36 canhões e mais de 3.000 fuzis, dirigidos pelo proprio Robles, e vinham ancorar no Chimbolar, ao norte da Bella Vista. Fizeram-o, porém, á custa de penoso sacrificio: o bravo commandante da *Beberibe*, capitão-tenente Bonifacio de Sant'Anna, ahi recebeu, no seu posto, o grave ferimento, que poucas horas depois lhe custou a vida. Pereceu tambem uma praça, ficando doze feridas e contusas.

Mais uma vez a perseverante astucia paraguaya preparou á esquadra identicos perigos, nas barrancas de Cuevas, abaixo da Bella Vista e onde o rio é muitissimo apertado

e tortuoso. Ahi estava Bruguez, o vencido de Riachuelo, tendo assestadas 30 boccas de fogo, algumas raiadas, estativas de foguetes á congrêve, e apoiando-se em milhares de atiradores. Previra o vice-almirante Tamandaré essas novas ciladas do inimigo e autorizara a descida da esquadra, para não ficar comprometida a sua base de operações e supprimentos.

Mostrando arrojo identico ao de Mercedes, as levaram de vencida os navios brasileiros, aos quaes já então tinham ido juntar-se o *Apa*, que transportou um batalhão de voluntarios, e a canhoneira argentina *Guardia Nacional*, ao mando do chefe Muratori. Cerca de 10 horas da manhã, sob vivissimo fogo, correspondido com o mesmo vigor, deixavam elles á popa as barrancas de Cuevas, conduzindo a salvamento escunas mercantes e chalanas de gado, que traziam a reboque, e davam fundo em Rincón de Soto.

“Com a demora de se dar volta ao rio, disse o chefe Barroso, em mascula e nobre linguagem, me retardei, avançando por isso os da vanguarda (testa de columna a *Ivahy*, commandada pelo 1º tenente Guilherme dos Santos), levados pela corrente. Sustentaram um fogo nutrido e tenaz, o qual era bem observado, antes de se chegar á altura de o soffrer, pelo que praticavam os inimigos com os que iam na frente. O *Guardia Nacional* passou com toda a bizzarria, sem cessar de fazer fogo com a sua artilharia, correspondendo por esta fórma ao que lhe faziam, com o que me deixou muito satisfeito. Os nossos navios passaram todos contestando o fogo das baterias, cumprindo assim o seu dever.” (5)

Consideraveis estragos soffreu o material. Costados, amuradas, escaleres, mastreação, foram perfurados ou despedaçados pelas balas; nenhuma canhoeira foi attingida por menos de 15 a 20 pesados projectis; a *Ipiranga*, que fechava a columna e por sua pouca marcha supportou, isolada, os disparos de toda a bateria, recebeu 30, que lhe abriram rombos a lume d'agua. No *Amazonas* perecutiram 40 chegando um á machina. A cabeça do leme da *Itajahy* ficou esfaxeada; a *Magé*, além de outros prejuizos, foi varada na linha de fluctuação, cabendo igual avaria ao *Guardia Nacional*. Matando uma bala os marinheiros do leme deste navio, tomou-lhes o logar o proprio chefe Muratori.

---

(5) Parte official do chefe Barroso, ao vice-almirante em 13 de Agosto de 1865.

Teve a esquadra fóra do combate 59 homens, mortos 21 e feridos 38, entrando no numero dos primeiros o alferes de voluntarios da patria Marcellino Barbosa Leal e o guarda-marinha Joaquim Candido do Nascimento. Perderam os argentinos 2 praças por morte, e tiveram um official, 2 guardas-marinha e 2 praças feridas, fallecendo pouco depois os guardas-marinha. (6)

Estas evoluções motivaram censuras, provenientes da completa ignorancia dos factos. O vice-almirante Tamandaré, dirigindo-se ao governo, perfeitamente justificou o chefe Barroso nestas poucas palavras: A descida da esquadra tornou-se necessaria, para *não ficar com a retaguarda cortada e assim incommunicavel*. E' preciso que *ella marche sempre parallelamente aos movimentos do exercito inimigo*, em quanto este não fôr contido pelo nosso. (7)

Arguiu-se principalmente a Barroso por não ter obstado, que o inimigo retirasse a artilharia assestada em Cuevas. Não podia fazel-o.

A maior parte das peças foi levada por terra; apeas 6. de maior calibre, foram transportadas nos pequenos vapores paraguayos. Sem forças de desembarque como operaria o chefe brasileiro em terra, por entre o grosso das tropas de Robles? No rio, extraordinaria baixa das aguas impedia o accesso ao calado de seus navios. E quando alguns conseguissem avançar ver-se-iam na impossibilidade de descer porque a vasante continuava. Perderiam completamente as communicações com o resto da esquadra, se não fossem destruidos pelos paraguayos, senhores de ambas as margens.

---

(6) Cit. parte official de Barroso.

(7) Officio do vice-almirante ao Ministerio da Marinha em 26 de Agosto de 1865.







## XV

*Invasão da provincia do Rio Grande do Sul. A marinha no cerco de Uruguayana. Rendição desta cidade. Evacuam os paraguayos a provincia de Corrientes. A esquadra não podia embarçal-o. Subida da esquadra para as Tres Bocas. Explorações e sondagens no Alto Paraná.*

Ao tempo em que estes successos occorriam, outros de grande importancia se davam na fronteira do Rio Grande do Sul. Um exercito paraguayoy reunido em Itapúa e contando 12.000 homens das tres armas, ás ordens do tenente-coronel Estigarribia, encaminhava-se a invadir os municipios de São Borja, Itaquy e Uruguayana. Chegando a São Thomé dividiu-o o commandante em duas columnas; uma de 2.700 praças, que confiou ao major Duarte, devia costear a margem direita do Uruguay (correntina), avançando parallelamente á segunda, que, composta de mais de 7.000 homens sob immediata direcção do mesmo Estigarribia, seguiria pela margem esquerda (brasileira), para a qual se passou atravessando o rio em São Borja.

A marcha destas duas divisões por toda a parte se assignalou pelas maiores atrocidades. Tanto os estabelecimentos ou habitações isoladas, como os povoados de uma e outra banda, foram theatro de horrores: o assassinato, o roubo, o estupro, o saque, o incendio, e saque methodicamente feito segundo as *ordenanças de guerra paraguayas* (1), nas primeiras horas pelos officiaes e nas demais pela soldadesca, guardada conveniente escala!

---

(1) Assim se exprimiu Estigarribia na sua participação ao dictador.

O major Duarte com os reforços recebidos em caminho conseguira apresentar em linha mais de 3.000 homens, mas foi esmagado em Jatahy, a 17 de Agosto, pelo general Flores, que partira ao seu encontro da Concordia, com a vanguarda dos exercitos alliados, alli em concentração, para iniciarem as operações. Essa vanguarda se constituia com 4.200 brasileiros, orientaes e argentinos. A batalha, em que apenas se empenhou uma parte dos alliados, teve exito completo; 1.700 paraguayos perderam a vida, 300 ficaram feridos e 1.200 prisioneiros, entre os quaes o proprio commandante Duarte. (2).

No passo de São Borja (10 de Junho de 1865), encontrara Estigarribia forte resistencia, que lhe oppuzeram 130 guardas nacionaes do major Rodrigues Ramos e 230 do coronel Tristão da Nobrega, o qual acudira de uma legua de distancia, e depois, já nas immediações da villa os 370 voluntarios da patria do 1º batalhão, commandados pelo coronel João Manoel Menna Barreto, que a marche-marche viera de mais longe, apenas avisado da approximação do inimigo. Esses poucos bravos detiveram e fizeram recuar até o rio 2.000 paraguayos, com quatro boccas de fogo, dirigidos pelo major Lopez e o capitão Alvarenga, e tamanho terror lhes incutiram, que, durante o resto do dia e o seguinte, se conservaram em inacção. Só a 12 de Junho, reunidos todos os 7.500 homens de Estigarribia, penetraram em São Borja. Não podendo impedil-o aquelle punhado de valentes, retiraram-se para Alegrete.

Desde então proseguiram os paraguayos sem outras difficuldades mais que os tiroteios das forças brasileiras as quaes ora os flanqueavam, ora os precediam, ou seguiam, o desbarato de 500 homens do major Lopez, que, intentando surprehender a brigada de guardas nacionaes do coronel Fernandes, foram por este e pelo coronel Sezefredo de Mesquita, esmagados em Botuy, a 26 de Junho, e a interrupção de communicações com o major Duarte, devida ao pequeno vapor *Uruguay*, armado pela presidencia da provincia e que, collocado a meio do rio, mettia a pique e tomava os botes, que serviam para os dous chefes inimigos se entenderem (3).

As forças de terra de que dispunha a provincia do Rio Grande, exceptuados um batalhão de linha, e o de volun-

---

(2) Jourdan, *Guerra do Paraguay*.

(3) Commandava o *Uruguay* o então 1º tenenté de artilharia Floriano Peixoto, actual vice-presidente da Republica.

tarios, que se batera em São Borja, eram guardas nacionaes, na quasi totalidade de cavallaria, mal armados, que a mesma presidencia mandara apressadamente convocar, ao saber da presença do exercito paraguay em Itapúa. Fôra o mando desta gente entregue ao general David Canavarro, intrepido e habil estrategista das antigas lutas civis e commandante das fronteiras do Uruguay e Quarahim. Canavarro com muita antecedencia reclamara do governo a remessa de infantaria e armamento, assim como de algumas canhoneiras, que pudessem cruzar no rio. Com taes auxilios, assegurava a infallivel derrota dos paraguayos, logo que se atrevessem a pisar territorio riograndense.

Não os obteve, porque toda a attenção do governo e todos os recursos disponiveis destinavam-se á formação do exercito, que se organizava para marchar sobre Corrientes e por esse lado invadir o paiz inimigo.

Na impossibilidade, por tal motivo, de enfrentar com vantagem as numerosas, disciplinadas e bem providas tropas de Estigarribia, Canavarro concebeu o plano de deixal-o entrar-se pela provincia, de modo que, afastando-se de sua base de operações, escasseando-lhes os recursos, e recebidos por elle, general, os soccorros, que afinal resolveu pedir ao commando do exercito na Concordia, pudessem os paraguayos ser facilmente batidos no momento azado. Plano que realizou com maior prudencia e perseverança, a despeito das ordens do commandante das armas da provincia, tenente general Caldwell, que mais de uma vez mandou atacar o inimigo, recusando, porém, determinál-o por escripto, como, para resalva da propria responsabilidade, reclamava o aviado veterano.

A marcha de Estigarribia poderia, seguramente, ter sido disputada e talvez repellida, senão em São Borja, por não ser conhecido o ponto por onde elle tentaria entrar na provincia, em Ibicuy, em Toropasso e ainda em Imbaá, como queria Caldwell. Mas, dado que com os fracos elementos de que então dispunhamos, na provincia, alcançassemos victoria, a perda dos inimigos não seria completa e total, como foi pouco mais de tres mezes depois, em Uruguayana. Aquelles que se salvassem iriam engrossar o grande exercito com que no Paraguay haveriam de bater-se os alliados.

Occupando Uruguayana e ahi fortificando-se, Estigarribia executou o que esperava Canavarro: seria aniquillado



dentro da nascente povoação, ou pereceria a fome, se não depuzesse as armas, como felizmente aconteceu, sem derramamento de sangue, no dia 18 de Setembro, em presença dos chefes alliados e de S. M. o Imperador o Sr. D. Pedro II, que *primeiro voluntario da patria*, partiu em defesa da provincia, logo que constou a invasão.

Para este esplendido e incruento triumpho das armas alliadas contribuiu não pouco a Marinha. Ao saber da marcha de Estigarribia, o vice-almirante Tamandaré quiz organizar uma flotilha e transportar nella os auxilios reclamados por Canavarro; mas a baixa das aguas do Uruguay não lhe permitiu vencer o Salto: só a 21 de Agosto puderam chegar a Uruguayana nos vapores *Taquary* e *Tramandahy*, com duas chatas, ao mando do capitão de fragata Lomba. O vice-almirante, que no mesmo dia conferenciara em Paso de los Libres, fronteiro áquella cidade, com os generais alliados, voltou a Concordia, para trazer mais infantaria, o que fez, conduzindo no *Onze de Junho*, no *Iniciador* e no *União*, os batalhões 11º de linha, o 4º de voluntarios e duas companhias de Zuavos da Bahia, que desembarcaram a 10 e 12 de Setembro. Estes pequenos navios com os de Lomba e o *Uruguay* estreitaram o cerco do lado do rio e teriam bombardeado a cidade, se os paraguayos não se rendessem.

A destruição da columna de Duarte em Jatahy e o aprisionamento da de Estigarribia em Uruguayana vieram dar nova direcção á guerra. Perdida assim uma grande parte de suas forças e malogradas as esperanças, que depositara nos resultados de tão infeliz expedição, isto é, promover no Brasil uma sublevação de escravos, no Estado Oriental o levantamento de todo o partido blanco, intransigente inimigo do Imperio, e obter, na Confederação Argentina, o concurso de Urquiza, governador de Entre Rios, Lopez comprehendeu que teria de limitar-se dahi por diante á defensiva no territorio do seu proprio paiz, abandonando a provincia de Corrientes, onde os exercitos alliados, reforçados por numerosos contingentes, necessariamente, destruiriam o paraguay, então commandado pelo general Resquin.

Em consequencia ordenou o dictador a evacuação da provincia, o que teve logar no decurso do mez de Outubro de 1865. Os alliados, que se haviam transferido para Mercedes, avançaram até á margem do Alto Paraná. As duas divisões da esquadra brasileira, ao mando do chefe Barroso,

em força de 10 canhoneiras, acompanharam o movimento subindo o rio.

Se a marcha dos exercitos alliados levando, além das demais *impedimenta* indispensaveis em campanha, os viveres necessarios atravez 96 leguas de caminhos pessimos e encharcados, numa estação tempestuosa e num paiz que o inimigo ia talando, á proporção que se retirava, foi lenta e trabalhosa, facil não era a subida da esquadra (que no Rincon de Soto estivera reparando os estragos soffridos em Cuevas), embaraçada pela grande vasante do rio, tão consideravel naquelle anno, que abaixo de Corrientes encalharam 14 transportes e varios navios de vela (4).

A 23 de Outubro, as ultimas tropas paraguayas deixaram a cidade de Corrientes, achando-se o grosso do exercito já no Passo da Patria. Nesse mesmo dia penetraram na cidade as avançadas do general argentino Caceres e a 25 salvavam o porto, os navios brasileiros, aos applausos da população, que na margem e nas sotéias das casas se entregava ás mais jubilosas manifestações, vendo-se assim livre da oppressora dominação estrangeira, e por seu turno dava as boas vindas aos bravos marinheiros.

Apenas 3.000 paraguayos com seis boccas de fogo restavam no territorio argentino, mas esses mesmos atravessaram o rio na noite de 2 para 3 de Novembro. O chefe Barroso procurou cortar-lhes a retirada, enviando o capitão de mar e guerra Torres e Alvim (depois vice-almirante — barão de Iguatemy), com cinco canhoneiras brasileiras, um vapor e um aviso argentino, que não chegaram a tempo. Esta força não pôde ir além das Tres Boccas por falta de praticos da navegação do alto Paraná, absolutamente desconhecida.

Do mesmo modo como o governo paraguayos jámais consentiu que o estrangeiro devassasse o interior do paiz e as mattas do littoral, a cuja sombra construiu formidaveis fortificações, com que pouco a pouco foi erigando os seus pontos vulneraveis, assim tambem a menor demora de um navio de guerra nas aguas da republica despertava a mais suspicaz espionagem. O transito pelos canaes considerados estrategicos era rigorosamente prohibido. Tentando, annos antes, o vapor norte-americano *Waterwich* explorar aquellas regiões foi repellido, em plena paz, pelos canhões de Itapirú.

---

(4) Officio do general Osorio ao ministro da Guerra em 15 de Dezembro de 1865.

A notada circumstancia de faltarem practicos e a de não ter sido nunca sondado e balisado o Alto Paraná, que se sevia crivado de bancos e rochedos submersos, patenteiam a inanidade das censuras formuladas contra a esquadra brasileira, por não impedir que o exercito da Resquin evacuassee Corrientes e ainda por não ter seguido até o Paraguay, combatendo desde logo o inimigo no seu proprio territorio.

Tão imprudente fôsse o chefe Barroso, que arriscasse os seus navios no percurso de um rio inexplorado, sem pilotos, occupando o inimigo o littoral e cheios os passos transitaveis de perigos, creados tanto pela natureza, como pela arte da guerra, e nem assim conseguiria a menor vantagem.

Dos 10 vasos que tinha sob suas ordens, apenas seis podiam ser empregados.

O *Amazonas* não ia além de Corrientes; o *Ivahy* por muito deteriorado achava-se incapaz de sustentar combate; o *Igurey* era pequeno transporte para viveres; o *Libertad* e o aviso *Victoria*, argentinos, imprestaveis.

A travessia do Paraná podia ser effectuada em varios pontos, desde o Passo da Patria, por onde a fizeram os paraguayos, até Itapua, numa extensão de 45 leguas.

Para obstar-a, portanto, haveriam os seis navios de cruzar constantemente tão extensa linha, ou de se separarem, guardando cada um algum ou varios dos passos accessiveis, exposto aos ataques da esquadra paraguaya, ainda em força superior, apezar do desastre do Riachuelo, e consumindo as pequenas provisões de combustivel que conduziam.

As censuras eram absolutamente injustas e tão improcedentes, quanto as dirigidas ao vice-almirante Tamandaré, por se conservar durante mezes afastado do theatro da guerra, senão adormecido — o venerando ancião! — nas delicias de Capua, ao menos por indolencia!

Enorme e variadissimo o trabalho que sobre elle pesou nessa quadra. Fazer seguir para o campo das novas operações, não só os navios e contingentes de tropa, enviados do Rio de Janeiro, como o immenso material de que a esquadra carecia, munições de bocca, de guerra, de combustivel, sobressalentes de bordo; celebrar contractos de fornecimentos; prover sobre officinas de reparação dos navios e armas, sobre depositos e enfermarias; acautellar que nada faltasse aos numerosos doentes e feridos da marinha, ao principio tratados em Montevidéo e depois em Buenos Aires; fretar navios,

satisfazer ás requisições do exercito, então em marcha, manter constante correspondencia com os seus subordinados, com as autoridades ou representantes de potencias estrangeiras e com o Governo imperial; a tudo isso attendeu o incansavel vice-almirante, zelando sempre com altivez e inexcedivel escrupulo a dignidade da patria e os interesses do Thesouro nacional.

Entre os suppressmentos recebidos pelo Exercito, graças aos cuidados do visconde de Tamandaré, releva mencionar (pois o facto responde a outra ordem de increpações, que lhe foram dirigidas), a remessa para Corrientes, a pedido do general Osorio, de grande cópia de madeiras destinadas á construcção de balsas para a passagem do Paraná.

Quando o general chegou áquella cidade já alli se achavam essas madeiras, que foram aproveitadas na construcção de barracas para hospitaes e depositos, por não haver casas disponiveis (5). Tornando-se necessaria nova remessa, promptamente a satisfiz o visconde, apezar das difficuldades que offereciam os mercados mal abastecidos do Prata. Entretanto, o accusaram como responsavel pela demora do exercito na invasão do territorio inimigo, attribuindo-o á falta dos mencionados transportes!

Assim, o que então se qualificou de inactividade e inercia, outra cousa não era sinão dedicação patriotica, consagrada, sem perda de um só dia, aos preparativos requeridos para cabal desempenho de ardua missão, assegurando á alliança novos dias de gloria, e ao mesmo tempo não aventurando a esquadra, poderoso elemento de que ella não podia prescindir, a infalliveis revezes, se com navios de madeira, já damnificados em tres combates e longos mezes de pesado serviço, fôsse afrontar as fortalezas e baterias do littoral paraguayo, num canhoneio á queima buxa. O primeiro encouraçado que recebeu a esquadra, dissemol-o anteriormente, a ella se reuniu em Dezembro de 1865.

Tomadas as providencias necessarias e concluidos todos os aprestos, partiu o vice-almirante de Buenos Ayres, no dia 8 de Fevereiro de 1866; e navegando a dois terços de força, a fim de economisar carvão, assumiu a 21, em Corrientes, o commando em chefe da esquadra, que pela baixa do rio, ainda não podia avançar até as Tres Boccas, para mais es-

---

(5) Os officios do vice-almirante Tamandaré ao Ministro da Marinha, de 20 de Fevereiro e 15 de Março de 1862.



treitar o bloqueio feito pelas divisões de Barroso. A cheia só começou a pronunciar-se no dia 11 de Março. (6)

Em Corrientes, e depois da chegada do vice-almirante, prepararam-se grandes balsas para o transporte do exercito aliado. Precedentemente, e por ordem do commandante em chefe, outras se haviam construido, mas pequenas e em numero tal, que não poderiam ser guarnecidas pelos remadores que a esquadra contava.

A 17 de Março zarparam, emfim, daquelle porto as tres divisões que tinha o vice-almirante ás suas ordens, uma, após outra, e a 21 abeirava-se das plagas paraguayas a força naval mais imponente, que já se constituiu na America do Sul, roganizada pelo Brasil para desforço das violencias e atrocidades commettidas em Matto Grosso e no Rio Grande do Sul, assim como no territorio de seus recentes alliados, e vingar a soberania de tres nacionalidades, gratuita e selvaticamente offendidas. Eis a composição da frota:

#### Encouraçados:

<i>Brasil</i> , commandante capitão de mar e guerra Subrá,	
1 peça de 12, 4 de 68 e 4 raidas de 70 . . .	9
<i>Bahia</i> , commandante capitão de fragata Rodrigues da Costa, 2 peças raidadas de 150 . . . . .	2
<i>Tamandaré</i> , commandante 1º tenente Mariz e Barros, 3 peças de 65 e 1 raiada de 70 . . . . .	4
<i>Barroso</i> , commandante 1º tenente Salgado, 4 peças de 68 e 2 de 120 . . . . .	6

#### Canhoneiras:

<i>Parnahyba</i> , commandante capitão tenente J. F. de Abreu, 4 peças de 32, 2 rodizios de 68 e 1 peça raiada de 70 . . . . .	7
<i>Belmonte</i> , commandante capitão tenente Piquet, 4 peças de 32, 3 rodizios de 68 e 1 peça raiada de 70 . . . . .	8
<i>Beberibe</i> , commandante capitão de fragata Delfim de Carvalho, 6 peças de 32, 1 rodizio de 68 . . . . .	7
<i>Araguary</i> , commandante 1º tenente Hoonholtz, 2 peças de 32, 2 rodizios de 68 . . . . .	4
<i>Itajahy</i> , commandante 1º tenente Carneiro da Rocha, 2 peças de 32, 2 rodizios de 68 . . . . .	4

---

(6) Officios do vice-almirante Tamandaré, ao ministro da marinha, de 20 de Fevereiro e 15 de Março de 1866.

<i>Magé</i> , commandante capitão tenente Mamede Simões, 6 peças de 32, e 1 rodizio de 68 . . . . .	7
<i>Ivahy</i> , commandante 1° tenente Pereira dos Santos, 2 rodizios de 68 e 4 peças de 32 . . . . .	6
<i>Mearim</i> , commandante capitão-tenente Elisiario Bar- bosa, 4 peças de 32 e 3 de 68 . . . . .	7
<i>Araguay</i> , commandante 1° tenente Fernandes Pinheiro, 2 rodizios de 68, 4 peças de 32 . . . . .	6
<i>Iguatemy</i> , commandante 1° tenente Alves Nogueira, 2 peças de 32 e 3 rodizios de 30 . . . . .	5
<i>Ipiranga</i> , commandante 1° tenente J. F. de Freitas, 6 peças de 30, 1 rodizio de 30 . . . . .	7
<i>Greenhalgh</i> , 1° tenente Netto de Mendonça, 2 peças de 32 . . . . .	2
<i>Henrique Martins</i> , 1° tenente Jeronymo Gonçalves, 2 peças de 32 . . . . .	2

## Avisos:

<i>Chuy</i> , 1° tenente Marques Guimarães, 1 rodizio de 32	1
<i>Onze de Junho</i> (hospital de sangue), 1° tenente Cortez, 2 peças raiadas de 12 . . . . .	2
<i>Lindoya</i> , 2° tenente Antonio Joaquim, 1 peça de 6	1
<i>Voluntario</i> , commandado por piloto e sem artilharia	
<i>General Osorio</i> , idem, idem . . . . .	

## Transportes:

<i>Apa</i> , capitão-tenente Graça, 2 de 12 . . . . .	2
<i>Marcilio Dias</i> , 1° tenente José Alvim, 1 raiada de 12, 2 lisas de 12 . . . . .	3
<i>Isabel</i> , capitão-tenente Faria, 2 de 12 . . . . .	2
<i>Princesa de Joinville</i> , 1° tenente Collatino Marques, 2 de 12 . . . . . L . . . . .	2

## Patacho:

<i>Iguassú</i> , 1° tenente Cunha Couto, 4 peças de 32 . . .	4
--	---

---

Total — canhões. . . 110

A fragata *Amazonas*, commandante capitão-tenente Theotônio de Britto, a canhoneira *Maracanã*, commandante 1° tenente Gonçalves Duarte e o vapor *Igurey*, commandante o piloto Serpa, estacionaram em Corrientes. Excepto o *Iguassú*, todos estes navios eram movidos a vapor.

A estes vasos accresciam os seguintes transportes fretados pelo governo brasileiro:

*White-Inch, Viper, Suzan-Bearn, Riachuelo, Presidente, Duque de Saxe e Galgo.* (7)

Ficou a esquadra distribuida em tres divisões, das quaes eram commandantes: — os capitães de mar e guerra José Maria Rodrigues, Francisco Cordeiro Torres e Alvim e Eli-siario Antonio dos Santos. O chefe de divisão Barroso exercia as funcções de chefe do Estado maior do commandante em chefe, que arvorou seu pavilhão no transporte *Apa*. (8)

A 2ª divisão foi incumbida de bloquear a foz do Paraguay, tendo como testa de columna o *Barroso*, seguindo-se-lhe a *Magé*, *Ivahy*, *Mearim*, *Araguary* e *Iguatemy*. A 1ª e a 3ª tomaram posição em frente do forte Itapirú, cabeça de linha o *Apa*, formando á sua esquerda o *Brasil*, *Bahia*, *Parnahyba*, *Beberibe*, *Greenalgh*, *Chuy*, *Ipiranga* e *Itajahy*. Em segunda linha, proximos á margem correntina o *Lyndoia*, *Onze de Junho* e *Iguassú*.

Os demais navios destinavam-se ao serviço de communicações e transportes e aos reconhecimentos e sondagens, que deveria effectuar a esquadra para a passagem do exercito.

Até as Tres Boccas, fôra o Paraná explorado anteriormente pelas divisões de Barroso, logo que subiram a Corrientes, mas dahi para cima, no trecho denominado Alto Paraná, os nossos vasos de guerra tinham diante de si os mysterios do desconhecido. Examinar todos os canaes e passos, medir-lhes a profundidade, verificar a força da correnteza, determinar com precisão todos os bancos e arrecifes, estudar todas as difficuldades a vencer, tal era o melindroso e arriscado encargo, commettido á commissão hydrographica, nomeada pelo vice-almirante e que se compoz dos 1ºs tenentes Silveira da Motta (depois vice-almirante — barão de Jaceguay) ajudante de ordens do commandante em chefe, Hoonholtz (depois vice-almirante-barão de Teffé), commandante da *Araguary* e Cunha Couto, commandante do *Iguassú*.

Ella o executou com pericia e denodo, nas varias expedições que se organizaram para esse fim, uma das quaes di-

---

(7) *Barão do Rio Branco*, pag. 265, 1º vol. da obr. cit., accrescendo apenas a artilharia do *Isabel* e da *Prinzeza de Joinville*, que estavam armados como o *Apa*.

(8) Os demais officiaes do estado maior eram: secretario, o 1º tenente Eusebio José Antunes, ajudantes de ordens 1ºs tenentes Silveira da Motta e Antonio Joaquim de Mello Tamborim.

rigida pelo proprio vice-almirante, achando-se presentes o plenipotenciario brasileiro Francisco Octaviano e os generaes Osorio, Mitre e Flores. Sempre que os navios chegavam ao alcance das baterias eram vivamente hostilizados e ás vezes, como succedeu na ilha de Sant'Anna, subito troava o canhão de dentro das mattas, que se suppunham desertas, ou crepitava nutrida fusilaria dos destacamentos alli emboscados. Nada, porém, perturbava a serenidade dos exploradores: batiam-se as guarnições, emquanto elles, impassiveis, proseguiam nos seus estudos. Este serviço fez honra á proficiencia dos officiaes da marinha brasileira. (9)

Na tarde do primeiro dia de exploração, varou a *Araquary* sobre uma lage, situada entre a ilha Carayá e a margem esquerda do rio e nessa posição permaneceu toda a noite, só conseguindo safar no dia immediato e com avarias taes, que foi preciso retiral-a da esquadra, para entrar em concerto. Igual sinistro, porém menor damno, soffreu o encou-raçado *Tamandaré*, ao regressar.

---

(9) Um dos mais intelligentes e dedicados admiradores de Lopez, e que se distinguio na propáganda movida na Europa, em favor do Paraguay, Benjamin Poucel, autor do livro — *Le Paraguay Moderne*, fez plena justiça aos importantes serviços que então prestou a esquadra brasileira. Vide — *A Esquadra e a Opposição Parlamentar* pelo autor deste livro.







## XVI

*A guerra das chatas. Desastre na casamata do "Tamandaré". Morte heroica do commandante Maris e Barros, do immediato Vassimon e do 1º tenete Silveira. Ataque da ilha da "Redención. Brilhante feito do 1º tenente Jeronymo Gonçalves na conhecida "Henrique Martins".*

Emquanto proseguiam estes trabalhos, empenhavam os encouraçados da esquadra uma serie de combates, que trouxeram perdas sensiveis e constituiram um dos episodios mais originaes da campanha.

Referimo-nos aos que denominaram a *guerra das chatas*.

Para que não pudesse Lopez conjecturar com probabilidade acerca do dia e lugar da passagem dos exercitos aliados, resolvera o visconde de Tamandaré não empregar energicamente a força de que dispunha, destruindo o forte do Itapirú e as baterias do Passo da Patria, senão no momento decisivo, mantendo, entretanto, o inimigo em permanente sobresalto por meio de pausado, mas constante bombardeio.

Foi então que reappareceram as chatas já experimentadas em Riachuelo, invento paraguayado admiravelmente adaptado ás condições locais, machinas de guerra simples no aparelho, rudes, grosseiras, porém de terriveis effeitos, capazes ellas sós de destruir a mais formidavel esquadra. Monitores de madeiras, as qualificaram os que as viram em acção.

De madeira tão rija como o ferro, pela qualidade e espessura das peças componentes, a chata era uma embarcação de 120 pés de comprimento, com pouco pontal, rasa,

sem remos, velas ou mecanismos a vapor e movendo-se a reboque. Collocada no posto que deveria occupar, a prendiam em terra ou ao rebocador com grossos cabos. No centro do convez, corrido de pôpa a prôa, apresentava uma escotilha, por cima da qual, assente em reparo accommodado no interior, girava um rodizio de 68, manobrado pelos tripulantes, occultos no porão. Arfando ao impulso da correnteza e quasi invisivel a alguma distancia, era a chata alvo difficillimo de attingir-se, ao passo que suas balas, deslisando ao lume d'agua, batiam em cheio nos grandes navios, á altura da flutuação, ameaçando submergil-os em poucos instantes.

Tanto os encouraçados como os navios de madeira foram perfurados ou percutidos pelos projectis que ellas lançavam, sendo exactamente o capitanea o que mais soffreu.

Solemnizava o vice-almirante com um banquete, a bordo do *Apa*, o dia 25 de Março, anniversario do juramento da Constituição, quando varias balas penetraram no navio, causando grandes estragos no paiol de mantimentos.

Assim começaram os ataques das chatas, rebatidos ora por um encouraçado, ora por mais, secundando-as os canhões do forte Itapirú e das baterias de terra, fixas e volantes. Os navios, como dissemos, eram facilmente vulneraveis, ao contrario das originaes e temiveis embarcações pela insignificante altura dellas e porque ordinariamente se amparavam das anfractuosidades e saliencias dos rochedos, junto e atraz dos quaes se abrigavam, deixando apenas a descoberto a bocca do rodizio.

Não obstante, a certa pontaria dos artilheiros da marinha, lá mesmo ia perseguil-as. Uma vòu em estilhaços por explosão que produziu bomba arremessada do *Tamandaré*; teve outra o canhão partido por tiro do *Bahia*. mettendo-a logo a pique novos disparos; terceira ficou inutilizada tambem por bala, e sossobrou a quarta, em consequencia de largo rombo que recebeu.

Durante taes combates experimentaram os paraguayos perdas consideraveis na guarnição das chatas e das fortificações de terra; mas a esquadra, por sua parte, soffreu muitas avarias e teve varios officiaes e praças mortos e feridos. Os prejuizos mais consideraveis se deram nos dias 27 e 28 de Março, a bordo dos encouraçados *Tamandaré* e *Barroso*.

A casamata do primeiro foi theatro de medonha catastrophe. Pouco depois do meio dia de 27, uma chata começou a hostilizar os navios, occultando-se sob uma ponta de pedra

na enseada de Itapirú. Adiantaram-se o *Bahia* e o *Tamandaré* para batel-a e ao forte, que foi damnificado, continuando a chata incolumidade no seu esconderijo. Até ás 4 horas da tarde, haviam sido levemente feridos o chefe Alvim, no *Brasil*, e um marinheiro do *Tamandaré*. Fatigadissimas as guarnições, começavam os navios a cahir a ré, por não poderem dar volta na estreiteza do rio, quando duas balas, despedidas de Itapirú, acertaram dentro da casamata do *Tamandaré*, matando e ferindo 37 pessoas. Morreram instantaneamente o immediato, 1º tenente Francisco Antonio de Vassimon, o commissario Carlos Accioli de Vasconcellos, o escrivão Augusto de Barros Alpoim e 10 praças. Foram mortalmente feridos o commandante, 1º tenente Antonio Carlos de Mariz e Barros, e o 1º tenente José Ignacio da Silveira; gravemente os 2ºs tenentes José Victor Delamare e Dionisio Manhães Barreto, o guarda-marinha Paula Mascarenhas, o alferes de voluntarios Tourinho Pinho, 1 mestre e 17 praças mais. Dos feridos succumbiram poucas horas depois 9, entre os quaes o commandante Mariz e Barros e o 1º tenente Silveira. O 2º tenente Manhães, apesar do sangue que perdia, assumiu o commando do encouraçado e o conduziu ao ancoradouro.

Heroica a morte daquelles officiaes! Silveira, arrancados um braço e uma perna pelo projectil, apertou serenamente com a mão que lhe restava a do vice-almirante (que com o seu sequito seguira para o encouraçado, ao signal de socorro) e despediu-se dos demais circunstantes com a maior calma. Mariz e Barros, no meio dos navios atrozes soffrimentos, confirmou as provas de excepcional coragem com que se distinguira nos diversos combates travados em Paysandú.

Separada a perna esquerda da côxa pela articulação, destendidos e rotos tendões e nervos, presos aos tecidos os fragmentos osseos dos condylos do femur, supportou, fumando um charuto, e sem dar um gemido, a amputação do membro, feita ás 11 horas da noite no hospital de Corrientes, para onde o transportaram. Antigos padecimentos não permitiam que o chloroformizassem. Quando terminou a operação, dirigiu-se ao chefe de saúde, que o acompanhara desde o Passo da Patria, pedindo-lhe: — “Mande dizer a meu pae, que eu sempre soube honrar-lhe o nome”. Expirou a 1 hora da manhã de 28 de Março. (1)

---

(1) Dr. Carlos Frederico Xavier, *Historia Medico-cirurgica da esquadra brasileira*.



Nesse dia, voltando a mesma chata a atirar sobre os navios tiveram ordem de entrar em fogo o *Bahia*, *Barroso* e *Brasil*. Uma bala do *Bahia* partiu o canhão da chata e outras dos dous ultimos a metteram no fundo. Bombardeado até ao anoitecer o forte Itapirú, um projectil deste inutilizou no *Barroso* o canhão de 120 e feriu gravemente 4 praças e o 1º tenente Luiz Barbalho Muniz Fiuza, que perdeu um braço e foi tambem attingido na fronte. Além disso ficaram fóra de combate no *Bahia* e *Brasil* 7 homens, sendo um morto.

Ainda nas immediações de Itapirú e antes de se concluirem as explorações e aprestos necessarios para a invasão do territorio inimigo, á Marinha offereceu-se ensejo de praticar actos de extraordinaria bravura e de prestar serviços da maior relevancia.

Em face da fortaleza, a pouco mais de um terço da largura do Alto Paraná, e a 300 braças da margem paraguaya, erguia-se a ilha denominada Redención, (2) banco de areia de não antiga formação, mas coberto já de crescidos macegaes. O tenente-coronel José Carlos de Carvalho e outros officiaes do exercito brasileiro a foram reconhecer em 29 de Março e verificando a possibilidade de ahi estabelecer-se uma fortificação passageira, que bateria com vantagem o baluarte inimigo e o littoral circumjacente, assim o propuzeram ao general Osorio, que o approvou. Na noite de 5 para 6 de Abril lá desembarcaram o mesmo tenente-coronel Carvalho e os 2ºs tenentes André Rebouças e Bernardino Madureira, acompanhados de uma força de sapadores e 900 praças de infantaria e artilharia, commandante pelos tenente-coroneis Villagran Cabrita e Pinto Pacca, major Martini e capitães Moura e Tiburcio de Souza. Sobre a madrugada estava levantada uma linha de trincheiras, artilhada com 4 canhões La-Hitte de calibre 12, e 4 morteiros de 0,22 m., que, ao ser desfraldada a bandeira brasileira, a firmaram com nutrido fogo contra Itapirú.

Os encouraçados *Bahia* e *Tamandaré* e as canhoneiras *Menrique Martins* e *Greenhalg* tomaram posição junto á ilha para apoiar-lhe a defesa. O ponto era importante por interceptar as communicações do forte com o campo entrincheirado do Passo da Patria e completava com incessante canhoneio a destruição das já arruinadas muralhas d'aquelle re-

---

(2) Os paraguayos a denominaram — *Banco Porutué*, depois da occupação brasileira. — Silvano Godoy, *Monographias Historicas*.

ducto. Resolveu Lopez tomal-o a todo o custo e ordenou ao coronel! Diaz (depois general), que o atacasse com 1.200 homens escolhidos na noite de 9 para 10 do referido mez. Embarcados em canôas, por divisões successivas e atravessando caladamente a distancia que os separava da ilha, os paraguayos primeiro desembarcados approximaram-se em silencio da trincheira e repentinamente a accometteram, soltando estrepitosos brados. Parte da guarnição estava alerta e respondeu á estrugidora grita com uma descarga cerrada. Despertaram os que dormiam e o fogo tornou-se logo mais vivo, sendo repellidos os inimigos, quasi ao galgarem o parapeito. Reforçados pelos que posteriormente pularam em terra, de novo investem uma e mais vezes e recuam diante da tenaz resistencia.

Vai, entretanto, raiando o dia, a metralha começa a funcionar e entra em scena tambem a artilharia de Itapirú. Com o maior arrojo não desistem os assaltantes de arremessar-se sobre a trincheira; mas a guarnição, transpondo-a carrega-os á bayoneta e machadinha, de que estavam armadas as praças do batalhão de engenheiros. Trava-se luta corpo a corpo, horrenda, sem piedade, a arma branca, por entre a macega (3).

A duração do combate e os combinados foguetes de signaes adverteem a Diaz de que, para não falhar o audacioso golpe, é insufficiente a força enviada. Expede elle outros contingentes, e mais outros prepara, que apressadamente embarcam. A impetuosidade da offensiva da guarnição desanima os paraguayos, que fogem e em atropelo procuram refugiar-se nas canôas. Temiveis adversarios lhes sahem então ao encontro.

(3) Eis como descreve esse choque o paraguayo *Silvano Godoy*, faltando, entretanto, á verdade quanto á tomada da artilharia, o que os assaltantes não conseguiram.

"La artilleria fué assaltada e tomada por la caballeria a pié sable en mano, causando estragos al enemigo; pero fué recuperada, otra vez vuelta a ser tomada e nuevamente reconquistada. Aquella lucha surda a arma blanca, cuerpo a cuerpo, en medio de la oscuridad de la noche, rechinando le acerco entre ayes de moribundos, iluminada a ratos por el rojo fognazo de los canônes, revistia un aspecto siniestramente aterrador que mas se parecia a combate de fantasmas ensangrentados que de sres humanos. El teniente Rivéro cayó con el brazo izquierdo deshecho por un casco de granada; e sin desconcertar-se sacó su cuchillo, se cortó la mano colgante e continuó peleando basta quedar exanime" (*Monographías Historicas*).

Accesas as fomalhas dos navios de protecção aos primeiros tiros; mal o 1º tenente Jeronymo Gonçalves, commandante da *Henrique Martins*, pôde lóbrigar o que se passava, penetra no canal ainda não conhecido entre a ilha e o forte, e acompanhado da *Greenalgh*, commandante o 1º tenente Marques Guimarães e da *Chuy*, dirigida pelo 1º tenente Netto de Mendonça, lança-se sobre a numerosa flotilha de canôas dos que se retiravam e dos que vinham em soccorro e as afunda, emborca, despedaça e desbarata. Foi quasi completo o anniquilamento da columna expedicionaria.

Contra os tres pequenos navios abrem o forte, uma chata, baterias volantes (4) e milhares de atiradores da margem desesperado fogo; a *Henrique Martins* avisinha-se até 4 a 5 braças de distancia; o commandante Gonçalves conserva-se no passadiço, dando com imperturbavel calma repetidas ordens, enquanto seus canhões respondem aos de terra e a marinbagem, de carabina em punho, atira sobre os que cruzo rio. A fragil embarcação é atravessada por diversas balas, mas prosegue avante em continuas manobras e só quando o imperterrito e joven official verifica estar varrido o canal, dirige-se, fazendo agua a canhoneira, ao navio chefe a dar conta do que praticara sob sua unica inspiração, e a pedir licença para encalhar, afim de evitar imminente sossóbro.

A *Greenalgh* e a *Chuy* secundaram a intemerata *Henrique Martins*, a gloriosa do dia (5).

Mui poucas canôas paraguayas voltaram á margem d'onde haviam partido, rarefeitos os seus tripulantes e esses mesmos quasi todos feridos. (6)

Na ilha contaram-se 650 cadaveres inimigos, jasendo nos fóssos, na frente das trincheiras, por entre as macegas e juncos da praia, entrando nesse numero o do tenente Rivero, um dos chefes da espedição. Muitos outros, assim como nu-

(4) Diz *Silvano Godoy* — "12 canones que lanzaban nutridos e certos tiros".

(5) Officio do vice-almirante Tamandaré ao Ministro da Marinha, datado de 13 de Abril de 1866.

(6) Segundo o mesmo *Silvano Godoy*, *obr. cit.*, foram 4 as columnas de ataque, commandadas pelos tenentes Pablo Cabrera, Leonardo Rivéro, Mateo Morel e Ciriaco Vera, sob a direcção do coronel Diaz, que ficou em Itapirú; chegaram á terra, isto é, salvaram-se, accrescenta, — "os tenentes Cabrera, Vera e Morel e o alferes Borges com 342 homens" *casi todos heridos*.

merosas canôas, intactas algumas, outras despedaçadas, cheias de mortos e moribundos, vieram bater de encontro aos navios da esquadra, ou passar-lhes á vista, descahindo com a correnteza. Ficaram prisioneiros o tenente Romero e 62 praças, das quaes apenas 16 estavam incolumes; arrecadou-se grande copia de armamento e 30 canôas.

Tão esplendido triumpho teve doloroso contraste. Terminada a peleja, o bravo commandante da ilha, tenente-coronel João Carlos de Willagran Cabrita, rédigia a communição official, a bordo de uma chata, quando uma bomba arremessada de Itapirú veio arrebentar entre o grupo de officiaes, que o rodeiavam, matando-o, ao major de engenheiros Luiz Fernandes de Sampaio, e ferindo gravemente o tenente Francisco Antonio Carneiro da Cunha e o alferes Carlos Luiz Woolf. Na ilha haviam cahido 48 inferiores e soldados mortos, 6 officiaes e 96 praças feridos.

Extranha coincidência! O tiro que matou o tenente-coronel Willagran Cabrita foi disparado pelo coronel Bruguez, depois general, um dos melhores artilheiros do exercito paraguayo. Aquelle distincto official e o tenente-coronel Porto Carrero, defensor de Coimbra, estiveram no Paraguay, ao tempo de Carlos Lopez, como organizadores e instructores do exercito da Republica. Com Willagran Cabrita travara estreitas relações pessoaes o então 2º tenente José Maria Bruguez, seu melhor discipulo, destinado a dar-lhe a morte. (7)

---

(7) Silvano Godoy, *obr. cit.*





## XVII

*Transporta a esquadra os exercitos alliados para o Paraguay e obriga o inimigo a abandonar o forte de Itapirú e o acampamento do Passo da Patria.*

Concluida a exploração do rio em 15 de Abril, deliberaram os generaes em chefe simular que effectuariam a passagem para o territorio inimigo em frente a Itapirú e Passo da Patria, indo, porém, realizal-a em outro ponto, para o que começou o embarque das tropas brasileiras na noite desse mesmo dia.

A entrada dos alliados no sólo paraguayo, de cuja natureza, configuração e accidentes não tinham elles nem sequer noções ligeiras, e isso em presença do exercito adverso, que occupava as margens fortificadas dos dous grandes rios a atravessar, o Paraná e o Parguary, foi um dos feitos mais brilhantes da guerra, cabendo á esquadra a maior honra em tão difficil e importante operação. Para assegurar-lhe o feliz exito, tudo acautelara o vice-almirante Tamandaré, com grande tino militar.

Em tres expedições, que se seguiram, á proporção que desembarcada a precedente regressassem os transportes, deveriam os exercitos alliados executar a travessia, protegidos pelos fogos da esquadra, que para isso se dividiu tambem em tres novas divisões. A primeira, constituida pelos encouraçados *Barroso* e *Tamandaré* e conhoneiras *Belmonte*, *Itajahy* e *Henrique Martins*, sob o commando do capitão de mar e guerra J. M. Rodrigues, incumbia collocar-se no canal denominado — del Campamento — entre a ilha de Santa Anna e o entrincheiramento do Passo da Patria, afim de bombardeal-o. A segunda, sob as immediatas ordens do vice-almirante, e da qual faziam parte os encouraçados *Brasil* e

*Bahia* e as canhoneiras *Paranhyba*, *Mearim*, *Ypiranga*, *Greenalgh*, *Chuy*, *Araguary* e duas chatas, assim como a terceira, commandante interino o capitão-tenente Mamede Simões, formada pela *Magé*, *Beberibe*, *Ivahy* e *Iguatemy*, deveria fundear desde Itapirú até á fóz do Paraguay, para, combinando seus fogos com os das fortificações da ilha da Redencion e da costa correntina, donde partiam os alliados, inutilizar os esforços da defensiva, varrendo todo o littoral ao alcance.

Como não pudesse a primeira divisão occupar a posição assignalada, em consequencia de ter encahado o *Barroso*, á entrada do inexplorado canal — del Campamento —, ancorou pouco acima de Itapirú para destruir o que ainda restava de pé da desmantelada fortaleza, — uma bateria á flôr d'agua;—e hostilizar o acampamento inimigo, empregando tiros de elevação.

Embarcadas desde a noite anterior a 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> divisões brasileiras dos generaes Argóllo Ferrão e Sampaio, cerca de 10.000 homens, commandados pelo general Osorio, nos vapores *Galgo*, *Isabel*, *General Osorio*, *Voluntario*, *Duque de Saxe*, *Presidente*, *Riachuelo*, *Marcilio Dias*, *Suzan Bern*, *Viper* e *White Inch*, rebocando chatas e canôas, que conduziam munições, ferramentas e 40 cavallos, puzeram-se estes navios em movimento ás 7 1/2 horas da manhã de 16 de Abril, cortando o rio em direcção a Itapirú, ao troar dos canhões de toda a esquadra e pontos fortificados em terra, de parte a parte.

Chegados á altura d'aquella fortaleza, viraram rapidamente de prôa, desceram o rio, até a ponta da ilha Paraná-mirim, e, dobrando-a, investiram as aguas do Paraguay. Vencida meia legua pouco mais ou menos acima da fóz, enconstaram á terra ás 9 horas; começaram a despejar as tropas, tomando-lhes á frente Osorio, que, de lança em punho, immediatamente se adeantou pelo interior, levando consigo os ajudantes de ordens e um piquete de 12 soldados de cavallaria.

Fizera-se a manobra, sob a protecção dos fogos das quatro canhoneiras do capitão-tenente Mamede Simões e da *Araguary*, as quaes, acompanhando a marcha dos transportes e precedendo-os á todo a força, quando mudaram de rumo, entraram no rio Paraguay e foram postar-se além do ponto em que tinha de abeirar-se o *White Inch*, cabeça de linha do comboio, abrindo incessante fogo contra terra, para afastar as forças que porventura tentassem embaraçar o desembar-

que. Seus tiros de bomba, bala rasa e metralha, cruzando-se com os das duas outras divisões, que permaneciam no Paraná, causaram grande mortandade nos corpos, que acudiram a marche-marche de Itapirú e Passo da Patria, tão depressa comprehendeu Lopez em que ponto saltariam os invasores. (1)

As immediações do lugar em que desembarcou o general Osorio, estreita faixa de terreno, não offereciam espaço para que pudessem operar todos os batalhões, á proporção que sahisses dos transportes, mas em compensação reuniam diversas vantagens. Eram dominadas pelos fogos da esquadra, defendidas no flanco direito pelos espessos bosques do Paraná e no esquerdo por pantanos impenetraveis, o que permittia resistir com efficacia a forças superiores. Difficil a marcha para a frente, por ser preciso atravessar, em apertada vereda, matagaes e banhados; identicos embarços, porém, encontrariam os que viessem obstal-a. Por maior que fosse o numero dos inimigos, não poderiam, no acanhado caminho, entrar em linha mais combatentes que os brasileiros, para os impedirem de avançar.

Com a temeraria bravura que lhe era caracteristica, o general Osorio seguira a explorar o terreno e descobrir sitio em que se concentrassem os corpos, que iam desembarcando. Marchavam na mesma direcção a grande distancia, ainda que acceleradamente, duas companhias do 2º batalhão do voluntarios e de mais longe o resto do corpo, então commandado pelo major Deodoro da Fonseca. Ao atravessar o general, seriam 10 horas, o primeiro banhado, vadeavel nesse unico ponto com agua pelos peitos dos cavallos, despontaram no desfiladeiro em frente as avançadas paraguayas, entre as quaes e o piquete de Osorio travou-se tiroteio. Apoiado o piquete pelas duas companhias, sustentou-se no terreno e, acudindo o batalhão e mais duas companhias do 2º de infantaria de linha e uma do 11º de voluntarios, carregou Deodoro o inimigo á bayoneta e o levou de rôjo diante de si, até que, encontrando os que recuavam os reforços vindos de Itapirú, fizeram alto.

Disponham os paraguayos, nesse momento, de um corpo de cavallaria, tres de infantaria e duas peças ligeiras. Re-

---

(1) *Barão do Rio Branco*, not. á obr. cit., pag. 293. Officio do vice-almirante ao Ministro da Marinha, de 27 de Abril de 1866.



forços, porém, já haviam igualmente recebido os brasileiros, com a chegada do resto do 11° de infantaria e duas peças de artilharia. Guiam-nos ao combate Osorio e Argôllo; os paraguayos, depois de alguma resistencia, fogem e são perseguidos de perto, até tres quartos de legoa do ponto do desembarque, em larga clareira, na encosta da matta, que vai terminar na lagôa Sirena. Copiosa chuva, que desaba ás 2 horas, impede que a perseguição continue: ahi acampa a vanguarda brasileira, com perto de 2.000 homens e se lhe reúnem os demais corpos da primeira expedição, que passa toda a noite em armas e sob frequentes aguaceiros, repellindo novos ataques do inimigo.

A segunda expedição, ao mando dos generaes Flôres e Paunero, em força de 7.000 homens, comprehendendo contingentes das tres nações alliadas (brasilheiros 2.000, da brigada do coronel Pecegueiro), devia effectuar a passagem ás 2 horas da tarde, nos vapores argentinos *Guardia Nacional*, *Libertad*, *Chacabuco*, *Buenos-Ayres* e *Pavon*, no *Alliado* e no *Provedor*, pertencentes aos fornecedores e no *Izabel* e *WhiteInch*, logo que regressassem. A tempestade que se desencadeara só permittiu que partisse ás 5 horas, de modo que anoitecia quando aportou ao logar do desembarque.

Baixou immediatamente á terra o general Flores com alguns orientaes e argentinos, ficando a maior parte da tropa a bordo. Flôres adiantou-se quasi só até ao acampamento, a conferenciar com Osorio. Na manhã de 17, continuou o desembarque desta gente; mas, antes de reunir-se ás tropas de Osorio, exclusivamente compostas de brasileiros, tiveram estes de combater e completamente derrotar, após duas horas de renhida peleja, uma columna paraguaya de 3.000 homens, commandados pelo tenente-coronel Basilio Benitez. Puze-ram-se em fuga os inimigos, deixando 400 mortos e 100 prisioneiros, todos feridos, uma bandeira, duas boccas de fogo e não pouco armamento.

Enquanto Benitez se batia, ordenou Lopez a evacuação do forte Itapirú, em cujo bombardeamento e no das adjacencias proseguira a esquadra. Durante elle, as duas canhoneiras *Henrique Martins* e *Greenhatgh*, penetrando no canal entre a ilha de Sant'Anna e o acampamento inimigo, o sondaram debaixo de intenso fogo, com perda de um marinheiro morto e oito feridos.

Reconhecida a possibilidade de ahi entrarem, tambem os navios de maior calado, seguiu e tomou posição a segunda divisão, ás ordens do vice-almirante, que mandou concentrar

todos os tiros contra o entrincheiramento do Passo da Pátria. Evacuando os paraguayos Itapirú e recolhendo-se áquelle vasto recinto, os desembarques posteriores dos alliados se fizeram proximo ao forte abandonado e em ruínas.

Por seu lado, o general Osorio, que aguardava para avançar sobre esse ponto a junção da expedição de Flores e Paunero, só chegados ao campo em que se dera o combate com Benítez ás 3 horas da tarde, marchou na manhã de 18 de Abril, occupando a ponte mais proxima ao Passo da Pátria. Desembarcado o general Mitre ás 11 horas desse mesmo dia, fez-se no acampamento inimigo um reconhecimento dirigido pelos tres commandantes em chefe, — aquelle, Osorio e Flôres.

Os grandes estragos causados pelo canhoneio da esquadra obrigaram Lopez a nova retirada. Sahi o grosso do seu exercito do Passo da Pátria, deixando apenas alguns corpos de artilharia e infantaria para conterem os alliados, que, no intuito de assaltarem o campo, tratavam de construir as pontes e estivas necessarias á passagem das forças e de levantar trincheiras, que protegessem esses trabalhos. Nos dias 18 e 23 de Abril, não cessaram os tiroteios. Pela manhã do ultimo, densas labaredas e columnas de fumo, erguendo-se do interior do acampamento, despertam a attenção das vanguarda. Avancando estas promptamente, grande obstaculo se interpoz: as lagôas Sirena e Ponamby haviam transbordado com a enchente dos rios e, unindo-se, formaram uma esteira d'agua de 150 metros de largura, a nado para a propria cavallaria. Superado o embaraço, penetraram no recinto, d'onde expelliram soldados inimigos, que ateavam incendio nas casas e ranchos da povoação. (2)

A 25 de Abril os alliados estavam de posse do Passo da Pátria e o general Osorio, terminando a ordem do dia dirigida ao exercito brasileiro, escrevia estas palavras: "o general em chefe entende que faltaria a um sagrado dever, se nesta occasião e perante o exercito do seu commando, deixasse de se manifestar grato aos nossos bravos irmãos da marinha e ao seu digno chefe pelo muito que concorreram para o feliz exito da expedição, já coadjuvando o transporte das tropas para este lado, já metralhando o inimigo e desconcertando-o em sua retirada, já bombardeando o seu decantado acampamento entrincheirado, sendo só a ella devido

---

(2) *Barão do Rio Branco*, not. á obr. cit., pag.298, 1o vol.; *Jourdan*, Guerra do Paraguay, pag. 82, 2a Ed.

*o desalojamento precipitado do grosso de suas forças, que, resguardadas em suas trincheiras, julgavam poder-nos impedir o passo para Humaitá". (3)*

Effectivamente, foi ao poderoso concurso da esquadra que deveram os alliados, não só a invasão do territorio inimigo, sem perdas avultadas, como o abandono do forte Itapirú e do Passo da Patria, o que se verifica das proprias partes paraguayas, que confessaram a impossibilidade em que ella collocou o inimigo de disputar com vantagem o desembarque, embora, consoante ás praticas do marechal Lopez, que convertia em triumphos os maiores desastres, procurassem attribuir o movimento de recuo á estrategia do dictador. (4)

Além dos importantes serviços que ficam commemorados, outros prestou a esquadra nesta phase da guerra, d'entre os quaes mencionaremos a construcção da ponte fluctuante, sobre a qual atravessou o exercito, com seu pesado material, o banhado, que cercava o Passo da Patria, obra em grande parte devida á coadjuvação de praças da marinha, pertencentes á divisão Rodrigues.

Nas explorações, a que mandou proceder o vice-almirante Tamandaré, descobriu-se o vapor *Guaqueguay*, rebocador das chatas nos combates de Itapirú. Duas vezes o atravessaram projectis dos navios brasileiros e para obstar que elle cahisse em poder dos alliados, mandou Lopez submergil-o no ponto denominado Tobaty. Suspenso e a nado, o visconde entregou-o, com approvação do governo imperial, ao general Mitre. (5). Os leitores se recordarão de que este vaso de guerra argentino fôra capturado com outro, á falsa fé, pelos paraguayos, um anno antes, no porto de Corrientes.

---

(3) Ordem do dia do general Osorio, n. 152, de 25 de Abril de 1866.

(4) Vide a este respeito os trechos citados pelo Barão do Rio Branco, nota á *Obr. cit.*, pag. 299 e 300 do 1º Vol.

(5) Ordem do dia do vice-almirante, n. 6, de 30 de Agosto de 1866.



## XVIII

*Batalhas de Estero Bellaco, Passo Cidra e Tuyuty. Tomada das trincheiras de Sauce. Erros na direcção da guerra. Injustas censuras á inacção da esquadra. Torpedos e brulotes. O 2º corpo do exercito brasileiro, commandado pelo barão de Porto Alegre desembarca em Itapirú.*

Invadido com a maior felicidade o territorio paraguay, graças ao concurso da esquadra, que se houve em tão difficil e arriscada operação de modo consoante ás suas honrosas tradições e do qual se desvaneceriam as mais fortes potencias navaes, feriram os exercitos alliados renhidos combates, alcançando sempre as mais brilhantes victorias contra o inimigo, que debalde tentou oppor-se-lhes na marcha sobre as fortificações de Tuyuty e Passo-Pocú, a que se acolhera, quando abandonou o acampamento entrincheirado do Passo da Patria.

Taes foram, não fallando em constantes escaramuças e tiroteios, as batalhas de Estero Bellaco (2 de Maio de 1866), onde, surprehendendo os paraguayos a vanguarda commandada pelo general Flores, accudiu o general Osorio e os repelliu e destroçou, depois de inflingir-lhes grandes perdas (1); a acção de Passo Cidra (20 de Maio), na qual foram os inimigos desalojados das trincheiras que defendiam a tra-

---

(1) Na occasião da surpresa apoderaram-se os paraguayos de quatro peças de artilharia da vanguarda, que estavam mal guarnecidas, e rapidamente as conduziram para as trincheiras. Osorio, porém, tomou-lhes tres. A perda do inimigo foi de 2.500 homens, entrando nesse numero o tenente-coronel Benitez, que o commandava. A dos alliados subiu a 1.552 praças. O general Osorio ficou contuso.



vessia do esteiro (2); e a grande batalha de Tuyuty (24 de Maio), formidável recontro de 60.000 homens das tres armas, que terminou pelo desbarato completo do exercito de Lopez, ficando fóra de combate 12.000 homens de seus officiaes e soldados, quasi metade das forças com que a empenhou. (3)

A esta batalha, a maior que até hoje se travou no continente sul-americano, seguiu-se um periodo de repouso relativo, que constituiu assumpto de exprobrações por parte dos que não conheciam ou não apreciavam exactamente a situação, em que se encontravam os alliados.

E dizemos — repouso relativo, pois quasi diariamente houveram de sustentar tiroteios e ataques parciaes, como o de Jatahy Corá (11 de Julho), e bombardeios. Nem outra attitude poderiam assumir, diante das circumstancias da occasião.

Primeiro que tudo, não deviam os exercitos alliados internar-se ás cegas e precipitadamente em um paiz desconhecido e que tantas difficuldades naturaes offerecia, como os bosques cerrados, lagoas, banhados e paúes do sudoeste do Paraguay. Era preciso, sob pena de se exporem a desastres irremediaveis, ir, para assim dizer, tacteando o terreno, antes de adiantar um passo. Depois, carecia o exercito de

---

(2) As perdas deste dia foram insignificantes de parte a parte: 28 homens para os alliados e 41 para os paraguayos.

(3) O general Resquin avaliou a perda dos paraguayos em 12.000 homens; Tompson em 13.000. No campo contaram-se mais de 5.000 cadaveres inimigos. "*La batalla de 24 de mayo fué de las mas sangrentas de toda la guerra*, escreveu Silvano Godoy, *e su resultado un completo desastre. Cinco horas consecutivas de furiosa e desigual pelea casi exterminaron el ejército de Lopez, que tuvo 5.000 muertos e 7.000 heridos, mientras las perdidas de los aliados llegaron apenas a la mitad.*" Os alliados tiveram 978 mortos e 2.935 feridos, sendo brasileiros mortos 719, feridos 2.292; argentinos mortos 126, feridos 480; orientaes mortos 133, feridos 163. D'entre os brasileiros foi mortalmente ferido o general Antonio de Sampaio. Os generaes Osorio e Guilherme de Souza tiveram ferimentos leves. Morreram varios officiaes superiores distinctos, como o tenente-coronel Rocha Galvão, os majores Innocencio Cavalcanti, Seraphim de Paiva, Pereira Caldas e Rodrigo Baptista e ficaram feridos muitos outros, sendo desse numero os commandantes de corpos Dr. Pinheiro Guimarães e Peixoto Guimarães. Dos paraguayos sabe-se que foram feridos os commandantes Aguiar, Jimenez, Delgado, Jesus Martinez e Genaro Escoto, dos quaes morreram os dois ultimos. (*B. Rio Branco*, not. á pag. 35 e 36 do 2º vol. e 30 Apend. á Obr. cit.)

meios de mobilidade; a maior parte de cavallaria estava desmontada; e tanto que mui poucos corpos argentinos e brasileiros dessa arma entraram em acção no dia 24 de Maio. Cansada pela extensa e pesada marcha, desde Concordia até as margens do Paraná, quasi toda a cavallada morrera ou se inutilizara; a que se recebia para remonta logo definhava ou perecia, por effeito da mudança de clima ou da diversidade de alimentação. O estado sanitario dos exercitos alliados era tambem empecilho á actividade das operações: providos de todas as provincias, os corpos que o Imperio apressadamente organizara e remettera para o theatro da guerra, apenas ali chegados tinham de entregar-se a pesados trabalhos, que, sob uma temperatura tão differente daquella a que estavam habituados, e de si insalubre, eram causa de graves enfermidades, sendo consideravel o numero dos que diariamente adoeciam só no exercito brasileiro. Em 1º de Junho de 1866 os nossos hospitaes contavam 590 officiaes e 9.875 soldados.

D'outra parte, afim de evitar surpresas, como a de 2 de Maio, era mister fortificar os acampamentos do exercito, abrindo fossos, levantando trincheiras, estabelecendo baterias. Releva tambem ponderar que não podiam os chefes alliados aventurar nenhum movimento, antes de se assegurarem todas as probabilidades de successo, sem comprometter a causa commum, ameaçada, não só pelo inimigo tenaz, ousado e astuto, que tinham em frente, como pelos partidos a ella hostis em ambas as republicas, Argentina e Oriental, e pela intervenção impertinente de outras potencias americanas, das quaes algumas protestaram contra os intuitos da alliança e outras offereceram mediação para a cessação da luta, cujo exito, aliás, absolutamente as não interessava, nem directa, nem indirectamente. Um dia de revez, observou judiciosamente Schneider, sacrificaria todos os fructos dos esforços anteriores.

Poderiam os alliados ter evitado tantos tropeços, terminando mais rapidamente a guerra, se outro houvera sido o theatro escolhido para os suas principaes operações. (4)

---

(4) No tratado da Triplíce Alliança estipulou-se que as operações começariam no territorio da Republica Argentina, ou na parte do territorio paraguayno, que é limitrophe com aquella (art. 3º), o que não impedia que o exercito principal invadissem o centro do paiz. Mitre, porém, nomeado commandante em chefe preferia, como era natural, libertar a provincia de Corrientes do inimigo que a occupava.

que não a parte sul do Paraguay, onde, além dos obstaculos naturaes que os aguardavam, não perfeitamente conhecidos, é certo, mas dos quaes existia vaga noticia, juntavam-se os das fortificações, como Itapirú, Passo da Patria e Humaytá, esta geralmente reputada inexpugnável.

Fôra propheta o finado conselheiro de estado marquez de São Vicente, annunciando com a maior antecedencia a lentidão da guerra e os sacrificios que custaria, adoptada a direcção que se preferiu. Antigo representante do Brasil no Paraguay, ahi tendo residido alguns annos e gosando da confiança do presidente Carlos Lopez, a quem efficaçmente auxiliara na organização dos diversos serviços administrativos do paiz, possuindo sobre este as noções mais exactas e completas, que um estrangeiro poderia adquirir, o illustrado estadista quiz, com verdadeiro patriotismo, evitar tamanho erro. Escreveu, com esse fim, e apresentou ao Governo imperial importante memoria, aconselhando que o mais sério ataque ao inimigo fosse levado pelo norte e não pelo sul, como se fez. Era seu voto que com o grosso das tropas brasileiras se organizasse um exercito na provincia do Paraná, da qual partiria para, depois de libertar o solo de Matto-Grosso, invadir o Paraguay pela fronteira do Apa, vindo feril-o no coração, isto é, na propria capital. Ao mesmo tempo, a esquadra brasileira e um corpo auxiliar de terra, cooperando com as forças argentinas e orientaes, expelliria o exercito paraguayo de Corrientes e ameaçaria o inimigo ao sul, destruindo as fortificações do rio e, desembarcando acima de Humaytá, tomaria como objectivo a mesma cidade de Assumpção. Com tal plano, visava o marquez de São Vicente duplo fim: o proprio exercito, á proporção que avançasse, adquirindo em marcha a instrução militar de que carecia, abriria uma estrada de facil comunicação para a remota provincia de Matto-Grosso, habilitando, assim, o Governo a soccorrel-a de futuro, se necessario fosse, mais efficaç e promptamente, do que pudera fazel-o em 1865.

A' idéa do eminente brasileiro oppunham-se, sem duvida, difficuldades praticas e os grandes perigos com que arcou a heroica expedição de Matto-Grosso, cuja narrativa tão primorosamente escreveu o illustre autor da *Retirada da Laguna*, o visconde de Taunay; mas esses inconvenientes não

seriam superiores aos que tiveram de vencer os alliados nos esteiros da Confluencia e Passo da Patria. E, demais, para levar a guerra ao centro do Paraguay, outros caminhos mais seguros já estavam indicados pela expedição argentina de 1811, capitaneada por Belgrano e por Estigarribia, na occasião, quando accommetteu o Rio Grande do Sul. Verdade é que aquella primeira campanha foi infeliz, vendo-se os invsores obrigados a capitular em Paraguay. Nenhuma paridade, porém, havia entre os meios de que dispunha o Brasil e os do general argentino, vencido por forças dez vezes superiores ás que commandava.

Se o mais numeroso exercito brasileiro por ahi penetrasse no territorio inimigo, não só encontraria mais facilidades, quer pela natureza do sólo, quer por sua maior população e recursos, e levaria a guerra a termo com menores sacrificios, senão tambem se tornaria menos ardua a missão das forças que operavam ao sul, obrigado como se veria o dictador, para fazer-lhes frente, a distrahir sua attenção e os preparativos que accumulara ás margens dos rios. Desse modo, poupar-se-iam tambem á columna, que marchou em auxilio de Matto Grosso, os extraordinarios soffrimentos por que ella passou, embora conquistasse para as armas imperiaes gloria immorredoura, muito mais altamente honrosa que a dos vencedores num campo de batalha, a da resignação, da constancia e da coragem, que se não entibiam nem diante da fome, das epidemias e dos elementos revoltados, nem das investidas do inimigo bem provido e bem armado.

Não se adaptar tal plano foi, talvez, grande erro, que mui caro custou, mas era tambem deliberação imposta por altas conveniencias de politica internacional, originadas da dependencia em que se via o Brasil dos portos platinos, para segurança de seus depositos, dos hospitaes e fornecimentos, de que não podia prescindir a esquadra, factor indispensavel para a lucta, onde quer que ella se travasse. Não invadissemos o Paraguay, conjunctamente com Argentinos e Orientaes, — cooperação só praticavel na região em que se effectuou, — e grandes embaraços se nos deparariam no Rio da Prata. Bem claramente os deixavam prever o estado dos espiritos nas duas republicas, as hostilidades que se moviam os respectivos partidos politicos, a contenda que tivemos com o Governo uruguayo e a attitude que assumiram outras potencias. Dos males preferiu-se o que pareceu menor.



Duas vezes procurou o Governo imperial attenuar-o. A primeira quando, depois da rendição de Uruguayana, organizou o segundo corpo de exercito, confiando-o ao barão (depois conde) de Porto Alegre, para cobrir as fronteiras do Rio Grande e Corrientes, e, conforme as circumstancias, ameaçar Itapua e invadir por esse lado o Paraguay, corpo de exercito, que, já em Janeiro de 1866, contava 13.000 homens. Elevado a maior numero, o que não seria difficil, teria de atravessar apenas 50 legoas até Villa Rica e 60 até Assumpção, quasi metade do caminho que os alliados percorreram da Concordia ao Paraná. A segunda, ao formar o general Osorio, no anno de 1867, o terceiro exercito.

O curso dos acontecimentos, porém, exigiu que, tanto este como o exercito de Porto Alegre, se fossem reunir aos que combatiam em Tuyuty, ficando apenas o general Portinho de observação em Itapua, com pequena força, insufficiente para praticar acção de guerra importante e que só em 1869, reforçada, empreendeu a marcha pelo interior do Paraguay.

Outro erro, que tambem influiu para que a guerra se protahisse, veio de não terem os chefes alliados explorado convenientemente, desde o principio, o territorio do Chaco, á margem direita do Paraguay, para conhecerem as vantagens que delle se poderiam tirar, com o fim de flanquearem as posições occupadas pelos inimigos, ou cortarem suas communicações com a capital e o norte do paiz. Mais tarde, como adiante diremos, o fizeram com immenso proveito o vice-almirante Joaquim José Ignacio e o marquez de Caxias.

Reatemos a narrativa: nenhum merecimento ha em assinalar erros e defeitos de obra concluida, o que, aliás, só poderá fazer com inteira justiça quem estiver perfeitamente a par do meio em que agiram e das demais condições em que se encontraram os protagonistas dos factos incriminados. Para enunciar juizo seguro a respeito, não dispomos de todos os elementos indispensaveis. A guerra do Paraguay, observamol-o já, forma um periodo que honra á nação brasileira; de extraordinario, e até assombroso, qualifica Schneider, o que ella então praticou. A esse tempo obedeciam todos aos estimulos do patriotismo. Os directores da campanha a encaminharam como lhes pareceu mais util á nobre causa que defendiam.

Pelos motivos expostos de que só os chefes e governos alliados tinham sciencia e não convinha divulgar (5), abstiveram-se aquelles de operações activas, após a cruenta batalha de 24 de Maio, salvos os incidentes que deixamos notados, até o mez de Julho, em que, começando os paraguayos a construir trincheiras no sitio denominado Boqueron, para o fim de dominar o acampamento de Tuyuty e tornar insustentavel a posição, resolveram os generaes em chefe desalojar-os, o que conseguiram a 16 desse mez, ao cabo de prolongado e sangrento combate (6). Na vespera assumira o commando do exercito brasileiro o general Polydoro Jordão (depois visconde de Santa Thereza), em substituição do general Ozorio, que, enfermo, se retirara para o Brasil.

Como se suspeitasse de preparativos do inimigo, durante a noite de 17, para retomar as trincheiras conquistadas na vespera, realizaram os alliados, pela manhã de 18, um reconhecimento á viva força sobre uma segunda linha de trincheiras, as de Sauce, reconhecimento que tomou proporções de porfiada batalha, na qual successivamente se empenharam tropas frescas e numerosas de ambos os contendores.

Não conseguiram os alliados apoderar-se destas novas fortificações, mas preveniram o ataque já preparado contra si, e com os prejuizos que causaram ao inimigo o escarmentaram de modo a reduzi-lo a simples defensiva por longo tempo, ao passo que se firmavam elles e se entreincheiravam nas que haviam conquistado, em o dia 16.

Entretanto, a esquadra, na impossibilidade de entrar nestes recontros, ia attendendo aos importantes serviços que, no momento, podia prestar, já transferindo da margem correntina para a paraguaya o resto das forças, que não cou-

(5) Falta de meios de mobilidade; pessimo estado sanitario dos exercitos alliados, desconhecimento do paiz, etc.

(6) Neste combate e no do dia 18 tiveram os alliados perdas sensiveis; mortos e feridos e extraviados 261 officiaes e 3.361 soldados brasileiros, argentinos, 59 officiaes e 690 pragas. A perda dos orientaes foi de 250 homens. Entre os mortos contavam-se officiaes distinctos, como, além de outros, os tenentes-coroneis Machado da Costa e José Martini, brasileiros; coronel Aguero, argentino, e coronel Pal-lejo, do exercito oriental. Os paraguayos tiveram 2.500 baixas, sendo um dos mortos o general Aquino.

bera em tempo transportar de 16 a 18 de Abril, assim como todo o pesado material de guerra e viveres, já explorando o theatro das futuras operações e procurando causar ao inimigo o maior damno.

As explorações chegaram, pelo lado do rio Paraguay, até Curuzú e Curupaity, e quanto ás vertentes e arroios que nelle desaguam até a lagôa Pires, descobrindo-se então que por ali podiam os navios abrir com o exercito communicações mais rapidas do que por Itapirú.

Do reconhecimento da lagôa (7 de Maio), foram incumbidos os primeiros tenentes Hoonholtz e Silveira da Motta, em lanchas armadas, e do rio, primeiro o capitão de mar e guerra Rodrigues e depois toda a esquadra, arvorando o vice-almirante seu pavilhão na *Magé*, que encalhou no banco do Palmar, abaixo de Curupaity.

A contar de Junho até meado de Julho, começaram os paraguayos a empregar contra a esquadra novos engenhos, que obrigavam a uma vigilancia continua, sobretudo durante a noite: — os torpedos e brulotes, contendo alguns daquelles mais de 1.000 libras de polvora e consistindo estes em jangadas unidas por grossos arames de cobre, cheias de lenha e estôpa, embebidas de materias inflammaveis.

Muitos explodiram; outros foram apanhados, ou desviados pelos escaleres de ronda, não tendo causado outro mal além da morte do 1º tenente Antonio Maria Couto e de sete praças da guarnição do escaler, que elle commandava.

O joven official, de vigia, na frente da esquadra, em a madrugada de 13 de Julho lobrigou á flor d'agua um torpedo, que descia. Aproximando-se rapidamente para afastal-o da direcção dos navios da vanguarda, o abalroou, produzindo a explosão a que succumbiu com toda a sua gente. (7)

A obrigada inacção dos exercitos não facultava á esquadra ensejo de agir mais efficazmente contra o inimigo, embora por essa época recebesse ella o reforço dos encouçados *Rio de Janeiro* e *Lima Barros* e das torpedeiras *Pedro Affonso* e *Forte de Coimbra*.

---

(7) Officio do vice-almirante ao ministro da marinha, datado de 23 de Julho.

Ponderámos anteriormente que, conforme o tratado da Tripilce Alliança, as forças marítimas deviam permanecer sob o exclusivo commando do chefe da esquadra brasileira, sem sujeição ao dos exercitos alliados, posto devesse auxiliá-lo. Podia, portanto, o vice-almirante visconde de Tamandaré emprehender (art. 3º), qualquer commettimento que julgasse util á mesma alliança, sob sua unica inspiração, motivo pelo qual, na imprensa do Prata, se extranhou que não tivesse logo depois da invasão do Paraguay destruido as fortificações de Curuzú e Curupaity, forçando as de Humaitá.

Não escapava, porém, á proficiencia do valente marreiro, que inutil seria atacar aquellas duas fortalezas (baterias de terra e barro solto, de prompta reparação), sem poder occupal-as e nellas manter-se, para o que não dispunha de tropa de desembarque sufficiente, visto não passarem de 900 praças as que para esse fim tinha a bordo. Quanto ao forçamento de Humaytá, mais que temeridade haveria em tental-o, antes que o exercito se apoderasse de alguma posição, rio acima, onde os navios se abastecessem de viveres, combustivel e munições de guerra.

Para habilitar-se a combater com energia correspondente aos seus patrioticos desejos, e porque o exercito acampado em Tuyuty não podia fornecer-lhe novos contingentes, propoz o vice-almirante, ao barão de Porto Alegre, que deixasse as immediações de Itapua e viesse operar, conjunctamente com a esquadra, no rio Paraguay, idéa que conseguiu fazer vingar na junta de guerra, realizada a 25 do dito mez.

Ao encontro do general Porto Alegre expedira o vice-almirante, em 5. de Junho, a divisão do capitão de mar e guerra Torres e Alvim, que navegou lentamente, porque, não dispondo de um só pratico, precisava ir sondando e reconhecendo o rio, apesar das incessantes hostilidades dos paraguayos. A 11 fundeou junto á ilha do Apipé e dahi poz-se em communicação com o barão de Porto Alegre, commandante do segundo corpo de exercito.

Em duas expedições, transportou-o a flotilha, desembarcando as tropas da primeira em Itapirú, no dia 10 de Julho, e as da segunda a 29. Uma parte do segundo corpo marchou por terra até Corrales, encorporando-se ás demais



em meados de Agosto. Eram 11.000 novos combatentes, que, na conformidade das determinações do Governo imperial, poderiam operar, reunidos aos exercitos alliados, sujeitando-se ao commando do chefe destes, ou, separadamente, em concerto com a esquadra.

Em Itambé o barão postara o general Portinho, com 2.650 homens de observação ás forças inimigas, existentes em Itapua.



## XIX

*O barão de Porto Alegre, á frente do 2º corpo de exercito, desembarca em Curuzú. Ataque e tomada desta fortaleza. O encouraçado Rio de Janeiro é submergido. Resolve-se o assalto de Curupaity.*

Concentrado no Passo da Patria o exercito ao mando do general barão de Porto Alegre, resolveu-se em junta de guerra dos generaes em chefe e do vice-almirante, que elle iniciasse operações contra as fortalezas de Curuzú e Curupaity, obras avançadas do principal baluarte de Lopez — Humaitá.

O movimento, que devia apoiar-se na esquadra, seria auxiliado por outro dos exercitos alliados em Tuyuty, ameaçando as linhas da frente e esquerda paraguayas, para distrahir a attenção do inimigo e reconhecer-se o terreno.

A fortaleza de Curuzú, consistente em trincheiras corridas da margem do rio á lagôa Mendez, guarnecidas por 2.500 homens de infantaria e 13 bocas de fogo de grosso calibre, poderosamente favoreciam as condições topographicas de sua situação. Elevada 30 pés acima do rio e 20 do sólo, era accessivel do lado de terra, na frente, através de extenso cannavial, por duas picadas escassas, enfiadas pelos canhões das baterias; e, no flanco esquerdo, transpondo-se a lagôa. Desembocavam as picadas num descampado, a pequena distancia do fosso de circumvallação, com 12 palmos de largura e nove de profundidade.

Para tomarem este ponto, que proporcionaria aos alliados importante posição contra a direita das linhas paraguayas e communicações seguras entre a esquadra, o segundo corpo do exercito e os acampados em Tuyuty, puzeram-se de accôrdo o vice-almirante e o general Porto Alegre.

Sobre elle avançou o visconde de Tamandaré com os navios, no dia primeiro de Setembro de 1866, depois de ter mandado explorar, de madrugada, os obstaculos que offereceria o rio. A exploração executada pelo 1º tenente Stepple da Silva e o pratico Fernando Etchbarne, no pequeno vapor *Voluntario da Patria*, protegido pela *Belmonte*, denunciou estarem as aguas inçadas de torpedos e existir uma estacada de navios a pique, em face da cortina.

Reconheceu-se ser possível chegar até a estacada pelo canal da margem do Chaco.

A's 7 ½ horas da manhã, desfraldando o vice-almirante sua insigna no *Magé*, movia-se este navio, seguido dos encouraçados *Lima Barros*, *Bahia*, *Rio de Janeiro*, *Brazil Barroso* e *Tamandaré*, e das canhoneiras *Beberibe*, *Ypiranga*, *Belmonte*, *Paranhyba*, *Iguatemy*, *Mearim*, *Araguary*, *Greenalg*, e *Chuy*. Nestes navios embarcaram 700 a 800 homens de infantaria dos batalhões 12º e 16º de voluntarios, dos Zuavos da Bahia e outros corpos. Uma divisão sob as ordens do capitão de mar e guerra Torres e Alvim, composta do *Maracanã*, do *Ivahy Henrique Martins* e *Araguary*, destinava-se a auxiliar o exercito, que desde o alvorecer começou a tomar os transportes, na foz do Paraguay, assim distribuido:

No vapor *Charrua*, o commando em chefe, repartição dos deputados do ajudante e quartel-mestre-general, chefe da commissão de engenheiros, piquete de cavallaria do general; no *Presidente*, a commissão de engenheiros e a brigada ligeira; no *General Flores*, o commando geral de artilharia a cavallo, corpo provisório de engenheiros; no *Diligente*, a artilharia montada; no *Isabel*, o commando da 1ª divisão e a 1ª brigada de infantaria; no *Leopoldina*, a 2ª brigada; no *Riachuelo*, a 3ª; no *Marcilio Dias*, a 4ª e 5ª, e os caçadores a cavallo; no *Galgo*, o commando da 2ª divisão e 8º brigada; no *Pedro II*, a repartição de saude; no *Dezeseis de Abril* e tres chatas, a cavallhada. O vapor *Onze de Junho* servia de hospital de sangue. Total, 8.385 officiaes e praças. (1)

---

(1) Parte official do chefe da commissão de engenheiros, major Rufino Galvão, datado de 1º de Setembro.

Uma das brigadas do 2º corpo, 900 praças, fôra reunir-se ao primeiro corpo de exercito em Tuyuty.

A's 11 horas da manhã ancoraram os navios de madeira entre a ilha do Palmar e o Chaco e desembarcados ali os batalhões de voluntarios, afim de impedirem o lançamento de torpedos e brulotes dessa margem e chamar para ella as vistas do inimigo, tiveram os encouraçados ordem de fundear nos pontos previamente designados e de bombardear Curuzú, o que iniciou o *Lima Barros*, entrando successivamente, após elle, os demais navios em acção. Simultaneamente, a força desembarcada no Chaco hostilizava com fuzilaria a guarnição das trincheiras.

Respondeu o inimigo, a principio vivamente, jogando com artilharia de 68 e 32, pontarias certas; mas, horas mais tarde, desmontada por bala de bordo a sua peça de maior calibre, moderou o fogo, até que o cessou ao pôr do sol. Os disparos da esquadra, obrigada a atirar por elevação, interceptando-lhe cerrado matto a vista da fortaleza, poucos estragos causaram em consequencia da natureza das construcções — monticulos de barro solto, em que os projectis embaçavam, sendo os desmoronamentos facilmente reparaveis. Todos os encouraçados soffreram avarias, principalmente o *Rio de Janeiro*. Duas balas atravessaram-lhe a couraça, proximo á prôa; outra, percutindo uma peça de 68, inutilizou-a, e desfez-se em estilhaços, que, penetrando na casamata, causaram ferimentos mortaes ao 1º tenente Napoleão Jansen Muller e mataram uma praça, ferindo mais quatro, das quaes duas gravemente.

Era o presagio de maior desastre !

Suspendeu a esquadra o bombardeio ao ayizinhar-se a noite, durante a qual mandou o vice-almirante proceder a novos exames e sondagens junto á estacada. Verificaram o guarda-marinha Paula Mascarenhas, os praticos Etchbarne e Bernardino Gustavino e o engenheiro Tombs, que, tendo descambiado os navios a pique, com a força da correnteza, deixavam fundo e largura bastante para a passagem. (2) Entretanto, os transportes que conduzião o exercito se haviam aproximado da lagôa Pires, onde deveria fazer-se o desembarque fóra das vistas do inimigo.

Ao amanhecer o dia 2, levantaram ferros o *Lima Barros*, *Brasil*, *Bahia* e *Barroso*, e, penetrando no canal descoberto, avançaram, sob o fogo de Curuzú, até Curupaity, de-

---

(2) Officio dirigido pelo vice-almirante ao Ministro da Marinha em 6 de Setembro de 1866.



fendida também por outra estacada de grossas vigas, precedida de torpedos e atacaram a fortaleza, que resistiu energicamente, despejando bombas e balas raiadas.

Emquanto isto succedia, o *Rio de Janeiro* reparava as avarias; o *Tamandaré*, conjuntamente com as bombardeiras *Pedro Affonso* e *Forte de Coimbra*, tres chatas, e os navios de madeira, metralhava a matta fronteira á ilha do Palmar, varrendo-a de inimigos para facilitar o desembarque do exercito, que começou ás 9 horas e 20 minutos da manhã, atracando os transportes á barraanca. Como Osorio, no Passo da Patria, o primeiro que pisou em terra foi o commandante em chefe, barão de Porto Alegre, com o seu estado-maior e fraca escolta. Marcharam as avançadas pelas picadas, tiroteando com os paraguayos, emboscados entre as arvores, e, em seguida, o grosso das tropas, que, ao anoitecer, fez alto, deante do incendio que ateara o inimigo, ao retirar-se para a fortificação.

Effectuava-se o desembarque, quando occorreu no rio terrivel catastrophe.

Concluido o concerto, seriam 2 horas da tarde, zarpou o *Rio de Janeiro*, para ir reunir-se aos encouraçados, que batiam Curupaity. Ao approximar-se da estacada, recebe na popa a explosão de um torpedo e, logo depois, a de outro á prôa. No primeiro momento, não se pôde comprehender nos demais navios o que succedera; ouviram-se as explosões, porém mal se descortinava o vulto da embarcação envolto em denso fumo, que lentamente subia. Dissipada a nuvem, viu-se então que o *Rio de Janeiro* adornava do lado do portolô, em que se mostrava sereno e erecto o bravo commandante, 1º tenente Americo Brasil Silvado. Breve desappareceu o navio nas aguas, que se fecharam sobre tão esperançoso official, o 2º tenente Joaquim Alves Coelho da Silva, o guarda-marinha Raymundo Antonio da Silva, o escrivão Aristides Armenio de Azevedo Albuquerque e mais 47 praças, inclusive todos os machinistas.

Salvaram-se o immediato, 1º tenente Custodio José de Mello, o cirurgião Dr. Tristão Henrique da Costa, o commissario Domingos de Souza Pereira Botafogo, o pratico Gaspar Caquias, o carpinteiro Manoel Domingues e mais 56 homens da guarnição.

Completa seria a perda de vidas, como foi a do navio, se a lancha do *Brasil*, dirigida pelo guarda-marinha Antonio Quintiliano de Castro e Silva, a canhoneira *Ivahy*, commandada pelo capitão-tenente Guilherme José Pereira dos Santos

e escaleres do *Tamandaré*, ás ordens do piloto José Bernardino de Araujo, não viessem corajosamente prestar auxilio, recebendo a metralha que a selvageria paraguaya arremessava contra os infelizes naufragantes. Neste serviço a *Ivahy* teve quatro homens fóra de combate e uma caldeira atravessada por bala.

Tentou-se a ardua empreza de retirar o *Rio de Janeiro* do fundo, mas o peso enorme do casco, o local em que ficou jazendo, immerso logo na areia, e outras circumstancias para as quaes concorria o estado de guerra, fizeram dissuadir do proposito (3).

A's 6 horas da manhã de 3 de Setembro rompeu o inimigo nutrido fogo contra o exercito, retribuido com igual actividade por uma bateria levantada á noite, e pela esquadra. A's 7 horas, o barão de Porto Alegre fez para esta o signal convencionado de que ia ordenar o assalto. Emmudecidos os canhões de bordo, soou o toque de avançar e, cêrca de uma hora depois, hastêou-se triumphantemente a bandeira brasileira nas trincheiras, ao tempo em que tremenda explosão se dava em uma das baterias do forte, causando terrivel morticínio entre os paraguayos e succumbindo tambem muitos dos assaltantes.

"Tendo chegado a nossa linha, escreveu Porto Alegre, á parallela da bateria, mandei cessar os fogos de artilharia e dar o signal de avançar, signal que foi recebido pela tropa com enthusiasmo inexcêdível, ao som do hymno nacional e de vivas á S. M. o Imperador, á nação brasileira e aos exercitos alliados.

Avançaram os nossos bravos sobre o inimigo, que, coberto por trincheiras bem construidas, nos arremessava milhares de projectis de artilharia e infantaria.

Pequeno era o espaço que nos separava dos paraguayos; galgal-o, saltar o fôssso, uns sobre os outros, escalar as trincheiras, combater peito a peito e vencer, foi obra de poucos momentos" (4).

Tomada a fortaleza, o general Fontes, que levava o assalto á esquerda e centro do inimigo, o perseguiu até curta dis-

---

(3) Relatorio da Marinha, de 1867, pag. 20; cit. officio do vice-almirante, de 6 de Setembro. Ordem do dia do mesmo, n. 7, de 12 desse mez.

(4) Officio do barão de Porto Alegre, ao Ministerio da Guerra, datado de 14 de Setembro de 1866.

tancia de Curupaity, e quiz atacar tambem esta fortaleza, para o que pediu reforços, que lhe foram recusados, ordenando-lhe o general em chefe que se retirasse.

Perderam os paraguayos o forte com seus 13 canhões, armamento, munições, caixas de guerra e bandeiras, tiveram 800 mortos e 1.800 feridos, deixando 32 prisioneiros. A perda dos brasileiros foi de 11 officiaes e 148 inferiores e soldados mortos, feridos 52 officiaes e 577 praças; ao todo 788 homens fóra de combate.

O movimento combinado dos exercitos de Tuiuty, de que fallamos em principio deste capitulo, teve logar apenas em parte. O general Polydoro mandou reconhecer na manhã de 3, á viva força, as posições fronteiras ao acampamento em dous pontos, sendo postos em fuga piquetes e avançadas do inimigo. A demonstração sobre a extrema esquerda, porém, só se realizou, e sem grandes resultados, no dia 4, por uma forte columna de cavallaria, sob as ordens do general Flores.

Nesse mesmo dia os encouraçados da vanguarda, as bombardeiras, e as chatas a que se reuniram as canhoneiras *Belmonte*, *Purnahyba* e *Greenhalgh*, continuaram o bombardeio sobre Curupaity. Na *Bahia*, que recebeu 38 balas e avarias serias, ficaram contusos o 1º tenente José Bernardino de Queiroz e quatro imperiaes marinheiros. O *Lima Barros*, tocado por quatro projectis, teve morto o 3º machinista José Antonio de Oliveira e ferido um mestre de marinheiros. (5)

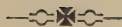
A recusa do barão de Porto Alegre de assaltar Curupaity, depois da victoria de Curuzú, foi resolução de experimentado cabo de guerra. Reduzida a infantaria pelas baixas que soffrera no combate e verificando elle pela inspecção pessoal, ser a empresa mais difficil do que geralmente se julgava,

---

(5) Nesses feitos de guerra se distinguiram e foram elogiados, em ordem do dia do vice-almirante: os capitães de mar e guerra Guilherme dos Santos, Costa Fernandes, Vital d'Oliveira (Octaviano), gata Affonso Lima, Rodrigues da Costa e Faria; os primeiros teinentes Guilherme dos Santos, Costa Fernandes, Vital d'Oliveira (Octavio). Palmeira, Severino Nunes, Moura Cirne, Speridião, Mancebo, Pinto da Luz, Bernardino de Queiroz, Roullin, Salgado, Firmino Chaves, Pompeu, Tamborim, Silveira da Motta, Cunha Couto, Gomes de Faria, Candido dos Reis, Carneiro da Rocha e Soares Pinto; os segundos tenentes Ferraz e Castro e Maurity; os guardas marinha Castro Silva, Paula Mascarenhas e Alves Barbosa; o chefe de saude Dr. Carlos Frederico; o capitão Rice, commandante de uma chata; o piloto Fontes, os praticos Etchbarne, Gustavino e Repeto, o guardião Cyro Simões; o 2º sargento de imperiaes marinheiros Pacheco de Miranda e o cabo de marinheiros Edward Levag.

compreendeu que, embora bem succedido, não poderia sustentar-se naquelle ponto, contra um ataque vigoroso do inimigo, o qual, tendo á pequena distancia suas reservas, estava no caso de, sem desfalcar mesmo as linhas principaes, assumir a offensiva, em numero muito superior a todo o segundo corpo, para reconquistar a posição perdida. A menos que pretendesse a gloria vã de se apoderar de mais uma fortaleza para abandonal-a immediatamente, o ataque a Curupaity só devia ser intentado por forças mais numerosas do que as do bravo general.

E' provavel que no dia 3 se apoderasse daquella segunda fortificação, se, vencido Curuzú, logo avançasse: a impetuosa galhardia que manifestaram todos os batalhões na jornada, o enthusiasmo da victoria e o desanimo que ella incutiu nos paraguayos, prenunciavam novo triumpho. Nenhum general prudente, porém, o tentaria, sob pena de, pelo menos, recuar, desmoralizando-se a tropa. Com esta opinião conformaram-se os demais chefes alliados, dous dos quaes, Mitre e Polydoro, vieram ao acampamento de Curuzú estudar o terreno e combinar as operações ulteriores. Das resoluções adoptadas resultou o plano de novo ataque no dia 17 de Setembro, reforçando-se, para esse fim, o segundo corpo de exercito com um contingente brasileiro do primeiro e infantaria argentina, e assumindo o general Mitre o commando em chefe.







## XX

*Entrevista de Mitre e Lopez em Yataity Corá. — Assume aquelle general o commando das forças reunidas em Curuzú e dirige o assalto contra Curupaity. — O encouraçado Brasil rompe a estacada que fechava o rio e toda a esquadra bombardeia a fortaleza e acampamento inimigos. — Mallogro do assalto. — Desintelligencias entre os generaes. — Nomeações do marquez de Caxias para commandante em chefe de todas as forças brasileiras e do vice-almirante Joaquim José Ignacio para commandar a esquadra.*

Prevendo a imminencia de uma ataque contra Curupaity, aproveitou-se Lopez dos dias que inactivamente deixavam correr os alliados, para transformar as primitivas trincheiras daquella posição em formidavel praça de guerra. E como receiasse não poder concluir em tempo as obras, que mandara encetar, concebeu o ardil de solicitar uma entrevista com o general Mitre, enviando para esse fim parlamentar ao acampamento Tuyuty. Teve logar o encontro em Iataity Corá, sitio a meio das duas linhas belligerantes.

Alli chegando na manhã de 12 de Setembro, mostrou o dictador desejos de que fossem tambem presentes os generaes Polydoro e Flôres. Convidando o primeiro não annulo: Flôres accedeu, mas pouco se demorou, retirando-se depois de repellar energicamente as censuras que Lopez não duvidou dirigir-lhe por se haver alliado ao Brasil, paiz monarchico, para invadir o territorio da propria patria e fazer a guerra á republica do Paraguay.

Em longa conferencia com o general em chefe, o astuto inimigo manifestou-se inclinado a pôr termo á luta que tanto sangue fizera já derramar, ou pelo menos a celebrar a paz com a Confederação argentina, rompendo-se assim a

triplice alliança. Ao ouvir a formal declaração de que os aliados não largariam as armas, antes de o verem deposto do governo da infeliz nação e abandonar o paiz, protestou resistir a todo transe, dizendo com firmeza: *"eso me lo inpondran sobre mi ultima trichera en los confines del Paraguay!"* (1)

Nas propostas de Lopez não havia sinceridade, senão estratagemas para protrahir as operações que porventura intentassem os aliados.

Dos perfidos sentimentos que animavam o despota prova irrecusavel é o facto de se ter prevalecido da tregoa, para capturar alguns officiaes argentinos e paraguayos. que serviam como voluntarios nas fileiras da Confederação. Por mera curiosidade alguns, outros no interesse de obterem noticias da familia ou dos amigos, aproveitando a suspensão de hostilidades, approximaram-se do sequito de Lopez e conversavam tranquillamente quando subito os colheu força adrede occulta nas immedições. (2)

Affirma-se que o general Mitre prevenira Lopez estar positivamente resolvido o assalto a Curupaity, facto inverossimil, ao qual não damos credito. O certo é, porém, que desde a madrugada de 13 a construcção de novas fortificações em Curupaity proseguiu com extraordinario vigor, occupando-se nellas 5.000 homens, que se revejavam de 8 em 8 horas, dia e noite, sob a direcção do general Diaz. (3)

(1) Silvano Godoy, *obr. cit.*

(2) A má fé de Lopez ainda se patêntea neste outro facto, narrado por escriptor paraguayo: — 1.000 soldados, escolhidos entre os corpos do exercito e municiados com 100 tiros cada um, tinham sido postados á meia noite de 11 para 12 de Setembro em ponto conveniente, proximo ao logar da entrevista, com ordem de *agirem*, dado e certo signal. Este 1.000 homens, observa Godoy, eram capazes de realizar verdadeiros milagres, impacientes e anciosos como se achavam por obedecerem ao *signal* e fazerem-se pedaços em presença de Lopez, que assim teve, por espaço de 5 horas, que tanta durou a entrevista, completamente á sua mercê a pessoa do general Mitre. Foi um destacamento desta emboscada que prendeu os officiaes a que se allude no texto, e se o general Mitre não cahiu tambem victima da mesma traição, o devem naturalmente á circumstancia, casual ou não, de que nas immedições do sitio da conferencia é enquanto ella durou, fazia exercicio um batalhão argentino, commandado pelo então major e depois general Lucio Mansilla, o que não escapou a Lopez, o qual pediu lhe apresentado aquelle official. "Pensou Lopez — é ainda Silvano Godoy quem o diz — *en su foro interno que el caudillo porteno tambien se habia tomado sus precauciones, bajo esa forma indirecta.*" (*Obr. cit.*)..

(3) O mesmo escriptor.

As baterias foram ampliadas e armadas com toda a proficiencia da arte militar. (4) Consistia a primeira linha de defeza em largo fôssô de 10 palmos de profundidade sobre 12 de largura, junto a uma trincheira de 1.800 metros de extensão. A segunda linha, em plano mais alto, formava-se de uma cortina estendida entre o rio Paraguay e a lagôa Mendez, e flanqueada de dous baluartes. Precedia-a outro fosso, mais largo que o da primeira e a este fosso extenso banhado, coberto de abatizes. Esta trincheira fazia angulo com a bateria do rio, inabordavel por esse lado, atenta a elevação da barranca a prumo sobre as aguas. Contavam a bateria do rio 32 peças de artilharia e 58 as de terra, todas de grosso calibre e assestadas de modo a cruzarem fogos sobre a explanada, enfiando as veredas que a ella conduziã. A guarnição commandada pelo referido general Diaz, o mais bravo e ousado do exercito paraguay, era de 8.000 homens, que de momento podiam ser socorridos por 10 a 12.000 das reservas ou do acampamento de Rojas, sem que este se enfraquecesse (5)

Havia o barão de Porto-Alegre reclamado, para apoiar-se destas fortificações e nellas manter-se, o reforço de 4.000 homens, que no dia do ataque se realizasse um movimento com grande massa de cavallaria pela extrema direita dos alliados, conservando-se a columna no ponto a que chegasse, ou indo reunir-se ao 2º corpo de exercito, fazendo-se ao mesmo tempo uma demonstração em toda linha de Tuyuty. Operação identica, porém mais energica, á que exigiu quando acimmetteu Curuzú.

O plano assentado entre os generaes alliados foi: 1º causar a esquadra todo o mal possível aos paraguayos antes de assaltar Curupaity o exercito de Porto-Alegre, reforçado com 10 a 12.000 homens, assumindo o commando o general Mitre; 2º executar Flores a marcha lembrada por Porto-Alegre, não só pela extrema esquerda do inimigo, como á retaguarda, para dominar a campanha e bater á cavallaria paraguay, se pudesse encontral-a; 3º manter o

---

(4) Os planos das novas fortificações foram feitos não pelo major Thompson, inglez, como este pretende, mas pelo coronel Wisner, húngaro. (*Jourdan*, Guerra do Paraguay.)

(5) Todas as obras ficaram terminadas a 1 hora da tarde de 21 de Setembro, o que Diaz participou a Lopez, dizendo-lhe que "*— si el ejercito aliado todo le trajera el ataque, el ejercito entero quedaria al pié de las trincheras!*" (Silvan Godoy, obr. cit.)



general Polydoro a defensiva em Tuyuty, e, se as circumstancias o exigissem, e o mesmo general fosse prevenido, contribuir, investindo contra o inimigo, na direita ou frente, para o bom exito da acção. Na impossibilidade de rapidamente se communicarem as diversas forças que executariam taes manobras, o vice-Almirante combinou com Polydoro os signaes, que a esquadra faria ao patacho *Iguassú*, postado na Lagoa Pires, e que o patacho transmittiria ao observatorio do exercito alliado, levantado em um potrero proximo. (6)

Transferiu-se o general Mitre para o acampamento de Curuzú em 13 de Setembro, levando 8.000 a 9.000 praças de infantaria e artilharia e tomou o commando de todas as forças alli reunidas, que assim ascenderam a mais de 16.000 homens. O assalto devia ser dado a 17, mas nesse dia desabou grande temporal, seguindo-se chuva torrencial que durou até 20, impossibilitando a marcha pela inundação do terreno a percorrer-se. Só a 22 poudo ser levado a effeito.

Eram 7 horas da manhã, quando ordenou o vice-almirante que os couraçados *Bahia* e *Lima Barros*, tomando a vanguarda da esquadra, se avisinhassem da fortaleza e abrissem fogo contra a principal bateria, ao passo que os outros navios bombardeariam as trincheiras adjacentes. A este canhoneio, secundado pela artilharia do exercito e fuzilaria da tropa, novamente desembarcada no Chaco, qual se fizera em Curuzú, resistiu o inimigo com todo o vigor. A estacada que interceptava o rio, a disposição dos canaes navegaveis, o alto e basto arvoredor, que tambem, como naquelle outro ponto, não permittia avistar-se o alvo, a propria construcção da fortaleza constituíam outros tanto obstaculos a que tirasse a esquadra de suas boccas de fogo o effeito, que poderiam produzir. Para attingir a bateria se viam os navios na necessidade de collocar-se obliquamente a ella, lutando com a correnteza das aguas e procurando evitar os torpedos, que as coalhavam, fluctuantes uns, submersos muitissimos.

Os combates de Curuzú e Curupaity vieram demonstrar que, contra trincheiras assentadas sobre barrancas e cons-

---

(6) Eram estes os signaes: 1: A esquadra principia o ataque de Curupaity; 2º Curupaity calou suas baterias; 3º O exercito começou o ataque; 4º Curupaity é nosso; 5º Convem um ataque geral; 6º Nossas forças voltaram ás posições anteriores; 7º Seguem sobre Humaytá; 8º Alcançaram victoria; 9º O inimigo foge em debandada.

truidas de materias pouco resistentes, como barro ou terra, só aproveitam os projectis que choquem as peças ou offendam as guarnições. Quaesquer outros estragos promptamente se repararam. Apezar da energia do ataque, os prejuizos em Curupaity não foram sensiveis, limitando-se os maiores á duas peças de artilharia, desmontadas por tiros curvos dos vasos de guerra.

Ao meio dia, determinou o vice-almirante que o capitão de mar e guerra José Maria Rodrigues, com os encouraçados *Brazil*, *Tamandaré* e *Barroso*, investisse e arrebetasse a estacada, o que logo elle executou no primeiro desses navios, quebrando com a prôa algumas das fortes vigas, deslocando para os lados outras e deixando como balisas do canal, que assim abrira, presos ás farpas do lascado madeiramento, a chalupa e o terceiro escaler dos turcos de bombordo. Na esteira da potente e garbosa corveta passaram os dois encouraçados, que a seguiram, e ancorando todos, em 3 braças de fundo, a pequena distancia da bateria, trocam com ella repetidas descargas dos grossos canhões. Por mais proximo coube ainda ao *Brasil* a posição mais critica.

Alvo preferido pelo inimigo, o percutiram numerosas balas, que amolgaram a couraça, alluíram parte da casamata a estibordo, partiram a roda do leme, desmontaram duas peças e, fragmentando-se nas portinholas, penetraram no interior em tal quantidade de menores projectis — *que não houve pessoa ou cousa em que não locassem*, disse o chefe Rodrigues. Entretanto, *ninguem foi morto*, sendo apenas feridas 7 pessoas, accrescentou elle, com a unção religiosa de todo o valente marinheiro, *graças ao Ente Supremo que quiz poupar ao Brasil mais alguns de seus filhos, que com tanta dedicação defendem sua honra e dignidade.*" (17)

Avarias tiveram tambem o *Tamandaré*, e o *Barroso* commandados pelos primeiros tenentes Elisiario Barbosa e Salgado: quebraram-se ou se desconjuntaram as chapas dos revestimentos; saltaram cavilhas, despregando-se o forro de madeira. Serios estragos houve no *Lima Barros*, commandado pelo capitão de mar e guerra Affonso Lima, e que

---

(17) Parte official do chefe da 3ª divisão capitão de mar e guerra José Maria Rodrigues, datada de 23 de Setembro de 1866.

Ordem do dia do vice-almirante n. 8 de 15 de Novembro de 1866; officio do mesmo dirigido ao ministro da marinha em 24 do dito mez.

levava á bordo o chefe de divisão Elisiario dos Santos. Este navio veio collocar-se junto á estacada depois da passagem do *Brasil*: destruida a columna de ferro em que se apoiava a casamata do commandante e perfurado o tampo de madeira desta, os projectis que ahi entraram contundiram no braço e feriram no rosto aquelle chefe e gravemente ao guardião José Coelho de Britto.

A luta entre alguns navios da esquadra e a fortaleza prolongou-se até que os da vanguarda viram os nossos soldados prestes a galgarem a primeira trincheira. Cessou então o fogo e as guarnições levantaram estrepitosos vivas ao exercito, ao imperador e á nação. Dando exemplo de desprezo da morte, e dedicação ao cumprimento do dever, desde o inicio da acção, o visconde de Tamandaré ia, em fragil escaler, debaixo das balas que se cruzavam transmittir e fazer executar suas ordens de um navio a outro, despertando o maior enthusiasmo em seus subordinados, cujas aclamações se ouviram no estrondear da peleja. Era o mesmo intrepido marinheiro, apezar dos annos já decorridos, que nas costas da Inglaterra (17<sup>a</sup>), na Pará, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul, na barra do Rio de Janeiro, em Paysandú e Passo da Patria, tantas vezes honrara a bandeira brasileira.

Suspense o borbardeio da esquadra, o exercito que se dividira em 4 columnas de ataque, duas brasileiras á esquerda, lado do rio, e duas argentinas á direita, sendo destas uma de reserva, avançou sobre a primeira linha de trincheiras e forçou o inimigo a abandonal-a, o que elle fez, tendo logo no começo do combate retirado a artilharia, assestando-a na segunda linha. Occupadas as primeiras trincheiras, outros obstaculos ainda maiores se antepunham aos assaltantes: o fosso mais largo de que já fallamos, então alagado, extenso e profundo banhado e os abatizes, além de ininterrompidas descargas de fuzilaria e metralha. Tudo affrontavam os alliados a peito descoberto. Avançaram sempre; escorregavam na lama, estrepavam-se nos abatizes, chegava-lhes a agua até a cintura, eram precipitados no

---

(17<sup>a</sup>) O então capitão de fragata Joaquim Marques Lisboa, com perigo de vida e do vapor *Affonso*, que commandava, salvou a tripulação e passageiros do navio inglez *Ocean Monarch*, que em 1848 se incendiara em frente ao porto de Liverpool. Mais tarde e no mesmo navio salvou, fóra da barra do Rio de Janeiro, a nau portugueza *Vasco da Gama*, já desarvorada.

fosso, ceifados ás centenas, mas avançavam! Bem poucos conseguiram acerear-se da flammejante cortina, donde o salvo os fulminavam 12.000 inimigos, protegidos pelo formidável anteparo. Quarenta denodados brasileiros, apenas, conseguiram transpor-o e penetrar no recinto, apoderando-se de 4 canhões; todos succumbiram esmagados pela multidão de paraguayos, que sobre elles se arrojaram.

Sendo grande já a mortandade, reconhecendo a impossibilidade senão de ir por diante, pelo menos de repellar com os dizimados batalhões as investidas, que naturalmente fariam as reservas adversas para rehaver a fortaleza, caso conseguissem os alliados tomal-a, resolveu o general Mitre retirar as columnas argentinas, communicand-o ao visconde de Porto-Alegre e fazendo sentir a necessidade de seguir-lhe o exemplo. Annuiu o genral, mandando tocar a reunir e dirigindo-se aos pontos mais arriscados para obrigar seus soldados a recuarem. Obedeceram a contra-gosto, em ordem, corpos formados e bandeiras desfaldadas. (8)

O ataque de Curupaity foi grande insuccesso para a alliança, mas insuccesso glorioso, em que o soldado brasileiro mostrou uma vez mais, indomável bravura e arroja, não se mostrando inferiores os argentinos.

As perdas do exercito subiram a 4.093 officiaes e praças, sendo 2.082 argentinos e 2.011 brasileiros. As da esquadra não passaram de 1 imperial marinheiro morto, 4 officiaes e 16 praças feridos (9). O inimigo, que não ousou sahir das trincheiras e combateu sempre abrigado, teve 250 baixas.

(8) Officio do visconde de Portó Alegre o ministro da guerra datado de 23 de Setembro de 1866.

(9) Eis a relação exacta das perdas da esquadra: *Lima Barros*, feridos: capitão de mar e guerra Eliziario dos Santos, guardião José Coelho do Brito; *Bahia*, feridos — commissario Marciano dos Santos e 2 imperiaes marinheiros; *Barroso*, feridos — pratico Rolon, 2 foguistas e 1 imperial marinheiro; *Brasil*, feridos, 7 imperiaes marinheiros; *Tamandaré*, 1 imperial marinheiro morto e 4 feridos.

Os officiaes do corpo da armada e classes annexas elogiados na ordem do dia do vice-almirante, foram: chefe de divisão barão do Amazonas; capitães de mar e guerra Eliziario dos Santos e José Maria Rodrigues; capitães de fragata Affonso Lima, Faria, Rodrigues da Costa Delphim de Carvalho; capitães-tenentes Eliziario Barbosa, Mamedes Simões e Pedro Thomé; 1<sup>os</sup>. tenentes Salgado, Carneiro da Rocha Tamborim, Silveira da Motta, Stepple da Silva, Netto de Mendonça, Gomes de Faria, Candido Reis, Soares Pinto, Guilherme dos Santos, Foster Vidal, Alves Nogueira, Hoonholtz, Fernandes Pinheiro, F. J. de Freitas, Gonçalves, e os commandantes da *Belmonte* e do



O mallogro da operação e o crescido numero de mortos e feridos, porém, não constituíram para os alliados o peor dos males. Esse veio de desgostos e desintelligencias, existentes já, mas sopitados, que depois da jornada irromperam entre os generaes. Os revezes predispõem para recriminações e aggravam sempre as queixas e desconfianças reciprocas daquelles a quem affectam.

Como que se comprazem as victimas em attribuir-se mutuamente a responsabilidade do infortunio commum!

Nunca permittiram a altivez dos brios militares e o zelo patriotico do visconde de Tamandaré que levasse elle a bem ter cabido o commando em chefe dos exercitos alliados ao general Mitre, quando a Confederação Argentina contribuia para a guerra com elementos immensamente inferiores aos do Brasil; e nem lhe suavizavam a magua as razões de politica internacional, que determinaram a respectiva clausula do tratado da Triplice Alliança. Antigas rivalidades entre brasileiros e argentinos, originadas de passadas lutas, nalgumas das quaes tomou parte o valente marinheiro, a lentidão com que procedia o commandante em chefe, o vehemente desejo de ver dsaggravada a honra nacional, incutiram no vice-almirante a suspeita de que firme proposito era do general Mitre, não só procrastinar a luta, em detrimento do Imperio, sobre o qual recahia todo o peso della, senão ainda diminuir quanto possivel a gloria das rossas armas, encarecendo e exaltando a das argentinas. Taes apprehensões recrudesceram diante dos ultimos acontecimentos.

A relutancia que o general Mitre mostrara a respeito das operações conjuntas da esquadra e do 2º corpo de exercito, contra as fortificações do rio, accordadas entre o vice-almirante e o visconde de Porto-Alegre (10); a nenhuma confiança que manifestara no assalto a Curuzú e o facto de vir, depois do triumpho, tomar o commando superior do mesmo exercito, para intervir no proseguimento dessas operações, eram interpretadas pelo vice-almirante como plano de impedir que forças brasileiras, exclusivamente,

---

*Chuy*, cujos nomes não encontramos em nenhum documento, o chefe de saude, Dr. Carlos Frederico, os cirurgiões Dionysio, Carneiro da Rocha, Gabizo Caetano da Costa e Valladão; os praticos Etchbarne, Gustavino e Repeto; o capitão Rice commandante de uma chata.

(10) O general Porto-Alegre foi agraciado com o titulo de visconde recompensa do seu brilhante procedimento em Curuzú.

alcançassem nova e assignalada victoria. Demais disso, a primitiva resolução de Mitre, ao partir para Curuzú, de entregar o commando dos exercitos alliados em Tuyuty ao general Flores, cujas tropas em sua quasi totalidade se formavam de brasileiros, reduzido como se achava a um punhado de homens o contingente oriental, quando alli estava o general Polydoro, á frente de exercito numeroso, parecera ao vice-almirante e a Porto-Alegre menospreso e desar irrogados aos chefes brasileiros, contra o que immediatamente protestaram.

Deu-se pressa Mitre em acolher a reclamação, passando o commando a Polydoro, e reparando dessarte um erro, sem duvida involuntario. A nobreza de seu character e superior intelligencia, os proprios interesses argentinos, dependentes do exito da campanha, garantiam a lealdade de suas intenções, quaesquer que fossem as censuras que pudesse merecer a direcção, que imprimia á guerra. O protesto dos generaes brasileiros fôra attendido; as explicações dadas e acceptas; porém subsistia latente o fermento da discordia, que o menor incidente atearia.

Por outro lado, o genral Porto Alegre se melindrara por não lhe ter Polydoro enviado o reforço de 4.000 homens de infantaria, que pedira para por si só tomar Curupaity e sustentar a posição, logo depois da victoria de Curuzú, feito que provavelmente realizaria, se o emprehendesse antes de concluidos os trabalhos, que ordenara Lopez e tornaram inexpugnavel aquella fortaleza. Motivos ponderosos, entretanto, invocara Polydoro, character severo e reflectido e não menos dedicado á patria do que Tamandaré e Porto-Alegre, para não satisfazer promptamente a requisição, que aliás em parte attendeu, pondo ás ordens do seu camarada 2.500 infantes. Não é temerario affirmar tambem que, no animo destes dous chefes, dominava a persuasão de que, para o insucesso de Curupaity, concorrera a falta de vigoroso ataque simultaneo do 1º corpo de exercito, sobre a frente e esquerda do inimigo, e da diversão que devia trazer a manobra de cavallaria na retagurada, reclamada por Porto-Alegre. Está, porém, averiguado que não foi transmittido a Polydoro o signal combinado, para que tomasse a offensiva naquella direcção.

Assim, não trabalhava desintelligencia funesta só entre generaes brasileiros e o chefe argentino; actuava egualmente entre os proprios generaes do Imperio.

A tão inconveniente situação, que podia fazer perigar a causa commum, pôz termo o Governo, nomeando commandante em chefe de todas as forças no Paraguay o marechal de exercito marquez, depois duque de Caxias.

Desta resolução resultava que a esquadra, comquanto independente sempre do commandante em chefe dos exercitos alliados, ficava subordinada ao exercito brasileiro. (11)

Para proporcionar ao novo commandante meios sufficientes de, em quaesquer eventualidades, levar a guerra a seu cabo, deliberou o Governo que, sem se deter na remessa de reforços ao 1º e 2º corpos de exercito, se organisasse terceiro na provincia do Rio Grande do Sul, sob o commando do visconde de Herval (general Osorio) (12), já restabelecido de seus soffrimentos e que teve ordem, ao principio de ir operar no territorio das Missões e mais tarde de se incorporar ás forças existentes em Tuyuty, tanto que estivessem preenchidos os respectivos quadros.

O vice-almirante Tamandaré, que anteriormente solicitara licença para vir tratar no Brasil da saude alterada, foi substituido pelo vice-almirante Joaquim José Ignacio (13), e o general Polydoro, que só acceitara o commando do 1º corpo, no impedimento de Osorio, e conservou, apesar de tambem enfermo, até Maio de 1867, em que se retirou.

Deixou igualmente o exercito o general Flores, urgido pelas condições politicas do Estado-Oriental, que reclamavam a presença d'elle para reassumir o governo. Decretara a fatalidade do destino que, poucos mezes depois, succumbisse em uma das ruas de Montevidéo, ás mãos de vis assassinos, o valente e fiel alliado, que tantas vezes arriscara impune-mente a vida no campo de batalha, onde a propria morte lhe respeitara a excepcional bravura!

Estes factos iniciaram a terceira phase da guerra.

(11) Decreto de 16 de Outubro de 1866.

(12) Agraciados com o titulo de barão de Herval, depois da batalha de 24 de Maio, o general Osorio foi elevado a visconde, quando se retirou por doente.

(13) Decreto de 3 de Dezembro de 1866.

## XXI

*O marechal de exercito marquez de Caxias e o vice-almirante J. J. Ignacio no commando das forças brasileiras. O general Mitre retira-se do exercito e é substituido pelo marquez. Expedição de uma esquadilha ao Alto Paraná; desembarques em S. José Mi e outros povoados. O cholera no exercito. Incessante bombardeio de Curupaity. Morte do capitão tenente Vital de Oliveira. Victoria da marinha em Matto Grosso. O marquez de Caxias flanqueia o inimigo. Mitre volta ao exercito e pretende que a esquadra force o passo de Humattá. Resposta do vice-almirante. Fergamento de Curupaity.*

Empossaram-se o marquez de Caxias do commando em chefe de todas as forças brasileiras, em 18 de novembro, e o vice-almirante J. J. Ignacio, em 22 de Dezembro de 1866, do da esquadra, que então contava 38 navios com 186 boccas de fogo e 4.037 homens de guarnição.

O novo commandante em chefe do exercito occupou-se cuidadosamente da reorganização dos corpos e da instrucção e disciplina dos numerosos contingentes, que ás primeiras noticias do mallogro de Curupaity, começou o Governo imperial a enviar do Rio de Janeiro (1), da fortificação do acampamento de Tuyuty completando-a com o levantamento de novas trincheiras e reductos, que armou com artilharia de maior calibre, da remonta da cavallada, da reforma dos serviços administrativos, do estabelecimento de communica-

---

(1) desde Setembro de 1866 a remesas de reforços para o exercito foi de 1.000 a 2.500 homens todos os mezes. Até Julho de 1867 haviam chegado a Tuyuty 10.200 novos soldados, que era preciso disciplinar.



ções telegraphicas para todos os pontos das linhas brasileiras e da aquisição de provisões e meios de mobilidade, necessários á offensiva, que intentava tomar, deixando em perfeita segurança sua base de operações e o material em reserva.

Tarefa immensa e complexa, accrescida com o commando das forças alliadas, pela ausencia do general Mitre (2), o consumado marechal a concluiu em Abril de 1867, e immediatamente iniciaria a execução do seu plano de flanquear as fortificações paraguayas, atacando-as pela retaguarda, a não ser novo e temeroso inimigo — o cholera, que teve de debellar. Assolou a epidemia todo o exercito e a esquadra; esta em menor escala.

Uma das providencias que logo tomou o marquez foi ordenar que os pequenos navios, formando divisão percorressem o Alto Paraná, afim de policiar-o e impedir que por alli recebesse Lopez fornecimentos, como geralmente se suspeitava.

Para esta commissão destinou-se a *Mearim, Ivahy e Henrique Martins*, sob o commando do capitão de mar e guerra Torres e Alvim. Partindo a expedição de Curuzú a 20 de Dezembro, no dia immediato a ultima destas canhoneiras, penetrando no arroyo Carayá, apoderou-se de varias chalanas e de algumas armas e incendiou um acampamento paraguayo, em frente de Itaty. Em nenhum dos pontos percorridos encontraram-se vestigios de contrabando de guerra, mas dahi por deante não cessou a policia do rio, ora feita pelo mesmo chefe Alvim, ora por outros officiaes, até que, internando-se o inimigo, tornou-se desnecessario o bloqueio por aquelle lado.

Emquanto o exercito se preparava para operações importantes, que deviam ser auxiliadas pela esquadra, o novo commandante desta, que por sua vez lhe dera outra orga-

---

(2) O general Mitre deixou o commando em chefe dos alliados, entregando-o ao marquez de Caxias, em 9 de Fevereiro de 1867, para acudir a complicações politicas, que haviam surgido na Confederação Argentina. Levou consigo 4.000 homens, tendo anteriormente expedido um contingente com o general Paunero e ficando o exercito argentino reduzido á aquelle mesmo numero, pouco mais ou menos, sob, as ordens do general Gelly y Obes.

nização (3), entendeu trazer em incessante alarme os paraguayos, inquietando-os e causando-lhes o maior damno possível, por meio de rijos bombardeios e reconhecimentos á viva força, os quaes principiaram em 24 de Dezembro, dois dias depois de sua chegada.

Destes canhoneiros que tiveram logar quasi quotidianamente, quer no rio contra a fortaleza de Curupaty, quer da lagôa Pires, accessivel em consecuencia das cheias, contra o acampamento paraguay, fronteiro a Tuyuty, os mais nutridos e efficazes deram-se naquella data e nos dias 28 do referido mez, 8 de Janeiro, 2 de Fevereiro, 3 de Março e 29 de Maio.

Referidos os pormenores de alguns delles, terão os leitores idéia do que occorreu nos demais combates deste genero, que felizmente não nos trouxeram prejuizos sensiveis.

Em 8 de Janeiro, procedeu o vice-almirante a vigoroso reconhecimento sobre as fortificações, com os encouraçados *Bahia*, *Tamandaré Barroso* e *Colombo* (chefe immediato da expedição o capitão de fragata Rodrigues da Costa), auxiliados aquelles navios pelo *Brasil*, a bombardeira *Pedro Affonso*, duas chatas, e a canhoneira *Magé*, levando a insignia do commando em chefe. Ao mesmo tempo, o capitão tenente Mamede Simões, com a *Araguary*, *Iquatemy*, a bombardeira *Forte de Coimbra*, a chata *Mercedes* e a lancha *João das Botas*, rompeu o fogo contra os entrincheiramentos de terra, assim os arrasando em varios pontos, incendiando tambem parte dos abarracamentos, e produzindo forte explosão.

Os encouraçados *Bahia*, *Brasil* e *Colombo* receberam avarias.

Regressando a 12 desse mez a esquadilha do Alto Paraná, a *Henrique Martins* explorou segunda vez o arroio Carayá. Para levar o reconhecimento além do litoral, desembarcaram o 1º tenente Francisco de Salles Werneck de Aguiilar e 40 praças. Internando-se o bravo e jovem official com 10 homens, viu-se inesperadamente envolvido por um troço de cavallaria inimiga, que sobre elle carregou, tra-

---

(3) O vice-almirante J. J. Ignacio compoz assim o seu estado-maior: chefe capitão de mar e guerra Elizario dos Santos; Secretario geral capitão de fragata Affonso Lima; Secretarioe ajudante do commando, capitão tenente Antonio Manoel Fernandes; Ajudante de ordens do commando, 1º tenente Helvecio Pimentel; ajudante de ordens do estado maior, 1º tenente Stepple da Silva.

Continuou como chefe de saude o dr. Carlos Frederico.

vando-se desesperado combate, em que sucumbiram o 1º tenente e tres praças, ficando feridos o guarda marinha Henrique Ellery e um imperial marinho. Quando o resto do destacamento brasileiro approximou-se debandaram os paraguayos, deixando morto no campo o official que os ocm- mandava.

Mais energicos que o de 8 de Janeiro, foram o bombardeio e reconhecimento de 2 de Fevereiro, dirigidos pelo vice-almirante, de bordo da *Beberibe*. Os encouraçados *Colombo*, *Bahia*, *Mariz e Barros*, *Tamandaré*, *Silvado*, *Herval*, *Barroso* e *Cabral*, a corveta *Paranahyba*, a bombardeira *Forte de Coimbra* e duas chatas, formando duas divisões confiadas aos capitães de mar e guerra Torres e Alvim e de fragata Rodrigues da Costa, atiraram, conjunctamente com o forte de Curuzú e um batalhão de voluntarios, postado no Chaco, sobre Curupaity, até cujas proximidades avançaram todos os navios que não eram de madeira.

O vice-almirante, collocando-se no centro da linha de combate, acercou-se das baterias na capitanea, não encouraçada, e conservou-se com todo o estado maior no passadiço, completamente exposto aos projectis, até findar-se a refrega.

Uma terceira divisão, commandada pelo capitão de mar e guerra Eliziario dos Santos, e da qual faziam parte as canhoneiras *Araguary* e *Iguatemy*, a bombardeira *Pedro Afonso*, o vapor *Lindoia*, a chata *Mercedes* e a lancha *João das Botas*, entrando na lagôa Pires, atacou o inimigo, que mal se animou a defender-se.

Deviam ter sido grandes os estragos produzidos, a julgar pelas nuvens de pó, fumo e detricos, que levantavam as balas e bombas, e pela lentidão dos tiros paraguayos.

Custaram-nos, porém, demasiadamente caros, com a morte do capitão tenente Manoel Antonio Vital de Oliveira, commandante do *Silvado*, morto por um estilhaço da corrente do cano, partida por bala, o qual lhe atravessou o peito no momento em que sahia da torre para dar uma ordem. Era official valente e de illustração superior. Perdemos mais dois marinheiros e foram feridos ou contusos o 1º tenente Maurity e 10 praças. (4).

---

(4) O capitão tenente Vital de Oliveira, notavel por sua bravura e trabalhos scientificos, foi sepultado a 3 de Fevereiro de 1867 no cemiterio da Cruz em Corrientes, ao lado de Mariz e Barros e de Muller. Não compensou tamanha perda a que soffreu o inimigo de

Emquanto isto se passava no rio Paraguay, não estava inactiva a esquadilha de bloqueio e policia do Alto Paraná, então ao mando do capitão de mar e guerra Delfim de Carvalho (depois almirante, barão da Passagem). Percorrendo toda a costa destruiu, já de bordo, já effectuando desembarques em São José Mi e outras povoações pouco importantes, os quartéis e fortificações, depósitos de viveres e materiaes de guerra, nellas existentes, com o que se iam escasseando os recursos do inimigo “— o que *as balas ou o machado não derrubaram, disse Delfim na parte official, o fogo consumiu*”. Fugia o inimigo sempre que em terra saltavam os destacamentos dos navios.

A 29 de Maio cresceu o rio Paraguay ao ponto de ficar completamente inundado o acampamento do 2º corpo de exercito em Curuzú, sendo necessario removê-lo de prompto para Tuyuty. De combinação com o Marquez de Caxias, que alli se apresentou e com o fim de obstar que o inimigo procurasse embaraçar a sahida do exercito, resolveu o vice-almirante simular um ataque contra Curupaity e transpôr esse passo, se o volume das aguas o permittisse.

Os 10 encouraçados da esquadra e dois navios de madeira, *Magé* e *Parnahyba*, guiados pelo vice-almirante, que se achava no *Brasil*, tomaram parte na acção, a qual se travou com a maior vivacidade e durou até anoitecer, resistendo o inimigo tenazmente, para o que recebeu reforços de Humaitá. Cahndo a noite, não se offerecendo ainda probabilidade de exito, na tentativa de forcamento da fortaleza e a salvo já o 2º corpo de exercito, voltaram os navios ao ancoradouro. Couberam as honras do dia ao *Colombo* e *Bahia*: os navios ficaram avariados e houve 16 ferimentos, entre os quaes o do immediato do *Tamandaré*, 1º tenente Joaquim Cardoso Pereira de Mello.

Deixemos por alguns momentos o grande theatro dos feitos da esquadra brasileira, para assignalar os actos igualmente honrosos com que, em scenario mais modesto, a enalteciam outros de seus representantes.

---

seu mais ousado cabo de guerra, o general Diaz, ferido gravemente no bombardeio de 26 de Janeiro, assim como varios officiaes do seu estado maior. Tendo-lhe uma bala despedaçado uma perna morreu o general poucos dias depois. Mandou-lhe Lopez fazer grnades honras funebrese, por occasião do enterro em Assumpção.



Incumbido da presidencia de Matto Grosso o jovem dr. José Vieira Couto de Magalhães, distincto por illustração e genio emprehendedor pouco vulgares, a libertação do territorio da provincia foi o principal intuito a que se dedicou.

Só um homem de tempera excepcional propor-se-ia a tão nobre, quanto difficil commettimento, nas condições em que o fez: carencia de elementos bellicos naquella remota e despovoada região, devastada e occupada pelo inimigo, durante mais de dois annos, escassez de viveres, assoladora epidemia e o desanimo incutido no espirito dos habitantes pelas tremendas provações da expedição, que para soccorrel-os partira de Uberaba e tanto se illustrara nos combates do Apa e na legendaria retirada da Laguna.

A inquebrantavel energia de Couto Magalhães recebia outros tantos estimulos de todos esses factos deprimentes e com especialidade do ultimo. Eram em maxima parte mineiros, como elle, os martyres daquella tropa heroica, de modo que, ao patriotismo de brasileiro lhe accrescia o natural desejo de vingar os comprovincianos, que tanto soffreram, muitos dos quaes amigos da infancia. Em poucos mezes conseguiu organizar um pequeno corpo de exercito, cuja vanguarda, sob sua immediata direcção e o commando do tenente-coronel Antonio Maria Coelho, atacou a 13 de Junho de 1867 a praça de Corumbá e a tomou, vencendo a desesperada resistencia dos paraguayos e resgatando, do mais atroz captiveiro, 500 brasileiros, entre os quaes mulheres, que haviam sido victimas dos castigos mais infamantes, por ordem do governador Hermogenes Cabral. Os vapores inimigos *Anhambay* e *Rio Apa*, que auxiliaram a defesa, conseguiram escapar.

Obrigado a retirar-se, em consequencia da variola que grassava naquelle ponto, o tenente-coronel Maria Coelho avisou o commandante interino da flotilha, capitão de fragata Balduino José Ferreira de Aguiar, para vir recebello e dar-lhe transporte no rio S. Lourenço. (5).

O digno official de marinha desceu immediatamente do Bananal, onde se achava, com os pequenos e mal armados vapores *Antonio João* e *Jaurú*, atrasando-se em caminho, por desarranjou na machina, o *Corumbá*, Cruzavam nas aguas

daquelle rio tres navios possantes inimigos, sedentos de desforra do revez de Corumbá: o *Rio Apa*, *Iberá* e *Salto de Guairá*, este ultimo de grande força. Rebocando seis chatas carregadas de tropa, navegavam os dois barcos brasileiros, a 1 de Julho, na altura do Alegre, seriam 3 ½ horas da tarde, quando os alcançam o veloz *Salto de Guairá*, que abicando contra o *Antonio João*, é por elle repellido, apesar da inferioridade das forças. Volta-se então aquelle sobre o *Jaurú*, ainda mais fraco e deteriorado, e delle se apodera por abordagem. Salva-se a reduzida tripulação, saltando em terra, menos cinco praças, que preferiram morrer no posto de honra. O *Jaurú*, apresado é guarnecido por 30 paraguayos.

Não tendo podido acudil-o em tempo, mas hostilizando sempre o aggressor, o *Antonio João*, recebido reforço da gente de terra, não só resiste á segunda investida do *Salto de Guairá*, mas, assumindo a offensiva, tenta por seu turno acommettel-o, o que ellé evita, fugindo do logar do combate com toda a rapidez de sua marcha. Dá-lhe caça, mas inutilmente, o *Antonio João*; perdida a esperança de approximar-se delle, cahe sobre o *Jaurú*, e abordando-o arrebat-o aos paraguayos, cuja maior parte sucumbe, lançando-se os restantes ao rio e indo entregar-se ás forças brasileiras da margem. O capitão de fragata Balduino, de espada em punho, foi o primeiro que se arremesou no convez. A nossa perda subiu a nove praças mortas e 15 feridas. Desde então viu-se a provincia de Matto Grosso expurgada dos invasores, que a talaram.

Os bombardeios da esquadra contra Curupaity tornaram-se por fim diarios, prejudicando sempre o inimigo. E nem outra podia ser a acção da marinha na situação em que se encontravam os exercitos alliados. Feitos de guerra mais importantes e efficazes dependiam do concurso das tropas de terra, que se não moviam de Tuyuty.

Felizmente, debellada a epidemia, reforçado o exercito, com os contingentes partidos do Rio de Janeiro, e com o 3º corpo, organizado pelo visconde do Herval, que se lhe reunira (6), bem provido de todos os elementos precisos, poudo o marquez de Caxias encetar a celebre marcha de flanco,

---

(6) Em 13 de Julho de 1867, á frente de 5.400 homens e tendo deixado 1.500 com o general Portinho, na margem sorda do Alto Paraná.

que, contornando as posições do inimigo, tinha por objectivo attrahil-o á uma batalha decisiva, em terreno para isso apropriado, ou, se persistisse em declinal-a, assaltar essas mesmas posições, não em Tuyuty, onde elle accumulara tantos meios de defesa, mas em algum ponto mais accessivel e vulneravel.

A 22 de Julho marchou o exercito de Tuyuty, em força de 35.000 brasileiros e 3.000 argentinos e orientaes, sob as ordens do visconde de Porto Alegre.

Os movimentos da esquadra haviam sido previamente planejados entre o marquez e o vice-almirante, prompto este para agir ao primeiro aviso.

Caminhou o exercito vagarosamente, não porque persistisse o inimigo, que apenas lhe oppoz guerrilhas immediatamente destroçadas, mas em consequencia da natureza do terreno, profundamente arenoso e alagado. Transposto o extenso estero Rojas vencera algumas legoas apenas, quando em Tuyucué, a 1º de Agosto, se apresentou o general Mitre e reassumiu o commando. Partira apressadamente de Buenos Aires, com a parte da gente que levava, ao saber da junção do general Osorio e dos preparativos para a marcha de flanco.

Cumpria ao vice-almirante aguardar as ordens do marquez de Caxias, provenientes das deliberações, que porventura tomasse o novo commandante em chefe e ellas não se fizessem esperar.

Em exposição reservada, dirigida ao general brasileiro, depois de assignalar a posição dos exercitos alliados, de resumir as vantagens obtidas com a marcha de flanco e de examinar os alvires, que entendia poderem ser adoptados, para prosseguimento das operações, concluia Mitre que o assalto ao acampamento e fortificações paraguayas, por seus grandes perigos, deveria reservar-se para um caso extremo, que não se realisara ainda, convindo, o que lhe parecia mais acertado, cortar completamente as communicações do inimigo com o interior do paiz, afim de privar-o de recursos e obrigar-o a procurar batalha fora dessas fortificações, que constituíam formidavel quadrilatero. Para isso indispensavel era que a esquadra forçasse o passo de Humaitá e a cima da fortaleza se puzesse em contacto com o exercito, que trataria de approximar-se do rio nas barrancas do Valdo, tres leguas além, ou mesmo mais longe, em Pilar ou Nembucú.

Da correspondencia trocada entre o general em chefe, o marquez de Caxias e o vice-almirante, verifica-se que este julgou impraticavel a operação, qual a imaginara Mitre, zarpando a esquadra de Guruzú e indo de rota batida além de Humaitá, forçando este passo e o de Curupaity, atravez de todas as grandes difficuldades naturaes e criadas pelo inimigo. Seria isso expôr os navios a perda quasi certa, por que ainda mesmo bem succedidos, de bloqueadores passariam a bloqueados, visto que o exercito, do qual aliás era a força naval, simples auxiliar, não se apoderara de nenhum dos pontos intermediarios, desde o dia da partida até aquelle á que chegassem os vasos de guerra.

A operação podia e devia ser tentada; mas com as cautellas necessarias, sendo primeiro dever do chefe a quem seu governo entrega uma força, para fazer a guerra em paizes longinquos, tirar della todo o proveito com o menor sacrificio possivel. Mais que ineptia, crime haveria em aventurar a esquadra a perigos certos e por todos desconhecidos, sem esperanza de exito. No pensar d'elle vice-almirante, deviam os encouraçados transpor o passo de Curupaity, o que acreditava conseguir, apesar de todos os elementos de resistencia, acumulados pelos paraguayos, avançar até as immediações de Humaitá e abrir sobre essa fortaleza bombardeio, para damnifical-a, destruindo suas obras vivas e as correntes que fechavam o rio, e, reconhecida a possibilidade de forçar-se tambem esse passo, fazel-o, na firme resolução de não recuar em caso algum do ponto que alcançassem. O exercito, por seu lado, operaria como os chefes julgassem mais conveniente para que as duas forças, maritima e terrestre, agissem, coadjuvando-se mutuamente.

Era isso o que a experiencia, os conhecimentos profissionaes e a responsabilidade do posto lhe inspiravam. Se, porém, o marquez de Caxias, general em chefe de todas as forgas brasileiras, unica autoridade a quem alli devia obedecer, lhe ordenasse a execução do pensamento de Mitre, faria quanto humanamente fosse posivel para realizal-o. (7).

---

(7) Plano de operações submettido pelo general Mitre ao Marquez de Caxias em 5 de Agosto de 1867; officio confidencial do marquez ao vice-almirante, de 6 do mermo mez; resposta do vice-almirante de 7; officio de Mitre a Caxias, de 9; idem deste ao vice-almirante, de 10 resposta, de 11.



O marquez de Caxias resolveu a questão, como era de esperar-se do seu criterio e patriotismo. Ordenou o forçamento de Curupaity, marcando para isso o dia 15 de Agosto, se outro não preferisse o vice-almirante, a cujo prudente arbitrio deixou proseguir além de Humaitá, limitar-se a hostilizar-a, e ainda ertomar a antiga posição, conforme os obstaculos que encontrasse, ou as perdas que soffresse. (8).

Estava aquella data destinada a registar mais um brilhante feito da esquadra brasileira, que, para pratical-o formou duas grandes divisões: a primeira de encouraçados, a segunda de navios de madeira e cada uma subdividida em duas outras menores. As seis horas e 40 minutos da manhã seguiram os encouraçados nesta ordem: *Brasil*, com o pavilhão do vice-almirante, dando a BB reboque ao vapor *Lyndoa*, *Mariz e Barros*, *Tamandaré*, *Colombo* rebocando a chafa *Cuevas*, *Bahia* com a insignia do capitão de mar e guerra, Rodrigues, commandante da 3ª subdivisão; *Cabral* com a chata *Riachuelo*, *Barroso*, *Herval*, *Silvado* e *Lima Barro*, arvorando a insignia do capitão de mar e guerra Torres e Alvim, commandante da 1ª subdivisão.

Os navios de madeira Beberibe, com o signal do chefe de divisão Elisiario dos Santos, commandante da 2ª grande divisão; *Magé*, com o do capitão de mar e guerra Affonso Lima, commandante da 2ª subdivisão, *Ipiranga*, *Recife*, *Parnahyba* e *Iguatemy* entraram nas aguas dos encouraçados e, tomando posições proximas ás baterias, a quem da ponta de Curupaity, ao signal do chefe, romperam vivissimo fogo, auxiliados pelas bombardeiras *Pedro Affonso* e *Forte de Coimbra*, dos seus ancoradouros.

Singraram aguas acima os encouraçados, levando desfraldadas nos tópes as bandeiras aliadas e aos gritos entusiasticos das guarnições. Curupaity resistia com todas as potencias do desespero, enchendo os ares de medonho estrondo, mas não podendo reter com enfiadas de balas os galhardos navios, que seguiram seu destino. Nem os mesquinhos projectis de fuzil julgara o inimigo coveniente dispensar; arremessava-os de envolta com as enormes bombas e balas rasas de 68. Os torpedos, as estacadas, os batelões submergidos, todo os obices, que a pericia de engenheiros estran-

---

(8) Ordem ostensiva e carta reservada de Caxias ao vice-almirante, de 12 de Agosto de 1867.

geiros accumulara alli, tudo isso, ou tinha sido destruido pela acção do tempo, ou se achava arredado do caminho da expedição brasileira pelo Poder Supremo, que apreciando a justiça da nossa causa, a lealdade e a pureza de nossas intenções, inspirara ao bravo vice-almirante uma ideia feliz. Julgava o inimigo que a esquadra tentaria a passagem á maior distancia possivel das suas baterias, pelo canal entre um banco e a margem do Chaco, cheio de torpedos, alguns dos quaes, vindo aguas abaixo, foram colhidos; os encouraçados, porém, ladeando o perigo, a fizeram beirando a margem paraguaya, rentes com a fortaleza.

Não eram decorridas duas horas e estava transposto o terrivel reducto. Volveu-se então a furia do inimigo contra os navios de madeira. A fadiga, o despeito, ou o proprio excitamento de causar o mal desviavam do ponto objectivo os tiros paraguayos. A uma ou outra avaria ligeira reduziu-se o damno que produziram; entretanto que os 665, disparados de bordo daquelles navios, deram tempo de sobejo para os artilheiros corrigirem as pontarias. Foi, porém, solemnizada por mais lamentaveis testemunhos de destruição a façanha dos encouraçados. Tivemos de registar a morte de dous bravos marinheiros, os grumetes João Baptista dos Santos e José Francisco Calisto e de mais uma praça, os ferimentos graves de um official e tres praças, ferimentos leves e contusões de outro official e 19 marinheiros.

O official ferido gravemente era o capitão de fragata Eliziario Barbosa, commandante do *Tamandaré* e um dos valentes do Riachuelo. Perdeu um braço e, distincção terrível que ganhou naquelle dia, traz ao peito a manga esquerda da nobre farda. São estas as mais legitimas condecorações da guerra; concentram nos campeões que affrontam a morte e sobrevivem o respeito e gratidão, tributados aos que perdem na luta, victimas da honra e do dever. Ao capitão-tenente Guilherme dos Santos, não menos bravo e circumspecto, couberam ferimentos menos assustadores.

Quanto ás perdas materiaes, releva consignar a que soffreu o *Tamandaré*, por occasião da qual occorreu episodio, em que figurou como protagonista outro dos mais distinctos officiaes, o capitão de fragata Macedo Coimbra, sacrificado mais tarde no theatro da guerra, onde fôra já ferido e arruinara a saúde. Uma bala, atravessando o condensador da machina desse encouraçado, paralisou-lhe o movimento, debaixo da bateria, a circumstancia era critica; urgente a ne-

cessidade de soccorros. Um navio, que se afundasse no canal, poderia determinar o insuccesso da expedição. Antes de ver o signal do vice-almirante o *Silvado*, de que era comandante Coimbra, adiantou-se e passou reboque ao *Tamandaré*. Ardua operação essa, debaixo de fogo vivissimo, em canal estreito e perigoso! Realizou-se no entretanto, habil e corajosamente, demorando-se o *Silvado* o tempo necessario e servindo, assim, os dous encouraçados de alvo proximo e seguro aos projectis, que os não pouparam. Havendo parado igualmente as machinas do navio, que viera em soccorro, difficilmente readquiriram o movimento, facto que reproduzindo-se muitas vezes encareceu o procedimento espontaneo e resolutivo do capitão de fragata Coimbra. Tambem recebeu damnificações na machina o *Colombo*. (9).

Dando conta ao ministro da marinha deste brilhante passo de armas, o vice-almirante, que por elle foi agraciado com o titulo de barão de Inhauma, concluiu com estas palavras a sua communição: — *às duas horas da tarde rompeu fogo contra Humaitá e a bandeira de Londres já responde*. (10).

---

(9) A narração do forçamento de Curupaity é, com algumas modificações, a que dei no meu relatório de 1867.

(10) Distinguiram-se e foram elogiados, em ordem do dia, do vice-almirante, pelo procedimento que tiveram no dia 15 de Agosto, os seguintes officiaes: chefes de divisão, Torres e Alvim e Elisário dos Santos; capitão de mar e guerra Rodrigues da Costa; capitães de fragata, Mamedo Simões, Garcindo de Sá e Elisário Barbosa; capitães tenentes, Coimbra, Gonçalves, Silveira da Motta, Guilherme dos Santos Netto de Mendonça, Salgado e Fernandes; los tenentes, Bernardino de Queiroz, Ernesto França e Helvecio Pimentel. Não foi mencionado, e com injustiça, o pratico Etchbarne, que guiou os navios pelo canal da bateria. (Ordem do dia do vice-almirante, de 17 de Agosto de 1867).

## XXII

*A fortaleza de Humaitá. Difficuldades de sua transposição. Mitre a exige. Resposta do vice-almirante J. J. Ignacio. Prevenções deste contra os argentinos. Operações dos exercitos alliados. Os paraguayos atacam Tuyuty. Brilhante defesa do Visconde de Porto Alegre e esplendida victoria. Outros successos. Encorpoam-se á esquadra os pequenos monitores.*

De Curupaity a Humaitá descreve o Paraguay tres voltas, a ultima das quaes, sobre a morgem esquerda, apresenta a fôrma de — U —, não tendo ahi o rio, na largura maxima, senão 800 metros e estreitando-se a 600, em um trecho. Nesse sacco, em cujo seio penetra uma ponta do Chaco, levantavam-se as fortificações de Humaitá, que se estendiam, contadas as sinuosidades da praia e barrancas, no desenvolvimento de 7.000 metros. No centro da curva, erguiam-se, em altura de 7 metros, duas grandes baterias, a de *Londres*, casamatada, com 16 grossos canhões e a da *Cadena*, á barbeta, com 18, ladeadas ambas de outras baterias desta ultima especie, e artilhadas com 75 boccas de fogo, na seguinte ordem:

Rio acima e do lado delle: *Amboro*, 10 peças; *Concha*, 14; *Humaitá*, 2; *Maestrança*, 1; *Taquary*, 6; *Coimbra*, 3; *Commandancia*, 5; *Octava*, 11; as duas mencionadas acima, 34; *Carbone*, 12; *Umbú*, 11. Do lado da terra existiam as baterias denominadas *Division del Sul*, com 36 peças e de *Leste* com 44; nos intervallos linha de abatizes: total das boccas de fogo sobre o rio 109, contra a terra 80 (1).

---

(1) *Jordan*, Guerra do Paraguay, planta n. 11.

O vice-almirante J. J. Ignacio mencionava cento e tantas peças



Quasi toda linha podia convergir os tiros de mais de cem peças para o ponto do rio, atravessado obliquamente por triplice cadeia de fragata, cochada, em duplo forro de cabos e couro, apoiada em varias chatas, flanqueada de torpedos e tendo uma das extremidades presa na bateria da *Cadena*, onde entrava por um tunnel, e a outra enterrada n'um banco, que costeia a margem direita, e ahi segura por fortes obras de alvenaria e travejamento.

Este formidavel passo, ante o qual estacaram os encouraçados, que tão galhardamente haviam forçado Curupaty, abrindo logo contra a bateria de *Londres* cerrado bombardeio, assim formados:

Na vanguarda, linha de frente: *Cabral, Barroso, Bahia e Silvado*;

Em segunda linha — *Colombo*;

Na retaguarda — *Brasil*.

Ao lado de uma ilha, acima do rio d'Ouro, o *Tamandare* pouco mais abaixo o *Herval* e á pópa deste o *Mariz e Barros*, descobrindo as baterias de Curupaty.

Egual, senão superior a Gibraltar, a Sebastopol, a Richmond e Vicksburg, no conceito de paraguayos e de extranhos da maior competencia, Humaitá *fechava hermeticamente* o rio Paraguay, diziam elles, muito antes da existencia das alludidas correntes e das novas obras e armamentos, que mandou fazer Lopez, quando recebeu a invasão dos exercitos alliados. (2)

Paderia o vice-almirante forçar esta fortaleza, em seguida á passagem de Curupaty, como pretendia o general Mitre? Ninguem o sustentará com fundamento.

Não eram as balas, nem os torpedos, que detinham o commandante da esquadra. Com maior, ou menor prejuizo, atravessaria pela frente de baterias e trincheiras, como na-

---

sobre o rio, como adiante se verá. A commissão de officiaes dos exercitos alliados, que inventariou os artigos bellicos deixados pelo inimigo da fortaleza, ainda encontrou 177 boccas de fogo, 3 estativas de foguettes á congreve e 600 tiros para cada peça. (Vide *Pereira da Costa, Hist. da guerra do Brasil com as Republicas do Uruguay e Paraguay*, vol. 3, pag. 658.

Ao retirar-se de Passo Poco. Lopez fez transportar a braços, pelo Chaco, varios canhões, dos que artilhavam Humaitá. Inf. verb. do general Cunha Mattos).

(2) *Mouches* (Nouveau Manuel de la Navigation dans le Rio de la Plata) antes do estabelecimentos das correntes, já affirmava que as baterias de Humaitá *fechavam hermeticamente o rio*:

quelle outro passo. Não comportava a estreiteza do canal outra linha de marcha, senão a de fila singela, o que facilitaria ao inimigo concentrar sobre cada navio, successivamente, o fogo de toda a artilharia. Alguns seriam submergidos; outros proseguiriam. Mas, antes de chegar ás ultimas trincheiras, no trecho mais apertado do rio, seria preciso romper as cadeias, a golpes de proa dos encouraçados mais possantes, que de outros meios se não dispunha, e um após outro, por falta de espaço. O embate seria efficaz, ou não. Neste caso, isto é, se o choque falhasse, o que fatalmente succederia? O navio ariéte não poderia cahir á ré, nem fazer a volta, em tão pequena largura, para dar segunda investida; a correnteza das aguas, obrigando-o a resvallar, na direcção obliqua das cadeias, arrastal-o-ia a esbarrar na barranca. A guarnição que accudisse á tolda, para as manobras necessarias, não escaparia á metralha e fusilaria, quasi á queima roupa, nem o navio á abordagem, mais que provavel do inimigo, que accorreria ás ceptenas e milhares. A posse de um unico encouraçado siquer seria de tal importancia, que para alcançal-a não duvidaria Lopez, como posteriormente praticou, sacrificar os mais aguerridos soldados, acrescento que contava ainda elle, então, 10 vapores, cada um com capacidade para transportar 300 a 400 homens, incumbidos de um lance de tal ordem.

Dado que as correntes se rompessem, não irião os encouraçados, todos de grande calado, muito além de Humaitá; o rio já começava a baixar e, como sempre, continuaria a decrescer até Fevereiro. Portanto, probabilidade, senão certeza, de encalharem e immincia do mesmo perigo de abordagem. Quem os auxiliaria, se os alliados não occupavam nenhum ponto da margem acima do fortaleza? Como, separados da base de operações, embaraçadas, senão completamente impedidas, as communicações, se abasteceriam de viveres e combustivel, exgotadas as provisões que levassem? Poderia supprir o carvão a lenha do littoral, em poder do inimigo. Mas, a alimentação como obtel-a, em territorio não cultivado, sem outra população mais que os combatentes?

Como tractar de feridos e enfermos, n'um clima inhospito, desde que os navios mol alojavam as respectivas tripulações? (3)

---

(3) Confidencial do vice-almirante ao marquez de Caxias, dataada de 7 de Agosto de 1867.

Eis os motivos que determinaram o procedimento do vice-almirante. O mais experimentado cabo de guerra não resolveria tantos problemas difficeis, ainda sob as emoções de feito arriscado, sem conhecimento das localidades, sem estudo dos obstaculos a vencer, na ignorancia absoluta dos perigos, que poderiam surgir algumas braças mais longe, na curva, ou no banco proximo, falando-lhe ponto de apoio adiante. O barão de Inhauma parou, não para recuar, ao que aliás estava autorizado; mas para proseguir quando pudesse.

Regista a historia naval, como feitos notabilissimos, o forçamento de varios estreitos passos. Assim é que a França enumera entre suas maiores glorias maritimas, a transposição das barras do Rio de Janeiro, por Duguay Trouin, e de Lisbôa, pelo almirante Roussin, mencionando a Inglaterra, com egual orgulho, a passagem dos Dardanellos, executada por Dukwort, e o do Sund por Nelson.

As difficuldades que venceram os celebres marinheiros não eram superiores ás que se deparavam ao vice-almirante Inhauma. E' certo que seus varios navios moviam-se a vapor e não á vela, como os daquelles, mas os inglezes e francezes aproveitaram-se sempre de ventos favoraveis, compensada assim, e talvez excedida, a pequena velocidade dos navios brasileiros. E' certo ainda que estes eram revestidos de couraças, mas de espessura hoje considerada irrisoria, *maximé* attenta a curtissima distancia dos canhões inimigos. A maior largura do canal de Humaitá, dissemo-lo já, não excedia de 800 metros, quando a minima na entrada do Rio de Janeiro é de 1.250, a dos Dardanellos 1.600, a abertura do Sund conta 2.000 e a do Tejo 2.480 (4) Demais, não tinham inglezes e francezes que afrontar torpedos, nem a artilharia de que dispunham os portuguezes e turcos em 1.711, 1.801, 1.806 e mesmo 1.831, compára-se á do Paraguay, em 1868, com a pratica de quasi quatro annos de guerra.

O historiador imparcial dirá que o vice-almirante fez bem e cumpriu o seu dever.

Não pensava assim o general Mitre e entendia que nenhuma operação segura e vantajosa poderia ser tentada pelos exercitos alliados, antes que a esquadra forçasse Humaitá.

---

(4) Jurien de la Gravière — Guerres Maritimes, vol. 2.

Qualquer movimento, todas as manobras possíveis, tendo por objectivo cortar as communicações do inimigo com o interior, seriam estereis ou incompletas; um assalto ás fortificações em Tuyucué ou Tuyuty, onde se achava o 2º corpo de exercito, não offerencia probabilidade de exito e deveria ser o ultimo recurso a emprgar-se.

Tudo dependia da transposição daquelle passo; fazel-o era para a esquadra simplesmente *llenar un deber*.

A convicção de que se achava possuido o presidente da Confederação Argentina explica a inação em que se conservou, depois de ter reassumido o commando, nada iniciando contra o inimigo, nem empenhando, salvo nos unicos casos de que adiante nos occuparemos, as tropas do seu paiz nos muitos combates que se feriram, trazidos pelos paraguayos, ou resultantes da estrategia do marquez de Caxias, cuja energia e actividade formavam verdadeiro contraste, não diremos com a indifferença, sim com a quietação do general em chefe. A este não satisfizeram as judiciosissimas rasões addusidas pelo vice-almirante, para mostrar a impossibilidade do que se exigia da esquadra, isto é, que no dia em que largasse de Curuzú fosse alem de Humaitá. Nem o contentou a declaração do valente marinheiro de que não deixaria a posição em que se achava, senão em circumstancias extremas e não perderia ensejo de avançar, logo que julgasse poder aventurar-se, com esperanza de successo e proveito para a causa da alliança.

Quasi um mez depois da passagem de Curupaity, dirigiu o general Mitre ao marquez de Caxias extenso *memorandum*, no qual fazia recriminações á esquadra, e attribuia-lhe a responsabilidade de se não ter executado o plano de operações que concebera, baseado no forçamento de Humaitá, o que obrigava e engendrar novas combinações (5). Esta peça official remettido pelo marquez ao vice-almirante, que ou pela consciencia dos ponderosos motivos em que se apoiava, ou atarefado com as exigencias do serviço, não respondeu immediatamente, mas ao cabo de algum tempo, e com incontestavel vantagem.

Começou por accentuar a inanidade da imputação de responsabilidade pela inexecução de um plano de campanha,

---

(5) *Memorandum* dirigido pelo general Mitre ao marquez de Caxias, em 14 de Setembro de 1867.



que dependendo da acção directa e principal da esquadra, fôra assentado sem audiencia do seu commandante e por quem, como o general Mitre, era inteiramente alheio a cousas navaes.

Mostrou em seguida a impracticabilidade da operação, como a imaginára o chefe argentino, e desenvolvendo a argumentação de que acima demos o transumpto inquiria, rebatendo considerações por aquelle addusidas: "haveria, por ventura, paridade entre a esquadra de Farragut, de dezenas de navios novos, e perfeitament armados, com 6 ou mais mil homens de desembarque e a brasileira, composta de 10 vasos, apenas guarnecidos da respectiva lotação, improprios quasi todos para o theatro em que operavam, deteriorados pelas intemperies do clima e pelos combates que sustentaram? Se o general Mitre, chefe de Estado, não teria duvida, como declarára em perder 2/3 da esquadra, caso lhe pertencesse para provar a impossibilidade da passagem, elle, vice-almirante, não o faria, até porque, como o proprio censor reconhecera, — o general que baseasse seus planos em emprezas humanamente possiveis, sem levar em conta outros dados e outras considerações, não seria digno de dirigir "*los nobles esfuerzos de que és capaz el valor humano, que solo debe emplear-se en obtener resultados nessarios e fecundos de antemano previsto con resolution y prudencia a la vez*" (6).

Tanto menos justificavel seria o procedimento em contrario, quanto as vantagens, que se visavam na projectada operação, poderiam ser conseguidas pelo exercito com sacrificios infinitamente menores para a alliança, occupando um ponto á margem do rio, (o barão de Inhaúma indicava *Togy ou Tayú*), acima da fortaleza de Humaitá, ou procurando tirar partido da margem direita, o Chaco, cuja exploração o vice-almirante já havia aconselhado.

O ataque simultaneó da esquadra, contra Curupaity e Humaitá, só podia ser concebido por quem nunca houvesse lançado os olhos sobre um mappa do rio e não considerasse que, para chegar ao segundo ponto, era preciso forçar o primeiro, distante algumas milhas. Insistia-se, entretanto, que a esquadra o fizesse e a isto chamava Mitre — *llenar un deber!* Mas, porque não *llenava tambien el ejercito el deber*,

---

(6) Palavras do general Mitre na citada memoria:

que lhe competia de assaltar os entrincheiramentos para-guayos? A razão, inteiramente applicavel á esquadra, a déra o mesmo general no *memorandum* analysado, isto é, para tentar-se com navios um assalto ou forçamento de estreito canal fortificado, é preciso que haja probabilidades de exito, — “*pues buscar un assalto con la seguridad de ser rechazado ó, por lo menos, sin contar una ventaja probable, seria insensatez.*”

Não fôra esteril a passagem de Curupaity. A posição que a esquadra occupava era a que mais convinha sustentar, em quanto factos posteriores não determinassem o contrario. Curupaity via-se entre dous fogos e Humaitá ia-se desmorrando diariamente; os estragos que recebia eram visiveis; estavam arruinadas ou em parte destruidas as obras antigas e as iniciadas deixavam de progredir, porque os fogos dos navios o impediam, ou tambem as damnificavam. Era desnecessaria a passagem de Humaitá, que importava arriscar a esquadra a um desastre total ou parcial, sem que o Brasil lucrasse, antes com desprestigio de suas armas, a perda de immensos capitães empregados, e da mariuhagem aguerrida e preparada á custa de mil sacrificios, retardando-se, demais, a terminação da guerra com o alento que taes successos trariam ao inimigo. (7)

A convicção que revelava o vice-almirante, na resposta que resumimos e com a qual se conformou o marquez de Caxias, não se baseava unicamente em razões technicas, ou na opinião e experiencia pessoas do bravo official de marinha. Com elle pensavam os chefes de seu estado maior e das divisões, assim como os commandantes dos navios, aos quaes todos communicara a resposta dada ao general em chefe brasileiro, quando este lhe transmittira a requisição do general Mitre para que ordenasse a passagem de Curupaity e Humaitá.

Nem se mostraram divergentes estes officiaes, ao serem consultados, mais tarde, para esclarecimento do governo imperial, sobre quesitos que formulou relativamente á possibilidade e conveniencia do forçamento daquella segunda fortaleza.

Considerações inspiradas pelos sentimentos patrioticos, que os animavam, influíam naturalmente para que julgassem

---

(7) Resposta do vice-almirante ao *memorandum* do general Mitre, em 5 de Dezembro de 1867.

desacertada a transposição do passo. O commandante da esquadra e a grande maioria de seus subordinados estavam persuadidos de que a insistencia do general Mitre, para que o tentassem immediatamente, sem aguardar que diminuíssem as probabilidades de mallogro, originava-se de um pensamento hostil ao Imperio, privinha de calcular tendentes a acautelar eventualidades de futura lucta com o Brasil, por motivo das questões que se suscitassem nos ajustes de paz com o Paraguay.

Mais de uma vez manifestou o barão de Innauma apprehensões dessa natureza, em sua correspondencia com o governo. Na carta confidencial em que communicou a exigencia do general Mitre, assim se exprimiu: "a passagem de Curupaity era tanto uma necessidade, quanto a de Humaitá, imprudentemente tentada, será um erro de graves consequências. A primeira operação se fez da maneira brilhante, que já se conhece. A que resta, e só acha apoio na opinião do general em chefe dos exercitos alliados, apresenta todos os obstaculos, que acima indiquei. O aniquilamento da esquadra brasileira pode ter alguma ligação com o projectado armamento da ilha de Martin Gracia." (8) Meses depois acrescentava: "oxalá esteja eu enganado em certas previsões que a mim e a muitos outros brasileiros incommodam! Ainda hontem recebi officio do presidente do Rio Grande do Sul, pedindo-me que a esquadilha do Alto Uruguay auxilie o commandante das armas, que é chamado á fronteira em consequencia de certas desconfianças. *Caveant consules* — é o que me não esquece" (9).

Um dos quesitos que o vice-almirante, com o fim de esclarecer o governo, submetteu ao estudo dos seus officiaes era concebido nestes termos: — "nas actuaes circumstancias das republicas de Prata, revolucionadas, ou em via de revolução, conhecidos como são os sentimentos dos revolucionarios a respeito do Imperio do Brasil, é *prudente arriscar a parte mais importante da nossa marinha* a uma ruina certa e inevitavel, sem convicção de que esta ruina previne outra maior, ou dá triumpho ás armas do Imperio?" (10)

---

(8) Carta Confidencial ao ministro da marinha n. 267 de 2 de Agosto de 1867.

(9) Idem n. 232 de 29 de Outubro de 1867.

(10) Confidencial do vice-almirante ao ministro da marinha n. 281 de 11 de Setembro de 1867.

Comquanto nutrisse as opiniões que ficam expressas, o vice-almirante por vezes declarou, quer ao Governo, quer ao marquez de Caxias, estar prompto a effectuar a passagem, se assim lhe fosse ordenado, declaração que aliás era desnecessaria naquella tempo e sob o regimen decahido. Expunha as razões que no seu conceito desaconselhavam a operação, mas obedeceria, reservando a sua responsabilidade quanto ao revés que temia.

Convencidos, por sua parte, da praticabilidade da mesma operação e das grandes vantagens que adviriam para a causa da alliança, nem o Governo nem o marquez hesitaria em dar immediatamente ordem, se os não detivessem duas das razões allegadas pelo barão de Inhaúma: 1ª não reunirem os navios de que dispunha as condições proprias para serem empregados em maior commettimento, logo após de forçado o passo de Curupaity, carecendo alguns de importantes reparos; 2ª a possibilidade de serem obtidos pelo exercito, mais lentamente, é certo, porem com sacrificios muito menores, os resultados que se esperavam da passagem de Humaitá. Governo e general procederam com a prudencia e zelo requeridos pelos grandes interesses nacionaes, de que eram os primeiros mantenedores.

O Governo, querendo remover quanto estava ao seu alcance quaesquer causas, que pudessem collocar o vice-almirante na contingencia de recuar da posição conquistada, fez seguir immediatamente do Rio da Prata animaes e materia sufficiente, para não se interromperem as commissões diarias pelo Chaco da divisão encouraçada com a esquadra de madeira.

Não contente com isso, resolveu, á simples inspecção dos imperfeitos mappas existentes, a construcção da estrada de ferro de que já tratamos, levada a effeito em diminutissimo tempo.

Deliberou ainda proporcionar ao vice-almirante navios adequados á transposição de Humaitá, tão depressa se offerecesse monção favoravel para realizá-la.

Abandonando, por isso, o plano de enviar, por terra, a Matto Grosso, em peças que alli se juntariam, os monitores que mandara construir, com o intuito de levar ao inimigo um ataque fluvial por aquella fronteira, ordenou que elles se concluíssem no Rio de Janeiro, para se irem encorporar á esquadra no Paraguay. Rasos com a agua, de calado minimo, e por sua especial construcção, esses navios, de original modelo brasileiro, poderiam cruzar sobre as correntes



de Humaitá, e passariam quasi incólumes, sob as baterias, attentos o pequeno alvo que apresentavam e a forte couraça de que eram revestidos, estando, entretanto, armados de poderoso canhão em torre giratoria, inatingivel por projectis que reproduzissem os horrores das casamatas do *Tamandaré* e do *Barroso*.

O *Pará*, que seguira já para ser experimentado na navegação dos rios teve ordem de ficar á disposição do vice-almirante; e foram reunir-se-lhe, de Outubro a Fevereiro, o *Rio Grande do Sul*, *Alagoas* e *Piauí*.

Por outro lado, tratou o Governo de dissipar as prevenções do vice-almirante, quanto á lealdade dos alliados, mostrando-lhe o erro em que laborava e recommendando-lhe cordialidade e confiança nas relações reciprocas "Não posso crêr, diziamos-lhe em carta confidencial, que a opinião sustentada pelo general Mitre sobre a passagem de Humaitá, seja inspirada pelo desejo de ver destruida a nossa esquadra. Além de que seus interesses o chamam a nós, elle sabe que a esquadra não se compõe só de encouraçados e que antes de possuil-os já o Brasil se fazia respeitar no Rio da Prata. E, demais, até o presente não tem o Governo motivo para duvidar da sua lealdade; sendo que acerca dos armamentos de Martin Garcia recebemos explicações que nos tranquilizam completamente.

"Os receios, até certo ponto naturaes, que sua politica incute em alguns patricios nossos, hão de agora augmentar com a mudança que houve no gabinete argentino, a qual, todavia, não é de modo algum infensa á causa da alliança, que tanto como a nós lhe convém sustentar. "O que nos têm a todos desgostado (aos membros do Governo) é a maneira acre, — accrescentavamos, por que se exprimem, relativamente aos governos e povos platinos, certas correspondencias da esquadra e do exercito. E' indispensavel que V. Ex. intervenha particularmente, afim de que esjam escriptas com mais prudencia e moderação. Bem sei que temos sido atrozmente provocados e injuriados, nos jornaes de Montividéo e Buenos-Ayres, por alguém que se diz privar com o general Mitre, o que desculpa o azedume que transpira d'aquellas publicações. Mas, cumpre que, ainda nisso, nos mostremos superiores aos nossos alliados e não é, certamente, revelando

a mesma paixão que elles, que manteremos os fóros de nação civilizada (11).

Insistindo sobre o assumpto, dias depois escreviamos: "Não cessarei de repetir que a alliança está longe de ser um mal para o Brasil, como ultimamente parece ter-se acreditado no exterior e na esquadra. Um homem do quilate de V. Ex. facilmente comprehende quão necessario é que, na presente guerra, a nossa sorte esteja unida á dos povos do Rio da Prata. Sem a alliança, postas de parte outras considerações, onde acharíamos depositos para os nossos generos, portos para refresco, segurança e facilidade para a subida de nossas forças? Assim, espera o Governo que pela sua parte continuará V. Ex. a concorrer para que cada vez mais se apertem os seus laços, influindo no mesmo sentido para com os nossos officiaes, principalmente aquelles que mais jovens, mais entusiastas e, portanto, menos reflectidos, espalham, em cartas particulares e correspondencias de jornaes, idéas que vão repercutir nas classes menos cultas, onde se tornam eminentemente nocivas, porque podem até impopularizar a guerra, quando é indispensavel que tal não aconteça, pois carecemos ainda de novos contingentes.

"Este é o pensamento do Governo, e que estamos dispostos a manter, emquanto factos incontestaveis e mui significativos não vierem convencer-nos de que os interesses do paiz, que estão acima de tudo, exigem mudança de politica em relação aos nossos alliados. E se bem que não duvidaríamos arrostar a impopularidade para não nos desviarmos da senda que julgamos dever seguir, temos a felicidade de vêr que, nesta parte, se acha de accôrdo, não só a grande massa da nação, como os homens eminentes de todos os partidos. Cumpre que os espiritos se não transviem, levados por manifestações contrarias de certos órgãos da nossa imprensa. São opiniões individuaes cujo valor V. Ex. apreciará devidamente. Em uma palavra, a alliança é uma necessidade. Curvemo-nos a ella, não fazendo conta dos inconvenientes que possa ter, e que são inevitaveis.

"V. Ex.. que conhece a historia, sabe que a todas allianças têm acontecido o mesmo, que a nós está acontecendo e tenha bem presente, que se a França se viu só na infeiz

---

(11) Officio confidencial do Ministro da Marinha ao vice-almirante, datado de 21 de Setembro de 1867.

empreza do Mexico, foi isso em grande parte devido á habilitade com que o inimigo commum conseguiu semear, no campo alliado, os elementos da discórdia.

“Não se segue, porém, que desejemos a alliança a todo custo; não; mantenhamol-a por maiores que sejam os sacrificios e provações, mas emquanto não fôr compromettida a dignidade da nação, ou esquecidos os fins que a determinaram. *Nesta eventualidade, que não julgo possível, o general em chefe das nossas forças está autorizado para proceder, como lhe dictarem a sua prudencia, patriotismo e valor* (12).

Emquanto assim procedia o Governo, o marquez de Caxias que, se viu, declinara no arbitrio do vice-almirante permanecer na posição em que elle se achava, continuando no bombardeio de Humaitá, tentar a passagem e até mesmo voltar ao antigo ancoradouro, abaixo de Curupaity, se as circumstancias o exigissem, procurava adiantar em terra operações, que apressassem a terminação da luta. Não escapava á sua experiencia e tino militar, que um general, assumindo a offensiva e não acomettendo logo o inimigo, lhe dá alento e desmoralisa os proprios soldados, que dirige. Mas, na dependencia do commandante em chefe, não podia emprehender tudo quanto julgasse acertado, sem a annuncencia delle. Se assim não fora, os acontecimentos succeder-se-iam com maior rapidez do que tiveram logar, em seguida á marcha de flanco, pois que para isso cuidadosamente dispuzera o marquez todos os recursos necessarios. Pelo que conseguiu, em prazo relativamente curto, propondo-o ou communicando-o previamente ao general Mitre e aguardando sempre para agir sua approvação, bem se pôde avaliar o que teria feito se continuasse no mando superior.

Animados pela inacção em que se achavam os exercitos alliados, os paraguayos que não ousaram embarçar a marcha até Tuyucué, apezar das facilidades que para isso tinham, começaram a sahir de seus entrincheiramentos para atacar as forças alliadas, que sempre os rechassaram, infligindo-lhes constantes perdas.

A 6 de Setembro foram desbaratados em S. Solano por um troço de cavallaria brasileira, que ahi fazia o serviço da

---

(12) Confidencial de 27 de Setembro de 1867, dirigida pelo Ministro da Marinha ao vice-almirante.

vanguarda. No dia 18 partiram duas columnas, uma brasileira, ao mando do general Andrade Neves (depois barão do Triumpho), outra argentina, sob o do general Hornos, para explorarem os terrenos adjacentes á margem esquerda do Paraguay, até a villa do Pillar. Andrade Neves encontra e derrota uma partida paraguaya no Potrero Ovelha (a 19), segue para seu destino, cruza em caminho com os argentinos, que tendo se approximado daquella povoação, contentaram-se de reconhecê-la e regressavam ao acampamento. O chefe brasileiro prosegue, por não julgar satisfeitas as instrucções de Caxias, passa a nado o arraio Nhembucú e toma de assalto a villa, defendida pela guarnição, por 2 vapores e 1 chata, enviados de Humaitá. Deixa o inimigo no campo grande numero de mortos e em nosso poder prisioneiros, artilharia, fuzis, lanças, cartuxame, gado, cavallada e a chata, que é reduzida a cinzas. Cinco dias depois (24), tentam os paraguayos aprezar com cavallaria e infantaria o comboio, que ia de Tuyuty levar fornecimentos á Tuyucú e são novamente batidos pelo general Albino Coelho, incumbido por Porto-Alegre de contê-los apenas presentiu o perigo. A 25 choca-se a cavallaria brasileira com a paraguaya, que é vencida em S. Solano.

Cavallaria e infantaria inimigas, provenientes de Humaitá, acomettem aquella povoação (S. Solano) em 3 de Outubro e são repellidos pelo general Andrade Neves e o coronel Fernandes Lima, que lhes matam 500 homens e fazem 200 prisioneiros. A 19, projecta o marquez de Caxias um lance sobre os restos da cavallaria paraguaya, que continuava a sahir do acampamento, para dar pasto aos animaes; ordena para isso as precisas disposições e a 21 consegue aniquilar quasi completamente um corpo de 1.000 homens.

Depois de sanguinolento combate, apodera-se o general Menna Barreto (João Manoel) do Potrero Ovelha, no dia 29, e procede a um reconhecimento sobre Tagy, á beira do Paraguay, fortemente guarnecido, e auxiliado por 3 vapores. Na manhã de 2 de Novembro, marcha o general contra a povoação e depois de empregar a artilharia e mosquetaria, carrega a bayoneta o inimigo, que perde 800 homens; colloca uma bateria á margem do rio, mette a pique um dos vapores, o 25 de Março e uma chata; incendeia segundo, o Bispo, e faz fugir o terceiro, Pirabebé, com uma das rodas despedaçada, e outras avarias. Tagy é occupado e fortificado, e assim se não ficam de todo supprimidas, por agua, como já o estavam por terra, depois da tomada do Protero Ovelha,



muito se difficultam as communicações dos paraguayos com a capital.

Comprehendendo Lopez a importancia da victoria alcançada pelos alliados, imaginou desforrar-se no dia immediato, levando violento ataque á base das operações daquelles em Tuyuty, contra a qual arremessou 8.000 homens, em 3 columnas, que deviam cahir sobre a direita, centro e esquerda do acampamento, cuja guarnição sabia ter sido desfalcada dos contingentes, que na vespera sahiram a reforçar o 1º corpo de exercito e escoltar o comboio de viveres a elle remettidos.

Antes de romper o dia começou a acção: a primeira columna obteve triumpho. Graças ao grande numero e a surpresa do acometimento toma, á direita, os reductos e a primeira linha de defeza, confiados a tropas argentinas; na extrema dessa linha, apoiando-se em fortificações ainda não acabadas, o 4º batalhão de artilharia brasileiro, com duzentas e poucas praças, commandados pelo bravo major Cunha Mattos, debalde denodadamente se esforça por deter os aggressores. E' o batalhão flanqueado por um troço dessa columna, que operando de concerto com a segunda, de cavallaria, o envolve e abafa sob massas, sempre crescentes. Estas de novo se dividem e uma parte invade o interior do campo, ferindo e matando quantos se lhe antepõem, incendiando ranchos, armazens e depositos, e por fim entrega-se ao saque; outra parte avança sobre o polygono central, séde do quartel general e mais repartições do exercito. A' esquerda, 5 batalhões brasileiros, dirigidos pelo coronel Albuquerque Maranhão repellem valentemente as successivas investidas da terceira columna inimiga.

O visconde de Porto Allegre, que ao soarem os primeiros tiros acode aos pontos de maior perigo, de relance comprehendendo a impossibilidade de sustentar, contra a formidavel avalanche, a linha de entrincheiramentos, e que só lhe resta o recurso de concentrar-se naquelle polygono, para o qual, com toda a calma, faz convergir cerca de 2.000 homens dos batalhões mais proximos. Colloca-se á sua frente, impavido e firme. Simultaneamente atacado por 4 faces do reducto, o destemido general teve ahi o seu mais brilhante dia de gloria. Durante 3 horas de renhido combate, muitas vezes corpo a corpo, obriga a recuarem os inimigos, que se precipitam de assalto em assalto; perde dois cavallos; peleja elle proprio, a pé, espada e revolver em punha com o arrojo do mais

novel official e a imperturbabilidade do veterano affeito a commandar, e que tudo prevê, remedeia e guia.

Os paraguayos que o conhecem pelo habitual apuro do grande uniforme, sobre elle se arrojam de preferencia, bradando e transmittindo-se, como palavra de ordem, — *al general! al general!* (13) mas Porto Alegre, o primeiro no posto, tambem o é na coragem impetuosa, associada a sangue frio inexcédível, que ali valeram um exercito. Os poucos que o rodeavam, desde o coronel Fernando Machado e outros officiaes de distincto valor, até a ultima praça, mostraram-se dignos de quem os commandava.

Entretanto, a pugna atea-se de novo á direita que os invasores haviam dominado. Apercebendo-se do combate, o coronel Silva Paranhos retrocede do Estero Bellaco, com a escolta do comboio, marcha em direcção ao ponto onde crepitam as descargas e incorpora-se, no caminho, a alguma força apressadamente reunida pelo general Menna Barreto (José Luiz), que assume o commando. Essa gente accommete, para retomal-os, os reductos em poder do inimigo. Cahem ferido o general e morto o coronel Landulpho Medrado; a Paranhos toca o commando e continua a offensiva, alternativamente repellida e reiterada com ardor, ao mesmo tempo que, na esquerda, se mantem Maranhão com inquebrantável energia, na disputadissima posição.

A tenacidade da defesa no reducto central afrouxa a audacia dos paraguayos, incessantemente varridos pela fuzilaria e metralha, ou derrubados das trincheiras, a golpes d'arma branca. Recuam como para ganhar maior impulso, e dar o assalto decisivo. E' o momento supremo. Porto Alegre manda soar o clarim de avançar. Com elle sempre, na frente, suas tropas galgam os tapumes, arrojam-se sobre os inimigos n'uma carga de bayoneta, que os leva de roldão além do acampamento. Já fogem, quando inopinadamente os aggride de flanco o general Vivtorino Monteiro, com a 5ª divisão de cavallaria, desprendida pelo marquez de Caxias, em soccorro do 2º corpo, ao ouvir o ecoar longinquo e seguido da mosquearia e do canhão. Opera-se a debandada, pavorosa e frenetica, sendo ainda alcançados, por dois regimentos tambem de cavallaria argentina (ao mando do general Hornos, para aquelle mesmo fim destacados por Mitre), os minguaos restos das destroçadas hostes, que se acolhiam ao quadrilatero.

---

(13) *Azevedo Pimentel* — Episodios militares.

Fôra ousada e terrível a investida; por algum tempo os paraguayos contaram vantagem, mas o valor heroico de Porto Alegre e dos seus soldados converteu os primeiros revezes em esplendida victoria. Jaziam no campo mais de 2.700 inimigos, mortos, e duplicado numero de feridos. Fizeram-se 1.500 prisioneiros e arrecadou-se grande copia de armamento. A maior hecatombe depois de 24 de Maio! Da parte dos alliados os mortos e freidos subiram a 1.337 officiaes e praças; prisioneiros e extraviados 14 officiaes e 380 soldados brasileiros. Os argentinos accusaram a perda de 6 bocças de fogo, 132 mortos e 95 feridos. (14)

Ameaçado seu principal baluarte pelos canhões da esquadra, tolhidas as communicações para a capital com a occupação do Porto Ovelha, via terrestre, e no rio com a do Tagy, perdidos mais dois navios de guerra e impossibilitados de agirem os que conservava acima de Humaitá, vio-se Lopez encurralado, impotente para reassumir a offensiva e sob a imminencia de um assalto geral, a que não poderia resistir. Para continuar a luta, era indeclinavel abandonar o famoso quadrilatero, diante do qual delivra 15 mezes os exercitos alliados. Enviou o dictador uma expedição ao Chaco, em frente a Humaitá, afim de abrir caminho para Assumpção, e pouco a pouco retirou-se das linhas de Tuyuty, concentrando forças em Passo Pocú e na mencionada fortaleza.

No correr dos mezes de Novembro a Dezembro deram-se successos de menor monta, mas que contribuíram para tornar cada vez mais critica a situação do inimigo. Com a posse da villa do Pilar os reconhecimentos, a mão armada, de diversas fortificações e do interior do polz chegaram até Tebicuary, arrebanhando os brasileiros grande porção de gado, destruindo depositos de viveres e destroçando as partidas, que lhes sahiram ao encontro ou tentaram surprehender os piquetes avançados, o que tudo fazia escassearem diariamente os recursos do dictador, em torno do qual se estreitava o assedio em que o tinham os exercitos e a esquadra da alliança.

Por seu turno o vice-almirante barão de Inhaúma não cessava de hostilizar tanto Curupaity como Humaitá, impedindo que as duas praças se auxiliassem, desmoroando as muralhas e entrincheiramentos da segunda, mettendo a

pique as chatas que sustentavam as correntes e não deixando que o inimigo as substituisse. Os encouraçados da divisão avançada estavam em correspondencia rapida e segura com os demais navios, surtos no porto Elizario, e, pela estrada do Chaco, perfeitamente defendida por contingentes do batalhão naval e do exercito, recebiam todas as provisões necessarias, podendo ser de momento soccorridos em caso de perigo. Nesse periodo os meios de acção augmentaram com a chegada dos 3 pequenos monitores, a que já nos referimos. O vulto exíguo destes navios sobre a linha d'agua, calado insignificante, regularidade da marcha, artilharia superior e a capacidade aggressiva do ariete, os tornavam formidaveis n'uma guerra fluvial.

Tal era a situação, quando a 10 de Janeiro de 1868, o general Mitre retirou-se segunda vez do exercito, entregando o commando em chefe dos alliados ao marquez de Caxias. Regressava a Buenos Ayres para exercer o governo da confederação, em consequencia da morte do vice-presidente D. Marcos Paz, que não tinha successor legal.

Desde esse dia, as operações correram sob a direcção superior exclusiva dos chefes brasileiros.

---







## XXIII

### *A passagem de Humaitá*

Embora estivessem já em poder dos exercitos alliados dous pontos na margem do rio Paraguay além de Humaytá, o assedio desta fortaleza não seria completo se a esquadra não transpuzesse o trecho, que defendiam os afamados baluartes.

Pela peninsula ou ponta do Chaco, fronteira á praça, podia esta ser, com alguma difficuldade, abastecida de todas as provisões, provenientes da capital ou do interior, prolongando-se assim indefinidamente a resistencia. Para impedir-o, era preciso dominar a navegação acima das fortificações, tanto mais que como já ponderamos, conservava Lopez dez vapores, de guerra, numerosas chalanas e outros transportes de que convinha privar-o, no interesse da mais prompta terminação da luta. E nem seria prudente internarem-se os alliados ou afastarem-se das proximidades da esquadra, deixando á retaguarda, em poder do inimigo, a maior fortaleza do paiz.

A passagem de Humaytá, portanto, impunha-se como operação indispensavel e que cumpria levar a effeito, até para desvanecer a illusão, que alimentavam Lopez e o seu infeliz povo, apoiados aliás no conceito de officiaes de marinha estrangeiros, acerca da inexpugnabilidade daquella posição, o que os animava a combater. Compenetrados desta necessidade, nem o Governo imperial, nem o general marquez de Caxias podia, entretanto, deixar de attender ás valiosas razões, adduzidas pelo vice-almirante barão de Inhauma, para não emprehender immediatamente tão arriscado commettimento. O commandante da esquadra, por sua longa

experiencia e illustração, como pela coragem comprovada, estava na altura da ardua missão e elevado posto. Se não investira logo o temeroso passo e durante mezes não o tentara é que o detiveram excepcionaes obstaculos. Mas, se na guerra incumbe aos que a dirigem ter grande conta as condições locaes, a opportunidade do momento, os meios de acção proprios e do adversario, as vantagens a colher e os perigos provaveis e possiveis, condições imprescindiveis de successo, tambem alguma cousa se deve confiar da força mysteriosa e superior, que preside aos destinos humanos. Os impios a denominam acaso ou fatalidade; para os espiritos verdadeiramente esclarecidos, porém, não é senão a demonstração irrecusavel da Providencia Divina. A causa da alliança era santa e justa, e por maiores provações que lhe estivessem reservadas seu triumpho não dependeria só dos recursos materiaes, de que dispuzessem as tres nações colligadas e da valentia de seus soldados e marinheiros, por que as leis da Moral eterna jamais se violam impunemente.

Animados dessa fé, nunca o Governo e o general em chefe desistiram do proposito, ou perderam a esperanza de que a marinha brasileira conquistasse mais um dia de gloria, realizando o que se reputava impossivel. Aguardavam unicamente que, feito tudo quanto delles dependesse para assegurar probabilidades de victoria, pudessem assumir a responsabilidade da decisão, — dizendo ao commandante da esquadra — é tempo de avançar, se o vice-almirante por *motu-propria* a não tomasse.

“Estou seguro e póde V. Ex. contar, escrevia o marquez de Caxias, em resposta ao general Mitre, que a passagem de Humaytá se ha de dar desde que tivermos a convicção de que não importará ella completa ruina da esquadra encouraçada brasileira e quando possa ser secundada pelos exercitos alliados” (1). Referindo-nos ás communicações do vice-almirante sobre a jornada de Curupaity, pela nossa parte haviamos declarado muito anteriormente: “bem fez V. Ex. não se arriscando á passagem de Humaytá; mas isso não o inhiu de tental-a, quando se apresente occasião azada, ou pelos estragos causados ao inimigo, pelo melhor conhecimento da localidade e dos obstaculos accumulados, assim como dos meios de superal-os, ou por algumas dessas eventualidades, frequentes na guerra. Sacrificando-se alguns

---

(1) Resposta do marquez de Caxias ao general Mitre datada de 12 de Dezembro de 1867.

dos encouraçados que se julgam imprestaveis não seria possível effectual-a? O perigo seria grande, mas o alcance moral, senão os resultados materiaes da victoria compensal-o-iam sobejamente. E aquelles obstaculos serão na realidade tão formidaveis como se affiguram a certa distancia? Poder-se-ha affirmar a impossibilidade de vencel-os antes de tentar fazel-o?" (2)

Insistindo sempre neste pensamento accrescentavamos, pouco depois: "Estou na firme convicção de que se V. Ex. verificou já a possibilidade de forçar Humaytá, a esta hora o deve ter feito. (3) Confio que na presente guerra ha de praticar alguma cousa semelhante, senão maior, aos feitos do americano Farragut, cujos encouraçados não eram tambem isentos de defeitos. Suppriu-os o genio e a ousadia do general, qualidades que felizmente não lhe faltam. Além de que, se já não chegaram, ahi estarão em poucos dias os novos monitores, em cuja construcção tiveram-se muito em vista as condições especiaes do theatro em que iam operar. A elles irá juntar-se muito brevemente outro. Com essas novas machinas de guerra e a cheia do rio V. Ex. zombará de Humaytá, suas cadeias e torpedos." (4) E em carta reservada assim nos exprimimos: "— diz-me V. Ex., em officio que já foi publicado, que o crescimento das aguas arrancaria os torpedos dos seus jazigos e que estes instrumentos de destruição deixariam por fim de sel-o, desde que a polvora humedecesse, por se demorar immersa longo tempo. E de facto, a esquadra não tem podido ir até os torpedos, mas descem elles, deixando por satisfazer a sua desastrosa missão. Os que restam terão talvez a mesma sorte. Se algum, porém, preencher o ifm a que é destinado, contaremos mais um deploravel sinistro na guerra. Não deixaremos de proseguir, como se tem praticado e de um modo honroso para a esquadra. Temos, pois, consideravelmente attenuadas as probabilidades de resistencia por parte de tão temerosos adversarios. As cadeias e as barcas que as sustentam são obstaculos de mais vulto e imponencia do que de verdadeira importancia. Confirmam este juizo as vantagens obtidas

---

(2) Officio e cartas confidenciaes do ministro da marinha ao vice-almirante em 21 de Setembro do mesmo anno.

(3) Idem de 5 de Outubro.

(4) Carta confidencial do ministro da marinha ao vice-almirante, em 27 de Dezembro.



pela nossa artilharia, que partiu correntes e afundou seus supportes. O rio, portanto, vai ficando desimpedido. Não é de esperar que mais circumstancias favoraveis cheguem a convertel-o em via fluvial perefeitamente segura. Alguma cousa, provavelmente mesmo muito, hade ficar para ser superada pela intelligencia e ousada do nosso bravo Almirante e dos seus dignos companheiros. Nestas condições, *creio que oportunidade se offerece para mais arriscados commettimentos*. As aguas crescem, o inimigo perde forças e desmoraliza-se por continuados bombardeios. *Quanto posso julgar, é chegada a occasião de verificar a passagem*. Perdido este ensejo, difficilmente occorrerão a bem dos grandes interesses do nosso paiz, que empenha seu futuro nesta luta de honra, novas circumstancias favoraveis de transpor o Humaitá. Não se desconhecem as difficuldades da passagem; mas não ha feito distincto sem empreza arriscada. E precisamos desse feito, não tanto pela gloria, como principalmente pela necessidade de concluir. A verdade é que nada tentamos ainda de ousado e excepcional contra as fortificações paraguayas, entretanto que ir além de Humaitá, não é um impossivel, para quem passou Curupaity. Bombardeios incessantes, que certamente enfraquecem o inimigo, não conseguiram nem conseguirão talvez, na estreiteza de tempo em que devemos ter a victoria, fazer calar as baterias. Se se espera este resultado como um acontecimento que se deve realizar pela ordem natural das cousas, teremos a guerra prolongada indefinidamente, e o genio e bravura dos nossos generaes postos á disposição de simplicies eventualidades, aguardando para cantar victoria o ultimo arranco de um inimigo já extenuado.

“Desde que não ha probabilidade de fazer calar as baterias de Humaitá pelos meios ordinarios até aqui empregados, desde que a passagem por aquellas baterias offerece condições de praticabilidade, que não existiam; e, finalmente, desde que nada fizemos ainda para chegar a conclusão do impossivel, confiando na decisão e valor, que distinguem a V. Ex., creio sr. almirante, que *v. ex., vai emprehender, se já não emprehendeu, a solução do grande e glorioso problema*. O interesse que me domina pelos feitos da nossa esquadra, suscita-me idéas que não duvido expôr, desejando que v. exc., as considere como signal e prova desses meus sentimentos.

“Pensei na possibilidade de fazer-se a passagem, dispostas as forças como melhor V. Exc. entender, durante uma noite escura, e mesmo tempestuosa. Tendo-se em

Humaitá certeza de que a esquadra não projecta a passagem, poderia ella dar-se desaparecebidamente para o inimigo.

“Seria o caso de uma brilhante ousadia se, ainda durante a noite, reconhecido previamente o canal pelos nossos praticos, uma divisão dos pequenos encouraçados affrontasse o mesmo canal a toda força, e fosse em um ponto convencionado combinar com o exercito para o proseguimento das ultimas empresas. Não apresento senão a idéa, convencido que V. Exc., a terá discutido com o desênvolvimento que póde ter, ahi, no theatro das operações, e submettido ao criterio de sua experiencia e conhecimentos profissionaes. Estas são as reflexões que desejava fazer-lhe. Praza a Deus que ellas tenham prompta resposta com a noticia de que foi a esquadra quem decidiu o pleito, provando ainda uma vez que não ha impossiveis na guerra.” (5)

A's vistas do Governo correspondiam os planos do marquez de Caxias e do vice-almirante. Podendo já aquelle, ausente Mitre, resolver por si exclusivamente e tendo examinado no Chaco todos os pontos occupados pelas forças alliadas e terrenos adjacentes, dirigiu-se a divisão dos encouraçados e observando de perto as fortificações de Humaitá, combinou com o barão de Inhauma as operações futuras, que deviam ter por base movimentos simultaneos da esquadra e do exercito. Conquistados por este os dois pontos de apoio acima da fortaleza — Tagy e Pilar, os obstaculos á passagem se haviam modificado, sem que por isso, nos perigos conhecidos e desconhecidos, deixasse de offerecer-se nobre partilha para o arrojo e saber profissional do punhado de bravos, que a comprehendessem.

Os tiros da esquadra metteram a pique as chatas que sustentavam as cadeias que interceptavam o rio (6) e as cadeias, obedecendo á acção de gravidade, faziam seio. Restava que uma enchente elevasse sufficientemente o nivel das aguas, para comportarem o calado dos maiores encouraçados, phenomeno felizmente realizado nos primeiros dias de Fevereiro de 1868.

Da expedição que forçaria a passagem deveriam fazer parte os monitores recentemente incorporados á esquadra, ancorados em Curuzú: *Pará*, commandante 1º tenente Cus-

---

(5) Carta reservadissima do ministro ao vice-almirante em 26 de Dezembro.

(6) O primeiro tiro que o conseguiu foi disparado do encouraçado *Silvado* pelo 1º tenente Custodio José de Mello.

todio de Mello, *Rio Grande*, commandante 1º tenente Antonio Joaquim e *Alagóas*, commandante 1º tenente Mautrity, que para se reunirem aos navios da vanguarda eram obrigados a atravessar sob as baterias de Curupaity, inda então defendidas por 30 bocas de fogo e numerosa guarnição. Para trazel-os foi commissionedo o capitão de mar e guerra Delphim de Carvalho, levando como praticos o 1º tenente Fernando Etchebarne e os 2os. tenentes Bernardino Gustavino e Manoel Prefume. Suspenderam os monitores ás 8 ½ da noite de 12 de Fevereiro, mas um desarranjo no machinismo e o abalroamento do *Alagóas* com o *Ipiranga*, que lhe derrubou a chaminé sobre o convez, forçou-os a dar fundo. Feitos os reparos no dia 13, ao anoitecer, se poz de novo em movimento a esquadilha e pouco depois ouviram-se as descargas da fortaleza, respondendo os navios de madeira, sob as ordens do capitão de mar e guerra Torres e Alvim. A's 9 ½ o *Alagóas* e o *Pará* lançavam ferros junto ao *Brasil*, onde se achava o vice-almirante, chegando com uma hora de atrazo o *Rio Grande*. Ao subir veio-lhe sobre a prôa um camalote, pelo que teve de parar e safal-o a machado, isto debaixo de vivo fogo do inimigo, cujas balas de 68 lhe percutiam a couraça. (7)

Era passada meia noite de 19 de Fevereiro, quando começou a mover-se, sob o mando do mesmo capitão mar e guerra Delphim de Carvalho, que dias antes ensaiara a brilhante façanha, a esquadilha incumbida de effectuar o forçamento de Humaitá e assim composta:

Encouraçados: *Barroso*, commandante o capitão-tenente Silveira da Motta, levando atracado por B. B. o monitor *Ri oGrande*; *Bahia*, com o pavilhão do chefe, commandante o capitão de fragata Guilherme dos Santos, tendo o *Alagóas* atracado como o precedente.

*Tamandaré*, commandante, capitão tenente Pires de Miranda, com o *Pará*, também do mesmo modo:

Commandavam os monitores os officiaes que os haviam trazido de Curuzú, 1os. tenentes Antonio Joaquim, Mautrity e Custodio de Mello.

O *Barroso*, governando bem, emparelhou-se breve com os couraçados da vanguarda; o *Bahia*, obedecendo com dif-

---

(7) Ordem do dia do vice-almirante n. 116 de 14 de Fevereiro de 1868.

ficuldade ao leme, encalhou no Chaco e desembaraçado aproou para o ponto do destino. Manifestando por isso o pratico Luiz Repetto receio de investir o canal, recebeu do vice-almirante concisa ordem — Siga! O *Tamandaré*, de pouca marcha, demorou-se, mas por fim reuniu-se. Seriam 3 horas da madrugada. Avançou a esquadilha de cujos primeiros movimentos se apercebeu o inimigo, que lançou de Curupaity foguetes de signal, correspondidos de Humaitá.

Neste interim, os demais navios da esquadra, para auxiliarem e protegerem os que iam expôr-se á um sacrificio mais que provavel, achavam-se distribuidos nas seguintes posições:

O *Lima Barros*, com o commandante da 2ª subdivisão, capitão de mar e guerra Rodrigues da Costa e seu capitão de bandeira, capitão de fragata Garcindo de Sá e o *Silvado*, commandante capitão tenente Jeronymo Gonçalves, acompanhando a esquadilha, collocaram-se em frente á bateria de Londres, afim de metralharem todo o espaço fortificado que seus canhões pudessem attingir: — o primeiro encalhou de prôa e o segundo amarrou-se com cabos ás arvores da margem, ambos para terem maior estabilidade e logo abaixo, em linha, junto á costa do Chaco, o *Cabral*, commandante, capitão tenente Alves Nogueira, o *Brasil*, commandante capitão tenente Salgado, o *Colombo*, capitão tenente Bernardino Queiroz e o *Herval*, commandante o capitão tenente Helvecio Pimentel. O vice-almirante conservou-se no passagem do *Brasil*.

No porto Elisiario permanecera o *Mariz e Barros*, commandante capitão tenente Netto de Mendonça, encarregado da defesa dos depositos e do hospital de sangue. Na lagôa Piris, deviam postar-se, sob o commando do capitão de mar e guerra Affonso Lima, as conchoeiras *Iguatemy*, commandante o capitão tenente Jacintho Paes Leme, *Mearim*, comamndante o 1º tenente Albuquerque Lins, a bombardeira *Pedro Affonso*, commandante capitão tenente Gomes de Faria, com a chata *Mercedes*; mas a *Iguatemy* não poudé alli entrar.

Sob as ordens do chefe Torres e Alvim, em Curuzú, achavam-se o *Pinceza de Joinville*, commandante o capitão de fragata Ignacio Fonseca, o *Beberibe*, commandante o capitão-tenente Candido dos Reis e a chata *Cuevas*, commandante o capitão de commissão Rice. (8)

Esta distribuição dos navios destinava-se ao bombardeio simultaneo de todas as posições do inimigo, no momento de



effectuar-se a passagem, atirando cada grupo sobre as que ficassem a alcance.

Cerca de meia hora depois de seguir a esquadilha, troaram os canhões de Humaitá e em varios pontos da margem do Chaco accenderam-se enormes fogueiras, cujas labaredas, projectando-se sobre as aguas do rio, as illuminavam por fórma, que os vultos do *Barroso* e do matalote *Rio Grande* claramente se destacavam, transpondo as correntes e offerecendo assim, em curtissima distancia, alvos seguros aos artilheiros.

Não se demorou a resposta: prompto começou a fazer-se ouvir tambem a artilharia de todos os navios de protecção, assim como a das baterias do exercito e da força destacada no Chaco, expediente de que se servira o marquez de Caxias para persuadir o inimigo, que ia ser dado um ataque geral.

O vasto circuito de toda a linha occupada pelos alliados, tanto no rio, como em terra, e no centro delle a extensa curva das fortificações paraguayas, ardião num abraçamento infernal, como que ateado por centenaes de crateras em incessantes explosões, a despejarem lampejos sinistros e mortiferos projectis. “As bombas, as balas razas, as granadas e descargas de fuzilaria se intermediavam e se succediam de tal modo, que não havia o intervallo de um minuto, nem o repouso de um instante”. (9)

Crescia o pavoroso estampido, quando fende os ares perpendiculares, a perder-se nas nuvens, um grande foguete de signaes. Convencionado aviso de que os dous primeiros encouraçados haviam transposto as correntes. Gritos patrioticos, entusiasticos vivas saudaram na esquadra o prenuncio da victoria, pois do navio testa de columna dependia a sorte da expedição. Já o *Bahia*, que marchava no centro e o *Tamandaré* na retaguarda, com os monitores amarrados, arrostavam o fogo das baterias. Ao galgar aquelle por sua vez as correntes, são os cabos que prendiam o *Alagôas* despedaçados por balas.

Prosegue o *Bahia* e lança segundo foguete; o pequeno monitor, desgovernando, vem aguas abaixo e desce além dos encouraçados de protecção.

---

(8) Uma das divisões da esquadra, a 4<sup>a</sup>, e os navios destacados era Corrientes não foram chamados a operar.

(9) Palavras do marquez de Caxias na ordem do dia n. 5 de 24 de Fevereiro de 1868.

Mais lentamente, por sua marcha acanhada, porém com felicidade igual á dos que o precediam, o *Tamandaré* e seu matalote vencem o terrível obstaculo, annunciando-o, como os primeiros, ao resto da esquadra, cujo entusiasmo redobra. De toda a ousada esquadilha, só o desamparado *Alagôas* fôra mal succedido, mas serve-lhe o revez para maior realce de admiravel feito. Ao vel-o dôscambar e approximar-se, ordena-lhe o vice-almirante que dê fundo; o imperterrito Maurity finge não se aperceber da intimação e desobedece; orienta o navio e avança; o monitor descahe segunda vez e vai de encontro ao *Herval*; o choque ainda o obriga a retroceder; aprôa de novo para o canal de que o afasta novamente outro desgoverno, logo contido. Era então dia claro. Sobre o costado do exíguo lenho convergiam os projectis da poderosa fortificação.

Lucta de pigmeu contra gigante, que os demais navios presenciavam em dolorosa anciedade! A cada estrondo dos grossos canhões receiavam vel-o sossobrar; mas, o *Alagôas* fluctúa sempre e vai singrando. Prestes a romper as barreiras de ferro, outro contratempo lhe sobrevem; param as machinas, e, arrastado pela correnteza, quasi esbarra nas pontas de pedra. A artilharia de Humaitá ribomba com maior furor; queriam os inimigos ao menos uma presa e essa parecia segura!

Reparada, porém, a avaria, quarta investida apprehende o monitor, retoma o rumo e tranpõe por fim as correntes. Viu-se no ar não mais o traço luminoso, e sim a esfumaçada trajetória do ultimo foguete. Os vivos da esquadra cobrem o estampido dos canhões. Durara uma hora a pugna portentosa!

Entretanto, iam avançando rio acima e a meia marcha. para descansarem do extraordinario esforço, os cinco outros encouraçados, na crença de que o *Alagôas* se reunira aos que estacionavam abaixo de Humaitá. Inesperadamente surge-lhes á prôa desconhecido obstaculo; na margem direita do rio 12 peças de artilharia do forte Timbó os aguardavam no transito, que elles suppunham desimpedido. Trava-se fero combate, que em consequencia da claridade do dia e do tempo preciso para accelerarem o movimento, maiores estragos lhes causa.

Disputam e vencem esse também porfiado passo.

O capitão de mar e guerra Delphim de Carvalho perdera já de vista a bateria, quando ouve á pôpa da esquadilha soarem de novo os distantes canhões. Suspeita que lhes é

ponto de mira o *Alagôas* e volta para protegê-lo. Testemunha apenas parte das proezas que o pequeno barco ainda estava destinado a executar. Como os navios que navegavam na frente, aguentou elle, no Timbó, violento canhoneio; mais de 40 projectis de pezado calibre despedaçaram-se contra as couraças, constelladas de numerosos e fundas depressões produzidas pelos de Humaitá. Reage o monitor com bombas e lanternetas. Expede nessa occasião o inimigo uma esquadrilha de 20 canôas, abarrotadas de gente, que o accommettem para abordá-lo. Apesar do pouco seguimento que levava, pelos desconcertos do machinismo, em poucos momentos elle as destrôa e dispersa aos choques do ariete e com os disparos de metralha e fusil. Nem um unico dos arrojados assaltantes consegue firmar pé no estreito convez; mais de 100 pagam com a vida o temerario lance!

Uma hora depois montava o victorioso monitor a fortificação de Laureles, contestando vigorosamente o fogo que de lá lhe faziam; e, ao meio-dia, alluida a torre, com 200 gloriosas môssas no revestimento de aço, parte do de madeira despregado e com agua no porão, largava ancora no porto de Tagy, junto aos cinco companheiros de expedição, alli recebidos todos por freneticas ovações da guarnição, ao mando do marechal Victorino Monteiro (10)

Foram graves as avarias do *Alagôas* e as do *Tamandaré* e *Pará*, que reclamavam promptos concertos para reentrarem no serviço. Em compensação, quasi nullo os prejuizos no pessoal, limitados a ferimentos e contusões de que participaram o commandante Delphim, o 1º tenente Maurity e o pratico 1º tenente Etchebarne: "tendo a fortuna de ser christão, escreveu o vice-almirante, em ordem do dia, não posso dixer de attribuir á mais decidida protecção de Deus o tão alto favor desta grande victoria, que bem pouco sangue precioso dos nossos bravos nos custa!" (11)

Grande victoria, na verdade, A passagem á viva força pelas baterias de Humaitá, geralmente considerada como

---

(10) Cit. Ordem do dia do Marquez de Caxias n. 5 de 24 de Fevereiro de 1868. Ditas do vice-almirante ns. 120 e 121 de 24 e 27 do mesmo mez. Officio do vice-almirante ao ministro da marinha de 23 tambem de Fevereiro.

Partes officiaes do capitão de mar e guerra Delphim de Carvalho e 1º tenente Maurity. Rel. de 1868, pags. 16 e 18.

(11) Na ordem do dia n. 120, já citada, o vice-almirante louvou á todos os chefes, officiaes e praças que tomaram parte no grandioso feito, mas só declinou o nome do 1º tenente Maurity,

impossivel, é um dos feitos mais gloriosos que regista a historia das guerras maritimas de todo mundo.

Ao tempo em que a esquadra assim adquiria novos titulos á gratidão da patria e á admiração dos posteros, uma parte do exercito, dirigida em pessoa pelo marquez de Caxias, alcançava, por seu turno, importante triumpho. Depois de trez horas de cruento combate apoderou-se o general em chefe do forte denominado *Estabelecimento*, sentinella avançada de Humaitá, como elle o qualificou, exterminando mais de 1.000 paraguayos e tomando-lhes 15 peças de artilharia e grande copia de munições bellicas.

Fausto e propicio para a triplíce alliança, o dia 19 de Fevereiro de 1868 foi fatalissimo ao marechal Solano Lopez.









## XXIV

*O Capitão de mar e guerra Delphim de Carvalho procede a reconhecimento até Assumpção. Os camalotes. Abordagem repellido por dois encouraçados da divisão avançada. Navios de madeira forçam ao passo de Curupaity. Destruição de vapores inimigos. Abandono de Curupaity.*

Advertido pelos foguetes de signaes de que estava transposto o celebre passo de Humaitá, não se demorou o Marquez de Caxias no forte do Estabelecimento, de que se havia apossado, senão o tempo necessario para providenciar sobre a destruição desse baluarte e arrecadação do material de guerra nelle existente. Na mesma tarde de 19 de Fvereiro, dirigiu-se ao Tagy a felicitar os bravos, que acabavam de praticar tão notavel façanha e combinar com o capitão de mar e guerra Delphim de Carvalho novas operações.

Teve o valente chefe ordem de ir, rio Paraguay acima, reconhecer os confluentes Bermejo e Tebicuary, hostilizando as fortificações ou forças que encontrasse, tomando ou mettendo a pique os navios inimigos, que apparecessem, e bombardeando a capital, se lhe oppuzesse resistencia.

Embora os encouraçados demandassem urgentes concertos para reparação das avarias recebidas, não trepidou um momento o chefe Delphim e seguiu, no dia 20, com os menos estrangeiros, *Bahia, Barroso e Rio Grande*, reforçadas as guarnições com 100 homens de infantaria do exercito. A 21 avistou, pouco além da foz do Tebicuary, o vapor *Pirabébé*, de vigia a depositos dos abastecimentos com que Lopez suppria Timbó e Humaitá. Estes depositos foram incendiados pelas bombas da esquadilha, que, dando caça ao vapor, não pôde alcançal-o, graças á grande velocidde de que elle

dispunha. Na fuga, abandonou o *Pirabébé* o patacho *Angelica*, que rebocava e ao qual mandou o commandante brasileiro pôr fogo. Proseguindo a expedição, destruiu o telegrapho das povoações marginaes, lançou ao rio artilharia e material de transportes, encontrado em Villa Franca, arrebanhou gado, capturou muitas lanchas e balsas, utilizando-se como combustivel das que não podiam servir para mais, e, percorrendo 65 leguas sem nenhuma opposição, approximava-se da capital quando, da ponta de Tacambé, uma fortificação procurou embaraçar-o com artilharia de 68.

Nutrido bombardeio de 2 horas castigou a aggressão, primeiro nas trincheiras, que foram reduzidas a silencio e, depois, em Assumpção, cuja casaria se desdobrava além d'aquella ponta ficando deteriorados o arsenal e o palacio do dictador, perfurando-lhe as balas o tecto e derrubando columnas da fachada imponente.

Daquella residencia regia, entregue ao abandono, o marechal Lopez contemplara tres annos antes, nos arroubos de tresloucado orgulho e insaciavel ambição, o desfile de numerosas legiões e a faina da partida das esquadras, que iam em plena paz, invadir o territorio de nações desarmadas, crente de que assim iniciava absoluto predominio nas regiões do Prata!

Parecia a cidade deserta: unico signal da vida ali era o tremular das bandeiras norte-americana, franceza e italiana, arvoradas nos respectivos consulados. E bem poucos dias antes, nas ruas e praças, agora ermas, o povo celebrava com festejos publicos suppostos triumphos contra os allia-dos! Assim ordenava o despota e cumpria obedecer ou morrer.

Asado ensejo se offerecia ao capitão de mar e guerra Delphim de arvalho para fazer pagar com a pena de Talião as depredações commettidas em Miranda, Corumbá, Uruguayana, Corrientes e tantas outras povoações brasileiras e argentinas; mas poupou a cidade indefesa e nem outro proceder era digno do representante de uma nação civilizada e generosa. Não poucos dos infelizes habitantes, que assim deveram fazerem ou vidas á nobreza do vencedor, foram victimas do furor de Lopez, purgando em atrozes supplicios o crime de se haverem abstinido de uma resistencia, não só inutil, como impossivel, retirando-se alguns de Assumpção, e occultando-se ali mesmo outros, ao descortinarem os encouaçado. Entre os que, pela *trahição á patria*, assim

praticada, receberam a morte, a golpes de lança ou bayoneta em São Fernando, contava-se o octogenário Francisco Sánchez, vice-presidente da República.

No porto de Assumpção encontrou a esquadilha metidos a pique os vapores de guerra *Paraguay* e *Rio Branco*. Satisfeito o objecto de sua missão, exploradas e reconhecidas as localidades mais apropriadas para um desembarque de tropas na capital, afim de occupal-a, se fosse mister, voltou a expedição a Tagy, sem outro accidente mais do que uma descarga de fuzilaria, desfechada por gente occulta nas margens da foz do Tebicuary, a qual feriu levemente quatro praças. (1)

Reparados os estragos soffridos, o *Tamandaré*, o *Pará* e o *Rio Grande do Sul* tomaram, no dia 26 posição em frente á Laurelles e abriram intenso fogo, obrigando o inimigo a evacuar as fortificações ali existentes, que foram arrasadas, como já haviam sido as do Establecimiento.

Restringindo-se cada vez mais o circulo que o ia encerrando, concebeu Lopez, com a caracteristica astucia, ousado estratagemma para apossar-se de um ou mais dos encouraçados, que assim zombavam das fortalezas reputadas inexpugnaveis.

As aguas do Paraguay, batendo de continuo contra as margens, em muitos pontos pouco resistentes, dellas destacam frequentemente grandes pedaços de terreno cobertos de arvoredo ou macega, que fluctuam á mercê da correnteza, até que se desfazem ao encontro das barraneas, nas voltas mais rapidas, ou pelo effeito da infiltração das mesmas aguas, durante o percurso das immensas distancias, que vencem taes blocos. *Camalotes*, chamam no paiz a essas errantes ilhas de ephemera existencia, que mais numerosas se formam na época das grandes cheias. Dia e noite se vêem descer lentamente, ás dezenas, pelos rios, ora numa direcção, ora noutra, ao capricho das ondas. A reproducção do facto, que constantemente presenciavam, já não devia despertar a attenção dos encouraçados, fundeados ao alcance de Humaitá e bombardeando-a.

---

(1) Officios do capitão de mar e guerra Delphim de Carvalho ao marquez de Caxias, de 26 de Fevereiro de 1868 e do marquez ao ministro da guerra, de 14 de Março seguinte.



Occorreu a Lopez aproveitar-se dessa circumstancia e do phenomeno descripto, para engendrar o ardil de guerra, que poz em pratica na madrugada de 2 de Março. Mandando escolher nos corpos do exercito e, principalmente na sua propria guarda, 1.400 homens dos mais robustos e valentes e que mellohor soubessem nadar, com elles formou sete companhias de 200 praças, commandadas por official. Cada companhia devia embarcar em oito canoas e chalanas, jungidas duas a duas, mas formando um só grupo disfarçado com ramagens e arvôres, de fórma a simularem *camalotes* na escuridão da noite. Destinavam-se a deslizar com a corrente, imprimindo-lhes silenciosamente os tripolantes o rumo preciso, para que viessem cahir sobre a prôa ou costado dos encouraçados e abordal-os, graças á pouca elevação do casco e á falta de amuradas ou trincheiras.

Já Hurrapeleta e Pereira, officiaes de marinha e chefes da expedição, haviam tentado, em tres noites consecutivas, surprehender dess'arte o *Colombo* e o *Brasil*, surtos no porto Elisiario. Para isso, porém, era preciso que, sahindo de Curupaity, subissem o rio, com grande esforço de remos, o que denunciaria o estratagemma. Desistindo do proposito, transportaram-se a Humaitá para, na descida, mais facilmente executarem o engenhoso plano.

Na madrugada do dia 2 de Março, a posição que occupavam os encouraçados era: em linha avançada o *Lima Barros*, commandante o capitão de fragata Garcindo de Sá, e o *Cabral*, commandante o capitão-tenente Alves Nogueira; á popa destes o *Silvado*, commandante o capitão-tenente Jeronymo Gonçalves e o *Herval*, commandante capitão-tenente Helvecio Pimentel; mais abaixo, á bocca do rio d'Ouro, como repetidor de signaes, o *Mariz e Barros*, commandante o capitão-tenente Netto de Mendonça. No porto Elisiario o *Brasil*, commandante o capitão-tenente Salgado, com o vice-almirante a bordo, e o *Colombo*, commandante capitão-tenente Bernardino de Queiroz.

Fazia o serviço de ronda, em escaler, o guarda-marinha José Roque da Silva, que, cerca de 2 horas da manhã, notou descerem com regularidade e cadencialmente os *camalotes*, que tantas vezes vira passar. Dirigindo para um delles o escaler, de prompto descobriu o embuste e rapidamente voltou a dar alarme aos quatro primeiros navios, atracando em seguida ao *Lima Barros*.

Não puderam os astuciosos inimigos conservar a ordem prescripta para o ataque; alguns grupos abalroaram entre si; outros desviaram-se de fórma que só 14 canôas se acercaram do *Lima Barros* e oito do *Cabral*. As demais, encaminhando-se para o *Silvado* e o *Herval*, decahiram com a correnteza, indo ter algumas ao porto Elisario, junto ao *Colombo* e ao *Lindoya*. Poucos instantes depois de recolher-se o guarda-marinha Roque ao convés do *Lima Barros* este navio e o *Cabral* eram assaltados.

As sentinellas de vigia e as praças de guarnição á tolda daquelle, descarregando os fuzis, travam-se braço a braço com os paraguayos, todos nós, armados de pistolas, machados, sabres e facões de abordagem. Succubem ao numero. O commandante Garcindo e o chefe da divisão Rodrigues da Costa, que, ao receberem o aviso, *in continenti* resolvem organizar a defesa no interior do encouraçado e se dirigem ao convés, para mandar as praças ali destacadas que se recolhessem, são envolvidos pelo inimigo. Desfecham os revólvers e batem-se violentamente á espada, procurando retirar-se para as torres. Trespasado de golpes, tomba o capitão de mar e guerra Rodrigues da Costa; os paraguayos o mutilam, jarretando-lhe os tendões; ao expirar, encontra forças para transmittir, através da escotilha, junto a qual cahira, a ordem de metralhar-se a tolda, que insistentemente reiterou com voz cada vez mais desfallecida. Mais feliz, o commandante Garcindo consegue, graças á pequena estatura, penetrar pela portinhola de uma das torres, depois de desesperada defesa, e, gravemente ferido por tremendo talho, que quasi lhe decepa o hombro.

Já abrigada, a tripolação fuzila os assaltante por entre os interstícios e aberturas das seteiras e escotilhas, ou despeja-lhes metralha, quando o permitem as oscillações da turba, obedecendo, assim, ao moribundo chefe. São os inimigos dizimados, mas não desanimam, antes pelejam com furor redobrado. Não podendo penetrar nas torres, obstruidas as seteiras pelas boccas dos canhões, tentam desordenada e loucamente, fendendo e lascando as rijas madeiras, a golpes de machado, abrir caminho para a coberta, a praça de armas, ou as machinas, d'onde a morte lhes é arremessada. Medonhas scenas semelhantes reproduzem-se no *Cabral*, cuja officialidade e guarnição combatem com igual valor.

Achava-se de promptidão o *Silvado*, cujo intrepido commandante Gonçalves, ao ouvir o alarme, expede um escaler

a prevenir o almirante, desperta os fogos e vem, rapidamente, postar-se entre os dois navios abordados, varrendo-lhes as toldas com a metralha das suas peças. O *Herval*, que apromptara as machinas com extraordinaria celeridade, secunda a manobra do *Silvado* e, por seu turno, atira repetidamente, ora sobre os convezes, ora sobre as canôas, que coalhavam o rio. Era uma carnificina horrivel! Os dous intelligentes e destemidos commandantes, Gonçalves e Helvecio, exhibem provas da maior habilidade para não offenderem, de envoltá com os adversarios, aquelles mesmos a quem auxiliavam.

Logo que no porto Elisiario repercutiu o fragor da lucta, o vice-almirante, determinando que se preparasse o *Brasil*, approu para o logar do conflicto tão promptamente, que cruzou á meia distancia com o escaler do *Silvado*, portador do aviso de Gonçalves. Na passagem ordenou que o *Mariz e Barros* seguisse nas suas aguas e chegou ainda a tempo de dar o ultimo golpe no inimigo, mandando que o *Cabral* fosse abordado pelo *Silvado* e o *Mariz e Barros* e o *Lima BaBarros* pelo *Herval* e o proprio navio que içava a insignia do commando. Cinco minutos depois já não restava paraguayo com vida nas duas toldas e jaziam na do *Cabral* 30 cadaveres e 78 na do *Lima Barros*. Excedente do triplo, porém, foi a perda dos assaltantes, perecendo grande numero nas canôas e chalanas, mettidas a pique e muitos mais afogados no rio.

Ficaram prisioneiros 15 homens, entre os quaes dous dos chefes da expedição, o capitão Cespedes e o tenente Donato Iraia. Além da morte do capitão de mar e guerra Rodrigues da Costa, que, por sua coragem, habilitações e caracter integro, era um dos ornamentos da marinha, contaram os brasileiros a de oito praças, morrendo depois, em consequencia dos ferimentos recebidos nessa occasião, o 1º tenente João Wandenkolk. Foram gravemente feridos 21 praças e tambem o capitão de fragata Garcindo de Sá e os capitães-tenentes Foster Vital e Alves Nogueira; levemente 31 praças, e mais o 1º tenente Castro Rocha e o guarda-marinha José Carlos de Carvalho; contusos, oito, comprehendidos os primeiros tenentes Vital de Oliveira (Octaviano), e Souza Pinto, o 2º tenente Rodrigo de Lamare e o guarda-marinha Barros Gandra. (2)

---

(2) Ordem do dia do vice-almirante n. 125, de 4 de Março de 1868; Relatorio de 1868, pág. 18.

Não eram decorridas 24 horas e mais um feito honroso executava a esquadra. Para reforçar a 2ª divisão, sob suas comômandante capitão de fragata Ignacio Fonseca, e a *Beberibe*, comômandante capitão-tenente Coelho Netto, dirigidas pelo capitão de mar e guerra Affonso Lima, passassem á vivâ força Curupaity, o quê cumpriram pelas 2 horas da madrugada de 3 de Março, recebendo o primeiro desses navios de madeira algumas balas e tendo uma praça ferida, nada soffrendo o segundô. (3)

A esquadrilla avançada não dava treguas ao inimigo. O chefe Delphin, sabindo de Tagy no dia 8, com o *Bahia*, *Barroso*, *Pará* e *Rio Grande do Sul*, fundeou, á noite, junto á fôz do Tebicuary, e ordenando na manhã seguinte um desembarque no Chaco, destruiu os depositos ali existentes e tomou 17 chalanas. Dividindo então os navios em dous grupos, a um encarregou de guardar o Timbó e Laurelles, e ao outro de bloquear o Tebicuary, afim de evitar as comunicações para Humaitá. Forçando, no dia 22, a passagem da bateria denominado Estabelecimento (4), no Chaco, perseguiu os vapores *Igurey*, que se occultou em um arroio, e *Tacuary*, que fugiu, acolhendo-se ás baterias de Humaitá, proximo ás correntes, ambos consideravelmente deteriorados pelo fogo que lhes dirigiu. Salvos nesse dia, não escaparam á destruição no immediato; o *Bahia* e o *Pará*, avistando o *Tacuary*, ao norte da ilha do Araçá, deram-lhe caça: debalde procurqu novamente livrar-se, entrando pelo estreito e tortuoso riacho Guaycurú, onde sossobrou aos tiros daquelle encouraçado. Sorte igual coube, pouco mais abaixo, ao *Igurey* sob os canhões do *Barroso* e do *Rio Grande do Sul*. O forte do Timbó tentou defender o navio, mas uma bomba do *Bahia* fez explodir o paiol das munições e incendiou os demais depositos. (5)

Estes successivos revezes e a tomada das trincheiras de Sauce, pelo general Argollo, no dia 20, obrigaram o dicta-

(3) Cit. Relat., pag. 19; Victorino de Barros, o Almirante Visconde de Inhauma, pag. 280.

(4) Não se confunda este forte com o de igual denominação, tomado pelo marquez de Caxias, no dia 19 de Fevereiro.

(5) Officiô do marquez de Caxias ao ministro da guerra, em 2 de Abril de 1868, dito do barão da Passagem ao marquez, em 28 de Março de 1868.



dor a abandonar todas as posições avançadas de Humaitá, concentrando-se nos muros da fortaleza.

Observando o vice-almirante, na notie de 21, que um grande fogo lavrava em toda a extensão do acampamento de Curupaity, mandou, pela manhã de 22, descerem até aquelle ponto o *Magé* e o *Beberibe*, para verificarem o que acontercera. (6)

As baterias que tantos sacrificios haviam custado á aliança cnoservaram-se mudas; a praça tinha sido evacuada e sobre seus bastiões hasteou o capitão-tenente Coelho Netto a bandeira brasileira.

Estava franca a navegação do Paraguay desde sua fóz até Humaytá, que ainda resistia. Fatalmente chegaria a sua vez.

---

(6) Ordem do dia do vice-almirante, n. 129, de 14 de Março; officio dirigido ao ministro da marinha em 23; ordem do dia n. 131, da mesma data; officio do chefe do estado-maior ao ministro da marinha em 30 de Março de 1868.

## XXV

*Occupação da península do Chaco. Serviços da esquadilha avançada, ao mando do barão da Passagem. Assalto aos encouraçados Barroso e Rio Grande do Sul. Morte do capito-tenente Antonio Joaquim. Os encouraçados Cabral, Silvado e Piauíy forçam a passagem de Humaitá. Reconhecimento do rio Tebicuary. Morte do pratico Repetto. O inimigo abandona Humaitá. Corte das correntes, que fechavam o rio, e destruição dos restos da fortaleza.*

A occupação de Curupaity tornou mais rigoroso o assedio de Humaitá e trouxe incalculaveis vantagens aos allia-dos. Transferidos os armazens e depositos, reparadas as baterias e armadas com maior numero de canhões, começaram estes a secundar o bombardeio da esquadra contra a grande fortaleza. As tres divisões navaes tambem ahi se reuniram para operar em commum.

Facilitaram-se as communicações e supprimentos das diversas forças entre si de modo tal, que instantaneamente, por meio de fios telegraphicos, podia o commandante em chefe pôr em acção conjuncta todos os elementos de que dispunha, tanto terrestres como fluviaes. Uma unica fracção se distanciava das demais, a esquadilha da vanguarda, ás ordens do barão da Passagem (1) e essa mesma quando se afastava do Tagy.

Só uma aberta se offerecia aos paraguayos, para sahi-rem do circulo de ferro e fogo, que em roda se ia estreitando — a península do Chaco, em face da fortaleza, dominada

---

(1) Tal o titulo com que foi agraciado o chefe Delphim de Carvalho, por motivo do forçamento de Humaitá.

pelas suas baterias, especialmente as de Londres e Cadena, e coberta de mataria densa.

Evitando sempre os perigos da guerra e para se não achar na contingencia de aproveitar-se pessoalmente, em momento difficil, desse recurso extremo, o dictador Solano Lopez, em seguida aos primeiros triumphos alcançados pelo marquez de Caxias no quadrilatero, mudara o seu quartel-general de Passo Pocú para as barrancas do Tebicuary, que tratou de fortificar. Deste ponto, com escala por Timbó e a península, estava em communicações com Humaitá, onde deixara com guarnição sufficiente o coronel Allen e o tenente-coronel Martinez, ambos de sua immediata confiança.

No correr do mez de Abril, continuou a esquadra a bombardear a fortaleza, executando a esquadilha da vanguarda reconhecimentos e hostilidades contra o Timbó e o novo acampamento do tyranno. O mais intenso e prolongado canhoneio deu-se no dia 11 por toda a linha do exercito, de combinação com todas as divisões; nada soffreram os navios, que, aliás, causaram importantes prejuizos ao inimigo, contestando este frouxamento. (2)

Prevendo o general em chefe que, pela alludida península, tentaria a guarnição de Humaitá pôr-se a salvo, quando presentisse o golpe decisivo, que elle lhe preparava, ordenou que fossem occupal-a 1.600 brasileiros e 1.200 argentinos, aquelles sob as ordens do coronel Barros Falcão e os nossos alliados sob as do general Rivas, incumbido de dirigir a expedição. O desembarque effectuado e protegido pela divisão avançada realizou-se promptamente em dous pontos, no dia 1º de Maio, não obstante energica resistencia dos paraguayos, que, contando com a operação se emboscaram na mata, defendidos por fossos e trincheiras.

Se o sólo da margem esquerda do Paraguay, em que até então se havia pelejado, era desconhecido e cheio de embaraços naturaes, muito mais o do Chaco, coberto de florestas virgens, esteiros, lagoas e, em toda a extensão, alagadiço. Foi abrindo a machado estreitas picadas, e, progredindo passo a passo, ou atravessando banhados, com agua pelos peitos, que as duas columnas, cada qual por seu lado, conseguiram chegar a um centro de convergencia e ahi se abarracaram, desbravando o terreno em volta e entrincheirando-se, afim

---

(2) Officio de chefe de estado-maior da esquadra Torres e Alvism ao vice-almirante, em 11 de Abril de 1860.

de não serem surpreendidas pelo inimigo, talvez occulto poucos passos adiante. Só pouco a pouco, por meio de faticantes e arriscadas explorações, frequentemente á viva força, puderam os chefes orientar-se e estudar a posição para se utilisarem do partido que proporcionasse e se acautelarem contra perigos imminentes. Descobriu-se assim, nas immediações do acampamento uma lagoa, na qual, para melhor defesa d'elle, collocaram-se chatas artilhadas. Dous monitores, ancorados no rio, em pontos correspondentes aos extremos do abarracamento, o apoiariam, na eventualidade de um ataque de flanco,

Os demais navios da esquadilha faziam o serviço de transporte de viveres, munições e feridos, promptos sempre a entrar em acção. Efficacissimo concurso prestou essa esquadilha á expedição do Chaco, tanto tempo antes suggerida pelo vice-almirante. Seu auxilio contribuiu poderosamente para as repulsas e avultadas perdas que soffreram os inimigos nos terriveis accommettimentos, que fizeram, ou receberam nos dias 2 a 8 de maio, durante os quaes quasi ininterruptamente se combateu naquella agreste região. (3)

A importancia da posição, e o mal que de sua occupação provinha dos paraguayos, os levaram a canhoneal-a com maior vigor do que o faziam contra os outros pontos, guarnecidos pelos exercitos alliados, que não cessavam de incommodal-os já das baterias, já surpreendendo e destruindo os destacamentos ou piquetes, que se animavam a transpor as muralhas da fortaleza.

Não menos relevantes serviços prestou a esquadilha da vanguarda no reconhecimento feito pelo general Menna Barreto (João Manoel) do rio Tebicuary, de 5 a 10 de Junho. O barão da Passagem, com o *Bahia*, *Alagôas*, *Barroso* e *Rio Grande do Sul*, graduando a navegação pelas marchas das forças de terra, subiu até a embocadura do rio e por elle a dentro, alcançando São Fernando. A fóz e a margem esquerda até aquelle ponto estavam entrincheiradas e artilhadas, havendo demais um reducto e começo de estacada no rio. A exploração realizou-se debaixo de cerrado fogo, a que os navios corresponderam.

---

(3) Officios de 4, 5 e 7 de Maio de 1868 do vice-almirante ao ministro da marinha e participação do barão da Passagem, que os acompanharam. Officio de 14 do dito mez, do marquez de Caxias ao ministro da guerra. Ordens do dia do mesmo general n.ºs. 211, a 6 de Maio, e 215, a 18 do dito mez.



O *Barroso* e o *Rio Grande do Sul* assignalaram-se por feitos mais importantes quasi um mez depois desta expedição. Sabendo que nas immediações do porto de Tagy encontravam-se apenas aquelle encouraçado, commandado ainda pelo capitão de fragata Silveira da Motta e o monitor pelo capitão-tenente Antonio Joaquim, emprehendeu Lopez mandal-os tomar de abordagem, não escaementado com o desastre de 22 de Março. Na noite de 9 para 10 de Julho, numerosas canoas, cheias de gente, sahiram do rio Vermelho, costearam a ilha de Monterita e encobrendo-se com um grande grupo de hervas aquaticas, á pequena distancia dos dous navios, os atacaram repentinamente sem que, todavia, pudessem surprehendel-os. Lobrigou-as o 2º tenente Araujo Neves, official de quarto no *Barroso*, e, acto continuo, chamou a guarnição a postos. Acudindo ao ruido das armas, Silveira da Motta dispoz a defesa, mandando romper sobre os assaltantes fogo de fusilaria das portinholas de vante da bateria e da parte superior da casamta, onde se postaram praças do batalhão naval e cabos de marinheiros. Reservou com imperturbavel sangue frio a metralha de que estavam carregadas as peças, para quando o inimigo se agglomerasse no convés e, empregando-a opportunamente, limpou o lado da prôa, em que primeiro havam saltado. Além de armas brancas, fuzis e pistolas, os paraguayos vieram apercebidos de foguetes a congrève e de tubos de bronze, contendo materia inflammavel e asphyxiante, que, pelos intersticios dos xadrezes dos oculos e escotilhas, lançavam no interior do navio, onde produziam incendios, felizmente extinctos. Desanimados de que algo pudessem conseguir da parte de vante da casamata, retomaram os que sobreviviam as canoas e, reforçados por novos contingentes, deram segundo assalto á ré, sendo igualmente repellidos. Já nesse momento funcionava a machina para traz, o que fez emborcarem quasi todas as canoas. Sahiu então o bravo commandante a tolda, á frente de alguns officiaes e marinagem e ahi foram mortos os abordantes, que restavam.

Algumas das canoas que se desprenderam do *Barroso* vogaram para o *Rio Grande do Sul*, que, ancorado á pôpa daquelle levantara ferro e se approximara do combate. Abordando numeroso troço o razo convés do monitor, fez-lhe frente, a descoberto, o corajoso commandante capitão-tenente Antonio Joaquim, que se bateu até desapparecer, sepultado provavelmente nas aguas em que tantas vezes se ennobreceera por actos de inexcedivel valor.

Nada mais puderam alcançar os inimigos, poucos momentos depois destroçados pela guarnição e pelas descargas do *Barroso*. Achavam-se neste lance os dous navios sob as baterias do reducto do Tagy, d'onde partiu intensa fuzilaria sobre os fugitivos, que nadavam em todas as direcções. A expedição paraguayana foi completamente aniquilada.

Pela nossa parte não tivemos a lamentar só a grande perda do commandante do Rio Grande do Sul (4): foram tambem feridos o distincto pratico Etchbarne, que, ao lado do commandante Silveira da Motta, carregou sobre o inimigo na tolda do *Barroso* e quatro praças mais. (5)

"Não terminarei, disse o vice-almirante visconde de Inhaúma, na sua ordem do dia, referente a este successo, sem pagar um tributo de saudade á memoria do glorioso capitão-tenente Antonio Joaquim. Era o typo da honra, da bravura e do verdadeiro marinheiro. Ninguém está mais habilitado

(4) O capitão-tenente Antonio Joaquim subiu, por sua coragem e merecimentos, a esse posto superior, de simples marujo que foi. Mestre de marinheiros, em 1860, naufragou na corveta *Isabel*, junto ao cabo Spartel. Depois de praticar prodigios de valor, salvou a espada, dinheiro e objectos de prego, pertencentes ao commandante daquelle navio, o bravo capitão-tenente Bento de Barros e velu fielmente entregal-os á familia. S. M. o Imperador fez-lhe então mimo de um rico relógio com legenda. *Pedro II a Antonio Joaquim*.

(5) O capitão de fragata Silveira da Motta mencionou, com elogios, na sua parte official, além do capitão-tenente Etchbarne e do immediato do *Rio Grande do Sul*, 2º tenente Simplicio de Oliveira, que substituiu dignamente o denodado e infeliz commandante, os seguintes officiaes e praças: 1º tenente Fiuza, que, apesar de mutilado, deu as maiores provas de coragem; 1º tenente Joaquim de Lamare, 1º tenente Quintiliano Silva; segundo tenentes graduados Araujo Neves e Januario Silva (machinista); escrivão Augusto Frio e o medico dr. Joaquim Bettamio, que tomou parte na defesa das escotilhas da praça d'armas e duas vezes extinguiu, auxiliado pelo commissario Pinto Magano, o incendio ateado na camara, pelos mixtos inflammaveis e asphyxiantes que o inimigo conseguiu lançar. Mereceram tambem elogios sete praças, que defenderam a parte superior da casamata, impedindo que os paraguayos lá chegassem, a saber: os cabos de imperiaes marinheiros José Reginaldo de Macedo e Felipe Santiago; os soldados navaes Francisco Silveira de Andrade, Manoel de Jesus Trindade, Antonio Benevenuto Damasceno, Antonio Caroba da Cruz e Manoel Joaquim de Sant'Anna. Destas praças, os cabos foram promovidos a furrieis e os soldados a cabos, abonando-se a cada um como gratificação, dous mezes de vencimentos dos novos postos. Officios do capitão de fragata Silveira da Motta ao marquez de Caxias e barão da Passagem, de 10 de Julho; relação assignada pelo mesmo commandante, em 11 desse mez; Ordem do dia da esquadra, n. 159, de 14 de Julho; ordem circular n. 83, de 26 de Agosto de 1868.)

a proclamar esta verdade do que o irmão mais velho do infeliz commandante da corveta *Isabel*. Recommendo aos imperiaes marinheiros que tomem por modelo do seu comportamento aquelle que da simples classe de grumete soube, por suas heroicas e estimaveis qualidades, elevar-se ao alto posto de official superior da armada. Se a marinha da mãe patria possuiu os seus mestres Matheus, Santa Rita e Laranja, tambem a joven marinha brasileira póde dizer com orgulho — nós tivemos um Antonio Joaquim." (6)

Coube á esquadra prestar precioso auxilio por occasião do reconhecimento effectuado pelo exercito sobre as trincheiras de Humaitá, no dia 16 de Julho, em que o general Visconde de Herval affrontou a artilharia e fuzilaria inimigas, chegando até os fossos e ahi se mantendo a peito descoberto, enquanto não recebeu ordens do general em chefe. Posto não recebesse aviso do movimento, o vice-almirante, ouvindo o bombardeio de terra, ordenou que se accendessem os fogos de todos os vapores, os quaes, occupando posições convenientes, abriram canhoneio sobre a fortaleza. O *Lima Barros*, em que arvorou sua insignia o chefe da respectiva divisão, capitão de mar e guerra Mamede Simões, aproximou-se das baterias, que metralhou enquanto durou o combate do exercito. Não praticou impunemente a ousadia: duas praças da guarnição foram mortas, sete feridas e a bordo lavrou incendio, que a tripulação abafou.

Exigindo as novas operações planejadas pelo marquez de Caxias, que se reforçasse a esquadilha da vanguarda, determinou o vice-almirante que, no dia 21 de Julho, os encouraçados *Cabral*, commandante capitão-tenente Alves Nogueira, *Silvado*, commandante capitão de fragata Garcindo de Sá, e o monitor *Piahy*, commandante o 1º tenente Eduardo Wandenkoléu passassem á viva força Humaitá. Sahiram os navios do ancoradouro ás 4 horas da manhã, protegidos pelo fogo do acampamento do exercicio e dos encouraçados *Lima Barros*, *Brasil*, *Mariz e Barros*, *Herval* e *Colombo*, sob o commando do chefe de divisão Torres e Alvim.

Estes navios acompanharam os da expedição até junto ás baterias de Londres e da Cadena, sobre as quaes atiraram com tanta precisão e proveito, que, pouco depois, ellas en-

---

(6) Ordem do dia do vice-almirante n. 159, de 14 de Julho de 1868.

fraqueceram seus disparos, só trabalhando o inimigo com as baterias da parte superior da curva do rio, que o chefe Alvim poupou, receoso de offender também os tres vasos em caminho.

A's 5 1/2 da manhã, estavam reunidos á esquadilha do barão da Passagem, com a fortuna de não terem soffrido nem perdas de vida, nem avarias, apesar de haverem attingido os costados não poucas balas de canhão, assim como de fuzilaria da força paraguaya, acampada no Chaco. (7)

Com o reforço assim recebido, maior actividade deu aquelle chefe aos vasos do seu commando, seguindo no mesmo dia 21 a hostilizar as baterias de Timbó e Estabelecimento, as fortificações de Tebicuary e a melhor reconhecer esse rio e suas margens, escolhidas por Lopez para nova base de operações. Fundeando junto a fóz e ao alcance de tiro, na tarde de 23 bombardeou as trincheiras. Na manhã seguinte, investiu o canal com o *Bahia*, commandante capitão-tenente Hoonholtz, que levava atracado o *Alagóas*, commandante capitão-tenente Maurity, acompanhado á distancia pelo *Silvado*, commandante Garcindo de Sá. Apesar da grande resistencia que, com artilharia grossa e morteiros, lhe oppuzeram os paraguayos até São Fernando, o barão da Passagem, recebendo e retribuindo as descargas a queima buxa, alcançou o arroio Recórdo, no qual, segundo informações de um pratico aprisionado, se achavam occultos dous vapores inimigos.

Effectivamente, avistou-os a alguma distancia por entre as arvores da matta em que serpeia, dando mil voltas, o riacho, que, tanto pela estreiteza das duas boccas que abre, ao confluir no Tebicuary, como por sua pequena profundidade, só era accessivel ao *Alagóas*. Não podendo este monitor nelle penetrar, em consequencia de desarranjo na machina, ahi o deixou o chefe, com o *Silvado*, a hostilizar os dous navios paraguayos, e proseguiu só com o *Bahia*, na exploração do rio principal até Herradura. Regressando á tarde e reunindo-se aos dous encouraçados, forçou segunda vez a fóz do Tebicuary, perdendo nessa occasião o distincto pratico do seu navio, Luiz Repetto, morto por uma bala de artilharia, na casamata do leme, conjunctamente com o marinheiro, que, ao lado, manobrava. Correu o *Bahia* imminente risco; mas

---

(7) Officio do vice-almirante ao ministro da marinha de 23 de Julho e do chefe Alvim, de 21 do dito mez.



outro valente pratico, o velho Picardo, do *Alagóas*, veio immediatamente dirigi-lo, por meio das helices, impossibilitado de mover o leme por atravancarem os dous cadaveres o acanhado espaço em que gyrava. A bordo deste navio contou-se mais um marinheiro gravemente ferido, e no *Silvado* uma praça morta e seis feridos, entre os quaes o commandante Garcindo e o 1º tenente Antonio Pedro Alves de Barros.

No dia 25, regressava toda a esquadilha a Tagy, tendo sido explorada, na descida, a lagôa do Timbó pelo *Rio Grande do Sul*. (8)

O terrivel insuccesso do ataque aos encouraçados, na madrugada de 10 de Julho, o reconhecimento dos muros de Humaitá, no dia 16, e o forçamento dessa passagem a 21, convenceram Lopez de que não poderia sustentar muito tempo mais a famosa fortaleza. Para evitar as consequencias de um assalto, ou rendimento á discreção, ordenou ás suas tropas que a evacuassem, o que começou a realizar-se, desde a noite de 22 de Julho, por partidas que, atravessando o rio em canôas, desembarcavam na península do Chaco, na parte ainda não occupada pelos alliados. D'ahi, procurando Timbó e Novo Estabelecimento, iam incorporar-se ao grosso do exercito nos entrincheiramentos do Tebicuary.

Na manhã de 25, todo o resto da guarnição e as familias que a acompanhavam, em numero de cerca de 4.000 pessoas tinham effectuado a passagem, ficando a praça em abandono. Suspeitando-o os commandantes em chefe do exercito e da esquadra, pelos movimentos observados nos dias anteriores e ausencia de piquetes avançados, approximaram-se as forças terrestres e navaes e, sem dispararem um tiro, entraram no vasto recinto, convertido em escombros de ruinas. Tudo ali, muralhas, baterias, quarteis, depositos, igreja, galpões e mais edificios, apresentava os horrorosos effeitos de prolongado bombardeio. Não havia uma palhoça intacta, uma parede que não estivesse esburacada, ou a esbororar-se. E' que sobre aquelle monumento de tyrannia e orgulho, cons-

---

(8) Ordem do dia do vice-almirante de 2 de Agosto de 1868. Officio do barão da Passagem ao mesmo de 26 de Julho do dito anno. O barão da Passagem elogia nesta communicação ao capitão de fragata Garcindo, capitão-tenente Hoonholtz, primeiros-tenente Eduardo Wandenkolk, Pinto da Veiga, Fluzza, Pereira Pinto e pratico Picardo.

truido durante dezenas de annos, pesara por alguns mezes o justo desforço de tres nações gratuitamente offendidas !

Procedeu-se, no dia 27, ao corte das correntes que embaraçavam a navegação do rio, dando-se, por ordem do vice-almirante, solemnidade a esse acto, do qual lavrou termo o auditor da esquadra (9). A' cerimonia, que symbolisava um triumpho mais da civilização e do progresso, franqueando a todos os povos as aguas do caudaloso rio, presidiram, como representante da marinha, o capitão de fragata Salgado, e, pelo exercito, o tenente-coronel Lima e Silva.

Em conformidade do tratado da triplice alliança, depois de inventariado e arrecadado o immenso material de guerra ali em deposito, iniciou-se logo a demolição dos restos das fortificações, que se erigiam como barreira ao commercio e á navegação, ameaçando a soberania dos paizes limitrophes e ribeirinhos.

---

(9) Officio do Chefe Torres e Alvim ao vice-almirante, de 29 de Julho de 1868.



## XXVI

*Combates da esquadilha de canôas ao mando do 1º tenente Stepple da Silva, no Chaco. Abandona o inimigo as fortificações de Timbó e Tebiquary. Brillhante procedimento do capitão de fragata Costa Azevedo, commandante do "Silvado". A estrada militar do Chaco. Reconhecimento e bombardeios de Angostura. Morte do capitão de fragata Guilherme dos Santos e do pratico Pozzo. A esquadilha de vanguarda volta a Assumpção e sendo hostilizada canhoneia os edificios publicos.*

Da guarnição e das familias, que começaram a passar-se de Humaitá para o Chaco, perto, como se viu de 4.000 pessoas, apenas alcançaram Timbó pouco mais de 600, na maior parte velhos, mulheres e crianças, dirigidos pelo coronel Allen, gravemente ferido. As demais não lograram fugir, graças á vigilancia das forças do exercito ali acampadas, que immediatamente lhe tomavam todas as sahidas, formando em torno verdadeiro cerco, completado na lagôa por uma esquadilha de canôas, escaleres e chalanas, que para ali mandou o vice-almirante e estavam sob o commando do 1º tenente Stepple da Silva.

Só por agua poderiam os fugitivos salvar-se e o tentaram com heroismo digno de melhor causa do que a do despota, por quem se sacrificavam. Encerrados, nas cercanias da lagôa, em pequena faixa de terreno, que de dia em dia, de hora em hora, mais se restringia (1), dizimados incessantemente pelo fogo da artilharia e fuzilaria, os paraguayos, luctando com indomavel coragem, precipitavam-se á noite nas canôas, em que esperavam transportar-se ao ponto dese-

---

(1) Forma o terreno uma península denominada Acaunguaçu. A denominação da lagôa é Laguna Verá.



jado. Poucos passos mais longe viam pela frente os pequenos vasos da vigilante esquadilha, cruzando em todas as direcções ou dando-lhes caça. Travavam-se combates sangrentos nas abordagens, nos abalroamentos, a ferro frio, a fuzil, a revólver, de um bordo a outro das frageis embarcações! Os proprios remos e cróques eram armas terríveis. Quasi todas as canôas paraguayas foram apresadas ou sossobraram; poucas regressaram ao ponto de partida e ainda menos puderam ganhar distancia e escapar, mesmo assim com as tripulações diminuidas.

Lucta sem treguas de nove dias e oito noites, desde 26 de Julho a 5 de Agosto! Conscios de sua força, diligenciaram os chefes alliados, general Rivas e coronel Barros Falcão, por termo ao morticínio, movidos por sentimentos de humanidade (2). Dous parlamentarios que enviaram aos sitiados para convida-los á rendição, poupondo-se assim mais sangue, repelliram-nos elles a bala. Por fim, o terceiro, que se offereceu, o padre Ignacio Esmerati, capellão da esquadra, alçando a imagem santa do Crucificado, obteve ser ouvido e, fallando-lhes a linguagem do Evangelho, convenceu-os de que era inutil e barbara a tresloucada resistencia.

Renderam-se o tenente-coronel Francisco Martinez, dois capitães de fragata, Cabral e Gil, um sargento mór, dois capellães, 95 officiaes, 900 soldados moços e robustos, 300 enfermos e feridos, com todo o armamento, inclusive seis canhões (3).

Os combates que sustentou a esquadilha do Chaco foram tambem episodio original nesta guerra e não dos menos honrosos nos fastos da marinha, que tanto já se havia elevado. Justo é que, a par de Stepple da Silva, que os commandou, consignemos os nomes dos bravos que mais o auxiliaram, os 1.<sup>os</sup> tenentes Saldanha da Gama, hoje contra-almirante, chefe da esquadra revoltada, Julio de Noronha, Pinto da Luz, Alves Barbosa e Urbano da Silva; o 2.<sup>o</sup> tenente Porfirio Lobo; os guardas-marinha Rodrigo da Costa e Andrade Valdetaro. Entre as praças de pret, que todas se

---

(2) Os paraguayos perderam muito mais de 1.000 horrens e os alliados cerca de 500, entre os quaes o valente tenente coronel de artilharia Antonio Carlos de Magalhães.

(3) Para punir o tenente coronel Martinez, que aliás se portou com heroicidade, mandou Lopez martyrisar e afinal matar a joven esposa desse official, proxima parenta do despota.

portaram brilhantemente, sobresahiram o grumete Eugenio Gomes e o imperial marinheiro José Boaventura. O 1º tenente Urbano da Silva pagou com a vida o arrojo n'uma abordagem; tiveram contusões o 1º tenente Stepple e o 2º Lobo, ficando fora de combate mais 25 homens (4).

No dia 16 de Agosto suspendeu o vice-almirante do porto de Humaitá, com os encouraçados *Brasil*, *Cabral*, *Tamandaré* e *Colombo*, levando atracados o primeiro o vapor de madeira *Princeza de Joinville*, com a insigna do commando em chefe, o segundo o transporte mercante *Alice*, o terceiro o *Guaycurú*, com duas chatas, para conducção do animaes, e o ultimo o *Dezeseis de Abril*. Navegando rio acima ás quatro horas da manhã, achavam-se os navios em frente ao Timbó, forçando-lhes as baterias, excepto o *Colombo*, que antes de chegar áquella altura regressara com o *matalote* para fazer concertos. O material dos encouraçados teve algumas deteriorações, limitando-se o prejuizo no pessoal a uma praça do batalhão naval morta e a quatro marinheiros feridos.

Ordenando, no Tagy, que se lhe reunisse toda a esquadilha avançada do barão da Passagem, foi o vice-almirante ancorar no porto do Pillar, para combinar com o exercito o inicio de novas operações. A consequencia deste movimento da esquadra consistiu no abandono do Timbó, que o inimigo evacuou no dia 22. Desde que até embarcações de madeira, como os mencionados transportes, não puderam ser detidos por aquellas baterias, comprehendeu Lopez ser inutil conserval-as.

A' cooperação dos navios do commando do barão da Passagem deveu o exercito em muito os triumphos alcançados, a 26 e 28 de Agosto, contra as fortificações do Tebicuary, que o inimigo foi igualmente obrigado a evacuar no dia 31, depois de ter sido desmontada pelos monitores a artilharia de suas trincheiras. Deixara-as o dictador, para se apoiar em outra base de operações mais forte — Angostura, Piquisiry e Villeta, em consequencia da profundidade dos numerosos banhados, que impediam o transito dos alliados até aquelle ponto, por terra, difficultando ao mesmo tempo a exiguidade do canal navegavel os movimen-

---

(4) Officios do marquez de Caxias ao Ministro da Guerra; do vice-almirante ao da Marinha; parte official do chefe do Estado Maior Torres e Alvim, todos de 6 de Agosto.

tos da esquadra. Estes, porém, não se demoraram: a 2 de Setembro o capitão de mar e guerra Mamede Simões parte com o *Lima Barros, Silvado, Herval e Mariz e Barros* para reconhecer as novas posições fluviaes. A marcha foi vagarosa, não só pela necessidade de verificar-se com cuidado todas as obras de defesa, recentemente levantadas, senão porque dous dos navios reclamavam concertos. Quasi todos os encouraçados, construídos ou adquiridos á pressa, sob a urgencia do momento, e o pesado serviço de guerra obrigavam constantes reparos, que se não podiam realizar com perfeição, a tamanha distancia da arsenal de Cerrito.

No dia 7, embandeirada a divisão, em honra da data gloriosa da independencia nacional, teve ordem o *Silvado*, testa de columna e commandante o capitão de fragata Costa Azevedo (depois almirante e barão do Ladario), de ir explorar de perto uma bateria, que constava existir na ponta de Itapirú. Já a havia transposto incolume, quando, ao dobrar a outra ponta do Chaco, recebeu de chofre cerrada descarga de fortificação até aquelle dia desconhecida ou mascarada. Era a fortaleza da Angostura: a propria denominação indica quanto são ali limitadas as dimensões do canal (5). Na impossibilidade de retroceder, por falta de espaço em que dêsse a volta e embora não tivesse autorisação para forçar o passo, deliberou fazel-o o intrepido commandante, subindo a todo o vapor, até que podesse descer. Tornou-se, assim, o *Silvado*, alvo, durante 3/4 de hora, do fogo de duas linhas de baterias, estabelecidas nos dous lados do angulo da aguda saliencia, ou promotorio, armadas de 15 canhões de 68, 1 de 150 raiado, e outros de menor calibre, servidos por numerosa guarnição. Muitas e sérias avarias alli recebeu; achava-se gravemente ferido o immediato 1º tenente Carlos de Noronha, ferido tambem o não menos distincto 1º tenente Antonio Pedro Alves de Barros, e contuso o audaz 2º tenente Carlos de Carvalho; mas o *Silvado* não retrocede, por quê pela frente se descortina fumaça, que bem poderá ser de navio inimigo, sobre o qual irá arrojar-se.

De feito, era inimigo, não em um, em tres vapores, que espertam as caldeiras, ao avistar o encouraçado pela popa da canhoneira norte-americana *Wasp*, defronte de Villeta.

---

(5) O leito do rio Paraguay em Angostura não conta mais de 80 metros. (*Elysée Reclus*, Nouvelle Geographie Universelle, Amerique du Sud, vol. 19.)

Com enthusiasmo da guarnição, o commandante Costa Azevedo manda que se accelerem as machinas, resolvido a dar á patria novas glorias, apresando ou destruindo os navios paraguayos. Seguiu veloz o *Silvado*, mas encalhou de prôa, a quatro braças distante daquella canhoneira, por falta d'agua no canal. Ao conseguir safar, já os vapores iam a perder-se de vista, não lhes podendo fazer fogo o encouraçado, por achar-se o navio estrangeiro fundeado de modo, que seria infallivelmente attingido, nem perseguil-os pelo receio de nocos embarços á navegação e por que as instrucções o obrigavam a incorporar-se á divisão. Voltou, pois, offerecendo segunda vez o costado ás baterias (6).

Concentrára Lopez suas tropas, dissemol-o, nas linhas entrincheiradas de Piquisiry das quaes constituíam pontos avançados, sobre o rio, de um lado Angostura e do outro Villeta. Atacar aquellas linhas de frente, ou pelo flanco direito, seria erro gravissimo. A's difficuldades provenientes da natureza e disposição das fortificações, levantadas segundo todas as regras da arte militar e armadas de poderosa artilharia, accrescia o obstaculo quasi insuperavel de profundo banhado de mais de uma legua de extensão, que as protegia nas duas faces. Só contornando-as, no flanco esquerdo, poderiam tomal-as os alliados. Intentar a operação á margem esquerda do Paraguay, dominada pelos fortes mencionados e perfeitamente defensavel, fôra arriscar um insucesso, ou quando menos obter o triumpho a preço de sacrificios enormes. Concebeu, por isso, o marquez de Caxias o acertado plano de transportar, atravez do Chaco, forças sufficientes até ponto fronteiro ao que, na margem opposta, fosse accessivel e ficasse além da linhas de Piquisiry, para accometel-as nessa direcção.

Não era facil executal-o. Para serem contornadas as fortificações cumpria abrir estrada praticavel, na extensão de cerca de 3 leguas, por entre mattas virgens e opulentas, como são as das latitudes tropicaes, de sólo pouco resistente e alagado, esteiros e arroios, cobertos de arbustos e plantas aquaticas, e cruzar o rio, illudindo a attenção do inimigo, afim de que elle, como lhe seria facil, não impedisse o desembarque. Da construcção da estrada, que consistiu em

---

(6) Parte official do capitão de fragata Costa Azevedo, dirigida ao chefe da divisão em 7 de Setembro de 1868; officio do mesmo chefe ao vice-almirante em 12 do dito mez.



compacto estivamento de troncos de arvores, por todo o percurso, incumbiu-se o general Argôllo (depois visconde de Itaparica) e a terminou com admiravel actividade em curtissimo prazo (7).

A conducção das tropas e seu desembarque cabiam á esquadra, que os desempenhou, como depois se verá do modo mais cabal.

Vem a pello ponderar, que assanhou a critica a construcção dessa estrada, parecendo aos censores preferivel que o exercito se transportasse nos navios da esquadra, os quaes subiriam o rio até o ponto convencionado, em logar de atravesal-o duas vezes, para passar o mesmo exercito de uma a outra margem e repol-o na de que partisse. Justamente porque a todos occorreria semelhante solução, como a mais natural, deveria regeital-a o marquez de Caxias, no interesse de confundir o inimigo, que provavelmente nella teria cogitado, predispondo os meios de contrarial-a. Sobrelevava, entretanto, que os encouraçados não podiam, percorrendo tal distancia, conduzir rapidamente ao logar do desembarque tropas e material bastantes para que ahi se mantivessem, a despeito da resistencia e dos ataques, que não deixaria Lopez de oppor-lhes. Utilizar para isso os navios de madeira, expostos ás baterias de Itapirú, Angostura e Villeta, importaria sugeitar a esquadra e o exercito a perdas infalliveis e largas. Para deixar segura a base de operações, tinha o marquez de Caxias de empregar parte avultada de suas forças, de modo que a superioridade numerica das que lhe restavam para investir o inimigo, em acampamento fortificado, não era tamanha que pudesse supportar, sem perigo, numerosas baixas. Demais, o movimento rio acima advertiria os paraguayos da imminencia do ataque e do ponto em que se effectuaria.

A resolução que preferiram o marquez e o vice-almirante, generaes prudentes e experimentados, era a de melhor conselho.

Emquanto se preparavam os meios de construir a estrada do Chaco, não estavam inactivos a esquadra e o exercito. Em 1º de Outubro, o chefe de divisão, barão da Passagem, com os encouraçados *Bahia*, *Silvado*, *Tamandaré* e *Barrozo* forçou o passo de Angostura, attingidos os navios por 30

---

(7) Em 23 dias.

projectis. Collocando-se acima da fortaleza, de combinação com o capitão de mar e guerra Mamede Simões, postado com os demais encouraçados do lado de baixo, entre aquella praça e a trincheira de Itapirú (que simultaneamente hostilisava), rompeu sobre ella intenso bombardeio, no qual tambem tomou parte o vice-almirante na canhoneira *Belmonte*, seguida das *Henrique Martins* e *Felippe Camarão*. Enfureceu-se o inimigo, principalmente contra o navio chefe como para honral-o, destinando-lhe o canhão raiado de 150 que damnificou o casco da capitanea e feriu algumas praças. Inteiramente exposto durante o combate, não se retirou o visconde de Inhauma senão depois de ter cuidadosamente observado a fortaleza e de cessar o fogo do exercito, que nesse dia procedeu a um reconhecimento sobre Villela e apoderou-se do reducto avançado da povoação. Além dos da *Belmonte*, tambem foram feridos o capitão tenente Bastos Varela e o pratico 1º tenente Gustavino (8).

A divisão do barão da Passagem que, depois do bombardeamento de Angostura, fizera retirar-se uma força de cavallaria e infantaria inimiga, que se apresentára nas proximidades de Villela, ali se conservou até o dia 5 em que novamente suspendeu e seguiu rio acima com destino a Assumpção.

Encalhando o *Bahia*, em consequencia da grande baixa do rio, viu-se obrigado a retroceder. No dia 8, achando-se atracada á margem do Chaco uma chalana do *Bahia*, com uma guarnição de seis praças, tentou apresal-a numerosa força inimiga, que não o conseguindo se estendeu em linha de atiradores sobre a barranca e abriu vivo fogo contra as toldas dos navios, fundeados em frente. Retribuida a agressão com fuzilaria e metralha, morreram no conflicto o guardião, uma praça da chalana e mais tres do *Bahia* (9).

Como não bastassem os navios desta divisão para o serviço exigido da esquadra acima de Angostura, transpuzeram o passo, com galhardia e felicidade, os encouraçados

---

(8) Officios do vice-almirante ao ministro da marinha e ao Marquez de Caxias, datados de 2 de Outubro.

Presenciaram este combate os navios de guerra *Linnet*, inglez, *Decidéé*, francez e *Ardita*, italiano, cujos commandantes dirigiram-se a bordo da capitanea, a cumprimentar o vice-almirante pela galhardia com que se batera.

(9) Ordem do dia do vice-almirante n. 183, de 11 de Outubro de 1858.

*Silvado e Brasil* e os monitores *Pará, Ceará e Rio Grande do Sul* (10).

A 28, a divisão do capitão de mar e guerra Mamede Simões auxilia novo reconhecimento do exercito, bombardeando a matta da margem do rio, o acampamento do inimigo e a fortaleza de Angostura. E' ferido no *Cabral* o segundo tenente Simplicio de Oliveira (11).

No dia 2 de Dezembro, perde a esquadra um dos seus officiaes mais distinctos, o capitão de mar e guerra Guilherme dos Santos, victima do naufragio da lancha *Pimentel*, no Paraná. Dias depois foi encontrado o cadaver, perto de Itaty, onde lhe deram sepultura (12).

A 19 do mesmo mez dirige o vice-almirante, de bordo do transporte *Princesa de Joinville*, novo bombardeio sobre Angostura, feito de um lado, pelos encouraçados *Herval, Mariz e Barros, Colombo, Cabral e Piauhý* e de outro pelas canhoneiras *Belmonte, Henrique Dias, Felipe Camarão* e as bombardeiras *Pedro Affonso e Forte de Coimbra*. Ficam deteriorados o *Mariz e Barros, Piauhý, Cabral e Colombo*, este principalmente, sendo nelle ferido o commissario Figueiredo Barros (13).

Por sua vez, a 26, força o vice-almirante o passo de Angostura com os encouraçados *Brasil, Cabral e Piauhý*, evitando os torpedos collocados pelo inimigo, mas não tiros certos da fortaleza, que mataram no primeiro desses navios o habil pratico João Baptista Pozzo e feriram gravemente o capitão de fragata Salgado. No *Cabral* teve igual sorte o primeiro tenente Velho Junior. O material soffreu avarias consideraveis: no *Brasil*, uma bala de 150, perfurando a couraça e a madeira, alludiu o forro interno; outra abriu a chapa na parte de ré da casamata; terceira despedaçou o mastro da gata. Estragadas quasi todas as obras de madeira do *Cabral*. o *Piauhý* perdeu um pedaço do trincanil á prôa e teve destruido o revestimento de protecção á torre (14).

(10) Relatorio de 1869, pag. 17.

(11) Officio do vice-almirante ao ministro da marinha em 31 de Outubro de 1868.

(12) Foi encontrado o cadaver depois de muitos esforços, pelos primeiros tenentes Gonçalves Duarte e Monte Bastos.

(13) *Pereira da Costa*, obr. cit., vol. 4º, pag. 62.

(14) Ordem do dia, do vice-almirante, n. 188, de 28 de Novembro de 1868.

Sae o barão da Passagem, a 29, de Villeta com os encouraçados *Bahia* e *Tamandaré* e os monitores *Alagôas* e *Rio Grande do Sul*, para proceder a minucioso reconhecimento sobre os pontos intermediarios até á capital, o que executa, fazendo calar uma bateria á barbeta, que ali o hostilizou e damnificando alguns estabelecimentos publicos, como o arsenal, alfandega e o palacio de Lopez. O vapor paraguay *Pirabébé*, que se achava no porto, fugiu á toda a força rio acima (15).

Concluida a estrada militar do Chaco, nada tolhia já o transporte do exercito alliado para aquella margem, sua marcha até o ponto terminal e desembarque na outra, onde o aguardava o inimigo, que, embora na expectativa de um ataque imminente, nunca suppoz que tivesse de recebê-lo acima de Villeta.

Para isso seria mister que os alliados effectuassem aquella travessia, julgada impossivel, n'um terreno quasi intransitavel na boa estação, e que as ultimas cheias do Paraguay deveriam ter convertido em tremedal, absolutamente invadeavel. Nessa occasião tractou Lopez de augmentar as fortificações de Villeta, trabalhos em que a esquadra acossou os paraguayos com metralha, não só embarçando que as obras se completassem, porém cada vez mais confirmando o dictador na crença de ser aquelle o objectivo do general em chefe, marquez de Caxias.

---

(15) Ordem do dia, do vice-almirante, n. 189, de 1 de Dezembro de 1868.







## XXVII

*Desembarcam. os alliados em Santo Antonio. Campanha do mez de Dezembro de 1868. Fuga de Lopez para Cerro Leon. Perfidia paraguaya. Morte do capitão de fragata Netto de Mendonça. Occupação de Assumpção. O barão da Passagem persegue os restos da esquadra inimiga no Manduvirá. Expedição ao Fecho dos Morros e a Cuyabá. O visconde de Inhauma pede demissão do commando da esquadra e é substituido pelo chefe de divisão Elisiario dos Santos.*

O porto de Santo Antonio, duas leguas acima de Villeta, era o lugar designado para saltarem os alliados. Escolheram-no o general em chefe marquez de Caxias e o vice-almirante visconde de Inhaúma, depois de terem de bordo do *Bahia* cuidadosamente examinado ambas as margens do rio.

Na madrugada de 5 de Dezembro estavam embarcados nos encouraçados o general Argollo, 8.000 praças de infantaria, 10 boccas de fogo e o trem respectivo, que foram transportados até aquelle ponto, onde ás sete horas da manhã já se achava prompto a repellir qualquer tentativa do inimigo. Voltaram os navios ao Chaco, receberam e conduziram segunda expedição, á frente da qual iam o visconde de Herval e o marquez de Caxias, de modo que ao sol posto dispunha o general em chefe de 17.000 homens, bem providos e municidados.

Durante os dias 6 a 9 alguns dos encouraçados continuaram na passagem do resto das tropas e seus pesados abastecimentos.

O modo como foi desempenhado este serviço, sem um abalroamento, sem um sinistro, sem a perda de uma só embarcação miuda, sem o ferimento ou a morte de uma só

praça siquer, (1) e tudo isto com verdadeira surpresa do inimigo, faz honra á pericia de quem o dirigiu e executou. Podia o Brasil orgulhar-se da sua marinha de guerra, tanto pelo valor nos combates, como pela superioridade profissional na satisfação dos varios e difficeis encargos, que a guerra exigia.

A' felicidade e presteza com que se realizou o desembarque do exercito, corresponderam os triumphos em poucos dias por elle alcançados. No dia 6 ganha o marquez de Caxias a sanguinolenta batalha de Itoróro, na qual, pondo-se á frente das reservas, se atira contra as columnas paraguayas e as esmaga; a 11 extermina, em Avahy, os corpos que o inimigo apresenta em campo e apodera-se de toda a sua artilharia; a 12 occupa Villeta; a 21 torna a primeira linha de entrincheiramentos de Piquisiry e os canhões que a guarneciam, rebatendo, durante toda a noite, os desesperados e continuos ataques dos paraguayos para readquirirem a posição; a 25 bombardeia o acampamento adverso; a 26 aniquila no potrero Mamoré numerosa força de cavallaria; finalmente, a 27 o velho e incançavel general leva de vencida as ultimas fortificações do tyranno, que a custo conseguiu fugir para Cerro Leon, apenas com 25 homens de escolta, deixando em poder dos alliados, artilharia, grande copia de viveres e mercadorias, polvora e mais munições, bandeiras, armamento e a propria bagagem e archivos.

Desbaratado o exercito de Lopez e foragido este, a posse de Angostura, seu derradeiro reducto á margem do Paraguay, era questão de dias, senão horas, desde que o exercito retrocedendo completasse por terra o sitio, em que o pozera já por agua a divisão de encouraçados. E a 30 de Dezembro rendeu-se effectivamente a fortaleza, depondo as armas a guarnição de 1.200 homens validos e entregando-se mais 800 feridos, enfermos, mulheres e crianças. (2).

Antes disso, porém, a magnanimidade dos alliados deixou sem o merecido castigo o acto de insigne perfidia do inimigo e ainda perdeu a esquadra, um dos mais distinctos officiaes. Tendo Angostura içado bandeira branca, mandou o capitão

---

(1) Ordem do dia, do vice-almirante, n. 194, de 14 de Dezembro de 1868.

(2) Ordem do dia, do marquez Caxias, n. 272, de 14 de Janeiro de 1869.

de fragata Costa Azevedo, commandante do *Silvado*, que o monitor *Piahy*, arvorando-a igualmente, se approximassem das baterias. Ao encontro deste navio pareceu vir um esca-ler com tres officiaes, que a certa distancia fez-se de volta a toda força de remos. Arria então a fortaleza a bandeira da paz e despeja a artilharia sobre o monitor, que é attingido por seis balas. (3).

A nove de Dezembro, indo o *Mariz e Barros* reconhecer as baterias, uma bala dali expedida choca a portinhola da torre em que se achava o commandante, capitão de fragata Netto de Mendonça, e parte-se em estilhaços, que o matam instantaneamente. O navio, percutido por 23 projectis, soffreu avarias no convez e na parte não encouraçada, sendo feridos mais tres officiaes e tres praças. (4).

No dia tres de Janeiro fundeou toda a esquadra no porto de Assumpção, occupada desde o dia 1, pelo brigadeiro Hermes da Fonseca e 1.700 homens, transportados nos navios da 1ª divisão.

Entregando a direcção do Arsenal de marinha ali existente ao primeiro tenente Stepple da Silva, ordenou-lhe o vice-almirante que collocasse o estabelecimento em condições de realizar os muitos reparos de que carecia todo o material fluctuante, o que em poucos dias conseguiu o activo official. (5).

Com o fim de apoderar-se dos restantes vasos de guerra do dictador, que se tinham acolhido ao Manduvirá, ou destruil-os, para ali seguiu a cinco o barão da Passagem com o encouraçado *Bahia*, os monitores *Pará*, *Alagóas*, *Ceará*, *Piahy* e *Santa Catharina* e as canhoneiras *Ivahy* e *Mearim*. A pouca profundidade do rio em quasi todo o seu percurso e a estreiteza do leito em algumas das sinuosidades só permittiam accesso aos monitores. Com elles proseguiu o chefe e no dia seis avistou os navios inimigos. Eram oito, com um pontão, vapor velho, e o patacho *Rosario*. Deram-lhes caça os monitores; o inimigo fugiu precipitadamente e, por todos os meios, tratava de embarçar a perseguição, abandonando

---

(3) Victorino de Barros, obr. cit., pag. 395. Ficaram feridas duas praças.

(4) Ordem do dia, do vice almirante, n. 193, de 12 de Dezembro de 1869.

(5) Victorino de Barros, obr. cit., pag. 406.



e submergindo chalanas, escaleres e dois dos vapores que iam a reboque. Por fim sumiu-se em um arroio inteiramente desconhecido, junto á cuja foz ancoraram os navios brasileiros. Na manhã seguinte investiu o barão da Passagem o arroio e navegou algumas horas, sendo porém obrigado a regressar cahindo a ré, unico movimento possível no acanhadissimo espaço, desde que encontrou o canal completamente obstruido com o patacho e o vapor *Paraguay*, que os paraguayos haviam mettido a pique. Retirando-se, tentou o chefe rebocar um dos vapores abandonados, o *Coititey*. Verificando ser absolutamente imprestavel, deixou-o. ().

Uma esquadilha composta das canhoneiras *Mearim*, *Ivahy*, *Iguatemy*, *Henrique Dias*, *Felippe Camarão* e *Fernandes Vieira*, commandada pelo capitão de mar e guerra Garçindo de Sá, partiu de Assumpção, a 14 de Janeiro, com 250 praças do corpo de engenheiros, para reapposar-se do ponto denominado Fecho dos Morros, nos limites da provincia de Matto Grosso, fortifical-o e levar á capital a grata noticia dos importantes acontecimentos do mez anterior. Acompanhava-o o vapor *Jaguareté*, carregado de combustivel. Salvo a perda deste navio, que sossobrou, a expedição nenhuma contrariedade soffreu.

Estavam abandonados todos os postos militares das margens dos rios, fugindo mal a avistaram: pequenos piquetes ahi destacados. A 22 chegou ao Fecho dos Mortos e no immediato approaram para Cuyabá as duas canhoneiras *Fernandes Vieira* e *Felippe Camarão*.

Forte Olimpo e Coimbra não tinham viva alma. Em Albuquerque, uma guarda brasileira, suppondo serem inimigos os navios, internou-se mandando o respectivo commandante aviso para Corumbá, cuja guarnição, sob as ordens do tenente-coronel Maria Coelho (depois general), preparou-se para combate, reconhecendo, porém, a tempo aquelle engano.

Dahi por diante, até Cuyabá, foram as canhoneiras sempre victoriadas pelos habitantes das margens, que as saudavam com delirio, manifestações a que se associaram com indizivel entusiasmo as autoridades superiores e a população da capital, que tanto soffrera por mais de quatro annos. A flotilha da provincia, commandada pelo capitão de fragata

---

(6) Ordem do dia, do vice-almirante, n. 194, de 14 de Dezembro de 1868.

Soido, veio receber os portadores da bôa nova, por ordem do presidente da provincia, algumas milhas abaixo da cidade, onde se celebraram acções de graças.

Reinava em Cuyabá grande miseria, não tanto pela falta de viveres, como pelos altissimos preços a que attingiam os que entraram pelas vias terrestres. Os navios forneceram quanto podiam, o que com certeza de que seria promptamente abastecida pelo rio, foi ellivio para aquella gente, assolada pela guerra, pela epidemia e pela fome, sem todavia, jamais duvidar da victoria da patria.

Se, apesar de se ter exposto mais de uma vez ás balas inimigas, dando aos seus subordinados os mais brilhantes exemplos de coragem e de amor ao serviço publico, conseguiu o vice-almirante visconde de Inhaúma conservar-se até então com vida, não o poupou o inhospito clima do Paraguay. Profundamente alterada a saude, ainda mais enfraquecida pelas preocupações, fadigas e vigílias de dois annos de commando, cedeu aos conselhos dos medicos e pediu ao Governo imperial sua exoneração, visto *já não ter a esquadra fortificações a destruir, nem navios a combater.* (7).

Era resolução sua aguardar no posto o successor que o poder competente nomeasse; mas, aggravando-se-lhe os padecimentos, o general em chefe marquez de Caxias convenceu-o de que devia immediatamente retirar-se para Montevideu, ou para qualquer outro ponto, em que com menor perigo pudessem esperar as ordens do Governo. Naquelle capital, e a cinco de Fevereiro, recebeu das mãos do chefe da esquadra Eliziario Antonio dos Santos, nomeado commandante das forças navaes, o decreto de demissão, concebido nos termos mais honrosos. (8).

(7) Palavras com que o visconde de Inhauma justificou o seu pedido de demissão.

(8) O Governo imperial louvou o vice-almirante pelos serviços relevantissimos que prestou e, em prova do apreço em que os tinha, elevou-o ao posto de almirante, conferindo-lhe a Grã-Cruz da Ordem da Rosa. (Aviso do Ministerio da Marinha, de 28 de Janeiro de 1869).

Chegou ao Rio de Janeiro, a 18 de Fevereiro, foi recebido com as maiores demonstrações de enthusiasmo. Já sahiu de bordo em braços, fallecendo no meio da consternação geral, a 8 de Março seguinte. Coube-me a honra dolorosa de levar uma das algas do feretro, em que descansava o bravo almirante e dou testemunho do profundo pesar com que a população do Rio de Janeiro o acompanhou á sua ultima morada.



## XXVIII

*Commando do chefe de esquadra Elisario dos Santos. Serviços da marinha, durante a campanha das cordilheiras, dirigida por S. A. o conde d'Eu. Exploração de rios. O ultimo combate da esquadra no Passo Garayo.*

Se para a marinha havia terminado o periodo dos grandes combates, como dissera o almirante visconde de Inhaúma, não estavam findos os importantes e utilissimos serviços que prestou, em toda a campanha, á causa da alliança.

Seis vapores inimigos, fugindo á perseguição do barão da Passagem, tinham-se abrigado, dissemol-o, num dos pequenos afluentes do Manduviá, eahi se julgavam a salvo, já porque a submersão de um delles obstruira o estreito canal, já por se acharem os demais encalhados, em pontos a que não puderam chegar as menores embarcações da esquadilha daquelle chefe, e que eram inacessiveis ás forças de terra, enquanto não desalojassem o dictador das cordilheiras interiores, onde se acolhera para reorganizar o exercito, completamente desbaratado em consequencia dos desastres soffridos em Itororó e Avahy, Lomas Valentina (Piquisiry) e Agostura.

Taes navios viriam ainda a ser preciosissimo recurso para Lopez, no caso de que os puzesse a nado uma grande cheia dos rios, como se dão no paiz, e nem lhe seria difficil fazer fluctuar mesmo os que, por ordem sua, foram mettidos a pique, afim de impossibilitar a navegação.

O novo commandante da esquadra, Elisario Antonio dos Santos, (1) de combinação com o do exercito, o principe

---

(1) O estado maior do novo commandante ficou assim composto: chefe, o capitão de mar e guerra Costa Azevedo; secretario, o pri-



consorte Conde d'Eu, nomeado para substituir o Marquez de Caxias, que, gravemente enfermo se recolhera ao Brasil, não tardou em projectar operação, cujo objectivo era aposar-se ou destruir aquelles restos da marinha inimiga.

Ao chefe da primeira divisão, capitão de mar e guerra Barbosa Lomba, que bloqueava a embocadura do Manduvirá, ordenou que organisasse uma esquadilha de pequenas embarcações, para se incumbir daquella missão, sob o commando do capitão de fragata Jeronymo Gonçalves.

Effectivamente, partiu ella no dia 18 de Abril de 1869, composta dos monitores *Santa Catharina*, commandante o primeiro tenente Severiano Nunes, *Piauhy*, o primeiro tenente Balthasar da Silveira, *Ceará*, primeiro tenente Machado Dutra, e as lanchas a vapor *João das Botas*, primeiro tenente Gregorio Paiva, e *Jansen Muller*, segundo tenente Rodrigues de Vasconcellos.

Deixando o *Colombo* e a *Belmonte* na foz do rio o chefe Lomba acompanhou a expedição, na *Araguary*, até alguma distancia. Passando-se para bordo do *Santa Catharina*, e, com o reforço da lancha *Couto*, o capitão de fragata Gonçalves continuou a sulcar o rio, costeou a grande lagôa Aguaracaty, entrou no arroio Hondo, deste passou-se para o Mubutuhy, e tendo percorrido 60 a 70 leguas, atravez de mil difficuldades chegou a avistar, no dia 25, a pouca distancia, a villa de Caraguatay, acompanhado sempre de forças de cavallaria e infantaria inimigas, que marchavam por terra-

Permittiam aos paraguayos esta vigilancia as multiplas sinuosidades do rio e arroios, tantas e taes, que ainda na tarde de 20, depois de mais de um dia de viagem, de sol a sol, do alto dos mastros da *Araguary* se via, por entre a vegetação da margem, os monitores e depois a fumaça das chaminés, que afinal se sumiu tambem, fazendo apparecer a anciedade pelo exito de tão arriscada commissão. (2).

Nas proximidades de Caraguatay, como que a duas milhas, estavam encalhados os navios paraguayos. O rio não offerecia agua sufficiente, nem para as lanchas de menor calado; sem tropa de desembarque não podia Gonçalves ataca-los, mormente defendidos como se achavam por parte

---

neiro tenente Manoel Augusto de Castro Menezes; ajudantes de ordens, primeiros tenentes Eduardo Fabio Pereira Franco e Antonio Ferreira de Oliveira.

(2) *Pereira da Costa*, *orb. cit.*, 237 a 260 relatorios ao Ministerio da Marinha, de 1869 e 1870.

das forças numerosas que o seguiram. Resolveu, pois, aguardar que alguma subida das águas lhe facultasse o passo; mas as águas em lugar de crescer, desciam um a dois pés diariamente; era preciso descer igualmente até achar fundo bastante. Dahi expediu duas lanchas ao commandante da divisão, para trazerem carvão e reforços que esperaria. Presentindo, porém, na noite de 26, que nas matats do riacho eram derrubadas muitas arvores, pelos golpes de machado que ouvira, e prevendo que lhe tentassem cortar a retirada, deliberou regressar, navegando os monitores e a lancha *Couto* de pôpa, águas abaixo, por ser impossível virar na largura de sete a doze braças, que não mais tinha o arroio. Pouco adiante foi-lhe preciso remover estacada de grossos madeiros, amarrados com cipós fortíssimos, que começou o inimigo a construir na vespera, para fechar o canal de lado a lado.

A 29 avista a esquadilha o Passo Garayo, que encontra fortificado: uma bateria a barbeta de duas peças de campanha e tres trincheiras para fusilaria em ambas as margens, guarnecidas por 900 homens uma e 200 outra, alli aguardavam os pequenos vasos.

Abaixo da bateria estava o rio impedido por vigas, canoas, correntes de ferro e até carretas carregadas de pedras; a meio submergidas nas águas e presas em terra, densas redes de cipós e cordas para se envolverem nas helices. Dois torpedos completavam a defesa.

Já as lanchas, expedidas por Gonçalves, ao atravessarem aquelle ponto, quando voltaram, a 28, tinham sido hostilizadas com descargas de fusilaria e a tentativa de abordagem, sendo feridos um machinista e alguns marinheiros; mas proseguiram, e, ás duas horas da tarde, reunidas á esquadilha, preveniram o chefe das difficuldades que teriam de vencer.

Não havia hesitar: pela manhã monitores e lanchas investiram a passagem a toda força, indo na frente a *Jansen Muller*, que roça impunemente nos torpedos, por felicidade incapazes de explosão. Segue-se-lhe o *Ceará*. Esbarra nos obstaculos que lhe entorpecem os movimentos, e, afinal, é detido pelos cipós, enroscados nos propulsores, obstando-lhes o jogo. Consegue cortar-os sob vivo fogo, desfechado não só da bateria e trincheiras, como dos galhos das arvores, em que se collocaram os inimigos, tão ousados, que dalli,

deixando-se cahir, procuravam saltar sobre o convez. Aproximam-se os demais barcos, e, graças aos esforços de todos, combatendo uns, trabalhando outros, removidos os estorvos, é transposto o terrível passo.

Não se satisfaz o capitão de fragata Gonçalves com esse triumpho e, aproveitando o entusiasmo e ardor dos seus bravos subordinados, ordena que a esquadilha suba o rio para continuar a peleja, cobre as fortificações de metralha e fusilaria, opera desembarque, corta um grupo de 80 paraguayos e os faz prisioneiros, inclusive 4 officiaes. O commandante inimigo, capitão Lopez, e 100 soldados foram mortos nesse dia, glorioso para a marinha. (3).

Voltou a esquadilha ao ponto de partida, na foz do arroio, sem que mais a hostilizassem.

Sob o commando em chefe de todas as forças brasileiras do principe conde d'Eu a cooperação da esquadra, posto que mais modesta, foi sempre activa, efficaz e do maior proveito.

Quando o exercito se dirigiu ás cordilheiras, em perseguição do dictador, ella garantiu-lhe a base de operações e fornecimento, privando o inimigo de todas as vantagens e recursos, que poderia tirar dos rios, desde o Alto Paraná até o Jejuy, explorando-os e sobre elles exercendo rigorosa policia e vigilancia, executando o transporte de artilharia, cavallaria, feridos, familias paraguayas, libertadas pelas nossas forças, conduzindo provimentos e expondo-se a perigos inherentes á navegação de pequenos canaes completamente desconhecidos aos proprios filhos do paiz, como aconteceu ao *Silvado*, que batendo em umas pedras, safou com difficuldade e seriamente avariado.

Enumeremos os mais importantes desses trabalhos. De 29 de Maio a 14 de Junho o capitão tenente Eduardo Wandenkolk, commandando uma expedição de que faziam parte a canhoneira *Henrique Martins*, os monitores *Pará* e *Santa Catharina*, e tres lanchas a vapor, percorre o Jejuy para estabelecer communicações com a columna do general Camara, que operava ao norte do Manduvirá.

Detido no passo Machú por um banco de areia, Wandenkolk nelle cava um canal, e, deixando em S. Pedro os navios, prosegue nas lanchas e escaleres até Cuunhami. Dahi, no dia 12 daquelle segundo mez, põe-se á falla com um piquete avançado da mesma columna. Desde então contou o general

Camara com uma linha de lanchas e escaleres, que em constante actividade até a embocadura do rio, lhe assegurava todos os meios precisos para não interromper os seus movimentos. (4).

Apparecendo em Agosto, na lagôa Ipacarahy, á esquerda do acampamento do exercito, em frente a Ascurra, canôas inimigas, que procuravam surprehender forças alliadas, seguiram, á requisição do principe commandante em chefe, pelo caminho de ferro, uma lancha a vapor, dois escaleres e duas canôas que afugentaram aquella esquadilha, tornando perfeitamente seguras por esse lado as posições do mesmo exercito. (5).

Depois das victorias por este alcançadas nas cordilheiras, em Ascurra, Peribebuy e Campo Grande, quando os paraguayos se puzeram em retirada, suspeitando o chefe da esquadra Elizario dos Santos, que procurassem fortificar-se nas cabeceiras do Manduvirá, para alli enviou a canhoneira *Iguatemy*, o vapor *Lindoya* e as lanchas *Tebicuary*, *Inhauma* e *Jejuy*, com o duplo fim de embaraçar a passagem do inimigo e ainda uma vez tentar a captura dos vapores, que haviam escapado aos esforços do barão da Passagem e de Gonçalves. Não poudes a *Iguatemy* ir além do passo Orqueta, mas o *Lindoya* e as tres lanchas alcançaram Garayo, encontrando o canal novamente interceptado por muralha de pedra de tres braças de largura e um de elevação sobre o nivel das aguas.

O capitão de fragata Alves Nogueira, chefe da expedição, secundado pelo capitão tenente Eduardo Wandenkolk, abriu passagem, destruindo a muralha e avançou em demanda dos vapores. O inimigo, porém, que não cessou de seguir-lhes os movimentos, ainda que acossado sempre pela fusilaria de bordo, quiz privar-os da infallivel presa, incendiando os navios (6). Assim extinguiu-se a esquadra paraguaya, que em tão prolongada luta não poudes enumerar outros successos, senão o apresamento do indefeso vapor mercante *Marquez de Olinda*, do pequeno e mal armado *Anhambahy* e dos dois vasos argentinos *Guauguay* e *25 de Maio*, tomados

(4) Relat. citado.

(5) Relat. citado.

(6) *Pereira da Costa*, obr. cit., pag. 379 e seguintes. Estes vapores eram o *Apa*, *Anhambahy*, *Salto de uayrá*, *Iporá Paraná* e *Pirabebé*. (Officio do conde d'Eu ao ministro da Guerra em 3 de Setembro de 1869).



traíçoeiramente em Corrientes. Depois da batalha de Riachuelo, jamais ousou medir-se com os navios brasileiros.

Enquanto isto occurria nos affluentes do rio Paraguay, não se conservava inactiva a divisão que policiava o Alto Paraná. Realizou a passagem do corpo de exército do general Portinho em Itapua com rapidez e segurança. Ainda no Tebicuary estas forças deveram á esquadra precioso concurso, recebendo e transportando para Assumpção os feridos nos combates que sustentaram.

E tudo que se fez e conseguiu, relewa lembra-l-o, como consolador contraste das tristezas do presente, na mais perfeita harmonia e união, entre chefes, officiaes e praças do exército e da marinha, não se dando nunca um conflicto, a menor rixa, reinando constantemente entre elles a fraternidade e dedicação reciprocas, que devem existir entre os que servem sob a mesma bandeira e amam a patria commum.

Victima, igualmente, do pernicioso clima daquellas regiões, o chefe de esquadra Elisiario dos Santos, entregou por doente o commando ao chefe de divisão Barbosa Lomba, ficando as forças maritimas do Brasil no Paraguay reduzidas ao encouraçado *Tamandaré*, monitores *Santa Catharina*, *Rio Grande do Sul*, *Alagóas*, *Ceará*, *Piahy* e *Pará*, ao transporte *Princeza de Joinville*; aos avisos *Fernandes Vieira*, *Felippe Camarão*, *Henrique Dias*, *Henrique Martins*, *Lamego*, *Greenhalg*, *Taquary* e *Lindoya*; aos vapores *Onze de Junho*, *Chuy*, *Antonio João*, *Corumbá*, *Jaurú*, *Alpha*, *General Osorio*, *Voluntario da Patria* e 10 lanchas.

Os demais navios tinham regressado á capital do Imperio, para repararem os gloriosos estragos da luta, ou para serem retirados do serviço que, nobres invalidos, já não podiam prestar.

O Brasil podia contemplar com desvanecimento a sua marinha de guerra, que se elevava a par das primeiras do mundo, em prolongada campanha, cujos perigos e difficuldades, provenientes das circumstancias especialissimas do theatro em que se desenvolveu, não encontram iguaes na historia das guerras maritimas.

“Paysandú, Riachuelo, Mercedes, Cuevas, Corrientes, Uruguayana, Passo da Patria, Itapirú, Humaitá, Timbó, Tagy, Tebicuary, Angostura, Manduvirá, foram padrões da sua marcha victoriosa. Ella recolheu-se á patria coberta de louros, trazendo os navios honrosos cicatrizes, que ostentavam a grandeza da porfia, que sustentaram. Jovens officiaes que nunca tinham entrado em combate, nem pratica alguma de guerra

possuiam, revelaram qualidades distinctas, que lhes valeram rapida elevação. Os chefes, dirigindo-os pelo exemplo do valor pessoal e com a pericia adquirida, corresponderam á reputação de que já gosavam."

O ministro illustre (7) que escreveu estas justas e eloquentes palavras, podera ter incluído entre os padrões de gloria da marinha — Coimbra, Alegre e Garayo, onde a coragem dos officiaes e praças, pelejando contra forças immensamente superiores nunca por nenhum outro foi exercida.

Registrando pela segunda vez aquelle feito, o derradeiro combate da esquadra, não nos podemos esquivar a um sentimento de profunda magoa, lembrando-nos de que o autor da façanha praticada naquella remota paragem das ribanceiras agrestes do Manduvirá, ahí vem á frente de tripulações em grande parte mercenarias, assestar canhões contra os antigos e não menos bravos companheiros de escola, da mocidade, de armas e de serviços immorredouros, que os recommendavam á gratidão nacional!

Se a guerra é detestavel, no dizer de Herodoto, por ser o templo em que os paes enterram os filhos, quando na paz os filhos enterram os paes, quanto não o serão as dissensões civis, que os conduzem e aos irmãos a se exterminarem mutuamente? Mas, nunca deixam de ser ephemerass as obras da iniquidade; ha de dissipar-se a nuvem negra que pesa sobre o Brasil e, aos fulgores da liberdade reconquistada, elle poderá ainda afoitamente confiar a defesa de sua dignidade e dos seus interesses ao exercito e a armada regenerados.

*Sursum Corda!*

---

(7) O barão de Cotegipe.



## XXIX

### *Complicações diplomaticas no decurso da guerra*

Não poucas vezes, durante a campanha, surgiram difficuldades, creadas por potencias estrangeiras, á prosecução della. Applicação indebita e odiosa das leis internacionaes, propostas inopportunas de mediação, sob pretexto de interesse pela paz, exigencias não justificadas dos representantes armados de varios governos, protestos por motivos imaginarios, taes foram os embaraços oppostos pelos neutros á legitima acção dos belligerantes. Souberam removê-los a dignidade e sabedoria dos gabinetes alliados, fortes pela consciencia de seus direitos soberanos e pela justiça da causa que defendiam.

Algumas dessas occurrencias trouxeram situações melindrosas.

Tal, por exemplo, o caso da retirada da legação imperial do Perú, por motivo de apreciações pouco delicadas do respectivo dictador a respeito da alliança, em sessão solemne do Congresso, e perante o ministro do Brasil.

Não cabe no quadro deste livro historiar todos esses acontecimentos; mencionaremos apenas os que tiveram relação com a marinha de guerra.

Contractara o Governo imperial, em França, a construção de uma corveta encouraçada, que recebeu o nome de *Brasil*. Achava-se ella concluida e entregue ao 1º tenente Henrique Antonio Baptista, commandante nomeado, que arvorara logo a bandeira nacional e a flammula de navio de guerra, quando, a 6 de Março de 1865, as autoridades francezas lhe embargaram a sahida do porto de Toulon. Entendia Drouyn de Lhuys, então ministro de estrangeiros de Na-



poleão III, que impunham aquelle procedimento os deveres de neutralidade da França, na lucta que sustentavamos com o Paraguay. Apesar de vivas instancias do ministro brasileiro em Paris, o conselheiro Marques Lisboa, (1) manteve-se a resolução. Sendo, porém, acreditado alli, em missão especial, o barão de Penedo, que empregou novos esforços, levantou-se o embargo. O *memorandum* em que aquelle diplomata discutiu a questão lhe faz honra e é digno de nota (2).

A construcção da corveta, ponderou elle, fôra contractada em 5 de Janeiro de 1864, estando o Brasil em plena paz com o Paraguay, para o fim declarado de incorporar-se á marinha militar.

Solennemente entregue ao Governo imperial, que lhe designou commandante, e empossado este, era um navio de guerra com direito e no gozo de todas as regalias e privilegios, inherentes ás embarcações dessa categoria. A neutralidade de uma nação impõe-lhe o dever de não praticar em favor de um dos belligerantes, cousa alguma, que possa redundar em detrimento do outro. (3) Em virtude desse principio, deve o neutro oppôr-se no seu territorio a todo o acto tendente a augmentar as forças de qualquer dos belligerantes; mas, por isso mesmo, nunca foi contestado aos navios de guerra, que se achassem em porto neutro, o direito de sahir desse porto. Prohibil-o, seria, de facto, privar um dos Estados que estivesse em guerra de parte de suas forças, em vantagem do contrario e, consequentemente, faltar á neutralidade. Não póde um navio em taes condições comprar artigos bellicos, augmentar o seu pessoal; póde, porém, deixar o porto com os canhões, a polvora, as armas e instrumentos de guerra e com toda a tripolação que lhe pertenciam, já existentes a bordo, no momento de travar-se a guerra. Nem só isso: se um navio de guerra se visse, por falta de homens, na impossibilidade de navegar, seria permittido ao neutro, sem quebra de seus deveres, facultar-lhe o engajamento da gente strictamente necessaria para o regresso. (4)

---

(1) Notas da legação de Paris, ao Ministerio de Estrangeiros de França, de 16 de Março, 10 e 12 de Abril de 1865 e Relat. de Extr. de 1866.

(2) *Ortolan-diplomatie de la mer.* (Tomo 2º, pag. 77).

(3) *Ortolan — Diplomatie de la mer* (Tom. 2º, pag. 77).

(4) *Hautefeuille — Des nations neutres* (Tomo 1º, pag. 359).

Consequentemente, o embargo posto á corveta importava tirar ao Brasil uma parte de suas forças, em beneficio do Paraguay, acto inconciliavel, não só com os deveres da neutralidade, senão também com a doutrina proclamada e applicada pelo proprio governo francez em 1854. Rompera a guerra da Criméa; e, todavia, esse governo, que podia immediatamente embargar todos os navios de commercio russos, que se encontravam nos seus portos, recuou diante da applicação rigorosa desse principio e concedeu-lhes o prazo de seis semanas para que se retirassem; acto determinado pelo justo pensamento, expressamente declarado em documento official, de que *ainda mesmo depois do rompimento de hostilidades, convém proteger tão largamente quanto possível as operações feitas de boa fé e em via de execução antes da guerra.*

“A construcção da corveta, accrescentou o barão de Penedo, não era somente uma operação feita de boa fé e em curso de execução, quasi um anno antes da guerra; a corveta estava acabada, entregue e prompta para partir antes de ser conhecido em França o estado da guerra. Duas circumstancias especiaes aggravavam o acto do governo francez, dando ainda mais força á reclamação brasileira. Preferindo estaleiros francezes para a construcção do navio, o Governo imperial condescendera com instantes e reiteradas recommendações da legação de França no Rio de Janeiro e do commandante em chefe da estação naval, nos mares da America do Sul. Effectivamente, tanto o barão des Michels, encarregado de negocios no Brasil, como o almirante Chaigneau, observando instrucções de seu governo, que desejava proteger a industria nacional, empenharam-se fortemente em favor da *Compagnie des Forges et Chantiers*, que se propunha entrar em negociações com o Governo imperial. Celebrado o contracto, que o almirante *considerava questão de amor proprio do governo francez*, o respectivo ministro manifestou seu reconhecimento ao da marinha brasileira, pedindo-lhe que *conservasse sua confiança na industria franceza* e confessando-se orgulhoso de *ter ligado seu nome ao primeiro facto de uma nova era nas annaes dos dous imperios.* (5)'

---

(5) Estes interessantes e expressivos pormenores, para os annaes diplomaticos das grandes potencias européas, constam das cartas do ministro e almirante francezes, de 23 de Novembro, 5, 15 e 20 de Dezembro de 1863, citados no *memorandum* do barão de Penedo.

Obedecendo aos principios de progresso e humanidade que sempre inspiraram sua politica, adherira o Brasil á declaração que se seguiu ao tratado de Pariz, renunciando, portanto, a dar *cartas de marca*. O Paraguay não conveiu nesse accôrdo, reservando-se o direito de armar corsarios e, segundo informações authenticas, tratava ade pôr em pratica esse meio de guerra, condemnado pelas nações civilizadas. Em taes condições, o embargo era uma violencia, tanto menos justificavel quanto a teria evitado o Brasil, se não se houvesse mostrado benevolo para com as pretensões do governo francez, aproveitava grandemente ao Paraguay, que fazia a guerra de um modo barbaro e indigno do seculo actual.

Oito dias depois de apresentado o *memorandum*, a chancellaria franceza communicava ao barão de Penedo que, reconsiderado o assumpto, estavam expedidas as ordens precisas para ser levantado o embargo da corveta *Brasil*, que veio reunir-se á esquadra em operações.

Em 10 de Abril de 1865 o vice-almirante visconde de Tamandaré, communicando á legação brasileira em Montevideo que as forças de seu commando passavam a operar contra o Paraguay, pediu-lhe que notificasse ao governo junto ao qual estava acreditada, assim como aos agentes diplomaticos e consulares estrangeiros, segundo os estylos internacionais.

O bloqueio tornar-se-ia effectivo desde o dia em que o estabelecessem as divisões da esquadra, que então subiam o Paraná, ao mando do chefe Barroso. Permittia, porém, o almirante que as embarcações estrangeiras, que estivessem a carregar nos portos inimigos, podessem delles sahir até 20 dias depois de iniciada aquella medida de coerção.

Dahi originaram-se incidentes desagradaveis, occorrendo o primeiro com a canhoneira ingleza *Doterel*. Os paraguayos, como se viu, haviam invadido o territorio argentino, fixando abaixo de Corrientes o ponto extremo da occupação. Aquem desse ponto, e, portanto, nas aguas do Paraná, estendeu sua linha de vigilancia o chefe brasileiro. No porto daquella cidade achava-se fundeada a canhoneira. Intimado em 1º de Maio para que descesse, o commandante não obedeceu, allegando *que a disposição da esquadra não bloqueava nenhuma parte do rio, acima do ponto que ella occupava*. Cingindo-se ás instrucções do vice-almirante, protestou o chefe Barroso contra a recusa e levou o facto ao conhecimento do ministro em missão especial, junto ao governo de Buenos Ayres, con-

selheiro Francisco Octaviano de Almeida Rosa, que immediatamente dirigiu uma reclamação ao representante britannico, Eduardo Thornton. (6) Com mais habilidade do que revelara, o commandante da *Doterel*, em sua laconica e inveridica resposta, declarou o ministro que esse official recebera ordens de seu superior hierarchico para respeitar quaesquer bloqueios effectivos, sendo que nesse sentido lhe fizera, elle ministro, recommendações verbaes e por escripto.

No caso, não inflingira aquelle official nenhum direito de belligerante, porque, segundo o tratado de 10 de Julho de 1853, entre a Inglaterra e a Confederação Argentina, ficara expressamente estipulado que se rompesse a guerra entre alguns dos Estados, Republicas ou Provincias do Rio da Prata, ou seus confluente, *continuará a navegação do Paraná a ser livre para a bandeira mercante de todas as nações, excepto quanto a munições bellicas*. O bloqueio do rio Paraguay e dos portos deste paiz no Paraná não se poderia considerar estabelecido, emquanto *uma força effectiva não estivesse presente na foz do primeiro e nos portos do segundo rio*, o que se não dava relativamente á esquadra brasileira. Verdade era que o governo argentino tambem notificara o bloqueio dos portos da costa da Republica do Paraguay, mas com a declaração de que só começaria depois *que para alli enviasse força sufficiente*, reserva que a legação ingleza as-signalara na resposta á notificação. (7).

Accrescentava Thornton que, com sciencia do governo argentino, subira a *Doterel* o Paraná, para o fim de *offerecer aos subditos inglezes, detidos em Corrientes e Assumpção, protecção e meios de se evadirem*, e que, annuindo a essa viagem o mesmo governo argentino, *manifestara a esperança*, a que o ministro britannico aquiescera, de que o navio fizesse *extensivos taes auxilios aos subditos da Confederação*. A demora da embarcação em Corrientes provinha de ter recebido a bordo cerca de duzentos fugitivos das hostilidades paraguayas, *quasi todos cidadãos da Republica, alliada ao Brasil*. Terminou o ministro, dizendo que, em falta de instrucções de seu governo, ao qual ia sollicitar-as, manifestava apenas opiniões individuaes, que podiam ser erroneas.

---

(6) Nota da missão especial do Brasil á Legação Ingleza, em Buenos Ayres, datada de 12 de Julho de 1865.

(7) Nota da legação britannica á Missão Especial Brasileira, em 22 de Julho de 1865.



Na replica o enviado brasileiro declarou que levaria ao conhecimento do seu Governo aquella resposta, que, não obstante adiar a reparação de um aggravo feito á soberania do Imperio, estava redigida em termos amigaveis e de natureza a inspirar confiança na rectidão de animo, com que seria apreciada pelo gabinete inglez a reclamação formulada. Como porém, Thornton manifestara sua opinião pessoal sobre o assumpto, analysal-o-ia, sob igual reserva, para mostrar que o commandante da *Doterel* procedera irregularmente. O tratado de Julho de 1853, entre a Grã-Bretanha e a Confederação Argentina, estipulava, era certo, que no caso de guerra entre qualquer dos Estados do Rio da Prata, a navegação dos rios Paraná e Uruguay ficaria livre para o pavilhão mercante de todas as nações. Mas, por isso mesmo que expressamente concedera tal favor á marinha mercante, excluia, pela *omissão*, a marinha de guerra.

A marinha de guerra das nações não ribeirinhas daquelles rios somente podia chegar, em tempo de paz, até onde cada estado ribeirinho lhe permittisse, não podendo a autorização dada por um Estado estender-se fóra dos limites do seu territorio, nem obrigar a outros governos.

Tal o princípio regulador da materia e, demais, estipulado na Convenção fluvial de 20 de Novembro de 1857, entre a Confederação Argentina e o Imperio do Brasil.

Admittido mesmo que se estendesse á marinha de guerra concessão positivamente limitada á mercante no tratado com a Grão-Bretanha, não se verificava, na occasião, a hypothese nelle prevista. O Paraguay, em guerra contra o Imperio e a Confederação, tinha invadido o territorio desta Republica, até muito abaixo da cidade de Corrientes. O Brasil, cerrando seus portos fluviaes ao commercio, bloqueiara os do inimigo, acima de Corrientes, com quem iria negociar um navio mercante, se dahi por diante só havia os portos argentinos occupados pelo inimigo e os brasileiros já fechados? Esse navio somente poderia negociar com os paraguayos. Não era esta a eventualidade prevista no tratado, pois seria absurdo que a Republica Argentina consentisse em que estrangeiros transitassem por suas aguas territoriaes, para irem negociar com os inimigos da mesma Republica, em occasião de guerra.

Não era razoavel também suppor que ella se houvesse despojado do direito de bloquear os portos dos seus inimigos. Em todo o caso, as concessões feitas por outros ribeirinhos do Paraná não obrigavam o Brasil. Exercendo direitos de belligerante, assistia-lhe a faculdade soberana de bloquear

os rios, cuja navegação só era util ao adversario. Occupando elle territorio argêntino até Corrientes, no rio Paraná, ahi collocara o Imperio sua linha de bloqueio tão legitimamente como poderia estendel-a na fóz do Paraguay.

Daquelle ponto para cima nenhuma potencia neutral e ribeirinha era offendida em seus interesses, objecção unica a oppôr-se contra o acto da marinha brasileira. O bloqueio era effectivo, desde que as forças nelle empregadas bastavam para fazel-o respeitar, como de sobejo demonstrara a batalha de *Riachuelo*. As notificações officiaes ou diplomaticas haviam sido feitas, e, lealmente, o reconhecia o ministro inglez.

O commandante da *Doterel*, portanto, não podia desatender á intimação que lhe dirigira o chefe Barroso, sendo o seu procedimento tanto mais condemnavel, quanto a Inglaterra sustentara sempre o direito de bloqueio ainda com mais rigor, pretendendo que era licito estabelecê-lo mesmo em prejuizo dos neutros. Assim praticou nas questões do Elba e dos affluentes do Prata, sempre que' o julgou conveniente aos interesses britannicos.

Concluia Octaviano reconhecendo que a missão confiada á canhoneira era humanitaria. A reclamação não punha em duvida a rectidão dos motivos, que aconselhavam a presença do navio nas aguas interdictas, mas tão somente visava ressalvar um direito soberano do Brasil e evitar precedentes abusivos. (8)

Esta questão era tanto mais melindrosa quanto de um lado ainda não estavam restabelécidas as relações diplomaticas entre o Brasil e a Inglaterra, relações que o Imperio cortara em vista das violencias autorizadas, pelo ministro Christie, nas nossas aguas territoriaes, convindo afastar todos os incidentes, que viessem aggravar a situação já anormal; e por outro lado o governo inglez podia invocar, não só o consentimento do nosso alliado argentino para a subida do navio, mas os serviços que delle solicitara o mesmo alliado, em prol de seus nacionaes.

Novas occurrencias vieram complical-a. Quiz romper o bloqueio a canhoneira italiana *Veloce*, no intuito de seguir para Assumpção, afim de desempedir navios de commercio da Italia, que ali se achavam detidos.

---

(8) Nota da Missão Brasileira á Legação Ingleza em 21 de Julho de 1865.

Intimado o respectivo commandante, que não ultrapassasse a linha, conformou-se. Como, porém, a *Doterel* mantinha-se além dessa linha, entenderam os agentes daquelle governo que sua marinha havia sido offendida, negando-se-lhe o que pensavam ter-se concedido á Inglaterra. Trocadas explicações, ficou patente não haver desigualdade de tratamento. (9)

Approximando-se o momento de começar a esquadra brasileira operações mais energicas, o vice-almirante visconde de Tamandaré dirigiu uma circular aos chefes das estações navaes neutras, convidando-os a fazerem descer para baixo das Tres Bocas os seus navios de guerra, que se achassem acima daquelle ponto. "A presença de navios de guerra neutraes no theatro dos acontecimentos, dizia o vice-almirante, permittida *provisoriamente por mim* em virtude de considerações humanitarias, pode animar o inimigo e prolongar a resistencia, por que elle simulará que em taes navios encontra garantia e asylo em caso desesperado. Não me arrego direito novo; faço applicação daquelle que as potencias maritimas da Europa tem seguido em seus bloqueios no Rio Prata, respeitado sempre pelos navios de guerra brasileiros" (10)

Os chefes das forças inglezas e italianas responderam correctamente; o hespanhol com uma evasiva. O francez, contra-almirante Chaigneau, depois de declarar que acreditava teria a corveta *Decidée* concluindo a missão philanthropica e de perfeita neutralidade, que a levava ao Paraguay, antes que os navios brasileiros chegassem ao theatro dos acontecimentos, allegava que ao ministro de sua nação, em Buenos Ayres, competia expedir ao commandante do dito navio as ordens, que julgasse acertadas para satisfazer os desejos do visconde de Tamandaré, cuja circular se apresava em transmittir-lhe. "Estou bem certo, adduzia, que, se por quaesquer circumstancias a *Decidée* for retida por mais tempo do que supponho, V. Ex. saberá conciliar as exigencias de suas operações maritimas com a consideração devida ás nações neutraes e amigas, e que essa canhoneira poderá, sem obstaculos, prestar aos nossos nacionaes e aos

---

(9) Notas ns. 61 a 69, annexas ao Relat. de Extr. de 1866.

(10) Circular do Visconde de Tamandaré aos commandantes das forças navaes, surtas em Montevideo, aos 20 de Novembro de 1865.

nossos agentes o apoio e os soccorros, que lhes são necessários na difficil situação em que se encontram. (11)

Reclamando o vice-almirante Tamandaré o concurso da missão especial, esta dirigiu-se á legação franceza e requisiu a expedição das precisas ordens.

Confirmou a legação a crença de Chaigneau de que o navio não se acharia nas aguas do Paraguay, quando comessem as operações de guerra. Excusou-se, entretanto, a enviar ordens nesse sentido, já por que confiava na lealdade e experiencia do respectivo secretario, que estava a bordo, o qual, de accôrdo com o commandante, tomaria todas as medidas necessarias, para que sua presença no theatro da lucta não tivesse *sombra de inconveniente*, tanto para a acção dos belligerantes, como para segurança do proprio navio, já por lh efaltarem meios de communicar-se com este.

A viagem da *Decidèe*, ponderava o ministro, foi resolvida em virtude de principios, que não tinha o direito de abandonar e *sem ter pedido uma* licença, que não seria negada, bem o sabia, *mas que não teria acceitado, sem detrimento da sua posição*. (12)

Foi condigna e frizante a resposta de Octaviano: "Quanto á declaração que V. Ex. espontaneamente julgou conveniente fazer-me, disse elle, de que para mandar até o Paraguay um vaso de guerra da marinha franceza, não teria pedido, nem acceitado permissão da esquadra bloqueadora, limito-me a protestar contra semelhante pretensão, levando-a opportunamente ao conhecimento do meu governo, para apreciar-a, quer no ponto de vista de uma offensa ao direito das nações soberanas, quer no de um principio a estabelecer-se, sob a base da reciprocidade, quando a França tenha de occupar a posição de belligerante.

Com as respostas que V. Ex. e o Sr. contr'almirante Chaigneau se dignaram de dar-nos, a mim e ao vice-almirante Tamandaré, *ficam preenchidas as nossas vistas*, a saber: — o representante do illustrado governo de S. M. Napoleão III e o commandante da estação naval franceza, nas aguas do Prata se acham inteiramente das communicações que lhes di-

---

(11) Nota do contra-almirante francez ao visconde de Tamandaré, em 25 de Novembro de 1865.

(12) Nota da legação franceza, em Buenos-Ayres, á Missão Especial brasileira, de 7 de Dezembro de 1865.



rigimos, para resalvar os direitos, nas operações de sua esquadra contra o Paraguay." (13)

O bloqueio fluvial do Paraguay, além dos incidentes já referidos, deu ensejo a outro de mais gravidade. O ministro dos Estados Unidos da America do Norte em Assumpção, Washburn, que se ausentara do posto, regressou ao Rio da Prata, afim de se encaminhar para aquella capital e reasumir suas funcções. O transito desse agente diplomatico só podia effectuar-se, transpondo elle a linha do bloqueio, ou as dos exercitos alliados em operações, o que apresentava sérios inconvenientes. Desta circumstancia nasceu um conflicto de direitos, allegados de parte a parte. O caso era especial e sem precedentes, que lhe servissem de norma. (14) Cumpria resolvel-o segundo os principios geraes, de applicação sempre sujeita a duvidas, ou segundo a maior ou menor importancia dos interesses, que poderiam ser apreciados de diverso modo, ou ainda, segundo a conveniencia das relações amigaveis, felizmente consideradas de ambos os lados dignas de maior attenção.

Direito incontestavel assistia ao Brasil, como belligerante, de não consentir no transito, mesmo a despeito do character diplomatico de quem o pretendia. Sensível era a differença na importancia das conveniencias, que poderiam ser compromettidos, quanto aos alliados, pelo rompimento do bloqueio e quanto aos Estados Unidos, pela recusa da passagem. De uma parte se chegara ao momento das operações decisivas, em que o menor afrouxamento poderia prejudicar o resultado da guerra; d'outra parte, tratava-se apenas de missão de mera cortezia. Sobrelevava, pois, o interesse do Brasil, aconselhando a prohibição do transito. Não obstante, para dar aos Estados Unidos prova de sua amisade e tambem par evitar inoportunas complicações, autorizou-se o proseguimento da viagem de Washburn, mediante protesto que resguardasse os direitos dos alliados.

Houve demora na solução deste negocio, proveniente da necessidade de accôrdo entre agentes collocados em logares remotos e os tres governos. Depois de algum tempo, a legação americana no Rio de Janeiro pediu explicações em termos conciliadores. Redarguiu-se-lhe do mesmo modo, man-

---

(13) Nota da Missão Especial Brasileira á legação franceza em Buenos Ayres, em 9 de Dezembro de 1865.

(14) Relatório do Ministro dos Estrangeiros, de 1867.

tendo-se, porém, a convicção de que era fundado o direito de recusa e accrescentando-se que os generaes alliados não hesitariam em aproveitar o primeiro ensejo que lhes dessem os successos da guerra, afim de que podesse o ministro seguir para seu destino. Assim aconteceu (15), e Whashbun, seguramente, ter-se-hia arrependido da insistencia em voltar ao Paraguay, porque ali o aguardavam pungentes desattenções e violencias por parte de Lopez. (16)

O regresso deste diplomata, em 1868, deu lugar a novas complicações. Para recebê-lo e transportá-lo, apresentou-se, no mez de Maio, em Curupaity, o vapor de guerra norte-americano *Wasp*. O general em chefe interino dos exercitos alliados, marquez de Caxias, a quem se dirigira o commandante do navio, pedindo que lhe fosse permittido atravessar por entre a esquadra ancorada acima e abaixo de Humaitá e chegar até a foz do Tebicuary, ponto em que embarcariam o ministro e sua familia, recusou a licença, porque estava a empregar operações decisivas no lugar designado. Não desejando, porém, embaraçar a saída do diplomata, suggeriu dous alvitres, que não foram acceitos. Propunha o marquez que elle se fizesse transportar em algum vapor paraguayo, que, com bandeira parlamentaria, viesse aguas abaixo, até Pilar ou Tagy, onde poria á sua disposição todos os meios de conducção necessarios para continuar por terra até Curupaity, ancoradouro da *Wasp*. Respondeu Wasburn, que o estado de saude de sua senhora impossibilitava-a de viajar por terra. Offereceu então o general em chefe mandar subir um dos navios brasileiros, tambem com bandeiras parlamentaria, até o ponto que o ministro indicasse, para tomá-lo a bordo, sua familia, comitiva e bagagem e trazê-los até o navio americano, desde que para isso elle, ministro, obtivesse consentimento do governo paraguayo. Rejeitado foi tambem este meio, convencido como estava o ministro de que o navio brasileiro, ainda com bandeira parlamentaria, seria hostilizado pelo inimigo.

Aventada a questão no Rio de Janeiro pelo representante americano, general Webb, seguiu-se longo debate, que terminou com a seguinte declaração do ministro de negocios estrangeiros, conselheiro Silva Paranhos, ao mesmo general: O Governo imperial e seus alliados levarão ainda mais longe

---

(15) Relatório do Ministro dos Estrangeiros, de 1865.

(16) *Masterman*, obra citada.

a sua deferencia para com os Estados Unidos, si os representantes destes, nesta cõrte e na Republica do Paraguay, entenderem, que não devem acceitar nenhum daquelles meios (os lembrados pelo marquez de Caxias), ou que o regresso do Sr. Whasburn só pôde effectuar-se commoda e seguramente indo o *Wasp* recebê-lo no lugar do seu embarque. Neste caso os alliados convirão em que o navio de guerra dos Estados Unidos suba até aquelle ponto e para aquelle fim, salva a demora, que possam exigir as operações de guerra em acto de execução e certos os alliados do que assegura o Sr. Webb e elles nem duvidaram, quanto á stricta observancia da neutralidade, por parte do dito navio e do representante da União no territorio inimigo." (17)

O general Webb contentou-se com essa solução, em consequencia da qual lavrou-se em Buenos Ayres um protocollo, assignado pelos representantes das tres nações alliadas, e autorizando o commandante em chefe dos exercitos a conceder transito a *Wasp*. (18)

Por solicitação dos agentes diplomaticos da França, da Italia e Grã-Bretanha, permittiu-e que as canhoneiras *Decidée*, *Ardita*, *Veloce*, *Linnet* e *Cracker*, pertencentes áquellas nações, passassem além da linha de bloqueio.

Lavrou-se em cada caso um protocollo, no qual ficou a concessão dependente do juizo da autoridade militar, quanto á oportunidade do momento escolhido para a passagem. Algumas dessas solicitações eram determinadas pela necessidade de communicações com os agentes consulares, residentes no territorio inimigo, outras pela de prestar-lhes auxilio e de salvar as vidas de muitos estrangeiros, que ali se encontravam detidos e corriam perigo. (19)

Para substituir a Whasburn fôra nomeado o general Mac-Mahon, ministro americano em Assumpção; e, conforme os precedentes, concedeu-se-lhe transito. Quando Lopez, vencido em Itororó, Villeta, Lombas Valentinas e Angostura, refugiou-se no interior do paiz, acompanhou-o o general Mac-Mahon e, durante certo tempo, nenhuma noticia houve delle. Pretendeu, então, o commandante do vapor *Wasp* mandarlhe despachos, cujo portador fosse protegido por escolta do exercito brasileiro, com bandeira parlamentaria. Desatten-

---

(17) Nota do Ministerio dos Estrangeiros á legação americana, em 5 de Agosto de 1868.

(18) Em 19 dos ditos mez e anno.

(19) Annexos ns. 20 a 31 do Relat., 1869.

dida a pretensão, manifestou o dito commandante o intuito de prescindir da escolta e quiz saber qual a posição e extensão das linhas militares dos alliados, afim de habilitar-se a ir até ás posições fortificadas de Lopez, nas quaes presumia achar-se Mac-Mahon, sem atravessar as mesmas linhas, e, portanto, sem perturbar as disposições dos generaes. Estes sustentaram a anterior deliberação, segundo a qual a pedida comunicação poderia ter logar, ao approximarem-se os exercitos das posições inimigas. O commandante formulou um protesto, que foi convenientemente contestado. (20)

Estes factos susceptíveis de se reproduzirem com frequência, não só poderiam difficultar as operações da esquadra, como por occasião da caça, dada pelo *Silvado*, a navios inimigos, no dia 7 de Setembro de 1868, senão também trazer conflictos com alguma potencia neutra. Graças á habil propaganda de seus agentes no estrangeiro, o Paraguay despertara sympathias na Europa e na America. Em geral se attribuia a vistas ambiciosas, que jámais teve o Brasil, a lucta da unica monarchia do continente contra uma república, embora colligada áquella com dous estados também republicanos.

A providencia e sabedoria do Governo imperial impunha-se, portanto, evitar complicação resalvada sempre a dignidade da nação, afim de se não ver talvez empenhado em novas luctas, além da que travara e que, attentas as condições especialissimas do paiz inimigo, exigia maximo esforço.

As praticas barbaras e selvagens do dictador Lopez, tanto para com os proprios nacionaes, como em relação aos estrangeiros residentes no Paraguay, proporcionaram solução satisfactoria a taes difficuldades, Mantendo o direito de vedar toda a comunicação com o territorio pertencente á Republica, ou por ella occupado, não o exerceu o Brasil com rigor, antes, obedecendo a sentimentos philantropicos, fez as concessões que lhe pareceram razoaveis, segundo as circumstancias de cada momento.

Entendeu o Governo imperial e entendeu bem, sob todos os aspectos, que, diante das atrocidades perpetradas por Lopez, contra subditos de todas as nacionalidades, devia autorizar que o commandante em chefe das forças em operações permittisse, aos agentes de potencias neutraes, o emprego dos meios de que dispuzessem, para reclamarem efficazmente



em beneficio dos seus compatriotas. Nesse pensamento, autorizou-o a facultar a passagem, primeiro, de um navio de guerra de cada bandeira e depois dos que fossem necessarios. (21) Graças a estas providencias puderam ausentar-se do Paraguay, salvando a vida, numerosos estrangeiros, que, se ali permanecessem, pereceriam á mingua, ou seriam sacrificados no meio de cruéis torturas.

Com a victoria de Cerro Corá, em 1º de Março de 1870, terminou a campanha do Paraguay. Tendo, assim, cessado os motilvos da reserva, a que o Governo imperial se havia obrigado, publicou-se o tratado de 1º de Maio de 1865, de alliança offensiva e defensiva entre o Brasil e as republicas Argentina e Oriental do Uruguay, contra o governo do marechal Lopez ,morto naquelle dia memoravel.

Referindo-se a esse documento, appenso ao relatorio da repartição, disse o barão de Cotegibe, ministro de Estrangeiros: "Cabe aqui declarar e o faço com o mais vivo prazer, que nos cinco annos quasi completos, durante os quaes esse tratado regulou as relações das tres Potencias alliadas reinou entre estas a melhor intelligencia, devendo-se em grande parte a tão notavel circumstancia o final triumpho de uma causa justa, mas embaraçada por difficuldades de todo o genero.

Não regista a historia mais eloquente exemplo de conformidade de vistas, perfeita solidariedade, e ininterrompida harmonia entre nações alliadas, regidas por instituições antagonicas, em tão longo periodo.

Isto honra a civilização dos tres povos sul-americanos, que se empenharam na formidavel luta." (22)

Annunciando a terminação da guerra ás legações estrangeiras, assim se exprimia o mencionado ministro: "A terminação desta guerra em que os alliados victoriosos foram sempre humanos para com os vencidos e diligentes em socorrer os estrangeiros opprimidos, não importa somente a satisfação de aggravos feitos aos tres Estados e a segurança de suas futuras relações com o Paraguay e do commercio de todas as nações. O governo provisorio, que se acha estabelecido e cuja installação foi uma prova evidente da since-

---

(21) Rel. do Ministerio dos Estrangeiros, de 1866, pag. 9.

(22) Rel. Ministro dos Estrangeiros, de 1870.

ridade das estipulações da triplice alliança, que se referem á independencia do Paraguay, tem conhecimento official desse tratado, e, consultando os interesses bem entendidos de seu proprio paiz, ha de ser o primeiro a coadjuvar os alliados na realização das idéas, que manifestaram a respeito da liberdade da navegação fluvial.

Neste ponto coincidem naturalmente os interesses do Paraguay, dos alliados, e de todas as nações maritimas, e é motivo de viva satisfação para os alliados, que o triumpho de suas armas, obtido á custa de tanta perseverança e de tantos sacrificios, seja tambem o triumpho da civilização." (23)

Os ministros de Hespanha, Prussia, Austria, Portugal, Italia, Estados Unidos e Belgica, o nuncio do Papa e até o representante do Perú, felicitaram calorosamente o Brasil. (24)

Anteriormente, em Setembro de 1868, tinham sido restabelecidas as relações entre o Brasil e essa republica, interrompidas, desde 1867, em consequencia do incidente já referido. (25)

O governo peruano enviara ao Rio de Janeiro um agente diplomatico, expressamente para annunciar ao imperador a missão de que estava encarregado, nestes termos:

"Tendo voltado o Perú ao dominio da Constituição, que o regia antes de 1866 e depois de proclamado, pelo voto unanime dos povos, presidente constitucional da Republica, o Exmo. Sr. coronel D. José Balta, um de seus primeiros cuidados foi restabelecer, entre o governo da Republica e o do Imperio, as relações normaes, perturbadas por occurrencias a que deram logar a mensagem e o relatorio das relações exteriores, na abertura do Congresso, em 1867. Nesta intenção e afim de que fiquem entregues ao mais profundo olvido as phrases que occasionaram a desintelligencia e que o governo actual nunca poderá approvar, sentindo muito que ellas tivessem sido proferidas, envia ao Brasil um novo ministro diplomatico, com o fim de dar-lhe testemunho inequivoco dos sinceros desejos que o animam de manter com elle relações da mais perfeita intelligencia e cordial amisade."

---

(23) Rel. do Ministerio dos Estrangeiros, de 1870.

(24) Nota Circular do mesmo ministerio, de 4 de Abril de 1870.

(25) Rel. do Ministerio dos Estrangeiros de 1870.



### XXX

#### *O Tratado da Triplice Alliança (1)*

Duas estipulações do tratado de 1 de Maio de 1865 suscitaram commentarios que convém apreciar detidamente: a que entregou o commando em chefe dos exercitos alliados ao general D. Bartholomé Mitre e aquella em que as potencias signatarias comprometteram-se a não largar as armas, emquanto o marechal Lopez governasse o Paraguay e nelle residisse.

Na primeira, além de pretendido dezar para o Brasil, viu-se um erro do qual resultou a prolongação da guerra, attribuida ao mesmo general; na segunda, erro tambem, ainda maior e aggravado pela violencia irrogada á soberania da ferida nação.

Admittiam os censores que os alliados se propuzessem a destruir o poder militar de Lopez, collocando-o na impossibilidade de prejudicar os estados vizinhos, mas não a apeal-o do poder e privar-o de habitar na republica, que estava em seu pleno direito escolhendo quem a governasse, acolhendo ou repellindo de seu seio quem lhe aprouvesse. Offendido em seu pundonor e nobremente revoltado, o povo paraguayeo reagiu contra a prepotencia estrangeira e sacrificou-se pelo

---

(1) A materia deste capitulo não tem immediata relação com o assumpto do livro. O tratado da triplice alliança, porém, foi um dos factos culminantes no periodo que historiamos e pareceu-nos conveniente occuparmo-nos delle, para refutar apreciações injustas, ainda ultimamente reproduzidas na imprensa fluminense.



condemnado chefe, recebendo assim a guerra cunho de barbaridade e exterminio, incompativel com a civilização moderna. O antagonismo das instituições inspirou tão implacavel resolução ao gabinete de S. Christovão, que não advertiu promover dess'arte o aniquilamento do natural aliado numa luta futura com a Confederação Argentina. O interesse dynastico sobrepujou o interesse da patria.

Adduzidas pela opposição da epocha e ainda na actualidade, em odio á monarchia, estas arguições são de todo o ponto improcedentes. O tratado da Triplice Alliança faz honra á diplomacia brasileira e põe em relevo o espirito altamente abnegado, liberal e humanitario, de par com intransigente energia na defesa dos brios nacionaes, que sempre caracterizaram a politica do Imperio.

Restabeleçamos a verdade.

No tocante ao commando em chefe dos exercitos alliados, o principio que prevaleceu na convenção foi o da *reciprocidade* na direcção da guerra, conforme o theatro em que se houvessem de desenvolver as operações conjunctas. No territorio brasileiro, commandaria um general brasileiro, assim como no oriental ou argentino caberia o commando a quem capitaneasse as forças do respectivo paiz, homenagem á jurisdição peculiar de cada estado (2).

Hypothese, porém, poderia ocorrer, e effectivamente realizou-se, em que não fosse applicavel o mesmo principio: travar-se ou proseguir a guerra em territorio inimigo. Nesse caso deveria tocar o commando, sustentavam os impugnado-

---

(2) Eis as clausulas em questão: "Art. 3º. Devendo começar as operações de guerra no territorio da Republica Argentina, ou na parte do territorio paraguay, que é limitrophe com aquelle, o commando em chefe e direcção dos exercitos alliados ficam confiados ao presidente da republica, general em chefe do exercito argentino, brigadeiro D. Bartholomé Mitre. Embora as altas partes contratantes estejam convencidas de que não mudará o terreno das operações da guerra; todavia para salvar os direitos soberanos das tres nações, firmam desde já o *principio da reciprocidade para o commando em chefe*, caso as ditas operações se houverem de traspassar para o territorio brasileiro, ou oriental. As forças maritimas alliadas, ficarão sob o commando immediato do vice-almirante visconde de Tamandaré, commandante em chefe da esquadra de S. M. o Imperador do Brasil".

res do tratado, a um general brasileiro, por que representava não só a nação mais forte, como o belligerante que contribuir com maior contingente.

Acceitavel seria a razão exposta, se a questão pudesse ser resolvida unicamente em face dos recursos materiaes, com que entravam ou estavam em condições de entrar para a guerra as nações alliadas. Mas, outras considerações militavam e do maior alcance a que cumpria attender, e nem se justificariam o Governo imperial e seu emissario no Rio da Prata, deixando de levar-as em subida conta.

Desde que pelo curso natural dos acontecimentos acceitou o Brasil a alliança do general Flores, no conflicto com o governo de Aguirre, assim como o espontaneo e nobre offerecimento de auxiliá-lo na guerra, a que, sob pretexto dessa pendencia, ousadamente fôra provocado pelo marechal Lopez, não era licito, nem digno, que na campanha a abrir-se lhe destinasse o Imperio posição somenos ao elevado character que revestia de chefe do Estado oriental. Embora pequena e fraca, a republica do Uruguay tinha direito a todas as cortezias e attenções com que soem tratar-se, nas relações officiaes, as potencias civilizadas. Subordinar o general Flores, governador provisório e em seguida presidente constitucionalmente eleito do Estado, a um general brasileiro, dentro dos limites da jurisdição daquelle paiz, seria irrogar dupla offensa ao proprio general, pessoalmente merecedor de todo o apreço e a nação, de que era órgão e magistrado supremo.

O mesmo não se daria em territorio brasileiro. Ahi a precedencia cabia á autoridade nacional, representada por seu delegado. Ainda que iguaes entre si, as nações soberanas cedem o passo á aquella que o é no solo, em que se encontram ou collaboram. Servindo sob o commando de um general brasileiro, em territorio do Imperio, não se subordinava o chefe do Estado Oriental a um subdito estrangeiro, tão sómente reconhecia e acatava a soberania do Brasil, na circumscriptão de seu dominio, como no do oriental reconhecida e acatada seria a da nação uruguaya.

Fôra do Imperio as pragmaticas internacionaes exigiam que o commando em chefe fosse conferido ao general Flores, uma vez que as forças brasileiras não eram dirigidas por general, que occupasse posição politica correspondente á delle.

Diverso não podia ser o procedimento para com o general Mitre, que em consequencia da captura dos navios argentinos, no porto de Corrientes, e da occupação dessa provincia, sem prévia declaração de guerra, adherira, em nome da Confederação á alliança, já combinada entre o Brasil e o Estado Oriental.

Estabelecido o principio de reciprocidade, dentro de cada um dos Estados, o commandante em chefe, pelas razões dadas deveria ser commettido a um dos chefes das nações, que militavam com o Brasil, logo que a luta se transferisse para o territorio do Paraguay.

Foi preferido o general Mitre, pela obvia consideração de que libertados o Estado Oriental e a provincia do Rio Grande do Sul dos inimigos, que os haviam invadido, estes se concentrariam em Corrientes, parte da Confederação Argentina, donde seria preciso expellir-os, indo em sua perseguição além da fronteira.

Verdade é que enquanto se achavam em campanha, não estavam os dous generaes na posse do governo dos respectivos estados; mas conservavam os cargos, revestiam a dignidade e reassumiriam o poder, no momento em que o quizessem; tanto bastava para que fossem tratados com todas as deferencias.

Pretender-se-hia, acaso, que por um requinte de orgulho negociasse o Brasil o ajuste, de modo que as tropas orientaes e argentinas ficassem ás ordens de generaes menos graduados do que os presidentes das duas republicas, afim de não ser obrigado a confiar a um destes ocommando em chefe?

Nenhum governo sensato obedeceria a suggestões tão secundarias, estando em jogo interesses de tamanha monta, como os que dependiam da guerra. Accresce, que exactamente para o bom exito da campanha conviria ao Brasil, se fôra mister, esforçar-se para que Mitre e Flores se incumbissem da missão, que de *motu proprio* para si tomaram de collocar-se á frente das forças, que se obrigaram a levantar. Era cada um delles o general, senão de mais merecimento, de maior prestigio na sua patria; e pelo alto cargo que exerciam, os que mais facilmente poderiam trazer ao serviço da causa commum todos os elementos de que as duas republicas dispuzessem. Ao orgulho oriental e argentino mais doeria a derrota do primeiro magistrado da nação, do que os revezes

que soffressem quaesquer outros generaes dos seus exercitos, e nem estes obteriam do presidente que os houvesse nomeado recursos mais efficazes, meios de acção mais poderosos, do que cada um daquelles chefes de estado desejaria e procuraria ter sob sua direcção pessoal. Ao Brasil, portanto, interessava a presença dos dois presidentes das republicas alliadas no theatro da guerra.

A razão pela qual acceitou o Imperio de bom grado a alliança e aconselharia mesmo, que a promovesse, se a marcha dos acontecimentos não lh'a tivesse preparado, sem a menor solicitação da sua parte, não se originava do concurso material com que porventura pudessem coadjuval-o o Estado Oriental e a Confederação Argentina. Não carecia o Brasil das armas das duas republicas, para vingar sua honra e castigar o inimigo, que á falsa fé o accommettera. Fal-o-hia sem esse concurso e ainda que o tivera contra si, com maiores sacrificios, é certo, mas com a mesma energia e perseverança.

De outra natureza eram as vantagens, que dahi esperava e conseguiu. Já as indicamos, por alto, alludindo ao cuidado que teve o Governo de desvanecer as apprehensões do almirante visconde de Inhauma, acerca dos intuitos do general Mitre. A alliança facilitava ao Brasil as communicações com o exercito e a esquadra, que operassem ao sul do Paraguay, permittia-lhe utilizar-se dos portos do rio da Prata, garantia-lhe a segurança e commodidade dos depósitos, que necessariamente teria de montar proximos áquellas forças: e mais que tudo o punha a salvo das suspeitas, que a respeito de suas vistas poderia incutir ás demais nações da America a differença das instituições porque se regia, relativamente ás do adversario, se bem que, como agora desgraçadamente lhe acontece, de republicanas tivessem apenas a denominação, vivendo o povo sob o mais ferrenho despotismo. Apesar da liga com as duas republicas, o antagonismo da fórma de governo não deixou de trazer-nos embarços, provindos das potencias do novo continente. Quantos, sem a alliança, não adviriam?

Não ha negal-o: com referencia ao commando em chefe dos exercitos alliados, a politica imperial foi sabia, prudente e digna. Tirou da colligação todo o partido que ella podia dar, sem ferir os melindres dos povos vizinhos. E tanto mais habilmente se houve, quanto, fazendo justas concessões, com-



pensou-as tornando independente do commando em chefe dos alliados o das suas forças navaes, assim como das que os alliados pudessem preparar e reservando-o para um almirante brasileiro.

O visconde de Tamandaré (e seus successores) tinha autoridade, como em outro lugar dissemos, para operar por si, sob sua unica inspiração e responsabilidade, sem que o general Mitre pudesse expedir-lhe ordens. Daqui resultou ainda maior preponderancia do Brasil nas juntas de guerra, em que tinham assento e voto os commandantes dos tres exercitos, que organizou, e o da esquadra.

A marcha dos acontecimentos, por seu turno, veio satisfazer as mais exageradas exigencias de susceptibilidade nacional; pois, por tres vezes, nas phases mais importantes e decisivas da luta, o commando em chefe das proprias forças terrestres, coube a generaes brasileiros: duas, ao Marquez de Caxias, e a terceira a S. A. o Conde d'Eu.

Portanto, a dignidade do Brasil não soffreu a menor quebra naquella emergencia, como jamais succedeu, recorde-mol-o em honra do regimen decahido, sob as instituições monarchicas.

No pensar de alguns impugnadores do tratado, protrahiui-se a guerra por incapacidade do general Mitre; outros, sem contestar-lhe talento militar, attribuem a lentidão das operações que dirigiu á sua indole contemplativa e poetica, incompativel com a energia e resoluções promptas, que soem caracterizar os verdadeiros cabos de guerra; finalmente, não faltam terceiros, que pretendam explicar o facto de modo mais odioso, derivando-o do pensamento de compellir o Brasil, que supportava o maior peso da guerra, a mais largos sacrificios de sangue e de dinheiro, em proveito da Confederação Argentina.

Já nos enunciamos sobre esta ultima arguição. Temol-a por calumniosa e absurda. Em sua longa carreira, o general Mitre foi sempre cultor das boas relações da Republica com o Imperio, apregoando constantemente, quer no governo, quer como simples particular, a politica de paz e de concordia, como a unica que consultaria os grandes interesses da prosperidade e progresso das duas nações vizinhas. Com que fundamento, pois, suppor-lhe intenções condemnaveis,

não consoantes com os seus precedentes, e procedimento posterior?

Não menos inaceitaveis e injustas se nos afiguram as demais increpações. E nem advertem aqueles que as formulam que, através do alvo, attingem tambem os generaes commandantes em chefe dos exercitos brasileiro e oriental!

O general Mitre jamais se assignalou por feitos comparaveis aos dos grandes capitães, que a historia commemora; mas nenhum confronto é concludente, sem igualdade de condições e não ha exemplo de guerra tão cheia de difficuldades, como as que houveram de supperar os alliados na do Paraguay.

A França acolheu, ainda ha pouco, por entre applausos estrepitosos e cumulou de honras o general Dodds, não porque venceu Behanzin, mas por tel-o conseguido a despeito dos estorvos, que lhe oppunham o clima inhospito e as aggruras de um paiz semi-selvagem.

E, aliás, o Dahomey era mais conhecido e mais accessivel que o Paraguay, quando alli combatemos; as hostes indisciplinadas do barbaro africano não valiam uma columna sequer do aguerrido exercito de Lopez, e aquella curtissima campanha é somenos a qualquer das phases da que sustentamos, durante cinco annos, abrindo caminho desde o Paraná até Cerro Corá. Nos *esteros* e tremedaes do Passo da Patria, nas selvas do Chaco, ou nas picadas de Ascurras e Chiriguelo, arrostando a sêde e a fome, sem meios de transporte, num territorio nunca perlustrado, os famosos estrategistas europeus perderiam o segredo das rapidas e bem combinadas evoluções, que asseguram victorias, como a de Sadowa e rendições como as de Sedan e Metz.

Actos de arrojo e temeridade, desses que decidem da sorte de uma batalha. não teve ensejo de pratical-os o chefe argentino, mas revelou sempre coragem fria e imperturbavel, tão calmo no fragor dos combates, como no seu gabinete de trabalho. A serenidade de um general em chefe é quasi sempre preferivel aos lances de audacia.

Admittiremos que, por influencia do seu espirito de homem de lettras, observador e philosopho, o general Mitre se mostrasse tardo algumas vezes, consumindo em meditações tempo, que devesse consagrar á acção. Para responsa-

bilizal-o, porém, com tal motivo pela demora das operações, é preciso esquecer que não se emprehendiam ellas, a puro arbitrio d'elle, e sim de accordo com o deliberado em juntas de guerra, nas quaes tinham assento Tamandaré, Osorio, Flores, Porto Alegre, Polydoro e Caxias, a quem não negarão os censores bravura, decisão e patriotismo inexcoveíveis.

Nem sempre commandou em chefe o general Mitre, e ainda que os successos mais importantes e capitaes da guerra se dessem na sua ausencia, a verdade é que longos mezes decorriam, sem que os alliados se arredassem dos acampamentos, porque assim o exigiam a segurança dos movimentos e aprestos indispensaveis, ou o impunham a natureza do sólo, as intemperies do clima, e o rigor das epidemias que aos alliados dizimavam.

Em poucas palavras judiciosissimas, quaes sabiam ditar-lhe longa experiencia e dotes excepcionaes, o duque de Caxias, produzindo no Senado a propria defesa, plenamente justificou todos os generaes que commandaram em chefe, na guerra da triplice alliança. "Nada mais facil, disse elle, do que depois de factos consummados, e conhecidos o terreno, a força e manobras do inimigo, de longe, com toda a calma e sangue frio, á vista de partes officiaes, criticar operações e indicar planos mais vantajosos. Mas, o mesmo não acontece a quem se acha no theatro da guerra, caminhando nas trevas, em paiz inteiramente desconhecido, inçado de difficuldades naturaes. E' preciso que os nobres senadores se convençam de que a guerra do Paraguay, desde o seu começo, foi feita ás apalpadellas. Não havia mappas do paiz, por onde se podesse guiar, nem praticos de confiança. Só se conhecia o terreno que se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo".

Vamos ao segundo e mais grave supposto erro do tratado.

Indubitavelmente a nonhuma nação assistia direito de envolver-se nos negocios da Republica do Paraguay, para tramar a queda do marechal Francisco Solano Lopez, qualquer que fosse a extensão e natureza de sua autoridade e poder.

Se os povos teem o governo que merecem, só devem ter o que escolhem, seja embora incapaz, deshonesto e tyrannico;

O dictador, porém, prevaleceu-se do dominio absoluto que exercia naquelle desgraçado paiz, para prejudicar as nações vizinhas, praticando sob falsos e futeis pretextos as inqualificaveis violencias e audaciosos attentados, que assignalâmos nos primeiros capitulos deste livro.

Em taes condições, as potencias offendidas estavam plenamente autorizadas a recorrerem a meios coercitivos para punil-o pelos grandes crimes commettidos e impedir que reincidisse, tirando-lhe o poder de que abusara em detrimento dellas. A indole fanatica e submissa do povo paraguay, o character do despota que o dirigia e os recursos pessoaes de que dispunha, constituíam ameaça constante e perenne perigo para a paz e prosperidade dos estados limítrophes, enquanto permanecesse no paiz, ainda privado do mando supremo, pois d'elle se apossaria no momento que lhe aproovesse.

Sempre que os homens investidos do poder publico procedem como o marechal Solano Lopez, preparando longa e meditadamente e executando de sorpresa, com flagrante violação de todos os principios consagrados, os actos de força e atrocidade de que foram victimas o Brasil e a Confederação Argentina, a conservação e uso desse poder deixavam de ser questão que só affecte aquelles a quem governam e cahem sob a alçada das nações prejudicadas, ou que o possam vir a ser, attentas as relações economicas, politicas ou de vizinhança, em que se encontrem para com o estado aggressor.

Esforçando-se para derrubar semelhante adversario não é contra a soberania alheia que se erguem os que o combatem; reivindicam o direito postergado, desaggravam a honra e a dignidade ultrajadas, proveem sobre a propria segurança, previnem futuras hostilidades e prejuizos; em uma palavra, exercem legitimo acto de sacratissima defesa.

Firma o Direito internacional como principio inconcusso a abstenção absoluta, que os Estados devem reciprocamente guardar ácerca dos negocios internos de cada um; e, portanto, com respeito á forma de governo, que adoptem e a escolha daquelles a quem confiêm o mando (3); reconhece, todavia, como excepção dessa regra, que a intervenção em taes questões pode ser não só uma necessidade, sinão direito incontraverso, em circumstancias especiaes. E entre estas menciona os casos de obstar que uma attente contra



a independência e segurança de outra nação, se envolva indevidamente nos interesses de seus vizinhos, rompa hostilidades, etc. (4)

Publicista notável e um dos mais adeptos da abstenção, Calvo, entende não ser a theoria que possa resolver a questão, e sim o exame dos factos, pois exemplos ha de immistão que se baseiam no exercicio de um *direito incontestavel* e cujas tendencias e apreciações perfeitamente se accordam *com os verdadeiros principios internacionaes* (5).

Não destoam desta doutrina os precedentes da historia, sem que, entretanto, nenhum delles proviesse de causas tão ponderosas e excepcionaes, como as que determinaram o tratado da Tripllice Alliança.

A Inglaterra, a Hollanda, a França e a Allemanha colligaram-se, em 1718, contra a Hespanha com o fim especial de derrubarem o cardeal Alberoni e obrigarem o rei Felipe V a renunciar o dominio da Sicillia e da Sardenha, assegurando ao infante D. Carlos a successão dos ducados de Parma e Plascencia.

Em 1815 as principaes potencias européas, ao saberem do regresso de Napoleão I da ilha d'Elba, immediatamente estipularam, não obstante os protestos de paz do imperador, mover-lhe guerra sem treguas, declarando-o fóra das proprias leis da humanidade, decididas a *não deporem as armas* antes de o expellirem do continente.

Nesse mesmo anno e pelo tratado de 20 de Novembro as referidas nações, a que se aggregaram Luiz XVIII de França e successivamente quasi todos os soberanos da Europa, se obrigaram a considerar como irrevogavel a partilha de territorios, effectuada no congresso de Vienna, e a opporem-se a qualquer tentativa de mudança politica, garantindo a manutenção do systema monarchico, *prevenindo e reprimindo* as perturbações internas dos estados e as sublevações populares contra os governos estabelecidos.

(3) *Franck Brentano et Sorel*, *Precis de Droit*, Int., cap. II.

(4) *Heffter*, *Droit Int.*, §§ 44 e seguintes. *Wheaton*, *El. de Droit Int.*, parte 2ª, cap. 1º, § 112. *Sir Ed. Creary*, *First Platform*, § 303 e seguintes.

(5) *Droit Int.*, vol. 1º, § 134:

O trabalho da quadrupla alliança, concluido em 1834, entre a Inglaterra, a França, a Hespanha e Portugal teve por objecto regular a successão das duas ultimas corôas, bannindo, em nome da conservação da paz geral, os dous pretendentes, D. Carlos e D. Miguel.

Em 1840, a Austria, a Prussia, a Inglaterra e a Russia se colligaram para collocar a Syria, possessão do Pachá do Egypto, sob o dominio directo do Sultão da Turquia.

E os Estados Unidos, cujas praticas dizem tomar por modelos os mais vehementes impugnadores do tratado de 1º de Maio, decretaram e levaram a effeito a queda do general Sant'Anna, presidente constitucional do Mexico, o aprisionaram e detiveram, enquanto assim lhes conveiu, sem que lhes servisse de embaraço a popularidade do chefe legitimo da nação vencida.

O proprio Paraguay obrigou-se por convenção solemne a cooperar com o Brasil na queda do governo de Rosas, em Buenos Ayres, com que exerceu pleno direito de defesa, pois o dictador argentino lhe ameaçava a independencia.

Nenhuma nação que se prezasse adoptaria norma diversa da que seguiram as tres potencias alliadas. A deposição de Lopez e seu exilio eram resoluções justas e necessarias. Quaesquer que fossem as condições da paz, que celebrassem, enquanto o marechal residisse no Paraguay e gozasse da menor parcella de prestigio, não podiam os Estados vizinhos viver tranquilllos, dado mesmo que menos graves fossem suas culpas, menos ferozes os instinctos sanguinarios que revelou, victimando em horrorosos supplicios os prisioneiros de guerra, os homens mais distinctos do paiz, debeis mulheres, por suppostas faltas dos maridos e os membros de sua propria familia. Não houvesse sido surprehendido, na manhã de 1º de Março de 1870, em Cerro Corá, e mesmo aquella que lhe deu o ser receberia a morte, por ordem do novo Nero!

Simplemente absurda e ridicula a asseveração de que conveniencias dynasticas impelliam o Brasil e esta guerra. Para reconhecer-o basta attender-se a que a emprehenderam conjunctamente com o Imperio dous Estados republicanos. Prevalecessem as conveniencias dymnasticas nos conselhos do Governo brasileiro e leval-o-iam, não as anniquilar o poder do dictador, mas a poupal-o. Em pouco tempo duas mo-

narchias contaria a America do Sul, cessando assim a futil inerepação de *planta exoticas*, articulada contra o Imperio, que incalculavelmente lucraria com a comparação do segundo, prestes a fundar-se, como se avantajava immensamente no confronto das instituições antagonicas, em vigor no resto do continente.

E' certo, infelizmente, que a guerra importou a ruina quasi completa de um povo digno, pela bravura heroica, de melhor destino. Mas de quem a culpa? Dos que tomaram as armas para repellirem e castigarem a invasão e occupação de territorios indefesos, o saque, o incendio da propriedade publica e particular, o aprisionamento e morticínio de populações inermes, a deshonra de virtuosas matronas e castas donzellas, ou de quem des'arte tredamente os aggreidia e provocara?

A paz teria sido feita, ficando ainda vigorosa e forte a nação paraguaya, em Setembro de 1866, e com honra para todos os belligerantes, se Lopez não houvesse solicitado a conferencia de Yataity Corá, com o pensamento unico de preparar mais uma cilada contra os alliados e alguns dos seus infelizes concidadãos, ou fosse dotado do mais tenue sentimento de abnegação pessoal; a paz foi proposta pelo Marquez de Caixias em Dezembro de 1868, e teria sido pactuada em Lomas Valentinas, poupando-se dezenas de milhares de vidas, caso não collocassè o dictador acima de tudo o seu tresloucado orgulho e insaciavel ambição, preferindo ver sepultado o derradeiro paraguayto a resignar o poder.

Guerra de exterminio! Fizessem-na propositalmente os alliados e nem assim deveriam receiar a condemnação da posteridade, uma vez que a nação paraguaya illudida, violentada, ou voluntariamente identificara-se com a sorte do tyranno, que a opprimia e sacrificava. Mas, desde quando é licito qualificar — guerra de exterminio, aquella após a qual o vencedor (ao menos o Brasil e o Estado Oriental) respeita a integridade territorial do vencido, restitue-lhe as propriedades e valores de que estava de posse, contenta-se com o material de guerra apprehendido em operações militares, concede--lhe prazos tão longos para o pagamento já da contribuição devida ao Estado, já da indemnização dos particulares roubados, que mais importam perdão de divida, do

que moratoria, e consente que livremente se reorganize sob as instituições que preferir, constituindo-se garante de sua soberania e independencia? Si a isto denomina-se guerra de exterminio, não sabemos como se possa denominar as que mais tarde fizeram a Allemanha á França e o Chile ao Perú.

O numero de paraguayos que cahiram nos campos de batalha, nos recontros em que as chanças de victoria se equilibravam, não foi superior aos que desapiadadamente votou á morte inevitavel o dictador, em lances de insano arrêio e exito impossivel, em supplicios crueis, a pretexto de imaginarias conspirações, nas cadeias, e de miseria e fome nos exodos, que ordenava de populações em massa, para invios sertões, com o unico fim de fazer o deserto em torno dos alliados, que o perseguiram, a elle, não aos seus desgraçados conterraneos. Muitos milhares de familias não succumbiram atrozmente e deveram a vida á generosidade dos inimigos, especialmente das tropas brasileiras, que lhes proporcionaram alimentos, roupas, soccorros medicos e transporte, através centenas de leguas. Mais de quatro quintas partes dos homens validos, sobreviventes á tremenda luta, que arrolou o Paraguay ao reconstituir-se, eram os da legião de voluntarios, que pelejaram ao lado dos alliados e os prisioneiros, que para lá regressaram, depois de terem recebido o tratamento mais benevolo.

Não se acha aquelle pais reduzido a uma simples circumscripção geographica, graças ao espirito desinteressado e civilizador dos vencedores. Outro tivesse sido o seu procedimento e as palavras proferidas por Lopez em Cerro-Corá, ao desfechar o ultimo golpe, com que respondeu á intimação de render-se, feita pelo bravo general Camara — *muero con la patria!* não exprimiriam só o orgulho, que caracterizava o despota, seriam uma triste verdade tambem. (6)

---

(6) Sob o titulo — *Taños de sangue*, de F. S. Lopez, encontra-se annexa a uma publicação official, feita em Buenos Ayres no anno de 1869, uma relação nominal de 588 individuos executados de Julho a Dezembro de 1868, sem processo e julgamento de tribunal civil ou militar, por ordem do marechal e sob a vaga imputação de — *réos traidores*.

E nessa relação não figuravam um irmão, dois cunhados, o ministro Berges, o bispo Palacios, e os prisioneiros que se sabe ter elle mandado matar.



Mas, a patria paraguaya não succumbiu, antes viu desaparecer naquelle instante o seu mais implacavel inimigo; hoje regenerada e livre desenvolve-se e prospera, para realizar no futuro brilhantes destinos, em resultado dos esforços e sacrificios daquelles que calumniosamente são accusados de lhe haverem movido guerra de exterminio!

Persevere o Paraguay na senda que os alliados e especialmente o Brasil lhe abriram, promovendo, ainda durante a campanha (7), a creação de um governo provisório, composto dos cidadãos mais conspícuos, governo ao qual outros se succederam, eleitos na conformidade da nova constituição (8); evite recahir sob o dominio da espada e verá tra-

Encontra-se egualmente um resumo extrahido de um caderno de registro de ordens paraguayas, descoberto no acampamento de Cumbaité, que dá conta das seguintes execuções, também por simples determinação do dictador:

Fusilados . . . . .	432
dos quaes 50 brasileiros, 48 argentinos e 2 orientaes.	
Mortos á bayoneta . . . . .	5
dos quaes um brasileiro.	
Lanceado . . . . .	1

Ou mais 438 victimas em curto periodo! O auditor de guerra Agustin Marino, em parecer que emittiu, na syndicancia que mandou abrir o governo argentino sobre os actos de Lopez, tomando-se para esse fim os depoimentos de officiaes paraguayos, prisioneiros, etc., calcula que só *paraguayos* mandou elle matar, de 1.800 a 2.000, em cujo numero figuram os homens mais distinctos do paiz.

Dessa syndicancia destacaremos as duas seguintes declarações:

Major Sanchez — “*de los feridos que los ejércitos brasileiro y argentino dejaron sobre las lineas de Curupaty solo se recojieran los que podian andar por sus propios piés, matando todos los demas sobre el mismo terreno, por órde de Lopez*”.

Ambos os depoentes são paraguayos.

Do capitão D. Mathias Goybreni — “*es necesario haber presenciado las crueldades del Maricál Lopez para creelas*”.

(*Papeles del tirano del Paraguay* — Buenos-Ayres, 1869.)

(7) O governo provisório, installado em Assumpção, a 15 de Agosto de 1869, compunha-se como já dissemos em outra nota dos cidadãos paraguayos: Cirillo Antonio Rivarola, Carlos Loizaga e José Díaz de Bedoya.

(8) A nova constituição paraguaya foi promulgada em 25 de Novembro de 1870.

Segundo Du Graty o censo da população do paiz em 1858 subia a 1.337.449 habitantes. O de 1887, dezeseite annos depois da guerra, não deu mais de 263.751, dos quaes sabiam ler e escrever, apenas 36.273. Eis o que legaram os tyrannos que governaram a infeliz republica!

duzida em plena realidade as nobres estrophes do seu hymno nacional, pungente sarcasmo ao tempo do tyranno, morto em Aquidaban:

*Primero se ha de acabar  
La paraguaya nacion  
Antes que sufrir aviltado,  
La estrangera oppression.  
A' nuestros hijos daremos,  
Alta patria preciosa.  
Esclavos nunca seremos  
De prepotencia orgullosa!*

Pretende-se que o Brasil deveria retirar-se da luta, após a entrada das tropas victoriosas em Assumpção, quando Lopez se aprestava nas cordilheiras a continual-a, reorganizando um exército de 16.000 homens, porque (tal a razão invocada, que vamos considerar) no Paraguay teria o Imperio natural alliado contra a Confederação Argentina.

Semelhante procedimento não seria digno de uma nação que se prezasse. Alimentar o Imperio pensamentos hostis contra a Confederação, e por elles guiar-se, exactamente quando o sangue dos argentinos misturava-se com o dos brasileiros nos mesmos campos de batalha, em prol da causa commum, era inconciliavel com a lealdade e nobreza dos intuitos da politica do gabinete de S. Christovão. Planos tortuosos, como esses, concebem-se ao influxo de doutrinas, analogas ás que vigoravam na Italia, ao tempo dos Medicis, ou em França, sob o sceptro de Luiz XI; não podiam entrar, porém, nas cogitações de um governo, que, pela correcção de sua attitudo, em todas as epochas e nas questões mais difficeis e melindrosas, angariou o respeito e a consideração de todos os povos cultos.

Mostram conhecer bem pouco as lições de historia, os que acreditam que serviços prestados de nação a nação influem na marcha futura da favorecida, que os Estados obedecem á gratidão por beneficios recebidos, e se inspiram no mal anteriormente soffrido, no momento em que os interesses de actualidade aconselham romper com o alliado da vespera, ou confraternizar com o inimigo de outrora! Se assim acontecesse, ver-se-hia a Italia unir-se á Austria, na contingencia de uma guerra contra a França, que a seu lado combateu em Magenta e Solferino? Se o passado pautasse as re-

lações internacionaes, ver-se-hiam aquelles que se trucidaram em Alma e Sebastopol abraçar-se em tantas expansões de mutuo devotamento, como nos recentes festejos de Crons-tadt e Toulon? Se a gratidão valesse mais para os povos, do que vale para os homens, poderia porventura o Brasil receiar que o Paraguay o aggreddisse, devendo-lhe o reconhecimento da independencia, a organização dos serviços administrativos, as plantas de suas fortalezas, o ensinamento de seus soldados?

Cessar o Brasil a guerra contra o Paraguay antes de inteiramente desaggravar-se das offensas recebidas, e de esmagar o poderio de um despota como Solano Lopez, com vistas de futura coadjuvação, seria, além de tudo, rematada ineptia.

Se está escripto que os companheiros de armas, no correr dos annos de 1865 a 1870, hajam de terçal-as mais ou menos proximamente, para dirimirem contendias, confiemos que a justiça de nossa causa e o patriotismo dos nossos concidadãos hão de assegurar-nos o triumpho, independentemente de auxilio extranho, maxime adquirido por meios indebitos, como os que teriamos empregado, se curassemos naquella epocha de prejudicar os que connosco se expunham aos mesmos perigos. A perfidia alcança por vezes vantagens ephemerias; nunca resultados duradouros e efficazes.

Readquiria o Brasil a liberdade que perdeu, depois de ter directamente concorrido para que a alcançassem o Estado Oriental, a Confederação Argentina e o Paraguay, mantenha a politica elevada, larga, altiva, mas sem jactancias, que sempre seguira, não malbarate, antes empregue bem seus recursos, e pode desassombradamente encarar o porvir !





## TRATADO DA TRIPLICE ALLIANÇA

*Celebrado no 1º de Maio de 1865 entre o Imperio do Brasil, a Republica Argentina e a Republica Oriental do Uruguay.*

O governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil, o governo da Republica Argentina e o governo da Republica Oriental do Uruguay;

Os dois primeiros em guerra com o governo da Republica do Paraguay por lh'a ter este declarado de facto, e o terceiro em estado de hostilidade e vendo ameaçada a sua segurança interna pelo dito governo, o qual violou a fé publica, tractados solemnes e os usos internacionaes das nações civilizada e commeteu actos injustificaveis depois de haver perturbado as relações com os seus vizinhos pelos maiores abusos e attentados;

Persuadidos que a paz, segurança e prosperidade de suas respectivas nações tornam-se impossiveis em quanto existir o actual governo do Paraguay e que é uma necessidade imperiosa, reclamada pelos mais elevados interesses, fazer desaparecer aquelle governo, respeitando-se a soberania, independencia e integridade territorial da Republica do Paraguay;

Resolveram, com esta intenção, celebrar um tratado de alliança offensiva e defensiva e para esse fim nomearam seus plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade o Imperador do Brasil ao Exm. Sr. Dr. Francisco Octaviano de Almeida Rosa do seu conselho,



deputado á Assembléa Geral Legislativa e official da Imperial Ordem da Rosa;

S. Ex. o Presidente da Republica Argentina ao Exmo. Sr. Dr. Dom Rufino de Elizalde, seu ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros;

S. Ex. o Governador Provisorio da Republica Oriental do Uruguay ao Exm. Sr. Dr. Dom Carlos de Castro, seu ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros;

Os quaes, depois de terem trocado seus respectivos poderes, que foram achados em boa e devida forma, concordaram no seguinte:

Art. 1°. Sua Magestade o Imperador do Brasil, a Republica Argentina e a Republica Oriental do Uruguay se unem em alliança offensiva e defensiva na guerra promovida pelo governo do Paraguay.

Art. 2°. Os alliados concorrerão com todos os meios de guerra de que possam dispôr, em terra ou nos rios, como julgarem necessario.

Art. 3°. Devendo começar as operações da guerra no territorio da Republica Argentina ou na parte do territorio paraguay que é limitrophe com aquelle, o commando em chefe e direcção dos exercitos alliados ficam confiados ao Presidente da mesma Republica, general em chefe do exercito argentino, brigadeiro general D. Bartolomé Mitre.

Embora as altas partes contractantes estejam convencionadas de que não mudará o terreno das operações da guerra, todavia para salvar os direitos soberanos das tres nações firmam desde já o principio de reciprocidade para o commando em chefe, caso as ditas operações se houverem do transpassar para o territorio brasileiro ou oriental.

As forças maritimas dos alliados ficarão sob o immediato commando do vice-almirante Visconde de Tamandaré, commandante em chefe da esquadra de Sua Magestade o Imperador do Brasil.

As forças terrestres de Sua Magestade o Imperador do Brasil formarão um exercito debaixo das immediatas ordens do seu general em chefe, brigadeiro Manuel Luiz Ozorio.

As forças terrestres da Republica Oriental do Uruguay uma divisão das forças brasileiras e outra das forças argentinas, que designarem seus respectivos chefes superiores, formarão um exercito ás ordens immediatas do Governador

Provisorio da Republica Oriental do Uruguay, brigadeiro general D. Venancio Flores.

Art. 4°. A ordem e economia militar dos exercitos alliados dependerão unicamente de seus proprios chefes.

As despezas de soldo, subsistencia, munições de guerra, armamento, vestuario e meios de mobilização das tropas aliadas serão feitas á custa dos respectivos Estados.

Art. 5°. As altas partes contractantes prestar-se-hão mutuamente, em caso de necessidade, todos os auxilios ou elementos de guerra de que disponham, na forma que ajustarem.

Art. 6°. Os alliados se compromettem solememente a não deporem as armas senão de commum accôrdo, e somente depois de derribada a autoridade do actual governo do Paraguay; bem como a não negociarem separadamente com o inimigo commum, nem celebrarem tractados de paz, tregoa ou armisticio, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito accôrdo entre todos.

Art. 7°. Não sendo a guerra contra o povo do Paraguay e sim contra o seu governo, os Alliados poderão admittir uma legião paraguaya para os cidadãos dessa nacionalidade, que queiram concorrer para derribar o dito governo e lhes darão os elementos necessarios, na fórmula e com as condições que se ajustarem.

Art. 8°. Os Alliados se obrigam a respeitar a independencia, soberania e integridade territorial da Republica do Paraguay. Em consequencia o povo paraguayo poderá escolher o governo e instituições que lhe approuverem, não podendo incorporar-se a nenhum dos Alliados e nem pedir o seu protectorado como consequencia desta guerra.

Art. 9°. A independencia, soberania e integridade da Republica do Paraguay serão garantidas collectivamente de accôrdo com o artigo antecedente pelas altas partes contractantes durante o periodo de cinco annos.

Art. 10. Concordam entre si as altas partes contractantes que as franquezas, privilegios ou concessões que obtenham do governo do Paraguay hão de ser communs a todos elles, gratuitamente se forem gratuitos ou com a mesma compensação ou equivalencia se forem condicionaes.

Art. 11. Derribado o actual governo da Republica do Paraguay, os Alliados farão os ajustes necessarios com a autoridade que ali se constituir para assegurar a livre navegação dos rios Paraná e Paraguay, de sorte que os regulamentos ou leis daquella Republica não possam estorvar,

entorpecer ou onerar o transitio e a navegação directa dos navios mercantes e de guerra dos Estados alliados, dirigindo-se para seus territorios respectivos, ou para territorio que não pertença ao Paraguay; e tomarão as garantias convenientes para effectividade daquelles ajustes sob a base de que os regulamentos de policia fluvial, quer para aquelles dois rios, quer para o rio Uruguay, serão feitos de commum accôrdo entre os Alliados e os demais ribeirinhos, que dentro do prazo que ajustarem os ditos Alliados adherirem ao convite, que lhes será dirigido.

Art. 12. Os Alliados reservam-se combinar entre si os meios mais proprios para garantir a paz com a Republica do Paraguay, depois de derribado o governo actual.

Art. 13. Os Alliados nomearão opportunamente os plenipotenciarios para a celebração dos ajustes, convenções ou tractados que se tenham de fazer com o governo que se estabelecer no Paraguay.

Art. 14. Os Alliados exigirão desse governo o pagamento das despesas da guerra, que se viram obrigados a aceitar, bem como reparação e indemnização dos damnos e prejuizos ás suas propriedades publicas e particulares e ás pessoas de seus concidadãos, sem expressa declaração de guerra; e dos damnos e prejuizos verificados posteriormente com violação dos principios que regem o direito da guerra.

A Republica Oriental do Uruguay exigirá tambem uma indemnização proporcionada aos damnos e prejuizos que lhe causa o governo do Paraguay, pela guerra em que a obriga a entrar para defender sua segurança ameaçada por aquelle governo.

Art. 15. Em uma convenção especial se marcará o modo e forma de liquidar e pagar a divida procedente das causas mencionadas.

Art. 16. Para evitar as dissensões e guerras que trazem consigo as questões de limites, fica estabelecido que os Alliados exigirão do governo do Paraguay que celebre com os respectivos governos tratados definitivos de limites sob as seguintes bases:

O Imperio do Brasil se dividirá da Republica do Paraguay:

Do lado do Paraná pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que segundo a recente carta de Muchez é o Igurey, da foz do Igurey por elle acima a procurar as suas nascentes;

Do lado da margem esquerda do Paraguay pelo rio Apa desde a foz até as suas nascentes;

No interior, pelos cumes da serra de Maracajú, sendo as vertentes de leste do Brasil e as de oeste do Paraguay e tirando-se da mesma serra linhas as mais rectas em direcção ás nascentes do Apa e do Iguarey.

A Republica Argentina será dividida da Republica do Paraguay pelos rios Paraná e Paraguay a encontrar os limites com o Imperio do Brasil, sendo estes do lado da margem direita do rio Paraguay a Bahia Negra.

Art. 17. Os alliados se garantem reciprocamente o fiel cumprimento dos convenios, ajustes e tractados que se devem celebrar com o governo, que se tem de estabelecer na Republica do Paraguay, em virtude do que foi concordado no presente tractado de alliança, o qual ficará sempre em toda sua força para o fim de que estas estipulações sejam respeitadas e executadas pela Republica do Paraguay.

Para conseguir este resultado concordam que no caso em que uma das altas partes contractantes não possa obter do governo do Paraguay o cumprimento do ajustado, ou no caso em que este governo tente annullar as estipulações ajustadas com os Alliados, os outros empregarão activamente seus esforços para fazel-as respeitar.

Si estes esforços forem inuteis, os Alliados concorrerão com todos os seus meios para fazer effectiva a execução daquellas estipulações.

Art. 18. Este tractado se conservará secreto até que se consiga o fim principal da alliança.

Art. 119. As estipulações deste tractado, que não dependam do poder legislativo para serem ractificadas, começarão a vigorar desde que seja approved pelos governos respectivos, e as outras desde a troca das ractificações que terá lugar dentro do prazo de quarenta dias, contados da data do mesmo tractado, ou antes se for possivel, que se fará na cidade de Buenos Ayyres.

Em testemunho do que, nós abaixo assignados, plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil, de S. Ex. o S. Presidente da Republica Argentina e de S. Ex. o Sr. Governador Provisorio da Republica Oriental do Uruguay, em virtude de nossos planos poderes, assignamos o presente tractado e lhe fizemos pôr os nossos sellos.

Cidade de Buenos Ayres, 1 de Maio do anno de nascimento de Nosso Senhor, de 1865.

(L. S.) Francisco Octaviano de Almeida Rosa.

(L. S.) Rufino de Elizalde.

(L. S.) Carlos de Castro.



## PROTOCOLLO

Reunidos na secretaria de estado das relações exteriores da Republica Argentina os Exms. Srs. plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil, do governo da Republica Argentina e do governo da Republica Oriental do Uruguay, abaixo assignados, concordaram no seguinte:

1°. Que em cumprimento do tractado de alliança desta data se farão demolir as fortificações de Humaitá e não se permittirá levantar para o futuro outras de igual natureza, que possam impedir a fiel execução das estipulações daquelle tractado.

2°. Que sendo uma das medidas necessarias para garantir-se a paz com o governo, que se estabeleça no Paraguay não deixar armas, nem elementos de guerra, as que se encontrarem sejam divididas em partes iguaes pelos Alliados.

3°. Que os trophéos e prezas, que forem tomados ao inimigo, se dividam entre aquelles dos Alliados que tenham feito a captura.

4°. Que os chefes superiores dos exercitos alliados combinem nos meios de executar estes ajustes.

E assignaram em Buenos Ayyres, em 1 de Maio de 1865.

Francisco Octaviano de Almeida Rosa.

Rufino de Elizalde.

Carlos de Castro.



MINISTERIO  
DOS  
NEGOCIOS DA MARINHA



# RELAÇÃO NOMINAL

DOS

## EXMS. SRS. MINISTROS E SECRETARIOS DE ESTADO

QUE DIRIGIRAM A REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS DA  
MARINHA DURANTE A GUERRA DO PARAGUAY

Deputado conselheiro Dr. Francisco Xavier Pinto Lima. (1)  
Deputado conselheiro Dr. José Antonio Saraiva.  
Deputado conselheiro Dr. Francisco de Paula da Silveira Lobo.  
Deputado conselheiro Dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo. (2)  
Senador conselheiro barão de Cotegipe.

# RELAÇÃO NOMINAL

DOS

## EXMS. SRS. OFFICIAES GENERAES

QUE COMMANDARAM A ESQUADRA EM OPERAÇÕES  
DURANTE A GUERRA DO PARAGUAY

Cons. de guerra vice-almirante visconde de Tamandaré. (3)  
Cons. de guerra chefe da esquadra Joaquim José Ignacio. (4)  
Cons. de guerra chefe da esquadra Elizário Antonio dos Santos. (5)  
Chefe de divisão Victorio José Barboza da Lomba.

- 
- (1) Depois barão de Pinto Lima.  
(2) " visconde de Ouro Preto.  
(3) " almirante e marquez de Tamandaré.  
(4) " almirante e visconde de Inhaúma.  
(5) " vice-almirante e barão de Angra.





# RELAÇÃO NOMINAL

DOS

OFFICIAES DO CORPO DA ARMADA

CLASSES ANNEXAS

E

Diversos empregados que serviram na esquadra em  
operações contra o

GOVERNO DO PARAGUAY





# ANNEXOS



## CORPO DA ARMADA

Relação nominal dos officiaes do corpo da armada e classes annexas e diversos empregados que serviram na esquadra em operações contra o governo do Paraguay, de 1 de Janeiro de 1865 a 1 de Março de 1870

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TITULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Vice-almirante	1	Visconde de Tamandaré	3 annos . . . .	Almirante . . . .	Grã-cruz de 1ª classe da Rosa.	
Chefe de esquadra	1	Joaquim José Ignacio	2 annos e 1 mez.	Vice-Almirante e almirante . . . .	Barão e Visconde de Inhauma, — Grã-cruz de 1ª classe da Rosa . . . .	Falleceu; molestia adquirida em campanha.
Chefe de divisão	1	Francisco Manoel Barroso da Silva. . . .	3 annos e 1 mez.	Chefe de esquadra e vice-almirante . .	Barão do Amazonas. Veador de Sua Magestade a Imperatriz. — C. 2 — R. 2 — Pensão de 1:200\$000 annuaes. — Riachuelo.	
Capitães de mar e guerra	1	Elizario Antonio dos Santos . . . . .	2 annos e 7 mezes	Chefe de divisão e chefe de esquadra.	Barão de Angra. — C. 3 e 2. — Con-selheiro de guerra	

Capitães de mar e guerra	2 Francisco Coreiro Torres e Alvim. . . . .	3 annos e 7 mezes	Chefe de divisão e chefe de esquadra.	R. 5 — C. 3 e 2.
	3 Victorio José Barbosa da Lomba. . . . .	3 annos . . . . .	Chefe de divisão.	C. 3.
	4 José Maria Rodrigues. . . . .	2 annos . . . . .	Chefe de divisão.	R. 5 — C. 2. . . . . Falleceu.
	5 José Segundino de Gementoso . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	Riachuelo . . . . . Falleceu.
	1 João Manoel de Moraes e Valle. . . . .	9 mezes . . . . .	Capitão de mar e guerra. . . . .	R. 5.
Capitães de fragata	2 Luiz da Cunha Moreira. . . . .	1 anno e 2 mezes		
	3 José Antonio de Faria. . . . .	2 annos . . . . .	Capitão de mar e guerra. — Chefe de divisão. . . . .	Ch. 2 . . . . . Falleceu.
	4 José da Costa Azevedo. . . . .	9 mezes . . . . .	Capitão de mar e guerra. . . . .	Ch. 2.
	5 Manoel Luiz Pereira da Cunha . . . . .	2 annos e 2 mezes	Capitão de mar e guerra. . . . .	C. 4 — R. 4 — Medalha de merito, pelo exercito.
	6 Henrique Antonio Baptista . . . . .	2 mezes. . . . .		
	7 José Manoel Picanço da Costa. . . . .	6 mezes . . . . .	Capitão de mar e guerra. . . . .	

## CORPO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Capitães de fragata	8	Victor de S. Thiago Subrá . . . . .	1 anno e 9 mezes	Capitão de mar e guerra. . . . .		
	9	Antonio Lopes de Mesquita. . . . .	1 anno e 6 mezes	Capitão de mar e guerra. . . . .		Reformou-se.
	10	Antonio Affonso de Lima . . . . .	2 annos . . . . .	Capitão de mar e guerra. — Chefe de divisão. . . . .	R. 5 . . . . .	Reformou-se.
	11	Theotônio Raymundo de Brito . . . . .	1 anno e 6 mezes	Capitão de mar e guerra. . . . .	Ch. 2 — R. 4 . . . . .	Falleceu; molestia adquirida em campanha.
	12	Joaquim Rodrigues da Costa. . . . .	2 annos e 6 mezes	Capitão de mar e guerra. . . . .	C. 2 — Rlachuêlo . . . . .	Idem, idem, idem.
Capitães-tenentes	1	Deifim Carlos de Carvalho . . . . .	4 annos . . . . .	Capitão de fragata, capitão de mar e guerra, chefe de divisão e chefe de esquadra . . . . .	C. 3 e 2 . . . . .	Falleceu, na abordagem de 2 de março de 1868.
					Barão da Passagem. — R. 3 — Ch. 2 — Pensão 1.200\$ annuaes. — Rlachuêlo — Humaytá.	

2º Silvino José de Carvalho Rocha . . . .	1 anno e 10 meses	Capitão de fragata.	R. 5.	
3º Pedro Thomé de Castro e Araújo . . . . .	2 annos e 6 meses	Capitão de fragata.	R. 5.	
4º Joaquim Guilherme de Mello Carrão . . . .	2 annos e 5 meses			
5º Candido Benício da Silva . . . . .	9 meses			Reformou-se.
6º Luiz Maria Piquet . .	2 annos e 9 meses	Capitão de fragata.	C. 4.	
7º Mamede Simões da Silva	3 annos e 8 meses	Capitão de fragata, capitão de mar e guerra, chefe de divisão . . . . .	R. 5. — C. 4 e 3.	
8º Bazilio Antonio de Silveira Barbedo . . . .	1 anno e 9 meses	Capitão de fragata.	R. 5.	
9º Antonio Manoel Fernandes . . . . .	2 annos e 6 meses	Capitão de fragata e capitão de mar e guerra . . . . .	C. 4 — R. 4.	
10º Francisco Freire de Borja Salema Gargão.	5 annos . . . . .	Capitão de fragata.	R. 4.	
11º Joaquim José Pinto . .	2 annos e 7 meses	Capitão de fragata.	R. 5 — Riachuelo.	
12º José da Cunha Moreira.	1 anno e 7 meses			
13º Aurelio Garcindo Fernandes de Sá . . . . .	4 annos e 3 meses	Capitão de fragata e capitão de mar e guerra . . . . .	R. 5. — C. 4 e 3 — Riachuelo . .	Passou para 2ª classe.
14º Manoel Antonio Vital de Oliveira . . . . .	6 meses . . . . .	Capitão de fragata.		Falleceu no combate de 2 de Fevereiro de 1867.

## Capitães-tenentes

## CORPO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Capitães-tenentes	15	Bonifácio Joaquim de Sant'Anna . . . . .	8 mezes . . . . .		Riachuelo . . . . .	Falleceu de feri- mento a 18 de Junho de 1865.
	1	Luiz da Costa Fernan- des . . . . .	5 annos e 2 mezes	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — R. 5 — Riachuelo.	
	2	Antonio Ximenes de Araújo Pittada . . . .	4 annos e 5 mezes	Capitão-tenente . .	R. 6 e 5.	
	3	Ignacio Joaquim da Fonseca . . . . .	4 annos e 7 mezes	Capitão-tenente, ca- pitão de fragata e capitão de mar e guerra . . . . .	R. 5 e 4.	
Primeiros tenentes	4	Manoel Ernesto de Sou- za França . . . . .	1 anno e 5 mezes	Capitão-tenente . .	C. 4.	
	5	João Moreira da Costa Lima . . . . .	11 mezes			
	6	Francisco Antonio de Salomé Pereira . . . .	2 annos e 4 mezes		Ch. 3.	
	7	Augusto Maximo Ba- pista . . . . .	10 mezes			



8 Francisco José Coelho Netto . . . . .	3 annos e 6 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	Ch. 3. — R. 4.
9 Desiderio Celestino de Castro Junior. . . .	1 anno e 6 mezes		
10 José Manoel de Araujo Cavalcanty de Albuquerque Lins . . . .	4 annos e 9 mezes	Capitão-tenente . .	R. 5 e 4.
11 Thomaz Pedro de Bithencourt Cutrim . .	2 annos e 1 mez.	Capitão-tenente e capitão de fragata	R. 5.
12 Eliziario José Barbosa.	4 annos e 1 mez.	Capitão-tenente, capitão de fragata e capitão de mar e guerra. . . . .	C. 3 — R. 4 — Ch. 2 — Pensão annual de 1:152\$000 — Riachuelo.
13 Jacintho Furtado de Mendonça Paes Leme.	1 anno e 7 mezes.	Capitão-tenente . .	R. 5. . . . .
14 João Gomes de Faria Junior . . . . .	3 annos e 10 mezes. . . . .	Capitão-tenente e capitão de fragata	R. 5 — C. 4.
15 João Mendes Salgado.	3 annos e 7 mezes	Capitão-tenente, capitão de fragata e capitão de mar e guerra. . . . .	C. 3 — Ch. 2 — R. 4 — Medalha de merito, pelo exercito.
16 Fortunato Foster Vidal.	4 annos e 4 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	R. 6 e 5 — C. 4.

Primeiros  
tenentes

Passou para 2ª classe.  
56.

## CORPO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Primeiros tenentes	17	Manoel Carneiro da Rocha . . . . .	2 annos e 10 mezes . . . . .	Capitão-tenente e capitão de fragata	C. 4 — R. 5.	
	18	Helvecio de Souza Pi- mentel . . . . .	4 annos e 4 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	Ch. 3 — C. 4 — R. 5.	
	19	Bernardino José de Queiroz . . . . .	1 anno e 6 mezes.	Capitão-tenente . .	C. 4 — R. 5.	
	20	Francisco Romano Step- ple da Silva . . . .	4 annos e 3 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	R. 5 e 4 — C. 4.	
	21	Joaquim Francisco de Abrão . . . . .	4 annos e 4 mezes	Capitão-tenente, ca- pitão de fragata e capitão de mar e guerra. . . . .	C. 3 — R. 5 — Riachuelo.	
	22	Manoel de Moura Cirne.	2 annos e 6 mezes	Capitão-tenente . .	C. 4.	
	23	José Hypolito de Me- nezes . . . . .	9 mezes . . . . .		Ch. 3 — R. 5 — Riachuelo.	

24	José Bernardino de Queiroz. . . . .	3 annos e 2 mezes	Capitão-tenente . . .	C. 4 — Ch. 3 — R. 6.
25	Jeronymo Francisco Gonçalves. . . . .	3 annos e 3 mezes	Capitão-tenente, capitão de fragata e capitão de mar e guerra. . . . .	C. 3 — R. 5 — Ch. 2.
26	João Antonio Alves Nogueira . . . . .	4 annos e 7 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	R. 5 e 4 — C. 4 e 3.
27	Antonio Luiz Honhooltz	2 annos e 4 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	R. 5 — C. 3 — Riachuelo.
28	João Gonçalves Duarte.	5 annos e 2 mezes	Capitão-tenente . . .	C. 4 — R. 5 — Riachuelo.
29	Pedro José Alves. . .	3 annos e 11 mezes. . . . .	Capitão-tenente . . .	R. 6.
30	Augusto Cezar Pires de Miranda . . . . .	5 annos e 2 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	C. 4 e 3 — R. 5 e 4 — Ch. 3 — Riachuelo — Humaytá. . . . .
31	José Luiz Telxehra . . .	3 annos e 1 mez.	Capitão-tenente . . .	C. 4 — Ch. 3 — R. 5 — Humaytá.
32	Manoel Lopes da Cruz.	3 annos e 10 mezes. . . . .	Capitão-tenente . . .	R. 6 — Ch. 3.

Falleceu por moléstia adquirida em campanha.

Primeiros tenentes

## CORPO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Primeiros tenentes	33	Francisco Forjaz de Le- cerda . . . . .	3 annos e 10 mezes . . . . .	. . . . .	Ch. 3 — R. 6 e 5.	
	34	Joaquim Cardoso Pe- reira de Mello . . . .	2 annos . . . . .	Capitão-tenente . .	C. 4 — R. 5.	
	35	Jacinto Fernandes Pi- nheiro . . . . .	3 annos e 3 mezes	Capitão-tenente . .	R. 5.	
	36	Eduardo Wandenkolk. .	4 annos e 6 mezes	Capitão-tenente . .	C. 4 — Ch. 3 — R. 5 — Humaytá	
	37	Manoel Lopes de Santa Rosa . . . . .	2 annos e 9 mezes	. . . . .	. . . . .	
	38	Joaquim Candido dos Reis . . . . .	4 annos e 6 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	C. 4 — R. 5. R. 5 — Riachuelo	
	39	Manoel Soares Pinto . .	4 annos . . . . .	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — C. 4 — R. 5	
	40	Manoel Ricardo da Cunha Couto . . . .	5 annos e 1 mez.	Capitão-tenente e capitão de fragata	C. 4 — R. 5 e 4.	
	41	Francisco Spertidão Ro- drigues Vaz . . . . .	4 annos e 4 mezes	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — R. 6.	

42	Antônio Ferreira de Oliveira . . . . .	3 annos e 3 mezes	Capitão-tenente . .	R. 6.
43	Antonio Joaquim de Mello Tamborim . .	4 annos e 2 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	C. 4 — R. 5 e 4.
44	Francisco Goulart Rolim . . . . .	3 annos e 3 mezes	Capitão-tenente . .	C. 4 — Ch. 3 — R. 5 — Riachuelo.
45	José Marques Guimarães . . . . .	3 annos e 6 mezes	Capitão-tenente e capitão de fragata	R. 5 e 4.
46	João Joaquim Rodrigues Pinto . . . . .	3 annos . . . . .	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — R. 6.
47	José Carlos Palmeira . .	4 annos e 6 mezes	. . . . .	R. 6 e 5 — Ch. 3.
48	Arnaldo Leopoldo de Murinelly . . . . .	4 annos e 7 mezes	Capitão-tenente . .	R. 6 e 5 — Ch. 3 — C. 4 — Riachuelo
49	Francisco José de Freitas . . . . .	3 annos e 2 mezes	Capitão-tenente . .	C. 4 — R. 5 e 4 — Riachuelo.
50	Custodio José de Mello.	3 annos e 10 mezes. . . . .	Capitão-tenente . .	C. 4 e 3 — Ch. 3 — R. 5 — Humaytá.
51	José Antonio da Silva Maia . . . . .	6 mezes.		
52	Antonio Pompão de Albuquerque Cavalcanti	3 annos e 6 mezes	Capitão-tenente . .	Ch. — R. 6 — Riachuelo.
53	Eduardo Augusto de Oliveira . . . . .	1 anno. . . . .	Capitão-tenente . .	R. 6 — Riachuelo.

Primeiros  
tenentes



## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
	54	Eduardo Fabio Pereira Franco . . . . .	4 annos e 3 mezes	Capitão-tenente		
	55	Manoel de Araujo Cor- teiz . . . . .	5 annos e 2 mezes	Capitão-tenente	R. 5.	
	56	Manoel Marques Man- cebo . . . . .	2 annos e 6 mezes		R. 6 e 5 — Ch. 3.	
	57	Fernando Xavier de Castro . . . . .	4 annos e 10 mezes. . . . .		Ch. 3 — R. 5 e 4.	
	58	João José Lisboa. . .	3 mezes . . . . .		R. 6.	
Primeiros tenentes	59	Pedro Antonio de Monte Bastos . . . . .	4 annos e 2 mezes		C. 4 — Ch. 3 — Riachuelo.	
	60	José Antonio d'Alvarim Costa . . . . .	5 annos e 2 mezes	Capitão-tenente	R. 6 — Ch. 3 — C. 4 — Riachuelo	
	61	Carlos Frederico de No- ronha. . . . .	3 annos e 6 mezes	Capitão-tenente	C. 4 — R. 6 — Ria- chuelo.	
	62	Carlos Balthazar da Silveira. . . . .	4 annos e 9 mezes	Capitão-tenente	Ch. 3 — R. 6 — C. 4	

63	Arthur Silveira da Motta . . . . .	4 annos e 5 mezes	Capitão-tenente, capitão de fragata e capitão de mar e guerra. . . . .	C. 4, 3 e 2. — Pensão de 960\$000 annuaes. — Humaytá.
64	Pedro Benjamin de Cerqueira Lima . . . . .	1 anno e 11 mezes	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — 6.
65	Octaviano Antonio Vital de Oliveira. . . . .	2 annos. . . . .	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — R. 6 — C. 4.
66	Carlos da Silveira Bastos Varella . . . . .	4 annos e 5 mezes	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — C. 4 — R. 5 (duas vezes Humaytá).
67	Theotônio Coelho Cerqueira Carvalho . . .	1 anno e 8 mezes	. . . . .	R. 6.
68	Joaquim Gonçalves Martins . . . . .	2 annos e 4 mezes	. . . . .	R. 6.
69	Francisco de Paula Telles de Menezes . .	3 annos e 6 mezes	. . . . .	R. 6.
70	Antonio Severiano Nunes. . . . .	3 annos e 10 mezes. . . . .	Capitão-tenente . .	Ch. 3 — R. 5.
71	Felippe Orlando Short.	9 mezes. . . . .	Capitão-tenente.	
72	Eduardo Frederico Muenier Gonçalves. . . . .	4 annos . . . . .	. . . . .	R. 6 e — Ch. 3 — Riachuelo.
73	Pedro Pinto da Veiga.	4 annos e 5 mezes.	. . . . .	Ch. 3 — R. 6 e 5.

Teve demissão á seu pedido.

Primeiros  
tenentes

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
	74	Estanisláu Przewodowski . . . . .	5 annos e 2 mezes	Capitão-tenente . .	C. 4 — R. 6 — Ch. 3 — Riachuelo.	
	75	José Pinto da Luz . .	4 annos e 6 mezes	Capitão-tenente . .	R. 6.	
	76	Miguel Joaquim Pedreira . . . . .	2 annos e 6 mezes	. . . . .	Ch. 3 — Riachuelo.	
	77	Miguel Antonio Pestana . . . . .	3 annos e 10 mezes. . . . .	. . . . .	Ch. 3 — Riachuelo.	
	78	José Lamego Costa . .	1 anno e 9 mezes.	. . . . .		
	79	Gaspar da Silva Rodrigues . . . . .	6 mezes.	. . . . .		
	80	Francisco Jeronymo Gonçalves . . . . .	4 annos . . . . .	. . . . .	R. 6 — Ch. 3.	
Primeiros tenentes	81	Manoel Terencio Correia da Silveira. . . .	3 annos e 5 mezes	. . . . .	Humaytá. — Tendo sido sentenciado á 1 anno de prisão, foi perdoado da mesma prisão, e o mesmo remuneração, por ter feito parte nos navios que forçaram Humaytá.	

32	Joaquim Domingos de Carvalho . . . . .	3 annos.	. . . . .	R. 6.		
33	Antonio Machado Dutra . . . . .	1 anno e 10 mezes	. . . . .	R. 5.		
34	Irineu José da Rocha . . . . .	9 mezes.	. . . . .			
35	Antonio Joaquim Moreira Marques . . . . .	9 mezes.	. . . . .	R. 6.		
36	Euzebio José Antunes . . . . .	2 annos . . . . .	Capitão-tenente . . . . .	Ch. 2 . . . . .		Teve demissão á seu pedido.
37	Pedro Ferreira de Oliveira . . . . .	2 annos . . . . .	. . . . .	R. 5 . . . . .		Falleceu por molestia adquirida na campanha.
38	Guilherme José Pereira dos Santos . . . . .	3 annos . . . . .	Capitão-tenente, capitão de fragata e capitão de mar e guerra. . . . .	Ch. 3 e 2 — C. 3 e 2 — Humaytá.		Idem afogado, em 2 de Novembro de 1866.
39	Justino José de Macedo Coimbra . . . . .	2 annos . . . . .	Capitão-tenente e capitão de fragata . . . . .	C. 3 — Ch. 2 — Riachuelo. . . . .		Idem, por molestia adquirida na campanha.
40	Americo Brazillo Silvado . . . . .	9 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .		Idem, em combate no dia 2 de Setembro de 1866.
41	Antonio Carlos Mariz e Barros . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .		Idem, em combate no dia 27 de Março de 1866.

Primeiros  
tenentes

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Primeiros tenentes	92	Augusto Netto de Mendonça . . . . .	3 annos. . . .	Capitão-tenente e capitão de fragata	C. 4 e 3. . . . .	Falleceu em combate no dia 9 de Dezembro de 1868
	93	Francisco Antonio de Vassimon . . . . .	6 mezes. . . . .			Idem, em combate no dia 27 de Março de 1866.
	94	Lucio Joaquim de Oliveira . . . . .	2 annos e 6 mezes	Capitão-tenente . . .	C. 4 — R. 5 — Riachuelo. . . .	Idem, por molestia adquirida na campanha.
	95	Felippe Firmino Rodrigues Chaves . . .	4 annos e 9 mezes	Capitão-tenente . . .	C. 4 — R. 5 — Riachuelo.	Reformou-se.
	96	Olympio José Chaves . . . . .	1 anno e 4 mezes.			Falleceu em combate no dia 27 de Março de 1866.
	97	José Ignacio da Silveira . . . . .	6 mezes. . . . .			Idem, no combate de 11 de Junho de 1865.
	98	Joaquim Xavier de Oliveira Fimentel . . .	6 mezes. . . . .		Riachuelo . . . . .	



99	Henrique Caldas . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Reformou-se.
100	Augusto Leopoldo de Noronha Torreção . . . . .	2 annos e 10 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6 e 5 . . . . .	Passou para a 2ª classe.
101	Francisco de Salles Werneck Ribeiro de Aguilar . . . . .	1 anno. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu em comba- te em 12 de Ja- neiro de 1867.
102	João Bernardino Mo- reira de Araujo . . . . .	1 anno. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem afogado no Curuzu.
103	José Severo Moreira Filos. . . . .	10 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Reformou-se.
104	Frederico Guilherme de Lorena . . . . .	3 annos e 6 mezes . . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6 — Ch. 3 — C. 4.	
105	Constancio Gracindo de Souza Brito . . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	Capitão-tenente . . . . .	C. 4. . . . .	Falleceu por moles- tia adquirida na campanha.
106	Adriano Manoel Fer- nandes . . . . .	1 anno. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem afogado no rio Paraguay.
107	José Antonio Lopes . . . . .	1 anno. . . . .	. . . . .	. . . . .	C. 4 — Riachuelo.	Reformou-se.
108	José Gomes dos Santos . . . . .	9 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu por moles- tia adquirida na campanha.
109	Napoléão Jansen Muller. . . . .	10 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem por ferimen- tos recebidos em combate.

Primeiros  
tenentes

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Primeiros tenentes	110	Alvaro Augusto de Carvalho . . . . .	9 mezes. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu por moles- tia adquirida na campanha.
	111	Joaquim Augusto da Costa Sampaio . . . .	1 anno e 7 mezes. . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Reformou-se.
	112	Luiz Barbalho Muniz Fluza . . . . .	2 annos e 6 mezes . .	. . . . .	C. 4. . . . .	Falleceu por moles- tia adquirida na campanha.
	113	Antonio Luiz Teixeira. .	1 anno e 9 mezes. . .	Capitão-tenente.	. . . . .	Passou para a 2. <sup>a</sup> classe.
	114	José Máximo de Mello e Alvim. . . . .	1 anno e 9 mezes. . .	Capitão-tenente . . .	. . . . .	Reformou-se.
	115	Manoel Martins de Araújo Castro. . . . .	1 anno e 6 mezes . .	Capitão-tenente.	. . . . .	
	116	Collatno Marques de Souza . . . . .	1 anno e 6 mezes . .	. . . . .	. . . . .	
	117	José Maria do Nasci- mento Junior . . . . .	1 mez. . . . .	. . . . .	. . . . .	
	118	José Domingos Bar- bosa. . . . .	3 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	

Primeiros tenentes	119	Domingos José de Azevedo Junior. . . . .	1 mez.				
	120	Jayme Gomes d'Argolo Ferrão . . . . .	1 mez.				
	121	Henrique Messeder da Rocha Freire . . . .	3 mezes.				
	122	Antonio Manoel Perdigão Fernandes . . . .	11 mezes.				Reformou-se
	123	Jorge Saturnino de Menezes . . . . .	7 mezes.				Idem.
Segundos tenentes	1	Joaquim Antonio Corodvil Manrity . . .	3 annos e 6 mezes	1º tenente e capitão-tenente . . . . .	Ch. 3 — C. 4 e 3. — Pensão de 1:200\$ annuaes. — Hu-maytá		
	2	Filinto Perry. . . . .	3 annos e 9 mezes	1º tenente. . . . .	R. 6 e 5 — Ch. 3. Riachuelo.		
	3	José Antonio Corrêa de Mello . . . . .	2 annos. . . . .	1º tenente. . . . .	Ch. 3 . . . . .	Passou para a 2ª classe.	
	4	Manoel Augusto de Castro Menezes . . .	2 annos e 6 mezes	1º tenente. . . . .	Ch. 3 — R. 5. — Riachuelo.		
	5	José Candido Gullobel	3 annos e 3 mezes	1º tenente e capitão-tenente . . . . .	R. 6. — Riachuelo.		
	6	Julio Cezar de Noronha. . . . .	3 annos e 6 mezes	1º tenente e capitão-tenente . . . . .	Ch. 3 — Riachuelo		

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Segundos tenentes	7	Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto . . . . .	5 anos. . . . .	1º tenente. . . . .	Ch. 3 — C. 4. — R. 5. — Ria- chuelo.	
	8	Faustino Martins Bastos . . . . .	1 anno e 9 mezes . . . . .	1º tenente. . . . .	R. 6.	
	9	Tell José Ferrão . . . . .	4 annos e 10 mezes. . . . .	1º tenente. . . . .	R. 6.	
	10	Pedro Nolasco Pereira da Cunha . . . . .	2 annos e 3 mezes . . . . .	1º tenente. . . . .	R. 6.	
	11	Mancel Lourenço de Castro Rocha . . . . .	4 annos. . . . .	1º tenente. . . . .	R. 6 e 5 — Ch. 3.	
	12	Augusto Cezar da Silva. . . . .	3 annos e 3 mezes . . . . .	1º tenente. . . . .	R. 6.	
	13	Magno Alexandrino de Oliveira Brito . . . . .	1 anno e 2 mezes. . . . .	1º tenente. . . . .	Ch. 3.	
	14	Dionisio Manhães Bar- reto . . . . .	4 annos e 9 mezes . . . . .	1º tenente e capitão- tenente . . . . .	C. 4 — Ch. 3 — R. 5 — Humaytá.	
	15	Saturnino Vieira de Carvalho. . . . .	1 anno e 4 mezes. . . . .	1º tenente. . . . .	R. 6.	
	16	João José Lopes Ferraz e Castro . . . . .	3 annos e 9 mezes . . . . .	1º tenente. . . . .	Ch. 3 — C. 4.	

17	Francisco de Paula Sar- manho . . . . .	1 anno. . . . .	1º tenente.			
13	Luiz Felipe Saldanha da Gama . . . . .	4 annos. . . . .	1º tenente e capitão- tenente . . . . .	R. 6.		
19	Frederico Guilherme de Souza Serrano . . . . .	2 annos. . . . .	1º tenente.			
20	Antonio Pedro Alves de Barros . . . . .	4 annos. . . . .	1º tenente. . . . .	Ch. 3 — C. 4 . . . . .	Teve demissão á seu pedido.	
21	Antonio Maria do Couto	2 annos. . . . .	1º tenente. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu por explo- são de um torpe- do, em 14 de Junho de 1866.	
22	Julio Carlos Teixeira Pinto . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem, no combate de 11 de Junho de 1865.	
23	Joaquim Alves Coelho da Silva Junior . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, no combate de 2 de Setembro de 1866.	
24	Bonifacio Gil Pinheiro.	2 annos. . . . .	1º tenente. . . . .	R. 6 . . . . .	Idem, por molestia adquirida em cam- panha.	
25	Manoel Nogueira de Lacerda . . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem, idem, idem.	
1	Alfredo Fernandes da Costa . . . . .	1 anno e 10 mezes				
2	Raymundo José de Souza Lobo . . . . .	1 anno e 6 mezes.				
3	Antonio Martins de Oliveira. . . . .	5 mezes.				

Segundos  
tenentes

Segundos  
tenentes em  
comissão



## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Guardas-marinha	1	Manoel José Alves Barbosa . . . . .	4 annos e 9 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 e 5 — Ch. 3 — C. 4. — Riachuelo.	
	2	Manoel do Nascimento Castro e Silva . . .	3 annos e 2 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 5 — C. 4 — Pensão de 360\$ anuaes. — Riachuelo.	
	3	Rodrigo Antonio de Lameira. . . . .	3 annos e 2 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6. — Riachuelo.	
	4	Francisco Augusto de Paiva Bueno Brandão	3 annos. . . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6. — Ch. 3 — Riachuelo.	
	5	Rodrigo José da Rocha.	3 annos e 6 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6.	
	6	Antonio Quintiliano de Castro e Silva . . .	4 annos. . . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	C. 4 — R. 6 e 5 — Ch. 3. — Hu- maytá.	

7	Antonio José Leite Lobo	1 anno e 4 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6.
8	Joaquim Marques Baptista de Leão . . .	3 annos e 10 mezes. . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6. — Ch. 3 — C. 4. — Humaytá
9	Luiz Paula Mascarenhas . . . . .	4 annos e 2 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	C. 4 — R. 6 e 5.
10	Herman Ludwig Gad .	2 annos e 6 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6.
11	Manoel Pereira Pinto Bravo . . . . .	3 annos e 11 mezes. . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3.
12	Euzebio de Palva Legey	4 annos. . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3 — C. 4.
13	Elleser Coutinho Tavares . . . . .	4 annos e 6 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	C. 4 — R. 5 e 4 — Ch. 2.
14	Joaquim Raymundo de Lamare Sobrinho . .	4 annos e 3 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	Ch. 3 — R. 6 e 5.
15	José Victor de Lamare.	4 annos e 5 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	C. 4 — R. 6.
16	João Justino de Proença . . . . .	4 annos e 7 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — C. 4.
17	Quintino Francisco da Costa . . . . .	3 annos e 4 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6.

Guardas-marinha

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Guardas-marinha	18	José Dorotheo da Silva.	2 annos e 6 mezes	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	Ch. 3.	
	19	Carlos Miguel Conrado.	4 annos. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	Ch. 3. . . . .	Falleceu afogado.
	20	Gregorio Ferreira de Paiva . . . . .	2 annos e 8 mezes	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6 e 5.	
	21	Henrique Ellery . . . .	4 annos. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6 . . . . .	Falleceu.
	22	Adolpho Paulo do Bom- successo Galhardo. . . .	3 annos e 3 mezes	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6 — Ch. 3.	
	23	João Candido Brazil . .	4 annos. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	Ch. 3 — R. 6 — Humaytá.	
	24	Felix José da Silva. . .	3 annos. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6.	
	25	José Antonio de Oli- veira Freitas. . . . .	3 annos. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6.	
	26	José Marques Mancebo	1 anno e 1 mez . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6.	

27	Miguel Ribeiro Lisboa.	2 annos e 5 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3 — C. 4. — Humaytá
28	Horacio Belfort Duarte.	. . . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3. — Humaytá . . . .
29	Francisco Calheiros da Grega . . . . .	3 annos . . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3. — Humaytá . . . .
30	Antonio Carlos Freire de Carvalho . . . .	1 anno e 4 mezes.	2º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3.
31	João Alves Ferreira da Rocha . . . . .	3 annos . . . .	2º tenente . . . . .	R. 6.
32	Henrique Pinheiro Guedes. . . . .	3 annos . . . .	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3. — Humaytá.
33	Athasgildo Barata Ribeiro . . . . .	2 annos . . . .	2º tenente . . . . .	R. 6.
34	Eduardo de Barros Gonda . . . . .	3 annos . . . .	2º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3.
35	José Porfirio de Souza Lobo . . . . .	3 annos . . . .	2º tenente . . . . .	C. 4.
36	Ildefonso Felipe de Souza . . . . .	2 annos e 2 mezes	2º tenente.	
37	Francisco Floriano de Cantalice . . . . .	3 annos . . . .	2º tenente . . . . .	R. 6.
38	José Leonicio da Silva Rosa . . . . .	1 anno e 9 mezes	2º tenente . . . . .	R. 6.

Guardas-marinha

Falleceu por molestia  
adquirida na cam-  
panha.

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
	39	João Nepomuceno Baptista . . . . .	2 annos . . . .	2º tenente.		
	40	Francisco José da Silva Pontes . . . . .	2 annos e 5 mezes	2º tenente.		
	41	Antonio Delfim da Silva Guimarães . . . . .	2 annos . . . .	2º tenente.		
	42	Antonio da Silva Fróes Junior . . . . .	2 annos . . . .	2º tenente.		
	43	Arthur de Azevedo Thompson . . . . .	2 annos e 1 mez.	2º tenente. . . .	R. 6.	
Guardas-marinha	44	José Carlos de Carvalho Junior . . . . .	2 annos e 5 mezes	2º tenente graduado e 2º tenente. . .	C. 4.	
	45	Antonio Luiz Cavalcante de Oliveira . . . . .	2 annos . . . .	2º tenente. . . .	R. 5.	
	46	Manoel Maria de Carvalho . . . . .	2 annos e 2 mezes	2º tenente. . . .	R. 5.	
	47	Afonso Augusto Rodrigues de Vasconcellos . . . . .	2 annos e 5 mezes	2º tenente. . . .	C. 4.	



48	Amaro da Rocha, Cristalina . . . . .	2 annos e 5 mezes	2º tenente.			
49	Alfredo Pereira de Araujo Neves . . . . .	2 annos . . . . .	2º tenente graduado e 2º tenente. . . . .	Ch. 3 — C. 4.	Falleceu de molestia adquirida em cam-panha.	
50	Victor Candido Barreto	2 annos e 4 mezes	2º tenente. . . . .	R. 6.		
51	Antonio Francisco Velho Junior . . . . .	2 annos e 7 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	R. 6 — Ch. 3.		
52	Rodrigo Nuno da Costa.	1 anno e 5 mezes.	2º tenente. . . . .	C. 4.		
53	André de Paula Cirne Maceira . . . . .	1 anno e 10 mezes	2º tenente graduado e 2º tenente. . . . .	R. 6.		
54	Francisco Belmiro de Mattos Tupin . . . . .	1 anno . . . . .	2º tenente.			
55	Augusto de Andrade Valdetaro . . . . .	1 anno e 2 mezes	2º tenente. . . . .	C. 4. . . . .	Falleceu.	
56	João Egydio de Castro Jesus . . . . .	1 anno e 5 mezes	2º tenente. . . . .	Ch. 3.		
57	Leopoldino José dos Passos Junior . . . . .	1 anno e 10 mezes	2º tenente.			
58	Leonardo Ribeiro Alvares . . . . .	11 mezes . . . . .	2º tenente.			
59	Francisco Ignacio Pereira da Cunha . . . . .	9 mezes . . . . .	2º tenente.			
60	João Antonio de Miranda Nelson . . . . .	1 anno e 2 mezes.	2º tenente.			

Guardas-marinha

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TITULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
	61	José Francisco de Brito Junior . . . . .	1 anno e 2 mezes.	2º tenente.		
	62	Mancel Dias Cardoso . . . . .	7 mezes . . . . .	2º tenente.		
	63	José Ignacio da Silva Coutinho . . . . .	3 annos e 9 mezes	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6 — Riachuelo.	Passou para a 2ª classe.
	64	Antonio Augusto de Araujo Torreão . . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu no combate de 11 de Junho de 1865.
Guardas-marinha	65	Francisco José de Lima Barros . . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem, idem, idem.
	66	Francisco Eutichiano da Costa Penha . . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem, de molestia adquirida em cam- panha.
	67	João de Gomensoro Wandenkolk . . . . .	. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem, por ferimen- tos recebidos em combate no dia 2 de Março de 1868, fallecido á 10.

68 Affonso Henrique da Fonseca. . . . .	. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6 — Riachuelo.	Faleceu de molestia adquirida em cam- panha.
69 João Guilherme Gre- enhalgh . . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem, no combate de 11 de Junho de 1865.
70 José Manoel de Araujo Marques . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, de ferimentos a 20 de Março de 1865.
71 João Maria da Silva Coutinho . . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, de molestia adquirida na cam- panha.
72 Henrique Carlos Ribei- ro Lisboa . . . . .	1 anno e 9 mezes.	2º tenente. . . . .	R. 6. . . . .	Reformou-se.
73 Raymundo Antonio da Silva . . . . .	9 mezes . . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu no combate de 2 de Setembro de 1866.
74 João Olympio Telles de Menezes . . . . .	. . . . .	2º tenente. . . . .	. . . . .	Idem, afogado em Palmas.
75 Francisco Urbano da Silva Junior . . . . .	. . . . .	2º tenente e 1º te- nente . . . . .	R. 6 — Ch. 3. — Humaytá.	Idem, em combate no dia 1 de Agosto de 1868.
76 José Roque da Silva . . . . .	. . . . .	2º tenente. . . . .	Ch. 3. . . . .	Idem, de molestia adquirida na cam- panha.

## Guardas-marinha

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Guardas-marinha	77	Marcos Augusto Pimentel . . . . .	2 annos . . . . .	2º tenente. . . . .	R. 6. . . . .	Falleceu de molestia adquirida na campanha.
	78	Urbano Sabino Corrêa. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
	79	Serafim José dos Santos Azevedo . . . . .	. . . . .	2º tenente. . . . .	. . . . .	Falleceu por molestia adquirida na campanha.
	80	José Ferreira Gondolpho . . . . .	. . . . .	2º tenente. . . . .	. . . . .	Idem.
	81	Afonso de Almeida Godinho . . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, de molestia adquirida na campanha.
Aspirantes a guardas-marinha	1	José Pedro Alves de Barros . . . . .	2 annos . . . . .	2º tenente. . . . .	R. 6. . . . .	
	2	Joaquim Candido do Nascimento. . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem de ferimentos, em 3 de Agosto de 1865.

Aspirantes a  
guardas-marinha

3	Antonio de Souza e Oliveira . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6 . . . . .	Teve demissão a seu pedido.
4	Alberto Jacintho Correia de Mattos . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	
1	João Bernardino de Araujo . . . . .	4 annos e 6 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	. . . . .	R. 6 — Riachuelo.	
2	Manoel Antonio Fiuza . . . . .	4 annos e 6 mezes	2º tenente . . . . .	. . . . .	R. 6.	
3	Francisco Xavier Rodrigues Pinheiro . . . . .	3 annos e 4 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	. . . . .	R. 6.	
4	Francisco de Salles Cardoso . . . . .	1 anno e 2 mezes.	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
5	Henrique Fausto Belham . . . . .	5 annos e 2 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	. . . . .	R. 6.	
6	Claudino José Rapozo . . . . .	4 annos e 9 mezes	2º tenente de comissão.	. . . . .	. . . . .	
7	Joaquim José Cardoso . . . . .	4 annos . . . . .	2º tenente de comissão.	. . . . .	. . . . .	
8	José Virgilio de Almada Moura . . . . .	4 annos e 4 mezes	2º tenente de comissão . . . . .	. . . . .	R. 6.	
9	José Manoel Fontes . . . . .	3 annos e 6 mezes	2º tenente e 1º tenente . . . . .	. . . . .	Ch. 3 — R. 6 — Humaytá.	

## Pilotos



## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Pilotos	10	Antonio Francisco de Araujo Costa . . .	4 annos e 3 mezes	2º tenente de com- missão. . . . .	R. 6.	
	11	Pedro Gonçalves Per- digão . . . . .	2 annos. . . .	2º tenente de com- missão.		
	12	Bernardino José Mo- reira . . . . .	5 mezes. . . .	2º tenente de com- missão.		
	13	Antonio Coelho Guedes.	1 anno e 11 mezes			
	14	João da Silva Fernan- des . . . . .	2 annos e 5 mezes	2º tenente de com- missão.		
	15	Luiz Antonio de Andra- de Costa . . . . .	3 annos e 2 mezes	2º tenente de com- missão.		
	16	Francisco José de Abreu	9 mezes . . . .	2º tenente de com- missão.		
	17	João Baptista dos Pas- sos Vianna . . . .	1 anno e 4 mezes.	2º tenente de com- missão.		

## Pilotos

18	José Carlos da Costa Barros . . . . .	1 anno e 4 mezes.	2º tenente de com- missão.		
19	Agostinho José de Mi- randa . . . . .	1 anno e 8 mezes.	2º tenente de com- missão.		
20	Antonio Vieira de An- drade . . . . .	1 anno e 9 mezes.			
21	Antonio Gonçalves Rozas . . . . .	1 anno e 9 mezes.	2º tenente de com- missão.		
22	Felippe Vito da Costa Pereira . . . . .	6 mezes			Foi demittido do serviço.
23	Manoel Gomes . . . .	1 anno.			
24	Fidencio de Souza Franco . . . . .	1 anno.			
25	Antonio José Mendes.	1 anno.			
26	Guilherme Possidonio Borges . . . . .	3 mezes.	2º tenente de com- missão.		
27	Luiz José dos Santos .	1º anno e 8 mezes.	2º tenente.		
28	Francisco Bordéas da Costa Lima . . . . .	1 anno.			
29	Francisco Gomes da Silva . . . . .	9 mezes.			
30	José Francisco Alves Serpa. . . . .				Falleceu de moles- tias adquiridas na campanha.

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Pilotos	31	Antonio Joaquim . . .	3 annos e 6 mezes	2º tenente, 1º tenente e capitão-tenente. . . . .	Ch. 3 — C. 4 e 3 — Humayá. . .	Falleceu na abor- dagem do dia 10 de Junho de 1863, em combate.
	32	João Pereira dos Santos	1 anno e 6 mezes.	2º tenente. . . . .	R. 6. . . . .	Falleceu.
	33	José Cândido de Freitas Pará-assú. . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
	34	Simplicio Gonçalves de Oliveira. . . . .	2 annos e 2 mezes	2º tenente de com- missão e 2º te- nente. . . . .	Ch. 3. . . . .	Passou para a 2ª classe.
	35	Sebastião Pinto Ban- deira Guimarães. . .	2 annos e 6 mezes	2º tenente de com- missão. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
	36	Thomas Luiz da Rocha Fraga . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
	37	José Pereira de Barros.	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu.
	38	Antonio Januario da Silveira Martins . .	2 annos e 10 mezes . . . . .	2º tenente de com- missão.	. . . . .	

## Praticagem:

Segundos  
tenentes  
graduados

1	Fernando Etchebarn . . . . .	5 annos e 2 mezes	2º tenente effectivo, 1º tenente, capi- tão-tenente e ca- pitão de fragata honorario. . . . .	Ch. 3 — C. 3 — Pensão de 960\$000 annuaes. — Hu- maytá.
2	Bernardino Gustavino . . . . .	5 annos e 2 mezes	2º tenente honora- rio, 2º tenente de comissão e 1º te- nente honorario .	R. 6 — C. 4. — Pensão de 800\$000 annuaes. — Ria- chuelo.
3	Luiz Ferrati . . . . .	3 annos e 9 mezes	2º tenente honora- rio e 2º tenente effectivo. . . . .	C. 4 — Humaytá.
4	Joaquim de Araujo . . . . .	3 annos e 10 mezes . . . . .	2º tenente effectivo.	C. 4 — Humaytá.
5	Manoel Perfume . . . . .	2 annos e 9 mezes	2º tenente effectivo.	C. 4.
6	José Rolon . . . . .	4 annos . . . . .	2º tenente honorario.	R. 6.
7	Severino Ruy Dias . . . . .	4 annos e 4 mezes	2º tenente de com- missão.	
8	Santiago Podemonte. . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .
9	Thomaz Alamuri . . . . .	2 annos . . . . .	2º tenente de com- missão.	
10	José Picardo . . . . .	5 annos e 2 mezes	2º tenente de com- missão. . . . .	R. 6 — Riachuelo.

Falleceu no combate  
de 15 de Junho de  
1865.

## Praticos

## QUADRO DA ARMADA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TITULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Praticagem:	11	Manoel Ferreira . . .	4 annos . . .	2º tenente de com- missão.		
	12	Angelo Nini . . . . .	4 annos . . . . .	2º tenente de com- missão.		
	13	José Miranda. . . . .	2 annos e 6 mezes	2º tenente de com- missão.		
	14	Benigno Pinheiro. . .	4 annos . . . . .	2º tenente de com- missão. . . . .		Falleceu afogado.
	15	João Baptista Pozzo .	. . . . .	2º tenente de com- missão. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu no combate de 21 de Novem- bro de 1868.
Praticos	16	Luiz Repeto . . . . .	. . . . .	2º tenente de com- missão e 2º te- nente effectivo. .	R. 6 — Humaytá.	Falleceu em com- bate de 26 de Agosto de 1868.
	17	Pedro Borges . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu de ferimen- tos recebidos em combate.
	18	André Motta . . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu no combate de 11 de Junho de 1865.



Praticos	19	Santiago Oliviede . . . . .	. . . . .	2º tenente . . . . .	C. 4. — Pensão de 500\$000 annuaes. — Humaytá. . . . .	Foi demittido do serviço.
	20	José Gabriel Rodrigues. . . . .	. . . . .	2º tenente de com-missão. . . . .	. . . . .	Foi demettido do serviço.
	21	Agustim Bailam Molina . . . . .	. . . . .	2º tenente de com-missão. . . . .	. . . . .	Idem.
Capellães:	1	Francisco do Carmo Gomes Diniz . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	Ch. 3. — Conego da capella imperial — Riachuelo.	
	2	Antonio da Immaculada Conceição . . . . .	3 annos e 9 mezes . . . . .	. . . . .	Ch. 3 — R. 6 — G. 4. — Honras de Conego da capella imperial. — Riachuelo.	
	3	Benedicto Conty . . . . .	3 annos. . . . .	. . . . .	Ch. 3.	
Padres	4	Francisco Manoel das Chagas Xavier. . . . .	1 anno e 6 mezes. . . . .	. . . . .	Honras de conejo da capella imperial. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
	5	Ignacio Esmeraty. . . . .	4 annos. . . . .	. . . . .	R. 6. — Ch. 3. . . . .	Idem, idem, idem.
	6	Frei Manoel Joaquim de Palermo . . . . .	1 anno e 6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
	7	Frei Joaquim de Prato. . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.

## AUDITORIA

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TITULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Auditores de marinha	1	Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti Albuquerque de Lacerda . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Foi exonerado a seu pedido.
	2	Melciades Augusto de Azevedo Pedra . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Foi servir no exer- cício em operações
	3	Dr. Joaquim Maria dos Anjos Espozel . . .	1 anno . . . . .	. . . . .	. . . . .	Foi exonerado a seu pedido.
	4	Dr. Antonio Affonso de Aguilar Whitaker . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Foi servir no exer- cício em operações
	5	Dr. Peleodoro Delfim e Silva . . . . .	1 anno . . . . .	. . . . .	Ch. 3.	

CORPO DE SAUDE

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDESCORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Cirurgião de esquadra, capitão de fragata	1	Dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier de Azevedo . . . . .	4 annos e 2 mezes	Capitão de mar e guerra graduado e capitão de mar e guerra effectivo — Cirurgião-mór da armada . . . .	C. 3 — R. 3.	
	1	Dr. Thomaz Antunes de Abrêo . . . . .	4 mezes. . . . .	Cirurgião de esqua- dra. — Capitão de fragata. . . . .	R. 5.	
Cirurgiões de divisão, capitães tenentes	2	Dr. Bento de Carvalho e Souza . . . . .	1 anno. . . . .	Cirurgião de esqua- dra graduado. — Capitão de fra- gata graduado. . .	R. 5.	
	3	Dr. João Ribeiro de Al- meida . . . . .	1 anno e 2 mezes	Cirurgião de esqua- dra graduado. — Capitão de fra- gata graduado. . .	R. 5.	
	4	Dr. José do Nascimento Garcia de Mendonça.	1 anno e 2 mezes	Cirurgião de esqua- dra graduado. — Capitão de fra- gata graduado. . .	R. 5.	
	5	Dr. Claudio José Pe- reira da Silva . . . .	1 anno e 10 mezes		E. 4. . . . .	Serviu no exercito.
					Ch. 3 — C. 4. — R. 5	Falleceu de moles- tia adquirida na campanha.

## CORPO DE SAUDE (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMBROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Primeiros cirurgiões e Primeiros tenentes	1	Dr. Propício Pedroso Barreto de Albuquerque	6 meses.	Cirurgião de divi- zão graduado e cirurgião de di- vização effectivo. — Capitão-tenente .	R. 5.	
	2	Dr. Luiz Augusto Pinto.	5 meses.	Cirurgião de divi- zão graduado. — Capitão - tenente graduado . . . .	Ch. 3 — R. 6.	
	3	Dr. João José Damazio	3 annos.	Cirurgião de divi- zão. — Capitão- tenente. . . . .	C. 4 — R. 5.	
	4	Dr. Horacio Cesar.	2 annos e 6 meses	Cirurgião de divi- zão graduado. — Capitão - tenente graduado . . . . .	Ch. 3. . . . .	Serviu tambem no exercito.
	5	Dr. Pedro Manoel Al- vares Moreira Villa- bolm . . . . .	3 annos e 3 meses	Cirurgião de divi- zão graduado. — Capitão - tenente graduado . . . . .	Ch. 3 — R. 5.	

Primeiros cirurgiões e Primeiros tenentes	6 Dr. José Marcellino de Mesquita . . . . .	2 annos e 4 mezes	Cirurgião de divi- ção graduado. — Capitão-tenente .	R. 6 e 5.	
	7 Dr. Tristão Arthur de Campos Pio . . . . .	3 annos e 9 mezes	. . . . .	Ch. 3.	
	8 Dr. Symphronio Olyn- pio Alvares Coelho . . . .	4 annos. . . . .	. . . . .	Ch. 3. . . . .	Serviu tambem no exercito.
	9 Dr. Pamphilo Miguel Freire de Carvalho . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	Ch. 3.	
	10 Dr. Domingos Soares Pinto . . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	C. 4 — Ch. 3 — Riachuelo.	
	11 Dr. Antonio Pancrácio de Lima Vasconcellos . .	1 anno e 6 mezes	. . . . .	. . . . .	Reformou-se.
	12 Dr. João Francisco de Almeida Fernandes . . .	2 mezes.	. . . . .		
	13 Dr. Tristão Henrique da Costa. . . . .	8 mezes. . . . .	. . . . .	C. 4.	
	1 Dr. Antonio d'Alba Corrêa de Carvalho. . . .	11 mezes . . . .	1º cirurgião. — 1º tenente.		
	2 Dr. Joaquim Carlos da Rosa . . . . .	1 anno e 7 mezes.	1º cirurgião gradua- do. — 1º tenente graduado. . . . .	R. 6 — Ch. 3.	
	3 Dr. Joaquim Monteiro Caminhoa . . . . .	3 annos e 6 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .	R. 5.	
Segundos cirurgiões e Segundos tenentes					



## CORPO DE SAUDE (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TITULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Segundos cirurgiões Segundos tenentes	4	Dr. José Caetano da Costa . . . . .	4 annos e 4 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .	C. 4 — Ch. 3 — R. 5. — Riachuelo.	
	5	Dr. Manoel Baptista Valladão . . . . .	3 annos e 3 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .	C. 4 — R. 6 — Ch. 3. — Riachuelo.	
	6	Dr. Amadeu Prudencio Masson. . . . .	1 anno e 6 mezes.	1º cirurgião graduado. — 1º tenente graduado. . . . .	Ch. 3 — R. 6. R. 5 e 4.	
	7	Dr. João Adrião Chaves	4 annos. . . . .	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .	Ch. 3 — R. 5.	
	8	Dr. Luiz Carneiro da Rocha . . . . .	3 annos e 2 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .	R. 6 — Ch. 3.	
	9	Dr. Severiano Brailio Monteiro . . . . .	2 annos e 9 mezes	. . . . .	C. 4. — R. 6 e 5. — Riachuelo.	
	10	Dr. Joaquim da Costa Antunes . . . . .	3 annos e 6 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .		

Segundos  
cirurgiões  
Segundos  
tenentes

11	Dr. Manoel Joaquim Sa- raiva . . . . .	3 annos e 9 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .	C. 4. — Ch. 3. — R. 6 e 5. — Ria- chuelo — Humay- tá.	
12	Dr. Manoel Simões Dal- tro e Silva . . . . .	4 annos e 6 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente. . . . .	Ch. 3 — R. 6, e 4. — Humaytá.	
13	Dr. Joaquim de Carva- lho Bettamio . . . . .	4 annos. . . . .	. . . . .	C. 4 — R. 6. — Riachuelo. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
14	Dr. Odorico Carlos Ba- cellar Antunes . . . . .	3 annos e 10 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. — Ch. 3.	
15	Dr. João Chaves Ri- beiro . . . . .	1 mez.	. . . . .	. . . . .	
16	Dr. Francisco José Luiz Vianna. . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Reformou-se.
17	Dr. Antonio José de Mello. . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
18	Dr. Alfredo da Rocha Bastos . . . . .	2 annos e 2 mezes	. . . . .	Ch. 3 — R. 6. . . . .	Idem, idem.
19	Dr. Antonio Duarte da Silva. . . . .	1 anno e 6 mezes.	. . . . .	. . . . .	Idem, idem.
20	Dr. Luiz Alves do Barho . . . . .	1 anno e 5 mezes.	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem.
21	Dr. Manoel Joaquim da Rocha Frota . . . . .	7 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem.
22	Dr. Alcibiades Agesti- ão de Magalhães Pa- ranapuza. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu.

## CORPO DE SAUDE (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMERO	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Cirurgiões de comissão	1	Dr. Raymundo Jacinto de Sampaio . . .	4 annos. . . . .	. . . . .	R. 6.	
	2	Dr. Antonio Augusto Barbosa de Oliveira. .	1 anno. . . . .	2º cirurgião. — 2º tenente. . . . .	R. 6.	
	3	Dr. João Telles de Menezes. . . . .	1 anno e 1 mez.	. . . . .		
	4	Dr. Justiniano de Castro Rabello . . . . .	. . . . .	2º cirurgião. — 2º tenente honorário. .	Ch. 3 — C. 4 — R. 5. — Humaytá	Falleceu por moléstia adquirida na campanha.
	5	Dr. João Joaquim Pinheiro . . . . .	3 mezes . . . . .	. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
	6	Dr. Pedro Autran da Matta Albuquerque .	10 mezes. . . . .	1º cirurgião. — 1º tenente honorário.	. . . . .	Foi dispensado por não ser mais preciso.
	7	Dr. Luiz Eduardo Newman . . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.

Cirurgiões de comissão	8	Dr. Luiz Pientzenauer.	11 mezes . . .	1º cirurgião. — 1º tenente honorário.	. . . . .	Idem, idem, idem.
	9	Dr. Antenor Augusto Ribeiro Guimarães . .	1 anno . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
	10	Frederico Schultz. . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Foi rescindido seu contracto.
	11	Dr. Antonio Caetano de Campos . . . . .	1 anno e 3 mezes.	. . . . .	. . . . .	Foi dispensado por não ser mais pre- ciso.
	12	Dr. João Numa Guerin.	1 anno e 6 mezes.	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
	13	Dr. José Theotônio Martins. . . . .	11 mezes . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
	14	Dr. Rozendo Muniz Barreto . . . . .	2 annos e 6 mezes	1º cirurgião. — 1º tenente honorário.	R. 5. . . . .	Idem, idem, idem. Serviu também no exercício.
	15	Dr. José Carlos Maria- ni . . . . .	8 mezes. . . .	1º cirurgião. — 1º tenente honorário.	. . . . .	Idem, idem, idem.
	16	Dr. Manoel Ignacio Lisboa . . . . .	1 anno e 6 mezes.	. . . . .	. . . . .	Falleceu.
	17	Dr. José Felix da Cunha Menezes. . . .	1 anno. . . . .	1º cirurgião. — 1º tenente honorário.	R. 6. . . . .	Foi dispensado por não ser mais pre- ciso.
	18	Dr. Ernesto de Souza Oliveira Coutinho . .	1 anno e 4 mezes.	1º cirurgião. — 1º tenente honorário.	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.

## CORPO DE SAÚDE (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Cirurgiões de comissão	19	Dr. Frederico Eduardo Riuh . . . . .	8 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Foi dispensado por não ser mais pre- ciso.
	20	Dr. Francisco Luiz Bar- randon . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
	21	Dr. William Rocher . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.
	22	Dr. José Pereira Gui- marães. . . . .	2 annos e 6 mezes . . . . .	. . . . .	R. 6. — Riachuelo.	Idem, idem, idem.
	23	Dr. Luiz da Cunha Feijó. . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.
	24	Dr. Manoel Caetano de Matos Rodrigues . . . . .	1 anno e 2 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.
	25	Dr. Manoel Joaquim de Almeida Vieira . . . . .	11 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.
	26	Dr. Antonio Nogueira de Mendonça. . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	R. 6. — Ch. 3. . . . .	Idem, idem, idem.
	27	Dr. Gervasio Alves Pereira . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.
	28	Dr. Antonio Barbosa Monteiro da Silva. . . . .	1 anno e 6 mezes. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.



29	Dr. Bento Gonçalves da Cruz. . . . .	1 anno e 2 mezes.	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
30	Dr. Rodrigo Antonio Barbosa de Oliveira. . . . .	2 annos e 3 mezes	. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.
31	Dr. Joaquim (sem sobrenome) (1) . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
32	Dr. Antonio Celestino de Sampaio . . . . .	10 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
33	Adolpho Deraussaux. . . . .	3 annos. . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem, idem.
34	Dr. Joaquim Rodrigues de Siqueira. . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
35	Dr. Francisco de Paula Pereira Tavares . . . . .	2 annos e 5 mezes	. . . . .	. . . . .	R. 6 — Ch. 3 . . . . .	Idem, idem, idem.
36	Dr. José Ferreira de Seixas . . . . .	1 anno. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
37	Dr. Luiz da Silva Flores Filho . . . . .	3 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
38	Dr. Henrique Thompson . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
39	Dr. João Pizarro Gabizo . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
40	Dr. Porfirio Dias dos Santos . . . . .	8 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.

Cirurgiões da  
comissão

(1) Este Dr. Joaquim *sem sobrenome* não será o Dr. Joaquim Manoel de Almeida Vieira, que segundo o quadro do pessoal do corpo de saúde annexo á obra *História Médico-Chirúrgica*, servio nos navios da esquadra ?  
Ha deficiencias n'este mappa, posto seja publicação official; não se encontram n'elle os Drs. Joaquim Marcellino de Brito, 1º cirurgião; Dr. Baldomiro Athanasio do Nascimento, João José de Carvalho Filho e José de Azevedo Monteiro, então ainda alumnos, que serviram no hospital de Buenos-Ayres. Tambem ahi se não faz menção dos medicos argentinos que prestaram alli serviços aos doentes e feridos do mesmo hospital, e que eram os Drs. Montes d'Oca, Gaete, Tamini, Argerich e Penedo.

## CORPO DE SAUDE (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Cirurgiões de comissão	41	Dr. José Aldrete de Mendonça Queiroz Carreira . . . . .	10 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido. Idem.
	42	Dr. Julio Constante Fouchet . . . . .	3 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	
Pharmaceuticos:	1	José Cactano Pereira Pimentel . . . . .	5 annos. . . . .	1º pharmaceutico. — 2º tenente. . . . .	C. 4 — Riachuelo.	Falleceu.
Segundos pharmaceuticos guardas-marinha	2	Filinto Elyseo Pinheiro.	3 annos. . . . .	1º pharmaceutico. — 2º tenente. . . . .	R. 6. — Ch. 3.	
	3	Manoel José Alvares .	5 annos. . . . .	2º pharmaceutico. — 2º tenente. . . . .	R. 6.	
	4	João Gonçalves de Car- valho . . . . .	2 annos e 9 mezes	2º pharmaceutico. — 2º tenente.		
Pharmaceuticos:						
Segundos pharmaceuticos guardas-marinha em comissão	1	Ignacio Manoel de Al- meida Chastinet . .	3 annos e 2 mezes	2º pharmaceutico. — guarda marinha .		

2	Antonio da Costa Moraes	2 annos e 5 mezes	2º pharmaceutico. — 2º tenente hono- rario			Teve demissão a seu pedido.
3	Francisco Lourenço Tourinho de Pinho	3 annos e 3 mezes				Idem.
4	Jorge Moreira Garcéz.					Idem.
5	Mathias José Fernandes de Sá Junior	2 annos.				Idem.
6	Augusto Camms					Idem.
7	José Moreira da Costa Iopinambá	1 anno.	2º pharmaceutico. — 2º tenente hono- rario			Idem.
8	José de Mendonça Terra Avila	1 anno e 4 mezes				Idem.
9	Bento de Cespedes Bar- bosa	2 annos e 5 mezes				Idem.
10	Izidro Luiz Regadas	2 annos.	2º pharmaceutico. — 2º tenente hono- rario			Idem.
11	Joaquim Sergio Fer- reira	8 mezes.				Idem.
12	Silvestre Mendes Fer- reira de Magalhães	2 annos.	2º pharmaceutico. — 2º tenente hono- rario			Idem.
13	Sabino Miguel Meyer	10 mezes				Idem.
14	Carlos Vieira do Couto.	10 mezes	2º pharmaceutico. — 2º tenente hono- rario	R. 6.		Idem.

## Pharmaceuticos:

Segundos  
pharmaceuticos  
guardas-marinha  
em comissão

## CORPO DE SAUDE (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Pharmaceuticos:	15	Antonio Candido da Silva Pimentel. . .	2 annos e 11 mezes . . .			
Segundos pharmaceuticos guardas-marinha em commissão	16	José Rodrigues de Aze- vedo Soares . . .	8 mezes. . .	2º pharmaceutico. — 2º tenente hono- rario . . . . .	R. 6. . . . .	Teve demissão a seu pedido. Idem.

## CORPO DE FAZENDA

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Chefe do corpo Capitão de mar e guerra	1	Miguel Joaquim Ribei- ro de Carvalho. . .	1 anno . . . . .		Ch. 2.	

Commissarios: Primeira classe Primeiros tenentes	1 Domingos de Souza Pe- reira Botafogo . . . . .	6 mezes. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu.
	2 Ignacio da Silva Mallo. . . . .	1 anno . . . . .	. . . . .	. . . . .	Ch. 3 — Riachuelo.	Idem.
	3 Augusto Cezar Lisboa de Aguiar . . . . .	1 anno e 6 mezes . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Reformou-se.
Segunda classe Segundos Tenentes	1 Manoel Jorge Vellozo. . . . .	1 anno e 3 mezes . . . . .	Commissario de 1 <sup>a</sup> classe. — 1 <sup>o</sup> te- nente. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem.
	2 Pedro Simões da Fon- seca . . . . .	. . . . .	Commissario de 1 <sup>a</sup> classe. — 1 <sup>o</sup> te- nente. . . . .	. . . . .	Ch. 4 — Riachuelo.	Falleceu por moles- tia adquirida na campanha.
	3 Januario Travassos da Costa . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem, idem, idem.
Terceira classe Guardas-marinha	1 José da Silva Moreira. . . . .	2 annos e 7 mezes . . . . .	Official de fazneda de 3 <sup>a</sup> classe. — 2 <sup>o</sup> tenente. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .
	2 Candido José de Ma- galhães. . . . .	2 annos e 5 mezes . . . . .	Commissario de 2 <sup>a</sup> classe e official de fazenda de 2 <sup>a</sup> classe. — 1 <sup>o</sup> te- nente. . . . .	. . . . .	R. 6 (duas vezes).	. . . . .
	3 José Antonio de Souza Guimarães . . . . .	4 annos e 8 mezes . . . . .	Commissario de 2 <sup>a</sup> classe e official de fazenda de 3 <sup>a</sup> classe. — 2 <sup>o</sup> te- nente. . . . .	. . . . .	R. 6 — Riachuelo.	. . . . .



## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDICIONAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Commissarios:	4	Antonio José Muniz de Almeida . . . . .	4 annos . . . .	Commissario de 2ª classe e official de fazenda de 3ª classe. — 2º tenente.		
	5	Francisco Teixeira de Oliveira . . . . .	4 annos e 9 mezes	Official de fazenda de 4ª classe. . .	R. 6 — Riachuelo.	
	6	José Tinoco Braga de Almeida . . . . .	1 anno e 2 mezes	. . . . .	. . . . .	Reformou-se.
	7	Luiz Antonio Coelho . . . . .	. . . . .	Official de fazenda de 3ª classe. — 2º tenente. . . . .	R. 6. . . . .	Falleceu por moléstia adquirida na campanha.
Tercera classe Guardas-marinha	8	D. José de Tavora Noronha Almada Vascellos Freire de Andrade . . . . .	1 anno e 5 mezes	. . . . .	R. 6 — Riachuelo.	Reformou-se.
	9	José João dos Santos e Almeida . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Idem.
	10	Manoel Candido da Silva . . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6 — Riachuelo.	Falleceu por moléstia adquirida na campanha.

## Commissarios:

1	José Manoel de Almeida . . . . .	2 annos e 6 mezes	Commissario de 3 <sup>a</sup> classe e official de fazenda de 4 <sup>a</sup> classe. . . . .	R. 6 — Riachuelo.
2	Manoel Alves de Moura	3 annos e 7 mezes	Commissario de 3 <sup>a</sup> classe e official de fazenda de 4 <sup>a</sup> classe. . . . .	R. 6.
3	Francisco Alvaro da Silva . . . . .	2 annos e 7 mezes	Commissario de 3 <sup>a</sup> classe e official de fazenda de 4 <sup>a</sup> classe.	
4	José Alexandre Affonso Fernandes . . . . .	5 mezes . . . .	Official de fazenda addido á 4 <sup>a</sup> classe.	Foi demittido.
5	Antonio Luiz de Souza.	3 annos e 3 mezes	Escrivão de 3 <sup>a</sup> classe e official de fazenda de 4 <sup>a</sup> classe. . . . .	R. 6.
6	Antonio Capistrano de Moura . . . . .	3 annos e 6 mezes	Official de fazenda addido á 4 <sup>a</sup> classe.	
7	João Leopoldo Gondim.	3 annos e 6 mezes	Official de fazenda addido á 4 <sup>a</sup> classe.	
8	João Francisco Alvares Coelho . . . . .	2 annos e 9 mezes	Official de fazenda addido á 4 <sup>a</sup> classe.	R. 6 — Humaytá.
9	José Christovão da Fonseca . . . . .	3 annos . . . .	Official de fazenda addido á 4 <sup>a</sup> classe.	

## Extranumerarios

## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Commissarios:	10	Henrique José Pereira.	9 mezes . . . .	Official de fazenda addido á 4ª classe.		
	11	Alexandre José Fernandes Rouxinol . .	1 anno e 9 mezes.	Official de fazenda addido á 4ª classe.		
	12	Frederico Joaquim do Sacramento . . . .	. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . .	. . . . .	Falleceu.
Extranumerarios	13	Manoel José (do Nascimento) . . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Falleceu por moléstia adquirida na campanha.
	14	Marciano Marques dos Santos . . . . .	2 annos e 9 mezes . . . . .	. . . . .	R. 6 — Ch. 3 — Pensão de 432\$000 annuaes. . . . .	Reformou-se.
	15	Carlos Accioli de Vasconcellos . . . . .	. . . . .	. . . . .	R. 6. . . . .	Falleceu em combate de 27 de Março de 1866.
	16	Joaquim Antunes Pimentel . . . . .	1 anno e 10 mezes . . . . .	. . . . .	. . . . .	Foi demittido.
	17	Francisco Martins de Oliveira Godoy . . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu.

Commissarios:	18	Manoel da Silva Campos . . . . .							Idem.
	19	José Bonifácio Azambuja Neves . . . . .					Riachuelo.		Idem.
Escrivão:	1	Antonio Maria da Costa Valladares . . . . .							Falleceu por molesta adquirida na campanha.
	1	Innocencio Ferreira Braga . . . . .	4 annos.			Official de fazenda de 2ª classe. — 1º tenente. . . .	Ch. 3.		
Escrivães:	2	Vicente Navarro de Andrade . . . . .	1 anno e 11 mezes			Official de fazenda de 2ª classe. — 1º tenente.			
	3	Manoel Francisco de Moura Bastos. . . . .	1 anno e 6 mezes.			Official de fazenda de 2ª classe. — 1º tenente. . . .	R. 6.		
Segunda classe Segundos tenentes	4	Victor Maria de Guimarães Vellozo . . . .	4 annos e 11 mezes. . . .			Official de fazenda de 2ª classe. — 1º tenente. . . .	R. 6 — Riachuelo.		
	5	Justino da Rosa Fialho . . . . .				Official de fazenda de 2ª classe. — 1º tenente. . . .			Falleceu.

## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Escrivães:	6	Francisco Manoel Teixeira Rabello. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu por moléstia adquirida na campanha.
	7	Carlos Augusto Ribeiro Campos . . . . .	3 annos e 6 mezes	. . . . .	Ch. 3 — Riachuelo.	Reformou-se.
Segunda classe Segundos tenentes	8	José Corrêa da Silva . . . . .	2 annos. . . . .	. . . . .	Ch. 3 — Riachuelo.	Teve demissão a seu pedido.
	9	João Carlos de Gouvêa Faria . . . . .	. . . . .	. . . . .	Riachuelo. . . . .	Falleceu.
Escrivães:	1	Innocencio José de Medina . . . . .	2 annos e 6 mezes	Escrivão de 2ª classe e official de fazenda de 3ª classe. — 2º tenente.		
	2	Francisco Maria Bitencourt . . . . .	4 annos e 4 mezes	Escrivão de 2ª classe e official de fazenda de 3ª classe. . . . .	R. 6.	
	3	Rodrigo Navarro de Andrade . . . . .	1 anno e 2 mezes.	Official de fazenda de 4ª classe.		
Terceira classe Guardas-marinha						



## Escrivães:

Terceira classe  
Guardas-marinha

4	Joaquim Carlos de Barros . . . . .	2 annos e 9 mezes	Official de 3ª classe. — 2º tenente.	R. 6 — Riachuelo.	Reformou-se.
5	João Evangelista de Menezes . . . . .	1 anno e 9 mezes.			Falleceu no combate de 27 de Março de 1866.
6	Augusto de Andrade Alvim. . . . .				
7	Candido José Alves da Fonseca . . . . .	3 annos.	Official de fazenda de 3ª classe. — 2º tenente. . . . .		Reformou-se.
1	Pedro José da Silva . . . . .	3 annos.	Commissario de 3ª classe e official de fazenda de 4ª classe.		
2	João Antonio da Silva Picango . . . . .	2 annos e 9 mezes	Escrivão de 3ª classe e official de fazenda de 3ª classe . . . . .	R. 6 — Ch. 3 — Humaytá.	
3	Francisco Alves da Cunha . . . . .	4 annos e 4 mezes	Official de fazenda de 4ª classe.		
4	Creonides de Castro Ferreira Chaves . . . . .	5 annos.	Escrivão de 3ª classe e official de fazenda de 4ª classe . . . . .	R. 6 — Riachuelo.	

## Extranumerarios

## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Escrivães:	5	Oliverio Pereira Monteiro . . . . .	4 annos e 2 mezes	Escrivão de 3ª classe e official de fazenda de 4ª classe.		
	6	Carlos Augusto Delfim Pereira . . . . .	2 annos. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	R. 6.	
Extranumerarios	7	Bernardo Lopes de Silveira . . . . .	3 annos e 6 mezes	Official de fazenda de 4ª classe.		
	8	Manoel Antonio Pereira Botafogo . . . . .	2 annos. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe.		
	9	Balthazar Alves de Oliveira Pereira. . . . .	2 annos e 6 mezes	Official de fazenda addido á 4ª classe		
	10	José Guilherme Henrique Ferreira . . . . .	3 mezes.			
	11	Gaspar Pinto Fróes de Azevedo . . . . .	3 annos. . . . .	Escrivão de 3ª classe. — Piloto. — 2º tenente de comissão. . . . .	R. 6 — Humaytá.	

## Escrivães:

## Extranumerarios

12	Aristides Armenio de Azevedo e Albuquerque . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu no combate 2 de Setembro de 1866.
13	Caetano do Rosario Maciel . . . . .	4 annos. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe.	. . . . .	. . . . .	
14	José Ernesto Desrosseaux . . . . .	6 mezes. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe.	. . . . .	. . . . .	
15	Cândido Xavier de Marins . . . . .	. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe.	. . . . .	. . . . .	
16	Joaquim José Ferreira Guimarães . . . . .	. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	R. 6.	. . . . .	
17	Antônio Marcelino Pinto . . . . .	. . . . .	Official de fazenda de 3ª classe. — 2º tenente. . . . .	R. 6 — humaytá.	. . . . .	
18	Rodolpho Marques Perdigão . . . . .	3 annos e 3 mezes	Official de fazenda de 4ª classe.	. . . . .	. . . . .	
19	Francisco Teixeira Pinto . . . . .	2 annos e 9 mezes	Official de fazenda addido a 4ª classe.	. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
20	José Francisco da Conceição . . . . .	2 annos e 7 mezes	Official de fazenda de 3ª classe. — 2º tenente. . . . .	R. 6.	. . . . .	

## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHIA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHIA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Escrivães:	21	José Francisco de Sá Junior . . . . .	3 annos. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe.		
	22	Pedro Ferreira de Souza Guimarães . . . . .	2 annos e 6 mezes	Official de fazenda addido á 4ª classe.		
	23	Eugenio Luciano de Sampaio . . . . .	2 annos e 9 mezes	Official de fazenda de 4ª classe.		
	24	Julio Machado de Oli- veira . . . . .	1 anno e 2 mezes.	Official de fazenda addido á 4ª classe.		
	25	Adalberto de Souza Braga . . . . .	2 annos e 2 mezes	Official de fazenda addido á 4ª classe.		
Extranumerarios	26	Firmino Alves de Souza.	1 anno e 5 mezes.	Official de fazenda de 3ª classe. — 2º tenente. . . . .	R. 6.	
	27	Jorge Augusto Gonzales Prio . . . . .	2 annos. . . . .	Official de fazenda addido á 4ª classe.		
	28	Augusto Cesar Eloy Corrêa . . . . .	1 anno e 10 mezes	Official de fazenda addido á 4ª classe.		

## Escrivães:

29	José Domingues Cesarino de Oliveira . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu.
30	Manoel Vicente da Silva Guimarães. . . . .	. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	R. 6 — Riachuelo.	Falleceu por molestia adquirida na campanha.
31	Joaquim Martins da Silva . . . . .	1 anno . . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
32	Domingos de Souza Pereira Botafogo Filho. . . . .	1 anno . . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem.
33	Hypolito de Miranda Ferreira Campello. . . . .	3 annos e 8 mezes . . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	R. 6. . . . .	Idem, idem.
34	Alfredo Americo de Figueiredo Barros. . . . .	. . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	. . . . .	Falleceu por molestia adquirida na campanha.
35	Cyro Persiano de Almeida Velloso . . . . .	2 annos e 5 mezes . . . . .	Official de fazenda de 4ª classe. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
36	José Felipe Pinheiro. . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Falleceu por molestia adquirida na campanha.
37	Mariano Adolpho Philigret . . . . .	. . . . .	. . . . .	. . . . .	Teve demissão a seu pedido.
38	José Bento Thomaz Gonçalves . . . . .	. . . . .	Piloto extranumerario. . . . .	. . . . .	Falleceu por molestia adquirida na campanha.

## Extranumerarios



## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Escrivães:	39	Manoel Soares de Oliveira Albuquerque.	...	...	...	Falleceu por moléstia adquirida em campanha.
	40	Francisco Ferreira dos Santos	...	Official de fazenda addido á 4ª classe.	...	Idem, idem, idem.
	41	Leovelgido de Souza Mattos	...	Official de fazenda addido á 4ª classe.	...	Teve demissão.
	42	Manoel Antonio Pereira Monteiro	10 mezes	...	...	Foi demittido.
	43	João de Azevedo Thompson	...	Official de fazenda addido á 4ª classe.	...	Falleceu.
Officiaes de Fazenda: Primeira classe Capitão-tenente	44	Antonio Salustiano de Castro Junior	...	Official de fazenda addido á 4ª classe.	...	Teve demissão.
	45	Francisco Maria Langa.	7 mezes	...	...	Serviu como pagador da esquadra.
	1	José Joaquim da Rocha	1 anno e 5 mezes.	...	R. 5.	

Officiaes de Fazenda:	1	Manoel Gonçalves Duarte . . . . .	6 mezes.		
Terceira classe Segundos tenentes	2	Arsenio José Ferreira Junior . . . . .	11 mezes.		
Quarta classe Guardas-marinha	1	Clemente de Alcantara Toscano . . . . .	3 mezes.		
	1	João Mendes Pereira Borges . . . . .	1 anno e 6 mezes		
Officiaes de Fazenda	2	Fortunato Henrique da Cunha . . . . .	9 mezes.		
	3	Agostinho Pinto de Miranda Teixeira . . . . .	10 mezes		Teve demissão.
	4	Joaquim de Frias Vasconcellos . . . . .			Falleceu por moléstia adquirida na campanha.
Addidos a quarta classe	5	Antonio Alves de Souza Junior . . . . .			Falleceu afogado no porto de Assumpção.
	6	Augusto Ernani Delfim Pereira . . . . .	9 mezes	Piloto extranumerario.	
	7	Carlos Augusto de Mariz Sarmiento . . . . .			Teve demissão.
	8	Luiz Carlos Cordeiro . . . . .	1 anno e 9 mezes.		

## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Officiais de Fa- zenda: Addidos a quarta classe	9	Porfírio Tribozy . . .	1 anno e 3 mezes.			
	10	Ernesto Mattoso Maia Forte . . . . .	5 mezes.			
	1	João Barboza . . . .	3 annos e 6 mezes	Commissario de com- missão. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem.
Fieis	2	José Joaquim Alves .	2 annos e 9 mezes	Commissario de com- missão. . . . .		Idem.
	3	Manoel José Pacheco .	4 annos . . .	Commissario de com- missão. . . . .		Idem.
	4	Pedro Alexandrino Chaves . . . . .	3 annos e 10 mezes. . . .	Commissario de com- missão. . . . .	Riachuelo. . . . .	Idem.
	5	Carlos Eduardo da Silva. . . . .	1 anno e 3 mezes.	Official de fazenda addido á 4ª classe.		Idem.
	6	João Alves de Oliveira.	4 annos e 2 mezes	Commissario de com- missão e official de fazenda addi- do á 4ª classe .	Riachuelo.	
						Teve demissão.

Fieis	7	Eduardo Peixoto Ma- gano . . . . .	3 annos e 8 mezes	Commissario de com- missão e official de fazenda addi- do á 4ª classe .	R. 6 — Humaytá.
	8	José Gonçalves de Oli- veira e Silva . . . .	3 annos. . . .	Official de fazenda addido á 4ª classe.	
	9	Fosalvo José de Car- valho. . . . .	4 annos . . . .	Commissario de com- missão e official de fazenda addi- do á 4ª classe .	R. 6 — Humaytá.
	10	Rosalino Alvares Ri- beiro . . . . .	4 annos e 7 mezes	Escrivão de com- missão e official de fazenda addi- do á 4ª classe.	
	11	Manoel José Ramos. .	2 annos. . . .	Official de fazenda addido á 4ª classe.	
	12	Joaquim Henrique Tei- xeira . . . . .	2 annos e 5 mezes	Escrivão de com- missão e official de fazenda addi- do á 4ª classe.	
	13	Felippe Marques de Figueiredo . . . . .	. . . . .	Commissario de com- missão. . . . .	Idem.
	1	Zeferino Carlos Fer- reira . . . . .	5 annos e 2 mezes	Escrivão de com- missão e official de fazenda de 3ª classe. — 2º te- nente. . . . .	Ch. 3 — R. 6 Riachuelo.
	Escreventes				

## CORPO DE FAZENDA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NUMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Escriventes	2	João Gonçalves de Oliveira Pinto . . . . .	5 annos e 2 mezes	Escrivão de comissão e official de fazenda de 4ª classe. . . . .	R. 6.	
	3	João Maria Bernés de Parrabére . . . . .	4 annos e 10 mezes. . . . .	Escrivão de comissão e official de fazenda de 4ª classe. . . . .	R. 6 — Riachuelo.	
	4	Izaías Candido de Brito . . . . .	5 annos e 2 mezes	Escrivão de comissão e official de fazenda de 4ª classe. . . . .	Riachuelo.	
	5	Pedro José Nunes . . . . .	4 annos e 7 mezes	Escrivão de comissão e official de fazenda addido á 4ª classe.		
	6	Manoel Cezar de Sá . . . . .	4 annos e 6 mezes	Escrivão de comissão e official de fazenda addido á 4ª classe . . . . .	R. 6 — Riachuelo.	
	7	João Muniz Pereira Junior . . . . .	1 anno e 8 mezes.	Escrivão de comissão. . . . .		Teve demissão.



Escreventes	8	João Antunes da Cunha	4 annos . . .	Escrivão de com- missão e official de fazenda de 4ª classe. . . . .	Idem.
	9	João Ferreira Lima	3 annos. . . .	Escrivão de com- missão. . . . .	Idem.
	10	Francisco Gomes Car- dia . . . . .	. . . . .	Escrivão de com- missão. . . . .	Idem.
	11	Augusto Soares da Silva Torres . . . . .	3 annos e 8 mezes	Escrivão de com- missão e official de fazenda addi- do á 4ª classe.	

## CORPO DE MACHINISTAS

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Machinistas de diversas classes	1	Augusto Heldrwerth.				
	2	Roberto Harfield . . .	2 annos . . . .	2º tenente graduado.	R. 6 — Riachuelo.	Falleceu.
	3	James Renfrew. . . . .	2 annos . . . .	2º tenente graduado.	R. 6 — Riachuelo.	
	4	Guilherme Brinckman.	2 annos . . . .	2º tenente graduado.	R. 6.	
	5	Henrique Carpenter. . .	15 annos . . . .	2º tenente graduado.	R. 6 — Riachuelo.	

## CORPO DE MACHINISTAS (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHIA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHIA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Machinistas de diversas classes	6	José da Silva Neves	4 annos . . . .	2º tenente graduado.	R. 6 — Riachuelo.	
	7	Joaquim Jannario da Silva	3 annos e 9 mezes	2º tenente graduado.	R. 6 — Ch. 3 (duas vezes) — Humaytá.	
	8	Walter Gilber	2 annos e 11 mezes. . . .	2º tenente graduado	R. 6 — Ch. 3.	
	9	Archibald Gairy	3 annos e 5 mezes	2º tenente graduado.	R. 6.	
	10	Eduardo Walker	3 annos e 6 mezes	2º tenente graduado.	R. 6 — Riachuelo.	

## CLASSES DIFFERENTES

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHIA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHIA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Constructor segundo tenente honorario	..	Antonio Luiz Bastos dos Reis . . . . .	3 annos e 9 mezes	1º tenente honorario. . . . .	R. C.	

Engenheiros de machinas: Primeiro tenente honorario	.. José Maria da Concel- ção Junior . . . . .	2 annos e 3 mezes	Capitão honorario .	R. C.	
Paisano. . . . .	.. Eugenio Lopes de Go- mensoro . . . . .	1 anno e 9 mzees.	2º tenente graduado.		
Engenheiro norte americano	.. Mr. G. H. Tombs . . . . .	9 mezes . . . . .	Torpedista. . . . .		Foi dispensado do serviço.
Capitães voluntarios norte-americanos	.. F. C. Patrick . . . . .	. . . . .	Como encarregado de uma chata ar- mada de 1 canhão.		Dispensado do ser- viço, indo para o exercito.
	.. R. J. Rice . . . . .	. . . . .	Idem, idem. . . . .		Idem, idem.

# REPARTIÇÃO FISCAL E PAGADORIA DA MARINHA NO RIO DA PRATA

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Empregados de diversos ministerios	..	Miguel Archanio Gal- vão. . . . .	9 mezes . . . . .	Chefe da repartição.	R. 5.	

## REPARTIÇÃO FISCAL E PAGADORIA DA MARINHA NO RIO DA PRATA (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Empregados de diversos ministerios	..	Emilio Xavier Sobreira de Mello . . . . .	2 annos e 7 mezes	Chefe da repartição.	R. 5.	
	..	Henrique Eduardo Nas- centes Pinto . . . . .	2 mezes . . . . .	Ajudante da repa- rtação. . . . .	R. 6.	
	..	Aparicio Leocadio Soa- res . . . . .	1 anno e 10 mezes	Idem. . . . .	R. 5.	
	..	Eduardo Carlos Cabral Deschamps . . . . .	7 mezes . . . . .	Idem.		
	..	Carlos Corrêa da Silva Lage . . . . .	9 mezes . . . . .	Idem.		
	..	João José de Moraes Tavares . . . . .	2 annos e 2 mezes	Idem. . . . .	R. 6.	
	..	Ernesto Augusto Fer- reira . . . . .	1 anno e 2 mezes.	Escriptuario . . . .	R. 6.	
	..	Carlos Americo dos Reis . . . . .	3 annos e 5 mezes	Idem. . . . .	R. 6.	
	..	Antonio de Souza Mello e Alvim . . . . .	1 anno e 6 mezes.	Idem.		
	..					

Empregados de diversos ministerios	Simão Joaquim Velloso	3 annos	Encarregado dos de- positos	R. 6.	Fez parte da com- missão do corpo de fazenda da es- quadra.
Commissario de segunda classe	Luiz José de Souza Sheverim.	3 annos	Escrivão dos de- positos	R. 6.	
Segundo tenente	Francisco de Paula Senna Pereira da Costa	3 annos e 4 mezes	Almoxarife pagador.	Ch. 3.	
Officiaes de fa- zenda de se- gunda classe:	Olympio Ignacio Car- dim	1 anno e 6 mezes.	Escrivão do almo- xarife.	R. 6.	Fez parte da com- missão do corpo de fazenda da es- quadra.
Primeiros tenentes	Guilherme José de Souza Dias	2 annos e 9 mezes			

## DIFFERENTES COMMISSÕES

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM A CAMPANHA	NOMES	TEMPO DE CAMPANHA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TITULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Empregados do ministerio da marinha	Pedro Augusto de Cas- tro Menezes	4 mezes	Na commissão do corpo de fazenda na esquadra	R. 6.	



# DIFFERENTES COMMISSÕES (Continuação)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHIA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHIA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Empregados do ministerio da marinha	..	Camillo Primo das Chagas. . . . .	1 anno . . . . .	Idem, idem. . . .	R. 6.	
	..	Arsenio José Ferreira .	1 mez . . . . .	Em commissão do ministerio da marinha.		
Voluntarios	..	Francisco de Boria Marques Lisboa . .	2 annos e 9 mezes	2º tenente honorario.		
	..	Joaquim Marques Lisboa . . . . .	3 annos . . . . .	2º tenente honorario.		

# DEIXARAM DE SER CLASSIFICADOS (1)

POSTOS QUE TINHAM QUANDO FORAM PARA A CAMPANHIA	NÚMEROS	NOMES	TEMPO DE CAMPANHIA	PROMOÇÕES QUE TIVERAM	TÍTULOS, CONDECORAÇÕES E PENSÕES QUE TIVERAM	OBSERVAÇÕES
Capitão de fragata	..	Antonio Claudio Soito.	9 mezes . . . . .	Capitão de mar e guerra.		

Primeiro tenente | ... Pedro David Durocher. 9 mezes.

Guarda-Marinha

.. José Pedro Alves de  
Barros . . . . . 2 annos.

2º tenente e 1º te-  
nente. . . . . Ch. 3.

O nome do aspirante José Pedro Alves de Barros é Joaquim Pedro Alves de Barros, 9 mezes, 2º tenente, R. C.

### RECAPITULAÇÃO

Corpo da armada, inclusive os aspirantes . . . . .	271
Pilotos, inclusive os segundos tenentes de comissão . . . . .	41
Praticagem . . . . .	21
Culto . . . . .	7
Auditoria . . . . .	5
Corpo de Saude . . . . .	103
Corpo de fazenda, inclusive os fiéis que foram promovidos a officiaes. . . . .	115
Escreventes que foram promovidos a officiaes de fazenda . . . . .	11
Machinistas que foram graduados segundos tenentes . . . . .	10
Classes differentes . . . . .	6
Repartição fiscal e pagadroia de marinha . . . . .	15
Differentes comissões . . . . .	5
Total . . . . .	610

(1) Ha outras deficiencias e notaveis neste trabalho, aliás official. Não foram incluídos da esquadilha de Matto-Grosso, capitão de mar e guerra Casiro Menezes, o bravo commandante do *Anhambaby* na defesa do forte de Coímbra e que tanto se distinguio tambem no combate do Alegre, 1º tenente Balduino de Aguiar, o piloto José Israel Guimarães, morto em combate, o commissario Fiuza do mesmo *Anhambaby* e o official de fazenda Coelho, que preso por occasião da captura do Marquez de Olinda, ficou prisioneiro até Dezembro de 1868, quando conseguiu evadir-se.



# JOÃO CAETANO

(Historia do Teatro Brasileiro)

POR

Lafayette Silva







*João Caetano dos Santos* é o titulo da longa e interessantissima memoria, que se inclúe neste volume da *Revista*. Devemo-la ao sr. Lafayette Silva, antigo funcionario e hoje chefe da Secretaria do Instituto, que neste valioso trabalho historico não só estudou a vida do Talma brasileiro com verdadeiro amor, como traçou um quadro completo do que foi a vida do nosso teatro no longo periodo em que fulgurou o genio de João Caetano, aclamado nas platéas do Brasil e Portugal.

Glória nacional, João Caetano merecia este preito e o sr. Lafayette Silva o prestou com rara solidude, exhaustivamente, de modo a só merecer aplauso.

DR. B. F. RAMIZ GALVÃO

Diretor da Revista





À MEMORIA DE

MINHA FILHA DAGMAR



## I

Nascimento de João Caetano — Pai e mãe  
do artista — A estréia, em Itaboraí — Uma  
palestra com Martins Penna — O retrato feito  
por Joaquim Manuel de Macedo — Casamento  
— A enteada de João Caetano







*João Caetano dos Santos*

João Caetano, retrato de Valle.



---

## JOÃO CAETANO

João Caetano dos Santos nasceu nesta cidade do Rio de Janeiro a 27 de Janeiro de 1808. Joaquim Manuel de Macedo, no seu *Ano biográfico*, regista o acontecimento como verificado a 24 de Abril, confundindo a data do aniversário natalício com a da estréia, na então vila de São João de Itaboraí, no papel de Carlos, do drama *O Carpinteiro da Livônia*.

Alguns biógrafos do grande artista, que tanto relêvo deu à cena brasileira, dizem que êle era filho legítimo do capitão de ordenanças João Caetano dos Santos e de Joaquina Maria Rosa; outros informam que, depois do nascimento do maior dos nossos intérpretes, legalizaram os pais a antiga união que mantinham. Uns e outros encontram-se, todavia, em êrro evidente. No livro 1º do registo de batizados da antiga Sé do Rio de Janeiro consta que a 9 de Fevereiro de 1808 o vigário coadjutor Manuel Simões da Fonseca batizou e pôs os santos óleos no inocente João, filho de pais incógnitos. O padrinho foi Luiz Caetano dos Santos e protetora Nossa Senhora.

Filho de pais incógnitos por que ? Pela justificação de ser casado com outra mulher o pai do futuro ator.

A legítima espôsa do capitão João Caetano dos Santos sobreviveu ao marido. No livro 3º da segunda série de assentamentos de Marinha lê-se o seguinte com relação ao capitão de 3ª classe João Caetano dos Santos:

“Por officio do inspetor do Arsenal de Marinha de 1 de Março de 1851, constou haver falecido nesta data”.

Cinco dias depois, a viuva fazia publicar no *Jornal do Comércio* a seguinte participação:

"D. Porfíria Henriqueta de Siqueira Santos agradece cordialmente às pessoas que no dia 1 do corrente se dignaram assistir ao entêro de seu prezado marido o capitão João Caetano dos Santos, e aos amigos e camaradas do mesmo finado marido roga o obséquio de assistirem à missa do sétimo dia, hoje quinta-feira 6 de Março, às 9 horas da manhã, na igreja de São Francisco de Paula".

Nos documentos biográficos existentes na Biblioteca Nacional (caixa 761, n. 17), encontra-se um requerimento, datado de 29 de Agosto de 1851, no qual d. Porfíria, alegando a sua condição de viuva do capitão João Caetano dos Santos e os serviços que êste prestara, pedia ao Imperador mandasse admitir no Colégio de Pedro II o filho do casal, de nome Antônio Augusto.

A mãe do ator João Caetano era fluminense, filha de Antonio Aniceto e Jesuina Felisberta, irmã de Lauriana Laura de Sant'Ana, que foi genitora do notavel bacteriologista dr. Domingos José Freire.

Joaquina Maria Rosa sobreviveu sete anos ao filho. Falleceu a 9 de Maio de 1870, na casa n. 119 da rua São Luiz Durão, residência de outro seu filho, o então capitão-tenente Salustiano Caetano dos Santos. Foi sepultada no cemitério de São Francisco de Paula, no carneiro n. 6.083. O atestado de óbito consigna que ela contava 96 anos e foi vitimada por amolecimento cerebral.

A educação de João Caetano foi descuidada, segundo o depoimento de seus coévos.

Já rapaz, divertia-se êle substituindo o sineiro da igreja de São Francisco de Paula. Tinha por companheiro o bacharel Gonçalves, que foi mais tarde professor da Colégio Pedro II e sempre se conservou seu amigo.

Era impetuoso e agressivo.

Como cadete despachou-o o pai para o sul, incluído no batalhão do imperador. Conviveu ali com o poeta repentista baiano Francisco Muniz Barreto. A vida militar, porém, não lhe sorriu e, concluído o seu tempo, embora contrariando os desejos do pai, conseguiu êle baixa. Consagrou-se, então, ao teatro representando como amador em sociedades particulares, em cujas récitas várias vezes como era frequente, se incumbiu de papeis femininos.

Como ator profissional é corrente que estreou a 24 de Abril de 1827, em São João de Itaborahy, no drama *O carpin-*



*teiro de Livônia*, que em alguns teatros foi depois representado com o nome de *Pedro o grande*. A estréia de João Caetano num teatrinho do interior não mereceu a menor referência dos jornais do tempo.

A localização da modesta casa de espetáculos consta do romance de Joaquim Manuel de Macedo, *O rio do quarto*. (1)

---

(1) O Teatro do Rocio teve primeiramente o nome Real Teatro de São João e foi construído em virtude do seguinte decreto baixado a 28 de Maio de 1810.

"Fazendo-se absolutamente necessario nesta capital que se erija um Teatro decente e proporcionado a população e ao maior gráo de elevação e grandesa em que hoje se acha pela Minha Residencia nella e pela concorrência de estrangeiros e de outras pessoas que vêm das extensas Provincias de todos os Mais Estados, Fui servido encarregar ao dr. Paulo Fernandes Vianna, do meu Conselho e Intendente Geral da Policia, do cuidado e diligencia de promover todos os meios para elle se erigir e conservar sem dispendio das Rendas Publicas e sem ser por meio de alguma nova contribuição que grave mais ou Meus Fiéis Vassallos, a quem antes desejo aliviar de toda ella: E havendo-Me proposto o mesmo Intendente que grande parte de Meus Vassallos residentes nesta côrte lhe havia já feita conhecer que por ser esta obra de Meu Real Agrado e de notoria necessidade se prestarão de boa vontade a dar-lhe mais uma prova do seu amor e distinta fidelidade, concorrendo por meio de ações a fazer o fundo conveniente, principalmente si Eu houvesse por bem de tomar o dito Teatro debaixo de Minha proteção e de permitir que com relação ao meu Real Nome se denominasse o Teatro Real de S. João. Querendo corresponder ao amor que assim mostram a Minha Real Pessoa e com que tanto se distinguem nesta acção, Sou servido honrar o dito Teatro com a Minha Real Proteção e com a pretendida invocação, aceitando alem disso a offerta que por mão do mesmo Intendente fez Fernando José de Almeida de um terreno a este fim proporcionado que possui defronte da Igreja da Lampadosa, permitindo que nelle se erija o dito Theatro segundo o Plano que Me foi presente, e que baixará com este, assignado pelo mesmo, Proprietario do dito terreno, que além disso se offerece a concorrer com seus fundos, industria e administração e trabalho não só para a creação como para o reger e fazer trabalhar; E sou outrosim servido para mostrar mais quanto esta offerta Me é agradável conceder que tudo quanto for necessario para o seu fabrico, ornato e vestuario até o dia em que se abrir e principiar a trabalhar se lhe dê livre de todos os Direitos nas Alfandegas onde os dever pagar, que se possa servir da pedra de Cantaria que existir no resalto, ou muralha do edificio publico que fica contiguo a ele e que de muitos annos se não tem concluido; e que depois que entrar a trabalhar para seu maior acceio e mais perfeita conservação se lhe permittirão seis loterias, segundo o Plano que Eu Houver de approvar a beneficio do mesmo theatro; E porque tambem é justo e de razão que os Accionistas que concorrerem para o fundo necessario para a sua creação fiquem seguros assim dos juro dos seus capitaes, por isso mesmo que os offerarão sem estipulação de tempo, determino que o mesmo Intendente Geral

Entre os amigos que o viram representar na vila fluminense contava-se o comediógrafo brasileiro Luiz Carlos Martins Penna, cujas peças foram levadas à cena pela companhia de João Caetano, no velho São Pedro de Alcantara. Nas suas *Lições dramáticas*, pág. 73, refere o notável artista a palestra que teve em Itaboraí anos mais tarde, quando ali voltou, com o autor de *O noviço* e de *O irmão das almas*, "Molière brasileiro", no conceito de João Caetano.

---

*da Policia, a cuja particular e privativa inspecção fica a dita obra e o mesmo Theatro, faça arrecadar por mão de um Thesoureiro, que nomeará, todas as acções e dispendê-as por férias por elle assignadas, reservando dos rendimentos aquella porção que se deve recolher ao Cofre para o pagamento dos juros e amortização dos principaes, para depois de extinctos estes pagamentos que devem ser certos e de inteiro credito e confiança passar o Edificio e todos os seus pertences ao dominio e propriedade do proprietario do terreno, ficando entretanto o dito Edificio e quanto nelle houver com hypothea legal especial e privilegiada ao distrate dos referidos fundos.*

"O Conde de Aguiar, do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Brazil, o tenha assim entendido e faça executar com as ordens necessarias ao Intendente Geral da Policia e mais Estações onde convier. Palacio do Rio de Janeiro em 28 de Maio de 1810. — Com a rubrica do Principe Regente."

Realizou-se a inauguração do Teatro a 12 de Outubro de 1813, aniversário do Rei, com o *Juramento dos Numes e combate do Vimeiro*.

A 25 de Março de 1824 d. Pedro I prestou juramento á Constituição brasileira. À noite houve espetáculo de gala no Teatro, representando-se a oratória *Vida de Santo Hermenegildo*.

No momento de subir à gloria o santo irrompeu violento incêndio que totalmente destruiu o Teatro.

Começaram prontamente as obras de reconstrução e durante elas d. Pedro baixou o seguinte decreto, que tem a data de 15 de Setembro de 1824:

"Attendendo ao que me representou o coronel Fernando José de Almeida, pedindo-me a permissão de dar ao Teatro de que he proprietario e que actualmente está reedificando o titulo de Imperial Theatro de d. Pedro de Alcantara —:Hei por bem conceder-lhe a referida permissão porque tenha o mesmo Theatro d'ora em diante o referido titulo. Paço, em 15 de Setembro de 1824, 3º da Independencia e do Imperio. Com a rubrica de S. M. I. — João Severiano Maciel da Costa."

Mais dois incêndios destruíram o teatro: a 9 de Agôsto de 1851 e a 26 de Janeiro de 1856.

Na administração do prefeito Antonio Prado Junior foi demolido o teatro e levantado outro no mesmo local, conservando o nome de João Caetano com que estava funcionando desde a gestão anterior do sr. Alair Prata (*Decreto de 24 de Agôsto de 1923*).

Realizou-se a inauguração do novo teatro a 28 de Junho de 1930 por uma companhia franceza que representou a opereta *Rose Marie*.

Diz ele:

“Na vila dei eu algumas representações no seu bonito teatro. Na primeira noite de espetáculos representei *Othelo*, e o meu amigo Penna, apreciador desta tragédia, não faltou, visto achar-se no lugar, fruindo os divertimentos. No fim do 4º ato foi visitar-me e nesta ocasião se me apresentou o contra-regra perguntando:

— “Quer no princípio do 5º ato trovões e raios?”

— Não, disse-lhe eu, bastam trovões ao longe.

Esta minha determinação excitou o riso do meu amigo e disse-me:

— Grande é o poder de um ator.

— Por que?

— Porque sentado no camarim governa os elementos.

— Pois todo êsse poder não o livrará um dia de uma grande desgraça.

— Qual póde ela ser?

— Ao sair à cena apanhar uma tempestade de pateada, que só no camarim se abrigue dela.

— Quem governa os elementos é respeitado pelos homens.

— Engana-se: Deus não o foi por êles, quanto mais eu, que mando buscar os raios à casa do fogueteiro.

Riu-se muito o meu amigo, prometendo introduzir a nossa conversação na primeira comédia que escrevesse.”

João Caetano não era, apenas, atraente como artista; era-o também fisicamente considerado.

Vamos encontrar a descrição da sua figura feita por Macedo desta forma: “Era um jovem verdadeiramente elegante, cuja voz tinha o poder da música a exprimir sentimentos e a natureza lhe dera rosto realmente belo, olhos onde radiavam todas as paixões imaginárias, formosa boca, dentes alvejan-tes, egua-ais, lindo corpo perfeitamente talhado e esbelto, voz que era suave e insinuante em sereno sentimento, murmúrio de sonolento arroio em doçuras, trovão horrível em tempestades de ânimo, mímica expressiva, músculos faciais trementes, convulsos, à mercê da vontade; ele tinha tudo: só lhe faltava ensino e arte”.

## CASAMENTO

João Caetano dos Santos conheceu Estela Sezefreda quando ambos trabalhavam no antigo Constitucional Flu-

minense, nome com que funcionou o Teatro São Pedro de Alcantara, de 30 de Maio de 1831 a 9 de Junho de 1838.

Ele era ator, ela pertencia ao corpo de baile. É de presumir que tivessem para sempre ligado os seus destinos — e só a morte desuniu os laços apertados por uma convivência de mais de trinta anos — depois de nascida a última filha de Estela, a infortunada Luiza Antonia, em fins de Fevereiro de 1832.

Juntos deixaram os dois artistas a companhia do teatro do Rocio, quando, não podendo continuar a sofrer as humilhantes preterições dos dirigentes portugueses, João Caetano delibrou procurar outros lugares para representar.

Conheceram, então, as vicissitudes, o trabalho árduo para o alcance do pão quotidiano, porque, homem voluntarioso e de costumes severos, o pai do nosso primeiro ator lhe recusava qualquer apoio enquanto ele persistisse na carreira teatral, voltando as costas à das armas, que iniciara de maneira promissora, para dentro em pouco abandonar.

Tendo sido fechadas para João Caetano e Estela Sezefreda as portas de todos os teatros da cidade, elles empreenderam, sem desânimo, longas e exaustivas excursões a pé, a Mangaratiba e Angra dos Reis, para terem a vida penosa dos cômicos ambulantes, onde não se fizessem exercer, todavia, a má vontade e a perseguição dos que, embora sendo estranhos, aquí dirigiam os nossos teatros.

Em 1833, na antiga Vila Real da Praia Grande, graças ao decisivo apóio de seus prestigiosos amigos, João Caetano fundou a sua primeira companhia dramática, e esse conjunto, do qual era principal dama Estela Sezefreda, se manteve trabalhando ali e nos teatros do Rio de Janeiro — o São Francisco, o São Januário e, por último, o São Pedro, — até se encerrar o ciclo da sua existência.

Afinal, quando já tinham nascido todos os filhos da união dos dois artistas, quando a primogênita já contava nove anos, quebrou-se a rígida intransigência do velho Caetano dos Santos e elle abriu, de nôvo, os braços ao filho. Soube, satisfeitissimo da inexcédível dedicação de Estela Sezefreda, no palco e no lar, e deu assentimento ao filho para que se realizassem as desejadas núpcias. Efetuaram-se estas em São Cristovão, segundo o registo feito na matriz de São João Batista de Niterói, a 5 de Agosto de 1845, tendo servido de testemunhas Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, mais tarde visconde de Sepetiba, que era presidente da província,





Thereza, filha de João Caetano.





e o dr. Fernando Sebastião Dias da Motta, então deputado pela província de Minas Gerais.

Dois anos antes, na mesma matriz da capital fronteira, João Caetano dos Santos, pai, batizára a *caçula* dos artistas, a Rachel, nascida a 26 de Agosto do ano anterior. Servira de madrinha a mãe do grande artista, Joaquina Maria Rosa. No mesmo dia em que a Rachel entrou para a comunhão dos cristãos, batizou-se outra filha de João Caetano e Estella, que recebeu o nome de Thereza, o de sua madrinha e tia pelo lado paterno. O padrinho foi Sebastião Dias da Motta, advogado notável, íntimo amigo de João Caetano, que, no posto de coronel-secretário do Estado Maior do Exército morreu em Assunção, poucos dias depois de haver caído a capital paraguaia em poder das fôrças brasileiras, sob o comando de Caxias.

Foram quatro as filhas do casal:

I—Joaquina Maria Rosa, que casou com José Joaquim Vieirã Souto, redator do *Jornal do Comércio*, e do qual teve dois filhos, Manoel, que nasceu morto, e Antonio, que se finou de varíola, aos cinco anos de idade.

Joaquina Maria Rosa nascera nesta capital a 9 de Janeiro de 1834 e batizara-se a 6 de Dezembro do mesmo ano. Foram seus padrinhos Geraldo Caetano dos Santos, o mais velho dos irmãos de João Caetano, e Nossa Senhora do Terço.

Faleceu em estado de viúva a 10 de Dezembro de 1895, como professora aposentada do Estado do Rio de Janeiro, na residência do seu enteado dr. Luiz Honorio Vieira Souto, à rua do Rezende. Deu-lhe a extrema unção d. Luiz Raymundo da Silva Brito, bispo de Olinda.

II—Julia Sezefreda, nascida na cidade do Rio de Janeiro, a 4 de Junho de 1836 e batizada na matriz do Sacramento a 14 de Janeiro do ano seguinte.

Morreu solteira, a 21 de Maio de 1902, na casa n. 30 da rua Carolina Reydner. A 12 de Maio de 1907 foram transferidos os seus ossos para o cimitero perpétuo de seu pai.

III—Thereza, nascida em Niterói a 17 de Janeiro de 1840, batizada ali a 31 de Julho de 1843, tendo por padrinhos o dr. Fernando Sebastião Dias da Motta e sua tia Thereza Angelica dos Santos.

Exerceu o magistério particular, primeiramente, e em seguida o público, na antiga província do Rio. Foi casada com o professor Vicente Costa, sem deixar descendência.

Faleceu a 8 de Novembro de 1904.

IV — Rachel dos Santos Lessa Paranhos, nascida em Niterói a 20 de Agosto de 1842. Batizada na matriz de São João Batista daquela cidade a 31 de Julho do ano seguinte, tendo por padrinhos os avós paternos. Faleceu na terra do seu berço a 3 de Maio de 1872.

Foi também professora do Colégio Amante da Instrução, quando já separada do marido, Joaquim da Silva Lessa Paranhos, tradutor de várias peças representadas por João Caetano e funcionário do Tesouro.

Daquella estabelecimento de ensino desligou-se para entrar como atriz, na companhia do Ginásio Dramático sob a direção de Furtado Coelho. A primeira figura era Ismenia dos Santos (2) três anos

---

(2) Estella Sezefreda nasceu a 4 de Janeiro de 1810. Escriutrou-se no Teatro São Pedro de Alcântara no corpo de baile. Saiu desse teatro, com João Caetano, em 1832, indo com elle para o do Valongo, onde estrearam no drama *Camila no subterrâneo*. Acompanhando sempre aquelle artista, de quem foi espósa mais tarde, Estella esteve em Niterói, e em várias casas de espetáculos da antiga Corte. Eis como a descreve, no *Ano Biográfico*, a pena do dr. Joaquim Manuel de Macedo:

“Estella não era um genio que adivinhasse a arte, e bem que graciosa, de corpo gentil, não tinha o condão precioso da expressão brilhante dos olhos, nos lances das paixões e no fervor dos sentimentos: devia contrariar-l-a muito esta condição fisica desfavoravel. Tambem se ressentia da falta de escola, porque não poderia achar onde, nem com quem aprender; em compensação, porém, ella possuía intelligencia notavel que aos poucos foi desenvolvendo com estudo desvelado da arte dramatica e com a leitura de poetas e dramaturgos portuguezes, e dos melhores escriptores francezes, nos quaes podia beber lições e conselhos para a prática da scena theatral.”

Seu próprio marido, nas *Lições Dramáticas*, assim sobre ella se refere:

“Esta artista intelligente e estudiosa, como o podem attestar ainda as innumeradas pessoas que a viram sobre o palco e acompanharam o seu tirocinio de 25 annos; esta artista muito conhecedora das conveniencias da scena, quando se deixava arrastar immediata e inteiramente pelo sentimento do seu papel, como na *Magdalena*, n’*A graça de Deus*, na *Magdalena*, em *Frei Luiz de Sousa*, e outros que



Joaquina Mania Rosa, filha primogenita de João Caetano





antes chegada de sua terra natal, a Baía. Estreou a Rachel a 17 de Agosto de 1868, no papel de Feliciano, do drama em oito quadros, *O caminho do mal*, traduzido por Machado de Assis.

Não conseguiu o agrado que era de esperar, dadas as suas habilitações e o pendor que sempre

dobravam sua alma, sem que ella pudesse resistir, perdia, assim como eu, os melhores effeitos do lance em taes circumstancias; porem na Margarida de Borgonha, na *Clotilde* e na Gertrudes no *Hamleto*, e em tantas outras em que sua cabeça governava o coração, era completa no jogo physionomico, no gesto e a sua expressão dizia mais do que a palavra."

Um dos seus grandes papéis foi o de uma velha n' *A família Morel*, peça extraída d' *Os mistérios de Paris*, de Eugenio Sue. A elle assim se refere Macedo:

"Não era papel da protagonista do drama, era apenas parte secundaria de uma unica scena ou quadro. Mas Estella Sezefreda faz da velha idiota a maravilha artistica que impediu a merecida queda do drama. Seu rosto esprimiu estupendamente o idiotismo; a dor e os sentimentos fallavam com inexcedivel eloquencia nas contrações dos musculos da face, a palavra, grito da fome, e as vozes inarticuladas que lhe rompiam da garganta penetravam em todos os corações. O theatro retumbava de applausos."

Já estava afastada do teatro, há longos anos, quando João Caetano faleceu, em 1863. Tendo enviuvado em precárias condições, veio-lhe a necessidade de voltar ao palco, onde, porém, pouco tempo ficou. No Lírico Fluminense, em Abril do ano seguinte, organizou uma associação dramática, que inaugurou os seus trabalhos a 17 daquele mês, com o drama *Chigi*. Ela, todavia, só se apresentou, no seu papel de Magdalena, n' *A graça de Deus*. No *Ricardo III*, de Victor Séjour, fez a Rainha a 26 de Junho representou pela última vez na *Cruz do fogo*, em récita em homenagem a Emilia das Neves, que se achava no Brasil.

Encontrava-se enferma, ainda em vida de João Caetano e já lhe fugia, com a velhice, a beleza, que fôra notável. O marido acentuara isto, dizendo que bem se poderiam aplicar às artistas, mesmo de seu merecimento, os conceitos de Marianna, n' *O poeta e a inquisição*:

"Nós somos como a flor que emquanto fresca  
seu cheiro exhala; a guardar cuidadosos;  
mas logo que exhalou o aroma todo,  
logo que murcha para o canto a atiram.  
Assim pratica o povo, ingrato sempre..."

Estella Sezefreda, na sua juventude, foi travessa e alegre. No Carnaval de 1825, — tinha apenas, 15 anos — atirou um limão de cheiro em alguém que fazia parte do cortejo de D. Pedro I. A irreflexão do gesto custou-lhe uma entrada na cadeia do Aljube, em cujos registos ficou inscrita.

De uma erisipela morreu a brilhante artista, em Niterói a 13 de Março de 1874.

evidenciou para o teatro. Quando era professora do Colégio Amante da Instrução recitava trechos dos papéis que seus pais representaram, era graciosa e interessante. Depois de *O caminho do mal*, fez, na *Estátua de carne*, o papel de Suzana e o de d. Monica, na *A baronesa de Cayapó*, parodia á opereta de Offenbach. *A grã duqueza de Gerolstein*. O seu maior éxito, porém, não foi obtido no Ginásio e sim no Casino, na companhia dirigida pelo ator Martins, encarnando a figura de ninfa Eucharis, no *O jovem Telemaco*, de Euzebio Blasco, traduzido, com muita graça, por Eduardo Garrido.

O pai ameaçava sempre de maldição qualquer dos filhos que adotasse a mesma carreira que elle havia escolhido. Morto João Caetano, Estella Sezefreda, vendo as disposições da filha, pedia-lhe em pranto que obedecesse a vontade paterna.

Mariposa ansiosa por queimar as azas na chama, a Rachel resistiu a tudo e aceitou o contrato que lhe foi oferecido. No dia em que ella estreou, appareceu nos *A pedidos do Correio Mercantil* esta publicação assinada por *Um amigo*:

“Com dinheiro do teatro foi comprada, pelos srs. Keler e Moura, a sepultura do finado ator João Caetano dos Santos. Fôsse qual fôsse o modo de pensar do finado cá na terra, neste vale de lágrimas, de orgulho, de impostura, de basofia e de fanfarronice, estamos certos que hoje sua alma, despida dos defeitos terrestres, lá na mansão divina, reino do justo e da verdade, João Caetano aprova a louvável resolução de sua filha, daquela que nunca desprezou a profissão de seus pais e abençôa aquella que, humilde e esperançosa, vai pisar o mesmo palco tantas vezes pisado por seu pais. Vá, d. Rachel, seja honesta, estude, seja boa para suas companheiras e confie neste público sempre benévolo e justo para os artistas que trabalham para merecer seus aplausos. Deus e o público protejam a debutante d. Rachel Santos”.

Que a razão não estava com esse amigo e sim com os pais de Rachel, prova-o a série de aborrecimentos que ella passou, as contrariedades que soffreu. Deixou o teatro cheia de desgostos e, para adquirir a moléstia que a matou, sabe-se



A actriz Rachel, filha de João Caetano.



por informações da família, que dormia com roupas húmidas e punha em prática outras resoluções igualmente prejudiciais.

Afinal, a existência, desde que casou, não lhe correu feliz. O marido era pouco amigo do lar, recolhia-se tarde. A Rachel, que residia com os pais, para que João Caetano não se aborrecesse, quando regressava do teatro, e acreditasse que Lessa Paranhos já estava em casa conservava o aposento aceso até certificar-se de que elle adormecera.

Antes de se ligar a João Caetano, Estella Sezefreda recebeu a proteção de Leopoldo Augusto da Camara Lima, que foi mais tarde o barão de São Nicoláo, veador da imperatriz e guarda-mór da Alfândega. Houve dessa união dois filhos: Leopoldo e Rita. Esta casou com Luiz Honorio Vieira Souto, tradutor teatral.

Pelo registro de casamento de Estella Sezefreda com João Caetano, constante do livro I, fl. 523 v., da matriz de São João Batista de Niterói, verifica-se que ambos eram naturais da Côte. É mais uma prova documental que destróe a affirmação de que João Caetano nascera na então vila de Itaboraí, no territorio fluminense.

Alguns biógrafos de Estella Sezefreda, incluído entre eles Joaquim Manuel de Macedo, affirmam que a grande atriz brasileira era oriunda do Rio Grande do Sul.

★ ★ ★

## A ENTEADA DE JOÃO CAETANO

Conta Joaquim Manoel de Macedo, em seu *Ano Biográfico*, que eram invulgares, surpreendentes, as disposições para a cena, manifestadas desde tenra idade pela menina Luiza Antonia, filha da atriz Estella Sezefreda e enteada de João Caetano. E diz: "Na história biografica das mais célebres atrizes das nações da Europa não houve uma que aos 12 anos de idade operasse o prodígio de inspiração e de gênio que Luiza Antonia realizou, criando por si só, sem mestre e sem conselho, o difficilimo papel de Maria, no *Frei Luiz de Souza*.

Estreando, aos oito anos, no papel de Piter Pater, do drama *Kean*, de Alexandre Dumas surpreendeu o público pelo seu desembaraço. "Antes de apparecer na cena, a narração é



de Macedo, Piter Pater, perguntou, com voz argentina, clara e segura, infantil e alegre:

— Quer que entre sôbre as mãos ou sôbre os pés, senhor Kean?

Piter Pater entrou radioso sôbre os pés e encantou o público com a sua ledice e suas travessuras”.

Todos supuseram que era um menino e indagaram, interessados, pelo nome do intérprete. Era, no entanto, a enteada de João Caetano. Depois teve lampejos de gênio nos dramas *A graça de Deus e Frei Luiz de Souza*, de Almeida Garrett. Desempenhando neste último a figura da infelizmente criança, cuja situação se tornara merecida de piedade, pela inesperada presença do misterioso romeiro chegado dos campos de Alcacer-Kibir, onde se acreditava tivesse perdido a vida o primeiro marido de sua mãe quando os mouros desbarataram os exércitos do rei dom Sebastião, Luiza Antônia com tanta propriedade encarnou o papel, no juízo do autor do *Ano Biográfico*, que teve na cena final a mesma golfada de sangue da espúria.

Vejamos como Macedo relata o trabalho de Luiza Antônia, na Maria, da peça de Almeida Garrett:

“João Caetano mandou tirar as partes do drama, distribuiu-as e pediu a seu cunhado, Luiz Honório Vieira Souto, que se encarregasse de fazer a primeira leitura do papel de Maria á sua sobrinha, empenhando-se em conseguir que ela compreendesse quanto lhe fôsse possível o caráter de Maria, essa criação suave, delicada e comovente de Almeida Garrett.

Mas a distribuição dos papeis fizera-se na véspera do Carnaval e durante êste entregaram-se todos com tanto ardor aos brincos do antigo entrudo que o próprio senhor Vieira Souto esqueceu-se da incumbência que recebera relativamente a Luiza Antônia, sua sobrinha.

Passados os dias do Carnaval, João Caetano procedeu imediatamente ao primeiro ensaio ou de prova de partes do drama *Frei Luiz de Souza*.

Causou logo agradável surpresa trazer Luiza Antônia já perfeitamente decorado todo o seu papel; isso, porém, foi o menos.

Na primeira cena em que a filha de Luiz de Souza, ardendo em vivos afetos manifesta sua exaltada sensibilidade, Luiza Antônia não repetiu, representou com extraordinário primor o papel de Maria.

Entonações de voz, gesticulações, sentimento profundo, naturalidade de ouvir, eloquência do olhar, tudo inspiradamente revelou a menina admirável. Quando a cena terminou João Caetano e Estella Sezefreda, o padraсто e a mai de Luiza Antônia, estavam banhados em pranto e o velho Victor Porfirio de Borja, antigo e consumado ator português, chorava como aqueles vivamente comovido”.

E o biógrafo conclue que a enteada de João Caetano morreu tísica a 4 de Maio de 1847.

Ha nas declarações de Macedo um engano. Luiz Honorio Vieira Souto não era cunhado de João Caetano, nem Luiza Antônia sobrinha daquele.

Vieira Souto, quando Luiza já havia falecido, casou com a filha de Estela Sezefreda, Rita de Lima, irmã da criadora do Piter Pater, do *Kean*, e da Maria, do *Frei Luiz de Souza*.

Os jornais da época, cujo noticiário era deficientíssimo, nada nos informam sôbre as notáveis interpretações de Luiza Antônia e silenciam sôbre sua morte. Encontrei nas coleções relativas ao ano de 1844 a indicação de que no Teatro Santa Teresa, de Niterói, se representara em Julho daquele ano, e 10 dias depois, aqui, no São Francisco de Paula, o drama *Frei Luiz de Souza*, fazendo o papel de Maria a menina Luiza Maria, que se declarava no respectivo anúncio ter 12 anos.

O nome por extênso dessa menina vejo, mais tarde, na distribuição do drama *Teresa*. Era Maria Luiza de Lima.

Estela Sezefreda quando ligou seu destino ao de João Caetano trouxe, além de Luiza, dois filhos da longa união, que mantivera com Leopoldo Câmara Lima. Maria Luiza de Lima seria a mesma Luiza Antônia, a cujo nome não se referem os jornais do tempo ? Para manter o espírito em dúvida ha ainda a circunstância de desaparecer dos annuncios o nome de Luiza Maria de Lima depois da morte de Luiza Antônia. Seus papeis, desde aquele acontecimento, passaram a ter outras intérpretes. A coincidência de existirem na mesma época, trabalhando no mesmo teatro, duas meninas de idade igual, fazendo idênticos papeis, não encontra facilidade de





Ludovina Soares da Costa.





---

Depois de sua surpreendente estréia na então vila de São João de Itaboraí, na figura principal do drama *O carpinteiro da Livonia*, João Caetano dos Santos conseguiu escripturar-se na companhia dramática portugueza que viera de Lisboa, contratada pelo coronel Fernando de Almeida, para ocupar o Teatro São Pedro de Alcântara e da qual eram primeiras figuras a atriz Ludovina Soares da Costa, seu marido João Evangelista da Costa e seu irmão o ator Manuel Soares, que teve os papeis predominantes, os de centro cômico, nas comédias de costumes de Martins Penna, o fundador do gênero no Brasil. Marcaram ali ao ator brasileiro os vencimentos de 30\$ mensais, que eram os mais altos na época.

Não é possível, pela absoluta ausência de informações a respeito, determinar a data precisa em que o ator brasileiro se alistou entre os seus colegas portuguezes. Em vida de João Caetano, em 1857, um jornal, que se publicava nesta cidade, *O Brasil Ilustrado*, sob a direção de Paula Candido, Paulo Menezes, Cardoso de Menezes, Bithencourt da Silva e outros (o primeiro número saiu em Março de 1855), trouxe uma extensa biografia do nosso primeiro artista, com informações que só elle poderia ter prestado. Por conta de João Caetano foi essa biografia transcrita no *Jornal do Comércio*. Diz-se ali que elle tomou parte na campanha do Sul de 1825 a 1829 e que alguns meses depois de sua estréia dramática em Itaboraí, contratou-se no Teatro São Pedro de Alcântara. Não se fixa nessa biografia quando appareceu elle na vila fluminense, mas dado o limite de seu serviço militar no sul em 1829, deixa-se claro que só dêsse ano em diante poderia João Caetano ter abraçado a carreira de ator. Todos quantos se têm occupado do grande interprete afirmam que este começou a representar, como profissional, em 1827. Sendo assim, elle não se teria contratado no São Pedro alguns meses depois, como refere *O Brasil Ilustrado*, mas dois anos mais

tarde, pois a companhia dramática que veio de Portugal para ocupar aquêlê teatro começou os seus compromissos em fins de Julho de 1829. Por uma afirmação feita pelo punho de João Caetano, estou propenso a acreditar que a sua estrêa em Itaboraí não se deu em 1827, e sim, quatro anos mais tarde. Numa explicação que deu ao público, relativamente à companhia dramática que contratou na Europa para representar no Teatro de São Francisco de Paula e que foi divulgada a 2 de Agosto de 1848, o artista brasileiro declara "que há 17 anos se dedicava à vida artística. Deduzidos aquêles anos da era da publicação, conclue-se que o início da sua profissão ocorreu em 1831.

Conhecendo a aptidão e a habilidade do ator brasileiro, os dirigentes da companhia que se instalara no teatro do Rocio trataram logo de evitar que êle tivesse oportunidade de evidenciar a excelência dos seus recursos dramáticos.

Para tanto conseguir, na distribuição das peças, lhe atribuíram sempre papéis insignificantes. Na peça *Dom José II, visitando os cárceres*, só entrava numa cena, e na farça *O chapêu de palha* lhe coube a parte de Manuelito, um velho decrépito, contra a qual se opunha a sua figura de joven cheio de robustez. Mas êle não recusou o papel e deu-lhe, nas raras vezes em que aparecia em cena, uma interpretação que se destacou muito das que estiveram a cargo de seus colegas favorecidos na distribuição.

Desde aí a animosidade contra o artista brasileiro passou a tomar maior vulto, até que êle, cansado de sofrer humilhações abandonou a companhia.

Saindo do São Pedro entendeu-se com o proprietário do nôvo teatro construído no caminho do Valongo, depois rua da Imperatriz, para ali trabalhar com alguns colegas animados de boas disposições; mas, sabendo que João Caetano se decidia a lhes fazer concorrência, os artistas portugueses, que estavam no São Pedro ofereceram mais vantagens e obtiveram também o teatro do Valongo, ficando, assim, sem ter onde representar o ator nacional.

A êsse tempo várias insinuações recebeu João Caetano para que reatasse as estremecidas relações com o pai, fazendo a vontade dêste, que era a d'elle abandonar os propósitos teatrais e procurar outra profissão, onde não estivesse sujeito a tão freqüentes dissabores. O joven artista a ninguém atendeu; tinha confiança nas suas possibilidades de ator, certeza de que para triunfar só lhe era exigida a perseverança, e prosseguiu!

Baldo de recursos, empreendeu a pé uma excursão a Mangaratiba e Angra dos Reis, no território da antiga província do Rio de Janeiro, com os seus abnegados companheiros.

Por intermédio do meu prezado amigo Arthur Angrense Pires, prefeito de Mangaratiba, informou-me o venerando coronel Manuel Moreira da Silva, que durante mais de 40 anos governou aquêlê município, que João Caetano dos Santos esteve ali entre os anos de 1832 e 1834 e representou em um teatrinho existente num sobrado da povoação de enorme opulência e de grande comércio. Esse teatrinho possuía orchestra própria, então regida pelo maestro Joaquim Rodrigues. O principal companheiro de João Caetano, nas suas representações dramáticas, chamava-se Ernesto Rapallo.

Os artistas portugueses, que ficaram no São Pedro de Alcântara, deixaram este teatro, indo ocupar o da Praia de D. Manuel, que mais tarde teve o nome de São Januário.

Desocupado o teatro do Rocio velho, então nêlê trabalhar João Caetano, depois de haver inaugurado a sua companhia no Niteroiense, da capital fronteira, a 2 de Dezembro de 1833.

O primeiro espetáculo dado no Teatro São Pedro de Alcântara, depois dos acontecimentos que determinaram a abdição daquele que nove anos antes por aclamação do povo, aceitara o título de defensor perpetuo do Brasil, realizou-se na noite de 3 de Maio de 1831, data da abertura do Parlamento. No programa figurava uma peça patriótica, de pomposo e grande título, consoante o costume, adotado na época: *O dia de júbilo para os amantes da liberdade ou a queda do tirano*. Não se exigia muita perspicácia para reconhecer que o tirano era o primeiro imperador, que, nos últimos dias de Março, quando voltou de sua viagem a Minas, foi recebido com extraordinárias demonstrações de afeto, tendo sido rezado um *Te-Deum*, na igreja de São Francisco de Paula, em regosijo do seu venturoso regresso.

Vblúvel como uma criança, o povo mudou logo de opinião, quando os acontecimentos tomaram novos destinos, e passou a querer apagar, sem demora, todos os vestígios da passagem pelo govêrno da pessoa de d. Pedro I. Tão extremados estavam os ânimos que, naquele drama, encarregado de interpretar o papel do imperador resignatário, o ator Joaquim José de Barros achou de bom aviso publicar nos jornais a seguinte declaração: "O ator Joaquim José de Barros, tendo

de desempenhar a parte do tirano da peça, previne ao respeitável público que, para bem do drama, é que se prontificou a fazer semelhante papel, pois que seus sentimentos são inteiramente opostos ao que se vê obrigado a fazer sobre a cena”.

Quatro dias depois da récita de São Pedro, que a 30 de Maio perdia o seu antigo nome, passando a chamar-se Constitucional Fluminense, houve espetáculo noutro teatro, que pertencia a uma sociedade particular e funcionava na rua dos Arcos. Representou-se o drama *O Ministro Constitucional* e houve uma parte literária. Compareceram o Imperador Pedro II e suas irmãs, que se retiraram às 10 horas, um dos membros da Regência, o general Francisco de Lima e Silva, o ministro da Justiça, que era Manuel de Souza França, e considerável número de militares de terra e mar. O público assistiu com entusiasmo êsse espetáculo, que se prolongou até uma hora da manhã.

Os espetáculos no teatro público, dentro em pouco, davam constantes trabalhos à polícia, pelas discussões a que se entregavam os frequentadores, perturbando comumente a representação e afastando o convívio das famílias. Aproveu então ao governo uma providência extrema, a de mandar suspender as representações, conservando fechado o antigo São Pedro.

Dizia um periódico da época:

“O teatro nestes últimos tempos estava reduzido a uma arena de espadachins, ao “rendez vous” de tudo quanto a capital tem mais abjeto, de desprezível. Altercava-se ali sobre política, formavam-se partidos, davam-se gritos sediciosos, havia frequentes desafios e o homem sisudo, o cidadão pacífico, ficava em casa.

Durante a representação do drama *O estatutuário*, na noite de 28 de Setembro, em benefício do ator Manoel Baptista Lisboa, deram-se graves acontecimentos no Constitucional Fluminense. Desrespeitado, o juiz de paz de freguezia, que era Saturnino de Souza e Oliveira, autoridade que presidia aos espetáculos, recorreu ao emprêgo da força policial para conter os desordeiros, apoiados por alguns oficiais. Os amotinados serviram-se de suas armas dentro da platéa e, na reação, deram-se três mortes, saindo muitas pessoas feridas:



O juiz de paz fez circunstanciado relato das ocorrências ao governo e este cerrou, então, as portas do teatro."

Sem outras diversões, por quanto fechado o São Pedro, passaram os artistas a dar representações na Praia Grande, apareceram nos jornais insinuações de que não era justo privar o público do direito de distrair-se, só porque espíritos agitados desobedeciam as autoridades. Atendendo, a Regência, em 16 de Novembro, concedeu permissão para a reabertura do teatro. A 2 do mês seguinte, quando o 2º imperador completou seis anos, houve função de gala, representando-se um drama alegórico, em que apareciam os gênios da América do Norte e do Sul, dando amistosamente as mãos ao Brasil.

Mostrou-se mais um busto do menino imperador, começando, depois, a representação do drama em cinco atos

*"O aldeão ministro."*

Assistiram ao espetáculo não só D. Pedro II, e suas irmãs, como o regente, o tutor, os membros da casa imperial, ministros e representantes da Nação.

Quando ladeado de dona Paula e de dona Francisca, o Imperador louro e indiferente surgiu na tribuna imperial, e foi mostrado ao público pela mão do patriarca José Bonifácio, ouviram-se vibrantes e demoradas aclamações, que se reproduziram dentro do teatro e no momento em que elles saíam, antes de concluído o programa.

Havia meses que não funcionava a companhia lírica que se alojou no São Pedro e que mereceu de um viajante por demais severo, Victor Jacques Mont, esta apreciação:

"Há no Rio de Janeiro um belo teatro, onde uma horrível companhia italiana, com uma orquestra mais horrível ainda, estraga três vezes por semana as belas óperas de Rossini.

*Ouvi Os italianos em Argel*

E podemos conhecer alguns costumes da época através as descrições de Jacques Mont. A praça era maltratada, coberta de abundante vegetação. Os cocheiros, logo que deixavam os patrões à porta do teatro, desatreavam os animais, que ficavam pastando, enquanto elles discutiam com os outros ou dormiam nas boléas. As posturas policiais eram tole-



rantes, escassa a iluminação produzida pelos lampeões de azeite de peixe.

Ai, por isso dos que passavam ao alcance do palavreado daqueles cocheiros pouco urbanos, de ha cem anos atraz.

A primeira companhia dramática brasileira inaugurou os seus trabalhos em Niterói, a 2 de Dezembro de 1833. Organizou-a João Caetano.

O conjunto constituído pelo maior dos nossos artistas estabeleceu-se na casa de espetáculos, que tinha o nome de teatro Niteroiense e apresentou-se ao público no drama *O principe amante da liberdade* ou *A independência da Escócia*.

Além do diretor, faziam parte do elenco Francisco de Paula Dias, João Antonio da Costa, José Romualdo de Noronha, Joaquim Nostardo de Santa Rita, Jordão Quintanilha, José Moreira, José Pedro, José Carlos, José Fluminense, Estella Sezefreda, Antonia Borges e Manuel Luiz, que era o ponto.

Segundo afirmação de antigos cronistas, o teatro brasileiro teve as suas origens em Niterói. Foi ali que o jesuita José de Anchieta fez representar, no adro da igreja de São Lourenço, os seus primeiros atos. E, quasi três séculos mais tarde, no antigo largo da Memória, representou-se na presença de d. João VI e sua comitiva, num tablado construído ao ar livre; também assim, dois anos depois, realizaram-se espetáculos teatrais na rua da Praia e no campo de São Bento, assistidos por d. Pedro I.

O primeiro teatro construído em Niterói, que ainda nessa época era a Vila Real da Praia Grande, levantou-se em 1827, sob a direção de Joaquim Antonio Carreira Bacellar, Alexandre Pinto de Carvalho e André de Moura Velho, os administradores do corpo cénico que funcionava com o nome de Sociedade do Teatrinho.

Ali, em 1831, trabalhou João Caetano, escriturado no conjunto organizado pelo ator português Vitor Porfirio de Borja. Dêsse teatro passou êle para o São Pedro de Alcântara, que pouco depois da partida do primeiro imperador passou a chamar-se Constitucional Fluminense.

A sua habilidade, as centelhas do seu gênio, manifestadas nos papeis medíocres que lhe confiavam, criaram para o ator brasileiro uma situação de inveja, contra a qual êle resistiu, abandonando a companhia. Transferiu-se, então, para Niterói, onde arrendou o Teatrinho, iniciando os seus espetáculos a 2

de Dezembro de 1833, dia escolhido por ser o do aniversário do imperador d. Pedro II, que completava oito anos de idade.

Pelas investigações pacientemente empreendidas por Manuel Benício, sabe-se que o Teatro Niteroiense, com os seus anexos, foi vendido a Joaquim Antonio Ferreira por escritura de 22 de Julho de 1834.

Ferreira, seis annos mais tarde, a 31 de Julho de 1840, transferiu a sua propriedade à Sociedade Philo-Dramática.

O teatro da Praia Grande era de acanhadas proporções, não tinha camarotes, sendo substituídos estes por uma galeria, e João Caetano, que pretendia pôr em execução um largo programa, tratou de construir outro com acomodações amplas. Valeu-lhe nesse empreendimento a boa vontade dos poderes públicos da província, administrada então por Paulino José Soares de Souza, depois visconde de Uruguai. Pela lei n. 140, de 12 de Abril de 1839, contratou a Província com João Caetano a edificação de um teatro que contivesse pelo menos sessenta camarotes e abrigasse na platéa quatrocentas pessoas.

No seu artigo segundo dispunha aquella lei que a companhia organizada por João Caetano se constituiria de artistas nacionais; permitia ao empresário a extração, por espaço de 12 annos, de uma loteria annual de cento e vinte contos. Além dessa loteria, o presidente da província pôderia permitir a extração de mais seis dentro daquelle período. O local escolhido para a ereção do teatro foi a rua da Imperatriz, esquina da de El-Rey.

Começaram com entusiasmo as obras, mas estando já levantadas as paredes laterais, foi sustada a construção. O motivo determinante está indicado no relatório presidencial, de 5 de Março de 1843, assinado pelo dr. João Caldas Viana, nestes termos:

“O teatro dramático, cuja construção fôra contratada com o artista João Caetano dos Santos, por virtude de lei de 12 de abril de 1839, sob o n. 140, depois de ter absorvido 37:440\$000, não pôde ir avante. Talhada em dimensões demasiadamente grandes para uma cidade da ordem desta, com pouca população e parte desta apenas temporária, demandava despesas avultadas para ser ultimada.

A obra ficou, pois, de dois lados dos alicerces de seis a cinco palmos de altura da parede de al-

venaria e de dois outros lados cresceu até a altura de 12 palmos. Nessas condições, querendo o governo dotar a capital da província com um teatro proporcional à sua população, fez com João Caetano a novação do seu contrato, cedendo este artista desde logo a obra começada e obrigando-se por meio de produtos de loterias a comprar o Teatrinho Niteroiense, reedificá-lo e usufruí-lo por espaço de doze anos, findos os quais passaria à Província".

João Caetano foi na arriscada tarefa eficazmente coadjuvado por amigos valorosos, que lhe conseguiram sucessivas prorrogações de contratos e outros favores. À frente desses amigos, figurava Honório Hermeto Carneiro Leão, o futuro Marquês do Paraná.

Concluídas as obras de remodelação do antigo Niteroiense, João Caetano inaugurou-o na noite do Natal de 1842, com o nome de Teatro Santa Teresa, em homenagem à terceira imperatriz do Brasil, d. Thereza Christina, tendo subido à cena a peça *As memórias do Diabo*.

Por aviso de 20 de Março do ano seguinte, o presidente da Província, dr. Caldas Vianna, determinou a desapropriação do prédio em ruínas, pertencente a Ignacio Luiz de Jesus, situado nos fundos do teatro, afim de serem no local construídos os camarins dos artistas.

Outras vantagens fôram concedidas a João Caetano pelos poderes públicos da Província até que, sendo presidente Luiz Pedreira, o futuro Bom Retiro, foi a 3 de Junho de 1849 baixado o decreto n. 489 abonando àquele artista a prestação mensal de 925\$000, com as mesmas cláusulas a que estava obrigado pelas leis anteriores.

Nesse ano de 1849, João Caetano trabalhou na capital do Império no Teatro São Januário, realizando em determinados dias da semana espetáculos em Niterói. Os seus contratados eram Florindo Joaquim da Silva, Luiz Carlos Amoedo, Antonio José Arêas, Joaquim Augusto, Martinho Corrêa Vasques, Gabriella da Cunha, Maria Velutti e Jesuina Montani.

Dos seus primitivos companheiros de 1833 conservava-se, apenas, a seu lado, João Antonio da Costa. O Paula Dias contratou-se no São Pedro de Alcântara e a Estella Sezefreda só em poucas peças, aparecia em público, preocupada mais com os seus encargos de mãe de família.

O repertório constituia-se de *Camilla* ou o *subterrâneo*, *Acmet e Rakima*, *Trinta anos* ou *A vida de um jogador*, *Frei*

*Luiz de Souza, Gaspardo, O trapeiro de Paris, Fayel, a famosa Gargalhada, Os sete pecados mortais, D. Ignez de Castro, Clotilde, Hamlet, Oscar, o filho de Ossian e outros.*

No Teatro de Santa Teresa appareceu João Caetano pela última vez ao público, representando a comédia *Os íntimos*, de **Sardou**.







### III

No São Pedro do Valongo — Empresário do  
Constitucional Fluminense — *Antônio José*,  
de Domingos de Magalhães — *Oscar, o filho*  
*de Ossian* — *O Juiz da roça*, primeira comé-  
dia de Martins Penna — Estella Sezefreda  
— *As Reflexões Dramáticas* — O primeiro  
elefante



---

Saindo do Teatro Constitucional Fluminense (nome com que funcionou o São Pedro de Alcântara de 30 de Maio de 1831 a 9 de Junho de 1838), foi João Caetano dos Santos trabalhar em Niterói, terra que sempre carinhosa e amiga lhe abria os braços. (1) Em 1833 voltava à antiga séde da Côrte para, a 29 de Junho dêsse ano, inaugurar o teatro que se erguia no Valongo e que, em homenagem ao apóstolo naquêle dia comemorado, recebeu o nome de São Pedro. Foi exibido no espetáculo de estréia o drama *Acmet e Rakima*.

Já nessa época tinha João Caetano a seu lado Estella Sezefreda, a artista que poucos anos depois tantas glórias deu à cena brasileira, primeira que foi entre as suas patricias que escolheram para profissão a arte de representar. Moça e bonita, sobretudo elegante, Estela Sezefreda era uma graciosa discípula de Terpsicore, antes de ter se decidido a receber, proveitosamente, os ensinamentos de Tália, e preenchia as últimas partes dos espetáculos dansando, ora o *Sorango*, ora o *Solo inglês*, neste vestida de homem. (2)

---

(1) No *Rio do Quarto* assim descreve Macedo a localização do teatro de Itaboraí: "A terceira rua fica fronteira à de São João, embora de uma não se aviste a outra, porque a matriz o impede; chamava-se outrora do Senhor do Bomfim e chama-se agora do *Teatro*, porque êste edificio, tendo sua frente para a praça oferece uma de suas faces laterais à rua que desce até terminar junto à capela do Senhor do Bomfim e, cortando em dois ângulos rétos outra pequena rua, que não mencionarei por constar de cinco ou seis casas, apenas, e que toma o nome de Senhor do Bomfim. Defronte da porta lateral da capela, há uma casa com limitadíssimo pátêo, que eu não posso deixar de lembrar. Essa casa foi ha perto de 40 anos um pequeno teatro e aí encetou a sua glória carreira artistica o primeiro ator dramático brasileiro, o célebre e inspirado fluminense João Caetano dos Santos".

(2) Ismenia dos Santos nasceu na Baía a 21 de novembro de 1840. Chegou ao Rio de Janeiro em principios de 1865 com seu marido Augusto Santos, estreando no Teatro Gynasio a 23 de Março do mesmo ano, na comedia em 3 atos, *Não é com essa*. Faleceu em Niterói a 14 do Junho de 1918.

A primeira dama da companhia no Teatro do Valongo era a Antonia Borges, com a qual João Caetano, no fim do drama *O capitão Belisário*, cantava o dueto de *Os pombinhos*.

Pouco tardou para que os desafetos do nosso artista promovessem a sua saída do Valongo.

Quando todos acompanhavam, com interesse, os triunfos obtidos de peça para peça, no teatro da hoje rua Camerino, appareceu, de surpresa, nos jornais, a declaração de que João Caetano abandonara aquela casa de diversões.

Nas "Notícias particulares", do *Jornal do Comércio*, de 23 de Agosto daquele ano de 1833, lia-se este aviso:

"O ator brasileiro João Caetano dos Santos e a bailarina Estella Sezefreda participam ao respeitável público que estão demitidos do Teatro do Valongo e que em obséquio à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e Boa Morte vão representar pela ultima vez no mesmo teatro no dia 29 do corrente; e os mesmos aproveitam esta ocasião para agradecer a um público tão illustre quanto indulgente o bom acolhimento que, benigno, lhe tem prestado."

No ano seguinte, entrou, de nôvo, João Caetano para o Constitucional Fluminense, não só como ator, mas também no caráter de empresário. Em 1835, realizava o seu primeiro beneficio com o drama *D. Sebastião em Africa*, no qual era lamentado o desbarato das tropas do mal avisado monarca lusitano, pelos mouros, nos campos de Alcácer-Kibir.

Pouco depois criava o ator-empresário, com successo, o papel principal do drama *Trinta anos ou a vida de um jogador*, traduzido do francez por Camillo José do Rosario Guedes, escritor dramático que aqui chegou com os artistas portuguezes, em Maio de 1829. (3).

---

(3) O Teatro da Praia de D. Manuel, em 1836, representou esse drama, traduzido por Paula Brito. O *Jornal do Comércio*, poucos dias depois, publicava o seguinte protesto do Sr. Rosario Guedes:

"Correspondencia.

"Sr. redactor,

Movido pelo desejo de conhecer se acaso a nova traducção do drama *os 30 annos ou a vida de um jogador*, que ora se representa no Theatro da Praia de D. Manoel muito differencava da minha tra-

Em 1836, realizou João Caetano o seu segundo benefício com a *Catarina Howard* e outro, em fins de Dezembro, com *A morte de Napoleão*. Em Agosto representara na récita de Estella Sezefreda, *O rei diverte-se*, de Victor Hugo, cujo assunto inspirara a Verdi o *Rigoletto*.

Moravam nessa época João Caetano e Estella num sobrado modesto da velha rua do Piolho, hoje da Carioca. (4)

dução, que anteriormente mereceu os louvores do publico, dirigi-me em a noite de 12 do corrente áquelle theatro e assisti á representação do referido drama. Esperando ver uma traducção inteiramente nova, qual não foi a minha admiração quando em algumas scenas ouvi fallas inteiras da minha traducção... fallas que se não encontram no original francès, porque são da pura invenção minha, fallas, enfim, que obtiveram sempre o applauso do publico! Entre ellas, citarei a do 2º acto, scena 26, proferida por Amelia, quando resiste ás seducções de Warner, que conclue assim: "Cançaste debalde; aqui só impera a minha vontade; esta é livre e jamais se ha de sujeitar ao capricho de perversos e traidores". Segue outra falla: "Quando se desmascaram os malandros do teu lote faz-se um beneficio á humanidade!" No 3º acto, scena 12, em que Amelia reconhece o filho, representou-se uma scena inteira da minha traducção e muito principalmente a seguinte falla que é invenção minha. Diz Amelia, em accção de reconhecer o filho; "E' elle, sim é elle, o coração m'o está dizendo; e a sua linguagem não pôde ser outra que a da verdade. Meu Alberto, querido filho, vem, vem a meus braços". No mesmo 3º acto se encontram fallas do outro drama, proferidas pelo jogador, como a que não é do original francès e dirige o jogador a Warner: "Monstro... tu não me has de escapar. No mesmo patibulo em que eu subir has de receber tambem a punição de teus crimes!" Bem assim, a ultima falla com que acaba a peça. Enfim, Sr. redactor, muitas outras fallas eu poderia citar se não temesse cançar a paciencia dos leitores. Ainda que me cabe a gloria de que os applausos conferidos á representação do primeiro galã e da primeira dama foram em grande parte devido ás minhas ideas, comtudo não posso deixar de confessar que foi furto que se me fez e o publico melhor o conhecerá quando assistir a representação do meu drama, que brevemente subirá á scena no Theatro Constitucional Fluminense. Agora só me resta observar ao Sr. Paula Brito, traductor do drama que actualmente se representa no Theatro da Praia de São Manuel, que não devia consentir, tanto pelo seu credito, como pelo seu melindre, que a sua traducção, aliás mui digna, fosse mesclada com pensamentos de outro traductor. Se, porém, como eu acredito, não prestou o seu consentimento para tal, deve quanto antes reparar semelhante falta para poupar o desgosto de recorrer aos meios que a lei me faculta. Sou, Sr. redactor, o mais attento venerador, *Camillo José do Rosario Guedes*. (*Jornal do Comércio*, 14-4-1836.)

(4) A rua da Carioca foi aberta no govêrno do Conde da Cunha, indo do largo do mesmo nome até a lagoa da Sentinela. O seu primitivo nome foi rua do Egito, depois, do Piolho. Este nome lhe adveio do fato de haver nela habitado um velho solicitador chicanista conhe-



Representou no espetáculo de gala de 2 de Dezembro o drama de costumes militares, *O nôvo desertor*, e recitou um elogio *A coluna do Imperador*, dedicado ao soberano, que completava sete anos naquela data. D. Pedro estava no teatro com suas irmãs, o tutor, que era o marquês de Itanhaen (Manuel Ignacio de Andrade Souto Maior).

Novidades do ano subsequente.

A *malfadada conspiração* de 1817, em Lisboa, ou a morte de Gomes Freire, fazendo João Caetano o papel de Gomes Freire; *O camponês pervertido* ou 15 anos em Paris, Ricardo D'Arlington, *Glória e infortunio* ou a morte de Camões, A *nódoa de sangue*, de Maillon e Bouillé; *Crime e castigo*, na récita do velho ator Victor Porfirio de Borja, A *órfã* ou a *última assembléa dos condes livres*, de Luiz A. Bourgain, *O ministro traidor* ou *o triunfo do império*. Já aí Estella Seze-freda era a primeira figura da companhia, embora continuasse a dansar o *solo inglês*.

Em 1837, publicou João Caetano as *Reflexões dramáticas*, impressas na Tipografia do Paula Brito. São 18 conselhos de pequena elevação, dados em 23 páginas. No seu *Dicionário*, Innocencio da Silva diz constar-lhe que o trabalho fôra traduzido do espanhol e Pinheiro Chagas, noutro *Dicionário*, o Popular, pergunta: "Não teria sido feita a tradução pela Estella?"

Uma das novidades desse ano — tão escassas eram elas por essa época — foi a chegada ao Rio de Janeiro do primeiro elefante que veio ao Brasil. Aportou aquí a 18 de Julho, procedente do Rio da Prata, trazido pelo brigue oriental *Figaro*, acompanhado de um dromedário, três monos e dez cavalos, todos pertencentes à firma Eduardo G. Meed & Cia. O elefante despertou grande curiosidade pela sua mansidão. O cáis encheu-se; para vê-lo desembarcar, acorreu gente de todos os pontos da cidade. Foi exibido primeiramente na rua da Misericórdia n. 50. Passou depois a trabalhar no Circo Olímpico, armado no largo da Ajuda n. 9, e várias vezes atravessou a Guanabara para ser visto pelos moradores de Niterói.

Teatralmente considerada, a principal atração do ano de 1838 foi, a representação, em 13 de Março, da tragédia *Antonio*

---

cido assim por seus adversários. Chamou-se também de São Francisco de Assis, nome que perdeu em 28 de Março de 1898, quando voltou a ser da Carioca.

*José* ou *O poeta e a inquisição*, de Domingos José Gonçalves de Magalhães, dada em benefício de Estella. (5)

A peça do futuro cantor da *Confederação dos Tamóios*, acabada dois anos antes, na Bélgica, abriu novos horizontes ao teatro brasileiro, reformando os hábitos declamatórios dos nossos artistas. Antes dela, a representação não seguia os processos que Hamlet recomendava ao primeiro comediante—sobriedade nas expressões e gesticulação moderada. Os artis-

(5) Foi na Bélgica, em Bruxelas, que Magalhães escreveu o *Antônio José*, lendo-se no original a declaração de haver sido terminado às 11 horas da noite de 21 de Dezembro de 1836. Pouco se sabia, na época, a respeito da vida infortunada do protagonista da peça, além de que, sob a acusação de praticar o judaísmo, sofrera, aos 34 anos de idade, o martírio imposto pela Santa Inquisição, de ser queimado vivo, no Rocio, de Lisboa. O drama não vai até aí, naturalmente pela impossibilidade de ser reproduzida a cena impressionante; termina quando vêm buscar o infeliz no cárcere, para o auto de fé, depois de lhe haverem vestido a mitra de papel pintado e o sambenito (hábito em forma de saco de baeta amarela e vermelha).

Voltando ao Rio de Janeiro, em 1837, Magalhães entregou o seu drama a João Caetano para o representar no São Pedro de Alcântara. Os ensaios de *Antônio José* exigiram longo tempo, principalmente por se tratar de uma peça escrita em verso. A primeira representação realizou-se a 13 de Março de 1833, em benefício de Estella Sezefreda, fazendo João Caetano o papel do desventurado poeta. O êxito excedeu, como se diria agora, a todas as expectativas.

Domingos de Magalhães enviou a João Caetano e a Estella os seguintes versos:

“Ao meu amigo João Caetano dos Santos, por ocasião de haver creado o carater de Antonio José, na tragedia *A inquisição e o poeta*, levada á scena no Theatro Constitucional Fluminense, no dia 13 de Março de 1838:

D'impia fogueira, pelo tempo extincta  
de um poeta tirei as frias cinzas,  
e um nome fiz surgir, que a pátria adora.  
Com isto levantei um monumento,  
uma estatua compuz; dei-lhe a palavra,  
E tu lhe déste o movimento e a força.  
Iguais porções de gloria a nós pertencem;  
E como esta obra a nós deve a existencia,  
no futuro talvez nós lh'a devamos.  
N'arte sublime que ás paixões da vida,  
sempre mestre e discípulo de ti mesmo,  
os vãos de Talma com que tu sonhas,  
avante segue, escurecendo a inveja,  
que já não ousa disputar teu génio.  
Tu deixarás teu nome; avante, oh jovem.  
Que a gloria que predizem teus amigos  
será pelo porvir sancionada.”

tas recitavam os seus papeis em monótona cantilena seguindo a prática dos portuguezes, ensaiados por Victor Porfirio de Borja. Domingos de Magalhães lhes aconselhou as normas adotadas na Italia e na França, e o público acolheu com entusiasmo o *Antonio José*, primeira tragédia escrita por um brasileiro e única de assunto nacional até então.

Com o juiz de paz Huet Bacellar teve João Caetano uma desinteligência pouco depois por motivo de ser forçado a fechar o teatro na Semana Santa. O ator-empresário explicou o incidente pelos jornais. (6)

---

A' senhora D. Estella Sezefreda, por ocasião de haver desempenhado o character de Marianna na tragedia *A inquisição e o poeta*, levada a scena no Theatro Constitucional Fluminense, no dia 13 de Março de 1838:

Tu, que da scena vás colhendo as flores;  
calcando, ufana, a vida mal trilhada,  
até que pelo vulgo desprezada,  
que ainda não conhece os seus fulgores;

tu' que mostrando vás d'arté os primores,  
por um genio feliz sempre inspirada,  
avante, Estella, na tão ardua estrada  
em que aplausos recebes e louvores.

Não ha classe p'ra o genio, quando a gloria  
de perfumes o cobre e o nome envia,  
para modelo as paginas da historia.

A par do mestre que teus passos guia,  
conquista, Estella, o templo da memoria  
e que delle e de ti se falle um dia.

(*Jornal do Comércio*, de 22 de Março de 1838.)

(6) "João Caetano dos Santos, empresario do Theatro Constitucional Fluminense, declara ao respeitavel publico que foi no dia 30 de Março ás 10 horas da noite que recebeu ordem do Sr. Juiz de paz João Huet Bacellar, de fechar o theatro e que no dia seguinte, recorrendo ás autoridades competentes, soube que o motivo allegado pelo Sr. juiz, para justificar seu ato arbitrário, era o escandalo que a religião christã soffria com as representações theatraes, durante a Semana da Paixão; não se lembrando o mesmo Sr. juiz que tinha permitido no anno passado, haver theatro até na Semana Santa. Apesar das ordens que o Sr. Huet Bacellar recebeu na segunda feira, 2 do corrente, para se abrir o theatro, elle a isso se recusou, e não foi sinão depois de serem as mesmas ordens reiteradas que se determinou a fazel-as cumprir. João Caetano dos Santos faz a presente decla-



Estrella Sezefreda.





A 26 de Julho do mesmo ano representou João Caetano um drama de aparatosa montagem, *A entrada de Napoleão Bonaparte no Egipto*, desempenhando êle o papel do grande corso. No final do drama, a cena era invadida pelos soldados de Napoleão, vindo êste e seu ajudante de ordens a cavallo. A 11 de Julho deu outra notável *première*, a de *Oscar, o filho de Ossian*, de Arnault, traduzida pelo autor do *Antonio José* (7); a 14 de Setembro nova tradução de Domingos de Magalhães, a do *Otelo*, de Ducis, feita a pedido de João Caetano. O ator brasileiro incumbiu-se do papel do mouro de Venesa, que ainda não tinha sido interpretado no Brasil. Coube a Estella Sezefreda a figura soffredora da desditosa filha do doge, que na tradução foi crismada de Desdêmona para Heldêmonda. (8)

---

ração para que o publico desculpe a demora que tem havido nos espectáculos annunciados, a qual não provém d'elle, mas sim do capricho do Sr. Huet Bacellar, e aproveita ao mesmo tempo esta occasião para tributar ao governo de S. M. I. e ao Dr. chefe de Policia as expressões de sua eterna gratidão pela diligencia com que se dignaram attender as reclamações do annunciante, dando assim mais uma prova de assinalada protecção que dão aos artistas". (*Jornal do Comércio*, 5 de Agosto de 1838).

(7) A respeito do seu trabalho nesta tragédia escreveu João Caetano, nas suas *Lições Dramáticas*, o seguinte:

"Na bela passagem em que fui copiado na tragédia *Oscar*, pelo insigne escultor Francisco Manuel Chaves Pinheiro, lente da Academia das Belas Artes, a estátua, que expôs em 1860, representa a situação em que Oscar, delirante, reconhece a sua espada, proferindo estas palavras: — "E' minha". O intervalo que eu fazia antes de falar a expressão da fisionomia, a attitude e o gesto exprimiam com a mais perfeita verdade o horror com que Oscar se convencia ter sido o assassino do seu melhor amigo. O público sempre cobriu de aplausos este trabalho da minha pequena intelligência".

(8) Vide o seguinte, escrito por João Caetano:

"Representando eu a tragédia *Othelo*, no 5º ato, na força do maior ciúme, cólera e desespero, sempre que apunhalava Hedelmonda e a atrava sobre o leito, tinha o maior cuidado, não só em não a magoar como em deitá-la, de maneira que ficasse decente aos olhos do espectador; entretanto, tinha a idéa clara para me recordar disto e não esfriava a paixão que estava pintando: em seguida, caindo arquejante sobre uma cadeira e batendo fortemente com o punho cerrado sobre a mesa, proferia as seguintes palavras: — "Eu fiz o que devia", — com tanta unidade na ação, que ninguém se havia de persuadir que eu me havia lembrado de não magoar a dama e de deitá-la decentemente." (*Lições Dramáticas*.)

"Lembro-me ainda que quando me encarreguei do papel de Othelo, na tragédia *O mouro de Venesa*, depois de ter dado a êste personagem

A quatro do mês seguinte, fazia João Caetano, no seu teatro, a apresentação de um novo autor brasileiro, Luiz Carlos Martins Penna, que tinha tão somente 23 anos. Foi esse o criador da nossa comédia de costumes, "o Molière brasileiro", como era chamado na época. A comédia representada nessa noite foi *O juiz da roça*, mais tarde aumentada no seu título para *O juiz de paz na roça*. Escrevera-a o autor expressamente para a récita de Estella Sezefreda, que se incumbiu do papel da *ingênua*, aliás bastante esperta, como já eram as daquela época remota. (9)

---

o caráter rude de um filho do deserto, habituado às tempestades e aos combates, entendi que este grande vulto trágico, quando falasse, devia trazer à idéia do espectador o rugido do leão africano e que não devia falar no tom médio da minha voz; recorri por isso ao tom grave dela e conheci que a poderia sustentar em todo o meu papel: fiz um exercício aturado para lhe ajustar tôdas as inflexões naturais e convenientes às variadas paixões que Othelo devia exprimir. Consegui bom resultado d'este estudo, porque a voz me era natural; porém todos os que depois representaram a tragédia procuraram imitar o som da minha voz, e não podendo sustentá-la porque se valiam da voz contrafeita, não agradaram nunca". (Idem.)

(9) Martins Penna nasceu nesta cidade em 1815 e faleceu em Lisboa em 7 de Dezembro de 1848.

Foi o criador da nossa comédia de costumes. Antes d'êle, as farças com que eram completados os programas dos espetáculos teatraes provinham de Portugal, passavam-se em ambientes e descreviam costumes que nos eram desconhecidos. Êle se propôs reagir contra isso, mas tão incrédulo no resultado do seu empreendimento que não permitiu a divulgação do seu nome nos anúncios da primeira peça.

Chamava-se esta *O juiz da roça*, mais tarde acrescida com a indicação da qualidade do juiz, passando a ser representada, então, com o nome de *O juiz de paz da roça*. Subiu à cena a 4 de Outubro de 1838, no Teatro São Pedro de Alcantara, em récita de benefício de Estella Sezefreda, mulher de João Caetano dos Santos, *caput* e empresário da companhia.

Foi indicada nos anúncios como farça e incluída na parte final do programa, que era iniciado pelo drama romântico *A conjuração de Veneza*.

Martins Penna continuou, animado pelo successo de sua primeira comédia, a produzir, deixando, apesar de haver morrido com pouco mais de trinta anos, vinte e sete peças teatraes, um romance histórico sobre a invasão dos franceses e grande número de crônicas relativas a assuntos de arte.

Viu-se um achincalhe ao trabalho de João Caetano, no Othelo, feito por Martins Penna, numa de suas comédias, *Os ciúmes de um pedestre*, quando o autor pediu licença para representar esta sua peça.

Em 12 de Dezembro de 1845 Penna, que era 2º secretário do Conservatório Dramático, requereu a este permissão para que subisse à cena a comédia *Os ciúmes de um pedestre*. Tratava-se de uma aco-

Expirando o prazo do seu contrato e precisando entrar em obras o Constitucional Fluminense, João Caetano despediu-se a 15 de Outubro de 1838, daquele teatro, com a récita em seu proveito, dada com o drama *Os dois franc-maçons*.

Foi um espetáculo de carinhosas e expressivas demonstrações. Acabado o drama, grande massa popular, que esperava o artista patricio à porta do teatro, acompanhou-o até sua residência, que era então na velha rua dos Ciganos n. 42, tendo sido recitados versos nos intervalos da representação e na rua. Todos os empregados da companhia trabalharam com dispensa expressa dos seus honorários. A atriz Clara Ricciolini, que era também dansarina, abriu mão de seus vencimentos, tendo igual procedimento a companhia de baile e os professores da orquestra.

★ ★ ★

## OS PRIMEIROS DEFEITOS

Os primeiros defeitos artísticos de João Caetano chegaram ao nosso conhecimento de modo que não oferecem dúvidas: — pelas suas próprias confissões. Começou por ignorar o auxílio eficiente que os olhos prestam aos artistas, quanto êles falam, a atração que exercem e, por isso, quando os monólogos eram longos, fechava-os, insensivelmente.

---

modação teatral de fato verídico aqui ocorrido, desfêcho policial, pela expulsão do território nacional do sr. Manuel Machado Cayres.

Designado para opinar sobre o pedido, o sr. Luiz Honório Vieira Souto achou inconveniente o deferimento. A página 27 do manuscrito havia uma paródia ao que se dizia do *Othelo*: a leitura que o pedestre obriga a mulher a fazer da carta que ela trazia no seio, imitação ridícula, no entender do censor, da cena em que *Othelo* obriga *Hedelmonda* a ler a missiva pela qual renuncia à mão do mouro. Era de parecer sr. Vieira Souto que a comédia fôsse emendada, escrevendo: "Sabendo que antigas relações existem entre o sr. Luiz Carlos Martins Penna e o sr. João Caetano, não posso crer que naquele senhor militasse alguma *arrière pensée* ou segunda intenção, ou que duvide aceder a estas humildes observações." A comédia foi proibida pela polícia. Martins Penna corrigiu-a, alterou-lhe o nome para *O terrível capitão do mato* e voltou ao Conservatório, a 16 de Março seguinte, pedindo, então, a licença que lhe fôra anteriormente negada. E a 5 de Julho de 1846 representou-se a comédia no Teatro São Pedro de Alcântara.

Vejamos a respeito o seu próprio depoimento:

“São sempre os olhos e os braços que mais embaraçam os principiantes. Ao começar a minha carreira dramática, costumava eu fechá-los, sobretudo, na recitação de tiradas longas e devo ter perdido este péssimo defeito aos conselhos da muito distinta atriz portuguesa Gertrudes Angelica da Cunha (10) que tomou a seu cuidado advertir-me sempre nos ensaios, levando a sua galanteria a assoprá-los quando eu os fechava, e assim me obrigou a um estudo muito sério, com o qual me tornei senhor de os dirigir à minha vontade.” (*Lições Dramáticas*, ps. 10 e 11.)

Os braços eram para João Caetano, “em verdade, duas trancas”. Ele não lhes sabia o préstimo; nunca acertava onde os acomodar.

O ensaiador nessa época era o velho ator cômico Victor Porfirio de Borja, (11) que certa vez acudiu com um reparo:

(10) Gertrudes Angelica da Cunha nasceu em Lisboa, a 29 de Maio de 1794. Chegou aqui com a primeira companhia dramática contratada para o Teatro São Pedro de Alcântara, a 28 de Julho de 1829, na galera *Onze de Maio* e estreou a 31 do mesmo mês. Trabalhou no Teatro da Rua dos Condes, de Lisboa. São de Sousa Bastos estas linhas registadas na *Carteira do artista*: “Como escritora perpetrou uma tragédia intitulada *Norma*, que nunca vi, mas provavelmente de valor igual a outras duas suas. Estas duas obras intitulam-se *Coleção curiosa de várias produções poéticas*, que é simplesmente detestável, e *Miscelânea constitucional*. Esta chega a ser fantástica. É um comentário aos artigos da Carta constitucional, feito em horribéis quadras. O mais triste é que nestas quadras ela também se queixava, de só comer batatas e pão e de ter vendido a cama por se encontrar na última miséria”. A sua última criação foi a madamé Moran, na comédia *Cartouche*, no Teatro São Pedro, a 20 de Setembro de 1849, na festa do ator cômico Manoel Soares. Faleceu nesta cidade a 28 de Agosto do ano seguinte. Era mãe da atriz Gabriella da Cunha de Vecchy.

(11) Victor Porfirio de Borja foi dos primeiros atores portugueses que vieram ao Brasil. Era cômico. Começou no Teatro da Rua dos Condes fazendo papéis femininos. Publicou aqui um plano para edificação de um teatro, que era o da Rua dos Arcos.

Foi ensaiador no São Pedro, em 1841, e despedido pela diretoria.

No relatório apresentado aos acionistas lê-se o seguinte: “O primeiro ensaiador foi o ator Victor Porfirio de Borja, que foi substituído por José Antonio Thomaz Romeiro. Tornando-se o mencionado Victor Porfirio de Borja, no exercício de ator, insubordinado, desatencioso, desobediente, não só ao inspetor dramático como ao diretor geral, foi despedido do serviço dos teatros.”



— É preciso esquecer-se de que tem braços, para que eles se movam a propósito: sinta o que diz que os movimentos se farão por si sós.

E ele foi ouvindo, foi aprendendo.

Faltava-lhe, também, a moderação. Impetuoso, quando a cena lhe comunicava entusiasmo, esquecia-se, por completo, de que estava representando, supunha-se em pleno domínio da vida real.

É ainda nas suas *Lições Dramáticas* que vamos achar o apoio para a nossa afirmação.

Diz ele:

“Foi no drama *Os seis degraus do crime* que eu levei a ficção à realidade, chegando quasi a cometer um crime atroz na cena em que Júlio se apossa do maior ciume por haver sido abandonado por Luiza, que aceitara o amor de um americano.

Como disse, nesta cena atirei brutalmente a jovem atriz contra o tablado, coloquei-lhe um joelho sobre o peito, e, passando-lhe os cabelos em volta do pescoço, a sufocava com tôdas as minhas forças, proferindo em voz alta: Morre diabo!

A pobre senhora, aflita, tratava de defender-se, e o público, conhecendo que eu desvairava, levantou-se gritando espavorido. Os meus companheiros que nos bastidores esperavam a sua entrada, precipitaram-se em cena, em socorro da dama, arrancando-a à força da triste situação em que se achava.”

Contado o incidente, João Caetano procurou justificá-lo assim:

“E por que me compenetrei eu dêste sentimento até êste ponto? Porque igualei por tal forma a natureza? É porque eu tinha 24 anos de idade e a dama 22; é porque eu era zeloso e parece-me que o meu coração a amava mais como mulher do que como atriz.”

Todavia o próprio artista recomendava aos seus discípulos:

“A arte dramática é a imitação da natureza e não a realidade dela. Notem bem a diferença que



há entre uma e outra coisa; imitar é fazer uma coisa em tudo parecida: igualar é fazê-la tão semelhante física e moralmente, que se não possa distinguir uma da outra, o que justamente não convém ao ator."

Era também por vezes descuidado, deixando no camarim ou nas mãos do contra-regra objetos de que ia necessitar em cena.

Conta-nos, a respeito, o seguinte:

"Em uma representação do drama *Clotilde* esqueci eu a carta que devia ler à dama, e na ocasião oportuna, metendo a mão no bolso do peito da minha casaca, vi que me havia esquecido dela, mas sem dar o menor sinal de surpresa, fingindo que a tirava, dei o braço a Clotilde, dirigindo-me para uma mesa onde havia uma serpentina com luzes, coloquei-me quasi de costas para o público e com ela a meu lado, um pouco diante de mim, fiz a leitura da carta na palma da minha mão, e por tal forma que nem os professores da orquestra perceberam."

Não foi êsse um caso isolado. Veja-se outro igual que succedeu, também por êle narrado:

"Em outra ocasião representava eu a tragédia *Oscar*. Depois que êle reconhece a espada com que havia morto o seu amigo, segue-se uma tirada de belos versos, no meio da qual êle a arroja ao chão e no fim tira um punhal da cintura e crava-o no peito.

Tinha eu deixado no camarim êsse maldito pedaço de fôlha de Flandres, cuja falta, a outro ator, não prático como eu, desconcertaria indubitavelmente; mas a mim nenhum abalo me deu; vendo que o não tinha, conservei o gládio em punho e na ocasião de matar-me, apliquei-lhe a ponta do lado esquerdo e, precipitando-me rapidamente sobre êle, fí-lo passar entre o braço e o corpo e, rasgando a minha túnica, fiz o gôsto ao poeta e expirei; mas com tanta arte e destreza que mereci do público um aplauso que nunca tinha obtido em tal situação."

A tragédia era de Arnault e foi traduzida por Domingos de Magalhães, mais tarde visconde de Araguaya. Em várias cenas a emoção provocada era fortíssima. Quando representada em Paris, *Oscar* agradou nos três primeiros atos; o imediato excitou horror e o quinto foi tão mal recebido que o autor se viu forçado a refundi-lo completamente. Oscar mata na floresta o seu melhor amigo, Dermide, empolgado pela paixão que Malvina, a espôsa dêste lhe havia despertado. Ao aparecer no palco, depois de perpetrar o crime, houve revolta do público e a peça teve de ser retirada de cena.

Em uma representação do *Hamlet* perturbou-se, quasi não teve ânimo para terminar a tragédia, porque se lembrou do pai que havia morrido pouco antes. Em cena mesmo caiu sôbre uma cadeira soluçante; outra vez emocinou-se tanto nas últimas cenas do *Antonio José*, que ficou "por longo tempo no seu camarim, quasi em estado de alienação." (*Lições Dramáticas*.)

E, professando, lembrava sempre que a arte era a imitação e não a realidade.

Aceitava, todavia, as observações providas de pessoas que lhe mereciam acatamento. Estava nesse número o Dr. Dias da Motta, seu amigo, que pleiteou uma sua pretensão na Câmara dos Deputados. Afirma isso o seguinte fato, que um irmão de João Caetano, o contra-almirante Salustiano, contou ao Dr. Pires de Almeida e este referiu em um dos seus fascículos do *Brasil Theatro*:

No *Otelo* apresentara-se êle com uma espécie de albornoz ou manto branco adamascado, tendo à cabeça o turbante. Foi assim que o pintor J. Corrêa Lima o reproduziu numa tela. João Caetano, sabendo que o quadro havia sido exposto e visto por aquele seu amigo, na Escola de Belas Artes, perguntou-lhe qual a impressão que recebera.

— Não gostei do teu vestuário, respondeu-lhe Dias da Motta; produziu-me um mau efeito não só o torso como aquele amplo lençol que trazes, dando-me a idéia de uma preta mina ao sair do banho num dos tanques de lavar roupa no Campo de Santana.

João Caetano impressionou-se com a observação e desde aí, quando fazia o *Otelo* apresentava-se apenas com o gorro veneziano.

Desde o tempo de João Caetano o público mostrava-se infenso, agressivo às vezes, com os *tiranos* dramáticos. O

Martins, que tinha um papel dêsse gênero n'O *governador de Braga*, chegou, certa noite, a ser ameaçado por um espectador, que lhe atirou um insulto das galerias. Não era de tranqüilidade a situação do Pedro Joaquim, quando fazia o Desgenais, n'As *mulheres de mármore* (12).

(12) Quando, nos primórdios da República, se procurava por todos os meios apagar ao vestígios do regimen substituído e apareceram exaltados que rompiam os retratos de familia imperial e cobriam de baldões o velho Pedro II, veio a esta capital a Companhia Moreira de Vasconcellos, trazendo no seu repertório o melodrama *Tiradentes*, de autoria do empenário. Estava, então, no seu auge, o furor do jacobinismo implacável contra os que acreditava inimigos do Brasil, em cujo órgão se chamava a febre amarela de "patriótica" e escrevia com letras minúsculas os nomes dos membros da colônia portuguesa. Era comum ler-se no periódico oficial do partido noticias dêsse jaez: "Convidamos o individuo João Fernandes, residente na estrebaria da rua tal, número tantos, a vir com a possível urgência a esta redação para entrar em contato com o nosso rijo e patriótico vergalho".

Moreira de Vasconcellos não podia encontrar época mais propícia para a representação do seu drama sobre o fracasso da Inconfidência Mineira e o suplicio do que encarou com dignidade a situação.

Na noite de *première* o Teatro, que era o Lucinda, esgotara a lotação e Moreira de Vasconcellos, que interpretava a figura do Martir, logo que entrou em cena, recebeu uma ovação. Manifestação contrária teve-a o ator que se encarregou do papel do traidor Joaquim Silverio dos Reis, que, denunciando os conspiradores, depois de lhes ter captado a confiança, a ponto de ser admitido em várias reuniões, entregou os sonhadores de Villa Rica nas mãos dos delegados da confiança da rainha D. Maria I.

O infeliz artista teve de vir à cena para receber apupos, insultos, ameaças. Afinal, quando o pano desceu no último ato e os que trabalharam na peça se preparavam para sair, alguém entrou na *caixa* de Lucinda para prevenir a Moreira de Vasconcellos que grupos numerosos estacionavam nas cercanias do Teatro, para agredirem fisicamente o ator que fizera o papel de Joaquim Silverio dos Reis. Cada figura da companhia que deixava o teatro era submetida a reconhecimento e desaparecia, célere, logo que obtinha desembaraço.

Fechado no seu camarim, praguejando o seu destino, o ator ameaçado passaria contrafeito o resto da noite ali si não tivesse recebido aviso de que seus inimigos esperariam por êle na rua até limitada hora, e, no caso dêsse não sair, invadiriam o Teatro, a queateariam fogo. Em vão procuravam fazer ver que o desgraçado não era o autêntico Joaquim Silverio, mas um méro intérprete. Os homens estavam irredutíveis no propósito de vingar a memória do patriota que morreu no patíbulo. E foi preciso que a policia mandasse uma força municipal buscar no teatro o pobre homem, guardando-o numa sala da Repartição Central até às primeiras horas do dia, caso que se repetiu sempre durante as noites em que a peça esteve em cena.

Como o holandês do brocardo, aquele infeliz esteve na iminência de pagar o mal que não fez...

## IV

No São Januário — *Zaira*, de Voltaire —  
No São Francisco — O caso de *Os dois rene-*  
*gados* — *A gargalhada* — Fusão de duas  
companhias para um espetáculo de gala —  
*O Triunfo de Trajano* — Amador Bueno e o  
Conservatório Dramático — *A dama de São*  
*Tropez* — Companhia lirica francesa — O  
assassínio da cantora Eugenia Mége — *O*  
*cego* — *A moreninha*, de Joaquim Manuel  
de Macedo — Em Campos — Viagem à Baía  
— Versos e aclamações no Teatro São João —  
Reaparecimento no São Januario, no *Gas-*  
*par*, de Bouchardy







Chaves Pinheiro — O ACTOR JOÃO CAETANO  
Escola Nacional de Bellas Artes — Rio de Janeiro

O marmore existente na Escola de Bellas-Artes





Depois que expirou o seu contrato de arrendamento do São Pedro de Alcântara e foi fechado o teatro, deliberou João Caetano, mais uma vez, trabalhar em Niterói. Ali estreou a 17 de Novembro de 1838, com *O Otelô*, criou o *Aristodemô*, de Conti, e o *Oscar, o filho de Ossian*, de Arnauld, (1) ambos traduzidos por Gonçalves de Magalhães. Ali abriu João Caetano uma assinatura para oito réeitas. Manteve-se do outro lado da baía, até Outubro de 1839, quando veio para esta capital, contratado para trabalhar no São Januario, onde se apresentou na peça *Acmet e Rakima*. Dias após fez a *Nova Castro*, incumbindo-se do papel do príncipe d. Pedro e interpretando Ludovina Soares da Costa o *daquella que depois de morta foi rainha*. (2)

---

(1) E' no papel dessa tragédia que Chaves Pinheiro o esculpiu no mármore que pertence à Escola de Belas Artes. O monumento que figura em frente ao Teatro João Caetano é de Rodolfo Bernardelli, modelado sobre o de Chaves Pinheiro.

(2) Ludovina Soares da Costa. Nascida em Coimbra, a 25 de Outubro de 1802. Estreou no Teatro São João, do Porto, em 1811, no oratório *A familia de Adão*. Em 1820 substituiu, em Lisboa no Teatro da Rua dos Condes, a atriz Marianna Torres, que veio para o Brasil.

Era casada com o ator João Evangelista da Costa. Chegou ao Rio de Janeiro a 28 de Junho de 1829, a bordo da galera *Onze de Maio*. A 25 de Setembro de 1828, fôra aqui assinada uma convenção para a vinda de uma companhia portuguesa cômica, entre João Pereira da Cruz, o capitão da galera daquela nacionalidade *Lisita*, pela intervenção dos seus consignatários Rodrigues de Souza & Cia., de uma parte, e de outra, o sr. Fernando José de Almeida.

A 21 de Julho do ano seguinte, no *Jornal do Comércio*, lia-se a primeira referência aos contratados. Dez dias depois, estreou a companhia com o drama *O escravo ou Elisa e Raul* e a farsa *O ermitão e a beata*. Faziam parte da Companhia, as atrizes Ludovina Soares, *primeira dama*; Tereza Soares, *segunda dama*; Gertrudes Angelica da Cunha, *segunda dama*; Maria Soares, *segunda dama*; Maria Amalia

Mais tarde fundiram-se as companhias que trabalhavam no São Pedro e no São Januario, e João Caetano appareceu no teatro do Rocio, no espetáculo de gala de 2 de Dezembro daquele ano (natalicio do Imperador d. Pedro II), na tragédia *Zaira*, de Voltaire. (3) Fez o papel de Orosman, o sultão, e Ludovina o da odalisca Zaira. Rápida (não excedeu de um ano) foi a sua passagem pelo São Pedro de Alcântara, onde, além da *Zaira*, representou *O novo desertor francês*, *Clotilde*, *Antonio José* (fazendo Estella a Marianna), *Os sete infantes de Lara* e *Casanova no forte de Santa Andréa*.

Depois da récita de 2 de Dezembro de 1840, dada com *Os dois renegados*, (4) saíu João Caetano, por insubmisso, do teatro, indo, então, para o Valongo, e, em seguida, para o São Francisco de Paula.

---

da Silva Lisboa; actores João Evangelista da Costa, *primeiro galã*; João Climaco da Gama, *velho sério*; Bento José de Faria, Manoel Alves, Joaquim José de Barros, *galã central e tirano*; Luiz Antonio Gonzaga, Manoel Baptista Lisboa, *primeiro gracioso e petimetre*; Manoel Soares, *segundo gracioso*; Antonio José Pedro, Miguel João Vidal, José Jacob Quesado, *pequeno ator*. O cabo da companhia era Joaquim José de Barros.

A companhia chegou aqui no dia do falecimento de Fernando José de Almeida. O Imperador d. Pedro I, a cuja presença foi ela incorporada, tranqüilizou os artistas seus patricios e os fez instalar no Hotel Horácio, à rua da Quitanda. Além das peças de estréia, fôram representadas: *Anna Fredegair*, *A sensibilidade no crime*, *Isabel I*, *imperatriz da Rússia*, *Christiano*, *rei da Dinamarca*, *O inimigo do seu sexo*, *As minas da Polónia* e outras. Do São Pedro, passou Ludovina Soares da Costa para o Teatro da Rua dos Arcos e dali para o da Praia D. Manoel, inaugurado em Agosto de 1834. Tinha a voz de contralto. No 5º ato d'*Os dois renegados*, de Mendes Leal, cantava uma *xacara*, cuja música era de Francisco Manoel da Silva, o autor do Hino Nacional. Em uma das peças que representou, 30 anos ou a vida de um jogador, apresentou-se ridiculamente vestida: "Vestido curto, toucado de penas e ar desembaraçado mais se assemelha a uma bailarina de corda do que a uma donzela que vai receber-se". (*Jornal do Comércio*, de 23 de Abril de 1836.)

Foi a primeira atriz do seu tempo; durante longos anos, contracenou com João Caetano. Faleceu de uma congestão cerebral, nesta cidade a 10 de Fevereiro de 1868, na casa da rua dos Ciganos, hoje Constituição n. 7.

(3) A tragédia foi annunciada com o nome de *Nova Zacira*.

(4) Quando João Caetano deixou o São Pedro, a empresa, fez annunciar, de novo, *Os dois renegados*, com o ator Germano Francisco de Oliveira incumbido do papel que lhe coubera, o de Samuel. Encheu-se o teatro. Parte do público não aceitou a substituição e, logo que Germano appareceu em cena, manifestou o seu desagrado. Outra parte queria que o espetáculo proseguisse. Fôram atiradas moedas ao palco, houve excessos e o espetáculo não continuou, saindo para a Praça, os

Para a realização de espetáculos no Teatro do Valongo foi constituída uma sociedade, que tinha por presidente Albino Gomes Guerra de Aguiar. O teatro do Valongo (de São Pedro, chamava-se êle em 1833, quando se inaugurou) era situado na rua de igual nome, depois da Imperatriz e agora Camerino, n. 64. Em Agôsto de 1842, Jacintho José da Silva, que morava no n. 66, pediu a demolição do prédio occupado pelo teatro, por ameaçar ruína e poder desabar sôbre a sua casa. A 16 daquele mês e ano, Gaspar José Dias, fiscal da fre-

---

amigos de João Caetano assinaram um pedido para que fôsse readmitido o artista. A 26, o *Correio Oficial* publicava: "Tendo-se espalhado o boato de que, na noite de hontem os concorrentes à representação do drama *Os dois renegados* estavam dispostos a exigir que o papel de Samuel fôsse desempenhado pelo ator que já uma vez o havia desempenhado, os srs. chefe de policia e juiz municipal deram tôdas as providências para frustrar semelhantes desígnios, mas, em vista de um concurso assaz considerável, acordes no mesmo propósito, os meios preventivos não podiam deixar de ser neutralizados. O espetáculo não passou do meio do primeiro ato porque o sr. juiz municipal mandou descer o pano, para ordenar que o povo se retirasse, visto não querer a continuação do drama. No meio de tudo isto, cumpre declarar, as autoridades fôram respeitadas e a mais pequena desordem não appareceu entre os espectadores. A prudência dos srs. chefes de policia e juiz municipal, às medidas empregadas por tão dignos magistrados, afim de obstar qualquer conflito deve-se não ter êle apparecido, nem dentro, nem fora do salão. Também o sr. Carlos José de Almeida, juiz de paz do 1º distrito do Santíssimo Sacramento, deu tôdas as providências a seu alcance. Eis, pois, todo o acontecido: esperamos que não hajam exagerações, como de costume."

Germano Francisco de Oliveira nasceu nesta capital a 28 de Maio de 1820. Deixou cedo os estudos no Ginásio de São Joaquim e a profissão que lhe haviam escolhido, de marcinheiro, e aos trese anos fez-se ator no Teatro da Rua dos Arcos, representando com a companhia portugueza que tinha por figura principal a Ludovina. Em 1844 seguiu para Campos e ali se fez empresário. Da cidade fluminense voltou de seguir para a Baía, onde foi encontrar João Caetano, quando lá esteve, em 1849. Trabalharam juntos no Teatro São João, em duas peças: no *Otelo* e na *Nova Castro*. João Caetano, dividindo os papeis, fez a partilha do leão: reservou para êle os do mouro de Venesa e do principe d. Pedro; deu ao Germano os de Loredano e do rei d. Affonso. Houve na provincia as mesmas demonstrações partidárias que tiveram aqui lugar, em 1841, por ocasião da *réprise* de *Os dois renegados* e Germano embrenhou-se pelo interior, indo para Cachoeira. De Cachoeira passou a Pernambuco, onde procurou Carneiro Leão que lhe deu a administração do Teatro Santa Isabel, reaberto a 18 de Maio de 1850, pelo Germano, com o drama *O pagem de Al-jubarrota*. Nessa ocasião, para compensar-lhe os serviços, fê-lo o governo comendador da Ordem da Rosa. Veio depois ao Rio e trabalhou com o Florindo, no Ginásio. Não tardou a voltar ao Norte, visitando então, o Ceará e o Maranhão. Em seguida foi à Europa. Quis representar em Lisboa e exigiam-lhe exame de suficiência, a que



guesia de Santa Rita, informou que a demolição estava sendo feita. (*Documento do arquivo da Prefeitura do Distrito Federal*).

Na acanhada e velha casa de diversões se instalou João Caetano com sua companhia, na primeira quinzena de Fevereiro do ano seguinte. Exercia o artista carioca as funções de primeiro ator e diretor de cena. O presidente da sociedade, investindo-o dessas atribuições, autorizou-o a providenciar no interesse de promover o progresso na arte dramática. (5)

---

Ele se sujeitou. Habilitado, franquearam-lhe as portas do D. Maria e depois as do Ginásio, exibindo-se neste no *Duque de Roquelaure* e naquele na *Gargalhada*. Mendes Leal dedicou-lhe um drama: *Urgel de Comprodou*; Cesar de Lacerda, outro: *Dois mundos*. Nesta cidade, Borgain ofereceu-lhe uma peça, *O mosteiro de São Thiago*, na qual criara o Germano o papel de Fernando. Quando o ator francês Charles Lemaitre esteve em Lisboa representou ali *L'éclat de rire*, de Arago (*Gargalhada*). Nessa ocasião escreveu Ernesto Biester na *Ilustração*: "Tinhamos ouvido ainda há pouco no mesmo papel, representado em versão portuguesa, o Sr. Germano Francisco de Oliveira, ator brasileiro que se apresentou igualmente no teatro normal e é opinião de todos os entendidos que o paralelo não é favorável ao ator francês. A gargalhada que revela o delírio, na boca de Germano excitou uma comoção profunda. Charles Lemaitre, nesta peripécia capital, ficou-lhe extremamente inferior; não pode haver parcialidade neste juízo porque ambos os artistas são forasteiros entre nós."

Na sua vida artística regista-se o seguinte episódio, aqui ocorrido quando ele trabalhava no Teatro São Pedro: Ao se ensaiar o 2º ato do drama *A leitura*, previniram a Germano ser mister passar para um dos salões do teatro porque a companhia de bailados precisava do palco. Ele retirou-se, dispensando os companheiros. O sr. José Antonio Thomaz Romeiro esperou-o no dia seguinte, à hora do costume, mas o Germano mandou dizer que não ia representar porque não sabia uma só palavra do drama. A récita era em benefício da dansarina Francisca Farina e o drama fôra representado. O administrador pediu providências ao juiz do teatro, Justino José Tavares. O artista foi preso por ordem desta autoridade que recommendou ao inspector dramatico do teatro a conveniência de todos os artistas serem escriturados, afim de, à vista do respectivo contrato, possa melhor coagi-los ao cumprimento de seus deveres, quando dêles se desligarem. A ocorrência data de 29 de Abril de 1844.

Durante algum tempo Germano curou pela homeopatia, medicina que lhe merecera confiança pelos resultados que para sua própria pessoa obtivera.

Em estado de penuria morreu na enfermaria geral da Santa Casa desta cidade.

(5) Albino Gomes Guerra de Aguiar, que era comissário geral do Exército, dirigiu a João Caetano a seguinte carta que foi publicada no *Jornal do Comércio* de 13 de Fevereiro de 1841:

"Sr. João Caetano dos Santos. Não podendo eu comparecer ao acto de instalação da companhia dramatica, como

A sociedade se esforçou sem perda de tempo para que se fizessem os reparos exigidos pela situação de quasi ruína em que se encontrava o Teatro São Francisco de Paula, para se instalar ali o mais depressa possível, visto a má situação do Valongo, em lugar afastado da cidade. Marcou-se a apresentação ao público para a noite de 28 de Fevereiro, com a tragédia *Otelo*. O bispo do Rio de Janeiro impediu, porém, que a peça subisse à cena naquela época, que era a da quaresma, quando apenas se permitiam espetáculos religiosos, e o ator João Caetano teve de escolher novo programma, que passou a ser preenchido pelas oratórias *O sacrificio de*

---

tencionava, queira V. S. reunir todos os actores e ler-lhes o que passo a expender.

Não foi com intuito de lucrar que se organizou a sociedade de que sou presidente; ella só teve em vista promover o progresso da arte dramatica, estabelecendo a emulação entre as duas companhias existentes, acolher e animar os jovens que a ella se dedicaram, e terminar a privação que o publico soffria com a despedida do artista, cujos talentos tem o mesmo publico constantemente apreciado e applaudido. A tarefa é ardua e quicá superior ás forças da companhia de accionistas; porém, ella não duvida um só momento do bom exito de sua empreza e de que poderá preencher os fins de que se propõe, porque espera que entre todos os artistas reine a mais perfeita harmonia, que seus esforços suppram a fraqueza da sociedade e que desmintam formal e categoricamente os que desprezam a util classe dos actores: si assim o fizerem, poderão contar com todo o apoio da sociedade emprezaria e do seu presidente, que os não abandonará, sejam quaes forem as difficuldades com que tenha de lutar, sejam quaes forem os sacrificios. V. S. está nomeado ensalador e director da scena; deve, portanto, ficar prevenido de que, emquanto se prepara o theatro de S. Francisco, ha de a companhia dar algumas representações no Teatro do Valongo, que espera obter, e isto com a maior brevidade possível. Não só para este fim, como para tudo mais que for necessario, entender-se-ha V. S. com o accionista Manoel José de Araujo, que está por mim competentemente autorizado para fazer todos os ajustes, obviar qualquer obstaculo e ouvir as observações que por intermedio de V. S. fizerem os artistas e mais empregados do theatro. Assim espero que se faça. Sou com estima seu attento venerador, *Albino Gomes Guerra de Aguiar*".

A rua era do Valongo por estarem ali os armazens onde se vendiam escravos procedentes da Africa. Por portaria de 31 de Julho de 1843, passou a chamar-se da Imperatriz. Depois da proclamação da República teve o nome de Camerino (Consolidação das Leis e posturas municipais).

*Abrahão e São Julião e Santo Antonio.* (6) Assim abriu o Valongo na noite de 9 de Março. João Caetano não tomou parte nas duas peças, recitando, tão somente o monólogo de apresentação da companhia e saudação ao público. Não correspondeu ao que se esperava esse espetáculo de estréia. Manifestaram-se censuras, não só contra a má escolha das oratórias, que já eram conhecidas, como ao desempenho, que foi vacilante. O próprio diretor do elenco valeu-se muito do ponto. Os cenários denunciavam demasiado uso e só as vestimentas tinham o carater de novidade. (7) Tornou-se, por isso, mistér apressar a conclusão dos reparos que estavam

---

(6) A empresa publicou, a 2 de Março de 1841, no *Jornal do Comércio*, a seguinte nota:

“Em consequencia de ordem superior, requisitada pelo exmo. bispo, não poude representar-se domingo a tragedia *Othello*, por não ser oratoria ou sacra; porém, domingo, 7 do corrente, dar-se-á a primeira representação com novo drama sacro. No dia 14 do corrente, em festejo aos annos da augusta princeza d. Januaria, representar-se-á o drama *O Triumpho da religião*; e no dia 18 dar-se-á a representação de um novo drama. A empresa não mandou annunciar dramas profanos sem ter a competente licença, por isso não pode ser responsavel por esta mudança de espectaculos, mas a escolha que fez da oratoria para supprir aquelles, julga que agradará ao respeitavel publico que sempre indulgente não deixará de sel-o neste caso. Os bilhetes de camarotes e cadeiras estão todos vendidos pelas tres noites; elles servem para estas novamente annunciadas; aquellas pessoas, porém, que não estiverem pela substituição podem restituir os bilhetes, que immediatamente receberão a sua importancia”.

(7) A 11 de Março, surgiu nos jornals a seguinte publicação:

Ao actor João Caetano dos Santos, por occasião de apparecer em scena na noite de 9 do corrente:

Pisa affolto na scena, não, não temas !

Teu genio superior que temer deve?

Não te saúda o fluminense povo ?

Que importa que por ti se rale a inveja ?

Bramindo a estupidez expanque os ares ?

A inveja qual serpente entregue ás furias,

Quasi sempre em si mesma o dente aferra.

Que pode a estupidez ? Tornar difficil,

Escabroso o caminho da sciencia ?

sendo feitos no São Francisco. Fixou-se, nesta conformidade, a data de 15 de Abril para a reabertura do teatro, suspendendo-se, então, definitivamente, os espetáculos no Valongo, mesmo porque a censura impedira a representação do drama que devia ser dado em seguida às oratórias.

O Teatro de São Francisco, todavia, não ficou pronto no tempo aprazado e só a 2 do mês immediato apresentou-se nêle *Os dois renegados*. Vejamos, pelos jornais da época, como correu a representação: "João Caetano, que no Teatro São Pedro de Alcântara representara a parte de Samuel de uma maneira pouco satisfatória, esteve ante-ontem compenetrado do seu papel e mereceu o lisonjeiro acolhimento com que foi recebido", disse o *Jornal do Comércio*, que assim concluiu o elogio: "Nunca o vimos representar melhor." (*Edição de 4 de Maio.*)

Além dêle, destacaram-se Estella Sezefreda e Pimentel.

Alguns anos permaneceu o ator brasileiro no que se chamou mais tarde Ginásio Dramático, tendo ali obtido memoráveis sucessos. Criou o *Hamlet*, não o autêntico de Shakespeare, mas o acomodado por Ducis, *A gargalhada*, de Jacques Arago, que tinha sido poucos meses antes representada no São Pedro de Alcântara pelo ator Lapuerta, *Mícias ou o Donzel de Vilhena*, drama em versos, do célebre poeta espanhol Mariano José de Larra, do repertório do mesmo ator e traduzido por Paula Brito e Teixeira de Souza, *Kean e Frei Luiz de Souza*.

Para comemorar o aniversário de casamento do Imperador, em 1843, José Clemente Pereira, que presidia a direção da associação empresária do Teatro São Pedro de Alcântara e ocupava a pasta da Guerra, encarregou João Caetano dos Santos, que ocupava o São Francisco de Paula, de orga-

Que estorvos haverá que por ventura  
Não transcenda o talento ? A' scena volta !  
Vem dar a vida, e côr e movimento  
As paixões que nos seios adormecem ;

Vem mostrar todo o horror que inspira o crime  
E que teu genio superior fulgura  
Nas trevas que ignaros manter gostam !  
Para o brilho da luz bem basta a sombra .

Pisa affeito na scena, não, não temas !  
Teu genio superior que temer deve ?,  
Não te saúda o fluminense povo ?



nizar um espetáculo de gala, com o concurso das duas companhias, para se realizar no São Pedro, correndo os respectivos trabalhos sob a direção daquele ator. João Caetano aceitou a incumbência e o espetáculo foi dado na noite escolhida, a de 11 de Setembro do mesmo ano, representando-se o drama *O triunfo de Trajano*. Os artistas do São Pedro naquela época eram: Joaquim José de Barros, Germano Francisco de Oliveira, José Romualdo, João Thomaz, Manoel Soares, Manoel José Pinto, João José do Amaral, Ludovina Soares da Costa, Gabriel da Cunha, Gertrudes Angelica. Trabalhavam no São Francisco: João Caetano, Joaquim Augusto, João Antonio da Costa, Victor Porfirio de Borja, J. J. Gama, Estella Sezefreda, Joanna Rosa e outros. A festa agradou, não só aos homenageados, que assistiram, como ao autor da lembrança e a todos. Espalhou-se, todavia, que João Caetano ganhara larga gratificação pela tarefa de que fôra incumbido e êle, ferido nos seus brios, fez publicar a seguinte declaração:

"O artista dramático João Caetano dos Santos, desejando restabelecer a verdade de alguns fatos que correm, desfigurados talvez de propósito, julga de seu dever declarar ao respeitável público, que trabalhou em a noite de 11 do corrente com a sua companhia reunida à do Teatro São Pedro de Alcântara unicamente para de sua parte concorrer para o público testemunho de regosijo pelo feliz consórcio de Sua M. Imperial, tendo feito ver ao excelentíssimo sr. conselheiro José Clemente Pereira que nenhuma remuneração pecuniária perceberia pelo seu trabalho e o da sua companhia, sendo com tais condições aceita a sua oferta. A êste esclarecimento dá causa o silêncio que a respeito guardou o sr. Romero quando anunciou a fusão das duas companhias. Igualmente declara que ao mesmo exmo. sr. se ofereceu para representar em quaisquer outras peças que s. ex. quisesse que fôsem à cena em as cinco noites que se seguiam, visto que não julgava conveniente que tivesse repetição *O triunfo de Trajano*, produção escrita e amoldada segundo o alto fim a que foi destinada, com o que, conformando-se, s. ex., teve também a delicadeza e bondade de o dispensar de mais trabalho. A urbanidade, energia e eficaz coadjuvação de s. ex. me constituirão em eterno reconhecimento e aproveitamento esta ocasião para conferir-lhe meus agradecimentos, assim como a todos que me acompanharam no despenho da árdua mas muito lisongeira tarefa de que espontaneamente me incumbi, João Caetano dos Santos." (Publicações a pedido do *Jornal do Comércio* de domingo, 17 de Setembro de 1843).



Expirado o prazo do contrato e dissolvida a sociedade, João Caetano alugou por sua conta o São Francisco de Paula, condenado por ameaçar ruína.

Construído em 1833 por João Vitor Chabry, no terreno da rua de São Francisco de Paula, entre os ns. 27 e 29, que fazia fundos para a rua do Cano, pegado ao n. 194 (petição existente no Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal) para récitas particulares, dadas por um elenco francês, o São Francisco de Paula era de pequenas proporções. Tinha uma única varanda corrida destinada às senhoras. Com as obras por que passou foi essa varanda transformada em duas ordens de camarotes. A decoração da sala foi entregue a Cicarelli, que havia exposto alguns quadros apreciáveis na Escola de Belas Artes e que a aprontou em estilo egípcio. O pano de boca era de damasco azul e as cadeiras forradas de palhinha. Ao centro da platéia, pendia um vistoso lustre.

João Caetano deliberou fazer a abertura com um drama de assunto nacional e cometeu a tarefa de escolha ao Conservatório Dramático Brasileiro. Cinco fôram as peças enviadas e aquela corporação escolheu a que tinha por título *Amador Bueno ou a fidalguia paulistana*, de Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

O drama, segundo declarou o autor, foi escrito nos primeiros dias de Agôsto de 1843, a instâncias do cônego Januario da Cunha Barbosa.

O parecer que a respeito do merecimento da composição do sr. J. Norberto deu a comissão incumbida de examiná-la, que se constituia dos srs. Thomaz Pinto Serqueira, dr. Luiz Francisco Ferreira e Thomaz Fortunato de Brito, é longo e termina por achar que ela merece ser retocada. O cônego Januario escreveu: "Eu o julgo muito digno de ser adotado pelo Conservatório, em tudo que pertence ao seu bem traçado enredo. O episódio que dá tempo ao desenvolvimento da ação principal está bem relacionado com ela e nada tem de forçado. Mas cumpre notar que a construção das frases com que está escrito êsse drama necessita de alguma correção para que acompanhe a elegância do estilo à dignidade do mesmo drama, aparecendo numa linguagem própria dos nossos dias e digna do autor de tão boa peça".

Ao 1º secretário do Conservatório o autor dirigiu a seguinte carta:

"Amigo sr. José Rufino.

Remetto-lhe o parecer do Serqueira; o do conego Januario ficou com eu mano Rio; talvez o achasse entre

seus papeis. Quanto ao drama, não envio; á tarde levarei um officio pedindo licença para retiral-o, corrigil-o e depois ser enviado á comissão com as alterações, pois assim como elle tem de vir para o meu poder a ser corrigido. Foi muito mal copiado e contém graves erros que me envergonho.

Lá irei para a sessão de hoje e creio que me não recusarás uma prova de autor humilde que quer corrigir os seus defeitos e depois então que me julguem. E tanto mais que hoje tenho feito progressos na lingua. Sou, na forma do costume, teu amigo obrigado — *J. Norberto* — 19 de Junho de 1845.

N. B. O drama será entregue dentro de quinze dias."

A 26 de Julho de 1846, Martins Penna, segundo secretario do Conservatório, officiaa nêstes têrmos a João Caetano:

"Tendo o Conservatorio Dramatico Brasileiro adjudicado ao drama intitulado *Amador Bueno ou a fidelidade paulistana* a preferencia para a abertura do novo Theatro S. Francisco, adjudicação que foi votada na sessão de hontem, por treze votos contra tres, assim o participo a V. S. para sua intelligencia. Fazendo a V. S. esta comunicação tenho ordem do Conservatório para lhe declarar ao mesmo tempo que não se achando *O cavalheiro teutonico* (8) habilitado ainda com as licenças necessarias para subir á scena, exigindo, outrosim, a respectiva comissão algumas emendas e supressões para esta habilitação, não foi por isto admittido no concurso, posto que o jury reconhecesse nesse drama muitas bellezas e o seu autor credor de subidos elogios. Com o dito drama *Amador Bueno* devolvo a V. S. os outros quatro que o acompanharam. Deus Guarde a V. S. Illmo. sr. João Caetano dos Santos.— *L. C. M. Penna*, 2º secretario."

★ ★ ★

---

(8) *O cavalheiro teutónico ou a freira de Marlemburg*, tragédia, em cinco atos de Antonio Gonçalves Teixeira de Sousa, escrita em 1840 e impressa em 1855.

## O CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO BRASILEIRO

Em princípios de Março de 1843 vários cidadãos brasileiros, amantes das artes e animados dos melhores propósitos com relação à tarefa de representar no país, deliberaram organizar uma associação de largo programa, que cuidasse do assunto, denominada Conservatório Dramático Brasileiro.

Conforme se via do art. 1º dos respectivos estatutos, datados de 13 daquele mês, o objetivo da agremiação era

“animar e excitar o talento nacional para os assuntos dramáticos e para as artes accessórias, corrigir os vícios da cena brasileira, quanto caiba na sua alçada, interpor o seu juízo sobre obras, quer de invenção nacional, quer estrangeira, que já tenham subido à cena ou que se pretendam oferecer às provas públicas, e finalmente dirigir os trabalhos cênicos e chamá-los aos grandes preceitos da arte, por meio de uma análise discreta em que se apontem e combatam os defeitos e se indiquem os métodos de os emendar.”

A 24 do mês imediato, o ministro José Antonio da Silva Maia comunicava ao presidente da novel associação que o governo imperial resolvera aprovar os artigos orgânicos do Conservatório que, por esse motivo, a 30 do mesmo mês solemnemente se instalava.

Por “Avisos” posteriores, de 10 de Novembro de 1843 e 22 de Fevereiro de 1844, foi atribuído ao Conservatório Dramático o encargo de exercer a censura dos teatros.

Os Estatutos do Conservatório insinuavam a atribuição. Era concebido nestes termos o artigo 12:

“Se o Governo Imperial houver por bem de encarregar ao Conservatório a censura das peças que subirem à representação nos teatros públicos da Córte, ou ainda a sua inspeção moral, o Conservatório se prestará prontamente a este encargo, podendo propor e requerer o que lhe pareça acertado para o seu mais cabal desempenho.”

As peças destinadas à cena seriam pelos autores ou pelas empresas apresentadas ao primeiro secretário da instituição e, depois de censuradas pelos membros designados pelo presidente, obteriam deste licença ou não, na conformidade do parecer.

O cargo de presidente do Conservatório, exercido depois em função perpétua, recaiu na pessoa do dr. Diogo Soares da Silva de Bivar. Era este português de origem, nascido na vila de Abrantes, na Estremadura, mas depois da Independência adotou a nacionalidade brasileira.

Quando partiu de Portugal desembarcou e fixou residência na velha província da Baía. Ali fundou o segundo periódico publicado no Império, *A idade de ouro do Brasil*, cuja coleção se encontra na biblioteca do Instituto Histórico. Viveu esse jornal de 1812 a 1823.

A função do primeiro secretário do Conservatório Dramático teve por primeiro occupante o dr. José Rufino Rodrigues de Vasconcellos. Era, igualmente, português, mas aqui residindo e tendo se naturalizado, exerceu emprêgo público na Contabilidade da Guerra, onde ascendeu ao cargo de chefe de secção. O segundo secretário era o creador da nossa comédia de costumes Luiz Carlos Martins Penna, o autor d'*O noviço* e d'*O juiz de paz da roça*.

Mais tarde o Conservatório Dramático Brasileiro adicionou aos seus cargos da directoria o de vice-presidente, elegendo para essa investidura o conselheiro José Clemente Pereira.

Doze foram os fundadores da instituição. Além de Diogo Soares da Silva de Bivar, José Rufino Rodrigues de Vasconcellos e Luiz Carlos Martins Penna assinaram os artigos orgânicos, em número de quatorze, os senhores: Francisco de Paula Vieira de Azevedo, funcionário público, primeiramente na Repartição da Polícia, depois na Contabilidade, exercendo mais tarde a função de official maior do respectivo Ministério, Luiz Honório Vieira Souto, escritor dramático, casado com uma enteada de João Caetano, José Florindo de Figueiredo Rocha, Hermogenes Francisco de Aguiar Pantoja, Manoel de Araujo Porto Alegre, o poeta do *Colombo* e das *Brasilianas*, grande cultor das belas artes, cônego Januario da Cunha Barbosa, um dos fundadores do Instituto Histórico, e que foi director da Bibliotheca Nacional, Agostinho Nunes Montez, José Pereira Lopes Cardal e Luiz Garcia Soares de Bivar, filho do presidente do Conservatório.

Mais tarde foi chamado a fazer parte da companhia o ator João Caetano dos Santos. Existe no Arquivo do Conservatório Dramático, recolhido à secção de manuscritos da Bibliotheca Nacional, um parecer de João Caetano favorável à representação da comédia em um ato *O logro da fidalguinha presumida*, de José Justiniano da Cruz Forte, autor d'*A indi-*



Martins Penna, o creador da comedia brasileira





ana, *O jogo do burro ou a febre das ações*, e de outras peças teatrais. Cruz Forte frequentava a Universidade de Coimbra quando se deu a insurreição conhecida pelo nome de *Maria da Fonte*; foi desligado daquele estabelecimento de ensino superior, viveu alguns anos em Loanda, na Costa d'Africa, de onde se transferiu para o Rio de Janeiro. Aquí constituiu família, casando com d. Francisca Mattoso Maia, irmã do dr. Luiz de Queiroz Mattoso Maia, que foi professor de História no Colégio Pedro II e faleceu, moço ainda. É datado de 28 de Fevereiro de 1855 o parecer de João Caetano e está redigido nestes termos: "*O logro de fidalguinha presumida*, estando conforme com a disposição do Conservatório Dramático Brasileiro, póde subir à cena".

A comédia foi representada no Teatro Ginásio, a 24 de Junho de 1855, com a seguinte interpretação:

*Noronha*, Vianna; *Carlota*, Adelaide do Amaral; d. *Engracia*, Ricardina; *Eugenio*, Armando; *Florentino*, Orsat; uma criada, Maria Velutti; um criado, Martins.

O último presidente do Conservatório Dramático no regime imperial foi o conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza, barão de Paranapiacaba, tradutor das *Fabulas* de La Fontaine.

Houve na gestão dêsse titular um incidente com a companhia francêsa de operetas dirigida por Maurice Grau. Na ocasião de ser apresentada à censura a opereta *La Mascotte*, de Audran, o barão de Paranapiacaba sujeitou o *libreto* a várias supressões, com as quais o empresário não se conformou, sendo então, pela inobservancia das recomendações, proibida a representação da popularíssima opereta que teve por creadora da figura da protagonista, nesta Capital, a famosa atriz Taola Marié. O caso despertou vivos comentários da imprensa, tendentes todos a achar exagerado o procedimento do Conservatório.

Pouco depois do advento da República foi suprimida a repartição de censura e extinto o Conservatório, passando para a policia a attribuição de autorizar a representação das peças teatraes, como até agora sucede.

Com o drama *Amador Bueno* abriu-se, de facto, o Teatro São Francisco de Paula, a 19 de Setembro de 1846.

Referindo-se à representação, no seu folhetim do *Jornal do Comércio*, escreveu Martins Penna: "O drama *Amador Bueno* tem boas cenas e não é mal conduzido e se o todo pareceu frio é que o assunto, a nosso vêr, nada tem de dramatico. O público o recebeu com benignidade e seu autor,

o sr. Joaquim Norberto de Souza e Silva, deve ver nesse acolhimento animação futura."

O espetáculo de estréia compreendeu também a peça *Ketty*, Vieram depois *D. Cesar de Bazan*, *Kean*, *Gargalhada*, *Magdalena*, com a estréia da Estrela na protagonista, etc.

A 9 de Abril de 1847 realizou João Caetano a sua festa artística naquele teatro com o drama *A dama de São Tropez*. Teve uma criação notável no papel de Jorge. Vejamos ainda o que escreveu Martins Penna. No rodapé do *Jornal do Comércio*, a Semana lírica, fez ele estas referências ao primeiro intérprete do drama:

"... seria injustiça se não reservassemos um cantinho no nosso folhetim para dar os merecidos elogios ao primeiro actor brasileiro. O modo porque este artista comprehendeu o papel do protagonista do drama, o desenvolvimento e gradação que lhe deu, foi admiravelmente interpretado e sentido. Estudar um papel decorando-o e repetil-o depois em scena, com mais ou menos habilidade, faz qualquer actor; mas dar-lhe verdadeira vida, interpretar fielmente as paixões e seus paroxismos, levar o terror e a compaixão ao seio dos espectadores só é dado ao genio."

Em 1846 chegou ao Rio de Janeiro, trazida pela polaca sarda *Eugène* (18 de Setembro) uma companhia francesa de opera, que se instalou no teatro São Januario, estreando a 26 de Setembro com a opera cômica, de Herold, *Le pré aux clers*. As primeiras figuras eram a Duval e a Mége, tendo feito aquela o papel de Isabel, que, quatorze anos antes, cantara em Paris a famosa Casemir, para quem elle havia sido escrito. A Mége encarregara-se da parte da Margueritte, rainha de Navarra, creada na França pela Fargueil. (9) Dois meses e meio depois (9 de Dezembro) a companhia transfe-

---

(9) Eugenia Mége desembarcou aqui enferma, amparada ao braço do marido, debilitadissima. Desde Dunkerque, de onde procedera, abatia-a pertinaz febre intermitente. Na ópera de estréia, não conseguiu destaque; mas um mês depois, na *Lucia de Lammermoor*, que se cantava aqui pela primeira vez, a sua intervenção foi notável, na figura da protagonista. Igual êxito obteve na *Favorita*, na *Dame blanche*, *Zampa*, *Le postillon de Lonjumeau*, *La dame blanche*, *Le cheval de brouze*. A 19 de Junho de 1847, noite da sua festa artistica, cantou, aplaudissima. A *Favorita*. Na manhã seguinte, assassinou-a

riu-se para o Teatro São Francisco de Paula, de que era empresário João Caetano, apresentando-se ali com *Le domino noir*, de Auber, que já havia cantado no São Januario.

Animado pelo successo que essa companhia obtivera, João Caetano, em 1848, mandou contratar outra, em Paris, que

---

o marido, que era também artista da companhia (era ensaiador de piano e tomára parte em duas óperas: *Fra Diavolo* e *Domino noir*), por sabê-la amante do dr. Antônio José Peixoto, que dirigia uma casa de saúde, na Gambôa. Uma das testemunhas arroladas no processo instaurado pela policia foi João Caetano, empresário do Teatro São Francisco. Assim depôs elle:

"... no domingo, 20 corrente, passando pela porta do botequim de mme. Guinauda para o teatro S. Francisco, alli encontrou e cumprimentou a finada mme. Mége; que, poucos instantes depois, disseram-lhe que mme. Mége tinha sido assassinada por seu marido, e indo á casa da dita assassinada já ali não encontrou o réo que, pouco depois, chegando o dr. Peixoto ao logar onde elle estava, que era no dito botequim, e querendo subir á casa do réo, dizendo-lhe algumas palavras de que elle testemunha não se recorda, pelo estado de perturbação em que se achava, elle testemunha se oppoz, dizendo que elle se retirasse porque não achava muito conveniente a sua presença naquelle logar e que se isso disse foi por geralmente se dizer que o dr. Peixoto tinha relações com a finada mme. Mége, boato este que já antes da morte era geralmente espalhado; que elle testemunha tratou immediatamente de dar parte ás autoridades do que havia occorrido e que indo á policia, por lhe constar que ali se achava o réo, este, em convulsões, no maior desespero e banhado em lagrimas, confessou-lhe que ha pouco havia morto sua milher, chegando mesmo a pôr um joelho em terra e beijar-lhe a mão, dizendo que sua mulher o havia traído e que se chegou áquelle excesso foi por ser homem honrado, e que não lhe tivesse odio, que o desculpasse e que nunca fosse seu inimigo; que sabia que o réo tratava muito bem a mulher e que igualmente sabia que antes do assassinato o réo vivia muito afflicto, a que elle testemunha attribuia aos boatos que corriam entre o dr. Peixoto e mme. Mége."

Engenia Mége tinha os olhos azuis e cheios de expressão, os cabelos louros, que usava sempre soltos em cena; era alta e delgada, a boca pequena, o nariz ligeiramente atrevido, como foi descrito na época.

O adultério ficou provado. Já pouco antes da sua ligação com o dr. Peixoto, aceitara os galanteios de um francês de nome Ceneuil e o espôso lhe perdoára a leviandade.

O namoro com o dr. Peixoto foi além. O marido surpreendeu-a em colloquios comprometedores; viu-a um dia, do lugar onde se occultara — narrou isso, debulhado em pranto, ás autoridades policiaes, nas declarações prestadas após o crime — aos beijos com o médico,

aquí chegou a 2 de Junho, na galera francesa *Levaillant*, estreando a 7, com a ópera cômica *Les diamants de la couronne*, de Auber. (10)

João Caetano contava obter o teatro São Pedro de Alcantara para instalação da sua companhia de ópera, mas aquela ampla casa de espetáculos lhe foi negada, "apesar de ser constantemente franqueada às especulações de toda a espécie e terem ali entrada os saltimbancos, os pelotiqueiros, os ginásticos e quanto *homem de capa preta* tem apreço a solicitar ingresso."

(Declaração de João Caetano, publicada a 2 de Agosto de 1848)

Além disso, as condições financeiras pioraram; baixou consideravelmente o câmbio, de sorte que, mesmo com a subvenção recebida do Tesouro, não tinha o empresário recursos para custear a companhia. Assim, transferiu êle os seus compromissos, em Agosto, aos srs. Jaume e Harlioz. A primeira ópera cantada sob a responsabilidade dos novos empresários foi a *Haydée*, julgada a obra prima de Auber (19 de Agosto), que oito meses antes tivera a sua *première*, em Paris. O *libreto* era de Scribe, inspirado numa novela que Prosper Mérimé traduziu do russo.

---

mas, porque a amava muito, não teve ânimo para eliminá-la. Procurou chamá-la à razão, entendeu-se, diminuído nos seus sentimentos de honra, com o sedutor. Zombado por ambos, deliberou agir na primeira oportunidade. Na manhã do crime, a Magé quis ir e só ao Jardim Botânico. Em vão o marido se ofereceu para acompanhá-la, para que ela fosse então, com a filha do casal. Discutiram. A cantora mandou chamar um carro e dirigiu-se ao espelho, para remate da sua *toilette*.

— Sósinha, não irás! disse, já resoluto, o marido.

A infiel limitou-se a sorrir, continuando a atar a fita do chapéu.

Foi aí que se deu o crime. O enganado fez vibrar por duas vezes a pistola de que se armara. Uma das balas atingiu a fronte direita e fez saltar os miolos; outra entrou-lhe pelas costas e atravessou o pulmão. A morte foi imediata.

Logo que teve certeza de que a espôsa estava morta, o assassino procurou envenenar-se. Depois, espontaneamente entregou-se à polícia.

Submetido a julgamento, a 26 de Agosto do mesmo ano, o marido de Eugénia Mége foi unanimemente absolvido.

(10) O elenco era o seguinte:

Tenores: Harlioz, Dubois, Fernand; baixos Chaix; Jocotot e Gyseling; barítono Rivière; cômicos Mouton, Delibel, Bouchand; atrizes: primeiras cantoras Marie Preti; soprano, Harlioz, Carmier, Du Barry Meyer; contraltos, Fanny, Adam e Dubois.



Liberto dos compromissos que assumira, passou João Caetano a consagrar-se de novo á sua arte dramática. Deu o seu benefício a 25 de Outubro, no São Francisco, com o *Aristodemo*. Foi a sua despedida daquele teatro. A 4 do mês seguinte reaparecia ele no velho São Januario, reaberto naquela noite. Representou o drama de Mendes Leal, *D. Maria de Alencastro*, calcado na história da heroína portuguesa que combateu na India, fardada e com o nome de Balthazar do Couto Cardoso.

Estella Sezefreda encarregou-se da protagonista, fazendo João Caetano o papel de Affonso Annes.

Representou depois: *A degolação dos inocentes, o Cego*, drama de Joaquim Manoel de Macedo (11), *Gaspardo, ou o*

★ ★ ★

(11) Foi a primeira peça representada de Joaquim Manoel de Macedo. Subiu á cena a 24 de Janeiro de 1849, em benefício de João Caetano. Entrecho: Maria fora prometida em casamento a Paulo, quando já havia jurado pertencer a Henrique, irmão daquele. Mas, nas proximidades das bodas, Paulo fica cego e Henrique reaparece, depois de ter sido julgado morto nas lutas pela Independência. A cena entre os dois antigos enamorados é áspera e o rapaz decide-se a procurar novas lutas para esquecer a sua desdita. Paulo ouve, porém, e, aparecendo, diz que a enfermidade incurável tirou-lhe o direito de possuir Maria; e como não é justo embarçar dois corações que se amam, vai pôr termo á vida que lhe é inútil. João Caetano fez o papel do cego; Florindo, o do irmão rival e Maria teve por intérprete Estela Sezefreda dos Santos. Em 1856, no mesmo teatro, houve uma *reprise* do drama, cabendo a Florindo o papel que fôra criado por João Caetano.

Em Dezembro do ano anterior, João Caetano recebera para representar no São Januario uma comédia extraída do romance popular de Macedo, *A moreninha*. Não tinha a comédia papel na conformidade do seu temperamento artístico, mas, porque lhe pareceu interessante, ensaiou-a com esmero e *A moreninha*, quer aquí, quer no Santa Tereza, de Niterói, alcançou grande successo. Confiou o papel da protagonista a uma joven, que pouco antes estreara a seu lado no *Kean*, Francisca de Paula Lobo. Tinha a intérprete o fisico da heroína; era morena, insinuante, de longos cabelos pretos. A figura da avósinha, tia Ana, coube a Estela; João Antonio da Costa fez o galã, Augusto. Essa extração fôra feita por autor modesto que se apresentava como *Um fluminense*. Dez anos depois, a 25 de Setembro de 1859, exhibia-se a comédia *A moreninha* ou *Um mês dos amores de um estudante*, também de escritor modesto que se occultava nas iniciais J. C. S. P. F. Do próprio Macedo é a terceira *Moreninha*, representada no Teatro Cassino, depois Sant'Ana e, por último, Carlos Gomes, a 1 de Maio de 1878. O papel de Carolina foi feito por Lucinda Furtado Coelho e o de Augusto por seu marido, Luiz Candido Furtado Coelho.

*peccador de Placcencia*, de Bouchardy, *O trapeiro de Paris*, *Fayel*, *Os mistérios de Paris*, *Pequillo de Alliaga*, de Bourgeois e Masson, tradução de José Moreira Barbosa Filho, representada em sua festa artística, *Zulmira*, *A Gargalhada*, num espetáculo notável (12).

## EM CAMPOS

Em fins de 1845, encontrava-se João Caetano trabalhando no São Francisco de Paula desta cidade e no Santa Teresa, da capital fronteira. O teatro carioca exigia, porém, grandes reparos, por ameaçar ruína, e o ator patricio se dispôs a reconstruí-lo, empregando nessa obra avultada soma. Era preciso suspender os trabalhos e, quando o teatro se encontrasse em condições de receber o público, João Cae-

---

(12) Jacques Arago, quatro dias antes, chegara ao nosso porto, de volta de longa viagem pelo Pacífico, a bordo da corveta francesa *Bayonnaise*, e fizera sentir a João Caetano o desejo de ouvi-lo no papel de André, do seu drama, que elle havia escrito para Frederico Lemaitre. O artista brasileiro acedora gentilmente, pedindo, apenas, o tempo para ensaiar alguns colegas que iriam tomar parte na representação pela primeira vez. Arago prosseguiria a sua viagem na manhã de 19 e, assim, João Caetano fixou a récita com *A gargalhada* para a noite anterior.

O dramaturgo francês compareceu ao teatro amparado por alguns membros da legação e pelo comandante da corveta, Juvien de la Gravière, autor de um bosquejo sobre a guerra naval entre a França e a Inglaterra.

O enredo da peça era ao sabor da época: um rapaz que enlouquece ao lhe jogarem labéo de ladrão, justamente quando elle repunha o dinheiro que havia tirado. Enlouquece, repetindo o insulto, rindo convulsivamente.

Todo o êxito do drama dependia dessa gargalhada e João Caetano dava-a de tal modo que, já descido o pano, ainda se ouvia rir nos bastidores, em caminho do camarim. Noites houve em que o médico do teatro achou prudente sangrá-lo, para evitar um insulto cerebral.

Nessa passagem do drama, aclamações, irreprimidas, partiram de todos os pontos do teatro, que não apresentava lugares vazios. Jacques Arago, de pé, à frente do seu camarote, que era o primeiro da primeira ordem, à direita, tocado de entusiasmo, atirava, no meio de suas trevas, beijos para o palco. Chamado à cena, o intérprete illustre recebeu uma custosa corôa de louros, oferta de um grupo de seus admiradores, e logo, encaminhando-se para o lugar onde o autor se encontrava, lhe entregou a dádiva simbólica. Mas, diante da assistência que aplaudia, Arago arrancou da corôa tão somente uma folha, que guardou, e pelas suas mãos trêmulas colocou-a na frente de João Caetano, que chorava. Beijou comovido, depois, o artista brasileiro, cuja permanência no palco os espectadores reclamavam.

tano faria a reabertura, dando cumprimento ali a um programa de muito interesse para a cena brasileira.

Para descansar, deliberou ele, então, conhecer a cidade de Campos, sem ter aliás o propósito de se exhibir ali, tanto assim que deixou todos os seus companheiros em Niterói, inclusive Estella Sezefreda, sua mulher e primeira dama das peças de seu repertório.

---

Dali mesmo, pouco após, encaminhou-se Jacques Arago para bordo, acompanhado até o cáis por João Caetano, seguido de toda a sua companhia e de grande massa popular.

Voltando a Paris, Arago publicou um opúsculo, *Foyers et coulisses*.

Era uma descrição dos teatros daquela cidade, com apontamentos biográficos dos artistas principais. Não se esqueceu o autor do profissional brasileiro que fizera o seu *L'Eclat de rire*. Comparou-o, lisonjeiramente, a Ligier, o ator principal da Porte de Saint Martin. E na sua *Voyage autour du monde*, escreveu também: "Oh! que n'e m'est il permis de vous citer ci un comédien d'élite que l'Europe serait fière de posséder, qui ne s'est inspiré que de lui même et que possède son Schiller, son Corneille, les chefs d'œuvre de nos poètes et les interprete si dignement, que je vous porte le défi de rester froid, s'il vous ordonne de pleurer, de trembler, de fremir. Cet homme est une des gloires bresiliennes." *A gargalhada* foi trazida ao Rio de Janeiro, em 1843, pelo ator espanhol José Lapuerta. João Caetano mandara traduzir a peça e representou-a, naquele mesmo ano, no São Francisco de Paula, que depois se chamou Ginásio, existente na rua do Teatro, onde se ergueu hoje o edificio do Club dos Fenianos. Lapuerta era ator inferior ao seu colega brasileiro e viu-o fazer aqui o herói do drama de Arago. Conscio de que o seu esforço desaparecia diante do trabalho de João Caetano, Lapuerta deixou de representar *A gargalhada* e teve sempre palavras de admiração e de respeito para o novo intérprete.

Quatro anos depois do espetáculo faustoso do São Januário, Jacques Arago voltou ao Brasil, fazendo-se acompanhar de sua sobrinha Hortense. João Caetano hospedou-o na sua casa da rua do Lavradio esquina de Senado. Ali foi o autor da *A gargalhada* vítima de uma apoplexia cerebral, a 27 de 1854, falecendo três dias depois, com 55 anos. A 4 de Dezembro, foi resada missa por intenção de sua alma, mandada celebrar por João Caetano e Hortense Arago. Esta regressou à França a 1 de Janeiro de 1855, pelo *La Plata*. Para acudir às necessidades da repatriação de Hortense Arago, cedeu-lhe João Caetano um benefício, a 3 de Dezembro, no São Pedro, com *A gargalhada*.

Dois dias antes de morrer, Jacques Arago escrevera para João Caetano estes versos:

Tu ressembles, dit on, au premier empereur,  
a l'oncle de celui que la haine environne,  
accepte ce laurier triumphele couronne,  
toi qui n'a pas encore reconne de vainqueur.

Em princípios de Janeiro de 1846, a 16, chegou ele à cidade fluminense, tendo nestes termos lhe noticiado a visita *O Monitor Campista*.

“Folgamos de poder annunciar aos nossos leitores a chegada a esta cidade do sr. João Caetano dos Santos, o Talma da scena brasileira. Se a nossa fraca voz pudesse ser de algum peso para com elle, ajuntal-a-íamos á de seus numerosos admiradores, para lhe pedir umas representações.

Seria um feliz talisman para o nosso theatro e, de certo, um grande gosto para os que o frequentam. Sentimos sobremaneira que não haja em nossa companhia dramatica uma comica que seja capaz de desempenhar o papel de Maria, na *Graça de Deus*, esse bello drama de que já falámos aos nossos leitores e que attraiu toda a Côrte ás representações do sr. João Caetano.

Ouvimos dizer que sua demora em Campos será de pouco tempo; no caso contrario, estamos persuadidos que, em nossa cidade mesmo, achar-se-ia mais de uma moça de quem debaixo da direcção desse habil artista se poderia tirar bom partido para a nossa scena.”

Alvorçaram-se os apreciadores da arte dramatica naquella cidade, com a presença, ali, do maior artista brasileiro,

---

(“Correio Mercantil” de 16 de Janeiro de 1855.)

Eis como João Caetano nos conta como estudou e fez o seu papel n'a *A gargalhada*:

“Quando eu, senhores, criei o papel de André, n'a *gargalhada*, fui estudar no hospital, como alli estudei sempre todos os doidos que reproduzi em cena. Nessa ocasião, pois, estudei um que mais se adaptava ao carater do personagem que eu queria representar: os movimentos, as posições, a fisionomia, imitei com todos os perfeitos traços da loucura; porém a gargalhada nervosa, que devia dar repetidas vezes, conquanto a tivesse muito bem estudada, estava sempre na desconfiança si seria verdadeira e natural; fui, então consultar com um dos primeiros médicos desta côrte, o sr. dr. Silveira, e depois de aprovar em sua casa o meu riso, nervoso, appareci no palco cheio de confiança no trabalho que expuz ao público e que o acolheu benignamente”.

(Página 61, *Lições dramaticas*).



e tudo foi posto em prática para que ele revelasse aos campistas os recursos de que se servia na sua profissão.

João Caetano não pôde recusar. Cedeu, fazendo noticiar que realizaria no Teatro São Salvador, que se inaugurára dois anos antes, a 7 de Setembro de 1844, seis réeitas, a primeira das quais se daria a 20 do mesmo mês com o *Othello*. Vamos nos socorrer das indicações preciosas de Mucio da Paixão e das coleções d'*O Monitor Campista* para descrever, como se deu o primeiro contato do intérprete do ciumento mouro de Veneza com a platéa daquela cidade. No exame da representação, escreveu o encarregado da secção teatral do velho periódico:

“E’ muito querer ou pretender dar o nosso parecer sobre a noite de 20 do corrente, não pela representação em si mesmo, mas bem pela presença do sr. João Caetano dos Santos, que deu um novo impulso ao nosso theatro.

Duvidamos de nós, duvidamos da nossa penha para desempenhar tão alta tarefa. Comtudo, experimentamol-a, declarando desde já que certo ficamos sempre abaixo do que sentimos. O drama *Othello*, por si mesmo, não tem grande valor; é, se bem nos lembramos, o original, uma tradução livre e cortada da tragedia de Shakespeare.

O pouco tempo que temos para compôr esta nossa revista não nos permite de fazer comprida analyse desta peça. O papel de *Othello* é toda a peça. Foi elle confiado ao sr. João Caetano dos Santos, que o desempenhou com uma perfeição admiravel.

O sr. João Caetano não sómente tem um accionado perfeito, mas tambem passa com maravilhosa rapidez de um para outro sentimento. E’ sua alma que fala e mostra sentir o que exprime, transfunde as suas sensações no peito de seus auditores e os electriza, preciosa qualidade num artista dramatico. Todos os comicos que representaram nessa noite, resentiram-se da presença do mestre.”

A 25, domingo, realizou João Caetano a sua festa com a famosa *A gargalhada*, de Jacques Arago. A 29, deu a récita de despedida.



A um jornalista que o procurou para se informar das razões determinantes da sua resolução de interromper os espetáculos annunciados, declarou o notável artista carioca que tomava a imprevista deliberação por lhe faltarem os indispensáveis auxílios dos seus companheiros de representação. Acentuou que elles se ressentiam da vontade precisa e do amor da arte. Punha termo aos seus espetáculos afim de não perder os créditos que obtivera a custo de pertinaz esforço. Continuar a apparecer em peças não sabidas era, — acresentava elle, — se expor talvez, a ser mal julgado.

Efetou-se o espectáculo final na noite de 29. Despedindo-se do público campista divulgou elle:

“João Caetano dos Santos, vendo-se obrigado a voltar para a Corte, por causa de circumstancias inesperadamente occorridas e, por consequencia, na impossibilidade de finalizar as seis recitas para as quaes se tinha compromettido, pede ao publico que tenha a bondade de desculpal-o e as pessoas que se dignaram de obsequial-o recebam os seus agradecimentos.

Se não houver impedimentos imprevistos, espera elle d'aqui a alguns mezes vir com sua companhia dar alguns espectaculos nesta cidade e desde já conta com a protecção do generoso povo campista.”

O grande artista reapareceu no Santa Thereza, de Niterói, a 15 de Fevereiro de 1846, no drama portuguez *O emparelhado*, encarregando-se do papel do protagonista.

Pouco depois de regressar à capital do Império, João Caetano fazia publicar nos jornais a seguinte communicação:

“João Caetano dos Santos, primeiro actor nacional, membro do Conservatorio Dramatico Brasileiro, director e empresario dos theatros de Santa Thereza e São Francisco, tendo de fazer a abertura deste ultimo, no proximo mez de Maio e desejando quanto em suas diminutas forças couber animar a litteratura dramatica do seu paiz, tem a honra de convidar a todos os senhores escriptores que, por ventura, tenham dramas originaes, os quaes hajam merecido os elogios e a approvação do Conservatorio Dramatico Brasileiro, se dignem apresental-os para

dentre elles ser escolhido o que deva subir á scena na abertura do referido theatro e mandado imprimir á custa do empresario e vender, revertendo toda a renda a favor do seu autor, ficando os outros dramas que se apresentarem reservados para quando houver opportunidade de os representar, na certeza, porém, que os dramas originaes serão sempre preferidos ás traducções."

A entrega dos originaes recebidos foi feita ao Conservatório a 18 de Maio.

Sobre a reabertura do teatro, appareceu ainda esta comunicação:

"O ator João Caetano dos Santos tem a honra de annunciar ao respeitavel publico que havendo tomado a empresa deste theatro, para nelle dar com sua companhia dramatica representações regulares, tenciona fazer a abertura do mesmo theatro no dia 28 de Julho proximo futuro e desde já tem aberta uma assignatura por 30 réeitas, tanto de camarotes como de cadeiras havendo nos camarotes o desconto de 20 %, durante a qual se compromette a apresentar em scena doze dramas novos e alguns outros dos melhores do seu repertorio; bem como pequenas peças ornadas de musica, assim como bellos dançados pela sra. Clara Ricciolini (de novo escripturada neste theatro), tudo mais que puder concorrer para o brilhantismo dos espectaculos. Convida, pois, os seus amigos e todas as pessoas que se dignarem honral-o com suas assignaturas a se dirigirem á loja do sr. Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde serão ellas realizadas."

João Caetano confiou ao Conservatório Dramático a tarefa de escolher, dentre as cinco peças que lhe haviam sido entregues, a preferida para reabertura do teatro. Em resposta o segundo secretario da Conservatório dirigiu ao ator-empresário este officio:

"Tendo o Conservatório Dramatico Brasileiro adjudicado ao drama intitulado *Amador Bueno* ou *a fidelidade paulistana* a preferencia para a abertura do novo theatro São Francisco, adjudicação que foi

votada na sessão de hontem, por treze votos contra tres, assim o participo a v. s. para sua intelligencia. Fazendo a v. s. esta communicação, tenho ordem do Conservatorio para lhe declarar ao mesmo tempo que não se achando *O cavalheiro teutonico* habilitado ainda com as licenças necessarias para subir á scena, exigindo, outrosim, a respectiva commissão algumas emendas e suppressões para esta habilitação, não foi por isso admittido no concurso, posto que o jury reconhecesse nesse drama muitas bellezas e o seu autor credor a subidos elogios. Com o dito drama *Amador Bueno* devolvo a v. s. os outros quatro que o acompanharam."

Com o drama escolhido, original de Joaquim Norberto de Souza Silva, que havia pouco antes traduzido a tragédia de Dumas pae, *Carlos VII entre os seus grandes vassallos*, realizou-se a abertura do teatro, não no dia prefixado por João Caetano, mas a 19 de Setembro, sendo dado o papel do protagonista ao ator João Antonio da Costa.

Voltando à exaustiva actividade, faltou ensejo a João Caetano para cumprir a promessa feita aos Campistas e elle não voltou mais à cidade fluminense.

#### VIAGEM À BAÍA

Em 23 de Maio de 1849 partiu João Caetano desta capital, a bordo do vapor *Paraense*, para a Baía. Representara, na ante-véspera o *D. Cesar de Bazan*, na festa do dansarino Francisco Iork. Estreou a 3 de Junho seguinte, no Teatro São João, da cidade de Salvador, com a *Gargalhada*, e despediu-se a 6 do mês immediato com *A dama de São Tropez*. *O Sencho*, da capital baiana, assim se referiu sobre a estréia:

"Seus cabellos errigam-se sobre a fronte, os musculos da face contraem-se extraordinariamente, os olhos revolvem-se de um modo indisivel dentro das orbitas; a pupilla como que se dilata, as sobrancelhas se enrugam e o corpo entra todo neste tremor que manifesta a grande commoção nervosa que se está passando no organismo, a bocca abre-se para balbuciar uma palavra, para articular a expressão de uma idéa; mas onde? Como? A intelligencia do infeliz experimentou uma terrivel antithese, um pasmoso cataclysmo — a loucura — o

desmantelamento moral e eis-o que dá, convulsa e horripeladamente, a gargalhada fatal."

Antes de se apresentar ao Baianos na famosa peça de Arago, que Lapuerta trouxera ao Rio de Janeiro, (13) João Caetano, ouvido em silêncio pela assistência, que encheu completamente o teatro, recitou a seguinte saudação:

"Eis-me, enfim, entre vós — do nobre empenho do amor, da protecção dos meus patricios filho sou: só a elles devo tudo, foi sua estima o berço do meu genio, qual o cego sem guia em rude estrada co'o bordão palpa... quasi cae no abysmo... é a voz do compassivo passageiro o salva e anima; assim fui eu. No palco sem mestre me arrojéi... penas... trabalhos muitos vencera... já desanimava quando de meus patricios sôa o brado. Escutei — brado amigo! Avante ó jovem; avancei e colhi doces applausos, com que elles me tornam menos rude a espinhosa carreira que encetara."

Quando representou o *Othello*, escreveram no *Correio Mercantil*, da Baía:

"... se acha em tão superior esphera que no entender de todos os homens de boa critica está por ora inacessivel a qualquer competencia: é um colosso de desmedida altura, que emparelha com as montanhas, e quasi topeta com os astros."

---

(13) José Lapuerta chegou de Montevideu a 27 de Janeiro de 1843, a bordo do brigue americano *Tweed*. Estreou a 4 do mês immediato com *Macias ou o donzel de Vilhena*. A 24 exhibiu-se *A gargalhada*. Representou aqui até Junho.

Os seus companheiros de representação eram, entre outros, Cyrillo, que fez o rei, no *D. Cesar de Bazan*, Joaquim José Bezerra, e a Maria Leopoldina, mãe da atriz Leolinda Amoedo. A Maria Leopoldina era poetisa e consagrou dois sonetos a João Caetano.

Na récita de seu benefício, o poeta repentista Francisco Moniz Barreto recitou-lhe um elogio, que assim começava:

“Irmãos somos na patria, irmãos no Pindo,  
e um tempo já nos viu irmãos em Marte”

referindo-se às campanhas do sul, de 1826 a 1828, em que ambos pelejaram. No espetáculo de despedida, Moniz Barreto, improvisou tres sonetos, num deles aludiu aos versos que João Caetano recebera do pai:

*Vem matar as saudades de teus pais.*

Nesse espetáculo de despedida, o ator recitou este adeus:

“Senhores, vou partir. Maldito eu fosse  
se o adeus de despedida não vos dêsse.  
A vós me apresentei: cheio me vistes  
da suprema esperança de agradar-vos.  
Do genio a luz que devo à natureza  
toda, toda ostentei, p’ra que pudesse  
aplausos merecer de um povo ilustre.  
O que fazer não pude, por fraqueza  
supriu vossa bondade e vosso indulto.  
Oh! e como esquecel-o, se eu curvado  
vou sob o peso dos favores vossos?  
Ah! quando em meus transportes sobre a scena  
eu podia arrancar os vossos brayos  
a minh alma de orgulho se inflammava.  
De orgulho... sim... nem ao dizel-o córo,  
pois applaudiu um povo esclarecido  
uma das flores do Brasílio Imperio,  
um publico normal civilisado.  
Emfim, eu vou partir, mas dentro d’alma  
levo eterna a lembrança deste povo:



vou partir... porem quando do oceano,  
pouco a pouco eu sentir ir se escondendo  
esta nobre cidade, em pé, na tolda,  
com os olhos embebidos, fitos nella  
serei qual girasol que a flor amante  
volta á hora do occaso tão saudoso  
para o astro que estima e que se esconde.  
Partirei... mas vos levo na minh'alma;  
Partirei... mas vos deixo acreditae-me,  
do agradecido coração metade.'

Saindo da Baía no dia seguinte, João Caetano regressou ao Rio, pelo mesmo paquete em que partira, o *Paraense*, a 22 de Julho. Reapareceu no São Januario, (14) a 12 do mês se-

---

(14) Na rua do Cotovelo, entre a praia de Dom Manuel e a rua dêsse nome, obtiveram, em 1833, vários artistas portuguezes uma grande faixa do terreno, que fôra occupada por antigo quartel de artilharia, para construção de um teatro, obrigando-se, por uma das cláusulas da concessão, a entregar o edificio ao govêrno, com as suas bemfeitorias e sem indenização, ao cabo de três anos.

Apressadas as obras, pôde a casa de espetáculos que tomou o nome de Teatro da Praia de Dom Manuel, abrir as suas portas a 2 de Agosto de 1834 (data natalícia da princeza d. Francisca, irmã de dom Pedro II e que se casou com o principe de Joinville), com o drama em cinco atos, *Misantropia e arrependimento*, de Ferdinand de Kotzebue, traduzido por Caetano Lopes de Moura.

A Regencia, por decreto do dia da abertura do teatro, aprovara os respectivos estatutos, e no espectáculo de estrêa tomaram parte os artistas Ludovina Soares da Costa, seu marido João Evangelista da Costa, Maria Soares, Victor Porfírio de Borja, José Maria do Nascimento, Antonio Soares e José Jacob Quesado.

A fachada do novo centro de diversões não exigira caprichos artisticos e as suas acomodações internas estayam assim divididas: 24 camarotes de primeira ordem; 22 de segunda e terceira; 180 cadeiras; 220 gerais.

Para a Família Imperial, fôra reservada uma tribuna espaçosa cuja entrada se fazia pela rua de Dom Manuel.

Em Setembro de 1838, foi mudada a denominação de teatro para a de São Januário, em homenagem à princeza dona Januária, quarta filha do imperador d. Pedro I, aqui nascida a 11 de Março de 1822 e que aos vinte e dois anos, casou com o conde d'Aquila (dom Luiz de Bourbon).

Em 1840, foi trabalhar no São Januário uma companhia franceza de declamação, que tinha por principais figuras os actores Ernest, Adrien e Guenée e as atrizes Simone e Albertine. Entre outras, representaram-se, ali, *Fenelon*, tragédia em verso de André Chenier, e as comédias. *Monsieur de Pourceauguas*, de Molière, *l'école de Vicillarde*, do

guinte, no *Gaspardo ou o pecador de Placência*, tendo assistido a essa récita a Família imperial.

Durante a sua ausência, foram os papeis de João Caetano desempenhados por Florindo (15) e Joaquim Augusto. (16) O cômico continuou a ser o Martinho. (17)

Delavigne, na qual Ernest desempenhou o papel de Danville, criado em Paris por Talma, e *Le mariage de Figaro*, de Beaumarchais.

Em Abril de 1842, depois de estar algum tempo fechado, reabria o São Januário, radicalmente modificado.

Desapareceram os pesados capiteis que ornavam as pilastras dos camarotes. Em substituição, foi feita uma simples moldura dourada, acompanhada de varetas do mesmo metal e recamada de ornamentos verdes.

Sobre a tribuna imperial, via-se um quadro representando as figuras da Justiça e da Paz, sustentando as armas nacionais; subia, por detrás delas, o dragão, emblema da casa de Bragança. Por cima da orquestra, um quadro, representando o Gênio da Poesia. De um lado, o retrato de Molière; de outro, o de Corneille, ambos emoldurados de arabescos brancos semeados de uma infinidade de pequenos gênios e de máscaras antigas, de ouro. No proscênio, quatro medalhões com os retratos de Racine, Voltaire, Beaumarchais e Marivaux. O pano de boca era azul adamascado, sem prégas, com rica franja de ouro; ao centro, emergindo de uma corôa de murta, via-se uma lira. Todos esses trabalhos fôram executados em vinte e três dias pelos artistas Olivier e Barros, tendo custado um conto e quinhentos mil réis.

Reclamava-se, apenas, a colocação de um lustre para ser incluído no florão do teto e pôr termo à iluminação incômoda por meio de globos de vidro.

Apesar de melhorado, o público não concorreu ao teatro. A companhia francesa dava espetáculos com prejuízo, não obstante louvado pelos jornais o conjunto e o repertório. A própria colônia não comparecia à récitas, que não excediam de cinco por mês, custando uma cadeira o preço de mil réis. Frequentadores constantes eram o imperador e sua família. Não obstante isso, raro eram os membros do governo e do corpo diplomático que iam ao São Januário.

Em 1846, durante o Carnaval, conheceu o Rio de Janeiro, pela primeira vez, os bailes à fantasia, nos teatros. Fôram introduzidos, no São Januário, pela cantora Delmastro, realizando-se o primeiro a 21 de Fevereiro.

Em 23 de Maio de 1862, tomou o teatro o nome de Ateneu Dramático, representando-se naquela noite a comédia de Sardou, *Os inímitos*, tradução de Manuel de La Peña. Essa comédia foi no mês seguinte dada à cena, no São Pedro, pela companhia João Caetano, sendo a tradução de Lessa Paranhos, genro do grande ator brasileiro. No ano imediato, voltava o teatro a chamar-se de São Januário. Em princípios de 1863, representava-se ali o drama de José de Alencar, *Mãe*, e no ano seguinte pisou-lhe o palco a grande atriz portuguesa Emilia das Neves.

Em 1868, foi demolida a velha casa de espetáculos.

(Vide notas 15, 16 e 17 nas paginas seguintes.)



O actor Joaquim Augusto



(15) Florindo Joaquim da Silva era seis anos mais moço do que João Caetano; nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 6 de Junho de 1814. Tinha 23 anos quando, a 19 de Março de 1837, estreou no São Pedro na companhia daquele outro artista, fazendo o papel de "Eugenio" no drama *Santo Antonio* livrando o pai da força. No ano seguinte fez "Dermidy", no *Oscar*, o *filho de Ossian*, de Arnault.

Outros papeis de Florindo:

Henrique, na *Luiza de Lignereoles*; Rénaud, na *Escrava Andréa*; d. Nuno, no *Alfageme de Santarem*; d. Rodrigo, na *Rainha e a aventureira*; conde Eric, na *Costa da Suecia*; Henrique, na *Genoveva de Brabant*; banqueiro Diduc, na *Eleição de Carlos V*; d. João I n' *O mestre d'Aviz*; Conde Tavora, no *Cativo de Fez*; marquês Montclairn, n' *A quinta das Giestas*; d. Affonso de Haro, n' *A Madresilva*; Paulo, em *Paulo e Virginia*; Samuel, n' *O marinheiro carrasco*; D. Affonso, *Nova Castro*; John, n' *O Sineiro de São Paulo*; Pedro, no *Pedro Sem*; Mauricio, n' *O marinheiro de S. Tropez*.

Quando João Caetano organizou companhia para o São Pedro, offereceu-lhe contrato e Florindo não aceitou por motivos que constam da correspondencia publicada neste trabalho. Apareceram por essa occasião constantes verrinas na imprensa attribuida aos dois actores. Florindo formou companhia no São Francisco para tirar concorrência à de João Caetano. Deu-se afinal, a reconciliação, e elles trabalharam juntos no S. Pedro, de novo. São dessa época os seguintes papeis do Florindo, em muitos dos quaes contrascenou com João Caetano: Gualter, n' *A terra maldita* (João Caetano fazia o capitão Buridan) o Morel, no *Cego*; Tubarão, no *Flagelo dos mares* (João Caetano era o Jorge de Marsay); Principe de Gales, no *Kean*; Lord Bedford, no *Sineiro de Paulo*; Placido, no "29"; Poliphonte, na *Méroepe*; Herodes, *Degó lação dos innocentes*; conde de Varennes, no *Prestigiador*; Cinna, na tragédia dêsse nome, etc.

Quando se sentiu desanimado, Florindo voltou as costas ao teatro e aceitou uma função modesta na Bibliotheca Municipal. Isso occorreu em 1868. Morreu nesta cidade a 10 de Janeiro de 1893.

Referem os contemporâneos que elle tinha valor nos *pais nobres* e nos *tiranos*, adiantando que conseguiu esr inimitável no rei vacilante da *D. Ignez de Castro*. Quando foi empresário no São Francisco de Paula, os seus principais companheiros eram Joaquim Augusto, Graça, Paula Dias, Maria Velluti, Gabriella da Cunha e sua filha Ludovina, que casou com o ator Moitinho. Florindo, a exemplo do que obtivera João Caetano, requereu subvenção mensal para custeio da sua companhia e, negado este, deu por encerrada a missão de empresário nas quele teatro.

(16) Joaquim Augusto Ribeiro de Souza nasceu ,nesta cidade, a 6 de julho de 1825. Era filho de um alfaiate, João Thiago de Souza. Começou a vida trabalhando como caixeiro. Estreou no São Francisco, em 1841, na companhia João Caetano, e pouco depois foi despedido por má profecia do empresário, que não lhe viu qualidades, e disse mesmo que elle de nada valia.

Passou a tirar os papeis para os outros representarem. Mais tarde, o próprio João Caetano deu-lhe, no mesmo São Francisco, os encargos de contra-regra. Voltou à função de ator; saiu do teatro, foi ao Sul e, em 1849, regressando ao Rio, contratou-se no São Januário. Foi o discípulo favorito de Emile Doux. Partiu para São Paulo onde agradeou bastante. Deram-lhe ali uma medalha de ouro



com esta inscrição: "Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, o restaurador do teatro, de São Paulo." Voltou à antiga côrte e teve logo uma época brilhante no Ginásio, onde fez, ao mesmo tempo que João Caetano no São Pedro, *O pelotiqueiro*, sendo muito louvada a sua intervenção.

W

No *Arquivo Pitoresco*, em 1863, Quirino dos Santos traçou-lhe interessante perfil. Pertencem-lhe as linhas que se seguem:

"O ator Joaquim Augusto é dotado de agradável presença, mui simpático e afável no trato familiar. Possui as mais felizes disposições para a arte que professa. Fisionomia aberta e franca, voz doce e a dicção correta, esmero que tem adquirido com o estudo, para não desmentir o vaticínio de Emile Doux, que o preconizara como o primeiro entre os seus companheiros.

Como homem particular, é generoso e caritativo. Ama seus irmãos darte com dedicação. Não há muito que o hábil clarinete Raphael Croner teve ocasião de reconhecer esta verdade. Joaquim Augusto fez por êle tudo que um bom amigo podia fazer; e, no entanto, era a primeira vez que o via. O artista português retirou-se sumamente agradecido ao brasileiro, e o público ficou admirando a generosidade de um, e o não vulgar talento musical do outro.

Deve-se dizer, ainda, que o ator é além de tudo, poeta, e tem escripto versos de muito mérito. Nunca os publicou. Quem sabe quantas amarguras tem evitado!

Terminarei esta noticia da vida de Joaquim Augusto, relatando um fato que retrata perfeitamente a sua feição moral. Quando o artista consentiu que se fizesse êste escripto, disse-me rindo: — "Já que o quer, faça-o, mas não se esqueça de afirmar que sou filho de um alfaiate pobríssimo, e não de um fidalgo, como já se lembraram de dizer. Si o honrado velhinho, que ainda vive, soubesse disso, que golpe mortal não sentiria!"

Acrescentarei ainda o extrato de uma carta que me dirigiu ultimamente:

"Desde o dia em que cheguei a São Paulo, o meu trabalho e vida são-lhes patentes.

" Pego que não se esqueça de dizer que oiço pessimamente desde a idade de quatro anos. (Já se vê que o *ponto* é para Joaquim Augusto uma coisa inútil. Fã-lo calar desde que entra em scena.)

"Quanto ao mais, espero... o que espero eu? Espero a realização da profecia de Emile Doux, si o govêrno quizer lançar os olhos sobre o teatro; do contrário, suponho que terei de voltar as costas a Melpomene e Thalia, para ir vender cebolas ou aguardente, adquirindo assim direito a ser *juiz de paz* na minha freguesia!"

Foi casado com a atriz Maria Velutti.

Castro Alves estava em São Paulo, em Outubro de 1868, quando, ali voltando, Joaquim Augusto realizou a sua festa. O poeta das *Espumas flutuantes* dedicou-lhe inspirada poesia, a qual pertence esta sextilha:

"Gargalhadas, suspiros, beijos, gritos,  
cantos de amor, blasphemias de precitos,  
chôro ou resa infantil  
tudo côlhes... e voltas co'as mãos cheias,  
— o craneo largo a transbordar de idéas  
e de creações mil."

Quando morreu João Caetano, Joaquim Augusto passou a representar o drama *Simão, o velho cabo de esquadra*. Sobre o seu trabalho — e foi notável a criação de João Caetano — assim se exprimiu o *Jornal do Comércio*, a 14 de Janeiro de 1867.

“Felizmente Mauricio Renaud encontrou no sr. Joaquim Augusto interprete capaz de só por si captivar os interesses dos amadores da arte dramática. Afastado, havia annos, da nossa cena, o publico devia ter saudades do actor, talvez o mais correto que tem pisado aqui no palco, do actor em que tudo é arte.

Nele, a fisonomia, o gesto, a attitude, a voz, tudo se confunde para exprimir uma idéa, um sentimento.”

Faleceu em Todos os Santos, de febre perniciosa, a 17 de Janeiro de 1873, sepultando-se no dia seguinte.

A empresa do Phenix mandou rezar missa de sétimo dia, a 23, na Igreja do Sacramento.

(17) Martinho Corrêa Vasques nasceu em 1822. Foi o primeiro cômico do seu tempo. Exagerava, às vezes, é certo. Um caso:

A 10 de Agosto de 1847, apresentou-se de modo indecente para cantar uma cena cômica, *O capitão Mata mouros*. Ao sair da cena, foi pateado.

Martinho voltou, olhou para a plateia, depois para os camarotes. Dirigindo-se a um destes, com ar provocador, disse, alto para que todos ouvissem: “Tomára eu saber quem me pateou, porque...”

No fim do espectáculo saiu acompanhado de amigos, e passando pelo mesmo camarote repetiu a provocação. Os espectadores não responderam. Dois dias depois, os jornais tratavam o caso, pelos *a pedidos*.

Martinho respondeu assim, no dia seguinte:

“Martinho Corrêa Vasques, comico da companhia do sr. João Caetano dos Santos, respondeu ao correspondente do *Jornal do Commercio*, de hontem, não pelo merecimento do seu escripto, por ser na sua maior parte, mas pela attenção que deve ao publico. O facto de se haver desarranjado o vestuario do annunciante (o que mais de uma vez tem acontecido) não era bastante para uma censura tão descomedida. Se o annunciante se dirigiu ao sr. que lhe deu um assovie, foi por ver que todos os espectadores, desculpando aquelle acontecimento, applaudiam o comico, mandando calar o seu pateador. Quanto ao desprezo com que o correspondente falla em comico, nada diz o annunciante, por lhe parecer que tanto direito tem á sua reputação quem vive da arte dramatica ou comica, como aquelle que vive de fazer ou concertar relogios, porque, certamente, um artista mechanico não é o mais habilitado para julgar da moralidade de taes factos, nem o mais apto para fazer recriminações como as que fez. Ao publico, a que devo tanta consideração e respeito, dirijo estas linhas e espero que me fará a costumada justiça. *Martinho Corrêa Vasques.*”

Em princípios de 1851, João Caetano deixava o S. Januário, para empregar de novo, o São Pedro de Alcantara. (18)

O autor da censura voltou à carga e Martinho não respondeu mais.

Martins Pena, que teve no Martinho um grande colaborador para o êxito das suas comédias, apreciava-o bastante e, referiu-se a um de seus papéis de sucesso, escreveu, na *Semana Lirica*, do *Jornal do Comércio*:

"... cantou elle a *aria do Mascate italiano*, de um modo que revelou grande talento e naturalidade para os papéis buffos. Sua voz é agradável e sonora e melhor do que geralmente se exige dos cantores buffos. Seus gestos (a par de algum exagero) são naturalmente engraçados e a mobilidade da sua physionomia excita sempre a hilaridade do publico."

Quando fazia beneficio, Martinho anunciava-o sempre em verso. Os de um ano, o de 1857, foram estes:

Antes que o mundo desabe,  
concorram todos primeiro  
ao beneficio que faço  
com sentido no dinheiro.  
Para qual outro Noé,  
na sua barca de pinho,  
apesar da inundação  
não dar á costa o Martinho.

Logo depois que João Caetano morreu, Martinho tomou aversão à arte e não se viu mais atraído por ela. Foi ser cobrador de uma Companhia de seguros. Era irmão do Vasques, mas não tinham relações afetuosas. Martinho achava que o outro era palhaço. Morreu a 3 de Fevereiro de 1890 de assistolia cardiaca, em sua casa, na rua do Senado.

(18) Quando se discutiu na Câmara dos Deputados, em 1845, a resolução legislativa concedendo quatro loterias anuais ao Teatro São Pedro, o representante de Minas, Dias da Motta, amigo e compadre de João Caetano, fez várias considerações, atacando a diretoria do teatro por não estar ali o ator brasileiro.

A diretoria publicou, então, o seguinte esclarecimento, no *Mercantil*, de 23 de Agosto daquele ano, com o título *O Teatro São Pedro de Alcantara e as loterias*.

"Sr. redactor. Entrando hoje em discussão na Camara dos deputados a resolução que concede quatro loterias annuaes, por espaço de seis annos, para sustentação dos seus espectaculos, o sr. deputado F. S. Dias da Motta, impugnando a resolução, avançou proposições que talvez devessem ser categoricamente respondidas, não só para mostrar o quanto está S. S. mal informado, como para repellir essas insinuação desairosas lançadas sobre a administração do theatro; mas receiosos da polemica, cujos resultados não podem ser previstos, apenas nos limitamos a fazer desaparecer a impressão desagradavel que teriam feito na casa as seguintes palavras do sr. Dias da Motta "quando o theatro São Pedro é o alpendre de estrangeiros desgraçados, é duro que se queira fechar as portas do theatro da Corte ao primeiro actor brasileiro", etc. Permitta-nos S. S. que lhes asseveremos que se acha inteiramente illudido; o actor João Caetano saiu do theatro São Pedro por não querer sujeitar-se a um regulamento indispensavel ao bom andamento dos trabalhos e ao qual já todos os seus companheiros se haviam submettido; estando fora do theatro, nunca mais se apresentou ás diversas direcções que ali tem havido, pedindo a sua admissão; ao contrario, mostra-se sempre decidido a não voltar. Isto é a verdade e si agora esse artista tem mudado de opinião, se quer vir para o São Pedro de Alcantara, subordinando-se aos seus regulamentos, depende isto somente do seu querer: as portas do Theatro São Pedro, abertas a todos os artistas de merito, não poderiam ser fechadas ao actor João Caetano. Pode, portanto, o Sr. Dias da Motta estar certo de que esse artista poderá, hoje mesmo se quizer, entrar na *qualidade de actor* para a companhia dramatica do Theatro São Pedro, debaixo das mesmas condições com que estiver escripturado o artista mais favorecido.

Feita esta declaração, não podemos mais retroceder e o Sr. Dias da Motta terá occasião de convencer-se de que o actor João Caetano, se não representa no Theatro São Pedro, é porque não quer. 22 de agosto de 1845. *José Bernardino de Sá*, presidente; *Luiz Mendes Ribeiro*, secretario."

Publicou-se que o Sr. José Bernardino de Sá, diretor da Empresa do São Pedro, declarara ao deputado Dias da Motta que o Theatro São Januário (cuja exploração era dada também à empresa do São Pedro) dava prejuizo e que só estava arrendado para que João Caetano ficasse privado de representar na Córte. Aquele deputado declarou isso na Câmara.

O Sr. Bernardino desmentiu a informação, pela seguinte carta publicada no *Mercantil* de 13 de Setembro:

"Sr. Redactor — Nunca chegou a meus ouvidos que o senhor deputado Dias da Motta tivesse avançado na tribuna que eu lhe dissera confidencialmente que a empresa do Theatro de São Pedro de Alcantara, apesar de reconhecer que o de São Januário lhe dá prejuizo, o conservava para evitar que o actor João Caetano dos Santos venha dar nelle representações; nem creio possivel que essa proposição,



falsa inteiramente, sahisse da bocca de um representante da nação, e inclino-me antes a acreditar que o correspondente do *Jornal do Commercio*, de hoje, foi completamente illudido a este como a outros respeito. De tudo quanto disse o Sr. Dias da Motta, a quem cada vez respeito mais, nem de longe se pode concluir semelhante cousa; lembro-me muito bem do que lhe disse então, quando S. S. me declarou que faria a guerra que podesse ás loterias para o Theatro de São Pedro, por entender que a sua direcção não administrava bem o producto das loterias, e nem dava conta ao governo; a minha resposta foi a seguinte: "Louvo muito V. S. o zêlo que toma pela fiscalização dos dinheiros das loterias do Theatro de São Pedro; mas não posso deixar de admirar-me de que, sendo V. S. deputado provincial, não mostre o mesmo zêlo pela fiscalisação dos dinheiros das loterias que aquella assembléa decretou para o Theatro de Santa Thereza." Estas palavras foram ditas quando ia chegando o senhor deputado Melrelles, que talvez as tivesse ouvido.

Estando este negocio affecto ao corpo legislativo e ao governo, a quem cumpre resolver, tenho-me absterido de tratar delle; mas agora, forçado a esta explicação, aproveito a occasião para declarar novamente que, longe de perseguir ao actor João Caetano dos Santos, sinto sinceramente que elle não queira fazer parte da companhia dramatica do Theatro de São Pedro de Alcantara e São Januario; e si ainda hoje se resolvesse a faze-lo, com a maior satisfação seria recebido, com todas as vantagens a que o seu merecimento dá direito.

Com a publicação deste muito obrigará ao seu. etc.  
*José Bernardino de Sá. Rio, 12-9-1845.*"

A essa carta deu o Sr. Dias da Motta a seguinte resposta:

"Sr. Redactor — Por duas razões deixo de responder por agora ao que hoje li em uma correspondencia assignada pelo Sr. José Bernardino de Sá.

A primeira é porque não julgo conveniente estabelecer uma polemica pela imprensa relativamente a questões que na tribuna, tenho discutido, e cuja decisão ainda pende do corpo legislativo.

A segunda, porque devendo ser um pouco extenso nessa resposta, não tenho tempo disponível já.

Fechadas as Camaras, decidida a questão de que fala o Sr. José Bernardino de Sá, eu discutirei então pela imprensa com esse senhor, ou qualquer outro, os negocios dos theatros de São Pedro e São Januario. Então referirei ao publico tudo quando se passou entre mim e o Sr. José Bernardino de Sá, quando esse senhor me procurou para pedir-me que eu não me oppuzesse ás loterias para o theatro de São Pedro; e estou certo de que a honra desse senhor lhe não permitirá contestar o que eu houver de dizer.

Sou, Sr. redactor, etc. — O deputado *Dias da Motta*."

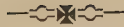
Ficou provado que a administração do São Januario, mantida pela empresa do São Pedro, visava mesmo impedir que João Caetano ali representasse, pois em dois anos de vigência do contrato aquele



teatro só fôra franqueado ao público quatro vezes em 1844 e seis em 1845.

A Câmara resolveu conceder a loteria ao São Pedro desde que fôsse entregue o São Januário a João Caetano.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 4 de Janeiro de 1847 foi lido o requerimento de Albino José de Carvalho, empresário do Theatro São Francisco de Paula, pedindo uma loteria por ano, durante quatro anos, obrigando-se a manter uma escola dramática. Nesse mesmo ano, João Caetano obteve o auxílio mensal de dois contos de réis, durante seis anos, sendo autorizado o govêrno, para aquele fim, a extrair 18 loterias naquele prazo.





## V

Empresário, de nôvo, do São Pedro — *Lazaro, o pastor* — Porque motivo não fêz parte da Companhia o Florindo — O segundo incêndio do teatro — As “cartas ao amigo ausente” — Bases para reedificação do São Pedro — *A Dama das Camélias* e *O Livro Negro* — A reabertura — Uma corôa preciosa — Empresário no Provisório — Casos... — Rosina Stolz — Viagem ao Rio Grande do Sul — Antônio Feliciano de Castilho — *Camões* — Artista príncipe — O anão Roberto — O terceiro incêndio





Em fins de Dezembro de 1850 eram demasiado precárias as condições do Teatro São Pedro de Alcântara. Escasseavam os espetáculos e não se entendiam os artistas com os empresarios, que lhes deviam vários meses de ordenado. Diante das queixas, foi apresentada uma sugestão salvadora à Câmara dos Deputados, para que o governo interviesse, sem perda de tempo, na administração do teatro. No Senado, ao se tratar do assunto, José Clemente Pereira pediu informações pormenorizadas sobre a situação financeira do São Pedro de Alcântara. O governo, para atender, nomeou uma comissão composta dos Srs. Dr. José Florindo de Figueiredo Rocha, Bernardo Ribeiro de Carvalho e Joaquim Pereira Vianna de Lima. Essa comissão encontrou-se num verdadeiro cáus; só conseguiu apurar que a sociedade exploradora do teatro tinha um passivo superior a 200:000\$000.

Assim, logo que expirou o prazo do arrendamento do teatro, embaraçaram os poderes públicos a pretendida renovação.

Dêste procedimento resultou ser escolhida uma comissão para dirigir a casa de espetáculos do Rocio, comissão que se compunha dos Srs. João Pereira Darrigue Faro, presidente; Joaquim José dos Santos Junior, secretário, e João Pedro da Veiga, tesoureiro. Esse triunvirato, nos termos da autorização do Aviso de 23 de Dezembro de 1850, entrou em confabulações com João Caetano dos Santos, para o ator brasileiro empresar a companhia dramática que ia trabalhar no teatro, sendo assinado o contrato respectivo a 16 de Janeiro seguinte.

A vigência seria pelo prazo de três anos. João Caetano obrigava-se a representar anualmente três peças novas, pelo menos, aprovadas pelo Conservatório Dramático, sendo entregue ao respectivo autor, depois de deduzidas tôdas as despesas, o produto da quarta récita.



O empresario não pagaria quantia alguma pelo aproveitamento do teatro, que era alugado por 12:000\$ anuais, nem pelo cenario, que nêle existisse (Pelos cenários, roupas, alfaias e mais objetos de decoração, pagaria o govêrno a quantia de 40:000\$ em letras e a prazo); João Caetano não podia dirigir outra companhia dramática, à excepção da que mantinha no Teatro Santa Teresa, de Niteroi. Enquanto não comesçassem os trabalhos das companhias lirica e de dansa, contratadas também para trabalhar no São Pedro, João Caetano daria espetáculos com seu conjunto em todos os dias de festividades nacionais e de grande gala, ficando a cargo da comissão diretora a decoração do teatro, aumento da iluminação e tôdas as despesas extraordinárias que não pertencessem à cena e se fizessem precisas para solenizar devidamente êsses dias. Poderia também, enquanto não tivessem início os trabalhos daquelas companhias, dar semanalmente as representações que lhe conviessem e fazer todos os ensaios que lhe fôsem necessários.

Em 14 de Março de 1851 apresentava-se, de nôvo, João Caetano no São Pedro de Alcântara, do qual tantos anos estivera afastado. Escolheu para seu feliz reaparecimento ali o drama em quatro actos de Joseph Bouchardy, *Lazaro, o pastor*, representado 10 anos antes, em Paris. E fez terminar o espetáculo com um bailado pelo artista Toussaint. A companhia estava assim constituída: atores — João Caetano, Miguel Archanjo Gusmão, José Candido da Silva, Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, Florentino Carlos Victoria, José Romualdo de Noronha, João Antonio da Costa, Luiz Antonio Monteiro, Manuel José Mendes, Antonio José Areas, Francisco de Paula Dias, Manuel Antonio Soares, Timotheo José Fernandes, Dionysio das Chagas Soares; atrizes: Estella Sezefreda, Ludovina Soares da Costa, Gabriella da Cunha De Vecchy, Maria Amalia Monteiro, Clara Ricciolini, Maria Soares.

Florindo Joaquim da Silva rejeitou o contrato que lhe fôra oferecido, por constar dêle a obrigação de trabalhar também em Niteroi, que não aceitara. Houve, a propósito, acalorada polêmica nos jornais. (1)

---

(1) Florindo Joaquim da Silva foi tambem convidado para fazer parte da companhia, mas recusou. A correspondencia que se segue justifica os motivos;

“Ao respeitavel publico

João Caetano dos Santos, sempre inimigo de fazer apparecer o seu nome nos jornaes, tendo por esta razão dei-

A data de 14 de Março fôra escolhida, porque naquêlê dia se comemorava o aniversário da imperatriz d. Thereza Christina. Sujeito o drama *Lazaro, o pastor*, à aprovação do Conservatório Dramático, por pedido de João Caetano, feito a 25 dô mês anterior, o Dr. Thomaz José Pinto de Serqueira,

---

xado muitas vezes de responder a accusações que lhe tem feito, já como actor, já como empresario, vê-se hoje na imperiosa necessidade de o fazer, por estar espalhado o boato de ter sido o Sr. Florindo Joaquim da Silva por elle esbuhlado do direito que dizem ter de fazer parte da companhia dramatica do theatro de S. Pedro de Alcantara, como artista e como pae de familia. Instado por seus amigos, apresenta-se ao publico, a quem deve respeito e acatamento declarando que é falso ter elle excluido o sr. Florindo de sua companhia, pois foi o mesmo senhor um dos primeiros convidados e a quem se offereceu 200\$000 mensaes e um beneficio, vencimentis eguaes aos do sr. Gusmão, e que elle rejeitou, querendo que fossem maiores, ao que o empresario não poudê annuir, por julgar que sendo estes dois senhores eguaes como artistas, em genero differente, deviam ter os mesmos vencimentos. Ainda fez mais, pedindo ao seu amigo o sr. Souto, para de sua parte lhe falar; e, então, a resposta foi a sua recusa dizendo que não se sujeitava a ir aos 'spectaculos em Nictheroy. Não podia, sem faltar a justiça, ceder ao sr. Florindo o que negara em geral aos outros artistas, que tambem podiam reclamar a mesma isenção e,

assim, breve não teria companhia para cumprir o seu contrato com a provincia do Ric de Janeiro. Fez-se portanto, tudo quanto era possivel para o sr. Florindo ceder de suas exigencias; mas infelizmente tudo foi baldado, e hoje não se pode dizer, sem injustiça, que por causa do empresario da companhia dramatica o sr. Florindo é obrigado a procurar a sua subsistencia e a de seus filhos. Diga o publico imparcial se um artista que tem 200\$000 mensaes e um beneficio, que lhe offerece o seu mestre e empresario logo que queira apresentar-se como lhe mandou dizer pelo seu amigo o sr. Souto, terá razão de mendigar o pão e de aproveitar-se como victima para excitar a compaixão? Eis a verdade do que se passou e que salva o empresario da companhia dramatica de censuras não merecidas."

## II

### "Ao respeitavel publico.

O abaixo assignado viu e admirou o que a seu respeito publicou por este jornal o actor sr. João Caetano dos Santos!

A que proposito? porque motivo? qual o fim porque o meu mestre, o athleta da scena brasileira, e de quantos fallam a lingua de Camões, quer classificar-me de victima?

designado para proceder à leitura e opinar a respeito, assim se manifestou:

... "Eu me admiro que o director da companhia dramatica escolha para subir a scena, no

---

Diz o sr João Caetano:

1º, que não fui contratado para a sua companhia porque não quiz;

2º, que me offereceu 200\$ mensaes e um beneficio, vencimentos eguaes aos que tem o sr. Gusmão;

3º, que mendigo o pão de meus filhos e me apresento como victima para excitar compaixão.

Respondo ao primeiro topico de seu caviloso artigo, não para o sr. João Caetano, mas para o respeitavel publico que tem penhorado, protegido e coroado meus esforços de artista; só direi que nunca pertenci aquelles que juravam não fazer parte da companhia a cuja testa figurasse o sr. João Caetano, nem tambem transpuz os degrãos de sua escada para excitar-lhe compaixão. Como artista, prompto para trabalhar nas empresas do theatro São Januario e de São Pedro, eu sempre me prestei sem ser exigente e empenhei todas as minhas forças e fraco talento, para que os meus salarios não figurassem nas despesas dos theatros a que pertenci como uma sinecura a meu favor.

O *Pedro Sem*, a *Degolação dos innocentes*, O *marinheiro de São Topez*, etc. etc. são provas ao alcance do publico que justificam esta minha proposição.

O 2º topico é curto e facil de contrariar: as cartas que tenho em meu poder, assignadas pelo sr. João Caetano, offerecem-me 200\$000 mensaes e uma recita, com a condição de trabalhar tambem no theatro de Santa Thereza, não um beneficio, como elle agora avança e como de facto tem o sr. Gusmão. Que vantagem offereceu-me o sr. João Caetano nesta proposta? Sempre tive no theatro de S. Pedro, como 1º actor, 200\$000 e um beneficio, trabalhando num só theatro; em nada melhorava a minha sorte... Exigi, por fim, quando o sr. Souto em missão especial me veio fallar, 250\$000 mensais, trabalhando nos dois theatros, para que, por minha causa, elle não perdesse a sua pensão de 2:000\$ provinciaes. O publico bem vê que se tal era o desejo de contratar-me, 50\$000 não era quantia que causasse o *deficit* de uma empresa largamente auxiliada pelo cofres da nação; porém, este caso não é o mesmo para um actor que só vive de seus salarios.

E o 3º topico de um illustrado *mestre*? onde constou que eu lamentasse a perda de suas boas graças? Como procuro excitar compaixão? O *mestre* não se lembra que trabalhamos no mesmo officio; que se o que ganho com gloria e favor dos meus patricios e habitantes desta capital se chama mendigar o pão, o *mestre* é o rei dos mendigos, porque seu pão

dia dos annos de Sua Magestade a imperatriz, uma composição em que elle não tem papel ou pelo menos não tem que lhe convenha..."

é maior e só lhe custa assignar uma quitação no Thesouro, ou outro por elle !

Não, sr. João Caetano, o meu pão é bem ganho e é isso o que lhe pesa na consciencia ! Não é o meu pão somente, é tambem o de todos quantos me rodeiam e que acharão um abrigo neste humilde templo da arte, que o senhor quer desrespeitar ! A nossa gloria, sr. João Caetano, ainda é maior, porque eu me oppuz ao monopolio theatral e tenho demonstrado aos homens que dirigem os negocios do meu paiz que a arte dramatica carece de rivaes para prosperar ; é porque, emfim, (e é isto o que mais o incommoda) tendo sabido lisongear o gosto das pessoas que honram o meu theatro, já não massando-as com peças de theatro de aldeia, já variando meus espectaculos, ou não tendo inveja que meus collegas obtenham os applausos do publico. A estes, sr. João Caetano, que unem os seus esforços aos meus, que partilham minha gloria, assim como meus reveses, e ao sempre justo publico desta capital, é que devemos o humilde pão com que passamos e o que o senhor tem procurado destruir, mandando fazer vantajosas propostas a artistas que nos fazem falta. — *Florindo Joaquim da Silva*.

### III

"Ao respeitavel publico.

Como o sr. João Caetano dos Santos insiste em affirmar que me dava um beneficio, publico as cartas abaixo, em uma das quaes elle offerece-me uma recita. Ora todo o mundo bem vê que estes vencimentos não são eguaes aos que tem o sr. Gusmão ; porém devo confessar que se isso exigi, foi por motivos imperiosos, como os leitores conhecerão da minha resposta, não que eu me quizesse egualar ao sr. Gusmão, o qual só pode achar um rival no senhor João Caetano dos Santos. — *Florindo Joaquim da Silva*.

### 1ª CARTA

Illmo Sr. Florindo Joaquim da Silva. Tendo contratado a empresa dramatica do Theatro de S. Pedro de Alcantara, trato de formar o quadro da respectiva companhia, contemplando todos os meus collegas que como V. S., por sua reputação artistica, estão no caso de fazer parte da mesma companhia. E' por isso que me dirijo a V. S., participando-lhe que com muito prazer receberia suas propostas a tal respeito, no escriptorio do theatro de S. Januario, ou na casa de minha residencia, rua Lavradio, 36. Sou, com toda a consideração, de V. S. muito attento venerador e criado *João Caetano dos Santos*. Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 1851.

As peças seguintes fôram: *Os misterios de Paris*, de Eugenio Sue; *Familia Morel*, a comédia Fich, *Tang Khang*, na qual reapareceu o cômico Martinho Vasques, que foi dos mais famosos da sua geração; *A nova Castro*, com João Caetano no

#### RESPOSTA A 1ª CARTA

Illmo. Sr. — Respondendo á carta em que V. S. me convida para a sua empresa no Theatro de São Pedro de Alcantara, tenho a communicar-lhe que não duvido contratar-me expressamente para aquelle theatro com as mesmas condições por que sempre tenho estado, e são as seguintes: escriptura por um anno, o ordenado mensal de 200\$000, um beneficio que será feito no decorrer do anno de minha escriptura, com espectáculo novo por mim escolhido. Sob estas condições pode V. S. contar com os meus trabalhos scenicos no referido theatro de S. Pedro de Alcantara. Sou, etc, *Florindo Joaquim da Silva*.

#### 2ª CARTA

Illmo. Sr. Florindo Joaquim da Silva — Não sendo possivel formar um repertorio, para cada um dos dois theatros de que sou empresario, reconhecerá V. S. que não posso contractar-me tão sómente para representar no de S. Pedro de Alcantara, e não no de Santa Thereza. A este respeito não pode a minha resolução deixar de ser irrevogavel, e V. S. será o 1º a reconhecer as fortes razões que a isso me obrigam. Tambem não me é possivel conceder-lhe um beneficio inteiro no theatro de S. Pedro de Alcantara por isso que (pelo meu contracto) só disponho de 5 beneficios por anno para toda a companhia. Offereço-lhe, portanto, um espectáculo extraordinario, dos que pelo meu contracto, posso dar nos dias santos de guarda, com peça a sua escolha, e todas as mais condições de qualquer beneficio, mas com as clausulas de não se annunciar de maneira alguma como beneficio, e de serem todos os bilhetes vendidos no escriptorio do theatro, como em qualquer recita da casa, entregando-se o producto a V. S.

A vista das graves difficuldades em que me vejo, por causa do insignificante numero de beneficios de que posso dispor, e da rigorosa obrigação em que estou de sustentar os espectaculos de Santa Thereza, para poder continuar a receber o subsidio de quasi 2:000\$000 mensais que me dá a provincia do Rio de Janeiro, e que serve para ajudar a sustentar a companhia de que sou empresario, espero que V. S. reconhecerá que por maior que seja o desejo que nutro de contar-o entre os artistas da dita companhia não posso, bem a meu pezar deixar de insistir nestas alterações na sua proposta. Desejando publicar o mais breve possivel o quadro da companhia como me comprometti com o publico, espero que se dignará dar com brevidade decisão final. Sou, de V. S. muito attento venerador e criado: *João Caetano dos Santos*, Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1851.



príncipe D. Pedro; Ludovina, na Ignez, e João Antonio da Costa, no rei d. Affonso; O *cavaleiro da Maison rouge*, de Alexandre Dumas e Augusto Maquet; *Heloisa e Abelardo*, com

#### RESPOSTA A 2ª CARTA

Illmo. Sr. — Acabo de receber a carta de V. S. na qual me aponta as condições para minha ecriptura, dizendo ser irrevogavel a determinação em que está de eu ir trabalhar no Theatro de Santa Thereza. Quanto a este ponto digo a V. S. que a minha determinação é tambem irrevogavel, porquanto no ultimo anno estive contratado com V. S., trabalhando naquello theatro adquiri uma doença de peito, a qual me foi preciso combater pelo espaço de quatro mezes, e como estimo muito a minha saúde não me convem arruinal-a antes de tempo..

Quanto á recita extraordinaria que me offerece sem poder annuncial-a em meu beneficio, nem passar bilhetes, não me convem. Sinto muito se não chegarmos a um accordo, mas V. S. está muito ao facto de que eu não peço exigencia nenhuma, peço somente o mesmo que até aqui tenho tido. E' esta a minha determinação, e sou com estima, etc., *Florindo Joaquim da Silva*.

#### 3ª CARTA

Illmo. Sr. Florindo Joaquim da Silva — Não me sendo possivel, pelas justas razões já dadas na minha anterior carta, desistir da clausula de ir V. S. representar em Nieheroy, escusado se torna discutir agora as outras alterações por V. S. propostas á condições que offereci; mas se por ventura V. S. se resolver a acceder aos fortes motivos que me levam a insistir naquella clausula, trataremos, então, de chegar a um accordo quanto ás outras duvidas que occorrem. Como, porém, desejo cordialmente, que V. S. faça parte da companhia de que sou empresario, devo com toda a franqueza e lealdade declarar-lhe que muito brevemente levarei pelos jornaes ao conhecimento do publico a formação do quadro da companhia e que depois dessa publicação muito mais difficil será realisar-se o nosso contrato, por isso que a folha da companhia não deve exceder os limites de meus recursos e forças. Sou, com estima, de V. S., etc. *João Caetano dos Santos*.

#### IV

*Illmo. Sr. João Caetano dos Santos.*

Meu amigo. Em resposta á sua carta desta data, declaro que a seu pedido procurei o sr. Florindo Joaquim da Silva, em dias de Fevereiro do corrente anno, e offereci-lhe, em seu nome 200\$000 mensaes e um beneficio no Theatro de São Pedro de Alcantara, o que elle não accetou, exigindo mais 50\$000 mensais.

Foi isto o que se passou. O seu amigo, *L. H. Vieira Souto*. Rio, 7 de Junho de 1851.

*Ao respeitavel publico*

A carta do sr. Souto, publicada no *Jornal* de domingo 8 do corrente, não destruiu em nenhuma de suas partes os topicos de

Estella e João Caetano nos protagonistas; *D. Sisnando, conde de Coimbra*, drama português, em verso, de José Freire Serpa Pimentel (não entrava Estella e Ludovina fazia a Virgem de

minha correspondencia a respeito do meu engajamento para o Theatro de S. Pedro de Alcantara, a qual apoiei e sustentei com documentos. Primeiramente farei notar que a carta do sr. Souto perde toda a força, lembrando eu ao respeitavel publico que quando o sr. João Caetano me dirigiu as cartas que já publiquei, foi em Janeiro e que só em fins de Fevereiro, quando me achava estabelecido em S. Francisco, com meus collegas, foi que o sr. Souto me procurou, não mandado pelo empresario do Theatro de São Pedro, como elle mesmo me disse, mas de motu proprio, por ver que o sr. João Caetano estava disposto a não me contratar por prego algum, embora muitos esforços fizessem o sr. Souto e a Illma. sra. d. Estella, em occasião que se achavam á mesa, aconselhando ao sr. João Caetano que me escripturasse, porque seus inimigos podiam dizer que elle se temia de mim, que me queria fazer mal, etc. Foi isto o que se passou sem mais solução alguma, o que não me admirou por saber que o sr. João Caetano não me mandava fazer offercimento algum e se assim fosse, seria por escripto, como até então. Por ultima razão, que o publico avaliará tão bem como eu, que, não conhecerá que todo o empenho do sr. João Caetano, por fim, era anniquilar a nova empresa, cuja concorrencia se temia? Uma vez senhor elle do campo, seria a primeira vez que me visse obrigado, como muitos outros, a quebrar o meu contrato e fugir ao despotismo e iniquo capricho do actor empresario?

Rio 11 de Junho de 1851. — *Florindo Joaquim da Silva.*

## VI

### *Ultima resposta*

Depois de quatro dias de silencio, resolveu-se o sr. Florindo a contestar a exactidão do que asseverei na minha carta ao sr. João Caetano publicada no *Jornal do Commercio*, de 8 do corrente.

Não devo nem quero sustentar a este respeito uma polemica, mas necessito dar uma explicação ás pessoas que têm tomado interesse nesta questão. Nega o sr. Florindo que de parte do sr. João Caetano lhe fosse eu fallar e assevera que o fiz de motu proprio. E' isto inteiramente inexacto: tanto foi a pedido do sr. João Caetano que declarei que elle estava prompto para ceder ao sr. Florindo o beneficio que para si tinha reservado; e que desejava a brevidade da resposta para contemplal-o na distribuição da peça de abertura do theatro, pois naquelle mesmo dia ia repartir papeis (como de facto aconteceu); concluindo que se o sr. Florindo quizesse acceitar 200\$000 mensaes e um beneficio, para trabalhar nos dois theatros, dentro de uma hora teria o seu contracto assignado.

Demais, se fosse certo que eu dei aquelle passo só de motu proprio e que o sr. João Caetano estava disposto a não contratar o sr. Florindo, por prego algum, com que fim ia eu fazer-lhe proposição? Era preciso fazer suppor-me mentecapto para acreditar que

Córdova), *Dez anos de vida de uma mulher, o Fantasma branco* (2) *O cativo de Fez*.

Na madrugada de 9 de Agosto de 1851, depois da representação de *O cativo de Fez* e do entre-ato *A entrevista do filosofo do cáis e o Praia Grande*, ardeu, pela segunda vez (3) completamente, o teatro do Rocio. Metade do prédio per-

sabendo eu que o sr. João Caetano estava naquella disposição fosse fazer propostas cuja approvação dependiam da vontade delle.

Insistindo o sr. Florindo em querer mais 50\$000 mensaes, disse-lhe que isso não concederia o sr. João Caetano. Respondeu-me: "Creio que ha de conceder, porque bem sei que elle precisa de mim". Foi, então, que lhe tornei que o sr. João Caetano não tinha uma necessidade absoluta dos seus trabalhos e que se fazia tantos esforços para contratal-o era só para evitar que os seus inimigos dissessem que elle se temia do sr. Florindo, e que lhe queria fazer mal, etc; no que a sra. d. Estella e eu achamos que o sr. João Caetano tinha razão e por isso elle me pediu que procurasse o sr. Florindo. Isto vem mui diversamente referido na correspondencia a que respondo.

Nem mais uma palavra escreverei a este respeito. Pode o sr. Florindo, se lhe aprouver, sustentar que é noite quando o sol está no meridiano, que nem assim me chamará, dê novo a campo. Outros deveres reclamam a minha attenção e basta o que tenho dito nesta questão a que a meu pezar fui chamado.

Rio de Janeiro, 12 de Junho de 1851. — L. H. V. Souto.

(2) Opera cômica, em três atos, de Joaquim Manoel de Macedo, a mais popular das peças do fecundo escritor.

Representada pela primeira vez a 22 de Junho de 1851.

Galathéa tem uma filha interessante, Maria, cuja mão de esposa é disputada por três primos: dois filhos de Tiberio, capitão de cavalaria, e um filho de Basilio. Pelo gosto materno, a menina uniria o seu destino a um dos filhos do capitão, pois o terceiro sobrinho estava longe, estudando na capital e era, além disso, rebento do outro irmão, com o qual ela andava sempre em briga. O filho de Basilio foge da casa paterna, vai para onde está Maria e amedronta os ingénuos roceiros, envolvendo-se à noite em alvo lençol. O pânico domina a fazenda de Galathéa e as cercanias. E o *fantasma branco*, graças a êsse e a outros ardis, consegue falar à priminha, arredar os concorrentes poltrões, vencer as iras da tia e casar com Maria. O papel do imaginoso rapaz foi feito por Joaquim Augusto; Gabriella De Vecchy fez a Maria e Martinho o capitão Tiberio.

(3) O primeiro incêndio devorou totalmente o teatro a 25 de Março de 1824. Representava-se a oratória "A vida de santo Hermenegildo"; no momento de subir à Glória o santo pegou fogo no cenário e com tal violência que, apenas, permitiu a saída do povo. Era nessa época o Real Teatro de São João e pertencia ao coronel Fernando José de Almeida. Tratando de reedificar o teatro, Almeida pediu ao 1º Imperador permissão para lhe dar o nome de São Pedro de Alcantara, o que lhe foi concedido por decreto de 15 de Setembro

tencia aos herdeiros de Joaquim Valério Tavares e a res-tante a Manuel Maria Bregaro, que o haviam comprado em praça ao Banco do Brasil. Naquele dia 9, o Senado deveria discutir a desapropriação do teatro, que não estava seguro.

Assim descreveu o incêndio na sua "Carta do amigo au-sente), no *Jornal do Comércio*, o visconde do Rio Branco.

"Côrte, 9 de Agosto de 1851.

Se eu morasse no largo da Constituição, por exemplo, no bello edificio em que reside o nosso sympathico desembargador, poderia, ás tres horas e meia da manhã, a despeito da escuridão do ceo, começar a escrever esta com que completo tres duzias de estiradas cartas, ao clarão de uma im-mensa fornalha em que se converteu o desventurado Theatro de São Pedro de Alcantara, que hoje se seme-lha uma ruina de Ninivia ou Babylonia. Hontem re-presentou-se ali o "Captivo de Fez", etc., até uma hora e vinte minutos da manhã, e hoje já não existem do primeiro theatro da America Meridional senão o vacuo e as quatro paredes que o encerravam! Foi occasional, ou obra de vandalos suscitada pelas recor-dações de Fez, esse bello e horrivel espectaculo que illuminou toda a cidade e seus contornos a horas mortas da noite?

Quando a torre de Santa Anna deu o signal, que foi sucessivamente repetido por quasi todas as outras, já as labaredas do abrasado theatro alumi-avam o horizonte. O clarão era tão intenso, que poucos deixaram de assustar-se, suppondo o incen-dio a poucos passos de si. Toda a cidade ergueu-se como um só homem; ao susto geral succedeu a curiosidade, e uma multidão immensa de povo tinha dentro em poucos minutos occupado todo o espaço adjacentes que lhe foi franqueado para ver a trage-dia de fogo que se representava no theatro de São Pedro de Alcantara. A multidão conservou-se ab-

---

de 1824. O teatro foi reaberto a 22 de Janeiro de 1826, cantando-se nessa noite a ópera *Tancredi*.

A 1 de Dezembro de 1824 houve um espetáculo num teatro arran-jado apressadamente, cantando-se a ópera *Engano feliz*, de Rossini.

sorta ante esse bello horrivel até ao romper do dia e a despeito da chuva que desde as 4 horas da madrugada começara a cahir com força. Descrever as sensações que se operavam nessa massa de espectadores de todas as classes, vestidos ás pressas, alguns até em trajes caseiros, é impossivel. Mas o que é certo é que o povo, como o menino, se entretem com tudo aquillo que o fascina e lhe parece maravilhoso. As reflexões, as conjecturas e os juizos temerarios, a dor, as imprecações, a alegria e novos projectos de theatro appareceram quando o quadro tinha perdido o seu sublime, e a destruição triumphado dos esforços humanos.

Até a uma hora e vinte minutos da madrugada, como disse, uma parte da população se divertia dentro do soberbo edificio que as chamas acabam de devorar. A'quella hora retiram-se os espectadores, e pouco depois todos os artistas e operarios, deixando o theatro completamente deserto e abandonado á sua má estrella. A's tres horas e meia manifestou-se o incendio, e instantes depois o theatro era uma cratera de que sahiam com horrivel estridor espessas columnas de fogo e fumo, que dominavam toda a cidade.

A sentinela da guarda do Thesouro foi ao que parece, quem primeiro viu o prologo do espantoso espectaculo e deu rebate á população que repousava. E' de suppôr que começou o incendio pelo scenario, em que minutos antes se tinham representado scenas menos maravilhosas, porém dignas de um povo civilizado. Quando chegaram os soccorros e as autoridades o fogo já tinha lavrado com immenso furor, e quando se lhe ia dar o primeiro ataque desabou o teto do edificio com horrivel estampido, arremessando as telhas a grande distancia.

Já era tarde, a consumpção era inevitavel, procurou-se circumscrevel-a nesse reducto, e salvar as casas da vizinhança, que corriam imminente perigo de serem tambem abrasadas, ou levadas de rojo pelas ruinas do extinto theatro. A parede que deita para a Lampadosa, se desaba, teria obstruido a rua da Lampadosa, e levado consigo as casas fracas e velhas que lhe ficam fronteiras. Por duas



vezes o incendio communicou-se ao madeiramento do telhado da casa contigua áquella em que reside o senhor Suckow.

Conseguiu-se sitiar o incendio no seu foco, e era um quadro maravilhoso o que apresentava o theatro, sobretudo olhado pela parte posterior. Entrevia-se através das labaredas da monstruosa fornalha a ossada semi-circular dos camarotes e da tribuna imperial.

Não se pergunta como o incendio teve tempo de extinguir o theatro. Quem viu a furia com que elle começára, e o desenvolvimento espantoso que instantaneamente adquiriu, quem hoje observa as suas ruínas, só admira como ainda existe o quartirão da Lampadosa e, o que é ainda mais extraordinario, como poderam escapár ás chammas a casa contigua por onde SS. MM. entravam para o camarote donde viam os espectaculos nas noites ordinarias; a cocheira, tambem contigua, que fica do lado da Escola Militar e o telheiro de azeite da rua Sacramento.

Do que existia no theatro salvaram-se sómente os livros do escriptorio, uma mesa que continha algum dinheiro e os moveis da sala de entrada de SS. MM., pertencentes á casa lateral de que acima fallei."

Estava annunciada para subir à cena na noite seguinte a tragédia *Antonio José*.

À 17 do mesmo mês reapareceu, com *A nova Castro*, a companhia nò São Januário. João Caetano propôs aos seus artistas vencerem metade do ordenado enquanto não tivessem teatro para trabalhar definitivamente, sendo aceito pela maioria. Fôram dados no São Januário alguns espetáculos para auxilio dos artistas com *A gargalhada*, *O homem da máscara negra*, *Aristodemo* e *Família Morel*.

Havendo obtido a continuação do contrato com a comissão diretora do São Pedro de Alcantara, alcançou dêle consentimento para principiar os seus trabalhos no São Januário. Feitos com urgência os reparos de que este teatro carecia, João Caetano instalou ali a sua companhia, dando o primeiro espetáculo a 16 de Outubro de 1851 com a co-

média em três atos *O baiano na Côte*, na qual estreou Rosina Augusta de Souza. (4)

Seguiram-se-lhe: *Esmeralda*, fazendo Rosina o papel creado por Gabriela De Vecchy, *São êsses os mais felizes*, drama do dr. Antonio Carlos Cordeiro, *Mariana a vivandeira*, *A mão de ferro*, ou *o estudante de São Cyro*, de Bayardo, *A gargalhada*.

A 22 de Novembro publicava o *Diário do Rio de Janeiro* as bases para reedificação do teatro (5).

Documento existente na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional autoriza a convicção de que João Caetano tencionava reabrir o teatro São Pedro com *A dama das ca-*

(4) Era irmã de Joaquim Augusto.

(5) As bases eram as seguintes:

Capital de cem contos de réis dividido em duzentas ações de 500\$000;

— representariam no teatro quaisquer companhias que a empresa dirigisse;

— os acionistas teriam o usufruto de uma cadeira, por quatro anos, contados da data em que o teatro fosse aberto menos em dez anuais que pertenceriam ao empresário.

— os acionistas que tomassem duas ações teriam direito a um camarote de 4ª; os que tomassem três a um de 1ª ou 3ª; e os que tomassem quatro a um de 2ª.

— Si ao fim de quatro anos não se realizassem 400 récitas os acionistas teriam direito às que faltassem no ano seguinte.

— Não tinham os acionistas direito a indenização alguma se o teatro desaparecesse antes dos quatro anos, por incendio ou outro incidente imprevisto.

— O plano de reconstrução seria de Olivier e posto em prática pelo sr. Hosxer.

— Teria iluminação a gaz.

Em seguida lia-se:

“São estas as condições que o artista João Caetano dos Santos tem a honra de offerecer á consideração do respeitavel publico, segundo as quaes vae dar começo ás obras de redificação do theatro São Pedro de Alcantara conforme plano que estará patente na Praça do Commercio: plano e risco organizados pelo senhor Hosxer e pelo qual se vê que o theatro terá mais estes melhoramentos: agua dentro do edificio, que será levada a todas as ordens de camarotes; iluminação a gaz e na frente um gradil e assentos apropriados; que servindo para conservar a entrada com todo o asseio, e decencia dê tambem mais este commodo ás pessoas que o frequentarão, grande é de certo o empenho a que se compromette o artista João Caetano dos Santos e muito superior ás suas forças; porém elle não desanima

*mélias*. (6) É' um requerimento datado de 1 de Julho daquele ano, do sr. Luiz Garcia Soares de Bivar, dirigido ao Conservatório Dramático, pedindo licença para a representação do drama, de cuja tradição fôra incumbido por João Caetano, requerimento no qual se lê este despacho do pre-

---

confiando no valioso apoio dos habitantes desta capital e muito particularmente no do corpo do commercio.

21 annos de assiduo trabalho para gloria e adiantamente da arte dramatica no paiz, as muitas difficuldades com que constantemente tem lutado para conseguir este fim, o immenso prejuizo que acaba de soffrer como é notorio, dão lhe toda a esperanza de obter a protecção que ora invoca.

Os esforços que vae empregar para a boa execução do seu projecto trarão á capital o melhoramento de uma sala em que a companhia dramatica tenha ed offerecer aos seus amadores espectaculos dignos delles e novos meios e recursos para poder elle continuar a prestar ao paiz e á arte dramatica seus serviços e maiores beneficios, unica gloria que ambiciona.

(Segula-se a relação dos estabelecimentos commerciaes que receberiam assignaturas.)

Rio de Janeiro, 13 de Novembro de 1851. — *João Caetano dos Santos.*"

(6) Numa edição ilustrada do mais popular de seus romances, Alexandre Dumas Filho nos conta como se decidiu a escrever *A dama das camelias*. Deve-se o aparecimento dessa obra prima a um accidente vulgarissimo: a perda de um comboio. Obrigado a pernoitar, por esse motivo, numa hospedaria de Saint Germain-et-Laye, o filho do autor do *Conde de Monte Christo* lembrou-se de fazer uma narrativa que tivesse por heroina uma *grisette* de seu conhecimento, que fôra com elle varias vezes áquella povoação, á casa de um certo Ra-velet que alugava animais para passeio. Essa pequena, que morreu no alvorecer da mocidade, chamava-se Alphonsine Duplessis e tinha preferencia pelas camelias, por não supportar o perfume das flores.

Em rapidas linhas Dumas Filho traça-lhe o retrato: "Delgada, negros cabellos, rosea e branca a face, cabeça pequena, olhos de japoneza, mas vivos e finos, labios de cereja e os mais bellos dentes do mundo".

O romance esgotou-se rapidamente e o autor se viu tentado a extrair dele a pega de teatro com que deveria estrear como escritor dramatico. A atriz parisiense indicada para reviver a figura da Duplessis, morta em 1847, era a Dejazet e, quando acabou o seu trabalho, Dumas Filho foi procural-a, fazendo ahi o convite.

A *estrela* já estava nessa época muito longe da idade em que se finou a dama das camelias; tinha mesmo um pouco além do dobro daqueles invejáveis vinte e três anos e recusou-se formalmente a atender ao romancista. Não alegou, como se podia supôr, a disparidade dos anos existente entre a heroina e aquella que fôra escolhida para sua interprete; baseou a excusa no seu pudor de mulher.

Dumas Filho admirou-se, mas não querendo tocar na vida aventureira da Dejazet (um de seus biographos escreveu que "le cata-



A Dejaset, que recusou o papel da Dama das Camélias.





sidente da corporação: "Recomendo urgência no parecer, visto haver a direção do São Pedro escolhido a peça para a reabertura do teatro.

Mas o drama destinado àquele fim foi outro, *O livro negro*, de Golzan, traduzido por Joaquim Antonio da Costa

logue de d. Juan palirait devant celui de Dejazet") recordou que uma das suas mais felizes criações fôra a da Fretillon.

A estrela redarguiu, de pronto, sem se alterar:

— *Eh! bien! Oui; mais Fretillon se donne et votre Marguerite Gautier se vend!*

Dumas Filho enrolou calmamente os originaes da sua peça e despediu-se pezaroso. Correu, então, à casa de Fargueil, que não teve o menor escrúpulo e agradeceu mesmo a lembrança do seu nome para substituir a Dejazet. Mas, a atenciosa Fargueil adoeceu antes de começarem os ensaios e viu-se, por isso, obrigada a desistir do propósito de crear no teatro a figura de Alphonsine Duplessis.

No Teatro Vaudeville alcançava por essa época grande successo a Doche. Nasckda em Bruxelas em 1823 e estreando em Versailles em 1837, num pequeno papel de *Moirud & Cie.*, nos primeiros dias do ano seguinte apresentou-se em Paris, como Eugenie Fleury (o seu nome integral era Marie Charlotte Eugene Plunkett) numa comédia, que era uma fabrica de gargalhadas, *Renaudin de Caen*. Foi uma das atrizes mais formosas do seu tempo. Tinha os cabelos louros e os olhos azues. Praticava vários sports; nadava como a própria Amphitrite.

Casou-se por conveniência artística com Pierre Doche, maestro do Vaudeville, que a exhibia como joia custosa. Ela, porém, passados seis anos, desquitou-se e o marido, apaixonado, deixou Paris, indo ao cabo de pouco tempo morrer do *cholera morbus*, na Russia.

Tinha 29 anos a Doche quando converteu em fazer no Vaudeville *A dama das camélias* (2 de fevereiro de 1852). O êxito foi absoluto. Um crítico acentuou: "Nada de mais simples que esta peça. A situação é invariavel de principio ao fim, mas um delicioso sopro amoroso, uma paixão ardente e verdadeira corre em toda ella e dá a cada detalhe um attractivo sympathico."

Ao lado de madame Doche distinguuiu-se no papel de Armand Duval o galã Charles Fetcher, tão moço quanto ela. Fetcher era filho de pai alemão e mãe inglesa, nasceu em Londres, mas se considerava ator francês. Depois de ter representado em Paris vários anos, foi exercer a sua profissão em Londres, onde representou em inglês. De Londres passou aos Estados Unidos. Morreu em Nova York, em 1879, tendo ali representado algumas tragédias de Shakespeare e peças extraídas dos romances de Walter Scott.

Outras criações da Doche: *Le diable en Paris*, *Penelope normande*, *Les bourgeois de Pontary*, etc. Morreu em Paris, em 1900.

João Caetano pretendeu representar *A dama das camélias*, no São Pedro de Alcantara e foi por sua incumbência que J. J. Vieira Souto, casado com uma de suas filhas, se encarregou da tradução. Surgiram algumas dificuldades e o primeiro dos nossos artistas desistiu do intento passando, então, a peça para o repertório do Ginásio, onde teve a sua primeira representação a 7 de Fevereiro de 1856.

Sampaio, não obstante a péssima impressão manifestada nestes termos pelo censor do Conservatório, pessoa, aliás, da intimidade de João Caetano:

“A tradução é miserável; contem erros palmares que indicam quão pouco pesca o traductor da lingua

---

Foi distribuído o papel da protagonista à atriz Gabriella da Cunha, uma das mais interessantes do seu tempo. O Armando Duval foi o Amoedo, galã da companhia e cuja figura bem se ajustava ao tipo dos homens que sabem inspirar paixão.

No mesmo ano tivemos *A dama das camélias*, em francês, no Lírico Fluminense, ou melhor o *Provisório*, incumbindo-se da protagonista uma atriz de nome Dalloca, que não conseguiu no teatro do Campo de Sant'Anna o agrado obtido no Ginásio pela Gabriella.

E' longa a lista das Margaridas, desde que *A dama das camélias* veiu ao Rio de Janeiro. Recordemos algumas. Emilia das Neves, que fazia as senhoras chorar no último ato; Gracintha Pezzana, a primeira intérprete feminina do Hamlet nesta capital; Lucinda Simões, Eleonora Duse, Sarah Bernhardt, Jane Hading, com Coquelin, fazendo o galã; Virginia Reiter (Emanuel era o Armando), Réjane, Tina de Lorenzo, Cora Laparcerie, Emma Gramatica, Mimi Aguglia, as nossas patricias Nina Sanzi e Lucilia Peres.

Treze meses depois da *première* d'*A dama das camélias*, em Paris, (em Março de 1853), Verdi fazia cantar, no Fenice, de Veneza, a sua décima nona ópera *La Traviata*, cujo libreto Piave extraira da peça de Dumas Filho. O acomodador transferiu a ação para a época de Luiz XIV e substituiu os nomes dos herões. Margarida Gautier passou a ser Violeta Valery e Armand Duval foi crismado para Alfredo Germont.

*La Traviata* foi escrita para Marietta Piccolomini, que só a cantou dois anos depois e ainda no início de sua carreira, com 19 anos.

Piccolomini foi uma das mais graciosas *divettes* de seu tempo. Tinha entre os seus ancestrais um papa, Enéas Sylvio, que tomou o nome de Pio II e que durante seis anos se sentou na cadeira de São Pedro. Marietta era insinuante e bonita. Nela tudo falava: a fisionomia altiva, os olhos expressivos, os gestos.

A creadora de Violetas Valery foi a Donatelli, que desagradou. O papel teve depois outras intérpretes notáveis, bastando citar entre as mais antigas a Patti, que era espanhola de origem e a Christine Nilsson, que nasceu na Suecia, e dentre as mais recentes a Mel' Luiza Tetrzzini, Galli Curci, a Farrar.

Tivemos *A Traviata* no Rio de Janeiro nove dias depois dela haver sido cantada em Paris, a 15 de Dezembro de 1856. A Violeta Valery foi a Charton Demeur, francesa, que veiu mais de uma vez ao Brasil e causou entusiasmo. No ano em que ela cantou *A traviata* formaram-se dois partidos, um que apoiava a Charton e outro que a depreciava, para render homenagem à sua rival, a Casalonghi.

Pauline Virgine Déjazet era parisiense e nasceu em 1797. Estreou aos 5 anos no Teatro des Capucines, em *Fanchon toute seule*. Recebia todas as noites muitos presentes. Da Déjazet escreveu Theophile

franceza. Ha uma occasião em que o advogado diz a Henriqueta que a sociedade não acredita na innocencia dos accusados, mesmo depois de absolvidos e é quasi sempre de opinião do promotor publico. O tal traductor das duzias não hesitou em escrever: "Ah o mundo é sempre da opinião do magistrado: raras vezes absolve..."

---

Guatier: "Puelle etonante actrice! Quelle voix nette, ferme, incisive! Comme elle jette le mot, comme elle decoche le coup d'œil, que des choses elle met dans un sourire!"

Sobre as suas aventuras amorosas nos conta Eugène Briffault: "Mlle Déjazet a long temps a été la première bonne fortune dont se soit vanité un écolier au sortir les bancs du collège".

A 7 de Setembro de 1874 houve no Ventadour uma récita em seu beneficio. Ela cantou. No final, os principais artistas dos theatros de Paris, nos seus trajos mais populares, desfilaram em cena, deante dela. O velho e glorioso Frederik Lemaitre atirou-se-lhe aos braços e beijou-a, sendo entusiasticamente aplaudido. Duprez, Roger e Laferrière imitaram-lhe o gesto.

A Déjazet deixou dois filhos: Eugène, maestro, que mudou o nome do Folies Nouvelles para Theatro Déjazet, e Hermine, compositora, autora da opereta em um acto, *Le diable rose*, cujo libreto se deveu a Paul Muntier e Ed. Fournier.

A famosa artista morreu em Paris, a 1 de Dezembro de 1875.

Anais Farguell nasceu a 21 de Março de 1819 e falleceu em 1896. Filha de um artista da Opera Comique, cursou o Conservatório e depois ingressou naquelle theatro, estreando a 23 de fevereiro de 1835, na *Marquise* de Adam. Sentiu-se sempre em todos os papeis que fazia, a influencia de sua perturbadora beleza. Depois de uma afecção pulmonar teve a voz sensivelmente prejudicada. Jules Janin escreveu então: "C'est un buisson de roses d'où sort un filet de vinaigre". O seu temperamento ajustava-se admiravelmente às mulheres más, odiosas, perversas. Quando a Forgueil creou a Marco em *Les filles de marbre*, escreveu: "Son œil passionné et spirituel, à la fois doux et malin, sa tête pâle, couronnée d'un epais diadème de cheveux noirs et ce sourire superbe qu'on ne peut définir, expliquent son triomphe dans Marco, rôle qu'elle a fait sien et qui convient on ne peut mieux à son talent et au genre particulier de sa beauté".

A Donatelli era demasiado gorda e, por isso, causou hilaridade no último acto da ópera, na cena da morte. O público não se conteve quando a artista, em voz repassada de tristeza, declarou que estava tuberculosa no último grau!

A Nilsson estreou em Paris, a 27 de outubro de 1864, na *Traviata*. Grande successo a que se seguiu logo depois o da *Flauta mágica*, de Mozart, no papel de Rainha da Noite. Outros triunfos: Ofelia, no *Hamlet*, de Ambroise Thomas, criação famosa protegida pela delicadeza de sua figura. A Nilsson, que tinha uma linda voz de soprano, era loura e franzina. Dois meses depois de casada, em Paris, com o rico industrial Auguste Rouzand, em 1872, seguiu para a Russia para cumprir o seu contrato de quatro meses com duzentos mil francos. Foi acolhida com entusiasmo notável.

Apresento esta unica amostra da habilidade do sujeito: quem quizer avaliar o mais leia ao acaso qualquer pagina que ha de por força achar sandice.

Não seria possivel declarar no despacho que a peça é licenciada, mas com a condição de que o traductor ha de exigir do mestre o que lhe pagou pelas lições de francez? Nitheroy, 29 de Julho de 1852. — *Luiz Honorio Vieira Souto.*"

## REABERTURA DO THEATRO

Realizou-se a reabertura a 18 de Agôsto de 1852, com a presença da família imperial e, não obstante terem sido aumentados os preços dos lugares para as três primeiras representações, a lotação ficou completamente esgotada. Apareceram nos jornais reclamações contra o excesso dos cambistas. Era vistosa a pintura da sala, feita por Lopes Cabral, e Hosxe observara na construção o plano de Oliveira. A' frente da orquestra achava-se o maestro Sá Noronha, que fez executar a ouverture *Regeneração*, de sua autoria. Depois do drama foi tocada uma valsa de Antonio Xavier da Cruz Lima, dedicada à princeza Isabel, seguindo-se a última parte do espetáculo, que se compunha de um bailado, *As hamadryadas*, composição de Julio Toussaint e música de Sá Noronha. Coube a execução ao corpo de baile contratado por João Caetano, em Paris.

O ator empresário fez a sua apresentação no segundo ato e foi recebido em verdadeiro delírio. Repetiram-se, prolongaram-se durante tôda a noite as manifestações populares.

Fôram-lhe oferecidas três corôas, uma de grande valor, de ouro, esmaltada de fôlhas verdes com 19 brilhantes, feita na casa Juvanon, estabelecida à rua dos Ourives. Esta corôa, cingiu-a êle, por exigências do público. Foi um dos mais úteis presentes dados a João Caetano, pois depois dêle morto serviu para acudir às necessidades da sua viuva e filhos, desfolhada, vendida em fragmentos. O Imperador deu-lhe um alfinete de ouro.

No folhetim do *Diário do Rio de Janeiro*, de três dias depois lia-se:

"O enthusiasmo de todas as ordens de camarotes anunciava-se de mil maneiras. Lenços se agi-



tavam nas mãos do sexo feminino, que concorria com a sua saudação; gritos, vivas, ovações, aplausos, palmas, e mil frenéticas demonstrações contiveram o artista coroadado durante muito tempo em pé, sem saber a quem responder, nem para onde olhar. A confusão do prazer tolhia-lhe os movimentos; a palavra não possuía; ria e quem sabe quantas lagrimas de alegria e gratidão lhe não assomavam as palpebras."

Até fins dêsse ano João Caetano fez apenas mais um papel novo: o de Belphegor, n'*O Palhaço* (de D'Ennery e Fournier, tradução de Luiz Honório Vieira Souto), na récita de seu benefício, a 26 de Outubro.

### *Emprezário do Teatro Provisório*

Em Novembro foi lhe entregue a direção da companhia lírica que trabalhava no Provisório, teatro inaugurado em 25 de Março do mesmo ano. (7) A administração de João

---

(7) Erguia-se no Campo de San'Ana, entre as ruas dos Ciganos, hoje da Constituição, e do Hospício, presentemente Buenos Aires, com a frente voltada para a rua do Conde agora Frei Caneca.

Construído por Vicente Rodrigues, o Provisório abriu primeiramente as suas portas durante o Carnaval de 1852, realizando bailes públicos, em proveito de seu construtor. A 25 de Março, em espetáculo de gala, comemorativo do aniversário do juramento da Constituição, com assistência da família imperial, realizou-se a inauguração oficial do teatro com a ópera de Verdi "Macbeth", cantando o papel do protagonista o tenor Di Lauro e o de lady Macbeth, a soprano Zechini.

Tinha o teatro, segundo narra Moreira de Azevedo, no "Pequeno panorama, 124 camarotes, distribuídos em quatro ordens; 248 cadeiras de primeira classe, 443 de segunda e 147 gerais. Medalhões no teto representavam Auber, Bellini, Taglioni, Bïbienna, Verdi, Donizetti, Schiller, Catalani y Servandoni e Meyerbeer. Fora dêsse círculo isolado entre palmas e louros, Rossini.

Um jornal da época estranhou o olvido de Haydn e Mozart, quando tinham sido lembrados a dansarina Taglioni e a cantora Catalani, e bem assim a razão porque Schiller fôra preferido a Shakespeare, Corneille e Racine.

A pintura do teatro era modseta e feita em cor de rosa vivo.

A 16 de Maio de 1854, com a *Cenerentola*, de Rossini, realizou o último espetáculo com o nome de Provisório, reabrindo três dias depois crismado para Lyrico Fluminense, fazendo-se ouvir o *Ernani*, de Verdi.

Como o seu primitivo título indicava, o teatro não ambicionava vida longa; contudo existiu mais de vinte anos, pois cerrou definitivamente as suas portas a 30 de Abril de 1875.



Caetano começou, com a subvenção de doze contos de réis mensais, a 27 de Janeiro do ano seguinte, cantando-se *Os mártires*, de Donizetti, cujo assunto fôra buscado por Scribe, no *Polyeucte*, de Corneille. O primeiro papel feminino coube a Candiani. A segunda ópera cantada foi a velha *Norma*, de Bellini; veio depois o *D. Pasquale*, de Donizetti, enquanto se preparava o *Attila*, de Verdi.

A 18 de Fevereiro, no final do anúncio do Teatro Provisório, se declarava que a 14 de Março (récita de gala, co-

---

No Provisório cantaram Tamberlick o grande tenor, e Rosina Stoltz, uma das relevantes figuras da cena lírica de seu tempo e que aqui despertou entusiasmo, apesar de feia e em caminho da velhice.

Francisco Octaviano procurou justificar êsse entusiasmo em quadras que ficaram populares. Nos dois versos finais de uma delas disse:

“Às vezes debaixo da planta vigada  
encontram-se ainda vestígios de flôr.”

Era assíduo aos espetáculos da Stoltz o ator João Caetano; a cantora retribuiu-lhe a gentileza, indo vê-lo uma noite representar *A dama de São Tropez*, no São Januário.

João Caetano quis dar-lhe uma prova de entranhada admiração: ofereceu-lhe, entre bravos e palmas, uma rica corôa, proferindo comovido estas singelas frases: “Madame, l'artiste brésilien a l'honneur de vous offrir cette couronne, à vous toutes les honneurs de cette soirée”.

A Stoltz, dias depois, retribuiu a fineza, presentando o eminente ator com uma cadeia de relógio de pérola e ouro, na qual se achavam gravadas as palavras — Rosina Stoltz — escrevendo-lhe a carta que se segue:

“Si j'étais dans ma patrie, j'offrirais à une des gloires du Brésil, à João Caetano dos Santos, une de mes couronnes, bien persuadée que tout le monde applaudirait à ma pensée, comme l'a fait à la votre, le peuple de Rio. Mais loin de mon pays, je ne puis vous offrir qu'un bien modeste souvenir du plaisir plein d'émotion que m'a causé votre beau talent. En vous voyant j'étais heureuse d'entendre autour de moi ce mot égalité, auquel je vous prie d'ajouter celui de fraternité que vous demande. *Rosina Stoltz.*”

Não se podia ser mais amável. João Caetano, agradecendo o presente da cantora, respondeu ao portador dêle:

“Diga a Madame Stoltz que ella é minha boa fada, o seu mimo um talisman e que serei d'ora avante um artista inspirado.”

Chama-se pitorescamente a isso *rasgar sedas*. Dessa data em diante estreitaram-se as relações de amizade entre a Stoltz e João Caetano, a ponto de servirem de padrinhos de casamento da filha de Manoel Francisco Tavares, professor de música. (*Coisas do passado*, de Escagnolle Doria.)

memorativa ao aniversário da Imperatriz) não seria cantada a ópera *Attila*, em consequência do baixo Florito achar-se "inteiramente inutilizado."

A 1 de Março publicou o *Jornal do Comércio* a correspondência trocada a propósito entre o referido artista e o empregário João Caetano dos Santos. A correspondência é a seguinte:

I — Carta, datada de 19 de Fevereiro, de Arcangelo Fiorito a João Caetano dos Santos chamando a atenção dêste para os termos do anúncio da vespera "sem dúvida publicado sem sua aquiescência". Declara que no momento está inhabilitado para aparecer em cena, em consequência de moléstia, mas não *inteiramente inutilizado*.

II — Carta de João Caetano em resposta. Declara que o anúncio saiu por sua ordem e em seguida refere:

"Depois lembrar-lhe-hei que em meados do mês de Janeiro, devendo V. S. cantar na opera *Norma* a parte de Oroveso, pediu e obteve isenção desse serviço, allegando estar estudando ao afincio o papel de *Attila* e não desejar distrahir-se desse empenho. Entretanto chegada a occasião de dar-se começo aos ensaios do *Attila* apresentou-se V. S. ao escriptorio do Theatro Provisorio, recebeu por inteiro o importe de seu ordenado do mez de janeiro e immediatamente foi entregar ao mestre da Companhia a parte do *Attila*, junctamente com um attestado de molestia, procedimento este que me autoriza para acreditar que V. S. deveria ter enviado tal attestado quando foi chamado para cantar na *Norma* e que o recebimento do seu ordenado correspondente ao espaço decorrido daquella data em diante (pelo menos) pode se dizer que foi uma expolição que soffri, visto como V. S. recebeu por inteiro o seu ordenado mensal de 800\$000, sem que, graças ao expediente acima apontado, trabalhasse uma vez sequer no decurso de todo o mez proximo passado.

A' vista do que acabo de expôr, insisto em todas as expressões do annuncio contra que V. S. reclama, deliberando mesmo recorrer ás autoridades, caso V. S. não se convença da razão com que assim pro-

cedo, firmado na declaração do mestre da companhia.

Sou de V. S. attento venerador e criado respeitador, *João Caetano dos Santos*. Rio de Janeiro, 19 de Fevereiro de 1853."

III — Carta de Dionysio Vega, mestre da companhia — Confirma que Fiorito está com a voz arruinada e que já rouco cantou a *Favorita*, *Semiramis*, e *Barbeiro de Sevilha*. Termina dizendo que, à vista do atestado, pensa que o artista não está melhor.

IV — Carta de Fiorito a João Caetano, protestando contra o que este afirmou.

A 2 de Março João Caetano publicou no *Jornal do Commercio* a 5ª carta da correspondência, omitida por Fiorito. E' de João Caetano ao cantor, propondo-lhe a cantar o *Attila* ou a considerar-se suspenso.

Não foi a única questão que teve, como empregário lrico, João Caetano com os seus contratados. A 7 de Janeiro, antes da inauguração dos trabalhos, a soprano Giusepina Zecchini (8) escreveu a João Caetano comunicando que não poderia cantar a parte de *Elvira*, no *Ernani*. A resposta foi a seguinte:

"Recebi o officio ou carta de V. S., datado de hontem, a que vou dar breve, mas terminante resposta. Não posso, nem devo, entreter polemicas com os artistas, pois que, alem de perda de um tempo precioso, tais polemicas só trazem em resultado prejuizo no regular andamento da administração do theatro e quebra dos interesses do publico que a frequenta. A questão sobre que V. S. tem tão lar-

---

(8) A Zecchini estreou a 19 de Outubro de 1851, no Teatro São Januário, cantando a parte de Amina, na *Sonâmbula*. Nessa mesma noite, no papel de Elvino estreou o tenor Damenico Labocetta.

Zecchini cantou ao lado da Stoltz e reuniu admiradores. Tinha aquella a vaidade e o egoismo de que são dotadas as mulheres, sobretudo as *estrêlas*. Fazia ameaças à empresa e á direcção, sempre receosa de que madame Stoltz arranjasse pretextos para não concluir as óperas que se obrigara a cantar, pedia a Zecchini que fôsse ao teatro, mesmo estando de folga, para terminar os papeis que a outra deixasse por acaso em meio. Giuseppina Zecchini atendia e por êsse procedimento impedia que a Stoltz levasse a efeito as suas ameaças.

gamente recorrido, figurando tantas e tão variadas hypotheses, elevando-a mesmo ás regiões da metaphysica, é, a meu ver, mui simples e de facilissima solução: Trata-se de saber se pode V. S. recusar-se á execução de uma parte que pela direcção do theatro lhe for distribuida, dentro das disposições do seu contrato, dando por pretexto que a actualidade de seus meios lhe não permite desempenhal-a. No contrato porque está V. S. ligada ao theatro que dirijo nenhuma disposição ha relativa a esta especie, em que, aliás, fundamenta V. S. todas as suas argumentações, isto é, ahi não se estipula que fica a seu arbitrio a escolha das operas mais ou menos fortes, segundo mais ou menos disposta se sentir ou quizer sentir para desempenhal-as. E em verdade absurdo fora consignar semelhante clausula em seu contrato, porque dest'arte ficaria a sorte da empresa pendente do capricho da artista. A questão, portanto, a vista do seu contrato, reduz-se a saber se V. S. está ou não doente.

Na primeira hypothese cumpre verificar uma das duas coisas: ou a enfermidade é curavel e passageira e então V. S. suspende o seu exercicio no theatro para procurar restabelecer-se ou então é de natureza a inhabilital-a completamente e o que se segue é a rescisão do mesmo contrato segundo nelle se estipula na condição 8ª.

Na segunda hypothese, isto é, na de não estar doente, o que cumpre a V. S. é aceitar a parte que lhe foi distribuida, sem procurar indagar se a empresa procedendo assim consulta ou não seus proprios interesses ou se a opera será ou não bem acolhida do publico: — a responsabilidade em taes circumstancias é exclusiva do director.

Do que dito fica comprehenderá V. S. que entende esta direcção que ou está V. S. de saúde e prompta para cantar a parte de *Elvira*, que lhe foi devidamente distribuida; ou se acha enferma e carece de entrar em curativo, circumstancias em que necessariamente fica suspensa do seu exercicio no theatro.

Assim, pois, concluo prevenindo a V. S. que se dentro de 24 horas não houver declarado que se presta a cantar a parte que lhe foi enviada fica

subentendida a referida suspensão, podendo V. S. sem carecer de mais officiar-me recorrer aos meios que julgar de seu direito, poupando-me com a continuação de suas reflexões a este respeito a necessidade de perder o tempo de que tanto careço.

Deus guarde a V. S. — Theatro Provisorio —  
8 de Janeiro de 1853. *João Caetano dos Santos.*"

A Zecchini cantou a ópera no espetáculo de gala de 7 de Abril.

O tenor Domenico Labocetta também manifestou motivos de desgasto. O desembargador João Antonio Miranda, que antecederia a João Caetano, na direção da companhia lírica, lhe havia prometido um benefício livre de despesa, durante a sua administração, mas o novo empresário não se mostrou de acôrdo. Labocetta pediu uma indenização de três mil francos e não foi mais feliz. Deliberou, então, embarcar para a Europa, o que fez a 14 de Setembro, pelo vapor *Tay*.

O barítono Pietro Ferranti, a 25 de Maio, dizendo-se enfermo, interrompeu o espetáculo, findo o primeiro ato do *Elixir de amor*. No dia seguinte contrariamente ao que dispunha uma das cláusulas de seu contrato, saiu de casa sem conhecimento do diretor, para ir ao Hotel Pharoux. Nesse interim, João Caetano mandou procurá-lo em casa e, como Ferranti ali não estivesse, o empresário oficiou à Polícia, para que esta detivesse o artista, como se fez.

A soprano Maria Stella, que havia sido contratada por três anos, estreou a 15 de Setembro de 1854, no *Elixir de amor*, incumbida da parte de Adina. Foi, com dificuldade, tolerada a princípio, mas no segundo quadro recebeu ruidosas demonstrações de desgasto. Tendo sido interrompido o espetáculo, rescindiu-se amigavelmente o contrato.

---

(9) Tempo houve em que as rivalidades teatraes se sucediam, exaltando os frequentadores, dando trabalho à polícia. A origem dos partidos vem da época remota em que cantaram no velho São Pedro a Candiani, a Marinangeli, a Meréa; intensificou-se no Provisório, quando as *estrelas* eram a Stoltz, a Ida Edelvira, a Casaloni, a Charton, a La Grange, e tantas outras. Os blocos eram arregimentados e os legionários não se limitavam a louvar as suas eleitas e a apurar as adversárias; faziam mais: perturbavam os espetáculos, engalfinhavam-se no calor do entusiasmo. Às vezes, as cantoras eram alheias aos acontecimentos; outras, a animação era diretamente instigada por elas, como succedeu na época da Meréa, que mandava desfeitear as colegas. A Casaloni e a Charton vieram trabalhar no Provisório



### Excursão ao Rio Grande do Sul

Convidado a visitar o Rio Grande do Sul, João Caetano dos Santos embarcou para a antiga província a 18 de Agôsto de 1854, a bordo do vapor *Guanabara*, acompanhado das arti-

---

no mesmo ano, o de 1854. Chegaram aqui com pequena diferença de tempo — sessenta e dois dias de intervalo. Anetta Casaloni Barbaglio aportou à Guanabara a 6 de Abril, trazida pelo *Thames*; Charton Demeur veiu no *Severn*, entrado a 8 de Junho.

A primeira fez a sua estréia, na *Cenerantola*, a 11 de Maio, cantando a parte da protagonista, a borralheira do conto famoso, de Perrault, um dos grandes papéis da Alboni, sempre ovacionada no *ronde* final. Tinha a Casaloni voz de *contralto*, uma bela voz, aliás no conceito dos críticos da época. Um dêles detalhou: “voz de duas oitavas de extensão, segundo nos pareceu, isto é, do *lá* inferior ao superior”. Não era, contudo, igual: “as notas graves não são inteiramente claras, acentuou o minucioso julgador, e as do *mi* até o *lá* têm um tanto de forçado”. Quando se espera que a conciusão é contrária à cantora êle escreve: “...mas em geral o timbre é agradável”. Figura insinuante, a Casaloni despertou logo simpatias, recebeu versos, teve mesmo as suas flôres. Um poeta da secção paga do *Jornal do Comércio*, publicou em seu louvôr um mau soneto, dizendo na segunda quadra:

Ao triste rouxinol, feliz roubaste  
brandos acentos que não tem o dia!

Ah! se os rouxinóis fizessem versos...

A ópera de Rossini teve várias repetições e, muito embora anunciada para intervir em outra, a *Lucrecia Borgia*, a Casaloni limitou-se àquela até a estréia da Charton, que se deu a 26 de Junho, na *Semiramis*, de Rossini, cantando o papel da protagonista. A Charton viera acompanhada do marido e de uma irmã. Era francesa.

Querem os retratos de ambas? Vamos encontrá-los numa fôlha da época, mais simpática à francesa, como se vê: “Casaloni tem o aspecto viril, o meneio precipitado, displicente, a fronte arqueada, bojuda, os olhos verdeongos, grandes, sem ação, retentos, atontados. Tem a cutis adensada, as espáduas largas, o talho agigantado, as proporções da antiga Pallas, as carnes flácidas, o peito inflexo, espaçoso”.

A Charton assemelhe-se às figuras poéticas que visitam a solidão: seu ademan é simples, garboso, amenizado; seus olhos têm o fogo do céu, seus lábios um sorriso vário, expressivo sempre.

Tem a tez fina alvadia, bago um pouco o viço talvez; é graciosa, vivaz, petulante, como uma criança, esbelta como a deusa Diana. Nas linhas seguras e brandas do semblante, nos contornos dos braços, no molde da cavidade torácica oferece modelo ao cinzel dos Phidias modernos: sua voz é de um pássaro que chilra, gorgeia, artista sem rival”.

zes Gabriella da Cunha De Vecchy (10) e Josephina dos Santos Miró. Despediu-se do público do São Pedro de Alcantara com a tragédia *Nova Castro*.

Estreou no Rio Grande nove dias depois, no Teatro Sete de Setembro, com *A dama de São Tropez*, fazendo o papel de

Ao próprio José de Alencar a Charton entusiasmou. No seu *Ao correr da pena*, do *Correio Mercantil*, o grande indianista publicou, a 28 de Janeiro de 1855 estas quintilhas quintechos:

*Di lei e cordami*

(á Charton)

Solta do labio inspirado  
esta palavra sublime !  
Tanto amor como ella exprime  
nunca mulher o sentiu.  
Nunca ! Teu labio mentiu

Quando a voz num grito d'alma  
convulsa te parte o seio,  
hesita ! E eu mesmo creio  
nessa divina mentira  
que o genio d'arte te inspira.

Mas se contemplo outra imagem  
esquecida num momento;  
como pode o pensamento  
conceber tanta paixão  
num corpo sem coração.

São passados muitos anos, ambas já empreenderam a viagem para onde não há bilhetes de volta, e pode-se fazer serenamente justiça; a Charton, pelas responsabilidades que assumiu, dispunha de recursos superiores à Casaloni. Quando cantaram juntas, no *Trovador* e na *Linda de Chamounix* couberam as partes maiores à artista francesa.

O público, todavia, dividiu-se. Quando elas *brilharam* no Provisório, o teatro do campo de Sant'Anna já não tinha os famosos lampeões de torcida a azeite, que a Stolz e a Zechini conheceram. Desde Março, o benemérito Mauá substituíra a luz de antanho pela do gás. Mas, às vezes a pressão era pouca e havia quem suspirasse pelo antigo azeite de peixe... Uma noite cantou-se no Provisório quasi em penumbra. Era intensa nesse tempo a luta entre os *chartonistas* e os *casalunistas*. Um dos admiradores da primeira lembrou-se de atribuir a deficiência da luz à *guigne* da outra cantora e publicou estas três quadrinhas, subordinadas ao título:

(Vide nota 10 nas paginas seguintes):

Maurício; coube à Gabriella o de Hortência e à Miró o de Condessa Langlois.

Nestes termos descreveu o *Diário do Rio Grande* a récita de estréia de João Caetano dos Santos ali:

"Findo o drama João Caetano foi chamado á scena, onde compareceu vestido de gala e ahi re-

#### O GAZ VIROU LAMPARINA

O canto da Casaloni  
até nos produz ruína;  
é elle a causa porque  
o gaz virou lamparina.

Se a senhora Casaloni  
do theatro é a má sina,  
p'ra mal do povo também,  
o gaz virou lamparina.

Só se fala em duas coisas  
mesmo em qualquer esquina:  
canta mal a Casaloni,  
o gaz virou lamparina.

O trôco veio no dia seguinte, feito assim:

#### AO POETA DAGUA DOCE

##### *O gaz virou lamparina*

Qualquer cavallo dá couce,  
quebra canto esbarra, quina.  
A Charton de nada vale,  
o gaz virou lamparina.

Detratar a Casaloni  
é de estupidos a sina;  
o fazem parvos porque  
o gaz virou lamparina.

Da cantora Casaloni  
A voz é bella e divina.  
Chartonista é boca aberta.  
O gaz virou lamparina.

Assistiram ambas, porque tiveram longa permanência no Rio, ao incêndio no São Pedro de Alcântara; aos funerais maiores e mais pomposos até então realizados, os do marquês do Paraná, o grande chefe do partido conservador, que morreu como presidente do gabinete de ministros; cantaram ao lado de Tamberlick e da Dejean, que sobrepujou às duas.

cebeu os applausos geraes do auditorio e da propria orchestra, que duraram por longo prazo. Apenas serenaram, o illustre artista que os acolheu com visiveis signaes de commoção, recitou, conquistando bravos animados da platêa, o seguinte monologo, que distribuiu, com o titulo

Funcionavam nesse ano de 1856 vários teatros: o São Januário, o Ginásio e João Caetano, enquanto não reedificou o São Pedro, accomodou no Provisório a sua companhia, ora dando a *Nova Castro*, ora o *Othello*, o *Antonio José*, o *D. Cesar de Bazan*. No campo de Sant'Anna atmbém se explorava a arte teatral, na barrada do Pereira do Lago, que funcionava com o nome de *Três cidras do amor*, e na qual a companhia do Teles chegára a representar um drama do repertório de João Caetano, *Camila no subterrâneo*, que, segundo informações coévas, figurava no rol dos grandes trabalhos da Estella Sezefreda.

O bardo comemorativo da época, era o *Maranhense*, que dirigiu vários jornais (*Brado do Amazonas*, chamava-se um dêles) e que era conhecido pelo *vate do Bacanga*. Morava na ladeira do Castelo e deveu a sua notoriedade menos aos versos do que ás espertezas do seu genio inventivo. José de Alencar retratou-o numa de suas comédias, *Rio de Janeiro verso e reverso*, incumbindo ao Martins a tarefa de reproduzi-lo em cena. O *Maranhense* foi ver a peça, bateu palmas ao Martins, por ter achado exata a caracterização, mas veio, ao deixar a platêa, pôr na rua da Amargura o comediógrafo, na entrada do Ginásio.

Os partidos teatraes continuaram por longos anos. Desapareceram agora, naturalmente, por se ter extinto a classe dos idolos.

(10) Gabriella da Cunha era filha da atriz portugueza Gertrudes Angelica da Cunha e nasceu no Pôrto a 18 de Dezembro de 1821.

Segundo a afirmação de Souza Bastos, feita na *Carteira do artista*, estreou na cidade que lhe serviu de berço aos 14 anos, em 1835. Pouco depois atravessava o Atlântico para vir ao Brasil e aqui, no Rio de Janeiro, conseguiu ser uma das atrizes mais brilhantes da sua geração. Os grandes nomes femininos dos seus primeiros dias de atriz nesta capital eram os da Estella, mulher de João Caetano, e de Ludovina Soares da Costa.

No velho São Pedro e no Praia de D. Manuel castigava-se o vicio e premiava-se a virtude na *Nova Castro*, nos *Seis degraus do crime*, no *Fayal*, onde um marido bárbaro obrigava a mulher a comer o coração do amante guisado com batatas, o conhecido suplicio de Gabriella de Vergy.

A Estella retirou-se cedo do teatro, para cuidar da família que aumentava; a Ludovina, quando Furtado Coelho e Joaquim Heleodoro reformaram o repertório, aperfeiçoando o gôsto do público, já não estava na idade de acompanhar a transição.

Os elementos principais aproveitados assim para a remodelação foram a Gabriella da Cunha, a Adelaide do Amaral, a Maria Velutti, a Jesuina Montani, a Eugenia Camara. As duas primeiras fizeram *As mulheres de mármore* e *A dama das camélias*, no Ginásio; ambas não se contentaram em receber os aplausos dos cariocas e foram buscá-los mais longe, nas antigas provincias. Gabriella tinha cultura mais só-

## AO RIO GRANDE DO SUL

(Saudação feita por João Caetano)

Salve, estrella do Sul! eu te saúdo  
E a minha saudação é tão sincera,  
Tão cheia de fervor como o convite  
Que me trouxe até aqui para saudar-te.

lida; a Adelaide do Amaral era, porém, mais comunicativa e chegou a dar motivo para que alguns espetáculos do Santa Isabel, em Pernambuco, se realizassem em ambientes agitados. Ocorreu isso durante o tempo em que na Veneza brasileira se encontrava trabalhando a companhia de que faziam parte a Adelaide e a Eugénia Camara. Formaram-se dois partidos aguerridos. O de que era patrona a primeira tinha por guião o notável pensador Tobias Barreto, poeta dos *Dias e noites*; o orientador do segundo, era Castro Alves, o condor das *Espumas flutuantes*. Quanto ganharam as letras pátrias com o desenvolvimento dessas pugnas memoráveis, defrontando-se os dois gênios nos camarotes do Santa Isabel, enquanto, felizes e validosas, as rivais se mediam no palco, na *Dalila*, de Octave Feuillet e na *Omphalia*, de Quintino Bocayuva!

Castro Alves instalou-se com Eugénia Camara numa "casa branca à beira do caminho" e "sobre a estrada abriam à tardinha as persianas". Era no Barro, acima de Afogados, no caminho de Tigipió e Jaboatão. Escreveu ali o poeta grande número de versos, dos quais foi Eugénia a inspiradora: *O vó do gênio*, *Os três amores*, entre-muitos. E' ela a *Fabiola*, da coleção de sonetos a que chamou *Anjos da meia-noite*.

Foi isso em 1866. Eugénia Camara tinha chegado no norte, com outro amante, Veríssimo Chaves, de cujos braços passou, facilmente, para os do cantor dos escravos, que cursava, em Olinda, o segundo ano de direito e tinha, apenas, 19 anos. Não durou muito o idílio, pela inconstância da musa, que fugiu do bardo uma noite. Bem Castro Alves podia aplicar à leviana os versos da sua *Dalila*.

"Julguei-te — estrella — e eras — pyrilampo  
em meio á cerração..."

Eugénia Camara era um tipo vulgar de mulher, sem atrativos especiais, comum fisicamente, esguia, graciosa, de olhos e cabelos negros, seduzia pela amenidade de sua palestra, pela afabilidade de seu gênio folgazão.

Chegou ao Rio de Janeiro não em 1858, como se tem affirmado, mas um ano depois, e estreou no Teatro Ginásio a 29 de Outubro desse ano.

Apresentou-se ao público recitando uma de suas poesias (quando veio de Portugal trouxe um livro de versos, *Segredos dalma*. Do qual fez segunda edição no Brasil, adiantando as poesias que havia aqui inspirado a Fagundes Varella, Emílio Zaluar, Victoriano Palhares e outros). Findos os versos surgiu em cena na fignra sedutora da baroneza d'Armourol, do drama de Mendes Leal, *Abel e Caim*, e



Salve, estrella do Sul! Oh! quantas vezes  
 Não tenho em ti pensado! Nos meus sonhos  
 Tenho mil vezes desejado ver-te!  
 E o céo, e o mar, e a terra, e o clima e o povo,  
 Que vi nos sonhos meus, hoje estou vendo!  
 Salve estrella do Sul! Eu te saúdo,

tomou ainda parte no encerramento do espetáculo, desempenhando a protagonista de uma comédia bregeira, de sua tradução, *Bertha de castigo*.

Achou-lhe a critica desembaraço e vivacidade, notando ainda que ela se servia de uma dição clara que permitia ao espetador ouvir-lhe a pronúncia de tôdas as sílabas.

Aqui pouco depois, assediada pelos "leões" da época, de todos desdenhou e tornou-se amante de um de seu colegas mais em evidência, Furtado Coelho. E tanto se infiltrou Eugénia Camara no coração do artista, que este, esquecido de seus deveres, do respeito que devia a uma platéia que sempre o tratou com generosidade, seguiu-a para São Paulo, deixando o público à sua espera no teatro, na noite em que se devia representar o drama de Macedo, *Luxo e vaidade*.

Castro Alves conheceu-a na capital de Pernambuco, quando Eugénia Camara ali chegou, em meio de uma *tourné*, triunfante, como *estrela* da companhia que tinha por empresário um de seus adoradores, o guarda-livros Verissimo Chaves.

Romântica, a atriz não se sentia bastante resguardada para resistir ao poeta e dentro em pouco deixou o conforto que lhe dava Verissimo para sofrer privações com Castro Alves na poética casinha do Barro.

Ilusória a vida para ambas! A favorita de Castro Alves teve, quando lhe branquearam os cabelos, o conhecimento de severas necessidades; Adelaide do Amaral, mais infeliz ainda, depois de ter posto na cabeça várias corôas, morreu decrépita num catre de hospital, completamente esquecida!

Enfadada de dominar no coração do grande bardo que seduziu, Eugénia fugiu-lhe dos braços e voltou ao Rio. Castro Alves mandou-lhe então uma extensa poesia de que fazem parte estas quadras:

Eu — já não tenho mais vida !

Tú — já não tens mais amor!

Tú — só vives para os risos!

Eu — vivo só para a dor!

.....

Obrigado! Mas na terra

tudo entre nós acabou !

Adeus! E' o adeus extremo,

a hora extrema sou!

Eugénia não recebeu em silêncio a ironia e respondeu ao poeta:

Oh! ceu irmão do ceu que viu meu bérço!  
 Eu te saúde, oh mar, que, partilhando  
 A idéa hospitaleira deste povo  
 Tanto abrandaste a costumada furia  
 Vendo chegar o lenho que me trouxe  
 Para a terra do Sul!

---

Falas-me em risos. A mim?  
 de afeições descrente e nua!  
 Póde-se encontrar outra alma  
 depois de reinar na tua?

.....  
 Adeus! se um dia o destino  
 nos fizer inda encontrar, ..  
 como irmã, ou como amante,  
 sempre, sempre me has de achar!

Além de grande cópia de versos, Eugenia Camara escreveu aqui um drama em um ato, *Uma entre mil* e traduziu várias peças, entre elas *Duas primas*, *Uma escada*, *Lição de clarim*, *Uma paixão de rapaz*, *Madrasta*, *Trincaferro*, *Uma trempe de calças*, *O braço de Ernesto*, *Relógio conjugal*, *Ela por ela*...

No teatro, além de ingênuas primeiramente e depois dama galã de uma serie vultosa de dramas (a princeza Falconieri de *Dahle*, e de *As mulheres de mármore*, Eugenia Camara distinguia-se na representação de comédias, citando-se como um de seus melhores papéis o protagonista do *Gaiato de Lisboa*, na qual a achavam mais natural, melhor do que Vasques.

Já lhe haviam fugido as ilusões da mocidade, quando por um capricho aceitou a côrte que lhe fazia o maestro Osternoff, regente da orquestra do Phenix. Mas aceitou com condições, as de levar-lhe êle à igreja.

O artista dominado pela atriz não vacilou. Casamento desigual, temperamentos diversos, desventura absoluta.

Sobreveiu-lhe com o declínio na descida da montanha, uma cruel amnesia, que a obrigava a parar as falas para escutar o ponto. Já não entusiasmava as multidões.

Perdendo no esquecimento pouco a pouco, o seu nome deixou de figurar no cartaz e dentro em breve, depois de haver desaparecido o seu poeta, Eugenia Camara encerrou o ciclo da existência terrena.

Gabriella da Cunha não tinha calor para alimentar chamas de entusiasmo. Só ia ao teatro para representar os seus papéis. Descido o pano, dirigia-se para casa, afim de cuidar dos seus deveres de esposa e de mãe. Não corria em busca do triunfo, que se esváí, leve, como o fumo. Tinha perseverança no trabalho, consumia longas horas no estudo e tal era o seu merecimento que o exigente João Caetano reclamou-lhe os serviços, quando foi ao Rio Grande e a Pernambuco. E, quer numa quer noutra dessas provincias, Gabriella agradou sobremaneira pela compreensão que tinha das suas responsabilidades. Na sua galeria numerosa vamos achar, quando o seu talento se encontrava em plena maturidade, além dos papéis já referidos, mais os de Clotilde, n'Os *parisienses*, a Baroneza d'Ange uma das grandes interpretações da Lucinda Simões, no *Demi-monde*, a Margarida, no

Eu te saúdo  
 Oh! terra de que *grande* o nome tendo,  
 Tiveste a idéa generosa e grande  
 De acolher em teu seio o humilde artista  
 Que ha tanto tempo te beijava em sonhos !

*Romance de um moço pobre.* Na comédia de Legouvé, *Par drott de conquête*, traduzida por José Joaquim Vieira Souto, mediu-se com a Pauline, artista francesa, no papel de madame Georges. A Pauline mereceu sempre carinhosas referências dos jornais, mas a Gabriella teve jugado com mais entusiasmo o seu papel. Isso ocorreu em 1856, e nos fins desse mesmo ano deixava a Gabriella o Ginásio afim de aceitar o contrato que João Caetano lhe oferecera, para o São Pedro, que em Janeiro seguinte reabrirá as suas portas, depois de reconstruído pela terceira vez.

Nesse tempo os artistas da classificação da Gabriella recebiam ordenados razoáveis. Para tirá-la do antigo São Francisco de Paula, onde ganhava 300\$000 mensais e tinha direito a um beneficio no correr do ano, o empresário do São Pedro ofereceu-lhe 500\$000 e a mesma concessão. Além disso, como o contrato do Ginásio era rescindido antes do praso da sua terminação, a multa de um conto de réis, prevista numa de suas clausulas, foi satisfeita por João Caetano. Voltou a Gabriella para o Ginásio; esteve mais tarde no São Januario; foi de novo para o teatro do Rocio.

O seu último papel nesta capital foi o de Julia, no drama *A cigana de Paris*, no São Pedro de Alcântara, em 1864. Em 1865 regressava a Portugal, sendo contratada para o teatro D. Maria, de onde passou para o Príncipe Real e o da rua dos Condes. Tendo deliberado encerrar definitivamente a sua carreira dramática, embarcou para a Baía e se finou ali a 7 de Julho de 1882.

Quando ela morreu, comparando-a com a famosa Maria Dorval, disse um jornal português: "Foi uma artista de surpreendente e vitorioso talento". E numa carta que escreveu a Souza Bastos, Furtado Coelho acentuou:

"...veiu a ser a primeira entre as primeiras; possuia um talento e uma organização theatraes como em toda a minha vida só me recorde de ter admirado em Portugal na grande Emilia das Neves. Nenhuma das atrizes que chegaram a obter cá e lá momentanea nomeada pôde nunca rivalizar com aquellas duas verdadeiras sacerdotizas do theatro dramatico."

Gabriella da Cunha, casou no Brasil com José Felix De Vecchi, que fôra primeiro mímico no teatro São Carlos, de Lisboa. Dêsse consorcio nasceram vários filhos e uma filha, Ludovina, que abraçou a carreira materna. O primeiro papel dessa menina foi o *travesti* do Juca, na comédia de Martins Penna, *O noviço*, em 1853, no São Pedro. Tornou-se depois artista aproveitavel e interveiu na primeira revista representada no Rio de Janeiro, em 1859, no Ginásio, *As surpresas do sr. José da Piedade*. Casou com o seu colega Moutinho e faleceu, com 15 anos, na Baía.

Gabriella enyviou em Setembro de 1863.

Ver o sul, ver seu povo illustre e nobre  
 Era o desejo ardente de minh'alma.  
 Foi sempre o sonho meu. Realizados  
 Meus desejos estão, estão meus sonhos,  
 Que o céu e o mar e a terra, e o clima e o povo,  
 Que vi nos sonhos meus, hoje estou vendo!  
 Salve estrella do Sul! Por teu convite,  
 Por teu fervor, por teu acolhimento,  
 Cheio de gratidão, eu te saúdo!  
 Com teu convite me douraste os sonhos...  
 Com teu fervor o meu fervor pagaste...  
 Com teu generoso acolhimento  
 Encheste o peito meu de orgulho e gloria!  
 Minha gloria aqui'está — *Poder saudar-te!*  
 E o teu applauso constitue o orgulho,  
 Que tem, que nutre o coração do artista,  
 Que sendo pouco tem valido tanto!  
 Parti de Nictheroy... Fui lá do Norte,  
 A terra visitar e da Bahia  
 Trouxe o meu coração saudade eterna!  
 Saudade eterna levará minh'alma  
 Quando partir do Sul!

Eis, pois, o orgulho,  
 Eis pois a gloria que somente almejo!  
 Nobres filhos do Sul! Ver-vos, saudar-vos  
 Era só meu desejo, eram meus sonhos!  
 Eu vos vejo, afinal! Tres vezes salve,  
 Nobres filhos do Sul! Eu vos saúdo,  
 E a minha saudação é tão sincera,  
 Tão cheia de fervor como o convite  
 Que me trouxe ante vós para saudar-vos!

Então redobraram os aplausos. Platéa e camarotes exprimiram o seu reconhecimento em uma tempestade de palmas e de bravos, em uma onda de lenços e de chapéos, em um dilúvio de variegados *bouquets*, que traduziam o extranho sentimento que inundava o coração de todos. Ainda mais duas vezes após foi chamado à cena o sr. João Caetano, para ser vitoriado e de dois camarotes foram recitados os seguintes sonetos (o 1º pelo sr. tenente Antonio dos Santos Lara e o 2º pelo dr. Augusto Candido Ferreira, a que se seguiram mais lidos na platéa, os quais não podemos obter para publicar.

## 1°

Lá das famosas ribas do Janeiro,  
Ao furor se arriscando neptunino,  
Veio por nimio affecto de vós dino,  
O rei da scena, o orgulho brasileiro.

Della o só ornamento e o primeiro,  
O genio sem igual e peregrino,  
E da ha muito, com fóros de divino,  
Gloria da patria e inveja do estrangeiro.

Bemvindo o acclame applauso agradecido,  
Mostrai quanto o presaes aos Fluminenses,  
Que partir viram ciosos seu querido.

Do que lisonjeou tanto aos bahienses  
E que a vós tambem é concedido  
Ufanos exultae, Rio-Grandenses

## 2°

Parabens, parabens, patricios meus.  
Brasileiro Talma entre nós temos,  
Qual astro fulgurante ahi o vemos,  
Provando o genio raro, os dotes seus.

Deixaste a cara esposa, os filhos teus  
Com magua, com pezar? Oh! nós o vemos.  
A's instancias cedestes que fizemos  
Até qui vens trazer altos trophéos

Dos genios, dos heróes, que a historia aponta  
Immenso e sem rival és tú no mundo,  
Teu merito, teu saber lhes faz affronta.

Venha o franco Talma, surja iracundo,  
Que á vista do actor que a lyra canta  
A palma cederá ao mais profundo.

No fim do espetáculo grande número de espetadores, nacionais e estrangeiros, e todos trajando rigorosa gala, acompanharam à sua residência o sr. João Caetano, precedendo-o com archotes. O préstito era fechado pela orquestra do Teatro.



A 31 de Julho representou o *D. Cesar de Bazan* (foi o segundo espetáculo) e no domingo A *gargalhada*.

Da cidade do Rio Grande seguiu para Pelotas, onde obteve novos e entusiásticos êxitos. Deu o último espetáculo com A *gargalhada*. Findo o espetáculo, João Caetano recitou uma poesia "Despedida ao Rio Grande do Sul", sendo delirantemente aplaudido. Ao terminar, desceram ao cenário oito meninas e uma delas entregou a João Caetano uma corôa oferecida pelas famílias da cidade. Uma só voz se ergueu, então, de diferentes ângulos da platêa e, acedendo a ela, João Caetano cingiu a fronte com essa corôa. Gabriella foi também muito vitoriosa.

Esteve 64 dias no Rio Grande do Sul. Deu 17 espetáculos no Sete de Setembro, do Rio Grande, e nove no Sete de Abril de Pelotas.

Chegou ao Rio de Janeiro a 10 de Novembro de 1854, a bordo do *Imperador*. Reapareceu a 17, no São Pedro de Alcantara, com A *Dama de São Tropez*.

O teatro do Rio encontrava-se literalmente cheio; num dos camarotes, o marquês de Paraná, presidente do Conselho de Ministros; noutro Jacques Arago e sua sobrinha Hortense. Esta, num intervalo recitou ardorosos versos que o autor da *A gargalhada* escrevera saudando o seu grande intérprete.

Findo o espetáculo o público aguardou em frente ao teatro a saída de João Caetano, que recebeu vivas aclamações quando apareceu abraçado a Arago. Em frente á sua casa, o ator brasileiro por duas vezes falou ao público. (11)

---

(11) Nessa época, José de Alencar escrevia os famosos folhetins *Ao correr da pena*, no *Correio Mercantil*. O romancista do *Guarani* alludindo ao successo com que se recebeu aqui João Caetano, no seu regresso no Rio Grande, na edição daquele jornal de 19 de Novembro registou estas expressões:

"Em São Pedro de Alcantara o apparecimento de João Caetano produziu uma noite de enthusiasmo e um novo triumpho para o artista distincto, unico representante da arte dramatica no Brasil.

Infelizmente circumstancias precarias do nosso theatro ou outras causas que ignoramos, não têm dado logar a que João Caetano forme uma escola sua e trate de elevar a sua arte que nos nossos dias ainda se acha completamente na infancia.

E' a este fim que deve presentemente dedicar-se o actor brasileiro. Sua alma já deve estar saciada destes triumphos e dessas ovações pessoaes que são, apenas a manifestação de

Cinco dias depois, a 22, reaparecia ele em Niterói, no Santa Teresa, com *D. Cesar de Bazan*.

## CAMÕES, DE ANTONIO FELICIANO DE CASTILHO

Em 1855 teve ele duas creações dignas de nota: O protagonista do drama de Paul Maurice, *Benevenuto Cellini*, cujo assunto é o do *Ascanio*, de Alexandre Dumas; e Camões no drama do mesmo título de Antonio Feliciano de Castilho. (12).

um facto que todos reconhecem. Como actor já fez muito para a sua gloria individual; é preciso que agora, como artista e como brasileiro, trabalhe para o futuro da sua arte e para o engrandecimento do seu paiz.

João Caetano comprehendeu quanto é nobre e digna de seu talento esta grande missão, que outros antes de mim já lhe apontaram, se corrigir pelo estudo alguns pequenos defeitos, fundar uma escola dramatica que conserve os exempllos e as boas lições do seu talento e da sua experiencia, verá abrir-se para elle uma nova epocha."

(12) Em Janeiro de 1851, embarcou para o Brasil, a bordo do paquete *Great Western*, o grande poeta luso Antonio Feliciano de Castilho, tradutor de Molière, que vinha na capital do antigo Império divulgar o seu método de leitura. Chegou aqui a 8 do mês seguinte.

Na sua bagagem trouxe o vate cego o drama *Camões*, dedicado ao Imperador Pedro II e cuja ação se passa de São João ao Natal de 1578. O protetor das letras confiou o drama a João Caetano, para que este o representasse no teatro São, Pedro de Aldântara. Sérias dificuldades ofereciam a montagem e a representação do *Camões*. Machado de Assis, julgando-o bem, escreveu, nas *Páginas menores*, do *Correio Mercantil* que:

"a composição do conselheiro Castilho é antes um poema do que um drama".

E adiantou:

"Tem proporções demasiado amplas para emoldurar-se bem entre os bastidores e o proscenio. Como poesia é admiravel, como drama tem graves defeitos, em relação aos effeitos da scena."

Bem se apossou João Caetano para que Castilho pudesse assistir aqui à representação da sua peça, que não tivera em Lisboa artista animado de interpretá-la. Mas a permanência do autor no Rio de Janeiro era curta e faltou tempo para preparo dos cenários e estudos. Castilho cinco meses depois de ter aqui chegado, regressou a Portugal, a 1 de Julho, pelo *Pedro II*. João Caetano consagrou-lhe a



João Caetano quando creou o Camões de Castilho



A primeira representação do drama estava marcada para 24 de Novembro, mas na vespera João Caetano enfermou, gravemente, de angina, chegando a ser espalhada na cidade, durante a noite, a notícia de sua morte, dando-a alguns como sendo causada pelo *cholera*, que era a epidemia reinante.

Restabelecido o artista, realizou-se a *première* a 30 do mesmo mês, com absoluto successo, presente no teatro a Família imperial.

Dionysio Vega, o regente da orquestra, compôs uma sinfonia adequada, *As lagrimas de Camões* e logo que se fez subir o pano viu-se o busto de Castilho, num pedestal.

Gusmão disse o prólogo explicativo e o drama começou e prosseguiu, com manifestações seguidas de agrado. No segundo ato culminou o trabalho de João Caetano, na *fala* difficilima dos *Cincoenta cruzados*. E houve soluços na platêa

récita da vespera e fretou um navio para acompanhá-lo, com tōda a sua companhia, até fora da barra.

Ao dar as suas despedidas ao público desta cidade, o autor de *Camões* teve carinhosas e gratas referências ao actor brasileiro. Delas se pode aferir do que foi a homenagem de João Caetano.

Vejamos:

“Um artista digno de representar a arte e de fazer por esta parte as honras de seu paiz a qualquer estrangeiro, poeta que nelle aporte, o honrador de meu amigo e confrade Arago, não pago de aviventar com seu magnifico talento o meu drama de *Camões*, festa memoravel que eu sinto não me ser possível presenciar, quiz dar-me ainda na vespera de minha partida, como se tantas honras e tantos favores não fossem já de mais para me empenhar numa dívida insoluvel, quiz, repito, nestas ultimas horas, já para mim tão cheias de commoções, preparar-me um derradeiro triumpho, quiz e não pude, não soube agradecel-o e quem no meu lugar o saberia? O primeiro actor do Imperio, executando no primeiro theatro nacional da Côrte uma bella tragedia portugueza de um dos mais afamados poetas brasileiros, tudo em obsequio a mim e convidado para isso o publico; a minha coroação naquelle vasto theatro em que não se achava um unico lugar desocupado, duplice coroação porque os versos com que essa grinalda me foi imposta por um joven poeta em nome dos poetas seus contemporaneos, era tambem para minh'alma um diadema; os applausos geraes com que esse acto de tão excessiva liberalidade foi acolhido; tudo isso reunido me deu a experimentar sensações que eu nunca presumira pudessem caber em peito humano; não sou vaidoso, confesso-me; se o fosse teria achado no Brasil com que satisfazer as minhas amplas ambições.”



quando Arêas, interpretando o papel do velho escravo Jáó, corria à janela para pedir:

— Esmola para o entêrro de Camões!

Os ecos do triunfo alcançado por João Caetano chegaram a Lisboa e de lá, Antonio Feliciano de Castilho escreveu, comovidíssimo, felicitando o “Artista Príncipe”.

João Caetano lhe mandara dizer o que ocorrera na récita de exhibição do *Camões* e Castilho assim respondera:

“Meu Artista Principe — Renasceu, enfim, evocado pelo teu genio, o teu, o nosso Camões: o summo autor das glorias portuguezas identificou-se com o actor summo, reconhecida gloria do Brasil. Remoçastel-o para os amores e lagrimas dos contemporaneos; elle communicou ao teu genio o seu perfume de veneração antiga, a sua embalsamação de monarcha em monumento, que te afiança a duração a que os teus proprios talentos e esforços te davam jús.

“Offereces-me as tuas corôas; porque não acceitaria eu esses generosos penhores de um affecto que me honra?! E de que te servem já agora a ti as corôas, se a tua voz ellas de si se tecem e te chovem aos pés?! Acceito-as, e vou cingir com ellas, não o meu livro, mas os *Lusiadas*; não a minha cabeça, mas a do nosso commum inspirador. Para mim já nada peço, nem cubiço, depois que vi que tu me comprehendeste, e me fizeste comprehendido no meio de um povo nobre e illustrado, que applaudiu e acolheu, como feita para elle, a obra que eu só havia endereçado ao engrandecimento dos meus conterraneos.

“É magnifico para nós outros esse exemplo, e tanto mais quanto esse padrão que erigiste a dois poetas, ambos estranhos, está singularmente contrastando com o desprezo posthumo em que ainda aqui se tem o primeiro; e com a injustiça com que ao segundo se está, como que acintosa, e talvez conjuradamente, negando, depois de tantas outras cousas, até o pobre crédito de haver salvado do ultimo perdimento os ossos do grande mestre. O tempo que o vingou e consagrou a elle, algum dia me fará justiça.

Para tí a justiça e a posteridade começaram já.  
— Recebe os meus parabens, os meus agradecimentos  
e os meus abraços. Teu admirador, amigo e cama-  
rada. — Lisboa, 41 de Janeiro de 1856. *Antonio Fe-  
liciano de Castilho.*”

A 2 de Dezembro, noite da primeira repetição do *Camões*, o público havia saído apavorado do teatro, por serem ouvidos gritos de incêndio.

Eis como o *Correio Mercantil* referiu a ocorrência, na sua edição de 4:

“Os sujeitos incumbidos de largarem o panno no acto da morte de Camões, puzeram-se a dormir a seu salvo, e só depois de morto e remorto o poeaa é que despertaram e deixaram cair o panno. Parece que o defunto resuscitou lá dentro desesperado, e que levou tudo a páo, como era justo. O que é certo é que ouvindo-se barulho, lembrou-se um gaiato de máo gosto de espalhar que havia pegado fogo, sem o explicar de que genero de fogo se tratava. Isto causou algum alvoroço, que felizmente serenou-se logo, quando se soube, a verdade.”

De como compôs João Caetano a figura do grande épico dos *Lusiadas* há o depoimento do conselheiro José Feliciano de Castilho, irmão do autor do drama:

“Eu fui abraçar o João Caetano num entreacto. E’ galante como elle cegou de um olho, tão bem que eu mesmo, estando ao seu lado, não comprehendí como era aquella engenhoca; entretanto essa cegueira diminue muito os recursos do actor, para quem os olhos são sempre origem de triumphos.”

#### O ANÃO ROBERTO

O Teatro São Pedro de Alcantara encaminhou ao Conservatório Dramático, em Fevereiro de 1855, a peça *O anão viajante* ou *A fada da floresta*. O membro daquela corporação que fez a censura, dr. Thomaz José Pinto Serqueira, opinou pelo deferimento do pedido, observadas as correções que in-

dicou. O presidente do Conservatório não se manifestou de acôrdo e exarou o seguinte despacho:

“Não me conformo, mesmo admittidas as propostas emendas e outras muitas que vão notadas a lapis e muito menos para ser levada á scena no tempo da quaresma. Toda esta magica está recheiada de palavras que se prestam a tudo quanto ha de chulo e de indecente. Nos termos da lei, vá ao 2º censor, que designo, o sr. Rosario — *Bivar*.”

Segundo censor, Camillo José do Rosario mostrou-se infenso à representação e o presidente do Conservatório negou-a, mandando que se dêsse conhecimento da proibição à Polécia.

João Caetano, dois dias depois de exarado aquele despacho, que tinha a data de 21 de Fevereiro, fez subir à presidência do Conservatório a seguinte petição:

“Tenho V. Ex., por seu respeitavel despacho de 21 de Fevereiro, prohibido as representações da peça *O anão viajante* e tendo eu, como empresario do Theatro São Pedro de Alcantara feito algumas despesas para o scenario da dita peça, fiz emendar quanto me parece equivoco nessa composição, mudando-lhe o titulo para o de *A fada da floresta ou o anão*, que tenho a honra de remetter a V. Exa. para mandar censurar. Esta peça, Exmo. Sr., é destinada para o beneficio do infeliz Roberto, e por isso vou pedir a V. Exa. toda a sua indulgencia em favor desse pobre homem. Deus guarde a V. Exa. Exmo. Sr. Conselheiro Diogo Soares da Silva de Bivar, digno presidente do Conservatorio Dramatico Brasileiro.”

O anão Roberto encontrou generosidade em João Caetano, que lhe deu trabalho. Vindo do Norte sem recursos, o empresário do São Pedro acolheu-o e ensaiou-o para que ele representasse uma comédia apropriada à sua condição, dando-o por companheiros Martinho, Manoel Soares e outros. A comédia que foi sujeita à censura do Conservatório não conseguiu subir à cena porque, sendo pequeno o êxito obtido pelo anão, João Caetano não o conservou durante muito tempo no São Pedro.



João Caetano em 1856.





## O TERCEIRO INCÊNDIO

Na madrugada de 26 de Janeiro de 1856 ardeu, pela terceira vez, o teatro de João Caetano. Desta maneira descreve uma folha da época como se manifestou o sinistro, que apenas respeitou as paredes da tradicional casa de espetáculos:

“Pela terceira vez acaba de ser consumido pelas chamas o theatro de São Pedro de Alcantara. Esse lindo theatro, que com a elegancia do bom gosto havia, quasi por milagre, renascido como a Phenix do incendio que o devorara em agosto de 1851, mal estando satisfeitos ainda os empenhos contrahidos para a sua reconstrucção, foi, de novo, victima de igual fatalidade. Delle existem, apenas, as suas denegridas paredes. Ante-hontem tinha havido espectáculo e, conforme a velha uzança que quer os nossos divertimentos theatraes nunca acabem senão alta noite, só depois de uma hora da manhã poudes fechar-se o theatro, havendo-se tomado os cuidados de vigilancia que se suppuzeram necessarios. Pouco antes de quatro horas da madrugada rompeu o fogo tão violento e tão extenso que para logo se comprehendeu que impossivel seria atalhar-o. Os guardas interiores, quando deram fé do incendio e pediram auxilio exterior para extinguil-o, reconheceram que já de ha muito lavrara e affirmam que o ponto primeiramente incendiado fôra o salão de pintura, por cima do arco que separa o corpo do theatro de sua caixa. Nesta parte do edificio ninguem por necessidade do serviço tinha entrado na noite do spectacul. Esta circumstancia e a quasi absoluta impossibilidade de abafar o incendio que ali começou, parece autorizar suspeitas de que não fora accidental esse desastre. Todavia, nada ha de mais difficil verificação *de que semelhante hypothese*. A rapidez com que as chammas, logo que foram sentidas, se propagaram não deu tempo a que se salvasse coisa alguma, alem do archivo e alguns objectos que estavam na sala da tribuna particular de S. M. Para difficultar o incendio cumpre notar que sendo illuminado a gaz todo o edificio do theatro bastava fechar o registro para simultaneamente se extinguirem todas as luzes. Ora, o cuidado especial dessa

importante illuminação estava a cargo de um empregado posto no teatro pela Companhia do gaz, de cujo zelo nunca houve a menor queixa. Assim, pois, não poudo provir de uma luz esquecida, como haveria razão de suspeitar, sendo necessario recorrer á conjectura de algum phosphoro, de alguma ponta de charuto atirada ao descuido para ter a explicação desse desastre, se elle foi fortuito.

Entretanto, acudiram ao incendio o snr. ministro de estrangeiros, que, como se sabe, tem estudos de engenharia e de marinha, (era o deputado José Maria da Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco) e com Sua Exa. os snrs. Chefes de policia, commandanté dos permanentes, inspector do Arsenal de Marinha, director do de Guerra, almirantes francez e inglez, com as bombas, e parte da guarnição de seus navios; apresentou-se, egualmente, uma força de duzentos imperiaes marinheiros e grande concurso de espectadores. As bombas do Arsenal de Marinha e da casa de Correccção foram as primeiras que chegaram. Todo esse zelo, porem, foi inutil. Quando se deu fé do incendio já não era possivel atalhal-o."

Houve dobre de sinos annunciando o incêndio.

Foi este o programa do espectáculo da noite de 25 uma das dez récitas annuaes livres dos seus acionistas e assinantes, dada em benefício da atriz Izabel Maria Nunes. Começou com a *Ouverture* do *Nabucodonozor*. Representou-se em seguida, pela primeira vez naquele teatro, o drama em tres atos, de Mendes Leal, *D. Maria de Alencastro*. A protagonista foi Ludovina Soares da Costa e a beneficiada fez o papel de Laura, a italiana. Entraram mais: De Giovanni, o primeiro marido de Jesuina Montani; Motta, José Luiz, Heller, Vasques, Romualdo, Thimoteo, Lisboa, Victorino, Paula Dias e Amendola.

Findo o drama, o professor Pitanga, em obséquio à beneficiada, tocou ao violoncelo, uma fantasia composta pelo maestro Clemente Castagneri, sobre motivos da *Traviata*. O professor Francelino de Moura executou à rabeca a última ária variada de Charles Beriot e as bailarinas dansaram um *passo a dois*. Isabel Nunes e Arêas representaram o diálogo do poeta repentista Laurindo Rabello *O estudante e a*

*lucadeira* e terminou o espetáculo com a comédia *Maricota*, ou os efeitos da educação.

Foi nestes termos que João Caetano deu conta do ocorrido a Antonio Feliciano de Castilho:

“Amigo. Acabo de soffrer terrivel golpe de perder toda a minha fortuna. Na madrugada do dia 26 de Janeiro proximo passado foi reduzido a cinzas o theatro São Pedro. Vi-o arder pela segunda vez. A opinião geral é que o fogo foí lançado pelos meus antagonistas; porém, elles que se mordam, pois que tenho uma alma grande e animo nos trabalhos. O governo acaba de conceder-me o theatro Lyrico e vou já reconstruir (de ferro) o meu querido São Pedro. No meio, porem, de todos esses desgostos, recebi a sua apreciavel carta. Meu amigo: como o mundo é cheio de compensações! Ella, enchendo-me de prazer, me deu coragem, me exaltou o genio: e eu disse, então, aos meus amigos: se Castilho me chama seu artista principe, me considera e louva, devo levantar-me no meio de mesquinhos reptis, que só procuram morder-me e cavar-me uma sepultura, ainda que se constituíssem nos vermes? Devo levantar-me, disse. Despresei os máos, procurei os bons, e consegui o que acima fica dito.

Meu amigo: duas notaveis coincidencias houve nesta catastrophe: uma foi arder o theatro no dia do seu natalicio, e na vespera do meu; a outra foi que, tendo ardido tudo quanto existia no edificio, só salvei o seu livro o nosso *Camões* com parte do repertorio. *Camões* salvou do naufragio o seu poema; eu salvei o seu livro *Camões* do meio do incendio.

Apoz todos esses transes, bem deveis considerar que ha de que se expanda minh'alma; bem deveis concluir que ha para mim que esperar... Falo de vossas expressões; falo desses effluvios que me embalsamarão o resto das ulceras que me ficaram, o que a alma maior e o maior animo nos trabalhos não saram de todo.”






## VI

João Caetano e Tamberlick — Uma coroa de prata — A cumieira do São Pedro — A terceira reabertura do São Pedro — *Affonso Prieto* — Auxílio a artistas franceses desamparados — *Venesiana* — Viagem a Pernambuco — Furtado Coelho — *Joana, a doida* — Um elogio do Conservatório Dramático — *Simão, o cabo de esquadra* — Um ramo dos alunos do Instituto dos Surdos-Mudos — 29 — Novos incidentes com Germano de Oliveira — *O Cabelereiro do Imperador* — A desigualdade que a omissão de uma cláusula ocasiona







Enquanto eram ativados os trabalhos de reconstrução do teatro São Pedro de Alcantara, João Caetano passou a trabalhar no Lírico Fluminense, que começou a funcionar com o nome provisório e era um desgracioso barracão erguido no Campo de Santa Ana, com a frente voltada para a antiga rua do Conde no espaço compreendido entre as atuais ruas da Constituição e Buenos Aires. No teatro do Campo dava também espetáculos a companhia de ópera lírica que tinha por principais artistas Tamberlick e Juliana Dejean. A frequência dos encontros que se davam ali durante o dia entre João Caetano e Tamberlik tornou-os amigos. (1) Num domingo, o de 20 de Julho de 1856, Tamberlick assistiu de um dos camarotes a representação de *A gargalhada*, e

---

(1) Henrique Tamberlik, nasceu em Roma, em 1820. Estreou no del ondo, de Nápoles, na ópera *I Capuletti*; chegou ao Rio, no paquete inglês *Tay*, a 2 de Junho de 1856 e estreou, a 26 daquelle mês, na parte do mouro, no *Othello*, de Rossini. Partiu para Montevideo, a 24 de Dezembro de 1856, pelo vapor nacional *Tocantins*.

Creações de Tamberlick no Rio de Janeiro:

1. *Othello* — Othello, 6 de Junho de 1856.
2. *Os Martires*, — Polinto, 4 de Junho.
3. *Trovador* — Mauricio, 16 de Junho.
4. *O Judeu* — Adel-Muzza, 29 de Junho.
5. *Ernani* — Ernani, 5 de Agosto.
6. *Luiza Miller* — Rodolpho, 21 de Agosto.
7. *Norma* — Pollione, 26 de Agosto.
8. *Maria Padilha* — Ruiz, 7 de Setembro.
9. *Rainha de Chypre* — Gerardo, 2 de Outubro.
10. *Lucrecia Borgia* — Genaro, 23 de Outubro.
11. *Favorita* — Fernando, 30 de Outubro.
12. *O Juramento* — Viscardo, 2 de Dezembro.

Faleceu a 14 de Março de 1889 (*Coisas do passado*, de Escagnolle Doria).

aplaudiu com entusiasmo o notável intérprete no papel de André, o homem que enlouquece ao lhe ser atirado pelo patrão o labéio de ladrão, e manifesta o seu estado na longa expansão de riso com a qual João Caetano conquistava uma das maiores vitórias na sua longa carreira. João Caetano, por sua vez, não perdia os espetáculos do Provisório quando Tamberlick cantava. Ouviu-o no *Othello*, nos *Martyres*, no *Trovador*. Na festa artística do grande tenor, realizada a 29 de Setembro de 1856 com o segundo e o terceiro atos do *Trovador* e o qarto da *Lucia de Lammermoor*, mandou-lhe custosa corôa de ouro e prata.

Quasi concluídas as obras do São Pedro, a convite de João Caetano, Tamberlick foi visitá-las. Deu-se isso no dia em que se pregou a cavilha da última tesoura da cumieira. Rodeado de seus artistas, João Caetano dirigiu-se ao teto do teatro, para que tivesse lugar a cerimônia, realizada com a assistência de grande número de pessoas. Escragnolle Doria, nas suas curiosas "Coisas do passado", assim descreve o ocorrido:

"... ao som de um hymno de Dionysio Vega, deu as pancadas do estylo com um martello adornado de fitas. Seguiu-se um copo dagua, na sala contigua ao camarote imperial, sentando-se Tamberlick no lugar de honra, de onde, em resposta a um brinde de João Caetano, se ergueu para agradecer, em francez, as attensões do publico, da imprensa, de João Caetano, "artista inspirado que soubera resistir e lutar contra todos os golpes do azar, da inveja e talvez da maldade, fazendo duas vezes nascer das cinzas o templo da arte."

João Caetano e o dr. Paula Menezes, um em nome da arte, e outro no dos brasileiros presentes, responderam ao brinde de Tamberlik em têrmos de cordial simpatia.

Terminou a festa com a saúde de honra e de estilo proposta por João Caetano ao chefe do Estado:

"A Sua Magestade o Imperador, ao illustre protector das artes e sciencias, ao pae da pobreza e dos desvalidos."

A terceira abertura do Teatro São Pedro deu-se a 3 de Janeiro de 1857, havendo escolhido João Caetano para ser



O tenor Tamberlick.





representado nessa noite o drama *Affonso Prieto*. Do Jornal do Comércio de dois dias depois transcrevemos a notícia relativa ao acontecimento:

"Teve logar ante hontem a inauguração do Teatro São Pedro de Alcantara. E' facil de adivinhar o numerozo concurso que, determinado por uma curiosidade sympathica, havia de reunir-se nesse vasto edificio.

E' incontestavel que o sr. João Caetano dos Santos é um artista feliz. Seu talento lhe tem grangeado numerosos esthusiastas, alguns dos quaes se achavam em posição de o auxiliarem efficazmente nas suas emprezas e lhe tem assegurado a proteção dos poderes do Estado. Com taes apoios, de ambas as vezes que o theatro entregue á sua direção tem sido incendiado, o distincto artista o tem reerguido.

Dahi a sympathica curiosidade de que fallamos: todos queriam ver essa Phenix, mais louçã sahida de novo de suas cinzas, pelo constante esforço de um homem.

O theatro com effeito corresponde á especção de todos. Ornado com simplicidade e elegancia, todo branco com florões de ouro, forrados os seus camarotes de papel azul e branco fabricado no paiz, apresenta algumas innovações muito bem entendidas. O fundo dos camarotes tem a forma circular aconselhada pelas leis da acustica; a quarta ordem apresenta um avarandado de muito bom gosto: a aboboda do forro envez de começar na linha em que terminam os camarotes, começa na linha em que estes principiam, e assim erguendo-se o forro, dá a essa quarta ordem uma elevação que perfeitamente contrasta com o acachapado das nossas antigas *torrinhas*. Reduzindo a menores proporções a tribuna imperial o constructor do teatro ganhou espaço para mais dois camarotes em cada ordem, ao mesmo tempo que estabelecendo a orchestra no vão por baixo do arco do proscenio, deu mais extensão ao espaço destinado ás cadeiras.

Informaram-nos que em atenção ás leis da acustica, tão necessarias na construção de um vasto teatro que deve servir para representações dramaticas, se fizera correr um immenso tympano que

trouxe a necessidade de grandes excavações. Pareceu-nos, todavia, que esse esforço não tinha sido coroado de successo tão feliz como teria sido de desejar: os sons da orchestra na symphonia, que precedeu a representação, nos pareceram um tanto abafados e quanto á recitação de alguns actores impossivel era as vezes ouvil-a.

Apezar desse inconveniente, o theatro está bonito, alegre, leve; é digno de numeroso e luzido concurso de espectadores; é digno da cidade do Rio de Janeiro.

E é pena que para a peça de inauguração o senhor João Caetano dos Santos não fosse mais bem inspirado. Algumas scenas do *Kean*, de Alexandre Dumas, que o sr. João Caetano tão habilmente interpreta dão-se com mais eloquencia, mais verdade aquillo que esse drama *Affonso Prieto* nos quiz dar. Houve outra novidade a essa não podemos deixar de aplaudir muito sinceramente. E' sabido o costume em que estão alguns dos nossos vates de começarem a desfiar seus versos entusiasticos, suas ovações, logo no principio do espectáculo. Desta vez houve melhor gosto. Mal chegou S. M. I. ao theatro, começou a symphonia e a representação da peça e no momento em que appareceu o actor predilecto, a quem se queria victoriar pela constancia de que dera amostra, erguendo pela segunda vez o theatro incendiado, estrondosas salvas de applausos por longo tempo continuadas, o acolheram. A leitura dos versos, as ovações ficaram para o fim do espectáculo."

A ordem para que o espetáculo não fôsse interrompido, enquanto a Familia imperial se mantivesse no teatro, foi emanada da fiscalização do teatro. Logo que os soberanos saíram, o público começou a ouvir a recitação das poesias encomiásticas que João Caetano escutava jubiloso, rodeado de seus colegas de representação.

Os papeis do drama *Affonso Prieto* fôram assim distribuidos: Affonso Prieto, 1º ator do Real Teatro, João Caetano; Condessa de Valverde, Ludovina Soares da Costa; Marquês de Pombal, Motta; Conde de Souzel, Almeida; D. Catharina d'Alba Jesuina Montani; Conde d'Almada, Manuel Soares, Carlos, De Giovanni; Marquesa de Cintra, Gabriella da Cunha,

Simão, Martinho; Francisco Garcia, José Luiz; Maria Joaquina, Ricciolini; Fernando, Lisboa; Jeronymo, Thimoteo; Isabel, Anna; dois atores, Ramos e Juvencio; Criado do Cavalheiro, Vasques.

Terminou o espetáculo pela representação da comédia em um ato *Kettly ou a Volta da Suissa*, estando assim feita a distribuição dos papeis:

Capitão Senneville, De Giovanni; Franz, Motta; Kettly, Jesuina Montani; Werner, Ricciolini, Rutly, Martinho; Henrique, Augusto.

O successo obtido pelo drama com o qual João Caetano reabriu o Teatro São Pedro não correspondeu ao que dele esperava o genial artista, tanto assim que a 9 de Janeiro, isto é, seis dias depois João Caetano exhibia nova peça, que foi o drama de Delacour e Thiboust, *O conde de São Germano, ou o Diabo em Paris*, no qual se dava a intervenção daquelle notável artista.

Pouco depois permitia o ator-empresário que dessem espetáculos no São Pedro de Alcântara artistas de uma companhia franceza que se achavam aquí sem recursos. O primeiro realizou-se a 10 de Janeiro com *Le médecin des enfants*, de D'Ennery. Esses artistas exhibiram aquí um longo repertório, figurando nêle *D. Cesar de Bazan*, *As mulheres de mármore*, *O genro do sr. Poirier* e *A dama das camélias*. Haviam-chegado a 1 de Agôsto de 1856, pelo *Lyonnais*, com José De Vecchy que os havia contratado na Europa, e se viram a braços com múltiplas dificuldades, por ausência de recursos de quem os tinha mandado buscar. Só a 18 do mês seguinte conseguiram estrear, com o *Demi-monde*, de Dumas Filho.

## EXCURSÃO A PERNAMBUCO

A 25 de Janeiro de 1857 partia João Caetano para Pernambuco, a bordo do *São Salvador*, tendo-se despedido do público do Rio, a 18, com o *Othello*. Ia representar ali, accedendo ao convite que lhe haviam feito. A sua presença naquella antiga provincia despertou enthusiasmo. Fez-se acompanhar de Gabriella da Cunha e recebeu, sempre que appareceu em cena, calorosas manifestações. O teatro de Santa Isabel estava, há meses, fechado; o público, farto das representações medíocres, enfaralara-se da diversão. João Caetano operou o milagre de fazê-lo voltar ao teatro. O bacharel João de Barros Falcão de Albuquerque Maranhão, numa das noites de espe-

táculo recitou extensa poesia, na qual afirmou que João Caetano era maior do que a fama que trouxe; dedicou-lhe muitas quadras o poeta Franklin Doria (2) que foi mais tarde o barão de Loreto, e outro poeta, Pedro Calazans, recitou poesias, igualmente laudatórias.

A casa em que residiu vivia sempre cheia de amigos, admiradores, além de abrigar pessoas que iam apelar para a generosidade, sempre manifestada, do seu coração e a franqueza da sua bolsa. Concedeu êle benefícios para os enfermos internados no Hospital Português de Beneficência e para a Associação Tipográfica Pernambucana e, quando se despediu, para voltar ao Rio de Janeiro, pelo *Tevit*, teve um bota fora concorridíssimo. Embarcou ali a 4 de Julho, chegando aqui a 8, tendo sido companheiro de viagem de Furtado Coelho (3), que vinha pela primeira vez ao Brasil. Reapareceu no Teatro Santa Teresa, de Niterói, a 19 do mesmo mês, com *A garga-lhada*, com a qual, de novo, se apresentou no São Pedro, dois dias depois.

#### JOANNA, A DOUDA

Em Agôsto seguinte dava uma peça inédita, *Joanna, a douda*, de Augusto de Castilho, que o Conservatório aprovara com entusiasmo. Disse o conselheiro Bivar, presidente da agremiação:

“Faltam-me expressões com que haja de significar cabalmente as maravilhosas impressões que me

---

(2) Franklin Americo de Menezes Doria, barão de Loreto. Nasceu na Baía, em 1836. Poeta. Publicou um livro de versos, *Enlevos*, e traduziu o poema *Evangelina*, de Longfellow. Deputado pelo Piauí desde 1878 a 1885. Presidiu as antigas províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco, em 1864 1867 e 1880 Ministro da Guerra e interino de Estrangeiros, em 1881, no Gabinete Saraiva, e do Império, em 1889, na presidência Ouro Preto. Barão, com grandeza a 15 de Junho de 1888. Acadêmico, em 1897, cadeira Junqueira Freire. Casou com uma das filhas do marquês de Paranaguá. Faleceu a 28 de Outubro de 1906.

(3) Luiz Candido Furtado Coelho nasceu em Lisboa, em 28 de Dezembro de 1831. Embarcou para o Brasil em 1856; chegando ao Rio pouco se demorou, seguindo para o Rio Grande do Sul, onde se fez ator. Estreou aqui nessa qualidade, no Teatro Ginásio, a 19 de Dezembro de 1858, no papel de José Bernardo, da comédia de Legouvé, *Por direito de conquista*, tradução de José Joaquim Vieira Souto. Casou, nesta cidade, em 1872, com a atriz Lucinda Simões. Faleceu em Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1900.



causou a sua leitura; tudo nella é bello, é admiravel, patriótico e natural: enredo, acção e estylo não ha igual nas composições modernas, é esforço de um genio verdadeiramente sublime. *Bivar.*"

A peça fôra escolhida para a festa da atriz Ludovina, que se realizou quatro dias mais tarde, sendo, por isso, o trabalho principal o daquela artista, na protagonista. Mas, João Caetano encontrou na sua arte os recursos precisos para tornar a sua figura, a de Philippe da Austria, igual na representação ao da rainha.

Assim o reconheceu o cronista da *Semana*, do *Jornal do Comércio*, escrevendo:

"O sr. João Caetano sustentou o drama encarregando-se de um papel evidentemente secundário, o de Philippe da Austria; mas, com especialidade na segunda representação fez prodigios para dar alma e importancia a esse papel e conseguiu por vezes collocar-o na primeira linha. A agonia de Philippe, no quinto acto, deu-nos a prova de um verdadeiro estudo de artista. Esse papel, desempenhado por outro actor, não mereceria talvez as honras de uma menção distincta."

Para que a peça histórica conseguisse o êxito que registou, João Caetano deu-lhe montagem suntuosa. Nisso, aliás, ele era sempre sobremaneira caprichoso. O pintor Joaquim Lopes de Barros Cabral exhibiu nove cenas de grande efeito.

### O VELHO CABO DE ESQUADRA

Pouco depois do seu regresso de Pernambuco teve João Caetano outra criação notável: a do Simão, n'*O velho cabo de esquadra*, de *D'Ennery e Dumanoir*. O papel era o de um infeliz que emudecera diante de uma emoção fortissima. Única testemunha de um crime revestido de monstruosidade, não o podia denunciar por lhe ter faltado a palavra e não saber escrever: o seu trabalho mímico era notável nos detalhes, até conseguir a recuperação da voz, para que, como se fazia naquêle tempo, fôsse o vício exemplarmente castigado.

Era director do Instituto de Surdos-mudos, na época, o dr. E. Huet que achou oportuno levar os seus educandos ao



São Pedro, para que vissem João Caetano num papel que elles bem podiam comprehender.

Dias depois, recebia o ator brasileiro a seguinte carta do sr. Huet, que os jornais publicaram:

"Illmo. Sr. João Caetano dos Santos — Meus discipulos me pediram permissão para vos oferecer um *bouquet* e eu nisso convim com o mais indizivel prazer. Elles vos têm tanto melhor comprehendido quanto a mimica natural é a sua linguagem nativa. Eu mesmo della me sirvo para lhes dar a intelligencia dos signaes combinados que servem á sua instrução; alem disso, eu tive o cuidado de os fazer conhecer o drama que foi representado. Segundo a opinião de meus discipulos, vós vos mostrastes arrebataado pela naturalidade com que representastes, pela verdade de vossa minucia e ainda pelo pathetico. Quanto a mim, elles são bons juizes na materia. Eu só vos digo uma palavra: achei-vos sublime."

## 29, DE JOSE' ROMANO

Em fins dêsse mesmo ano, o ator Germano Francisco de Oliveira, que dirigia a companhia dramática instalada no São Januário, representou com successo o drama de José Romano "29 ou honra e gloria". O êxito da peça animou João Caetano que estava no São Pedro, e o 29 começou a ser ali ensaiado, para subir à cena em comêço do ano seguinte, como aconteceu, na noite de 26 de Janeiro.

A resolução não agradou à empresa do outro teatro, e logo que João Caetano appareceu em cena fôram atirados na platéia alguns estalos, manifestando-se um principio de assuada. A assistência, quer dos camarotes, quer da platéia e das gerais, abafou os gestos de desagrado, vitoriando em delírio João Caetano, que, depois do espetáculo, foi acompanhado até à sua residência pela onda popular, tomando parte na manifestação a banda militar, que já se havia recolhido ao quartel e safu de nôvo para semelhante fim.

Repetindo o drama, no São Januário, três dias depois das ocorrências no São Pedro, houve a *revanche* dos apaniguados de João Caetano, que fôram apupar o Germano. Tanto se agravou, por isso, a situação dêsse artista aquí, que êle se viu na obrigação de apressar o seu regresso aos Estados

do Norte, embarcando a 7 de Março do mesmo ano, com sua companhia, para Pernambuco, no paquete *Paraná*. Um dos papéis principais do 29, o do capitão Jorge, era feito, no São Pedro, pelo ator Joaquim Augusto, e na companhia do Germano era desempenhado pelo Amoedo. (4)

Tendo deixado o São Pedro em princípios de Fevereiro, para aceitar contrato mais vantajoso em São Paulo, o ator Joaquim Augusto, João Caetano convidou Amoedo para substituí-lo e este passou a fazer no Rocio o papel do capitão Jorge, no drama de José Romano. Por semelhante motivo houve troca de correspondência entre o ator Amoedo e Germano, empresário do São Januário.

---

(4) Luiz Carlos Amoedo estreou, nesta capital, no Teatro São Pedro, em 1854, em 5 de Agosto, no protagonista do drama *Pedro Sem*. Fez depois o Giafar, nas *Ruínas da Babilônia* e o Cívrac, n' *O enforcado*. Do São Pedro passou para o Ginásio Dramático, estreando na noite de 12 de Abril de 1855, quando tomou esse nome o velho São Francisco de Paula. Representou-se a ópera comica. *O primo da Califórnia*, que Macedo imitou do francês e tinha música de Demetrio Rivero, e Amoedo fez o papel de Adriano Genipapo. O primo é uma creatura imaginária. Genipapo, pobre tocador de violão, sob a influência do alcool, diz a vários amigos que tinha na California um parente milionário, solteiro e sem filhos, o primo Paulo. Um dos amigos resolve-se a enganá-lo, publicando, dias depois, nos jornais, que havia morrido na California o brasileiro Paulo Genipapo, deixando a sua imensa fortuna a um parente no Brasil. A noticia é lida e Adriano começa a sentir as delicias e os aborrecimentos da fortuna. Opera-se radical transformação em todos os seus conhecidos, que se tornam demasiado cortezes. O taverneiro Pantaleão, por exemplo, que vivia a lembrar, impertinentemente, a satisfação de antigos débitos, não fala mais nestes e quer dar ao nôvo milionario a mão da filha e vender-lhe a casa, louvando ambas, em duas cóplas, cuja primeira era esta:

Minha casa é um palácio,  
minha filha é um peixeão,  
compre a casa, aceite a moça  
e verá como ambas são;  
e verá que lhe dou provas  
da mais ardente afeição.

Afinal, contada a coisa como foi, o infeliz volta à vida de privações que sempre curtiara.

Amoedo casou com a atriz Leolinda Ribeiro Sanches. Faleceu a 15 de Agosto de 1910.

A primeira declaração é dèste último. Tem a data de 4 de Fevereiro e foi publicada a 5, no *Correio Mercantil* e no *Jornal do Comércio*. O teor é o seguinte:

«Theatro São Januario. É cheio da maior resignação que faço publico a retirada do sr. Luiz Carlos Amoedo deste theatro, sem que tivesse concluido o contrato verbal (que nem por isso deixa de ser contrato para o homem de brio, que commigo celebrou.

A idéa, nobre de què o artista dramático não necessita de assinar papeis para cumprir seus deveres uma vez contraídos me induz a não querer que nenhum de meus collegas se obrigue como colonos, por meio de um extenso contrato, feito em papel sellado, e reconhecido pelo tabelião garantido pela autoridade judiciaria, ao cumprimento de deveres que lhe asseguram a subsistencia. Basta para mim a palavra do artista. É com este firme proposito que proseguirei na ardua tarefa de dirigir o theatro, apezar das decepções por que terei de passar.

Desculpo, entretanto, a pobreza de espirito de certos homens e muito mais a daquelles que os desmoralizam.

O drama 29 sóbe hoje á scena, como está annunciado, indo o sr. [Lisboa] substituir o sr. Amoedo no papel do capitão Jorge e o sr. Thomaz substituir o sr. Lisboa no papel de General.

Os espectaculos proseguirão a sua marcha regular sem interrupção alguma, apezar de todos os pezares.

O publico, sempre benigno, desculpará as faltas que porventura possam apparecer. Tenho essa esperanza. Rio, 4 de Fevereiro de 1859. — *Germano Francisco de Oliveira.*”

Amoedo respondeu pelo *Correio Mercantil* do dia seguinte. Disse que se despediu do São Januário porque o empresário Germano de Oliveira lhe expusera que “receioso de uma tempestade theatral horrivel” ia se retirar para Pernambuco no paquete de 7 ou no de 23 e que seu contrato era, apenas, para trabalhar aquí. Aludiu aos papéis

que desempenha na companhia, taxando-os de secundário que facilmente teriam quem os fizesse.

Germano voltou à imprensa, pelo *Correio Mercantil*, de 10, dando uma longa resposta a Amoedo. Recorda como entrou este para a companhia do seu teatro e a decepção que sofreu no de João Caetano que lhe marcou o ordenado mensal de 150\$000, quando no São Januário êle Germano deixou ao seu colega a fixação do vencimento que devia perceber.

Classificou de falsa a alegação de que cabiam a Amoedo papeis secundários e referiu os que êle fez no próprio drama 29 e na *Nova Castro*.

### *O cabeleireiro do imperador*

Tendo fixado para Setembro do ano de 1860 a sua viagem à Europa, João Caetano antes de partir creou mais um papel, o do protagonista do drama de Dupenty *O cabeleireiro do Imperador*, traduzido por Lessa Paranhos (29 de Julho). O drama era de costumes militares e tinha a sua ação passada no domínio de Napoleão I. Não obstante dispor a empresa de cenários próprios, João Caetano incumbiu ao artista Philastre de pintar duas cenas, as do 2º e 5º atos (5). *A desigualdade que a omissão de uma cláusula ocasiona*

João Caetano era afeito a discussões. Como empresário, quer do teatro São Pedro de Alcântara, quer do São Francisco de Paula, que depois se chamou Ginásio, e ainda do Santa Thereza, de Niterói, empenhou-se em polémicas com vários de seus contratados, sempre no propósito proclamado de defender os seus interesses e o patrimônio de sua família.

Os seus desafetos — êle sempre os teve em grande numero — atacavam-lhe, em prosa e verso, o orgulho, que era

---

(5) *O cabeleireiro do Imperador* teve os seguintes intérpretes:

*Maurício*, João Caetano.

*Napoleão*, José Luiz.

*Jeronymo*, Barbosa.

*Simão*, Timotheo.

*Conde de Montalbano*, Florindo.

*Oficial*, Pereira de Souza.

*Cabo*, Soares.

*Catharina*, Ludovina.

*Josephina*, Elisa.

o principal dos seus defeitos. Em compensação, os seus amigos, em quantidade maior, exageravam-lhe o mérito, nos primórdios da profissão, comparando-o a Talma, que era o maior dos actores da França. Vai em seguida o seu retrato feito pelos primeiros, num soneto copiado do *Sganarelle*, periódico de teatros que circulava em 1840:

## SONETO

*Um fogoso rapaz mal educado,  
tentou, por fanfarrão, ser militar;  
e o papá, conhecendo o seu pensar,  
fez que a cadete fosse elle elevado.*

*Militou alguns annos debozado,  
por fraco quiz a sua baixa dar,  
pensando que melhor ia passar  
sendo antes actor do que soldado.*

*Eil-o em scena tão docil, tão fagueiro,  
recebendo lições, tão humildinho  
que era mesmo o retrato d'um rafeiro.*

*Transformou-se o cordeiro em leãozinho...  
insolente, impostor e desordeiro,  
enfim, o charlatão é o Talmasinho.*

No fato de que nos vamos ocupar, reproduzindo os documentos a êle relativos, coube-lhe, inegavelmente, o lado mais simpático. Si expressamente lhe era vedado, em virtude de disposição contratual, dar no seu teatro, que explorava o género dramático, espetáculos líricos, justo se afigurava que não fôsse igualmente permitida a realização de espetáculos dramáticos nos teatros onde se cantavam óperas. Era uma compensação. Mas, como se verá, na reforma do contrato com a empresa exploradora dos espetáculos líricos foi omitida a cláusula proibitiva, que todavia continuou inscrita entre as obrigações atribuídas a João Caetano, como locatário do São Pedro.

E foi valendo-se dessa omissão que o arrendatário do Teatro Lírico conseguiu realizar na sua casa de espetáculos, embora sem lucro material, uma récita de género estranho aos da sua exploração.



Em Junho de 1857 annunciou-se uma *soirée* dramática no Teatro Lírico Fluminense, o antigo Provisório, do Campo de Santana (que apezar do nome, funcionou vários anos) em favor da Sociedade de Belas Artes.

Pelo contrato que assinara para exploração do São Pedro, João Caetano, como foi dito, se obrigava a não dar *récitas* líricas no seu teatro. Por esse motivo dirigiu êle ao governo um requerimento para que a proibição de representar gêneros diversos aos do seu repertório fôsse extensiva também ao outro teatro. A petição em tal sentido, datada de 3 da-quele mês, é concebida nestes termos:

“Senhor,

João Caetano dos Santos, empresario do Theatro São Pedro de Alcantara, vendo annuciado nos jornaes desta Côrte um beneficio concedido á Sociedade Protectora de Bellas Artes, pelos actores que representam no Theatro São Januario, o qual deve verificar-se no Theatro Lyrico, vem respeitosamente expor a V. M. I. os motivos em que se funda para suppôr que tal beneficio não pôde ali ter logar. No contrato do suplicante com o Governo Imperial estabeleceu-se que não era permittido ao suppicante dar recitas lyricas no Theatro São Pedro de Alcantara e reciprocamente determinou-se no contrato feito com a empresa do Theatro Lyrico que neste theatro não iriam á scena peças dramaticas. Não cabe ao suppicante demonstrar as ponderosas razões que sem duvida levaram o Governo Imperial a assim proceder; limita-se, pois a pedir a V. M. I. que haja pôr bem ordenar que se cumpra as estipulações que o seu governo julgar convenientes. Releve V. M. I. que o suppicante faça aqui sentir que de nenhuma maneira se quer oppor á prosperidade da Sociedade Protectora de Bellas Artes, de que é membro; tanto que está prompto para conceder o Theatro São Pedro de Alcantara afim de ter ali logar o beneficio dado a aquella sociedade pelos actores do Theatro São Januario. O unico fim do suppicante é evitar que de futuro seja mais gravemente ferido se não se oppuzer obstaculo ao exemplo que se pretende abrir. Assim, P. a V. M.

I. que haja por bem mandar o que fôr justo. E.  
R. M. Rio de Janeiro, 8 de junho de 1857. — *João*  
*Caetano dos Santos.*"

O requerimento obteve esta informação:

"Illmo. e exmo. sr.

A directoria do Theatro Lyrico Fluminense e que representa a nova empresa, cujos Estatutos acabam de ser approvados pelo Governo Imperial tem a honra de devolver á v. ex. o requerimento do commendador João Caetano dos Santos, empresario do Theatro São Pedro de Alcantara, nesta Côrte, reclamando contra a permissão de verificar-se no referido Theatro Lyrico o beneficio concedido á Sociedade Protectora das Bellas Artes, pelos actores que representam no Theatro São Januario. A directoria e actual empresa julgam dever levar á illustrada deliberação de v. ex. as seguintes considerações. E' verdade que no contrato celebrado entre a antiga e extincta empresa o Govêrno Imperial estipulou a condição de não poder ella dar espectaculos dramaticos em lingua nacional no Theatro Lyrico, assim como não se poderiam dar espectaculos de cantores, no São Pedro de Alcantara. Mas como essa clausula ou condição se não estipulou no contrato da actual empresa não cuidou sua directoria de examinar semelhante questão quando se tratou desse beneficio para uma associação de artistas brasileiros. Se o commendador João Caetano dos Santos, na qualidade de empresario do Theatro São Pedro de Alcantara, entende util e conveniente que essa clausula continue a vigorar, a actual empresa acceita-se uma vez que o governo imperial assim o mande por acto expresso. Emquanto isto assim se não fizer a nova empresa lyrica se julga com direito de dar quaesquer espectaculos dramaticos no respectivo theatro, sem quê reconheça por isso no empresario do São Pedro de Alcantara o direito de dar ali representações de cantoria, visto como um decreto assim o manda e o Regulamento dado para execução da lei que subvencionou o referido Theatro São Pedro. Deus guarde a v. ex. illmo. ex. sr.

marquez de Olinda, presidente do Conselho de Ministros e ministro e secretario dos Negocios do Imperio. Directoria do Theatro Lyrico Fluminense, 12 de Junho de 1857. — *Manoel Higino de Figueiredo*, presidente da Empresa lyrica italiana."

Não tendo obtido despacho o seu requerimento, o ator brasileiro, impaciente, dirigiu-se, de novo, ao Govêrno Imperial, em 1 de Julho, nestes termos:

"Senhor. — João Caetano dos Santos, empresario do Theatro São Pedro de Alcantara, requereu a V. M. Imperial o cumprimento da clausula estabelecida no contrato que celebrou com o Governo Imperial, pelo qual não lhe é permittido ter naquelle theatro companhia lyrica, para que reciprocamente não fosse licito ao Theatro Lyrico dar representações dramaticas e como não tenha até o presente obtido despacho á sua pretensão vem requerer respeitosamente a V. M. Imperial e P. a V. M. Imperial a graça de lhe deferir, na certeza de que o supplicante não faz questão dessa clausula de seu contrato, a cuja revogação não se oppõe, uma vez que lhe fique o direito de dar representações lyricas nos theatros de sua direcção. E. R. M."

Não obstante a attitude de João Caetano, a récita em beneficio da Sociedade de Belas Artes, cedida pela companhia do São Januário, que tinha a direcção do ator Florindo Joaquim da Silva, realizou-se no Teatro Provisório a 15 de Junho de 1857. Representou-se o drama de V. Fournier e H. Meyer *Jocelyn, ou o marinheiro da Martinica*, traduzido por Francisco Luiz Machado.





## VII

Viagem à Europa — O convite dos homens de  
letras de Portugal — Estréia em Lisbôa —  
A vingança de José Romano e a atitude do  
Rei Dom Pedro V — O regresso — Últimas  
criações — *O Prestidigitador* — *Cinna* — Os  
nossos íntimos — Confronto com Joaquim  
Augusto — As restrições de Joaquim Manuel  
de Macedo







João Caetano com a Cruz de São Thiago de Portugal.



## A VIAGEM A EUROPA

Em 25 de Setembro de 1860 partiu João Caetano desta cidade, pelo paquete *Guyenne*, com destino à Europa (1) Correspondia assim o grande artista ao apêlo que da capital portugueza lhe haviam feito figuras de relêvo nas letras lusitanas, nesta mensagem aquí publicada a 4 de Agosto daquele ano, no *Jornal do Comércio*:

“Ao sr. João Caetano dos Santos.

Constando ha poucos dias, em Lisboa, que uma das mais distinctas glorias da scena brasileira ti-

---

(1) A proposito da partida de João Caetano disse o *Diário do Rio*:

“O Sr. João Caetano dos Santos parte para a Europa. Sua viagem é menos particular que official e no seu character de artista e empresario subvencionado largamente pelos cofres publicos, tem obrigação de ouvir os conselhos da imprensa.

Do talento real que possui não se faça na Europa uma arma de descredito. Seu nome de nacional que é fará reverter sobre seu paiz qualquer pesar que receba.

Repare que é bom entre nós, mas que vai para as terras dos mestres. Mostre-se, mas não creia que os echos das palmas de São Pedro chegam através do oceano a estrugirem na Europa.

Esperam-o lá como uma maravilha brasileira, é bom que saiba ser discreto entre os que o podem julgar e condemnar.

Não se enxergue nestas palavras outro sentido que não seja o de prudente prevenção contra exagerações infundadas que têm mais prejudicado que servido ao merito do nosso primeiro artista.”

vera a idéa de fazer uma visita artistica á terra de seus avós, os abaixo-assignados, escriptores publicos desta capital, pensaram que fortalecer esta idéa na resolução do illustre artista, não só era um serviço d'arte, que tem por patria o mundo e que sempre se

---

No dia do embarque de João Caetano os jornais publicaram esta sua despedida:

“João Caetano dos Santos tendo dado ante-hontem a ultima representação, em que tomou parte, antes de sua partida para a Europa, despede-se do illustrado publico desta capital, a que se confessará eternamente grato, e segue hoje para Lisboa, na esperança de prestar ainda verdadeiros serviços ao paiz e a este mesmo publico que tanto o tem protegido.

Posto que não será longa a ausencia de João Caetano dos Santos, elle acredita què, de volta á sua patria, se tornará evidente que desta viagem hão de tirar proveito real a arte dramatica no Brasil e as emprezas que lhe estão confiadas pelos governos imperial e provincial do Rio de Janeiro.

Indo a Lisboa, tem João Caetano dos Santos, tanto em vista corresponder ao honroso convite que d'alli recebeu e foi aqui publicado, como tratar de reunir artistas dotados de talento que com o cunho da novidade tirem o theatro da apathia em que está e que junto aos que deixa contratados e que são pela maior parte os que temos de maior nomeada, melhor possam satisfazer os habitantes desta capital, concorrendo todos para o mais perfeito desempenho de um novo repertorio que será annuciado.

Pensa tambem João Caetano dos Santos que com estas deliberações que vai pôr em pratica, conseguirá que fiquem abertas novas e mais estreitas relações entre os artistas brasileiros e portuguezes e que por certo os nossos se acreditem primeiro, indo tambem a Portugal mostrar o seu talento farão por esta forma que os dous paizes irmãos tenham sempre artistas que entretenham a novidade em seus theatros.

Tenciona tambem João Caetano dos Santos examinar cuidadosamente a maneira por que estão organizados os Conservatorios Dramaticos de Lisboa e Paris, afim de que, juntando ao conhecimento theorico que possui o conhecimento pratico, sempre tão proveitoso, possa com maior segurança realizar as idéas que ha muito tempo tem sobre este assumpto, que tanto interessa a arte a que dedicou toda a sua vida.

João Caetano dos Santos, tomando estes solemnes compromissos com o illustrado publico desta capital e firme no proposito de cumpril-os, acredita que dá a mais irrefragavel prova de que só tem em mira bem servil-o e de que é grato e reconhecido pelos benefícios que deve.

Rio, 25 de Setembro de 1860. — *João Caetano dos Santos.*



honra com seus primeiros cultores, mas a mais sincera e rendida homenagem que podiam offerecer ao talento que nos bate á porta. Se Portugal se honra de ter guiado á estrada das grandes nações o Imperio do Brasil não se gloria menos de ser visitado por um filho desse Imperio, cuja reputação, na arte de representar, festeja e applaude como de filho proprio. }

---

João Caetano dos Santos pensára em fazer essa viagem a Europa, sete anos antes, como se depreende da seguinte carta por ele escrita ao ator Antonio José Arêas:

“Amigo Arêas”

Rio, 13 de Dezembro de 1853.

Não te escrevi pelo paquete de Novembro porque pretendia fazer-te uma surpresa. Tendo de receber de Nicteroy as prestações das loterias vencidas e por vencer por todo o tempo do meu contracto como empresario do theatro de S. Thereza, segundo uma lei que passou na Assembléa Provincial e que monta a 77:000\$000, tinha eu resolvido partir nesse paquete e ir, sem ser esperado, abraçar-te; porém, infelizmente adoeceu o presidente da provincia que tinha de executar a lei e o vice-presidente não querendo tratar sinão de negocios de expediente não convocou a Junta onde tem de me fazer effectivo o pagamento de referida quantia e isso impediu a que eu não executasse o meu plano e satisfizesse o meu desejo que ha tanto tempo nutro de ir a Lisboa.

Hoje mesmo deu o presidente parte de prompto e breve terei a completa decisão do meu negocio; portanto tencionando partir no mais proximo paquete, pego-te que ahi te demores, por mais algum tempo, pois bem sabes de quanta utilidade será para mim a tua companhia nessa capital, onde não tenho relações. Tu serás o meu guia, me encaminharás e me prestarás todas as informações, porque ninguem melhor do que tu as poderá ministrar! Desta vez o meu desejo será cumprido de me achar entre os portuguezes e ahi mostrar-lhes, segundo as minhas forças o quanto lhes sou agradecido e affectuoso. Conto com mais este sacrificio de tua parte, e pego-te que por mim agradeças ao illustre redactor da *Imprensa* a bondade com que tratou-me, imprimindo na sua folha a verdade de todos os factos occorridos a meu respeito. Dize-lhe que pessoalmente pretendo agradecer-lhe.

Adeus, meu amigo. Recebe recommendações de Estella, das meninas, do coronel Morães e do nosso Leal. Tua família passa bem e sem necessidades. Adeus; aqui fico saudoso, suspirando por te ver brevemente.

Teu amigo verdadeiro. — *João Caetano dos Santos*”

Se a patria de Gil Vicente acolheu ha pouco na Ristori (2) o mais digno ornamento da scena da Europa, posto que não representasse na lingua portugueza, não receberá com menos viçosos louros, ao menos grata hospitalidade, o mais digno representante da scena da America que fala a lingua de Camões e representa nella. Se o illustre actor brasileiro precisasse de um convite para vir a Portugal, os abaixo-assignados não teriam duvida em dizer a João Caetano dos Santos, em nome de sua patria: "Primeiro actor da America vem ornar a scena cheia de prestigio, glorificada ainda ha pouco, pela primeira actriz da Europa!". Lisboa, 1º de junho de 1860. — A. F. de Castilho, R. A. de Bulhão Pato, d. Jorge Eugenio de Locio Seiblit, Francisco Antonio da Cunha de Faria Manique, dr. A. R. Gomes de Abreu, d. José de Almeida e Lencastre, Ernesto Biester, J. Ricardo Cordeiro Junior, L. A. Palmeirim, A. J. Lopes de Mendonça, José Ribeiro Guimarães, Francisco Palha, Julio Cesar Machado, Manoel Roussado, José Maria de Andrade Ferreira, d. Antonio da Costa, Jorge Guilherme Lobato Pires, João de Lemos, dr. Levy Maria Jordão, Luiz Felipe Leite, Luiz de Vasconcellos de Azevedo e Silva, A. da Silva Tullio, Francisco Vieira da Silva e José Romano."

---

(2) Adelaide Ristori por duas vezes visitou o Rio de Janeiro: em 1869 e 1874. Castilho disse dela: "Ristori resuscitou a tragedia, ou antes Ristori, foi a Pingmalião desta poesia estatua, que ficará de pé no meio desta literatura tão diversa em tudo, enquanto a fada que a evocou."

'A tragedia e Ristori morrerão no mesmo dia."

Em 1869, chegou a 19 de Junho, pelo *Estremadura*, com seu marido, o marquês Juliano Capranica del Grile. Estreou a 28, no Provisório, na *Medea*, de Legouvé. Realizou 17 espetáculos, com 16 peças diferentes pois só repetiu-a de estréia. Foram as outras: Pilo Tolombi; Judith, Maria Stuart, Isabel da Inglaterra, Phedra, Soror Theresza; Epichario e Nero, Myrrha, La locandiere, Tisbe, Cassandra, Maria Antonietta, Maria Joanna e Norma.

A segunda visita realizou-se em Maio de 1874. Embarcando no *Lusitania*, chegou a 29 e foi trabalhar no Pedro II por estar em ruínas o Provisório. Estreou a 10 de Junho, na *Judith*, de Paulo Giacometti. Deu sete espetáculos, dos quais, um apenas, com peças novas, o de 5 de Junho, quando representou *Renata de França* e *A noite de S. Bartholomeu*.

Nasceu em Cividale em 1831 e morreu em 1981.



Theatro D. Maria II, de Lisboa.



Estreou a 17 de Novembro, no Teatro Normal, na *A dama de São Tropez*, de Anicet Bourgeois, escrito a propósito de um processo ruidoso, o da envenenadora madame Laffarge. O teatro estava cheio. Compareceu o rei d. Pedro V, que pouco ia a espetáculos e tinha de embarcar para o Porto, na manhã seguinte. Assistiram mais os príncipes d. Luiz e d. João e o rei d. Fernando.

Representaram com João Caetano: Theodorico Baptista da Cruz, Pinto de Campos, Delfina do Espirito Santo, Manoela Rey e Emilia Adelaide (3)

---

(3) Dos artistas que representaram com João Caetano, em Lisboa, só um visitou o Brasil, depois que elle morreu: Emilia Adelaide. Veio várias vezes ao Rio de Janeiro, a primeira em 1871 contratada pelo Furtado Coelho. Fez aqui a mais notável das suas creações a da *Morgadinha*, no extinto theatro São Luiz. Pinheiro Chagas, o autor do drama atestou: "Nunca uma atriz realizou mais completamente o sonho de um poeta romantico do que ella que realizou o vulto fantasiado por mim de Morgadinha de Val-Flor."

Nasceu a 1 de Novembro de 1836 e faleceu em Setembro de 1905.

Delfina Perpetua do Espirito Santo, quando tinha dez anos, pertencia ao corpo de baile do theatro São Carlos, de Lisboa. O conde de Farrobo foi ali buscá-la para o seu famoso teatrinho das Laranjeiras. A Delfina apresentou-se no pequenino papel da creada da comédia *Mulher, marido e amante*. Pouco depois estava no theatro do Salitre e obteve contrato pela perfeição com que fizera a cena mímica do sonho, no *Roberto do Diabo*.

Estreou, então, como atriz, numa adaptação do *Bourgeois gentil-homme*, de Molière, representada com o nome de *O pão fidalgo*.

Foi o visconde de Almeida Garrett quem lhe lembrou o nome para a inclusão num conjunto que se formava para o theatro da rua dos Condes. E só tiveram que agradecer os empresários, pois a Delfina portou-se sempre muito bem nos papeis que lhe fôram entregues. Dêsse theatro passou para o D. Maria, depois de se submeter às provas que lhe fôram exigidas, perante um juri constituído de Castilho, Rebello da Silva, Mendes Leal e Felner. Saiu do Dona Maria para ir de nôvo para o da rua dos Condes e dêste para o da Trindade, que inaugurou, e no qual trabalhou até morrer. O grande actor Salvini, vendo-a representar, teve para ella expressão de subido conceito. Um escritor, o dos *Apontamentos de um folhetinista*, acen- tuou:

"A arte é o que ella faz no Trindade, quando tem papel; a arte para ella é a escola do bõ senso; tem graça, extrema naturalidade e grande experiencia do taolado: Se a tivessem noutro theatro, seria no repertorio moderno de Dumas Filho, de Augier, que ella havia de applicar o seu talento? De certo, não, por falta de papeis do caracter que lhe é proprio. A sra. Delfina vae no fim duma carreira gloriosa, e tem conseguido atravessal-a sem dissabores com



Não obstante a peça ser conhecida em Portugal, a imprensa referiu-se amavelmente a João Caetano.

O *Jornal do Comércio* trouxe longa crítica elogiosa ao trabalho do ator carioca, principalmente no 3º ato. Pela *Revolução de Setembro*, de 20, disse Julio Cesar Machado:

a imprensa. Por muitas vezes se tem questionado o talento da sra. Emilia das Neves; o da sra. Delfina não se pôz nunca em duvida. Diga-se tambem a inteira verdade: o quanto uma artista pôde ser irreprehensivel na esphera e condições do genero que escolheu, tem-no sido sempre esta”.

Nasceu a 20 de Abril de 1818 e morreu a 22 de Setembro de 1881.

Manoela Rey foi a primeira *ingénua* do teatro português e pisou-o, apenas dez anos, nos vinte e três que viveu. Era espanhola de origem, tendo nascido em Mondoñedo, a 24 de Outubro de 1843. Atravessou a fronteira, menina ainda, trabalhando com uns cômicos ambulantes que tinham por principal um certo Manoel Rey. Como a pequena promettesse e não tinha a seu lado ninguém da família que pudesse reclamar, o Rey trocou-lhe o nome e deu-lhe, vaidoso, o que era seu e que, graças a ela, foi salvo do esquecimento irremediável.

O primeiro teatro de Portugal que se honrou de a abrigar foi o do Salitre e isso ocorreu a 24 de Março de 1856. A Manoela falava ainda a língua castelhana e representou com os do seu grupo o drama *El hijo del ciego*. Tinha tudo para se insinuar ao público estranho: uma suave maneira de dizer, uma fisionomia expressiva, o desembaraço invulgar dos que receberam no berço o afago e o ósculo da musa da comédia. No ano seguinte tomou de assalto o seu lugar no teatro principal de Lisboa, o então D. Maria, e apresentou-se ao público na comédia-drama de madame Girardin *A alegria traz o susto*. Foi desde aí a atriz privilegiada que de papel para papel mais se infiltrava na simpatia da platêa. Julio Cesar Machado, quando escreveu *Os teatros de Lisboa*, traçou-lhe assim o perfil:

“Era bonita, seductoramente loura, meiga, sympathica, graciosa como mais ninguém. Pela rua, ao ir para os ensaios, via-a a gente vestida com uma singeleza que tocava um pouco o desleixo, penteada como dizem os francezes *à la diable*; mas respirava em toda ella uma elegancia nativa, um aroma de juventude, de poesia e de bondade. No olhar, vivíssimo, no leve encrespas da fronte, nobre, intelligente, na préga eloquente dos cantos da boca, no ar, ora triste, ora innocentemente alegre, sentia-se a vontade e a força daquelle talento peregrino. Na *Carteira de artista*, Souza Bastos informa: “Era formosissima. Um typo de belleza e elegancia como raras vezes se encontra. Ella sabia que era bonita e tinha, principalmente, a maior e mais justa vaidade pelos seus cabellos de ouro. Nunca se pintou para a scena porque não precisava fazel-o. Morreu na manhã de 26 de fevereiro de 1866”.

Theodorico Baptista da Cruz nasceu em 1818, faleceu em 18 de Janeiro de 1885. Depois de ter sido amador, exhibiu-se em teatro

“Quando entra em scena tudo se agita e se anima, e o que era um máo esboceto a carvão toma as côres de um quadro de mestre. Julgamos ouvir uma scena de amor, de ciume ou piedade. Lêde a peça. Não está lá nada disso, foi João Caetano que escreveu tudo.”

público, no Salitre no drama *O serralheiro holandês* e, em seguida, no da rua dos Condes, quando era ensaiador ali o Emile Doux, que depois veio ao Brasil e aquí morreu. O seu merecimento dividia-se entre os papeis de tiranos e os de *vegéte*.

Fazia chorar, nos primeiros, os corações sensíveis; nos segundos, os seus ridículos obrigavam as platéas a continuado riso. Referem os seus biógrafos que, aceitando um papel que na primeira noite fôra feito pelo velho Rosa, o do Anjo Mão, no *D. João de Marañá*, com doze horas de antecedência, saiu-se brilhantemente da tarefa e essa não era das mais fáceis, dado o êxito que o Rosa obtivera vinte e quatro horas antes. Em 1843 era-lhe conferido o título de sócio e classificado primeiro artista no Dona Maria. Fez ali, além do traidor Antonio, com João Caetano, na *Dama de São Tropez*, o velho Achard, do *Capitão Paulo*, o escravo do *Pobre das ruínas*. Durante o tempo da associação que administrou o D. Maria foi eleito diretor pelos seus colegas, prova da confiança que lhe mereciam as suas qualidades. Naquele período distinguia-se no protagonista do *Alcaide de Faro*. Julio Cesar Machado registou:

“...foi por muitos annos o artista por excellencia da galhofa nacional. Decoravam-se os seus ditos, repetiam-se os seus chistes, imitavam-se os seus tregeitos... Percorria a gamma dos sentimentos. Das 8 ás 11 fazia chorar as creanças, mettia medo ás mães, inquietava o auditorio, assustado e medroso ao vel-o e ouvil-o; á meia-noite estalava a gente de rir, tão depressa elle apparecia na fargá e cantarelava por exemplo:

*Se vens ao casamento  
com este casacão...*”

Era contrário a fotografar-se. O único retrato que dele se conhece é o que lhe fez Raphael Bordallo Pinheiro para o *Album das glórias* e que era, na opinião dos contemporâneos, excelente.

Amigo do ator Rosa, que lhe deu as primeiras lições dramáticas, Pinto de Campos, entrou para o teatro da rua dos Condes em 1855, estreando a 6 de Março na comédia *A ramalheteira*. Antes de ator se havia feito autor, escrevendo para um grupo de amadores a comédia *Guardado está o bocado para quem há de comer*. Esteve em 1859, no Porto, contratado pela Emilia das Neves, e no ano seguinte, amparado pelo Rosa, era recebido no D. Maria, estreando a 29 de Outubro no drama *Culpa e castigo*.

Em 1869 era classificado ator de primeira categoria. Entre os papeis em que mais se distinguuiu citam-se os que desempenhou nos *Homens mãos*, no *Pedro*, nas *Idéas da sra. Aubray*, nos *Homens do mar*.

Nasceu a 21 de Dezembro de 1833 e morreu a 18 de Janeiro de 1889.

O *Português* de 28 registou:

“Domingo passado, não obstante estarem abertos todos os espectáculos, o Theatro Normal achava-se cheio e as moscas fugiram espavoridas, sem saberem porque lhes invadiam assim uma casa que ellas estão habituadas a reputarem exclusivamente sua.”

Fez amizade íntima com o ator João Anastacio Rosa, sendo vistos ambos no palco, nos intervalos dos ensaios, recitando um para o outro o episódio do *Adamastor* e os monólogos do *Othello*.

De volta de Portugal, chegou ao Rio, pelo *Magdalena* a 3 de Fevereiro de 1861 e a 8, fazia inserir no *Jornal do Comércio* o seguinte agradecimneto:

“Ao illustre publico lisbonense — De volta á minha patria, depois da viagem que fiz á Europa, pede-me o coração que ainda uma vez me dirija ao brioso povo portuguez afim de agradecer-lhe, de novo, a maneira porque recebeu e distinguiu o artista americano e a benevolencia com que me acolheu e que, excedendo tudo quanto em meus sonhos dourados, em minhas arrojadas aspirações, me passára pela mente, grangeou para sempre o meu reconhecimento. Aquilatando devidamente os favores que tão generosamente me foram liberalizados pelo excelso principe que abrilhanta o throno lusitano, pelo illustrado publico libonense, sempre que compareci á sua presença e que ainda na hora da despedida foram cumuladas com as lisonjeiras palavras que se dignou escrever-me o exmo. commissario regio do Theatro Normal, reconheço que faltam-me expressões com que possa dar exacta demonstração dos sentimentos que neste momento dominam a minha alma agradecida. Nesta convicção limito a estas simples expressões a manifestação dos meus votos de gratidão, esperando que serei comprehendido pelos corações generosos a que me dirijo.”

José Romano, o autor do drama “29”, um dos signatários do convite para que elle fôsse a Lisboa, no dia da estréa de

João Caetano ali, procurou-o para obter bilhetes de favor para vários de seus amigos. O artista brasileiro não pôde atender ao pedido. José Romano irritou-se e prometeu vingar-se. Comprou ingressos e quando João Caetano surgiu em cena, consultando o relógio e dizendo: "Sou pontual!" esboçou-se um indelicado gesto de desagrado. Mal o percebeu, o rei d. Pedro V levantou-se na tribuna imperial e aplaudiu o artista brasileiro, sendo correspondido delirantemente por todo o teatro. Falhára a desforra de José Romano.

Tres meses depois de regressar ao Brasil, a 3 de Maio, reaparecia João Caetano ao público do Rio de Janeiro, no teatro São Pedro de Alcantara, no papel de Beaujolais, do drama *Oprestidigitador*, com o qual, sete dias após, reviu também a platéia do Santa Teresa, de Niterói.

### AS ÚLTIMAS CRIAÇÕES

De volta de sua viagem à Europa chegou João Caetano ao Rio de Janeiro a 3 de Fevereiro de 1861, a bordo do paquete *Magdalena*, nas vésperas do carnaval. Encontrara frouxa a vida teatral da cidade. No seu teatro, o São Pedro de Alcantara, continuavam os artistas obedientes à orientação de Emile Doux, repassando o antigo repertório o Florindo, o Gusmão, o Martinho, que era o cômico mais popular da época, o Galvão, a Ludovina Soares da Costa; no Ginásio que, ao tempo em que se chamava São Francisco de Paula, serviu de campo para tantas vitórias do famoso artista, alojava-se a segunda companhia do país, dirigida pelo Joaquim Augusto e da qual faziam parte a Adelaide do Amaral, a Maria Veluti, a Julia Heler e o marido, o Jacintho Heller, mais tarde empresário na Phenix Dramática e no Santa Anna; no São Januario, na velha praia de D. Manoel, a Gabriella da Cunha e a filha, Ludovina Moutinho, morta quatro meses depois, na Baía, com 17 anos, apenas, a Jesuina Montani e o marido, o De Giovanni, que foi um dos bons galãs da sua época, o Martins, (4) o Salles Guimarães que ainda na vespera

---

(4) Nascido na antiga villa de Itaguaí, a 29 de Janeiro de 1836, Antonio de Souza Martins não foi destinado pelos pais ao teatro. Logo que teve idade para educar-se, veio para a velha Corte e aqui cursou o Colégio Victorio (o director era pai do funcionário que superintendia os Correios quando elle foi demittido).

Aos dezoito anos o teatro atraiu-o, empolgou-o e, contrariando embora os desejos dos pais provincianos, o Martins escripturou-se

da chegada de João Caetano se exhibiu num dos maiores papeis do seu repertório, o do André, n'A *gargalhada*.

Só em Maio, a 3, dia de festa nacional, em espetáculo comemorativo da abertura das câmaras, reapareceu João Caetano, no drama de D'Ennery e Bresil, *O prestidigitador, L'escamoteur*, representado no Gaité (12 de Outubro de 1860), traduzido por Lessa Paranhos, seu genro. Esse drama fôra oito

no São Pedro de Alcantara, estreando num dos menores papeis, o do Leonardo, do drama *Pedro Sem*.

Dado o primeiro passo, elle não mais recuou.

Já no ano seguinte, quando se realizou a reabertura do São Francisco, com o nome de Ginásio Dramático, apresentou-se em outro papel modesto, na comédia de Joaquim Manoel de Macedo, *O primo da California*. Logo depois fez o creado em *O logro da fidalguinha presumida*. O autor dessa comédia ligeira, José Justiniano da Cruz Forte, veio para o Rio de Janeiro afim de escapar ao castigo a que fizera jús, por se haver envolvido na rebelião da Maria da Fonte. Aquí morreu, tendo escrito outras peças teatraes, como *A indiana*, e *O jogo do burro ou a febre das ações*.

No mesmo Ginásio, em 1857, teve o Martins o seu primeiro successo artistico, no papel de Pedro, da comédia *O demônio familiar*, de José de Alencar. Foi uma creação que ficou ligada à sua carreira, tão bem soube elle reproduzir a figura do moleque que exercia dentro do lar as funções de emissário de Cupido, não se limitando ao trabalho de *onze letras* e indo além, ao da persuasão junto à *nhanhã*, irmã de seu senhor.

O Martins interveiu na primeira revista que se representou no Rio de Janeiro: *As surpresas do sr. José da Piedade*, a 15 de Janeiro de 1859, no Ginásio. Tinha quatro papeis, reproduzindo num deles a figura de um tipo popular, o tenente Bayacú. Os companheiros do Martins eram o Graça, que fazia o sr. José da Piedade, um roceiro, que se aparvalhava, vendo no velho Campo de Santana o trem de ferro e as outras novidades da época: o realejo, o cometa, as mágicas do Alexandre, os ratos sábios; o Arêas, o Vasques o Montani, a Maria Velutti e a Clotilde.

No *Bilontra* e no *Carioca*, revistas de Arthur Azevedo e Moreira Sampaio, o Martins fazia o papel do barão de Vila Rica, que outro não era sinão o comendador João José de Oliveira, iludido na sua boa fé por um espertalhão que lhe impingiu um título falso.

O barão exasperou-se, procurou as autoridades, mas quanto mais buscava defender a sua figura do ridículo, maior *reclame* fazia ao Martins e às revistas.

Noutra peça do mesmo gênero, *O Carioca*, reproduziu o ator Garnier, o péssimo galã que veio com a Sarah Bernhardt ao Brasil, em 1836, e que tão mal ia no Armando Duval, da *Dama das Camelias*.

Empresário no Cassino e no Vaudeville, onde inaugurou a sua companhia, com uma revista de Joaquim Serra, a *Revista do ano de 1874*, o Martins foi contratado pelo Furtado Coelho para o Ginásio, tendo ali estreado na peça de Sardou, que Machado de Assis traduziu, *A família Benoiton*.



dias antes, representado pela companhia do Ginásio, com o nome de *O pelotiqueiro*, incumbindo-se Joaquim Augusto do papel que João Caetano iria fazer no São Pedro, o do Beaujolais, o protagonista.

Pela *Crônica da semana*, escrita por Macedo, no *Jornal do Comércio*, tem-se a impressão de que ao autor d'A *Moreniha* agradou mais o trabalho do interprete no Ginásio, não obstante referir-se êle sempre elogiosamente ao nome de João Caetano. O crônista achou que Joaquim Augusto conduzira com acêrto o papel e quanto ao seu grande competidor escreveu:

"No papel de Beaujolais, o sr. João Caetano, procurando, com louvavel empenho, crear o typo do prestidigitador charlatão especial de França, por amor da arte, sem duvida, prendeu, encadeou a sua felicissima natureza em laços de ferro e deu especialmente á sua pronuncia uma inflexão de voz que se tornou monotona e que me pareceu mal cabida na pronunciação portugueza; felizmente, porém, Beaujolais, o charlatão, desapareceu de ante de Beaujolais, o pae; desapareceu talvez de mais, visto que o typo havia sido adoptado tal; mas, ao menos o esforço do amor paternal quebrou aquellas cadeias e no reconhecimento da filha, no quarto acto e ainda no final, o talento fez explosão e foi coroado por bravos e aplausos merecidos.

---

Um dos seus melhores papeis ao lado daquele grande artista foi o de Beaubisson, em *Os dominós côr de rosa*, de Hennequin. Quando a adversidade lhe arrancou o lugar que exercia nos Correios, a Lucinda Simões, que tanto trabalhára com o Martins, ofereceu-lhe um lugar na sua companhia e o velho artista reapareceu no teatro que tinha o nome daquela sua generosa colega, justamente em *Os dominós côr de rosa*. Ressentia-se, porém, o Martins do prolongado descanso de treze anos e, sem a vivacidade dos seus aureos tempos, não conseguiu dar ao Beaubisson a impressão magnifica que deixára ao público daquele tempo.

Fora do teatro, sempre vestido de preto e usando cartola, o Martins era um *causeur* magnifico. Falava do João Caetano, do Rossi, com o qual tivera a honra de contrascenar, do Salvini, da Ristori, de muitos. Evocava, com saudade, os seus triunfos, desde os primeiros, ganhos ao lado de Rosa Villiot, da Gubernatis, e de outras.

Morreu nesta cidade poucos dias antes de completar 81 anos, a 23 de Janeiro de 1917.

Dizer que o sr. João Caetano exprimiu certas phrases com felicidade, é asseverar o que todos sabem e aquillo com que todos contavam; não posso, porém, resistir ao desejo de marcar a perfeita naturalidade com que no final do segundo ato, elle soube sustentar o dialogo com Darmantières (5), quando este finge ler nas cartas a historia do

(5)Galvão, no São Pedro; Paiva, no Ginásio.

João Severiano da Costa Galvão começou a trabalhar em 1860, no São Pedro, estreando a 7 de Julho, no papel de Luciano Villedieu, do drama *A noite de 20 de Setembro*, de Xavier de Montepin. Com João Caetano fez, apenas, esse papel no *Prestigiador* e o do Abdallah, em *Os nossos íntimos*. Morto o mestre, seguiu-lhe a escola e distinguindo-se no d. *Alvaro, dos dois proscritos*, no conde Roger, de *A romã encantada*, no *O homem da mascara negra*, em todo o repertório desse género. Em 1875, com o Helber, na velha Phenix Dramática teve parte saliente numa revista de Joaquim Serra, *Rei morto, rei posto*, no papel de Guarani. Ia fazer, noutra, o drama antigo, em *Há alguma differença* de Augusto Fábregas e Bernardo Lisboa, mas tendo adoecido, foi entregue o papel ao seu colega Guimarães. O último papel do Galvão foi o do explorador português major Serpa Pinto, na peça de Navarro de Andrade, *As armas portuguesas* (29 de Outubro de 1890). Seus principais companheiros de representação foram o Furtado Coelho, o Vasques, a Jesuina Montani e a Luiza Leonardo.

Faleceu a 28 de Janeiro de 1891, nesta Capital, sendo inhumado no dia seguinte, no cemitério do Carmo.

João Luiz de Paiva era português, de Braga, onde nasceu a 5 de Maio de 1833. Veio para o Brasil, tentar aqui a fortuna, como tantos outros seus patrícios, em 1848. Trazia cartas de recomendação e não lhe foi difficil collocar-se como aprendiz de alfaiate, num estabelecimento comercial da rua do Hospício. Poucos anos depois, conheceu êle alguns rapazes que representavam, como amadores, em teatros particulares — os teatros particulares hoje quasi de todo desaparecidos — e, ligando-se a êles, começou a *pintar a cara*. Não tardou em deixar a tesoura e a agulha para dedicar-se definitivamente ao teatro. Para isso, como não lhe fosse fácil a admissão nas companhias aqui constituídas, atirou-se às incertezas do *mam-bembe* e saiu daqui no primeiro conjunto que se organizou para explorar o interior da antiga provincia do Rio de Janeiro.

A vida dos cômicos ambulantes era uma série de aventuras arriscadas. As populações, quando não sabiam ainda que aos profissionais do teatro Deus imunizou de vários defeitos, acreditavam, na sua desconfiança, que os honrados obreiros do palco eram malfeitores disfarçados e assim, mal apareciam êles nas curvas das estradas, tratavam de defender-se gritando cheios de aflição:

— Fecha tudo, que aí vêm os cômicos!

O Paiva não escapou à regra. Curtiu necessidades, inclusive as de estômago; fez, como o João Caetano, longas caminhadas a pé, até que, por influencia de um amigo, logrou ser admitido no velho

seu passado; e ainda, no final do quarto acto, a valentia e habilidade com que manteve a situação, em frente do mesmo Darmentières. No quinto acto, um simples "sim... tú não és minha filha"

São Francisco de Paula, que passou pouco depois a chamar-se Ginásio. O ordenado era animador: vinte e cinco mil réis mensais. Emilio Doux, o ensaiador, exigente, rigoroso, distribuiu-lhe um papel amoroso no drama de estrêa, *O gravador de lapidas*.

No Ginásio interveio elle nas comédias de José de Alepçar, de Macedo e França Junior; fez o Armando Duval, ao lado de Adelaide do Amaral, n'a *dama das camelias*; atingiu ao posto de primeira figura da companhia, antes de se terem reunido a ella Joaquim Augusto e Furtado Coelho.

Em meio das representações da peça de Joaquim Manoel de Macedo, *Luxo e vaidade*, Furtado Coelho, que era também galã fora do teatro, abandonou, de surpresa, o Ginásio, embarcando para Santos, atrás da creatura que lhe povoava os sonhos. O gesto reproável occorreu nas vésperas do beneficio de Adelaide do Amaral e o Paiva teve de receber o papel do Furtado, adiando-se por dois dias a festa.

O substituto não prejudicou a representação, embora o substituido fôsse um artista das qualidades inulgaes de Furtado Coelho.

Deixando o Ginásio e depois de haver trabalhado em outros teatros, acompanhou a São Paulo o ator Joaquim Augusto, representando ali, entre outros, o drama *A maldição*, de um estudante da Academia, Theodomiro Alves Pereira. Dois annos depois foi com Adelaide da Amaral a Pernambuco. Reappareceu, no Rio, em 1867, no Ginásio, passando depois ao São Luiz, que inaugurou, com Furtado Coelho.

Com o Martins trabalhou o Paiva num teatro já desaparecido, o Vaudeville, que existiu na rua de São Jorge.

Foi mestre de Dias Braga, que lhe recebeu as lições no grêmio dramático *Lupa Preta*, e ensaiador da Ismenia dos Santos, no São Luiz. Em 1872, depois de haver contrascenado com Eduardo Brazão, no São Luiz, trabalhou naquele mesmo teatro e em outros, com o Valle, o Antonio Pedro e o Taborda.

A fortuna bafejou-o, dando-lhe um prêmio no loteria. O Paiva estabeleceu-se na rua Conselheiro Saraiva, 17. Mas, era generoso e dentro em pouco teve de passar a casa comercial a outras mãos. Voltou ao teatro. Foi representar no Recreio, com o Dias Braga, fazendo o Pedro, nas *Duas orfãs*, o Morel, no *Conde de Monte Cristo* e outros. Na Phenix, em 1887, tomou parte nas representações de uma revista, que fez ruído nesta capital. *Há alguma differença?*, de Augusto Fábregas e Bernardo Lisboa, e na companhia Braga Junior, que occupava o Lucinda, fez o barbeiro Figaroni, no *Boccacio*. O Mattos, que se encarregava do papel, no Santana, foi vê-lo uma noite e aplaudiu-o com grande enthusiasmo. O *travesti* do poeta Florentino cabia naquele teatro à Irene Manzoni e no Santa Anna a Rose Meryss. Substituiu o Gama, no *Bilontra*, no papel do Trabalho.

Os autores do *Bilontra* parodiaram na sua revista o famoso drama *Os seis degraus do crime*. O Julio Dormelly, d'este, corres-

e a comparação que Beaujolais faz de si com o cão da casa, comparação cheia de belleza e de sentimentos, foram bem comprehendidas". Folhetim de 6 de Maio de 1861.)

Com o mesmo *O prestidigitador* reapareceu João Caetano, no Santa Thereza, de Niteroi, de que era também empresário, a 10 de Maio. Tanto aquí, como na vizinha cidade recebeu êle grandes manifestações do público, que enchia literalmente o teatro. No Rocio a policia foi mesmo chamada para conter a ganância dos cambistas e deteve alguns dêles.

Depois do drama de D'Ennery, (Adolphe d'Ennery foi um dos mais fecundos escritores francezes. No repertório de João Caetano figurava na peça: *A graça de Deus, Dom Cesar de Bazan*, escrito com Dumanoir, *A dama de São Tropez*, e outros), e Bresil (Jule Henri Brésil foi ator discipulo de Provost, no Conservatorio, estreou na Comedie Française). exibiu-se João Caetano em vários dos seus antigos papeis, entre êles o do Simão n'*O velho cabo de esquadra* e no Pedro, na *Nova Castro*. Já nos últimos dias dêsse ano, a 26 de Dezembro, deu-nos João Caetano a sua segunda e penúltima de suas creações, a de Augusto, na tragédia *Cinna*, de Corneille traduzida pelo dr. Antonio José de Araujo (Vianna era o Florindo e Emilia a Ludovina). Assim se referiu o *Jornal do Comércio* ao *Cinna*:

"O sr. João Caetano tem brilhado mais em outros papeis, que dão maior margem á natureza especial do seu talento, mais adequado ás situações violentas. Com o Augusto não foi sempre assas grave e nos gestos, sobretudo na falla do 5º acto dirigida a Cinna, na qual corria como quem tem medo que se lhe acabe o tempo."

Quanto a Ludovina disse o mesmo diário:

"Na scena V do 3º ato foi merecidamente aplaudida, mas no primeiro monologo, ao erguer do panno.

---

pondia ao Faustino daquela e o Homem negro, ao Trabalho. Como se fazia mistér, no final, o Trabalho dominava a Ociosidade.

Exibiu-se pela última vez o Paiva, em 1888, numa companhia de que fazia parte o Silva Pereira.



em vez de concentrar-se, entregue ao combate dos sentimentos que a agitavam, a vingança e o amor, dirigia-se ao publico e recitava para elle."

No dia 30 de Março de 1862, quando foi feita, no Rocio, a inauguração da estátua de Pedro I, houve espetáculo de gala, no São Pedro representando-se *Cinna*. O busto do primeiro imperador estava no centro da cena e a companhia cantou o Hino Nacional.

A 14 de Junho do ano seguinte mostrou-se na sua última creação a do dr. Tholosano, de *Nos intimes*, de Sardou.

Fôra um dos mais acentuados sucessos do Vaudeville de Paris, sete meses antes, tendo se incumbido aquele papel a Felix Cellierier o ator mais popular de sua geração e que era desde 1840 o *jeune premier* daquelle teatro. Recebida a peça no Rio cobicaram-na duas companhias: a que ia reabrir o São Januário com o nome de Atheneu Dramático e a de João Caetano. Aquela adeantou-se cêrca de um mês e deu-a, com o nome de *Os intimos*, traduzida por Manuel de la Peña; a outra confiou a tradução, levada a termo com o titulo de *Os nossos intimos*, a Lessa Paranhos (6).

---

(6) O censor da tradução, quando esta deu entrada no Conservatório Dramático, foi Machado de Assis, que louvara a de Manoel de La Peña. A respeito da de Lessa Paranha a opinião, todavia, foi a seguinte, exarada a 11 de Junho de 1862:

"A comedia *Os nossos intimos* é a mesma que já examinei com o titulo *Os intimos*. Pude reconhecê-la, apesar da traducção que está em vasconço. E' deploravel que no theatro subvencionado e donde devia partir o ensino, se representem peças tão mal escriptas. Uma simples e ligeira comparação entre o original e a traducção, que tenho presente, basta para ver quanto é infiel e como o traductor suprimiu as difficuldades que não pôde vencer. Assim vemos que a palavra *dandi* está traduzida pela palavra *garoto* e que as cenas allusivas a esse dito e a presumida posição de Caussade se acham despidosamente mutilados. Em geral a forma da expressão é toda franceza; o emprego dos pronomes que é da indole daquella lingua foi usado e abuzado pelo traductor. Encontram-se a cada passo phrases desta ordem: "...e creou-o de maneira que lhe provava que não é necessaria dever-se o ser a um homem para ser-se seu filho." por ultimo assignalarei a introdução de um termo novo na lingua: *efficacidade*. Parece que o traductor ignora que a palavra *efficiente* traduz-se por efficacia. E se ignora tal, lamento que se haja abalançado a fazer essa traducção. Não me resta mais do que recommendar que se faça sentir



O assunto era uma proveitosa lição de moral e a comédia, no parecer do Conservatório Dramático, uma das mais verdadeiras, na pintura dos seus costumes, depois das de Molière. O dr. Tholosan, médico homeopata, era um homem honrado e de tato para resolver as questões delicadas. Apareceu na vida de Caussade, simples e boa creatura, explorado por seu amigo íntimo, no momento preciso de impedir o desmor-

---

as pessoas que remetem peças ao Conservatorio, ou precisamente mais, que remetem peças como esta nós foi remetida, quanto a nossa instituição é digna e séria. O caderno em que está escripta a comédia *Os nossos íntimos* parece haver sahido de uma taverna, tal é o seu aspecto imundo e pouco compativel com a decencia do Conservatorio Dramatico”.

presidência do Conservatório cabia ao barão de São Felix (dr. Antonio Felix Martins) que autorizou a representação, sem restrições.

Machado de Assis (Joaquim Maria) nasceu nesta cidade, a 21 de Junho de 1839 e aqui mesmo faleceu a 29 de Setembro de 1908, como presidente — e o foi desde a sua instalação — da Academia Brasileira de Letras. Ocupava ali a cadeira que tinha por patrono José de Alencar.

O nome de Machado de Assis atravessou com relêvo duas grandes gerações: a que teve por guia José de Alencar e foi a geração brilhante de Castro Alves, Fagundes Varella, Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães e outros; e a que se lhe seguiu e é a dos nossos dias. Desta elle foi, incontestavelmente, o mestre. Machado de Assis experimentou todos os gêneros de literatura: o teatro, por onde começou, a poesia, a crônica, a novela, a critica e o romance; mas, inquestionavelmente, no romance e na novela foi que melhor se manifestou o seu talento. Como escritor teatral deixou várias composições em um ato, que se ressentem de efeitos cênicos. Já Quintino Bocayuva lhe notara esta falta e escrevera:

“As tuas duas comedias, modeladas ao gosto dos pro-vénios francezes, não revelam nada mais do que a mara-vilhosa aptidão do teu espirito, a profusa riqueza do teu estylo. Não inspiram nada mais do que a sympathia e a consideração por um talento que se amaneira a todas as formas da concepção. Como lhes falta a idéa, falta-lhes a base”. E mais adiante: “As tuas comedias são para serem lidas e não representadas.”

Quando elle tentou o teatro este se encontrava na sua época de atividade brilhante e Machado Assis fez representar as suas comedias e as suas traduções juntamente com os originaes de Alencar, Manoel Antonio de Almeida, o infornado romancista das “Memórias de um sargento de milicias”, de Quintino, Salvador de Mendonça, Macedo e Sizenando Nabuco. Florescia nessa época a ópera nacional, ora no Theatro, ora no velho Provisório, e algumas das composições

naimento da felicidade conjugal do chefe da casa, promovida por um mau hóspede! O desempenho que João Caetano deu ao papel foi notável; tanto mais que o artista sujeito ao confronto, no Ateneu Dramático, Lopes Cardoso não dispunha de qualidades para se medir com ele. O dr. Tholosan era a figura predominante do drama e o intérprete no Ateneu fi-

dêsse escritores tiveram a cooperação musical de Carlos Gomes, ainda discípulo do Conservatório, mas cujo gênio começava a despontar. As comédias de Machado de Assis têm ação curta, cuja exploração não pode ir além de um ato. O que nelas sobrepõe é o espírito subtil do diálogo; aliás muito fino para ser compreendido fora de meios literários.

Mario de Alencar reuniu em volume algumas das peças do romancista do *Dom Casmurro*. Não incluiu, porém, duas: *Desencantos* e *As bodas de Joanninha*, por não haver encontrado exemplar de nenhuma delas.

Contrariamente ao que dizem os seus biógrafos, Machado de Assis estreou no teatro, não com uma comédia original mas com uma opéreta em três atos, traduzida do francês, *Pipelet*, cuja música era do maestro Ferrari. *Pipelet* subiu à cena no Lírico Fluminense, nome com que funcionou nos seus últimos tempos o Provisório, a 12 de Fevereiro de 1860. Cantaram-na os melhores elementos da Opera Nacional, entre elles a nossa patriciã Carlota Milliet, Ribas e d. José Amat. A 8 de Julho do ano seguinte, pela mesma companhia, mas já, então, no Ginásio Dramático, era cantada a ópera-cômica de Machado de Assis, em um ato, *As bodas de Joanninha* com dois personagens apenas, musicada pelo maestro Martin Allina. Os intérpretes eram Luiza Amat (Joanninha) e Ribas (João). A ária final era de Carlos Gomes.

São estas as outras comédias originaes de Machado de Assis:

*O cambinho da porta* — Em um ato. Representada em Setembro de 1862, no Atheneu Dramático. Tinha quatro personagens, três homens e uma mulher, que eram as seguintes: Dr. Cornelio, Cardoso; Valentim, Pimentel, que foi um dos melhores galãs de sua geração; Innocencio, Martins; Carlota, Maria Fernanda.

*O protocolo* — Comédia em um ato, representada no Atheneu Dramático, em 4 de Dezembro de 1862. Tinha também quatro personagens, dois homens e duas mulheres: Pinheiro, Cardoso; Venancio Alves, Pimentel; Elisa, Maria Fernanda; Lulu, Jesulina Montari, esta representante de uma família de artistas e que teve os seus primeiros passos no teatro guiados por João Caetano.

*Quasi ministro* — Comédia em um ato. Representada num salão literário, a 22 de Novembro de 1862, realzado numa casa da rua da Quitanda, por amadores, entre elles, Arthur Napoleão. Como o corpo cênico desses salões era composto só de homens, as comédias por elle representadas não tinham papéis femininos. Eram ottó as personagens. Nessas reuniões as representações dramaticas eram feitas na primeira parte do programma. Na de 22 de Novembro de 1862 leu o poeta Pedro Luiz a sua famosa ode *Os voluntários da morte*, sobre a Polonia; Faustin Xavier de Novaes, cunhado de Machado de Assis, recitou versos de despedida a Arthur Napoleão.

cava sempre em plano inferior quando tinha de contracenar com a artista incumbida do papel de madame Caussade, a atriz Gabriella da Cunha, das maiores na ocasião. No São Pedro a quasi infiel coubera a Antonina Marquelou, que acompanhou João Caetano a Europa.

---

*Os deuses de casaca* — Comédia em um ato, representada por amadores, na Arcadia Fluminense, a 23 de Dezembro de 1865. O próprio autor assim a classificou:

“Uma critica anodina, uma satyra innocente, uma observação mais ou menos picante, tudo no ponto de vista dos deuses, uma acção simplicissima, quasi nulla, travada em curtos dialogos. Escripita em versos alexandrinos”.

*Tu só, tu, puro amor* — Comédia em um ato, escrita para as festas organizadas pelo Gabinete Português de Leitura, comemorativas do tri-centenário de Camões. Representada no antigo Teatro D. Pedro II, a 10 de Junho de 1880. Tinha seis personagens: Camões, Furtado Coelho; d. Antonio de Lima, Simões; Caminha, Ferreira; d. Manoel de Portugal, Torres; d. Catharina de Athayde, Lucinda Furtado Coelho; d. Francisca de Aragão, Faustina. Essa comédia foi publicada na *Revista Brasileira*, a 1 de Julho de 1880, sendo depois tirada uma edição de cem exemplares, pela Livraria Lombaerts.

*Não consultes medico* — Comédia em um ato, representada no Teatro da Exposição, na noite da inauguração, a 12 de Agosto de 1908, com a seguinte distribuição: d. Leocadia, Lucilia Peres; dona Carlota, Cinira Polonio; d. Adelaide, Gabriella Montani; Cavalcante, Ramos; Magalhães, Marzullo.

*Uma lição de botânica* — Comédia em um ato. Não foi representada. Publicou-a a *Revista Brasileira*, na fase em que teve por director José Verissimo.

As traduções que fez representar fôram as seguintes:

*Montjoye*, de Octave Feuilett representada no Teatro Ginásio, a 12 de Outubro de 1864. Desempenhou o papel do protagonista o ator Pedro Joaquim do Amaral, tendo sido feitos os outros papeis por Adelaide do Amaral, uma das *estrelas* da sua época, e Clelia.

*Suplício de uma mulher*, original de Girardin e Dumas Filho. Representada no Ginásio a 30 de Setembro de 1865, pela companhia Furtado Coelho.

*O anjo da meia-noite* — Representada no Ginásio a 5 de Julho de 1866. Enarregou-se da figura do protagonista a atriz Ismenia dos Santos. Furtado Coelho foi o Ary Koerner e Arêas o barão de Fritz Lambek. Em fins de Julho, Arêas zangou-se com Furtado Coelho, que era o empresário, e deixou o teatro, certo do transtôrno que a sua resolução causaria pela dificuldade de ser encontrado quem o substituisse. Mas Furtado Coelho mandou buscar em Macaé o ator Guilherme de Aguiar e confiou-lhe o papel creado pelo Arêas. O agrado foi absoluto e depois Guilherme de Aguiar se tornou um dos maiores centros cômicos que o teatro brasileiro tem tido.

As *ingênuas* se equivaliam. Tinham sido mesmo rivais, nos primórdios de sua carreira, a Leonor Orsat e a Jesuina Montani.

Aquela acabava, no São Pedro, casando na peça com o João Caetano; a outra era a noiva, no *Atheneu*. O falso amigo, na companhia do teatro do Rocio, o Mauricio era o Lisboa; no antigo São Januário o Pimentel.

Um ano depois, a comédia de Sardou forçou as portas de um terceiro teatro carioca, o Ginásio, sendo então o papel do dr. Tholosan feito pelo ator Pedro Joaquim do Amaral, marido de Adelaide do Amaral, incumbindo-se esta da figura de madame Caussade.

*O barbeiro de Sevilha*, de Beaumarchais — Teve a sua primeira representação na noite de 7 de Setembro de 1866, pela companhia Furtado Coelho. O desempenho foi este: Figaro, Furtado Coelho; Almaviva, Monclair; Bartholo, Vasques; d. Basilio, Guilherme de Aguiar; Rosina, Ismenia dos Santos.

*A família Benoiton*, de Sardou — Realizou-se a primeira representação a 4 de Maio de 1867. O chefe da família era o Martins, o inesquecível creador do moleque, no *Demônio familiar*, de José de Alencar, sendo os restantes papéis feitos por Furtado Coelho, Paiva, Vasques e Ismenia.

Mauricio, João Caetano.  
Major Damglemir, Gusmão.  
Senhor Valpim, Ludovina.  
Clotilde, Rosina.  
Conde Landrenil, Joaquim Augusto.  
De Champellien, Paula Dias.  
Henriqueta, Estella dos Santos.







## VIII

A lesão cardíaca — Carta à marquesa de  
Caxias — Mudança para Botafogo — Visita  
da saúde — A agonia — Morte — Disposições  
de última vontade — O entêrro — A opinião  
de Pinheiro Chagas





Do árduo, perseverante, labor de mais de trinta anos adveiu para João Caetano uma lesão cardíaca que lhe causou grandes padecimentos. As emoções que sentia na *Gargalhada* apressaram muito o desenvolvimento do mal. Não era possível que o coração se manifestasse indiferente àquele esforço de riso convulso e demorado. Teve afrontações aqui, no São Pedro, e em Niterói, no Santa Thereza, em cena, durante as representações da *Nova Castro* e de *Os nossos íntimos*. Era-lhe penosa a declamação e, por isso, deliberou afastar-se do palco, para voltar a êle tão depressa melhorasse.

Na sua casa da rua do Lavradio, esquina de Senado, corriam-lhe mal os dias. Faltava-lhe o ar; aceleravam-se as pulsações do coração; tinha às vezes a impressão de que era apertado por tenazes de ferro. Veio-lhe, então, o medo de morrer; não que lhe causasse horror o fato material do fim da vida; o seu grande pavor explicava-se na situação de penúria em que deixaria a família. Perdera no Congresso a reforma da subvenção que lhe era dada para manter a companhia do São Pedro e com a qual pagava êle ainda os compromissos assumidos para a última reconstrução do teatro. As despesas do seu trabalho eram consideráveis e João Caetano, que tantas lágrimas enxugou, que protegeu tantos lares, aterrorizava-se com a idéa de que, fechando êle os olhos, faltasse pão aos seus filhos. Era conhecido o orgulho do seu temperamento e pode-se avaliar a humilhação com que assinou a carta que se segue, escrita pela mão de uma de suas filhas e dirigida à sra. Luiza de Figueiredo, esposa do presidente do Conselho de Ministros, documento pertencente à coleção do Instituto Histórico:

“Exma. sra. marquiza de Olinda. — V. ex. é a unica protecção que a providencia me deparou, no

estado de ruína a que me quer levar a vingança de um homem e a inutilidade a que me reduziu uma molestia horrivel, adquirida no pesado exercicio de trinta e cinco annos de minha arte; e sendo proverbial a bondade do coração de v. ex. tenho fé de salvar-me da desgraça que me está eminente e que v. ex. se empenhará com o sr. marquez, afim delle fazer valido o meu contrato, mandando que em logar das prestações que eu recebia no Thesouro dê-se-me as loterias que o governo me concedeu; mandando tambem que se me pague as prestações atrasadas e a differença de quinhentos e tantos mil réis que, por engano do orçamento, me descontaram no Thesouro. Exma. Creio que o meu estado de saude pouco tempo me concederá de vida, mas tenho numerosa familia e permita Deus que seja v. ex. o anjo que a proteja!

Os inclusos papeis são para o sr. marquez, que me ordenou lh'os enviasse, e elles entregues pela generosa mão de v. exa. obterão o favorável despacho pela mão de v. exa. a quem respeitosa-mente beijo.

De v. exa. atento criado e obrigado. —*João Caetano dos Santos.*"

Os médicos, então, recomendaram-lhe mudança de ares e João Caetano transferiu-se para o Caminho Velho de Botafogo, que é a actual rua Senador Vergueiro, indo occupar o pavimento térreo de uma casa. Recebeu ali a chamada *visita da saude*. Apresentou tais melhoras que a mulher e os filhos encheram-se de júbilo, acreditando que, por intervenção de Nossa Senhora, sua madrinha, que tantas vezes sobre ele havia estendido o manto da sua protecção, ia ser operado o milagre da salvação.

João Caetano conversava com as pessoas de sua mais íntima afeição, recordava os seus passados êxitos, sonhava na cura, acreditava na possibilidade de readquirir a saude. Chegou, porém, o mês de Agosto, e os males, que pareciam amainados, resurgiram violentamente. Voltaram as antigas apreensões, conturbaram-se de novo os espíritos daqueles que cercavam, afetosamente, o enfêrmo; fugiam de instante a instante as esperanças que conseguiram ser amontoadas na casa sombria do Caminho Velho de Botafogo.

A véspera do desenlace foi de grande sofrimento para ele, que não tinha socêgo, e para os que lhe eram caros, que não podiam minorar as suas dôres. Quando havia uma pequena trégua, o enfêrmo abria os olhos e procurava, uma por uma, a espôsa afetuosa, as filhas amantíssimas. Chamava-as por um aceno e todas elas sentiam roçar-lhes nos cabelos a mão que já procurava, tateando, rasgar as trevas da estrada final.

Foram longas, horríveis aquelas horas. Quando desceu o crepúsculo, perdeu a noção das coisas. Arfava-lhe, apenas, o peito; cessaram-lhe os insultos da dispnêa. Começou a agonizar. Doze horas, longas e crueis, durou o trabalho da morte. Havia começado de há pouco a manhã de 24 de Agosto de 1863, quando lhe fugiu o alento final. Uma testemunha presencial, o dr. J. Praxedes Pacheco, reconstituiu o quadro, quarenta minutos depois, e publicou nos jornais o seu depoimento. Morreu sentado numa cadeira de braço (1) em frente à entrada, para melhor receber o ar que lhe faltava. Vestia jaleco escarlate, camisa branca; tinha a parte inferior do corpo coberta por uma colcha de lã carmezim; calçava chinelos de marroquim vermelho. A bôca conservava-se semi-aberta, esboghados os olhos; no peito, um cordão de que pendia uma cruz; em frente, a imagem d'Aquella que se apiedou do afilhado nos últimos momentos. Em torno, desgrehnadas, inconsoláveis, Estella Sezefreda e suas filhas.

A cidade acordou com a nova dolorosa: cerraram-se as portas dos teatros e muitos, ao tomarem conhecimento da perda irreparável que acabava de sofrer a arte de representar, recordavam, insensivelmente, as figuras principais a que ele soubera dar animação: o judeu que a *Santa Inquisição* queimara vivo, em Lisboa, *Oscar*, o filho de *Ossian*, *Othello*, o André, da *Gargalhada*, *Simão*, o velho cabo de esquadra, entre outros.

Cedo começava a justiça da história, deante da attitude serena de que João Caetano se revestiu para entrar na imortalidade.

---

1 A cadeira não era de balanço, mas apenas de braços. Fôra mandada fazer por João Caetano de uma das travessas da cumieira do São Pedro, em parte respeitada pelas chamas do terceiro incendio. Quando Estella morreu, passou aos cuidados de Thereza Costa, filha de João Caetano, casada com o professor Vicente Costa. Está agora na residência da sra. Margarida Costa, que foi a segunda mulher dêsse professor, hoje viúva.



## O ENTERRO

Foi removido, à noite, o corpo para a casa da rua do Lavradio. Utilizando-se de uma tosca marquesa carregavam o corpo os artistas do Teatro São Pedro, seus companheiros e contratados. Longas horas durou o trajeto porque ao prestito se reuniram amigos do morto, seus admiradores, representados em tôdas as classes sociais. Às 10 horas da noite chegava o cadaver e foi logo feito o trabalho de embalsamamento procedido por Costa Ferraz e Rego César. Realizada a operação começou a *toilette*, segundo as disposições do extinto: "Vistam o meu cadáver com hábito de São Francisco de Paula, coloquem-lhe no peito o hábito de Cristo, com que meu pai foi sepultado, enterrem-no em caixão pintado ou forrado de paninho preto e conduzam-no ao cemitério na sége mais pobre que houver, acompanhando meu corpo o meu compadre Affonso e o capuchinho frei Luiz".

Foi sepultado no jazigo n. 3.164 de São Francisco de Paula, em Catumby.

Era irmão dessa Ordem desde 28 de Abril de 1863. (*Livro 10, pag. 361.*)

O *Correio Mercantil*, ao noticiar o falecimento, escreveu, a 25:

"Na historia do theatro brasileiro figurará no primeiro logar o nome do actor João Caetano. A natureza o dotára com mão prodiga; dera-lhe tudo quanto pode ambicionar um artista dramatico. Foi talvez um mal tanta riqueza; o artista confiou demasiado em seus dotes e não quiz ou quem sabe? não poudes estudar quanto devera.

Se algum dia entre nós as questões de arte merecerem attensões, a figura de João Caetano dos Santos dará assumpto para larga e interessante analyse. Aqui, porém, não é logar proprio para estas considerações.

(Hoje, só temos a lamentar a perda do artista de immenso talento que fazia honra ao seu paiz e que morreu sem rival na scena brasileira."

O *Jornal do Comércio* descreve nestes termos o enterro:

"O enterro realizou-se ás 2 horas de 25. No cemiterio, o corpo foi transportado aos hombros dos

artistas do São Pedro e dos membros da Sociedade Auxiliadora das Artes Mechanicas e Liberaes.

Oraram por essa occasião o dr. Manuel José de Araujo, de parte do jury dramatico; João Pereira Barboza, pela companhia do São Pedro; Pedro Joaquim da Silva Amaral, pela Sociedade Dramatica Nacional; Moutinho, pelo Atheneu Dramatico; Santos Neves, Dias Guimarães, João de Medeiros, Augusto Pimentel, João Teixeira de Mattos, João José da Costa e Silva e Bethencourt da Silva.

No dia 26 houve a transladação do corpo da capella do Cemiterio para o carneiro, assistindo a esse acto a companhia do São Pedro.

O discurso pronunciado por Bethencourt da Silva foi publicado nos A PEDIDOS do *Jornal do Comércio*, e no *Correio Mercantil* de 29 do mesmo anno.

A missa de setimo dia foi resada na Egreja do Santissimo Sacramento, ás 8 1/2 de 31.

Convidaram Estella, filhos, sogra, cunhados e genro.

#### UMA OPINIÃO DE PINHEIRO CHAGAS

No seu *Dicionário Popular*, Pinheiro Chagas assim se refere a João Caetano:

*João Caetano dos Santos* — O mais famigerado dos actores brasileiros, possuidor realmente de um verdadeiro talento pouquissimo cultivado, nasceu a 24 de Abril de 1808 (o nascimento foi a 27 de Janeiro daquelle anno), no Rio de Janeiro, sendo filho de um capitão de ordenanças. Ou por culpa dos paes ou por culpa do genio rebelde, João Caetano dos Santos, apesar de revelar talento, chegou aos 19 annos mal sabendo ler e escrevendo incorretamente. O que elle já déra nessa idade tinham sido provas de bravura, porque sentando praça de cadete no Batalhão do Imperador bateu-se intrepidamente na Campanha da Cisplatina. Chegado ao Rio de Janeiro em 1827 lançou-se na vida de actor, apesar de tenaz opposição dos paes, aceitando o cargo de galan numa companhia ambulante que estava nessa

ocasião representando em Itaborahy. Ahi estreou elle no *Carpinteiro de Livonia* e se bem que estava longe de se revelar um grande actor captivou logo o publico pela belleza de sua presenca e pela magia da sua voz. Vimol-o representar em Lisboa, quando eramos criança e elle já velho (2); pois apesar dos annos ainda conservava esses bellos predicados physicos, que foram um dos grandes elementos de seus triumphos. Até 1835 pouco fez, mas tendo os seus collegas o obrigado a representar o papel de um velho, em *D. José II visitando os carcerees*, João Caetano caracterizou-se excellentemente, o seu desempenho foi admiravel e João Caetano ficou dahi por diante sendo considerado grande actor.

Em 1836 João Caetano representou deante de Magalhães e Porto Alegre; um e outro adiviharam que ali estava um grande actor e puzeram-no á frente do movimento de regeneração que emprendiam do theatro brasileiro. João Caetano fize-ra-se empresario do Theatro São Pedro de Alcantara. Ali representou todos os papeis da escola romantica, mas as tres grandes manifestações de seu grande talento foram o *Kean*, *O cabo Simão* e *A gargalhada*. No *Othello* foi tambem maravilhoso o seu desempenho e era notavel como João Caetano dos Santos só pelo esforço de seu genio adivinhou nessa peça os segredos da arte de representar, que elle totalmente desconhecia. Nesta época de empresario, João Caetano levou á scena com todo o esplendor o drama *Camões*, de Castilho, fazendo elle o papel do protagonista.

Considerado o primeiro actor brasileiro, João Caetano quiz ter a consagração da scena portugueza. Veio a Lisboa e aqui representou no Theatro admiramos aquelle extranho mixto de predicados e de defeitos de genio e de ignorancia. Muito desigual, muito incorrecto, era ás vezes maravilhoso na expressão da phisionomia e tinha verdadeiros relampagos de genio. Momentos depois passava a ser declamatorio, turgido, affectado. Defeitos ca-

---

(2) Há um pouco de exagêro. Nem Pinheiro Chagas era criança, nem João Caetano velho. Este tinha 52 anos e aquelle 18.

pitaes que só lhe podiam dar reputação de primeiro actor num paiz onde a arte dramatica fosse tão pouco cultivada como é no Brasil, onde o theatro vive, pode assim dizer-se, da importação de actores portuguezes (3).

João Caetano dos Santos, que era, como dissemos, immensamente orgulhoso, não ficou satisfeito com o exito mediocre que teve em Portugal e que não esperava, porque o grande poeta Antonio Feliciano de Castilho, com sua tendencia para exaggerar os elogios e quando desejava ser agradável á pessoa a quem se dirigia, entoara taes canticos em louvor de João Caetano que este actor brasileiro julgava-se sinceramente rival de Talma. Castilho estava-lhe muito grato pela idéa que elle tivera de representar no Rio de Janeiro o *Camões*.

João Caetano, que esteve em Portugal em 1860, voltou descontente ao Rio de Janeiro e ahi morreu a 24 de Agosto de 1863. Com mais estudo, com mais escola, podia ter sido effectivamente um actor de primeira plana. Assim, foi um diamante em bruto que não pode por isso engastar-se nem resplan-decer no joalheiro dos grandes interpretes dramaticos.

Apesar da ignorancia que geralmente se lhe attribue, se dá conta d'elle ter publicado em 1857, no Rio de Janeiro, umas *Reflexões dramaticas* (4), para uso dos candidatos que se dedicam á scena. Seriam traduzidos por sua mulher Estella?

---

(3) O julgamento é errado. Os actores que aqui mais se aproximaram do valor de João Caetano, foram Joaquim Augusto, Germano de Oliveira e Florindo, todos três brasileiros. Os portuguezes dessa época, incumbidos dos papeis do seu gênero lhe eram infinitamente inferiores: Joaquim José de Barros, João Evangelista da Costa, Victor Porfirio de Borja. Mesmo em Portugal nenhum se lhe iguallava em merecimento, nem assumia as responsabilidades do repertório que elle representava.

(4) Além de *Reflexões dramaticas* elle deixou as *Lições dramaticas*.





## **I X**

Homenagens póstumas — A estátua — João  
Caetano amoroso — O prestígio de um ator —  
José de Alencar e João Caetano



---

Partiu de Visconti Coaracy a idéia da ereção de um monumento que perpetuasse a figura do maior de quantos têm representado no Brasil. Em 1884 escreveu êle uma carta ao ator Vasques pedindo-lhe que arcasse com os trabalhos do empreendimento. Se houvesse dúvidas a êsse respeito a carta que se segue resolvê-las-ia de todo. Foi publicada poucos dias depois de inaugurado o monumento, sem que apparecesse contestação:

“Meu caro artista. Parabens! muitos parabens! Eu daqui do meu retiro t'os envio e de coração, a mim m'os dou tambem, como uma das poucas alegrias que os acontecimentos da vida me proporcionam, fóra das que gostosamente fruo no lar domestico, em companhia da esposa e filho, onde, ainda não ha muito, me vieste agradavelmente surprehender.

Quando ha cerca de sete anos, já bastante descrido das coisas de nossa patria e, particularmente daquelles que mais se prendiam ao nosso pobre theatro, que ahi deixaram, como ainda hoje deixam, morrer á mingua, ao passo que para o theatro estrangeiro havia e ha sempre animação, em carta que te dirigi pedi-te que tomasses a ti, como o mais popular e querido dos nossos artistas nacionaes, a execução da idéia que desde annos afagava, de erguer uma estatua ao nosso genial actor João Caetano, fil-o na convicção de que acetiarias gostosamente o commettimento. De longe, na obscuridade a que me condemnei, seguia cada vez mais contente de a ti e não a outrem haver suscitado a empresa, os esforços incessantes a que te não poupavas para leval-a a bom exito. Assim, vendo hoje realizado, graças a ti e a ti somente, o sonho que eu afagara, felicitando-me pelo acerto de minha escolha, de cá do meu retiro, com os parabens que

te envio, envio-te também um cordial obrigado — Visconti Coaracy. (*O Paiz*, "Arte e artistas", 6 de Maio de 1891).

De fato, Vasques não se poupou esforços. Promoveu espetáculos, pediu o auxilio dos homens de letras (o Conde de Affonso Celso e Joaquim Nabuco, entre outros oradores prestigiados, falaram a respeito no intervalo das representações) e obteve assim os fundos precisos para o monumento, cuja confecção foi confiada a Rodolpho Bernardelli. Modelado sobre a estátua que em vida de João Caetano fizera Chaves Pinheiro, e que figurara na Exposição de Philadelphia (1), reproduzindo o grande actor numa de suas mais felizes criações, a de Osear, na tragedia, de Arnault, desse nome, o monumento foi fundido na Italia em 1890, sob a direcção do próprio Bernardelli. A inauguração, em frente á antiga Escola de Bellas Artes, na travessa que teve esse nome e é hoje, de novo Leopoldina, realizou-se, a 3 de Maio de 1891, na presença do chefe do Governo, que era o marechal Deodoro.

Falaram durante a solenidade Pereira da Silva, substituindo Belisario de Souza, que era o orador official, o Vasques (2) e os actores Moreira de Vasconcellos

(1) Francisco Manuel Chaves Pinheiro nasceu no Rio de Janeiro a 5 de Setembro de 1822. Em 1835, matriculou-se na Imperial Academia de Belas Artes, sendo discípulo de Marc Ferrez, professor de escultura, cargo que exerceu durante 32 anos, sendo jubilado em 1884, por moléstia. Em 1867, esteve em Paris, na qualidade de membro da Comissão brasileira na Exposição Internacional daquelle anno. Em Setembro de 1870, foi agraciado com o hábito de Cristo, pelo Governo Imperial.

(2) Francisco Corrêa Vasques nasceu nesta cidade a 29 de Abril de 1839 e, depois de feitos estudos iniciais no Colégio do cônego Marinho, entrou para o comércio, como caixeiro de despachante da Alfândega. Ainda de calças curtas, aos nove annos, fez o papel de Juca na comédia *O noviço*, de Martins Penna, o Juca que queria ser frade, só porque o pai, para enganá-lo, lhe prometeu um carrinho todo bordado de prata, com cavalos de ouro. Entrou, porém, definitivamente para o teatro em 1856 e pode-se dizer que recebeu o batismo de fogo a 25 de janeiro dêsse anno, pois foi nessa noite que ardeu pela última vez o Teatro São Pedro. Fez o papel de d. Rodrigo de Souza, no drama *O. Maria de Alencastro*, de Mendes Leal, Trabalhou pela primeira vez com João Caetano a 23 de Novembro do mesmo anno, fazendo no drama *O desertor francês* o papel do cabo, no velho Provisório.

Escreveu várias cenas cômicas: *Os namorados da Júlta*, *O sr. Domingos fora do sério*, *As pitadas do velho Cosme*, *Legalidade e ditadura*, *O Circo Grande Oceano*, *O Vasques em Mazambomba*, entre ellas; dois dramas *A honra de um taverneiro* e *Lágrimas de Maria*



O actor Francisco Corrêa Vasques.





(3) e Arêas (4) que pertenceu á companhia de João Caetano e foi um dos seus poucos íntimos na classe dos artistas theatraes.

e algumas paródias, *Orfeu na roça*, *Orfeu na cidade*, *Faustino*, *Giralda-Giraldinha*, esta de colaboração com Eduardo Garrido.

Dirigiu uma associação no antigo Provisório, que iniciou seus trabalhos a 14 de Março de 1868 com o drama de Cesar de Lacerda *São Sebastião*, o defensor da egreja; dali passou para a Phenix, transferindo pouco depois a empresa ao Heller. Naquele teatro e depois no Santana, a companhia do Heller registou grandes sucessos, tendo neles parte relevante o Vasques. Eis alguns de seus papeis nos dois teatros:

Abdallah, *Loteria do Diabo*; Escorrega, *Princesa dos Cajueiros*; Alf Babá (Na mágica dêsse nome); Ramiro, *A lotação dos bondes*; Henrique, *O tipo brasileiro*; Mathurino, *A princesa Flor de Maio*; João, *A honra de um taverneiro*; Mathias, *O defeito de família*; Fritz, *Grã duquesa de Gerolstein*; Zig Zag, *Viagem à lua*; Nicolao, *Abel-Helena*; Sota e Az, *Filha de Maria Angú*; Barba Azul, *Barba Azul*; Gregorio, *Niniche*; Badrulbudur, *Mil e uma noites*; Nicoláo, *Sinos de Corneville*; Miguel, *O dia e a noite*; Principe Orlando, *Boccacio*; Rei Hilarião, *Gata borralheira*; Luiz, *O caboclo*; Sganarello, *Escola dos maridos*.

Quando deixou o Heller, o Vasques foi trabalhar na empresa Mattos e Levreiro, que occupava a Phenix e fez ali, pela primeira vez, o velho tio Gaspar, nos *Sinos de Corneville*. Passou depois para o Apolo, onde se exhibiu no Vasco, da *Pera de Satanaz*; no Galluchard, da *A ponte do diabo*; no Boussequel, do *O homem da bomba*, e no protagonista de *Tribofe*, que foi o seu canto de cysne.

Morreu de um câncer na lingua na manhã de 9 de Dezembro de 1892, na casa da velha rua dos Barbones, n. 23.

Dois meses antes, precisamente, acompanhou o entêrro de seu velho colega e amigo Guilherme de Aguiar e com difficuldades disse estas palavras à beira do túmulo:

"Guilherme está terminado o teu derradeiro espectáculo.  
Eu ainda estou representando o meu ultimo acto".

(3) Francisco Moreira de Vasconcellos nasceu no Rio de Janeiro. a 25 de Julho de 1859 e faleceu em Palmares, Pernambuco, a 23 de Fevereiro de 1900, em meio à representação do drama *O Calvário*, de Luiz Leonardo. Vitimou-o o rompimento de uma aneurisma.

Estreou em 1875 em Itaboraí.

Além de ator correto, era escritor e deixou várias composições teatraes, entre elas, os dramas: *Tiradentes*, *Portugueses na Africa*, *Irmã de caridade*, *Descoberta do Brasil*, *Canudos*, *Lobos do Mar*; as comédias: *Entre o baile e a cama*, *Casa de doidos*, *O primo bacharel* e as revistas *Amapá*, *Paulicea*, *Festa de Congonhas*, *Florianópolis*, *A Baía em camisa* e *O boato*.

Fora disso, deixou vários trabalhos literários.

(4) Antonio José Arêas foi talvez dos artistas contratados de João Caetano o que com êle privou mais intimamente. Nasceu em

Cumpriu-se o programa publicado; fôram soltos pom-bos e estiveram presentes o filho e uma filha do artista. Teve larga distribuição o seguinte soneto de Rezende Moniz Barreto:

Em bronze a estatua o tenebroso oceano  
— o olvido — arrostará ovante! Exulto  
na idéa de que aos posterios teu vulto  
mostre o que foste: um vero soberano.

Lisboa a 11 de Novembro de 1819. Chegou ao Brasil com 18 anos e foi trabalhar como pintor no palacete do dr. Soares de Bivar. No ano seguinte, o de 1838, estreava no Teatro do Valongo, na qualidade de amador. Em 1841, era contratado de João Caetano, no São Francisco. Foi ao Sul, mas em 1847 estava, de nôvo, no São Francisco, chamado pelo empresário.

Pouco depois fazia, quando o conjunto passou para o São Januário, o Faustino, um ardiloso rapaz, na comédia de Martins Penna, *Judas em sabado de Aleluia*, o Felício, no *Os estudantes em férias*, e o mestre-escola, no *Os mistérios de Paris*. A 15 de Maio de 1852 seguiu para Lisboa, a passeio, a bordo do *Teviot*. Dois dias depois o *Jornal do Comércio* publicava os versos de sua despedida.

Eis alguns:

"O' Lysia, que tens jús aos meus amores  
não compensa a ventura de ir gozar-te  
a dor de te deixar, brasileira terra,  
da minha gratidão assaz credora."

Trabalhou em Lisboa no Teatro da Rua dos Condes e depois, como sócio, no Ginásio.

Regressou a 8 de Junho de 1854, pelo *Leven*. Reapareceu a 25 do mesmo mês, nos protagonistas do drama *O meridiano e da comédia Dr. Grama*. Esteve depois alguns anos no Rio Grande. Morto João Caetano, trabalhou com o Furtado Coelho, no Ginásio, onde fez entre outros papéis o do barão no *Anjo da meia noite*. Retirando-se em meio da carreira dêsse drama, foi substituído pelo Guilherme de Aguiar. A última companhia em que trabalhou foi a da Ismenia dos Santos, no Variedades.

Faleceu nesta cidade a 18 de Janeiro de 1892.

Na sua "Palestra", do *O País*, de 23 de Maio de 1895, escreveu Arthur Azevedo:

"Coquelin, o grande Coquelin, que é um actor comico incomparavel, não vale como actor dramatico o que valia o defunto Arêas; que o digam o *D. Cesar de Bazan*, *Chamillac* e outros papéis que elle representou no Rio de Janeiro, sem os haver jamais representado em Paris".

Que é feito de tua arte? Ao gosto insano  
 exposta hoje — é cadaver insepulto!  
 Quanto ella em ti perdeu — no ardente culto,  
 o' grande actor sem mestre, o' João Caetano!

Talvez sem Bonaparte, — no proscenio  
 brasileiro expandia-se-te o genio,  
 em tão escassa esphera circunscripto!

Avulta, embora o theatro se degrade!  
 Tu que lhe deste immensa realidade  
 vaes possuindo proporções de um mytho.

Vasques ofereceu ao presidente da Republica uma medalha de ouro, executada nas oficinas da Casa da Moeda. No verso tinha o retrato de João Caetano e estes dizeres:

*João Caetano dos Santos — 1808 — 1863.*  
 e no anverso:

*A' Gloria do palco brasileiro — Maio 1891*

O filho de João Caetano entregou ao actor Vasques um ramo de flores com esta inscrição: "Ao actor Vasques gratidão dos filhos de João Caetano, 1-5-91".

Desde a véspera o promotor do monumento fez publicar nos jornais a seguinte declaração:

### ESTATUA DE JOÃO CAETANO

O actor Francisco Corrêa Vasques, tendo de realizar hoje, domingo, 3 de Maio de 1891, a uma hora da tarde, em frente á Escola de Bellas Artes, a inauguração da estatua do grande actor brasileiro João Caetano dos Santos e sendo este acto honrado com a presença do sr. Presidente da Republica, convida todos os artistas dramaticos para comparecerem a essa solemnnidade, afim de darem um sublime testemunho de respeito á memória do grande mestre, prestando-lhe todas as homenagens a que tem direito aquelle que foi o maior vulto da scena brasileira.

### PROGRAMMA

Logo que se apresente o sr. Presidente da Republica as bandas do Arsenal de Guerra e do Corpo de Policia exe-

cutarão o Hymno Nacional. Em seguida será tocado pelas mesmas bandas a symphonia do *Guarany*, de Carlos Gomes. Logo depois o actor Vasques solicitará ao sr. Presidente da Republica para rasgar o véo da estatua, que apparecerá ao som do Hymno Nacional, sendo executado logo após epela primeira vez no Brasil o hymno triumphal *Il Gottardo*, do maestro Ponchielli.

Nessa occasião o orador official tomará a palavra, podendo tambem fallar depois delle as pessoas que desejarem. A festa terminará tocando as duas bandas o grande *pot pourri* da opera *Gioconda*, e o Hymno Nacional.

O actor Vasques agradece aos generaes Bernardo Vasques e Costa Pimentel a gentileza com que cederam as duas bandas, que serão regidas pelos seus respectivos maestros Antonio José dos Santos e Joaquim Garcia Godinho.

A parte decorativa da praça, onde se acha instalada a estatua, é devida á graciosidade dos artistas Manoel Tavares Coelho de Azevedo e Bento Antunes Pereira. O sr. Manoel Augusto de Mendonça prestou-se egualmente a fazer todo o trabalho de arborização.

A 1 hora da tarde.

O actor, *F. C. Vasques.*"

Atendendo ao convite compareceram vários artistas. Deram à noite espetáculos comemorativos os teatros Variedades, no qual a companhia Ismenia dos Santos representou a mágica *Frei Satanaz*, e a Phenix, que dedicou a récita ao Vasques, "por ter levado a effeito a sua grandiosa idéia, erigindo a estátua do maior vulto da cena brasileira, o imortal artista João Caetano. Representou-se a opereta *O pato de três bicos*. O corpo de coros cantou o Hymno João Caetano, letra de Arthur Azevedo, música de Abdon Milanez.

Quando Vasques ia entregar ao marechal Deodoro o cordão que devia desvendar a estátua, o pano verde que a cobria caiu por si mesmo. Na sua oração aquele ator recorda o apoio que recebeu do imperador, da princeza Isabel e do Conde d'Eu. A quantos que por qualquer forma lhe deram o seu amparo, Vasques distribuiu medalhas que tinham de um lado estes dizeres, rodeando uma coroa:

24 de Agosto de 1863

e do outro, estes:

Monumento a João Caetano.

Gratidão do Vasques."





A estatua.



Num dos espetáculos promovidos em favor da homenagem  
fôram largamente distribuídos estes versos:

**"A ARTE NÃO TEM PATRIA**

A casta deusa da arte  
vem hoje trajando gala,  
a bocca, porém, não fala.  
Como a mãe que perde o filho,  
Traz na mão uma saudade  
a procura deste grande arcano  
a quem a arte tanto o chora,  
o grande Thalma brasileiro,  
o immortal João Caetano.

O actor *Vasques*"

A estátua passou anos depois para o Campo de Sant'Ana; daí, a 23 de Agosto de 1916, foi transferida para a Praça Tiradentes, em frente ao Teatro São Pedro. No dia seguinte, 53º aniversário do falecimento de João Caetano foi retirado o pavilhão que a envolvia, falando, nessa ocasião, o doutor Benfica Nazareth Menezes, presidente da Caixa Beneficente Theatral. Na administração do interventor Adolpho Bergamini, a estátua, que havia sido retirada do jardim, quando se fizeram obras neste, foi colocada em frente ao teatro, com a face voltada para a Praça.

**JOÃO CAETANO AMOROSO**

Os contemporâneos de João Caetano são acordes em acentuar a prodigalidade com que êle foi tratado pela natureza. Fadas generosas assistiram, rodearam-lhe o berço e profetizaram que havia de ser belo, forte, insinuante, galanteador em cana e fora dela. E porque se confirmara êsses desígnios abriram-lhe facilmente os braços das mulheres. Demasiado amou. Citam-se várias figuras do palco que com um sorriso, um olhar um afago ou um beijo souberam domar e ter submissos a seus pés o impetuoso leão. Clara Riociolini foi uma delas. Era discípula de Terpsychore, bailou na companhia de São Pedro; não devia ter sido demorado o assedio difficil o triunfo. Outra: Antonina Marquelou, com maior preponderância, dada a multiplicidade das condições atraentes. Quando João Caetano a conheceu, tinha a Mar-

quelou 28 anos; êle mais duas dúzias, em 1860, época em que a sereia aquí chegou, vinda de Lisboa, a procura de colocação no teatro. Os discípulos de d. Juan alvoraçaram-se e trataram de empreender sem demora o cerco. Mas a caça dispunha da estratégia precisa para se defender e fugir-lhe na primeira escaramuça. Escriutrou-se no Ginásio e estreou no drama de Camillo Castelo Branco, *Espinho e flores*. Contrascenou com o Joaquim Augusto, e Heller, a Ludovina, filha de Gabriella de Vecchy. Correu nos círculos teatraes, célere, a notícia do sucesso decisivo que obtivera a estreante, não tanto como artista, mas principalmente, pelos seus predicados de mulher. A informação chegou aos ouvidos de João Caetano. Êle foi vê-la e no seu camarim modesto do antigo São Francisco de Paula a Marquelou teve a honra de receber a visita do maior dos artistas que representavam no Rio de Janeiro. Measureiro e gentil, o creador do *Antonio José* declarou-lhe que não pudera se eximir ao dever de felicitar a sua jovem colega, que tão bem ensaiava os seus passos no domínio de Thalia. A Marquelou embarçou-se, beijou a mão do mestre, limpou uma lágrima sensível. Quando João Caetano saiu, houve cochichos, comentários. Aquele milhafre era sempre perigoso no convívio das pombas...

— A Antonina está aí, está batendo as azas para o São Pedro; affirmou um maldizente.

— Pobre d. Estella! lamentou uma velha presente, referindo-se à mulher do conquistador, âquela hora entregue, descuidada, aos seus afazeres de mãe afetuosa, na casa da rua Lavradio, esquina de Senado.

Falharam as previsões. A Marquelou não foi para o São Pedro. Ficou no Ginásio, interveio nas *Duas épocas da vida*, de Ernesto Biester, no *Tio Paulo*, de Júlio Cesar Machado, no *Grumete*. Também João Caetano não voltou mais ao São Francisco, que ficava a poucos passos do Rocio.

Um dia notícia imprevista espalhou-se nos arraiais do teatro. A Marquelou, que tão bem soubera conquistar a platêa, tão carinhosamente animada pelo público, ia sair do Ginásio. Alegara a necessidade imprescindível de regressar a Lisboa e tomara passagem no paquete *Guyenne*, que levantaria ferro para a Europa a 25 de Setembro daquele ano. E notavam todos a coincidência: no mesmo *Guyenne* embarcaria o João Caetano, para atender, em Lisboa, ao convite que lhe dirigiram Castilho e outros homens de letras d'alí...

Chegados à capital portugêsa, o ator brasileiro, cauteloso, discreto, hospedou-se no Hotel Ascensão, á rua Nova do



A atriz Antonina Marquelon





Carmo e tomou apartamentos para a sua colega no Hotel Aliança, à rua do Alecrim.

Julio Cesar Machado, em um dos seus folhetins, conta interessante episódio de um rôl de roupa passado durante a permanência dos dois artistas em Lisboa.

Voltaram de Portugal no ano seguinte e ela teve, então, o seu contrato para o São Pedro. Começou fazendo a Dalila, no *Samsão* de José Romano. Trabalhou depois ao lado do mestre numa comédia de Sardou. "Os nossos íntimos". João Caetano desempenhava o papel do bom amigo que conseguia, pela persuasão e pela assistência constante, evitar que uma dama virtuosa, cedesse aos rogos de um Romeu. Satanaz, no declínio da mocidade tomando o aspecto de ermitão... A vida tem dessas ironias.

Depois adoeceu, afastou-se do palco, morreu o conquistador. Antonina Marquelou andou por outros teatros, fez ao que a crônica regista o rôl da roupa de mais dois empresários, o Guilherme da Silveira e outro, que lhe deu a direção dos negócios para assistir ao consumo de algumas dezenas de contos de réis. Passou de nôvo a contratada e, como no seu peregrinar pelo mundo foi fertil de coincidências, coube-lhe por último papel a Carmen, no *Pequilo de Alliaga*, em Março de 1877, no São Pedro, representado com o nome de *Os três castelos de Espanha*, a Carmen, que teve por intérprete, na primitiva, em 1850, a mulher legítima de João Caetano...

Quatro meses depois, a 18 de Julho, uma erisipela perniciosa matava a Marquelou aos 45 anos de idade.

## O PRESTÍGIO DE UM ATOR

Raros são os atores brasileiros, desde os primórdios de nosso teatro, que têm conseguido admissão nos centros da primeira sociedade e mesmo na intimidade das famílias cariocas. Sempre se manifestou um injustificado escrúpulo de considerá-los dignos da convivência com pessoas estranhas ao palco. Eram julgados não só aqui, mas em tôda a parte, criaturas inferiores, que deviam ser convenientemente afastadas.

Época houve em que às mulheres se proibia terminantemente que adotassem a carreira de *cômicas*, dando-se aos homens a tarefa de fazer os papeis que deviam ser atribuídos àquelas. E por muito tempo a igreja negou aos profissionais do teatro o direito de serem sepultados em lugar sagrado.

Durante o domínio de Napoleão quebrou-se esse rigor. O imperador distinguia Talma com a sua amizade e, mesmo antes, a rígida corte britânica permitia que Shakespeare fôsse recebido para ler aos ouvintes reais excertos das suas tragédia. Mas Shakespeare e Talma são exceções da era em que floresceram gênios, que se distiguiram e se tornaram, por isso, dignos de tôdas as homenagens. A regra geral, ainda nos dias de hoje, é conhecer os artistas de teatro no palco apenas, e vê-los com indiferença nas ruas.

Todavia, o maior dos artistas que a cena brasileira tem tido até hoje, João Caetano, vivia, fora do teatro, num círculo de grande elevação social. Entre os seus amigos contavam-se o marquês de Paraná e o visconde de Sepetiba, êste pessoa familiar ao Paço e aquele talvez o chefe de partido que maior poder enfeixou nas suas mãos, o homem "que não se curvava", na frase de d. Pedro II.

Sepetiba (Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho) foi um dos padrinhos de casamento de João Caetano dos Santos com Estella Sezefreda, quando se encontrava no exercício de presidente da antiga província do Rio de Janeiro. Cumulou João Caetano de atenções, facilitou-lhe tôdas as pretensões artísticas na capital da província.

Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão) ajudou-o a reconstruir o São Pedro de Alcântara, quando o incêndio, pela terceira vez, reduziu a um montão de escombros o velho teatro do Rocio.

Conta-se mesmo que, assistindo à sua completa ruina, desanimado, em frente do local, na madrugada do sinistro, João Caetano sentiu que mão amiga lhe pousava afetuosamente no ombro. Voltando-se, deparou com o marquês de Paraná, que lhe disse:

—Descança, João Caetano. Teu teatro será reconstruído.

Durante a curta enfermidade que o matou, o marquês de Paraná foi constantemente visita-lo, na sua casa do Caminho Nôvo de Botafogo, não só pelos membros do Ministério que organizou e cuja chefia exerceu até expirar, como por grande número de correligionários e amigos. Entre estes, via-se sempre, acabrunhadíssimo pela moléstia que progredia, o ator João Caetano.

E' de notar que, exercendo tão grande influência no cenário político e sendo o diretor de homens do valor de Caxias, Paranhos, Couto Ferraz, Nabuco de Araujo e Cotegipe, foi morrer Paraná nos braços de João Caetano. Isto



Um dos ultimos retratos de João Caetano.





evidencia o conceito em que o artista brasileiro era tido na família do notável estadista, que lhe permitia, em instantes de tamanha gravidade e de tão grande dor, o ingresso no quarto onde Paraná agonizava.

Não é uma afirmação imprecisa a que se faz.

Um poeta da época, o baiano Manuel Pessoa da Silva, publicou um poema dedicado à vida do chefe do Conselho de Ministros de 1853-1856, "O marquês de Paraná, impresso na tipografia de Antonio Olavo da França Guerra, rua do Tira o Chapéu, n. 3.

Os versos finais do poema são êstes:

*E o gênio da política fenece  
nos braços do imortal gênio da cena.*

Em uma nota explicativa assegura o autor:

"Refiro-me ao sr. João Caetano dos Santos que, por suas distintíssimas e raras qualidades, honrando os homens, pelo seu admirável talento artístico, é uma verdadeira glória para seu país e é uma admiração para os estranhos, quando o contemplam na cena.

Amigo dedicado e grato do marquês, êle compreendeu tôda a religião da amizade, quando nos seus braços recebeu o suspiro último daquele a quem prezara tanto e de quem não se esquecerá nunca".

O poeta Manuel Pessoa da Silva, com o posto de alferes, tomara parte na revolução de 7 de Novembro de 1837, vulgarmente conhecida pelo nome de *Sabinada*, num dos corpos organizados no Recôncavo, pelo govêrno, para restabelecimento da ordem. Além do poema consagrado ao marquês de Paraná, escreveu e publicou outros, sendo o de maior voga, o intitulado "O vinte e nove de Setembro ou a escapula do Diabo", poema heroe-cômico-satírico.

Conta-nos Sacramento Blake que êsse poema valeu ao autor um processo pelas alusões contidas na descrição de uma viagem feita à Baía por um cônego *casado*, de nome Castanheira, acompanhando a família do presidente nomeado para sufocar a rebelião praieira.

O cônego J. Cajueiro, que com efeito para alí seguiu com a família do dr. Manuel Vieira Tosta, depois marquês de Muritiba, viu na referência uma clara alusão à sua pessoa e tentou contra o poeta um processo-crime, que aliás não foi adiante.

## JOSÉ DE ALENCAR E JOÃO CAETANO

Além da subvenção que lhe era dada pela antiga província do Rio de Janeiro, para a realização de espetáculos no teatro da outrora Vila Real da Praia Grande, João Caetano recebeu vários auxílios do governo central. Começou a gozá-los em 1837, quando era empresário do Constitucioinal Fluminense. As duas casas do Parlamento votaram a instituição de duas loterias para ser extraídas durante seis anos, em proveito daquele teatro e a concessão foi regulada pelo decreto n. 154, de 30 de Novembro do referido ano. Em 1838, por terminação de seu contrato, o ator-empresário deixou o teatro do Rocio e passou o auxílio a ser dado à companhia que ali foi trabalhar.

Achando-se em 1847 no Teatro de São Francisco de Paula, obteve a concessão pessoal de dois contos de réis mensais (decreto n. 474, de 15 de Setembro), conseguida pela tenacidade do deputado Dias da Motta; em 1853, foi prorrogada a concessão, que cinco anos mais tarde teve elevação para o dôbro. Em 1861, ao serem votados os orçamentos, foi eliminada a verba, que favorecia a João Caetano, já incluída nas despesas do Ministério do Império, atribuindo-se o gesto à influência de José de Alencar, visto não ter querido João Caetano pôr em cena, no São Pedro, o drama *O jesuíta*, daquele escritor, impedido de ser representado mais tarde por decisão do Conservatório Dramático.

No prólogo de *O jesuíta*, quando imprimiu o drama, o romancista cearense nada orienta a respeito da recusa. Conta que o empresário era obrigado, por força de seu contrato, nos dias de gala, representar de preferência originais brasileiros e louva o gênio do artista dizendo serem para ele dispensáveis as rubricas da peça.

Lêem-se naquele prólogo os trechos seguintes:

“Já tinham passado as velleidades theatraes que produziram *Verso e reverso*, *Demonio familiar*, *Credito*, *As azas de um anjo*, *Mãe e Expição*; e já me havia de sobra convencido de que a platea fluminense estava em anachronismo de um seculo com as ideas do escriptor, quando João Caetano mostrou-me desejos de representar um drama brasileiro, para solennizar a grande festa nacional no dia 7 de Setembro de 1861.

A empresa do Theatro São Pedro de Alcantara recebia uma subvenção do Estado como auxilio ao desenvolvimento da arte dramatica; e era obrigada por um contrato a montar peças brasileiras de preferencia a estrangeiras, determinadamente nos dias de gala. Dessa obrigação eximia-se ella com a razão da falta de obras originaes dignas da scena. E' certo que não appareciam os dramas originaes; mas por culpa do governo. Mais por deante, quando occuparme do misero estado do nosso theatro, direi o modo, aliás muito simples, de termos excellentes autores dramaticos: Está entendido que não fallo de mim; é possivel que ainda escreva alguma obra do genero, mas para o theatro de papel, onde ainda vemos as tragedias antigas e os dramas romanticos; para o theatro da roça, desta roça cortezá, é que, de certo, não escreveria nem a comedia de Aristophanes: seria grego.

A honra de fornecer ao grande actor brasileiro a estrutura para uma de suas admiraveis creações, excitou-me a arrostar temerariamente a ardua empreza.

Creio bem que nunca cederia a essa tentação litteraria se outros se houvessem antecipado."

Em seguida narra José de Alencar como chegou à escolha do assunto de *O jesuíta*. Uma peça histórica, reivindicadora dos direitos à glória, como seria o da restauração de Pernambuco, dando a Vidal de Negreiros, brasileiro, o papel attribuído a Fernandes Vieira, português, talvez não fôsse aceita pelo público.

E José de Alencar explica:

"A platéa do theatro de São Pedro, então, como hoje, não supportaria semelhante reivindicação historica. Dou-lhe toda a razão; é portugueza na sua maxima parte e tanto deve comprazer-se na commemoração de suas glorias nacionaes, como aborrecer-se dos confrontos desfavoraveis."

E prosegue:

"E", porém, triste e deploravel que nesta cidade de trezentas mil almas, capital do imperio brasileiro, haja um publico entusiasta para applaudir

as glórias alheias e não appareça nem a sombra delle quando se trata de nossa historia, de nossas tradições, de nossos costumes, do que é a nossa alma de povo. Chego a crer que se algum bombastico escriptor portuguez se lembrasse de apresentar o Pinto Madeira ou o Fidié para cantar em prosa e verso uma louca tentativa de restauração do d. Pedro I, com o pensamento de restituir a Portugal suas possessões de além-mar, esse dramalhão ou coisa que o valha obteria um triumpho esplendido no Rio de Janeiro”.

João Caetano recusou a peça talvez pelas mesmas razões que determinaram ao Conservatório a sua interdição, embora depois levantada: o principio religioso. Daí a queda da subvenção concedida ao empresário do São Pedro.

Motivos particulares, tal como a repulsa de João Caetano à pretensão de José de Alencar à mão de uma das irmãs do artista, são meras fantasias, porque em 1861 aquella parenta do ator, mais edosa sete anos do que Alencar, já era espôsa de outro.

Vê-se, também, pelas palavras do autor d'*O Guarani*, atrás transcritas, que a quebra de relações não proveio da rejeição da comédia *As asas de um anjo*, como pretende Mello Moraes Filho. A comédia data de 1858 e tres anos depois João Caetano solicitava uma peça a José de Alencar.

Morto João Caetano, evitou José de Alencar referir-se ao incidente, quando publicou em volume o seu drama e até no prefácio tem para o grande artista lisonjeiras referências, como as já transcritas e mais estas:

“... o genio de João Caetano não cabia em um destes papeis escriptos para serem recitados como peça oratoria. Nesse dia em que se commemora a grande festa nacional era um dever para elle, solennizando os fastos brasileiros, associar á gloria da liberdade essa outra gloria da arte, igualmente esplendida. O papel do grande actor tinha de ser apenas o esboço da estatua que elle, o sublime escultor das paixões, moldaria em scena, ao fogo da inspiração. Cumpria que nelle, e exclusivamente nelle, nos recessos de sua alma, se agitasse o drama vehemente de que a scena não apresentaria senão a repercussão”.

Alencar fez-lhe a justiça merecida, reconhecendo-lhe o valor; não resta dúvida, todavia, que é a elle que João Caetano se refere na carta endereçada á marquesa de Olinda, quando alude à "vingança de um homem", vingança que o fez horrorizar-se da morte, quando esta já o enleava, pelo estado de penúria em que, perdida a subvenção, deixaria os filhos.

O *jesuíta* foi levado à cena no Teatro São Luiz, a 18 de Setembro de 1875, fazendo o ator Dias Braga o papel que Alencar escreveu para João Caetano, sendo de notar que a figura do conde de Bobadella, uma das principais do drama, foi distribuída a Gusmão, ator que pertenceu à companhia de João Caetano.

A várias causas foi attribuído o insucesso da representação. A mais aceita até pelo próprio autor foi a má distribuição dos papeis. No começo de sua carreira faltavam a Dias Braga as qualidades exigidas pela gigantesca figura do grande sonhador com a liberdade pátria, que era o herói do drama. José de Alencar esperava que João Caetano "moldasse a sua estátua ao fogo da inspiração". O artista a quem se cometeu a tarefa na distribuição não dispunha naquela época do segredo de arrebatrar as multidões. E, porque *O jesuíta* teria de viver do seu intérprete principal, não interessou ao público e registou o êxito mediocre de que estaria livre, si 14 anos antes João Caetano aceitasse o encargo de pô-lo em cena.







INCONFIDENTES MINEIROS DESTERRADOS DA PÁTRIA

POR

**Nelson de Senna**





O *Diario Oficial*, de 2 de Abril de 1932, publicou a seguinte comunicação, no Expediente do Ministerio das Relações Exteriores:

"Sr. dr. Afranio de Mello Franco, m. d. ministro das Relações Exteriores da República.

O grato ensejo de estarem a pasta ou chancelaria dos Negócios Exteriores da República Brasileira e a nossa Embaixada junto ao Governo de Portugal ora ocupadas por dois eminentes filhos deste Estado de Minas Gerais, que é também o nosso berço natal, vem proporcionar-me o grato desempenho de um dever cívico, de ha muito acalentado em nosso espírito, como conterrâneos que somos dos ínclitos Inconfidentes Mineiros dos fins do século dezoito.

De ha muito no professorado da cadeira de História do Brasil, no Ginásio Oficial de Minas — ainda em Ouro Preto (1897), onde tivemos a honra de suceder, porém não de substituir, ao vosso ilustre irmão, o pranteado dr. Afonso Arinos de Mello Franco, glória das nossas letras, que fôra o titular daquela cadeira, desde a fundação do Ginásio (1890), na velha Capital Mineira — vimos cogitando dos meios de serem conseguidos, documentalmente, em Lisbôa e nos Governos Coloniais, das possessões portuguesas de Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique, quaisquer esclarecimentos e informações que nos façam bem conhecer a existência levada, nos pontos de destêrro ou degrêdo, no antigo Reino, e em África, pelos inditosos Inconfidentes idos de Minas Gerais, em cumprimento das penalidades que lhes foram impostas pelos acórdãos finais e definitivos da Alçada (em 18 e 20 de Abril e 2 e 9 de Maio de 1792), que julgou os réus da chamada Conjuração Mineira (1789-1792) e lhes deu diversos destinos.

Como bem sabeis, dos 35 réus processados como implicados naquela Conjuração da Inconfidência de Minas, nada

menos de 18 réus foram degredados e tomaram o caminho do destêrro, em terras e mares africanos; cinco outros foram exilados para o velho Reino, onde em prisões de Portugal se conservaram delidos alguns lustros (os cinco sacerdotes conjurados); seis outros foram absolvidos (seus nomes vão mais adeante mencionados); dois outros, que devem ser considerados réus de crimes comuns, à margem da Inconfidência, foram afinal degredados para Benguella (Angola), sendo que um deles foi o único a sofrer a pena ultrajante de galé, com trabalhos forçados; dois outros que haviam falecido na prisão durante o transcurso das duas Devassas (de Minas e do Rio), foram afinal declarados inocentes de culpa e pena; um havia aparecido misteriosamente morto no cubículo de sua detenção, em Vila Rica, dias depois de ter sido encarcerado, na Casa dos Contos; e um subira, gloriosamente, ao patíbulo, no Rio de Janeiro, como único réu de lésa-magestade, que veio a padecer morte natural, conforme a última decisão da Alçada. Os seus nomes vão adeante mencionados, com a minúcia possível de pormenores, para cada Inconfidente.

Se, pois, excetuarmos os doze réus seguintes: o notável advogado e laureado poeta dr. Claudio Manuel da Costa, cuja morte misteriosa ainda permanece um enigma, no tenebroso drama da Inconfidência, desde aquela sinistra madrugada ouro-pretana de 3 a 4 de Julho de 1789; o intemerato alferes J. J. da Silva Xavier — o *Tiradentes* — única e altíssima vítima justigada por enforcamento, a 21 de Abril de 1792, na cidade do Rio de Janeiro, por “considerada indigna da real clemência” de Maria I, na Carta-Régia de 15 de Outubro de 1790; os dois inocentes declarados sem culpa, mas que morreram, enquanto presos, um no Rio, o capitão Manuel Joaquim de Sá Pinto do Rêgo Fortes, e, outro, na cadeia de Vila Rica, Francisco José de Mello; os seis indicados presos, mandados afinal soltar pela Alçada e que foram, de um lado: Manoel da Costa Capanema e Francisco Soares de Mello, considerados suficientemente punidos com o tempo em que estiveram presos — e doutra parte: o padre Alexandre (escravo do padre Rollin); Domingos Fernandes dos Reis, João Francisco das Chagas e Manuel José de Miranda, os quais, aliás, só se viram em liberdade, após longos e cruciantes trinta e tantos meses de detenção rigorosa; e ainda os dois réus de crimes não propriamente de natureza política, mas que estiveram enredados nas malhas do processo da Conjuração Mineira,



como réus de delito comum, sendo que um dêsses presos foi o único réu punido com açoites e galés — José Borges Martins, por convicto de notória falsidade ou delação, com o seu cúmplice de falso testemunho — Fernando José Ribeiro — também degredado para Benguella, como torpe delator (mas que se presume ter ficado mesmo nas prisões do Rio de Janeiro): segue-se que, senhor Ministro, teremos tão sómente de saber e investigar o destino dos demais 23 réus julgados Inconfidentes; e dos 23 logo separaremos cinco — isto é, os ditos sacerdotes da Conspiração Mineira — que seguiram para os ergástulos das prisões portuguezas, como condenados à uma detenção que, — dado o silêncio a seu respeito nas sentenças da Alçada — se presume devesse ser *perpétua*; enquanto que os 18 restantes réus — civis e militares — se viram desterrados, uns *por toda a vida* e outros, *temporariamente*, para diversos pontos de degrêdo no continente e arquipélagos africanos.

Foi, pois, o final destino dessas 23 vítimas do despotismo colonial e exilados do Brasil, entre 5 de Maio e 25 de Junho de 1792, que sempre preocupou a nossa curiosidade de apaixonado indagador dos fatos da Historia Pátria; e por êsse motivo é que vimos invocar o alto patrocínio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, para essa empreitada patriótica de arrancarem-se do esquecimento memórias tão dignas do nosso preito republicano.

Passemos a examinar o que historicamente se conhece sobre êsses 23 Inconfidentes desterrados da Pátria tendo ido 18 para Africa e 5 para Portugal.

Em relação aos cinco *eclesiásticos* exilados para a metrópole, no continente europeu: — o conêgo Luiz Vieira da Silva, o vigário Carlos Corrêa de Toledo e Mello, e os padre Manuel Rodrigues da Costa, José da Silva de Oliveira Rollim e José de Oliveira Lopes, — é hoje sabido o seguinte: embora conservada sempre secreta a sentença que os condenou, presume-se, como acima o disemos, que sua prisão seria *perpétua* e devendo ser cumprida em Portugal, pois que todos juntos seguiram do Rio de Janeiro para Lisbôa (a bordo da fragata *Golphinho*, a 24 de Junho de 1792) e alí permaneceram encerrados na fortaleza de São Julião, à barra do Tejo, os primeiros quatro anos de sua

detenção (desde sua chegada ao Reino, em fins de Julho de 1792, até meados ou fins de 1796; depois dêsse prazo, foram removidos, separadamente, para vários aljubes e cenóbios monásticos, onde continuaram enclausurados mais alguns anos, só tendo até então morrido. — ainda quando na Fortaleza de São Julião, em Portugal— o padre José de Oliveira Lopes, que não resistiu aos rigores do encarceramento.

Dos outros quatro sacerdotes Inconfidentes, que sobreviveram ao padre José Lopes, na nossa antiga metrópole, o que se pôde até agora apurar é o que passamos a relatar, em seguida.

O antigo vigário de São João Del-Rei (hoje cidade de Tiradentes), *padre Carlos Corrêa de Toledo*, paulista, nascido em 1730, preso como Inconfidênte, desde 24 de Maio de 1789 e remetido de Vila Rica para os calabouços do Forte São José da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, onde já se achava enclausurado em 15 de Outubro dêsse ano, esteve encarcerado pouco mais de três anos no Brasil até á data de 24 de Junho de 1792, em que partiu com seus colegas Inconfidentes para Lisboa, a bordo da citada fragata *Golphinho*; e alí chegados, em fins de Julho de 1792, à capital portuguesa, êle e os quatro outros sacerdotes foram metidos nas prisões da Torre do Forte de São Julião (à barra do Tejo), passando na Fortaleza cêrca de quatro anos e sendo removido êle e mais três sacerdotes sobreviventes (pois o padre José Lopes já alí morrera) para vários Conventos de Frades sitos na metrópole e em cujos cárceres ou aljubes monásticos ficaram longos anos enclausurados, até recobram a liberdade, o que se verificou entre os anos de 1802 a 1804. Várias as versões sôbre o destino do padre Carlos de Toledo: enquanto uns autores admitem que houvesse ainda permanecido em Portugal, mesmo depois de sôlto, para frequentar a Universidade de Coimbra, onde se graduara em cânones, depois do que teria voltado ao Brasil para vir acabar seus dias, na então vila fluminense de Paratí — localidade não muito distante do seu torrão natal (Taubaté); outros escritores declaram que, após a sua longa e total prisão de quinze anos (desde Maio de 1789 até fins de 1804), estaria ainda em Lisboa se preparando para retornar à Pátria, quando faleceu em Portugal, aos 74 anos de idade, já livre do longo encarceramento sofrido em um Convento de Frades. Ainda há quem assevere que não chegou o padre Carlos a se ver libertado da prisão, e que teria morrido mesmo no cenóbio a que fôra recolhido, logo no início da

clausura monacal, em fins de 1796, depois de terminado o seu primeiro período de detenção por mais de quatro anos, a princípio no Forte de São Julião da Barra e depois mesmo nos cárceres do Limoeiro, donde o removeram para o Convento, em que veio a sucumbir.

Quanto ao *cônego Luiz Vieira* — o Sábio professor de Filosofia do Seminário de Mariana, ardente patriota, cultíssimo espírito literário, orador sacro de grande nomeada, em seu tempo, e mineiro nato (era natural do arraial de Soledade, perto do Santuário de Congonhas do Campo, onde nascera em 20 de Fevereiro de 1735) — apenas se sabe: que, preso desde Junho de 1789 e remetido de Vila Rica (Ouro Preto) para o Rio de Janeiro, em Outubro dêsse ano já estava encarcerado na Fortaleza da Ilha das Cobras, ali permanecendo até á data em que do Rio partiu exilado para Portugal, a bordo da citada fragata *Golphinho* (em 24 de Junho de 1792), chegando a Lisboa em fins do mês seguinte e sendo logo recolhido ao calabouço da Torre do Forte de São Julião. Aí se conservou preso mais de quatro anos, juntamente com os demais sacerdotes Inconfidentes (dos quais falecera o padre José Lopes, meses depois de lá internado); removidos que foram, em fins de 1796, para os cárceres de vários Conventos de Frades do velho Reino, o cônego Luiz Vieira e seus três colegas sobreviventes, apura-se tão sómente que foi o cônego marianense pôsto em liberdade, mais ou menos no ano de 1804, e que de Lisboa teria talvez embarcado de regresso à Patria, após 15 anos de prisão contínua (desde 1789 até 1804), perdendo-se de então em diante qualquer vestígio histórico ou de tradição sobre a presença dêle em terras brasileiras, pois que nada até agora foi possível apurar a respeito da sua volta e nova residência, data ou ano e lugar da sua morte, cá em nosso país.

O *padre Manuel Rodrigues*, após cêrca de 41 anos de prisão em Portugal, a contar de 1792, — já em 1803 estava de volta à sua histórica Fazenda do Registo-Velho, perto de Barbacena; daí assistiu e encorajou a Independência Nacional de 1822, pois não lhe arrefecera o ardor patriótico dos tempos da Inconfidência; foi ainda representatnte de Minas, não só na Assembléia Constituinte, como figurou entre os Deputados Gerais, eleitos por sua província natal, na legislatura de 1826, à Camara temporária do Império e, quasi nonagenário (nascera em 1754), faleceu a 19 de Janeiro de 1844, na cidade de Barbacena, com a dignidade de

cônego da Capela Imperial, havendo conservado sempre lucidez de espirito até ao momento de expirar.

Fato interessante é que, na Câmara dos Deputados do nascente Império, tomaram conjuntamente assento como representantes da província natal os dois antigos inconfidentes — cônego Manuel Rodrigues e Rezende Costa Filho (conselheiro Rezende Costa), que, 30 anos antes se haviam assentado no banco de “réus de lesa-majestade”, naquele mesmo histórico edificio da Cadeia Velha, quando a terrível Alçada fulminara com as mais atrozes sentenças os conspiradores mineiros.

O exaltado e valente patriota *padre Rollim* só foi solto, em Lisboa, em 1804 (ano e meio depois do seu colega padre Manuel Rodrigues da Costa), e foi graças a empenho do então embaixador francês, marechal Lannes junto ao Governo português, explicando-se aquele interesse do diplomata bonapartista pelo inconfidente Rollim, por causa da ascendência luso-francesa da família do sacerdote tejucano, que assim conseguiu rever a Pátria e pôde ainda, por muitos anos, viver no seu berço natal do Tijuco (hoje cidade de Diamantina), onde já se achava, em 1808, como capelão da Ordem Terceira de São Francisco. No torrão diamantinense viveu o padre Rollim até a idade de 88 anos, falecendo a 21 de Setembro de 1835, depois de ter visto proclamar a Independência Nacional e de haver conseguido a restituição de parte do produto de seus bens, que haviam sido sequestrados e postos em praça pelo Fisco Régio em consequência da sua ação como réu da Inconfidência de 1789.

---

Por conseguinte, sr. Ministro, os nomes e vultos que ainda nos restam a considerar — fôra os dos cinco sacerdotes exilados para Portugal — são os dos 18 seguintes Inconfidentes condenados ao degrêdo em vários presídios espalhados por terras e águas africanas, conforme passamos a enunciar:

— O *desembargador Thomaz Antonio Gonzaga*, condenado primeiramente a degrêdo por tôda a vida, para um presídio de Angola (Pedras Negras de Andongo, ou presídio de Pungo Andongo), foi pela final decisão da Alçada mandado em *degrêdo de 10 anos* para a praça forte de Moçambique; — o *coronel dr. Ignacio José de Alvarenga Peixoto*, que



fôra antes condenado à morte, teve a comutação da pena em *degrêdo perpétuo* para o território de Angola, primeiro para o presídio do pôrto de Donde, depois trocado pelo presídio do sertão de Ambaca; — o *tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade*, teve comutada a pena de morte para *degrêdo perpétuo* em Pedras de Angoche ou Angoxe (na costa de Moçambique); — o *engenheiro dr. José Alves Maciel* igualmente teve comutação da pena capital para *degrêdo ad-vitam* em Angola, no presídio de Massangorô; — e ainda degredados, *por tôda vida*, fôram: o *sargento-mór Luiz Vaz de Toledo Piza*, para o presídio angolense de Cambomba; o *coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes*, para o presídio benguelês de Bihé; o *tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira*, para o presídio angolano de Machimba; o *cirurgião Salvador Carvalho do Amaral Gurgel*, para o remoto presídio de Catalá, na costa de Moçambique (todos estes com a pena capital de enforcamento, comutada 'nesse horrivel *degrêdo perpétuo*, sem dúvida alguma bem peor que a morte pronta das execuções capitais).

Degredados por 10 *anos*, fôram, além do já aludido ouvidor Thomaz Antonio Gonzaga, estes outros inconfidentes: — o velho *capitão José de Rezende Costa*, com o seu filho de igual nome — o adolescente *José de Rezende Costa*, então, com menos de 20 *anos* — e o *dr. Domingos Vital Barbosa Lage* (que havia sido antes condenado à fôrça), sendo-lhes respectivamente comutada a pena capital para estes *degrêdos*: — o idoso *capitão Rezende Costa* para Bissau: seu jovem filho, para Vila da Praia, sede do govêrno de Cabo Verde; e o médico, *dr. Vital*, para a ilha de São Thiago de Cabo Verde (todos por 10 *anos*); — o *guarda-livros Vicente da Mota*, o *estalajadeiro*, queluziano *João da Costa Rodrigues* e o “piloto” ou *agrimensor* prático *Antônio de Oliveira Lopes*, que haviam sido primeiro e respectivamente condenados a *degrêdo* por tôda a vida para os seguintes presídios da Africa (Angoche, Nôvo Redondo e Caconda) obtiveram redução da pena de *degrêdo perpétuo* para 10 *anos*, mudados, porém, os seus pontos de *degrêdo* para a costa oriental africana, em presidios situados no território sujeito ao govêrno colonial da possessão de Moçambique, indo *Vicente Vieira da Mota* para o Rio de Sena (distrito de Sofala); *Japão Rodrigues*, para Monsevil — mas o verdadeiro nome é *Mos-sovil* ou *Massuril*; e *Antonio Lopes* para Macua. O *capitão João Dias da Motta*, condenado a 10 *anos* de *degrêdo* para Benguela, passou a ter outro ponto de cumprimento dessa



pena (o presídio de Cacheu, sito na Guiné); o *alferes do Regimento dos Pardos do Rio da Morte*, *Victorino Gonçalves Velloso*, primeiramente condenado a desterro por toda a vida para a "cidade de Angola" — pena que a Alçada lhe dera com o requinte cruel de ser o réu preliminarmente açoutado em público pelas ruas, levando enrolado ao pescoço o baraço com que devia rodar três vezes em tórno da fôrça, não obstante não ter sido condenado à morte — teve a pena reduzida para 10 anos, mudado, entretanto, o seu ponto de degrêdo para "Cabaceira Grande" (e não "Cabeceira Grande", como vem erradamente na cópia da sentença), na costa de Moçambique; finalmente, ao *coronel José Ayres Gomes* primeiramente condenado a degrêdo por toda a vida para o presídio de Ambaca, em Angola, foi minorada a sua pena, reduzida a *degrêdo temporário e apenas por oito anos*, mas a serem cumpridos em Inhambane (na África Oriental), em vez de Ambaca (na África Ocidental).

Do exposto se vê que a condenação do *coronel José Ayres* foi de tôdas a menor e mais breve de quantas penas decretou a terrível Alçada julgadora, nos seus successivos acórdãos do Rio de Janeiro, proferidos a 18 e 20 de Abril e a 2 e 9 de Maio de 1792, contra os Inconfidentes de Minas.

Quanto ao réu comum (falso delator), *Fernando José Ribeiro*, foi condenado primeiramente a degrêdo perpétuo para Benguela, tendo a Alçada depois lhe reduzido a pena para 10 *anosno* mesmo presídio africano daquele distrito de Angola, si bem que nada conste sôbre a sua partida para a África, presumindo-se que tenha mesmo ficado a cumprir sua pena nas masmorras da Capital brasileira.

Outro réu de baixa condição e julgado por crime comum de falso testemunho, na Inconfidência Mineira, como cúmplice da delação dolosa de Fernando José Ribeiro, foi o já referido *José Borges Martins*, único a ter sofrido realmente o castigo infame de açoutes públicos com a pena cominada de 10 anos de galés ou trabalhos forçados, que foi cumprir na Africa, tendo partido do Rio de Janeiro a 16 de Maio de 1792, em navio separado das naus, fragatas e corvetas de guerra, que conduziram em quatro levas, os Inconfidentes desterrados.

Uma vez executado o glorioso *Proto-Martyr Tiradentes*, no Rio de Janeiro, a 21 de Abril de 1792, cogitava logo o sombrio e implacavel vice-rei *Conde de Rezende* de aprestar as naus de guerra que deviam conduzir a seus destinos os Inconfidentes desterrados para as costas da África. Pelo que

não tardou que todos os Inconfidentes Mineiros desterrados partissem do Rio de Janeiro, rumo da África Ocidental e Oriental, em quatro levas, no ano de 1792, a 5 e 22 de Maio e a 24 e 25 de Junho. Nessas datas, seguiram tôdas as quatro turmas embarcadas em navios de guerra, para êsse fim apressados, levando severas instruções do vice-rei sôbre as escalas permitidas e quanto à vigilancia dos inditosos desterrados, que mesmo a bordo, deviam estar sempre incomunicáveis; e apenas seguiu, separadamente, o galé José Borges, em navio comum que partiu do Rio para Angola, em 16 de Maio de 1792. A *primeira leva ou turma*, composta de quatro degredados, seguiu com destino ao porto da Capital de Angola, na Africa Ocidental Portuguesa, sendo então embarcados os drs. Ignacio José de Alvarenga Peixoto e José Alves Maciel, o coronel Francisco Antonio de Oliveira Lopes e o sargento-mór Luiz Vaz de Toledo Piza, repartidos pelas duas corvetas *Nossa Senhora de Brótas* e *Nossa Senhora de Guadalupe*, que se fizeram de vela a 5 de Maio de 1792, levando seus comandantes instruções especiais, reservadas e rigorosíssimas, sôbre o transporte dos quatro condenados, que do Brasil primeiro seguiram para o degrêdo. Bem se pode calcular o que seria essa torturante travessia oceânica, para os desterrados, conservados presos e incomunicáveis, inda mesmo a bordo, naquelas antigas e desconfortáveis embarcações de navegação a vela, de marcha lenta, sujeitas às calmarias, através da imensidão do Atlântico, até se vencerem as 3.850 milhas marítimas entre o Rio de Janeiro e o pôrto de Lisbôa e mais as 1.050 léguas de navegação entre Lisbôa e São Paulo de Loanda, capital de Angola.

Na madrugada de 22 para 23 do mesmo mês de Maio, seguiu a *segunda e grande leva* de sete degredados, com destino ao pôrto da capital de Moçambique, na costa africana do Oceano Índico, sendo todos êles embarcados a bordo da grande nau da carreira da Índia — *Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal* — a qual levou para seus tão longinquos pontos de destêrro: o desembargador Thomaz Gonzaga, o capitão Vicente da Motta, o estalajadeiro João da Costa Rodrigues, o agrimensor ou “piloto” Antônio de Oliveira Lopes, o alferes Victoriano Velloso, o cirurgião-prático Salvador do Amaral Gurgel e o coronel José Ayres Gomes. Só da Capital brasileira à capital do antigo Reino, nossa ex-metrópole, era de 3.850 milhas marítimas a distância a navegar, como já vimos, devendo-se adicionar mais 1 880 léguas de navegação através do Atlântico e do

Oceano Indico, entre Lisboa e o porto de Moçambique, na ilha africana d'este nome:

A 24 do mês seguinte (Junho), dia festivo de São João, partiu do Rio com destino, escalado primeiro à Lisboa e daí rumo ao Golfo da Guiné e ilhas do Cabo Verde, a fragata real *Golphinho*, levando a *terceira e maior leva de presos* (nove), composta dos cinco Inconfidentes eclesiásticos já nomeados e dos quatro Inconfidentes civis — capitão José de Rezende Costa, dr. Domingos Vidal Barbosa Lage, estudante José de Rezende Costa Filho e capitão João Dias da Motta. Estes quatro últimos Inconfidentes deveriam ser depois directamente remetidos da capital da nossa metrópole para seus pontos de degrêdo, nas ilhas do Arquipélago português de Cabo Verde (situadas em águas africanas do Oceano Atlântico e a 450 léguas distantes de Lisboa), onde só aportaram — decorridos muitos meses e após longa travessia marítima desde o Brasil — em dias de Janeiro de 1793, aliviando-se, então, de sua carga de desterrados, aquela famosa e real fragata *Golphinho* (tão fatídica sempre para os Inconfidentes pois que nela já haviam sido transportados da Europa para o Rio de Janeiro — onde chegaram a 24 de Dezembro de 1790 — os terríveis juizes da segunda Alçada, que levou o dilatado espaço de três anos para julgar os Conjurados Mineiros); e que novamente se ligava ao triste destino ou mais fatis d'esses nossos compatriotas, levando do Rio de Janeiro para serem desembarcados na barra do Tejo os cinco sacerdotes logo recolhidos aos calabouços do Forte de São Julião da Barra e velejando de Lisboa para os degrêdos insulares de Cabo Verde e presidiós do mar de Guiné, a fim de ali deixarem os outros quatro Inconfidentes acima apontados.

Finalmente, a 25 de Junho de 1792, as corvetas — *Nossa Senhora da Conceição* e *Santa Rita* — recebiam a *quarta e derradeira leva* dos dois últimos condenados que de cá partiam para a África; o comandante do Regimento de Cavalaria ("Dragões" das Minas), o tão fidalgo quanto destemido e bondoso coronel Francisco de Paula Freire de Andrade — que era então reputado, aqui, "a segunda pessoa da Capitania"; em autoridade e influência, quando estalou a Conjuração — e o velho e abatidissimo coronel de milícias Domingos de Abrêu Vieira — português nato e antigo negociante na Baía e nas Minas — o qual, já paralítico, teve a acompanhá-lo espontaneamente no degrêdo seu fiel escravo; — o preto Nicolau — que nunca o abandonou na prisão e com ele foi

morrer no exílio, como um alto exemplo de bondade da raça negra.

Havéis de concordar, sr. Ministro, que o Brasil republicano, que a nossa Pátria, tem uma dívida sagrada a resgatar para com tão nobres vítimas do despotismo, arrancando-lhes os nomes do injusto olvido em que jazem esquecidos e apurando — inda que muito tardiamente, tudo quanto se refira à existência deles, em sua permanência nos lugares de degredo em que quasi todos se fiaram: A circunstância especial de serem filhos de Minas Gerais o actual chanceler, sr. dr. Afrânio de Mello Franco, e o sr. embaixador em Portugal, dr. José Bonifácio Ribeiro de Andrada, nos permite esperar que possam ser colhidas, por via official e diplomática, todas quantas possíveis informações existam nos arquivos portugueses de Lisboa e de suas possessões ultramarinas, em Angola, Cabo-Verde, Guiné e Moçambique, sobre a vida que lá levaram os nossos inditosos compatriotas desterrados do Brasil em 1792.

Quando, há 80 anos, o eminente historiador e diplomata, F. A. de Varnhagen (naes tarde *Visconde de Porto Seguro*), serviu na Legação do Brasil, em Lisboa, de 1842 a 1847, chegou a exclamar — e isto vem citado no 2º vol., pag. 1.035, da segunda edição de 1877, de sua "História do Brasil" — ao se referir aos Inconfidentes desterrados para a África: "...e por lá vieram a morrer, sem que até hoje almas patriotas tenham procurado fazer que voltem seus ossos a abrigar-se na terra da Pátria!"

Mas, em que obstem os 140 anos já decorridos desde esses desterros (contado o período de 1792 até a presente era de 1932); todos os esforços devem ser empregados pelo Governo Brasileiro junto às autoridades da Nação irmã, não só para que sejam feitas pesquisas em vários pontos dos presídios africanos, onde expiraram esses mártires da liberdade nacional, como para a possível, ainda que difficil, achada de seus ossos, cujo repatriamento se impõe, por satisfação de um nobre e indeclinável dever cívico e de humanidade. Dos arquivos civis, religiosos e militares de Lisboa, bem como das Secretarias do Patriarcado e da Nunciatura Apostólica, podem ser obtidas muitas revelações preciosas, para se apurar o que lá sofreram, na Torre do Forte de São Julião, nos calabouços do Limoeiro e nos cárceres monásticos, os padres Inconfidentes, descobrindo-se o



sigilo da morte do padre José Lopes de Oliveira, em São Julião da Barra, e dos presumidos falecimentos do padre Carlos de Toledo e do cônego Luiz Vieira, que muitos autores suspeitam haver ambos sucumbido, quando ainda enclausurados nas prisões dos Conventos portugueses, e não lerem, assim, podido regressar ao Brasil, como indubitavelmente aconteceu com os padres Manuel Rodrigues e J. de Oliveira Rollim, que conseguiram retornar à Patria.

Junto à administração colonial do Governo da Província de Angola (África Ocidental Portuguesa), não será impossível conseguir dados que recomponham os traços e episódios da vida que lá levaram — até seu final sucumbimento — os Inconfidentes dr. José Alves Maciel, coronel Freire de Andrade, coronel dr. Alvarenga Peixoto, coronel Francisco Antonio Lopes, coronel Domingos de Abreu Vieira e sargento-mór Luiz Vaz de Toledo Piza, nos presídios respectivos de Massangano, Pedras de Angoche, Ambaca, Bié, Machimba e Cambamba; enquanto que do Governo Geral da possessão de Moçambique (na África Oriental Portuguesa), por via sempre do Ministério das Colônias e Negócios Ultramarinos, se solicitariam todos os dados possíveis em relação aos Inconfidentes, que lá estiveram desterrados e lá vieram a morrer: o desembargador Gonzaga, na capital de Moçambique o coronel José Ayres, no presídio de Inhambane; o capitão Vicente Vieira da Motta, no presídio de Rio de Sena (distrito do Sofia); João da Costa Rodrigues, no presídio de Missuril ou Massovil; Antonio de Oliveira Lopes, no presídio de Macua; o alferes Victoriano Gonçalves Veloso, na Cabaceira Grande; e Salvador Gurgel, em Catalá; si é que, também, lá na África Oriental, não esteve desterrado e veio também a morrer, em Angoxe, o coronel Francisco de Paula, também dado com falecido em terras de Angola.

Do mesmo modo, perante a administração colonial do Arquipélago de Cabo-Verde, e da Guiné Portuguesa, se envidarão esforços no sentido de lá pesquisar tudo quanto possa se referir à vida dos Inconfidentes Rezende Costa (pai e filho), do dr. Domingos Vidal Barbosa Lage e do capitão João Dias da Mota, que ficaram cumprindo seu degredo na Vila da Praia e em Ribeira Grande (ilhas de Santo Antônio ou Santo Antão e de São Thiago), naquele arquipélago africano banhado por águas atlânticas sujeitas ao domínio colonial português.

---



É de notória escassez, como vimos de demonstrar, senhor Ministro, o conjunto de informações até hoje recolhidas, no dilatado espaço de quasi seculo e meio, relativamente à estada, modos de vida, sofrimentos, etc., dos Inconfidentes Mineiros, nos degrêdos e presídios africanos. Muito pouco o que até agora se pôde saber acêrca da triste vida levada por êsses compatriótas, na terra negra do destêrro. De 1782 até o presente ano de 1932, decorreram já 140 anos; mas ainda é bem possível que dos arquivos officiais portuguezes e de suas posseções ultramarinas se consigam, por esforços e diligência da Chancelaria Brasileira, da Embaxada do Brasil em Lisboa e dos nossos Consulados em África, melhores e mais abundantes informações, que permitam escrever-se ou completar-se êsse trágico capítulo da nossa história colonial.

Que ao menos a República Brasileira obtenha da República Portuguesa — nossa cara irmã e amiga — identificar as sepulturas de alguns dêsses martires do despotismo régio, nos tempos coloniais, e que fecharam os olhos, tão longe da Pátria sul-americana, morrendo e sendo soterrados no solo inóspito do forçado exito africano.

Por lá finaram nada menos de 17 inconfidentes, como passaremos a ver.

Em fins de 1800 ou começo morria o engenheiro José Alves Maciel, bem moço, antes de completar 40 anos de idade, em Massangano depois de oito anos de destêrro, naquêlê ardentíssimo e humido clima do território de Angola, entre os vales do Cuanza, do Lucala e do Mocoso. Escreveu depois o marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes, mineiro natural de São eSbastião de Mariana) que, quando serviu em Loanda, nos anos de 1798-1800 como ajudante de ordens do então governador geral de Angola, dr. Miguel de Mello, ainda lá vivia, desterrado, o engenheiro Alves Maciel, estando nêsse tempo incumbido de montar uma fábrica de ferro em Angola. Sete anos antes do dr. Maciel já tocara a vez de entregar a alma ao Creador, ao poeta e antigo magistrado, dr. Alvarenga Peixoto, que felecera a 1 de Janeiro de 1793, internado no presídio de Ambaca, às margens do Lucala, no distante sertão do Golungo-Alto, onde, sob o rigor do calor excessivo e humido da região êle veio a morrer, acabrunhado pelos máus tratos do ignóbil comandante do presídio, com menos de meio ano de destêrro; e, assim, consumido pela ação conjunta do clima, dos desgostos e torturas morais, tendo precocemente envelhecido antes de

completar os 50 anos de idade, lá expirou em Ambaca, bem ao Norte de Massangano, o inditoso Alvarenga, ao raiar o ano de 1793.

O médico Vidal Barbosa, vitimado pelas febres endêmicas, em plena mocidade, aos 32 anos (nascera em 1761), veio a succumbir oito meses depois de se achar desterrado na insalubre povoação da Ribeira Grande (na ilha de Santo Antão de Cabo Verde), onde apartára, como desterrado, em Janeiro de 1793. O quasi septuagenário e inválido coronel Domingos de Abreu Vieira (natural de Coucieiro, termo então de Viana do Minho, onde nascera, em 1724) já chegara a seu desterro, após tormentosa travessia oceânica, muito depauperado, quasi paralítico e sofrendo de outros achaques; e faleceu quatro ou cinco meses após sua internação (em fins de 1792), no presídio angolense de Machimba ou Maximbo, onde consta haver também logo depois morrido o seu fidelíssimo escravo e enfermeiro, o preto Nicolau, humilde personagem, a respeito de quem outras notícias se não apuraram. O capitão João Dias da Motta, desterrado para Cachen (presídio nas terras de Guiné e ao Norte de Bissau), mas que ficou a cumprir o degredo mesmo na pouco saudável ilha de Santo Antão, ou Santo Antonio (arquipélago de Cabo Verde) — onde desembarcára, em Janeiro de 1793, de bordo da *Golphinha* — ali também se finou ainda moço, aos 49 anos idade, nacera em 1744), em dias de Outubro de 1793 e um mês após a morte do doutor Vidal Barbosa, seu companheiro de desterro, na Ribeira Grande, onde ambos fôram consumidos pelas febres malignas ou perniciosas lá reinantes. O velho capitão José de Rezende Costa (nascido em 1728, na então freguesia de Praços, hoje cidade mineira) veio a falecer aos 70 anos de idade, em 1798, alquebrado pelas achaques, pela mudança de clima e pela avançada idade, na Capital do Arquipélgo de Cabo Verde, pois ali — por generosa benevolência do respectivo governador, de quem era secretário o generoso e distinto brasileiro e naturalista doutor João da Silva Feijó, fluminense, que para essa benévola concessão do seu superior hierárquico muito influu — ficara a cumprir o seu desterro temporário de 10 anos o velho Rezende Costa, em vez de ir para o degredo de Bissau (na Guiné), para onde a Alçada o deportára. O coronel José Ayres — o antigo fazendeiro da Borda do Campo, na Mantiqueira, e trisavô materno do atual embaixador do Brasil em Lisboa, sr. dr. José Bonifacio — veio a succumbir, já sexagenário, em fins de 1794, depois de cerca de dois anos de desterrado no lingoquo presídio de

Inbambane (África Oriental), para onde fôra cumprir a sua pena de oito anos de degrêdo, nesse alto e sombrio sertão ao Sul de Moçambique. O desembargador Gonzaga — o doce poeta da “Marília de Direeu” — preso no Brasil durante três anos, desde Maio de 1789 até Junho de 1792, deixara-se morrer na terra do seu destêrro, em 1807, aos 63 anos de idade, embora com a pena já terminada desde um lustro anterior (1802). Os 15 anos passados no destêrro haviam, porém transformado aquele brilhante espírito de há muito apagado, pois o acabrunhamento moral e uma forte misantropia quási tocando as raias da insânia, em suas crises nervosas, haviam aniquilado a saúde e eclipsado a inteligência do antigo magistrado e bardo de Vila Rica, cujos restos ficaram repousando em uma sepultura dentro da Sé Catedral de Moçambique, onde seu corpo foi inhumado há 125 anos.

Acabaram também os seus dias no destêrro africano: — João da Costa Rodrigues, antigo estalajadeiro da Varginha de Queluz, que expirou, *em data ignorada*, no presídio de Mas-suril ou Mossovil (forte de São José de Mossovil) na costa de Moçambique; — o alferes Victorino Gonçalves Velloso, mipeiro, nascido em 1738 — (era o único homem pardo dentre os Inconfidentes e tinha 51 anos, quando foi preso em 1789) e desterrado para a África em 1792, lá findou a existência, *em época desconhecida*, no degrêdo moçambicano fronteiro à fortaleza de São Sebastião de Moçambique e conhecido por “Cabaceira Grande” (e não Cabeceira Grande, como reza, erradamente, a cópia da sentença da Alçada); — o capitão Vicente Vieira da Motta (de profissão guarda livros e português nato, como era também o velho coronel Domingos de Abreu Vieira), igualmente sucumbiu, *em data incerta*, no remotíssimo presídio para onde fôra degredado — Rio de Séna, terra de cafres do território de Sofala (na África Oriental Portuguesa); — o agrimensor ou “piloto” de medições de terras, Antonio de Oliveira Lopes (êsse Inconfidente era outro português nato e aleijado, por seu habitual desmazêlo de vestuário: o “Fracas- Roupas”), também entregou a alma ao Creador, *em data que se ignora*, no afastadíssimo degrêdo de Maqua (em território de negros Batús, sujeito à jurisdição colonial portuguesa, ao norte de Moçambique): — e o cirurgião prático Salvador do Amaral Gurgel (fluminense), que veio a falecer, *em época do mesmo modo ignorada*, no seu degrêdo de Catalá (costa oriental africana).

Em terra continental do antigo Reino, — isto é, Portugal — veio primeiro a falecer, como já ficou dito, na fortaleza

de São Julião da Barra o Inconfidente *padre José de Oliveira Lopes* (entre fins de 1792 ou começos de 1793), meses após a sua chegada a Lisboa; e anos depois lá também falecia na antiga metrópole, outro sacerdote Inconfidente, o vigário Carlos de Toledo, que já tinha ali completado a sua *detenção* de quatro anos na fortaleza de São Julião, e fôra transferido, em fins de 1796, de Lisboa para um convento do interior do Reino, onde veio a morrer, segundo presumem vários autores, os quais contestam a mais fraca versão de ter o padre Carlos retornado ao Brasil, onde haveria, mais tarde expirado na vila fluminense de Parati.

O impávido *sargento-mór Luiz Vaz* (paulistano e irmão do referido Inconfidente vigário Carlos Toledo) foi um corajoso patriota, a quem a Alçada — após havê-lo primeiro condenado à pena última e “devendo ter a cabeça cortada depois de padecer morte na fôrca” — afinal comutou essa pena em degrêdo perpétuo para o presídio de Cambamba ou Cambambe, na ardente região tropical entre Angola e o Congo; e para ali seguiu, partindo do Rio de Janeiro, a 5 de Maio de 1792, na corveta *Nossa Senhora de Guadalupe*, com destino ao pôrto de São Paulo de Loanda, capital da possessão portuguesa de Angola. Havendo aportado a Loanda, meses após uma extenuadora travessia marítima pelo Atlântico entre a costa oriental da América do Sul e a costa ocidental africana, partiu *Luiz Vaz*, de Loanda para o interior de Angola, rumo ao ponto designado para seu degrêdo, no presídio de Cambambe, e ali morreu desterrado, *em ano e data que se ignoram*. Nascido em Taubaté (1740) e oriundo de nobre linhagem, tinha o sargento mór Luiz Vaz cêrca de 49 anos de idade, quando corajosa e espontâneamente se apresentou à prisão (fins de Maio de 1789), em São João d'ElRey, como um dos Conjurados Mineiros. O *coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes* — barbacense, nascido em 1750 e rico fazendeiro na Ponta do Môrro, vale do Rio das Mortes — não contava ainda 40 anos, quando foi preso como Inconfidente (Maio de 1789), sendo remetido para a cadeia de Vila Rica e daí, meses depois, para o Rio de Janeiro, em escolta especial do alferes de dragões, Joaquim José Ferreira. Chegando preso ao Rio, foi logo metido em carcere, mesmo nos baixos do Palacio do Vice-Rei (a 15 de outubro de 1789), onde hoje é o edificio da Repartição Geral dos Telégrafos, à praça Quinze de Novembro. Irmão e cunhado, respectivamente, de dois outros Inconfidentes (o padre José Lopes e o doutor Domingos Vidal), o obeso *coronel Francisco Antonio*, homem de físico apoplético e de espírito rude e pouco cultivado, pa-



deceu também os longos rigores de três anos de absoluto encarceramento e posterior desterro, sendo primeiro condenado à morte pela Alçada e depois comutada a sua pena capital em *degrêdo perpétuo* para o presídio ou posto militar de Bié (que fica no centro da Angola e bem afastada da costa do Atlântico na África Ocidental), para onde seguiu do Rio de Janeiro, a bordo da corveta *Nossa Senhora de Brotas*, a 5 de Maio de 1792. Chegando ao porto de Loanda, após longos meses de travessia oceânica, foi logo remetido para o insalubre presídio das margens dos Rio Bié ou Bié, em plena zona tórrida, cujo clima ardentíssimo, dentro de breves meses (1793), consumiu a vida do inditoso Inconfidente montanhês, o qual — criado e nascido na opulência de suas terras saudáveis do planalto mineiro da Mantiqueira — não pôde resistir ao meio doentio e mesquinho daquêle remoto degrêdo africano dos sertões de Angola.

---

Eis portanto, Sr. ministro Mello Franco, aduzidas — com desalinhavo de estilo, mas com sinceridade de propósitos e com a melhor intenção de patriotismo — as razões que nos levaram à presente representação, que nos animamos a fazer ao descendente de outro grande Mineiro — o doutor Francisco de Mello Franco — tão perseguido nos últimos tempos coloniais por aquêle mesmo poder despótico, que já tanto fizera sofrer aos Inconfidentes da Conjuração de 1789, pelo só e glorioso “delito” de amarem a sua Pátria e aspirarem a sua Liberdade ou Independência.

Resume-se, portanto a nossa patriótica sugestão em pedir-vos que o Ministério do Exterior promova, por entendimento diplomático da nossa Embaixada em Lisboa, junto ao Governo da Nação irmã, a obtenção de todos quantos esclarecimentos e informações existem nos arquivos oficiais da nossa ex-metrópole e suas dependências ultramarinas sobre a vida e falecimento dos Inconfidentes, que do Brasil foram desterrados, em 1792, para presídios de Angola, Cabo Verde, Guiné e Moçambique, identificando-se — caso ainda possível seja — os lugares de seu sepultamento, afim de se cogitar da oportuna remoção de seus ossos para condigno descanso em terra pátria.

E porque seja o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a mais venerável e antiga das nossas corporações intellectuais para o estudo do passado, sendo neste momento



aquella benemérita instituição até presidida por outro egrégio brasileiro e eminente filho de Minas Gerais, o sr. conde de Affonso Celso, justo nos parece que o illustre chanceler da República, ora à frente dos Negócios do Palácio Itamarati, encaminhe directamente para aquelle Instituto cópias de tôdas e quaisquer peças, documentos e informações que sejam obtidos das nobres autoridades portuguezas por via da nossa embaixada em Lisbôa, e em solução ao objectivo que temos em vista, ao vos dirigirmos, confiantemente, Sr. Ministro, esta humilde representação,

Com os mais altos protestos do nosso particular aprêço pessoal e subida consideração,

Vosso conterrâneo e admirador obrmo. *Nelson de Sena.*

Belo Horizonte (capital do Estado de Minas Gerais), aos 15 de Março de 1932.



Apontamentos sôbre os meios práticos de desenvolver  
o gôsto e a necessidade das Belas Artes no Rio de Janeiro

---

FEITOS POR ORDEM DE SUA Magestade Imperial  
O SENHOR DOM PEDRO II, IMPERADOR DO BRASIL

POR

Manuel de Araujo Porto Alegre





## Senhor

A Academia das Belas Artes, assim como as outras escolas de ensino, é um estabelecimento que prepara e não faz artistas; os que nascem neste viveiro são como as plantas que precisam, depois de um certo amanho, um terreno próprio e cuidados incessantes: esta segunda vida está toda fora do estabelecimento.

O maior engenho, uma dessas almas, como a de Leonardo da Vinci, ou Miguel Angelo, nada faria no Brasil, porque as belas-artes ainda não fazem parte da nossa vida social, quer no culto nacional, quer nas recompensas à virtude e ao heroísmo; ainda não temos esse amor do belo, que tanto distingue as raças que tomaram a dianteira na civilização moderna.

Quási todas as obras que o Governo mandou fazer até o presente demonstram estas verdades: e as dos particulares seguiram a mesma norma.

Alguma cousa da filosofia do balcão e a imperfeição com que temos recebido as doutrinas economistas, nos tem prendido no círculo das concorrências e do barato, e feito confundir quási sempre os produtos materiais da indústria com os produtos intellectuais das belas-artes.

Os grandes artistas não se formaram nas Academias, mas, sim, nas obras públicas: o gênio se manifesta nas escolas e se desenvolve no meio da sociedade; e a nossa sociedade está como Vossa Magestade Imperial bem sabe, e como claramente a definiu.

Não temos uma aristocracia como a da velha Europa, e nem na religião do patriotismo um artigo de fé consagrado às artes; o nosso espírito ainda se não libertou do hebraísmo colonial, porque olhamos desdenhosamente para as coisas que estão fora do círculo do positivo-concreto. E enquanto

durar este novo círculo de Popilio Lénas, o artista generoso, o homem das inspirações, não dará um só passo conveniente.

Para contrabalançar este estado de uma sociedade nova com perigosas creanças das nações decadentes, ou bárbaras, é essencialmente necessária a reação do Governo, e que esta seja feita de uma maneira pronta, enérgica e sucessiva; porque toda a civilização que parte do alto tem um cunho sagrado, legal, harmônico e progressivo. E para que este pensamento se não altere, não se modifique, subordinando-se à variedade moral e intelectual dos diferentes executores da lei, deve ter sua permanência na vontade do chefe imutável de tomar o caráter de uma crença nacional.

A história dos Medieis, a de Francisco I, a de Luiz XIV, a de Napoleão o grande, a de Luiz da Baviera, a de Carlos III, a de Luis Philippe, e de outros príncipes, demonstram o quanto pôde a vontade de um soberano.

O Governo del rei d. João VI teve o caráter do provisório, mesmo em todas as grandes vistas do anno de 1809: o rei e o seu ministro, que se mostraram dois homens progressistas, tiveram que lutar com a corte, com a metrópole; e com as idéias de uma época de decadência.

O Governo do senhor dom Pedro I não foi mais que o de uma época crítica, que começou por uma revolução e acabou por outra: em todas as suas criações houve o caráter do provisório: a confiança pública não tinha raizes no futuro.

O Governo das Regências continuou a época crítica, e foi de todos o mais provisório.

As artes pouco fizeram no reinado, nada aumentaram na criação do Imperio, e definharam ou quasi que desapareceram na Regência. As tentativas que houve foram baldadas, porque não tinham apoio no Governo.

De 1841 para cá é que o espirito público começa a volver-se um pouco para este lado do belo, mas nada se ha feito ainda de positivo e de durável: o espirito do provisório ainda paira sobre a nossa atmosfera social.

O Chefe da Nação não tem um palácio, e o Governo, os tribunais, e as escolas do alto ensino são inquietos, que mudam de domicilio continuamente. Este estado provisório deve ser combatido, porque infunde no moral do cidadão a convicção de que não ha estabilidade.



Em todo o provisório, principalmente ho desta espécie, há sempre um sacrificio do futuro ao passado, o triunfo da immobillidade e da rotina, e o cunho de uma decadência.

Si não podemos levar a economia do tempo ao ponto em que ella está na Inglaterra, também não devemos cair nos extremos em que a levam os Americanos do Norte, onde tudo se mede pelas probabilidades da vida individual.

A história da Academia das Belas Artes revela o pensamento do Governo, sempre contrariado pelas idéas do provisório, quer na sua edificação, quer no ensino; isto é, nas flutuações que sofrem durante e depois da sua construção, e no seu estado moral, confiada a estrangeiros, sem habilitações e egoistas.

De 1816 a 1826, ficou o Corpo Acadêmico sem nada fazer, porque nunca se lhe deu uma casa para trabalhar, nem mesmo áqueles que tanto a reclamavam. Houve o pensamento de collocar as aulas na casa chamada do Núncio; houve o de as mandar para a Guarda-Velha e houve o de se fazer um edificio proprio. Este último, mesmo durante a construção do edificio actual, passou por várias alternativas, a ponto de, em 1851, reaparecer a idéa de incorporar ao Erário a Casa da Academia, e mandar as aulas para a Guarda-Velha: o provisório renasceu!

A Academia de Belas-Artes existe porque Vossa Magestade, a tem amparado, pois conheço o espirito de uma boa parte das nossas sumidades políticas é a espécie da glória, a que mais aspiram. Com o movimento material e intellectual da actualidade, e com a direcção que lhes pôde dar o Governo, as artes farão algum progresso.

A Religião nada pede a ellas; os conventos já não parecem viveiros de homens instruídos, e as Ordens religiosas estão entregues a fanqueiros que baseiam o luxo e o esplendor do culto em sedas, galões e veludos que elles vendem.

A Música está em decadência, por que não tem raízes nacionaes: o Conservatório vive e em breve desaparecerá.

Para que as artes comecem a ter uma vida regular e floresçam pouco a pouco, para que ellas espalhem o seu benigno insufllo na moral pública, e na industria, é necessário que a familia artistica tenha um ponto de constante apoio no país, e este ponto é o Governo: o artista é precisamente aquelle homem da Escritura, que não vive só de pão.

Os meios de conseguir este "desideratum", tão fácil ao Poder, não ser expostos abreviadamente.

*Creação de uma Pinacoteca; construção de uma  
Necropolis; Creação de uma Comissão artística.*

A edificação e criação de uma Pinacoteca servirá de auxiliar ao ensino da Academia, de prática aos poucos existentes e de incentivo a todos os que aspiram deixar um nome.

Os pintores, e mesmo os escultores, com a criação dêsse arquivo nacional, trabalharão com gosto e na esperança de aí deixarem um documento de sua perícia; e com os painéis que temos, e com os que se fôrem adquirindo, poder-se-á obter o que as mais nações obtiveram; é uma obra lenta, mas segura, e de infalível resultado.

Os verdadeiros artistas preferem antes trabalhar anos em uma obra, que seja guardada num depósito público e permanente, do que se sacrificarem às eventualidades de um resultado incerto, mormente entre nós, onde tudo se conspira contra essa esperança que faz as delícias de uma vida.

Num país como o nosso, onde Vossa Magestade somente compra painéis e estátuas, sem para isto ter uma dotação, e onde as Secretarias de Estado, os Tribunais, e as casas dos grandes se fórram de papeis pintados, as artes não podem vigorar: a sua direção deve ser outra, e marchar do alto para baixo, do Góvêrno para o povo.

Os retratistas não carecem de tamanha animação, porque a sua arte favorece as necessidades da família, o egoismo e a vaidade pessoal; mas os arquitetos, escultores e pintores históricos não estão assim.

Na construção e organização de uma Necrópolis, de um cemitério, como o de Bolonha, na Italia, ou o moderno de Napoles, os arquitetos, escultores e pintores terão um vasto campo para as suas creações, e os particulares a constante necessidade de chamarem as artes para as suas criações e os particulares a constante necessidade de chamarem as artes para materializarem a saudade e o amor.

O terreno do Cajú oferece tudo quanto se pode desejar para efetuar uma obra desta ordem: ha nele espaço mais que sufficiente, e acidentes naturais próprios para aí se reunirem as belezas dos cometérios do Père la Chaise, e de Bolonha, como o estão na necrópolis napolitana.

Si à criação dêste monumento se juntar logo uma lei que imponha fortemente sôbre todos os artefatos de mármore que vierem de fora, e outra que franqueie livre de di-

reitos tãda a espécie de mármore ou pedra própria, o pensamento artístico não será anulado, e dará logo os frutos desejados.

Com esta proibição indireta dos monumentos funéreos, alcançaremos uma colônia de artistas, que virá logo estabelecer-se aqui, mormente sendo favorecida pela franqueza do que mais carece.

E si a esta concessão tão simples, cujos resultados foram tão eficazes nos Estados Unidos, e o tem sido de longa data em Roma, se juntar mais uma outra, qual a do principio que guiou a Inglaterra para fomentar e aperfeiçoar várias indústrias, em breve colherá o país ainda maiores resultados: — Dê-se um pequeno auxilio a todo o mármore brasileiro que fôr empregado, que em breve teremos uma nova indústria e com ela uma nova riqueza: serrarias e outras oficinas se hão de estabelecer.

No litoral do Brasil e perto dêle, nas márgens dos rios navegáveis, temos muitas pedras e mármore magníficos: Na Baía, ha jaspes e mármore, de côres; em Iguape, ha uma espécie de alabastro oriental e outros mármore; em Ipanema e Sorocaba, abunda uma espécie de Porto-venere; no Rio Grande, há de várias côres, e até um mármore como o de Paros; aqui, no Rio de Janeiro, ha um mármore branco, formosíssimo, e muito duro, assim como outras pedras calcáreas em tãda a extensão das margens do Paraíba. O mármore das vizinhanças de Macaé, por ser muito lamelar, é bellíssimo, depois de polido.

A reunião das quatro ordens terceiras em um só ponto, e cooperando para se fazer um só monumento, basta para a edificação de um magnífico cemitério com galerias e vergéis, onde o aspecto da morte se torne menos repugnante, e onde as artes aï vão depositar as suas mais sensíveis creações.

Como os arquitetos não podem viver sòmente da composição de alguns túmulos, e de algum edificio particular, o Góvêrno pode converter a sua arte em uma necessidade pública e colhêr dela para a civilização do país um duplo resultado.

A criação de uma Comissão composta de dois engenheiros civis, de dois arquitetos e de dois pintores, unida à Comissão de saúde pública, poderá vigiar sôbre tãda a sorte de construções e objetos d'arte que fôrem destinados para a vista do público.

Ela inspecionará a Necropolis, para que se não introduzam aí cópias desfiguradas, composições banais, e repetições, e exercerá aquela direção que é concentânea com as leis da Estética e do bom senso.

A Comissão será autorizada a criticar e indicar os erros em que caírem os compositores dos monumentos fúnebres, e, mesmo, recusar aqueles que estiverem fóra das conveniências locais e artísticas.

Inspecionará e terá as mesmas atribuições sôbre todos os edificios que se levantarem na Capital, e seu termo, para que a Cidade se não vá enchendo de disparates, e, peor ainda, consentindo na edificação de casas mal seguras, defeituosas na harmonia das linhas, e insalubres para os habitantes.

De uma comissão composta de homens de ciência, arte e gôsto, poderá o Govêrno colhêr muito bons resultados, assi mcomo o têm praticado as nações velhas.

Nas cidades de Paris, Londres, Viena, Berlim, e outras, ha uma Lei que marca a altura das casas em relação ás ruas, o pé direito dos diferentes andares, e até mesmo a maneira por que se devem fazer os andaimes: a física deve resolver êste problema de ventilação entre nós, o qual deve sofrer modificações consideráveis em presença de um clima como o nosso, e dos usos internos de nossos compatriotas.

Si os homens da Independência tivessem olhado um pouco para o material do país, a cidade do Rio de Janeiro, que dêsse tempo para cá tem-se quasi reformado, e crescido o duplo, teria tomado uma nova face, e não seria o que é, e o que vai sendo quotidianamente.

#### IDÉAS SUPLEMENTARES

Como para a reorganização da Academia das Belas-Artes e seu regular andamento se faz necessário um aumento no edificio, tomo a liberdade de expor aquí o que penso a respeito, e como mais um meio de sua pronta realização.

Da verba dos quarenta contos, concedidos para o aumento da rua Leopoldina, se tirarão vinte e quatro para o prolongo do andar superior da Academia, sem o qual não é possível o bom desempenho do nôvo programa dos estudos: não ha salas para as novas aulas, não ha uma conveniente para o estudo do modêlo vivo; não ha salas para os concursos, nem os cômodos para o mais. A sala do centro, destinada para a biblioteca, não serve para o modêlo vivo, por ser mal iluminada.



Creio que o sacrificio dos quarenta contos para a abertura da nova rua é compensado pelos bens immediatos que se vão colhêr; e que elle não merece ser feito com um edificio de dimensões mesquinhas. Não nego nesta nova abertura da rua Leopoldina nem cômodo, nem beleza, e nem utilidade pública, mas sim um nôvo embaraço e mais um depósito de lixo na cidade, como é o do terreno vazio que está na rua Leopoldina.

Com os dezeses contos que restam, se pode começar a Pinacoteca no terreno que se acha à direita da Academia. e com mais alguma coisa se acabára o seu exterior, visto não ter portas, nem janelas, e apenas uma entrada pela rua de São Jorge.

A abertura de um pedacinho de rua pode ainda adiar-se, porque dela não vem um fruto tão immediato e tão util como o da criação da Pinacoteca: é mais uma idéa, e mais um elemento de civilização, é mais uma escola de gôsto.

A utilidade da immediata conversão dêste capital nestas duas obras d'arte é tão óbvia, que dispensa tôda e qualquer demonstração.

A Academia só pode brilhar aonde está, e com a sua rua ainda mais mesquinha.

No desenvolvimento prático das idéas que tenho a honra de juntar aos primeiros apontamentos que fiz, está todo o bom fruto, que dêles e dêstes se pode esperar.

Beija as sagradas mãos de Vossa Magestade Imperial.  
subdito obediente e fiel criado.

*Manoel de Araujo Porto-Alegre.*

Rio de Janeiro, 4 de Dezembro de 1853.







ACTAS DAS SESSÕES DE 1932





## PRIMEIRA SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE ABRIL DE 1932

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

PRESIDENTE PERPETUO

As 17 horas, na sede social, abre-se a sessão, com a presença dos srs. conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Luiz Antônio Vieira Ferreira, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Thiers Fleming, Manuel Tavares Cavalcanti, Augusto Tavares de Lyra, José Maria Moreira Guimarães, Octavio Tarquínio de Souza, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Mario de Souza Ferreira, José Mattoso Maia Forte, Nicolau José Debané, Alfredo Ferreira Lage, Rodolfo Garcia, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Alexandre Emílio Sommier, Liberato Bittencourt, Virgílio Corrêa Filho e Emílio Fernandes de Souza Docca.

O SR. AGENOR DE ROURE lê as *Ephimérides Brasileiras*, do Barão do Rio-Branco, relativas à data.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*), diz que, tendo a satisfação de declarar abertas as sessões ordinárias do INSTITUTO no presente ano, fazia-o com absoluta confiança de que elas continuariam as altas tradições dos noventa e três períodos anteriores, pois contava com a capacidade e o devotamento dos seus prezados consócios, a todos os quais apresentava efusivas saudações.

Diz, em seguida, que tinha o pezar de notificar o falecimento dos seguintes sócios: Arthur Ferreira Machado Guimarães, Luiz Antônio Ferreira Gualberto e Ermelindo Agostinho de Leão, sobre quem se manifestaria oportunamente a sempre aplaudida eloquência do orador do INSTITUTO, sr. Ra-

miz Galvão. Na ata da sessão se consignaria o testemunho de pesar por estas perdas.

Propôs, depois, o sr. conde de Afonso Celso, com unânime adesão, que também na ata da sessão se inserisse a consternação profunda do INSTITUTO pelo desastre de que fôram vítimas o ministro José Americo de Almeida e outros ilustres brasileiros, quando cumpriam piedosa missão de confraternidade. O INSTITUTO formula fervorosos votos pelo pronto e total restabelecimento dos sobreviventes.

Sem debate e unânimemente aprovado o seguinte voto de congratulações:

"Propomos que o INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO apresente suas congratulações ao sr. Getulio Vargas, chefe do Governo Provisório, aos Estados de São Paulo e Minas Gerais e ao general A. Ximeno de Villeroy, árbitro pela decisão da antiga questão de limites entre esses Estados, fazendo sinceros votos, para que as demais pendências interestaduais tenham semelhante solução. Rio. 30 de Abril de 1932. — *Ramiz Galvão*. — *Moreira Guimarães*. — *Max Fleiuss*. — *Thiers Fleming*. — *A. L. Pereira Ferraz*. — *Luiz Felipe Vieira Souto*. — *Conde de Affonso Celso*"....

O SR. PRESIDENTE felicita especialmente o sr. Thiers Fleming, que esforçada e brilhantemente tem propugnado essas soluções.

Ainda o sr. PRESIDENTE agradece, em termos calorosos ao ilustre artista Henrique Berenardelli a preciosíssima dívida de magníficos trabalhos de seu irmão, o insigne escultor Rodolfo Bernardelli, ao INSTITUTO, trabalhos que vão opulentar as salas do museu e de conferências da associação.

O SR. MOREIRA GUIMARÃES propõe e é unânimemente aceito, sem debate, um voto de pesar pela morte do ilustre sociólogo e historiador sr. Manuel Bomfim, coestaduano de s. ex.

E' lido, pôsto em discussão e sem debate unânimemente aprovado, o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, relativo às contas e balancete até 31 de Dezembro de 1931, assinado pelos srs. Rodrigo Octavio, Alfredo Ferreira Lage, Agenor de Roure e Eduardo Marques Peixoto.

O SR. PRESIDENTE determina que seja arquivado e, em tempo, publicado na *Revista* o trabalho do sr. Nelson de Sena, sobre os *Inconfidentes Mineiros* desterrados.



Lembra ainda que a data do dia era assinalada por vários fatos notáveis, ocorridos desde 1531. Assim, a chegada a este porto da esquadra de Martim Afonso de Souza; a capitulação dos holandeses na Baía; a derrota dos navios lusitanos por navios brasileiros na Baía, na guerra da Independência; a inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil.

Dá, a seguir, a palavra ao sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, que trás ao conhecimento do INSTITUTO a existência de algumas cartas inéditas escritas por Honório Hermeto Carneiro Leão, ao depois marquês do Paraná, a José da Costa Carvalho, vindouro marquês de Monte Alegre, àquele tempo membro da Regência Trina. Dentre elas procede à leitura de duas de real interesse histórico: primeira, contendo censura ao procedimento do padre Feijó, então ministro da Justiça, pelo seu comparecimento a uma sociedade secreta; a segunda, de maior interesse, versando sobre a eleição do *regente uno* determinada pelo Ato Adicional, documento em o qual insistia por convencer a Costa Carvalho de se apresentar candidato contra o padre Feijó. Esta última deixa transparecer, através do estilo, o caráter forte, a franqueza rude e a coragem de atitudes que tanto notabilizaram aquele estadista.

(As palavras do sr. Leão Teixeira Filho despertam aplausos do auditório.)

Tem, depois, a palavra, o sr. Agenor de Roure, que, da tribuna, realiza a seguinte palestra, sobre o artigo publicado a 30 de Abril de 1822 pelo *Reverbero Constitucional Fluminense*.

"A Diretoria do INSTITUTO HISTÓRICO deu-me a incumbência de dizer algumas palavras sobre a data de hoje, que lembra um artigo de jornal publicado em 1822. Parece pouco para uma comemoração nesta benemérita instituição quasi centenária. Vereis que não é. Os grandes acontecimentos históricos resultam, às vezes, de pequenos incidentes da vida dos povos. Para afirmar esta verdade incontestável não é preciso ir até onde foi Pascal quando disse que "si o nariz de Cleópatra fôsse mais curto, teria mudado a face do Mundo"...

Um artigo de jornal... Não é nada, e é tudo! A questão está na repercussão que possa ter na opinião pública, dependendo isso do conceito em que é tido o jornalista, da sinceridade com que êle escreve e da harmonia entre o que êle escreve e o sentir geral da Nação. Digo isso com prazer, homem, que deve o pouco que vale à vida de imprensa du-

rante 25 anos, que ainda hoje não quer separar-se inteiramente dos companheiros de luta, e que se orgulha de figurar no quadro dos colaboradores efetivos do *Jornal de Comércio*. Por isso mesmo e mais porque nunca escreveu artigo que valha ser lembrado, estou bem para afirmar aquela verdade: um artigo escrito em linguagem elevada e sincera, traduzindo o pensamento coletivo, pôde determinar movimento de opinião que mude, melhor que o nariz de Cleópatra, não a face do Mundo, mas o rumo dos acontecimentos dentro do país...

No artigo que estamos recordando existiam as condições de aceitação e sinceridade do escritor e as de afinação com o pensamento popular. No Brasil inteiro crepita o fogo patriótico da revolta contra a obra de recolonização feita pelas Côrtes de Lisboa. A força da opinião pública era mais forte que a fôrça armada, vinda de Portugal, fê-la regressar, depois de ter feito embarcar a que aqui se achava. O entusiasmo crescente da população na defesa do Brasil já havia conquistado o "*Fico*", levava dom Pedro a crear o *Conselho de Procuradores das Províncias* e havia de levá-lo a aceitar o título de defensor perpétuo e a convocar a Constituinte.

O artigo que o *Reverbero* publicou a 30 de Abril de 1822 só podia ser atribuído a Ledo ou a Januário. Ambos defendiam, no momento, a causa nacional. E defendiam, com calor, na imprensa, na maçonaria, nos comícios, em tôda parte. Gozavam de bom conceito e eram sinceros. O seu pensamento encontrava eco na massa popular. O que êles e outros brasileiros da época diziam e faziam não podia deixar de refletir na opinião pública, que, em regra, não se engana com os falsos pregoeiros do patriotismo interesseiro. Os artigos do *Reverbero*, violentos contra o inimigo implacável e enérgicos na defesa da pátria ultrajada, provocavam entusiasmos, porque traduziam o estado d'alma do povo e porque o povo sabia que não havia neles despeito, rancor, idéa de vingança ou ambição de mando. Daí o verdadeiro movimento de opinião despertado pelo artigo de 30 de Abril. O barão do Rio-Branco, nas *Ephemérides*, afirma que causou vivo entusiasmo e que Ledo e Januário receberam cumprimentos de muitos cidadãos e fôram vitoriados nas ruas. Acrescentou: "Rompendo com tôdas as convenções que até então guardavam os patriotas brasileiros, animou-se Ledo a sugerir ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a independência do Brasil".

Vê-se que Rio-Branco atribuía a Ledo a autoria do artigo; mas Basilio de Magalhães, estudando os jornalistas da *Independência*, disse que êsse artigo vibrante “traía o estilo de Januário, dispensando-o de ufanar-se, como fez depois, de ser o autor exclusivo dêle”. Sabe-se, com certeza, que o *Reverbero* era escrito pelos dois notáveis vultos das lutas pela *Independência*. Começou a ser publicado em Setembro de 1821 e desapareceu em Outubro de 1822, quando Ledo e Januário tiveram de fugir para o estrangeiro, depois de realizada a obra patriótica, a que haviam dedicado todos os seus esforços. De um ou de outro, o artigo valia, não ha dúvida, por uma iniciativa corajosa. Era mais um elo partido da corrente que nos prendia à metrópole. Era um grito de indignação e um brado de alarma. Teve as honras de grande acontecimento e encheu de alegria a alma do povo. Nas sessões da Maçonaria, Ledo e Januário trabalhavam secretamente pela independência do Brasil. A representação dos oito mil fluminenses, em Dezembro de 1824, meses antes, já dizia que, si dom Pedro embarcasse para Portugal, deixaria atrás de si a independência: “O navio que reconduzir Sua Alteza aparecerá sôbre o Tejo com o pavilhão da Independência do Brasil”. Entendiam êsses milhares de fluminenses — e está dito na representação — que ao invés de ir estudar Economia política na Europa, como queriam as Côrtes de Lisboa, melhor estudaria e mais aprenderia visitando Dom Pedro o interior do Brasil...

O certo, porém, é que essas manifestações haviam ficado guardadas na Maçonaria e no Palácio. O artigo do *Reverbero* foi o grito dado na rua, eletrizando a população. Dom Pedro havia chegado de sua viagem a Minas, de onde voltou “naturalizado brasileiro”, como disse Varnhagen. Ao rapazote criado nas ruas estreitas do Rio de Janeiro, a exuberante natureza do solo mineiro havia impressionado profundamente, convencendo-o de que o Brasil imenso e fértil não devia continuar manietado, sem os meios de alcançar o progresso e de dar ao Mundo as riquezas que possuía. Vinha, pois, com boa disposição de espírito para aceitar idéas favoráveis à vida autônoma do país...

Chegou ao Rio a 25 de Abril de 1822. Espontaneamente, cinco dias antes do artigo do *Reverbero* escrevia ao pai, como conta Handermann, nestes termos:

Peço a V. M. que mande apresentar esta às Côrtes Geraes, para que elas saibam que a opinião brasileira e a de todo homem sensato que deseja a segurança e a integridade

da Monarquia, é que haja aqui Côrtes Gerais do Brasil, com atribuições legislativas; e, assim, ou as Côrtes Gerais do Reino Unido, em Lisboa, nos concedem, de bom grado, as nossas particulares, ou então *eu mesmo as convoco.*"

Fez mais, porque escreveu a José Bonifácio, então em Lisboa como deputado às Côrtes, remetendo cópia dessa e de outras cartas para que fôsem tornadas públicas. A carta ao *Patriarca*, publicada no livro de Varnhagen sôbre a *Independência*, tem a mesma data do artigo do *Reverbero*. Não é impossível que o desejo de divulgar e publicar o seu pensamento favorável à Constituinte, já expresso na carta ao Pai, fôsse uma consequência do artigo em questão.

Belo exemplo, êsse, de um Príncipe que governava discricionariamente; mas que, sentindo as palpitações da opinião pública, dispunha-se a realizar a vontade do povo, com ou sem assentimento da Metrópole!...

Desde Março, em conversa com o barão de Mareschal, Dom Pedro revelara tendências contra o absolutismo, disposto a aceitar a convocação de uma assembléia brasileira, independente da lusitana. Assim o artigo do *Reverbero* encontrava, no coração e no pensamento do príncipe *naturalizado* pela Natureza do Brasil, campo preparado para uma bôa acolhida.

Foi uma explosão de sentimentos até então recalçados por conveniência e alimentados secretamente. Foi o tiro de canhão que anunciou a hora da investida para o início de uma campanha a descoberto, depois de escaramuças e hostilidades preparatórias. Era o *monumento único* de que falava o artigo em questão. E o Príncipe começou a agir.

Quatro dias depois assinava êle o ato exigindo que os decretos das Côrtes de Lisboa não fôsem obedecidos sem o "*cumpra-se*" do Regente. Mais nove dias passados, aceitava o título de *Defensor Perpétuo do Brasil*. Decorridos novos 10 dias, recebia com agrado e simpatia a proposta do Senado da Câmara para a convocação da Constituinte. Acabou, por convocá-la 30 dias depois do artigo do *Reverbero*.

Parece, pois, incontestável que o artigo pôsto pelo grande Rio-Branco entre os acontecimentos notáveis da História do Brasil, teve realmente grande repercussão e concorreu para precipitar atitudes que estavam na vontade de todos e idéas que amadureciam nos corações brasileiros.

Não era ainda *Independência* oficialmente proclamada, pouco depois, no brado do Ipiranga; mas era a autonomia



ampla, obtida à revelia e contra a vontade da Metrópole: era uma independência de *fato*.

No artigo do *Reverbero Constitucional Fluminense* encontram-se, conjugados, los desejos de Constituinte e de independência. O primeiro foi logo satisfeito; e não ha dúvida que o artigo deve ter concorrido para isso, pela sua repercussão, pelo entusiasmo que produziu, pela coragem de atitudes definidas que provocou. Vou ler os trechos finais do artigo, curtos e incisivos. O estilo de sermão indica mais a autoria de Januário que a de Ledo. Ei-lo:

Sim, Príncipe, rasguemos o véu dos mistérios, rompa-se a nuvem que encobre o sol que deve ratar na esfera do Brasil. Eleve-se o templo da Liberdade Brasileira; forme-se nela o Livro da Lei que nos deve reger; e sôbre as bases já por nós juradas, em grande pompa seja conduzido e depositado sôbre as aras do Deus de nosso país; aí diante do Altíssimo, que tenha de ouvir e punir, se fôres traïdor, jura defendê-la e guardá-la à custa de teu próprio sangue; jura identificar-te com ela; o Deus dos Cristãos, a Constituição Brasileira e Pedro, eis os nossos votos, eis os votos de todos os brasileiros. Oh! dia da gloria! quanto és belo, até mesmo lóbrigado por entre as nevoas do futuro!... Príncipe, só assim baquearão de uma vez os 100 dragões que rugem e procuram devorar-nos. Não desprezes a gloria de ser fundador de um nôvo Imperio... O Brasil de joelhos te mostra o peito, e nele gravado, em letras de diamante, o teu nome. Não te assustem os pequenos princípios... Ah! si visses como é pobre a nascente dos dois gigantes da América, e como depois levam aos mares mais guerra do que tributos!... Príncipe, as nações tôdas têm um momento único, que não torna quando escapa, para estabelecerem os seus governos. O Rubicon passou-se: atrás fica o Inferno; adiante está o templo da immortalidade. *Redire sit nefas*.

Vê-se bem que o principal escopo do jornalista era — a Constituinte, para que o Brasil se regesse por uma lei nacional: — “*Forme-se o livro que nos deve reger*”, significa



que se desejava, antes de tudo, uma constituinte adaptada ao Brasil, sem o retôrno à situação de Colônia, depois de haver hospedado o Rei durante treze anos e depois de elevado a Reino. Logo depois, o artigo diz ainda: — “*O Deus dos Cristãos, a Constituição Brasileira e Pedro, eis os votos de todos os brasileiros*”. É ainda a idéa de fugir ao juramento das Bases e à submissão às Côrtes de Lisboa. Só depois veio a frase que traduz idéa de independência: — “*Não desprezes a glória de ser o fundador de um nôvo Império*”.

Essas coisas ditas com desassombro ao Príncipe Regente revelavam patriotismo e coragem, levando ao povo impaciente o conforto de uma esperança e a certeza de uma orientação segura na obra de salvação nacional, para a qual convergiam tôdas as atenções, todos os anhelos, todos os corações brasileiros, feridos nos seus sentimentos de dignidade. Fez bem o INSTITUTO HISTÓRICO em comemorar a data dêsse brado angustioso. As boas lições do passado devem ser sempre lembradas. Si não é verdadeiro o pensamento que diz só ser nôvo aquilo que já envelheceu, também não o é o outro que pede sempre coisas novas, ainda que não existam. Devemos buscar no Passado os exemplos que possam servir ao Presente.

Há instantes na vida dos povos, como aquele em que foi publicado o artigo do “*Reverbero*”, nos quais o bater isocrono dos corações, o unísono das vozes e a uniformidade das idéas exigem atitudes que não podem ser contrariadas, sem grave prejuízo para o sossêgo e para o bem da comunhão. D. Pedro compreendeu bem a situação e tinha mesmo o peito aberto, como aparelho receptor das ondas emitidas pelo pensamento coletivo do povo. Confrontadas as datas das manifestações daquela época em São Paulo, em Minas e no Rio, principalmente; e atendendo-se às distâncias e às dificuldades de comunicações, chegaremos forçosamente à conclusão de que a semelhança das atitudes revelavam a existência de uma Pátria no Brasil, apesar da dependência em que vivíamos. Sem um sentimento patriótico muito profundo, não seria possível o maravilhoso pipocar de protestos simultâneamente feitos em pontos afastados, e não seria também possível o atrevimento do artigo do *Reverbero* ameaçando o Príncipe com a punição do Altíssimo, si fosse traidor e não soubesse servir à causa nacional; e avisando-o ainda de que — “*as Nações têm um momento único, que não torna quando escapa, para esta*

*belecerem os seus governos: atrás fica o Inferno e adiante está o tempo da immortalidade".*

Estamos rendendo uma homenagem aos homens de 1822. É justa. Mas, não devemos limitar-nos a recordar. Porque não imitá-los? Como ha 110 anos, o Brasil se encontra num *désses momentos únicos, que não tornam, quando escapam*. Aproveitá-lo para fazer obra de patriotismo, é dever nosso. Pede-se hoje, como se pedia em 1822, — a Constituinte. Não há quem se oponha a ela. Nem poderia haver, pelas razões expostas em relação à data do artigo do *Reverbero*. Os brasileiros de hoje não são menos brasileiros nem são menos patriotas. Divergências, si ainda existem no momento em que falo, são pequenas, em questões de detalhes. Também naquele tempo existiam e mais profundas. Em 1822, estavam reunidos *em frente única*, como é moda dizer hoje, republicanos e monarquistas, exaltados e moderados. Juntava-os a força maior da defesa nacional, que fazia calar discordâmos, que gritavam dentro dêles sem poderem abafar a voz portentosa do patriotismo e quebrar a união sagrada em tôrno do Brasil estremecido...

Sejamos dignos do momento em que atravessamos, para que o INSTITUTO HISTÓRICO do ano dois mil possa dizer dos brasileiros de hoje o que o INSTITUTO HISTÓRICO de hoje tem dito e está dizendo dos de 1822. Aproveitemos o instante em que a alma nacional vibra e o pensamento dominante é um só — o da reconstrução nacional — para que, reunindo esforços e capacidades, conciliando opiniões e doutrinas, esquecendo ódios e ressentimentos, jogando fóra ambições e preconceitos, possamos lançar os alicerces de um Brasil Novo, que será o orgulho dos nossos filhos e netos, contentando-nos, nós outros, que vivemos esta hora difícil, com a satisfação de não havermos deixado escapar o *momento único* de que falou o *Reverbero* no artigo de 30 de Abril de 1822... (*Aplausos calorosos*).

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO, ao encerrar a sessão convida a todos os circunstantes para assistirem à sessão de 11 de Maio próximo, na qual se comemóra o centenário do nascimento do conselheiro Antônio Ferreira Vianna, sendo orador o sr. Rodrigo Octavio. — *Agenor de Roure*, segundo secretário.

SESSÃO 1.575 — 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS  
11 DE MAIO DE 1932

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

*Presidente perpétuo*

A's 17 horas, abre-se a sessão com a presença dos senhores conde de Afonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleuiss, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octávio de Langaard Menezes, Luiz Antônio Vieira da Silva, Luiz Felipe Vieira Souto, Nelson de Senna, Mário de Souza Ferreira, Fernando Luiz Vieira Ferreira, José Maria Moreira Guimarães, Alfredo Ferreira Lage, Emilio Fernandes de Sousa Docca, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Augusto de Lima, José Mattoso Maia Forte, Antônio Borges Leal Castello Branco, Liberato Bittencourt, Manuel Tavares Cavalcanti e Alexandre Emílio Sommier.

O SR. VIEIRA SOUTO (*secretário adjunto*) lê a ata da sessão anterior, que sem debate é unanimemente aprovada. Também procede à leitura das *Ephemérides Brasileiras* na parte em que se referem à data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (Presidente perpétuo) diz que, ao ter notícia do atentado contra o sr. Paul Doumer, a diretoria do INSTITUTO apressou-se em enviar suas condolências à Embaixada de França, por intermédio do consócio sr. Alfredo Lage. Espera que essa deliberação seja aprovada, bem como a proposta de exarar-se na ata um voto de consternação pela trágica morte daquele ilustre estadista, escritor e grande amigo que visitou um dia, inesperadamente, a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, da qual era professor e diretor o atual Presidente do INSTITUTO HISTÓRICO. Entrando, sem se fazer anunciar, na aula dêste, insistiu em sentar-se entre os alunos, de onde respondeu à saudação que lhe foi dirigida. Cativou a todos pela sua afabilidade que, unida a numerosos outros altos predicados, deu ao seu desaparecimento o caráter de luto universal.

Em seguida, diz o sr. PRESIDENTE que o INSTITUTO HISTÓRICO, sempre fiel à sua missão consagradora e glorificadora dos grandes nomes e dos nobres feitos, comemorando tôdas as nossas datas ilustres, salvo as oficiais, pois estas cabe ao poder público festejá-las, dedica a sessão do dia a Ferreira

Vianna, por motivo do centenário do seu natal, associando-se, assim, às gerais homenagens, que lhe estão sendo tributadas por seus talentos, saber, trabalhos, serviços e virtudes. Talentos, saber, trabalhos, serviços e virtudes, domésticas e cívicas patenteou êle tudo possuir, em grau exímio, de modo a merecer o culto devido aos nossos mais preclaros compatriotas. Político, parlamentar, administrador, estadista, pertence à plêiade dos Paraná, Rio-Branco, Saraiva, Martinho Campos, Paranaguá, Lafayette, Dantas, Cotegipe, João Alfredo, Ouro Preto, Vieira da Silva, Cruzeiro, Silveira Martins, Andrade Figueira, Paulino de Souza, Nabuco, Ruy Barbosa e outros que, em esferas diferentes, concorreram para tornar a era de dom Pedro II, o *Magnânimo*, assemelhável, quanto ao Brasil, às de Péricles, Augusto, Luiz XIV e Rainha Vitória, para os respectivos países. Jurisconsulto, advogado, homem de letras, jornalista, revelou sempre superioridade em extensa vida absolutamente digna e pura, na qual a iniciativa, a independência, o desassombro emparelhavam com a modéstia, a lhaneza e a bondade. A's fortes qualidades peculiares aos Riograndenses do Sul juntava as não menos valiosas de outras regiões brasileiras, as quais, digam o que disserem pessimistas e detratores, colocam o nosso povo entre os mais prendados e auspiciosos da terra. Podia dar testemunho pessoal de tais qualidades, porque tivera a felicidade e a honra de tratar de perto com êle, de quem guarda a preciosa relíquia de um retrato, com generosa dedicatória, quadro que oferece ao INSTITUTO para ser carinhosamente conservado na galeria das nossas sumidades, e ali exposto à veneração dos consócios e visitantes. Não entrou Ferreira Vianna para o grêmio do INSTITUTO porque, com escrúpulo delicado, mas contestável, declarava não cuidar especialmente do gênero de estudos ali cultivado; comungava, porém, nos ideais de ciência e patriotismo do mesmo INSTITUTO, era próximo parente da casa, membro da família espiritual, cujas sucessivas gerações ali se congrogam laborando vai para um século.

Com a habitual prestatça e cavalheirismo, aceitou a incumbência de expressar os sentimentos do INSTITUTO para com Ferreira Vianna alguém que, moral e mentalmente, se acha ao nível dêle, apresentando, com êle, numerosas afinidades — o senhor ministro Rodrigo Octavio, cuja competência escusava recordar, tanto a conhecem, respeitam, e admiram, não só o Instituto, como todo o Brasil intelectual, e elevadas autoridades estrangeiras, da Europa e da América.



Não querendo, nem devendo prostrar o encanto de ouvi-lo e de aplaudí-lo, cedia-lhe, agradecendo, a palavra, o senhor Presidente, convidando, ainda uma vez, a iluminar e florir a tribuna tão opulenta de ínclitas tradições. (*Calorosos aplausos*).

O SR. RODRIGO OCTAVIO, da tribuna, profere a seguinte conferência:

“Recebendo do nosso egrégio Presidente a honra insigne do convite para me ocupar, na sessão de hoje, da figura excelsa de Ferreira Vianna, não o recusei, sem atenção aos grandes afazeres que me assoberbam, levado por um sentimento de vaidade que não é o guia inspirador dos meus atos. Não recusei o convite, primeiro, porque difficil é recusar qualquer coisa que nos peça nosso querido chefe; segundo, porque o convite era para ocupar-me de Antonio Ferreira Vianna; e dos homens do Império, das grandes figuras desse período histórico que passou, essa, a de Ferreira Vianna, é aquela de que mais interessantes e copiosas reminiscências me ficaram.

Apesar da diferença de idade, eu, nos primeiros passos de minha vida pública, êle nos derradeiros anos de sua grande vida, circunstâncias especiais levaram-me a aproximar-me dêle e fruir, um pouco, de seu privilegiado convívio. Carlos de Carvalho, grande advogado e jurisconsulto, e, sob a República, grande ministro de Estado, amigo meu, em cujo escritório exercia a minha incipiente atividade profissional, era homem da máxima confiança de Ferreira Vianna, apesar de militarem em partidos políticos opostos, o que bem evidencia a superioridade de espirito de ambos; e diga-se, desde logo, que foi Ferreira Vianna, ministro conservador que deu a Carlos de Carvalho, liberal militante, neste Distrito, onde foi candidato a deputado, o título de conselheiro, altíssima distinção com que o Império galardoava os seus homens de saber e de estudo. Em 1887, assumindo Ferreira Vianna, no ministério João Alfredo, a gestão dos negócios da Justiça, chamou o doutor Carlos de Carvalho para o auxiliar na elaboração de projetos de reforma judiciária e outras que desejava realizar; e dessa forma, eu intimamente ligado à atividade profissional do grande advogado, tive muitas vezes de ir vê-lo, pela manhã, em casa do ministro, na rua do Catete, quasi ao chegar à Praça que, hoje, tem o nome de José de Alencar.



Alí, naturalmente, por diversas vezes, me encontrei com Ferreira Vianna, participando de sua cintilante conversa, como algumas vezes de seu parco almoço. Por essa ocasião, desejando eu fazer quadriênio de judicatura como uma segurança futura, nas incertezas da vida, começada sem amparo, foi Ferreira Vianna quem referendou o decreto de minha primeira nomeação como juiz municipal de Iguassú. E, circunstância interessante, êsse tirocínio de juiz, que então começou e breve terminou, em 1891, só retomou seu curso quasi 40 anos mais tarde, e é assim obscuro membro do mais alto Tribunal do país que venho hoje lembrar a vida e proclamar o valor daquele que me abriu as portas dessa carreira.

### O ESCRITÓRIO DE FERREIRA VIANNA

Aconteceu ainda que o escritório onde, por muitos anos, trabalhei na rua da Quitanda, era quasi vizinho da velha casa, hoje desaparecida, em cujo sobrado tinha Ferreira Vianna a sua ampla, prestigiosa e artisticamente guardada tenda de trabalho.

Tal circunstância nos proporcionava frequentes encontros na rua, detendo-nos em conversas, para mim, do maior atrativo, das quais muitas vezes o grande advogado me levava ao escritório para mostrar um livro velho, uma gravura curiosa.

O escritório de Ferreira Vianna, que ocupava tódo o andar de uma casa de construção antiga, com amplas salas de teto afunilado, era, apesar do movimento dos clientes que entravam e saíam, uma mansão de recolhimento pela solenidade dos velhos móveis coloniais, que a guardavam, dos quadros sacros e gravuras que lhe ornavam as paredes sombrias, pelo respeito quasi religioso com que alí reciprocamente se tratavam as pessoas.

Entre êsses quadros, avultava uma tela do velho pintor bávaro, Thomaz Driendl e da qual, apesar de se tratar de um retrato de Ferreira Vianna, eu não preciso retirar o qualificativo de sacro. Nela aparece, em atitude de êxtase, Ferreira Vianna, sentado numa larga cadeira de espaldar, em frente a uma grande mesa onde se espalham papeis e *in folios* abertos, tendo na mão direita a pena de onde saíram as cintilações de seu espírito e na esquerda um crucifixo de onde lhe vinham as inspirações de seus atos na vida; o peito à mostra por uma camisa branca, entre-aberta, e o corpo

envolvido nas largas dobras de uma veste negra que sempre se menciona, como sendo o hábito de São Francisco, mas que era a, por vezes, igualmente santa, toga de advogado. Isso mostra não só a cõr da vestimenta, como a borla de seda de que pende uma fita, que se vê saliente do lado do coração.

Com o hábito de São Francisco existe outra tela do mesmo Driendl, e que se acha no Hospital dos Lázaros e onde, de pé, Ferreira Vianna é representado, distribuindo pequenas medalhas aos infelizes enfermos.

Guiado na sua peregrinação terrena, por um grande sentimento de piedade humana, buscando a dôr e a desesperança onde elas se mostravam mais cruas e intensas, foi Ferreira Vianna um protetor dedicado dessa casa de tristeza. A respeito dela, conta-se que, em dia de festa, porque mesmo para lázaros pode haver dias de festa, encontrando-se ali com o imperador, o monarca, mostrando-lhe a legenda fatídica, inscrita na fachada do edificio, — *Lasciate ogni speranza o voi che intrate*, pediu-lhe que encontrasse um dístico que substituisse aquella inscrição infeliz, de tão manifesto desconσόlo. E alguns dias mais tarde, o imperador recebia a nova legenda, que, aprovada por êle, ali ainda hoje se lê: *Ne me quaesiveris extra*, palavra essas que, por certo, afastam dos que ali se recolhem o estigma de uma condenação sem remédio e a que, numa versão muito livre, Ferreira Vianna deu o sentido de — *não me julgueis pelo que mostro*.

#### AS EXPRESSÕES DO GRANDE MODELO

Essas duas telas são de alto valor artístico e sugestivo. Nelas, Driendl, que tinha por Ferreira Vianna uma apaixonada admiração, pôs todo seu talento, e talvez se possa dizer que nelas esgotou todo seu talento, pois que do artista bávaro, nada mais ficou que chegue à altura dessas obras magníficas que o amigo lhe inspirara; com elas pode-se, perfeitamente, fazer a ressurreição da figura do grande modelo; suave, transpirando infinita bondade, todo consolação e doçura, na tela dos Lázaros; irradiante de espiritualidade, eloquente, na tela do advogado, inspirando-se para aquilo que a pena lhe deve dar, para defesa dos direitos alheios, nas sugestões que da doutrina cristã lhe alimentavam o espírito.

Essas, sem dúvida, eram as duas expressões que frequentemente se traduziam na fisionomia de Ferreira Vianna. Na intimidade, na conversa despreocupada, no convívio so-

cial, jamais os traços do seu rosto fugiam daquela translucidez de quietude e de bondade.

Na tribuna, judiciária, parlamentar ou sacra, porque um breve apostólico franqueara a Ferreira Vianna os degraus do púlpito, era essa mesma figura, de bondade e serenidade, que se mantinha o mais do tempo e que só, nos momentos de arroubo, de entusiasmo, de ataque, se trocava pela outra máscara eloquente, penetrante, mas onde, embora por vezes agressiva e ferina, jamais se via o vinco da maldade e da indelicadeza.

Ao lado dessas expressões que o artista perpetua, deve aqui ser desde logo registado o traço de ironia que predominou no espírito de Ferreira Vianna, na conversa como na oração, entre dois casos, como entre dois argumentos, ironia cintilante e por vozes ferina, que, frequentemente, se desprendia súbita e oportuna dos lábios de Ferreira Vianna. Não era, porém, nem a maldade pura nem a grosseria difamante; fazia sorrir aos que o ouviam, mas não arrancava lágrima aos que elas visavam, embora doessem... E, circunstância digna de registo, foi a pessoa do imperador o alvo das mais causticantes ironias do grande orador, que para elas se serviu mesmo da tribuna parlamentar. Reside aí a máxima censura que se tem feito à atividade política de Ferreira Vianna.

### FERREIRA VIANNA E O IMPERADOR

Seu espírito sistemático de oposição ao imperador, levou-o a expressões que têm sido consideradas como dos mais determinantes elementos do desprestígio do monarca e do regime; partido de quem partiam, no lugar em que eram pronunciadas.

Ferreira Vianna, de sentimento lidamente monárquico, si bem que fundamente democrático, chegou certa vez a pronunciar, no arrastamento da peroração de um famoso discurso, bem conhecida apostrofe, francamente acriminiosa.

De outra vez, combatendo o crédito, o pequenino crédito de 60 contos, solicitado pelo imperador ao Parlamento, para observar a passagem de Venus pelo disco solar, Ferreira Vianna pronunciou, na sessão de Março de 1882, um famoso discurso em que, trazendo à baila as pretensões astronômicas do monarca, impugnando o pedido, dardejou contra o Augusto alvo as mais pungentes setas da ironia e do chiste. E dêsse modo em muitas outras vezes.

Atribuia-se a um ressentimento pessoal essa animosidade manifestada contra o imperador, espalhada em numerosos tópicos de seu discurso e que culminou naquelas palavras a que me referi, porque pertencem à História. E esse ressentimento é attribuído à circunstância de não haver o famoso orador sido chamado aos conselhos da Corôa, quando, em 1868, inaugurava-se uma forte situação conservadora, pela quédá do ministério Zacharias, para a qual, fora do Parlamento, na sua tribuna do *Diário do Rio*, concorrera Ferreira Vianna do modo mais decisivo, auxiliando a opposição parlamentar dirigida no Senado pelo barão de Cotegipe e na Câmara por Fernandes da Cunha.

Caindo o ministério Itaboraí, que sucedera ao de Zacharias, diz-se que Pimenta Bueno, já então marquês de São Vicente, trouxera do Paço de São Cristovão, onde fôra recolher a herança do velho visconde, a lista de seus ministros sem o nome de Ferreira Vianna, que nele figurava quando ali entrara.

É possível que seguro do seu valor, conciente da eficiência de sua atividade política, e desejoso numa louvável ambição, perfeitamente justificada, de prestar ao país o serviço de que se sentia capaz, Ferreira Vianna se revoltasse contra uma insistente exclusão de seu nome dos gabinetes ministeriais.

Verdadeira, porém, ou não essa versão da opposição imperial ao ascenso de Ferreira Vianna aos conselhos da Corôa, o fato é que caro custou ao monarca o ressentimento do grande orador que se estendeu até o dia 10 de Março de 1888 em que, deixando a humildade de sua cela no Convento de Santo Antônio, galgou as escadarias do, aliás, modestíssimo Palácio do Ministério da Justiça. Verdade é que foi na ausência do imperador, sob a regência da senhora dona Isabel, que se desfez o encantamento.

E a propósito convém lembrar o caso do compadre Barradas.

### O COMPADRE BARRADAS

É sabido que Ferreira Vianna tinha um amigo de que nada se sabe senão que se chamava Barradas, e era seu compadre. O compadre Barradas ia todas as manhãs vê-lo e levar-lhe as principais notícias do dia; e conta-se que cada manhã, ao avistar o compadre, Ferreira Vianna lhe perguntava — Sua Magestade o imperador ainda vive? Ainda há



quem queira ser seu ministro? — E à resposta afirmativa do Barradas, êle exclamava, levantando as mãos para o céu — Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

## PEDRO II NA EUROPA

O certo, entretanto, é que, para bem do país, Ferreira Vianna foi ministro da Justiça e, depois, foi ministro do Império. Prestou assinalados serviços ao Império e fez-se amigo do imperador, a quem procurou quando, proclamada a República, andava em vilegiatura pela Europa e o imperador estava no exílio. O velho monarca recebeu carinhosamente o grande orador que tanto o causticara. Em Cannes fê-lo seu comensal e após o jantar de cada dia jogavam uma partida de bilhar, que Vianna devia perder sempre, porque não posso ver o velho morador de uma cela do convento de Santo Antônio fazendo carambolas no pano verde. Esse seu jogo de bilhar devia ter sido uma condescendência pachorrenta para com seu velho amo e senhor... Partindo do sul da França para a Alemanha, o imperador deu-lhe magníficas cartas de apresentação que lhe abriram tôdas as portas. Entre as pessoas a quem foi apresentado, conta-se o famoso escultor Syrius Eberlé, de Munich, que dêle fez um admirável busto em bronze que, nos últimos anos de vida do ilustre advogado, ornava a solene ante-sala de seu gabinete de trabalho da rua da Quitanda.

## O MINISTRO DA CORÔA

Reconciliado com a Corôa e membro do Gabinete, nas duas pastas em que serviu, prestou assinalados serviços. Criou inúmeras escolas, construiu diversos edificios para sua instalação, criou asilos e institutos que ainda hoje prestam grande beneficio à mocidade desprovida de fortuna, deixou, enfim, largamente marcada, por obras materiais e meritórias, a sua passagem pela alta administração do país. Este mesmo edificio, em que me estais ouvindo, foi obra dêle. Construido em terreno desmembrado dos do Convento da Lapa, a princípio, para servir de maternidade, transformou-se nesta casa que abriga as atividades benéficas de diversas instituições de estudo e cultura, por se haver verificado que o local, pelo ruído e outras circunstâncias, não seria muito conveniente ao seu primeiro objetivo. E para



maior glória de seu nome, foi o Ministério, de que elle fazia parte, que fez promulgar a lei de 13 de Maio, cuja redacção, simples e suggestiva, se deve a sua pena.

## NASCIMENTO E PRIMEIROS ESTUDOS

Antônio Ferreira Vianna nasceu em Pelotas, na então Província do Rio Grande do Sul, no dia 11 de Maio de 1832, de que hoje transcorre o centenário; — aliás por ocasião de sua morte, que se deu em 10 de Novembro de 1903, os jornaes indicaram como anno de seu nascimento, o de 1833, e Sacramento Blake, em seu *Dicionário Bibliográfico*, menciona o de 1834. É uma pequena dúvida que fica aí para ser convenientemente ventilada.

Da província veio, porém, cedo para o Rio de Janeiro, para onde seu pai, negociante português, ali estabelecido, se tranferiu em consequência das perturbações trazidas à tranquillidade apeteçível de sua vida, pelos azares da guerra civil. Aquí nesta cidade, fez o curso do Colégio Pedro II, e foi para São Paulo onde, depois de formado em Direito, defendeu tese e recebeu o grau de doutor em 1856.

Em São Paulo, no meio academico, sua ascendência foi preponderante. Creara-se por esse tempo o *Ateneu Paulistano*, prestigiosa associação em que se agrupava a elite da cultura academica. Vianna foi durante alguns anos o brilhante orador do *Ateneu* e colaborador assíduo dos *Ensaios Literários*, publicação periódica editada pela notável associação.

Terminado o seu curso com a láurea do doutorado, veio estabelecer-se no Rio de Janeiro e foi logo pelo ministro da Justiça, conselheiro Nabuco de Araujo, nomeado promotor público da antiga Côrte, juntamente com outro joven jurista que devia igualmente deixar laureado o nome nas letras jurídicas: o dr. Thomaz Alves. Como promotor público, Antônio Ferreira Vianna argamassou os alicerces seguros de sua fama e do seu prestígio.

## EM DEFESA DA MAGISTRATURA

A maneira estrepitosa por que foi pelo Governo apeado da posição de alto relêvo que havia conquistado no ministério público, veio consolidar sua fama. Aconteceu que, por esse tempo, o governo, num ato violento, que mereceu a mais acentuada reprovação de toda a gente, aposentou por

decreto, independentemente de qualquer processo, alguns ministros do Supremo Tribunal de Justiça. Duas vezes mais violentas e decididas se levantaram contra essa formidável violação do direito: na tribuna parlamentar, o deputado Fernandes da Cunha, em discursos fulgurantes e candentes de patriotismo, e na tribuna da imprensa, Ferreira Vianna, impávido, afrontando as iras do Governo.

O ministro o demitiu: mas, advogados e juizes, jornalistas e cientistas, comerciantes e proprietários, representantes, enfim, de tôdas as classes sociais, multiplicaram-se em extraordinárias manifestações de aplauso ao intemerato moço que dava aos seus concidadãos um exemplo de magnífica altivez. Essas manifestações culminaram na oferta, pelos advogados do Rio de Janeiro, de uma corôa de ouro, manifestação significativamente engrandecida, porque dela foi interpretado aquele que mais alto podia falar em nome do Direito e da Justiça, Augusto Teixeira de Freitas.

#### ADVOGADO E JORNALISTA

Entrando, com todo êsse prestígio, na carreira de advogado, Ferreira Vianna nela prosseguiu, exercendo-a com a máxima dignidade até os últimos dias de sua vida. Em artigos que escrevi, por ocasião de sua morte, na revista *Renascença* que fundei e fiz publicar durante alguns anos, registei uma reminiscência pessoal que para aqui transcrevo.

Aí se lê "êle amava a profissão que abraçara. Ainda há poucos dias, antes de falecer, me dissera: — si eu tivesse de recomeçar a vida, não sei de outra profissão que devesse escolher sinão a de advogado. Ela pode ser exercida com tôda a dignidade e independência. Jamais fiz um contrato ou assumi uma obrigação. Dou aos meus clientes tôda a liberdade de agir: mas reservo também para mim a mesma liberdade. Jamais estipulei os preços dos meus serviços. Deixei isso sempre ao arbítrio do constituinte. Certo, muitos me não pagaram; outros pagaram mal. Mas alguns me pagaram tanto que compensou o que outros deixaram de dar".

Além de sua atividade como advogado militante, entregou-se Ferreira Vianna, desde logo, ao jornalismo, pelas colunas do *Correio Mercantil* e do *Diário do Rio* e, mais tarde, depois de sua passagem pelo governo nas da *Nação*, jornal por êle fundado com Andrade Figueira. O jornalismo lhe grangeou grande prestígio político e, em 1868, com a subida

do Partido Conservador, foi êle eleito deputado, tendo também servido com admirável eficiência, por três anos, como presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. E assim, quando appareceu como membro da representação nacional, já levava consigo uma larga credencial de serviços e a demonstração eloquente de sua alta capacidade.

### O ORADOR PARLAMENTAR

Em tais condições, estava assegurado o seu successo parlamentar. Ferreira Vianna encontrava já no Parlamento brasileiro uma plêiade de oradores que, desde 1840, após a Revolução da Maioridade, vinha criando e desenvolvendo o regime parlamentar. Era êsse, pois, um meio propício para que o nôvo deputado, na emulação de companheiros ilustres, pudesse desenvolver sua actividade oratória. Dos seus numerosos discursos parlamentares não fôram feitas publicações em volume e poucos fôram tirados em avulso. Aliás, dessa publicação não teria muito a lucrar a fama do orador. Raros são os discursos que ganham com ser lidos. Discursos para serem lidos são principalmente os dos grandes escriptores, os dos grandes pensadores, mais obra de gabinete, de ponderada meditação, do que produto espontâneo da vivacidade do espirito, da facilidade da palavra, do entusiasmo da eloquência. Por certo, aqueles pensadores também improvisam, não porque tenham, como certos tribunos, a mesma dose de espontaneidade da dicção, mas porque, como disse em felicíssimo conceito, o grande Bacon, "a improvisação não é mais do que a erudição digerida". A verdade, é, porém, que oradores são para serem escutados e mesmo (podêmo-lo dizer agora, na época do rádio), para serem assistidos. Para o successo da oração, não contribue sòmente a frase, o conceito, o argumento, mas também e pode-se dizer, decisivamente, a figura do orador, a tonalidade da voz, a propriedade do gesto. Por isso, geralmente, dos oradores não fica a obra, fica o renome. E êste, confiado à memória dos pósteros, não tendo a sua realisação material para assegurar-lhe a perpetuidade, enfraquece, diminue, extingue-se.

### VERBA VOLANT

Em relação a Ferreira Vianna, desaparecidos os que testemunharam o seu êxito oratório, pelo escoar de quási meio século, é preciso que a impressão por êle deixada fôsse

muito profunda e que à sua fama de orador outros elementos de prestígio lhe tivessem vindo igualmente aureolar o nome, para que êle chegasse até nós com o brilho, com a pujança, com a vitalidade, que as comemorações que o centenário do seu nascimento proporcionaram o atestassem de modo tão eloquente.

Para pintar com verdade e precisão o que foi Ferreira Vianna, como orador parlamentar, é preciso ir buscar o testemunho dos seus contemporâneos. Por certo, Ferreira Vianna não foi um orador extraordinário; o Parlamento brasileiro mesmo no seu tempo possuiu oradores maiores, de conceito mais largo, de eloquência mais empolgante, de figura mais arrebatadora. O que fez o sucesso de Vianna, como orador, foi, sem dúvida, o seu quasi permanente espirito oposicionista, os assuntos de que se occupava e que quasi sempre correspondiam aos anseios da opinião pública e a fina ironia, com que sublinhava as suas observações, quando não a sátira mordente, com que estigmatizava um ato, ou feria uma pessoa. Todas estas circunstancias, aliadas à respeitabilidade do orador, de cuja vida, sob outros pontos de vista, só se podia dizer bem, concorreram para lhe criar a fama e renome que ainda hoje, quasi meio século depois que sua voz se apagou na morte, perdura e comove.

Occupando-se dêle, em estudo por mim sollicitado, por ocasião de sua morte, para a *Renascença*, revista que então dirigia nesta cidade, Eunapio Deiró, inteligente e consciencioso cronista parlamentar daquele tempo, observador arguto de nossa vida parlamentar, escreveu: "Sem dúvida, é mais fácil de notar as qualidades que lhe faltavam do que apontar as que possuía; não tinha seguramente a dialética imperiosa e opressora de Zacharias de Góes. Não possuía a palavra vasta, calorosa de Jequitinhonha. Não manejava a frase curta, rápida e irônica de Cotegipe. Não dispunha da pujança do raciocínio em que Angelo Ferraz era forte. Não ostentava o estilo solene e magistral de Inhomirim, nem o aticismo de Octaviano, nem as luminosas exposições dos senadores Fernandes da Cunha e José Bonifácio. Como êles, Ferreira Vianna era um fecundo improvisador, porém, meditativo. Uma vez se suporia estava absorvido em solilóquios de um solitário. Outras vezes sua eloquência assemelhava-se ao acento pávido da voz de um profeta. Em certos lances, a indignação vibrava-lhe a voz, notas fortes e estridentes que, certas, punham os adversários. Reaparecia o jornalista, o lutador implacável. Era um orador singular. Êle conquistou nos tri-



bunais judiciários estrondosa nomeada. Recebeu, como advogado, ruídosas ovações antes de obter na tribuna política a popularidade, a fama, a estima e a admiração nacional que lhe enobreceram o nome, pondo-o na altura dos mais notáveis oradores brasileiros que brilharam no segundo reinado, que foi entre nós a verdaedira época da eloquência parlamentar”.

Essa obra oratória é considerável; como disse, ela não está compendiada, como também não está reunida em volumes a sua vasta atuação de advogado criminal, que foi dos mais notáveis e populares que teve o opulento fôro do Rio de Janeiro.

Tendo exercido durante muitos anos, com inexcédível brilho e extraordinária independência, as evidentes funções de promotor público da Córte, o seu renome de criminalista e orador judiciário criou fundas raízes no espírito público; foi assim que, com o maior prestígio e sob os mais favoráveis auspícios que, despido das funções públicas, começou a dedicar-se à sua atividade de puro profissional.

#### BIBLIOGRAFIA

Homem culto, inteiramente dedicado ao estudo e à meditação, que constituíam sua exclusiva preocupação e prazer, não deixou Ferreira Vianna como fruto de seu trabalho intelectual, sinão essa obra oratória, no fôro e no Parlamento, como fôlhas caídas de árvore fecunda que o vento dispersa. Vejo no *Dicionário Bibliográfico*, de Sacramento Blake, que de seus discursos parlamentares e orações jurídicas, muito poucos tiveram publicação em folheto; além disso, escreveu e publicou, na *Galeria de Brasileiros Ilustres*, as biografias de José Bonifacio, de Gabriel Rodrigues dos Santos, de Angelo Moniz da Silva Ferraz. Dos *Libelos Políticos*, crônicas que publicava na *Gazeta de Notícias*, comentando o fato político do dia, e onde a liberalidade do seu espírito e o fundo democrático do seu caráter transluziam em tôdas as linhas, apenas appareceu em livro uma pequena parte num opúsculo de 118 páginas. De sua obra jurídica apenas publicou a *Dissertação e Teses*, que apresentou à Faculdade de São Paulo para obtenção do grau de doutor de borla e capelo. Entretanto, a coleção de seus pareceres, muitos dos quais fôram publicados nas fôlhas diárias e recolhidos pelas revistas de Direito constituiriam, por certo, volumes da mais sadia lição e dos mais salutaes conselhos.



De outro gênero apenas publicou Ferreira Vianna a famosa *Conferência dos Divinos*, que apareceu, anônima, em 1867. É esse um trabalho de fina ironia, em que três vultos formidáveis, surgidos do infinito durante uma noite de horrível tempestade, põem-se a tratar de coisas extraordinárias sobre as incertezas do destino do povo, e onde, certamente, são visados e causticados, nas malhas de uma sátira sutil e cintilante, os nossos homens e as nossas coisas.

Tudo isso, certamente, é muito pouco, insignificante mesmo, em relação ao largo e fundo esforço intelectual de Ferreira Vianna. Entretanto, a sua atividade literária, na Escola de São Paulo, principalmente, no ano em que, tendo se formado, ali ficou para a preparação de sua defesa de teses, prenunciava uma futura produção literária abundante e brilhante. Realmente, nos volumes dos *Ensaio Literários do Ateneu Paulistano*, publicados em Agosto de 1852 a Outubro de 1857, se encontra farta colaboração de Ferreira Vianna, já nos discursos, como orador do Ateneu, já em publicações avulsas de caráter literário, fantasias e crônicas.

Entretanto, tendo vivido 70 anos, pequena, diminuta mesmo, é a bagagem literária que nos legou.

### O "HUMOR" DE FERREIRA VIANNA

Registe-se ainda que abundante é a messe de anedotas, da palavras de espírito, de a-propósitos fulminantes que a tradição guardou, graças principalmente à colheita que dela faz Ernesto Senna, o famoso repórter carioca. Aí mesmo não se encontram elementos em que se possa firmar a reputação de um homem de espírito. A leitura dessa fileira de anedotas e casos deixa o leitor decepcionado. Tudo é banal e pálido. Entretanto, é bem certo que Ferreira Vianna era um conversador emérito. Ouvi-lo dissertar sobre qualquer assunto, na placidez da sua fala e do seu gesto, sem exaltação nem arroubos, mas apropriado e sugestivo, era um indizível prazer espiritual, semeado das surpresas com que o imprevisto das anedotas hilariantes e a-propósitos cheios de ironia apimentava a palestra.

Impossível é, porém, registrar tais conversas, reproduzir o espírito, o chiste, o *humor* de seus ditos e apropósitos. A mim me deleitavam essas palestras. E foi depois de sua volta da Europa, onde andou na companhia inteligente e amiga de seu genro, o ilustre advogado, dr. José Pires Brandão, bonís-

sima criatura, a quem o destino não quis conceder alguns poucos meses mais de vida para que tivesse a consoladora satisfação de assistir à eloqüente consagração de seu velho sogro, foi depois de sua viagem à Europa que tive oportunidade de lhe apreciar o sabor especial da conversa. Por certo, de coisa alguma do que elle disse me recordo ainda. Guardei, porém, uma anedota interessante e guardei-a, porque, por tê-la achado realmente interessante, venho narrando-a freqüentemente.

E' curioso registrar que Ferreira Vianna, tendo sido um espírito liberal, democrata na expressão da palavra, independente de ligações monárquicas, reafirmou-se nos sentimentos conservadores depois da queda do Império, fenómeno que, entre nós, aliás, não se deu só com elle, mas também com outras notáveis personalidades de nossa elite intelectual. E a República, seus homens e situações, andavam sempre nas ironias e nas sátiras do velho político aposentado. De uma vez, logo após sua volta da Europa, num grupo em que se achavam alguns republicanos chegados ao Governo, perguntou elle como iam as coisas da pública administração, sob as novas engrenagens importadas da América do Norte; e, sem esperar a resposta, continuou falando, e disse: — a propósito, vou contar-lhes um caso. Estive agora em Paris, quando ali se achava o Shah da Pérsia, hospedado num grande hotel nos *Champs Elysées*. Para alegrar o hóspede, augusto exótico, o Governo francês mandava tôdas as tardes a magnífica banda de música da Guarda Municipal tocar um concêrto em baixo de suas janelas. E o potentado asiático ficava a hora inteira ouvindo o concerto, dominado pelo rebrilhar das trompas e pistões e enlevado pelas harmonias daquele conjunto de cem vozes diversas e dissemelhantes. Ao ter de partir para a sua terra, quis elle dotá-la de maravilha igual e deu ordem ao seu mordomo para que se entendesse com o chefe da banda e adquirisse um exemplar de cada um daqueles intrumentos.

Chegando a Teheran, o primeiro cuidado do Shah foi fazer desempacotar todo aquele luzido e numeroso instrumental. Convocou em seguida, para um grande pátio do palácio, crescido número de figurões de sua côrte a quem queria deliciar com as primícias da novidade maravilhosa, que trouxera do estrangeiro, e mandou aproximar-se os cem homens escolhidos que fizera reünir para a função. Aí, fêz distribuir os instrumentos e mandou que cada qual soprasse

com força nos seus instrumentos. A algazarra foi infernal, o fracasso foi completo; e quando o Shah, que pensara dotar sua terra dêsse melhoramento considerável, que tanto o embevecera em Paris, convenceu-se de que nada conseguiria com aqueles homens de escolha, que reünira, num acesso de fúria mandou passar pelas armas a todos êles. Refletindo melhor, porém, supendeu a ordem, e, numa resolução de evidente bom senso, mandou que fuzilassem, apenas, ao seu mordomo, que, por certo, não soubera escolher os instrumentos que servissem para aqueles músicos...

E' certo, entretanto, que pessoa alguma teve o seu nome conservado e sua fama acalentada por meio século, porque era um conversador emérito e um famoso contador de casos...

#### O ESPÍRITO LIBERAL DE FERREIRA VIANNA E A LIBERDADE DE IMPRENSA

Foi preciso certamente, dadas as circunstâncias especiais a que me venho referindo, que a impressão pessoal que Ferreira Vianna houvesse deixado de si, nos múltiplos aspectos de sua atividade, fôsse muito profunda e arraigada no espírito público, para que a lembrança e os ecos de sua vida chegassem até nosso tempo.

Ele não foi um administrador, cuja longa atuação pudesse impressionar duradouramente o público. Presidente da Câmara Municipal da Côrte, durante três anos, 1870 a 1873, ministro de Estado pouco mais de um ano, de 10 de Março de 1888 a 7 de Junho de 1889, êle não teve muito tempo para desenvolver sua atividade de administrador. Do mesmo modo não foi um chefe político. Faltavam-lhe mesmo tôdas as qualidades para a função. Partidário difícil e pouco acomodaticio, rebelde, insubmisso por vezes, não eram, certamente, os interêsses do partido que êle visava, mas o que êle entendia ser o interêsse da Nação, sob o ponto de vista de uma larga compreensão de espírito democrático.

Quero crer que êsse acentuado espírito liberal que punha o jornalista e o deputado sempre, decisivamente, impertinente ao lado da democracia, foi o que fez a fama de Ferreira Vianna. Foi a mesma circunstância que criou a popularidade entusiástica de Rui Barbosa. Os governos põem geralmente de lado os interêsses do povo e se afastam do caminho da liberdade e da democracia, mas o povo, em-

bora submisso e sofredor, tira sua vingança, constituindo, de modo mais duradouro com o prestígio da unanimidade de seu conceito, o julgamento da História, para os que o maltratam, como para os que o defendem.

Ferreira Vianna foi um dos espíritos mais acentuadamente democráticos que a Nação tem tido, e aí reside o segredo da sua persistente popularidade e da imposição do seu nome e de sua fama aos tempos futuros. Não foi outra a orientação que o guiou como jornalista e como deputado sacrificando posições, como vimos já, quando, promotor publico, verberou o ato do Governo aposentando, violentamente, magistrados, rompendo com a disciplina partidária como, quando, da tribuna da Câmara, em pleno domínio do seu partido, pronunciou o extraordinário discurso de 4 de Março de 1873, a propósito do ataque e empastelamento do *República*, órgão de publicidade do novo partido, redigido por Quintino, Salvador de Mendonça e Saldanha Marinho. É uma peça oratória admirável, vibrante de indignação e palpitante de espírito liberal. Começa o deputado conservador protestando contra o qualificativo de *soberano* que o ministro da Justiça, seu correligionário, deu ao imperador no discurso de explicações que deu à Câmara sobre o caso: — “S. ex. chamou-o *soberano*, disse Ferreira Vianna, quando a nossa Constituição qualifica-o de primeiro representante, e expressamente reconhece como dimanações da nação ou da soberania todos os poderes políticos. Essa inexatidão em assunto de tanto alcance político pode talvez nos dar a razão dos atos inconstitucionais praticados pelo gabinete de 7 de Março e da pertinácia com que se mantém no poder, apesar das manifestação da opinião pública”.

Entrando depois a verberar o atentado contra a liberdade da imprensa, o orador se eleva à altura dos seus mais felizes dias, manifestando o desejo de, “embora agitado pela indignação que é natural, conter-se nos limites da mais plena isenção de parcialidade”. Acentua sem dúvida, de modo inequívoco, o seu afêro ao regime monárquico, no qual vê o único sistema “que pode manter-se no meio da luta de tôdas as opiniões políticas sem perder de sua fôrça moral e consolidando-se cada vez mais no espírito público” e acrescenta mais adiante: “as minhas convicções são conhecidas e as mantenho. A história das tentativas para melhorar governos é desanimadora. Prefiro suportar governos toleráveis, que cerquem de suficientes garantias as pessoas e a liberdade, a correr o risco das revoluções”.



Encara, entretanto, com o sentimento da mais larga tolerância o regime republicano e julga sua propaganda, pela imprensa, perfeitamente legítima, si bem que para êle fôsse de todo inútil, o que não abona, sobremaneira, o seu sentido de previsão. E disse: "A república não merece o desdém que se lhe quer lançar. No declínio do nosso século temos assistido a tantas decadências e surpresas, que seria temeridade escarnecer dos recursos e influência da democracia. O meio das monarquias superarem as crises que agitam os povos e estremecem a ordem estabelecida não é abandonarem-se ao expediente do arbítrio, mas aceitarem de boa fé as reformas exigidas pela liberdade prática.

"A república, que fez a glória da antiguidade grega e romana, que preside aos destinos do maior povo do nosso século, que mantém felizes e independentes no meio das potências da Europa os licres e pacíficos cidadãos da Suíça, nos deve inspirar outros sentimentos.

Os acontecimentos de 27 e 28 do mês passado são sintomas da falsa e fatal política do gabinete atual."

E, após haver feito, em tropos exaltados a apologia da liberdade de imprensa, como índice da civilização de um povo, conclue com estas palavras solenes: "Nada há em repouso, disse Gioberti; a matéria, a inteligência, a natureza, o homem, os povos, o universo, tudo se agita no sentido dos seus destinos que é a perfetibilidade. Os governos livres também não podem pretendêr a imobilidade, o repouso. Obtém a vitória, para recommençar a luta entre todos os elementos e princípios divergentes. Não é permitido arredar da arena nenhum combatente, qualquer que seja a sua idéia, como não é possível privar o homem de respirar. A vitória não cabe à fôrça, mas à razão. Nada de perseguições; os mártires vencem. Que a bandeira da liberdade flutue sobre nossas cabêças; ela confundirá todos os erros e fará prevalecer a verdade.

Os atentados de 27 e 28 deram ao ministério uma celebridade que não é invejável. A imprensa era a única válvula de respiração que ainda restava ao espírito público. O responsável da explosão será a mão que comprime. Dedicado a esta liberdade, que prefiro a tôdas as outras, pago-lhe voluntariamente o tributo do meu reconhecimento."

E fôram estas, senhoras, palavras de um deputado conservador, sob um governo de seu partido.



## A ELEIÇÃO DIRETA

Na circular com que se apresentou deputado, nas primeiras eleições sob o regime da lei Saraiva, que instituiu a eleição direta, o candidato, cheio de satisfação pela implantação no país do regime da verdade eleitoral, começa fazendo ver que os justos clamores da opinião nacional revoltada contra o sofisma paciente e longo das instituições juradas despertavam a adormecida vigilância dos altos poderes do Estado". E exclamou: "está satisfeita a aspiração nacional". Demonstrando, em seguida, as vantagens práticas da lei e as conquistas a que leva em benefício da liberdade, observa: "Eu vos disse — é preciso organizar a liberdade para a opôr ao poder constituído e onipotente. A lei de Janeiro não tardará muito que se complete por outra da descentralização administrativa, talvez o mais pesado elo da cadeia de opressão e atraso político e econômico do país. Desembaraçar da administração geral o eleitor e o eleito de dependências pessoais, eis o que em parte realizará a reforma, desenvolvimento das incompatibilidades e processo da prova da renda.

Na lei de 9 de Janeiro ha concessões, sem dúvida exageradas, para a justa prudência da opinião conservadora, compensadas por outras de evidente preterição de doutrinas liberais; mas não se pôde desconhecer que o sistema em geral oferece à opinião esclarecida e interessada meio mais seguro de intervir eficazmente na suprema direção dos negócios públicos.

Com a maior isenção de espírito felicito o presidente do Conselho pelo êxito de seu nobilíssimo empenho."

Registe-se ainda que o presidente do Conselho, a que o candidato conservador dêsse modo público e solene saudava, era um chefe liberal, o conselheiro José Antonio Saraiva. E, por fim, fazendo ver que contra os benefícios da lei podia conspirar o perigo do indiferentismo dos cidadãos com os requisitos exigidos para o alistamento, escreveu os seguintes magistrais períodos, cheios de entusiasmo liberal e patriótico: "A lei de 9 de Janeiro é um grande esforço para restituir ao país o govêrno do país.

"Diante dêste nôvo horizonte a indiferença seria a criminosa traição do mais sagrado dos deveres. Vencendo quaisquer embaraços, quando postos ao cidadão com os requisitos da lei, cumpre alistar-se no corpo eleitoral, tenha ou não a intenção de usar do direito conferido.

"Não se trata de eleger candidatos, mas sim de organizar a liberdade constitucional; de constituir um poder forte e igualmente estável para o opôr a outro, onipotente e usurpador; de imprimir a vida às instituições inanimadas, de substituir o ídolo pelo soberano real.

"Que crédito mereceriam nossas queixas de ontem, si hoje deixássemos correr à revelia o processo de reivindicação de nossos direitos defraudados e oprimidos? Ontem clamávamos por liberdade; porventura temos hoje saudades da tirania?

"O título de eleitor perpétuo, como é, será daqui em diante nossa arma de defesa contra situações improvisadas e inovações perigosas.

"Vineulando o eleito ao eleitor, como o mandatário ao constituinte, só vingarão no parlamento as idéias em maioria no país real, superior então às surpresas de que tem sido vítima.

"A lealdade do Govérno, a honra da magistratura e o patriotismo dos brasileiros estão empenhados na execução da recente reforma eleitoral.

"Alistemo-nos eleitores; o prazo é improrrogável.

"Organizemos a liberdade constitucional; que o imperador reine, e a nação se governe. Eis o que exigem a dignidade de homens livres e a consciência nacional.

"Ao princípio pagão — o gênio de Cesar devemos opôr o princípio cristão — o gênio de liberdade."

#### VOZ DE HOJE; VOZ DE MEIO SÉCULO...

Senhores! Parece de hoje essa voz que nos vem de um passado de quasi meio século. Ela marca de modo eloquente o sentimento que inspirou a vida generosa e altiva de Antonio Ferreira Vianna; foi êsse sôpro de independência, de amor à liberdade, de defesa de todos os direitos que lhe enfunou as velas que, na placidez do seu temperamento, o levaram na sua trajetória terrena. Esse, é, como disse, o sêgrêdo de sua glória. E o povo, em seu inato sentimento de liberdade e de reação contra as tiranias de tôdas as espécies, pagou-lhe o seu ingente e contínuo esforço; guardando-lhe o nome, respeitando-lhe a memória, glorificando-lhe a vida!"

*(Muitas palmas).*

O SR. PRESIDENTE nomeia os srs. Manuel Cicero, Tavares de Lyra, Vieira Souto, Leão Teixeira Filho e Tavares Caval-

canti para em nome do INSTITUTO, visitarem o sr. Agenor de Roure, 2º secretário, que se acha enfermo, fazendo desde já votos pelo restabelecimento de tão prezado e ilustre consócio.

Comunica, a seguir, a recente visita do sr. ministro Francisco Campos ao INSTITUTO, tendo s. ex. palavras de admiração por tudo quanto lhe foi dado observar; notando, entretanto, s. ex. a insuficiência da instalação dos vários, e constantemente em aumento, serviços da associação, prometendo providenciar a respeito.

Igualmente, participa o sr. presidente que o sr. dr. Vicente Racciopi, secretário geral do INSTITUTO HISTÓRICO DE OURO PRETO, presente à sessão, havia nomeado os srs. conde de Affonso Celso, Augusto de Lima, José Mariano Filho, para representarem a corporação nas solenidades comemorativas do centenário de Ferreira Vianna.

Encerra-se a sessão às 12 1/2 horas. — *L. F. Vieira Souto*, secretário adjunto.

---

3ª SESSÃO ORDINÁRIA (SESSÃO 1.576), REALIZADA  
AOS 4 DE JUNHO DE 1932

PRESIDENTE DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*)

As 17 horas abre-se a sessão com a presença dos senhores condes de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Luiz Antonio Vieira da Silva, Manoel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, José Maria Moreira Guimarães, Luiz Felipe Vieira Souto, Manoel Tavares Cavalcanti, Gustavo Barroso, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Rodolfo Garcia, Thiers Fleming, Mario de Souza Ferreira, Emilio Fernandes de Souza Docca, Eduardo Marques Peixoto, José Mattoso Maia Forte e Alexandre Emilio Somier.

Justificaram a ausência os sócios srs. Arthur Indio do Brasil e Virgilio Corrêa Filho.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º secretário) lê a ata da sessão anterior que, sem debate, é unânimemente aprovada. Procede, igualmente, à leitura das *Ephemérides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, na parte em que as mesmas se referem à data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) designa os srs. Fleiuss e Agenor de Roure para introduzirem no recinto o sr. José Arthur Boiteux, sócio correspondente, eleito em 28 de Julho de 1920. Prestado o compromisso legal, o novo consócio, da tribuna, profere o seguinte discurso:

"Sr. Presidente.

Fundador que me orgulho de haver sido, há sete lustros, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, nele aprendi a venerar a brilhante tradição de patriótico labor que engrinalda esta veneranda casa quási secular, desde 1838 iluminada pelo halo refulgente do mais acendrado amor á Pátria, através de estudos profficuos e de lucubrações ininterruptas sôbre a História nacional.

Dai, o solicitar permitido me seja transferir para a mais antiga associação científica de Florianópolis a alta e dignificadora honraria que, por fôrça de dispositivo estatutal, me conduz, no momento, a esta cadeira.

Para essa nobilíssima investidura, venho de Santa Catarina, dêsse adorável trato de terra sulina, por Francisco Dias Velho povoada no terceiro quartel do século XVII, e por êsse bandeirante tão destemeroso quanto desafortunado chamada "Terra mais que bôa, mentindo, escrevia êle, quem o contrário afirmasse".

De Santa Catarina, em cuja rendilhada costa se encontra — nela engastada, desde tempos de antanho, a sua capital — a ilha esmeraldina que Abreu Lima classificou de "chave do Brasil meridional" e Teixeira de Mello de "verde Erin brasileiro";

De Santa Catarina, com a sua sinuosa linha litorânea de cêrca de quinhentos quilômetros, a rendilhar-se em portos mais ou menos francos, nêles compreendida a vasta e profunda baía Babitonga, costa a estender-se desde o Saiguassú, na linde paranaense, até o Mampituba, que traça, na suave corrente com que se lança no Atlântico, o limite meridional com o Rio Grande do Sul;

De Santa Catarina, com as suas longas e achamalotadas praias alvinifentes a ouvirem, através do sussurro constante das ondas, as misteriosas histórias que lhes segreda, ora sereno, ora revólto, o mar, cujas fúrias o pescador temerário enfrenta, aflorando-lhe o riso aos lábios;

De Santa Catarina, com as suas intérmimas planícies, férteis como os vales bíblicos, aquí rasgadas pelo arado do laborioso camponês a contemplar, grato a Deus, os celeiros



**sempre fartos, sempre renovados; ali povoadas por inúmeros rebanhos a se multiplicarem cada ano que transcorre;**

De Santa Catarina, com as suas montanhas, de onde se despenham cascatas sem número; e as suas serras, na invernoza estação toucadas de neve espessa, dando a impressão de terras que não as nossas;

De Santa Catarina, com as suas inexaríveis minas de carvão, as suas fartas jazidas de mármore, as suas preciosas fontes de águas termo-minerais, as suas interminas flores-tas em que se alteiam a imbuia, o pinho e o cedro;

De Santa Catarina, terra de paz, de ordem, de trabalho, caminhando a passo firme e seguro, pela larga estrada do progresso, sem alarde, silenciosamente dentro de uma consciência sã e honesta, colaborando pelo esforço do caboclo, conjugado ao do alienígena, com eficácia, não menos proveitosamente que as demais unidades da República, para o esplendor sempre crescente da grande Pátria comum;

De Santa Catarina, que, considerada sobre o ponto de vista geográfico, político, comercial, industrial e agrícola, é, no dizer bem verdadeiro do meu ilustre e saudoso conterrâneo almirante João Justino Proença, «um mundo de esperanças para o Brasil, um dom cheio de valor, um verdadeiro pedaço de ouro até hoje escondido entre as dobras do indiferentismo, do esquecimento e do impoder»;

De Santa Catarina, a terra dos legendários barrigas-verdes, alcunha honrosíssima, valendo pela mais nobre das condecorações, a relembrar feitos heroicos, sacrifícios inarráveis, luta sem conta na demorada campanha contra as Províncias Unidas do Prata, tendo antes, em 1777, quando da invasão castelhana de Pedro Cevallos, sido, naquela tristemente vergonhosa conjuntura, a única milícia não compreendida na capitulação imposta à covardia do chefe lusitano, dignamente repelida pelo brioso comandante do regimento, o coronel Fernando da Gama Lobo Coelho;

De Santa Catarina céspede natal de preclaros estadistas, integérrimos magistrados, apreciados homens de letras, professores eminentes, insignes artistas, eloquentes oradores sacros, valorosos militares de terra e mar;

De Santa Catarina, já aqui mesmo representada por seis dentre os seus mais distintos filhos: o senador do Império José da Silva Mafra e os conselheiros Manuel José de Souza França, Jerônimo Francisco Coelho, Claudio Luiz da Costa e Manuel da Silva Mafra, nomes veneráveis a enriquecerem



o nosso patrimônio moral é intelectual, enobrecendo a vasta e notável galeria de brasileiros ilustres no passado regime, e Lauro Severino Müller, no período iniciado a 15 de Novembro de 1889, um dos mais apreciáveis valores entre os modernos estadistas; — o senador Mafra, autêntico soldado barriga-verde, alistado no Regimento de Linha de Santa Catarina, egresso das fileiras no posto de tenente-coronel, tendo sido o secretário do comandante chefe da expedição contra Cafena, membro da junta governativa de Maio de 1822, secretário da presidência; deputado à Assembléia Legislativa Provincial, sentando-se, em 1844, na cadeira ocupada pelo primeiro senador padre Lourenço Rodrigues de Andrade, por D. Pedro I escolhido ao constituir-se, em 1826, o ramo vitalício do Parlamento nacional; Souza França, presidente da província do Rio de Janeiro, que antes representara na Constituinte, a cuja cadeira de secretário elevaram-no os sufrágios dos seus colegas, ministro do Império com D. Pedro I, ministro da Justiça da Regência; Jeronimo Coelho, o fundador da imprensa na terra natal, deputado à Assembléia Legislativa Provincial, deputado geral, presidente do Pará e do Rio Grande do Sul, ministro da Guerra em 1844, e em 1857, a primeira vez ornando-lhe os punhos os galões de tenente-coronel do Corpo de Engenheiros, a segunda doirando-lhe a farda os bordados de generalato; Claudio da Costa, veterano da independência, na Baía, em 1823, grande filantropo, segundo diretor do Instituto dos Meninos Cegos, substituto de Sigaud, com quem e outros lumináres da Medicina fundou a Imperial Academia que dois catarinenses eminentes, os drs. Cristóvão José dos Santos e Luiz Rodrigues Pereira, presidiram; Silva Mafra, acatado jurisconsulto, incorruptível magistrado, presidente da província do Espírito Santo, deputado à Assembléia Geral Legislativa, ministro da Justiça no gabinete Martinho Campos, culminando os seus serviços ao berço natal com o patrocínio dos direitos, aliás inconcussos, de Santa Catarina na questão de limites com o Paraná, substituto, quando a morte o arrebatou ao carinho e à veneração dos seus conterrâneos, por essa altíssima expressão de valor intelectual e moral que foi o visconde de Ouro Preto, no segundo julgaento pelo Supremo Tribunal Federal, galhardo portador da mesma bandeira triunfal que o seu grande amigo e correligionário empunhara ao ser proferida a primeira sentença; Lauro Müller, a quem, com concurso de Honório Bicalho e Paulo de Frontin, ficou devendo esta *urbs* paradisíaca estupendos

melhoramentos, a um dos quais a gratidão popular associou o nome imorredouro de Rio-Branco.

Já é tempo de terminar, e o faço, rogando a V. Ex., sr. presidente perpétuo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, se digne ser, junto a quantos, com o seu dignificante sufrágio, me abriram, tão generosamente de par em par as portas dêste cenáculo, o intérprete do meu comovido reconhecimento, porquanto, com a maior sinceridade o afirmo, escasseia-se-me a expressão para bem definir e melhor registrar o "muito obrigado" que aqui deixo pela altíssima distinção que me é conferida, incluindo-se meu obscuro nome no elenco social deste sodolício, na tão esmalante frase de verdade e justiça de v. ex. — "constante e diligente zelador das tradições nacionais".

*(Muitos aplausos.)*

O SR. RAMIZ GALVÃO (orador perpétuo) da tribuna, em resposta ao sr. Boiteux, assim se pronunciou:

"Exmo. Sr. presidente — Digno confrade, sr. desembargador José Arthur Boiteux.

Há bem pouco, exalçando com o costumado brilho os méritos e a obra do insigne Goethe, lembrou o nosso preclaro presidente alguns conceitos lapidares dêsse extraordinário pensador. Entre êles, os seguintes:

"Uma vida ociosa e inútil é morte antecipada."

"Quem não fala das coisas com uma parcialidade cheia de amor, diz coisas que não valia a pena dizer."

Tais conceitos vejo applicados com toda a justeza ao digno patricio, que hoje se alista nas fileiras operosas do nosso Instituto.

Digno filho do Estado de Santa Catarina, dessa terra "mais que boa", como a chamou Francisco Dias Velho, acabamos todos de ouvir com deleite como êle celebrou seus encantos naturais, o amor constante à paz, à ordem e ao trabalho, que dêsse Estado tem feito valiosa unidade da República; e por fim não esquestes, sr. dr. Boiteux, nem podiéis esquecer os nomes queridos dos Catarinenses ilustres e patriotas, que, sem dúvida, como bem dissestes, constituem o patrimônio moral e intelectual da "verde Erin brasileira".

Em todo êsse epinício, inspirado pelo vosso grande amor à formosa terra, em que abristes os olhos à luz, em todo êsse epinício antecipastes o que eu poderia e quizera dizer,

porque também, ha quasi 50 anos, tive a fortuna de apreciar os encantos do lindissimo torrão, onde nada falta à sua riqueza, desde os pomos saborosos de suas colheitas até o negro e precioso carvão mineral das jazidas do Tubarão.

Da mesma forma, pelas páginas da História são conhecidos, por mim e por todos, os feitos de vossos eméritos contrerrâneos, entre os quais avultam estadistas, magistrados, professores e artistas, já não falando da exímia heroína dos dois mundos, a excelsa Annita Garibaldi, ligada pelo coração e pelos laços da Igreja ao imortal exilado de Caprera, apóstolo convicto e destemeroso da Liberdade, a quem o nosso Governo acaba de prestar brilhante e merecida homenagem.

A' lista dêsses nobres Catarinenses, que com a maior justiça enumerastes, permiti sómente que eu acrescente dois: um, que é também dos nossos mais conspícuos companheiros — o exímio, o operoso Afonso Taunay, que, embora se haja distinguido em campo alheio ao torrão natal, ali nasceu, recebendo os efluvios do seu ar embalado e bendito, quando seu pai, o saudoso visconde de Taunay, dirigiu os destinos de Santa Catarina, em dias do Império. O outro foi o médico ilustre, o dr. Duarte Paranhos Schutel, formoso talento e apóstolo da Caridade, a quem conheci nos meus verdes anos, quando sôfrego e atento acompanhava nesta capital as adoráveis palestras, que em sua residência de estudante se realizavam com a assistência de Bruno Seabra e outros cultores de letras.

Dos vossos múltiplos trabalhos muito poderia agora dizer, sr. dr. Boiteux, si não receasse molestar nesta hora de júbilo a vossa conhecida modestia. Com o alto espirito, que vos caracteriza, e como grande patriota, falastes aqui belamente, mas só de Santa Catarina. De vossa personalidade, permiti, que eu diga em simples resumo: bacharel em ciências jurídicas e sociais, fostes secretário do Governo do Estado, deputado estadual e federal; fundastes o vosso Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Catarinense de Letras, o Instituto Politécnico e a Faculdade de Direito do Estado, na qual professastes Economia Política e Direito Administrativo; além disto, promovestes monumentos vários que adornam a vosso capital; e, para que nada faltasse, colhestes em Lisboa mapas e valiosos documentos para se dirimir o velho pleito de limites com o Estado do Paraná.

Em uma palavra, fostes sempre um benemérito servidor da Pátria querida, e, como tal, vindes abrilhantar êste Cená-

culo, onde por amor do Brasil e pelo esplendor de sua História se não poupam esforços nem fadigas.

Aí está porque, representando o sentir do INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO, o humilde *guasca* dos Pampas saúda com afeto e aberta cordialmente a mão do glorioso *barriga-verde*." (*Prolongadas palmas*.)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (presidente perpétuo) diz que a 16 do corrente completará 86 anos o orador que a assembléia acaba de admirar, e que é hoje o decano do INSTITUTO. Propõe, por isso, que o auditório, de pé, e com uma salva de palmas, desde já se associe à comemoração daquele aniversário e compareça à casa do sr. Ramiz Galvão para testemunhar-lhe o devido acatamento.

A seguir, o sr. PRESIDENTE declara que vai dar a palavra ao sr. Luiz Felipe Vieira Souto, para que este celebre a memória do grande naturalista *George Cuvier*, o denominado Aristoteles do século XIX e de cuja morte passara em 1932 o centenário.

Da tribuna, o sr. VIEIRA SOUTO lê o seguinte trabalho seu, analisando a vida de Cuvier.

#### A VIDA

"Aos 62 anos de idade, terminava em 13 de Maio de 1832, uma das mais fecundas existências dedicadas à ciência: Georges Leópol'd Chrétien Frédéric Dagobert Cuvier.

Nascido a 24 de Agosto de 1769, na cidade de Montbéliard, pertencente ao duque de Wurtemberg, de humilde posição social, alcançara, pelo esforço próprio auxiliado por incomparável inteligência, as mais altas posições na França.

Projetava-se o seu nome além das fronteiras, e pouco antes, Goethe, o grande gênio de Weimar, ansioso acompanhara a discussão tremenda travada entre Geoffroy Saint-Hilaire e Georges Cuvier. Numa época em que os meios de pesquisa faltavam, em que a Embriologia começava apenas a despontar, é admirável a intuição científica com que os privilegiados desvendavam os recônditos esconderijos da natureza.

A Cuvier deve a Medicina e mais do que ela a espécie humana a diretriz no estudo da Anatomia comparada, de tanta valia para o melhor resultado, da pesquisa diuturna dos cultores da Medicina, da Antropologia e consequentemente da Sociologia.

Ao lado da ciência original que professava, em seus múltiplos deveres, encontrava tempo para cuidar da His-



tória e da Literatura, onde brilhou no período de gênios em que viveu.

Desde a mais tenra idade, renunciara-se o homem futuro: aos quatro anos, lia correntemente; aos seis, explicara ao vê-la pela primeira vez, a fonte de Héron; aos 13 cursara, sempre detentor do primeiro lugar, o ginásio de sua cidade natal, onde fundara, com diversos colegas, uma sociedade estudantina, afim de aprofundarem melhor a História natural.

As obras de Buffon, já as lera na íntegra e com exactidão perfeita, desenhava as figuras do livro admirado, só com uma simples leitura descritiva do texto.

Aos 14 anos terminara os estudos secundários, possuindo também extensos conhecimentos matemáticos.

Difícil corria-lhe a vida, por serem poucos os recursos pecuniários da família. O pai, oficial protestante, servira à França e fôra condecorado com a ordem do Mérito militar, que substituiu a de São Luiz, para os militares não católicos, vivendo agora retirado em Montbéliard, da pequena pensão que percebia como reformado.

Entrementes uma cunhada do duque de Wurtemberg, conhecedora da fama do joven estudante, fazendo valer seu prestígio, obtinha uma *bolsa* na Academia Carolina, de Stuttgart, que o imperador José II acabara de transformar em Universidade.

Aí, durante dois anos, estudou Filosofia, escolhendo em seguida o estudo da ciência administrativa, para cursar. O motivo alegado por Cuvier foi prenunciador da inclinação para os laboratórios apenas entreabertos da natureza.

"E", diz êle, porque nesta Faculdade, se occupam muito da História natural". Um dos mestres presenteou-o com um *Systema Naturæ*, que durante algum tempo constituiu a sua biblioteca; redigiu um jornal, a que denominou: *Diarium Zoologicum*, em colaboração com Pfaff, Jaeger, Austenrieth e outros colegas, membros da sociedade por êle ideada e presidida, onde estudavam e pesquisavam os domínios ainda desconhecidos da História natural.

Formado em 1788, voltou à cidade natal, onde não obteve, siquer, modesta colocação.

Aceitou o cargo de preceptor na família de um gentilhomem protestante, o conde d'Hericy, morador na Normandia.

Desta época, datam suas pesquisas sobre os Moluscos,



uma das suas primeiras e principais glórias futuras; e pela função do cargo estudou datas genealógicas, braços e história da nobreza normanda, bem como em reuniões pseudo-populares realizadas em Valmont, onde discorria a respeito do que vinha estudando, fez relações com o agrônomo Teissier, enciclopedista extremado, que refugiado em Fécamp, dirigia o hospital militar local.

Estas relações com o filósofo foragido, fôram o limiar de sua glória. Teissier, pouco depois escrevia a Parmentier em Paris: "Encontrei uma pérola, ao revolver o entulho da Normândia".

Geoffroy Saint-Hilaire também recebeu cartas de Teissier, em que lhe eram enviados trabalhos de Cuvier, e entusiasmado, em fins de 1794, em uma epístola transbordante de admiração, exclama: "Vinde depressa representar aqui, entre nós, o papel de um nôvo Linneu, de um outro fundador da História natural". Efetivamente nos primórdios do ano seguinte, Cuvier acompanhado de seu discípulo chegava a Paris, onde a glória o esperava sôfrega.

O estudo da Zoologia em Paris estava em marasmo e Lacépède, Millin, e Lamarek envidaram grandes esforços para entregar-lho, sinão oficialmente, ao menos oficiosamente.

Interessante é notar não tê-lo Lamarek desejado para seu auxiliar, embora hipotecasse seu valimento afim de que o nomeassem suplente de Mertrud, velho cirurgião, cuja competência na cadeira de Anatomia comparada do Museum era das menos notáveis.

Cuvier desconhecia ainda as questões primordiais da Anatomia humana, mas a inteligência e o afinco às pesquisas em breve tornaram-no dentre os mais aptos.

Neste mesmo ano de 1795, foi eleito membro da Sociedade de História Natural, e o Instituto de França chamava-o por indicação de Lacépède a colaborar com os mais notáveis vultos da intelectualidade francesa.

Em 1796, foi nomeado para reger a cátedra de História natural da Escola Central do Panteon, onde, durante quatro anos, professou sem intervalos de modo admirável.

As honras e os cargos se sucederam sem descontinuidade até a morte, e embora Blainville haja querido diminuir o mérito das questões versadas por Cuvier de forma original a posteridade fez-lhe inteira justiça.

Foi o único dedicado à Zoologia, visto que os mais lúcidos contemporâneos enveredaram para outros ramos cien-

tíficos, assim: Bichat preocupava-se com as aplicações da Anatomia à Patologia; na medicina e principalmente na neuro-medicina, Pinel se consagrava; Millin enveredara pela Arqueologia; Brugnière e Olivier viajavam através a Persia lendaria; em Caiena, Cl. Richard vegetava descoroçoado.

Campo livre encontrou o joven sábio para alçar perante o mundo pensante as suas idéias adeantadas.

Antes do início do século XIX coube-lhe ainda a cátedra de História natural no Colégio de França, onde pontificara Daubenton.

A Sociedade Filomática designou-o para seu membro, nomeando-o para a Comissão das Artes.

A classe de Ciências físicas ou naturais do Instituto de França em 1800 escolheu-o para secretário, e três anos depois ao tornar-se perpétuo o cargo confirmaram-no nele. A Academia Francesa e a de Inscrições chamaram-no imediatamente aos seus quadros.

Aí pronunciaria êle notável série de elogios históricos, a que me referirei por miúdo dentro em pouco.

Acumulou vários cargos, e Napoleão Bonaparte fê-lo successivamente inspetor geral da Universidade, conselheiro da Universidade, conselheiro de Estado, designou-o para organizar os liceus de Nimes, Marseille e Bordeaux.

Foi fator preponderante em 1808 na criação da Faculdade de Ciências de Paris.

Em 1809 e 1810 fez parte com de Balbe e Coiffier, da comissão organizadora das Universidades de Parma, Florença, Sienna, Turim, Genova e Pisa. No ano seguinte missão idêntica levou-o a Holanda e em 1813 a Roma.

Quando da Restauração, Luiz XVIII continuou a messe de honrarias, nomeando-o chanceller da Universidade, director dos cultos dissidentes, barão e grão-cruz da Legião de Honra. Em 1818, instado para que aceitasse ser ministro do Interior, recusou.

Sob Carlos X, presidiu duas vezes a comissão de instrução pública quando da nomeação de Frayssinous para grão-mestre da Universidade, foi encarregado de funcionar como grão-mestre em relação às Faculdades de Teologia protestante e em 1827, director dos cultos não católicos.

A êle deve ainda a França o estabelecimento das comissões cantonais para a instrução primária, os concursos de agregação para rejuvenescimento dos corpos ensinantes; e introdução no ensino secundário clássico de cursos de História, linguas vivas e História natural.

Em 1816 e em 1820 empolgou as Câmaras na qualidade de comissário do rei, ao defender, entre outros, os projetos de lei eleitoral, pelo vigor de seus discursos.

Já no ano anterior conseguira diminuir o rigor das côrtes dos prebostes e fizera suprimir o artigo das conspirações, bem como impedira o princípio da retroatividade.

Defensor convicto da liberdade, não admitindo pês ao pensamento, recusou, em 1827, o cargo de censor da imprensa, que lhe oferecia o ministério Polignac. Recusa soberba, e fundamentada, que deixou em dificuldades o orgulhoso duque representante dos validos de Maria Antonietta, que não se pejaram de a abandonar na hora do perigo.

A carreira ascendente de Georges Cuvier terminou ao ser nomeado par de França, por Luiz Filipe na revolução de Julho.

Lhano no trato, Cuvier abandonava suas prerrogativas e discutia ciência de igual para igual, com seus discípulos. Caracteriza esta faceta de seu caráter o episódio narrado por Dumas, do Instituto: "Cuvier, diz elle, tratava todos os sábios como seus iguais; queria ser por elles tratado da mesma forma. Ainda o vejo discutindo com um jovem naturalista certo ponto de Anatomia, e sem pretensão sustentando seu ponto de vista, enquanto a cada frase retorquia o interlocutor: "Senhor barão! senhor barão! — Aquí não ha barão, disse-lhe amistosamente Cuvier, e sim dois sábios procurando a verdade e ante ela se inclinando."

A França entre as homenagens excepcionais que à sua memória prestou, fez erigir duas estátuas: uma de bronze por David d'Angers, na cidade de Montbéliard, e a outra, em mármore, na galeria mineralógica do Museu de História Natural de Paris, por David, também autor do busto existente no Museu dos Trabalhos Públicos. Pradier e M. A. Bury executaram, o primeiro, um busto em mármore, e o segundo, medalhão de bronze, expostos ambos no Salão de 1833."

Dentre os que estudaram a vida e a obra do grande zoólogo, sobresaem L. Hahn, Geoffrey Saint Hilaire, Drocrotay de Blainville e Flourens.

Dou maior valor aos dois últimos, sucessores seus, o primeiro no Museu e o outro no secretariado perpétuo do Instituto. Um, detrator sistemático, o outro, fervoroso admirador. Dêles, o segundo é o mais verdadeiro, pois entre o inimigo intransigente e o amigo entusiasta, este apesar de exagerar por vezes é mais imparcial do que aquele, corrompido pela inveja.

## A OBRA

Falando dos que estudaram e criticaram a obra de Georges Cuvier, destaquei Ducrotay de Blainville e Pierre Flourens.

O primeiro, apesar de naturalista insígne, não conseguiu fruir de renome e honrarias iguais às que foram tributadas ao segundo, aliás de muito maior valor no terreno científico.

Ambos protegidos por Cuvier, que lhes abriu e dirigiu a carreira médica, sómente Flourens manteve-se fiel ao mestre, tendo de Blainville guerreado a obra do professor, mais por contradição sistemática do que por motivos outros.

Para demonstrar esta modalidade de Blainville, basta citar o que escreveu Cuvier, ainda nos tempos de boa amizade: "Perguntai ao sr. de Blainville sua opinião sobre o que quer que seja, ou mesmo dissei-lhe bom-dia, responder-vos-á não". Isto define um homem e patenteia a nenhuma importância de suas invectivas.

Flourens, ao contrário, médico de renome, literato de valor (em disputada eleição na Academia Francesa, em que concorria com Victor Hugo, foi vencedor, e na sua poltrona suceder-lhe-ia Claudio Bernard, também seu continuador nas pesquisas fisiológicas), acompanhou sempre Cuvier, que no leito da morte o indicou para seu continuador, no secretariado perpétuo do Instituto, sendo o primeiro elogio histórico que pronunciou, o do mestre inesquecível.

Cuvier ao ler o trabalho de Flourens sobre as propriedades do sistema nervoso nos Vertebrados, exclamou no relatório prestado à Academia: "Ter imaginado as experiências que servem de base a este trabalho, é feito de um gênio, que só por isto mereceria nossa admiração."

Além do discurso fúnebre de Cuvier, publicou dois trabalhos em 1841 e 1865, intitulados: *História dos trabalhos de Georges Cuvier* e *Da unidade de composição e do debate entre Cuvier e Geoffroy Saint-Hilaire*.

Entremos, porém, no estudo dos trabalhos históricos publicados.

Destaca-se primeiro o: *Relatório histórico sobre as ciências naturais desde 1789 e sobre seu estado atual*, apresentado ao Governo em 6 de Fevereiro de 1808.

É um trabalho um tanto apressado, devendo ser levada em conta a mocidade e a multiplicidade de ocupações do autor. De Blainville censura-o dizendo ser grande a parcia-



lidade de Cuvier, exaltando os amigos e deturpando o valor dos inimigos, além de patentear incompetência em questões técnicas; aliás esta é a mesma censura feita aos seus relatórios anuais sobre as ciências físicas e naturais, publicados ininterruptamente de 1803 a 1830.

Tal não se dá e de Blainville usa aí dos processos do bom julgador...

*As Reflexões sobre a marcha atual das ciências e suas relações com a sociedade* são obra de muita valia, no ponto de vista da história científica.

O artigo publicado nos *Anais do Museum* sobre as coleções por êle organizadas é testemunho da capacidade de trabalho, desenvolvida na direção do estabelecimento que, possuindo em 1798, data em que começou a dirigi-lo, 102 peças, viu este número aumentado para 2.998, cinco anos depois e quando da morte de Cuvier subiam a 13.313. "De Blainville, diz-nos L. Hahn, que o succedeu, não soube manter as coleções reunidas por Cuvier no seu verdadeiro nível, e é a êle que se deve attribuir a sua decadência".

Eis, senhores, o valor moral de quem se arvorou em intransigente crítico de Cuvier!...

Das suas produções históricas, ressaltam contudo os "Elogios históricos lidos nas sessões públicas do Instituto de França".

São pequenas biografias de perfeito lavor, onde vemos se movimentarem as grandes figuras desaparecidas na vigência do secretariado perpétuo de Cuvier. Distinguem-se das demais por uma graciosa abundância de fôrma e pela justeza dos julgamentos, num período difícil em que os homens da revolução deviam ser exaltados sob Napoleão e sob a Restauração. Era o choque das idéias políticas contra a verdade científica. Mas Cuvier com extraordinário tino, principalmente notado no elogio de Fourcroy e no de Broussonet, onde imparcialmente julga a Revolução e os realistas, soube ladear habilmente as arestas do assunto.

Nos de Haüy, Herschell, Delambre e Bertholet são as características das diversas épocas científicas, que traça com pleno conhecimento de causa; e ao falar de Lacépède invectiva o poder que incriminara a um de seus membros as opiniões do Instituto: "Mas aqueles que, em tais circunstâncias, tiverem a felicidade de conservar a obscuridade, deveriam pensar o que há de injusto em increpar ao órgão de uma companhia as palavras e os atos que ela lhe impõe e talvez mesmo que-



rerem que uma companhia conservasse alguma liberdade ante aquele que não a deixava a soberano algum". Não conheço maior, nem melhor definição da prepotência napoleônica.

Mas de tudo quanto escreveu sobre os sábios ilustres: Dautenton, Priestley, Desessarts, Olivier, Brugnières, Corvisart, Pinel e tantos outros, ultrapassam magníficas as suas palavras sobre a utilidade dos panegíricos: "As pequenas biografias escritas com benevolência, às quais se deu o nome de elogios históricos, não são unicamente testemunhos de afeição que as corporações sábias crêm dever aos membros arrebatados pela morte; oferecem, também, a mocidade exemplos e advertências úteis; e à história literária, documentos preciosos. Entre a multidão de trabalhos pessoais que contribuem quotidianamente a estender os conhecimentos humanos, escapariam muitos à memória e ao reconhecimento dos pósteros, si mãos amigas não se apressassem em consigná-los por escrito. Nada é mais próprio a multiplicar estes trabalhos do que as manifestações públicas de aplausos que recebem. Quantos espíritos jovens nossas solenidades literárias inflamaram e lançaram numa carreira nóbre sem dúvida, mas penosa e perigosa; porque, força é confessar, é facilimo aí o transviar-se! Mas é precisamente uma outra utilidade dêste gênero de escritos, e quiçá a principal, o acentuar os caminhos tortuosos em que tantos homens superiores enveredaram, seduzidos pela imaginação ou pelo desejo de rapidamente fruir os aplausos da multidão.

"A vida dos sábios nos ensina a cada página, que as grandes verdades só foram descobertas e estabelecidas por meio de prolongados e solitários estudos, dirigidos constantemente sobre um assunto especial, guiados incessantemente por uma lógica desconfiada e severa. Em toda parte vê-se não alcançarem o fim colimado; é o homem que dissipa as forças espirituais applicando-as em questões as mais variadas; é aquele que abandonando a experiência e o cálculo se emaranha nas próprias palavras e raciocínios; é o que, apressado em gozar, não dá ao assunto tempo e atenção exigidos".

Esta é a parte literária e histórica da obra de Cuvier, mas apesar de ter sido algures apelidado o *Bossuet do Instituto*, pela pujança de suas orações, foi imensamente maior a projecção exercida nos domínios da Zoologia pela sua personalidade, e esta projecção só por si bastaria para consagrá-lo.

São os trabalhos de Anatomia comparada o mais belo dentre os seus títulos de glória, pois nêles se acha a lei das correlações, base da Paleontologia.

Em 1800, appareceram os dois primeiros volumes das *Lições de Anatomia comparada*, primeiro trabalho sobre a questão, trazendo à guisa de prefácio: *Considerações sobre a economia animal*, onde o princípio das correlações orgânicas, que elle cria, a grande lei da organização, é explanado de modo sublime.

Si tudo não é original nestes dois volumes e nos três completadores da obra, apparecidos em 1805, por aí estarem substanciados estudos de Vic-d'Azir, de Daubenton e outros mais, ao menos, e este menos é tudo, a Anatomia é encarada de uma maneira philosophica, abrindo na trilha de Swammerdam, Stenon, etc., uma larga estrada iluminada, por sol meridiano, aos estudiosos do futuro.

E' elle que sistematiza o estudo da Anatomia, não ficando adstricto ao homem, porém descendo na série animal, minuciosamente. E' a Zoologia que surge magestosa do seu cérebro criador e da genialidade de sua pena, em quatro volumes apparecidos em 1816, com a colaboração dos discípulos dilatos, e intitulada: *Reino animal distribuido segundo sua organização, para servir de base à história natural dos animais e de introdução à Anatomia comparada*. Estudo completo, definitivo, onde o génio coordenador, vasto e luminoso de Cuvier, se exalta sobremodo, nesta tarefa philosophica, só possível, quando feita por individuo genial.

As condições de existência e a subordinação dos caracteres são explanados com elevação e originalidade na introdução, após ser definida a História natural.

Sucedem-se na Zoologia, e na História natural: *Pesquisas anatômicas sobre os répteis, encarados sob o ponto de vista duvidoso; Relatório sobre os progressos das ciências naturais; Ensaio sobre a geografia mineralógica dos arredores de Paris; Memória para servir à história e à anatomia dos moluscos; História natural dos peixes*, em que são classificadas mais de 5.000 espécies, e tantos outros, para os quais não são precisos como elogio, mais do que dizer serem dignos da obra de Cuvier.

Nos seus trabalhos diz-nos Flourens: "Tudo era novo, mas também tudo neles era tão evidente, que foram geralmente adotados".

Mas o que concorreu mais eficientemente para o estabelecimento do seu crédito foi o princípio ou lei das corre-

lações orgânicas, exposto de forma notável por éle. Cuvier designou sob êste nome a lei de harmonia ou de *consensus* das funções e dos órgãos que se manifesta em cada ser viço.

Por ingerência de suas funções era obrigado a versar a História natural e, sendo ela a meta das suas inclinações privadas, consubstanciou a frase de Pascal: "Oh! quão felizes são os que, com uma interna liberdade e queda invencível da vontade, amam perfeita e livremente o que são obrigados a amar necessariamente".

Uma correlação necessária liga as funções entre si. Assim demonstra a correlação da circulação com a respiração, aquella e esta à irritabilidade nervosa, que por sua vez é ligada à ação nervosa.

Da correlação das funções deriva forçosamente a correlação das formas, graças à qual cada espécie será reconhecida por fragmentos de uma de suas partes.

O grande naturalista mostra em cada ser organizado um conjunto, um sistema único fechado, cujas partes se correspondem entre si, concorrendo por uma reação recíproca à ação definitiva.

As correlações de forma que resultam necessariamente das funções denominou-as de racionais, as demais verificadas por ilações, empíricas as chamou.

"Há grande número de casos em que nossos conhecimentos teóricos das relações de forma não bastariam si não estivessem apoiados na observação. Vemos bem, por exemplo, que os animais portadores de cascos devem ser herbívoros, visto que não possuem meio algum de apoderar-se das presas; vemos, outrossim, que não tendo as patas deanteiras outro uso sinão sustentar o corpo, não precisam de espádua tão vigorosamente constituída, donde a ausência de clavícula e acrómio, e a estreiteza do omoplata, não tendo necessidade de movimentos de supinação e pronação, o antebraço, o rádio e o cúbito serão soldados, ou ao menos articulados por gínglimo e não por artródia com o humero... etc.

Antes dêste era crença corrente pertencerem os fósseis animais a espécies vivas. Contra isto haviam se insurgido Camper, Soemmersing, Blumenbach e outros, sem encontrar êco.

Cuvier, entretanto, provou com pesquisas demoradas e concludentes por meio de comparações anatômicas minuciosas a diferença real entre os seres atuais e os fósseis.

Estudou meticulosamente a osteologia dos grandes quadrúpedes em primeiro lugar, e quando do seu perfeito conhecimento, lançou-se ao estudo dos esqueletos fósseis, constatando por exemplo o que o mamouth muito se aproxima do elefante indiano, classificando-o, apesar das diferenças, no mesmo gênero; o mastodonte, apesar de apresentar semelhanças, dêle difere mais que o mamouth; que o paleotério semelhante ao tapir, em alguns pontos, etc. O escopo principal de Cuvier foi ressaltar as diferenças, por pequenas que fossem, entre os fósseis e os atuais.

Admitia as revoluções terrestres, em que a vida animal desaparecia, para surgir, sob formas novas, tempos depois.

A ciência progrediu, estabeleceu os princípios atuais (verdades hoje, utopias amanhã), porém a base foram seus estudos enfeixados nos: "Discursos sobre as revoluções da superfície do globo e sobre as mudanças por elas prometidas no reino animal", obra refundida e grandemente aumentada após sua morte por Lyell, Humboldt, Flourens e Lindley; e "Pesquisas sobre as ossadas fósseis", pedra angular da Paleontologia.

Ele mesmo nos dá conta do prazer experimentado ao constatar o valor de seus estudos: "Não tenho expressões para pintar o prazer que experimentava, vendo à medida que descobria um caráter, tôdas as consequências mais ou menos previstas dêste caráter, se desenvolverem sucessivamente: os pés se achando de acôrdo com o que haviam anunciado os dentes, os dentes o que anunciavam os pés, os ossos das pernas, das coxas, todos os que deviam reunir as partes extremas, de acôrdo com o previsto, em uma palavra, cada uma destas espécies renascer, por assim dizer, de um único dentre os seus elementos".

As fronteiras de um país, por mais dilatadas que sejam, não podem conter a gloria de um homem destes. Os sábios da estatura de Cuvier pertencem à humanidade. Os contemporâneos, cegos pelas paixões terrenas, podem se arvorar em detratores de sua gloria, mas o valor da obra de cada um deles será julgado um dia pela posteridade. Um século afasta-nos da obra de George Cuvier, e apesar de parecer às vezes extinta no seu fulgor, é como o fogo do borralho, que apenas adormecido sob cinza, espera leve aragem para brilhar com a crepitação primitiva.

Quanto a Cuvier e sua obra, a posteridade já fez a justiça predita por Flourens, no Instituto de França, ao fazer-lhe o elogio histórico:



"O tempo, que apaga tantos outros nomes, perpetua ao contrário e cerca incessantemente de novo fulgor o nome destes homens raros que parecem ter revelado novas energias da inteligência e dado novas forças ao pensamento. E como seu espírito, ultrapassando o século, tinha sobretudo visado a posteridade, não é sinão dela, da sucessão dos séculos, que eles podem esperar tudo que lhes é devido de reconhecimento e admiração". (*Palmas.*)

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz mais que a sessão se consagra também a manifestar que o INSTITUTO se associa às festividades garibaldinas que, em vários países da Europa e da América, se estão realizando. Como orador especial do INSTITUTO, dá a palavra, para esse fim, ao sr. Pedro Calmon, já escritor e orador laureado por valiosos e numerosos trabalhos.

O SR. PEDRO CALMON, subindo à tribuna, pronuncia o seguinte discurso:

"Sr. presidente do INSTITUTO, sr. embaixador da Itália, senhoras e senhores:

Foi o último romântico. Na sua vida couberam todas as atitudes românticas. Ela respira no alto mar a poesia das navegações, embebe-se no pampa da melancolia do deserto, enche-se nas montanhas de um grave panteísmo, ilumina-se do clarão dos combates na floresta, na planície e no oceano, e o mesmo poncho-pala que o embrulha, drapejando a vicunha gaúcha ao minuano livre, é na América e na Europa, na cochilha e na velha Itália, em Coritíbanos, na serra catari-nense, e sobre o Janículo em Roma, a bandeira da romântica revolução. Poucos heróis terão florido na história dos povos com a sua odisséia tão persistente, tão dolorosa e tão vasta: naquela estatuária de rebelde havia um belo agitador lírico da raça dos grandes capitães; mas naquele amplo peito marujo um sensível coração de homem podia purificar-se no maior amor. A fatalidade romântica que lhe foi a epopéia, não faltou a José Garibaldi uma singular, bizarra figura de mulher. Annita completa-o e engrandece-o; ele a merece, e por isso a teve; ela lhe corresponde, e por isso o seguiu: é um assombroso casal de guerreiros que atravessa a cavalo, o ponche-pala gaúcho sacudido à ventania, um cenário selvagem, que é o pampa, e um cenário classico, que era Roma; e fica na retina espavorida das multidões como um casal novelesco, dos antigos livros, cuja cavalgata se perdesse, com écos trágicos, mais de poemas que de história, nos longes



do céu. E' amarga e sangra: Garibaldi era o gênio da luta, mas dos cavaleiros andantes: como êles peregrino das causas fracas, tinha a irresistível vocação do sofrimento e da perseverança, sempre a açacalar nas pedras do exílio a espada que desembainhara pela liberdade.

Ainda nisto, ou nisto principalmente, era o romântico "condottiere" que, tão alto já o século XIX, parecia saído, armado e agil, de uma iluminura dos Livros de Cavalaria. Outros, arrebatados na asa da fortuna, resplandeceram pela sua ventura, uma batalha bem ganha lhes bastou, muita vez, para uma fácil immortalidade. Êle não: foi em tôda parte o vencido. A sua primeira sortida acarretou-lhe a condenação à morte, decretada pelo Govêrno sardo. Emigrou. Fez-se corsário da República riograndense em guerra com o Império do Brasil. Pelejaria naquele tempo por qualquer população revoltada, que tomasse as armas num desfôrço furioso. E não puderam as suas goletas resistir à esquadra imperial, nem os seus centauros conter depois a ofensiva legalista. A sorte traíu-lhe em Santa Catarina e no Rio Grande e continuou a atraioá-lo no Uruguai. Porque era do seu destino bater-se pelos humildes e pelos debeis, contra os fortes e os opressores. No Brasil batalhou por uma República de indômitos guerrilheiros, sôbre cujos campos se despenhavam as legiões, sôbre cujas costas se batiam, num assalto de águilas, todas as velas do Império. No Uruguai combateu por uma cidade sitiada e uma população prisioneira, contra a armada argentina e um formidável exército. Corre em seguida à patria inditosa, roubado pelo sonho às realidades políticas, arvora em Roma uma bandeira republicana, ergue no Janículo a sua tenda gauchesea, faz retinir na Via Appia as esporas pampeiras, desperta entre sagradas colunas as vozes históricas da cidade intangível, e é a França, e é o pontífice romano Nosso Santo Padre, e é mais adeantê a Austria-Hugria e é o passado, são os Bourbons, de Nápoles, é o "equilíbrio europeu" que êle tem por adversários. Derrotam-no os monarcas coligados, vencem-no as forças tradicionais, e maior na desgraça, pela temeridade das retiradas, do que no triunfo passageiro, quando se lhe anuvia o semblante diante dos companheiros mortos — se torna o fugitivo odiado — como si uma maldição de origem lhe mal-sinasse as generosas campanhas, as bravas incursões, as loucas empresas. De fato, Garibaldi, homem do povo que se fizera no mar, era como o marinheiro do seu país a quem os temporais, provando e endereçando, afizeram às malaven-

turas, que passam a ser as suas emoções habituais. Não descreu, não desanimou, não perjuro. Costumava dizer que aprendera no Brasil, com os "farrapos" de Bento Gonçalves, os cavaleiros de Canabarro, os marujos da barra do Camaquan, a arte de ser paciente e infatigável; essa arte libertou e unificou a Itália. Vestira-se com efeito da energia pampeira como do seu poncho-pala e nunca mais a arrancou de si, com também ao poncho, simbólico de uma mocidade e de um ideal, que o sol brasileiro afogueou uns dias idílicos de Julho.

### ANNITA

Annita é a explicação de Garibaldi, é o seu apoio, é o entusiasmo que o orienta ao encetar a carreira aventureira, é o amor que o salva nos desenganos de 1841, é a coragem que o incita e reanima nas vicissitudes da sua alta façanha.

E como eles se amaram! Tudo nesse imenso amor foi romanesco e lancinante, como se o devessem ocultar ao mundo e defendê-lo do mundo, amor bárbaro e leal de um paladino e de uma camponesa, cuja paisagem foi um campo de batalha, onde a golpes de lança alguns sonhadores abriam o caminho aos seus sonhos. Viu-a em Laguna, à beira-mar, quando, capitão-tenente "farroupilha", comandante da esquadra rio-grandense, reduzida então a duas garopeiras, dominara com os seus rodízios a capital da "República Juliana". A República Juliana, a esquadra rio-grandense, os seus galões de comandante, eram outros tantos elementos do mesmo sonho formoso, em cujos refegos pulsava o coração de uma juventude. A província de Santa Catarina julgara-se tão capaz de independência e soberania como a de São Pedro, irmã mais nova, e hasteara imprevisivelmente, no seu campanário colonial, onde moravam andorinhas, na Laguna pacata, o estandarte republicano. O italiano que comandava a goleta "Itaparica" era, ali no porto, o senhor do oceano. Tudo para Garibaldi era estranho e incrível, naquela terra verde, entre aquela gente idealista, em face daquele mar deserto, num panorama que parecia arrumado para a festa de uma raça... Entretanto, aos 29 anos, com o destino ligado ao de uma revolução sangrenta, não amara ainda esse apaixonado voluntário da liberdade. A vida era-lhe vazia, e entretanto começava. Foi-lhe vazia até que a viu.

Junto de um poço, Annita desalterava viajantes. Não diria que fôsse formosa; seguramente não o era. Mas nos

seus olhos negros faiseava a inteligência e a alma falava; o seu corpo delgado tinha a graça arisca da corça; e a fisionomia de enérgico traço irradiava aquela imperturbável firmeza, que não a abandonou jamais. Olharam-se. Compreenderam-se — contava soluçando Garibaldi, depois de a ter perdido. Que importava a êle a humildade da brasileira? Que importava a ela o mistério do estrangeiro? Ele era um forte; vogava ao léu das ondas combatendo por Piratini. Boquejava-se que fôra um pirata tismado pelo crime nos golfos do Mediterrâneo. Mentira; não podia ser um celerado o homem que se parecia com Jesus — com a face triste emoldurada por uma barba negra, boiando nos olhos claros a nostalgia do destêrro... Ela era uma pobre rapariga que, ao pé de um poço, mirando-se nele, pensava nas grandes cousas que os homens fazem quando são as idéias que os dirigem e é a liberdade que lhes acena. Garibaldi adivinhou-a e lhe disse apenas: "Virgem, pertences-me". Annita acompanhou-o.

#### SEGUINDO O MARINHEIRO MISTERIOSO

Tudo deixou para seguir o marinheiro misterioso. Nunca mais souberam dela em Laguna, reapossada depois pelos imperiais, repelidos os "Farrapos", dissolvidos em patrulhas por serras e cochilhas. Morreu para a família, que abandonou. A população transida à beira do mar, à sombra do seu campanário, entre duas invasões de tropas truculentas, idealizou com pavor um rapto absurdo, um caso funesto de amor, o fim da moça no torvelinho da guerra que era como um boqueirão de águas bravas.

Ela ressurge transformada em marítimo a bordo da *Rio Pardo* e recebe à vista de terra catarinense o batismo de fogo. É o brigue *Andorinha* que arremete à força de pano, soltando cutelos e varredouras, no penol da carangueija tremulante a bandeira auri-verde, e rompendo o fumo das próprias canhonadas tenta a abordagem. Uma mulher, de espingarda em punho, comanda a fuzilaria. Ceifa a maruja adversária, caçando-a a tiros de escopeta, contém à distancia o inimigo e alenta os republicanos exaustos. O *Andorinha* desiste do ataque, e Annita, heroína da refrega, conta no taboado lavado de sangue metade da equipagem morta. Reaparece, artilheira, na Lagoa dos Patos, enfrentando a armada imperial, cujos vinte e dois navios se enfileiravam diante da barra; na esteira

de três lanchões. Garibaldi, que realizara um desembarque, apercebe-se tarde da situação; deixara a *Rio Pardo* desguarnecida e já não podia escapar-se à prisão, que era a lagôa. Um pensamento domina-o: alcançar a goleta antes de investir o inimigo o canal. Precipita-se no escaler, e estremece de surpresa ao ver o seu barco envolver-se de repente numa coluna de fumo e o clarão de um tiro despertar pela imensidade um éco de combate. É Annita que lá está, debruçada sobre o canhão, lançando a toda a esquadra, que se aproxima, o desafio da República de Piratini. Depois... foi a luta, a destruição dos lanchões, o morticínio, o salvamento. As balas respeitam-na. Ela reponta no viso da cordilheira, feita amazona, à frente da cavalaria que investia Lages e Coritibanos. E a estrêla de Garibaldi empalidecera. Sem navios para a sua cabotagem, faz-se caudilho sertanejo. Porém é de nóvo batido e os seus esquadrões retiram. Annita lança o cavalo sobre partidas inimigas, debanda-as, espaldeira-as, volteia, carrega, rechassa. O sabre cintilante num punho varonil: mas a súbitas o círculo se fecha, um balazio derruba-lhe a montaria, salta da séla pronta para ferir e a desarmam, vinte homens contra uma mulher. É prisioneira de guerra. Sua fisionomia era má, com a mascara da pólvora e do pó enegrecendo a face doce; a roupa em tiras vestia-a com a indumentária bizarra do "farroupilha"; assustava, como uma leôa nova e odienta apresada em plena mata. Suplicou que lhe permitissem revolver o campo da peleja, para dar aí sepultura ao cadaver do seu homem. Debalde o procurou entre os mortos: Garibaldi safara-se a tempo, no rumo de Lages. Devia então reunir-se-lhe. Noite velha, pulou sobre o lombilho de um "murzelo" e esporeou-o — para a floresta e para o sul. Por quatro dias, sem comer, quasi sem beber, numa espantosa corrida através da floresta virgem e tenebrosa, do campo ensolarado, dos rios cheios, cavalgou sem cessar. Fugiam dela os lavradores, como si vissem um duende cruzando o sertão no seu cavalo-fantasma; os próprios piquetes imperiais desapareciam a galope quando ela varava as "canchadas", os cabelos soltos ao vento, negra e enclavinhada como uma feiticeira; e por muito tempo crearam que não fôsse mulher, sinão força diabólica que disparara pelo mundo escanchada num "murzelo" doido... Até que no rio Canoas, impetuoso, o corcel lhe faltou sob os joelhos e a tomou a corrente nos seus cachões. Seria a



morte, si não a salvasse o seu amor. Quando as energias se lhe esvaíam no quebranto, desgovernado o cavalo e a torrente a impeli-la para a voragem, a saudade de Garibaldi e o instinto materno, que já lhe florescia na alma a primeira alegria de uma outra vida que na sua palpitava — deu-lhe braços para reter o animal, como que o suspendeu sobre as ondas e atirou-o, esfalfado, sobre a margem oposta. Em Lages, Garibaldi a recebeu estupefato. Recolheram-se ao Rio Grande. Na estância de São Simão lhes nasceu Menotti. O filho de Annita podia chamar-se Moacir, como o filho de Iracema. Nascera da dor: Menotti era a recompensa de Deus, que lhes abençoara a união. Mas na dor, continuaria a viver Annita, com o filho aconchegado ao peito, e na mão direita, firme e viril, a espada que brandira em Coritibanos.

Apenas aquela criança revela-a a si mesma: é a grande mãe.

#### PARA O ESTRANGEIRO

Deixam o Rio Grande e acolhem-se a Montevideú. Casam-se um dia, na Igreja de São Francisco de Assis. A miséria af se entrança de glória, e Garibaldi, ora professor de matemáticas como fôra em Constantinopla, ora almirante de barcos como fôra em Imbituba, se torna um "condottiere" célebre. Seu desinterêsse, a sua bravura, o seu idealismo, esmaltam-lhe de beleza o infortúnio; a Itália, por isso, o reclamava. A Itália era a idéia maior. Era o longínquo pôrto que o esperava, "serva Itália, nave senza machiero in gran tempesta..." Era a sua grande ambição. Expungí-la de estrangeiros — e uní-la. Annita vai primeiro. Garibaldi segue afinal, com legionários italianos que nele confiam, para a libertação da pátria. É Roma. Uma orgia de poetas faz-lhe a república — cantando; um esplêndido exército de republicanos faz-lhe a defesa — morrendo. Garibaldi excede-se em gallardia e tenacidade. É ao Império Francês que ôle afronta; é à Europa apostólica; é à coalisão das nações; é a quatro exércitos. Annita vem-lhe ao encontro, é a aliada que não lhe falta, quando lhe falta tudo. Depois, o fracasso, a iminente capitulação, a retirada do general a quem a espôsa acompanha, ordenança do sofrimento, com a espada de Coritibanos suspensa à ilharga — até a Romagna, às lagrimas, à região



paludosa que a lord Byron lembrara, 30 anos antes, o espírito de Dante.

## NA ROMAGNA

As febres de Ravena, que, com os fins do estio, remordiam, afugentando os camponeses, apossam-se de Annita. Debilita-se, prostra-se, soergue-se, resiste à molestia, que se lhe agrava, com o heroismo da sua vontade irreduzível. Não pode ceder. Garibaldi tem a seu encalço milhares de soldados, que lhe rastreiam a fuga sinuosa, e fazem da sua prisão, vivo ou morto, o ato terminal da submissão italiana. Não pode ceder. E não cede, até que à vista de uma casa, na campina da Romagna, as forças se lhe quebram, e ela tomba. A casa é em terras do marquês de Guiccioli.

Guiccioli... Romagna... Ali amou Byron à Teresa; fôra naquelas terras palustres que a doce Guiccioli prendera Child Harold na trama do seu amor romântico; ali, sobretudo, olhando um horizonte arqueológico, escrevera êle, em 1819, a *Profecia de Dante*. Não era de Dante, era de Byron. "O salvador mortal que te fará livre — apostrofara, naqueles sítios que as febres devastavam ao findar do verão — o teu salvador mortal, ó Itália, talvez já tenha nascido..." Fôra em 1819. Garibaldi nascera em 1807. Seria esse "salvador mortal"... Annita desfaleceu sobre um leito campesino. Ia morrer. As suas últimas palavras confirmaram a sua vida cheia de fé. Foram para os filhos — e para a Itália.

Não a sepultou Garibaldi. Acercavam-se os austríacos. O feitor da herdade prometeu-lhe dar honesto túmulo à mulher que, morrendo, lhe ordenara viver. Fugiu, a alma despedaçada, sombra de si mesmo, deixando na terra da Romagna o seu melhor soldado, que fôra sua esposa. Fugiu, para o exílio, outras guerras, a vitória afinal — a vitória imperecível — e a apoteose. Naquela treta noite, o corpo de Annita não repousou em chão cristão. Alucinado de pavor, o camponio conduziu o cadáver a uma distante lezíria e o escondeu na areia. Descobriam-no depois, porque o denunciaram cães lamurientos. Instaurou-se processo para apurar dúvida quanto à morte suspeita da rapariga, e sobre o homem que albergara Garibaldi pesou a acusação de ter estrangulado uma desconhecida mulher, louca talvez, que errava pelo país de Ravenna!!.

Essa mulher, cujo sono a posteridade guarda, honrando-a com a sua terna admiração, que o tempo acresce, ainda hoje lá está a cavalgar um rebelde cavalo de pedra, feita estátua colossal sôbre o monte Janículo, em Roma. Mártir sublime do seu amor e do seu sonho, o corpo que os alãos desencovaram no areial da Romagna repousa no coração das civilizações, que é a Cidade Eterna; e o monumento que a representa, colhendo as rédeas ao seu "murzelo", os cabelos desgrenhados, batida a fronte inspirada pelo minuano que traz ao Rio Grande as tempestades dos Andes — o monumento de Annita Garibaldi acaba de ser inaugurado pela Rainha da Itália.

*(Prolongados applausos.)*

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*Presidente perpétuo*), ao finalizar a sessão, manifesta o agradecimento do INSTITUTO e o seu próprio ao sr. Pedro Calmon, que traduzira perfeitamente os sentimentos da tradicional associação, motivo por que o felicita.

Glorificando a Annita Garibaldi, declara o sr. presidente, — única mulher brasileira, ou americana, a quem já se levantou um monumento público no Velho Mundo, a Itália enalteceu o nome do Brasil. É mais um laço afetivo entre a velha e grande nacionalidade européa e a joven e também grande nacionalidade da América. Muitos e de longa data são estes laços. Sem falar na numerosa, trabalhadora e honrada colônia italiana que tanto contribue para a prosperidade da nossa Pátria, lembremos que um príncipe italiano, conde de Aquila, desposou em 1844 a princesa brasileira dona Januária, filha do fundador do Império e irmã de d. Pedro II. Um príncipe brasileiro, d. Luiz de Orleans e Bragança, desposou em 1908 a princesa italiana dona Maria Pia de Bourbon. D. Pedro II, em 1843, desposou a princesa italiana d. Tereza Cristina Maria, terceira imperatriz do Brasil, que, durante 46 anos, degníssima consorte do Magnânimo, ocupou o trono, revelando tamanhas virtudes que mereceu o título de Mãe dos Brasileiros. Dêsses três casais houve decendência que misturou o nobre sangue italiano ao brasileiro; tem-no assim Isabel a Redentora.

Retribuindo o culto que a Itália tributa a uma brasileira, conjuge de um insigne italiano, veneremos uma italiana, casada com o insigne brasileiro. Veneremos a Itália que a incomparáveis glórias de um passado multi-secular acresce agora a de possuir duas das mais altas figuras da

Humanidade: na ordem espiritual, Pio XI, na ordem temporal, Benito Mussolini. Saudemos a Itália na pessoa do seu digníssimo Embaixador que, com a sua presença, realçou o esplendor da sessão. (*Muitas palmas.*) — Agenor de Roure, 2º secretário. — (Encerra-se a sessão às 18 1/2 horas.)

#### 4ª SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA AOS 20 DE JULHO DE 1932

PRESIDENCIA D SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*Presidente perpétuo*)

Às 17 horas, abre-se a sessão com a presença dos senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Luiz Antonio Vieira da Silva, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Luiz Filipe Vieira Souto, José Mattoso Maia Forte, Alfredo Ferreira Lage, Fernando Antonio Vieira Ferreira, Alexandre Emilio Sommier, João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, Manuel Tavares Calvalcanti, Mario de Souza Ferreira, Hubert Knipping, Virgilio Corrêa Filho, Antonio Borges Leal (Castello-Branco, José Wanderley de Araujo Pinho, Emilio Fernandes de Souza Docca e Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º secretário) lê a ata da sessão anterior, que, sem debate, é unânimemente aprovada. Procede também à leitura das *Enfemérides Brasileiras*, do barão do Rio Branco, na parte referente à data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) comunica o falecimento, no Ceará, do sócio correspondente Rodolfo Marcos Teophilo, eleito em 11 de Julho de 1890, declarando que, na ata da sessão, seria consignado um voto de pesar pela perda desse ilustre brasileiro, a cuja memória prestaria homenagem, oportunamente, a palavra sempre inspirada do sr. Ramiz Galvão, orador perpétuo.

Agradece, em seguida, as seguintes preciosas ofertas:

1ª — a do dr. Mario de Souza Ferreira, a 9 de Junho, de um busto em gesso de dom Pedro II, trabalho de Zeferino Ferrez, da missão artística de 1816;

2ª — a do sr. John Frederic Schalkders, a 18 do corrente, de vários diplomas e títulos do doutor Joaquim Gomes de Souza, notável ciêntista pátrio nacido no Maranhão e mais conhecido pela alcunha de "*Sousinha*" uma de cujas netas é casada com o sr. Schalders.

Propõe, em seguida, que, na ata da sessão, a primeira ocorrida depois da morte do ex-rei de Portugal, dom Manuel II, se consignasse a profunda magua do INSTITUTO por essa inopinada e prematura morte. Sua Magestade merecia a veneração do INSTITUTO, quando menos por ser filho de um presidente honorário do mesmo e pelos seus predicados de homem de letras, do que é brilhante atestado o seu monumental trabalho — LIVROS ANTIGOS PORTUGUESES, do qual ofereceu à CASA dois suntuosos volumes publicados, um com assinatura autógrafa. Propõe mais que essa manifestação de comulência seja transmitida ao prezado consócio, sr. conselheiro Camelo Lampreia, digno representante do sr. dom Manuel no Brasil. (*Unanimemente aprovado*).

Continuando, diz o sr. presidente que o auditório, tão fino quanto numeroso, e cujo comparecimento agradece, vai ser deleitado com uma conferência recomendável a dois aspectos: é que será, ao mesmo tempo, um tributo de piedade filial a um antepassado da ilustre família a que o sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho se aliara, e justa homenagem ao brasileiro deveras distinto, por vários títulos que fôra êsse antepassado,

Distinto pela nobre estípe, pela inteligência equilibrada e lúcida, pela exemplar vida doméstica e pública, pela bondosa fidalguia de sua figura e das suas maneiras, pelas eminentes posições que occupára, quasi chefe do partido, parlamentar, ministro de Estado de dom Pedro II, o Magnânimo, membro e 1º vice-presidente dessa assembléia verdadeiramente augusta — o Senado Imperial. Para que o auditório não tarde a inclinar-se, encantado e respeitoso, ante a evocação de tão insigne figura, mediante a invocação que ia ser feita, dá o sr. presidente a palavra a um bisneto do marquês de Paraná, e neto do visconde do Cruzeiro, o sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, que, em tudo, se tem mostrado digno de tão alta genealogia.

Antes de iniciar sua conferência o sr. Leão Teixeira Filho, pede a palavra o sr. CAMELO LAMPREIA, que agradece as palavras do sr. presidente sôbre o antigo rei de Portugal.

Da tribuna, o sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho lê a sua conferência sôbre o



## CONSELHEIRO LUIS FELIPPE DE SOUZA LEÃO

"Figura de destaque social e notório prestígio político, o conselheiro Luiz Felipe de Souza Leão, — senador e chefe do Partido liberal de Pernambuco na última década do Império, — pertenceu à geração daqueles famosos *Leões do Norte*, que tanto lustre deram às deputações pernambucanas, quão alto mantiveram as tradições da gloriosa província.

Bosquejar-lhe o perfil biográfico seria tarefa mais adequada aos conhecedores da História pernambucana ou aos herdeiros do seu nome e tradições. Sem possuir tais requisitos, inspirado tão somente pelo desejo de fazer justiça, procurarei enaltecer perante a Nação, por intermédio do INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO BRASILEIRO, a memória d'este conspícuo varão do passado.

Não tive a fortuna de conhecer o brasileiro cujo centenário natalício hoje se comemora. Tão pouco sobre ele estudo algum encontrei, que mesmo sucintamente fornecesse traços individuais, minudências da carreira ou depoimentos idôneos a seu respeito. Tirante a esplêndida genealogia da família, publicada no Recife, em 1881, tudo estava por coligir. Reflete, por conseguinte, o presente trabalho, o resultado de um esforço pessoal. Em fazendo esta ressalva, procuro, apenas, captar a benevolência dos que me ouvem ou tiverem de

## ANTEPASSADOS

Luiz Felipe de Souza Leão foi um homem bem nascido.

Conhecem-se os nomes dos seus antepassados até longínquas gerações. E sabe-se, pela citada genealogia, que a família SOUZA LEÃO, numerosa e influente em Pernambuco, principalmente ao tempo do Império, é oriunda de ilustre e vetusta linhagem lusitana.

Em Pernambuco, onde se entrelaçaram com as mais importantes famílias tiveram os SOUZA LEÃO como tronco inicial o português Domingos de Souza Leão, nascido na *Arrifana de Souza*, em São Miguel de Rans, Bispado do Porto, vindo para o Brasil em meados do século XVII, e estabelecido na vindouira província, na freguesia de Santo Amaro de Jacobatão, onde se dedicou à agricultura, contrahiui matrimônio e viveu na abastança. Do seu consórcio com d. Isabel de Souza Ferreira, natural da referida freguesia, e filha do tenente Inácio Pereira de Souza e D. Emerenciana da Rocha



Ferreira, houve um único filho, — o *capitão-mór* Domingos de Souza Leão, — que se casou com d. Isabel da Silva Ribeiro, e se tornou o primeiro patriarca pernambucano da sua genealogia.

Dos sete filhos dêste casal, nada menos de três varões abraçaram a carreira eclesiástica; uma das moças não teve filhos, a outra sómente um, de sorte que os encargos da continuidade do nome tocaram apenas aos dois irmãos: *capitão-mór* Manuel de Souza Leão, formador da *Casa de Maranhão*, em Ipojuca, e *capitão* João de Souza Leão, do qual descende a *Casa de Gurjuá de Baixo*, em Jaboatão.

Êste último, contrahindo matrimônio com d. Anna Rita da Silveira, filha do *capitão-mór* João Marinho Falcão (5º morgado de São Bento de Caiará e Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista), e sua mulher d. Isabel Rita Caetana da Silveira, teve nove filhos: duas moças e sete varões. Dentre êsses, o tenente-coronel Felipe de Souza Leão, que foi casado com d. Rita de Cassia Pessoa de Mello, filha do coronel Joaquim Pereira Vianna e de sua primeira esposa d. Ignez Escolástica Pessoa de Mello, e teve avultada descendência, composta de 14 filhos, conhecida na genealogia da família através da designação de *ramo de Tapera*.

#### NASCIMENTO — EDUCAÇÃO

A 20 de Julho de 1832 devia reinar alegria no solar do engenho de Tapera, em Pernambuco. Nascera Luis Filipe de Souza Leão, décimo quarto e derradeiro filho dos mencionados tenente-coronel Felipe de Souza Leão e d. Rita de Cassia Pessoa de Mello, senhores daquele engenho, em Jaboatão.

Aprouve a Deus, que o menino assim nascido ainda no berço conhecesse a orfandade. Meses após o nascimento, nas trevas da noite, tombava sem vida, prostrado por mãos assassinas, o senhor de Tapera. E reza a tradição, que tal emboscada, levada a efeito na própria porta do casarão do engenho, prendia-se aos sucessos políticos da época.

Faz jús a um pensamento de simpatia a figura de dona Rita de Cassia, ao lado dos seus 14 filhos, experimentado, na imprevista viuvez, o travo da *mater-dolorosa*. A história de nossa terra já registrou eloquentes episódios, onde avultam os sentimentos da mãe brasileira. Dêsses exemplos não desmereceu a referida matrona que, resignado aos filhos

continuou a ministrar a educação paterna, mercê da qual todos vieram a honrar as tradições de seus maiores.

Além do desvelo materno e dos cuidados de sua irmã d. Ignez Escolástica, primeira baronesa de Tabatinga, teve Luiz Felipe de Souza Leão particular assistência da parte de seu padrinho Domingos Francisco de Souza Leão, ao depois barão e visconde de Tabatinga, do qual era primo e cunhado. E cumpre dizer; essa amizade protetora tornou-se verdadeiramente paternal. Até o fim da vida, quando o afilhado já era um nome feito e de prestígio, quando na província era chefe de partido e na Corte se sentava no Senado Imperial, o velho Tabatinga lhe seguia todos os passos da carreira com a mesma emoção de outrora. Suas cartas assim o atestam: — fazem honra ao seu caráter e revelam a sua influência na educação e formação do cunhado e afilhado.

#### O MAIS JOVEM DOS IRMÃOS

Dentre os numerosos irmãos de Luiz Felipe de Souza Leão, distinguiram-se o barão de Morenos, que foi dignitário da Ordem da Rosa e comendador da de Cristo, benemérito presidente da Camara Municipal de Jaboatão, senhor de oito engenhos nesse município, entre os quais o de Morenos, onde, em 1859, teve a honra de hospedar condignamente Suas Magestades Imperiais: o conselheiro José Felipe de Souza Leão, magistrado íntegro e circunspecto, desembargador e presidente do Tribunal da Relação de Recife, comendador da Ordem da Rosa por serviços à guerra do Paraguai, senhor de engenho em Jaboatão, e que foi o único que se conservou celibatário; e o barão e mais tarde visconde de Campo Alegre, comendador da Ordem da Rosa e das de Cristo e Nossa Senhora de Vila Viçosa, de Portugal, senhor de sete engenhos no município do Cabo.

Dêles, porém, na vida pública sobre modo destacou-se o *benjamin* da família, isto é, o próprio Luis Filipe de Souza Leão. Foi o único que exerceu mandato de deputado geral e que ascendeu às posições de senador do Império, ministro do Estado e chefe de partido. Não foi titular como seus irmãos, Campo Alegre, Morenos e seu cunhado Tabatinga, ou como seus parentes agraciados com os baronatos de Vila Bela, Caiará, Souza Leão, Jaboatão e Gurjaú. Contentou-se com a supremacia política sem embargo de também não menosprezar os foros de fidalguia. Tinha carta de braço d'armas, passada em 1867, e fazia garbo em usá-la na prataria, joias e papeis de sua correspondência. Possuía uma

única comenda, — o officialato da Rosa, — alcançado também em 1867, por serviços prestados na província à guerra com o Paraguai.

### FORMATURA E COLEGAS

Embora não se conheçam pormenores a respeito dos estudos preparatórios de Luiz Felipe de Souza Leão, sabe-se que os fez na província natal. Tendo em vista a baixa idade com que se matriculou na academia de Olinda, deve-se concluir pela precocidade de seu desenvolvimento intelectual. Sua formatura em 1851, obtendo o bacharelado jurídico aos 19 anos, corrobora tal juízo e demonstra que era dotado de pendor pelos estudos.

Dentre os seus colegas de turma cumpre mencionar: Manuel Pinto de Souza Dantas, que foi presidente de várias províncias, diversas vezes deputado e ministro, senador do Império, presidente do conselho e conselheiro de Estado; Antonio Joaquim Rodrigues, Francisco de Farias Lemos e Eduardo Pindahiba de Mattos, que alcançaram renome e foram todos três ministros do Supremo Tribunal, no qual o último galgou a respectiva presidência; João José de Oliveira Junqueira, que se distinguiu na Política e foi ministro de Estado e senador do Império; e outros, como Innocencio Seraphico de Assis Carvalho, Olyntho José Meira, Adelino Antonio de Luna Freire, Antonio Witruvio Pinto Bandeira Accioly de Vasconcellos e Joaquim da Costa Ribeiro, que também tiveram nomeada e bem serviram ao país.

### TRAJETÓRIA POLÍTICA

Não ficou em plano secundário a carreira eminentemente politica de Luis Felipe de Souza Leão. Seu nome também figura entre os que melhor serviram à terra pernambucana e ao Império.

Sua carreira, si até certo ponto reflete o prestígio da família poderosa, arraigado na província desde tempos remotos, por outro lado traduz o próprio mérito. Si o prestígio e importância da parentela lhe conferiram os degraus iniciais, o valor individual, o próprio esforço e a perseverança o conduziram a eminências não atingidas por outros representantes de sua estirpe.

Na vida pública a sua trajetória se desenvolveu através de uma sucessão gradual de mandatos, exercidos com pro-

bilidade, compostura e característica elegância moral. Enceitou-a como deputado à Assembléia legislativa provincial de Pernambuco, na qual figurou em cinco legislaturas consecutivas, da 10ª à 14ª; em seguida, representou sua terra na Câmara dos Deputados, tomando parte nas 10ª, 12ª, 13ª, e 17ª legislatura; tornou-se, desde fins de 1879, o chefe do Partido Liberal de sua província, onde enfrentou e venceu fortíssima dissidência; recebeu de seus conterrâneos a maior dignidade que o sufrágio popular poderia então conferir a um cidadão brasileiro, entrando em 1880, após uma luta memorável, para o Senado do Império, para aquela famosa corporação dos grandes nomes do país, cuja história é a própria história da monarquia constitucional brasileira; sentou-se nos Conselhos da Corôa, como ministro de Estado em 1885, e alfim, depois ter sido 3º secretário, recebeu de seus pares a honrosa investidura de 1º vice-presidente do Senado, posto em que o veio encontrar a proclamação da República.

Todavia, não foi como parlamentar, no sentido usual da expressão, que se notabilizou esta "figura do Imperio". Conquanto fôsse dotado de palavra fácil e correta, era sobremodo arredio ao uso da tribuna do Parlamento. O visconde de Ouro Preto, que o admirava e o tinha entre seus amigos, costumava a lamentar tal reserva. É que Luis Felipe de Souza Leão não precisava da tribuna para salientar-se e, por meio de arroubos oratórios, cortejar a popularidade entre seus eleitores e correligionários. Seu prestígio era mais robusto, não dependia de reclamos declamatórios, quasi sempre enganosos e de efêmera duração. Seus processos eram outros. Servia aos comprovincianos e zelava pelos interesses de Pernambuco, preferindo agir mais do que falar. Si, como deputado ou como senador os *Anais* o apontam discretamente, o mesmo se não dá em relação aos arquivos, onde sobressaem documentos da sua autoria ou que lhe dizem respeito. Nessas páginas do passado é que residem as provas do seu valor e discernimento político. Por isso, até certo ponto, sua biografia poderia cingir-se ao exame de tais documentos, mórmente dos que se referissem à ação como chefe de partido. E êsses não são poucos. De permeio às cartas dirigidas ao conselheiro Saraiva e a outros correligionários, definindo a sua orientação nos momentos culminantes da carreira ou dos sucessos do país, existem páginas de sua lavra, de real valor histórico. Desta ordem são os resumos de algumas conferências políticas, em que tomou parte ou foi figura principal, — traços indeléveis do seu espí-



rito ordeiro e do seu caráter. É aí que se encontram as opiniões que sustentou, em debates reservados, perante as figuras lendárias de João Alfredo ou Silveira Martins.

Cumpre, entretanto, não ter preferências por esta ou aquela fase da sua vida. É mistér descrever o homem, tal como foi, focalizando-o, si possível, em todos os seus aspectos.

### “LEÃO DO NORTE”

Foi em 1858 que, pela primeira vez, tomou assento no Parlamento o deputado Luis Felipe. Fê-lo como suplente de Sá e Albuquerque, o qual, naquela sessão, se ausentara do país.

Sua bancada desfrutava, desde muito, de invejável fama grangeada pelos lendários *Leões do Norte*. Assim chamavam aos deputados pernambucanos, figuras de *élite*, homens de esmerada educação e fidalgos costumes, cuja chegada na Côrte, como observou Joaquim Nabuco, era sempre esperada ansiosamente e constituía um verdadeiro acontecimento social. E refere o mesmo historiador que, “em diversas épocas, reunidos em tórno de Bôa Vista — o *grand seigneur* do Recife, de Sebastião do Rego e Maciel Monteiro, os deputados da província deram lei aos salões fluminenses”. Apontando-lhes o feitio, Nabuco demora-se em particularidades que fazem o encanto da descrição. Por exemplo, ao retratar alguns dentre êles, diz que “tinham por mestre de sentimentalismo a Maciel Monteiro, barão de Itamaracá, o *arbitrator elegantiarum* da época, e que “se conservavam celibatários, porque tinham levado a mocidade a galantear as belezas admiradas do seu tempo, e agora achavam tarde para representar por sua vez de marido; temiam o ridículo do *pater famílias* íntimo que neles havia, que o *dandy*, o “Leão do Norte” disfarçava e escondia, e que as cantoras da ópera (o Teatro Lírico), os pares dos bailes do Casino, a vida alegre do Rio roubaram talvez a alguma parenta esquecida e inconsolável no seu engenho do Cabo”.

Nem todos, entretanto, terão deixado num recanto da província a sua página de romance, amargurando na velhice as consequências do celibato... A maioria pagou o tributo da galanteria nas doçuras do matrimônio, sem temer “o ridículo do *pater famílias*”...

*Leões do Norte* também fôram Domingos de Souza Leão (barão de Villa Bella), Nabuco de Araujo, Camaragibe, Pira-



pama, Suassuna, Silvino Cavalcanti, Soares Brandão, Sá e Albuquerque, Antonio de Siqueira e tantos outros que, em períodos sucessivos, mantiveram os foros da aristocrática bancada pernambucana.

Legítimo *Leão do Norte*, Luis Felipe de Souza Leão, na vitalidade dos 25 anos, vinha sentar-se entre seus pares de deputação, desde logo atraindo simpatias e amizades, para conquista das quais não fôram indiferentes seus dotes físicos e morais. Esbelto, de traços perfeitos, tipo de beleza varonil, aliava a estes predicados os lampejos de um espírito culto e especial delicadeza de maneiras, que o distinguiram e o fizeram tão benquisto e admirado.

A' Câmara voltaria o nóvel deputado alguns anos mais tarde, em 1864, quando então já contava 32 anos e enviuvava. Nela figuraria também na legislatura seguinte, interrompida pelo advento dos *conservadores* em 1868, e, ainda outra vez, em 1878, ao reassumirem os *liberais* o governo do país, mandato este que teria de abandonar em 1880 para tomar posse da cadeira senatorial.

### O "PATER-FAMÍLIAS"

Luis Felipe de Souza Leão fôra casado com distintíssima dama pernambucana, d. Maria Annunciada de Souza Leão, filha do sr. Herculano Alves da Silva e de sua mulher d. Annunciada Camila da Silva. Dêsse matrimônio tivera uma filha única, d. Maria das Dôres de Souza Leão Gonçalves, a qual assim se apelidou após o casamento com o dr. Sigismundo Antonio Gonçalves, magistrado e ao depois senador da República e presidente de Pernambuco.

Data da segunda deputação, isto é, de 1864, o seu destaque na sociedade do Rio de Janeiro, onde conheceu e contraiu segundas núpcias com d. Maria de Figueiredo de Souza Leão, filha do comendador José Antonio de Figueiredo Junior e de sua espôsa d. Joaquina Carlota Penna de Figueiredo, e irmã do vindouro e famoso conde de Figueiredo. Dêste casamento houve três filhos: d. Maria Luiza de Souza Leão Gracie, casada com o coronel Samuel Gracie; dr. Luiz Felipe de Souza Leão, advogado, casado com sua prima-irmã d. Celina de Figueiredo Souza Leão, filha do primeiro matrimônio do conde de Figueiredo; e d. Maria Carolina de Souza Leão, que se casou com seu primo-irmão dr. Joaquim de Souza Leão, filho dos barões de Morenos.

Como chefe de família, sua vida se pautou pela severidade dos costumes antigos. Educou os filhos à sua semelhança, deu-lhes posição social e teve a ventura de sentir-se estremecido pelos mesmos, que sempre lhe tributaram respeitoso amor filial e ainda hoje como seus descendentes lhe veneram a memória.

Referem quantos o conheceram e com êle privaram, que sabia receber e cumulava os hóspedes com atenções e cortesias de um perfeito *gentleman*. Quem com êle tratasse jamais o esqueceria. Ainda ha pouco, aqui no Instituto, recordava o dr. Netto Campello a primeira visita que fizera à rua da Aurora onde residia, no Recife, o conselheiro Luis Felipe. E dizia que ali fôra conduzido e apresentado pelo visconde de Campo Alegre, o qual, no trajeto, não regateara encômios às amabilidades do irmão. Embora prevenido, o acolhimento fôra tão benévolo e atraente que, até hoje, lhe perdurava a lembrança. Assim também atestam os frequentadores da sua casa de Marquês de Abrantes, onde ainda reside o herdeiro do seu nome e tradições, ou aqueles que o visitaram na rua da Aurora ou no engenho Santo Inácio, no Cabo. E relembram minúcias e particularidades, referindo a fineza dos seus costumes na mesa, no jogo e nos salões. Apontam-no como cavalheiresco, apreciador de boa prosa, sobremodo atencioso, de gênio muito regular, espirituoso e finamente irônico, em geral propenso à alegria e ao prazer da *taquinerie* entre os íntimos. Mas tudo isso ao natural, sem a menor afetação. E dizem que, nas conversas com as pessoas de menor intimidade, guardava sempre uma distância e uma certa reserva, que não traduziam orgulho e apenas refletiam primorosa educação.

Era bondoso, prestativo e praticava a caridade sem alarde. Assim o confirmam várias cartas de amigos e correligionários, aos quais serviu com quantias de certo vulto, por vezes superiores aos seus recursos de momento; assim autorizam a afirmar os diplomas e ofícios das associações e irmandades, a que pertenceu e coadjuvou. De uma feita, tendo assumido pesada responsabilidade para auxiliar a um conterrâneo, teve o desgosto de constatar que êste não agira com perfeita lealdade, e de passar pêlo transe difficilimo de enfrentar a situação resultante. Para vencê-la, sentiu-se amparado e prestigiado pelo sogro José Antonio de Figueiredo Jr., que o estimava como filho, e cujas cartas revelando êste fato, sobremaneira depõem a favor do caráter

de ambos. Confortando-o e amparando-lhe o golpe, escrevia o sogro: — Não póde nem deve caber a outrem o encargo de valer-lhe nesta emergência. Queira, pois, dispor quando lhe convier, seja entendendo-se com os meus correspondentes, para sacar sôbre mim, seja avisando-me para lhe remeter diretamente a soma precisa". E quando o genro lhe escrevia, para agradecer o favor recebido, retrucava-lhe o sogro: — "O amigo, pela sua bondade, exagera o pequeno serviço que lhe presto na presente conjuntura, quando tenho a consciência de não ter feito mais do que o meu dever".

Merecia, conseqüentemente, grande conta perante o sogro que dêste modo se externava. É o que, aliás, se vê em todas as suas cartas, com por exemplo naquela em que lhe sugeria a mudança para a Côrte, em palavras como estas: "O que me parece, e peço licença para dizê-lo com franqueza, é que, tendo o Amigo provado a cachaça política, não será facil despegar-se desta. Não o censuro por isto, mas não lhe gabarei o gôsto, porque é justamente para esta carreira que o considero menos próprio, por lhe faltarem os requisitos que a época exige, e cuja falta constitue, a meu ver, o seu principal merecimento".

Valiosos depoimentos poderiam ser invocados e aduzidos como demonstração do conceito em que o tinham ou do respeito que lhe tributavam os demais parentes. Tanto importaria em alongar demasiadamente estas apreciações, reproduzindo trechos e mais trechos das cartas de homens da estatura moral de Vila Bela, Soares Brandão, Siqueira Tabatinga, conde de Figueiredo, e tantos mais. De resto, aqui mesmo no Instituto, se poderia apelar para um testemunho precioso, qual o do dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, digno e ilustre vice-presidente desta casa, descendente da mesma estirpe e duas vezes parente do vulto em aprêço. Ele que diga si, pela austeridade e virtudes, há exagêro em apontar o biografado como um padrão do *pater familias* de outrora.

#### BARÃO DE VILLA BELLA

Bem falho ficaria êste relato, si algo de particular não dissesse a respeito do barão de Villa Bella, o proeminente chefe que antecedeu a seu primo-irmão, Luis Felipe, na direção do partido liberal pernambucano.

Villa Bella era uma poderosa força política, solidamente enraizada na província. Seu nome, Domingos de Souza Leão, sómente trocado pelo baronato em 1866, era, por si, uma tradição. Emanava daqueles ancestrais e capitães-móres, que desde o século XVII o transmitiam de geração em geração.

O seu mando foi incontestável. Por isso mesmo o acusaram de ter implantado uma oliarquia e de ser, como tal, um segundo Camaragibe. E êle não o contestava. Ao invés, reconhecia êsse predomínio da parentela, defendia-o desassombradamente, e justificava-se, demonstrando-o como um direito que lhes'advinha "da família numerosa, em cujo seio alguns eram ricos com o seu honesto trabalho, independentes e de influência". E dizia, com certa ironia: — "Devemos, portanto, ao ouvir êsses senhores, ficar fóra da lei, e ser esquecidos, ainda que tenhamos merecimento: já é uma condição anti-social e política ter família extensa e dispor de recursos!"

O homem, que assim falava, era um caráter. Sua feitura moral está traçada, de modo irretorquível, nas cartas mais íntimas endereçadas freqüentemente a seu primo a lugar-tenente Luis Felipe. Em 1878, principalmente, Villa Bella não se limitava à simples exposição das suas idéias e doutrinas; fazia timbre em preparar o amigo para a chefia do partido, apontando-lhe as minudências da política, os percalços para o futuro, os predicados e defeitos dos correliigionários, como si estivesse a adivinhar a fatalidade do seu próprio falecimento no ano seguinte.

Villa Bella, nessas cartas, abria-se francamente com Luis Felipe, com quem partilhava as responsabilidades do partido. Do grau das relações entre os dois primos, cuja semelhança no moral em nada ficava a dever à parecença no físico, dizem muito os seguintes trechos de Villa Bella:

— "Dir-se-ia que não confias em mim e que não reconheces não só a amizade, mas o aprêço em que te tenho. Vejo que estás ofendido e indignado, e por isso crês que precisas de fazer sentir todos os motivos do estado do teu espírito, para que eu não afrouxe: é que não refletiste com calma para te lembrares que *eu faltaria a mim mesmo si precisasse de estímulo para me identificar contigo, quando te desrespeitam e desacatam*, como o fez êsse homem que me iludiu em parte.

"Mas fica certo de que eu cada vez me sinto mais cheio de razão por te haver increpado da remissão política a que te



entregavas. Não nos deixemos pisar: côncios de termos sido fieis aos nossos cômpromissos de bons cidadãos e de leais partidários, defendamo-nos sem estrépito, mas com perseverança e decisão. A'ta relação, procura meio de o fazer a propósito, e lembra-me francamente o que julgaes apropriado para acautelarmos *nosso*s direitos”.

E, quando Luis Felippe lhe mandava notícias das eleições, que iriam realizar-se em Agôsto de 1878, êle respondia:

— “A tua linguagem é de capitão que cuida e não descrê da vitória; isto me anima, porque me traz a crença de que, conhecendo os elementos da luta, não a temes”.

Era sempre assim. Não esquecia de animar e reiterar a confiança no seu lugar-tenente. E quando êste se queixava dos correligionários que traíam e enfraqueciam o partido, êle retrucava-lhe: — “Há muito que me convenci da minha demasiada boa fé em não pôr limites à influência que proporcionei a alguém aí. Mas o mal está feito, cumpre remediá-lo e é preciso começar. *Ajuda-me.*”

O chefe que assim solicitava o auxílio do *amigo certo* — era o primeiro a reconhecer a sua dedicação, em palavras que bem traduzem a integridade moral com que ambos dirigiam a política. Em carta anterior, êle já descrevera: — “Estou mais tranquilo pela atividade com que te occupas das nossas coisas na província; si não a tiveres, fica certo de que nos hão de prejudicar a nós e à nossa terra, cuja sorte deve ser entregue a homens sérios e que tenham certa abnegação e patriotismo.”

Seus conselhos tinham sempre estes reflexos da nobreza de sentimentos. Veja-se, por exemplo, a elegância moral das seguintes expressões: — “Acho que o Adelino (*o vice-presidente em exercício*) procede perfeitamente em não consentir em nomeações de indivíduos, acêrca dos quais tem más e fundadas informações.

“Não me conformo, ainda, neste ponto, com a autorizada opinião do Mello, que julga dever-se nomear mesmo as más, por conveniencia de partido. É daí que nos tem vindo o descrédito, e a desmoralização: si os partidos têm maior latitude de proceder, todavia, não podem prescindir de certas normas de moralidade.”

Villa Bella, conquanto apreciasse o mando e fôsse apontado como o chefe da *oligarquia dos Leões*, não era um ambicioso. A sua recusa para ascender ao Senado, como re-



presentante do Amazonas, ao tempo em que presidia Pernambuco, assim prova. E não se pense que tal recusa fôsse inspirada no propósito de reservar-se para a primeira vaga senatorial pela sua província. Seu gesto, cientificando a Luis Felipe do seu intento de fazê-lo senador, acrescentando que a segunda vaga deveria caber ao conselheiro Soares Brandão, é daqueles que fazem honra ao seu nome. Não se diga, entretanto, que é graciosa esta afirmação; baseia-se no depoimento do dr. Francisco de C. Soares Brandão, filho do referido conselheiro, que a ouviu reiteradas vezes de seu próprio pai.

### A SUCCESSÃO DE VILLA BELLA

Em fins de 1879, falecia no Rio de Janeiro, o barão de Villa Bella. Deixava, a Luis Felipe, uma situação política embaraçosa, sem ter podido realizar o desejo de vê-lo entrar para o Senado.

Fôra injusto supor que a luta, que então se travou, fôsse oriunda exclusivamente da ascensão de Luis Felipe à chefia do partido. A dissidência entre liberais pernambucanos começara ainda ao tempo do próprio Villa Bella, como aliás ressaltava das suas cartas. E agravara-se quando este hipotecara ao senador Nabuco de Araújo o compromisso de eleger Joaquim Nabuco para a Câmara dos Deputados.

Efêmeros de prestígio rebelaram-se, então, e insurgiram-se contra a candidatura do moço em que reconheciam talento e predcados, mas ao qual, na verdade, faltavam serviços à província e ao partido. Souza Carvalho e Epaminondas de Mello fôram dos primeiros a bradar contra essa demonstração de força da chamada *oligarquia dos Leões*. Em o fazendo, antes de um rompimento acintoso, dizia o segundo, em carta a Luis Felipe: — “Informam-me que Nabuco velho escreve: *empenho tudo quanto valho, e quanto posso, em favor de meu filho*. Vê tu, si devemos passar pela vergonha de, só êle — o diplomata dos Estados Unidos— ser o eleito”.

A todos os protestos se fizera surdo o barão de Villa Bella. Era homem de uma só palavra — preferia a luta, com todas as consequências, a faltar a um compromisso de honra. E, por isso, quando morreu o senador Nabuco, ainda antes das eleições, e lhe vieram propor acôrdo, tendo por base a retirada do seu apóio à referida candidatura, Villa

Bella respondeu que si vivo estivesse o citado senador, êle poderia, talvez, com o seu assentimento, voltar atrás; mas falecido aquele amigo, reputava sagrado o compromisso. Assim dizendo, chamou a si a sorte da candidatura de Joaquim Nabuco. Todavia, si conseguiu vencer, custou-lhe a vitória a rebeldia do partido.

Foi em tais circunstâncias, isto é, encontrando o partido minado e corroído pelo germe da indisciplina, com o rompimento em perspectiva, que Luis Felipe succedeu ao barão de Villa Bella. Como êste, também, não temia a luta; aceitou-a em tôrno do próprio nome, em toda a plenitude.

### ENTRADA PARA O SENADO

Nos primórdios de 1880, o passamento do visconde de Suassuna enlutava a política pernambucana.

A vacância da respectiva cadeira senatorial iria servir para, desde logo, pôr à prova o valor pessoal e político do novo chefe liberal Luis Felipe de Souza Leão, Êste, fazendo-se candidato, bem sabia quão renhida havia de ser a pugna.

De fato, em campo oposto, chefiando a facção cognominada dos *Cachorros* por contraposição à dos *Leões*, apresentava-se Antonio Epaminondas de Mello, seu antigo companheiro de lutas, figura de real prestígio perante a massa popular.

Quiasquer que fôssem os demais candidatos, a batalha seria, a bem dizer, um verdadeiro duelo eleitoral entre as castas, de que eram legítimos representantes os dois nomes apontados. A influência de ambos era de tal ordem, assumia tais proporções, que nem mesmo os conservadores poderiam no momento competir ou tirar proveito da dissidência.

Tornar-se-ia monótono relatar as peripécias da memorável jornada. Bastaria recordar que foi travada sob o império dos ânimos exacerbados e que, no fragor do combate, *Cachorros* e *Leões* excederam-se em polémicas acrimoniosas, empolgando a terra pernambucana pela virulência com que se degladiavam.

Na côrte e nas províncias repercutiam as notícias de tal campanha. Em carta ao senador Barros Barreto, com aquela visão que o tornou famoso, escrevia o barão de Cotegipe: "Dizem-me que a chapa da Côrte é Epaminondas,

*Luiz Felipe e Buarque. Voto pelo segundo*". Do Rio de Janeiro, onde se encontrava e agia para também entrar na lista tríplice, Buarque de Macedo correspondia-se frequentemente com Luis Felipe, inteirando-se das intrigas e armas empregadas pelos seus adversários e mostrando-lhe que no ministério Sinimbú as tendências do chefe do gabinete propendiam para o lado de Epaminondas, não obstante Paranaguá e Affonso Celso se inclinarem francamente para o nome de Luis Felipe. Referindo as manobras de Epaminondas, que na Côrte visitara Sinimbú, e propalava que "Luis Felipe nada fazia pela união do partido, deixando tudo a seu genro Sigismundo, o qual tudo pertubava", dizia Buarque de Macedo: "Perguntando alguém, ao Epaminondas, donde vinha essa denominação de *Cachorros*, respondeu este que lhe afirmavam ser isto devido ao Villa Bella, em suas cartas para Pernambuco, dar êsse tratamento ao Sinimbú" Preliminarmente, como fez o próprio Buarque, não se pode deixar de repelir tal injúria aos sentimentos de Villa Bella. Mas, forçoso será convir que, com tais insinuações, arditosamente espalhada, a candidatura Luis Felipe não devia ser do particular agrado do chefe do gabinete.

Não obstante, realizadas as eleições, o nome de Luis Felipe foi sufragado em primeiro lugar. Ao seu lado, completando a lista tríplice, figuravam os nomes do dr. Costa Ribeiro, da facção dos *Leões*, e de Epaminondas de Mello, o prestigioso adversário.

O triunfo, consolidado pela escolha, por carta imperial de 14 de Agôsto de 1880, e pelo reconhecimento do Senado soberano, em 11 de Outubro do mesmo ano, era dos mais completos. Em fatigante parecer, a Comissão de poderes composta dos senadores Baependy, Cotegipe e Vieira da Silva, *conservadores* rubros, expurgou a eleição de todos os vícios, só computando os votos sôbre os quais não pairassem dúvidas. A Luis Felipe deixaram de contar 509 votos sôbre o total de 1.319, que obtivera; a Epaminondas, anularam 471 sôbre 1.008 sufrágios apontados na lista tríplice, o mesmo sucedendo ao dr. Costa Ribeiro, que também perdeu 379 votos. De qualquer maneira, sob todos os metodos e processos adotados ou seguidos pela Comissão, o nome do senador Luis Felipe manteve-se sempre em primeiro lugar. Em tais condições, honrosa e merecida foi a escolha imperial, alfim coroada pela posse, no Senado, a 14 de Outubro do referido ano.

## CONFIRMAÇÃO DO PRESTÍGIO

Em Política, no mais das vezes, a vitória não significa a paz, nem acarreta a reconciliação entre os competidores. Ao invés, quasi sempre, é pretexto para a desforra, ainda mais acirrando o despeito dos vencidos ou o rancor dos vencedores.

Foi isso, mais ou menos, que se deu em Pernambuco após o pleito senatorial. *Cachorros e Leões* tornaram-se ferrenhos adversários. Logo na primeira eleição municipal, em Junho de 1880, registaram-se os lamentáveis e sangrentos sucessos de Vitória, onde perdeu a vida, entre outros, o infelizmente barão da Escada. No ardor das paixões, continuaram as polémicas pela imprensa. Em princípios de 1881, "A Democracia", órgão da facção dos *Cachorros*, dava agasalho a publicações insultosas contra a família dos Souza Leão. E os debates prolongaram-se, respondendo os *Leões* pelo "Jornal do Recife" e "Diário de Pernambuco".

Nestas circunstâncias, era difícil, sinão impossível, tentar a pacificação do partido. Para cúmulo das dificuldades, nova vaga senatorial ocorria em 1882, em consequência do falecimento do barão de Pirapama.

O senador Luis Felipe, vitorioso no pleito anterior, via-se, desta maneira, na contingência de sustentar nova batalha que demonstrasse de vez o seu prestígio e tornasse indubitável a razão da sua investidura na chefia do partido. Côncio de seu dever, levou para as urnas o nome do seu particular amigo, conselheiro Soares Brandão, então na presidência de São Paulo, fazendo-o figurar ao lado do dr. Costa Ribeiro, acatado competidor e correligionário da eleição anterior.

Como adversário, ainda mais uma vez apresentou-se Epaminondas de Mello. E conta-se que, ao candidatar-se, dizia aos amigos: — "Serei candidato, ainda que tenha de competir na lista tríplice com o conde d'Eu e o duque de Saxe!"

Sabê-se que o conselheiro Soares Brandão, considerando-se candidato oficial do partido, negou-se a seguir para Pernambuco, afim de disputar a eleição. Confiava plenamente em seu amigo e chefe. Luis Felipe, entregando-lhe por completo o êxito da sua candidatura. Consequentemente, a sua inclusão na lista tríplice, e, conseqüente escolha, não podiam deixar de refletir o prestígio pessoal do senador Luis Felipe, conquanto a preferência imperial também tradu-



zisse o justo conceito em que era tido e respeitado o novo senador pernambucano.

Ao comunicar a Soares Brandão o triunfo alcançado, dizia-lhe o senador Luis Felipe: — “Qual deve ter sido o seu contentamento e o de Maroca, imagino bem, porque já me achei em condições iguais ás em que V. se encontrou. Mais uma vez meus sinceros e íntimos parabens. Poucos acontecimentos poderei ver ainda em minha vida que me dêem prazer semelhante. Gratidão não me deve V., porque estou certo de que faria por mim, trocados os papeis, os mesmos serviços que a V. prestei”.

Um homem desta fibra moral, com a influência consolidada por duas vitórias tão nítidas e consecutivas, não poderia escapar às investidas da inveja ou do despeito dos adversários. Por isso mesmo que, como chefe do partido, teve forte personalidade, foi discutido e combatido.. Até políticos de outras províncias julgaram-se no direito de criticá-lo e colaborar no trabalho de sapa com que, em vão, o tentaram derribar. Houve, mesmo, quem procurasse desmerecê-lo perante o conselheiro Saraiva, seu amigo e oráculo político, sugerindo ao grande chefe liberal entregar a outrem a direção partidária de Pernambuco. E conta-se que, em tal conjuntura, Soares Brandão demonstrou perfeita integridade de caráter, revelando-se *o amigo certo na hora incerta.*”

Respeitante a êste incidente, é bem de ver que Saraiva, não só deixou de praticar a injustiça pleiteada, como até serviu-se do primeiro ensejo para demonstrar publicamente o alto aprêgo em que tinha a personalidade e colaboração política do senador Luis Felipe. Galgando, pela segunda vez, a presidência do Conselho, chamou-o para junto de si, confiando-lhe a pasta da Marinha, no gabinete de 6 de Maio de 1885, cargo donde lhe adveio o título de conselheiro, outorgado por carta imperial de 9 do referido mês.

## MINISTRO DO ESTADO

Foi de efêmera duração o ministério de que fez parte o conselheiro Luis Felipe. A 20 de Agosto do mesmo ano, pela mão de Cotegipe, voltavam a dominar os *Conservadores*, interrompendo o ciclo *liberal* que datava de 1878.

Em tais circunstâncias, sendo ministro apenas durante três meses e meio, não lhe foi dado assinalar a sua passa-



gem pelo ministério por meio de leis ou reformas que lhe gravassem o nome. Entretanto, depõem os Anais do Senado, que neste pôsto mostrou-se sempre a par dos negócios da sua pasta, de pronto respondendo da tribuna senatorial às arguições que lhe eram feitas.

Do seu tempo de ministro, guardou o conselheiro Luis Filippe a seguinte carta, do próprio punho do imperador:

— “*Sr. Souza Leão:*

*...Restituo as provas do seu relatório entregues sabado com algumas reflexões minhas*

D. PEDRO 2º.

Rio, 2 de Junho de 1885. —”

Razão tivera, portanto, o visconde de Itaboraí, ao proclamar em pleno Parlamento: — *o rei reina, governa e administra*. Com efeito, descer a minúcias de examinar e fazer sugestões aos relatórios dos ministros, não era apenas reinar, ou mesmo governar: — era administrar e *administrar minuciosamente*. E foi por assim proceder, cercando-se de ministros competentes e probos, que acatavam os seus conselhos e reflexões, que o reinado de Pedro II passou à História como a “*ditadura da moralidade*”.

#### CONGRAÇAMENTO DO PARTIDO

Ao deixar o ministério, impunha-se ao conselheiro Luis Felipe cuidar do congraçamento dos liberais de Pernambuco.

A dissidência, como seria de prever, fôra nociva ao partido, que não pudera obstar aos conservadores de fazerem maioria dos deputados nas bancadas, em duas legislaturas consecutivas e em pleno domínio das situações liberais. Com o advento do Cotegipe, e conseqüente dissolução do Câmara, ainda mais se fortaleceram os conservadores, que se aposentaram de quasi toda a representação pernambucana, só deixando uma cadeira aos liberais.

Desde Março de 1885, falecera Epaminondas de Mello, chefe da dissidência e alma das lutas anteriores. Mas os ressentimentos recíprocos perduravam e, para agravá-los, ainda havia a questão dos impostos de importação, matéria controvertida e delicada no momento.

Alvitrando a unificação do partido, adeantou-se José Mariano que, formulando um programa de idéas avançadas e sugerindo modalidades para a concórdia, evidenciava, em sua longa carta de 1886, sentimentos nobres, impregnados do idealismo que, alfim, tanto o caracterizou.

Indo ao encontro dêsses elevados propósitos, respondeu-lhe o conselheiro Luis Felipe, em 17 de Agôsto, aplaudindo com sinceridade as idéias da conciliação, mas fazendo algumas ressaltas com referência ao programa. E, por sua vez, definindo suas opiniões e mostrando-se ainda muito afastado do socialismo, opôs restrições ao extremismo de certas soluções aventadas, principalmente das que se referissem ao problema da emancipação do elemento servil e dissessem respeito às relações da solo e do trabalho. Em seguida, terminava por aconselhar tôda a prudência, pois “não lhe parecia acertado e de bom aviso que o partido liberal da província tomasse a iniciativa de um programa; porquanto, constituindo os liberais de todo o Império uma só comunidade, comum deveria ser a lei que os regesse”. E dizia: — “Que autoridade temos nós para impôr preceitos e regras a correligionários que não fôram ouvidos ou consultados?”

Era a voz do bom senso. Com ela concitava o amigo para uma ação posterior, que se irradiasse do centro para a periferia, numa antevisão do vindouro congresso liberal de 1889.

Do entendimento entre essas duas figuras da Política pernambucana emanou o congraçamento do partido na província, que se operou aos poucos, numa obra honrosa para os seus dirigentes, e que os conduziu à conquista unânime da bancada, para a Câmara convocada, ao depois, pelo visconde de Ouro Preto.

Cumpre observar que, em tôdo êste período, o conselheiro Luis Felipe manteve-se na chefia das suas hostes. Na fase precedente ao congraçamento do partido, a sua voz fez-se ouvir no Senado, em protestos enérgicos, contra os desmandos dos conservadores da província e do governo central. Verberando a compressão do gabinete, em face da memorável eleição em que Joaquim Nabuco derrotara o ministro Machado Portella, e na qual haviam ocorrido no Recife os lamentáveis sucessos do Largo dos Afogados, dizia o conselheiro Luis Felipe, em seu discurso de 5 de Outubro de 1887: — “Si o Governo, não contente com estes meios, quer a todo transe a vitoria da eleição do sr. ministro do Império, é mais sumário, mais peremptório, mandar lavrar

um decreto dando entrada a s. ex. na Câmara dos Deputados”.

Pouco depois, subindo ao governo o ministério João Alfredo, o conselheiro Luis Felipe era conduzido a enfrentar na tribuna, o aureolado estadista das leis do *Ventre Livre* e da *Abolição*, chefe dos conservadores pernambucanos. E sobreleva notar o respeito mútuo com que se guerreavam os dois chefes e rivais; mesmo no ardor dos embates, a que eram arrastados pelos interesses da província mediam-se com altivez, mas sem desprezo às leis de cortezia.

### NO OCASO DA MONARQUIA

Em 1889, o conselheiro Luis Felipe atingia à culminância da carreira. No Senado, onde tinha assento desde 1880, e conquistara sólidas amizades, merecia solene demonstração do aprêço de seus pares que o elevaram ao posto de 1º vice-presidente da alta corporação. Na província, com o partido unificado, coeso, recebia especial consagração, sendo reconhecido chefe supremo por gregos e troianos das falanges liberais.

Ao seu lado, como vice-presidente do diretório do partido, refletindo a obra do congraçamento, destacava-se José Mariano, que então fruía a popularidade oriunda das suas atitudes na campanha abolicionista.

Traduzindo a satisfação geral, o Diretório Liberal Pernambucano ofertava ao conselheiro Luis Felipe, em 27 de Julho de 1889, imponente banquete de solidariedade, no qual o eminente chefe era brindado por José Mariano, recebendo inequívocas demonstrações dos seus amigos Ulisses Vianna, Costa Ribeiro, Arminio Tavares, José Higino, João Augusto, Lourenço de Sá, Lopes Machado, desembargador Martins Pereira, Ferreira Jacobina, Pedro Beltrão, Aristarco Lopes, Phaelante da Camara, Timoleão Marfanhão, João Teixeira e tantos outros maiores do partido.

Entre os acepipes da aludida festividade, como era de uso, não faltou o clássico *Puding au senateur Luis Felipe*, e fizeram-se ouvir nada menos de 19 discursos. Eram assim os banquetes de outrora, principalmente quando se realizavam nas províncias. Proporcionavam aos “figurões” o seu momento de brilho, ardorosamente disputado, através das homenagens e votos de solidariedade aos chefes, às corporações legislativas, às classes armadas, à lavoura, ao comércio, à im-

prensa, — a quantas associações prestigiosas houvessem — e, até, a sua magestade o imperador! E, para que a história algum dia anotasse o sabor de tamanha loquacidade, imprimiam-se os cardápios artisticamente, nêles figurando os nomes dos oradores e os títulos da respectiva verbosidade, em pinturesco confronto com a nomenclatura dos manjares e guloseimas... Coisas do passado e não muito diferentes das dos dias de agora...

Invejável posição desfrutava, então, o conselheiro Luis Filippe. O visconde de Ouro Preto, em pleno fastígio do poder, o distinguia, particularmente, como demonstram a sua insistência, ao oferecer-lhe a presidência de Pernambuco e as referências ao seu nome no relato da *Década Republicana*, ao tratar da organização do último gabinete da monarquia.

Em alta consideração o tinham também os outros grandes vultos do Partido Liberal, que lhe apreciavam as qualidades, e reconheciam-lhe o valor e a lealdade com que lutara e vencera na província. E êsses homens chamavam-se Saraiva, Silveira da Motta, Sinimbú, Lafayette, Octaviano, Dantas, Paranaguá, Soares Brandão, ou Silveira Martins. Ao lado dêles o seu nome figurava nas deliberações e publicações mais importantes do partido.

Sôbrevindo a República, conquanto não aderisse às novas instituições, chegou a envidar esforços para que os seus amigos da província, não embaraçassem, como até apoiassem, ao Governo Provisório. Desgostoso, porém, com o rumo dos acontecimentos posteriores, que o levavam à previsão de dias tristes e lutosos para a terra pernambucana, julgou do seu dever aconselhar aos seus partidários o abstenção do pleito eleitoral para a Constituinte, como também completa ausência de resistência aos desatinos que, porventura, viesse a praticar o Governo da Província. Dessa resolução, que bem traduz a nobreza dos seus sentimentos, o conselheiro Luis Filippe inteirou o seu velho amigo e chefe, conselheiro Saraiva, em carta que hoje se acha no arquivo do Instituto Histórico. Tal documento, traçado com sobranceira, foi por bem dizer, a sua mortalha política. Ele mesmo, por certo, assim pensou, ao escrever — “Já não tenho ilusões políticas e tôdas as minhas ambições estão mortas. Mas, quando assim não fosse, na presente conjuntura não me faltaria patriotismo para dar o conselho que dei”.

E arredado das posições manteve-se até o fim da vida.



A 30 de Agôsto de 1898, contando 66 anos, deixava de existir quem fôra um homem de bem e se chamara Luis Filipe de Souza Leão.

Ao resar-se a missa do primeiro aniversário de seu passamento, entre os assistentes à piedosa cerimônia, destacava-se a figura veneranda do conselheiro Soares Brandão. No dia seguinte, também êste não mais pertencia ao número dos vivos! Caprichos do Destino... Derradeira homenagem de um caráter bem formado! (*Grande e prolongados aplausos*).

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO disse que o sr. Leão Teixeira Filho invocara o testemunho do sr. Manuel Cicero para corroborar o que recordara sôbre o conselheiro Luis Felipe, na conferência que tão merecidos aplausos acabava de suscitar. Nenhum depoimento mais autorizado que o do dr. Manuel Cicero que, pela sua alta distinção mental e moral, bem mostra ter nas veias o nobre sangue dos *leões do Norte*. Mas o presidente do INSTITUTO HISTÓRICO, que também conheceu o conselheiro Luis Filipe e com êle tratou, pois era seu correligionário e fazia parte, como deputado, da Assembléia Geral do que êle foi senador, pode igualmente dar testemunho de quão exata e justa fôra a apreciação do sr. Leão Teixeira Filho. Houvesse ela sido um discurso proferido no Parlamento e o orador lhe teria dado numerosos apoios! e muito bem! Com esta expressão de aplausos, encerrava a sessão. (*Aplausos.*) (*Encerra-se a sessão às 12 1/2 horas*).

*Agenor de Roure, 2º secretário.*

Ao começar a sessão o Sr. Presidente convidára para ocuparem lugar especial no recinto os filhos, nora e genros do conselheiro Luis Filipe, bem como os srs. generais Azeredo Coutinho e Teixeira de Freitas, e o sr. dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira, pai do conferencista.

Entre as pessoas presentes notavam-se:

Dr. José Maria Leitão da Cunha, professor Eugenio Valladão Catta Preta, desembargador Ataulpho de Paiva, dr. Carlos de Figueiredo e senhora, dr. Eugenio Gudin e senhora, dr. Henrique Carneiro Leitão Teixeira e senhora, coronel Americo de Almeida Guimarães, dr. Luis Filipe de Souza Leão e senhora, coronel Samuel Gracie e senhora, dr. Joaquim de Souza Leão e senhora, general Azeredo Cou-



tinho, José Carlos de Figueiredo, dr. Pedro de Paranaguá, dr. Francisco de C. Soares Brandão e senhora, dr. Alvaro de Freitas Guimarães e senhora, senhorinha Maria de Freitas Guimarães, dr. José Luiz Cavalcanti de Mendonça, sr. José Lampreia e senhora, Carlos Figueiredo Braga e senhora, comandante Braz Velloso e senhora, dr. Piratinino de Almeida, dr. Sebastião Cerne, d. Maria de S. L. Leão Teixeira, dr. Netto Campello, dr. Luiz Felipe de Souza Leão Filho, dr. Americo Ludolf, dr. Humberto Gottuzzo, sr. Alfredo Loureiro Ferreira Chaves, dr. Horacio Guimarães, d. Luiza' Barbosa Bahiana, dr. Guerreiro de Castro, dr. Augusto Pinto Lima, dr. Caio Guimarães, dr. Canabarro Reichardt, Carlos Buarque de Macedo, comandante A. Pinto Guimarães e senhora, viúva Cypriano de Freitas e filhas, d. Ignacia Peregrino da Silva, d. Emilia M. Vieira Mendes de Almeida, dr. Vieira Ferreira Netto, d. Bento de Souza Leão Faro, Raul da Rocha Lisbôa e senhora, general Teixeira de Freitas, dr. Luiz Antonio de Souza Leão, senhorinhas Sophia, Emilia e Cecilia Soares Brandão, dr. Carlos Ferreira de Almeida e senhora, dr. Pedro Vergne de Abreu, Paulo de Carvalho, dr. Franklin Sampaio, Flavio Leão Teixeira e senhora, Luiz Candido Mendes de Almeida, José Antonio Soares de Souza, dr. Otto Prazeres, dr. Joaquim Catramby, dr. Francisco Diogo, padre Geraldo Dauwels, Antonio Soares Brandão, senhorinhas Ida Lamberti Leão Teixeira e Sarah de Ibiracahy, senhora Francisco Lampreia, Carlos Amelio de Figueiredo, dr. Martinho Garcez Caldas Barreto, dr. Pedro Ferreira Neves, dr. Americo Oliveira Castro, dr. Sylvio Leão Teixeira, F. F. Corrêa de Mello, coronel Manoel Carvalheira, pela diretoria do Centro Pernambucano, senhorinhas Hyginia, Evelina, Luiza e Celina de Souza Leão, Svend Kok, dr. Barros Barreto Filho, dr. Arminio Fraga e senhora, dr. Francisco Sá Filho e senhora, Manoel de Siqueira e filha, d. Maria Soares Brandão, dr. Garcia de Souza, Benedicto Costa, dr. Heitor da Silva Costa, dr. Claudio Nascimento, d. Maria da Gloria S. Leão do Nascimento, d. Maria Eugenia Celso, dr. Miguel Calmon Vianna, dr. Marciano de Aguiar Moreira e filhas, senhora Serzedello Mendes, senhora Monteiro Leão, João Gracie Lampreia, José Eduardo Lampreia e viúva Elias Mascarenhas.

---

5ª SESSÃO ORDINÁRIA (1.578) REALIZADA AOS 17 DE  
AGOSTO DE 1932.

PRESIDÊNCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*).

As 17 horas, abre-se a sessão, com a presença dos senhores conde de Afonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Agenor de Roure, Luiz Antonio Vieira da Silva, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, José Maria Moreira Guimarães, Nelson de Senna, Alexandre Emilio Sommier, José Wanderley de Araujo Pinho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Luiz Filipe Vieira Souto, Liberato Bittencourt, Manuel Tavares Cavalcanti, Mario de Souza Ferreira, Virgilio Corrêa Filho, Antonio Borges Leal Castello-Branco, Alfredo Ferreira Lage, Pedro Calmon Moniz Bittencourt, Emilio Fernandes de Souza Docca, Hubert Knipping, Rodolfo Augusto de Amorim Garcia e Fernando Luiz Vieira Ferreira.

O SR. AGENOR DE ROURE (2º *secretário*) lê a ata da sessão anterior, que, sem debate, é unânimemente aprovada. Também procede à leitura das *Efemérides Brasileiras* do barão do Rio-Branco, que se referem à data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz que será talvez escusado declarar que o INSTITUTO compartiu intensivamente a consternação universal produzida pela morte de SANTOS DUMONT, cujo nome honrava a lista dos sócios honorários desde 31 de Agosto de 1903, tendo sido proposto por todos os presentes. Foi empossado a 23 de Setembro do mesmo ano, saúdo pelo presidente, conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, e pelo orador, desembargador Souza Pitanga.

Anteriormente, em 1901, o INSTITUTO adotara unânimemente um voto de louvor, aplauso e admiração pelos felizes trabalhos dêle a bem da aviação aérea. A ata da sessão consignará a mágna do INSTITUTO pela perda dessa bela figura da humanidade. Na sessão magna, a 21 de Outubro, render-se-á a devida homenagem à sua grande memória pela também grande palavra do sr. Ramiz Galvão.

Em seguida, diz o sr. CONDE DE AFFONSO CELSO que a sessão é especialmente consagrada a comemorar o centenário natalício de VICTOR MEIRELLES DE LIMA que, fulgen-

temente, inscreveu o seu nome nos anais pátrios, já pela culminância a que ascendeu na arte nacional, já por haver imortalizado na tela gloriosa feitos e personagens eminentes do Brasil.

Tratará dêle o sr. Max Fleiuss que, a outros títulos de competência, reúne as beneméritas tradições de seu pai, Henrique Fleiuss, cujos trabalhos e iniciativas, no mundo das artes, merecem constante veneração. (*Palmas.*)

Da tribuna, o sr. MAX FLEIUSS pronuncia a seguinte palestra:

### VICTOR MEIRELLES

Cumpre hoje o INSTITUTO HISTÓRICO mais uma nobre tarefa, recordando a personalidade de Victor Meirelles, no centenário de seu nascimento.

Nesse artista, jamais excedido, a grandeza do talento e a sublimidade de coração corriam juntas, unindo-se afinal numa síntese exemplar.

Facílissima sua biografia: pode ser escrita em poucas palavras: talento, esforço, trabalho, resignação.

### A FIGURA

Traçando-lhe o vulto de artista, já se nos deparou en-sejo de assim defini-lo: "Na pintura, Victor Meirelles foi o *alpha* de uma geração que assinalou sua passagem com as firmes demonstrações do verdadeiro talento que concebe e executa, não do que se limita a reproduzir ou desenvolver temas alheios, embora com maior ou menor perfeição. Por isso mesmo, sua vida foi uma série quasi ininterrupta de dissabores". (*Século XX* — 1905, n. 3.)

Em seu aspecto físico, eis a figura de Victor Meirelles, descrita por Gonzaga Duque:

"É um homem, pequeno, metódico, sem vícios e modesto.

Passa sempre direito e aseado, com o andar miúdo e rápido, por entre a multidão que formiga nas ruas. Tem a pele morena levemente tinta de rubro; seus olhos são grandes e negros; usa cabeleira a romântico, que lhe emoldura bem o rosto, porque é anelada e grisalha; o bigode é farto, retorcido nas pontas, um pouco a militar, um pouco a poético."

Quando o conhecemos, os cabelos já estavam de todo brancos, refletindo uma auréola a sagrar-lhe os triunfos, e os olhos nos pareciam claros.

Meigo, carinhoso, ao portão de sua casa atraía as crianças, dando-lhes guloseimas e rindo-se, num largo riso de apóstolo do Bem.

Era, na verdade, um bom”.

## PRIMEIROS TEMPOS

Na cidade do Destêrro, capital de Santa Catarina, nasceu Victor Meirelles de Lima a 18 de Agôsto de 1832, em modesta casa da rua que lhe traz o nome.

Moradia própria de seus pais, Antonio Meirelles de Lima, português, e d. Maria da Conceição dos Prazeres, natural do Brasil. Foi o primogênito do casal.

Madrugou em Victor a vocação pela arte do desenho, de tal forma que, surpreendendo-a, d. Mariano Moreno, o famoso emigrado platino, começou a ensinar-lhe rudimentos de desenho geométrico, desenvolvendo-lhe o próprio senso artístico infantil.

Ignorava, então, por completo a teoria das sombras, e supria o claro-escuro por intuição, trocando o esfuminho e o *blaireau* pelo lápis.

Um de seus biógrafos, José Leão Ferreira Souto, em sua monografia sobre Victor Meirelles (Rio, 1879), descrevendo os primeiros tempos da sua iniciação artistica, diz da sua incrível paciência.

Tendo adquirido uma caixa de tintas ordinárias, fazia flôres de aquarela a ponta de pincel, como os miniaturistas em marfim; e o mais curioso é que applicou depois à pintura êsse sistema de desenho, o que lhe grangeou, aliás, vivos elogios.

Foi um velho cosmorama, cujas vistas, quando pequeno, no lar paterno, não se fartava de apreciar nas horas de folga, que o habilitou a graduar e educar a visão artística, e a objetiva estereoscópica deu-lhe as primeiras noções da perspectiva, que é a alma do Desenho, e a impressão do movimento aparente das figuras.

Em 1846, d. Mariano Moreno não tinha mais que ensinar-lhe e aconselhou o velho Meirelles de Lima a mandar o menino para o Rio. Já havia esgotado a cópia da sua coleção de estampas litográficas, e dos poucos mestres de Desenho em Santa Catarina, todos sabiam menos do que Victor.



Surgiu-lhe, então, de viagem por sua terra natal, em comissão, do governo, para a colônia Dona Francisca, a figura providencial do conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, que, depois de lhe haver examinado as primícias do talento, apresentou-o com uma caixa de tintas inglesas e pincéis finos; pedindo-lhe que desenhasse, em troca, uma vista panorâmica da capital catarinense, tomada do alto do morro de Dona Rita.

Regressando à Córte, Jerônimo Coelho exibiu êsse trabalho ao barão de Taunay (Felix Emilio), diretor da Academia das Belas Artes, que não duvidou em vaticinar ao jovem Vernêt Brasileiro brilhante futuro artístico.

Jerônimo Coelho, juntamente com o senador catarinense José da Silva Mafra e alguns amigos da família, concorreu com a pensão de estada e taxas de matrícula em nossa Academia.

#### NA ACADEMIA

3 de Março de 1847 — é a data dessa matrícula, com 15 anos incompletos.

Fulgurante seu curso acadêmico. Nos dois primeiros anos obteve pequena e grande medalhas de ouro; e voltando nas férias de 1849 a 1850 ao lar paterno, aproveitou o ensejo para pintar nôvo panorama urbano de Destêrro, vista da torre da igreja matriz, e fêz ainda um retrato de seu próprio mestre d. Mariano Moreno.

Antes de findar o curso de Pintura, viu-se, de improviso, privado da pensão que recebia da generosidade dos amigos e teve de fazer retratos e ilustrar pergaminhos para prover à própria subsistência e continuar o estudo de Pintura. Mal apurava então 60\$ mensais, e êsses medíocres recursos permitiram-lhe prosseguir no estudo.

#### PRIMEIRAS PROVAS

Preterido em concurso para substituto da aula de Pintura, alcançou em 1852 o prêmio de viagem à Europa com a tela *São João no cárcere*, e a 10 de Abril do ano imediato partiu para Roma.

“Mas, nas cidades italianas, foi antes vítima da especulação ou da indiferença de incalculados mestres. Valeu-lhe, porém, de muito sua resistência moral, sem o que, por certo,



não poderíamos depois apreciar os painéis que ornaram as nossas galerias e museus.

"Itália só lhe serviu para a educação do sentimento artístico, pois, quanto ao ensino técnico de que necessitava, nada aproveitou com as lições, crivadas de charlatina, de dois ou três professores."

Apesar disso, foi um trabalhador indefesso em Nápoles, Florença, Venesa, Modena, Bolonha, Parma, Milão e Turim. "A primeira das telas que nos mandou da Europa foi a *Flagelação de Cristo*, cuja divina cabeça, de admirável educação, garantiu-lhe, no conceito do barão de Santo Angelo, maior permanência na Itália e na França.

A *Flagelação de Cristo* seguiram-se outros estudos, como a *Degolação de São João* e cópias do Ticiano, Bordone, Bonifazio e Moreno, da chamada escola *venesiana*; de Dominichino, Guido Reni e Carracci, da *bolonhesa*; de Rubens e Van Dick, da *flamenga*; de Geraldo Honthorst da *neerlandesa*; de um retrato do papa Innocencio X, por Velasquez e de todos os *frescos* que André del Sarto pintou em Florença.

O prazo da excursão acadêmica pelo Velho Mundo, a instâncias de Porto Alegre, diretor da nossa Academia das Belas Artes, fôra prorrogado por três anos.

Sugeriu-lhe ainda este último transferir-se para Paris, o que se verificou em Novembro de 1857.

Foi em Paris que, de fato, principiou sua frutuosa auto- formação técnica; e ali foi procurá-lo em seu *studio*, com uma carta do futuro barão de Santo Angelo, outro nosso grande pintor patricio — Pedro Americo, que também encetava a carreira artística.

Viveram, por largo trecho, como irmãos.

Victor Meirelles freqüentava, com outros, o curso de Léon Cogniet. O professor, entretanto, raro em aula apparecia. Foi, pode dizer-se, sem mestre, que esboçou o grupo representando — *Um sátiro e uma bacante*.

Outro discípulo, ainda, mais adeantado, e depois professor de Pintura da Academia de Turim, Gastaldi, explicou-lhe a combinação dos tons suplementares e a graduação da forma e da distância.

De Paris, enviou-nos estudos e cópias, entre os quais a *Jangada de Medusa*, de Gericault; os *Pestíferos de Jaffa*, do barão de Gros, e as *Mulheres Suliotas*, de Ary Scheffer.

De 1859 a 1861, compôs na capital francesa o quadro que tanto lhe realçou o nome — *A primeira missa no Brasil*.

Pouco depois o juri do *Salon* aceitava a tela de Victor Meirelles.

Fechada a exposição, apressou o regresso à pátria. Durante uma ausência de cerca de oito anos havia desaparecido, em 1854, seu velho pai, deixando-lhe apenas a casinha do Destêrro.

## PROFESSOR

No fim de 1861, quando voltou da Europa outro gênio brasileiro, Carlos Gomes, colhia os primeiros triunfos com a representação da época — *Noite no castelo*, pelo que dom Pedro II condecorou a ambos com o grau de cavaleiro da Ordem da Rosa.

Logo após o imperador nomeava-o regente interino da cadeira de Pintura na Academia das Belas Artes, com o ordenado mensal de 100\$000. Esboçou, então, por essa época, o seu quadro *Moema*, que, no conceito de alguns, está acima da *Primeira missa*, e “serviu para convencer os desafetos da injustiça dos seus alevies” (José Leão, *loc. cit.*).

De 1862 a 1868, o nosso artista produziu o quadro, *Primeiros desterrados*, fez um estudo *Cabeça de velho*, pertencente à Academia, e os esbocetos de um quadro histórico, encomendado pelo visconde de Abaeté — *O imperador falando ao povo reunido no Largo do Paço*, por ocasião da questão Christie; e mais um, para o monarca — *Casamento da Princesa D. Isabel* (1864), além de retratos das princesas e da 3ª imperatriz do Brasil, d. Tereza Cristina Maria, do visconde de Sinimbú e do celebrado ator João Caetano dos Santos.

## D. PEDRO II, AFFONSO CELSO E JOÃO ALFREDO

Era ministro da Marinha em 1866 — Gabinete de 3 de Agosto, — o joven deputado mineiro Afonso Celso de Assis Figueiredo, depois visconde de Ouro-Preto, que aos 29 anos se revelou um estadista à altura da grave situação que atravessava o país com a guerra provocada pelo ditador Solano Lopez.

Afonso Celso não se descuidou, não obstante as grandes responsabilidades num período tão grave, da documentação iconológica, pela arte da Pintura histórica, dos principais feitos navais da guerra.

Contratou, então, com Victor Meirelles, por 16 contos de réis, a pintura de dois grandes painéis históricos — *Combate do Riachuelo* e *Passagem de Humaitá*.

Foi esse o primeiro ministro de Estado que, realmente, se interessou pelos destinos da arte brasileira: exemplo salutar que frutificaria por parte de outros estadistas do Império.

Destarte, o conselheiro João Alfredo encomendou-lhe a *Batalha dos Guararapes*, que Pedro Americo recusara, e o visconde de Abaeté, para quem já havia desenhado o *Juramento da Princesa*, contratou por seis contos de réis, outra tela, iniciada em 1874.

Em Novembro de 1868, fez o *croquis*, representando a *Abordagem do vapor Alagoas*, depois da passagem de Humaitá, perto do Timbó; e em Dezembro seguinte o do quadro geral, cujo esboço pertence ao nosso preclaro e atual presidente.

Acêrca de *Passagem de Humaitá* que, para alguns críticos de arte nacional, é a sua melhor tela, assim como sôbre o *Combate do Riachuelo*, que, segundo outros, é inferior à *Batalha de Guararapes*, dão-nos seus biógrafos JOSÉ LEÃO FERREIRA SOUTO, no opúsculo citado; CHRISPIM MIRA, *Terra catarinense* (1920), além de LAUDELINO FREIRE, *A pintura no Brasil* (*Jornal do Comércio*, artigos de 30 de Janeiro e 5 de Março de 1916), e *Galeria dos pintores nacionais*, as seguintes notas:

“O pintor seguiu para o teatro da guerra em 1868. O chefe de nossa esquadra, almirante Joaquim José Ignacio, depois visconde de Inhaúma, ocupava, então, Porto Elisiário, e deu-lhe consentimento para instalar-se a bordo do navio-chefe da divisão, o *Brasil*, de onde, mais de uma vez, assistiu ao bombardeio. Esteve dois meses embarcado e testemunhou em pessoa a rendição da fortaleza de Humaitá, em 25 de Julho de 1868.

Foi em vapor, posto à sua disposição, ao local onde se travou o combate do Riachuelo, em 11 de Junho de 1865, examinando-o atentamente.

De regresso a esta Capital, instalou o *atelier* em duas celas do Convento de Santo Antonio, cedida pelos frades, e pedido do imperador, e ali deu começo à pintura dos painéis históricos”.

ARGEU GUIMARÃES, no seu magistral estudo sôbre as artes no Brasil, publicado na *Introdução do Dicionário do Instituto Histórico*, diz que — “a probidade é a nota primor-

dial do pincel de Victor Meirelles. Desde o esbôço e o cartão até o arabesco, consome vagares infindáveis esmerando-se na perfeição do desenho, no rigor da anatomia, no esbatiamento das perspectivas, no jôgo calculado e harmônico das figuras, na naturalidade dos panejamentos, na fidelidade dos retratos e sôbre o conjunto maravilhosamente acabado derrama um colorido suave e calmo, pleno de doçura e sobriedade. Nas telas históricas respeita com absoluta severidade a paisagem, a arquitetura, a indumentária, e realiza quadros de uma suprema sinceridade ”.

Sob o ponto de vista de crítica pictural, esta apreciação de Argeu Guimarães exprime nitidamente o aspecto artístico de Victor Meirelles. Não se lhe pode diminuir ou acrescentar coisa alguma. E' completo e perfeito.

Nos últimos anos de sua carreira artística, Victor dedicou-se à reprodução panorâmica da cidade do Rio de Janeiro como, em comêço, se ocupara da do seu torrão natal.

## OS PANORAMAS

“Ia experimentar sua brilhante técnica em um gênero de pintura ainda desconhecido no país; criou grandes panoramas’ (Fr. DAMIÃO SIBBERNAGEL, O. F. M. — *Um artista catarinense, Vozes de Petrópolis*, 1921, n. 23).

Ao próprio artista se afigurou patriótica a idéa, acariciada havia mais de 17 anos, de fazer admirar na Europa a nossa baía e cidade, pelo que empreendeu em 1886 seu famoso”, Panorama circular de 36<sup>m</sup>,66 de diâmetro, tomado do alto do morro de Santo Antonio”, feito de colaboração com o pintor belga H. Langerock, que executou a parte oriental desde a rua da Lapa até o Mosteiro de São Bento, sendo tôda a parte ocidental devida ao pincel do artista nacional.

Feitos os estudos, partiu o artista para Ostende, em princípio de 1886, e applicou-se ao trabalho, que foi, afinal, exposto em Bruxelas a 4 de Abril de 1887, com a presença dos soberanos belgas.

Exibiu-o ainda na Exposição Universal de 1889, em Paris,

## A MORTE

Houve uma cóincidência triste na morte dêsse grande humorista e do insigne evocador, na tela, da *Passagem de Humaitá*; ambos expiraram em domingo de Carnaval, em



anos sucessivos — Urbano Duarte em 1902, e Victor Meirelles em 1903.

Sucumbiu este septuagenário, após prolongada enfermidade, e seu enterramento, acompanhado de poucos amigos, alguns colegas e discípulos mais íntimos, não teve, como lastimou Arthur Azevedo, nas palavras de despedida no cemeterio de São Francisco de Paula “um só representante oficial, nem mesmo da Escola Nacional de Belas Artes; e Victor Meirelles merecia muito mais que a simples presença do elemento social no seu entêrro: merecia pomposos funerais, feitos pelo Estado, isto é, pelo povo. Durante um largo período, elle e Pedro Americo personificaram a Arte brasileira, desbravando o caminho para os que vieram depois.”

Dizendo-lhe o último adeus, lastimou que Victor Meirelles tanto se houvesse sacrificado ao seu último gênero de painéis, que, ao invés de enriquecê-lo e de proporcionar-lhe a velhice tranqüila com que sonhava, atirou-o na miséria, aniquilou-o, matou-o.

E recordando a triste história de seu último panorama, acrescentou: “Não creio que nenhum artista, em época alguma, sofresse os dissabores e amarguras que perseguiram Victor Meirelles, no último quartel da vida. A sua morte foi um descanso”.

Na casa onde nascera, em Florianópolis, por subscrição popular, de iniciativa do jornal *O Estado*, foi inaugurada uma placa comemorativa; e seu notável discípulo, Eduardo de Sá, fez-lhe em Paris o busto, que hoje figura no Passeio Público, por iniciativa da Sociedade Propagadora das Belas Artes, inaugurado pelo prefeito Alaor Prata, a 23 de Fevereiro de 1925.

Victor Meirelles, que se tornou artista em Paris, venceu, pode-se afirmar, por si só.

Foi o grande continuador de Porto-Alegre, e, com Pedro Américo, a mais legítima afirmação da Pintura no Brasil.

Victor Merelles ensinou 30 anos a arte da Pintura. Sem dúvida, foi para o Brasil o que Delacroix, Détaille e Neville foram para a França, um artista inconfundível, que perpetuou em suas telas os maiores fatos nacionais, numa demonstração constante, perfeita, admirável de brasilidade através de seus sentimentos artísticos.

Na história da nossa Pintura, seu nome está para sempre insculpido, ao lado de frei Ricardo do Pilar, Euzebio de Mattos, Leandro Joaquim, Agostinho da Motta, Manuel de Oliveira Brasiiliense, José Leandro de Carvalho, Manuel de



Araujo Porto-Alegre, Pedro Americo, Firmino Monteiro. Aurelio de Figueiredo, Maximiano Mafra, Decio Villares, Benedicto Calixto, Almeida Junior, João Baptista da Costa, Pedro Peres, Navarro da Costa, Arsenio Silva, para citar, sem preferências, alguns entre os muitos que enriqueceram com seus trabalhos a pintura brasileira.

Vibrava na alma de Victor Merelles o sentimento do patriotismo. Provam-no suas obras: a *Primeira missa* — é a página inicial da difusão de fé católica em terras do Brasil; *Guararapes* — a epopéa da nacionalidade; *Riachuelo* — o símbolo da bravura, aliada ao cumprimento do dever!

Grande no seu tempo, maior na sua imorredoura projeção artística!

(*Calorosas e prolongadas palmas.*)

O sr. Roberto Moreira da Costa Lima, em seu nome e no de outros parentes de Victor Meirelles, ofereceu ao INSTITUTO uma fotografia do grande artista brasileiro. — *Agenor de Roure*, 2º secretário.

*Encerra-se a sessão às 18 horas.*

Entre as pessoas que assistiram à sessão, notavam-se os srs. general Octavio de Azeredo Coutinho, professores Rodolfo Amoêdo, Elyseu Visconti, Eduardo de Sá, Magalhães Corrêa, Morales de los Rios Filho, dr. Roberto Moreira da Costa Lima e outros parentes de Victor Meirelles.

A Radio Sociedade do Rio de Janeiro, por gentileza de seu presidente, professor Roquette Pinto, mandou trasmitir pelo rádio a palestra do sr. Max Fleiuss.

## SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA (1.579) EM 20 DE SETEMBRO DE 1932

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

(*presidente perpétuo*)

As 17 horas, presenes os srs. conde de Affonso Celso, Arthur Indio do Brasil, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Nelson de Senna, Lucas Alexandre Boiteux, Manuel Tavares Cavaleanti, Rodrigo Octavio Filho, Augusto

Tavares de Lyra, Mario de Souza Ferreira, Liberato Bittencourt, Luis Felipe Vieira Souto, Virgilio Corrêa Filho, Basilio de Magalhães, Emilio Fernandes de Souza Docca, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Alfredo Ferreira Lage, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, José Mattoso Maia Forte e Rodolfo Garcia, abre-se a sessão.

O SR. PRESIDENTE PERPÉTUO — Convido o sr. Lucas Alexandre Boiteux para ocupar a cadeira de segundo secretário, por isso que o serventuário efetivo, sr. Agenor de Roure, acha-se enfermo, fazendo o INSTITUTO sinceros votos pelo restabelecimento completo de tão ilustre associado.

O SR. LUCAS BOITEUX (servindo de segundo secretário) lê a ata da sessão anterior, realizada a 17 de Agôsto, a qual é unânimemente aprovada sem discussão.

Lê depois, das *Efemérides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as relativas à data da sessão.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*), diz que na data da sessão passada o nonagésimo sétimo aniversário do inicio do movimento denominado GUERRA DOS FARRAPOS, episódio doloroso da nossa História, mas de cujo estudo resultam, afinal, impressões desvanecedoras, quais, por exemplo, o heroísmo manifestado por ambas as partes, o realce de grandes figuras, como as de Bento Gonçalves e de Caxias, o desfêcho honroso da luta, e completa reintegração do Rio Grande do Sul na comunhão política do Brasil, ao coração do qual sempre esteve e sempre estará incorporado o longo período da prosperidade, consequente da paz e do conagraçamento.

Com a múltipla autoridade de official superior do Exército, de historiador, de rio-grandense, de brasileiro ilustre pela intelligência, cultura, saber e patriotismo, iria tratar do assunto o sr. coronel Souza Docca, a quem transmite a palavra.

Da tribuna, o sr. SOUZA DOCCA pronuncia a seguinte conferência.

---

## IDEOLOGIA FEDERATIVA NA CRUZADA FARROUPILHA

### I

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, fiel ao seu grandioso programa e às suas respeitáveis e consagradas

tradições de opulentar a História patria com ensinamentos históricos, vai, atendendo a um apêlo da COMISSÃO EXECUTIVA DO CENTENÁRIO FARROUPILHÁ, nesta Capital, comemorar a passagem dessa grandiosa data com a publicação de um volume especial de sua *Revista*, consagrado à divulgação de documentos existentes em seu opulento arquivo, aumntando, assim, os serviços relevantes já prestados ao Rio Grande do Sul.

Coube, como sabemos, ao INSTITUTO, a divulgação, ha meio século, dos mais importantes subsídios para a história da grande revolução que se vai comemorar, publicando, juntamente com a conhecida *Memória*, de Tristão de Alencar Araripe, grande cópia de documentos. Além disso, diversos e importantes estudos tem inserido em sua *Revista* sôbre a história e a geografia do Rio Grande do Sul.

Agora, como demonstração da simpatia e interêsse, com que o INSTITUTO se associa à comemoração do Centenário farroupilha, dá início a uma série de conferências a serem aqui realizadas no mês de Setembro de cada ano, até 1935.

Coube-me a honra de ter sido designado para fazer a primeira dessas conferências, que versará a

#### IDEOLOGIA FEDERATIVA NA CRUZADA FARROUPILHA

Assim como não ha crença fervorosa e firme, sem um Deus, não ha luta estoica, nem desejo inabalavel de vencer, quando não se peleja pelo triunfo de um ideal.

A cruzada farroupilha foi alimentada por um ideal político: *República e Federação*.

A causa principal do levante, consignada no manifesto de Bento Gonçalves, de 25 de Setembro de 1835: deposição das autoridades legais, não seria capaz de sustentar aquela luta de gigantes durante um decênio, porque condicionaria o movimento a uma simples revolta e êle foi uma verdadeira revolução.

Mas, neste caso, como em muitos outros, os chefes ostensivos dos movimentos entram como simples cabeças de motim, contra a civilização, porque agem sem um ideal elevado, ferindo o princípio da autoridade, que é o ponto de apoio da coesão dos povos.

Muitos dèsses chefes, felizmente, como todos os do caso em aprêço, dominados depois pela sugestão do meio, se fazem paladinos do ideal que faz e sustenta as revoluções, para

que eles concorreram, procurando servir suas ambições pessoais.

Daí as mutações, os zigue-zagues, as dubiedades, certos atos que parecem esquisitos, contraditórios e às vészes até criminosos e indignos, de certas individualidades, mas que são perfeitamente explicáveis para quem estudar a fundo a educação e a psicologia desses atores nos dramas políticos dos povos.

As revoluções são filhas dos acontecimentos, são produzidas pela necessidade consubstanciada em um ideal coletivo ou da maioria — e, por isso, segundo a lição do autor genial de *Noventa e três*, imputá-las ao homem equivale a imputar a maré às ondas.

Tôdas as revoluções têm sua força diretora, e essa força é o ideal que as impulsiona, que lhes dá vida.

Dentro desta ordem de idéas, vamos examinar alguns aspectos da Revolução Farroupilha, cuja força diretora foi a República federativa.

## O OBJETIVO DOS CHEFES

Era o de Bento Gonçalves, expresso em seu manifesto: a deposição do presidente da Província e do comandante das armas, e por isso se lê nesse documento esta passagem, que revela o transporte de satisfação de quem triunfa: "Compatriotas, vossos votos e vossas justas exigências já estão satisfeitos. Caducou aquela autoridade, cujo manto cobria os atentados de homens perversos, que têm conduzido esta Província à borda do precipício."

Corroborando àquele objetivo disse em ofício dirigido no mês seguinte a Manoel Oribe, então presidente da República Oriental do Uruguai: "... os filhos do Rio Grande, ao empunhar as armas, não se propuzeram a outro fim que o de salvar a Pátria do abismo de males em que se precipitava, pela inepta e anti-nacional administração do dr Antonio Rodrigues Fernandes Braga."

Treze dias depois do início da revolução em Porto Alegre, oficiava Bento Gonçalves aos vereadores da Câmara Municipal da cidade do Rio Grande, pedindo-lhes o reconhecimento da posse do dr. Marciano Ribeiro, na presidência da Província, realizada a 21 de Setembro, "até a chegada do presidente que fôr nomeado pelo Governo Central".

Talvez não falte quem nos observe que essas proclamações eram feitas para despistar...



Aos que assim pensarem, observaremos que o desejo da realização de um ideal pode obrigar um homem a passar pelas forças caudinas do despistamento, mas que o culto e a ânsia por êsse ideal o impede de negá-lo depois de o ter atingido.

Bento Gonçalves negou em 40 e 43 intuítos de república e separação no movimento de 1835.

Antes, isto é, logo após o levante assegurou reiteradamente a Araujo Ribeiro "que a revolução foi somente para expelir as duas primeiras autoridades, e que nenhuma dúvida haveria em receber o presidente nomeado pela Côrte; que entrara na revolução para lhe dar uma cabeça e assim evitar maiores males de uma guerra civil".

É evidente, pois, que o chefe militar da revolução não entrou nesta, impulsionado por aquelas idéas. Vejamos seus próprios termos que são expressivos e não admitem sofismas.

Em carta dirigida ao marechal Gaspar Menna Barreto, de seu quartel general na Vila Setembrina, aos 13 de Março de 1840, se lê: "Uma opressão acintosa pesava sôbre o povo riograndense: eram a cada passo postergados os seus direitos, violada a sua liberdade, e a influência lusitana, que devia acabar com o glorioso 7 de Abril, dominava por tôda a parte.

"Empunhámos as armas para resistir à opressão, não tínhamos então idéas de mudar a forma de govêrno estabelecida".

Em proclamação de 1843, depois de oito anos de luta heroica, assim se expressou, dirigindo-se aos seus compatriotas: "A guerra, compatriotas, teria finalizado e a paz reinaria entre nós, si o Govêrno do Brasil não desprezasse tôdas nossas proposições desde o começo da nossa gloriosa revolução.

Esta só foi operada para desfazermo-nos dos pequenos tiranos que, apoiados pelo primeiro delegado do Govêrno, nos escravizavam, o que foi público no manifesto que apresentei logo depois do majestoso 20 de Setembro de 1835".

O que ficou transcrito é suficiente para evidenciar o intuito do principal cabeça ostensivo do movimento farroupilha e que refletia o pensamento de seus pares.

Pareceu-nos, porém, conveniente deixarmos aqui consignado o que sôbre o assunto disseram outros chefes de grande prestígio.



É possível que, neste ponto como em outros, haja excesso na citação das provas abonatórias de nossas teses, mas a isso somos obrigados, por se tratar de assuntos em que ha opiniões diferentes.

BENTO MANUEL RIBEIRO, de quem o prestígio e o valor não necessitam encarecimentos, porque ressaltam dos triunfos assinalados com a sua presença no comando de fôrças durante o decênio heroico, quer quando lutava com as hostes farroupilhas, quer quando combatia pela legalidade — Bento Manuel, como dizíamos, em officio dirigido, em 3 de Outubro de 1836, ao dr. Marciano Ribeiro, accusando a comunicação da posse dêste na presidência da Província, declarou ficava oiente de que isso era “até ulterior deliberação de Governo Central” e acrescentou estar firme “em sustentar a Constituição Política do Império, o sr. d. Pedro II, imperador constitucional e a Integridade do mesmo império.

Esse mesmo critério adota na resposta sôbre a aceitação do comando das Armas para que fôra nomeado: “... aceito a comissão honrosa de que v. ex. me encarregou até a última deliberação do Governo Central”.

Em proclamação de 3 de Outubro de 1835, convocando seus compatriotas, disse, depois de explicar sua attitude, o destro guerrilheiro: “Como, pois, compatriotas, poderia hesitar a pôr-me em campo, quando a Pátria, o voto público e a humanidade opressa me chamavam a repelir os malvados retrogrados, que nos collocaram em um pélago de desgraças?

O que mais deveria fazer um cidadão que tinha jurado defender a Pátria, a Constituição Reformada e ao joven imperador, sr. d. Pedro II, a integridade do Império, as Leis pátrias e as garantias dos brasileiros?

Ah! não vaciei um momento em empunhar a espada, para prevenir o derramamento de sangue e firmar a presidência do nôvo eleito, até que o Governo Central nos envie outro, que deva tomar a administração.

Riograndenses e meus antigos companheiros de armas! É neste sentido que vos convido a engrossar as fileiras das fôrças da campanha de Missões, que se acham sob meu comando”.

DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA, que foi uma das maiores cabeças na organização da República Riograndense, ministro de mais de uma pasta, tendo-se salientado na da Fazenda, membro eminente da Constituinte e um dos relatores do projeto da Constituição farroupilha — em manifesto aos seus compatriotas, em 29 de Outubro de 1835, disse: “Ao

conhecer de vossa justa indignação contra uma administração anti-nacional, despótica, turbulenta e dissipadora, qual a do sr. Braga, apenas soube dos movimentos de 20 de Setembro na Capital, me alistei nas vossas fileiras”.

Vinte e cinco anos depois, com a sinceridade que sempre o norteou, confessava o grande ministro republicano, que entrara para a revolução “empurrado pelo que individual e traíçoeiramente” lhe fizeram.

JOSÉ PINHEIRO DE ULHÔA CINTRA, grande talento, vasta cultura, animoso lutador, jornalista brilhante e como Domingos de Almeida, ministro de diversas pastas, membro da Constituinte e um dos relatores do projeto da Constituição e ainda mais — enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República nos países platinos e no Paraguai, em vibrante artigo contra o partido *Caramurú*, pouco antes de rebentar a revolução farroupilha, referindo-se ao marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, assim se expressou: “E consente-se e sofre-se e deixa-se no comando das armas êste general inepto, êste abastardado brasileiro sem opinião, sem conceito geralmente aborrecido por seus mesmos compatriotas?”

E depois de deflagrado o movimento, por ocasião da posse de Araujo Ribeiro na cidade de Rio Grande, ainda com vistas firmes na comunhão brasileira, assim terminou um longo artigo sobre o ato do delegado imperial, depois de aconselhar fôsse poupado derramamento de sangue: “Eia, pois, compatriotas, confiar nas luzes e patriotismo de nossa Assembléia, confiar na prudência e na sabedoria do Regente: êle é o nosso amigo e não deixará de atender aos nossos queixumes”.

O remédio para os males dos riograndenses, nessa hora, não estava ainda, para esta notável figura da revolução, nas mãos dos farroupilhas e sim nas do Regente do Brasil.

MANUEL LUCAS DE OLIVEIRA, não obstante republicano, nega que a revolução tivesse em seu início outro objetivo além do que constava no manifesto de Bento Gonçalves.

Em 1844, já no penúltimo ano do decênio heroico, afirmava do alto do cargo de ministro da Guerra da República, com extensa exposição dirigida ao dr. Manuel Antonio Galvão, então ministro da Justiça do Império, que a usurpação da liberdade fôra, “sem duvida, a origem da comoção popular que se desenvolveu em 20 de Setembro de 1835, que

certamente não teria aparecido, si a província houvesse tido sempre presidentes distintos como v. ex.”.

E, precisando melhor a causa do levante, em 1835, acrescentou que as vistas dos riograndenses “eram somente livrar-se de um opressor”, estando, porém, dispostos a se submeterem ao nôvo presidente que fôsse nomeado pela Côrte.

Ha, finalmente, uma nota curiosa que nos dá a medida do conceito em que era tido, nas altas camadas sociais do Rio Grande o levante de 35.

Em um caderno de notas da espôsa do tenente-general do Exército Bento Manuel Ribeiro, d. Maria Mância Ribeiro, se lê êste registo: “Dia 20 de Setembro de 1835 foi a revolução de Bento Gonçalves contra Barreto Braga”.

#### OBJETIVO ATINGIDO

A saída de Fernandes Braga do território riograndense, em demanda da Côrte, foi considerada, pelos chefes ostensivos do movimento revolucionário, como o triunfo definitivo e deram, por isso, a luta como terminada. Desincorporaram, em seguida, os homens que se haviam apresentado e se achavam em armas.

Êste procedimento dos diversos comandantes, inclusive Bento Gonçalves, define seus intentos à frente do levante.

Após a partida do presidente deposto, para a capital do Império, Bento Gonçalves dirigiu um longo officio ao doutor Marciano Ribeiro, cujas primeiras palavras são estas: “Completo-se neste dia (23 de Outubro) a pacificação da Província e com ela a grande obra encetada no dia 20 de Setembro próximo passado, pelos sustentadores das leis e dos princípios liberais, ou para melhor dizer, pela grande maioria dos riograndenses. Apresso-me, portanto, a participar a v. ex. êste feliz acontecimento, que deve encher do mais puro prazer a todos os corações verdadeiramente amantes do bem estar de nossa cara Pátria e de nossas liberdades”.

Nessa comunicação, diz o chefe farroupilha que assistira na matriz da vila de São José do Norte, de onde data o officio, um “*Te-Deum* em ação de graças pela pacificação” e acrescenta: “Cumpre-me, agora, felicitar a v. ex. pelo feliz êxito do movimento de 20 de Setembro”.

Bento Manuel, em carta a Bento Gonçalves, aos 16 de Outubro de 1835, disse: "Estou desesperado por me recolher à minha casa, pois julgo tudo acabado".

Nove dias depois comunicava ao presidente da Câmara de Alegrete haver dispensado as fôrças que se achavam sob seu comando "por não serem presentemente necessárias",

No mês seguinte julgando, segundo suas próprias expressões, que a Província se achava "em perfeito sossêgo", solicitou a sua exoneração do comando das Armas, para se retirar "à vida privada, único bem que cordialmente apeço", disse.

DOMINGOS CRESCÊNIO DE CARVALHO, ao comunicar, em 22 de Outubro, também de 1835, ao coronel oriental Servando Gómez, comandante do Departamento de Serro Largo, que havia assumido o comando da Fronteira de Jaguarão, acrescentou que se havia "finalmente ultimado a gloriosa revolução de 20 de Setembro do corrente ano, que teve por principal objetivo sustentar o governo de Sua Magestade Imperial e Constitucional o sr. dom Pedro II e as instituições que venturosamente regem o Império".

Domingos Crescêncio era natural de Jaguarão e oficial de primeira linha. Foi depois uma das melhores espadas na defesa da República Riograndense. Faleceu no posto de coronel em Janeiro de 1841.

ANTONIO DE SOUZA NETO, o proclamador da República Riograndense, nos Campos do Seival, dirigindo-se aos seus compatriotas, em 10 de Novembro de 1835, depois de dizer que o levante de 20 de Setembro tivera "por objeto sacudir o jugo da tirania e quebrar os ferros da escravidão e libertar a Pátria de um governo opressor e anti-nacional" e que tendo isso sido alcançado com a fuga dos inimigos, afirmou, "nada mais havia a recear" e por isso todos podiam regressar ao lar.

São estes os termos finais dessa proclamação: "Devolvei-vos ao seio de vossas famílias, que em plena paz gozarão os frutos de vossos fadigas".

ISMAEL SOARES DA SILVA, figura de grande relêvo na Revolução, um dos deputados à Constituinte de 1842 e que, como rerepresentante de Bento Gonçalves, teve, em 1844, entendimentos com barão de Caxias, sobre a paz — depois de agradecer aos bagéenses que serviam sob seu comando e de proclamar o triunfo do levante, disse-lhes, em 10 de Novembro de 1835: "Vossos trabalhos estão concluídos e é justo



que gozeis dos suaves frutos de vossas fadigas, regressando aos vossos lares, cobertos de verdadeiros louros”.

JOAQUIM TEIXEIRA NUNES, o bravo dos bravos, o intrépido e vigilante vanguardeiro de Canabarro na expedição a Santa Catarina em 1839, aquele, cuja bravura, à frente do famoso 1º regimento de lanceiros, um dia assombrou Garibaldi — ao dispensar, em 6 de Novembro de 1835, seus comandados do 2º distrito da vila de Piratini, assim se manifestou: “Sim, amados compatriotas! Acabámos nossas fadigas, coroando nossa empresa, deixando por terra o bando retrógrado e pondo em seu lugar a brasileiros livres que fazer-nos-ão felizes, regendo-nos pelos princípios constitucionais que professamos!”

### CARÊNCIA DE VISÃO HISTÓRICA

Pondo de lado os métodos modernos para a investigação do passado, tem-se procurado explicar o procedimento dos principais chefes ostensivos da revolução de 20 de Setembro de 1835, ao se manifestarem sobre seus objetivos em vista da atitude que posteriormente tiveram combatendo em prol de República Riograndense — atribuindo-se-lhes fingimento em suas manifestações.

Apegam-se os que assim pensam àqueles fantasmas sem existência real, e, nem sequer virtual, de que nos fala Th. Ribot.

Desviam-se dêsse modo, da verdadeira fonte, a que em tais casos deve recorrer o historiador — a psicologia, que nos fornece importantes elementos para a compreensão da conduta humana em certas circunstâncias; conduta essa que, às vezes, à primeira vista, nos parece esquisita.

A Psicologia, disse Lacombe, encerra a explicação da História, fornecendo a esta uma pedra de tóque.

Taine pontificou “que explicar uma revolução é fazer uma página de Psicologia”.

No Brasil, por falta de uma orientação geral e científica no ensino e no cultivo da História, com fundamento nos métodos modernos, poucas são as obras de real merecimento sobre o nosso passado.

O fanatismo político, a ortodoxia das religiões e das seitas, o desejo exibicionista de ser lido pelo grande público, a fantasia do serviço do estetismo — desvirtuam os acontecimentos, ao sabor das paixões de quem os narra.



A aceitação do fingimento por parte dos chefes ostensivos do levante farroupilha, com intuito de ocultarem seus verdadeiros objetivos — é, absurda, depreciativa, injuriosa.

Nem na fase preparatória do movimento foi necessário despistar, visto que a propaganda de federação e república era feita abertamente da tribuna e pela imprensa.

Além disso, os farroupilhas não sabiam mentir, porque a mentira é o aviltamento da palavra humana, e eles tinham verdadeiro culto pela palavra e um profundo respeito pelas virtudes morais.

Em o hino farroupilha, o investigador encontra tôda a ética daquela gente nestas estrofes de alta filosofia e dignas de serem sempre memoradas:

Não basta para ser livre  
ser forte, aguerrido e bravo:  
Povo que não tem virtude  
acaba por ser escravo.

Imbecilidade e não estratagema cometeriam aqueles chefes, si continuassem depois do triunfo do levante, em virtude da queda e fuga das primeiras autoridades, a negar aquilo que queriam e cuja realização deles exclusivamente agora dependia.

Incapazes e não astutos seriam eles, se visando a separação e república, deixassem, como deixaram, entrada franca aos recursos que o Govêrno Central enviasse, com a desmobilização dos homens em armas e não trancando a entrada da barra do Rio Grande.

A teoria do contágio mental explica-nos claramente o procedimento dêsses homens, sem depreciá-los.

### O PRESTÍGIO DE BENTO GONÇALVES

O nome dêste guerrilheiro principiou a figurar em nossos anais militares, quando já entrava no 30º ano de sua existência, sem tirocínio regular, na carreira das armas.

Em 1817, foi nomeado capitão de milícias. Sua atividade e intrepidez concorreram para diversas vitórias, que nossas forças alcançaram sôbre os bandos de Artigas.

Em 1818, derrotou, em Currales, entre Olimar e Scbolati, o caudilho Moreira, que capitaneava 150 uruguaioes. Em Maio do ano seguinte, derrotou e aprisionou o coronel Fernando Ortoguez, um dos mais imprtantes chefes artiguistas, e dias depois derrotava, junto ao arroio Carumbé, o famoso Lopez Chico. Em Janeiro de 1820, bateu, no arroio Olimar, o coronel Aguiar, importante auxiliar de Artigas.

Em 1824, foi elevado a tenente-coronel e nomeado comandante do 39º regimento de milícias, que organizou, e à frente do qual combateu, em 12 de Outubro de 1825, em Sarandí, data em que foi promovido a coronel. Tomou parte na batalha do Passo do Rosario, comandando uma brigada.

Em 1829, foi promovido a coronel do Estado Maior e nomeado comandante do 4º regimento de cavalaria de 1ª linha, estacionado em Jaguarão.

Seus feitos militares, a simplicidade de suas maneiras, sua identificação com a massa popular, que tanto admira as pessoas altamente colocadas que tem os mesmos defeitos dela — valeram-lhe admirações e popularidade e se tornou, por isso, um dos homens de influência na Província.

Tinha Bento Gonçalves três graves defeitos como chefe militar: era irresoluto, sugestionável e extremamente sensível.

No estudo de seus atos, não se deve nunca perder de vista essas suas qualidades congénitas.

Foi a influência que sôbre Bento Gonçalves exerciam o sagaz e irrequieto padre Caldas e o ambicioso caudilho Lavalleja, que o levaram à escandalosa proteção que a êste último dava, proteção essa denunciada em longo e enérgico officio do comandante das Armas e que determinou a sua vinda a esta Capital, a chamado do Govêrno, em fins de 1833.

Era filiado ao partido liberal da Província, ao qual também pertencia João Manoel de Lima e Silva, que, ao ter conhecimento da chamada de Bento Gonçalves, conseguiu permissão para vir também à Côrte, afim de socorrer seu correligionário e ao mesmo tempo fazer propaganda de suas idéas políticas, para o que tinha grande facilidade na ocasião, por ser regente do Império seu irmão Francisco de Lima e Silva.

Tão grande era a pressa do joven e atívo agitador liberal, em vir à Côrte, que, obtida a licença para isso, empreendeu a viagem por terra, a cavallo. Nos primeiros dias de Dezembro, aquí se achava.

Desenvolveu uma formidável campanha contra a administração da Província do Rio Grande do Sul e a favor de Bento Gonçalves, explorando as disposições de seu irmão, de transformar a regência em uma ditadura militar.

Essas disposições de Francisco de Lima e Silva fôram um dos fatores principais na explosão do levante farroupilha.

Com o pouco escrúpulo que a Política em regra aconselha aos que querem triunfar e na ânsia de realizar seus intentos, o Regente, para conseguir um adepto de valor ou um cabo eleitoral poderoso, deu Bento Gonçalves por justificado das acusações que lhe faziam no Sul, colocou-o no comando da fronteira do Rio Grande e premiou-o com uma pensão anual de 1:200\$, áto éste que justificou em decreto com os maiores louvores às qualidades privadas e públicas do agraciado.

Assim, coberto de honrarias e prestigiado pelo Centro, voltou Bento Gonçalves à Província, em companhia de João Manuel, depois de conseguirem a demissão do Presidente José Mariani e a nomeação de Fernandes Braga, que pertencia ao grêmio dos liberais.

O luzido coronel riograndense passou, dêsse modo, a ser um heroi do dia.

E, assim, mais do que todos os seus serviços em defesa da Pátria, no campo de batalha, mais do que as suas qualidades pessoais, o elevou no conceito público uma proteção criminosa, porque tinha origem em uma trama política.

Ha mais de um século que vem figurando, com frequência, no cenário de nossa vida política, grande número de indivíduos assim elevados.

Estava, pois, Bento Gonçalves indicado para chefiar o primeiro movimento revolucionário que surgisse na província.

Perceberam isso os vigilantes propugnadores da República federativa e passaram a cortejar e suggestionar o coronel que, ufano, mostrava correspondência do Regente, entre a qual havia uma carta que hoje guarda o *Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul* e que nos serviu de chave para decifrar o motivo da proteção que Bento Gonçalves obteve na Côte.

---

## CARTA BRANCA PARA CONSPIRAR

Talvez pareça novidade o que dissêmos sôbre Francisco de Lima e Silva e, por isso, nos apressamos em comprovar o que afirmamos.

E' por todos sabido que dos membros da Regência o único que se achava de fáto em exercício, em fins de 1833 e princípios de 1834, era Francisco de Lima e Silva.

José da Costa Carvalho, alegando doença, se retirara para São Paulo, desgostoso com a marcha dos negócios.

Bráulio Muniz, efetivamente doente, se limitava a "assinar os papéis de serviço".

Foi nessa situação que Lima e Silva pensou conjurar os males que assediavam a Regência desde 1831, estabelecendo uma ditadura militar sob sua chefia. Evitaria assim, ao mesmo tempo, a eleição de Araujo Lima para a Regência una, de que já se tratava.

Em carta de 15 de Janeiro de 1834, Lima e Silva convida Costa Carvalho a vir "tomar seu lugar na Regência", visto estar êle em "luta com imensas dificuldades, com exigências de partidos e com a pouca firmeza" de Bráulio Muniz e depois de outras considerações acrescentou: "Certificando por esta ocasião a V. Ex. que, ou abandono êste lugar que tenho, porque não sei infringir a Constituição, ou tomarei uma atitude inteiramente militar e verei si assim posso salvar-me com dignidade.

Espero que V. Ex. tomará em muita consideração o que digo acima".

Cinco dias depois escrevia a Bento Gonçalves a carta a que nos referimos, felicitando-o pela sua nomeação para comandante da fronteira de Rio Grande e acusando o recebimento da correspondência do coronel por "ocasião da crise" e, entrando no assunto principal disse: "Não pretendia escrever a V. S. sôbre o negócio do Regente, porque não só contava com a sua amizade como para não parecer suspeito.

"Agora, porém, que chegou a mim a notícia de um modo terminante e decisivo que o marechal Barreto (Sebastião Barreto Pereira Pinto, comandante das Armas no Rio Grande do Sul) traidora e pèrfidamente procura aliciar eleitores dessa Província para nomearem Pedro de Araujo Lima, homem inimigo constante das coisas de 7 de Abril, do que tem dado sobejas provas, até traindo a Regência quando foi seu Ministro nos quarenta dias, tudo isso induzido e



aconselhado daqui por José Carlos de Almeida Torres e Galvão, autores de toda esta cabala.

Dirijo-me a V. S. para que ponha todo o esforço, afim de malograr o obscuro enredo de tal marechal, certificando a V. S. que si por desventura aparecer tal homem para Regente, não só não lhe entregarei a Regência como lhe farei sempre tôda a opposição: não foi para ver o Brasil perdido que eu e minha família nos sacrificámos em 7 de Abril.

Espero que V. S. me acuse a recepção desta carta e eu vou tomar sôbre o marechal Barreto as convenientes medidas."

Os liberais riograndenses por meio dessa carta, da mais alta autoridade do país, tiveram *carta branca* para conspirar e pregar idéas e por isso o fizeram publicamente, zomhando do poder na Província e atacando com aspereza o comandante das Armas, e dêsse modo afrouxaram os laços da obediência e, anulando as autoridades, abriram uma porta ampla para a revolução.

### DIRETORES DA REVOLUÇÃO

Foi o ilustre dr. Assis Brasil quem, em sua *História da República Riograndense*, em 1881, deu a Tito Livio Zambeccari a dignidade de "verdadeiro e real diretor mental" da revolução farroupilha.

Desde então vem sendo dado curso a essa heresia histórica.

Ha pouco o dr. Basilio de Magalhães a repetiu.

Conhecemos e admiramos, todos, a erudição dêsse nosso ilustre confrade nos assuntos da História pátria e, neste caso particular, convém não esquecer haver êle declarado que os feitos farroupilhas lhe eram bem conhecidos.

Emprazado, porém, a comprovar sua afirmativa, se limitou a declarar, mais de uma vez, que tinha conhecimento do assunto pela obra do dr. Assis Brasil e pelas *Revoluções Cisplatinas* do dr. Alfredo Varela, e acrescentou que o primeiro dos referidos autores não documentara sua afirmativa, mas que o segundo comprovava com documentos sua asserção e aditou: "Foi o Conde Zembeccari quem infiltrou as primeiras idéas republicanas no Rio Grande do Sul", deixando transparecer que isso afirmava, amparado pelo ilustre dr. Alfredo Varela.



Esse erudito historiador riograndense, entretanto, no livro citado nega aquela supremacia do conde italiano, nestes termos: "Iniciador, como alguns querem, não foi". (Obra cit., 306).

Um dos biógrafos de Zambeccari diz que, quando este se fixara em Porto Alegre "a revolução batia também às portas daquela Província brasileira".

Acontecia isto em fins de 1833 e, portanto, quando mais intenso era o movimento dos farroupilhas em prol da república federativa.

Foi a revolução que levou Zambeccari ao Rio Grande, visto que de Buenos Aires êle para lá se transportou, a convite dos farroupilhas, quando já estava de malas feitas para retornar à Europa.

O conhecimento dos riograndenses com o conde carbonário vinha de 1831, quando êle esteve na Província, como simples agrimensor.

Era homem de cultura, inteligente e imbuído de idéas revolucionárias. Preso no início da revolução, em 1836, e recolhido a uma fortaleza nesta capital, cortou definitivamente as relações com os farroupilhas, esquecendo-os. Contemplado nas anistias que o imperador costumava dar, na data de seu aniversário natalício, aos que, arrependidos, imploravam perdão, foi Zambeccari pôsto em liberdade a 2 de Dezembro de 1839, com a condição de seguir para a Europa, para onde se transportou em seguida, com a marca quente...

Em nota de seu próprio punho, em um jornal do Rio de Janeiro, encontrado em seu arquivo, declarou que fôra "um dos redatores do *Republicano*" — vide bem — um dos redatores, o que é perfeitamente aceitável, e não o único redator como se tem dito.

A *Idade do Pau*, jornal de Pedro Boticário, o Marat da Revolução Farroupilha, declarou que fazia parte da redação do *Republicano* um estrangeiro "alheio aos nossos costumes". Esse estrangeiro devia ser o conde italiano.

Tem-se procurado dar foros de cidade, entre nós, à inventiva de Bertolini, um dos panegiristas do conde bolonhês, de que êste foi um dos "sete fundadores da República Riograndense, em 1836".

Bento Gonçalves e Zambeccari só tiveram conhecimento da proclamação da república, em 1836, quando presos, depois do desastre do Fanfa.

Está cabalmente provado que a República Riograndense foi proclamada por Antonio de Souza Neto, instigado por Joaquim Pedro Soares e Manuel Lucas de Oliveira, à révelia de todos os demais chefes farroupilhas e sem audiência prévia destes, que apenas tiveram conhecimento do fáto e com êle se conformaram.

Tem-se dado curso à versão de Eurico Spartaco, de que Zambabecari foi "o autor do programa que tinha servido como base das operações" dos riograndenses.

Não ha provas disso, e todas as presunções são opostas a essa afirmativa.

A presença, entre os chefes farroupilhas, de José Mariano de Mattos, que foi ministro da Guerra da República Riograndense e depois da mesma pasta do Império, escolhas essas que evidenciam suas qualidades militares para o alto comando; a presença entre aqueles, de outros soldados de merecimento, em cujo numero se achava João Manuel de Lima e Silva, dotada de brilhantes talentos militares, aprimorados por esmerada cultura técnica, afugenta a insinuação do publicista italiano acima referida.

## A ELITE REPUBLICANA

Havia no Rio Grande do Sul, oito anos antes do levante farroupilha, uma plêiade de republicanos ilustres, que pugnavam, sem cessar, pelas suas idéas, no seio da massa popular, preparando-a, com pertinácia e inteligência, para a aceitação do regime democrático.

Todos os chefes militares de prestígio ou os políticos de nomeada fôram sempre assediados por êsses pugnadores audazes e, muitos, por eles contaminados.

Em um meio assim há muito trabalhado, no sentido das idéas republicanas, foi que Zambecari contribuiu com o seu talento, pregando o republicanismo.

Seu papel nesse sentido não tem a importância que se lhe atribue — foi o de mais um colaborador de mérito que se aliou aos muitos que já existiam.

Ê, pois, inadmissível a inferência, por essa simples colaboração, de que foi êle o pai espiritual da revolução.

Além dos elementos de ordem histórica e cronológica, que vamos ligeiramente referir, abona a tese que sustentamos o fáto de ser Zambaccari estrangeiro e se não achar identificado com os costumes da Província, como foi assi-

nalado em um dos jornais farroupilhas. Junte-se a isto o jacobinismo exaltado que imperava no meio riograndense.

O quanto é necessário, indispensável, a identificação com o meio em que se vive, para que nele se tenha influência e predomínio — é cousa tão sabida, que nos limitamos a chamar a atenção para o fato apontado pelo jornal portoalegrense.

Não nos permitindo o espaço e o tempo de que aqui dispomos uma esplanção longa, vamos passar em simples revista os nomes dos principais diretores da revolução farroupilha, isto é: dos que a prepararam no sentido da realização de um ideal, dos que verdadeiramente triunfaram em 20 de Setembro de 1835, dos que enquadraram os chefes militares entre os defensores do ideal republicano quando, com o apóio desses chefes, acentuaram definitivamente o curso da revolução, negando posse ao presidente nomeado pelo Governo Central.

Eis algumas das principais figuras da *elite* farroupilha:

ANTONIO PEREIRA RIBEIRO — foi este culto e talentoso sacerdote riograndense um dos mais intrépidos dos pregadores das idéias liberais.

Ao chegar em Pôrto Alegre a notícia da proclamação da Independência, em 1822, proferiu brilhante oração na Catedral, por ocasião da missa por aquele feito.

Manifestou-se, depois, com veemência, contra o *veto* absoluto em longa proclamação, onde também reclamou com insistência a reunião da primeira assembléa geral, que já tardava, dizendo “o governo representativo é o sistema que temos adotado todos os brasileiros”.

Referindo-se ao *veto* absoluto, escreveu: “Não salta aos olhos ser a este sistema repugnante ao poder que se quer dar ao chefe da nação, de um *veto* absoluto, ao que fôr resolvido e determinado pela assembléa?”

Foi preso pela manifestação dessas idéias, remetido para esta Capital e aquí encarcerado na fortaleza da Ilha das Cobras, durante cinco meses.

Tal era, porém, a sua influência e tão disseminantes estavam já as idéias liberais no Rio Grande do Sul, que o ilustre sacerdote obteve, em Outubro de 1828, grande votação no comício feito de acôrdo com as instruções de Março de 1824.

Em correspondência relatando essas eleições na paróquia de Pôrto Alegre, é afirmada ali a existência de “uma fração republicana”.

Nas eleições para a segunda legislatura foi o padre Pereira Ribeiro eleito deputado geral e tomou assento nas sessões de 1831 a 1833, substituindo o tenente-general Joaquim de Oliveira Alvares.

Entre os mais íntimos amigos do desembargador Cândido Ladisláu Japi-Assú, denunciado em 1828 como republicano, no Rio Grande do Sul, figurava o padre Pereira Ribeiro, como declara o referido magistrado em sua defesa.

Foi êsse ilustre sacerdote um dos maiores agitadores do levante farroupilha e um dos seus mártires.

Preso no início da revolução, morreu no cárcere em 1837.

O DR. MARCIANO PEREIRA RIBEIRO — médico ilustre, formado na Inglaterra. É um dos maiores vultos da Revolução, salientando-se pela sua cultura e sentimento de brasilidade, que os sobrepunha aos seus ideais políticos.

Foi o orientador da propaganda republicana e o presidente escolhido pelos farroupilhas, em substituição de Fernandes Braga.

Era sobrinho do padre Antônio Pereira Ribeiro. Mencionamos êste parentesco, porque êle nos adverte que antes da suposta influência estrangeira, já havia na família rio-obteve grande votação, quando o dr. Marciano Ribeiro, se-  
grandense íntimos laços de tradição republicana.

Nas referidas eleições de 1828, onde aquele sacerdote obteve grande votação, quando o dr. Marciano Ribeiro cundado por Antônio Maria de Magalhães Calvet, protestava contra o procedimento da mesa, em Pôrto Alegre, se estabeleceu tumulto e fôram ouvidos no recinto, segundo regista um jornal da época, gritos de “fora republicanos!”

Na mencionada defesa do desembargador Japi-Assú figura o dr. Marciano Ribeiro como um dos “mais notados” dos seus íntimos amigos.

Para ter liberdade na propaganda de suas idéas, recusou o dr. Marciano diversos empregos que lhe fôram oferecidos, durante o 1º reinado.

Não é nosso intuito fazer aquí o histórico do papel que representaram, na grande revolução riograndense, os homens cujos nomes estamos referindo — queremos apenas assinalar suas atuações em prol das idéas democratas, antes de 1835 e antes de Zambeccari com êles colaborar: e por isso, vamos nos limitar a referir apenas mais dois fatos em que figura êste eminente republicano.



Em 1828, ao se manifestar sobre negócios públicos, disse que o fazia "como quem viveu anos na terra clássica dos amigos da liberdade, a poderosa Albion".

Bento Gonçalves influenciado pelo padre Caldas e por Lavalleya, recomendou este ao dr. Marciano, em 1832, como disposto à criação do Quadrilátero — formado com o Estado Oriental, Entre Rios, Corrientes e Rio Grande.

A resposta do ilustre patriota ao coronel desencaminhado foi positiva e esmagadora.

Eis alguns de seus períodos magníficos, pela lição de civismo e de cordura que encerram: "Creio não avango juízo exagerado dizendo que o plano de Lavalleya é absurdo.

"Nós devemos tomar do sr. general os elementos subalternos de que pode dispor, porém não dar-lhe ingerência em nossos assuntos, desde que conhecemos sua *arrière pensée*, e muito menos propender a restabelecê-lo no poder, idéa que persegue em seu país, cujo estado político *devemos deixar dormir*.

"Quanto ao seu plano, basta só meditar que, conseguida a desmembração do Rio Grande, o prejuízo seria para esta província parte integrante do pretenso quadrilátero das Corrientes, Entre Rios e Província Oriental.

"Segregada politicamente a província do Rio Grande do resto do Império, virá a ficar submetida, por compromissos de aliança e outros inconvenientes, a inimigos (pois sempre o fôram), que tirariam o melhor partido desta desmembração.

"O movimento riograndense não deverá nunca perder o seu carácter eminentemente nacional: deve apoiar-se em elementos e em política essencialmente brasileira". Esta resposta foi como uma barra de gelo sobre o ardor de Bento Gonçalves, naquele momento pelo *Quadrilátero*.

Em 1835 foi o dr. Marciano Ribeiro sagrado nas urnas, pelos seus admiradores e correligionários, para vice-presidente da Província.

Para que se tenha uma idéa de sua atuação e influência na política do Rio Grande, basta a leitura das seguintes passagens do officio de Fernandes Braga, comunicando, em 9 de Junho, ao ministro do Império, o resultado daquelas eleições: "Não julgo prudente ocupe o 3º lugar, mas, sim, o último, Marciano, homem de gênio arrebatado, sem tino algum para governar, ligado a um partido que se intitula farroupilha e que promove a desordem na Província.



“O dr. Marciano envolverá o continente em um pélago de males, si por ventura as rédeas do govêrno caírem em suas mãos”.

É a esta individualidade, de cunho nacional e político tão solidamente acentuado, que se tem querido fazer figurar no cenário da vida farroupilha, como dirigida por idéas de elementos exóticos.

JOSÉ DE PAIVA MAGALHÃES CALVET — espirito culto, servido por um talento de escol, iniciou sua vida pública na Marinha nacional. Abandonou essa carreira no primeiro pôsto de official. depois de um brilhante curso, e foi residir em sua província natal.

Em 1831, obteve, por concurso, a cadeira de Aritmética e Geometria, que passou a lecionar. Fez-se, depois, advogado notável. Foi, em 1832, eleito presidente da Câmara Municipal de Pôrto Alegre. Nesse pôsto, representou contra a instituição da Sociedade Militar, que tinha intuitos restauradores.

Em 1833, foi nomeado para altos cargos na administração do Rio Grande, entre êles o de membro do Conselho Geral da Província.

Foi eleito para a primeira assembléa riograndense e tomou parte saliente em seus debates, quando Fernandes Braga denunciou a revolução.

Sua atuação em prol das idéas liberais, como jornalista, foi das mais profundas e das de maior curso.

*O Recopilador Liberal* foi a sua grande tribuna de doutrinação, desde o aparecimento dêsse jornal, em 1822 até 1836.

Foi êsse jornal, afirma um grande conhecedor da história riograndense — Alfredo Ferreira Rodrigues — “órgão extremado do partido farroupilha e um dos promotores da Revolução”.

*O Continentista* que, segundo Lobo Barreto, era “o veículo dos aturdidos republicanos”, foi redatado por José de Paiva Magalhães Calvet, e pelo dr. Francisco de Sá Brito, de Julho a Dezembro de 1835.

Em 1834, Calvet entusiasmado pelo grande agitador republicano, dr. Cipriano José Barata de Almeida, então recolhido à fortaleza da Ilha das Cobras, consagrou-lhe uma “ode sáfica”, onde se lêem estas estrofes:

E tu, grande Barata, heroico mártir  
da preciosa e santa liberdade,  
inda em vida recebe os troféus,  
que te consagra a Pátria.

Eis um rápido perfil dêsse grande sonhador e desiludido da democracia.

Sua personalidade forte está a dizer-nos que não precisava de lição de forasteiros para se conduzir na vida política de sua Pátria.

Mais três irmãos teve José de Paiva e todos, como êle, fôram republicanos exaltados: *Manuel Maria*, que como já vimos, teve papel saliente ao lado do dr. Marciano Ribeiro nas eleições de 1828;

MANUEL ANTONIO, médico, e um dos principais elementos para o triunfo do levante farroupilha, de 20 de Setembro de 35;

*João*, que foi prêso em 1836, por perigoso, por ter sido influente no levante.

Era, como se vê, uma família de republicanos tradicionais.

JOÃO MANOEL DE LIMA E SILVA — brilhante e culto espírito, bravo soldado, ilustre general. Teve formidável e decisiva atuação no movimento farroupilha. Aqui só nos interessa sua atuação como propagandista.

*O Continentino*, jornal que circulou de 1831 a 1833, e, portanto, antes de Zambeccari colaborar na imprensa republicana do Rio Grande do Sul, foi fundado por João Manuel, e era inicialmente impresso na casa de sua residência, à rua da Igreja, atual Duque de Caxias, em Pôrto Alegre.

Nesse jornal, segundo se lê na *Memória Histórica* dos últimos movimentos políticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul", publicada na *Sentinela da Liberdade*, em 1836, João Manuel pregava "em favor do sistema republicano".

VICENTE FERREIRA GOMES — pai e avô de dois ilustres e beneméritos educacionistas riograndenses — Fernando e Ildefonso Ferreira Gomes — é mais um exemplo a se apresentar para comprovação de que antes de Zambeccari aportar ao Brasil, já se pregavam, na Tessalia brasileira, idéas liberais, já havia ali convicções republicanas.

Vicente Gomes, *O Carona*, como o chamavam seus desafetos, redigiu, de 1828 a 31, o *Constitucional Rio Grandense*, onde defendia, com ardor, o liberalismo.

Esse jornal mereceu esta apreciação da *Aurora Fluminense* de Evaristo da Veiga: "Temos no Brasil um nôvo periódico, notícia que deve sempre alegrar os amantes da Constituição, da publicidade e da imprensa livre".

Vicente Gomes teve assento na primeira assembléa provincial e foi dos que mais combateram a posse do dr. Araujo Ribeiro.

Exerceu, no início da revolução, a chefia de polícia.

PEDRO JOSÉ DE ALMEIDA — o formidável *Pedro Boticario* — foi, além de jacobino, um exaltado liberal.

Dá-nos uma idéa de sua atuação êste trecho da *Memória*, acima citada, referindo-se aos sucessos de 1834: "Pedro Boticario recitando discursos, umas vezes pendurado pelas janelas, outras de cima de cadeiras, outras de cima de carretas".

Foi êle o redator do formidável jornal a *Idade do Páu*, que circulou de 33 a 34.

SILVANO JOSÉ MONTEIRO DE ARAUJO E PAULA — é outro grande propagandista da república. Sob sua direção circulou de Julho de 34 a Julho de 35 o *Éco Porto Alegrense*, "órgão do partido exaltado, que fez a revolução".

Silvano foi depois uma das principais figuras da Constituinte farroupilha.

FRANCISCO DE SÁ BRITO — um dos mais cultos espíritos da revolução. Fazia parte da Assembléa provincial em 35, como secretário. É bem conhecida sua vigorosa atuação na imprensa farroupilha, especialmente pelas colunas do *Continentista*, até à erupção do movimento. Foi ministro do Interior da República e fez parte da Constituinte de 42. É autor de um dos melhores estudos sobre a Revolução.

SERAFIM JOAQUIM DE ALENCASTRE — é uma figura de republicano histórico de grande destaque, pêla sua atuação firme e franca desde 1832, pelo desprendimento com que serviu suas idéas, pela inteligência e pelo seu grande valor pessoal.

Era filho do brigadeiro Joaquim Antonio de Alencastre, o herói de Sarandí, e avô de nosso ilustre camarada coronel Alvaro de Alencastre, que nos forneceu as seguintes notas: "Foi promovido a alferes em 1827, morreu ainda alferes

em 1857. Foi republicano durante toda sua vida e, por isso, não foi promovido, apesar de ter sido o n. 1 durante muitos anos”.

Em 32, diz-nos documento existente no *Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, foi mandado por Bento Gonçalves, de Jaguarão para Porto Alegre, por ser republicano, e, por isso, o futuro chefe dos farroupilhas, depois de qualificar de malvado o alferes democrata, declarou desejar que este não mais voltasse àquela localidade.

Dez anos depois, Bento Gonçalves, na qualidade de presidente da República Riograndense comparecia perante a sessão inaugural da Constituinte, em Alegrete, e Alencastre, o malvado republicano, tendo a cingir-lhe os punhos os luzidos galões de tenente-coronel farroupilha, tomava assento entre os membros daquela assembléa, exercendo também o alto cargo de ministro da Guerra e da Marinha, para que havia sido ha pouco nomeado, não obstante a “repugnância manifestada em aceitar tão laborioso encargo”, segundo os termos do decreto que o nomeou.

### III

*O Compilador em Porto Alegre*, fundado em 1831, sem assistência de estrangeiros, foi outro órgão do partido liberal riograndense. Entre seus redatores, figuravam o padre Francisco das Chagas Martins, irmão de David Canabarro, e o nome mais votado para a Constituinte republicana de 42; Antonio Alves Pereira Coruja, que foi prêso no início da revolução e remetido para esta Capital e aquí viveu o resto de sua vida. Teve assento na primeira Assembléa provincial

*O Noticiador*, que circulou na cidade do Rio Grande — por lá não andou Zambeccari — de Janeiro de 32 a Novembro de 35, foi um dos grandes órgãos do partido liberal. Era seu redator Francisco Xavier Ferreira, que fez parte da Junta Governativa, que administrou o Rio Grande do Sul de Fevereiro de 22 a Março de 24. Era um dos membros da primeira Assembléa provincial e fez grande opposição à posse de Araujo Ribeiro.

*Gruta* foi o nome de uma sociedade secreta, fundada em Coimbra, por estudantes brasileiros, que tinham por fim, regressando à Patria, aí promover a republica.

A informação é de um dos seus associados — José Pedroso de Albuquerque, ilustre farroupilha e um dos ministros da República Riograndense.

CANDIDO BAPTISTA DE OLIVEIRA, ANTONIO VIEIRA BRAGA, ANTONIO RODRIGUES FERNANDES BRAGA e JOSÉ DE ARAÚJO RIBEIRO, todos riograndenses, faziam parte da *Gruta*.

Entre os depois grandes nomes nacionais e titulares do Imperio que pertenciam a essa agremiação figuravam: HONORIO HERMETO CARNEIRO LEÃO — marquês de Paraná — vigoroso esteio do partido conservador, onde ingressou com procedência do liberal;

AURELIANO DE SOZA e OLIVEIRA COUTINHO — visconde de Sepetiba — chefe eminente do partido liberal e nome que é neste Instituto sempre recordado com grande admiração.

ANTONIO DA COSTA PINTO, mineiro que de regresso ao Brasil, em 1827, logo depois de formado, recusou, em audiência solene do Imperador, cumprir as cerimônias da etiqueta do Paço.

As provas aduzidas justificam nosso assêrto sôbre a existência no Rio Grande do Sul, em 1835, de uma mentalidade republicana, e evidenciam que essa mentalidade não fôra criada pela influência pessoal de estrangeiros.

## A FEDERAÇÃO

Neguem, façam todos os esforços por negar, os separatistas, a existência de idéa federativa na cruzada farroupilha, — tudo será inútil; só hão de conseguir o que aqui têm feito: iludir a si mesmos.

A República Federal foi um grande sonho dos farroupilhas e dêle os despertou o profundo sentimento de brasilidade, abrindo-se os olhos para a contemplação da Pátria grande em perigo.

Foi êsse ideal farroupilha que norteou os republicanos riograndenses na cruzada política, que venceu na madrugada de 15 de Novembro de 1889.

Quando em 1 de Janeiro de 1884 aparecia o primeiro número d' *A Federação*, dizia Venencio Ayres, em artigo de apresentação, que o que êle vinha prégando não era novidade, que vinha fazer uma afirmação, no presente, de uma aspiração do passado; que era a revolução de 1935 que renascia com a mesma bandeira e a mesma fé, e terminou concitando a salvação da unidade nacional, pela federação.

Júlio de Castilhos, cujo nome representa o programa de um partido político, escreveu pelas colunas do jornal citado, em 28 de Abrii de 1890: "O Partido republicano surgiu como continuador da obra gloriosa dos Farrapos, interrompida em



1845 pela intervenção illusória, mas dominadora do Governo d'êste país”.

Nêsse mesmo ano, a 15 de Dezembro, em discurso no Congresso Nacional Constituinte proclamou: “Todos nós devemos combater a idéa separatista em nome da grandeza d'êste país”.

A tirania do Centro foi o germe da idéa federativa no Brasil.

A existência de um preposto do poder central nas Províncias despertou nestas o desejo de autonomia, sem a quebra da integridade nacional.

Talvez a República Riograndense não tivesse existido, si a interpretação do Ato Adicional não tivesse sido em favor do sistema parlamentar.

Foi depois de 1831 que a idéa federativa principiou a ser pregada com vigor e tomou vulto como aspiração política.

A Confederação do Equador, como seu nome está indicando, não tinha em vista a federação das províncias brasileiras. A estas não se refere o artigo 1º do decreto regulando as funções do governo instituído pela revolução, até que fôsse votada a Constituição e sim, tão somente às “comarcas que formavam a antiga Capitania” pernambucana.

Mais tarde, é verdade, o grande frei Caneca, pelas colunas do jornal *Typhis Pernambucano*, doutrinou no sentido da federação, mas sem resultado prático, em consequência da vitória do Governo imperial.

Claramente federativa foi a revolta de Cachoeira, na Baía, em Fevereiro de 1832, segundo lemos nas *Memórias Históricas* de nosso ilustre confrade, professor Braz do Amaral, — mas a idéa não vingou e a revolta, que não tinha intuítos republicanos, foi vencida dentro de três dias.

No Rio Grande do Sul o ideal federativo principiou a ser pregado publicamente, em 1832, pelas colunas do *Recopilador Liberal*. É o centenário desas manifestação que o INSTITUTO hoje comemora.

Em um dos números dêsse jornal, do referido ano, se lê: “Si as leis existentes não são consentâneas, como podemos dizer que não temos leis; que estamos anárquicos. Faça-se, pois, a lei do Estado, faça-se a Federação Republicana, e eis o remédio dos males da Pátria.”

Entre os redatores dêsse jornal, figuravam José de Paiva Magalhães Calvet, como já vimos, e Mateus Gomes Vianna, escritor elegante e inspirado poeta, pai do barão de Arroio Grande.

Mateus Vianna foi um dos principais elementos da revolução farroupilha, tendo-a, entretanto, abandonado, em seu início, por ser contrário à separação da Província. O que êle pregava, com ardor e brilho, era a federação e, por isso, condenou, em veementes artigos, pelas colunas do *Liberal Rio Grandense*, o desmembramento do Rio Grande da comunhão brasileira.

Em 1834 circulava em Porto Alegre o *Federal*, redigido por José Joaquim de Alencastre — o *Capororoca* — pai do marechal Antonio Pedro de Alencastre, liberal exaltado e “homem, muito lido”, segundo o informe de Coruja, que o conheceu intimamente.

As idéas políticas de Alencastre e o nome do seu jornal estão a indicar, claramente, que êste era mais uma tribuna de onde, no Rio Grande do Sul, se pregava o sistema federativo para o Brasil.

Em Fevereiro do ano recém citado, o *Recopilador Liberal*, comentando a transferência do major José Mariano de Mattos, para Santa Catarina, por se haver manifestado contra a instalação da Sociedade Militar, disse: “Os riograndenses só querem que o governo marche no sentido da heroica, mas malfadada revolução de 7 de Abril: querem as reformas federativas pelos meios legais e nada mais.”

E depois de fazer referência à campanha sustentada por Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro, pela *Aurora*, contra os restauradores, assim se manifestou o jornal gaúcho: “Será crime nos riograndenses o que nos fluminenses é virtude?... Santa Federação, só tu poderás libertar-nos dos males que sofremos.”

Ainda em 1834 o *Republicano*, também de Pôrto Alegre, assim doutrinava: “O regime federal principal abrange duas coisas: 1º, a independência de cada Estado em relação aos outros, para o arranjo e manejo interior dos negócios domésticos;

2º. A liga e união de todos, para a segurança e defesa dos interesses comuns debaixo do impulso de um Governo central, que respeite e sustenha a independência particular, sem intrometer-se nos negócios peculiares de cada Estado. Daquí nasce a mais perfeita igualdade, estabelecida entre seus habitantes.”

Depois de citar vários exemplos históricos em favor do sistema federativo, acrescentou: “À vista do que fica dito segue-se que o regime federal é o melhor, porque assegura

a liberdade de cada Província e põe uma forte barreira aos homens ambiciosos."

Assinalada, como ficou, a existência da idéa federativa entre os farroupilhas, antes da revolução de 20 de Setembro de 1835, vamos provar a continuidade dessa aspiração política no decurso do decênio heroico.

Limitamo-nos a expor as provas sem comentários, que aliás se fazem desnecessários, pelo valor dos elemnetos que passamos a citar.

1835 — Em um longo artigo do *Continentista*, dois meses depois do movimento revolucionário, se lê: "A Federação, isto é, o governo federativo é o único capaz de fazer a felicidade da província do Rio Grande".

1836 — O mais importante documento dêste ano, para comprovação de nossa tese, é a ata da proclamação da República Riograndense pela Câmara de Piratini, em 5 de Novembro. Aí se lê que, seguindo o exemplo da Câmara de Jaguarão, se "declarava a Província desligada da obediência que devia ao governo do Brasil, elevando-a à categoria de Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de — Estado Riograndense — podendo ligar-se por laços federativos àquelas Províncias do Brasil que adotarem o mesmo sistema de governo e quiserem se federar a êsse Estado".

1837 — Agora é a Câmara de Alegrete, a futura séde da Constituinte republicana de 42, que resolveu, em 24 de Junho "unânimemente" que a Província do Rio Grande "devia constituir-se em Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de Estado Riograndense, podendo ligar-se por laços de federação às Províncias do Brasil que, como é de esperar, vierem a adotar a mesma forma de governo, querendo elas esta união, que todavia jamais poderá ser tal que se oponha à completa independência do Estado Riograndense, quanto aos vínculos internos, não conhecendo, portanto, poder algum além de seus representantes, livremente eleitos, que lhe possa lançar tributos ou contribuições, mas tão somente um governo ou senado central, que taxe os subsídios com que se formará o tesouro da União, os quais deverão ser proporcionados ao rendimento de cada um dos Estados federados".

1838 — Em o substancioso manifesto de 29 de Agosto dêste ano, assinado por Bento Gonçalves e pelo grande estadista farroupilha Domingos José de Almeida, se lê esta importante declaração: "Perdidas, pois, as esperanças de concluir com o Governo de S. M. Imperial uma concilia-

ção fundada nos princípios de Justiça Universal, os Riograndenses, reunidas as suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos, todavia, a se federarem, quando nisso se acordem as Províncias Irmãs que venham a adotar o mesmo sistema”.

1839 — O general Antônio Neto, em proclamação de 24 de Julho, exaltando os triunfos obtidos em Santa Catarina, interroga: “Que resta, pois, ao Brasil? Como salvar-se?”

Ele mesmo responde: “Um só meio se antolha, o reconhecimento da independência riograndense — ou melhor, a Federação das Províncias, única maneira de manter um centro de União no malfadado Império de Santa Cruz: prescindir destes princípios, é promover completa ruína a esta bela porção da América”.

1840 — Em carta dirigida por Bento Gonçalves ao marechal Gaspar Menna Barreto, em 15 de Março, se lê: “Ah! nem eu, nem os riograndenses desejamos desligar-nos absolutamente do Brasil. Tempo virá, talvez, em que por fatos possa convencer-vos desta verdade”.

1841 — Domingos de Almeida em carta ao tenente-coronel Manuel Ribeiro de Moraes afirma que o chefe do Estado “se empenha de coração na manutenção dos princípios republicanos, que se ufana de professar, e que se empenha por estabelecer em todo o Brasil”.

1842 — Inaugurando a Assembléa Constituinte, disse Bento Gonçalves em sua fala de 1 de Dezembro: “Aproxima-se o dia em que, banida a realza da terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir por estreitos laços federais à magnânima nação brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos mais caros interesses”.

O projeto de Constituição apresentado à referida Assembléa estabelecida em seu artigo 1º: “A República do Rio Grande é uma associação política de todos os cidadãos riograndenses. Eles formarão uma Nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união ou federação, que se oponha à independência de seu regime interno”.

Referindo-se à Constituinte farroupilha, assim se manifesta Felisbello Freire, em seu magnífico estudo sobre a *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*: “E’ a primeira assembléa republicana que tirou do seu seio as fórmulas e as bases de uma Constituição. Constitue o elemento histórico do Direito constitucional da Repú-



blica, que é preciso consultar como uma fase da revolução republicana”.

Depois de fazer citação dos dispositivos do projeto, diz que esses “princípios gerais caracterizam a forma federativa do governo republicano e até mesmo a fase embrionária do regime presidencial”.

1843 — Em a resposta à fala do presidente da República, pela deputação da Assembléa Constituinte, em 17 de Janeiro, há esta declaração, depois da afirmativa de que confiava na intrepidez e constância do exército riograndense, para assegurar o triunfo dos princípios por que se batiam: “...quicá, raie então um dia de glória, em que possa verificar-se a lisonjeira idéia de nossa união à grande família brasileira, pelos laços da mais estreita federação”.

1844 — Em 28 de Abril, Manuel Lucas, então ministro da Guerra, fez esta comunicação ao presidente da República: “Motivos imperiosos que de viva voz os partiparei me moveram a convidar a um conselho de cidadãos gerais e oficiais superiores do exército e a fazer ciente de vossa parte os passos que se hão dado para São Paulo, Minas e outras províncias, solicitando a cooperação de vários senadores e deputados para advogarem nossa causa e suas justas circunstâncias na assembléa e no senado, e que o Govêrno, solícito em empregar os últimos meios para pôr termo à guerra, resolvia enviar um comissionado com instruções a ambas as Câmaras a tratar do transcendente assunto, para cujo fim desejava ouvir a opinião de cada um dos mesmos generais e oficiais sôbre o que mais convinha — ou independência total ou federação. Uniformemente se conformarão com esta última coisa”.

1845 — O maior e o mais belo atestado dos sentimentos de brasilidade dos riograndenses neste ano — é a paz, que foi feita porque um poder estranho ameaçava a integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixará de ecoar em seus corações de brasileiros, segundo as magníficas e cívicas expressões do bravo comandante-chefe do exército farroupilha.

Sobrepunham, assim, ao grande ideal político, tão longamente afagado e com tanto heroísmo defendido, os elevados e nobilíssimos sentimentos com que o patriotismo fortalece o coração humano, fazendo-o pairar acima de tôdas as paixões.

O azinhavre do separatismo tentou manchar esse gesto de acrisolado civismo gaúcho, taxando-o de artificio, mas não



o conseguiu, porque o sentimento de brasilidade dos rio-grandenses do sul, na constelação política de nossa Pátria paíra, como aquele cântico da musa inspirada de Guerra Junqueiro:

“Tão límpido, tão alto, que parece  
que é a estrêla no céu que está cantando”.

A história ha de consagrar isso, em juízo definitivo, a despeito de todas as paixões, porque, como pontificou Victor Hugo: “o que deve passar passa, o que deve soprar sopra.

A serenidade eterna nada sofre com êsses aquilões.

Acima das revoluções, a verdade e a justiça permanecem como o céu estrelado acima das tempestades”.

E’ “a justiça de Deus na voz da História”, segundo a lição de alta sabedoria e de grande resignação do príncipe ilustre que, em efigie, preside êste INSTITUTO e para quem os farroupilhas tiveram, sempre que pensavam no Brasil, os olhos voltados, na esperança de que com a Maioridade teriam a paz, por que sempre ansiaram; a paz, que é o supremo bem dos povos; a paz, por que o Brasil inteiro hoje anseia e que deve ser a nossa *Delenda Cartago!*” (*Aplausos calorosos e prolongados*).

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*), felicitando o sr. Souza Docca pelo brilhante trabalho, designa o sr. Rodrigo Octavio Filho para fazer, em 1933, no mês de Setembro, a segunda conferência sôbre a luta dos FARRAPOS.

O SR. MAX FLEIUSS (*primeiro secretário perpétuo*) propõe que o INSTITUTO convide seu insigne presidente, sr. conde de Affonso Celso, para exprimir à ACADENIA BRASILEIRA DE LETRAS todo o pesar do INSTITUTO pelo falecimento de Luiz Carlos da Fonseca, o que é aprovado por unanimidade.

Antes de encerrar a sessão, o sr. conde de Affonso Celso (*presidente perpétuo*) dá conhecimento à Casa do oferecimento, pelo sr. Nelson de Senna, de um trabalho sôbre os *Alemães no Brasil*, destinado à *Revista do INSTITUTO*. — *Lucas A. Boiteux*, servindo de segundo secretário.

(Levanta-se a sessão às 18 e meia horas.)

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 94º ANIVERSÁRIO DA  
FUNDAÇÃO DO INSTITUTO, REALIZADA AOS 21 DE  
OUTUBRO DE 1932 (SESSÃO 1.580)

PRESIDENCIA DO SR. GETULIO VARGAS,

*Chefe do Governo Provisório*

Às 21 horas, abre-se a sessão, presentes os senhores conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Liberato Bittencourt, José Wanderley de Araujo Pinho, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Virgilio Corrêa Filho, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Manuel Tavares Cavalcanti, Lucas Boiteux, Alfredo Nascimento Silva, Emilio Fernandes de Sousa Docca, Alexandre Emilio Sommer, Carlos da Silveira Carneiro, Fernandes Luiz Vieira Ferreira, Alfredo Ferreira Lage, Levi Carneiro e Raul Tavares. Justificam a ausência os senhores Hubert Knipping, Arthur Indio do Brasil e Edgard Roquette Pinto.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*) diz que, celebrado o seu 94º aniversário, o INSTITUTO HISTÓRICO sente-se em consciência merecedor de que se lhe aplique a saudação de um poeta da antiga Roma a um amigo: "Contas já numerosas olimpiades, decorridas no seio da tranquilidade. Pódes evocar os anos e os dias idos, sem recear que a lembrança de um só momento te venha importunar, ou afligir, enquanto a de muitas horas te dará prazer. Assim, o homem de bem amplia a sua existência, pois é viver duas vezes o poder gozar da vida passada. *Vivere bis posse priori frui* (Martial), *Epig.* Livro X, 23). Precisassem de comprovação aqueles gratos conceitos, relativamente ao INSTITUTO, e fornecê-la-iam cabal os documentos que vão ser lidos pelos dois consórcios grande-beneméritos, o secretário e o orador perpétuo da propecta associação. Mostraria o primeiro que, durante o ano transacto, proseguiram os trabalhos de modo tão diligente e fecundo quanto os dos noventa e tres anos anteriores. Deploraria o segundo algumas perdas nas fileiras dos consócios, perdas, porém, semelhantes às dos bravos caídos no campo da honra e que servem para assinalar, com os próprios cadáveres, o caminho da vitória.

Da sua terra acabrunhada pelos males que hoje assoberbam a humanidade inteira (e os do Brasil, comparados com os de outros países, são dos menores e mais facilmente curá-

veis), disse um publicista europeu: o presente nos é tão triste e sombrio que se torna uma doçura, quasi uma necessidade, o sonhar com o passado — o passado, êsse segundo coração que bate em nós, — para nos reconstituir, bem como, ao mesmo tempo, sonhar com o futuro afim de nos encorajar para a luta. E ha grande similhaça entre os que amam o passado e os que aclamam o porvir: é prezar sempre o que não se tem à mão, o que nos seduz pelo longínquo dos horizontes, pelo encanto reparador das consolações esperadas. Os que amam o passado devem ser indulgentes para com os que amam o futuro.

O INSTITUTO, mais que indulgente, confraterniza com uns e outros, porque cultivar as tradições nacionais, como êle o pratica, importa obedecer ás leis da continuidade e solidariedade entre as gerações. O conservador verdadeiro tem de mostrar-se, também, reformador, visto como nada se conserva sinão se ajustando ás inovações oportunas, justas e úteis.

Todo o programa, fielmente executado, do INSTITUTO, consiste em procurar enaltecer e dignificar a personalidade moral da Pátria, considerando Patria não apenas um conjunto de regiões sujeitas às mesmas regras e aos mesmos encargos, mas algo de mais alto e mais puro: uma alma que vive de recordações e ideais idênticos, vibrando, com interêsses superiores, à memória do que de bem já fez hontem e á perspectiva do que melhor confia fazer amanhã. Veneração ao passado, empenho em aperfeiçoar o presente, fé nas vindouras conquistas gloriosas — eis os constantes, os inabaláveis sentimentos do INSTITUTO, sentimentos sómente alterados, num percurso quasi secular, pelo aumento progressivo da sua intensidade.

Animado por êles, certo de que os comparte a unânimidade dos consórcios e da magnifica assembléa, a cuja presença tanto honra o INSTITUTO, declara iniciada a sessão. Cumpria antes, porém, um dever em nome do INSTITUTO, o de inclinar-se reverente e reconhecido ante o chefe de Estado, agradecendo a desvanecedora distincção de ter vindo, com o seu comparecimento, exalçar pessoal e oficialmente a significação e o lustre da solenidade.

*(Prolongados aplausos.)*

O sr. MAX FLEIUSS (1º *secretário perpétuo*), da tribuna, lê o seguinte relatório, referente ao ano social expirante:

Celebra esta assembléa magna 94 anos decorridos da fundação desta Casa tradicional — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, exceção feita da Academia de Medicina, é o decano das associações científicas mais longevas; serviu de célula-mater aos demais institutos congêneres.

Adstrito à letra estatutária, compete-nos o dever de, como seu 1º secretário perpétuo, apresentar-vos a resenha dos trabalhos sociais do INSTITUTO relativos ao extinto exercício de 1931-1932.

Tal o patriarca bíblico, condutor do povo de Deus, que, ao cabo de penosa jornada pelo deserto, do cimo de um monte, dilatando o olhar retrospectivo, reviu muito distante o caminho percorrido, a perder de vista nos confins do horizonte, e a multidão do povo de Judá, acampada na planície sem fim, em meio do deserto, assim êste INSTITUTO, quasi centenário, da culminância desta sessão magna comemorativa, faz alto também para sondar seu passado longinquo, que remonta dos dois últimos anos do período regencial, por meio século de todo o Segundo Império, e confina nos 43 do regime republicano, por três escalões de século — 1838-1840 — 1840-1889 — 1889-1932.

Surge fêste cenáculo da História nacional, dentre os estos nacionalistas de um período agitado de transfusão política e social, de formação histórica de nossa nacionalidade, trabalhada pelos primeiros surtos liberais de nossa raça, sob o ministério Bernardo de Vasconcellos, no parlamento e na imprensa pela ideologia dos editoriais da *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga.

Foi testemunha presencial de quasi um século de História pátria; assistiu a tôda série de agitações políticas armadas que, no infício do reinado de d. Pedro II, seu grande Protetor, ameaçavam conflagrar o Brasil de Norte a Sul, partir o vínculo nacional e esfacelar a Pátria; aos conflitos do Prata, à guerra da Tríplice Aliança, às campanhas da Abolição e da República, e a tôdas posteriormente travadas pela consolidação do atual regime.

E superior, desde sua origem, a quaisquer paixões e ao choque de interesses partidários, soube sempre cumprir com exação rigorosa seu dever máximo, de fiel guarda e divulgador exato da memória dos homens, das coisas e dos feitos nacionais, para maior grandeza do Brasil e glória dos nossos antepassados.



Dos seus fundadores e do corpo social do Instituto vários têm sido personagens de destaque, outros traçaram, com raro brilho, as páginas imortais de nossa História, outros ainda fôram e são seus mais ilustres contemporâneos.

O quadro dos nossos sócios foi sempre, nem poderia ser de outra forma, composto de elementos homogêneos e selectos, ligados pelo mesmo espírito de solidariedade e de perfeita harmonia, como sóe e deve ser, na ordem intelectual, social, ou moral — movidos pelo mesmo impulso de bem conhecer e cultivar a glória das tradições nacionais.

Orgão essencialmente coordenador e fixador indelével dos depoimentos, documentação e registo dos nossos fatos memoráveis, esta Casa é, portanto, o mais belo monumento patriótico erguido em nossa terra, porque é o marco intelectual indestructível dos nossos fastos, muito mais expressivo do que a pedra das quinas, que assinala a descobrimento e a posse da terra.

Em 94 anos de trajetória gloriosa, da Regência à República em nossos dias, justificou cabalmente o INSTITUTO o lema inscrito nas suas armas, de bom combate em prol das ciências histórica, geográfica e etnográfica brasileira.

*Hoc facit, ut longos durent bene gesta per annos.  
Et possint sera posteritate frui.*

Afirmou-se o alto conceito de sua finalidade, desde as primitivas bases esboçadas nessa memorável sessão de 18 de Agosto de 1838, por Januario Barbosa e Cunha Mattos para a sua criação, cêrca de dois meses após, e aprovadas definitivamente pelo texto dos nossos primeiros Estatutos, de 25 de Novembro do mesmo ano:

No seu longo perlustrar das eras brasileiras, cumpriu sempre esta Casa os dísticos gravados no frontispício do seu antigo sêlo circular:

*Laus virtuti ubique quandocumque*, e do atual insculpido na medalha gravada pelo insigne artista Zeferino Ferrez, da Missão Francesa de 1816, comemorativas da nossa fundação:



## PACIFICA SCIENTIAE OCCUPATIO

Pormenorizando, diremos:

SESSÕES — Nove vezes se reuniu o INSTITUTO durante o ano social que ora finda realizando a assembléa geral ordinária, (22 de Dezembro) determinada pelos Estatutos, para eleição bienal dos cargos não vitalícios da Diretoria e das comissões permanentes; duas sessões especiais, uma a 22 de Janeiro de 1932, para comemorar-se o 4º centenário da fundação de São Vicente, em que, além da alocução do sr. conde de Affonso Celso, o secretário perpétuo efetuou uma conferência sobre aquela efeméride, e outra a 19 de Março, para prestar homenagem à memória de Goethe por ocasião do centenário do seu falecimmneto. Falaram o presidente perpétuo e o sócio do INSTITUTO, sr. Hubert Knipping, ministro da Alemanha no Brasil; seis sessões ordinárias, em tôdas as quais o sr. conde de Afonso Celso proferiu alocuções.

Na 1ª, a 30 de Abril de 1932, o sr. presidente perpétuo comunicou oficialmente o falecimento dos sócios srs. Artur Ferreira Machado Guimarães, Luiz Antonio Ferreira Gualberto e Ermelino Agostinho de Leão, inscrevendo-se em ata um voto de pesar.

Também se registou um voto de pesar pelo acidente ocorrido no mês de Junho, no pôrto da Baía, com um avião *Savoia-Marchetti*, em que ficou ferido o sr. ministro da Viação e sucumbiram algumas pessoas, causando o fato sin-cera consternação.

Igualmente, inseriu-se em ata o júbilo do INSTITUTO pela decisão da antiga questão de limites entre São Paulo e Minas Gerais.

O sr. presidente perpétuo agradeceu ao ilustre artista Henrique Bernardelli a dádiva de magníficos trabalhos de seu egrégio e saudável irmão Rodolfo Bernardelli, e o sr. Moreira Guimarães requereu e obteve um voto de pesar pelo falecimento do dr. Manuel Bomfim.

Aprovou-se unânimemente o parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, relativo às contas de 1931.

Lembrou o sr. presidente perpétuo que a data da sessão assinalava vários fatos notáveis, ocorridos desde 1531, tais como: a chegada a este pôrto da esquadra de Martim Afonso de Sousa; a capitulação dos Holandeses na Baía; a derrota dos navios lusitanos por navios brasileiros na Baía, na guerra

da Independência; a inauguração da primeira estrada de ferro do Brasil.

O sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho leu cartas inéditas de seu bisavô, o marquês de Paraná, e o sr. Agenor de Roure ocupou a última parte da sessão, realizando uma conferência a propósito do artigo publicado em 30 de Abril de 1822, no *Reverbero Constitucional Fluminense*.

Efetuuou-se a 2ª sessão ordinária aos 11 de Maio. Inscreveu-se em ata um voto de pesar pelo assassinio de Paul Doumer, presidente da França, e o sr. presidente perpétuo comunicou a nomeação dos srs. Manuel Cicero, Tavares de Lyra, Vieira Souto, Leão Teixeira Filho e Tavares Cavalcanti, para visitarem o segundo secretário, sr. Agenor de Roure, que estava enfermo.

Completaram-se os trabalhos da sessão com uma conferência do sr. Rodrigo Octavio sobre Antonio Ferreira Vianna, comemorando o centenário natalício do grande político e jurisconsulto do Império.

Aos 4 de Junho de 1932, houve a 3ª sessão, sendo recebido o sócio correspondente sr. José Artur Boiteux, eleito em 28 de Julho de 1920, que proferiu o discurso regulamentar, ao qual respondeu o sr. Ramiz Galvão. Falaram ainda os srs. Vieira Souto e Pedro Calmon, este sobre *Annita Garibaldi*, a propósito do 50º aniversário da morte de seu marido Giuseppe Garibaldi, e aquele sobre *George Cuvier*.

A 4ª sessão ordinária, aos 20 de Julho, constou principalmente da conferência, do sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho sobre o conselheiro Luiz Felipe de Souza Leão. Por essa ocasião, o sr. presidente perpétuo comunicou o falecimento, em Fortaleza, do sócio correspondente Rodolfo, Marcos Theophilo, mandando inscrever em ata um voto de pesar.

Também a memória de dom Manuel, ex-rei de Pórtugal, mereceu, nessa sessão, homenagens do INSTITUTO.

Efetuuou-se, aos 17 de Agosto de 1932, a 5ª sessão ordinária, na qual o sr. presidente perpétuo participou o falecimento do sócio honorário Alberto dos Santos Dumont, registrando-se um voto de condolências por êsse motivo. Na mesma sessão o secretário perpétuo tratou da personalidade de Victor Meirelles, cujo centenário de nascimento se comemorava a 18 desse mês.

A última e 6ª sessão ordinária, aos 20 de Setembro, foi destinada a lembrar o 97º aniversário da LUTA DOS FAR-  
RAPOS, fazendo o sr. Emilio Fernandes de Souza Docca a

primeira conferência da série anual sôbre o mesmo assunto, comemorando dêsse modo o INSTITUTO o centenário daquela luta. Para a conferência no ano proximo, o sr. conde de Affonso Celso designou o sr. Rodrigo Octavio Filho.

A REVISTA — Apareceram mais dois tomos da *Revista do Instituto*, que se publica, com a maior regularidade, desde 1839, achando-se agora com 163 volumes, afora 26 especiais. Dentro de algumas semanas ficará pronto o volume 164. E cabe aqui salientar a constante solicitude da Imprensa Nacional para com as obras do INSTITUTO.

OFERTAS — Obsequiaram o INSTITUTO com ofertas que vieram enriquecer o seu patrimônio os srs.: dr. Mario de Sousa Ferreira, com um busto em gesso de dom Pedro II, trabalho de Zeferino Ferrez; John Frederic Shalders, com vários diplomas e títulos do dr. Joaquim Gomes de Sousa; o professor Henrique Bernardelli com vários trabalhos de seu saúdoso irmão, o grande artista Rodolfo Bernardelli.

VIDA SOCIAL — Com uma conferência do sr. Vieira Souto, comemorou o INSTITUTO o centenário de Manuel Antonio de Almeida, autor de *Memorias de um sargento de milicias*.

Inaugurou-se na Sala Pública de Leitura o retrato da nossa dedicada e modestissima bibliotecaria d. Lucia Furquim Lahmeyer, mandado colocar por proposta do sr. conde de Affonso Celso.

Associou-se o Instituto ao pezar geral pelo falecimento de Aristides Briand, bem como ao causado entre nós pelo desaparecimento de Luiz Carlos da Fonseca.

O aniversário do nosso orador perpétuo, sr. Ramiz Galvão, a 16 de Junho, deu ensejo a mais uma manifestação de estima e admiração ao egrégio decano do INSTITUTO, assim como o 20º aniversário da presidência do sr. conde de Affonso Celso foi motivo para que se lhe rendessem expressivas homenagens de carinhoso respeito.

Também o aniversário do *Jornal do Comércio* ofereceu oportunidade ao INSTITUTO para manifestar ao grande órgão, mais uma vez, seu reconhecimento pela constante boa-vontade com que abre suas colunas às publicações do INSTITUTO.

Duas resoluções de origem oficial vieram pôr em foco o justo prestígio do INSTITUTO; a sua colaboração na organização do ante-projeto da Constituição, a convite do sr. ministro da Justiça, designando o nosso presidente o sr. Agenor de Roure para seu delegado na respectiva comissão; e a solicitação do sr. ministro da Educação e Saúde Pública, para

que o Instituto elabore um trabalho minucioso e documentado sobre os monumentos históricos existentes nesta capital.

**INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA e HISTÓRIA** — De há muito vem o INSTITUTO, por intermédio de uma comissão constituída pelos srs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, presidente; Augusto Tavares de Lyra, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Max Fleiuss, Francisco Radler de Aquino, Alfredo Ferreira Lage, José Mattoso Maia Forte, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e Antonio Leoncio Pereira Ferraz, este secretário, estudando os meios de se dar o maior realce à assembléa inaugural dêsse instituto, que se deve realisar nesta capital, a 26 de Dezembro próximo.

**CADASTRO SOCIAL** — Várias modificações se deram no Cadastro Social. Passou o sr. Basilio de Magalhães a sócio benemérito, na vaga de Arthur Guimarães; fôram levados a honorários os srs. Norival Soares de Freitas, Eduardo Marques Peixoto e Liberato Bittencourt e transferidos de correspondentes para efetivos os srs. Nelson de Senna e Emilio Fernandes de Sousa Docca. Fôram eleitos sócios efetivos os srs. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e Fernando Magalhães. Tôdas as modificações se realizaram na assembléa de 22 de Janeiro.

**Estatutos** — Em virtude de proposta aprovada em assembléa geral de 22 de Janeiro, o sr. presidente perpétuo nomeou uma comissão composta dos srs. Ramiz Galvão, presidente, Luiz Filippe Vieira Souto, relator, Emilio Fernandes de Sousa Docca, Luiz Antonio Vieira da Silva e Rodrigo Octavio Filho, para elaborar um projeto de reforma dos Estatutos do INSTITUTO, que datam de 6 de Agôsto de 1921 e fôram ligeiramente modificados em 6 de Março de 1926. Dessa comissão, que ainda prossegue nos seus trabalhos, se retiraram, o sr. Ramiz Galvão, que foi substituído na presidência da mesma pelo sr. Manuel Cicero, e o sr. Vieira da Silva.

**Diretoria** — Em assembléa geral ordinária de 22 de Janeiro de 1932, fôram reeleitos para os cargos não vitalícios da Diretoria os srs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra e Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 1º, 2º e 3º vice-presidentes, respectivamente, Agenor de Roure, 2º secretário. Foi eleito tesoureiro o sr. Luiz Antonio Vieira da Silva, em virtude da exoneração pedida pelo sr. Norival Soares de Freitas; tendo, porém, o sr. Vieira da Silva renunciado ao cargo, no qual prestou excelentes serviços foi substituído, em caráter interino, pelo comandante Carlos da Silveira Carneiro.



*O Dicionário* — Vão recommençar os trabalhos dessa grande obra do INSTITUTO, e sob a protecção do Governo. Os dois primeiros volumes appareceram em 1922 e nunca é demais salientar a acção efficientissima que teve nessa publicação o commandante Carlos Carneiro.

Nosso presidente, como medida preliminar, officiou a todos os srs. Interventores, solicitando-lhes novas informações, afim de que a obra tenha perfeita actualização. Desde que sejam recebidas, os serviços tomarão o indispensável incremento.

*Movimento das secções* — Foi o seguinte o das diversas secções do INSTITUTO durante o anno social expirante:

*Bibliotheca* — Obras offerecidas, 879; encadernações e reencadernações, 138; revistas nacionais e estrangeiras recebidas, 1.304; catálogos de bibliotecas nacionaes e estrangeiras recebidos, 95.

*Arquivo* — Documentos consultados, 403; documentos offerecidos, 748.

*Mapoteca* — Mapas consultados, 238; mapas offerecidos, 53.

*Museu* — Visitantes, 446; objetos offerecidos, 54.

*Sala Pública de Leitura* — Consultantes, 2.553.

*Secretaria* — Cartas, officios e telegramas recebidos, 980; cartas, officios e telegramas expedidos, 1.240.

*Sócios falecidos* — O corpo social do INSTITUTO viu-se desfalcado, no lapso de Outubro de 1931 a esta data, do concurso de seis companheiros: Arthur Ferreira Machado Guimarães, Luiz Antonio Ferreira Gualberto, Ermelino Agostinho de Leão, Inocencio Serzedello Correia, Rodolfo Marcos Teofilo e Alberto dos Santos Dumont.

*Arquivo do Conselheiro Saraiva* — Offerecido pelo sr. dr. Francisco Mendes Pimentel, encontravam-se na *Arca de Sigilo* do INSTITUTO, sob a condição de só serem divulgados depois do anno de 1930, vários documentos que pertenceram ao arquivo do conselheiro José Antonio Saraiva. Aberto o invólucro aos 7 de Janeiro de 1932, encontraram-se 28 cartas dirigidas àquele politico do Império. cartas cujo conteúdo foi examinado pelos srs. conde de Affonso Celso, Max Fleiuss, Luiz Antonio Vieira da Silva, Luiz Filippe Vieira Souto, Teodoro Sampaio e Francisco Mendes Pimentel, que assistiram à abertura do referido invólucro.

Da exposição sucinta que acabamos de fazer, constatareis facilmente que decorreu mais um anno de esfor-



gado empreendimento desta Casa, de sua abnegação, perseverança, energia e patriotismo em colimar os seus fins.

Nesse sentido possuímos não só os testemunhos do poder público na Regência, no Império e na República, como das mais autorizadas figuras intelectuais da pátria e do estrangeiro.

Fora de quaisquer dissensões partidárias, pairando sempre nas regiões superiores da ciência, a que exclusivamente se destina, consiste o ideal do INSTITUTO, no conceito do nosso insigne presidente, — “em que predominem sempre no Brasil a capacidade, a honradez e o civismo, difundindo no povo confraternizado os benefícios de paz e de progressiva cultura, em integral acceção”.

Não nos caberia aqui enumerar-vos, em tôda sua eloquência, a fôlha de serviços inestimáveis prestados em quasi uma centúria por esta Companhia, de que nos desvanecemos de ser parte.

Bastaria, apenas, compendiar os empreendimentos levados a têrmo durante uma dupla década de anos pela atual presidência, de que tanto se honra e enaltece o INSTITUTO, para apreciar efetivamente o que é e quanto vale esta benemérita instituição.

Dentro de seis anos, celebrará o INSTITUTO o seu centenário solene, que constituirá, sem dúvida, o mais refulgente dos seus laureis.

Para solenizar condignamente essa grande data, traz organizado, com a precisa antecedência, o seu programa comemorativo. Dêle já se decidiu fôsse subsídio a publicação da obra de Spix e Martius — *Viagem ao Brasil*, traduzida para o vernáculo pela atual bibliotecaria do INSTITUTO, a sra. Lucia Furquim Lahmeyer, sob a immediata direção do dr. Ramiz Galvão, nosso laureado orador.

O primeiro volume dessa obra já se encontra em preparo de composição.

Finalizando o relatório dos trabalhos do nonagésimo quarto ano do ciclo glorioso desta associação modelar, rendamos graças à munificência de Deus, pela constante proteção que lhe foi dispensada em tão dilatado período de serviços e realizações.

Em 94 évos rolados a fio na clepsidra, dos tempos, o INSTITUTO, longe de encanecer e decair de energia vital, como os seres viventes, rejuvenesce e palpita, como outrora e hoje, na memória dos nossos feitos e dos nossos heróis, pois nêle se encontra a glória imortal da alma brasileira, convertida

sob a cúpola dêste recinto augusto da História Pátria numa ara de civismo, de entusiasmo e de gratidão ao passado nacional, onde arde e brilha, sem se consumir jamais, como a substância e as faculdades da alma, o mais puro fogo sagrado do amor ao Brasil.

O SR. RAMIZ GALVÃO (*orador perpétuo*) profere, da tribuna, o seguinte discurso:

Exmo. sr. dr. Getúlio Vargas, dignissimo chefe do Governo Provisório; sr. presidente do INSTITUTO HISTÓRICO, prezados colegas, minhas senhoras e senhores.

Um eminente confrade emitiu ha pouco, na sua preciosa *Cartilha da Probidade*, entre muitos outros, êste conceito: "Ninguém vive sem o favor dos mortos, participantes invisíveis dos grandes momentos. Mortos não há: os que se fôram animam a essência dos que hão de vir, com a centêlha da eternidade, que é a chama da vida. Na história dos povos, essa chama é a vibração patriótica pelo passado que comove, que garante e que enobrece".

Estas palavras elequêntes e judiciosas do illustre dr. Fernando Magalhães têm a maior oportunidade na honrosa missão, que me cabe neste momento, porque é de mortos, mais ou menos gloriosos, mas todos muito dignos, que tenho por dever traçar em rápido escôrso a vida, os trabalhos e os méritos, com que honraram o nome brasileiro. Todos êles se alistaram nas fileiras operosas do nosso INSTITUTO, com títulos de valor; nenhum bateu a estas portas sagradas com a falsa nomeada, que a fama dá por vezes a alguns prediletos da fortuna; fôram frutos do próprio trabalho intenso, ou do extraordinário talento, com que os favoreceu a Providência Divina; em uma palavra — heróis do labor, apóstolos da honra e do patriotismo.

Esta é a galeria que vai passar ante vossos olhos, senhores. Si o estatuário não lavrar o perfil dêsses vultos com a devida perfeição, acusaí sòmente a imperícia do artista, que sente o braço esmorecido pelo anos e a mente fatigada pelo muito lidar. Êsse artista sente ainda, é verdade, no íntimo d'alma a crepitação do fogo sagrado, mas o escopo já não responde, como devera, aos ímpetos do desejo.

Farei, em todo caso, o que, no dizer do velho Homero (*Iliade*, c. XXIII) salvou a situação penosa do nobre Ulisses em famoso pleito com Ajax. O filho de Laertes apelou para Minerva, exclamando: "excelsa deusa, ouve minha prece, vem

em meu socorro". E a deusa acudiu-lhe, facultando ao lutador a conquista do prêmio ambicionado.

Imitá-lo-ei nesta hora para acudir à minha fraqueza.

Pátria querida, que és a minha deusa, inspira-me o con-  
digno elogio de teus filhos, para que dêes revertam louros,  
que só a ti pertencem.

— Senhores, mal havíamos concluído os nossos trabalhos no ano passado de 1931, chegava-nos a notícia de haver falecido, em Niterói, a 23 de Novembro, o honrado e distinto Arthur Ferreira Machado Guimarães, que havia sido proposto para sócio dêste INSTITUTO, a 21 de Outubro de 1904, pelo benemérito visconde de Ouro Preto e outros membros desta Companhia. Fôra apresentado como título para a sua admissão a memória — *Questões econômicas nacionais*.

Não era êsse propriamente um trabalho de História, como bem advertiu Rocha Pombo, no parecer da Comissão; mas incontestavelmente tinha grande valor, pois" era um complexo de monografias sôbre pontos especiais da nossa evolução histórica".

Na sessão de 9 de Dezembro, Arthur Guimarães aqui tomou posse, proferindo um breve, mas conceituoso discurso, em que aludiu com muito acêrto à sua profissão de negociante, exercida, aliás, com uma sinceridade patriótica digna de encômio. Não se desdourava da profissão, disse êlle, e tinha muita razão, porque efetivamente o Comércio é um dos fatores da riqueza pública. Haja nêle honestidade, inteligência, largueza de vistas, e com isso a Pátria terá um poderoso elemento de progresso.

Eis palavras proferidas por Arthur Guimarães nesse dia:

"Qual dos ilustres consócios, a começar pelo venerando presidente atual do INSTITUTO, não se abrasa em santo patriotismo quando sonha para o Brasil elevados feitos, e não o quer grande; unido, forte, recto e próspero?! Todos, todos! embora a diversidade de prismas, ideais, e a formação diferente."

Por estas ligeiras frases podeis avaliar o alto espírito dêsse honrado lutador. O INSTITUTO elevou-o a socio honorário em 12 de Outubro de 1914, e em 1917, a sócio benemérito. Foi também aqui, por alguns anos, corretissimo tesoureiro; as arcas do nosso gazofilacio não eram, como nunca fôram abundantes (todos sabemos), mas o desvelado guarda

do tesouro sabia fazer milagres, e nunca o infeliz *deficit* nos amargurou.

Como fruto de seu saber, além da memória inaugural já referida, cumpre consignar a colaboração que prestou, na parte comercial, à *Decada Republicana* do insigne visconde de Ouro Preto, *Os Problemas brasileiros*, o *Sylvio Romero de perfil*, e, finalmente, *Um Inquérito social em Nova-Friburgo*, rico de documentos e de curiosas novidades, — trabalhos em que brilham idéas adeantadas e dignas de apreço.

Tudo isso justifica, senhores, a saúde intensa, que nos deixou Arthur Guimarães, dileto e prestimoso companheiro..

— Ainda nos sangrava esta ferida, quando poucos dias depois, a 6 de Dezembro do mesmo ano de 1931, se finava em Florianópolis o dr. Luiz Antonio Ferreira Gualberto, sócio correspondente da nossa Companhia.

Nascido em Nazareth, no Estado da Baía, a 8 de Julho de 1857, Ferreira Gualberto graduou-se na Faculdade de Medicina de sua terra natal em 1880, e sem grande demora se transferiu para o Estado de Santa Catarina, onde fixou residência e constituiu família. Ali se desenvolveu a sua vida pública, tendo oportunidade de prestar serviços relevantes em várias funções: delegado da Saúde do Porto, médico e cirurgião do Hospital, delegado de Higiene, intendente municipal e depois presidente da Municipalidade mais de uma vez, deputado à Constituinte Catarinense.

Era claro que o distinto baiano, transformado em *bar-riga verde* honorário, não podia deixar de merecer a estima e a consideração dos seus novos patrícios. Foi por isso que o eleitorado catarinense lhe conferiu o diploma de deputado federal em 1900 na vaga deixada pelo dr. Hercílio Luz que veio ocupar cadeira no Senado, — e essa mesma distinção lhe foi renovada em seguintes legislaturas. Na Câmara dos Deputados serviu como secretário nas sessões de 1901 e 1902.

Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, onde por alguns anos foi vice-presidente e redator da *Revista* da mesma associação.

Estudioso e patriota, escreveu interessantes artigos sobre as pesquisas que fez nos sambaquis de São Francisco do Sul, e breves notas históricas publicadas na imprensa de Florianópolis.

Nosso propecto e benemérito INSTITUTO não podia nem devia deixar de lhe sugerir a justíssima ambição de se alistar na legião destes velhos trabalhadores. Com este intuito,



mandou-nos a interessante memória intitulada *Prisões clandestinas (século XVIII) — o Conselheiro José Mascarenhas*, que se encontra no vol. LXX da nossa *Revista* (parte 1ª, de páginas 167 a 191), acompanhada dos documentos em que se baseava o autor para as suas conclusões.

O assunto desta memória era deveras curioso, e não havia sido explanado até então com o devido cuidado: um distinto desembargador mandado ao Brasil para syndicar de fatos graves, e depois, por ordem do poderoso marquês de Pombal, prêso e incomunicavel em severa custódia por espaço de 17 anos, primeiro em Santa Catarina e depois na fortaleza da ilha das Cobras nesta Capital.

A memória de Ferreira Gualberto desvenda o mistério. E' que o desembargador Mascarenhas, estando na Baía, se pusera ao lado do arcebispo na odiosa questão da expulsão dos Jesuítas, e, portanto, se manifestara hostil às ordens do despótico ministro de d. José I. Daí a punição daquele honrado e circunspecto juiz, advogado do Direito, da Verdade e da Justiça.

Com êste título valioso, foi proclamado Ferreira Gualberto nosso consorcio correspondente na sessão de 29 de Agôto de 1908, e aquí tomou posse a 5 de Outubro do mesmo ano, respondendo ao seu discurso inaugural o nosso preclaro conde de Afonso Celso, então orador do INSTITUTO, nunca excedido nem sequer igualado em semelhante encargo.

— O dr. Ermelino Agostinho de Leão, nascido em Curitiba a 14 de Janeiro de 1871, teve por progenitores o benemérito desembargador Agostinho Ermelino de Leão e dona Maria Barbosa Corrêa de Leão.

Em 1884, quando tive a fortuna de conhecer e admirar aquella então província brasileira, já destinada pela opulência de sua natureza a assumir relevante papel na economia nacional, — em 1884, repito, tive também o prazer de cultivar relações amistosas com o pai do nosso ilustre consócio; tinha êste, então, 13 anos de idade, despontava na vida. Mal pudera eu cogitar que me coubesse hoje nesta tribuna, passados 48 anos, traçar o elogio histórico dêsse menino, que depois se fez homem de insigne valor à custa de trabalho e do fervoroso patriotismo, que o animou nos vários lances da existência.

Ermelino de Leão, concluidos seus estudos preparatórios, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1890 e alí se bacharelou em 1893, tendo prestado brilhantes exames vagos. Nesse mesmo ano encetou a carreira pública,



como promotor da comarca de Pelmeira, mas não tardou muito que a deixasse, em virtude dos sucessos políticos daquela época agitada.

De múltiplos encargos se desempenhou, e sempre com brilho, no seu torrão natal, como deputado ao Congresso Legislativo do Estado, como diretor do Museu Paranaense, como diretor do Instituto Comercial de Antonina, diretor do Ginásio Paraense e do Arquivo Público do Estado.

Espírito culto e dedicado a labor intenso, dividia a sua atenção pelo jornalismo e pelos trabalhos históricos, que fôram muito valiosos. Fôra aqui descrito enumerá-los todos; basta mencionar, como de maior vulto, as Memórias que escreveu sobre os limites do Paraná com os Estados vizinhos, — questões que o apaixonavam e para as quais esquadrinhara arquivos, revolveia documentos, consultava mapas geográficos antigos e modernos, e tudo com a paciência beneditina de severo investigador.

Junte-se às obras publicadas o acervo de trabalhos inéditos, que deixou: *Contribuições para o Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná* (matéria para alentados volumes), *Vultos e Fatos* (2 volumes manuscritos oferecidos à Câmara Municipal), *Índice alfabético das leis do Paraná*, a *História Política do Paraná* (preparada para o nosso grande "Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro"), e ainda outros e outros fructos da sua indefessa atividade espiritual, como pequenas comédias, contos acadêmicos, conferências várias que proferiu em Curitiba, Paranaguá e Antonina.

Sua última produção foi o esplêndido panagrico, que proferiu por ocasião do passamento doloroso de Julio Perretta, a 23 de Julho de 1921. Nesse ano pediu exoneração do cargo de diretor do Arquivo Público, transferindo sua residência para Antonina.

Não lhe faltaram títulos honrosos, em reconhecimento de seu valor. Foi sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa; da Société Académique d'Histoire de Paris; dos Institutos Históricos de São Paulo, de Minas e da Paraíba; do Centro de Ciências e Letras, de Campinas; da Academia de Palermo, da Italia; do Club Literário de Paranaguá e da Associação dos Empregados no Comércio, de Curitiba.

A 6 de Julho de 1900, foi proposto para sócio correspondente do nosso INSTITUTO, e, satisfeitas as disposições re-

gulamentares, no dia 10 de Dezembro do mesmo ano,, teve essa proposta a mais justa aprovação.

Esse prestimoso e ilustrado Brasileiro a 27 de Fevereiro deste ano fechou os olhos à luz, deixando aos seus patrícios um verdadeiro modelo para ser imitado: na família, cidadão em mácula; no Brasil — um estupendo herói do trabalho.

— Volvamos agora os olhos para o Norte, e vereis que dali nos surge outro vulto merecedor de acatamento e admiração: é Inocêncio Serzedelo Corrêa, cuja biografia mal pode caber nos limites desta breve oração, tais fôram a magnitude dos seus serviços à Patria e a beleza do seu caráter.

Nasceu na cidade de Belém, do Pará, a 16 de Junho de 1835; órfão de pai aos onze anos de idade, fez ali seus estudos primários, logo brilhantes, sob a proteção do eminente prelado d. Antonio de Macedo Costa, de quem êle jamais se esqueceu, agradecido.

Vindo para o Rio de Janeiro em 1869, para estudar na Escola Militar, ali completou o curso preparatório e o curso superior, conquistando louros sucessivos com aplauso de condiscípulos e de mestres da estatura de Antioco dos Santos Faure e Benjamin Constant; seu lugar foi sempre o primeiro da turma.

Promovido em 1877 a alferes-aluno, completou logo em 1878 o curso de Estado Maior de 1ª classe, subindo de posto após os exames, e em 1880 a 1º tenente.

Em 1881, completo o curso de Engenharia Militar, mereceu a nomeação de coadjuvante do Ensino Superior. Em várias cadeiras deu provas de grande talento, e tais que a 13 de Julho de 1885, ascendeu a lente catedrático de Biologia.

Abriu-se-lhe então outra esfera de atividade, primeiro como ardoroso abolicionista, e depois como propagandista da República, cujo regime sonhava indispensável à prosperidade e ao progresso do seu amado país.

A 15 de Novembro de 1889, está claro, outro poderia fazer ao lado do idolatrado mestre Benjamin Constant; não êle, já capitão, que fôra sempre admirador e discípulo entusiasta daquele espírito superior e modelar.

Inaugurada a República, foi Serzedelo Corrêa promovido a major, e a 15 de Agosto de 1890 nomeado governador e comandante das armas do Paraná; em Janeiro de 1892, pro-

movido a tenente-coronel, confiou-lhe o marechal Floriano Peixoto a pasta de ministro das Relações Exteriores, da qual foi transferido para a da Agricultura e pouco depois para a da Fazenda; em todos êsses postos, inteligentíssimo e probo, serviu com acêrto à Administração pública.

Em 1893, por ocasião da Revolta da Armada, suspeito aos olhos do Govêrno e até preso, teve tal desgosto que se demitiu de oficial do Exêrcito e de lente da Escola Militar. No ano seguinte, Serzedelo, que já na Constituinte figurara brilhantemente como deputado pelo Pará, obteve uma consoladora reparação por parte do eleitorado desta Capital, que o escolheu para seu representante na Câmara.

Nôvo campo se abre assim ao talento onímodo do estrênuo batalhador; são conhecidos os seus luminosos trabalhos como relator do orçamento. Numa das sessões da Câmara, esta, conhecedora dos seus serviços meritórios, votou unânimemente a reversão de Serzedelo Corrêa ao Exêrcito, no pôsto de coronel anteriormente conquistado, a restituição da sua cadeira de professor e o reembolso de todos os vencimentos que deixara de perceber, e que subiam a 96:000\$000.

O digno cidadão tudo aceitou e agradeceu, menos o estipêndio, que deixou nas arcas do Tesouro: formoso ato de dignidade e de patriotismo.

Em 1905, envolvido num levante da Escola Militar, foi outra vez preso e agora desterrado para Mato-Grosso. Lá mesmo foi alvo da distinção de seus patrícios, sendo eleito deputado por aquele Estado e volvendo por isso à Câmara.

Dessa posição tirou-o o presidente dr. Nilo Peçanha, que o nomeou prefeito do Distrito Federal. Foi curto êste período administrativo, de Junho de 1909 a Novembro de 1910; mas ainda assim grandes benefícios lhe ficou devendo a Municipalidade, já em melhoramentos vários, já no que respeita ao Ensino. Nesse período deu-me a honra de um convite para fazer parte do Conselho de Instrução Municipal, de cujas luzes dizia carecer para a boa direção dêste serviço, e querendo louvar-se no parecer de pessoas afeitas à benemérta profissão do Ensino. Grato à distinção, aceitei, e fiz o possível para lhe corresponder. A feliz idéa dêsse prefeito illustre não teve depois imitadores, e só recentemente parece que o salutar pensamento revive.

O que é fato é que a passagem do operoso Serzedelo por aquele cargo se assinalou por medidas de alto valor, que não podem ser esquecidas.

Em 1912, o seu Estado natal mandou-o mais uma vez ao Parlamento, e a Câmara dos Deputados foi novamente teatro da sua infatigável atividade de legislador e patriota.

Nos últimos anos, visivelmente abalada a sua saúde por tanto esforços dispendidos, recolheu-se à tranqüilidade do lar que constituiria. Era justíssimo êsse repouso.

As fileiras do nosso IúSTITUTO concorreu em 1899 com uma valiosa contribuição histórica, que naquele ano se publicara sob o título — *O Rio Acre. Ligeiro estudo sôbre a ocupação Paravicini no Rio Acre; limites, navegação e comércio com a Bolívia*. Lavrado pela comissão respectiva um luminoso parecer, lido na sessão de 27 de Outubro, e convenientemente aprovado, veio Serzedelo aqui tomar posse na sessão de 6 de Agôsto de 1900, presidida pêlo conselheiro Manuel Francisco Corrêa.

Êste, e o dr. Aristides Milton (orador *ad hoc*) dirigiram-lhe naquele momento palavras do mais fervoroso aca-tamento, que constam das nossas atas.

Foram ambos plena justiça ao bravo batalhador, ao exímio Paraense, que a 5 de Junho dêste ano baixou ao túmulo. Ele fôra, como disse o dr. Bricio Filho junto de seu ataúde, astro de primeira grandeza entre os grandes servidores da Repúblicã.

— Em seguida a um vulto de tão vasta notoriedade, vai agora passar ante vossos olhos o de um modestíssimo Brasileiro, cujo nome, estou certo, poucos de vós, senhores, ouvistes pronunciar. É assim na Natureza. Ao lado da alterosa samaúma ou do jequitibá senhoril, que dominam as nossas matas, vegeta por vezes uma plantinha humilde, que embalsama o ambiente com seu doce perfume. A violeta, que prefere a sombra dos nossos jardins, perde por isso o seu encanto e deixa de ser procurada pelas mãos mi-mosas das filhas de nosso amor?

“Dentro do cálice desta florzinha, disse Alberto d’Oliveira, o grande poeta, não cabe o alexandrino, mas nem por isso deixou êle de a cantar em delicadas estrofes (*Poesias*, 1900, pag. 74).

Vou falar-vos de um modesto cultor de letras, Rodolfo Marcos Teófilo, que soube ser querido e venerado pelos dotes do coração e do talento.



Nasceu na Baía, berço de poetas, a 6 de Março de 1853, mas cedo se transferiu para o Ceará, onde passou o resto da vida, escrevendo, compondo e fazendo o bem como um apóstolo. Por isso mesmo a terra de *Iracema* quasi o considerou como a filho dos mais dignos e diletos.

Graduado em Farmácia, exercia em Fortaleza a sua profissão e até foi lente do Liceu Cearense, doutrinando na cadeira de História Natural. Mas eleitor e ligado ao partido da opposição, incorreu nas iras do Governo local, e este como outra perfídia não lhe pudesse fazer, transferiu Rodolfo Teófilo para a cadeira de Grego, — lingua morta, da qual elle talvez mal conhecesse o alfabeto.

A conseqüência era fatal. Rodolfo não tomou conta da cadeira, e por abandono de emprêgo foi demittido. Triunfava desta sorte a ruim politica, essa praga que tantas vezes foi zurzida pelo insigne Rui Barbosa.

Em tais circunstâncias de penúria, conta-nos o prezado acadêmico Humberto de Campos, foi fabricar, na sua chácara de Cauípe, vinho de cajú, de preparo aperfeiçoado, que no comércio teve a denominação de "nectar".

Outro aspecto dêsse notável filho adotivo do Ceará. Rompera ali o flagelo da varíola com todos os seus horrores, e faltava o recurso acautelador. Rodolfo Teófilo, generoso e bom, adquiriu vitelos, preparou excelente vacina, dela munido prêgou a sua necessidade, como preservativo da terrível doença, e, em pessoa, ei-lo a percorrer a cidade e os arredores, "arrais sementeados de casebres do Croatá, da Jacarecanga, da Praia do Peixe do Outeiro, da Aldeota e do Pajeú", a vacinar como um funcionário da Higiene Pública, — "êle, só, alto, esquelético e acurvado, com uma longa barba de eremita açoitada do vento", qual nos pintou, na Academia de Letras, Gustavo Barroso, na sessão de 14 de Julho d'este ano, ao celebrar a memória de Rodolfo Teófilo.

Mas, às qualidades raras de filantropo, esse illustre Brasileiro associava o talento de escritor e, sobretudo, pioneiro do regionalismo. Provas deste assêrto são: o seu romance *Maria Rita*, que teve occasião de aperfeiçoar em segunda edição; a *Monografia do Mucunã, Sciencias naturaes em contos*, os *Brilhantes*, a *Paroara*, *A Violação*, *Cenas e Tipos*, *Memórias de um engrossador*, *Coberta de tocos*, o *Condurú*, *Dança de Fogo*, e *Fome*.

A obra que serviu de título de entrada para o nosso INSTITUTO foi a sua *História da seca no Ceará* (1877 — 1880), publicada em Fortaleza em 1883. Proposto em 1889, foi



proclamado nosso confrade, na qualidade de sócio correspondente, na sessão de 11 de Julho de 1890. Faleceu em Julho d'êste ano, e sua ilustre memória, assim como não foi esquecida na Academia de Letras pelos já mencionados académicos Barroso e Humberto de Campos, aos quais é preciso juntar Afrânio Peixoto e Afonso Celso, também aqui recebe hoje no Instituto Histórico a merecida homenagem.

A chamada e brilhante *Padaria espiritual do Ceará* tinha por bela divisa "Amor e Trabalho". Na campã de Rodolfo Teófilo, que foi um dos seus luminares, justíssimo seria que se lavrassem as mesmas palavras, sempre honrosas para quem as merece: *Amor e Trabalho*, amor que santifica, trabalho que enobrece.

— Completa a nossa galeria de hoje, senhores, uma glória nacional, o nome de um Brasileiro que mereceu a admiração dos sábios europeus e os aplausos frenéticos do povo de Paris. Esse imortal patricio foi Alberto dos Santos Dumont, nascido a 20 de Julho de 1873 na fazenda Cabangú (distrito de João Aires), onde temporariamente tomara residência seu pai, o dr. Henrique Santos Dumont, engenheiro das obras de construção da linha da serra da Mantiqueira. Essa fazenda, o seu berço natal, que por decisão legislativa lhe foi entregue, êle remodelou, transformando-a em formosa propriedade.

Há, do tempo de sua mocidade, um episódio curioso, que retrata o espírito nacionalista de Santos Dumont, e por isso não deixo de consignar. Em frente à sua casa de campo, mandou erguer um mastro, onde diàriamente içava o pavilhão brasileiro; de modo engenhoso fazia subir até acima uma concha cheia de alpeste e sementes, que convidava os passaros alegres a cantar. Queria, dizia êle, ouvir a saudação que faziam à nossa bandeira. É uma minúcia, dir-me-eis, mas caracteriza o homem, que anos depois tanto havia de honrar o seu Brasil bem-amado.

Desde a adolescência mostrou decisivo interêsse pelos estudos da Mecânica, e a leitura dos livros curiosíssimos de Julio Verne lhe despertou o pensamento da viagem aérea em dirigível.

Estando em Paris, de 1892 a 1893, e ao visitar o "Salon du Cycle", examinou atentamente os motores de automoveis e percebeu que o aperfeiçoamento d'êstes aparelhos dentro em breve daria margem à realização do seu grande sonho: a conquista do ar.

Seria impróprio dêste lugar enumerar-vos a série de modificações impressas por Santos Dumont ao seu invento, que abria era nova e segura a essa conquista memorável, desde a sua célebre *Demoiselle* até os aeroplanos e aviões, que hoje representam no mundo soberano papel, com a realização de viagens quasi fantásticas, como a do actual *Zep-pelin*, que ainda há pouco mais uma vez nos visitou.

Tudo isso foi obra aperfeiçoada do que ideara o nosso exímio patricio, com justiça cognominado o "pai da Aviação".

Muitos anos depois dos seus triunfos, conta-se que Santos Dumont lamentava ter sido o verdadeiro inventor de um aparelho, que ao invés de só unir povos amigos e servir ao progresso da civilização, estava afinal contribuindo também para os horrores da guerra, como elemento de extermínio e até de iniquidades clamorosas, com o ataque de cidades indefesas e outras selvagerias indignas do homem culto.

Esse lamento condiz com os primores do seu coração, não ha dúvida. Mas quem pode extranhar que a perversidade humana se tenha servido, para o mal, das mais belas conquistas de civilização?

Para não citar sinão um exemplo, vêde o que tem produzido a Imprensa, nascida do talento e da pertinácia de João Guttenberg, — êsse farol que ilumina o mundo, que propaga as obras-primas do talento e da investigação científica. O livro é o consôlo da vida, é o companheiro e amigo fidelíssimo do pensador; o jornal é o instrumento da Moralidade, é um órgão da Justiça. Mas quem não vê todos os dias, aquí e alhures, que o livro é também o perversor dos costumes, que o jornal é também o propagador do vício, é o veículo da falsidade e do derrotismo perverso?

E' da pobre natureza humana esta contingência tristíssima. O que foi criado para o Bem é cem vezes transformado em aparelho do Mal. O que era *remédio da alma*, inscrição gravada no pórtico da Bibliotheca de Memphis, segundo informa Diodoro de Sicilia, converte-se em veneno das almas.

Descansa em paz, portanto, glorioso espírito de Santos Dumont; o teu renome não ficará diminuído, nem menor a nossa admiração pela triste aplicação do prodigioso invento a que deste início, só cuidando do Bem de Humanidade.

O nosso INSTITUTO HISTORICO cedo reconheceu os méritos de Santos Dumont, aprovando na sessão de 26 de Ju-

lho de 1901 um voto de louvor e aplauso, que lhe foi dirigido, e na de 11 de Setembro de 1903, conferindo-lhe o título de sócio honorário, conforme o parecer lavrado pelo saudoso dr. Antônio de Paula Freitas, distinto engenheiro e professor, que se exprimiu nestes termos: "Sem dúvida Santos Dumont, na aerostação, é um inovador sem rival, e como tal uma glória cosmopolita e, garbosamente, uma glória perene da nossa Pátria."

Por seu lado, a Academia Brasileira de Letras, em 1930, reputando-o igualmente digno de merecer uma distinção excepcional, o elegeu para a cadeira n. 38, como sucessor de Graça Aranha; dela, porém, não chegou a tomar posse, por não permiti-lo o precário estado de saúde em que aportou ao Rio de Janeiro. De fato, aqui chegado com visível quebrantamento de forças, seguiu sem demora para São Paulo e passou os últimos dias de vida num dos hotéis de Guarujá, em Santos, e ali deu a alma a Deus a 24 de Julho deste ano. Seus restos mortais, transferidos logo para São Paulo, ali aguardam oportunidade para virem para o jazigo perpétuo, que elle próprio aqui mandou preparar.

A 25 do mesmo mês, o Governo Federal decretou luto nacional por tres dias, em atenção ao pesar que causara ao país semelhante perda; destarte interpretou mais uma vez o sentimento dos bons e legítimos brasileiros.

Só resta agora levantar-se nesta cidade o monumento consagrado à sua memória, segundo está planeado. Esse imortal patricio tem já em Saint Cloud, em Paris, um atestado da admiração dos Franceses; na capital da República Brasileira urge não demorem os nós essa justíssima homenagem a quem tanto e tão intenso brilho deu ao nome do Brasil.

—Está assim completa, senhores, a galeria dos nossos confrades, que neste ano social passaram desta vida à outra mansão melhor. Sirvam o seu exemplo e a sua veneranda memória de patriotas, sirvam de incentivo e de paradigma a todos nós que trabalhamos pelo bem da Pátria e a quantos ainda possam guardar resquícios da ingratidão, com que há bem pouco puseram em risco e em sobressalto a tranquillidade desta grande e nossa muito amada Terra da Santa Cruz.

Não é aqui o lugar nem a hora propícia para lembrar as tristezas e agonias, por que passou o coração dos verdadeiros patriotas nos tres meses da tremenda luta fratricida, que, mereê de Deus, se encerrou a 3 de Outubro.

A História consignará tudo isso a seu tempo numa página dolorosa, ao lado da página brilhante destinada ao registro dos nomes dos muitos heróis, que, semelhantes aos Ajax e Diomedes do cerco da antiga Tróia, ilustraram agora o nome brasileiro, forçando a queda dessa nova Ilio americana.

Não é aqui o lugar nem a hora propícia, repito.

A hora presente é a hora do *Sursum corda*.

Levantemos ao alto os corações, senhores!

Graças à tenacidade do tão bravo como generoso chefe do Governo, que nos honra com a sua presença; graças ao concurso de generais e soldados, que dignificariam qualquer milícia do mundo; graças à cooperação entusiástica dêsse Norte da República, que, a uma voz, acudiu brilhantemente ao reclamo da benemerita Minas Gerais e do valoroso Rio Grande do Sul, — defensores impertérritos da Legalidade nunca assás louvados; graças a êsse conjunto de preciosos elementos, a tormenta suscitada e alimentada pelas ambições da politicalha astuta, teve seu termo desejado: a vitória da Justiça, a vitória da Lei.

Finda a sangrenta batalha, restam sem dúvida mil destroços a recompor, sacrifícios tremendos do Erário público a reparar, ódios, ressentimentos a expungir de todo, a ordem constitucional a se restabelecer no país, de acôrdo, aliás, com as sábias medidas já em boa hora tomadas pelo Governo; resta, finalmente, após a rendição incondicional dos sediciosos, a consolidação da Paz, — êsse dia claro e sereno, a cuja luz maravilhosa progridem as Indústrias, o Comércio se dilata, Ciências e Letras florecem.

A luz da Paz, benéfica e salvadora, tudo isso se conseguirá, estou certo,

Foi por tal forma que o Império sanou as feridas do agitado período das Regências, abrindo uma nova era de trabalho que nos deu quasi meio século de progresso com a clarividência de grandes estadistas. A República, que também felizmente os possui, não deixará de realizar obra semelhante, de forma que a Patria querida prossiga seu destino de grande Nação americana com o fulgor de outrora.

Tendo ao leme o ilustre Rio-Grandense, destemorado patrição de Osório — o Bayard gaúcho — e de Andrade Neves — o galhardo barão do Triunfo — a Pátria, repito, prosseguirá seu destino honroso. São estes os votos ardentes



do Instituto Histórico e do seu humilde orador, que jubiloso quer hoje bradar, como de outras vezes:

*Viva o Brasil unido e indiviso!*

*Viva o Brasil próspero e feliz!*

*(Calorosos aplausos.)*

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (presidente perpétuo) agradece o comparecimento do selecto auditório e declara encerrada a sessão.

*Max Fleiuss, 1º secretário perpétuo.*

*(Encerra-se a sessão às 22 1/2 horas.)*

— Deixaram seus nomes no livro de presença: S. Ex. o sr. dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório; general Espirito Santo Cardoso, ministro da Guerra; dr. Ryoji Noda, representante do Sr. embaixador do Japão; dr. Gabriel de Souza Aguiar, pelo sr. interventor do Distrito Federal; comandante Raul Tavares, chefe da Casa Militar da Presidência da República; 1º tenente Mauro Ribeiro da Costa, pelo coronel comandante da Escola Militar; dr. Roberto Moreira da Costa Lima, Roberto Ramiz Wright, Waldemar Ramiz Wright, doutor Adolpho Morales de los Rios Filho, dr. Alcides Bezerra, diretor do Arquivo Nacional; dr. Américo de Almeida Magalhães, pelo Instituto Histórico de Alagoas; dr. José Caetano de Faria, pelo Centro Carioca; dr. Pedro Calmon, pelo Instituto de Advogados Brasileiros; dr. Edgar de Azevedo, doutor Alfredo Nascimento, pela Academia Nacional de Medicina; capitão Ary M. Hirsh, dr. José Bráulio da Silva Carneiro, dr. Phelipe von Lutzburg, dr. W. Dittler, conselheiro da legação alemã; embaixador da França, Dr. Joaquim Ribeiro, Sra. Geruza Soares, senhorinha Martha Soares, senhorinhas Marcília Mesquita Barros, Helene P. Horto e Rosa Godoy.

Cumprimentaram o INSTITUTO por telegramas e cartas: dr. Jayme Tavora, secretário do sr. ministro da Viação; dr. Fernando Magalhães, presidente da Liga de Defesa Nacional; dr. Edmundo Lins, ministro-presidente do Supremo Tribunal Federal; d. Juracy Silveira, secretária da Associação Brasileira de Educação; coronel Francisco José Pinto, comandante da Escola de Engenharia Militar; comandante



Rogério Silva, vice-diretor da Escola Naval; dr. T. Grabowski, Ministro da Polônia; dr. Oscar Queiroz, dr. Celso Vieira.

ANEXOS A ATA DA SESSÃO MAGNA DE 21 DE  
OUTUBRO DE 1932

O 94º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO

“Comemora, hoje, o INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO o 94º aniversário de sua criação.

Fundado nesta cidade a 21 de Outubro de 1838, por iniciativa de dois inesquecíveis vultos, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o brigadeiro Raimundo José da Cunha Mattos, é a primeira existente das instalações congêneres em todo o Brasil e uma das mais antigas das nossas associações científicas, contando quasi um século de existência ininterrupta.

Com raras exceções, cada uma das circunscrições políticas da Federação possui atualmente o seu Instituto Histórico e Geográfico, assim denominado em generalidade, com pequenas variantes. Minas Gerais já dispõe de duas fundações desse gênero — a de Belo Horizonte e a de Ouro Preto.

Entre os fins primordiais que traz o INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO desde a sua gênese, no ocaso da Regência, sob o governo do marquês de Olinda — coligir e arquivar documentos histórico-geográficos, corresponder-se com as corporações correlatas do estrangeiro e editar a sua *Revista*, incluiu seu primitivo Estatuto o de ramificar-se pelas então províncias, atuais Estados do Brasil.

Num longo período de quatro regimes políticos que se sucederam em nosso país, de 1838 a 1932, tem realizado cabalmente o INSTITUTO sua precípua missão de engrandecer e cultivar cientificamente a Pátria.

Seu atual presidente, o sr. conde de Afonso Celso é um nome, por todos os títulos, insigne; e no cadastro dos diretores e sócios do Instituto, desde os 27 incorporadores de 1838, figuram, na passada como na atual situação, personagens de notável cultura, das mais elevadas classes sociais, do maior destaque na política, nas letras e nas armas.

O sr. conde de Afonso Celso completou a 19 de Fevereiro deste ano, 20 anos de exercício do cargo; e dos oito

presidentes efetivos que tem tido o INSTITUTO apenas um de seus predecessores, o marquês de Sapucaí, ultrapassou de um septênio esse prazo.

Computaram os outros, o conselheiro Olegario Herculaniano de Aquino e Castro mais de 14 anos, o visconde de Bom Retiro mais de dez; seu primeiro presidente efetivo, o visconde de São Leopoldo, mais de oito; Joaquim Norberto de Souza e Silva e barão do Rio Branco, mais de quatro e o marquês de Paranaguá, um ano apenas.

Como antiguidade de casa, tem o atual presidente mais de 40 anos de sócio, durante os quais exerceu em seis o cargo de orador.

Nas duas últimas décadas decorridas da presidência Afonso Celso, o INSTITUTO elevou consideravelmente o nível dos seus serviços prestados à Pátria e encareceu para esta os títulos de benemerência e justo preito de gratidão verdadeira.

Mas é bastante recordar-lhe o seguinte registo: Foram convocados o *Primeiro Congresso de História Nacional*, de 7 a 18 de Setembro de 1914; o *Primeiro Congresso Internacional de História da América*, comemorativo do 1º Centenário da Independência do Brasil, realizado de 8 a 14 de Setembro de 1922; e o 2º *Congresso de História Nacional*, em memória do 1º Centenário da Abdicação de D. Pedro I, de 7 a 14 de Abril de 1931.

Publicaram-se trinta e seis copiosos volumes de *Revista*, na média de 600 pags. cada um, da seriação comum, mais cinco dos referidos Congressos de 1914 e nove do Congresso de 1922, e estão em composição mais outros cinco do Congresso de 1931.

Além disso, vieram a lume dois volumes, de cerca de 2 mil páginas do grande *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, 1922, três das *Contribuições para a biografia de D. Pedro II* (1925-1927); um do *Ano da Independência*, série de conferências de principais datas do ano glorioso de 1822, por sócios do Instituto; um — *Trasladação dos restos mortais dos ex-imperadores*; e enfim um da — *Nobiliarquia Paulistana, Histórica e Genealógica*.

Fundou-se a *Academia de Altos Estudos*; e realizaram-se cursos e conferências nos moldes da *Summer Student School*, dos Estados Unidos da América do Norte, sob a denominação de *Escola de Estudos Brasileiros*.

Foram recebidos no Instituto ilustres vultos estrangeiros entre os quais Teodoro Roosevelt, Julio Roca, Pas-

teur, Vallery Radot e o padre Paul Coulet, da Companhia de Jesus.

Foi consideravelmente elevado o acervo das riquezas de bibliografia, arquivo, mapoteca, museu, coleção de estampas, gravuras e retratos, bem como papeis pertencentes a brasileiros célebres.

Obteve do Congresso Nacional o INSTITUTO uma subvenção permanente de 40 contos, para a edição da *Revista* feita na Imprensa Nacional; a publicação das atas das suas sessões e expediente no *Diário Oficial* e franquia postal para a *Revista* em território brasileiro, tudo isso em virtude de um contrato com o Governo, resultante de autorização legislativa.

Conseguiu a mais uma lei, pela qual o Ministério da Fazenda ficou autorizado a ceder-lhe um edificio em condições de servir-lhe de séde definitiva.

E é este um dos problemas a solucionar sem demora, pois com o desenvolvimento, sempre crescente, de sua sala pública de leitura, em média 200 consultantes mensais, e com o aumento do arquivo, museu, mapoteca, o espaço torna-se deficientíssimo.

Em 1926, o INSTITUTO HISTÓRICO levou a efeito um convênio para fixar-se a ortografia e prosodia dos nomes geográficos nacionais e estrangeiros.

Dirigiu as cerimônias de regresso dos restos mortais dos ex-soberanos e a sua transladação para Petrópolis e comemorou o centenário de d. Pedro II com o levantamento de uma estatua na Quinta da Boa Vista.

Tomou parte nos Congressos de História, tais os de fronteiras interestaduais, reunidos nesta Capital e no estrangeiro — os de Sevilha, Oslo, Edimburgo, Praga, Budapesth, Veneza e Paris.

Sugeriu a construção de um arco triunfal glorificador dos precursores da nossa Independência.

Propôs outros monumentos consagrados aos herois da aviação desde Bartolomeu Lourenço de Gusmão até Santos Dumont, ao padre Manuel da Nobrega, bem como a colocação, no palácio da Câmara dos Deputados, de uma placa de bronze, contendo os nomes dos primeiros constituintes brasileiros de 1823.

Envidou esforços em prol da codificação da Bibliografia Americana e colaboração de uma História geral da América, mediante um plano em que terão parte todos os

povos do Nôvo Mundo, iniciativas estas triunfantes no Congresso Internacional de História da América de 1922.

Permuta o INSTITUTO a sua *Revista*, que já se acha em seu vol. 163, e divulga-a por todo o Velho Mundo, com os principais países civilizados.

Tem sempre o INSTITUTO respondido com brilho e firmeza a numerosas consultas e pedidos de informações, tanto oficiais como particulares.

Já encetou a parte relativa às publicações comemorativas do seu centenário, editando a obra de *Spix e Martius*, cujo primeiro volume, tradução feita pela sra. Lucia Furquim Lahmeyer, atual bibliotecária do INSTITUTO, sob a imediata direção do dr. Ramiz Galvão, já se acha em composição na Imprensa Nacional.

A' sua presente diretoria além do já citado e ilustre conde de Affonso Celso, sem esquecer a cooperação que ha mais de 30 anos lhe têm trazido o seu 1° secretário perpétuo, o dr. Max Fleiuss, e o seu orador, dr. Ramiz Galvão, muito deve o Instituto seu desenvolvimento e fulgor.

E' indispensável, contudo, que patrocinando suas mais esforçadas realizações, cujo marco centenário está prestes a atingir, o poder público brasileiro, que em mais de dois anos do período regencial, cêrca de meio século do segundo Império e de mais de 40 anos do regime republicano o amparou continue a dispensar ao INSTITUTO todo o apoio que lhe é rigorosamente indispensável.

Solenizando a data magna da velha Casa de brasilidade, cumpre não olvidar que ela em sua longêva benemerência, por seus inestimáveis serviços em prôl da cultura do povo brasileiro, tudo deve merecer do govêrno do Brasil, pois é o mais grandioso dos templos cívicos nacionais — é o mais alto e secular monumento histórico, erigido pelos nossos maiores, à perpetuidade e revivescência continua da grandeza da Pátria".

---

A's 21 horas, realizará o Instituto uma sessão magna, comemorativa do 94° aniversário da sua fundação.

Falarão por essa ocasião, os srs. conde de Afonso Celso, presidente perpétuo; Max Fleiuss, secretário perpétuo, que lerá o seu relatório concernente aos trabalhos do Instituto, no ano social expirante, e Benjamin Franklin Ramiz Galvão, ora-



dor perpétuo, que fará o necrológio dos sócios falecidos no interregno de 21 de Outubro de 1931 a esta data, e fôrão os Srs.: Arthur Ferreira Machado Guimarães, Luiz Antônio Ferreira Gualberto, Ermelino Agostinho de Leão, Inocêncio Serzedelo Corrêa, Rodolfo Marcos Teófilo e Alberto dos Santos Dumont.

A sessão será honrada com o comparecimento do senhor dr. Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório.

Traje de rigor.

(Do *Jornal do Comércio* de 21 de Outubro de 1932).

## O INSTITUTO HISTÓRICO

"O INSTITUTO HISTÓRICO fez anos ontem. Fundado ha noventa e quatro anos, pela iniciativa do cônego Januário da Cunha Barbosa e do brigadeiro Cunha Mattos, a velha instituição é a incansável colecionadora de quanto interessa à História e à Geografia do Brasil, para divulgação nas páginas preciosas da sua *Revista*, que já conta 163 volumes publicados.

A douta associação, que nasceu numa casa modesta, funcionou durante longo tempo em dependências do antigo Paço Imperial, cedidas por d. Pedro II, que desde Dezembro de 1838 foi seu protetor desveladíssimo.

Quando a conheci, em 1906, a sua situação era de ruína e de desânimo. Tinha-se a impressão de que se resignava ao breve desaparecimento. A opulenta biblioteca jazia em lamentável descaso; faltava luz em todas as suas dependências acanhadas. Contava-se que tendo chovido na noite de uma sessão solene, assistida pelo presidente Campos Salles, tornou-se preciso afastar a mesa para não ser atingida pela agua descida fartamente das calhas!

A elevação do sr. Max Fleiuss ao cargo de primeiro secretário abriu novos horizontes ao INSTITUTO. Moço, com disposição de ser útil, valeu-se êle do prestígio das suas relações e conseguiu salvar o vultoso patrimônio acumulado desde 1838. Procurou o presidente Rodrigues Alves, assediou os seus amigos das duas casas do Congresso e, assim, obteve o crédito para a execução das obras precisas, a verba para a reforma e também a da secular fachada.

Mais o espaço acanhado não servia mais ao INSTITUTO; mistér se tornou cuidar da mudança e esta se fez, em 1913,



para a séde actual, expressamente construida, na rua Augusto Severo.

Ha verdadeiras preciosidades na biblioteca do INSTITUTO. O volume mais antigo ali recolhido é *A Imago mundi*, de Pierre D'Ailly, impresso entre 1480 e 1482. D'Ailly, que recebeu o chapéu cardinalício em 1411, foi escritor de notável operosidade e exerceu grande influência sobre o espirito de Cristóvão Colombo. O navegador genovês leu-lhe *A Imago mundi* e enriqueceu-a de 898 apostilas interpretativas e críticas. O volume dessa obra raríssima, que pertence ao Instituto, fez parte da coleção do imperador, que registou de seu punho esta declaração, lançada em uma página em branco: "Avant coureur de Colon".

Sobre valioso incunábulo, escreveu o sr. Max Fleiuss um erudito artigo, publicado no "Jornal do Comércio" de 19 de Julho de 1931.

Na biblioteca do INSTITUTO encontra-se o exemplar de *Os Lusíadas*, que pertenceu ao grande épico autor do poema. Fazia também parte da livraria de dom Pedro II e este o mandou buscar, bem como ao *Decameron*, de Bocácio, para a leitura da penosa viagem que fez em Novembro de 1889, a caminho do exílio. Por morte do último soberano brasileiro, passou o livro à propriedade da princesa Izabel. Foi o filho da Redentora, o príncipe d. Pedro, o doador ao INSTITUTO.

Outro livro interessante que enriqueceu as coleções do INSTITUTO HISTÓRICO é *L'art d'être grand père*, de Victor Hugo. Ofereceu-o o grande poeta francês, o maior do seu século, com esta dedicatória: "À don Pedro de Alcantara, Victor Hugo. Paris, 22 Mai 1879". Muito se tem escrito a respeito da visita que o imperador do Brasil fez, em caráter particular, ao poeta, e o Instituto conserva a fotografia que naquella ocasião Victor Hugo ofereceu ao seu real admirador, guardada num envelope que trazia exteriormente a oferta: "A celui qui a pour ancêtre Marc-Aurèle". Victor Hugo está representado ali com seus dois netos, George e Jeanne.

Mais outro volume notável: *O conselheiro Francisco José Furtado, biografia e estudo de história política contemporânea, pelo conselheiro Tito Franco de Almeida*. A importância do volume reside principalmente nas várias anotações que lhe fôram feitas pelo punho do imperador. Ai vai uma dessas notas. Tito Franco, à página 13, parágrafo XIV, escreveu: "A maioridade perante o direito foi um crime constitucional, do qual o imperador participou e ao qual a nação

*anuiu. No arrebatamento de suas boas intenções não compreenderam seus autores toda grandeza do perigo em dar principio a um reinado à custa de profunda ferida na arca santa da soberania, independência e liberdade nacional”.*

O imperador anotou: “ *Eu não tive arrebatamento. Si não fosse aconselhado por diversas pessoas que me cercavam, eu teria dito que não queria*”.

Todavia, reza a História que, consultado a respeito, o mehuino imperador respondeu: “Quero já”.

No museu do INSTITUTO estão recolhidos objectos evocativos do nosso passado. Lá se encontra a *Roda*, que servia à Casa dos Expostos. Quando está, que funcionava na velha rua dos Barbonos, foi demolida para ampliação do quartel da Polícia, o general Siqueira de Meneses, então comandante daquela corporação, ofertou a *roda* ao Instituto. “E” uma porta de madeira grossa, sobre a qual se vê aberta uma janela ou fresta mais alta do que larga. Está tapada por um meio cilindro, também de madeira; apresenta uma face convexa e outra concava; na segunda existem duas prateleiras, onde se collocava o engeitado. O meio cilindro era susceptível de girar no sentido vertical. Com pequeno impulso desaparecia da janela ou fresta a parte convexa do cilindro para dar lugar à parte concava. Uma campainha posta em comunicação com o aparelho giratório servia de aviso à irmã de caridade para, sobretudo, à noite, tirar da prateleira a criança abandonada”. A descrição minuciosa é de Vieira Fazenda, o saudoso cronista da cidade.

Ha mais no INSTITUTO as mascaras de vários Brasileiros eminentes: José Bonifacio, Antonio Carlos, Eváristo Ferreira da Veiga, o jornalista da *Aurora Fluminense*, cônego Marinho, que foi revolucionário em Minas, em 1842, e depois manteve aqui um acreditado colégio; padre José Mauricio, maestro Francisco Manuel, visconde de Inhaúma, Zacarias, José de Alencar e outros; as três medalhas de ouro cunhadas durante o tempo da occupação holandesa; a urna que d. Pedro I retirou pessoalmente da Maçonaria, quando essa agremiação contra elle se insurgiu; a mesa que servia às reuniões do Conselho de Estado; a bandeira imperial que cobria os esquiues de d. Pedro II e d. Teresa Cristina, em São Vicente de Fóra; a espada que pertenceu a Caxias, tantas vezes desembainhada para restituir a paz ao Brasil; a cadeira de vime em que o imperador se sentava na Quinta da Boa Vista, para dar serviço ao seu *lapis fatídico*; a tēla de Porto Alegre, representando a coroação do último soberano.

No Arquivo, rigorosamente catalogados, vêem-se os papéis que pertenceram a vultos destacados do antigo regime e a alguns estadistas da República, como o dr. José Tomaz da Porciuncula, que presidiu o Estado do Rio de Janeiro durante a insurreição naval de 1893, chefiada primeiramente por Custódio de Melo e, depois, por Saldanha da Gama. Tive ocasião de ver no meio desses papéis o officio do almirante Mello, convidando o dr. Porciuncula para uma conferência a bordo do *Aquidaban* e a resposta d'este, sugerindo a possibilidade de ser dado o entendimento, com as precisas garantias pessoais, no palácio do governo fluminense; vi mais o famoso telegrama com a frase "Confie, desconfiando", atribuída erradamente a Floriano, quando o despacho telegráfico está assinado pelo barão do Rio Apa.

Está também no Arquivo o caderno de notas de que se serviu Euclides da Cunha para escrever os *Sertões*.

Sereno, imparcial, discreto, alheio aos assuntos estranhos à sua especialidade, o INSTITUTO HISTÓRICO cumpre o programa da sua finalidade, coligindo, metodizando, publicando ou arquivando tudo quanto interessa à História e à Geografia do Brasil. — *Lafayette Silva*."

(Do *Correio da Manhã*, de 22 de Outubro de 1932).

## SEGUNDO ANEXO

CONFERÊNCIA DO DR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA FREITAS, REALIZADA NA SALA VARNHAGEN, DO INSTITUTO HISTÓRICO, EM 28 DE OUTUBRO DE 1932

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso:

Para assinalar o valor do conferencista, bastava lembrar que era em tudo digno portador de um dos nomes mais eminentes do patriciado intelectual do Brasil, nome glorificado no bronze de uma estátua, e que tem outros ilustres continuadores, como o general Augusto Limpo Teixeira de Freitas. Tendo feito o curso de estudos superiores com excepcional realce, o dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas especializou-se em matérias econômicas, financeiras, administrativas e estatísticas, nas quais é hoje verdadeira autoridade.

Prestou relevantíssimos serviços ao Estado de Minas Gerais e os continua prestando à União no Ministério da Educação e Saúde Pública:

O assunto de que tratará é de notável importância e oportunidade: uma redivisão territorial do Brasil, que ainda conserva a feita por d. João III, ha quatrocentos anos, quasi com a simples alteração de se haverem creado as provincias do Amazonas e do Paraná e de se ter adquirido o Território do Acre.

Para não protrair a audição da voz erudita e patriótica do dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, dá-lhe a palavra, agradecendo-lhe antes o ter trazido ao INSTITUTO um dos frutos da sua capacidade e labor. (*Palmas.*)

O SR. MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS disse:

## O REAJUSTAMENTO TERRITORIAL DO QUADRO POLÍTICO DO BRASIL

### *I — Preâmbulo*

As considerações que vou ter a honra de submeter ao vosso esclarecido e imparcial exame e, por vosso intermédio, órgão que sois, e dos mais eminentes, da opinião nacional, à apreciação de todos os nossos compatriotas, não vão desenvolver rigorosamente um assunto histórico, mas pretendem abordar um tema que é em certo sentido o mais histórico dos nossos temas, porquanto tem por objeto o que ha de mais essencial em nossa História, o que lhe dá a própria razão de ser — a *unidade nacional*. E não só histórico no sentido do passado, senão quanto também aos tempos que hão de vir, porque a unidade nacional é a herança sagrada dos brasileiros que já se foram, síntese admirável de sacrificios e heroismos, obra de titans e de santos, legada aos brasileiros da hora presente, a todos nós que ocupamos agora o cenário da vida nacional, levando conosco a arca santa dos destinos pátrios aos brasileiros de amanhã, àqueles que virão, depois de nós, labutar nesta doce terra de Santa Cruz, e nos cobrirão de bênçãos ou nos amaldiçoarão, conforme tenhamos sido dignos ou indignos da nossa missão histórica em face do maior tesouro da raça, em razão de termos sabido ou não assegurar aos nossos filhos, aos futuros filhos da nossa Terra, o comum e glorioso gentílico de *Brasileiros!*...

Para tranqüilidade do nosso patriotismo, é verdade, no tapete da História onde se jogam os destinos dos povos, não vemos nada, mercê de Deus, que ameace *diretamente* a unidade brasileira. Os grandes acontecimentos históricos, porém, nem sempre se prenunciam ou resultam de uma preparação prévia e conciente. E mesmo quando absolutamente nada



nos adverte da sua aproximação, passamos por pontos críticos em que a sua irremediável superveniência ou a sua conjuração definitiva dependem de atitudes ou atos aparentemente indiferentes ou só remotamente ligados à trajetória dos grandes fatos que nos prendem a atenção.

Ora, é exatamente o que ocorre no momento presente da História Brasileira.

As atoardas de um separatismo deliberadamente preparado não têm felizmente sombra de fundamento. Em parte alguma do Brasil pensarão brasileiros sinceramente em tão nefanda empresa. Mas o instinto profundo da raça, manifestando-se por vozes várias, de tom e sentido profético, nos está avisando de que chegamos a um daqueles pontos críticos. Se no tumulto das horas agitadas que vivemos não soubermos fixar o que ha de essencial para os destinos da República, se corajosamente não alvejarmos e não rompermos a nuvem negra que obscurece os horizontes políticos do Brasil, será ela amanhã, numa fatalidade inexorável, a tromba da guada contra a qual nada possam forças humanas, a varrer do cenário do mundo, irremediavelmente, a Federação Brasileira.

As vozes inspiradas que se têm feito ouvir, resumindo todo o clamor ansioso, ainda que inaudível para o vulgo, das gerações passadas, têm-nos dito claramente: ou o Brasil não perde em definitivo esta “terceira oportunidade” de informar na justiça e no sentimento de verdade e equilíbrio a sua estruturação política, ou o seu desaparecimento pela desagregação estará inscrito irrevogavelmente no grande livro do destino das Nações. O dr. Oscar Martins Gomes, na bela conferência que fez recentemente nesta capital versando o mesmo assunto que nos ocupa, lembrou a propósito as palavras de Pimenta Bueno, propugnando, em 1857, a redivisão do Império: “Assim exige a justiça, *para que não haja desigualdade de proteção*, assim demanda a política, *para que não haja influências desproporcionais*, nem zelos, ciúmes, ódios ou perigos, que rompam um justo e providente equilíbrio... Os homens políticos não devem olvidar que um bom sistema a respeito *desviará no futuro* e sem constrangimento toda a idéa de *ambições federais*, já outróra suscitadas.” Troque-mos a expressão “ambições federais” por “ambições separatistas”, e estará feito o mais sábio prognóstico do futuro do Brasil.

Bem será então — e eis aí a razão de ser desta desataviada palestra — que fixemos por um momento este ponto, e procuremos transformar essa vaga precieência em um claro



estado de consciência, resolvendo-nos a agir na conformidade da lógica inflexível da História.

Este o alto pensamento que nos congrega neste instante. Inspirados por êle, passemos juntos uma vista d'olhos pelo nebuloso e confuso panorama da realidade brasileira e procuremos reunir impressões, tão nítidas quanto possível, em torno do grande problema, do maior dos problemas com que se depara o Brasil nesta curva da estrada dos séculos. Peço para isso vossa atenção. Vossa atenção e vossa benevolência, pois ao obscuro brasileiro que vos fala, faltam recursos de erudição e galas de linguagem com que vos pudesse recrear o entendimento e o senso artístico, só lhe sobrando, mercê de Deus, idealismo, entusiasmo e desejo de servir aos seus concidadãos.

## II — *Os precedentes da questão — Como a opinião pública encara o problema — Dúvidas que se resolvem*

Não haverá propriamente nada de original no que vos vou dizer. Focalizarei o nosso tema apenas relembando fatos e opiniões que espíritos esclarecidos não se têm cansado de enfileirar ultimamente mas tentando seleccioná-los e articulá-los em ordem a esboçar uma solução global e flexível, segundo os mais seguros alvitres até agora formulados e as determinantes geográficas, psicológicas e históricas da formação social brasileira.

O quadro das nossas unidades federadas não decorre de nenhuma sagrada e intangível tradição, tendo como fundamento acontecimentos de excepcional magnitude, e que se haja mantido inviolada desde os primórdios da conquista. Muito ao invés disso, esse quadro não é mais do que um desdobramento progressivo, ao sabor de influências ocasionais e de senso oportunista, da arbitraria divisão primitiva das capitanias, através de uma evolução em que ocorrem sucessivos desmembramentos e algumas fusões.

Mas, se a redivisão brasileira não violenta normas até agora invioláveis; se, pelo contrário, encontra numerosos precedentes no decorrer dos quatro séculos de formação nacional; por outro lado, não será um processo de reajustamento sem exemplo entre os povos cultos, pois grandes e pequenas nações o têm praticado em momentos decisivos da sua história, e em parte alguma com oposição ou desfavoreáveis conseqüências que mercessem registo nos respectivos fastos. Assim na França, Portugal, Espanha... Assim

nos Estados Unidos e no Chile... E os exemplos poderiam, talvez, multiplicar-se.

Tão pouco se manifestou, jámais, na história brasileira, uma só corrente ponderável de opinião, reivindicando a intangibilidade do nosso quadro territorial.

Não viria essa opinião, por certo, dos pequenos Estados — Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina — verdadeiros irmãos espoliados numa confraria política pèssimamente organizada, os quais têm atravessado a monarquia e a república, clamando contra a iniquidade que os reduziu pràticamente a uma perpétua menoridade política e econômica.

Também não procederia razoavelmente tal opinião dos grandes Estados a serem atingidos em sua unidade pela redivisão, tais como Mato Grosso, Amazonas, Pará, Baía e Minas Gerais, por isso que, além de não saberem em regra o que fazer das grandes áreas desertas e inteiramente abandonadas — verdadeiro pêso morto que lhes são, — lhes faltaria autoridade para qualquer atitude de impugnação, uma vez que todos êles têm sua constituição atual, em virtude de desmembramentos. E tanto não haveria essa impugnação que, já havendo sido alvitrada, em 1842, ao que constatou Agenor de Roure, a divisão de Minas Gerais — circunscrição fatalmente atingida pelo desmembramento — pelo seu Presidente Bernardo Jacinto da Veiga, foi a tese retomada de um modo geral, em 1925, pelo Presidente Melo Viana, o qual, sem levantar um só protesto, corajosa e solenemente, em sua mensagem daquele ano ao Congresso Mineiro, “*aludiu ao irreparável erro político dos implantadores do novo regime*, que não tiveram a clarividência de, *por um golpe bendito da espada vitoriosa*, igualar em *extensão territorial*, em quantidade de população e de possibilidades econômicas (vai aqui evidentemente um lapso de expressão, pois os dois últimos termos são incompatíveis com o primeiro) as unidades federativas, matando de vez surtos de ambição e de predomínio.”

E não viria, finalmente, qualquer corrente impugnatória, dos Estados médios: nem, por um lado, dos que nada devem *necessariamente* sofrer com a redivisão, como o Rio Grande, São Paulo, Piauí e Maranhão, os quais só poderão ver com bons olhos as medidas que lhes afastem a possibilidade do predomínio futuro incontrastável das grandes circunscrições; nem, por outro lado, e muito menos, dos que

ainda devem esperar algum acréscimo com a reorganização, tais como o Ceará, Pernambuco e Paraná.

Nem só isso, porém. Se nenhuma voz se levantou até agora, nem se poderá levantar, contra a redivisão em si, obra de justiça, de equidade, de verdade e de equilíbrio, que ela deve consubstanciar, vozes sem conta se erguem — de sociólogos, políticos, administradores, governantes, geógrafos, historiadores — reclamando com a maior energia e insistência essa sábia e urgente medida política e maldizendo os erros funestos dos homens da monarquia e dos homens da república no consentirem por displicência e inércia, aparentemente inexplicáveis, numa situação que tem entravado inavaliavelmente o progresso da nacionalidade e introduzido na sua estruturação política germes perigosíssimos de desagregação.

Em 1823, o primeiro Antônio Carlos já propunha a redivisão territorial. E através de todo o período imperial, vozes várias se fizeram ouvir, entre elas, além das de Bernardo da Veiga e Pimenta Bueno, já referidas, as de Varnhagen, Fausto de Souza, Vergueiro, Candido Mendes, Quintino Bocaiuva. Ao organizar-se a República, como partidários mais decididos da redivisão, costumam ser citados Magalhães Castro, Rangel Pestana, Pinheiro Guedes, Amaro Cavalcanti, Costa Machado e Felisbello Freire. A seguir, até os dias que passam, toda uma extensa teoria de brasileiros ilustres a reclamar a medida salvadora, entre cujos nomes, me ocorrem: anteriormente à Revolução, além de Melo Viana, Carlos Maximiliano, Sílvio Romero, Teodoro Figueira de Almeida, Alberto Torres, e, posteriormente, ainda Carlos Maximiliano, Segadas Viana, Oscar Martins Gomes, João Ribeiro, Afonso Celso, Assis Cintra, Augusto de Lima, Sud Mennucci, Bernardino de Souza, Oliveira Viana, Agenor de Roure, Hélio Gomes, ainda Figueira de Almeida, Luiz Barbosa Baiana, Max Fleiuss.

Ora se tudo sugere e nada desaconselha que o Brasil remodele quanto antes o seu quadro político; se todos propugnam essa salutar providência e ninguém a ela se opõe, não devemos, não podemos consentir em que se perca esta "terceira oportunidade" de dar ao País a distribuição territorial por que ele anseia.

Essa oportunidade, no entanto, está passando, é menor cada dia...

Mas, não! Não é mais crível, não é mais aceitável, não é mais possível que o País se quede indiferente ao maior dos seus imperativos históricos e se deixe ficar nesta apatia, que será fraqueza, que será inépcia, que será um atentado aos seus fulgurantes destinos. Sim, porque o ato ditatorial que fixar a redivisão política do Brasil virá a um só tempo acrescentar o quarto termo às duas séries fundamentais das grandes conquistas da nossa civilização. Com êle dar-nos-á a segunda República a *liberdade de expansão* — econômica, social e política, como a primeira República nos garantiu a *liberdade de consciência*, a Monarquia nos legou a *liberdade de trabalho* e a Colônia nos assegurou a *liberdade de comércio*. E com êle ainda consolidará o Brasil, agora, a sua *estrutura política*, depois de haver consolidado a *estrutura econômica*, na primeira República, a *estrutura social*, na Monarquia e e a *estrutura territorial*, ainda com a assistência enérgica e carinhosa da Metrópole.

A medida é *preconstitucional* por excelência; é das que a "espada vitoriosa" dos erros do passado, guiada pela insopitável consciência de representar as mais lúdimas aspirações do sentimento nacional, deve impôr sem tergiversações, sob pena de trair a sua nobre missão. Porque a vontade da nação, neste particular, já está cristalina, insofismavelmente manifestada. Ela quer justiça e verdade na organização da nova República, e clamoroso arbítrio, iniquidade inqualificável, mentira vergonhosa e acovardamento degradante representaria a atitude desta geração permitindo que o segundo período republicano, que se pretende abrir sob as mais altas inspirações e com os mais nobres propósitos, se instaurasse, afinal, mantido o mais feio vício, o vício talvez original de todos os males da 1ª República, a monstruosa desigualdade territorial, causa permanente da adulteração dos próprios fundamentos do regime, que é por definição, por natureza e por finalidade, o da colaboração harmônica de entidades irmãs num sistema de justiça, verdade, equilíbrio e adequação.

E mandato suficiente para a execução dessa vontade tem-no de sobra o chefe do Governo Provisório, como autoridade suprema revestida de poderes discrecionários para reorganizar o País e extirpar pelo golpe de decisões rápidas, incontestáveis, irrecorríveis, as grandes deformações, os grandes vícios — e este é o maior de todos — que estavam destruindo visceralmente a República.

Entretanto, haverá talvez alguma dúvida quanto ao me-



lhor critério fundamental a adotar. Brilhantes espíritos e verdadeiros patriotas têm divergido, de fato, neste terreno.

Falam todos em equilíbrio. Uns, porém, querem-no no terreno da riqueza adquirida e mobilizada; outros, quanto à riqueza potencial; ainda outros, no que respeita à massa demográfica; alguns, no que se refere as rendas públicas como índice sintético da situação econômica e possibilidades de progresso; outros, por fim, pelo que toca fundamentalmente à extensão territorial e, secundariamente, para fins da graduação da autonomia e correlativa distribuição da assistência federal, à população e à situação financeira. E assim acontece porque os ilustres propugnadores d'esses alvitres, com exclusão do último, talvez só não tenham aderido a éste, pelo visionamento unilateral da questão, sem a devida consideração d'estes pontos: o de que se trata não é de estabelecer um equilíbrio instável, ainda que aparentemente perfeito no momento, mas, sim, de introduzir em nosso sistema político um elemento permanente de justiça e de equidade, sem necessidade de novas e freqüentes redivisões, e de fôrma que venha a poder expandir-se legitimamente, sem diminuição para o amor da Pátria e sem perigo para a nacionalidade, o sentimento regionalista.

Ora, porque é assim, perdem toda razão de ser os mais alvitres que não o da relativa equivalência territorial.

As populações se desenvolvem desigualmente; o equilíbrio demográfico que se conseguisse hoje, sabe Deus a custo de que dificuldades, já não existiria, cinco, dez anos depois,

A riqueza potencial também varia na razão da sua oscilante valorização ocasional, e também em função das novas descobertas; além de que o seu cômputo só difícil e precariamente se poderia realizar.

A riqueza distribuída e mobilizada resulta de circunstâncias mutáveis — posição geográfica, população, situação dos mercados, condições naturais que se esgotam (a riqueza das terras róxas do São Paulo, por exemplo).

E as finanças públicas também dependem da economia variável das populações e dos sistemas tributários ainda mais variáveis.

O único elemento permanente, por conseguinte, que possa satisfatoriamente fundamentar o equilíbrio da estrutura política nacional é, sem dúvida alguma, o da extensão territorial. Sendo êle perdurável — e é o essencial — e desde que se não aplique sob um critério muito restrito, a lei das compensações ou dos grandes números estabelece-se a virtualidade da



proporcional e aproximada equivalência de possibilidades econômicas a todas as unidades do novo sistema. Não haverá igualdade de situação, é certo; nem seria isto desejável. Mas existirá, por seguro, equilíbrio nas possibilidades, — o que é o mais alto ideal da justiça social. Que destas possibilidades já se tenham uns utilizado, por este ou aquele motivo angustiada uma situação ocasional de prosperidade — é cousa que pouco importa, porque o País ainda se está formando e a civilização ainda não o ganhou em toda a sua extensão. O Estado pobre e despovoado hoje será amanhã tão populoso e rico quanto o mais rico de agora, mas todas as desigualdades porventura ocorrentes estarão contidas, se vigente a equivalência territorial, dentro de limites tais que nunca se poderão tornar astronômicas, como acontece atualmente.

A terra brasileira contém riquezas por toda parte; seu potencial econômico é imprevisível e enorme em qualquer longitude e em todas as latitudes. Não temos nenhum "sahara". As zonas sujeitas às secas são fertilíssimas. E aquela contingência pode ser corrigida ou anulada nos seus efeitos, nisso podendo e devendo empenhar-se não apenas o governo regional, mas a própria União. As grandes áreas florestais, se são difíceis de povoar e um tanto hostis ao homem nos primeiros tempos, encerram preciosos cabedais e oferecem à agricultura uma formidável exuberância. Nas zonas de campo, aliás sempre próximamente alternadas com extensos rincões de distinta caracterização econômica, haverá as riquezas pastoris. E onde preponderem as terras lavradas, surgirá a riqueza agrícola. As zonas pouco férteis, impróprias mesmo para a indústria pecuária, são em regra zonas de mineração, onde aflorarão outros cabedais.

Tais desigualdades de riquezas, pois, tanto quanto as de população, não gerarão nunca hegemonias definitivas, reveesando-se as unidades irmãs, em ciclos de indeterminada geratriz, nas pontas da fila, sem diminuição nem exclusão de nenhuma. E a atenuar ainda mais esta inelutável desigualdade, que não será nunca um mal, mas a necessária e proveitosa diferenciação orgânica, sobreviria e se faria sentir a influência da solidariedade nacional, concorrendo para compensar o que faltasse aos mais atrasados e proporcionar-lhes os elementos de progresso indispensáveis.

Sem embargo de tudo isto — poderá alguém me contestar — sempre ocorreria a possibilidade do enriquecimento anormal, talvez mesmo além de toda a previsão e por isso

em risco de fazer periclitir todo o equilíbrio do sistema, de uma das Unidades da Federação — a detentora das formidandas jazidas ferríferas da zona de Santa Barbara, Ferros e Itabira. Mas é fácil a resposta: o que cumpre, então, em face desta possibilidade, se ela é capaz de fazer temer pelos destinos futuros da inter-dependência necessária entre as unidades da Federação, não é condenar a reorganização, mas introduzir nela o meio de ladear a dificuldade e, se possível, por uma hábil reversão, transformar o patrimônio, que lhe dá motivo, exatamente no oposto, isto é, em um elemento de enriquecimento da União em benefício de toda a Federação, ao mesmo tempo que em um maravilhoso gerador de energias centrípetas, e de poderosa irradiação cultural e econômica aos quatro ângulos da nacionalidade. Isto é possível, plenamente possível, felicissimamente possível — vê-lo-emos daqui a pouco, e estará nesse tentame a chave de abobada da magnífica construção política com que “sonha o nosso patriotismo”.

Mas eis-nos aqui chegados à conclusão de que a revisão do quadro político brasileiro, sôbre necessária, só se poderá realizar graças a uma razoável proporcionalidade territorial.

Qual será essa proporcionalidade? E' o que passamos a examinar.

### *III — As duas soluções opostas — Sua inaceitabilidade — Como se impõe a solução intermediária*

Se, como acabais de ver, está a opinião pública perfeitamente preparada para a redivisão do Brasil dentro de normas razoáveis de equidade, de justiça e de racionalidade, não é ela unânime, todavia, no indicar o critério aconselhável.

Uns supõem ladear as dificuldades dos problemas tomando como padrão, de perferência, as pequenas unidades. Vêem estes vantagens em aumentar-se sensivelmente o número de membros da comunidade política, tornando menores e de interesses mais homogêneos relativamente às determinantes mesológicas, as organizações políticas formadoras do conjunto nacional. E com isto, generalizada quasi a imposição do fracionamento das atuais unidades, atenuar-se-iam possivelmente as susceptibilidades a vencer.

Querem outros ao contrário que todos os obstáculos se superariam facilmente desde que se adotasse como critério

o fusionalismo, em grandes organizações das unidades pequenas ou médias do nosso atual quadro político, reduzindo-se, assim, o Brasil a uma associação de poucos Estados, ao tipo, por exemplo, de Minas reunida ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, ou da reunião de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Admitam estes que ficariam assim vencidos quaisquer óbices resultantes da relutância dos atuais grandes Estados à idéia do seu desmembramento.

Inaceitável, porém, são ambas estas soluções. E' o que não custará evidenciar, se analisados os fatos com imparcialidade e espírito de observação.

Uma divisão em grande número de unidades só seria admissível se já dispuséssemos de densidade demográfica e organização econômica bem mais significativas do que as que possuímos presentemente. Uma vez que o padrão que fixássemos descesse aquém do limite de 250.000 km<sup>2</sup>, teríamos de desmembrar São Paulo e Rio Grande, artifício desastroso sob dois pontos de vista. Primeiro, porque violentaríamos a perfeita unidade que a geografia, a ação dos governos e a organização do trabalho já instituíram nessas circunscrições, com o que nos oporíamos a fortes e decisivas determinantes fisicopolíticas. E segundo porque, a trôco desse atentado, se praticável impunemente — o que não creio, — obteríamos organismos mutilados e débeis, inaptos a realizar o papel econômico e político de que são hoje capazes as unidades originárias, para 'orgulho e' tranqüilidade do Brasil. Por outro lado, se esse baixo padrão já seria contraproducente para São Paulo e Rio Grande, onde se aglomeram grandes, eficientes e cultas populações, com forte organização econômica, a que grau de impotência não reduziríamos o organismo nacional se o aplicássemos à generalidade dos Estados que não os menores, inutilizando radicalmente toda a capacidade propulsora e construtiva dos aparelhos governamentais, mercê da penúria financeira das unidades da União?!

Más, se não é aconselhável tal critério, que nos levaria inoportunamente, se exequível, à formação de verdadeiras "matrias", só compatíveis com um regime social que ainda não é o da era em que vivemos, — tão pouco será para preconizar-se a organização do Brasil pela união de apenas algumas grandes entidades autônomas, evidentemente muito poucas para que se conseguisse o desejável equilíbrio territorial sem recorrer a nenhum desmembramento, mesmo entre as maiores unidades do quadro atual. Fundíssemos, por

exemplo, Rio Grande, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, adiante Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo, mais ao norte, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, — e ainda assim sem conseguir um padrão capaz de equilibrar o conjunto ao lado do Amazonas, Mato Grosso e Pará, por pouco que estes venham a povoar-se e progredir, — com que surpresas não nos defrontaríamos? Unidades que seriam verdadeiros países e dos maiores, de enorme prestígio político, econômico e financeiro, capaz de assegurar-lhes inteira liberdade de movimentos na execução de qualquer plano de preparação militar, poriam elas permanentemente em risco a unidade nacional e em cheque a autoridade federal. E o orgulho regionalista, somando-se a qualquer exacerbação momentânea dos ânimos, obumbraria o bom senso; faria calar as vozes da história, esqueceria os liames multi-seculares de confraternização e comunhão de vida, e desencadearia irremediavelmente a catástrofe suprema — a destruição do Brasil.

Não! Não nos é possível pensar em uma solução que não resolveria coisa alguma, do que de fato precisamos resolver, e criaria ambiente propício para a maior desgraça que possa infelicitar os brasileiros, depositários que somos de um tesouro sagrado, que os nossos avós conquistaram a golpes de audácia e sacrifício, e não podemos levianamente expôr a tão próximo perigo de destruição.

Precavemo-nos, neste particular, contra nós mesmos, contra nossas indisciplinadas paixões, nosso espírito de rebeldia. Evitemos a tentação... que seremos recompensados com o mais fúlgido destino histórico que uma grande nação possa almejar.

Resta-nos, assim, a solução intermediária — a organização do Brasil em circunscrições ao tipo daqueles Estados que não comportem divisão e aos quais não convenha aumentar sensivelmente, tudo segundo os critérios que melhor resguardem a eficiência e o equilíbrio do organismo nacional. Dar-nos-iam esse tipo os Estados do Rio Grande e São Paulo. Mas como entre aqueles se intercalam Paraná e Santa Catarina, e como em relação a estes a soma das respectivas áreas muito se aproxima da superfície de cada um dos outros, se fundiriam eles — e aliás com as melhores razões em todos os sentidos, como o demonstrou Silvio Romero — para formar o Estado de Iguassú, ficando esta a definitiva distribuição das áreas do Brasil meridional, tudo em km<sup>2</sup>. — 250.000 para São Paulo, 290.000 para Iguassú e 285.000 para o Rio Grande. E teríamos, conseqüentemente



que, não convindo nem sendo necessário alterar divisas históricas ou naturais para conseguir uma equivalência mais precisa, a bitola a adotar seria a rigor de 250.000 a 300.000 km<sup>2</sup>., cuja margem de variação não passaria de 20% do limite inferior. Esta bitola, no entanto, ainda é praticamente de precisão excessiva para a larga solução que devemos dar ao grande problema nacional. O maior rigor com que tem sido proposto o padrão, fixa-o com a margem de oscilação de 100.000 km<sup>2</sup>., vindo êle a ser ou o de 200—300.000 km<sup>2</sup>., ou o de 300—400.000 km<sup>2</sup>. Mas se a primeira bitola estabelece um limite inferior muito baixo, a segunda o eleva demais, tendo-se em vista que não permitirá a tão razoável divisão tripartida do sul do Brasil. Conservando portanto, êste grau de uniformidade, poder-se-iam preferir os limites 250-350.000 kms<sup>2</sup>. E' verdade que Segadas Viana, cujo projeto pelas suas bases lógicas e pelo seu equilíbrio, se me afigura o preferível, foge a êste critério, porquanto, retendo em princípio as variações entre os limites..... 150—400.000 km<sup>2</sup>, fica, de fato, entre 180—400.000 km<sup>2</sup>, susceptível de restrição, nesse particular, o seu ponto de vista, não só por muito baixo o limite inferior, como pela amplitude das variações, estabelecendo a possibilidade, nada aconselhável, de algumas unidades serem *mais do dôbro* das menores. Isto, porém, não incompatibiliza o projeto com a base que alvitro, pois já cheguei à conclusão de que não será difficil adaptá-lo àquele critério.

E será esta sem dúvida a solução mais equitativa, visto como, adaptando-se bem aos padrões preferidos — São Paulo, Iguassú, Rio Grande do Sul, — oferece apenas a taxa de 40% para a diferença do extremo superior em relação ao limite inferior.

Mas para o prosseguimento do nosso estudo, bastará consignar êsse aperfeiçoamento possível, tomando para base das nossas observações o plano Segadas Viana, como o que fundadamente supomos preferível.

Vamos examiná-lo, sugerindo-lhe apenas as alterações mais essenciais, para que sua racionalidade e equidade se positivem um pouco mais, e se possa êle alargar com o complemento lógico para que o reajustamento seja integral, a saber, a mudança da Capital da República para o centro de gravidade política do mapa do Brasil.



#### IV — Caracterização da solução preferível

Eis as bases que Segadas Vianna estabeleceu para o seu plano:

1°. Nenhum Estado terá menos de 150.000 km<sup>2</sup>; nem mais de 400.000 km<sup>2</sup>.

2°. Todos os Estados que estiverem dentro dos limites anteriores não sofrerão modificações.

3°. Os pequenos Estados serão reunidos entre si até formarem o mínimo da superfície exigida no número anterior ou serão aumentados pela incorporação de uma fração de outro Estado.

4°. Feita a nova divisão, desde que em um dos novos Estados exista mais de uma cidade ex-capital, a de maior população será a capital do Estado nascente.

5°. Os novos Estados assumirão a responsabilidade das dívidas dos Estados componentes, tributando por certo os municípios do Estado devedor com uma contribuição para salvar os compromissos anteriormente assumidos.

6°. Os Estados que ainda não tiverem capital receberão do Governo uma ajuda para tal.

7°. Os territórios a cargo da União terão um Governo à semelhança do que se vem fazendo com o Acre, com as inovações ditadas pela experiência.

8°. Sempre que um Estado se formar da junção de dois ou três outros, o novo Estado receberá um nome tirado do acidente geográfico.

9°. O Rio de Janeiro será considerado como Capital da República.

De acôrdo com essas premissas, o autor do plano propõe a divisão do Brasil em dezenove Estados, dez Territórios e um Distrito Federal, que seria o atual sem alteração.

Vejamos quais sejam os Estados, enumerando-os em ordem decrescente de população, conforme os cálculos do autor, com base ainda no censo de 1920, e referindo-lhes os principais característicos de constituição.

*Estado da Mantiqueira* — 210.000 quilômetros quadrados e 5.470.000 habitantes. Composto de quasi toda a chamada zona da Mata (sueste mineiro), o sul e parte do centro de Minas atual, e do Estado do Rio de Janeiro, tendo como capital Belo Horizonte.

*Estado de São Paulo* — 250.000 quilômetros quadrados e 4.534.000 habitantes. Sem alteração alguma.

*Estado de São Francisco* — 180.000 quilômetros quadrados e 3.800.000 habitantes. Constituído pelos atuais Estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas, e mais uma parte da Baía septentrional. Capital — Recife.

*Estado da Baía* — 300.000 quilômetros quadrados e 3.033.000 habitantes. Seria o Estado atual, com a sua capital, mas desfalcado da parte ocidental da bacia franciscana, de uma certa área ao norte e de uma saliência do seu perímetro no extremo sul.

*Estado da Borborema* — 265.000 quilômetros quadrados e 2.782.000 habitantes. Formado pelos atuais Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Capital — Fortaleza.

*Estado do Rio Grande* — 285.000 quilômetros quadrados e 2.149.000 habitantes. Seria sem alteração o atual Estado do Rio Grande do Sul.

*Estado do Mucuri* — 242.000 quilômetros quadrados e 1.550.000 habitantes. Compreendendo parte do norte e este mineiros, todo o Estado do Espírito Santo e uma certa área baiana ao sul do Jequitinhonha. Capital — Vitória.

*Estado do Iguassú* — 290.000 quilômetros quadrados e 1.337.000 habitantes. Formado pelos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina. Capital — Curitiba.

*Estado do Maranhão* — 340.000 quilômetros quadrados e 863.000 habitantes. Tal qual é agora.

*Estado do Paranaíba* — 240.000 quilômetros quadrados e 803.000 habitantes. Formado por todo o território mineiro a oeste do rio São Francisco. Capital — Independência, à margem do Paranaíba.

*Estado do Pará* — 380.000 quilômetros quadrados e 663.000 habitantes. Formado pela parte oriental do território paraense ao sul do rio Amazonas, mas sem a ilha de Marajó.

*Estado do Piauí* — 231.000 quilômetros quadrados e 600.000 habitantes. Como é atualmente.

*Estado de Goiás* — 340.000 quilômetros quadrados e 425.000 habitantes. Tendo a cidade de Goiás como capital e abrangendo aproximadamente a metade meridional da atual unidade dêse nome.

*Estado do Carinhanha* — 255.000 quilômetros quadrados e 152.000 habitantes. Composto pelo região baiana à margem esquerda do rio São Francisco, tendo a capital em Barra do Rio Grande.

*Estado de Araguari* — 200.000 quilômetros quadrados e 150.000 habitantes. Compreendendo a parte do atual ter-

ritório paraense que demora ao norte do Amazonas e a leste do rio Parú. Capital — Obidos.

*Estado do Amazonas* — 400.000 quilômetros quadrados e 134.000 habitantes. Capital — Manaus. Composto com a parte mais oriental do território amazonense ao norte do rio Amazonas.

*Estado do Acre* — 240.000 quilômetros quadrados e 130.000 habitantes. Capital Rio Branco. Todo o atual Território dêsse nome e uma parte do sudoeste amazonense.

*Estado do Rio Pardo* — 280.000 quilômetros quadrados e 120.000 habitantes. Capital — Corumbá. O território matogrossense sito ao sul do rio Tacuarí.

*Estado de Mato Grosso* — 320.000 quilômetros quadrados e 100.000 habitantes. Capital — Cuiabá. A parte média do território matogrossense vizinha de Goiás.

Aqui termina o grupo das circunscrições que teriam logo o gozo da maioridade política. Vejamos agora os Territórios.

Seriam êles:

O do *Tocantins* — a parte norte de Goiás, com 300.000 quilômetros quadrados e 80.000 habitantes.

O do *Tumucumaque* — a parte ocidental do território paraense ao norte do rio Amazonas, com 270.000 quilômetros quadrados e 50.000 habitantes.

O do *Tapajoz* — parte ocidental do território paraense ao sul do rio Amazonas, com 350.000 quilômetros quadrados e 40.000 habitantes.

O do *Madeira* — parte oriental do território amazonense ao sul da sua grande artéria fluvial, com 380.000 quilômetros quadrados e 30.000 habitantes.

O do *Purús* — parte ocidental do território ao sul do Amazonas, com 380.000 quilômetros quadrados e 30.000 habitantes.

O do *Rio Negro* — parte média do território amazonense à margem esquerda do rio Amazonas, com 380.000 quilômetros quadrados e 30.000 habitantes.

O do *Solimões* — parte mais ocidental do Amazonas, à margem esquerda do rio dêste nome, com 230.000 quilômetros quadrados e 30.000 habitantes.

O do *Mamoré* — parte mais ocidental do norte de Mato Grosso, com 330.000 quilômetros quadrados e 20.000 habitantes.

O do *Guaporé* — parte ocidental do médio Mato Grosso atual, com 240.000 quilômetros quadrados e 11.000 habitantes.

O do *Araguaia* — parte oriental do norte matogrossense, com 380.000 quilômetros quadrados e 10.000 habitantes.

Eis o grupo dos cadetes, e — reparaí bem que, dos 10, apenas um tem mais de 50.000 habitantes, enquanto as respectivas áreas seriam ainda das maiores no conjunto do novo mapa brasileiro. Isto não indicará, com a força dos argumentos decisivos, que a sua tutela não poderá, de fato, continuar nas mãos impotentes de Estados pobres, devendo, sim, passar, para a necessária assistência, à União Federal, esta forte, rica e poderosa pela “união indissolúvel” de todos os seus filhos?!

#### V — A integração do plano

Mas a redivisão apenas não é ainda suficiente para restaurar o equilíbrio da super-estruturação do organismo nacional. É preciso também cuidar da articulação dos 30 membros do corpo político da nacionalidade, centralizado o sistema por uma metrópole no interior do País e bem à altura, sob todos os pontos de vista, da sua alta finalidade. Corresponde essa providência a uma intuição da nacionalidade, que, por vozes das mais autorizadas, desde 1750, conforme o esclareceu Agenor de Roure em belo artigo, vem fixando esta grande condição para a plena expansão do organismo político brasileiro. Neste ponto, pois, parece indispensável modificar o plano Segadas Viana, incorporando o atual Distrito Federal ao Estado da Mantiqueira, vindo este a ter a sua capital na cidade do Rio de Janeiro, mas, e muito razoavelmente, para evitar-se a confusão toponímica com a circunscrição fluminense, ficando-lhe a denominação alterada para Guanabara, segundo, aliás, uma sugestão muito corrente, com o que se estabeleceria, pela combinação dos nomes do Estado e da sua metrópole, o lindo e sonoro binômio — Mantiqueira-Guanabara — como que evocando o consórcio da terra e do mar, da Serra e do Golfo.

Agora, para a localização da futura capital da República o ideal seria, sem dúvida, a transferência para o retângulo do planalto central já demarcado e estudado para esse fim. Aqui, porém, dificuldades financeiras, econômicas e





~Esbôço de uma  
nova carta politica  
do Brasil~

(Plano "Segadas Vianna",  
com modificações.)





## ESCALA

75 Kms 375 Kms 750 Kms.

## CONVENÇÕES

- Limites internacionais + + + + +
- Limites de estado, província ou território - - - - -
- Limites de departamento . . . . .
- Capital da República (●)
- " de estado ou província (○)
- Sede de território (○)
- " " departamento (■)





políticas, a par de resistência de opinião fundada em motivos de certa procedência — que o Desembargador Vieira Ferreira resumiu, não ha muito, magistralmente e sob um ponto de vista muito elevado, — impõem hábil transigência, de fôrma que todos os empecos desapareçam e nada de essencial se sacrifique no plano de integração do arcabouço político da Nação. A solução global de tal empreendimento exige de fato, irretorquivelmente, a transferência da Capital, sob pena de quebrar-se a racionalidade do plano e de implantar-se uma situação de prenhe de inconvenientes, atuais e futuros, a que será muito difícil obviar fora do sistema de iniciativas e compensações a utilizar agora, e isto inquinaria do vício insanável toda a magestosa organização prefigurada.

Mas se é imprescindível que a transferência se faça desde já, como parte integrante do esforço de reenquadramento político do Brasil; e se por outro lado não se poderá razoavelmente pensar por agora, nem certamente por bastante tempo ainda, e principalmente devido à crise que nos deprime e assoberba, na formidável empresa que seria a fundação de uma grande metrópole no Planalto Central, a exigir ainda e previamente o acabamento do sistema de comunicações e intensa obra de colonização naquela região, empresa que, além do mais, seria muito demorada e, portanto, não se compadeceria com a rapidez das decisões que o Governo Revolucionário carece de tomar para que se possam conseguir os objetivos colimados; — se assim é, temos que pensar mais uma vez numa solução intermediária, que reúna quanto possível as vantagens da solução já tradicionalmente fixada com facilidades que tornem cabalmente exequível a qualquer momento, dado o mínimo de dificuldades que ela suscite e dos dispêndios que exija, e, ao mesmo tempo, se constitua afinal numa medida verdadeiramente preparatória da solução ideal prefixada.

Existirá uma tal solução prática e — digamos assim — de emergência?

Busquêmo-la.

Sob pena de inaceitável, qualquer outra solução que não a do Planalto Central de Goiaz ha de assegurar, talqualmente esta, que a futura Capital:

1º, se localize no interior brasileiro, isto é, sobre o grande maciço central do país, e em situação que se aproxime

quanto possível do ponto de gravidade geográfico-político da República;

2º, não crie para um só Estado, por encravada nele, uma situação privilegiada em detrimento da comunidade federal;

3º, disponha de excelente clima e de recursos de fácil e perfeita higienização;

4º, se construa em zona de suficientes recursos econômicos e de fácil abastecimento;

5º, se localize em sítio de ricas paisagens, largos horizontes e abundantes belezas naturais, centro de turismo por excelência que há de ser no futuro;

6º, conte com boas condições de defensibilidade;

7º, se situe em ponto tal, que os estímulos de povoamento e progresso que ela levar ao *hinterland* brasileiro redundem muito diretamente no desenvolvimento e preparo do planalto goiano para que assuma afinal esta privilegiada região o papel de sua predestinação geográfica e política.

Mas nem só. Preciso é ainda que se trate:

— de uma cidade já existente, pois, se a tivéssemos de construir, se destruiria a exeqüibilidade do plano;

— de uma cidade de feição moderna, passível dos maiores desenvolvimentos sem obras de remodelação, adaptação ou embelezamento;

— de uma cidade já perfeitamente higienizada, de vez que seriam inoportunas grandes obras de saneamento;

— de uma cidade, ainda, já possuidora de palácios suficientes para que, sem qualquer despesa, se pudesse instalar a alta administração da República que devesse indispensavelmente acompanhar o Governo Federal;

— de uma cidade, finalmente, já ligada aos centros mais importantes do país, e de comunicações suficientemente rápidas e fáceis com o Rio de Janeiro, afim de se não operar uma dissociação brusca e profunda entre a capital política e a capital biodinâmica da República, até agora coincidentes, e também que já disponha, como o exigirá seu novo papel, de um sistema irradiante de meios de comunicação, cujo fácil prolongamento a ponha em futuro próximo em contacto, pelo interior, com todas as unidades políticas da Federação.



Têmo-la, afinal, semelhante cidade? Evidentemente todos a encontraremos sem nenhum esforço de busca e sem sombra de hesitação. Numa intuição admirável dos destinos brasileiros indicou-a para êsse mesmo fim, há já bastantes anos, o senador Sá Freire. E' a cidade-vergel, de Bilac; é a *urbs* paradisíaca que a mil metros sôbre o mar se reñira docemente no mais belo dos céus; é a cidade encantada dos feéricos poentes, de paisagens escampas e azuladas seranias; é Belo Horizonte — a sem rival, a formosa Capital Mineira...

Nesta curva da História, nesta confusa entruzilhada com que se defronta o Brasil, quiseram os bons fados, quis a Providência divina que a solução do mais difícil, e do mais premente, e do mais grave dos problemas nacionais, aquele de que depende a grandiosa projeção da Terra de Santa Cruz nos destinos da humanidade, estivesse encaminhada, facilitada, dir-se-ia intencionalmente preparada por mão dadivosa e providente, com a existência de Belo Horizonte, na qual, por um conjunto de circunstâncias, de que não é a menor a de já encontrar pronta, absolutamente pronta, e bem à altura das mais rebuscadas exigências, se depara o país com a *urbs* historicamente destinada — direi melhor — predestinada a presidir ao novo ciclo que a revolução de 1930 abriu, com potencialidades e virtualidades imprevisíveis, mas certamente formidandas, à História da Pátria Brasileira.

Belo Horizonte está situada no *planalto central*, e com isto ela satisfaz a uma diretiva tradicional e certamente muito bem inspirada, ao mesmo tempo que a um requisito de *constitucionalidade*... E ela é hoje precisamente o centro de gravidade da configuração demográfica, econômica e política do Brasil...

Belo Horizonte — ou melhor, o Distrito Federal em que ela teria de inserir-se, uma vez adotada concomitantemente, como de mistér, a redivisão política da República, localizar-se-ia, qual bem se depreende dos lineamentos fixados para o plano que verificamos ser o preferível, localizar-se-ia repito, na extrema ocidental da linha divisória entre os dois futuros Estados que Segadas Vianna denominou de Mantiqueira e Mucuri, formando o vértice do triângulo cujos outros ângulos se situam no Rio de Janeiro e em Vitória, triângulo êsse que, sem esforço de imaginação, representaria o ternário sôbre o qual se apoiaria com solidez inex-

cedível toda a coordenação das forças vivas da nacionalidade. Mais: além de interpôr-se entre os dois citados Estados, poderia — ou melhor — deveria também, em oportuna adaptação do Plano Segadas, extremar-se com o terceiro Estado — Rio Paranaíba, constituído com o oeste e o triângulo mineiros. Ainda que nêle não convergissem quatro Estados, como aconteceria com o planalto goiano, marcaria o ponto de encontro dos limites de três unidades políticas e exatamente aquelas que a bi-secular e originária vinculação da maior parte do seu território globalmente considerado, na atual unidade mineira, predestina a uma atuação solidária, nucleando com inexcédível poder de coesão e centripetismo, em torno precisamente da metrópole brasileira, o sistema político da nacionalidade.

A metrópole que procuramos é ainda Belo Horizonte, a cidade-sanatório, com o mais delicioso dos invernos e o mais ameno dos verões, de salubridade absoluta, em zona prodigiosamente cerealífera, admiravelmente favorável à pomicultura e de solo mirificamente rico — terra que é por excelência do ouro e do ferro, das esmeraldas e do manganez, do lenhito e dos mármore, e de tantas outras riquezas minerais, e onde são abundantíssimos e ótimos todos os materiais de construção.

É Belo Horizonte, que oferece nas suas cercanias os mais deslumbrantes e atraentes passeios, por lindas estradas afora, aquí beirando formosíssimas lagoas, alí serpenteando por íngremes encostas, atingindo deslumbrantes platós e altaneiros píncaros, grutas de impressionante grandiosidade e beleza, rios caudalosos, sussurrantes palmares, extensíssimas planuras, magestosas florestas.

É Belo Horizonte, cercada de excelentes baluartes naturais, a 600 quilômetros do mar, alcandorado ninho das águias da aviação nacional, praticamente inacessível a qualquer investida hostil.

E' ainda Belo Horizonte que, situada a um térço do percurso entre o Rio de Janeiro e a zona demarcada no Planalto de Goiaz, irá, uma vez elevada a Capital Federal, desenvolver intensivamente o noroeste mineiro, caminho de Formosa, não só pela irradiação de seu natural dinamismo civilizador e pelo conseqüente prolongamento das estradas de ferro "Goiaz", "Paracatú" e "Oeste de Minas", todas convergentes para o centro goiano, mas ainda e principalmente porque, plantada que já está sobre a grande longitudinal Rio de Janeiro — Belém, da Central do Brasil,

cuja pontas de trilhos já se acham além do São Francisco, provocará forçosamente o prolongamento imediato dessa linha dorsal da ferro-viação brasileira — a grande articuladora futura da civilização pátria, e cujo papel imediato será exatamente o de despertar para a civilização todas as regiões centrais do mapa brasileiro.

É, finalmente, Belo Horizonte, expressa e primorosamente edificada sob inspiração genial, na técnica e no sentimento artístico, para uma grande metrópole, desde já com população muito superior a 100.000 habitantes, e com serviços urbanos perfeitos e de capacidade atual para uma população três ou quatro vezes superior; rica de hortos e jardins, parques e campos desportivos, cortada de larguíssimas avenidas; esplendente de palácios e provida de admiráveis instalações para o Governo e a Administração; centro de um perfeito sistema de rodo e ferro-viação, que se desata em todos os rumos, atingindo o mar em vários pontos e ligando-a a todos os mais importantes pontos do *hinterland*; brilhante centro universitário e cultural, exuberante de vibração cívica, irradiando o mais puro espírito de brasilidade; dispondo de admirável aparelhamento educacional e de assistência social.

Que direi mais? Direi que a mudança da Capital da República do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, passando aquela à investidura de capital do Estado da Mantiqueira, se resumirá numa troca de sedes entre o Governo Federal e o Governo Mineiro. Direi também que, não havendo obviamente necessidade de transportar para a nova capital todas as organizações técnicas e administrativas do Governo Federal, mas apenas os órgãos centrais que não se possam dispensar na sede do Governo, lucrará o Rio de Janeiro, sendo simultaneamente, além do centro municipal que é, a capital do mais rico e populoso Estado do Brasil, e o grande porto comercial e militar da República, o que lhe dará o privilégio de conservar a posse das mais vultosas instalações técnicas, econômicas e administrativas provenientes da sua situação atual, com a aquisição de outras muitas, e lucrará ainda com o surto de civilização, progresso e riqueza que a presença da capital vai provocar em regiões de possibilidades imprevisíveis, devido ao reflexo e canalização de todas as atividades assim impulsionadas, em benefício do seu porto e dos seus aparelhamentos industriais e comerciais. E direi, por fim, que lucrará o Brasil, removendo para o *hinterland*, possivelmente não desde já tão a dentro como o equi-

librio futuro do país um dia talvez venha a exigir — o que, todavia, poderá ser conseguido mais facilmente no futuro, e precisamente graças à iniciativa d'agora — mas o *quantum satis* para a situação presente da República, de modo que se interiorizem as grandes forças propulsoras do progresso, porém sem risco de uma solução de continuidade com a parte já organizada da Nação, o que quer dizer, em condições tais de solidariedade com esta que attingirão facilmente seu máximo de potencialidade. E acrescentarei que lucraria ainda o Brasil pela incorporação à sua metrópole e, portanto, por mais perfeita *nacionalização*, não só do grande acervo histórico que são os velhos burgos e cidades que se escalonam em tórno de Belo Horizonte, — o principal dos quais, Ouro Preto, *monumento nacional* — a recordar páginas inesquecíveis do nosso passado, como ainda as enormes riquezas minerais que jazem a pequenas distâncias da cidade e que, mobilizadas afinal pelas energias da Nação, na sua expressão coletiva, deixarão de estar na posse exclusiva de uma das unidades da sua família política, para avultar o patrimônio comum, vitalizador da economia, do prestígio e da civilização da comunidade brasileira. Para tanto, e aproximadamente, o futuro Distrito Federal se estenderia de leste a oeste entre o rio Doce e o Paraopeba, cortado pela cordilheira do Espinhaço, abrangendo os atuais municípios de Belo Horizonte, Caeté, Sabará, Itabirito, Itabira, Ferros, Ouro Preto, Nova Lima, Contagem, Santa Quitéria, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas, Santa Luzia e Santa Bárbara, Antônio Dias e Rio Piracicaba, com uma superfície, orçando por 25.454 quilômetros quadrados e com uma população de cerca de 600.000 almas. E já então, assumidas tais proporções, que excederiam o quadro urbano da cidade, por maior que ele fôsse, seria mistér dar-lhe uma denominação própria, que poderia ser uma destas três — Ibéria, Cabrália ou Lusitânia. As duas primeiras fôram sugeridas pelo desembargador Vieira Ferreira, aludindo, porém, ao Distrito do Planalto Goiano. A terceira é lembrada agora pela primeira vez e tem por objeto sugerir que o distrito metropolitano da República do Brasil — aquele *peito de ferro a conter um coração de ouro*, na feliz imagem de Gorceix — viesse a constituir na perpetuidade e grandiosidade do seu ritmo vital — *Ære perennius* — o mais belo monumento erigido pela Terra Brasileira à gloriosa Mãe Pátria e ao heróico Povo das "armas e barões assinalados", de que nos orgulhamos de ser a viríl progênie americana.



Idealizações são todas estas, tão belas, tão perfeitas, — disse-me há dias com melancólico cepticismo o eminente mineiro, professor Samuel Libânio — “que não passarão por certo de um sonho, um lindo sonho...” Mas porque um simples sonho? Prefiguração, sim, de uma esplendente, de uma formosa realidade — por que não? — que não há de tardar. O patriotismo dos homens que nos conduzem e as determinantes históricas do Brasil, dão-me disso a mais vibrante, a mais segura convicção.

#### VI — *Objeções — Sua refutação*

No muito que tenho lido e ouvido sobre a redivisão política do Brasil não me lembro de haver encontrado uma só opinião que impugnasse o reajustamento em si. O que se me tem deparado são referências vagas, em artigos de jornal ou em palestras, a certas dificuldades que se consideram como impedientes de qualquer iniciativa governamental naquele sentido.

Vamos, pois, tentar sistematizar tais objeções para reduzir à evidência a sua absoluta inanidade.

Creio que elas se resumem fundamentalmente nas seguintes:

I. Impugnação por parte das populações dos Estados atingidos.

II. Oposição — mais restrita, sim, porém de mais pêso pelas condições de cultura e riqueza e pelos meios de eficiente contra-propaganda de que elas dispõem — das capitais dos Estados de qualquer forma diminuídos e principalmente daquelas que perdessem sua atual categoria de metrópoles políticas estaduais; e, a par dessa oposição, o veto irrevogável da metrópole atual da República, nosso maior centro de cultura, cuja opinião facilmente preponderaria graças à multiplicidade e poder de irradiação das atividades dos seus jornais e centros de ação coletiva, visto como não se conformariam os cariocas com a perda da situação privilegiada que lhes dá à sua cidade a condição de Capital, a um só tempo biodinâmica e política, da República.

III. Impossibilidade financeira das medidas que o reajustamento exigiria.

IV. Inoportunidade do alvitre devido às agitações políticas do momento, ao colapso econômico e financeiro que nos imobiliza e, conseqüentemente, à concentração dos es-



forços governamentais em providências de maior imediatismo, concentração essa incompatível com as perturbações que trariam à máquina administrativa os complexos problemas do reajustamento e mudança de várias capitais.

V. Sacrifício definitivo da medida mais radical, e historicamente propugnada, da mudança da Capital para o Planalto Goiano, onde, sinão agora, mais tarde, por certo, ela responderia melhor ao seu papel de centro de coordenação da vida nacional.

---

Meditemos um pouco sobre esses pretensos obstáculos.

A oposição das populações já vimos que não poderia ser propriamente contra o reajustamento em si, que todos aceitam como de indiscutível necessidade, mas, sim, contra qualquer *modus faciendi* alvitável devido à impossibilidade de conciliar todas as condicionantes impostas pelos vários grupos de população interessados, os quais aceitariam bem a redi-visão, é verdade, mas desde que ela respeitasse determinados pontos de vista locais, sempre em antagonismo com os dos grupos vizinhos. Quer dizer: tal oposição se resumiria numas tantas veleidades coletivas, sem fundamento razoável, e que, portanto, um Governo forte, em estando em jogo os destinos da nacionalidade e o próprio interesse bem compreendido das populações, não se temeria de contrariar, tomadas naturalmente todas as cautelas de persuasão. Ainda assim, porém, os seus frívolos motivos — o misoneismo, o espírito regionalista, sentimentos de rivalidades ou incompatibilidades mal entendidas, a preocupação do não desaparecimento nominal de determinadas circunscrições ou da não incorporação a outras unidades convizinhas, além de facilmente removíveis por esclarecida e elevada propaganda, não seriam incontornáveis como parece à primeira vista, mas podem ser integralmente atendidos por uma sábia política, de diretivas hábeis, com as quais, sem prejudicar os propósitos da reforma, se respeitassem todas as susceptibilidades encontradiças.

É fácil verificar.

Não quereriam os filhos dos Estados divididos que estes desaparecessem do elenco das unidades brasileiras? Pois então que fôsse uma das bases da reforma a de que os Estados a desmembrar, salvo o caso especialíssimo de Minas, subsistiriam com a atual denominação e a sua mesma capital, reduzido apenas o seu âmbito territorial à extensão-padrão, — o que

não poderia desgostar a ninguém, visto como resultaria da simples aplicação de um princípio de justiça e de igualdade vantajosa para cada uma e para todas as unidades irmãs. E para o caso de Minas a denominação "Minas Gerais" subsistiria para o Estado que Segadas Viana denomina de Paranaíba, por ser totalmente mineiro o seu território. Essa pequena modificação aqui, do plano que acompanhamos, talvez se devesse acrescentar de outra, relativa à capital, cuja melhor situação fôra possivelmente em Patrocínio sobre a linha de penetração da Oeste de Minas.

Não admitiriam os filhos dos Estados a se incorporarem, que qualquer dêles fôsse absorvido pelo vizinho? Seriam estes também satisfeitos, ficando sem sombra de justificativa o seu veto, com o se determinar que os Estados em que aqueles se devessem fundir, desaparecendo, não se pudessem considerar nenhuma das suas unidades formadoras acrescida à custa das demais, vindo a ser, sim, novas entidades com denominação e sede *forçosamente* diferentes das de qualquer das associadas, e a capital, além disso, sita em ponto tal que se não pudesse alegar como um elemento de predomínio de uma das antigas circunscrições. E a mesma solução caberia logicamente quando novas unidades se formassem apenas de um Estado com parte do outro, sendo esta parte importante, salvo, porém, para o caso do Estado da Mantiqueira, cuja séde deixaria de ficar na zona limítrofe entre os atuais Estados do Rio e de Minas, para ser, com aplausos unânimes, a inegalável Guanabara. Assim, em mais um ponto se modificaria o plano Segadas Vianna, pois já então se deveria estabelecer: para o Estado do Mucuri, a cidade de Teófilo Otoni como sua capital, o respectivo distrito vindo a limitar-se com o Espírito Santo, cujas divisas avançariam um pouco para oeste sem qualquer inconveniente, dado o despovoamento da zona; para o Estado de Iguassú, a cidade de União da Vitória, entre as duas circunscrições formadoras, como lembrou Silvío Romero; e para os Estados de São Francisco e Berborema, cidades a se construirem, respectivamente, na zona da cachoeira de Paulo Affonso e na do alto Jaguaribe, vizinhanças de Icó.

Não quereriam ainda os filhos dos Estados a se fundirem, que, não obstante a nenhuma diminuição para qualquer dêles ao reunir-se em pé de igualdade numa unidade mais rica e mais poderosa, desaparecessem da geografia brasileira as respectivas unidades circunscricionais nem se desfizesse a solidariedade política em que vivem seus habitantes? Pois

a isso também se atenderia incluindo-se no Estatuto da nova divisão disposições que permitissem, quando as populações de um novo Estado o exigissem, a persistência da personalidade política das unidades territoriais fusionadas num regime descentralizado e a bem dizer sub-federativo, graças ao qual a nova unidade se dividisse em departamentos com centralização regional dos principais serviços estaduais — polícia, ensino, saúde pública, ao modo do que já foi lembrado para o próprio aperfeiçoamento do quadro político atual da República, como justa extensão do sistema federativo sob a influência de determinantes históricas e geográficas e como também já se praticou no Território do Acre, providência essa que, aliás, já se esboça em vários Estados com a criação de regiões ou distritos em que determinados serviços se coordenam em centros regionais por sua vez subordinados à capital estadual.

A aplicação de semelhante alvitre tais virtualidades poderia revelar que até conviria logo permiti-la às próprias unidades não resultantes de fusões. Com essa precaução se teria também a vantagem de não tornar necessário um movimento perturbador e oneroso de transferência de serviços e instituições, cuja colocação junto ao governo estadual não fôsse indispensável, e se contemplariam por igual interesses e sentimentos das capitais estaduais que deixassem de o ser, as quais como sedes departamentais manteriam quasi intacto seu atual prestígio político e administrativo, com satisfação geral das populações próprias e daquelas outras cuja vida centralizam e lideram, respeitadas assim hábitos e tradições na gravitação geral dos interesses.

Receariam ainda os pequenos Estados que se devessem aliar a outros maiores, que, mesmo em lhes sendo mantida em grande parte a autonomia como departamentos estaduais e em perfeito pé de igualdade com os seus associados maiores, resultasse de fato em o novo Estado a possibilidade do predomínio político do mais extenso, introduzido, assim, intraestadualmente, o vício de organização, que se quer corrigir na convivência interestadual? Remédio ainda haveria em se pre-determinando que nos Estados em que se adotasse a organização departamental fôsem mais ou menos equivalentes em área, as unidades do conjunto (entre estas sempre permanecendo as designações e capitais anteriores).

Adotada facultativamente a organização departamental, dela haveria de utilizar-se forçosamente o próprio Acre, cujos atuais cinco municípios são unidades geográficas muito dis-

tintas e de grande extensão, já constituindo verdadeiros departamentos; mas com o acréscimo de mais duas ou três circunscrições desse gênero, conforme mais conviesse à desejável equivalência e ao princípio de relativa autonomia para os territórios incorporados. Dos novos Estados, ainda se utilizariam possivelmente dessa faculdade os seguintes, que enumeraremos esboçando, a título de mera prefiguração aproximativa, a organização com que poderiam ficar, dentro de excelentes lineamentos geográficos, segundo o critério em apêço.

*Estado da Barborema*, — sede aproximadamente na zona do Icó, no alto Jaguaribe (seu distrito limitando-se com as três unidades fundidas), e com cinco departamentos — Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, com as sedes nas suas atuais capitais, e mais Acaraú e Jaguaribe, respectivamente o lado ocidental e o lado meridional do atual Ceará, com as capitais que se escolhessem;

*Estado de São Francisco*, — sede na cidade de Jatobá ou ponto próximo, nas vizinhanças da Cachoeira de Paulo Affonso (seu distrito limitando-se com os quatro territórios de procedências diferentes, fundidos em a nova unidade), e, com seis departamentos — Pernambuco, Alagoas e Sergipe, tendo suas sedes nas respectivas atuais capitais, Moxotó e Araripe (zonas média e ocidental de Pernambuco), e ainda Itapicuru (zona norte baiana), com as capitais que se fizessem;

*Estado do Mucuri*, — sede na cidade de Teófilo Otoni, seu distrito intercalado entre os três territórios de antigos Estados fundidos na circunscrição (todo o Espírito Santo, o sul baiano à direita do Jequitinhonha e o norte mineiro), e com seis departamentos — Espírito Santo, capital Vitória, Jequitinhonha (a parte baiana acrescida com uma parte ainda muito mal povoada dos atuais municípios de Teófilo Otoni e Jequitinhonha), cap. Caravelas, Rio Doce (norte da mata mineira), cap. Aimorés, Rio das Velhas, cap. Diamantina, Rio Verde, cap. Montes Claros, e Itacambira, cap. Salinas;

*Estado da Mantiqueira*, — sede na cidade do Rio de Janeiro, ou Guanabara (com o atual Distrito Federal), e com quatro departamentos — Rio de Janeiro, cap. Niterói, Piranga, cap. Ponte Nova, Paraíba, cap. Juiz de Fora, e Sapucaí, cap. Lavras, ou São João d'El-Rei, ou Três Corações.

*Estado de Iguaçu*, — cap. União da Vitória (sita entre os dois Estados formadores da nova circunscrição), e com três departamentos — Santa Catarina, cap. Florianópolis, Pa-



raná, cap. Curitiba, e Ivaí ou Paranapanema, cap. Guaruava.

E eis como, assim adotada tão salutar providência, informada por um alto pensamento de justiça e respeito à tradição, teríamos também encontrado uma justa satisfação aos melindres das populações baianas incorporadas aos Estados de São Francisco e Mucuri, tanto quanto das mineiras atribuídas aos Estados de Mucuri e Mantiqueira, e das amazonenses transferidas ao Acre. Graças a tal recurso, todas essas massas demográficas se desligariam dos seus atuais Estados em situação idêntica à de todas as demais populações que no decurso de nossa história separaram-se dos seus antigos corpos políticos, isto é, na posse da autonomia regional e com o direito de entrar para o novo quadro estadual a que passassem em perfeita igualdade de situação e de prestígio relativamente às demais entidades formadoras deste.

Temer-se-iam ainda os Estados populosos e ricos de que, em se baixando o limite de população para a concessão da ampla autonomia estadual, circunscrições ainda em fase rudimentar de organização e sem cultura política suficiente, viessem desaconselhavelmente a pesar nos concilios da Federação, no mesmo pé de igualdade que êles? Ou receariam por sua vez essas circunscrições menos populosas, mas já com recursos e cultura suficientes para uma certa autonomia, fôsem submetidas a um regime de rigorosa tutela, equiparadas às circunscrições de mínima população, de que o projeto fundamental a que nos reportamos faz justamente os "territórios"? A isso se atenderia muito fácil e indicadamente com o felicíssimo recurso lembrado por Sud Mennucci revivendo velha idéia de Rangel Pestana, da instituição de um tipo intermediário de circunscrição política — a Província. Segundo essa sugestão, que bem merece prevalecer, e dando-se valor apenas supletivo ao critério da renda, que Sud Mennucci conjuga com o da população, pois que é êle um tanto artificial para servir de base a uma classificação automática e se prestaria a aplicações calamitosas para a população de economia menos rica e de políticos ambiciosos, — teríamos a seguinte norma: *Estados* seriam as circunscrições com população superior a 2 1/2 milhões de almas; *províncias*, as que tivessem população entre 500.000 e 2.500.000 habs., e *territórios*, as de população inferior a 500.000 unidades. Quanto ao regime polí-



tico, segundo uma fórmula também um tanto diferente da do autor, aos Estados caberia o máximo de autonomia que a Carta Constitucional viesse a admitir como base da Federação e as Províncias e Territórios ficariam sob a tutela do Governo Federal, do qual seriam delegados os respectivos governadores, cabendo a estes também administrar os municípios por prepostos seus, mas com a diferença de que os Territórios só teriam uma Assembléia Orçamentária, sem Conselhos Municipais, e as Províncias elegeriam Assembléias Legislativas, dispondo ainda de Conselhos Municipais. E este sistema se completaria com disposições equitativas com relação à representação federal, da qual, a continuar o regime bi-cameral, participariam Territórios e Províncias conjuntamente com apenas o número de senadores atribuídos a cada Estado, mas com os deputados correspondentes aos seus efetivos demográficos.

Seria, finalmente, ainda alegado que a tutela da União sobre as Províncias e Territórios ocasionaria, possivelmente, ou a espoliação ou o abandono dessas regiões, conforme suas rendas avultassem ou minguassem, como sucessivamente se deu com o Acre, retardando, assim, em vez de favorecer o desenvolvimento das regiões provinciais ou territoriais? Pois que, para obviar a essa desfavorável hipótese, se fixassem desde logo, aos direitos de tutela, correlatos deveres de assistência financeira. Destarte, ficando inteiramente distinta, nos Territórios ou Províncias, como nos Estados, a economia federal, da economia regional, se estipularia ainda em forma terminante e insofismável, a obrigação para a União de contribuir anualmente, como receita normal daquelas circunscrições, com quotas correspondentes, por exemplo, a 100% das arrecadações territoriais e 50 % das rendas provinciais, e mesmo nunca inferiores a um limite mínimo razoável. Assim, a tutela da União teria uma iniludível significação de assistência e estímulo ao progresso local, como de justiça, exprimindo não só espírito de solidariedade na Federação, mas ainda a preocupação nacional da valorização do patrimônio territorial que é sobretudo um bem coletivo. E já então, tornada ali desejável em certas circunstâncias a tutela da União, poder-se-ia, sem imposições perigosas, atrair a essa tutela mais ou menos compreensiva aquelas circunscrições que, embora suas populações lhes assegurando a categoria de Estado ou

Província, de fato deversem estar na situação de Províncias ou territórios. Para tanto bastaria que aos Estados e Províncias se permitisse a passagem transitória à categoria de Províncias ou Territórios, desde que suas rendas fôsem inferiores, respectivamente, a 50.000 e 30.000 contos. Esta passagem seria votada pelos órgãos legislativos regionais, tornando-se obrigatória para a União a correlata responsabilidade, se aqueles quantitativos se reduzissem, também respectivamente, a 30.000 e 20.000 contos, e só podendo ser recusada fora dêsses limites — as deliberações competindo ao Congresso Federal — sob imperiosos motivos de ocasionais dificuldades financeiras.

Esclarecidas todas essas prováveis arguições, passemos a considerar a possível opposição das capitais.

E' fato notório a tenaz e violenta opposição que os habitantes de Ouro Preto ergueram, quasi de armas nas mãos, à perda dos foros de capital de Minas, em benefício de Belo Horizonte.

Mas como todas as medidas verdadeiramente bem inspiradas e ditadas por imperativos lógicos, a mudança da Capital impôs-se para bem de Minas e do Brasil, de tal sorte que os mais ferrenhos oppositores àquela providência, e entre êles o grande historiador Diogo de Vasconcellos, renderam-se à evidência dos fatos e confessaram o erro do seu ponto de vista. Ora êsse exemplo ha de frutificar. Das atuais capitais de Estado que houvessem de perder tais foros, nenhuma delas seria sacrificada em benefício de outra. Nenhuma delas também perderia inteiramente a situação de que já goza, porquanto elas, sôbre serem capitais políticas, já têm condições de vida própria e quasi nada perderiam do seu lustre, riqueza e prestígio, como capitais bio-dinâmicas que são, para servir-me da expressão usada pelo desembargador Vieira Ferreira, no seu belo artigo sôbre a mudança da Capital da República, publicado no *Jornal do Comércio* de 8 de Fevereiro do ano passado. Além de que os próprios benefícios decorrentes da posição de centro administrativo e político lhes poderiam ficar em grande parte assegurados, uma vez que se não fizesse, e assim convém, a remoção para a nova capital sinão dos serviços verdadeiramente centrais e que não se pudessem transformar em regionais. E essa atenuação ainda seria melhormente conseguida, não se sacrificando siquer a bem dizer os foros de capital, se adotado o critério da organização departamental. Conseqüentemente,

em troca de um mínimo que perdessem na categoria da investidura e na posse de elementos governamentais, não ganhariam êsses centros urbanos — que, aliás, por mais cultos, são mais acessíveis às vozes da razão — não ganhariam êles também com a importância econômica e política a sobrevir com o engrandecimento do corpo político do Estado e pelo surto de um grande centro urbanístico no interior da circunscrição, despertando-lhe as energias adormecidas e coordenando-lhe melhor o surto econômico com reflexos salutareos nas capitais anteriores, todas elas no litoral ou proximas dêle? Creio que só não o verão assim os que não quizerem vêr. E se considerarmos especialmente o caso de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, que permutariam suas atuais situações, de modo tal se operaria essa permuta que, em vez de opposição, só poderia resultar regosijo caloroso e generalizada adesão ao alvitre. Para Belo Horizonte nada é preciso alegar, pois que o engrandecimento do município, transformando-o no Distrito Federal, com uma área de 20 ou 25.000 quilômetros quadrados, o enriquecimento imediato, as possibilidades de progresso e prestígio adquiridas e os foros eminentes de Capital da República, asseguram suficientemente a sua adesão, tanto quanto a das populações vizinhas que se lhe agregassem.

E quanto ao Rio de Janeiro, são-nos penhor do seu aplauso as vantagens indiscutíveis da solução agora lembrada relativamente à fixada pela Constituição e já aceita em princípio como ocorrência inevitável em dia mais ou menos próximo. Porque já agora ela não se distanciaria da futura capital muito mais de mil quilômetros em viagem de dois dias; mas apenas 600 k. ou seja uma viagem rápida de 14 horas por estrada de ferro, que já se faz também por automóvel em ótima estrada e com magníficos pontos de parada, e que se realizará muito breve em cômodas quatro ou cinco horas de viagem aérea; porque o desenvolvimento do *hinterland* que a mudança da capital motivaria em proveito do seu pôrto, seria muito mais imediato e de potencialidade incomparavelmente maior se a Capital da República se situar, não em Goiaz, mas em Belo Horizonte, onde as colossais riquezas do Ruhr brasileiro, exploradas sob a sua influência, muito breve formariam um dos maiores centros industriais do mundo; porque ainda a mudança agora já não a reduziria a uma cabeça sem corpo, a cidade livre do Rio de Janeiro ou o Estado do Guanabara, aumentado no

máximo com o Estado do Rio, mas, ao invés, a transformaria na capital — política e biodinâmica — do mais rico, mais populoso, mais privilegiado em clima, belezas e riquezas naturais, e o mais favoravelmente colocado em face da futura capital e do colossal centro industrial que em torno desta haveria de surgir e em relação à qual ela ficaria como o cerebelo para o cérebro, identificada com ela, portanto, unificada quasi num binário admirável sob todos os pontos de vista, na direção do organismo nacional; porque nem sequer perderia de momento qualquer parcela de seu efetivo demográfico e dos seus elementos de prestígio e riqueza, antes se engrandeceria em todos os sentidos, pois que ao seu patrimônio a União entregaria, a trôco do que Minas atual lhe cedesse em Belo Horizonte, o mais belo conjunto de próprios e serviços nacionais, ficando-lhe mantidas a posse e a conservação no seu território, da quasi totalidade dos serviços e instalações federais, isto é, de todos os que não houvesse estrita necessidade de transferir para junto do Governo Federal, uma vez que uma boa proximidade já estaria assegurada.

Seria possível admitir, assim, que a opinião carioca, tão esclarecida e tão inspirada em sentimentos de brasilidade, fôsse contrariar de qualquer forma, por estreito e inexplicável misonheismo, uma grande, necessária, urgentíssima e já tradicionalmente prevista medida de interesse nacional, quando com essa medida a cidade do Rio de Janeiro teria tudo a ganhar e nada a perder? Não admitamos isto por um momento sequer, fazendo a devida justiça ao civismo e à inteligência da nossa culta e gloriosa Sebastianópolis, que será agora e sempre a cidade muito querida de todos os brasileiros, um centro de propulsão do progresso do Brasil tanto no terreno econômico como no espiritual e político, não um freio egoísta — egoísta ou inconciente? — ao desenvolvimento normal da organização nacional.

Passemos às considerações que se prendem às deficiências financeiras.

Colocada a questão nos termos em que a temos posto, as dificuldades financeiras desaparecem. De onde viriam de feito, com a organização em estudo, as despesas que se pudessem considerar fora dos objetivos administrativos dos atuais orçamentos? Da escolha, mediante prévios estudos, da localização das novas capitais; da construção dessas cidades, ou melhor dos seus serviços urbanos e prédios para a administração; das ligações ferro e rodoviárias às an-



tigas capitais para melhor articulação da vida nacional; das transferências de governos e serviços públicos.

Dêsses dispêndios, excepcionalmente vultosos e talvez impossíveis no momento seriam os que se referissem à mudança da Capital da República, se devesse ela realizar-se para o planalto de Goiaz. Estes, porém, com a preferência de Belo Horizonte à antiga localização, iam praticamente anulados. As comunicações indispensáveis já existem. A cidade e os edifícios públicos necessários estão prontos, e nas melhores condições que se poderiam desejar. A transferência se limitaria a uma permuta de sedes entre o Governo Federal e *algumas repartições*, de um lado, e o governo mineiro e *todas as suas repartições*, de outro lado, e isto com transporte fácil e gratuito pela Central do Brasil. Além de se poder limitar muito, em benefício justo ao Rio de Janeiro, e talvez mesmo por conveniências técnicas e políticas, o transporte dos serviços federais para Belo Horizonte, ocorre ainda a possibilidade de se permutarem, entre a União e o Estado de Minas, inúmeras instituições e serviços, mesmo daqueles que deveriam acompanhar os respectivos governos, e com suas sedes, pessoal e material, o que diminuiria imensamente o corpo de funcionários e o vulto do material a deslocar. Finalmente, ainda se admitiria, sem qualquer prejuízo, e com vantagens práticas, permutas entre funcionários federais e estaduais dos serviços que devessem trocar de sede, reduzindo-se dêste modo, apreciavelmente, o deslocamento do pessoal administrativo e, conseqüentemente, as despesas com ajudas de custo para mudança de residência.

Os empreendimentos de construção ou melhoramento das novas capitais poderiam ser contratados, a menos que se preferisse executá-los com recursos de empréstimos internos de ótima garantia, com poderosas emprêsas que disso se incumbissem, sem *onus* para os cofres públicos, em troca da concessão dos serviços urbanos e de alguns outros privilégios relativos às próprias cidades a construir, ficando incluída evidentemente entre os *onus* dos contratos a entrega a breve prazo, em completas condições de instalação, inclusive mobiliário, dos palácios e outras edificações necessárias à transferência dos serviços públicos para essas cidades e sua subsequente inauguração como capitais.

Restariam como despesas de certo vulto as seguintes:

Para o Governo Federal: a) as despesas de instalação de alguns governos territoriais e provinciais; b) as despesas



com a transferência do Governo Federal (estas bastante reductíveis) para Belo Horizonte; c) as despesas, — que deveriam ficar a cargo da Nação, porque muito facilitariam aos Estados a construção das suas novas capitais e apresentariam com vantagem a execução do plano, com proveito inestimável para o progresso nacional, — com a rápida abertura das comunicações, primeiro rodoviárias, e a seguir ferroviárias, entre as capitais dos departamentos de cada Estado e entre estas e a respectiva capital estadual;

Para os governos de alguns Estados: a) as despesas com a instalação dos respectivos governos de departamentos que não correspondessem a antigos Estados; b) as despesas com a transferência das administrações estaduais para as suas novas sedes.

Ora, tais despesas, além de não serem exigidas simultaneamente, por isso que facilmente distribuíveis por um período de três a cinco anos, poderiam enfrentar-se, conforme os técnicos financeiros achassem preferível:

a) ou por uma simples emissão de papel moeda, com a qual a União realizaria suas próprias despesas e faria aos Estados os empréstimos indispensáveis;

b) ou por uma operação de crédito preferentemente interno, que poderia ser òtimamente garantida pela retenção, como propriedade da União, de uma certa parte — digamos um milhão de metros quadrados — em cada uma das áreas desapropriadas para constituir os distritos urbanos das capitais a construir.

Admitiremos todos os brasileiros, creio-o bem, que jamais tenhamos recorrido ao crédito de maneira tão justificável, nem com garantias mais sólidas e proveito maior para a Nação, do que o faríamos agora. Uns quinhentos mil contos talvez bastassem com alguma sobra, para as providências essenciais à instituição da nova ordem de coisas, e tal importância estaria longe de esgotar, nesta emergência, o crédito do país.

Pelo que toca, ainda, à inoportunidade dêsse esforço de reorganização devido à difícil, grave e verdadeiramente excepcional situação que o País atravessa, é uma alegação que só a apreciação superficial dos fatos poderia inspirar. Senão vejamos.

Qual é a situação do Brasil neste momento da sua história? Como poderíamos caracterizá-la? Assim:

O Brasil defronta-se agora com a necessidade indeclinável, sob pena de ser banido da história pela desagregação, de um esforço de reajustamento da sua estrutura econômica, social e política, como jamais o tentou e como nunca supôs que fôsse preciso fazer.

O Brasil vê-se quasi em estado de colapso econômico, não por falta de riquezas ou de crédito, de ação dirigente, de braços ou de capital, mas unicamente pela desarticulação e falta de racionalização desses elementos, sem a visão clara nem das suas possibilidades, nem das necessidades dos mercados mundiais que lhe possam condicionar vantajosamente a diferenciação e a intensificação da sua capacidade produtora.

O Brasil parece ainda a braços com uma situação política sem saída, devido ao choque das ideologias políticas, não porque lhe faltem dirigentes patriotas, esclarecidos, enérgicos, honestos e bem intencionados, mas porque o escol formado por estes homens se distribue por duas correntes antagônicas que procuram dominar uma a outra, sacrificando-se e sacrificando a Nação, quando de fato não temos — nem a índole brasileira o comporta — reacionários radicais ou revolucionários extremistas, intrinsecamente incompatíveis, mas apenas — e muito ao contrário — duas correntes que poderiam conjugar os seus esforços, sem quebra de suas ideologias específicas, em torno dos problemas fundamentais que nos conturbam e que não podem ser encarados diversamente. Errariamos nesta suposição? Creio que não. Os homens que chamamos de reacionários não são mais do que tradicionalistas liberais, que aceitam francamente todas as reformas modernas bem fundamentadas desde que introduzidas sem choque com o passado nacional, cujas virtualidades são de fato imensas na inspiração do nosso presente e na orientação do nosso futuro. E daqueles que se dizem revolucionários sinceros e irreduzíveis nenhum deles quer esquecer a tradição e a índole nacionais para atirar-nos na fogueira das experiências funestas, senão que desejam apenas ver a Nação renovar-se, expurgada a sua estruturação dos vícios e deformações que o passado lhe deixou em vista de contingências inelutáveis, mas também utilizadas as virtualidades sãs deste passado sob a inspiração dos novos ideais humanos de solidariedade, confraternização e cooperação, que se estão afirmando no mun-

do, com rumos ainda divergentes, é verdade, mas com intensidade imprevista e num entrechoque por agora ainda violento, mas que — fio-me para essa suposição no poder miraculoso do cristianismo — há de achar sua resultante, a sua zona de equilíbrio, para felicidade geral da humanidade. O que quer dizer que a diferenciação dos dois grupos consiste afinal neste pouco: de um lado mais prudência, do outro mais arrôjo. Ora se é assim, se ninguém quer fazer tábua rasa do passado, se ninguém quer abstrair das novas linhas de força que se esboçam no seio da comunhão humana, se todos querem o progresso do Brasil para bem de todos os brasileiros e benefício da sociedade internacional; se uns tantos aspectos brasileiros pedem evidentes remédios sobre cuja aplicação não há discrepâncias; se para início da obra de reconstrução prevista e desejada se torna preciso começar pelos alicerces para que se não construa na areia ou na vasa o futuro do País, — claro é que não há mais lugar para divergências entre os brasileiros de boa vontade, clarividentes, e que só querem o bem da República.

E tão providencialmente estão dispostas as coisas, que nada há que sacrificar para que o Brasil logre agora o quadro político por que aspira há cerca de um século. Nem melindres, nem ideais, nem prestígios, nem vultosos cabedais, — coisa alguma. Todos lucram e o Brasil ainda mais. E os próprios fatos que definem a hora presente, alegados como impecilhos, são ao invés, fatores favoráveis. Hora de vibração patriótica, de coragens heróicas, de idealismo ardoroso, de agilidade mental, será esta e não outra a hora mais propícia ao esforço que se faz mister. O que é tumulto, entre-choque, agitação pouco fecunda e perigosa, se transformará, ao calor do grande ideal a realizar, em trabalho ordenado e construtor. As iniciativas tolhidas, na incerteza do dia de amanhã e no temor de horas pressagas, se movimentarão em admirável *fervet opus*. Os capitais ora imobilizados sairão do seu torpor, acorrendo em auxílio daquelas, e o braço desocupado se aplicará satisfeito, abastecendo os lares e gerando o bem-estar. A alegria, a confiança e o entusiasmo se erguerão por toda a parte, trazendo a pacificação dos espíritos e a reconciliação fraternal. E a ronda sinistra dos fantasmas que intranquiliza o nosso patriotismo insone, se desfará inane na luminosidade de um arrebol de redenção, na aurora límpida daquela jornada histórica em que o País, integrado nos seus destinos, com a autoridade dos fortes e a serenidade dos bons, será de fato o cam-

peão “sem temor e sem mácula” dos mais nobres ideais humanos, invencível na sua unidade de território, de raça, de língua, de civilização, revestido dos sentimentos de justiça, cooperação e fraternidade; jornada ao termo da qual estará o Brasil na altura daquela sublimada missão histórica que lhe profetizou Victor Hugo...

---

Pelo que se refere por último ao pretenso abandono, de modo absoluto, do plano tradicional de localização definitiva da Capital brasileira no centro do Planalto, de onde se distribuem as águas em todos os rumos para as três maiores bacias do continente — bela prefiguração simbólica dos destinos da grande *urbs*, — é essa uma objeção que não tem sequer objetivo. A mudança para Belo Horizonte, de feito, só se fará agora porque, urgindo interiorizar, centrar a capital da República em relação ao mapa político do País, a situação daquela cidade corresponde melhor no momento aos fins em vista e apresenta condições que viabilizam imediatamente a transferência. Mas tal localização só se destina a prevalecer, como já foi dito, como medida de emergência e simultaneamente preparatória da localização definitiva, até quando esta for reclamada pelo deslocamento daquele centro de gravidade a que já aludimos. E nem se diga que, colocada assim a questão, e embora desfeita a objeção, surgirá o inconveniente resultante de se haverem dado ao novo Distrito Federal dimensões tais que impossibilitariam a sua incorporação futura a um dos Estados limítrofes. Porque ou êle se atribuiria com perfeita justiça ao “Estado de Minas Gerais” (parte ocidental de Minas atual), que voltaria a ter a sua capital em Belo Horizonte, dando-lhe um relêvo e enriquecimento que o compensariam do seu isolamento do mar, ou ainda, e muito razoavelmente, para não sacrificar a *nacionalização* do grande patrimônio econômico que a região encerra, seria conservado como “Distrito Federal”, além do da Capital, em situação privilegiada muito justa, e formando com aquele um admirável binário de forças sociais em poder da União e em benefício coletivo para a nacionalidade.



## VII — *Diretivas para a execução do plano*

Já considerámos suficientemente os aspectos — geográfico, social e político do problema que nos ocupa. Mas uma indagação ainda nos ocorre: sob os pontos de vista legislativo e administrativo, será viável a redivisão projetada, de modo que tudo se faça ponderada e racionalizadamente, ao mesmo tempo que com a rapidez e o espírito de decisão que o projeto requer para não correr o risco de entravamentos imprevistos e supremamente desastrosos?

O de que se trata aqui não é evidentemente de descer a detalhes, que esta palestra não comporta, senão que tão somente sugerir em linhas gerais, um dos passíveis roteiros, uma das “diretrizes de marcha”, para me servir de uma expressão de Mussolini, que se poderia adaptar com integral satisfação áquelas condições. Façamo-lo, pois, tão concisamente quanto possível.

Viria em primeiro lugar, evidentemente, a fixação definitiva do plano. Os estudos já feitos e os elementos estatísticos e cartográficos, que já existem, permitem perfeitamente que uma repartição técnica esboce o sistema da nova divisão, fixando-lhe os limites e indicando, precisa ou aproximadamente, os pontos das novas capitais e a delimitação do futuro Distrito Federal, este como vimos talvez um pouco maior do que o previsto, digamos com 25.000km<sup>2</sup>, afim de abranger a principal zona ferrífera, assegurando unidade econômica e geográfica à circunscrição e federalizando o maior patrimônio nacional. Instruções seriam dadas nesse sentido ao Serviço Geográfico do Exército, para que, no prazo de um mês, e com o concurso de todos os serviços públicos que houvesse necessidade de ouvir, apresentasse o projeto definitivo. Nas instruções que fixassem essas determinações governamentais se estipulariam todas as bases, geográficas e políticas julgadas necessárias, a saber, limites de área, condições dos novos limites, critério para o esboço da facultativa subdivisão dos Estados em Departamentos, condições de classificação das unidades em Territórios, Províncias e Estados, critério para a localização das novas Capitais.

Ao mesmo tempo haveria de cogitar-se da instituição de um órgão central executivo, sob a direção de um delegado direto do Chefe do Governo e munido de poderes amplos



para requisitar quaisquer elementos informativos ou outros, de todos os Ministérios e dos governos estaduais, do Território do Acre, do Distrito Federal e dos municípios, o qual, podendo também designar delegados seus junto às administrações regionais, colheria, enquanto o Serviço Geográfico preparasse o plano da divisão, todos os elementos necessários ao delineamento do conjunto de medidas e movimentos para a nova distribuição e localização dos serviços públicos, fixadas as medidas transitórias indispensáveis, como, por exemplo, as que regulassem a situação do governo central de cada Estado formado pela agregação de dois ou mais, até o preparo da sua nova sede.

Ao termo do primeiro mês, pronta a tarefa do Serviço Geográfico, sobreviria o ato solene do Governo Ditatorial — que a medida, já o provamos, seria essencialmente pre-constitucional, talvez com a denominação de “estatuto” ou “lei orgânica” — fixando o novo quadro político do Brasil e determinando o escalonamento das medidas fundamentais para o seu rápido prevalecimento.

Fixado esse quadro, a Comissão Executiva, já de posse de todos os elementos informativos, e já tendo prontos os cadastros e esquemas indispensáveis, fixaria com toda a minúcia e objetivamente o plano das providências executivas, com rigorosas previsões de custo e de prazos. E para este trabalho de projeção, se dirigido com a decisão requerida, não mais de três meses bastaria.

Seguir-se-ia, depois de rápida consulta à opinião e aos governos interessados sobre as linhas essenciais desse plano, a decretação das suas “Instruções Executivas”. Segundo estas, a Comissão Executiva, num trabalho intensivo, racionalizado, sem hesitações, poria em prática o plano traçado, distribuindo os recursos financeiros necessários, fazendo cumprir pelos Governos Regionais as diretivas assentadas e superintendendo diretamente os deslocamentos determinados, bem como a transferência e novas instalações do Governo da República e do de Minas Gerais.

Suficientemente minucioso o plano executivo, uma ação bem coordenada e sem entraves de nenhuma ordem, dentro de um sistema de movimentos rigorosamente sincronizados, **realizaria** essa tarefa em dois meses, ao cabo dos quais o Governo Federal e os elementos indispensáveis da sua administração estariam em Belo Horizonte, — onde já se deve-

ria reunir a Constituinte, — todo o Governo Mineiro e sua administração central estariam no Rio de Janeiro, aliás Guanabara, e todos os novos governos estaduais, provinciais, territoriais e departamentais estariam instituídos com a sua organização administrativa essencial eficientemente montada com elementos que se retirassem, descongestionando-os proveitosamente, dos atuais quadros federais e estaduais, sendo que o Governo das três primeiras categorias ainda dirigidos por interventorias federais e os últimos por delegados dos respectivos Interventores.

Fora disto, tudo mais seriam ajustamentos e aperfeiçoamentos futuros, ao sabor da experiência, das necessidades e das novas normas constitucionais, respeitada a intangibilidade do esquema político fundamental e das suas condições essenciais de estruturação.

### VIII — Conclusão

Não perorarei. Uma peroração para encerrar esta palestra seria um vanilóquio, pois a esta altura a vossa atenção se acha excessivamente fatigada e nada de substancial me resta dizer.

Tenho a certeza de que toda a vossa capacidade de imaginação, de anseio, de decisão, de iniciativa, está neste momento ao serviço da grande causa brasileira de que me atrevi a ser aqui o porta-voz. A prefiguração do quadro está nítida em vosso espírito. Tendes a antevisão perfeita das desgraças ou da grandeza futura da Pátria, conforme o seu governo, nesta encruzilhada histórica, tome por um ou por outro dos dois únicos rumos que se lhe oferecem. Nada mais preciso acrescentar para que imagineis os estos de renovação, a febre de iniciativas construtoras, o despertar de energias, a exaltação patriótica, a coordenação de ideais, que veríamos empolgar o Brasil subsequente a este revulsivo supremo para o colapso econômico, para a apatia das massas, para os dissídios das elites e para a hesitação dos governos com que nos enfraquecemos e retardamos no caminho dos nossos destinos históricos.

E agora, ao apresentar-vos os meus cordiais agradecimentos pela vossa honrosa e benevolente atenção, só deixo formular esta afirmativa, que encerra — estou certo — o clangoroso apêlo de 40 milhões de brasileiros, todas

as vozes do nosso passado e todos os clamores do nosso futuro: para termos o Brasil dos nossos sonhos, o Brasil maior de que nos fala Oliveira Viana, só uma coisa é necessária — atender aos anseios de verdade e justiça, de ordem, trabalho e reorganização, do Brasil menor a que dedicamos as nossas vigílias.

Tenho dito.





SESSÕES ESPECIAES EM 1932







SESSÃO ESPECIAL (1572) COMMEMORATIVA DO QUARTO  
CENTENARIO DA FUNDAÇÃO DE SÃO VICENTE, EM  
22 DE JANEIRA DE 1932

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

*(Presidente perpetuo)*

A's dezesete horas abriu-se a sessão com a presença dos socios srs. Conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Max Fleiuss, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra, Luiz Felipe Vieira Souto, Alfredo Ferreira Lage, Antonio Leoncio Pereira Ferraz, Liberato Bittencourt, Rodrigo Octavio Filho, Augusto de Lima, Nelson de Senna, Luiz Antonio Vieira da Silva, Mario de Souza Ferreira, Manuel Tavares Cavalcanti, José Wanderley de Araujo Pinho, Nicoláo José Debanné, Agenor de Roure, Alexandre Emilio Sommier, Antonio Borges Leal Castello Branco, José Mattoso Maia Forte, Eduardo Marques Peixoto, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt e Hubert Knipping.

O sr. AGENOR DE ROURE (2º *secretario*) leu a acta da sessão anterior, que foi approvada sem discussão, bem como das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as relativas á data da sessão.

O sr. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpetuo*) disse o seguinte:

"O INSTITUTO HISTORICO, constante e diligente zelador das tradições nacionais, obedece a um dos ditames do seu programma, associando-se ás solenidades que se estão realizando em São Paulo, para comemorar o Quarto Centenario da Fundação de São Vicente. Resolvera-se que o Secretário Perpétuo, sr. MAX FLEIUSS, iria pessoalmente representar o

INSTITUTO naqueles atos; mas, impedimento de última hora, malogrou-lhe a zelosa e competente boa vontade.

Foi dignamente substituído pelo socio benemerito, sr. AFFONSO d'E. TAUNAY, e a sessão especial preencherá os intuitos da embaixada de solidariedade, pois nela se ouvirá o trabalho destinado ao auditorio paulistano.

A significação cívica é a mesma; lá e cá vibra integralmente o coração do Brasil.

A fundação de São Vicente é fato culminante na História Patria, porque foi o primeiro empreendimento de veras colonizador da terra descoberta havia 32 anos.

Alicerçou-se ali a soberba construção de que hoje se orgulha o Novo Mundo: o Estado, equivalente a prestigiosa nação, de São Paulo.

MARTIM AFFONSO DE SOUSA levantou ali predios para familias, Casa da Camara, igreja; introduziu animais domesticos, plantas, flôres e frutos europeus. Conforme o dizer do seu tambem illustre irmão, PERO LOPES DE SOUSA, "*moço honrado, de grandes brios e valor*", fez ali o que almejamos se faça sempre sem interrupção no BRASIL inteiro: "poz tudo na boa ordem de justiça, do que a gente toda tomou muita consolação, vivendo em comunicação das artes e tendo todos outros bens da vida segura e conversavel".

De successo tão auspicioso e fecundo em gloriosos seguimentos, ocupar-se-á a palavra clara, erudita, conciençiosa do sr. MAX FLEIUSS, a qual deve ser acolhida com aplausos, precusores dos que, no seu decurso e remate, lhe serão, de certo, calorosamente tributados." (*Palmas.*)

Da tribuna, o sr. MAX FLEIUSS realizou a seguinte conferencia:

"Ha quatro seculos a esquadilha de Martim Affonso de Sousa, por uma noite de temporal, fundeava na baía de Guarapissumã. Ao alvorecer de 21 de Janeiro de 1532, como o vento de oéssudoéste sibilasse de rijo nas enxarcias e as ondas se amotinavam, refugiaram-se os lenhos, arfando em luta contra os elementos, numa abra da ilha do Sol, a *Gaiabé* dos selvicolas (Santo Amaro).

A 22 de Janeiro, Pero Lopes, irmão do capitão-mór, e por ele incumbido de fazer o roteiro e a descrição da viagem, desceu num batel a examinar o local do desembarque, e achou "hum rio estreito, em que as naos se podiam correger, por ser mui abrigado de todoslos ventos; e á tarde meteram as náos dentro com o vento sul".

Entrando em relações com o gentio, que encontrou pacificamente pescando, fez o capitão-mór desembarcar sua gente na praia, ao sul da ilha, á dextra da entrada do esteiro.

E fundou-se SÃO VICENTE, cujo nome foi dado em honra a um dos mais ilustres santos martires de Valencia (Espanha).

Estabelecer o dominio político português e a colonização ocidental da TERRA DE SANTA CRUZ — eis a missão formidável de Martim Affonso de Sousa, atento á vastidão do territorio, distante cerca de duas mil leguas da metropole, infestado de selvagens e cubicado por nações estrangeiras.

### O DIARIO DE PERO LOPES

Visava-se, não só a instituir um sistema de colonização européa em terras do Novo-Mundo, mas, como assinala um dos nossos historiografos, Rocha Pombo, crear desde os alicerces uma sociedade nova; ou, na frase expressiva de Eugenio de Castro — “crear o Brasil” (*Diario da navegação de Pero Lopes*, 1530-1532. Rio, 1927, vol. I, Introdução, pág. 33.)

(Este *Diario* foi publicado a 1ª vez por Varnhagen, em 1839. Typ. da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis — Lisboa; a 2ª, na Typ. Freitas Guimarães, em 1847, Rio de Janeiro; a 3ª na REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO, tomo 24; (1861). Typ. de D. Luiz dos Santos, Rio de Janeiro; a 4ª em 1867, por Varnhagen, na Typ. de D. Luiz dos Santos, Rio de Janeiro; a 5ª, pelo sr. Eugenio de Castro, com prefacio de Capistrano de Abreu — série Eduardo Prado, editor Paulo Prado. Typ. Leuzinger, 1927, Rio de Janeiro.)

O dr. José Carlos Rodrigues em seu monumental *Catalogo anotado dos livros sobre o Brasil* (Typ. do *Jornal do Comércio*, 1907. Rio de Janeiro), diz sobre o *Diario de Pero Lopes de Sousa*, á pág. 379: “Para editar este *Diario*, Varnhagen comparou tres cópias antigas, retificando assim o texto. Da página 61 até o fim do opusculo, acrescentou-lhe 89 notas, desejoso de ilustrar a história geografica e civil e juntar novos troféus ás glorias dos descobrimentos portugueses e oferecer considerações sobre a colonização de extensa parte do novo mundo. Martim Affonso era grande amigo, diz Navarrete (*Bib. Mar. I*, 515) do capitão Gonzalo Fernandez de Cordoba, de quem houve por mimo uma espada que nunca deixava; morou em Salamanca onde casou com uma espanhola”.

Para isso, reclamava-se estadista de tino e ampla visão, como fôra a de Martim Affonso, contornando em exame de conjunto esse nosso bellissimo litoral, lançando o olhar penetrante do planalto de Piratininga sôbre o horizonte maravilhoso dessa nova Terra da Promissão, de que nos fala Vespuccio.

Para tal empresa, era indispensavel um homem que, ao valor militar, aliasse senso politico e administrativo pouco vulgar.

Infelizmente, não sobravam estadistas de alto coturno nos conselhos de d. Manoel. (Conego Fernandes Pinheiro, *O que se deve pensar do sistema de colonização seguido pelos Portuguezes no Brasil*, 1871). A côrte e sociedade portuguezas da época eram em mór parte compostas, além dos da nobresa, de monges e militares, de maritimos arrojados, armadores de navios, mercadores, contratadores e aventureiros do mar.

2

## NAS TERRAS DESCOBERTAS

Flibusteiros de Castela e de França varejavam livremente a costa do Brasil, exercendo o contrabando dos seus produtos naturais em determinados pontos da costa, em que se avis-tavam regularmente com o gentio, em suas contínuas correrias pelo litoral do Atlantico.

Para a resolução real do envio ao Brasil daquela armada expedicionaria de 1530, muito contribuíram, não só as informações levadas ao reino por Pero Capico, capitão-mór de nossa costa e, mais tarde, escrivão de Martim Affonso de Sousa, na Capitania de São Vicente; mas ainda a carta de 30 de Abril de 1528, escrita por Diogo Leite a d. João III, e existente no arquivo português da Torre do Tombo (*Revista do Instituto Historico*, tom. VI, pag. 222); bem assim as informações dadas pessoalmente ao rei por Christovam Jacques, de regresso a Portugal.

Refere Varnhagen que os trabalhos preparatorios da expedição de 1530 já iam bastante adeantados, quando el-rei recebeu a carta de 2 de Agosto dêsse ano, que, de Sevilha, lhe enviava o dr. Simão Affonso, justificando a oppor-tunidade de fundar-se no Brasil uma colonia, deante do malôgro das expedições espanholas á America Meridional, do fim tragico de Solís e do recente insucesso de Sebastião Caboto, em cuja expedição Castela depositava as melhores esperanças.



Na sua *Breuissima, e sumaria relaçam Que fez de sua Vida e obras, á Serenissima seõora Raynha dona Catharina, mulher de El-Rey dom João o terceiro*, o proprio Martim Affonso, em autografo, publicado em 1877 no *Archivo Bibliographico*, Coimbra, Impr. da Universidade — assim claramente se refere ao tempo em que foi tomado o projeto da sua expedição:

“E fiquei seruindo assy na Côte até a Era de Vinte E Nove, que por El-Rey ter noua, que no Brasil hauia muytos franceses, me mandou laa em huã armada, onde lhe tomei quatro naos, que todas se defenderão muy valentemente, E me ferirão muita gente, E assy nisto como no descubrimento de alguns Ryos, que me El-Rey mandava descobrir, tardei perto de tres annos, passando muytos trabalhos, E muytas fomes, E muytas tormentas, até por derra-deiro me dar huã tam grande, que se perdeo a nao em que Eu hya, E escapei em huã taboa, E mandoume El-Rey Vir de laa a cabo de tres annos.”

Entende o professor Jordão de Freitas, *A expedição de Martim Affonso de Sousa (1530-1533)*, cap. III, livro 3º da *Historia da Colonisação Portuguesa do Brasil*, pag. 99, not. 12, — que esta *Brevissima, e sumaria relaçam*, autografo precioso de Martim Affonso, não se deve confundir com o *Epitome* de sua vida, de que nos fala Diogo Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, tom. III, pag. 436; e que, tendo o mesmo cimelio figurado na coleção bibliografica dos condes de Vimieiro, onde a viu o conde da Ericeira, porventura foi consumido pelo incendio consequente ao terremoto de Lisboa de 1º de Novembro de 1755.

Portugal fôra assim levado na salvaguarda da sua conquista de ultramar a despachar primeiro simples carregadores por contrato do páu-brasil, como lhes fazem referência Ruysch, no distico latino do seu celebre mapa de 1508: *Avehuntur hinc a Lusitanis ligna Brasí alias verzini et cassiæ*; e o grande épico de *Os Lusíadas*, no canto X, estrofe 140; “co páo vermelho nota”, aludindo, de passagem, a esse fato.

#### RESOLUÇÃO DE COLONIZAR

Resolveu então a côrte manuelina enviar ao Brasil flotilhas e armadas de guarda-costa, e fundar no litoral as primeiras feitorias militares, ou capitánias maritimas, como

a de Pero Capico, citado no Alvará régio de nomeação de Christovam Jacques, datado de Almerim, 5 de Julho de 1526.

Reconhecido, não obstante, que tais feitorias de costa, além de muito dispendiosas em seu custeio, não ofereciam uma base segura de operações para aquelas armadas, como se faria mistér, tomou d. João III, o *Colonizador*, a deliberação de fundar no litoral do Brasil, forte núcleo colonial, bem abrigado em vizinho porto, para refresco de mantimento, aguada e gente de tripulação e equipagem ás esquadras lusas, de cruzeiro aos corsarios francezes que infestavam o nosso Reconcavo.

“As armadas de guarda-costas eram simples paliativos; só povoando a terra, cortar-se-ia o mal pela raiz. Christovam Jacques ofereceu-se a trazer mil povoadores; oferecimento semelhante, fez João de Mello da Camara, irmão do capitão-mór da ilha de São Miguel. Indignava-se este vendo que até então a gente que vinha ao Brasil limitava-se a comer os alimentos e a tomar as indias por mancebas, e propoz trazer numerosas familias, bois, cavallos, sementes, etc.

“Preferiu-se a estas propostas práticas e razoaveis aparelhar nova e mais poderosa armada ás ordens de Martim Affonso de Sousa, meio termo, entre armada de guarda-costa e expedição povoadora.” (Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, 1907, pag. 30.).

Com os proprios recursos locais auferidos em seu desenvolvimento, bem poderia essa primitiva fundação colonial abastecer de pronto e sem sobrecarga ao erario do Reino, todo o serviço de patrulhamento do litoral contra as investidas audaciosas do corso e a ambição dos países hostis a Portugal.

Na carta que de Lisboa escreveu ao embaixador em França, João da Silveira, em data de 16 de Janeiro de 1530, assim expunha d. João III:

“Os castelhanos foram para a parte do poente onde ninguem podia cuidar que havia terras e tanto que as descobriram e houve alguma differença, se assentou entre Castella e Portugal que de lá para aquém os castelhanos não pudessem ir,

o que eu não tôlho senão á parte que pelos Santos Padres me foi concedida que eu tenho descoberto, e vou em processo de descobrir. (Documento existente no Arquivo Nacional de Torre do Tombo, em Portugal.)

## A EXPEDIÇÃO

Havia o trono de Aviz assentado definitivamente a idéa de colonizar a ourela do rio devassado por Solis, em 1513. Seduziram-no a tal empresa, além da amenidade do clima, as cubiçadas jazidas de argento que os de Castella, com Caboto, já agora, desamparavam.

“Aprontou-se com mais rapidez, segundo expõe o visconde de Porto Seguro, em sua *História Geral do Brasil*, 3ª edição integral, annotada magistralmente e posta em dia pela erudição de Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia (este, herdeiro legitimo do saber historico de Capistrano), obra, cujo 3º tomo acaba de vir a lume, e representa um padrão definitivo da verdadeira sciencia da Historia Nacional (tomo I, 4ª ed., págs. 135 e 136,) — a frota composta de duas náus, um galeão e duas caravelas. Além das competentes guarnições e tripulações, embarcaram-se nella familias inteiras.

— “Vão para o Rio da Prata.”

E bastava esta voz para não faltar quem quizesse alistar-se.

“Ao todo, contam-se nas cinco vélas 400 pessoas. Muitas destas diziam adeus á patria, no momento em que porventura sonhavam que dentro de pouco volveriam a ela com grossos cabedais, com rios de prata.”

Cotejando o *Diario* de Pero Lopes (Codice relativo á viagem de Martim Affonso, Biblioteca da Ajuda, descoberto ali e publicado por Varnhagen em 1839), vê-se que essa esquadilha compunha-se da náu *Capitanea*, de cêrca de 150 toneladas, sob o comando do referido Pero Lopes, e trazendo a bordo o capitão-mór seu irmão; da náu, de 125 toneladas, *São Miguel*, do comando de Heitor de Sousa; do galeão, da mesma tonelagem, *São Vicente*, capitaneado por Pero Lobo Pinheiro; e de duas caravelas: *Princeza*, comandada por Balthazar Gonçalves e *Rosa*, comandada por Pero Capico e Diogo Leite. Estes ultimos vinham de regresso ao Brasil, pois aqui já haviam abordado.

Outro, que, tendo feito parte da referida expedição de Caboto e da de Solis, regressava tambem ao Brasil na armada

de 1530, feito cavaleiro e agraciado com o officio de *provedor dos mantimentos*, a bordo como em terra, foi Henrique Montes, segundo consta de Herrera (*Dec.* IV, 1, X, c. 6).

Em frei Luiz de Sousa, *Anais de d. João III*, § 283, encontra-se, porém, essa dita armada com um efetivo de sete vélas, tres náus e quatro caravélas.

A Martim Affonso, como assinala o mesmo professor Jordão de Freitas (*Op. loc. cit.*), foi incumbida uma triplice missão: escorraçar os franceses das costas e litoral do Brasil, despejando-o de "corsarios franceses que iam tomando nêle muito pé", como escreveu frei Luiz de Sousa, *Cronica ou Anais de El-Rei don João III* (1627 a 1632, Liv. . . , part. I, cap. I), cujo original, incompleto, faz parte de um Codice, hoje pertencente á Bibliotheca da Ajuda e outr'ora á do Convento das Necessidades.

Reportando-se ao ano de 1530, com informações seguras no Liv. I do conde de Castanheira, cuja larga correspondencia privada e de officio com Martim Affonso de Sousa, foi compulsada por Varnhagen (Coleção de Antonio de Vasconcelos e Sousa, 4º marquês de Castelo Melhor) assim entra a relatar o feito frei Luiz de Sousa: "Neste ano (1530), despachou Sua Alteza segunda armada para o Brasil, de que fez capitão-mór Martim Affonso de Sousa..."

Desfazem-se, portanto, as dúvidas entre os chronistas existentes sôbre a verdadeira éra da partida dessa expedição.

## OS CHRONISTAS

Entre os mais antigos cronistas do século XVI, occuparam-se, detidamente ou de passagem, da expedição de Martim Affonso de Sousa, e de seu capitão-mór, os seguintes: Gaspar Corrêa (1561), Pero de Magalhães Gandavo (1576), Gabriel Soares de Sousa (1589), Pero de Mariz (1594) e Fr. Giuseppe de Santa Tereza (1598).

Entre os do século XVII: Diogo do Couto (1612), padre Francisco Sachino (1620); Frei Vicente do Salvador (1627), Frei Luiz de Sousa (1627), Francisco de Brito Freire (1655), Padre Simão de Vasconcellos (1663, 1668 e 1672) e Frei Raphael de Jesus (1679).

São do século XVIII, os seguintes: Frei Agostinho de Santa Maria (1722), Antonio de Herrera (1725), Sebastião da Rocha Pitta (1730), abade Vallemont (1734), Frei Francisco de Santa Maria (1744), Diogo Barbosa Machado (1752), Padre Francisco Xavier Charlevoix (1756), Frei Antonio de



Santa Maria Jaboatão (1761), Pedro Taques de Almeida Leme, que em 1772, escreveu a sua preciosa *História da Capitania de São Vicente, desde a sua fundação por Martim Affonso de Sousa em 1531*; e frei Gaspar da Madre de Deus, autor das *Memorias para a História da Capitania de São Vicente*, Lisboa, 1797.

## AS CARTAS RÉGIAS

Nas tres cartas régias datadas de Castro Verde, 20 de Novembro de 1530, registadas no Liv. 41 da Chancelaria de d. João III, fls. 103 e 105, investia-se Martim Affonso de Sousa, fidalgo da Casa Real e Conselho, senhor do Prado e de Alcoentre, alcaide-mór da Casa de Bragança e do Rio Maior, de poderes amplos e discricionarios, com a dignidade de logar-tenente de El-Rei. Procurava-se assegurar o futuro político e colonial do Brasil, deante da ineficacia das negociações diplomaticas estabeladas com o Rei de França, Francisco I.

A expedição tinha triplice aspecto: militar, de exploração e colonização.

Na primeira das tres cartas régias que Martim Affonso recebera d'El-Rei, em Castro Verde, era ele autorizado a explorar, tomar posse das novas terras que descobrisse, chantar padrões, organizar govêrno e administração civil e militar, prover officios de justiça e tudo o mais necessario ao serviço público.

Na segunda dessas cartas, eram-lhe conferidos os titulos e dignidades de *capitão-mór* e *governador* das terras do Brasil, com autoridade plena e poderes amplos, devendo todos obedecer-lhe, prescrevia El-Rei no texto da carta, "como si por mim em pessoa fôsse mandado e sob as penas que elle, capitão-mór, impuzer".

No civil e no criminal, tinha jurisdição e alçada, segundo o direito das Ordenações Manoelinas e leis vigentes, até a pena de morte sem apelação nem agravo, para o povo e não para os fidalgos que deveriam ser remetidos presos para a Metropole, com a competente nota de culpa.

Na terceira carta, finalmente, dava-se-lhe concessão de sesmarias e colonias nas novas terras que fôsse descobrindo, e que deveriam ser dadas a quem requeresse, sempre em atenção aos bons serviços e meritos de cada um.

Desde 1514, quando a flotilha armada de d. Nuno Manoel, com o piloto João de Lisboa, transpuzera o meridiano de



demarcação com Castela era a região do Prata considerada território litigioso.

O tratado de Tordesillas invalidava a legitimidade da posse lusitana em margens do estuário; e as cartas levantadas no comêço do seculo XVI, por navegantes portugueses concluíram, até certo ponto, que o dominio português cessava nas proximidades de Santo Amaro e Cananéa, na falta de melhores subsidios de exploração e exame cartografico.

"A expedição de Martim Affonso é a tentativa para encontrar outra solução mais facil ao problema da colonização americana, e testemunha a reflexão e o largo descortino que presidiam aos vastos empreendimentos coloniais portugueses.

O capitão-mór vinha preparado para as diversas hypotheses de um programma de grande amplitude. O seu principal objectivo consistia na exploração do Rio da Prata e fundação, á sua margem, de uma primeira colonia?

O vento de uma tempestade mudou então os destinos da America do Sul.

Si Martim Affonso tivesse podido attingir o estuário, o Brasil estender-se-ia, possivelmente, até aos confins do continente, embora talvez diminuido dos territorios ao norte do Maranhão.

Mas os pampeiros atiraram á costa, junto ao riacho do Chuy, nas plagas sul-riograndenses, a não capitanea, e o naufragio do primeiro povoador ficou demarcando a baliza do extremo sul do dominio portuguez.

Dois annos depois, em 1534, a expedição de Pedro Mendoza lançava os alicerces de Buenos-Aires." (*Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, Introdução, pág. XXXIII.)

#### QUEM FOI MARTIM AFFONSO DE SOUSA

Mas quem era esse primeiro povoador do Brasil, primeiro semeador de cidades, demarcador de costas e administrador colonial e senhor de donataria?

Em síntese — reveste, na sua éra, a primeira figura da história da nossa colonização.

"Com este fidalgo notavel, soldado valente e brioso, tanto quanto estadista, define-o João Pandiá Calogeras

(*Formação histórica do Brasil*, Rio, 1930, pag. 24), começa propriamente a História do Brasil.”

Dos escritores e cronistas antigos, não hesitaram os de maior vulto, como Antonio de Sousa Macedo, *Flor de Hespanha* e *História Genealógica*; Diogo do Couto, *Decadas*, (5, 10, II, 8) e João de Barros, *Decadas da Asia* (4, 6) em tecer-lhe os mais altos louvores.

Este último classico de renome reconhece-lhe “além do valor nas armas e conselho na guerra, aprazível conversação e outras boas qualidades”.

Traços seus de glorificação refletem-se ainda no expressivo conceito do canto X, estrofe 67, da epopéa camoneana:

“Este será Martinho, que de Marte  
O nome tem co'as obras derivado,  
Tanto em armas illustre em toda parte  
Quanto em conselho sabio e bem cuidado.”

Camões, um dos principais intelectuais da RENASCENÇA, não inclúe o nome da *America* no seu poema, é o só nele escreve a palavra *Brasil*, na estancia 63, do canto X, de louvor a Martim Affonso de Sousa:

.....“*illustrado*  
*No Brasil com vencer e castigar*  
*o pirata francez, ao mar usado.*”

São Francisco Xavier diz-se dele ter louvado a piedade. Para Garcia da Orta, fôra “excelente varão”; e d. João de Castro considerou-o “muito suficiente para governar a India”.

O conde da Ericeira mostra-o insigne nas letras e nas armas, como na ciencia astronomica, em que versou altas questões com o sabio Pedro Nunes, que dele fez menção no seu tratado de 1537.

Nomeado capitão-mór da India, Martim Affonso, conquistou Damão, levantou Diu, desbaratou os principes malabares, destróçou a frota do Samorim, a de Pachi-Marcá, socorreu os reis indianos vassallos de Portugal, puniu piratas, e regressou a Lisboa depois de outros heroicos feitos.

Como governador da India, ali tornou a 7 de Abril de 1541, com uma armada de cinco náus, levando a bordo os primeiros jesuitas que, de Portugal, foram ao Levante entre eles o grande apostolo São Francisco Xavier (Robert Sou-

they, *História do Brasil*, tradução de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, anotada pelo conego Fernandes Pinheiro. Rio, B. L. Garnier, 1862, tomo I, pág. 61; Varnhagen, *Revista do Instituto Historico*, tomo V, 3ª edição, pág. 251).

Aportando a Gôa, a 6 de Maio de 1542, governou a India por tres annos e meio; teve por sucessor o famoso d. João de Castro. Fez excelente administração, cuidou do exército e das fortificações, pagou 45 contos de dividas velhas, deixando em cofre 50 mil cruzados.

Em 1550, aconselhava d. João III a trasladar para o Brasil a sede da monarquia portugueza. (Calogeras, *Formação Historica do Brasil*, pág. 96.)

Nascido no ano do DESCOBRIMENTO, contava o almirante Martim Affonso 29 anos, quando lhe foi entregue o commando da primeira expedição geral de colonização do Brasil, pois que as antecedentes limitaram-se a tentativas de exploração e policiamento da costa.

#### PELO ATLANTICO

Zarpou a sua esquadra do Tejo, segundo se lê na introdução do *Diario* de Pero Lopes, — no dia 3 de Dezembro de 1530, em cuja data comemora a Igreja a festa do grande Apostolo do Japão e das Indias, que o fundador de São Vicente deveria, cêrca de onze anos mais tarde, ter a glória de transportar ao Oriente.

Assinado ainda pela rainha d. Catharina, na ausencia de d. João III, o Alvará de 25 de Novembro de 1530, ordenava aos corregedores do arquipelago de Cabo Verde e demais portos de escala da expedição, que facultassem ao capitão-mór expedicionario os mantimentos e dinheiro necessarios.

Além de seu irmão mais novo, Pero Lopes de Sousa, e do vigario Gonçalo Monteiro, seu substituto legal na administração das novas colonias e terras a descobrir; iam embarcados nessa expedição: Pero de Góes da Silveira, futuro donatario da capitania da Paraíba do Sul; o piloto-mór Vicente Lourenço, Pedro Annes, piloto e interprete do gentio; Manoel Alpoim, escrivão d'armada; Heitor d'Almeida, feitor; Lourenço Fernandes, mestre Diogo Vaz, bombardeiro, e outros.

Levava, afora bom aprovisionamento de armas, munições, apetrechos, instrumentos e materiais de construção, sementes de plantas europeas, dentre as mais uteis, com uma tripulação e guarnição de homens da plebe, fidalgos, ma-

reantes, arcabuzeiros, bésteiros, artesãos, operarios, patriotas e aventureiros, não só portuguezes como alemães e italianos. (*Historia da Colonização Portuguesa no Brasil*, tomo III, pág. 126; Eugenio de Castro, *Diario da navegação de Pero Lopes*, págs. 31 a 33.)

### NAS COSTAS BRASILEIRAS

Na altura do cabo de Santo Agostinho, aprisionou tres náus francesas, com as quais entrou em Pernambuco, de onde enviou João de Sousa a Portugal, em uma das náus apreçadas, a dar parte do ocorrido; e despachou mais Diogo Leite, com duas caravelas a explorar o rio do Maranhão.

Na Baía, capturou ainda uma caravela e se avistou com Diogo Alvares Corrêa, o *Caramurú*, e mais tarde, com João Ramalho (Carta de Thomé de Souza, de 1 de junho de 1553, ao rei). Entrou na baía do Rio de Janeiro, onde se demorou tres meses, fez levantar uma feitoria, com estaleiro improvisado, forja e officina de reparo de náus e nela se construíram, com lenho natino, dois bergantins de 15 bancos cada um, com os quais enviou uma escolta á exploração dos rios do interior.

Por mais de um ano explorou toda a nossa costa do Maranhão ao Chuf, onde, pouco além, perdeu a capitanea.

Enviou ao Sul seu irmão, Pero Lopes, autor do *Diario da navegação da armada que foi á terra do Brasil em 1530* — afim de visitar e pôr marcos no litoral do rio da Prata; e foi esperar-lhe o regresso, após trinta e tantos dias, no ilhote das Palmas ao norte do Cabo de Santa Maria.

Daf partiu com a armada o capitão-mór Martim Affonso para o porto de São Vicente, onde surgiu a 20 de Janeiro de 1532; e, de conformidade com as instrucções régias que trazia, encetou a 22 a sua empresa colonizadora e propriamente administrativa, fundando a vila de SÃO VICENTE, a primeira que teve o Brasil, no que obedeceu em tudo, ao regimen comum ás vilas da Corôa e do Mestrado da Ordem de Cristo.

### APROANDO Á BARRA DE SÃO VICENTE

Aproando á barra de SÃO VICENTE, — a esquadra compunha-se da náó *N. S. das Candêas*, onde vinham Martim Affonso e Pero Lopes, do galeão *São Vicente* e da caravela *Santa Maria do Cabo* — o capitão-mór operou o seu desembarque no porto de Tumiarú, onde tinha residencia o portuguez Antonio Rodrigues, companheiro de João Ramalho.



Ali se lançou a primeira vila do Brasil, junto á praia que fica entre a ilha do Sol, hoje ilha Porchat, e a ponta do morro de Tumiarú, ou de Santo Antonio.

Ao fundar a vila de SÃO VICENTE, fez Martim Affonso, na fórma legal, demarcar e arruar o terreno necessario para a municipalidade, distribuiu lotes de terras aos sesmeiros, fez edificar a casa da Camara, a Cadeia, a igreja, a alfandega, e proveu officios de justiça.

Para a solenidade religiosa, arvorou-se uma cruz junto ao altar armado em frente á praia, onde o pároco Reverendo Gonçalo Monteiro celebrou o officio divino, com auxilio dos frades franciscanos. Assistiram ao ato os indios regionais, sob chefia dos caciques Tibiriçá e Caiuby, dando mostras de aliança com os nossos primeiros colonizadores.

Assim reza textualmente o citado *Diario da navegação* de Pero Lopes, (pags. 339-342), no passo referente ao dia 22 de Janeiro de 1532.

Eil-o:

“Como fomos dentro mandou o capitam fazer hua casa em terra para meter as velas e enxarcia. Aqui neste porto de Sam Vicente varámos hua não em terra. A todos nos pareceu tambem esta terra que o capitam determinou de a povoar, e deu a todos os homes terras para fazerem fazendas e fez hua villa na ilha de Sam Vicente e outra 9 leguas dentro pelo sartam, á borda de um rio que se chama Piratininga; e repartiu a gente nestas duas villas e fez nellas officiaes e poz tudo; en boa obra de justiça, de que a gente toda tomou muita conso-laçam, com verem povoar villas, e ter leis e sacri-ficios, e celebrar matrimonios, e viverem em com-municação das artes; e ser cada hum senhor do seu, e vestir as enjurias particulares e ter todos os ou-tros bens da vide segura e conservavel.”

Reproduzindo a HISTORIA DA CAPITANIA DE SÃO VICENTE de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, cujo original se acha no arquivo do INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO BRASILEIRO e foi pela primeira vez publicado em o Tomo IX da nossa *Revista* (1847), escreveu Affonso de Escragnolle Taunay, o historiador magno das BANDEIRAS PAULISTAS, formosissimo estudo sobre o primeiro e grande linhagista.



## SÃO VICENTE

Em 1544 foi a primitiva São Vicente destruída pela préamar, que inundou completamente o local, sendo só após o ano imediato trasladada para o sítio actual, junto ao morro, onde se achava de ha tempo ereta a igreja local.

Hans Staden descreveu-nos a ilha de São Vicente com as suas aldeias, seus engenhos de assucar e os ataques continuos dos tupinambás e tamoios. (*Revista do Instituto Historico*, tomo 55, parte I, pag. 283).

Florecera SÃO VICENTE civil e economicamente, por forma que seu exemplo decidiu de pronto o rei d. João III, o *Colonizador*, a organizar em definitivo o serviço de povoamento geral do Brasil, pelo sistema feudal de donatarias ou capitánias hereditarias.

Rio-Branco, em sua *Esquisse de l'Histoire du Brésil*, assim refere o facto: "Fundou então a colonia de São Vicente, denominada pelos indios *Guirápiran* ou *Uirápiran*; *Marpion*, segundo Thevet; *Urbioneme*, *Orbionem*, ou *Orpiomma*, segundo Staden; ou ainda *Warapisumama*, segundo *Purchas*."

Em 1772, diz Pedro Taques, a villa de São Vicente conservava sua primitiva igreja, com invocação ao seu orago, a Casa da Camara, etc.

Falando da fundação de Martim Affonso, o historiador inglês Robert Southey, *História do Brasil*, tomo I, pag. 62, trad. Oliveira Castro, citada, expõe:

"Bem explorada a costa, escolheu o capitão-mór para séde do seu estabelecimento uma dessas ilhas que, como Gôa, estão separadas de terra firme por um braço de mar. A sua lat. é 24 1/2" Sul, e seu nome indigena é *Guaiba*, assim chamada de uma arvore que ali crescia com grande abundancia."

## A OBRA DE MARTIM AFFONSO

Na missão e obra de Martim Affonso caracterizam-se qualidade que não são communs e é antes mesmo mui raro se encontrarem reunidas, tais — fina tèmpera de senso da administração, energia inquebrantavel e espirito moderador.

Em Martim Affonso, atestou-se ainda uma outra circunstância notavel: foi elle quem teve o primeiro rasgo de vista longitudinal, em conjunto sobre a imensidade do litoral brasileiro; e a sua expedição, que representa a primeira página da História do Brasil politico e administrativo, teve

ainda por padrão de glória e como um de seus principais fins, o de levantar o primeiro mapa geografico da costa do Brasil, segundo o traço demarcatorio tordesilhano.

De fato, como observou o insigne Calogeras, *Formação historica do Brasil*, cap. I, pag. 24, a *Carta de Viégas*, que data de 1534, resultou dêsse esforço chorografico: ainda hoje merece atenção e respeito, como primeira tentativa de esbôço aproximadamente verdadeiro, do nosso contôrno litoraneo.

Por outro lado, como fruto de sua missão, Martim Affonso deixou, não só a primeira cidade, o primeiro mapa, o primeiro lineamento de govêrno e administração geral do nosso país mas ainda outro registo da sua exploração de contôrno total, esse minucioso *Diario de Viagem*, de Pero Lopes de Sousa (ultimamente reeditado e proficientemente comentado por Eugenio de Castro), que, depois da Carta de Caminha, em seus pormenores do Descobrimento, é o mais importante dos documentos basicos sôbre História Geral do Brasil.

#### ' OS PADRÕES

Cumpre salientar aqui o que Moreira de Azevedo publicou em a REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO, em seu tomo 49, parte 2ª, pags. 260-265:

"Os primeiros exploradores do Brasil lançaram pela costa padrões de marmore que, como monumentos primitivos do conhecimento deste paiz, têm grande valor historico e merecem ser guardados com cuidado e veneração.

Possue o INSTITUTO HISTORICO dous que foram offerecidos pelo barão de Capanema.

Percorrendo em 1866, em desempenho de sua missão telegraphica, a costa da ilha do Cardoso, ao sul da barra de Cananéa, encontrou o nosso digno consocio, encostado no promontorio pedregoso composto de calhãos soltos sobre rocha argilosa salpicada de cristaes de magnetico, um marco de marmore já bastante carcomido pelo tempo.

Esse promontorio é conhecido por pontal de Itacurussá, hoje Tacurussá, fronteiro á ilha do Bom Abrigo, junto ao qual se abria o caminho do Rio, hoje inteiramente intransitavel.

Passando um anno antes por alli um inglez ou americano, tentára levar o marco, pelo que, para salvá-lo, officiou o barão de Capanema ao ministro

do Imperio pedindo-lhe que fosse dada á municipalidade de Cananéa autorização para trasladar o monumento para o INSTITUTO HISTORICO.

Obtida a permissão da Camara Municipal respectiva, conduziu comsigo o nosso collega o referido padrão, com um dos tenentes ou testemunhas, não podendo extrahir o outro por estar muito encravado.

Ambos os tenentes achavam-se precipitados no mar desde longa data.

Em 16 de Janeiro de 1767, foram estes padrões encontrados pelo coronel Affonso Botelho de Sampaio e Souza.

Guiado pela descripção que delles faz o chronista frei Gaspar da Madre de Deus, foi o historiador Varnhagen, com alguns companheiros, ao local, em Janeiro de 1841, e ahi deparou com tres padrões com as quinas, sem esphera, nem castellos, nem data."

Escreve o ilustrado consocio:

"Os padrões erão iguaes, estavam juntos, um no meio com seus dous tenentes aos lados; destes, um tinha cahido e estava lá mui no fundo, onde o levára o rolo de mar que o cobria, estando já sujo de ostras e sururús. Lá os deixamos em paz. Lembro-me que meu exame foi tão minucioso que até descobri as pequenas covas, que se tinham brocado ou antes aberto á picareta no rochedo, afim de poderem neste segurar sem resvalar os pés da cabrelha, que tiverão de armar para içar aqueles. De tudo que vimos e examinamos, se lavrou um auto declarando que não havia em taes padrões esculpidos nem espheras nem data."

Tratando de Cananéa, diz Southey:

"Um dos padrões de pedra com as armas de Portugal erguidos pelos primeiros descobridores, ainda se vê terra firme contigua á barra."

Escreve Ayres do Casal:

"Na entrada da barra de Cananéa, da banda do continente, sobre umas pedras, está um padrão de marmore europeu com quatro palmos de compri-

mento, dous de largo, um de grossura e as armas reaes de Portugal sem castellos; posto que mais deteriorado que muitos pensarião, bem se conhece que ahi foi collocado em 1503."

As armas de que fala Casal eram simplesmente quinas.

A respeito, diz o nosso finado consocio Candido Mendes o seguinte:

"Na ponta ou pontal de Cananéa denominado de Itacurussá, perto ou fronteiro da ilha do Bom Abrigo, foi onde se acharam os celebres padrões de marmore com as quinas reaes que os navegantes portuguezes costumavam deixar em pontos do litoral quando iam a descobertas."

Mas por quem foram chantados estes marcos?

Frei Gaspar, Machado de Oliveira, Porto-Seguro, e Azevedo Marques dizem que fôam deixados por Martim Affonso de Sousa; Ayres do Casal e Constancio, por Gonçalo Coelho; Gabriel Soares, por Christovam Jacques; e Candido Mendes afirma que foram lançados pela armada lusitana de 1501, que teve por chefe André Gonçalves e por piloto, astrónomo ou cosmografo Americo Vespuccio, escolhido para esta commissão não só pelos seus conhecimentos nauticos, como por ter prática de viagens á America, em que os portuguezes não eram ainda peritos.

Parece mais certa a opinião de Candido Mendes que, firmado na carta de Ruysch de 1508 e no mapa da America da edição de Ptolomeu de 1513, prova que não passou de Cananéa a armada de André Gonçalves.

Depois de alguma demora nesse ponto do litoral, continuou a flotilha de André Gonçalves a sua derrota em 15 de Fevereiro de 1502, deixando um ou mais degredados, e plantando padrões para assinalarem seu direito de prioridade e senhorio.

Acrescenta o senador Candido Mendes:

"Pela Carta de Americo Vespuccio vê-se que chegando á altura de Cananéa resolvêra deixar a terra e ir examinar o paiz por outra parte. E era mui natural que, deixando a frota o litoral brasilico para se lançar no oceano com outra direcção, deixasse bem assignalado o ponto de sua ultima exploração para em qualquer tempo assegurar-se o direito de Portugal."

Repete ainda o mesmo ilustrado escritor:

“O ponto ultimo da nossa costa ao sul em que tocou a frota exploradora portugueza, onde servio Vespucio, foi precisamente Cananéa ou Cananôr.”

Capistrano de Abreu, em seu esplendido trabalho intitulado *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no Seculo XVI*, expende razões que corroboram a opinião de Candido Mendes de que foi Cananéa o último ponto da costa brasileira aonde chegaram esses exploradores.

Tinham por fim esses padrões firmar e assegurar, como diz Vespucio na sua carta, a posse do país que ordenára a exploração, logo que a frota chegava á primeira terra descoberta.

Não foram elevados por Martim Affonso porque muito antes da sua vinda já era conhecido o porto de Cananéa. Antes dele vir colonizar e estabelecer-se no litoral do Brasil, já eram procurados pelos navegantes os portos de São Vicente e de Cananéa.

Diz Gabriel Soares que Gonçalo Coelho e Christovam Jacques se empregaram em explorar o nosso litoral, e em muitos pontos fixaram padrões ou marcos e outrotanto não diz de Martim Affonso. Mas não podiam ter sido erguidos por Gonçalo Coelho, porque não veio este navegante fazer descobrimentos. Assim não consta que a armada de Pedro Alvares Cabral lançasse algum padrão, limitando-se a chantar na praia “a Cruz com as armas e devisa de Vossa Alteza que lhe primeiro pregarom” (*Carta de Pero Vaz de Caminha*), pois que não iam fazer descobertas em territorio de selvagens, mas dirigia-se para um paiz mui habitado e culto. Também não foram deixados por Christovam Jacques, pois quando realizou este último navegante os trabalhos de sua segunda expedição, Cananéa já era muito conhecida.

Divergem os autores da nossa historia sobre quem fôsse o capitão ou chefe da expedição de 1501. Firmado na opinião de Gaspar Correia, prova Candido Mendes, que foi André Gonçalves o comandante da primeira armada exploradora das costas do Brasil.

O marco que o INSTITUTO HISTÓRICO possui tem quatro palmos de comprimento, dous de largura e um de grossura; não tem data alguma, mas contém a cruz da Ordem de Christo sobreposta a um escudo com as quinas portuguesas em cruz.



É de marmore branco, e está muito carcomido. O tenente ou testemunha, também de marmore branco, é menor no comprimento, não tem inscrição nem relevo algum; e manifesta haver adormecido longo tempo debaixo d'agua.

"Memorando factos da historia patria, que vão longe de nós quatro seculos, — se expressa Moreira de Azevedo — indicando qual o ultimo ponto em que tocou a primeira frota exploradora no litoral sul do Brasil, são esses padrões de alta importancia historica. E essas preciosas reliquias do passado estão collocadas em nichos dos lados da entrada principal deste INSTITUTO que, com amor patrio e ufania repetimos, habita as salas do palacio imperial."

A conselho de Affonso de Escragnolle Taunay e com a aquiescencia do benemerito Presidente do INSTITUTO, esse marco figura hoje no salão nobre do INSTITUTO.

### O MARCO DE NOSSA FORMAÇÃO HISTORICA

Si Cabral devassou apenas a terra de Santa Cruz e implantou-lhe os symbolos da soberania portuguesa como da fé catolica; si Christovam Jacques inaugurou-lhe a historia naval, — Martim Affonso é, cronologicamente, o primeiro vulto de administrador que teve o Brasil.

Outra nota caracteristica assinala a sua missão colonizadora — a magnanimidade de trato, o gesto largo e cavalheiresco para com o aborigene, mui diferente das atrocidades castelhanas, dos morticínios praticados pelos espanhões nas Antilhas, Mexico e Perú.

Na narrativa do *Diario de Pero Lopes*, a bravura, a prudencia, o tino, a benignidade, o perfeito conhecimento da profissão e do roteiro do mar, edificam-nos a cada passo.

Poderiam ser respigados muitos episodios dêsse genero no *Diario*. Mas dos sucessos principais da expedição de Martim Affonso, recolheram-se frutos de experiencia e de providente organização, com todos os caracteristicos de uma obra definitiva, destinada a desafiar, como êsses marcos de pedra historica, a ação dos seculos, e a glorificá-lo heróe entre os mais illustres da nossa Historia Patria.

São Vicente é o marco inicial dos fastos da administração e civilização nacionais, a célula-mater da formação histórica do Brasil.

E lançando um olhar retrospectivo até 1532, retemperamos, como bem o disse o nosso grande Affonso Celso, “a fé portentosa, que engendra, conserva, estimula, prevalece, — fé na actividade constructora, na efficacia e invencibilidade de nossa Patria”. (*Grandes applausos*).

Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente levantou a sessão agradecendo a presença do numeroso auditorio.

Levantou-se a sessão ás dezenove horas. — *Agenor de Roure*, 2º secretario.

---

SESSÃO ESPECIAL EM 15 DE MARÇO DE 1932 (1573),  
COMMEMORATIVA DO CENTENARIO DO FALLECI-  
MENTO DE GÖETHE

PRESIDENCIA DO SR. CONDE DE AFFONSO CELSO

*Presidente perpetuo*

Às 17 horas, abre-se a sessão com a presença dos senhores Conde de Affonso Celso, Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Manuel Cicero Peregrino da Silva, Max Fleiuss, Luiz Antonio Vieira da Silva, Luiz Filippe Vieira Souto, João Ribeiro, Rodolfo Garcia, Augusto Tavares de Lira, Liberato Bittencourt, Lucas Alexandre Boiteus, José Maria Moreira Guimarães, Hubert Knipping, Alfredo Ferreira Lage, Edgard Roquette Pinto, Hnerique, Carneiro Leão Teixeira Filho, Emilio Fernandes de Souza Docca, Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, Virgilio Corrêa Filho, e Gustavo Barroso. Justifica a ausencia o sr. Arthur Indio do Brasil.

O SR. VIEIRA SOUTO (*servindo de 2º secretário*) lê, das *Ephemerides Brasileiras*, do barão do Rio-Branco, as que se referem á data da sessão.

O SR. MAX FLEIUSS (*secretário perpétuo*) justifica um voto de pesar pela morte de Aristides Briand e requer seja

nomeada uma comissão, que leve ao senhor embaixador da França os sentimentos do INSTITUTO.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*), diz que considera a proposta aprovada por aclamação, pois, sendo a divisa do INSTITUTO — *Pacifica Scientiæ Occupatio* — não pôde êle recusar aquela homenagem a um grande apóstolo da paz. Nomeia para a comissão os srs. Max Fleiuss, Moreira Guimarães, Alfredo Lage, Vieira da Silva e Vieira Souto.

O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO (*presidente perpétuo*), em seguida, diz que os centenários dos grandes homens ou dos grandes acontecimentos são, no conceito de um pensador, demonstrações de sínteses afetivas, assim como as exposições formadas pelos produtos dos esforços pacíficos representam sínteses ativas e os congressos significam sínteses especulativas, registadoras e proclamadoras das conquistas científicas.

Nas consagrações feitas pelos centenários, — continúa o mesmo pensador, — a Patria se alarga na Humanidade, cultiva-se o sentimento da veneração, uma das principais forças coordenadoras das sociedades humanas, patenteia-se auspicioso acôrdo harmonico de vontades, gosa-se o nobre prazer da admiração.

Uma das mais altas personificações do engenho, do saber, da inspiração que ainda iluminaram o mundo, JOÃO WOLFGAN VON GOETHE, é digno das oblações panegirísticas que, por motivo do centenário do seu falecimento, lhe estão sendo tributadas onde quer que se preze a intelectualidade.

Bastam para evidenciar-lhe a magnitude as insuspeitas e significativas manifestações da França.

Aí, não muito depois da guerra de 1870, Alfredo Mezières, membro da Academia, redator de *Le Temps*, publicou sobre as obras de Goethe explicadas por sua vida, dois alentados volumes encomiásticos, no prefacio dos quais declarou que os recentes, dolorissimos agravos da França vencida e mutilada, contra a Alemanha não o inibiam a êle, patriota francês, de render justiça á superioridade mental do escritor alemão.

Agora, tambem ali, consideravel numero de personalidades eminentes nos meios e partidos mais diversos constituiu vasta comissão, presidida pelo sr. Paul Painlevé, ilustre politico, literato e cientista, muitas vezes ministro de Estado, presidente do Conselho durante a conflagração, comissão incumbida de organizar uma exposição que, por todos os meios, exalte o genio de GOETHE.

Porá ella sob os olhos do público parisiense quadros, desenhos, objetos de toda sorte, especialmente autografos, relativos ás varias epochas da existencia do poeta, cunhando medalhas, efetuando cursos de conferencias, empregando ampla publicidade no desempenho da sua missão glorificadora. Solicitou e obteve o concurso do Museu de Weimar, do Museu Goethiano de Francfort, das Coleções Publicas de Strasburgo, dos museus francezes, para reunir a maior quantidade possível, principalmente de bustos e retratos de GÖTTE e de seus amigos, bem como de imagens dos lugares onde elle habitou.

Apelou para todos os colecionadores do mundo, afim de collaborarem no esplendor dessa apoteóse, — a deificação dos heróes.

Agremiação litteraria e scientifica, cujo amor ao Brasil a predispõe para amar tudo quanto ha de bello na terra, o INSTITUTO HISTÓRICO compreendeu que sua tradição, objetivos e ideais lhe impunham a agradavel obrigação de juntar sua voz ao côro mundial aclamador de GÖTTE.

Razões particulares justificaram essa resolução: — os serviços prestados á História, Geografia e Etnografia do Brasil e propriamente ao INSTITUTO por numerosos compatriotas de GÖTTE, dezenas dos quais pertenceram ao gremio social, a começar pelo barão Alexandre de Humboldt, von Martius, principe Maximiliano de Wied-Newvied, eleitos em 1839.

Recorde-se o sangue germanico de Varnhagen, o primaz de nossos historiadores; o de Carlos von den Steinen, insigne etnógrafo, explorador do Xingú; o de Wappæus, autor da Geografia do Imperio do Brasil, traduzida por Capistrano de Abreu e Valle Cabral, que a reputavam tão util á geração do seu tempo quanto o foi a *Corografia Brasilica* de Ayres do Casal á geração de 1817.

Sem falar em Spix, Pohl, Echwege, o principe Adalberto da Prussia, H. von Ihering e tantos outros de inestimavel valia, eis Carlos Frederico Filipe von Martius, o maior investigador da natureza brasileira; o delineador do plano magistral para se escrever a nossa História; o patriarca dos nossos naturalistas, Martius, de quem o INSTITUTO celebrou, em Julho de 1917, o centenario da chegada ao Brasil, realizando brilhante exposição de suas obras e publicando um volume em que Roquette Pinto, Max Fleiuss, Clemente Brandenburger e Gama Rosa rememoraram-lhe as excepcionais capacidades, exemplar applicação e devotamento sem par ao Brasil; Martius, cujos trabalhos sôbre nossa terra mereceram louvores de GÖTTE, com quem elle tratou e a quem forneceu informa-



ções sôbre nossas cousas; Martius, um dos consocios de que o INSTITUTO mais se desvaneece, cujos escritos lhe enaltecem as páginas da *Revista*, e cujos manuscritos lhe opulentam o arquivo; Martius, a quem a estima e a gratidão nacionais deveriam erigir um monumento em praça pública, consagrado ao sabio estrangeiro mais conhecedor, mais apreciador e mais engrandecedor do Brasil.

Cumpre enumerar entre os serviços de que somos devedores a Martius o de haver sido êle quem fez vir para o nosso sólo Henrique Fleiuss, emerito artista e iniciador de varios felizes empreendimentos nesta cidade, onde constituiu familia, o pai do prestantissimo secretario perpétuo do INSTITUTO, sr. Max Fleiuss.

No intuito de dar especial relevo á sua comemoração, convidou o INSTITUTO para orador dela o consocio honorario, dr. Hubert Knipping que junta ao elevado titulo de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Alemanha perante a República, o de haver comprovado, em sete anos de permanencia entre nós, que possui finos dotes diplomaticos e de cavalheiro, sendo lidimo expoente das melhores qualidades mentais e morais da raça que produziu, além de Goethe, Guttemberg, Schiller, Beethoven, Einstein.

Sincero afeiçoado ao Brasil, como von Martius, tambem como êste, percorreu, com extraordinarias diligencia e actividade, vastas extensões do país.

Agradecendo, em nome do INSTITUTO e no seu proprio, a gentileza com que s. ex. aceitara o convite, rogou o sr. CONDE DE AFFONSO CELSO ao sr. HUBERT KNIPPING que fizesse ouvir, isto é, que fizesse aplaudir, a sua, por numerosos titulos, autorizadissima palavra.

Rogou igualmente ao auditorio que a acolhesse com dupla salva de palmas, já para testemunhar-lhe tambem reconhecimento, já para dar anticipada fervorosa adesão ao que s. ex. ia dizer sôbre esse mestre e classico planetario — *GOETHE.* (*Aplausos calorosos.*)

Subindo á tribuna, no meio de vivos aplausos, o sr. HUBERT KNIPPING profere o seguinte discurso:

## INTROITO

Quiz a bondade do nosso illustre presidente fôsse eu tambem chamado a pronunciar algumas breves palavras, alusivas á efemeride que hoje evocamos, quem, como eu, tem os seus titulos limitados á simples qualidade de membro honorario do vosso veneravel INSTITUTO.



E, se ousou corresponder a semelhante intimativa, faço-o animado tão sómente do desejo de, nesta oportunidade, quando o mundo germanico em pêsso se congrega reverente, em tórno da memoria do seu grande poeta, poder expressar a nossa gratidão sincera e tambem o nosso júbilo a todas as personalidades brasileiras, em cujo espirito encontrou eco decidido a admiração esclarecida e a veneração pelo genio de GÖTTE.

Com abundancia de coração, aqui deixo consignados estes nossos sentimentos.

O mundo inteiro reconhece em GÖTTE um grande poeta, mas, em geral, não julga as suas obras senão á luz do determinismo da época em que foram concebidas.

Nós, alemães, entretanto, vemos em GÖTTE o grande mentor espiritual, que através das suas obras imortais imprimiu á nossa nacionalidade o cunho de existencia real que até então lhe faltara; o pioneiro que aos golpes do seu trabalho ciclopico conquistou para seu povo uma patria espiritual ao tempo em que a Alemanha não passava de um méro conceito geográfico.

E, o que é mais ainda, elle continúa sendo para nós, pelas aspirações e tendencias que lhe nortearam a vida polimorfa e ativa, um exemplo dos mais vividos e luminosos.

Todavia, a percepção nitida e plena desta verdade, nós só a poderemos buscar no conhecimento exato da sua existencia fecunda e generosa.

Em traços, necessariamente resumidos e incompletos, procurarei esboçar aqui apenas um dos multiplos aspectos da sua atividade dinamica e creadora.

Abordarei tão sómente

## A OBRA DE GÖTTE COMO ESTADISTA E AS SUAS RELAÇÕES COM A POLITICA — GÖTTE A SERVIÇO DO ESTADO

GÖTTE confessa ter divisado nas profundezas do seu sér, desde os albores da idade viril, o contraste decisivo formado pelas duas correntes de sentimentos que lhe brotavam do intimo, onde as arrancadas luminosas da sua ardente fantasia tinham, a moderar-lhe os assomos, uma concepção severa da realidade.

A poesia, graça divina da Natureza, ele a queria conservada em recondito sacrario, a coberto das preocupações profanas e dos trabalhos diarios.

Eis por que, dizia ele, sentia-se por outro lado cada vez mais atraído pelas atividades materiais, afim de assim nada desperdiçar das suas forças e energias.

Ha, no intimo de GÖTTE, uma correlação dinamica entre a Poesia e o trabalho pratico.

Para GÖTTE as distrações significavam dissipação de tempo, e só no excesso de trabalho encontrava ele apaziguamento e refúgio.

Não lhe agradava, entretanto, o genero de atividade dos advogados de Francfort, e no manejo dos negocios a sensação da propria utilidade só lhe advinha da certeza de que os mesmos pudessem obedecer á determinada finalidade ou de qualquer forma tivessem como consequencia última a creação de obra duradoura e estavel; ou ainda se, pelo menos, se desenvolvesse a meio caminho e por seu intermedio, determinada formação organica, capaz de justificar e compensar o esforço dispendido.

Por isso tambem acudiu ele, jubiloso, ao convite que na idade de vinte e seis anos lhe fez o duque de Weimar, Carlos Augusto, chamando-o a ocupar logar proeminente e destacado na gestão dos negócios públicos.

Aliás, nem seria possivel compreender-se a vida e a feição evolutiva de GÖTTE sem este aspecto eloquente da sua atividade administrativa.

Só assim lograria ele dar vida a organizações expressivas como os Institutos de Ciencias e Artes da Residencia Ducal de Weimar e os da Universidade de Yena.

Mercê de uma ação habil e persistente, secundada por um conhecimento profundo dos homens, servindo-se sucessiva ou alternadamente do seu espirito de tolerancia e de condescendencia e tambem do seu poder de convicção, deu alento a estas instituições e assegurou-lhes a sobrevivencia e a prosperidade por meio de uma administração prudente e esclarecida.

As compensações individuais intimas deviam, para ele, caminhar paralelas ás vantagens e aos lucros auferidos pela coletividade.

Quanto mais GÖTTE se dedicava á sua atividade profana, mais e mais avolumava-se o patrimonio precioso de sua experiencia propria, da sua personalidade interior, o elemento em suma, de que emanava toda a sua arte poetica.

Pelo seu soberano foi ele investido com poderes quasi autoeraticos, e se alguma vez surgiram no seu caminho obstaculos e entraves, oriundos da escassez de recursos, da incapacidade dos auxiliares, das residencias da má vontade ou de

outros fatores negativos, a todos a sua vontade se sobrepôs invariavelmente.

Dava-lhe o príncipe plena autonomia e liberdade de ação, e, assim, era com prazer que GÖTTE o servia, ele que tinha em pouca conta a capacidade governativa do povo.

A atuação de GÖTTE nos negócios de Estado foi genial e principesca, mesmo quando entregue á sua atividade creadora, e, conservando-se fiel á concepção organica da obra empreendida, confiava ele a outrem o cuidado de prover á execução dos pormenores secundarios, a incumbencia de atender ás questões de ordem puramente tecnica e mecanica; o fardo esmagador dos negócios públicos ele o suportava galhardamente, depois de resoluta e impetuosamente ter posto em marcha os elementos a seu serviço.

Assim é que, certa vez, a má orientação financeira levou o Estado ao limiar da bancarrota; GÖTTE assume pessoalmente a responsabilidade da administração, inicia-se sem demora nos segredos da mesma e desenvolve, sem contemplações nem desfalecimentos, ação energica e proficua. A pujança do seu genio revela-se á altura do problema difficilimo, e as finanças foram restauradas.

Colimado êste resultado, GÖTTE ainda cuidou da escolha do seu sucessor e, encontrado êste, deu por finda sua missão.

Volta-se então, sucessivamente, para outros assuntos da administração pública e dentro em breve está familiarizado com os problemas das estradas e das vias de comunicação, com os da regulamentação dos rios e dos cursos d'agua, com os da mineração, da agricultura e das fôrças militares.

Ademais, o duque encontra nele um conselheiro seguro para todas as outras questões governamentais, fossem embora da mais transcendente gravidade e importancia.

Por mais de dez anos durou êste primeiro periodo de trabalhos públicos, durante o qual, ao lado de numerosas poesias liricas, foram escritas produções como *Die Gieschwister* (Os irmãos), *Wilhelm Meister's theatralische Sendung* (A missão teatral de Wilhelm Meister) e ainda a primeira *Iphigenie*.

A sua viagem á Italia veiu encerrar esta fase tambem sob o ponto de vista da produtividade interna.

De volta a Weimar passou GÖTTE, por deliberação propria, a servir ao príncipe antes como um representante e conselheiro em todas as questões politicas e demais assuntos governamentais do que na qualidade de ministro efetivo; conservou apenas, como atribuição privativa, o exame das di-

versas instituições artisticas e, mais tarde em 1791, juntou a estas suas funções, principalmente, a de director do Teatro da Córte de Weimar.

Goethe encontrou nestas occupações o de que ele carecia para a evolução da propria personalidade: satisfação para a sua sêde de realizações dinamicas, ambiente propicio á sua individualidade e ao seu temperamento e fartos ensinamentos para sua experiencia.

Em carta endereçada á sua genitora manifestou-se, certa vez neste sentido: "A minha posição, abstraindo dos grandes incomodos que ela me acarreta, oferece amplas compensações. Ha quem interprete mal a situação, em que me encontro, e referindo-se apenas aos sacrificios a que o cargo obriga, esquecem-se das vantagens que dele aufero, não compreendendo assim que eu possa dia a dia tornar-me mais rico, máu grado o muito que diariamente dou de mim."

Quer em beneficio do seu carater, quer no seu espirito — diz ele mais adeante — "fôra necessario e util passar do confôrto para o desconfôrto, da presunção e da vaidade para a sujeição."

"Quão util e proveitoso foi para mim" — continua ele — "o vêr-me guindado a uma situação em tudo superior ás minhas forças e capacidades, e na qual só através dos erros cometidos tive o ensejo de conhecer-me a mim e a outros, onde entregue a mim mesmo e ao destino fui submetido a provações de que em extremo carecia para a minha propria formação".

Este trabalho pratico tinha para Goethe valor "inapreciavel", pois que lhe permitia exercitar-se para a luta, enrijar a propria tẽpera, capacitar-se da amplidão do seu horizonte e preencher-lhe o vasto âmbito com as idéas e com os sentimentos.

Foi este o solo fertil e generoso de que hauriram a seiva, sua arte e sua sabedoria.

O que para outras mentalidades não passaria de occupação ôca e superficial assumia para Goethe o caráter de um fator intimo primacial.

A ambição politica ou mundana é por ele reconhecida como indifferente e accidental, sendo, portanto, nulo o seu papel.

Não tardará Goethe em descobrir o que valem o mundo e os que nele manobram os cordeis invisiveis; a pureza interior, de que sempre viveu impregnado, jámais lhe permitiu tolerar a interferencia de objectivos materiais subalternos.



Dirigindo-se ao seu príncipe, assim se exprimiu GÖTTE certa vez: "O mundo está cheio de estultice, de mediocridade, de inconsequências e de injustiças; faz-se mistér muita coragem para não ceder-lhes o passo ou abandonar-lhes o campo. A alma, entretanto, cada vez menos se exterioriza á medida que vamos tratando os homens de acôrdo com o feitiço d'elles e não com o nosso proprio modo de ser. Comportamo-nos em relação ao proximo como o músico em relação ao seu instrumento".

Não o respeito ao mundo e ás suas exigencias, mas unicamente o cuidado e o zêlo pela apuração incessante da propria individualidade constituem o fim, o objectivo e, em ultima analyse, a suprema conquista de GÖTTE, no seu contacto com a realidade profana.

Primordialmente, visa ele apenas as compensações íntimas, o dever cumprido — não em relação ao mundo, mas em relação a si proprio — o aperfeiçoamento da alma, a sublimação da força espiritual.

Quando o Parlamento dos Estados, creado nos seus últimos anos de vida, pediu contas a GÖTTE dos seus atos como ministro, recusou-se êle a presta-las; o resultado, entretanto, das devassas e sindicancias, a que procederam depois da sua morte, foi o de uma retratação formal, seguida de admiração e reconhecimento irrestritos.

Aos poucos retira-se ele da vida na Côrte onde — segundo expressão sua — "nenhum prazer se colhe e toda a alegria se perde".

A personalidade dos seus colaboradores tinha para GÖTTE importancia fundamental, sempre que se tratasse de empreender obra util e aproveitavel.

Ás forças mecanicas costumava êle contrapôr as energias organicas.

Sôbre êste ponto assim se referia êle em relatório official: "Na verdade, todos os negócios são acionados por alavancas morais, visto serem, sem exceção, de autoria humana. Assim sendo, tudo é função da personalidade..."

Nesta concepção reside a potencialidade do seu trabalho.

Seus colaboradores êle os escolhe segundo o valor das respectivas individualidades, e á luz d'êste criterio o fator moral corre parellas com a capacidade ou com a aptidão.

Por outro lado, êstes elementos assim joeirados êle os trata como personalidade, que são, e não como simples fatores de trabalho.



Com solicitude constante zelava por seus subordinados, socorrendo os necessitados, premiando os ativos e diligentes e distinguindo os dedicados.

Olhava também pelo aperfeiçoamento e cultivo de seus auxiliares, visando apenas o interesse deles e apesar de vêr-se ele próprio, em consequência, privado posteriormente dos seus serviços.

GOETHE mostra-se possuído da aspiração ético-intelectual, segundo a qual as capacidades e aptidões humanas devem, sem cessar, tender para o aperfeiçoamento; aquele que é chamado a conduzir e a orientar outros homens deve atribuir importância primordial a esta verdade.

Do apreço á personalidade nasce a exigência de GOETHE sobre o respeito aos semelhantes, superiores ou inferiores na gradação social, "afim de que o homem seja homem em todos os sentidos".

Um passo mais conduz-nos á vigia-mestra da sua concepção da sociedade humana: "Só quem fôr capaz de honrar o próximo será digno de ser honrado".

Da observância deste preceito deu o próprio GOETHE o melhor exemplo; ele que (no dizer do duque de Weimar), por vezes, sabia ser "um pequeno tirano", jámais pecou por falta de acatamento ou deferencia, quer para com os grandes, quer para com os pequenos.

Ele só assim conseguiu ele, embora perfeitamente articulado com a coletividade, movimentar-se no seu cenário como portador de uma personalidade livre e independente.

Aquele que desconhecer a legitimidade deste postulado e atentar contra o respeito devido ao próximo, será responsável, segundo o conceito de GOETHE, pelo aniquilamento da personalidade e, tendo assim investido contra a verdadeira liberdade, acabará por destruir os laços que unem a coletividade humana.

## II — GOETHE E A POLÍTICA

Não pode o verdadeiro estadista conservar-se alheio ás cogitações da Política.

Não obstante, pode-se dizer que a GOETHE a Política não seduziu, que a bem dizer ele se manteve integralmente alheio á sua influência, colocando assim o poeta acima do homem-prático.

Recusou sempre "entregar-se a qualquer partido, para não ser obrigado a divorciar-se do seu espirito liberrimo, da clareza e desassombro da sua visão panorâmica da vida e, em troca, atolar-se no tremedal da mediocridade e do odio".

Esta atitude assim definida e principalmente seu silêncio como poeta em face de acontecimentos de grande projeção nacional (como, por exemplo, as guerras libertadoras de 1813-15), tornaram-no alvo de muitas críticas.

Disse êle então aos que com maior acrimonia lhe reprovavam neste particular os gestos e o modo de agir: "O poeta amará sua patria como homem e como cidadão; mas a patria das suas inspirações *poeticas* e da sua actividade *artística* e *creadora*, esta é constituida por quanto no mundo existe de Bom, de Nobre e de Belo, sem distincção de fronteiras ou de territorios, e dêstes elementos ele se apropria livremente, plasmando-os á sua vontade"; e mais adiante: "O que significará — amar a patria — e o que se deverá entender por — agir patrioticamente? Se um poeta, no decorrer de toda a vida, se esforçou em combater preconceitos prejudiciais, em remover pontos de vista estreitos e mesquinhos, se procurou esclarecer o espirito do seu povo, aperfeiçoando-lhe os gostos e as tendencias e tornando mais nobres e elevados seus modos de pensar e de sentir, que obra melhor e mais sublimada poderia ter merecido sua dedicação e de que maneira poderia ele ter agido com mais acendrado patriotismo?"

Basta-lhe o ter servido a seu principe com lealdade irrestrita e absoluta, visando o bem da coletividade, e estribado no preceito patriarcal, firmado pelo absolutismo esclarecido do seu seculo: "Tudo para o povo, mas nada por seu intermedio".

Do seu soberano poudo êle dizer por ocasião do jubileu dos seus 50 anos de govêrno: "O que fez êle durante o govêrno senão servir sempre, sem desfalecimentos, servir as causas de alevantados ideais e servir o povo em busca do Bem?" E de si proprio disse: "Ao povo e á sua formação intelectual dediquei a minha existencia inteira."

Mesmo como poeta occupou-se GœtHE das grandes questões politicas do tempo.

Disto temos o testemunho em boa cópia de suas obras.

A peça *Die Aufgeregten* (*Os Exaltados*), êle nos legou incompleta e foi escrita durante a Revolução Francesa.

E' por êle proprio designada como sendo "até certo ponto sua profissão de fé politica daquela época". Nos labios da condessa, recém-chegada de Paris, põe êle esta sentença que traduz o seu proprio pensamento: "O povo pode ser oprimido mas não subjugado; os levantes revolucionarios

das camadas inferiores não são mais do que uma consequência da injustiça das classes superiores."

Todavia, e éle o deixou claramente provado no seu *Märchen (Conto)* (do ano de 1795) e no poema épico *Hermann und Dorothea* (de 1796), os horrores da Revolução Francesa impedindo que éle visse com simpatia um acontecimento cujas consequências beneficicas ainda não lhe podiam ser dadas a divisar em toda a plenitude.

Mais tarde confessou-se plenamente convencido de que "em qualquer revolução o culpado nunca é o povo, mas sim o Governo."

As revoluções — diz éle — são totalmente impossiveis enquanto os Governos se mantêm intransigentemente justos e se conservam permanentemente vigilantes, indo de encontro ao povo, em ocasião oportuna, com reformas e melhoramentos necessarios que, retardados sem justificativa plausivel, acabarão por ser violentamente conquistados pelos oprimidos".

E' claro que "repugunam ao seu espirito" — quando mais não seja á luz da sua concepção da Natureza — os movimentos violentos e anarquicos "por não serem os mesmos consensaneos com as leis naturais".

Se o que existe é mau, é imprestavel, éle aspira o progresso, o aperfeiçoamento, contanto que éste se processe de maneira serena e gradativa, integrado no ritmo do tempo.

GÖTTE não concebe perigos maiores para a vida de um Estado do que os que sobrevêm "quando os destinos são empolgados pelos diletantes da Política, pelos fantasistas, impenitentes e pelos fanaticos irresponsaveis que, abruptamente, tentam subverter em todos os sentidos a ordem das coisas".

Na remodelação do *Reinecke Fuchs*, velha epopéa da vida dos animais, em cujos episodios via GÖTTE um espelho da humanidade e cujo enredo pitoresco lhe parecia — transportado para a vida dos homens — "tão atual hontem como hoje", buscou o poeta refúgio e tranquillidade depois das arduas empreitadas politicas.

E, numa ironia amarga, é á propria raposa, astuta e matreira, que éle transmite a incumbencia de prevenir os ingenuos contra as arremetidas dos falsos taumaturgos e salvadores do povo. "Um defeito, que máguas origina, é a vã illusão, que a alguns domina, de poder, com o orgulho da vontade, governar e julgar a humanidade!"

Seja dito de passagem: esta citação eu a fui buscar na formosa tradução portugueza de Henrique Carlos de Meirelles Kendall, o qual, como é sabido, se serviu da velha mas

imortal epopéa para, num sorriso, vingar-se de um adversário político, para êle émulo da matreiríssima raposa e de quem êle assim traçava o perfil epigramático.

Poder-se-á, portanto, dizer, depois de que aí fica e que ainda comportaria infinitas digressões, que GÖTTE, considerado do ponto de vista de servidor do Estado, não foi, acaso, uma personalidade impolítica. Apenas, sua missão poetica êle a collocava acima de tudo e por isso jámais condescendeu em tornar-se deliberadamente prêsa da política, cuja influência deletéria sôbre o seu espirito sempre recebeu.

Cheguei ao termo da minha palestra, esta contribuição infinitesimal e mais do que imperfeita ao estudo e conhecimento integral de uma das maiores individualidades, que a Humanidade tem produzido.

Quasi tenho a impressão de que a minha ousadia reveste a forma de um pecado capital, e em face de tão difficil dilema só me resta o debil consôlo de ter a superficialidade passado em todos os tempos por ser o apanagio dos diplomatas.

Mas, deixarei ao proprio GÖTTE a incumbencia de terminar esta brevissima alocução.

Dirigiu êle ao seu povo, como consubstanciando nelas a quintessencia da sua consciencia de estadista, estas palavras que ainda hoje, passados mais de cem anos, nada perderam da sua significação e actualidade:

"Conservai coêso o vosso valor, e ninguem vos poderá igualar."

E tambem disse ao mundo, servindo-se dos comentarios a uma versão franceza do seu *Tasso*:

"Em toda a parte ouve-se falar e lê-se a respeito dos progressos do genero humano, das maiores e mais amplas perspectivas nas condições do mundo e da Humanidade. Seja qual fôr o aspecto integral desta questão, quero, do meu lado, chamar a atenção dos meus amigos para a seguinte circumstancia: nutro a certeza de que existe em formação uma literatura mundial onímoda, na qual está reservada, para nós alemãs, uma atuação sobremodo honrosa e destacada. Todas as nações têm suas vistas voltadas para nós, delas recebemos louvores e criticas; ora aceitam o que é nosso, ora o repudiam, imitam-nos e deturpam o que fazemos, somos mal compreendidos ou mal interpretados, seus corações se nos abrem ou nos recusam guarida: todas estas manifestações devemos recebe-las com indiferença, atentos, tão sómente, ao valor indiviso do CONJUNCTO." (*Muitos aplausos.*)



O SR. CONDE DE AFFONSO CELSO — disse que, para condignamente responder ao discurso que de antemão se sabia ser erudito, penetrante, interessantissimo, como o foi, do sr. ministro alemão, o INSTITUTO havia convidado o sr. Juliano Moreira, indicado por muitos motivos, e que, cientista, literato, profundo conhecedor da ciencia e da literatura germanica, por conseguinte, de GÖTTE, produziria, de certo sôbre êste um trabalho equivalente ao do sr. Elie Metchinikoff, subdirector do Instituto Pasteur, em Paris, o qual nos seus *Ensaïos optimistas*, estudou o poeta e o sabio alemão com rara proficiencia.

Havendo benevolmente aquiescido, o sr. Juliano Moreira, vítima, á ultima hora, de deploravel enfermidade, não pôde vir deleitar e instruir o auditorio.

Possue o INSTITUTO mais de uma competencia, á qual facil fôra substituí-lo.

Mas o presidente entendeu que, desta vez, não devia delegar a função que primordialmente lhe incumbe de representar o INSTITUTO.

A sua tarefa, aliás, seria facil.

Na cerimonia liturgica de ciencia e arte dedicada a GÖTTE, o sr. ministro da Alemanha oficiara como *sacerdos magnus*.

O seu sucessor na tribuna servir-lhe-ia apenas de acolito, limitando-se quasi a corroborar com um *Amen* ás hosannas a GÖTTE.

Procuraria, portanto, ser o mais sucinto e sintetico possível, sentindo não lhe ser accessivel o substancioso aticismo, que GÖTTE admirava nas composições antigas.

Acrescia que GÖTTE depara tantos aspectos, tão copiosa lhe é a bibliografia, tão avultada a crítica e comentarios suscitados por seus escritos (só sôbre *Faustos* contam-se bibliothecas, nenhum livro humano, salvo talvez a *Divina Comedia*, tem sido objeto de tantas e tão variadas apreciações), que pretender aprofundar o assunto ultrapassaria não só as possibilidades de orador como tambem os limites da indulgencia e da atenção da assembléa.

Confessava, demais, o orador que é muito restrita a sua ciencia de GÖTTE (GÖTTE é verdadeira ciencia), e que exiguos conhecimentos do seu idioma o inhibiram de lê-lo no original...

Basta, porém, a tradição, embora imperfeita, de algumas de suas páginas para angariar-lhe a admiração que em não poucos espiritos se eleva a culto.



Não é preciso percorrer todo o oceano para se lhe aquilatar a grandeza, beleza, força, misterio, poesia.

Impressiona, assombra a quem quer que lhe haja per-lustrado pequeno trecho ou até a quem sómente o haja contemplado um instante, de longe.

E GÖTTE pertence ao número dos denominados por Victor Hugo homens — oceanos, porque apresentam a enormidade eternamente comovida, o insondavel, o infinito dos mares, sendo, assim, o mesmo olhar para estes ou para a alma de tais homens.

Veneraram a GÖTTE espiritos transcendentales como o dele, mas de capacidade e destino diversos.

Napoleão, por exemplo, que ao avistá-lo em Erfurt exclamou o conhecido: Eis um homem!

Conversaram longo tempo, e o imperador, de tudo entendido, criticou *Werther*, louvando a fidelidade com que descrevera a ideologia da época, mas terminou: "Não gosto do fim, o suicidio do heroe..."

Consta que GÖTTE respondeu:

"Ha circumstancias que, si não justificam, explicam o suicidio. No mais, compreendo que a Vossa Magestade não goste do fim dos romances..."

Napoleão que havia tirado do proprio peito e pôsto sobre o do poeta a insignia da Legião de Honra, levantou-se impetuoso.

Poucos anos depois, o moderno Cesar tentou suicidar-se, em Fontainebleau, e a sua vida, a sua epopéa, o seu romance, como éle mesmo o qualificou no *Memorial*, rematou de maneira que, de certo, não lhe aprouve: o capitulo funesto de Waterloo, o epilogo tragico de Santa Helena.

Mas quaes as qualidades que asseguram tamanha nomeada?

Procurou um critico mostrar as afinidades de GÖTTE com Voltaire, lamentando que, como este, tivesse contribuido para o progresso do cepticismo religioso.

Opinião erronea: em nada GÖTTE se parece com o homem de — *hideux sourire* que, com *larges mains sapait nuit et jour un edifice immense*, conforme Musset classificou Voltaire.

Arquitetor pantofilo, isto é, amando tudo, GÖTTE definiu-se em conceitos lapidares, como os seguintes:

"Uma vida ociosa e inutil é morte antecipada; só é digno da liberdade, como da existencia, quem sabe cada dia conquistá-las; quem não fala das cousas com uma parciali-

dade cheia de amor, diz cousas que não valia a pena dizer-las; tudo quanto é violento e precipitado repugna a minha alma, porque não é conforme á natureza; odeio todo transtôrno arrebatado, porque tanto destróe quanto ganha; detesto de identico modo os que o fazem e os que o tornarem inevitavel: que jámais molhou com as suas lagrimas o pão que comeu e, com o coração angustiado, nunca ficou, durante longas noites de insornia, tristemente assentado á beira do seu leito, não vos conheceu, potestades celestiais; nem tudo marcha para o nada, certos traços de dias terrestres não podem apagar-se; a alma que vive livre num sóo livre, com um povo livre, deve pedir ao momento que passa: Pára, detem-te, és tão bello!"

De acôrdo com estes principios, venceu e disciplinou tendências impulsivas e pessimistas de suas prodigiosas faculdades, apurando-as constantemente e aspirando sempre a um nivel superior; ministro de Estado (que ministro anormal!) para solver questões administrativas de construção de estradas e exploração de minas, estudou Geologia e Mineralogia; Botanica, porque geria estabelecimentos agricolas; Anatomia, por superintender uma escola de desenho, — ciencias estas e outras em que magistralmente se assinalou; chegou, enfim, após ingentos labores e graves crises, ao equilibrio, á harmonia, á serenidade olimpica, sobranceira ás veleidades de amor proprio, á *æquanimitas* dos romanos, á ataraxia dos gregos, ou, melhor, á conformidade cristã, animada pelo empenho perene de aperfeiçoamento e pela presença de um Alem de misericordia, justiça e reparações.

Aos 83 anos, com expressão de alegria e fôrça, nutria ainda sêde de suspender, de adeantar-se, de ir mais longe, afirmando: "Sou feliz, porque ainda me occorrem idéas cujo exame e realização mereceriam a repetição da vida, e, pronto para a morte, sinto-me disposto a valentes atividades".

E expirou sentado, na attitude do trabalho, a reclamar mais luz, apesar de estar vendo pela janela aberta um claro sol primaveril!

Ha quem encontre em *Fausto*, cuja elaboração o preocupou desde a juventude até ás vespervas do passamento, uma autobiografia, porque travam conflito em ambas as partes do poema as duas almas que o autor confessava possuir, — uma apegada ás paixões terrenas, outra lutando para libertar-se, e voar para o alto, gravitando tudo em tórno do amor, "o salvasvidas que o sustinha sobre as aguas".

O primeiro Fausto, tendo completado o ciclo de ciencia, reconhece, como o sabio dos sabios da Escritura, que tudo é

vaidade ou, como o cantor dos *Simples* que, dada a volta ao mundo e á vida, só achara enganos, decepções, pezar.

Resolve matar-se, mas desvia dos labios a taça envenenada, ao ouvir a voz distante dos sinos e os hinos da Pascoa.

Vem-lhe a ancia de rejuvenescer e amar; recorre para isso ao espirito do mal (inspira sempre o espirito do mal a todos os Voronoffs, que buscam *reparer des ans l'irreparable outrage*.)

Seduz a inocencia, a candura, a fragilidade de Margarida: desgraça-a; mata-lhe o irmão, caindo ella na demencia, no crime, condenada á pena última.

Arrependido, quer salvá-la, e ella o repele com horror.

Morta, eleva-se ao empireo, e ao subir, chama repetidamente pelo causador da sua perda, o seu sedutor.

Na segunda parte, Fausto, depois de mil experiencias e aventuras, naturais e sobrenaturais, havendo disfrutado a belleza antiga, a da idade média, a riqueza, o poder, reconhece de novo a inanidade das aspirações e dos gozos individuais, e que só a abnegação, o devotamento ao proximo podem trazer felicidade.

Não ha, com efeito, prazeres, "que superem os da dedicação".

Centenario, cego, mas resignado, asseverando que então via melhor, occupa-se em dirigir trabalhos de saneamento do sólo, afim de torná-lo mais utilizavel.

Sucumbe, e Mephistopheles vai carregar-lhe a alma para o inferno, conforme se pactuára e os pecados, os crimes de Fausto pareciam exigir.

Do céu, porém, surge uma legião de anjos, semeando rosas.

Afugentam os emissarios malditos e apoderam-se da alma que eles reivindiciam, enquanto se ouve o côro dos bemaventurados, entre os quais Margarida, a pecadora, a quem a propria Virgem Santa, *Mater Gloriosa*, ordena que leve essa alma para região mais alto do que aquella, onde os anjos a queriam deixar.

Assim, o indulto, a redenção, em vez da condenação e do castigo, como nos casos da Samaritana, da Adultera, de Magdalena, do Bom Ladrão, perdoados porque tiveram fé, amaram muito, refugiaram-se em Jesus.

Acentuou um crítico que GÖTTE não só redimiu Margarida e Fausto, como também insinuou a justificação de Mephistopheles, o negador, a dúvida ironica, a tentação, "essa ginastica de consciencia", compreendendo que elle, ao pé de

Fausto, como Sancho ao pé de D. Quichote, era elemento essencial da história e da vida.

Faze da tua existencia uma ascensão, — eis o conselho supremo de um santo á juventude.

GOETHE fê-lo, atingiu culminancias sublimes.

Cá de baixo, as gerações contemplam-no enlevadas, aclamando-o, bendizendo-o.

Era o que, com autoridade de quasi cem anos de ação tambem ascensional, o INSTITUTO HISTORICO acabava de praticar mediante voz inapta e insufficiente, resgatada, porém, por intenção sincera e perfeita.

*(Prolongados applausos).*

Levanta-se a sessão ás 18 e meia horas.

*Vieira Souto*, servindo de 2º secretário.

Antes da sessão, o sr. ministro HUBERT KNIPPING ofereceu ao INSTITUTO belo e grande retrato de GOETHE, ricamente emoldurado, o qual foi colocado na Sala Pública de Leitura.

O SR. PRESIDENTE agradeceu vivamente a s. ex. tão precioso mimo.

---

# ANNEXO

1936

DIRECTORIA — SOCIOS — RESUMO HISTORICO—  
“A REVISTA” — PUBLICAÇÕES ESPECIAES







## DIRECTORIA

*Presidente Perpetuo* — Conde de Affonso Celso.

1º. *Vice-Presidente* — Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva.

2º. *Vice-Presidente* — Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra.

3º. *Vice-Presidente* — Ministro Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes.

4º. *Secretario Perpetuo* — Professor Max Fleiuss.

*Orador Perpetuo* — Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão.

2º. *Secretario* — Dr. Luiz Felipe Vieira Souto.

*Thesoureiro* — Capitão de Mar e Guerra Francisco Radler de Aquino.







## SÓCIOS

### Cadastro social do Instituto Historico e Geographico Brasileiro em 31 de Janeiro de 1936

NOMES E DATAS DA ELEIÇÃO — RESIDÊNCIAS

#### PRESIDENTES HONORARIOS

1 — Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes, 15 de Dezembro de 1915, Itajubá (Minas);

2 — Dr. Epitacio da Silva Pessoa, 11 de Outubro de 1919, Rio de Janeiro;

3 — Dr. Arthur da Silva Bernardes, 15 de Dezembro de 1923, Rio de Janeiro;

4 — Dr. Washington Luis Pereira de Souza, 18 de Julho de 1927, Paris, (França);

5 — Dr. Getulio Dornelles Vargas, 9 de Janeiro de 1934, Rio de Janeiro;

6 — General Agustin P. Justo, 9 de Janeiro de 1934, Buenos Aires, (Republica Argentina).

#### SOCIOS GRANDES BENEMERITOS (5)

1 — Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de Agosto de 1872 — Rua Araujo Gondim n. 24, Leme, Rio de Janeiro;

2 — Dr. Conde de Affonso Celso, 2 de Dezembro de 1892 — Rua Machado de Assis n. 35, Rio de Janeiro;

3 — Professor Max Fleiuss, 3 de Agosto de 1900 — Rua Itapirú n. 391, Rio de Janeiro;

4 — Dr. Eptacio da Silva Pessoa, 29 de Março de 1901 — Rua Voluntarios da Patria n. 25, Rio de Janeiro;

5 — Dr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 21 de Julho de 1905 — Rua das Palmeiras n. 54, Botafogo, Rio de Janeiro.

Nota — Para ser elevado a socio grande benemerito é indispensavel que o socio benemerito tenha, no minimo, 20 annos de serviço ao Instituto e que a proposta alcance 21 assignaturas.

#### SOCIOS BENEMERITOS (15)

1 — Dr. Alfredo do Nascimento Silva, 12 de Dezembro de 1890 — Rua São Clemente n. 413, Rio de Janeiro;

2 — Dr. Barão de Studart, 20 de Maio de 1892 — Fortaleza, Estado do Ceará;

3 — Dr. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de Dezembro de 1899 — Rua Marquez de Abrantes n. 126, Rio de Janeiro;

4 — Ministro Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de Outubro de 1900 — Rua das Palmeiras n. 38, Botafogo, Rio de Janeiro;

5 — Dr. Theodoro Sampaio, 24 de Outubro de 1901 — Rua Soares Cabral n. 9, Rio de Janeiro;

6 — Dr. José Joaquim Seabra, 28 de Abril de 1905 — Rua 2 de Dezembro 124, Rio de Janeiro;

7 — Dr. Clovis Bevilacqua, 15 de Outubro de 1906 — Rua Barão de Mesquita n. 572, Rio de Janeiro;

8 — Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra, 16 de Setembro de 1907 — Rua Voluntarios da Patria n. 435, Rio de Janeiro;

9 — Dr. Ramon J. Cárcano, 1 de Agosto de 1910 — Praia do Flamengo n. 284, Rio de Janeiro;

10 — Dr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 2 de Setembro de 1911 — Rua Florisbella n. 2, Estado de São Paulo;

11 — Dr. Alfredo Valladão, 19 de Julho de 1912 — Regina-Hotel — Rua Ferreira Vianna n. 29, Rio de Janeiro;

12 — Professor Basilio de Magalhães, 27 de Agosto de 1914 — Rua de São Clemente n. 120, Rio de Janeiro.



Ha tres vagas nesta classe.

Nota — Para ser socio benemerito é preciso que o socio effectivo ou correspondente tenha dez annos de serviços ao Instituto.

A proposta deve reunir 12 assignaturas.

#### SOCIOS EFFECTIVOS (40)

1 — Dr. Cincinato Cesar da Silva Braga, 25 de Agosto de 1895 — Rua das Larangeiras n. 83, Rio de Janeiro;

2 — Dr. Nelson Coelho de Senna, 23 de Agosto de 1901 — Rua Octavio Corrêa n. 8, Rio de Janeiro;

3 — Dr. Eduardo Marques Peixoto, 23 de Outubro de 1903 — Rua Augusta n. 46, Santa Thereza, Rio de Janeiro;

4 — Dr. Norival Soares de Freitas, 5 de Outubro de 1908 — Rua de São Pedro n. 138, Nictheroy, Estado do Rio;

5 — Capitão de Mar e Guerra Francisco Radler de Aquino, 26 de Agosto de 1911 — Rua Raul Pompêa n. 133, Copacabana, Rio de Janeiro;

6 — Dr. Afranio de Mello Franco, 27 de Maio de 1912 — Rua de Copacabana n. 1.126, Rio de Janeiro;

7 — General Dr. Liberato Bittencourt, 27 de Maio de 1912 — Rua São Francisco Xavier n. 866, Rio de Janeiro;

8 — Ministro Dr. Helio Lobo, 6 de Julho de 1912 — Rua Paysandú n. 148, Rio de Janeiro;

9 — Almirante Raul Tavares, 23 de Agosto de 1912 — Rua Visconde de Carandahy n. 23, Rio de Janeiro;

10 — Professor Edgard Roquette Pinto, 4 de Agosto de 1913 — Rua Villa Rica n. 13 (Tunel Velho), Rio de Janeiro;

11 — Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de Setembro de 1913 — Rua Voluntarios da Patria n. 448, Rio de Janeiro;

12 — Dr. Laudelino Freire, 31 de Março de 1917 — Rua Haritoff n. 98, Rio de Janeiro;

13 — Capitão de Mar e Guerra Thiers Fleming, 10 de Julho de 1918 — Praia do Russell n. 52, Rio de Janeiro;

14 — Dr. Jonathas Serrano, 24 de Maio de 1919 — Rua Pires de Almeida n. 15, ap. 40 (Laranjeiras), Rio de Janeiro;

15 — Professor Afranio Peixoto, 16 de Julho de 1919 — Rua Paysandú n. 97, Rio de Janeiro;

16 — Commandante Carlos da Silveira Carneiro, 6 de Agosto de 1912 — Rua Annibal de Mendonça (Jangadeiros) n. 99, Ipanema, Rio de Janeiro;

17 — Professor Carlos Miguel Delgado de Carvalho, 6 de Agosto de 1921 — Rua Carvalho Monteiro n. 27, Rio de Janeiro;

18 — Coronel Emilio Fernandes de Souza Docca, 6 de Agosto de 1921 — Rua Moraes e Silva n. 115, Rio de Janeiro;

19 — Commandante Eugenio Teixeira de Castro, 6 de Agosto de 1921 — Rua Pereira da Silva n. 98, Rio de Janeiro;

20 — Dr. Eugenio Vilhena de Moraes, 6 de Agosto de 1921 — Villa N. S. Montenegro, Itaipava, Estado do Rio;

21 — General Dr. José Maria Moreira Guimarães, 6 de Agosto de 1921 — Rua Guimarães n. 49, Estação do Rocha, Rio de Janeiro;

22 — Professor Othelo de Sousa Reis, 6 de Agosto de 1921 — Rua Maria Amalia n. 66, Muda da Tijuca, Rio de Janeiro;

23 — Dr. Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, 6 de Agosto de 1921 — Rua Dias da Rocha n. 46, Copacabana, Rio de Janeiro.

24 — Dr. Alfredo Ferreira Lage, 20 de Julho de 1923 — Rua Candido Mendes n. 58, Gloria, Rio de Janeiro;

25 — Dr. Francisco José de Oliveira Vianna, 19 de Julho de 1924 — Alameda de São Boaventura n. 41, Nictheroy, Estado do Rio;

26 — Dr. Alexandre Emilio Sommer, 22 de Agosto de 1931 — Rua Prudente de Moraes n. 287, Ipanema, Rio de Janeiro;

27 — Capitão Antonio Leoncio Pereira Ferraz, 22 de Agosto de 1931 — Provisoriamente: Abernesia, E F. Campos do Jordão, São Paulo;

28 — Desembargador Fernando Luiz Vieira Ferreira, 22 de Agosto de 1931 — Rua Coronel Moreira Cezar n. 66, Nictheroy.

29 — Dr. Gustavo Barroso, 22 de Agosto de 1931 — Rua Sá Ferreira n. 91, Copacabana, Rio de Janeiro;

30 — Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 22 de Agosto de 1931 — Rua Dona Marianna n. 217, Rio de Janeiro;

31 — Ministro Dr. Hildebrando Accioly, 22 de Agosto de 1931 — Rua Souza Lima n. 87, Copacabana, Rio de Janeiro;

32 — Dr. João da Gosa Ferreira, 22 de Agosto de 1931 — Rua Dona Anna n. 62, Botafogo, Rio de Janeiro;

33 — Dr. José Mattoso Maia Forte, 22 de Agosto de 1931 — Rua José Bonifacio n. 39, Nictheroy, Estado do Rio;

34 — Dr. José Wanderley de Araujo Pinho, 22 de Agosto de 1931 — Avenida Pasteur n. 415, Praia Vermelha, Rio de Janeiro;

35 — Dr. Levi Fernandes Carneiro, 22 de Agosto de 1931 — Rua Gustavo Sampaio n. 92, Copacabana, Rio de Janeiro;

36 — Capitão de Mar e Guerra Lucas Alexandre Boiteux, 22 de Agosto de 1931 — Rua Delgado de Carvalho n. 30, Rio de Janeiro;

37 — Dr. Luiz Antonio Vieira da Silva, 22 de Agosto de 1931 — Rua Conde de Bomfim n. 167, Rio de Janeiro;

38 — Dr. Luiz Felipe Vieira Souto, 22 de Agosto de 1931 — Rua Voluntarios da Patria n. 69, Rio de Janeiro;

39 — Dr. Manuel Tavares Cavalcanti, 22 de Agosto de 1931 — Rua Osorio de Almeida n. 7, Rio de Janeiro;

40 — Dr. Mario de Souza Ferreira, 22 de Agosto de 1931 — Rua Senador Furtado n. 97, Casa VII, Rio de Janeiro;

41 — Ministro Dr. Octavio Tarquinio de Souza, 22 de Agosto de 1931 — Rua Aura n. 66, Gavea, Rio de Janeiro;

42 — Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, 22 de Agosto de 1931 — Rua Xavier da Silveira n. 22, Copacabana, Rio de Janeiro;

43 — Dr. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes Filho, 22 de Agosto de 1931 — Rua de São Clemente n. 421, Rio de Janeiro;

44 — Dr. Virgilio Corrêa Filho, 22 de Agosto de 1931 — Estrada Nova da Tijuca, 1.008 — Rio de Janeiro;

45 — Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, 22 de Dezembro de 1931 — Rua Gustavo Sampaio n. 110, Rio de Janeiro;

46 — Dr. Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães, 22 de Dezembro de 1931 — Rua Pinheiro Machado (Guana-  
bara) n. 76, Rio de Janeiro.

Observação: Ha um excesso de seis socios e, na forma do resolvido na assembléa geral de 22 de Agosto de 1931, não poderá ser acceita proposta alguma sem existiu vaga na classe.

#### SOCIOS CORRESPONDENTES (40)

1 — José Feliciano de Oliveira, 19 de Fevereiro de 1904 — Paris (França);

2 — Dr. Eurico de Góes, 3 de Outubro de 1910 — Bibliotheca Municipal de São Paulo, São Paulo;

3 — Professor Braz Hermenegildo do Amaral, 22 de Junho de 1911 — Cidade do Salvador, Estado da Bahia, provisoriamente: rua Venancio Flores, n. 53, Leblon — Rio de Janeiro;

4 — Embaixador José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de Julho de 1911 — Embaixada do Brasil, Buenos Aires (Republica Argentina);

5 — Dr. Dom José Salgado, 10 de Outubro de 1911 — Montevidéo (Republica do Uruguay);

6 — Dr. Washington Luis Pereira de Sousa, 4 de Maio de 1912 — Paris (França);

7 — Dr. Alberto Rangel, 6 de Junho de 1912 — Paris (França);

8 — Dr. Nicolau José Debané, 23 de Agosto de 1912 — Cairo (Egypito);

9 — Dr. Eugenio de Andrada Egas, 28 de Junho de 1913 — Rua Bella Cintra n. 801, São Paulo;

10 — Professor Fidelino de Figueiredo, 28 de Julho de 1913 — Lisboa (Portugal);

11 — Dr. Alberto Lamego, 28 de Julho de 1915 — Airizes, Campos (Estado do Rio de Janeiro);

12 — Dom Juan José Biedma, 12 de Outubro de 1915 — Buenos Aires (Republica Argentina);

13 — Ministro Dr. Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, 31 de Maio de 1917 — Legação do Brasil, Caracas (Republica de Venezuela);

14 — Dr. Mario Carneiro do Rego Mello, 31 de Maio de 1917 — Recife (Pernambuco);

15 — Professor Roberto Lehmann Nitsche, 31 de Maio de 1917 — Buenos Aires (Republica Argentina);

16 — Professor Clemente Gaspar Maria Brandenburger, 15 de Outubro de 1919 — Vassouras (Estado do Rio de Janeiro);

17 — Dr. Bernardino José de Sousa, 6 de Agosto de 1921 — Cidade do Salvador (Estado da Bahia);

18 — Embaixador Dr. José Carlos de Macedo Soares, 6 de Agosto de 1921 — São Paulo, Provisoriamente: Palacio Itamaraty, Rio de Janeiro.

19 — Embaixador Dom Victor Manuel Maurtua, 27 de Abril de 1923 — Lima (República do Perú);

20 — Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa, 10 de Julho de 1926 — Cuyabá (Estado de Matto Grosso);

21 — Dr. Dom Ricardo Levene, 1 de Outubro de 1928 — Buenos Aires (Republica Argentina);

22 — Dr. Sylvio Rangel de Castro, 13 de Setembro de 1930 — Embaixada do Brasil no Vaticano, Roma (Italia);

23 — Embaixador Dr. Carlos Magalhães de Azeredo, 22 de Agosto de 1931 — Villa di Villa Emiliani, 9 — Parioli — Roma;

24 — Dr. Djalma Forjáz, 22 de Agosto de 1931 — Rua Rodrigo Claudio, n. 225, (São Paulo);

25 — Dr. Estevam de Mendonça, 22 de Agosto de 1931 — Cuyabá (Estado de Matto Grosso);

26 — Professor José de Alcantara Machado de Oliveira, 22 de Agosto de 1931 — São Paulo;



27 — Professor Lucio José dos Santos, 22 de Agosto de 1931 — Bello Horizonte (Estado de Minas Geraes);

28 — Luis Enrique Azarola Gil, 30 de Julho de 1934 — Federico Lacrze, n. 2.100, Buenos Aires (Republica Argentina);

29 — Dr. Argeu de Segadas Machado Guimarães, 30 de Julho de 1934 — Embaixada do Brasil em Lima (Perú);

30 — Dr. Caio de Mello Franco, 30 de Julho de 1934 — Embaixada do Brasil em Londres (Inglaterra);

31 — Dr. Luis da Camara Cascudo, 30 de Julho de 1934 — Natal (Rio Grande do Norte);

32 — Dr. Paulo Setubal, 15 de Dezembro de 1934 — Rua Carlos Sampaio n. 291 (São Paulo);

33 — Dr. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, 15 de Dezembro de 1934 — Rua Carlos Sampaio, n. 118 (São Paulo);

34 — Dr. Joaquim de Sousa Leão Filho, 15 de Dezembro de 1934 — Legação do Brasil em Quito (Equador);

35 — Professor Antonio Augusto Mendes Corrêa, 15 de Dezembro de 1934 — Porto (Portugal);

36 — Professor Armando de Mattos, 15 de Dezembro de 1934 — Coimbra (Portugal);

37 — Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho, 15 de Dezembro de 1934 — Lisboa (Portugal);

38 — Monsenhor Federico Lunardi, 28 de Maio de 1935, actualmente: Nunciatura Apostolica Praia de Botafogo 340, Rio de Janeiro.

Ha duas vagas.

#### SOCIOS HONORARIOS (30)

1 — Ministro Conselheiro João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, 15 de Maio de 1898 — Rua São Clemente n. 443, casa 1, Rio de Janeiro;

2 — Dr. Paulino José Soares de Souza, 10 de Junho de 1898 — Petropolis (Estado do Rio);

3 — Dom Pedro de Orléans e Bragança, 22 de Junho de 1900 — Chateau d'Eu, Seine Inférieure (França);

- 4 — Dr. Dom Manuel B. Otero, 24 de Maio de 1901 — Montevideó (Republica do Uruguay);
- 5 — Dr. Sebastião de Sá Soto-Maior, 23 de Agosto de 1901 — Curitiba (Estado do Paraná);
- 6 — Embaixador José Manuel Cardozo de Oliveira, 22 de Maio de 1903 — Rio de Janeiro;
- 7 — Arcebispo Dom João Braga, 21 de Julho de 1905 — Curitiba (Estado do Paraná);
- 8 — Dr. Bernardino Luiz Machado Guimarães, 9 de Julho de 1906 — Vigo (Espanha);
- 9 — Dr. Dom Daniel Garcia Acevedo, 3 de Dezembro de 1906 — Montevideó (Republica do Uruguay);
- 10 — Henry R. Lang, 22 de Junho de 1911 — New York (Estados Unidos da America do Norte);
- 11 — Professor Luiz Gastão de Escragnolle Doria, 4 de Maio de 1912 — Rio de Janeiro;
- 12 — Ministro Ataulpho Napoles de Paiva, 6 de Junho de 1912 — Rio de Janeiro;
- 13 — Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de Junho de 1912 — Rio de Janeiro;
- 14 — Antonio Portugal de Faria (Visconde de Faria), 23 de Maio de 1914 — Lisboa (Portugal);
- 15 — Dr. Dom Lucas Ayaragaray, 23 de Maio de 1914 — Buenos Aires (Republica Argentina);
- 16 — Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de Junho de 1915 — Rua do Cosme Velho n. 121, Rio de Janeiro;
- 17 — José Cervaens y Rodriguez, 12 de Outubro de 1915 — Porto (Portugal);
- 18 — Ministro Dr. Annibal Velloso Rabello, 12 de Outubro de 1915 — Rio de Janeiro;
- 19 — Ministro Dr. João Martins de Carvalho Mourão, 19 de Outubro de 1916 — Rua São Salvador n. 38, Rio de Janeiro;
- 20 — Dr. Joaquim Bensaúde, 6 de Agosto de 1921 — Lisboa (Portugal);
- 21 — Dr. Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, 6 de Agosto de 1921 — Rua de Copacabana n. 76, Rio de Janeiro;

22 — Ministro Dr. Dom Diego Carbonell, 20 de Julho de 1923 — Bogotá (Republica da Colombia);

23 — Dom Alberto Ballon Landa, 18 de Julho de 1927 — Lima (Republica do Perú);

24 — Dom Jorge Corbacho, 18 de Julho de 1927 — Lima, (Republica do Perú);

25 — Dom Pedro Dulanto, 18 de Julho de 1927 — Lima, (Republica do Perú);

26 — Dom Victor Muñoz Reys, 18 de Julho de 1927 — La Paz, (Republica da Bolivia);

27 — Embaixador Luiz Martin de Sousa Dantas, 29 de Junho de 1928 — Embaixada do Brasil, Paris, (França);

28 — Embaixador Raul Régis de Oliveira, 29 de Junho de 1928 — Embaixada do Brasil, Londres, (Inglaterra);

29 — Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, 1 de Outubro de 1928 — Palacio São Joaquim — Gloria, Rio de Janeiro;

30 — Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, 1 de Outubro de 1928 — Palacio Archiepiscopal, São Paulo;

31 — Professor Paul Rivet, 13 de Setembro de 1930 — Paris, (França);

22 — Professor Percy Alvin Martin, 13 de Setembro de 1930 — California, (Estados Unidos da America do Norte);

33 — Paul Coulet (padre), 22 de Junho de 1931 — Paris, (França);

34 — Dr. Alfredo Lisboa, 22 de Agosto de 1931 — Rua Barata Ribeiro n. 496, Copacabana, Rio de Janeiro;

35 — Ministro Hubert Knipping, 22 de Agosto de 1931 — Stuttgart Wurtemberg (Allemanha);

36 — Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarcha, 27 de Outubro de 1934 — Lisboa, (Portugal);

Ha um excesso de seis socios.

Secretaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, 31 de Janeiro de 1936. — *Lafayette Silva*, chefe.

## RELAÇÃO CHRONOLOGICA

## NOMES E DATAS DA ENTRADA NO INSTITUTO

1. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, 16 de Agosto de 1872, grande benemerito;
2. Alfredo do Nascimento Silva, 12 de Dezembro de 1890, benemerito;
3. Barão de Studart, 20 de Maio de 1892, benemerito;
4. Conde de Affonso Celso, 2 de Dezembro de 1892, grande benemerito;
5. Cincinato Cesar da Silva Braga, 25 de Agosto de 1895, effectivo;
6. João de Oliveira Sá Camelo Lampreia, 15 de Maio de 1898, honorario;
7. Paulino José Soares de Sousa Filho, 10 de Junho de 1898, honorario;
8. Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, 12 de Dezembro de 1899, benemerito;
9. Dom Pedro de Orléans e Bragança, 22 de Junho de 1900, honorario;
10. Max Fleiuss, 3 de Agosto de 1900, grande benemerito;
11. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes, 26 de Outubro de 1900, benemerito;
12. Eпитacio da Silva Pessoa, 29 de Março de 1901, grande benemerito;
13. Dom Manoel B. Otéro, 24 de Maio de 1901, honorario;
14. Nelson Coelho de Senna, 23 de Agosto de 1901, effectivo;
15. Sebastião Paraná de Sá Soto-maior, 23 de Agosto de 1901, honorario;
16. Theodoro Sampaio, 24 de Outubro de 1902, benemerito;
17. José Manuel Cardoso de Oliveira, 22 de Maio de 1903, honorario;

18. Eduardo Marques Peixoto, 23 de Outubro de 1903, effectivo;

19. José Feliciano de Oliveira, 19 de Fevereiro de 1904, correspondente;

20. José Joaquim Seabra, 28 de Abril de 1905, benemerito;

21. Dom João Braga, 21 de Julho de 1905, honorario;

22. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 21 de Julho de 1905, grande benemerito;

23. Bernardino Luis Machado Guimarães, 9 de Julho de 1906, honorario;

24. — Dom Daniel Garcia Acevedo, 3 de Setembro de 1906, honorario;

25. Clovis Bevilacqua, 15 de Outubro de 1906, benemerito;

26. Augusto Tavares de Lyra, 16 de Setembro de 1907, benemerito;

27. Norival Soares de Freitas, 5 de Outubro de 1908, effectivo;

28. Dom Ramon J. Cárcano, 1 de Agosto de 1910, benemerito;

29. Eurico de Góes, 3 de Outubro de 1910, correspondente;

30. Braz Hermenegildo do Amaral, 22 de Junho de 1911, correspondente;

31. Henry R. Lang, 22 de Junho de 1911, honorario;

32. José Bonifacio de Andrada e Silva, 15 de Julho de 1911, correspondente;

33. Francisco Radler de Aquino, 26 de Agosto de 1911, effectivo;

34. Affonso d'Escragnolle Taunay, 23 de Setembro de 1911, benemerito;

35. Dom José Salgado, 10 de Outubro de 1911, correspondente;

36. Luis Gastão de Escragnolle Doria, 4 de Maio de 1912, honorario;



37. Washington Luis Pereira de Sousa, 4 de Maio de 1912, correspondente;

38. Afranio de Mello Franco, 27 de Maio de 1912, effectivo;

39. Liberato Bittencourt, 27 de Maio de 1912, effectivo;

40. Alberto Rangel, 6 de Junho de 1912, correspondente;

41. Ataulpho Napoles de Paiva, 6 de Junho de 1912, honorario;

42. Francisco Agenor de Noronha Santos, 6 de Junho de 1912, honorario;

43. Helio Lobe, 6 de Junho de 1912, effectivo.

44. Alfredo Valladão, 19 de Julho de 1912, benemerito;

45. Nicolau José Debané, 2 de Agosto de 1912, correspondente;

46. Raul Tavares, 23 de Agosto de 1912, effectivo;

47. Eugenio de Andrada Egas, 28 de Julho de 1913, correspondente;

48. Fidelino de Figueiredo, 28 de Julho de 1913, correspondente;

49. Edgard Roquette Pinto, 4 de Agosto de 1913, effectivo;

50. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, 26 de Setembro de 1913, effectivo;

51. Antonio de Portugal de Faria (Visconde de Faria), 23 de Maio de 1914, honorario;

52. Dom Lucas Ayarragaray, 23 de Maio de 1914, honorario;

53. Basilio de Magalhães, 27 de Agosto de 1914, benemerito;

54. Antonio de Barros Ramalho Ortigão, 28 de Junho de 1915, honorario;

55. Alberto Lamego, 28 de Julho de 1915, correspondente;

56. Annibal Velloso Rabello, 12 de Outubro de 1915, honorario;

57. Dom Juan José Biédma, 12 de Outubro de 1915, **correspondente;**

58. José Cervaens y Rodriguez, 12 de Outubro de 1915, **honorario;**

59. João Martins de Carvalho Mourão, 19 de Outubro de 1916, **honorario;**

60. Jeronymo de Avellar Figueira de Mello, 31 de Maio de 1917, **correspondente;**

61. Laudelino Freire, 31 de Maio de 1917, **effectivo;**

62. Mario Carneiro do Rego Mello, 31 de Maio de 1917, **correspondente;**

63. Roberto Lehmann Nitscche, 31 de Maio de 1917, **correspondente;**

64. Thiers Fleming, 10 de Junho de 1918, **effectivo;**

55. Jonathas Serrano, 24 de Maio de 1919, **effectivo;**

66. Afranio Peixoto, 16 de Junho de 1919, **effectivo;**

67. Clemente Gaspar Maria Brandenburger, 15 de Outubro de 1919, **correspondente;**

68. Bernardino José de Sousa, 6 de Agosto de 1921, **correspondente;**

69. Carlos da Silveira Carneiro, 6 de Agosto de 1921, **effectivo;**

70. Carlos Miguel Delgado de Carvalho, 6 de Agosto de 1921, **effectivo;**

71. Emilio Fernandes de Sousa Docca, 6 de Agosto de 1921, **effectivo;**

72. Eugenio Teixeira de Castro, 6 de Agosto de 1921, **effectivo;**

73. Eugenio Vilhena de Moraes, 6 de Agosto de 1921, **effectivo;**

74. Joaquim Bensaúde, 6 de Agosto de 1921, **honorario;**

75. José Carlos de Macedo Soares, 6 de Agosto de 1921, **correspondente;**

76. José Maria Moreira Guimarães, 6 de Agosto de 1921, **effectivo;**

77. Olympio Arthur Ribeiro da Fonseca, 6 de Agosto de 1921, **honorario;**

78. Othelo de Sousa Reis, 6 de Agosto de 1921, effectivo;
79. Rodolpho Augusto de Amorim Garcia, 6 de Agosto de 1921, effectivo;
80. Alfredo Ferreira Lage, 20 de Julho de 1923, effectivo;
81. Dom Diégo Carbonell, 29 de Julho de 1923, honorario;
82. Francisco José de Oliveira Vianna, 19 de Julho de 1924, effectivo;
83. Victor Manuel Maúrtua, 27 de Abril de 1925, correspondente;
84. Dom Francisco de Aquino Corrêa, 10 de Julho de 1926, correspondente;
85. Dom Alberto Ballon Landa, 18 de Julho de 1927, honorario;
86. Dom Jorge Corbacho, 18 de Julho de 1927, honorario;
87. Dom Pedro Dulanto, 18 de Julho de 1927, honorario;
88. Dom Victor Muñoz Reys, 18 de Julho de 1927, honorario;
89. Luis Martins de Sousa Dantas, 29 de Julho de 1928, honorario;
90. Raul Regis de Oliveira, 29 de Julho de 1928, honorario;
91. Cardeal Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, 1 de Outubro de 1928, honorario;
92. Dom Duarte Leopoldo e Silva, 1 de Outubro de 1928, correspondente;
93. Ricardo Levene, 1 de Outubro de 1928, correspondente;
94. Paul Rivet, 13 de Setembro de 1930, honorario;
95. Percy Alvin Martin, 13 de Setembro de 1930, honorario;
96. Sylvio Rangel de Castro, 13 de Setembro de 1930, correspondente;

97. Padre Paul Coulet, 22 de Junho de 1931, honorario.  
rario;

98. Alexandre Emilio Sommier, 22 de Agosto de 1931,  
effectivo;

99. Alfredo Lisboa, 22 de Agosto de 1931, honorario;

100. Antonio Leoncio Pereira Ferraz, 22 de Agosto de  
1931, effectivo;

101. Carlos Magalhães de Azeredo, 22 de Agosto de 1931,  
correspondente;

102. Djalma Forjaz, 22 de Agosto de 1931, correspon-  
dente;

103. Fernando Luis Vieira Ferreira, 22 de Agosto de  
1931, effectivo;

104. Gustavo Barroso, 22 de Agosto de 1931, effectivo;

105. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 22 de  
Agosto de 1931, effectivo;

106. Hildebrando Accioly, 22 de Agosto de 1931, effe-  
ctivo;

107. Hubert Knipping, 22 de Agosto de 1931, honorario;

108. José de Alcantara Machado de Oliveira, 22 de  
Agosto de 1931, correspondente;

109. José Mattoso Maia Forte, 22 de Agosto de 1931,  
effectivo;

110. José Wanderley de Araujo Pinho, 22 de Agosto  
de 1931, effectivo;

111. Levi Fernandes Carneiro, 22 de Agosto de 1931,  
effectivo;

112. Lucas Alexandre Boiteux, 22 de Agosto de 1931,  
effectivo.

113. Lucio José dos Santos, 22 de Agosto de 1931, cor-  
respondente;

114. Luis Antonio Vieira da Silva, 22 de Agosto de 1931,  
effectivo;

115. Luis Felipe Vieira Souto, 22 de Agosto de 1931,  
effectivo;

116. Manoel Tavares Cavalcanti, 22 de Agosto de 1931,  
effectivo;

117. Mario de Sousa Ferreira, 22 de Agosto de 1931, effectivo;

118. Octavio Tarquinio de Sousa, 22 de Agosto de 1931, effectivo;

119. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, 22 de Agosto de 1931, effectivo;

120. Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes Filho, 22 de Agosto de 1931, effectivo;

121. Virgilio Corrêa Filho, 22 de Agosto de 1931, effectivo;

122. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, 22 de Dezembro de 1931, effectivo;

123. Fernando Augusto Ribeiro de Magalhães, 22 de Dezembro de 1931, effectivo;

124. Argeu de Segadas Machado Guimarães, 30 de Julho de 1934, correspondente;

125. Cardeal Patriarcha Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, 27 de Outubro de 1934, honorario;

126. Paulo Setubal, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;

127. Vicente de Paulo Vicente de Azevedo, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;

128. Joaquim de Sousa Leão Filho, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;

129. Antonio Augusto Mendes Corrêa, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;

130. Armando de Mattos, 15 de Dezembro de 1934, correspondente;

131. Carlos Viegas Gago Coutinho, 15 de Dezembro de 1934, correspondente.

132. Frederico Lunardi, 28 de Maio de 1935, correspondente.

#### ORDEM ALPHABETICA

Accioly (Hildebrando) Effectivo.

Azevedo (Daniel Garcia) Honorario.

Afonso Celso (Conde de) Grande benemerito e Presidente perpetuo.



Alcantara Machado (José de Alcantara Machado de Oliveira) Correspondente.

Amaral (Braz Hermenegildo do) Correspondente.

Antonio Carlos (Antonio Carlos Ribeiro de Andrada) Effectivo.

Aquino Corrêa (Francisco de) Correspondente.

Ayaragaray (Lucas) Honorario.

Azeredo (Carlos Magalhães de) Correspondente.

Barboza Lima Sobrinho (Alexandre José) Effectivo.

Bensaúde (Joaquim) Honorario.

Bevilaqua (Clovis) Benemerito.

Biédma (Juan José) Correspondente.

Bittencourt (Liberato) Effectivo.

Boiteux (Lucas Alexandre) Effectivo.

Braga (Cincinato Cezar da Silva) Effectivo.

Braga (João) Honorario.

Brandenburger (Clemente Gaspar Maria) Correspondente.

Calmon (Pedro Calmon Muniz de Bittencourt) Effectivo.

Camelo Lamprêa (João de Oliveira Sá) Honorario.

Carbonell (Diégo) Honorario.

Cárcano (Ramon J.) Benemerito.

Cardoso de Oliveira (José Manuel) Honorario.

Carneiro (Carlos da Silveira) Effectivo.

Carneiro (Levi) Effectivo.

Carvalho (Carlos Miguel Delgado de) Effectivo.

Carvalho (Miguel Joaquim Ribeiro de) Benemerito.

Carvalho Mourão (João Martins de) Honorario.

Cascudo (Luis da Camara) Correspondente.

Castro (Eugenio Teixeira de) Effectivo.

Castro (Sylvio Rangel de) Correspondente.

Cerejeira (Manuel Gonçalves) Honorario.

Cervaens y Rodriguez (José) Honorario.

Corbacho (Jorge) Honorario.

- Corrêa Filho (Virgilio) Effectivo.
- Coulet (Paul) Honorario.
- Debané (Nicolau José) Correspondente.
- Dulanto (Pedro) Honorario.
- Egas (Eugenio de Andrada) Correspondente.
- Escragnolle Doria (Luis Gastão de) Honorario.
- Escragnolle Taunay (Affonso de) Benemerito.
- Faria (Antonio Portugal de), vinconde. Correspondente.
- Ferráz (Antonio Leoncio Pereira) Effectivo.
- Figueira de Mello (Jeronymo de Avellar) Correspondente.
- Figueiredo (Fidelino) Correspondente.
- Fleiuuss (Max) Grande benemerito e 1º Secretario Perpetuo.
- Fleming (Thiers) Effectivo.
- Fonseca (Olympio Arthur Ribeiro da) Honorario.
- Forjáz (Djalma) Correspondente.
- Freire (Laudelino) Effectivo.
- Freitas (Norival Soares de) Effectivo.
- Gago Coutinho (Carlos Viégas) Correspondente.
- Garcia (Rodolfo Augusto de Amorim) Effectivo.
- Góes (Eurico de) Correspondente.
- Guimarães (Argeu de Segadas Machado) Correspondente.
- José Bonifacio (José Bonifacio de Andrada e Silva) Correspondente.
- Knipping (Hubert) Honorario.
- Lage (Alfredo Ferreira) Effectivo.
- Lamego (Alberto) Correspondente.
- Landa (Alberto Ballon) Honorario.
- Lang (Henry) Honorario.
- Leão Teixeira Filho (Henrique Carneiro) Effectivo.
- Lehman-Nitsche (Roberto) Correspondente.
- Leme (Sebastião Leme da Silveira Cintra) Honorario.

Leopoldo e Silva (Duarte) Correspondente.

Levene (Ricardo) Correspondente.

Lisbôa (Alfredo) Honorario.

Lobo (Helio) Effectivo.

Lunardi (Federico) Correspondente.

Lyra (Augusto Tavares de) Benemerito e 2º Vice-Presidente.

Macedo Soares (José Carlos de) Correspondente.

Machado Guimarães (Bernardino Luis) Honorario.

Magalhães (Basilio de) Benemerito.

Magalhães (Fernando Augusto Ribeiro de) Effectivo.

Manuel Cicero (Manuel Cicero Peregrino da Silva) Grande benemerito e 1º Vice-Presidente.

Marques Peixoto (Eduardo) Effectivo.

Martin (Percy Alvin) Honorario.

Mattos (Armando de) Correspondente.

Mattoso Maia Forte (José) Effectivo.

Maúrtua (Victor Manuel) Honorario.

Mello Franco (Afranio) Effectivo.

Mello Franco (Caio) Correspondente.

Mendes Corrêa (Antonio Augusto) Correspondente.

Moreira Guimarães (José Maria) Effectivo.

Mendonça (Estevão de) Correspondente.

Nascimento Silva (Alfredo) Benemerito.

Noronha Santos (Francisco Agenor de) Honorario.

Oliveira (José Feliciano de) Correspondente.

Oliveira (Raul Regis de) Honorario.

Oliveira Vianna (Francisco José de) Effectivo.

Orléans e Bragança (Pedro) Honorario.

Otero (Manuel B.) Honorario.

Paiva (Ataulpho Napoles de) Honorario.

Peixoto (Afranio) Effectivo.

Pessoa (Epitacio da Silva) Grande benemerito e Presidente Honorario.

Radler de Aquino (Francisco) Effectivo e Thesoureiro.

Ramalho Ortigão (Antonio de Barros) Honorario.

Ramiz Galvão (Benjamin Flanklin) Grande benemerito e Orador Perpetuo.

Rangel (Alberto) Correspondente.

Rego Mello (Mario Carneiro do) Correspondente.

Rivet (Paul) Honorario.

Roquette Pinto (Edgard) Effectivo.

Rodrigo Octavio, Benemerito.

Rodrigo Octavio Filho (Rodrigo Octavio de Langgaard Menezes Filho) Effectivo.

Salgado (José) Correspondente.

Sampaio (Theodoro) Benemerito.

Santos (Lucio José dos) Correspondente.

Seabra (José Joaquim) Benemerito.

Senna (Nelson Coelho de) Effectivo.

Serrano (Jonathas) Effectivo.

Setubal (Paulo) Correspondente.

Sommier (Alexandre Emilio) Effectivo.

Sousa (Bernardino José de) Correspondente.

Soto-maior (Sebastião de Sá Paraná) Honorario.

Souza (Octavio Tarquinio) Effectivo.

Sousa Dantas (Luis Martins de) Honorario.

Sousa Docca (Emilio Fernandes de) Effectivo.

Souza Ferreira (Mario de) Effectivo.

Souza (Paulino José Soares de) Honorario.

Souza Reis (Othelo de) Effectivo.

Studart (Barão de) Benemerito.

Tavares (Raul) Effectivo.

Tavares Cavalcanti (Manuel) Effectivo.

Valladão (Alfredo) Benemerito.

Vellozo Rabello (Annibal) Honorario.

Vicente de Azevedo (Vicente de Paulo Vicente de Azevedo) Correspondente,

Vieira Ferreira (Fernando Luis), Effectivo.

Vieira da Silva (Luis Antonio) Effectivo.

Vieira Souto (Luis Felipe) Effectivo e 2º Secretario.

Vilhena de Moraes (Eugenio) Effectivo.

Wanderley de Pinho (José Wanderley de Araujo Pinho) Effectivo.

Washington Luis (Washington Luis Pereira de Sousa) Correspondente e Presidente Honorario.

SÓCIOS FALLECIDOS DEPOIS DA SESSÃO MAGNA DE 21  
DE OUTUBRO DE 1935

Felix Pacheco, Benemerito, 6 de Dezembro de 1935.  
Alipio Gama, Honorario, 21 de Dezembro de 1935.





---

## RESUMO HISTORICO

A 18 de Agosto de 1838, em sessão da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, presidida por frei Custodio Alves Serrão, foi apresentada uma proposta pelo marechal Raymundo José da Cunha Mattos e pelo conego Januario da Cunha Barbosa, para creação de um Instituto Historico e Geographico Brasileiro, filiado áquella sociedade.

A 21 de Outubro do mesmo anno de 1838, reuniram-se 27 brasileiros illustres em uma sala do antigo Museu Nacional, então no Campo de Sant'Anna (onde está hoje o Archivo Nacional), sob a presidencia do marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvin, depois visconde de Jerumirim, e fundaram o INSTITUTO HISTORICO GEOGRAPHICO BRASILEIRO com o fim de:

“1°. Colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a Historia e Geographia do Brasil e assim tambem promover os conhecimentos destes dois ramos scientificos, por meio do ensino publico, logo que os cofres sociaes o permitissem.

2°. Corresponder-se com as associações congeneres do Velho e Novo Mundo.

3°. Ramificar-se nas provincias do Imperio, para mais facil desempenho dos fins a que se propunha.

4°. Publicar a *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*.

Segundo os actuaes Estatutos, de 6 de Março de 1826, o quadro social compõe-se de:

Socios grandes benemeritos em numero de 5:

Socios benemeritos, em numero de 15;

Socios effectivos em numero de 40;

Socios correspondentes, em numero de 40;

Socios honorarios, em numero de 30.

Para ser admittido como socio, deverá o candidato apresentar trabalho proprio sobre Historia, Geographia, Ethnographia ou Archeologia.

A 26 de Fevereiro de 1839, o visconde de São Leopoldo, presidente do INSTITUTO, submettia ao regente Pedro de Araujo Lima o projecto de estatutos, que recebeu do Ministro do Imperio, Bernardo Pereira de Vasconcellos, a approvação imperial, em aviso de 4 de Abril daquelle anno.

Veio depois, alem de outros actos officiaes, o decreto legislativo n. 4.492, de 18 de Janeiro de 1922, assignado pelo presidente Epitacio Pessoa, autorizando o accôrdo no qual ficou estabelecida uma subvenção permanente e foram feitas varias concessões e firmados compromissos para o Instituto

Desse decreto legislativo decorreu o decreto n. 15.431, de 5 de Abril de 1922, mandando lavrar o accôrdo que foi levado a effeito em 18 do mesmo mez e anno e approved pelo Tribunal de Contas.

O INSTITUTO tem como distinctivos a farda creada pelo decreto de 2 de Março de 1860, um collar e medalha de ouro e uma roseta de côr azul celeste.

A primeira sessão do INSTITUTO realizou-se em 21 de Outubro de 1838 e as demais têm sido sempre effectuadas, sem interrupção.

O Imperador dom Pedro II presidiu a 506 sessões.

A bibliotheca do Instituto consta de 80 mil volumes; o archivo de mais de 40 mil documentos; a mapotheca de mais de 4 mil mappas; o museu, creado em 1851, encerra preciosas reliquias, quadros, estampas, modelos, e mais de oito mil retratos classificados.

A *Revista do Instituto* iniciou sua publicação em 1839. Consta até Fevereiro de 1936 de 166 volumes. Destes estão esgotados os tomos 6, 8, 9, 10, 12, 14, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 44, 51, 74, 79, 82, e voumes 162 e 163.

Têm sido presidentes do Instituto:

1°. Marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres e Alvim (Visconde de Jerumirim); 2°, José Feliciano Fernandes Pimheiro, (visconde de São Leopoldo); 3°, Candido José de Araujo Vianna (marquez de Sapucahy); 4°, Luiz Pedreira do

outo Ferraz (visconde de Bom Retiro); 5º, Joaquim Norberto de Sousa e Silva; 6º conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro; 7º, João Lustosa da Cunha Paranaguá (marquez de Paranaguá); 8º, José Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco); 9º, dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo (conde de Affonso Celso), actual presidente.

Foram vice-presidentes:

1º, Marechal Raymundo José da Cunha Mattos; 2º, Candido José de Araujo Vianna (Marques de Sapucahy); 3º, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (visconde de Sepetiba); 4º, Candido Baptista de Oliveira; 5º, Luis Pedreira de Couto Ferraz (visconde de Bom-Retiro); 6º, Manuel Ferreira Lagos; 7º, Joaquim Manuel de Macedo; 8º, Manuel de Araujo Porto-Alegre (barão de Santo Angelo); 9º, Joaquim Norberto de Sousa e Silva; 10, Henrique de Beaurepaire-Rohan (visconde de Beaurepaire-Rohan); 11º, Olegario Herculano de Aquino e Castro; 12º, Joaquim Pires Machado Portella; 13º, Cesar Augusto Marques; 14º, João Severiano da Fonseca; 15º, Manoel Francisco Corrêa; 16º, João Lustosa da Cunha Paranaguá (marquez de Paranaguá) 17º, Antonio Ferreira de Sousa Pitanga, 18º, Affonso Celso de Assis Figueiredo (visconde de Ouro-Preto ); 19º Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (barão Homem de Mello); 20º, Pedro Augusto Carneiro Lessa.

Os actuaes são — Drs. Manuel Cicero Peregrino da Silva, Augusto Tavares de Lyra e Rodrigo Octavio de Langgaard Mezezes.

Foram até agora primeiros secretarios:

1º, Conego Januario da Cunha Barbosa; 2º, Manuel Ferreira Lagos; 3º, Francisco Adolpho de Varnhagen (visconde de Porto Seguro); 4º, dr. Joaquim Manuel de Macedo; 5º, Manuel de Araujo Porto Alegre (barão de Santo Angelo); 6º, conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; 7º, dr. José Ribeiro de Sousa Fontes (visconde de Sousa Fontes); 8º, dr. Manuel Duarte Moreira de Azevedo; 9º, dr. João Franklin da Silveira Tavora; 10º, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello (barão Homem de Mello) 11º, dr. João Severiano da Fonseca; 12º dr. José Alexandre Teixeira de Mello; 13º, Henrique Raffard; 14º, prof. Max Fleiuss (actual secretario.)

Têm sido segundos secretarios:

1º, dr. Emilio Joaquim da Silva Maia; 2º, Manuel Ferreira Lagos; 3º, Santiago Nunes Ribeiro; 4º, dr. Francisco de Paula

Menezes; 5º, Joaquim Norberto de Sousa e Silva; 6º, conego dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; 7º, dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras; 8º, dr. José Ribeiro de Sousa Fontes (visconde de Sousa Fontes); 9º, dr. Carlos Honório de Figueiredo; 10º, dr. Joaquim Pires Machado Portella; 11º, major Augusto Fausto de Sousa; 12º, dr. José Alexandre Teixeira de Mello; 13º commendador Henrique Raffard; 14º, dr. Alfredo Nascimento Silva; 15º dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt; 16º, dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro; 17º, dr. Evaristo Nunes Pires; 18º, prof. Max Fleiuss; 19º, dr. Alcebiades Furtado; 20º, dr. Augusto Olympio Viveiros de Castro; 21º, dr. Luis Gastão de Escragnolle Doria (interino); 22º, dr. Gastão Ruch Sturszencker; 23º, dr. Edgard Roquette Pinto; 24º, ministro Agenor de Roure; 25º, dr. Luis Felipe Vieira Souto (actual).

**Têm sido oradores:**

1º, dr. Pedro de Alcantara Bellegarde; 2º, dr. Diogo Soares da Silva de Bivar; 3º, Manuel de Araujo Porto Alegre (barão de Santo Angelo); 4º, dr. Joaquim Manuel de Macedo; 5º, dr. João Franklin da Silveira Tavora; 6º, dr. Alfredo de Escragnolle Taunay (visconde de Taunay); 7º, commendador José Luiz Alves; 8º, dr. Alfredo do Nascimento Silva; 9º, dr. Joaquim Aurelio Barreto Nabuco de Araujo; 10º, desembargador Antonio Ferreira de Souza Pitanga; 11º, dr. Affonso Celso de Assis Figueiredo (conde de Affonso Celso); 12º, dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão (barão de Ramiz), actual.

**Têm sido thesoureiros:**

1º, José Lino de Moura; 2º, Thomé Maria da Fonseca; 3º, João José de Sousa e Silva Rios; 4º, Antonio Alves Pereira Coruja; 5º, conselheiro Olegario Herculanio de Aquino e Castro; 6º, conselheiro Tristão de Alencar Araripe; 7º, Antonio Luiz Von Hoonholtz (barão de Teffé); 8º, dr. Liberato de Castro Carreira; 9º, dr. Francisco Baptista Marques Pinheiro; 10º, Arthur Ferreira Machado Guimarães; 11º, dr. Sebastião de Vasconcellos Galvão (interino); 12º, dr. Norival Soares de Freitas; 13º, dr. Luis Antonio Vieira da Silva; 14º, commandante Carlos da Silveira Carneiro (interino); 15º, capitão de mar e guerra Francisco Radler de Aquino (actual).



---

## A REVISTA

- Tomo 1 — 1839 — Vol. 1.  
Tomo 2 — 1840 — Vol. 2.  
Tomo 3 — 1841 — Vol. 3.  
Tomo 4 — 1842 — Vol. 4.  
Tomo 5 — 1843 — Vol. 5.  
Tomo 6 — 1844 — Vol. 6. — Esgotado.  
Tomo 7 — 1845 — Vol. 7.  
Tomo 8 — 1846 — Vol. 8 — Esgotado.  
Tomo 9 — 1847 — Vol. 9 — Esgotado.  
Tomo 10 — 1848 — Vol. 10 — Esgotado.  
Tomo 11 — 1848 — Vol. 11.  
Tomo 12 — 1849 — Vol. 12. — Esgotado.  
Tomo 13 — 1850 — Vol. 13.  
Tomo 14 — 1851 — Vol. 14 — Esgotado.  
Tomo 15 — 1852 — Vol. 15.  
Tomo 16 — 1853 — Vol. 16.  
Tomo 17 — 1854 — Vol. 17.  
Tomo 18 — 1855 — Vol. 18.  
Tomo 19 — 1856 — Vol. 19.  
Tomo 20 — 1857 — Vol. 20 — Esgotado.  
Tomo 21 — 1858 — Vol. 21.  
Tomo 22 — 1859 — Vol. 22 — Esgotado.



- Tomo 23 — 1860 — Vol. 23 — Esgotado.  
Tomo 24 — 1861 — Vol. 24 — Esgotado.  
Tomo 25 — 1862 — Vol. 25. — Esgotado.  
Tomo 26 — 1863 — Parte 1ª — Vol. 26 — Esgotado.  
Tomo 26 — 1863 — Parte 2ª — Vol. 27 — Esgotado.  
Tomo 27 — 1864 — Parte 1ª — Vol. 28 — Esgotado.  
Tomo 27 — 1864 — Parte 2ª — Vol. 29 — Esgotado.  
Tomo 28 — 1865 — Parte 1ª — Vol. 30 — Esgotado.  
Tomo 28 — 1865 — Parte 2ª — Vol. 31 — Esgotado.  
Tomo 29 — 1866 — Parte 1ª — Vol. 32 — Esgotado.  
Tomo 29 — 1866 — Parte 2ª — Vol. 33 — Esgotado.  
Tomo 30 — 1867 — Parte 1ª — Vol. 34.  
Tomo 30 — 1867 — Parte 2ª — Vol. 35.  
Tomo 31 — 1868 — Parte 1ª — Vol. 36.  
Tomo 31 — 1868 — Parte 2ª — Vol. 37.  
Tomo 32 — 1869 — Parte 1ª — Vol. 38.  
Tomo 32 — 1869 — Parte 2ª — Vol. 39 — Esgotado.  
Tomo 33 — 1870 — Parte 1ª — Vol. 40.  
Tomo 33 — 1870 — Parte 2ª — Vol. 41 — Esgotado.  
Tomo 34 — 1871 — Parte 1ª — Vol. 42.  
Tomo 34 — 1871 — Parte 2ª — Vol. 43.  
Tomo 35 — 1872 — Parte 1ª — Vol. 44.  
Tomo 35 — 1872 — Parte 2ª — Vol. 45.  
Tomo 36 — 1873 — Parte 1ª — Vol. 46.  
Tomo 36 — 1873 — Parte 2ª — Vol. 47.  
Tomo 37 — 1874 — Parte 1ª — Vol. 48.  
Tomo 37 — 1874 — Parte 2ª — Vol. 49  
Tomo 38 — 1875 — Parte 1ª — Vol. 50.  
Tomo 38 — 1875 — Parte 2ª — Vol. 51.  
Tomo 39 — 1876 — Parte 1ª — Vol. 52.  
Tomo 39 — 1876 — Parte 2ª — Vol. 53.  
Tomo 40 — 1877 — Parte 1ª — Vol. 54.

- Tomo 40 — 1877 — Parte 2ª — Vol. 55.  
Tomo 41 — 1878 — Parte 1ª — Vol. 56.  
Tomo 41 — 1878 — Parte 2ª — Vol. 57.  
Tomo 42 — 1879 — Parte 1ª — Vol. 58.  
Tomo 42 — 1879 — Parte 2ª — Vol. 59.  
Tomo 43 — 1880 — Parte 1ª — Vol. 60.  
Tomo 43 — 1880 — Parte 2ª — Vol. 61.  
Tomo 44 — 1881 — Parte 1ª — Vol. 62.  
Tomo 44 — 1881 — Parte 2ª — Vol. 63 — Esgotado.  
Tomo 45 — 1882 — Parte 1ª — Vol. 64.  
Tomo 45 — 1882 — Parte 2ª — Vol. 65.  
Tomo 46 — 1883 — Parte 1ª — Vol. 66.  
Tomo 46 — 1883 — Parte 2ª — Vol. 67.  
Tomo 47 — 1884 — Parte 1ª — Vol. 68.  
Tomo 47 — 1884 — Parte 2ª — Vol. 69.  
Tomo 48 — 1885 — Parte 1ª — Vol. 70.  
Tomo 48 — 1885 — Parte 2ª — Vol. 71.  
Tomo 49 — 1886 — Parte 1ª — Vol. 72.  
Tomo 49 — 1886 — Parte 2ª — Vol. 73.  
Tomo 50 — 1887 — Parte 1ª — Vol. 74.  
Tomo 50 — 1887 — Parte 2ª — Vol. 75.  
Tomo 51 — 1888 — Parte 1ª — Vol. 76.  
Tomo 51 — 1888 — Parte 2ª — Vol. 77.  
Tomo 51 — 1888 — Vol. 78 — Supl. — Esgotado.  
Tomo 52 — 1889 — Parte 1ª — Vol. 79.  
Tomo 52 — 1889 — Parte 2ª — Vol. 80.  
Tomo 53 — 1890 — Parte 1ª — Vol. 81.  
Tomo 53 — 1890 — Parte 2ª — Vol. 82.  
Tomo 54 — 1891 — Parte 1ª — Vol. 83.  
Tomo 54 — 1891 — Parte 2ª — Vol. 84.  
Tomo 55 — 1892 — Parte 1ª — Vol. 85.  
Tomo 55 — 1892 — Parte 2ª — Vol. 86.

- Tomo 56 — 1893 — Parte 1ª — Vol. 87.  
Tomo 56 — 1893 — Parte 2ª — Vol. 88.  
Tomo 57 — 1894 — Parte 1ª — Vol. 89.  
Tomo 57 — 1894 — Parte 2ª — Vol. 90.  
Tomo 58 — 1895 — Parte 1ª — Vol. 91.  
Tomo 58 — 1895 — Parte 2ª — Vol. 92.  
Tomo 59 — 1896 — Parte 1ª — Vol. 93.  
Tomo 59 — 1896 — Parte 2ª — Vol. 94.  
Tomo 60 — 1897 — Parte 1ª — Vol. 95.  
Tomo 60 — 1897 — Parte 2ª — Vol. 96.  
Tomo 61 — 1898 — Parte 1ª — Vol. 97.  
Tomo 61 — 1898 — Parte 2ª — Vol. 98.  
Tomo 62 — 1899 — Parte 1ª — Vol. 99.  
Tomo 62 — 1899 — Parte 2ª — Vol. 100.  
Tomo 63 — 1900 — Parte 1ª — Vol. 101.  
Tomo 63 — 1900 — Parte 2ª — Vol. 102.  
Tomo 64 — 1901 — Parte 1ª — Vol. 103.  
Tomo 64 — 1901 — Parte 2ª — Vol. 104.  
Tomo 65 — 1902 — Parte 1ª — Vol. 105.  
Tomo 65 — 1902 — Parte 2ª — Vol. 106.  
Tomo 66 — 1903 — Parte 1ª — Vol. 107.  
Tomo 66 — 1903 — Parte 2ª — Vol. 108.  
Tomo 67 — 1904 — Parte 1ª — Vol. 109.  
Tomo 67 — 1904 — Parte 2ª — Vol. 110.  
Tomo 68 — 1905 — Parte 1ª — Vol. 111.  
Tomo 68 — 1905 — Parte 2ª — Vol. 112.  
Tomo 69 — 1906 — Parte 1ª — Vol. 113.  
Tomo 69 — 1906 — Parte 2ª — Vol. 114.  
Tomo 70 — 1907 — Parte 1ª — Vol. 115.  
Tomo 70 — 1907 — Parte 2ª — Vol. 116.  
Tomo 71 — 1908 — Parte 1ª — Vol. 117.  
Tomo 71 — 1908 — Parte 2ª — Vol. 118.

- Tomo 72 — 1909 — Parte 1ª — Vol. 119.  
Tomo 72 — 1909 — Parte 2ª — Vol. 120.  
Tomo 73 — 1910 — Parte 1ª — Vol. 121.  
Tomo 73 — 1910 — Parte 2ª — Vol. 122.  
Tomo 74 — 1911 — Parte 1ª — Vol. 123 — Esgotado.  
Tomo 74 — 1911 — Parte 2ª — Vol. 124.  
Tomo 75 — 1912 — Parte 1ª — Vol. 125.  
Tomo 75 — 1912 — Parte 2ª — Vol. 126.  
Tomo 76 — 1913 — Parte 1ª — Vol. 127.  
Tomo 76 — 1913 — Parte 2ª — Vol. 128.  
Tomo 77 — 1914 — Parte 1ª — Vol. 129.  
Tomo 77 — 1914 — Parte 2ª — Vol. 130.  
Tomo 78 — 1915 — Parte 1ª — Vol. 131.  
Tomo 78 — 1915 — Parte 2ª — Vol. 132.  
Tomo 79 — 1916 — Vol. 133 — Esgotado.  
Tomo 80 — 1916 — Vol. 134.  
Tomo 82 — 1917 — Vol. 136. — Esgotado.  
Tomo 82 — 1917 — Vol. 136.  
Tomo 83 — 1918 — Vol. 137.  
Tomo 84 — 1918 — Vol. 138.  
Tomo 85 — 1919 — Vol. 139.  
Tomo 86 — 1919 — Vol. 140.  
Tomo 87 — 1920 — Vol. 141.  
Tomo 88 — 1920 — Vol. 142.  
Tomo 89 — 1921 — Vol. 143.  
Tomo 90 — 1921 — Vol. 144.  
Tomo 91 — 1922 — Vol. 145.  
Tomo 92 — 1922 — Vol. 146.  
Tomo 93 — 1923 — Vol. 147.  
Tomo 94 — 1923 — Vol. 148.  
Tomo 95 — 1924 — Vol. 149.  
Tomo 96 — 1924 — Vol. 150.

Tomo 97 — 1925 — Vol. 151.  
 Tomo 98 — 1925 — Vol. 152.  
 Tomo 99 — 1926 — Vol. 153.  
 Tomo 100 — 1926 — Vol. 154.  
 Tomo 101 — 1927 — Vol. 155.  
 Tomo 102 — 1927 — Vol. 156.  
 Tomo 106 — 1929 — Vol. 160.  
 Tomo 103 — 1928 — Vol. 157.  
 Tomo 104 — 1928 — Vol. 158.  
 Tomo 105 — 1929 — Vol. 159.  
 Tomo 107 — 1930 — Vol. 161.  
 Tomo 108 — 1930 — Vol. 162. — Esgotado.  
 Tomo 109 — 1931 — Vol. 163 — Esgotado.  
 Tomo 110 — 1931 — Vol. 164.  
 Tomo 111 — 1932 — Vol. 165.  
 Tomo 112 — 1932 — Vol. 166.

A partir de 79, cada tomo tem numeração isolada: assim a parte II do tomo 79 passou a ser o tomo 80.

#### TABELLA DEMONSTRATIVA DA SÉRIE DOS TOMOS DA REVISTA

Considerados como 1ª série:

Tomo 1 — 1839.  
 Tomo 2 — 1840.  
 Tomo 3 — 1841.  
 Tomo 4 — 1842.  
 Tomo 6 — 1844.  
 Tomo 7 — 1845.

Da 2ª série. O tomo II, suplementar, interrompe a numeração:

Tomo 8 — 1846, 1º.  
 Tomo 9 — 1847, 2º.  
 Tomo 10 — 1848, 3º.



Tomo 11 — 1848, 4<sup>o</sup>.

Tomo 12 — 1849, 5<sup>o</sup>.

Tomo 13 — 1850, 6<sup>o</sup>.

Da 3<sup>a</sup> série:

Tomo 14 — 1851, 1<sup>o</sup>.

Tomo 15 — 1852, 2<sup>o</sup>.

Tomo 16 — 1853, 3<sup>o</sup>.

Tomo 17 — 1854, 4<sup>o</sup>.

Tomo 18 — 1855, 5<sup>o</sup>.

Tomo 19 — 1856, 6<sup>o</sup>.

#### TABELLA DE REIMPRESSÃO DA REVISTA

Tomo — Anno da 1<sup>a</sup> edição e reimpressão — Impressor

- 1 — 1839-1856-1908 — Typographia Universal de Laemmert e Imprensa Nacional.
- 2 — 1840-1858 — Typographia Imparcial, de J. M. Nunes Garcia.
- 3 — 1841-1860 — Typographia de Domingos L. dos Santos.
- 4 — 1842-1863 — Typographia de João Ignacio da Silva e Typographia Universal de Laemmert & Comp.
- 5 — 1843-1864-1865 — Typographia de João Ignacio da Silva.
- 6 — 1844-1865 — Typographia de João Ignacio da Silva.
- 7 — 1845-1866 — Typographia de João Ignacio da Silva.
- 8 — 1846-1867 — Typographia de João Ignacio da Silva.
- 9 — 1847-1869 — Typographia de João Ignacio da Silva.
- 10 — 1848-1870 — Typographia de João Ignacio da Silva.

Supplementar:

- 11 — 1848-1871-1891 — Typographia de João Ignacio da Silva e Imprensa Nacional.

- 12 — 1849-1874 — Typographia de João Ignacio da Silva.  
 13 — 1850-1872 — Typographia de João Ignacio da Silva.  
 14 — 1851-1879 — Typographia de João Ignacio da Silva.  
 15 — 1852-1888 — Typographia Universal de Laemmert.  
 16 — 1852-1894 — Imprensa Nacional.  
 17 — 1854-1894 — Imprensa Nacional.  
 18 — 1855-1896 — Imprensa Nacional.  
 19 — 1856-1900 — Imprensa Nacional.

#### IMPRESSORES DA REVISTA

##### Tomo — Anno das edições — Impressor

- 1 — 1839 — Typ. da Ass. do *Despertador*.  
     2ª ed. em 1856 — Typ. Laemmert.  
     3ª ed. em 1908 — Imprensa Nacional.
- 2 — 1840 — Typ. de João do Espirito Santo Cabral.  
     2ª ed. em 1858 — Typ. Imperial, de J. M. Nunes Garcia.
- 3 — 1841 — Typ. de João do Espirito Santo Cabral.
- 4 — 1842 — Imp. Americana, de J. Pereira da Costa.  
     2ª ed. em 1863 — Typ. de João Ignacio da Silva.
- 5 — 1843 — Imp. Americana, de J. Pereira da Costa.  
     2ª ed. em 1863 — Typ. de João Ignacio da Silva.
- 6 — 1844 — Imp. Americana, de J. Pereira da Costa.  
     2ª ed. em 1865 — Typ. de João Ignacio da Silva.
- 7 — 1845 — Imp. Americana, de J. Pereira da Costa.  
     2ª ed. em 1866 — Typ. de João Ignacio da Silva.
- 8 — 1846 — Typ. Universal de Laemmert.  
     2ª ed. em 1867 — Typ. de João Ignacio da Silva.
- 9 — 1847 — Typ. Universal de Laemmert.  
     2ª ed. em 1870 — Typ. de João Ignacio da Silva.

- 10 — 1848 — Typ. Universal de Laemmert.  
2ª ed. em 1869 — Typ. de João Ignacio da  
Silva.
- 11 — 1848 — Typ. Universal de Laemmert.  
2ª ed. em 1871 — Typ. de João Ignacio da  
Silva.
- 12 — 1849 — Typ. Universal de Laemmert.
- 13 — 1850 — Typ. Universal de Laemmert.
- 14 — 1851 — Typ. Universal de Laemmert.
- 15 — 1852 — Typ. Universal de Laemmert.
- 16 — 1853 — Typ. Universal de Laemmert.
- 17 — 1854 — Typ. Universal de Laemmert.
- 18 — 1855 — Typ. Universal de Laemmert.
- 19 — 1856 — Typ. Universal de Laemmert.
- 20 — 1857 — Typ. Universal de Laemmert.
- 21 — 1858 — Typ. Brasileira, de Maximiano Gomes Ri-  
beiro.
- 22 — 1859 — Typ. Imparcial, de J. M. Nunes Garcia.
- 23 — 1860 — Typ. Domingos Luiz dos Santos.
- 24 — 1861 — Typ. Domingos Luiz dos Santos.
- 25 — 1862 — Typ. Domingos Luiz dos Santos.
- 26 — 1863 — Typ. Domingos Luiz dos Santos.
- 27 — 1864 — Typ. Domingos Luiz dos Santos.
- 28 — 1865 — Typ. B. L. Garnier.
- 29 — 1866 — Typ. B. L. Garnier.
- 30 — 1867 — Typ. B. L. Garnier.
- 31 — 1868 — Typ. B. L. Garnier.
- 32 — 1869 — Typ. B. L. Garnier.
- 33 — 1870 — Typ. B. L. Garnier.
- 34 — 1871 — Typ. B. L. Garnier.
- 35 — 1872 — Typ. B. L. Garnier.
- 36 — 1873 — Typ. B. L. Garnier.
- 37 — 1874 — Typ. B. L. Garnier.

- 38 — 1875 — Typ. B. L. Garnier.
- 39 — 1876 — Typ. B. L. Garnier.
- 40 — 1877 — Typ. B. L. Garnier.
- 41 — 1878 — Typ. de Pinheiro & Comp.
- 42 — 1879 — Typ. de Pinheiro & Comp.
- 43 — 1880 — Typ. Universal de E. H. Laemmert.
- 44 — 1881 — Typ. Universal de E. H. Laemmert.
- 45 — 1882 — Typ. Universal de E. H. Laemmert.
- 46 — 1883 — Typ. Universal de Laemmert & Comp.
- 47 — 1884 — Typ. Universal de Laemmert & Comp.
- 48 — 1885 — Typ. Universal de Laemmert & Comp.
- 49 — 1886 — Typ. a vapor, de Laemmert & Comp.
- 50 — 1887 — Typ. a vapor, de Laemmert & Comp.
- 51 — 1888 — Typ. a vapor, de Laemmert & Comp.
- 52 — 1889 — Typ. a vapor, de Laemmert & Comp.
- 53 — 1890 — Typ. a vapor, de Laemmert & Comp.
- 54 — 1891 — Typ. a vapor, de Laemmert & Comp.
- 55 — 1892 — Typ. a vapor, de Laemmert & Comp.
- 56 — 1893 — Companhia Typographica do Brasil.
- 57 — 1894 — Companhia Typographica do Brasil.
- 58 — 1895 — Companhia Typographica do Brasil.
- 59 — 1896 — Companhia Typographica do Brasil.
- 60 — 1897 — Companhia Typographica do Brasil.
- 61 — 1898 — Imprensa Nacional.
- 62 — 1899 — Imprensa Nacional.
- 63 — 1900 — Imprensa Nacional.
- 64 — 1901 — Companhia Typographica do Brasil.
- 65 — 1902 — Companhia Typographica do Brasil.
- 66 — 1903 — Imprensa Nacional.
- 67 — 1904 — Imprensa Nacional.
- 68 — 1905 — Imprensa Nacional.
- 69 — 1906 — Imprensa Nacional.

- 70 — 1907 — Imprensa Nacional.
- 71 — 1908 — Imprensa Nacional.
- 72 — 1909 — Imprensa Nacional.
- 73 — 1910 — 1ª parte: Imprensa Nacional.  
2ª parte: Typ. do *Jornal do Commercio*.
- 74 — 1911 — 1ª parte: Typ. do *Jornal do Commercio*.  
2ª parte: Typ. do *Jornal do Commercio*.
- 75 — 1912 — 1ª parte: Imprensa Nacional.  
2ª parte: Typ. de Leitão Filhos — Porto  
(Portugal).
- 76 — 1913 — 1ª parte: Imprensa Nacional.  
2ª parte: Typ. de Leitão Filhos — Porto  
(Portugal).
- 77 — 1914 — 1ª parte: Typ. de Leitão Filhos — Porto  
(Portugal).  
2ª parte: Imprensa Nacional.
- 78 — 1915 — 1ª parte: Typ. de Leitão Filhos — Porto  
(Portugal).  
2ª parte: Imprensa Nacional.
- 79 — 1916 — Imprensa Nacional.
- 80 — 1916 — Imprensa Nacional.
- 81 — 1917 — Imprensa Nacional e Imprensa Naval.

Dahi por deante todos os volumes têm sido impressos na Imprensa Nacional, em virtude de lei.









## **PUBLICAÇÕES ESPECIAES**

1 — **Memorias do Instituto Historico**, pelo visconde de São Leopoldo, 1839, reimpressas em 1901. Exg.

2 — **Breves annotações ás Memorias do visconde de São Leopoldo**, pelo conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, 1839. Exg.

3 — **Novo orbe brasílico ou chronica dos frades menores da provincia do Brasil**, por fr. Antonio de Santa Maria Jabotam, 1859, Exg.

4 — **Catalogo dos manuscriptos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, organizado pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, 1884. Exg.

5 — **Catalogo das cartas geographicas, hydrographicas, atlas, planos e vistas**, organizado pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, 1885, Exg.

6 — **Catalogo dos manuscriptos do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, organizado pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, 1889, Exg.

7 — **Chile-Brasil**, Sessão solenne do Instituto em homenagem á ação Chilena e consagrada á officialidade do cou-raçado **Almirante Cochrane**, 1889. Exg.

8 — **Sessão solenne de 4 de Julho de 1889 commemorativa do centenario de Claudio Manuel da Costa** (Presidida pelo Imperador dom Pedro II) — 1890. Exg.

9 — **Homenagem a Christovão Colombo** (Sessão solenne em 12 de Outubro. Discursos dos srs. conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, Alfredo do Nascimento Silva e José Luiz Alves), 1892.

10 — **Colombo** (Poema de Manuel de Araujo Porto-Alegre, barão de Santo Angelo), 1892. Exg.

41 — **O descobrimento da America** (Sessão solenne especial), 1893.

12 — **Homenagem a dom Pedro II** (Sessão de 4 de Março de 1892), 1892. Esgotado.

13 — **Catalogo dos livros da Bibliotheca do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, organizado pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, 1893, Exg.

14 — **Homenagem do Instituto Historico e Geographico Brasileiro á memoria de dom Pedro II**, 1894.

15 — **Commissão Central de Bibliographia Brasileira**, sob a direcção do Instituto Historico, 1895. Exg.

16 — **O Instituto Historico e Geographico Brasileiro** (Memoria apresentada ao Ministro da Justiça pelo presidente do Instituto, conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro 1897.

17 — **Repertorio da Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, organizado pelo conselheiro Tristão de Alencar Araripe, 1897.

18 — **Brasil** (Quarto Centenario do descobrimento) pelo dr. Antonio Zeferino Candido — 1900. Exg.

19 — **Catalogo dos atlas, cartas geographicas, etc., pertencentes á bibliotheca de d. Pedro II e por elle doadas ao Instituto**, pelo dr. José Vieira Fazenda — 1901. Exg.

20 — **Homenagem ao Chile** (Discursos do conselheiro Olegario Herculano de Aquino e Castro, Anselmo Hévia Riquelme, ministro do Chile, desembargador Sousa Pitanga. Max Fleiuss e Affonso Celso). 1902. Exg.

21 — **Relação dos manuscriptos portuguezes e estrangeiros de interesse para o Brasil**, existentes no Museu Britannico de Londres, pelo sr. Manuel de Oliveira Lima, 1903 Exg.

22 — **Relatorio apresentado pelo primeiro secretario do Instituto Historico**, sr. Max Fleiuss na sessão commemorativa do 68° anniversario da fundação, 1906.

23 — **Sessão magna commemorativa do 69° anniversario**, 1907.

24 — **Centenario da Imprensa no Brasil** (2 vols.), 1908.

25 — Sessão de posse do barão do Rio-Branco como presidente do Instituto (Discursos dos srs. marquez de Paranaguá, barão do Rio Branco, conde de Affonso Celso). Seguiu-se a inauguração do retrato do marquez de Paranaguá (Discursos dos srs. barão do Rio-Branco e marquez de Paranaguá), 1908. Exg.

26 — Sessão de 11 de Junho de 1908 (Discursos dos srs. barão do Rio-Branco e visconde de Ouro Preto), 1908. Exg.

27 — Recepção do sr. Theodoro Roosevelt (Palavras do sr. Conde de Affonso Celso, Discursos dos srs. Theodoro Roosevelt e Ramiz Galvão) — 1913. Exg.

28 — Primeiro Congresso de Historia Nacional em 1914, 5 volumes, 1915-1917.

29 — Prospectos e regulamentos do 1º Congresso de Historia Nacional em 1914 — Exg.

30 — A Circular de Theophilo Ottoni (Reproducção do opusculo editado em 1860-61, precedida de uma apreciação da vida e feitos do patriota mineiro pelo sr. Basilio de Magalhães, 1916.

31 — Francisco Manuel e o Hymno Nacional (conferencia do sr. Max Fleiuss), 1916, Exg.

32 — Historia diplomatica do Brasil, pelo sr. Arthur Pinto da Rocha, 1916, Exg.

33 — A Missão Artistica de 1816, pelo sr. Affonso d'Escragnole Taunay, 1916. Exg.

34 — A abolição e seus effeitos economicos (Conferencia do sr. Agenor de Roure) 1916. Exg.

35 — Os jornalistas da Independencia (Hypolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, — Januario da Cunha Barbosa, Joaquim Gonçalves Lêdo, frei Francisco de Santa Thereza de Jesus Sampaio, pelo sr. Basilio de Magalhães, 1917. Exg.

36 — Historia da Independencia do Brasil, por Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto-Seguro, 1917, Exg.

37. Diccionario Historico, Geographico e Etnographico do Brasil (Questionarios e modelos), 1917, Exg.

38 — Manuel de Araujo Porto-Alegre (Conferencia do sr. Basilio de Magalhães) 1917. Exg.

39 — **Centenario da Revolução Pernambucana de 1817**, (Conferencia do sr. Alexandre José Barbosa Lima), 1917. Exg.

40 — **Nicolau Antonio Taunay**, pelo sr. Affonso d'Escra-  
gnolle Taunay, 1917. Exg.

41 — **Ephemerides Brasileiras**, pelo barão do Rio-Branco, 1918. Exg.

42 — **As seccas do Nordeste** (Conferencia do sr. Augusto Tavares de Lyra) 1919. Exg.

43 — **Recepção do sr. Afranio Peixoto em 26 de Julho de 1919** (Discursos dos srs. Afranio Peixoto e Ramiz Galvão), 1919. Exg.

44 — **Sessão magna commemorativa do 81º anniversario da fundação em 21 de Outubro de 1919**. (Discurso do senhor conde de Affonso Celso, relatorio do 1º secretario, sr. Max Fleiuss, discurso do orador sr. Ramiz Galvão), 1919.

45 — **Jubileu scientifico do dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão** (Discursos dos srs. conde de Affonso Celso, Basilio de Magalhães e Ramiz Galvão), 1919. Exg.

46 — **Na Era das Bandeiras**, pelo sr. Affonso d'Escra-  
gnolle Taunay, 1920. Exg.

47 — **O precursor de Tiradentes** (Conferencia do sr. Jonathas Serrano), 1920. Exg.

48 — **Sessão especial em homenagem ao presidente hono-  
rario s. a. o principe Gastão de Orleans, conde d'Eu** (Dis-  
cursos dos srs. conde de Affonso Celso, dr. Ramiz Galvão;  
allocução do sr. Conde d'Eu), 1921.

49 — **O anno da Independencia** (conferencias dos srs. Au-  
gusto Olympio Viveiros de Castro, Arthur Pinto da Rocha,  
José Maria Moreira Guimarães, Eugenio Teixeira de Castro,  
Alfredo Valladão, Laudelino Freire, Agenor de Roure, Augusto  
Tavares de Lyra, Aurelino Leal, Rodrigo Octavio, Max Fleiuss,  
Affonso Celso, Miguel de Carvalho, Miguel Calmon, Eugenio  
Vilhena de Moraes, Bibliographia da Independencia, pelo  
sr. Rodolpho Garcia). 1922.

50 — **Reunião dos Procuradores Geraes das provincias do  
Brasil** (conferencia do sr. Augusto Tavares de Lyra), 1922.  
Exg.

51 — **Diccionario Historico, Geographico e Etnographico  
do Brasil** (dois volumes), 1922. Exg.



52 — **A Imperatriz dona Thereza Christina Maria** (conferencia do sr. Max Fleiuss), 1922. Exg.

53 — **Manifesto de d. Pedro aos povos do Brasil**, dirigido por Joaquim Gonçalves Lêdo, e decreto declarando inimiga qualquer força que viesse de Portugal, pelo sr. Aurelino Leal, 1922. Exg.

54 — **O Conselho de Ministros e os Presidentes do Conselho** (conferencia do sr. Augusto Tavares de Lyra), 1923. Exg.

55 — **Historia Administrativa do Brasil**, pelo sr. Max Fleiuss, 1923.

56 — **Centenario de Henrique Fleiuss**, o fundador da *Semana Illustrada*, pelo sr. Max Fleiuss, 1923. Exg.

57 — **A batalha de Passo do Rosario** (Parecer sobre o livro do sr. general Tasso Fragoso), pelo sr. Max Fleiuss, 1923. Exg.

58 — **A batalha de Pirajá** (conferencia do sr. Miguel Calmon du Pine Almeida), 1823. Exg.

59 — **A primeira batalha de Tuyuty** (conferencia do sr. José Maria Moreira Guimarães), 1923. Exg.

60 — **O patriarcha dos jornalistas brasileiros (Hypolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça)**. Conferencia do sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva), 1923. Exg.

61 — **Centenario de Ayacucho** (Allocução do sr. conde de Affonso Celso, discurso do ministro do Perú, sr. Victor M. Maúrtua, e conferencia do sr. Max Fleiuss), 1924. Exg.

62 — **A batalha do Passo do Rosario** (Treplia ao sr. general Tasso Fragoso), pelo sr. Max Fleiuss, 1924. Exg.

63 — **Pernambuco e a Confederação do Equador** (conferencia do sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva), 1924.

64 — **Contribuições para a biographia de dom Pedro II** (Monographias dos srs. Max Fleiuss, Alfredo Valladão, Augusto Tavares de Lyra, João Pandiá Calogeras, Ramalho Ortigão, Clovis Bevilacqua, Miguel de Carvalho, Viveiros de Castro, Agenor de Roure, Oliveira Vianna, Affonso Celso, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima). (Tres volumes, o 2º e 3º encerram a *Politica exterior do Imperio*, pelo sr. João Pandiá Calogeras), 1923.

65 — **Trasladação dos restos mortaes de dom Pedro II e de dona Thereza Christina Maria** (prefacio do sr. Max Fleiuss), 1925.

66 — **Primeiro Congresso Internacional de Historia da America**, em 9 volumes, 1925-1930.

67 — **Na Bahia Colonial** (Impressão de viajantes estrangeiros) pelo sr. Affonso d'Escragnolle Taunay, 1925. Exg.

68 — **Primeiras relações diplomaticas entre a Republica do Perú e o Imperio do Brasil** (conferencia do sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva), 1925.

69 — **Rio de Janeiro de antanho — 1695-1831** (Impressões de viajantes estrangeiros, pelo sr. Affonso d'Escragnolle Taunay), 1925. Exg.

70 — **O Tratado de 29 de Agosto de 1825** (conferencia do sr. Max Fleiuss), 1925.

71 — **Conferencia de Geographia** (ortographia e prosodia dos nomes geographicos, segundo a proposta do sr. Othello de Souza Reis), 1926.

72 — **Centenario da 1ª sessão da Camara dos Deputados do Imperio** (conferencia do sr. Agenor de Roure), 1926. Exg.

73 — **Centenario do Senado do Imperio** (conferencia do sr. Augusto Tavares de Lyra), 1926. Exg.

74 — **A Conspiração Republicana na Bahia em 1798** (conferencia do sr. Braz Hermenegildo do Amaral), 1926. Exg.

75 — **Contribuições para a biographia de dom Pedro II**, pelo sr. Augusto Tavares de Lyra. 1926.

76 — **Centenario de Cuyabá** (Recepção de dom Francisco de Aquino Corrêa. Discursos de dom Francisco de Aquino Corrêa e do dr. Ramiz Galvão), 1926. Exg.

77 — **Leituras camonianas** (o morgado de Matheus, editor dos *Lusiadas*. Os *Lusiadas* de dom Pedro II, pelo sr. Afranio Peixoto, 1926.

78 — **Nobiliarchia paulistana, historica e geneologica**, de Pedro Taques de Almeida Paes Leme, em concordancia com a obra do dr. Luiz Gonzaga da Silva Leme, pelos srs. Affonso d'Escragnolle Taunay e Augusto de Siqueira Cardoso, 1º vol., 1926.

79 — **Uma viagem ao Perú** (Lima, Arequipa e Cuzco), conferencia do sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva, 1926. Exg.

80 — **Deodoro da Fonseca** (conferencia do sr. Augusto Tavares de Lyra), 1927. Exg.

81 — **Oliveira Lima** (conferencia do sr. Max Fleiuss) 1927. Exg.

82 — **Um marinheiro moderno** (almirante Antonio Coutinho Gomes Pereira), conferencia do sr. Max Fleiuss, 1927. Exg.

83 — **Fortificações de Matto-Grosso**, pelo sr. Antonio Leoncio Pereira Ferraz, 1927. Exg.

84 — **Indice da Revista do Instituto Historico** (do tomo 1º ao tomo 90), 1927.

85 — **Institut Historique et Geographique Brésilien (Esquisse de son histoire)** pelo sr. Max Fleiuss, 1928.

86 — **Historia da Independencia do Brasil**, pelo sr. Pedro Calmon, 1928. Exg.

87 — **Sessão magna commemorativa do 90 anniversario**, 1928.

88 — **Noticia Historica e Estatutos**, 1928.

89 — **Centenario do Supremo Tribunal de Justiça** (conferencia do sr. Augusto Tavares de Lyra), 1928. Exg.

90 — **Varnhagen** (conferencia do sr. Basilio de Magalhães), 1928.

91 — **D. Bosco e a Democracia** (conferencia de dom Francisco de Aquino Corrêa), 1929.

92 — **Discursos de abertura e encerramento do Primeiro Congresso de Historia Nacional**, pelo sr. conde de Affonso Celso, 1929.

93 — **Tacna e Arica**, sessão solenne em homenagem ao accôrdo (Discurso dos srs. conde de Affonso Celso, Ramiz Galvão, Rodrigo Octavio, Manuel Cicero), 1929. Exg.

94 — **O Aleijadinho** — Antonio Francisco Lisbôa (conferencia do sr. Basilio de Magalhães), 1920.

95 — **Sessão magna commemorativa do 93 anniversario**, 1931.

96 — **Historia do Brasil**, de H. Handelmann (traducção brasileira do Instituto Historico, feita pela bibliothecaria, d. Lucia Furquim Lahmeyer, revista pelo general Bertholdo Klinger e annotada pelo sr. Basilio de Magalhães), 1931. — Esgotado.

97 — Segundo Congresso de Historia Nacional (Exposição de motivos, preambulo e theses), pelo sr. Alfredo Valladão, 1931.

98 — Ouro-Preto, ensaio biographico pelo sr. Max Fleiuss, 1931.

99 — Dois romanticos brasileiros (Manuel Antonio Alvares de Azevedo e Manuel Antonio de Almeida) conferencia do sr. Luiz Felipe Vieira Souto, 1931.

100 — Rio-Branco, ensaio biographico, pelo sr. Max Fleiuss, 1931.

101 — Centenario do fallecimento de Goethe (Sessão especial em 15 de Março de 1932 — Discursos dos srs. conde de Affonso Celso e do ministro da Allemanha, sr. Hubert Knipping), 1932.

102 — Quarto centenario da fundação de São Vicente (conferencia do sr. Max Fleiuss e allocução do sr. conde de Affonso Celso), 1932.

103 — Conselheiro Luiz Felipe de Souza Leão (conferencia do sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho), 1933.

104 — Apostilas de Historia do Brasil, pelo sr. Max Fleiuss, 1933. Esgotado.

105 — Assembléia inaugural do Instituto Panamericano de Geographia e Historia (Bases e programma). Noticia sobre Ouro Preto e sobre a Conjuração Mineira — Ouro-Preto, por Gastão Penalva. Geologia do Municipio de Ouro-Preto, por Lucio José dos Santos. O dr. Peter Wilhelm Lund, pelo sr. J. P. Calogeras, Gruta de Maquiné, pelo sr. Antonio Olyntho dos Santos Pires, 1933.

106 — Segundo Congresso de Historia Nacional (7-14 de Abril de 1931) nnaes — 1º vol. — 1934.

107 — Instituto Panamericano de Geographia e Historia — Assembléia inaugural — 1º e 2º vols., 1934 e 1935.

108 — O Conselho de Estado, pelo sr. Augusto Tavares de Lyra — 1934.

---

# INDICE





---

# INDICE

DO

## VOLUME 166 – (2º DE 1932)

	Pags.
<i>A Marinha de Outrora</i> (Subsidios para a Historia) pelo visconde de Ouro Preto, com proemio do dr. Ramiz Galvão.....	5-381
<i>João Caetano</i> (Historia do Theatro Brasileiro) por Lafayette Silva, com um proemio do dr. Ramiz Galvão.....	389-581
<i>Inconfidentes mineiros desterrados da patria</i> , por Nelson de Senna.....	585-602
<i>Apointamentos sobre os meios praticos de desen- volver o gosto e a necessidade das Bellas Artes no Rio de Janeiro</i> , por Manuel de Araujo Porto Alegre .....	605-611

### ACTAS DAS SESSÕES REALIZADAS EM 1932

1ª SESSÃO ORDINARIA EM 30 DE ABRIL DE 1932 (Sessão 1.574).....	615-623
Palavras do sr. Conde de Affonso Celso, comuni- cando tambem o falecimento dos consocios Arthur Ferreira Machado Guimarães, Luiz Antonio Ferreira Gualberto e Ermelino Agos tinho de Leão.	

Proposta do sr. Conde de Affonso Celso para que a ata inserisse um voto de consternação pelo desastre que sofreu o ministro José Americo de Almeida, vitimando outros brasileiros.

Proposta do sr. Ramiz Galvão e outros, de congratulações ao sr. Getulio Vargas, chefe do Governo Provisorio, e ao general Villeroy e mais aos Estados de São Paulo e Minas, pela decisão dos limites entre esses dois Estados.

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso, felicitando o consocio sr. Thiers Fleming, que tanto se tem occupado do assunto de limites inter-estaduais.

Agradecimento do sr. Conde de Affonso Celso ao professor Henrique Bernardelli pelos muitos trabalhos que offereceu ao INSTITUTO, devidos ao seu falecido irmão, o professor Rodolpho Bernardelli.

Proposta do sr. Moreira Guimarães de um voto de pesar pelo falecimento do sr. Manoel Bomfim.

Aprovação, sem debate, das contas e balancetes do ano de 1931.

Palavras do sr. Presidente, mandando publicar os trabalhos do sr. Nelson de Senna sobre os *Inconfidentes mineiros* e lembrando os fatos notaveis na data da sessão, ocorridos de 1531.

Palavras do sr. Presidente sobre a leitura que o socio sr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho iria fazer de algumas cartas inéditas do Marquês de Paraná.

Leitura das cartas pelo sr. Leão Teixeira Filho.

Palestra do sr. Agenor de Roure sobre o artigo publicado a 30 de Abril de 1822, pelo *Reverbero Constitucional Fluminense*.

## 2ª SESSÃO ORDINARIA EM 11 DE MAIO..... 624-644

Palavras do sr. Presidente Perpétuo sobre o atentado de que foi vítima o sr. Paul Doumer, presidente da França.

Palavras do sr. Presidente sobre o conselheiro Antonio Ferreira Vianna.

Conferencia do sr. Rodrigo Octavio sobre o conselheiro Antonio Ferreira Vianna.

Palavras do sr. Presidente sobre a visita do ministro Francisco Campos ao INSTITUTO, e sobre a nomeação dos srs. Affonso Celso, Augusto de Lima e José Marianno Filho, para representarem o Instituto Historico de Ouro Preto na conferencia sobre o conselheiro Ferreira Vianna, achando-se tambem presente o sr. dr. Vicente Racciopi, secretario geral daquelle Instituto.

## 3ª SESSÃO ORDINARIA EM 4 DE JUNHO..... 644-669

Recepção do sr. José Arthur Boiteux, que pronunciou, depois de haver prestado o compromisso legal, o discurso regulamentar.

Resposta do sr. Ramiz Galvão.

Discurso do sr. Vieira Souto sobre Cuvier.

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso, dizendo que a sessão se consagra ás festividades garibaldinas, dando a palavra ao sr. Pedro Calmon.

Discurso do sr. Pedro Calmon.

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso sobre Anita Garibaldi e sobre a imperatriz do Brasil Thereza Christina Maria, agradecendo tambem a presença do sr. embaixador de Italia.



## 4ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE JULHO..... 669-692

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso, comunicando o falecimento do consocio Rodolpho Marcos Theophilo, e de agradecimento aos srs. Mario de Souza Ferreira, de um busto em gesso de dom Pedro II, trabalho de Zeferino Ferrez, e John Frederic Schalders, de varios diplomas e titulos do dr. Joaquim Gomes de Souza.

Proposta do sr. Presidente Perpétuo de um voto de pesar pelo falecimento de dom Manoel II, ex-rei de Portugal, e referindo-se aos seus trabalhos sôbre livros antigos portugueses.

Palavras sôbre a conferencia que iria fazer o consocio Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho sôbre o conselheiro Luis Felipe de Souza Leão.

Conferencia do sr. Leão Teixeira Filho sôbre o conselheiro Souza Leão.

Palavras do sr. Presidente Perpétuo sôbre o valor testemunhal, invocado pelo conferencista, do sr. Manuel Cicero Peregrino da Silva.

## 5ª SESSÃO ORDINARIA EM 17 DE AGOSTO.... 693-702

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso, Presidente Perpétuo, sôbre o falecimento de Santos Dumont, e a palestra que iria fazer o sr. Max Fleiuss, tratando de Victor Meirelles de Lima.

Palestra do sr. Max Fleiuss, sôbre Victor Meirelles.

## 6ª SESSÃO ORDINARIA EM 20 DE SETEMBRO 702-732

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso sôbre a comemoração do INSTITUTO relativamente á Re-



volução Farroupilha, sôbre a qual falaria o sr. Emilio Fernandes de Souza Docca.

Conferencia do sr. Souza Docca sôbre a *Ideologia federativa na cruzada farroupilha*.

Palavras do sr. Presidente Perpétuo sôbre o falecimento de Luis Carlos da Fonseca e sôbre a offerta de um trabalho do sr. Nelson de Senna relativo aos alemães no Brasil.

SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO 94º ANIVERSARIO DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO EM 21 DE OUTUBRO, sob a presidencia do sr. Getulio Vargas, chefe do Govêrno Provisorio .....

733-756

Alocução do sr. Conde de Affonso Celso, Presidente Perpétuo.

Relatorio do sr. Max Fleiuss, 1º Secretario Perpétuo.

Discurso do sr. Ramiz Galvão, orador perpétuo, fazendo o necrologio dos sócios falecidos desde a ultima sessão magna, srs. Arthur Ferreira Machado Guimarães, Luiz Antonio Ferreira Gualberto, Ermelino Agostinho de Leão, Innocencio Serzedello Corrêa, Rodolpho Marcos Theophilo, Alberto dos Santos Dumont.

#### ANEXOS A' SESSÃO MAGNA

Artigos dos jornaes.

Conferencia do dr. Mario Augusto Teixeira de Freitas, realizada na Sala Varnhagen, do INSTITUTO HISTORICO, sôbre o *Reajustamento Territorial do Quadro Político do Brasil*.

#### SESSÕES ESPECIAES EM 1932

Sessão especial comemorativa do 4º centenario da fundação de São Vicente, em 22 de Janeiro .....

809-829

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso sôbre a  
conferencia que iria fazer o sr. Max Fleiuss.

Conferencia do sr. Max Fleiuss sôbre o 4ª cen-  
tenario da fundação de São Vicente.

Sessão especial comemorativa do centenario do  
falecimento de Goethe..... 829-846

Palavras do sr. Conde de Affonso Celso sôbre a  
conferencia que iria fazer o sr. Hubert Ki-  
nipping.

Conferencia do sr. Hubert Kinipping.

Alocução do sr. conde de Affonso Celso sôbre  
Goethe.

Annexo (1936).

Diretoria, socios, resumo historico, A Revista, pu-  
blicações especiaes ..... 847